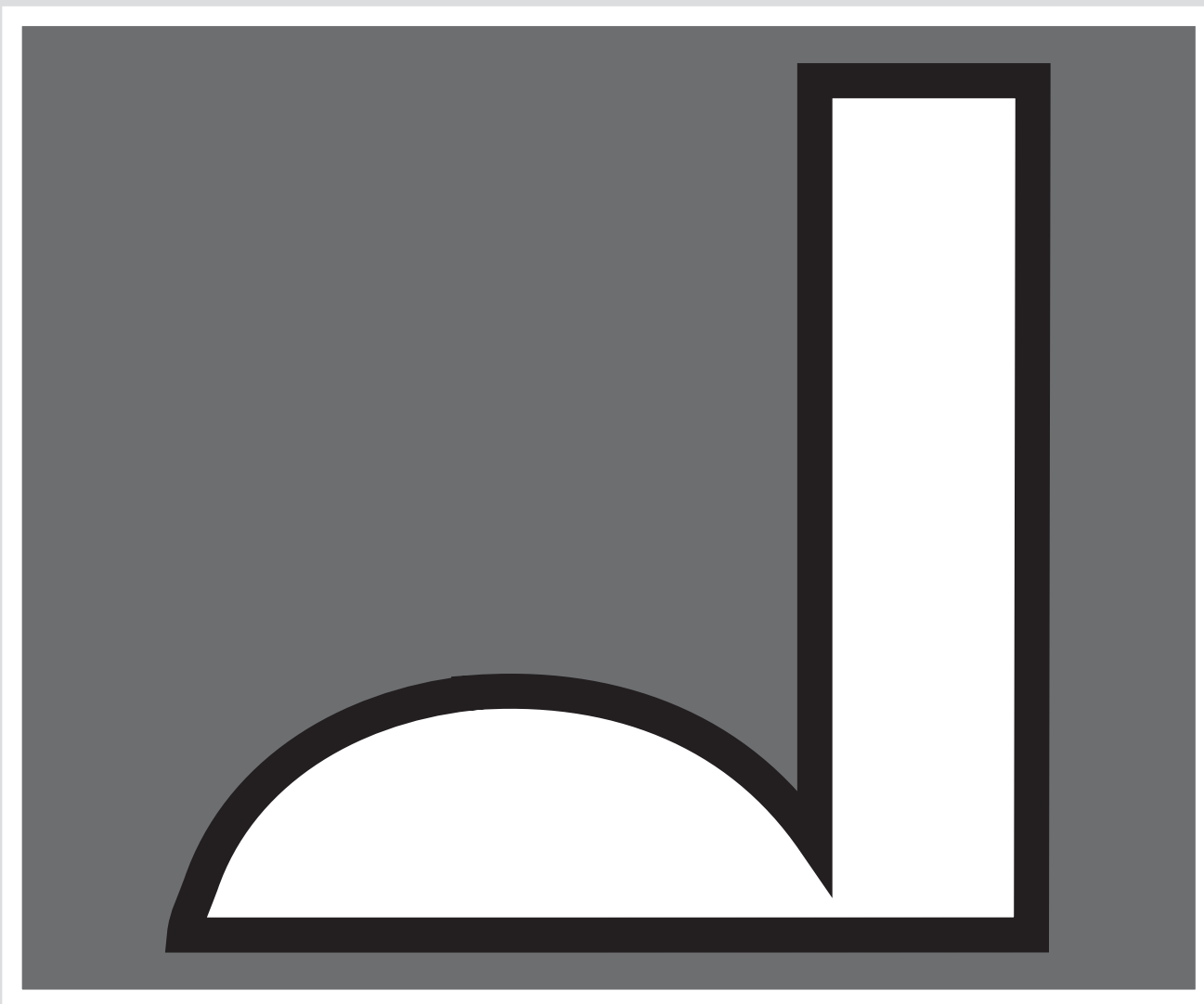




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL
ATAS DE COMISSÕES

VOLUME IV/ IV

ANO LXII - SUP. AO Nº 80 - SEXTA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR ⁽¹⁾
1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges – PFL-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 26	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30
LÍDER	LÍDER Ideli Salvatti – PT	LÍDER Lúcia Vânia
VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles	VICE-LÍDERES
..... LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp	 LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti	 LÍDER DO PFL – 17 José Agripino
VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns	VICE-LÍDERES DO PFL Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves
	LÍDER DO PTB – 5 Epitácio Cafeteira	LÍDER DO PSDB – 12 Arthur Virgílio
	VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi	VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias ⁽¹⁾ Marisa Serrano Cícero Lucena
	LÍDER DO PR – 3 João Ribeiro	
	VICE-LÍDER DO PR Exedito Júnior	
	LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande	
	VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares	
	LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda	
	LÍDER DO PRB – 1 Marcelo Crivella	
	LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

⁽¹⁾ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do cargo a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I	
1 – ATAS DA S DE COMISSÕES	
1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	
Ata da Primeira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em conjunto com as demais comissões permanentes, em seis de fevereiro de dois mil e sete, às dezesseis horas, no plenário do Senado Federal.	10
Ata da Segunda Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em treze de fevereiro de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal.	11
Ata da Terceira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e sete de fevereiro de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal.	30
Ata da Quarta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em seis de março de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal. ..	60
Ata da Quinta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em conjunto, com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em treze de março de dois mil e sete, às dez horas, no plenário do Senado Federal.	93
Ata da Sexta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte de março de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal. ..	132
Ata da Sétima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e sete de março de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal.	156
Ata da Oitava Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em três de abril de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal. ..	186
Ata da Nona Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Conjunta, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em quatro de abril de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal. ..	212
Ata da Décima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dez de abril de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal.	246
Ata da Décima Primeira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dezoito de abril de dois mil e sete, às dez horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal.	277
1.2 – Subcomissão Temporária da Regulação dos Marcos Regulatórios	
Ata da Primeira Reunião da Subcomissão Temporária da Regulação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dezoito de abril, de dois mil e sete, às quatorze horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.	303
Ata da Segunda Reunião da Subcomissão Temporária da Regulação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da Primeira Sessão Le	

gislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e seis de abril, de dois mil e sete, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

305

Ata da Terceira Reunião da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em sete de maio, de dois mil e sete, às dezessete horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.....

310

Ata da Quarta Reunião da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em quatorze de maio, de dois mil e sete, às dezessete horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.....

339

Ata da Quinta Reunião da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e um de maio, de dois mil e sete, às dezenove horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.....

372

1.2.1 – Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais

Ata da Primeira Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em doze de abril, de dois mil e sete, às quatorze horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

405

1.2.2 – Subcomissão Temporária da Reforma Tributária

Ata da Primeira Reunião da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em doze de abril, de dois mil e sete, às doze horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.....

406

Ata da Segunda Reunião da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e três de abril, de dois mil e sete, às dezenove horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

412

Ata da Terceira Reunião da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em sete de maio, de dois mil e sete, às dezenove horas, na Sala de Reuniões nº 15, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.....

433

Ata da Quarta reunião da Subcomissão Temporária da reforma tributária, Ordinária, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e um de maio, de dois mil e sete, às dezenove horas, na Sala de Reuniões nº 15, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.....

458

1.3 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia vinte e oito de março de dois mil e sete, quarta-feira às doze horas e cinco minutos.

484

Ata da Décima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos e da Décima Terceira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia quatro de abril de dois mil e sete, às dez horas e oito minutos.

503

Ata da Décima Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, Conjunta com A Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dez de abril de dois mil e sete, quarta-feira, às dez horas.....

536

Ata da Décima Segunda Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia onze de abril de dois mil e sete, quarta-feira, às onze horas.

564

Ata da Décima Terceira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dezoito de abril de dois mil e sete, quarta-feira, às nove horas e trinta minutos.

581

Ata da Décima Quarta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia vinte e cinco de abril de dois mil e sete, quarta-feira, às onze horas.....

606

Ata da Décima Quinta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a Décima Sexta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia vinte e cinco de abril de dois mil e sete, quarta-feira, às quatorze horas.

612

Ata da Décima Sexta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da Primeira

Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dois de maio de dois mil e sete, quarta-feira, às onze horas.....

622

Ata da Décima Sétima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, Conjunta com a Décima Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia três de maio de dois mil e sete, quinta-feira, às quatorze horas.....

630

Ata da Décima Oitava Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a Terceira Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia nove de maio de dois mil e sete, quarta-feira, às onze horas.....

659

Ata da Décima Nona Reunião, Extraordinária, da comissão de assuntos sociais, conjunta com a Vigésima Primeira Reunião, Extraordinária, da comissão de direitos humanos e legislação participativa, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia quinze de maio de dois mil e sete, terça-feira, às quatorze horas.....

682

Ata da Vigésima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dezesseis de maio de dois mil e sete, quarta-feira, às onze horas.....

701

Ata da Vigésima Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia vinte e três de maio de dois mil e sete, quarta-feira, às onze horas.....

712

1.4 – Retificação

Ata da Sétima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, Conjunta com a Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e a Oitava Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia vinte e um de março de dois mil e sete, quarta-feira, às dez horas.....

736

1.5 – Ata da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência

Ata da Segunda Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dezenove de abril de dois mil e sete, quinta-feira, às nove horas.....

737

1.5.1 – Ata da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde

Ata da Décima Oitava Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, Conjunta, com a Terceira Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia nove de maio de dois mil e sete, quarta-feira, às onze horas.....

741

1.6 – Comissão de Educação

Ata da Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e sete de março de dois mil e sete.....

764

Ata da Décima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em três de abril de dois mil e sete.....

783

Ata da Décima Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação e Décima Primeira Reunião, Extraordinária, da comissão de assuntos sociais, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dez de abril de dois mil e sete.....

817

Ata da Décima Terceira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Terceira Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e quatro de abril de dois mil e sete.....

846

Ata da Décima Quarta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em oito de maio de dois mil e sete.....

866

Ata da Décima Quinta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dez de maio de dois mil e sete.....

876

Ata da Décima Sexta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em quinze de maio de dois mil e sete.....

905

Ata da Décima Sétima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dezesseis de maio de dois mil e sete.....

921

Ata da Décima Oitava Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária, da Quinquagésima Terceira

Legislatura, realizada em vinte e dois de maio de dois mil e sete..... 949

Ata da Décima Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e quatro de maio de dois mil e sete..... 959

VOLUME II

1.7 – Ata da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social

Ata da Primeira Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em treze de março de dois mil e sete. 1004

Ata da Segunda Reunião, Ordinária, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em onze de abril de dois mil e sete..... 1006

Ata da Décima Terceira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Terceira Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e quatro de abril de dois mil e sete..... 1014

1.8 – Comissão do Meio Ambiente

Ata da Segunda Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia sete de fevereiro de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos..... 1034

Ata da Terceira Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia treze de fevereiro de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos..... 1043

Ata da Quarta Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos..... 1070

Ata da Quinta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia sete de março de dois mil e sete às nove horas. 1075

Ata da Sexta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira

Legislatura, do dia quatorze de março de dois mil e sete às nove horas..... 1087

Ata da Sétima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia vinte e um de março de dois mil e sete às nove horas..... 1099

Ata da Oitava Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia vinte e sete de março de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos. 1120

Ata da Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em conjunto, com a da Décima Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia doze de abril do ano de dois mil e sete, às dez horas. 1136

Ata da Décima Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Décima Terceira Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e da Décima Primeira Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Extraordinárias, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em conjunto, no dia dezessete de abril de dois mil e sete, às dez horas e trinta minutos, no Plenário nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II. 1187

Ata da Décima Primeira Reunião, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em conjunto, com a, da Nona Reunião da comissão de agricultura e reforma agrária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dezoito de abril de dois mil e sete. 1216

Ata da Décima Segunda Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia vinte e quatro de abril de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos.. 1257

Ata da Décima Terceira Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia quinze de maio de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos..... 1261

Ata da Décima Quarta Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia vinte e dois de maio de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos..... 1280

Ata da Décima Sexta Reunião, ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, do dia vinte e nove de maio de dois mil e sete às onze horas e trinta minutos..... 1292

1.8.1 – Subcomissão de Aquecimento Global

Ata da Primeira Reunião, de instalação, da Subcomissão Destinada a Estudar o Aquecimento Global, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em sete de fevereiro de dois mil e sete, às doze horas e cinquenta minutos..... 1294

Ata da Segunda Reunião, Extraordinária, da Subcomissão destinada a Estudar o Aquecimento Global, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e sete de fevereiro de dois mil e sete, às onze horas..... 1296

Ata da Terceira Reunião, Extraordinária, da Subcomissão destinada a Estudar o Aquecimento Global, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em sete de março de dois mil e sete, às quatorze horas..... 1297

Ata da Quarta Reunião, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, da Subcomissão Permanente do Aquecimento Global, Conjunta com a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas e a Comissão Mista Especial “Mudanças Climáticas no Brasil”, realizada em vinte e oito de março de dois mil e sete, quarta feira, às nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho..... 1299

1.8.2 – Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Ata da Primeira Reunião, de instalação, da Subcomissão Temporária para a discussão sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e seis de abril de dois mil e sete, às onze horas e trinta minutos..... 1328

Ata da Segunda Reunião da Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de resíduos sólidos, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em oito de maio de dois mil e sete, após onze horas e trinta minutos.. 1330

Ata da Terceira Reunião da Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de resíduos sólidos, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dezessete de maio de dois mil e sete, quinta-feira, às dez horas, na Sala de Reuniões nº 15, Ala senador Alexandre Costa. 1332

1.9 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Ata da Oitava Reunião, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia vinte e nove de março do ano de dois mil e sete, às onze horas. 1349

Ata da Nona Reunião, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia três de abril do ano de dois mil e sete, às onze horas. 1380

Ata da Décima Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em Conjunto, com a Nona Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia doze de abril do ano de dois mil e sete, às dez horas. 1392

Ata da Décima Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Décima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Décima Terceira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da Primeira Sessão Legislativa, Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dezessete de abril do ano de dois mil e sete, às dez horas e trinta minutos. 1443

Ata da Décima Segunda Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dezoito de abril do ano de dois mil e sete, às dez horas. 1472

Ata da Décima Terceira Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores E Defesa Nacional, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, Realizada no dia vinte e seis de abril do ano de dois mil e sete, às dez horas. 1487

Ata da Décima Quarta Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dez de maio do ano de dois mil e sete, às dez horas. 1492

Ata da Décima Quinta Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia dezessete de maio do ano de dois mil e sete, às dez horas. 1508

1.10 – Ata da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas

Ata da Primeira Reunião, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, realizada no dia oito de março do ano de dois mil e sete, às onze horas. 1519

Ata da Segunda Reunião, Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, realizada no dia quatorze de março do ano de dois mil e sete, às dez horas. 1520

Ata da Terceira Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional de Mudanças Climáticas, Conjunta com a Quarta Reunião da Subcomissão Permanente do Aquecimento Global e a Quarta Reunião da Comissão Mista Especial “Mudanças Climáticas no Brasil”, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada no dia vinte e oito de março do ano de dois mil e sete, às nove horas e trinta minutos..... 1547

1.11 – Ata da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Ata da Décima Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em vinte e cinco de abril de dois mil e sete, às onze horas e vinte e um minutos..... 1157

Ata da Décima Primeira Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em dez de maio de dois mil e sete. 1589

Ata da Décima Segunda Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em quinze de maio de dois mil e sete. 1605

1.12 – Ata da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis

Ata da Terceira Reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Terceira Legislatura, realizada em nove de maio de dois mil e sete. 1631

1.13 – Ata da Comissão Mista Especial das Mudanças Climáticas

Ata da Sexta Reunião – realizada em 17-4-2007..... 1656

Ata da Sétima Reunião – realizada em 26-04-2007 1682

Ata da Oitava Reunião – realizada em 7-5-2007 1983

Ata da Nona Reunião – realizada em 8-5-2007 1741

Ata da Décima Reunião – realizada em 16-5-2007 1744

VOLUME III

1.14 – Ata da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – REQ. 7/2005-CN

Ata da 1ª Reunião – Realizada em 20-7-2005..... 1762

Ata da 2ª Reunião – Realizada em 1-8-2005 1789

Ata da 3ª Reunião – Realizada em 3-8-2005 1818

Ata da 4ª Reunião – Realizada em 4-8-2005 1824

Ata da 5ª Reunião – Realizada em 9-8-2005 1962

Ata da 6ª Reunião – Realizada em 10-8-2005 2122

Ata da 7ª Reunião – Realizada em 11-8-2005 2123

Ata da 8ª Reunião – Realizada em 16-8-2005 2173

Ata da 9ª Reunião – Realizada em 17-8-2005 2291

Ata da 10ª Reunião – Realizada em 18-8-2005 2318

Ata da 11ª Reunião – Realizada em 22-8-2005 2422

Ata da 12ª Reunião – Realizada em 23-8-2005 2438

Ata da 13ª Reunião – Realizada em 24-8-2005 2523

Ata da 14ª Reunião – Realizada em 25-8-2005 2524

Ata da 15ª Reunião – Realizada em 30-8-2005 2564

Ata da 16ª Reunião – Realizada em 31-8-2005 2636

Ata da 17ª Reunião – Realizada em 1-9-2005 2721

Ata da 18ª Reunião – Realizada em 13-9-2005 2748

Ata da 19ª Reunião – Realizada em 14-9-2005 2810

Ata da 20ª Reunião – Realizada em 20-9-2005 2844

VOLUME IV		Ata da 28ª Reunião – Realizada em 26-10-	
Ata da 21ª Reunião – Realizada em 21-9-		2005	3261
2005	2904	Ata da 29ª Reunião – Realizada em 27-10-	
Ata da 22ª Reunião – Realizada em 27-9-		2005	3270
2005	3025	Ata da 30ª Reunião – Realizada em 31-10-	
Ata da 23ª Reunião – Realizada em 4-10-		2005	3444
2005	3037	Ata da 31ª Reunião – Realizada em 1-11-	
Ata da 24ª Reunião – Realizada em 5-10-		2005	3491
2005	3091	Ata da 32ª Reunião – Realizada em 8-11-	
Ata da 25ª Reunião – Realizada em 18-10-		2005	3492
2005	3150	Ata da 33ª Reunião – Realizada em 9-11-	
Ata da 26ª Reunião – Realizada em 19-10-		2005	3540
2005	3216	Ata da 34ª Reunião – Realizada em 16-11-	
Ata da 27ª Reunião – Realizada em 25-10-		2005	3602
2005	3226		

**ATA DA 21ª REUNIÃO
REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2005**

**Ata da 21ª Reunião da CPMI “Compra de Votos”
e 3ª Reunião Conjunta com a CPMI “Correios”**

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, às dez horas, no Plenário nº 2, do Anexo II, da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Amir Lando e ainda com as presenças dos Senadores José Jorge, Romeu Tuma, Rodolpho Tourinho, João Batista Motta, Sibá Machado, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Augusto Botelho, Sérgio Zambiasi, Valmir Amaral, Heráclito Fortes; dos Deputados Luiz Couto, Odair Cunha, Devanir Ribeiro, João Correia, Gastão Vieira, Wladimir Costa, José Rocha, Moroni Torgan, Zulaiê Cobra, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, Luiz Antonio Fleury, José Carlos Araújo, Fernando Coruja, Paulo Baltazar, Daniel Almeida, Iriny Lopes, Eduardo Valverde, Zico Bronzeado, Mauro Lopes, José Divino Darcisio Perondi, Chico Sardelli, Abelardo Lupion, Antônio Carlos Mendes Thame, Pedro Canedo, Neucimar Fraga, Raul Jungmann e Perpétua Almeida, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 01/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS” e a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, “PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS”. Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 21ª reunião da CPMI Compra de Votos, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina a oitiva do Senhor Daniel Dantas, diretor-proprietário do Banco Opportunity. O Presidente convida-o para compor a mesa e solicita que faça suas ponderações iniciais. O Presidente passa a palavra ao Relator da CPMI da Compra de Votos, Deputado Ibrahim Abi-Ackel que faz as primeiras inquiries, seguido do Relator da CPMI dos Correios, Deputado Osmar Serraglio. Fizeram uso

da palavra para inquiries os seguintes parlamentares: Paulo Baltazar, Fernando Coruja, José Rocha, Zulaiê Cobra, Daniel Almeida, Arnaldo Faria de Sá, João Correia, Wladimir Costa, José Carlos Araújo, Perpétua Almeida, Luiz Couto, Gastão Vieira, Odair Cunha, Ana Júlia Carepa, Neucimar Fraga, Zico Bronzeado, Moroni Torgan, Eduardo Valverde, Antonio Carlos Mendes Thame, José Divino, Mauro Passos, Fátima Cleide, Eduardo Suplicy, Ricardo Berzoini, Jefferson Peres e Heráclito Fortes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e duas horas e dez minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia treze de setembro deste ano. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia, Secretária da Comissão*, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Sob as bênçãos de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião conjunta das Comissões Parlamentares de Inquérito dos Correios e da Compra de Votos.

Antes de dar início aos trabalhos, quero justificar a ausência do nosso Presidente, Senador Delcídio Amaral, que está hoje em Corumbá...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Disputando com o Zeca do PT.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – ... participando da festa de aniversário dos 227 anos daquela próspera e aprazível cidade, pelo que peço vênha aos companheiros para apresentarem, em meu nome, em nome da Mesa e de todos os Parlamentares das duas Comissões, as nossas felicitações e a nossa alegria de ver uma cidade como Corumbá, terra do nosso querido Presidente Delcídio, em festa no dia de hoje. Parabéns a Corumbá!

O SR. (Orador não identificado) – Quer dizer que ele é corumbaense ou corumbaiano?

O SR. (Orador não identificado) – Corumbaense.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – De maneira que esclareço que esta reunião...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, ficamos todos satisfeitos com a presidência de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço a gentileza e amabilidade que lhe são peculiares.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva do Sr. Daniel Dantas.

Convido V. S^a para tomar assento à Mesa para que inicie o seu depoimento, prestando os seus iniciais esclarecimentos.

Por favor.

Sobre a Mesa, expediente do Supremo Tribunal Federal: “Medida Cautelar em **Habeas Corpus** nº 86.724, pela qual o Ministro Gilmar Mendes, Relator, comunica que, nos autos da Medida Cautelar em **Habeas Corpus** nº 86.724, nos termos da decisão, cuja cópia segue anexa, deferi a liminar para que o paciente tenha assegurado o direito à não auto-incriminação. Ademais, solicito informações com urgência sob o alegado na petição.

Atenciosamente,

Ministro Gilmar Mendes, Relator.”

Indago ao Plenário se desejam que eu leia o teor da decisão. (Pausa.)

Dispensada a leitura, vamos dar início aos trabalhos.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra, aqui do outro lado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Tem a palavra V. Ex^a, Deputado Onix Lorenzoni.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Quero questionar a V. Ex^a em qual condição o Sr. Daniel Dantas vai depor: como informante, testemunha, indiciado. Como é que é?

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Diante desta medida cautelar, ele vem como informante, até porque não vai prestar compromisso e está assegurado a ele o direito à não auto-incriminação naquilo que ele julgar que o incrimina.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Sr. Daniel, gostaria de dizer a V. S^a que recebemos do Supremo Tribunal Federal expediente comunicando a estas Comissões que foi conseguida uma liminar assegurando-lhe o direito à não auto-incriminação.

Então, V. S^a tem o direito de responder quando achar que deve responder ou de não responder se assim achar conveniente.

Sinta-se à vontade e gostaria de iniciar com os esclarecimentos iniciais de V. S^a, inclusive com a sua identificação, por favor.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – V. Ex^a tem a palavra para uma questão de ordem.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, o senhor está presidindo muitíssimo bem a reunião, até porque já chegou primeiro e o senhor é o Vice-Presidente da Comissão dos Correios – da CPMI dos Correios. Temos o Presidente da Comissão Mista do Mensalão e Compra de Votos. É uma questão apenas de saber quem presidiria – o Presidente do Mensalão ou o Vice-Presidente da Comissão Mista dos Correios, porque a convocação foi recíproca. As duas convocaram. As duas foram atendidas na convocação. Resolvemos fazer as reuniões conjuntamente até para ganhar tempo. Então, estou pedindo a V. Ex^a esses esclarecimentos para tirarmos qualquer dúvida que possa existir.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, eu poderia sugerir como critério o seguinte – não sei se foi este o entendimento –: na primeira reunião conjunta das duas CPMIs, a presidência ficou com a CPMI da Compra de Votos. Então, parece-me que poderia haver essa alternância. Não sei se é este o entendimento. Esta, como é a segunda reunião, a presidência poderia ficar com a CPMI dos Correios.

É esta a sugestão que faço a todos os membros.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – V. Ex^a me socorreu porque foi este o entendimento que me passou o ilustre Presidente Delcídio Amaral, que não se encontra presente. Daí por que, nobre Deputada, quero dizer que não tenho o menor constrangimento se o seu ilustre amigo, o Senador Amir Lando, presidir a reunião. Mas o entendimento que me passou o Presidente Delcídio Amaral foi este. Daí por que assumi a Presidência.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ele passou a V. Ex^a o entendimento dele, da CPI dos Correios.

O SR. (Orador não identificado) – (Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Um minuto, Sr. Deputado.

O SR. JAMIL MURAD (PSDB – SP) – Sr. Presidente, o trabalho é difícil, importante, e eu gostaria que começássemos os trabalhos ouvindo quem veio aqui para ser ouvido porque a Nação quer importantes esclarecimentos sobre as questões relativas ao Sr. Daniel Dantas.

V. Ex^a, hoje, está investido da presidência; não está aqui como vice-presidente. Hoje, aí, V. Ex^a é o Presidente, e os trabalhos são difíceis e vão ser compartilhados.

O SR. (Orador não identificado) – Nas ausências do Presidente, o Vice assume, excepcionalmente.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Por mais importante que sejam esses trabalhos, eu exijo respeito. Temos aqui a reunião de duas Comissões. As duas são importantes. Esta história de que a Comissão Mista dos Correios é mais importante do que a Comissão Mista do Mensalão e da Compra de Votos precisa acabar nesta Casa. Estou exigindo respeito. Eu estou pedindo a V. Exª que tomemos uma atitude decente. Quem presidiu a outra Comissão Mista – quando as duas atuaram – foi o Presidente Delcídio Amaral. Eu estava aqui, e eu presenciei. Portanto, não foi presidida pelo Presidente Amir Lando. E temos aqui um outro conceito: é conceito dos mais velhos.

O SR. (Orador não identificado) – Vou responder sem atrapalhar a sessão.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, ela não quer ouvir o depoente.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, vamos encontrar uma saída....

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, vamos ouvir o depoente.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Peço a atenção do Plenário.

Vou responder à nobre e ilustre Deputada por São Paulo, Srª Zulaiê Cobra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu quero dar uma contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Eu vou responder à Deputada e logo em seguida eu darei a palavra a V. Exª.

Nobre Deputada, em nenhum momento, a Mesa ou qualquer Membro das duas Comissões faltou com respeito a V. Exª, que merece todo o nosso respeito e admiração. Em absoluto, faltamos com respeito a V. Exª e quero dizer que não tenho o menor constrangimento – volto a repetir – se vier a presidir o meu ilustre amigo, o Senador Amir Lando. Não tenho, também, vaidade nenhuma.

O SR. (Orador não identificado) – V. Exª chegou primeiro e sentou.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – De maneira que, agora, no momento, eu estou investido da condição de Presidente da CPMI dos Correios.

Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, como é uma reunião conjunta das duas Comissões, e V. Exª é vice-Presidente de Comissão,

e da outra Comissão está o Presidente titular, é lógico que ele assuma a Presidência do trabalho. Acabou. É isso o que diz o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – O nobre Senador Amir Lando me pede a palavra.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Entendo que essa polêmica é desnecessária frente ao que diz o Estatuto. O Estatuto é muito claro, eu não faço nenhuma questão de presidir e não sei nem quem é mais idoso. Mas o que diz é o seguinte:

“Art.103. O estudo de qualquer matéria poderá ser feito em reunião conjunta, com duas ou mais Comissões por iniciativa de qualquer uma delas, aceita, sob a direção do Presidente mais idoso ou ainda nos termos do art. 49.”

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Presidente aqui é somente V. Exª; ele é Vice.

O SR. (Orador não identificado) – Declinem as idades para que a gente possa saber, vamos lá.

O Asdrúbal tem 92. E V. Exª?

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, vamos começar a reunião. Isso é coisa do PSDB e do PFL para não ouvir o depoente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Assume aí, Amir Lando, vamos lá.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, tem que seguir o Regimento, o mais idoso preside.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem. Vamos encontrar uma saída conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, agradeço e peço respeito. Acho que podemos encontrar, dentro daquilo que prevê o Regimento, uma saída conjunta e consensual.

Na última reunião conjunta das duas CPMIs, quem presidiu foi o Senador Amir Lando por ser o mais antigo, o mais velho. A idade do Senador Amir Lando superava a idade do Senador Delcídio Amaral.

Acho que V. Exªs poderiam declinar as idades e, a partir daí, fariam um revezamento, até porque, humanamente, é impossível que qualquer um dos dois possa presidir...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Revezamento se fosse o Presidente Delcídio Amaral. Mas não é o Presidente Delcídio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Deputada Zulaiê Cobra, é humanamente impossível que qualquer um dos dois presida a reunião

por mais de 10 horas, como deve transcorrer a reunião. Não tem problema nenhum o revezamento.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Eu não tenho qualquer constrangimento. Eu não vou disputar e não há nem o quê. Simplesmente é o seguinte: entendo que não tem nenhum problema de revezamento, eu tenho revezado constantemente.

O SR. (Orador não identificado) – Matéria irrelevante.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, vamos suspender a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Peço vênica aos companheiros para decidirmos aqui internamente.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, o Regimento está claro: quem for o mais idoso de V. Ex^{as} preside a reunião.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – É evidente, quando se trata dos Presidentes... Agora é evidente que nós... Ele assume, e vamos revezar sem nenhum problema...

O SR. (Orador não identificado) – Vai revezar, é o bom senso.

O SR. (Orador não identificado) – Faz um revezamento saudável.

O SR. (Orador não identificado) – Vamos ouvir o banqueiro, para saber como ele fazia aquela mágica a favor do Opportunity.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço a compreensão. Era isso o que buscamos fazer, independente de toda essa polêmica.

O SR. (Orador não identificado) – Vai todo mundo aparecer no Globo, fiquem tranqüilos.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – O revezamento seria natural, até porque é humanamente impossível ficar aqui 12, 14 horas uma pessoa só dirigindo.

Vamos começar os trabalhos ouvindo a qualificação e os esclarecimentos iniciais do depoente, Sr. Daniel Dantas.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Membros da Mesa desta Comissão, bom dia.

Meu nome é Daniel Dantas, sou o principal executivo do Opportunity Fund, empresa que detém participações acionárias em várias operadoras de telefonia, particularmente a Brasil Telecom, a Telemig e a Teleamazonia, que estão sendo objeto das investigações desta Comissão.

Gostaria de pedir para abrir mão de fazer uma explanação inicial e podermos entrar diretamente na parte das perguntas e poder preservar o direito, e se achar necessário e possível, de fazer essa explanação no curso do questionamento, na medida em que me fique mais claro qual é a natureza da curiosidade de V. Ex^{as}.

Muito obrigado.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu gostaria que o depoente declinasse o nome da sua advogada.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Da advogada? Daniele Silbergleid, aqui ao meu lado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Com a palavra o Sr. Relator Osmar Serraglio para a primeira inquirição.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, eu tinha pedido pela ordem. Já que V. Ex^a não deu, eu dispenso o pedido pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Peço escusa de V. Ex^a.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente. Presidente Asdrúbal, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Com a palavra V. Ex^a pela ordem.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Sr. Presidente, é por demais conhecido que o Sr. Daniel Dantas gosta muito de ouvir e pouco falar, mas acho que seria importante, de alguma maneira, que pelo menos ele expressasse o seu sentimento do sentido desta convocação. Seria importante que ele pelo menos expressasse por que está aqui e quais são as suas pretensões nesta audiência?

Ele é conhecido como alguém que tem muito costume de ouvir. Eu gostaria que ele falasse um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – O ilustre depoente está acobertado por uma medida cautelar em **habeas corpus** que lhe permite achar se é conveniente ou não. Se ele achar que isso importaria na auto-incriminação, ele pode calar.

Eu indago a V. S^a se deseja falar ou não.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)

– Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente? Aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB

– PA) – Pois não.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Sr.

Presidente, a questão não é de **habeas corpus**. As razões por que o depoente está aqui nós as sabemos. Nós o convocamos. Nós convocamos o depoente para estar aqui, não é o depoente que sabe por que está aqui, nós sabemos! Nós o convocamos. Então, a pergunta é inócua. Agora, se o depoente quer fazer uma exposição antes ou depois, não é problema de ter ou não **habeas corpus**, é a vontade e a necessidade de fazer...

Ele deixou claro que quer primeiro o que os Deputados querem perguntar, para que ele possa fazer a exposição.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB

– PA) – Agradeço a V. Ex^a, até porque a exposição dele é livre. Ele a fará ou não.

Com a palavra a ilustre Deputada Juíza Denise Frossard.

A SR^a JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, somente a título de uma pequena reflexão que eu submeto a V. Ex^a, cumprimentando a Mesa. Talvez fique fora, tanto para o depoente quanto para os Deputados e Senadores aqui, que quem fez o requerimento fez a justificação. Ou as pessoas que o fizeram. Então, seria bom que se lesse a justificação do requerimento dos autores para a oitiva e a partir daquilo se iniciam as perguntas pertinentes, para deixar um norte, digamos assim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB

– PA) – V. Ex^a...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, como relator...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB

– PA) – V. Ex^a, em parte, tem razão, mas, no momento em que foi feita a convocação, todos tomaram conhecimento da justificativa, dos motivos que levaram à convocação. De maneira que entendo ser dispensável a leitura, neste momento, para maior celeridade dos trabalhos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB

– PA) – Passo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Daniel Dantas, de qualquer modo, na direção do que o Plenário

vem manifestando, é evidente que todos precisamos, para que possamos aprofundar o nosso questionamento, ter um suporte histórico básico do nosso informante, sobremaneira em relação a dois pontos que são cruciais, porque são objeto da nossa investigação.

Quais são os dois? Tudo que diz respeito à participação do informante em relação às concessionárias de serviço público, mais especificamente em relação às “teles”. E a par disso, a sua interlocução em relação aos fundos. De modo que a minha primeira pergunta vai oportunizar essa resposta que se pretende e também traduz a justificativa do requerimento.

A pergunta, Sr. Daniel, é a seguinte: nós gostaríamos que cronologicamente V. S^a nos indicasse, evidentemente naquilo que for de maior relevância, desde o primeiro momento em que participou de aquisições de estatais, de que forma participou e em que momento a sua interlocução se deu com os fundos de pensão. Um relato sintético a esse propósito.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB

– PA) – Muito obrigado.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Em 1996,

a nossa empresa foi procurada pelo Citibank que tinha intenção e desejo de montar um fundo para investir na América Latina. Eles estiveram no Brasil, conversaram com alguns bancos de investimento, algumas empresas especializadas e nos escolheram para ser seus parceiros nesse empreendimento. Tivemos a reunião com o Citibank, e eu disse a eles que não tinha condições de lhes auxiliar em investimentos na América Latina, eu podia apenas investir no Brasil, eu não detinha proficiência nos outros países e não achava que a sabedoria recomendava encampar uma responsabilidade daquela magnitude num terreno no qual eu não tinha proficiência.

Disse a eles que, se porventura quisessem investir nos outros países, talvez fosse mais prudente ou mais adequado escolher empresas de cada uma dessas nacionalidades. Na época, existia uma disposição do Banco Central americano do qual eles não poderiam deter a maioria de um fundo de investimento porque, se assim o fosse, teriam penalidades do ponto de vista contábil, iam ter que registrar esses investimentos como imobilizado, e isso traria desvantagens econômicas para a instituição. Foi-nos então dito que, para que essa iniciativa pudesse se concretizar, era necessário captar recursos institucionais, outros adicionais aos recursos que seriam investidos pelo Citibank. O volume de investimentos que eles fariam era expressivo e catalisaria e fomentaria outros investidores que nos acompanhariam nessas iniciativas.

Havia uma perspectiva, que foi concretizada, de que pudéssemos trazer para o Brasil algo em torno

de US\$3 bilhões. Eu, em conjunto com os representantes do Citibank, fomos ao Governo brasileiro, inicialmente ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, e pedimos e sugerimos que, se fosse possível, criar uma linha e uma estrutura que pudesse apoiar esse tipo de iniciativa.

Fizemos uma primeira explanação do que se tratava esse tipo de fundo, que, em inglês, chama-se um fundo de **private equity**, mas, como acho melhor usar o termo em português, se pudesse arriscar uma tradução, um fundo de participações privadas.

Hoje, nos países desenvolvidos, esse talvez seja a grande mola do capitalismo inovador nos Estados Unidos e na Europa. Existe mais ou menos US\$1 trilhão investidos nesses fundos. Toda a costa oeste americana é povoada de iniciativas que são fomentadas por esse tipo de estruturas, que são especializadas em captar recursos institucionais e aplicar recursos fomentando empreendedores, empresas, quer viabilizando novas iniciativas, quer mudando a equação gerencial de iniciativas já existentes, ou seja, reestruturando operações que já existiam.

O Governo, na época, achou que seria interessante, e o BNDES criou uma linha para apoiar esse tipo de iniciativa e algumas outras vieram atrás. Precisávamos também captar recursos institucionais e abordamos o único mercado institucional que existia no Brasil naquele momento, que eram os fundos de pensão. Depois de muito trabalho, conseguimos captar desses fundos um valor que era bastante inferior ao que traríamos de fora, mas que fechava a equação e conseguia atender aos requisitos legais para poder trazer os recursos do exterior.

Nessas estruturas é comum... Qual é o papel do administrador do fundo de *private equity*? Ele identifica a oportunidade; ele adquire o investimento; ele escolhe os gestores que vão tomar conta; que vão gerenciar esses investimentos; ele fixa metas e objetivos; ele fixa remuneração; ele tenta estudar o contexto para dar orientações estratégicas; ele cobra resultado; ele presta atenção se, porventura, em algum momento, esse investimento se torna conveniente de ser vendido e, se assim for, o vende ou o refinancia, ou seja, procura outro investidor para substituir aquele que já está com seu período maturado.

Foi assim que procuramos os fundos de pensão e fizemos uma estrutura conjunta. Essa estrutura contou com algo diferente, porque, como toda atividade pioneira, ela esbarrou em algumas particularidades que tivemos de resolver com uma solução tópica, construída para aquela situação, que era basicamente a seguinte: o Citibank gostaria de ter seus investimentos feitos por meio de um fundo constituído nas Ilhas Cayman, por

razões fiscais, nos Estados Unidos. Os investidores institucionais brasileiros interpretavam que, de acordo com a regra da Receita Federal, se ele, porventura, investisse em um fundo fora do Brasil, eles perderiam a isenção fiscal. Então, foi feita uma estrutura de mais de um fundo, que investiriam nas mesmas iniciativas e esses fundos eram amarrados por contratos para funcionar como se um fundo só fosse, basicamente para poder atender aos objetivos fiscais de cada um dos participantes e, ainda assim, tentar preservar o espírito da unidade inicial. Assim, começamos nessa iniciativa.

Não sei se o senhor gostaria que eu dissesse mais um pouco: como participamos, de que leilões participamos. Isso estenderá um pouco o tempo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Talvez abreviadamente, mas gostaríamos que essa estrutura societária fosse desenhada aqui.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Perfeitamente.

Basicamente, três fundos funcionaram em (*Inaudível.*): um fundo em que o Citibank era o único cotista; outro fundo em que clientes do Opportunity Fund, que já era um fundo nosso, eram os cotistas; e outro fundo em que investidores institucionais brasileiros e o BNDES eram os cotistas. Esses três fundos tinham a nossa responsabilidade da administração. E é comum...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Daniel, nessa estrutura de instituições brasileiras, quem seriam essas iniciais e qual a participação delas?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Vou pedir para pegar um papel porque posso lhe dar com precisão. (Pausa.)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Para simplificar sua fala, a sua ligação comercial ou privada com o Citibank, essas coisas, a nós não interessa. Gostaríamos que V. S^a focasse, muito particularmente, os fundos relativamente ao Opportunity, essa ligação. (Pausa.)

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Nesse fundo administrado pelo Opportunity, para o qual foi captado dinheiro, a Previ detinha 26,92%; a Funcef, 19,42%; a Sistel, 17,78%; o BNDESPar, 7,17%; uma empresa nossa do Opportunity, 0,36%; a Valia, Fundação da Vale do Rio Doce, 4,53%; a Forluz, 2,72%; a Celus, 1,81%; a Fachesf, 2,72%; a Copel, 1,81%; a empresa privada também Delta, 0,54%; a Telus, Fundação da Embratel, hoje privada, 4,98%.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Daniel, V. S^a teria condições de nos disponibilizar uma cópia desse material?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Sim, sem nenhum problema.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Enquanto não temos isso, V. S^a teria condições de traduzir o que significou esse investimento da Previ, em valores, na ocasião, e quanto seriam hoje, atualizando a moeda, esses 26,92%, o da Funcef.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – A Previ, na época, investiu R\$150 milhões; A Funcef, R\$110 milhões; o BNDES, R\$40 milhões; e os outros fundos de pensão em conjunto, R\$225 milhões.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quais são os fundos de pensão em conjunto que perfazem R\$225 milhões?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – R\$225 milhões.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quais são os fundos que estão nessa...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu listei: era a Sistel, que hoje é privada; a Valia; a Forluz; a Celos; a Fachesf; a Copel. Se os senhores pedirem, posso mandar fazer um resumo detalhado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Seria interessante.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Perfeito. Estou anotando aqui.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Bom, feita essa estruturação, quem negociou com V. S^a nessa oportunidade? Quem eram os representantes desses fundos que fizeram essa negociação com V. S^a?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Cada um dos fundos...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Essencialmente desses maiores, os três ou os quatro maiores que foram anunciados.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Cada um desses fundos tinha uma administração. Eu, pessoalmente, não negocie com nenhum deles; pessoalmente, não negocie com nenhum deles. As pessoas que trabalham comigo negociaram com os fundos.

Eu me lembro da Previ, especificamente, cujo Presidente era o Sr. Jair Bilachi. Dos outros fundos, eu não me lembro do nome dos administradores.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a está dizendo que não era V. S^a que negociava essa construção?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Diretamente, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quem era?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eram pessoas que trabalhavam conosco, captadores que traba-

lhavam conosco no Opportunity. Havia profissionais especiais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quem eram esses captadores?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Havia o Maurício Gentil, que não trabalha mais conosco hoje; havia o Carlos Rodenburg, que trabalhava conosco ainda; o Artur Carvalho. Eram pessoas que trabalhavam conosco.

As negociações foram muito demoradas; foi muito tempo de negociação, quase seis meses.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a, pessoalmente, não negociou com os Presidentes dos fundos?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não. Eu, pessoalmente, não negocie com os fundos; eu negocie com o Citi.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Se V. S^a negociou com o Citi, está dizendo que foi o Citi que negociou com os fundos?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, o Citi não negociou com os fundos. O Citi esteve com os fundos e fez uma apresentação com eles do que era a atividade de *private equity*. Eles tinham um volume imenso de investimentos nessa área, tinham mais de 300 empresas no mundo inteiro, investiam em todos os Continentes e fizeram uma apresentação aos fundos, mostrando como essa atividade era administrada por eles nos países em que eles a tinham (*sic*). Mas o Citi não negociou com os fundos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu entendi o que V. S^a disse: quem administraria seria o administrador do fundo.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O administrador dos três fundos seríamos nós.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas, nessas circunstâncias, salvo eu não tenha acolhido adequadamente a informação, o Opportunity tinha 0,36%?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, não. O Opportunity tinha 0,3% do fundo em que os investidores institucionais estavam investindo. O Opportunity tinha 100% de outro fundo, e o Citibank tinha 3% de outro. Eram três fundos que estavam investindo em conjunto nessas iniciativas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas, nesse universo dessa formação estrutural, qual é o capital?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Desculpe-me!

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Investindo 150, 110, 40.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Certo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Qual era o total desse capital quando investido?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O total de investimentos – quer dizer, dando uma ordem de grandeza – através desse fundo, mais o fundo do Citi, mais o fundo do Opportunity era da ordem de três vezes esse montante.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Três vezes de qual montante?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Dos 560 que foram investidos pelos investidores institucionais brasileiros.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Os brasileiros investiram 560?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Quinhentos e sessenta milhões como um todo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O Grupo Citi investiu?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – US\$700 milhões.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando V. S^a diz 560 refere-se a dólares?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, reais. Os fundos nacionais estão todos contabilizados em reais, e os fundos estrangeiros estavam contabilizados em dólares.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O Citi investiu 700...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – US\$700 milhões.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E o Opportunity investiu quanto?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O Opportunity Fund deve ter investido... eu não tenho aqui o número. Mas, dando uma ordem de grandeza, deve ter sido da ordem de uns 200.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– De?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Uns US\$200 milhões.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– US\$200 milhões.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Talvez um pouco mais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quais teriam sido as empresas do Grupo Opportunity que teriam alocados esses US\$200 milhões?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não foram empresas do Grupo Opportunity. Isso é investimento de um outro fundo administrado pelo Opportunity.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É por isso que eu insisto. Nós gostaríamos de saber – e a imprensa tem traduzido isso – que o papel de V.

Ex^a é esse, de administrador do Fundo. Portanto, não tem uma expressão econômica interna na estruturação, mas comanda toda a sociedade.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – É exatamente esse o ponto. Nós somos administradores de recursos de terceiros. E exatamente o que a imprensa está dizendo é o que nós fazemos: captamos recursos para investir em um empreendimento.

A crítica é mais ou menos feita da seguinte forma: se vocês não têm participação acionária expressiva, não deveriam, na verdade, ter o direito de comandar. O que acontece com essas estruturas de fundos é exatamente isto: gente que tem a proficiência, que consegue gerar a rentabilidade é quem gere; e os aplicadores aplicam o dinheiro com o objetivo de obter o retorno.

Darei um exemplo: nós temos um fundo aberto, um fundo de ações aqui no Brasil, que também é um fundo gerenciado pelo Opportunity. Nós não temos a maioria dos recursos no fundo, mas vou dar um dado para os senhores: ontem, fazendo esse levantamento para trazer elementos para esta Comissão, fizemos as contas. Quem investiu US\$10 mil neste fundo em 1985 teria hoje US\$5.2 milhões.

O objetivo do investidor é o retorno. O que o cotista do fundo que teria investido US\$10 mil e que teria obtido esse rendimento fez do ponto de vista de influência? Nada. Eles não deram nenhuma opinião. Aliás, se tivéssemos que fazer uma assembléia permanente com todos os cotistas para decidir o que comprar e o que vender a cada momento, eu arriscaria dizer que nem US\$10 mil teria.

Então, na verdade, a função do gestor de recursos de terceiros é exatamente esta: coordenar as iniciativas para gerar rentabilidade. No caso, até nos foi exigido pelo Citibank que eles gostariam que o próprio Opportunity tivesse alguma participação, porque eles dizem o seguinte: “Nós queremos que vocês tenham dinheiro aplicado na própria iniciativa para aumentar o seu incentivo”. E tem. Mas isso não é essencial, o essencial é ter a proficiência. E a escolha do Citi, na verdade, quando nos convidou para ser administrador dos seus recursos e nos contratou por um período de 10 anos para gerenciar esse empreendimento, foi com essa função.

A distorção que se está tentando criar é tentar voltar a uma visão patrimonialista em que se pensa da seguinte forma: “Bom, a maioria dos acionistas é que deveria, a cada momento, optar por qualquer decisão”.

A maioria dos acionistas optou, no momento em que fizeram o contrato, por essa decisão. Quer dizer, os fundos de pensão não foram obrigados a investir nessas iniciativas.

Aliás, essas iniciativas tiveram retornos muito expressivos. Só para dar uma idéia para os senhores, quando a Brasil Telecom foi comprada por esse consórcio de fundos, ela tinha R\$200 milhões em caixa; hoje, tem R\$2,5 bilhões. Isso foi gerado pela administração que nós indicamos; depois, a distribuição de expressiva quantidade de dividendos.

O nosso trabalho e o nosso objetivo é fazer os empreendimentos renderem. Esse é o trabalho. Como isso é feito? Isso é feito por meio de uma escolha de gestão da melhor qualidade que pudermos, tentarmos dar orientações estratégicas do melhor nível e, evidentemente, o nosso investimento nessas iniciativas existem porque acreditamos nelas, mas a atividade da administração de recursos de terceiros é muito diferente da atividade patrimonial, a respeito da qual se diz o seguinte: “o proprietário é que vai gerir”.

Aliás, se olharem o mundo como temos hoje, a Previ, por exemplo, não é gerida pelo proprietário dos recursos, mas por um administrador indicado. O Citibank, hoje, por exemplo, não é gerido por um dono, mas por uma pessoa indicada pelo Conselho de Acionistas.

Então, foi dentro desse espírito que se montou esse tipo de negócio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Como iniciativa particular, é perfeitamente aceitável esse raciocínio. A dúvida que nos toma é que estamos tratando de dinheiro de fundos de pensão, e eles teriam transferido esse poder de comando dos recursos deles, porque investiram numa estrutura societária de tal forma que, salvo engano, 90% do capital reunido não teria poder decisório. Desse modo, o sócio minoritário comandaria. Por isso, coloquei de lado os recursos particulares, mas os recursos de fundos estão sendo geridos.

A pergunta que tenho – e juridicamente nunca analisei – é até que ponto um fundo pode dispor desses recursos para que alguém, em particular, diga o seguinte: “Vocês assinaram um contrato, eu tenho menos de 10% e quem comanda sou eu”. Então, vem o rol todo do que V. S^a anunciou como sendo de competência do administrador do fundo. Eu queria adensar isso.

Eu tive oportunidade de ler uma ação que tramita em Nova Iorque em que fica claro que, quando se colocou o desenho estrutural desse ajuste, abriu-se mão, porque, efetivamente, é uma técnica de administração essa de se conferir aos fundos esse poder. Mas, evidentemente, havia, a par dessa liberdade, o conceito ético. Lá, o que se ultrapassa na ação, pelo que estudei, e o que se chama a atenção é o conceito ético. Eles dizem: “Tudo bem, nós assinamos”.

O Sr. Daniel Valente Dantas tem o poder de administrar, mas ele precisa fazê-lo de forma que o interesse da junção de fundos – enfim, da sociedade – seja prioritário. Lá, eles estão acusando. A iniciativa privada, o Citibank, está acusando que V. S^a teria direcionado no sentido do interesse particular, privado do administrador do fundo – e não da sociedade.

Esse fato, também, de alguma forma, vem sendo aventado pelos fundos. E a nossa preocupação é exatamente, volto a dizer, em relação aos fundos.

O que V. S^a diz dessa dúvida levantada tanto pelo Citibank quanto pelos fundos?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu digo que essa dúvida, essa acusação do Citibank não é verdadeira. E eu, ao longo desse dia, vou ser capaz de provar isso aos senhores.

Outros fatores entremearam-se, e, desde que fizemos esses investimentos, é uma constante a interferência política nessas estruturas com objetivos diferentes dos objetivos de gerar o máximo possível retorno para os investidores. No meu entendimento, na fase final em que nós convivemos, de uma forma ou de outra, o Citibank também passou a fazer parte dessa situação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não entendi essa afirmação. V. S^a está dizendo que os interesses políticos conduziram a uma administração prejudicial aos fundos?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Poderia traduzir concretamente o que aconteceu?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Em várias vezes. No primeiro exemplo que posso dar, talvez o mais didático, mais fácil e mais nítido, foi quando a Brasil Telecom decidiu comprar a Companhia Riograndense de Telecomunicações. Por isso, pensei que fosse melhor fazer a explanação depois, porque são tantos elementos e detalhes que fica mais fácil fazer uma síntese do que uma explanação inicial.

Por força do leilão da Telebrás, a Telefônica teria adquirido a Companhia Riograndense de Telecomunicações num primeiro leilão feito pelo Estado do Rio Grande do Sul.

No leilão da Telebrás, a companhia Telefônica adquiriu a Telesp e, por força de regulamento – o regulamento da Anatel impede que uma empresa que administra a concessão numa região possua uma operação de telefonia fixa em outra região –, a Anatel deu 18 meses à Telefônica para poder vender a CRT, que era a Companhia Riograndense de Telecomunicações; e só poderia comprar a CRT alguma empresa que fosse da região. Havia, na verdade, uma pequena empresa no Rio Grande do Sul, que não tinha capital,

e a Brasil Telecom era a única que tinha condições e porte para fazer a aquisição.

Ainda por força do regulamento da Anatel, por esdrúxulo que pareça, mas enquanto a Companhia Riograndense de Telecomunicações não tivesse cumprido as suas metas de universalização, a empresa, na mesma região, que era a Brasil Telecom, não poderia desenvolver outra atividade, como telefonia móvel ou longa distância. Então, a Brasil Telecom, de uma certa forma, dependia do cumprimento de obrigações por uma entidade outra, e a Telefônica era obrigada a vender e tinha 18 meses para tal.

Houve negociações entre Brasil Telecom e Telefônica nesse sentido, mas a Brasil Telecom tinha uma expressiva margem de vantagem na negociação, porque, para os senhores entenderem, um vendedor tinha uma data limite na qual ele era obrigado a vender aquela participação e, caso ele não vendesse, a Anatel teria que intervir e, caso a intervenção não resolvesse, haveria a cassação da concessão.

Na cassação da concessão, o que a Telefônica receberia seria muito pouco e até duvidoso, porque fica credor do Governo, não sabe perfeitamente quanto é que o Governo paga e tal. Isso daria uma margem de vantagem muito grande à Brasil Telecom nessa negociação, mas, numa conversa com a Telecom Itália e com o próprio Ministério das Comunicações, optou-se por tentar fazer uma coisa justa, não necessariamente tirando todo o proveito a que a situação empresarial livremente dava o direito, e a Brasil Telecom fez uma proposta para comprar essa participação por US\$730 milhões.

Ocorre que a Telefônica deu um prazo muito curto para que fosse feita a proposta. Essa proposta, acho que foi encaminhada numa quinta-feira, acho que 31 de janeiro de 2000, e, no dia seguinte, a Telefônica publica um balanço em que mostrava ter havido uma perda de mais ou menos 20% do patrimônio da Companhia Riograndense de Telecomunicações ao curso daquele ano, o que significava que o preço dos US\$730 milhões que tinha sido ofertado estava excessivo.

Fizemos reuniões e decidimos abaixar esse preço em 100 ou 150 milhões, dado o prejuízo que a Companhia mostrou, e no balanço mostrava que havia insuficiência de ativos e tal. Isso foi numa quinta. Na segunda-feira, a Telecom Itália, naquela época gerida por uma outra empresa, que não é o atual controlador da Telecom Itália, chega ao Brasil e nos avisa que já tinham fechado o acordo com a Telefônica no exterior e que tinham concordado em pagar US\$850 milhões pela compra da CRT.

Foram para Brasília os administradores da Telecom Itália e fizeram uma cerimônia, em que estavam

presentes o Ministro da Comunicação e o Presidente da Anatel, com o objetivo de assinar o contrato de aquisição por US\$850 milhões. O Presidente da Brasil Telecom nos liga e pergunta o que fazer. Dissemos: “De jeito nenhum. Nunca concordamos com esse preço, a estratégia é baixar o preço porque houve um balanço publicado ilustrando ter havido prejuízo”...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Daniel, quem havia ajustado esse valor de 850? Com quem?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – A Telecom Itália e Telefônica, no exterior. Eles vieram...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas com que interesse, numa situação em que havia 20% de prejuízo? Quer dizer, era abaixo de 700 e ia para 500? De onde vem o interesse? V. S^a disse que havia interlocutores políticos nisso.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Vou prosseguir a explanação: o contrato não foi assinado, foi uma confusão enorme, uma briga infernal, e aí começaram as pressões. Primeiro, os fundos de pensão pressionando fortemente na direção da aquisição da CRT, nas condições que a Telecom Itália tinha acordado, que eram em excesso àquilo que faria sentido e àquilo que tinha sido autorizado ou aprovado. Em sequência disso, nós nos recusamos e passamos a ser pressionados pelo Ministério das Comunicações, à época. As pressões eram grandes, querendo que acabasse logo o negócio, que tinha de comprar, que tinha de resolver, que não podia tirar proveito, etc. e tal. Nós resistimos e, depois de algum tempo, a Anatel interveio na companhia e, na intervenção, foram nomeadas, inicialmente, pessoas da Brasil Telecom, porque era o segundo maior acionista para gerir no lugar da telefônica. Depois, teve uma segunda intervenção e, por fim, houve uma situação em que, se o negócio não se resolvesse, haveria a cassação da concessão.

Fui chamado a Brasília, me foi dado uma semana, porque esse assunto tinha de ser resolvido de qualquer forma. Por estranho que pareça, a aquisição da CRT se deu numa sexta-feira à noite na sede da Anatel. Nessa reunião, a Anatel convocou a telefônica, nos convocou, convocou a Brasil Telecom e convocou a Telecom Itália, dizendo o seguinte: “Vocês têm de resolver esse assunto hoje”. A Telecom Itália, imediatamente, no começo da reunião, disse: “Olha, nós autorizamos a pagar US\$850 milhões”.

Os nossos negociadores ficaram numa posição muito desfavorável. Os fundos de pensão exigiram que nós, do Opportunity, nos retirássemos da negociação por não sermos membros da administração da companhia. E nós éramos a força que estava ajudando na resistência ao sobrepeso.

Ficou apenas o Presidente da Brasil Telecom, cercado com um ou dois advogados, numa negociação em que tinha um batalhão do outro lado. O Dr. Mauro Sales tinha sido contratado como uma espécie de apoio à negociação e também foi impedido, cancelaram o contrato dele para que ele não pudesse... Aliás, não cancelaram o contrato, pediram a suspensão dos seus esforços. E, no final das contas, o que foi possível foi tirar US\$50 milhões. E, na verdade, a Brasil Telecom adquiriu a Companhia Riograndense de Telecomunicações por US\$800 milhões, quando, no nosso entendimento, teria sido possível fazer essa aquisição entre 550 e 600.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. depoente, quem eram os gestores dos fundos que estavam realizando essa pressão que V. S^a noticia?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Os gestores dos fundos de pensão naquele momento... Basicamente, a pressão era da Previ.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Da própria Presidência?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – A presidência da Previ... Tive apenas uma reunião na Previ, uma reunião grande, com muitas pessoas, em que fomos protestar contra as pressões e contra o que a Telecom Itália estava fazendo em relação a essa aquisição. Nessa reunião, estavam presentes: eu; estava presente o Presidente da Previ, que era o Sr. Luiz Tarquínio; estava presente um Diretor, que hoje é presidente da Previ, o Sr. Sérgio Rosa; estava presente o advogado Modesto Carvalhosa, que, na época, era presidente do Conselho de Administração da Brasil Telecom; o Artur Carvalho, que trabalha comigo; e o Sr. Henrique Neves, que era o Presidente da Brasil Telecom naquela ocasião.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a, na oportunidade, evidentemente, manteve conversações tentando demonstrar que estava havendo um prejuízo para os fundos?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Nós mostramos que estava havendo prejuízo para a companhia e, por conseguinte, para os fundos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E que argumentos eram usados para que se desprezasse isso que V. S^a sustentava?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Essa reunião foi em maio de 2000.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que argumentos eram utilizados pelos gestores dos fundos para convencer no sentido de que a negociação não era prejudicial?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Que, estrategicamente, era importante fazer a aquisição, que era importante do ponto de vista estratégico, que...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas, estratégico dos fundos, do governo? Estratégico do quê?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Era dito que estratégico. Depois, em algum momento mais tarde, numa entrevista, fizemos uma interpelação, e um dos membros da diretoria da Previ na época, o Sr. Henrique Pizzolato, mandou um relatório em que ele dizia que essa aquisição foi feita por esse preço por ter sido pressionado pelo Banco do Brasil.

Na época, o próprio Mauro Sales teve reuniões com o Presidente do Banco do Brasil. O Presidente do Banco do Brasil apoiava a aquisição por esse preço, e o Sr. Henrique Pizzolato manda esse relatório; relatório esse que, inclusive, encaminhei ao Ministro José Dirceu, num dos nossos encontros.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a poderia prosseguir no esclarecimento histórico, embora de forma abreviada, por gentileza?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Me desculpe. Após...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não vou continuar agora sobre o Pizzolato porque teremos uma oportunidade na evolução histórica, quando ele chegar nessa última negociação do “put”, que o Deputado Fraga questionou ao Tribunal de Contas da União. Mas estamos ainda no ano de dois mil e pouco; chegaremos a 2005.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Mas, esse final, nós não entendemos. Se ele pudesse repetir...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O final é o seguinte: numa das reuniões que tive com o Ministro José Dirceu, encaminhei a ele esse relatório, mostrando a situação que tinha havido no passado em relação aos fundos, que foi um relatório que acho que era uma interpelação que a Brasil Telecom fez ao Sr. Henrique Pizzolato, em que ele declarava, ainda na gestão da Previ, ter sido pressionado pelo Banco do Brasil para forçar a aquisição da CRT por um preço acima do que era necessário.

Posso enviar cópias. Não sei se tenho aqui.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando V. S^a entregou esse relatório ao Ministro, aproximadamente?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – **Vou anotar todos os pontos que V. S^{as} gostariam de receber e podemos encaminhar.**

Mas, além do relatório do...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A função, o cargo que o Sr. Pizzolato exercia nessa...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O Pizzolato era Diretor da Previ, Diretor eleito da Previ, eleito pelo quadro de funcionários do Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Sr. Relator, um momento. Dentro do processo de revezamento que entendemos aqui, vou me retirar agora. Passo a Presidência ao eminente Senador Amir Lando e, depois, nós nos revezaremos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra o Exmº Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu gostaria que o informante, como eu disse, em fala um pouco abreviada, prosseguisse no seu relato nessas transações entre os fundos Brasil Telecom até chegarmos a essa última situação atual, em que hoje V. Sª contende com o Citigroup nisso tudo.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Só para complementar com relação à CRT, se o senhor me permitir, o Sr. Mauro Sales, que, na época, tinha sido contratado pela Brasil Telecom para nos ajudar nesse esforço de conter a empresa a ter que pagar pela CRT mais do que era necessário, enviou cartas ao Ministro Pimenta da Veiga, ao Presidente da Previ, Luiz Tarquínio, ao Sr. Pedro Parente, ao Sr. Alcides Tápias, ao Sr. Andrea Matarazzo, ao Sr. Renato Guerreiro, ao Ministro Pimenta da Veiga. Enviou cartas ao...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quem mandou essas cartas?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O Sr. Mauro Sales. Ao Presidente Fernando Henrique Cardoso...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Com que conteúdo?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Chamando a atenção de que a Brasil Telecom estava injustamente sendo pressionada pelos Fundos e por parte do Governo para pagar pela Companhia Riograndense de Telecomunicações mais do que era necessário e mais do que era desejável.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E avançando no tempo, agora...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vou pedir ao som que levante um pouco mais porque está difícil e vou pedir a todos, sobretudo nessa parte aí...eu respeito muito a imprensa, a imprensa deve falar... mas, aqui, nós queremos o silêncio de todos, de todos os assessores, senão nós não podemos ouvir o Sr. Daniel. Que essa porta também seja fechada. O Sr. Daniel não tem essa voz retumbante e nós temos que ouvi-lo na sua dicção, na sua forma de expressão.

Então, eu peço a todos um pouco de silêncio para que a gente possa... o depoimento é muito importante e entendo que todos nós teremos que ouvi-lo.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O senhor me desculpe pelo timbre de voz.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Daniel, eu queria que o senhor mantivesse sempre o raciocínio, porque o senhor tem uma linha histórica a nos contar. De vez em quando, lamentavelmente, para não perder o *time*, eu atravesso com alguma pergunta.

A pergunta, agora, é a seguinte: hoje, analisando aquela sustentação de V. Sª por ocasião da negociação da CRC, V. Sª acha que quem tinha razão? Passados cinco anos, quem tinha razão naquela opção? Quem investiu, ainda que alto, teve oportunidade de recuperação ou realmente foi uma decisão em que V. Sª tinha razão?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Olhe, na verdade, para ser muito franco aqui, eu acho que talvez até nenhum dos dois tivesse razão, porque a realidade é que ela valeu menos, inclusive, do que o preço que nós achávamos que devia pagar.

Depois dos levantamentos futuros que foram feitos, havia mais defeitos e mais insuficiências na CRT do que nós tínhamos sido capazes de suportar. Então, a aquisição da CRT pela Brasil Telecom por aquele preço foi um negócio que, de qualquer forma, não se justificou. Ele era importante do ponto de vista estratégico, porque se não tivesse feito a aquisição da CRT, a Brasil Telecom estaria impedida de desenvolver outras atividades, mas a operação em si da CRT ... Existe um laudo que depois foi feito mostrando – inclusive numa iniciativa judicial que a Brasil Telecom resolveu tomar contra a Telecom Itália, pedindo o ressarcimento do que foi obrigada a pagar a mais – que o valor da CRT, de fato, era bem inferior ao que foi pago e até inferior ao que, naquele momento, mesmo com todas as precauções, nós imaginávamos que se justificaria.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, como estratégia solucionou, mas como retorno aos Fundos, V. Sª avalia em quanto o prejuízo dos Fundos só nessa operação, atualizando?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Olha, eu teria que fazer uma conta, uma conta...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Aproximada.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu teria que fazer uma conta, mas deixe-me calcular aqui.

A participação dos Fundos na Brasil Telecom não é muito grande, entendeu? Então, para a Brasil Telecom como um todo o prejuízo é grande e a Brasil Telecom tem, na verdade, 80% de acionistas. Mas os Fundos de pensão...

Para ter uma idéia, o seguinte: a Previ detém apenas 3.4%. A participação é muito pequena, entendeu?

Então, se imaginar o prejuízo para o Fundo, não é um prejuízo tão grande. O prejuízo para a companhia é um prejuízo muito grande. E é justamente o fato de que pequenas participações podiam ter a capacidade de influir sem a responsabilidade contratual que acabava motivando operações que não faziam sentido do ponto de vista econômico.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. Sª pode prosseguir no histórico dos fundos Citi e Teles.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Quer dizer, eu desviei de um assunto que tinha sido: evidências de negócios de que os Fundos participaram que tenham sido detrimamentais aos próprios Fundos, e a CRT foi um exemplo.

Devo seguir na linha de outros exemplos ou devo voltar no eixo da história?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Se tiver outros exemplos evidentes de prejuízos aos Fundos, nós gostaríamos que evidenciasse.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Nós tínhamos uma associação também com uma empresa canadense, TIW, que em algum momento os Fundos decidiram pedir a dissolução de uma companhia da qual o Fundo administrado por nós, que os Fundos investiam e faziam parte, e cuja dissolução daria grandes vantagens ao grupo canadense. Eles entraram na Justiça com esse pedido e, na verdade, nós defendemos, obtivemos êxito na defesa. Eles, hoje, reclamam na Justiça que essa defesa teria custado caro.

De fato, a defesa custou caro, mas quem propôs a dissolução... Os senhores imaginem o seguinte: existia uma empresa chamada Newtel, que tinha o controle da operação da Telemig e da Telenorte, e a empresa canadense era minoritária. E os Fundos decidiram, então, pedir a dissolução da empresa da qual eles faziam parte, que era majoritária, para fazer uma aliança com a minoritária, isso dando uma vantagem, caso houvesse êxito na iniciativa, para os acionistas canadenses. Quer dizer, não foram poucas as vezes em que o comportamento dos Fundos não teve a maior racionalidade.

Outras vezes, os Fundos reclamam muito que eles estavam insatisfeitos com o fato de nós mandarmos na companhia. Isso tinha sido o objeto do contrato. Faço, assim, uma comparação. Os senhores imaginem o seguinte: se os senhores comprassem a maioria das passagens de um voo de avião, que estivesse indo daqui para os Estados Unidos, e, em algum momento, a maioria dos passageiros dissessem que gostaria de pousar em outro lugar. O piloto pode dizer: “Não, eu fui contratado para voar até esse destino e esse é o meu

trabalho. Uma vez que o contrato original foi esse, é isso que vamos fazer”.

Nós devíamos obrigações para um conjunto de investidores, conjunto esse que tinha contratado, combinado e acordado um determinado objetivo. Se, em algum momento, alguém muda de objetivo, houver mudança de administração dos Fundos, é natural que não possam se prejudicar os demais.

O que foi feito constantemente, insistentemente e freqüentemente, foram propostas aos fundos de aquisição da sua participação ao justo valor. E essas propostas nunca foram levadas em consideração. Os Fundos nunca se motivaram a receber as participações em dinheiro.

É importante chamar a atenção para um ponto: quando os Fundos fizeram esse investimento conosco, eles investiram dinheiro, eles não investiram em empresas. Essas empresas foram o produto do trabalho da administração.

Todas as vezes que nós oferecemos aos Fundos receber de volta o seu dinheiro, acrescido da rentabilidade, os Fundos não se interessaram. O que os Fundos queriam, a todo tempo, era transferir o controle das empresas que eram objeto de investimento do Fundo para outros, às vezes para Telecom Itália, em outro momento para a Telemar, mas sempre algum outro interessado, que seria o beneficiário dessa iniciativa.

Em nenhum momento houve uma discussão detalhada ou séria em que se dissesse o seguinte: “Não, eu não gosto do senhor. Não importa por quê. Quero o meu dinheiro de volta.” Não, “o meu dinheiro de volta” nunca ninguém pediu. “Eu quero as empresas que estão aí no portfólio dos Fundos; eu quero o controle dessas empresas”.

Eles não nos aportaram essas empresas. Quem identificou os investimentos, quem construiu as estruturas, quem participou dos projetos fomos nós. E essas empresas, na verdade, os outros Fundos também detinham a participação. Seria também legítimo os Fundos de pensão também dizerem o seguinte: “Olha, nós, na verdade, não queremos mais o senhor como administrador. Vamos fazer o seguinte: vamos comprar a participação dos demais e pronto. E aí, a partir disso, nós vamos ficar com essas empresas e faremos delas o que quisermos.” Isso também não foi proposto.

Então, na verdade, nós tínhamos o dever de defender os nossos clientes até o último. Então, na medida em que um se desgarrou, a anatomia desses três Fundos juntos criava uma circunstância em que, se dois se juntassem, eles produziriam a maioria, que poderia trazer prejuízos ao outro.

Ainda na nossa administração, isso era impossível, por quê? Porque nós tínhamos a obrigação fiduciária

ária para com todos. Nós tínhamos contrato de gestão com todos os Fundos. Então, tínhamos obrigação de agir em conjunto para todos.

Na medida em que um Fundo tentasse tirar, por exemplo, depois da época da CRT, os Fundos de pensão se juntaram com a Telecom Itália e tentaram abalar o controle transferindo o controle administrativo desses três Fundos que tínhamos a gestão, do qual participavam os nossos clientes e o Citibank, para a Telecom Itália e tivemos que resistir.

Em algum momento, os Fundos de pensão aproveitaram que um conselheiro de administração pediu demissão e, na ausência, se aproveitaram disso, formaram maioria e chegaram a tentar indicar o Sr. Andrea Calabi como presidente da Brasil Telecom por sua indicação. A iniciativa só foi frustrada porque erraram o endereço. O endereço da companhia era na sede da Brasil Telecom e eles foram para a sede da *holding*. Então, como chegaram atrasados, a reunião foi encerrada e eles não conseguiram lograr o objetivo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Esse último episódio, mais recentemente, da negociação da Citi com a Previ, de com um ágio denunciado de várias centenas de milhões de dólares, o que V. S^a tem a informar sobre isso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Desculpe, o que é que eu?...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O que V. S^a tem a nos informar sobre essa negociação, esse tal de PUT que vem sendo questionado e foi suspenso pelo Tribunal de Contas da União.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu não tenho conhecimento da negociação. Quando o Citi negociou com os Fundos de pensão, o Citi negociou sem me informar de que estava havendo negociações. Ele apenas me informou que... Em determinado momento, fui informado pelo Citi que considerações políticas – não foi esse o termo que ele usou, mas esse é o termo que entendi; era “considerações outras” –, que não apenas considerações econômicas, tinham que nortear as suas iniciativas.

Na última reunião que tive com o Citi, também em Nova Iorque, senão me engano foi em 07 de março, ele tinha-nos informado que havia feito um acordo com os Fundos de pensão, acordo esse que tinha sido aprovado pela autoridade brasileira no maior nível, mas não me falou que autoridade foi. Esse acordo, basicamente, dá ao Citi uma proteção de preços, o Citi tem uma garantia de um preço, de um preço bastante bom, para venda da sua participação, e, pelo que li do acordo, mas não li a totalidade dos acordos, foi publicado na imprensa que existem mil páginas de acordos e que foram divulgados 450. Não conheço,

não posso dizer aos senhores se existem mil páginas, mas foi o que li.

Eles tinham assinados acordos confidenciais, esse acordo, no fundo, foi entregue à CVM, segundo fui informado, porque eles imaginaram que a imprensa detinha parte dos acordos e foi publicado na imprensa que eles teriam dito que publicaram a parte dos acordos que achavam que fazia sentido divulgar naquele momento.

Assim sendo, eu não tenho como fazer uma avaliação sobre o conjunto das negociações, por desconhecer o todo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Valor?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O valor? Bom, o valor da garantia de preço foi de R\$1,45 bilhão na Brasil Telecom e tem uma segunda parte na participação que eles detêm numa empresa que tem uma participação na Telemar. Pelo que li, era uma garantia de preço, ou seja, durante dois anos, o Citi tem o direito de ficar, no mínimo, com esse preço. Se, porventura, houver valorização subsequente, o Citi, evidentemente, não optaria por essa venda, ficaria com a valorização, mas se porventura não encontrasse nenhum comprador por preço superior a esse, os Fundos seriam obrigados a comprar por esse preço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nessa negociação, provavelmente V. S^a deve ter lido, e aí volta à baila o Henrique Pizzolato, que depois dizendo que essa negociação teria ocorrido em razão de ajustes de campanhas políticas. V. S^a teve a curiosidade de identificar alguma coisa nesse sentido?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O senhor me desculpe, essa negociação teria havido em função de...?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Campanhas políticas.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, eu não tenho nenhuma informação a esse respeito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a veio com um histórico de aproximação com o Governo anterior, o Governo de Fernando Henrique, e daí talvez se sentisse em dificuldades de transitar pelo novo Governo. Em virtude disso, eu lhe passo o que se informa, aí V. S^a nos esclarece até onde isso é verdadeiro ou não.

Ingressando no novo Governo, precisava pavimentar essas dificuldades que possivelmente poderia enfrentar, teria procurado o Sr. Marcos Valério, que teria servido de intermediário junto a Delúbio Soares, e Delúbio Soares teria realizado esse ajuste, desde que houvesse participação, contribuição do seu grupo, enfim, das suas comandadas, administradas, em

campanhas políticas. O que há de verdadeiro nisso? Como V. S^a conheceu Marcos Valério, como conheceu Delúbio Soares? Onde se encontrou com eles?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Essa construção é coerente, ela só não é verdadeira. Então, por conta da coerência, ela consegue asas e consegue, na verdade, ficar permeando no noticiário, mas, respondendo a pergunta do detalhe, eu conheci Marcos Valério, o Sr. Marcos Valério. Nós tínhamos um escritório em São Paulo, que era um escritório em que várias das empresas em que tínhamos participações tinham uma sala, uma unidade – uma economia de custos. Então, a Telemig tinha uma sala, a Brasil Telecom tinha outra, o Opportunity tinha outra, um escritório dividido. E eu estava saindo de uma sala e estava passando pelo corredor um grupo de pessoas que incluía o Sr. Marcos Valério, que me foi apresentado. Eu não me lembro a data, não me lembro quem era o grupo de pessoas; me lembro do Sr. Marcos Valério porque ele estava vestido com uma roupa mais colorida, um tipo mais exótico, então era mais fácil de fixar na memória. Quem eram os outros eu não sei. Conversamos um pouco no corredor. Eu tinha sempre sido reportado pela administração da Telemig de que eles eram muito satisfeitos com os trabalhos das empresas SMP&B e DNA e nós, muito satisfeitos com os resultados da Telemig. Então, tínhamos, assim, por eles uma visão muito positiva.

Na época, acredito que estava havendo alguma discussão entre executivos da Telemig e pessoas da Brasil Telecom, porque a Brasil Telecom estava para entrar no mercado de telefonia móvel e era natural que, se estivesse para entrar no mercado de telefonia móvel, a Brasil Telecom pudesse estar estudando a possibilidade de tentar absorver alguma coisa da experiência da Telemig, da Telenorte.

A Telemig, para informar para os senhores, é a empresa de telefonia móvel mais rentável do Brasil. O trabalho que é feito pela administração é um trabalho muito bem feito. A Brasil Telecom não tinha experiências na área de telefonia móvel e eu sou sempre muito preocupado com qualquer falta de experiência. Acho que temos que tentar errar o mínimo e acertar um pouco. Então, na tentativa de tentar evitar repetir os mesmos erros que outros concorrentes nossos cometeram, às vezes por falta de experiência, nós estimulamos a Brasil Telecom a ter contatos com a Telemig para tentar ver o que podia aprender de um setor em que a Brasil Telecom não estava. Assim eu conheci o Marcos Valério.

Com o Sr. Delúbio Soares eu nunca estive, nunca fui apresentado ao Sr. Delúbio Soares. E nós nun-

ca pedimos ao Sr. Marcos Valério para fazer qualquer interseção.

Quando o senhor falou que nós tínhamos contato com o Governo anterior, nós viemos construindo contatos com o Governo anterior, assim como tive contatos com este Governo, basicamente pedindo uma coisa só: que o Governo não interviesse em matéria privada; que o Governo deixasse o setor privado, privado. Desde o tempo da CRT, a tentativa de apoios à Telecom Itália, nós sentimos que existia uma ingerência do Governo a favor de adversários nossos. E o nosso pedido era sempre o mesmo. Nós nunca pedimos qualquer alteração de regulamento, qualquer vantagem do ponto de vista regulatório. O nosso foco de negócio é tomar a regra como ela é, ser eficiente e ganhar dinheiro assim. Ponto. É uma especialização. Eu não sei, não é minha prática, eu não sei como é que faz o outro pedaço, e essa prática funciona bem. Normalmente, o que ocorre? Os concorrentes acabam resolvendo as questões políticas. As questões são iguais.

Vou dar um exemplo: o reajuste de tarifas. Houve uma prorrogação grande no reajuste de tarifa, existia um contrato em que o reajuste de tarifas teria que ser feito pelo IGP e, na verdade, o Governo questionou esse assunto, isso demorou algum tempo, e houve negociações intensas entre as companhias telefônicas e o Governo nesse sentido. Nós não estávamos. Quer dizer, eu não estava presente nessas negociações. Qual era a minha visão? E sempre foi: se eu for mais eficiente, se meu custo for mais baixo, com a tarifa que tiver eu vou estar melhor do que eles. Eles vão acabar resolvendo o assunto, então não preciso eu resolver. Então, nós não estávamos presentes nisso.

Constantemente, o que nós sempre pedimos ao Governo foi que permitisse que as leis e os contratos fossem cumpridos de forma isenta. Foi basicamente isso em todas as vezes e em todos os contatos que nós tivemos, inclusive com autoridades de qualquer natureza: Parlamentares...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a poderia identificar alguém do Governo que tivesse pressionado aquele ...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Posso. Pressionado... Nós fomos pressionados pelo Presidente do Banco do Brasil para, por exemplo, abrir mão de todos os nossos direitos nos contratos, e eu posso contar essa história em detalhes porque nós fomos pressionados pelo Presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, dizendo que falava em nome do Governo. Eu até fiz um memorando ao Citibank, naquela época, e ele teve uma reunião comigo, onde disse que o Governo queria que todos os direitos que nos pertenciam, nos acordos dos nossos Fundos, fossem cancelados, que

era uma posição de governo. Eu disse que não podia concordar com aquilo, teria que falar com os nossos investidores, ele foi um pouco... reclamou desse fato, eu fui até Nova Iorque, falei com o Citibank, que mandou uma carta para o Banco do Brasil dizendo que não concordava e ele encerrou as negociações. Eu tenho uma certa sensação de que, a partir daí, houve algumas hostilidades que decorreram dessa negativa, mas o pleito foi muito firme e muito claro.

Quem me encaminhou para conversar e me pediu que conversasse com o Presidente do Banco do Brasil foi o Ministro José Dirceu, mas depois eu voltei ao Ministro José Dirceu para reportar essa reunião que eu tive com o Presidente do Banco do Brasil, expliquei para ele o que tinha acontecido e ele me disse que concordava que o Governo não tinha que tomar partido nessa disputa e que se porventura eu detectasse que o Governo estava intervindo a favor de outro, que eu teria a liberdade de lhe comunicar.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O Casseb tinha sido conselheiro da Telecom Itália até antes de assumir a Presidência do Banco do Brasil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a sabe que Marcos Valério esteve em Portugal e há todo aquele episódio relacionado à Portugal Telecom e com a Telemig. Marcos Valério, Delúbio, alguém, ou pelo menos, relacionado ao Governo teria tido alguma conversação com V. S^a relativamente à Portugal Telecom?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não. O Sr. Marcos Valério nunca teve nenhuma conversa conosco em relação à Portugal Telecom. Aliás, a negociação que estava havendo com a Telemig era uma negociação que era feita diretamente com a Vivo.

A Vivo é uma empresa de telefonia que é uma associação da Portugal Telecom com a Telefônica. Nessas negociações, estavam presentes a diretoria da Vivo, a diretoria da Telefônica e a diretoria da Brasil Telecom. Os três estavam presentes.

Nunca tivemos a necessidade de contar com nenhum intermediário nessa transação. Aliás, essa transação só não foi a êxito porque o Citibank nos pediu para não continuar, alegando que ela não atendia aos seus melhores interesses. Então, a rigor, a Portugal Telecom queria fazer a transação, a Telefônica concordava em fazer a transação e a Vivo desejava fazer a transação. O Citibank alegava, vamos dizer, de forma meio indireta, algum tipo de restrições dos Fundos, mas ele, o Citi não queria a transação. Então, nem adiantava o Marcos Valério, se porventura fosse, ir a Portugal para tentar convencer a Portugal Telecom de alguma coisa

que a Portugal Telecom já, voluntariamente, queria de qualquer forma. Não havia nenhum papel para o Sr. Marcos Valério. Nunca foi pedido ao Sr. Marcos Valério que fosse a Portugal. Eu só tomei conhecimento de o Sr. Marcos Valério ter ido a Portugal e ter essa reunião pela imprensa, depois que aconteceu esse evento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nem os diretores lhe reportaram esse encontro?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não. Nenhum diretor da Telemig ou da Brasil Telecom teria reportado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não, da Portugal Telecom.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Nem ninguém da Brasil Telecom, da Portugal Telecom teria reportado qualquer reunião com o Sr. Marcos Valério.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando V. S^a conheceu Marcos Valério? Quando? Qual é o...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu não me lembro da data. Foi nesse dia, em um corredor, no escritório. Eu não me lembro qual foi a data em que conheci Marcos Valério.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mais ou menos o ano.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu não sei. Deixa eu pensar aqui. Eu não me lembro se foi no ano passado ou no ano retrasado. Eu não me lembro da data. Foi tão circunstancial que eu, de fato, não me lembro. Eu não tive nenhuma reunião com ele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nunca mais conversou com ele?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, nunca mais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nem por telefone? Nós temos ligações para o Rio de Janeiro, para a sede da Opportunity.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – É. Eu vi isso na imprensa, que havia três ligações da SMP&B para a sede do Opportunity no Rio de Janeiro. Eu teria lido isso na imprensa. Ninguém do Opportunity estava conversando com o Sr. Marcos Valério, mas não era infrequente, nas reuniões de conselho de administração da Telemig e da Telenorte, os executivos da companhia irem até o nosso escritório fazer apresentação. E, também, como a Telemig não dispõe de escritório no Rio de Janeiro, quando eles vão ao Rio, eles, em geral, ficam em nosso escritório. Ficam lá. Então, eu posso supor – mas eu estou apenas supondo, não posso afirmar – que é possível que algum executivo da Telemig tenha ligado o telefone para a agência de publicidade, que atende a conta da Telemig, e tratado de algum assunto.

Eu não sei. Posso me aprofundar nesse assunto, mas, comigo, no meu telefone, ele não falou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A administração da Telemig está afeta ao Banco Opportunity ou a esse Fundo?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não entendi. Está?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A administração da Telemig está afeta a quem? V. Sª que tipo de ascendência tem sobre a administração da Telemig?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, esse é um ponto que eu acho que é interessante e importante esclarecer. A minha convocação vem no fato de ser controlador da Telemig, Telenorte e Brasil Telecom.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E da Amazônia Celular.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Suponho eu. Telemig, Telenorte e Amazônia, suponho eu.

A palavra controlador, ela, talvez, seja um pouco mais ampla que o conceito estrito de controlador, de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas. Parece que o controlador é quem está controlando, dirigindo. O controlador, de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, é o acionista que tem a faculdade, ou capacidade, ou direito de eleger a maioria do conselho de administração e, por conseguinte, os administradores da companhia. Quem dirige a companhia são os administradores, não o controlador. O controlador não dirige a companhia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– As opções de publicidade da Telemig passam, de alguma forma, pela...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – De jeito nenhum. Eu gostaria de explicar um pouquinho qual é o nosso papel. O que nós fazemos? Nós temos uma pluralidade de interesses muito grande. Nós temos, por exemplo: participação no Porto de Santos; participação em telefonia; participação em empresa de saneamento; participação no metrô do Rio de Janeiro. É impossível conhecer, com proficiência, tantos ramos diferentes. É quase insensato.

O que nós fazemos é escolher administradores em que nós tenhamos confiança de que vão conseguir levar a êxito os objetivos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Essa confiança pode chegar ao ponto de solicitar que, de alguma forma, privilegiem, enfim, sirvam de elo com alguma empresa que tenha ligação com o Governo? Ou seja, identificando, eventualmente, ligações telefônicas de V. Sª ou correspondência, é possível chegarmos a uma situação de que o Opportunity teria interesse em

que a Telemig carresse recursos através de Marcos Valério para partidos aliados ao Governo?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Olha, esse tipo de conversa nunca houve entre nós, os administradores da Telemig. A SMP&B e a DNA já eram... A Telemig já era cliente da SMP&B desde 98 e, se formos olhar, o pagamento da publicidade é muito regular, é mais ou menos uns R\$28 milhões ou R\$30 milhões por ano; mais ou menos constante.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em 2004 chegou a R\$40 milhões.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Quanto?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quarenta.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Ela sobe um pouco quando a Telemig faz a migração tecnológica. A Telemig usava um sistema de celular que se chama TDMA e, no ano passado, mudou para o GSM. Com isso, fica com a perspectiva de perda de cliente porque o cliente vai ter que mudar de telefone e, aí, o esforço publicitário é maior. Mas, a Telemig me encaminhou – ontem dei uma examinada – e se V. Exªs se interessarem, pedi para fazer uma apresentação e trouxe cinquenta, que estão aí, mostrando todas as propagandas que foram feitas e todos os custos de cada uma das propagandas que foram feitas pela SMPB e DNA.

Esses faturamentos de agência de publicidade, talvez até por serem publicitários, tendem a inflar a importância da agência. Quando ela fatura trinta ou quarenta milhões em um ano, na faixa de 10% fica com a agência, o resto vai pagar a veiculação, vai pagar o jornal, vai pagar a televisão, vai pagar o *outdoor*, vai pagar a produção. Então, a receita da agência é uma receita pequena em relação, obviamente, a esses montantes. Não digo que seja um valor pequeno, mas em relação a esse montante é um valor bem menor. Dessa receita da agência, a agência tem que pagar os seus custos e...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Daniel, sabemos disso. O problema é que exatamente como alguém que só tem participação de 10% ou 15% sobre a produção trabalha com tantos milhões, libera tantos milhões, uma conta de um bilhão e oitocentos?! E, mais especificamente, em relação à Telemig e à Amazônia Celular, naqueles documentos que estavam sendo incinerados, havia muita nota de publicidade da Amazônia Celular e da Telemig.

Então, temos essa dúvida. Sei que V. Sª tem dificuldades em talvez responder, mas nós entendemos que a publicidade, essa, também servia como acobertamento de pagamentos que realmente não correspondiam a serviços prestados, e daí a necessida-

de de notas serem consumidas, porque se poderiam identificar quais os serviços – estavam noticiadas as notas –, fazer o confronto e ver-se que o serviço não havia sido feito.

V. S^a deve ter lido nos jornais. A que atribuiria a incineração de notas de publicidade da Telemig e da Amazônia Celular?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Vou dividir essa questão em duas.

A minha capacidade de explicar o assunto da Telemig e Tele Norte, como falei antes, é limitada. Não sou administrador da Telemig e Tele Norte, não fiz esses contratos, não gerenciei essas contas. Então, o que posso informar a V. Ex^a...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas não entrou em conversação, não solicitou informações à Telemig sobre o que estava acontecendo?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Solicitei informações e o que posso dizer são as informações que recebi.

Em relação à primeira parte da pergunta, que é o pagamento para agência ter sido, de fato, para uso publicitário, fiquei plenamente convencido. Tenho os relatórios e até a Telemig encaminhou, a meu pedido, uma carta a esta Comissão sugerindo que antes, talvez, desse depoimento, que talvez esta Comissão pudesse, ou até depois, se a Comissão preferir, se aprofundar nos detalhes dessa conta, com quem, de fato, fez os contratos e possa responder com toda a riqueza que possa se fazer necessária.

Quanto às notas que foram devolvidas, eu também questionei ontem à noite, porque eu sabia que estaria aqui hoje, e a explicação que me foi dada foi basicamente a seguinte: aquelas notas não foram pagas. A SMP&B e a DNA encaminham as notas à Telemig e quando a Telemig não concorda com a nota por algum motivo, ela devolva. A nota entra no protocolo, o protocolo carimba que recebeu, mas a diretoria de *marketing*, por algum motivo, entende que a nota não é devida.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Isso, Sr. Daniel, realmente é até normal em qualquer empresa, mas há uma incidência exagerada de notas canceladas.

Pergunto: a Telemig fez um confronto, enquanto contratada, diante desse escândalo todo que, eventualmente, ela esteja sendo envolvida indevidamente, ela fez um confronto entre o que efetivamente pagou de publicidade com o que está assentado na empresa contratante?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Foi-me informado que esse controle foi feito no detalhe e que

não há um centavo que tenha sido pago que não tenha sido para publicidade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quem informou V. S^a disso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Como?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quem informou V. S^a disso? Quem assegurou?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Quem me informou: a Presidência da Telemig e da Tele Norte. Ontem à noite, inclusive, voltei a perguntar. Hoje de manhã já tinha uma ilação a respeito disso, voltamos a perguntar. Ele disse: não tem nada, nada, nada. Não tem nada que não tenha sido absolutamente comprovado, inclusive pediu uma auditoria, acho que da Price ou de alguém para poder fazer um estudo detalhado disso e poder encaminhar a quem...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu queria insistir num detalhe: uma coisa é dizer-se que na Telemig está tudo absolutamente correto, até porque, evidentemente, ninguém iria se autoproclamar equivocado, mas a pergunta não é dentro da Telemig. Vamos admitir que o que está lá registrado corresponde a serviços prestados; tudo correto. Mas, o que está registrado na SMPB, relativamente à Telemig, não coincidiria. Esse confronto foi realizado?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não sei. Não sei. Eu não sei se a Telemig confronta o que... Eu não sei nem se a Telemig detém as informações do que está registrado na SMPB. No meu entendimento, a Telemig deve ter confrontado o que ela pagou com as faturas que recebeu. O que a SMPB registra ter recebido, eu não sei se esse confronto foi feito. Poderia pedir que fosse feito e encaminhar para o senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Apenas uma observação. É claro que uma empresa desse porte naturalmente deveria verificar, para ver se essas notas... Agora levantando a suspeita em cima da SMPB, afastando da Telemig. Só que remanesce, respinga em cima da Telemig, na medida em que não faz essa análise se aquelas notas, podem ser até notas impressas...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Perfeito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – ... indevidamente, sabe Deus o porquê, que foram lançadas na contabilidade da SMPB. A Telemig, hoje, estaria isenta de qualquer dúvida, se, como relação comercial que tem, trouxesse à baila exatamente esse confronto.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu podia... Quer dizer, eu acho que... Eu não sei se seria, no fundo, indevido ou incorreto, mas se V. Ex^a quisesse...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nós gostaríamos.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu posso perguntar agora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Porque, como é uma relação comercial, é mais fácil a Telemig fazer essa análise e o confronto com a SMPB.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O senhor gostaria que eu pedisse para perguntar agora?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Se fizeram? Não, delegue alguém que faça, sem problema nenhum.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu posso pedir.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A par disso, eu queria lhe perguntar...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. Sª conhece Naji Nahas?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Alguma vez ele intermediou alguma negociação de V. Sª? Ou do Opportunity?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Minha, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ou do Opportunity?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Minha, não. Da Telecom Itália conosco, intermediou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Da Telecom Itália com...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – É.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Com o Opportunity?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Várias vezes, o Sr. Naji Nahas...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Está difícil para quem está na primeira fileira ouvir.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Desculpe.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Imagine quem está lá atrás!

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Foi minha culpa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, o problema é o plenário.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Infelizmente, há uma zoadá grande dentro do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu já tenho pedido a colaboração de todos e eu até

sugeriria que, novamente, se distribuíssem as castanhas, porque nós vivemos um momento de silêncio com as castanhas. Mas, infelizmente, as castanhas terminaram e a conversa voltou à tona.

Peço a colaboração de todos. Sei que é difícil. Tenho soado a campainha, não tenho interrompido, para que todos entendam a sinalização.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente Amir Lando, sei que o chimarrão não faz tanto sucesso quanto as castanhas da Deputada Perpétua, mas está às ordens, para garantir o silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Então vou pedir, mais uma vez, silêncio. Devolvo a palavra ao Relator, que fez a pergunta ou está formulando a pergunta.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em relação à Naji Nahas, há informação de que ele teria estado em Portugal, na Portugal Telecom, negociando a Telemig. Que evidentemente é do interesse de V. Sª. Sabe desse fato? Autorizou a que procedesse?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não. O Sr. Naji Nahas nunca negociou nada por nós. O Sr. Naji Nahas tem sido negociador freqüente pela Telecom Itália. Ele tem representado interesses da Telecom Itália em negociações conosco, com o Citibank, com os fundos de pensão. Reportou-me inclusive que teve negociações com o Sérgio Rosa, teve negociações com o Citibank. Ele tem representado os interesses da Telecom Itália. Em nenhum momento foi pedido ao Sr. Naji Nahas que fizesse qualquer intervenção ou que tivesse qualquer papel nas negociações que existiram entre Telemig e o Grupo Vivo com participação da Portugal Telecom e da telefônica. Gostaria só de repetir que essas negociações estavam sendo feitas de forma direta. Já estávamos negociando, já existia uma negociação com advogados, com bancos de investimentos dos dois lados. Quer dizer, era completamente desnecessária a presença de qualquer terceiro intermediário numa negociação que já estava em curso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas essa desnecessidade chama a atenção porque parece que muita gente queria pular nesse barco. É possível que alguém esteja vendendo uma Telemig com pessoas interferindo nisso? Uma hora é Marcos Valério, Delúbio, Naji Nahas, e ninguém tem nada com isso, porque a negociação está... Quem não queria que isso se realizasse seria o Citi? É isso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Olha, o Citi, no fundo, nos reporta que não queria que realizasse. E a minha sensação da comunicação do Citi é que o Citi não estava querendo que isso se realizasse por alguma resistência...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Qual era a participação do Citi na Telemig?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – A participação do Citi na Telemig. O Citi não é o maior acionista da Telemig, mas é o acionista que detém o controle hoje.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Hoje e também nessa oportunidade da venda do Citi.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, veja o seguinte: a nossa relação com o Citi sempre foi uma relação muito próxima. E independente do fato da formalidade, ter direito, não ter direito e tal, a prática, até muito pouco tempo atrás, era sempre manter o Citi informado de tudo. E se porventura o Citi, por algum motivo ou outro, não quisesse que a transação fosse feita, como era nosso cliente, sempre procurávamos de alguma forma, desde que isso não viesse a prejuízos substantivos em nada, atender ao desejo. Nesse caso, ele foi um pouco mais firme do que o normal e disse que não queria que aquela transação se concretizasse. Agora, a Portugal Telecom e o Grupo Vivo e a telefônica queriam fazer a transação. Então, o que fico achando estranho... Não sei se essas presenças em Portugal tinham na verdade o objetivo vinculado à transação da Telemig. Não sei. Inclusive porque quando aconteceram essas visitas a Portugal, de acordo com o que foi noticiado no jornal, já tinham encerrado as negociações entre a Telemig e o Grupo Vivo. As negociações, só para dar uma idéia, entre a Telemig e o Grupo Vivo ocorreram entre maio e setembro de 2004. E, em setembro de 2004, o Grupo Vivo desistiu da operação, não conseguimos chegar a termos e as negociações pararam. E aí a Telemig decidiu fazer a migração tecnológica, adotar o sistema GSM, porque tinha que continuar seguindo o seu destino, e o Grupo Vivo, por conta disso, reduzia substancialmente o seu interesse, uma vez que o Grupo Vivo opera com um sistema diferente, que é o sistema CDMA. Teria custos adicionais para fazer uma segunda migração.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O que V. S^a quer dizer é que tudo isso que se diz é absolutamente infundado. O que se imagina é que alguém estivesse tentando convencer Portugal Telecom a que comprasse. Ela já estava disposta a comprar há muito tempo. Esse pessoal estava perdendo tempo.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não. O que pode ter acontecido é o seguinte: quer dizer, se me perguntassem assim: “no campo das ilações”, e não aqui no campo de qualquer testemunho, é possível – não estou dizendo que seja – que tenham sido os fundos de pensão que não tenham concordado com a transação e tenham pedido ao Citi para não concor-

dar. E aí alguém tenha aparecido no meio para tentar intermediar algum... Mas eu não sei, eu não tenho noção sobre isso. E o Citi não me reportou isso. Agora, a Portugal Telecom queria comprar, estava disposta a comprar, estava disposta a pagar e só não comprou porque nós não vendemos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A decisão da Brasil Telecom de contratar Duda Mendonça tem alguma coisa a ver com V. S^a?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não. Foi uma decisão da Brasil Telecom, mas eu recomendei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a recomendou a mais alguma empresa...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não. Eu recomendei o Duda Mendonça porque eu disse que achava ele um extraordinário publicitário. Eu o achava muito bom publicitário, muito criativo; eu conhecia Duda Mendonça de muito tempo. De fato, o Duda Mendonça fez dois trabalhos muito importantes para a Brasil Telecom. Eu credito, no fundo, grande parte do sucesso, ou parte do sucesso que a Brasil Telecom teve, no lançamento da telefonia móvel, a uma inspiração trazida pelo Duda Mendonça, e eu gostaria de explicar aqui, porque seria justo. Ele veio com uma idéia dizendo o seguinte: “No mercado de telefonia, tem muita promoção e as pessoas se confundem – esse negócio de centavo por minuto, minuto por centavo –, então o consumidor não tem idéia do que é que é mais barato”. Ele disse: “Olha, eu tenho uma sugestão para vocês. Quando eu fiz a publicidade da Feira dos Tecidos na Bahia, eu criei um metro com um metro e trinta. Então, tinha um ‘metrão’. Eu vendia pelo mesmo preço, mas o metro era maior. Então, as pessoas viam com clareza que aquilo era mais barato, tinha um desconto. Na hora de medir, o metro era grande, então era didático que havia um desconto. As pessoas percebem tamanho com maior facilidade do que ‘por centos’”.

Então, sugeri que a Brasil Telecom entrasse com um plano, que foi lançado aqui em Brasília, que alguns dos senhores devem conhecer, o plano do Pula-Pula, paga num mês, não paga no outro. É fácil entender, é mais simples de entender do que ‘por centos’, descontos, etc. e tal. E de fato a Brasil Telecom, nesse período, como um quarto entrante, conseguiu um milhão e meio de clientes. A idéia foi dele, e eu tinha sugerido à Brasil Telecom o seguinte: “Olha, na fase de entrar numa coisa empresarialmente mais agressiva, é sempre conveniente contar com a melhor orientação estratégica possível”.

Não conhecíamos muito a capacidade da agência do Sr. Duda Mendonça, como aliás não conheço, de conseguir fazer o resto, quer dizer, operacionalizar a propaganda, mas eu tinha certeza de que ele era um

publicitário maduro, muito criativo e muito experiente. Então, sugeri à Brasil Telecom que conversasse com ele. Daí para diante, eu não tive mais nenhum papel na contratação ou nos pagamentos, em mais nada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O Opportunity alguma vez depositou dinheiro no exterior em nome de Duda Mendonça ou de alguma empresa do Duda Mendonça?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não. Nós nunca pagamos ao Duda Mendonça no exterior e a nenhuma das suas empresas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não, não seria trabalhar; efetuar depósitos em contas de Duda Mendonça.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Como?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Efetuar depósitos.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, nunca foi feito nenhum pagamento, nenhum depósito do Opportunity em conta do Sr. Duda Mendonça.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O Opportunity depositou alguma vez dinheiro na conta Depolo?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ágata?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Daí...

eu...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Asteca? (Pausa.) Parece que existem informações de que teriam sido efetuados depósitos...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu não conheço essas contas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Naquele episódio... Eu vou ler aqui um trecho, porque me permito rapidamente, em relação à Vale: “O Bradesco foi contratado, na época, pelo Governo para ajudar a preparar a venda da Vale e quis passar para o outro lado do balcão [ele passa uma informação para reflexão]. Tentou participar do leilão como comprador. Invocando razões éticas, o BNDES o proibiu. Achou uma maneira indireta de participar, via Daniel Dantas”. E vou pular o que não interessa. “A participação indireta do Bradesco deu-se da seguinte maneira: as empresas Belapart e Valetron, controladas pelo Opportunity...” São controladas pelo Opportunity?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eram controladas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Belapart e Valetron.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eram controladas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– “...lançaram no mercado, no dia da venda da Vale, debêntures no valor de R\$604 milhões. Os papéis foram comprados por uma subsidiária do Bradesco, a União Participações. O dinheiro das debêntures serviu para que o Opportunity financiasse a Elétron, outra empresa que controlava”. O Opportunity controlava a Elétron?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Controlava, no passado, sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Na compra da Vale.

“A Elétron integrou o consórcio vencedor, desembolsou R\$660 milhões. Posteriormente, 85% das ações da Elétron foram repassadas ao Bradesco.”

A pergunta, sinteticamente: o Bradesco elaborou a estratégia de leilão da Vale, não poderia participar, como não poderia participar teria se valido de V. S^a, de empresas de V. S^a e, na sequência, teria caído fora e passado a ser o titular, enfim, teria servido como testa-de-ferro nesse contorno. O que V. S^a nos diz sobre isso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Posso explicar.

Essa operação foi o seguinte: o Bradesco queria ter uma – como é que se diz –, o Bradesco estava impedido... quer dizer, não é que o Bradesco estava impedido, o Bradesco participou da avaliação da Vale do Rio Doce. E, por conta disso, não era conveniente que o Bradesco participasse como comprador. O Bradesco tinha o desejo de ter um ativo na Vale do Rio Doce, mas não podia possuir participação acionária. Na época, consultamos advogados e foi montada a seguinte operação: captamos US\$100 milhões com o Citi que, na verdade, e nós participamos com uma parte pequena, e montamos uma empresa que não era uma empresa desprezível, uma empresa com US\$100 milhões de capital. Essa empresa emitiu debêntures e o Bradesco comprou R\$600 milhões de títulos de dívida dessa empresa. Essa operação foi comunicada ao BNDES. Nossos advogados disseram que não havia impedimento, nenhum, não havia impedimento legal à participação do Bradesco. O único oponente que poderia se opor à participação era o contratante e o BNDES tinha ciência da operação, recebeu uma carta do Bradesco e nós comunicamos.

Faço uma analogia para que os senhores possam entender um pouquinho a natureza do problema. É simples. Imagine, por exemplo, que o senhor vai vender um apartamento e contrata um corretor para vender o apartamento. Não é conveniente que o corretor apareça como comprador. Quer dizer, o senhor não pode ter certeza se de fato o corretor fez o melhor esforço

possível para procurar um melhor preço. Há um conflito de interesses nítido na tentativa de vender e aparecer como comprador. Mas suponha que o corretor volte ao senhor e diga o seguinte: olha, o melhor preço que eu consegui foi cem, mas eu estou disposto a lhe pagar cento e vinte. Vamos imaginar que o senhor diga que tudo bem; ninguém mais tem o que se opor a isso, uma vez que você, como vendedor, concordou com essa transação, ela é uma transação que potencialmente só poderia ter sido prejudicial a você.

O que o BNDES, na época, interpretou é que a possibilidade de o Bradesco financiar essa empresa iria contribuir com o aumento do ágio e um aumento do preço pelo qual ele venderia a Companhia Vale do Rio Doce, o que de fato aconteceu. Esse consórcio pago mais caro do que o consórcio alternativo e o Tesouro, na verdade, obteve um benefício por conta dessa iniciativa. Essa iniciativa foi informada ao BNDES, não era uma operação escondida ou camuflada de nenhuma natureza e, na verdade, não era uma operação em que alguém estivesse travestido de outra coisa, porque o termo que o senhor utilizou, laranja, em geral é para alguém que empresta o nome.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Testa-de-ferro.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Testa-de-ferro. Mas colocar US\$100 milhões, o metal tal já seria talvez um pouco mais nobre.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não estou fazendo a análise sob o ângulo comercial, reconheço. Mas havia uma vedação legal que foi ultrapassada.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não havia uma vedação legal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a iniciou falando em que havia impedimento...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não havia uma vedação legal. Havia a participação direta do Bradesco, pelo que foi informado aos nossos advogados. Na época nos informamos sobre o assunto. Não era da melhor prática, e o Dr. Bulhões Pedreira, que até foi o advogado que nos assessorou ...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Só por curiosidade: se não havia nada que impedisse, por que todo esse giro?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Porque ele não queria ter a participação direta. Ele queria comprar debêntures.

Comprou as debêntures. A operação é, na verdade, exatamente a que estava escrita. Não teve, nunca teve nenhum outro contato paralelo com o Bradesco que desse a ele o direito diferente daquele que foi contratado. Agora, se V. Ex^a quiser me perguntar

o seguinte: talvez essa transação tivesse ido muito próximo do limite do que é permitido? É verdade. Mas não passou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, agradeço. Sei que muitas outras questões ainda existem, mas já estamos acostumados a sermos, ricamente, supridos pelo Plenário. De forma que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex^a poderá voltar a qualquer momento.

Concedo a palavra ao relator da CPMI de Compra de Votos, o nobre Deputado Ibrahim Abi-Ackel, para fazer as suas inquirições de estilo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Daniel Dantas, através de algumas perguntas, procurarei minudenciar e esclarecer alguns aspectos da sua exposição inicial, não somente para avaliar melhor a sua grande participação na economia nacional, como para tentar subsidiar as perguntas dos Srs. Membros das comissões.

Colhi esses elementos onde pude, se porventura forem incompletos ou falsos, o senhor naturalmente os completará ou contestará.

O senhor celebrou com a Previ, em 1997, um acordo para a formação de um fundo mútuo que, no final, depois de algumas variações, tomou o nome de fundo nacional. Esse fundo foi constituído especialmente para participar das privatizações levadas a efeito pelo processo de desestatização no Governo Fernando Henrique. O senhor concorda?

Aprovada, em 1998, a participação no leilão de privatização das empresas da Telebrás, o Fundo Nacional participou de outras estruturas societárias, outros fundos de investimentos criados e geridos pelo senhor, pelo Banco Opportunity, como o Fundo CCB, que tinha como único cotista o Citibank, fundo aberto cujos cotistas são desconhecidos, ambos esses fundos foram criados e sediados nas Ilhas Caiman. É verdade?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Gostaria que o senhor respondesse também “sim”, como fez na primeira pergunta, para resgatar na gravação. O senhor fez o gesto e não saiu no microfone.

Quer dizer, a primeira pergunta formulada pelo relator, V. S^a disse sim?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Toda montagem da estrutura societária, a escolha dos novos operadores, seleção de ativos a serem adquiridos etc, tudo isso ficou a cargo do senhor, ou seja, do Banco Opportunity, através das empresas controlada pelo senhor. É isso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor colocou esses fundos numa espécie de cadeia formada por várias sociedades de propósitos específicos, se não me engano são conhecidas como SPS, não é isso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Ou seja, empresas formadas apenas para participar de outras empresas. O senhor continuou... em todas essas estruturas, o senhor exercia a maior parte do poder de controle. Isso se originava da sua condição de gestor?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– E por meio dessa associação foram formadas as seguintes empresas: Brasil Telecom, empresa de telefonia fixa por intermédio do consórcio Solpart em conjunto com a Itália Telecom.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Telemig Amazônia, Telemig e Amazônia Celular, empresas de telefonia celular, por meio do Consórcio Telpart, originalmente em conjunto com a TIW, que, se não me engano, é uma empresa canadense.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O terminal de contêiner do porto de Santos – Tecon 2, por meio do Consórcio Santos Brasil em conjunto com a Multiterminais. Essa Multiterminais seria uma empresa argentina que também participou de consórcio com o senhor?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, é uma empresa brasileira.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mas há uma empresa argentina que também...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Participa no consórcio no metrô do Rio de Janeiro.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– OK. O metrô do Rio de Janeiro, em conjunto com a Cometrans.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Participação na Sanepar – Companhia de Saneamento do Paraná, em conjunto com Vivendi. A Vivendi é firma brasileira também?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, a Vivendi é francesa.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Francesa?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – E a Andra-de Gutierrez também.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Participação minoritária na Telemar por um fundo estrangeiro, por meio da empresa Argolis, que adquiriu a participação da Inepar.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – A Argolis tem debêntures da Inepar, debêntures conversíveis. Aliás, já tem ações hoje; tem ações também: 19%. Sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Isso significa – o senhor contestará se o meu levantamento não for correto – que, os investimentos da Previ na participação direta com o senhor montaram um total de aportes de privatização de R\$409.084.400,51. Bom, se necessário o senhor conferirá mais tarde: R\$409.084.400,51.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Acho que merecia uma qualificação, se for possível. Tinha feito uma explanação aqui inicialmente: esses fundos, em geral, dão direito aos seus clientes de investirem recursos adicionais nas iniciativas que foram geradas pelo fundo. Então, a Previ nos conferiu uma parte dos recursos pelo nosso fundo, que era a nossa responsabilidade administrar, e ela decidiu por conta própria investir dinheiro da sua propriedade, sem a nossa responsabilidade na mesma iniciativa. O Citibank, por exemplo, optou por fazer essa mesma opção, mas delegando-nos a responsabilidade de administrar a sua parte dos recursos adicionais, porque, basicamente, o fundo identifica oportunidade e, às vezes, a oportunidade é maior do que o fundo está disposto a investir. E, nesse caso, é praxe dar aos cotistas do fundo o direito de comprar a sobra, o a mais. E isso, às vezes, se faz pelo cotista subscrever mais capital no fundo sem que pague as taxas de administração ou as taxas de incentivo para o administrador, ou, no caso da opção dos fundos de pensão, eles decidiram que gostariam de ter uma participação direta; negociaram diretamente os seus acordos de acionistas e suas representações.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Daniel Dantas, quero deixar claro é que o senhor se associou a inúmeras empresas. O senhor trouxe numerosas empresas nacionais e de outros países para compor as suas associações, os negócios do Banco Opportunity. O que estou tentando esclarecer, se tanto for verdade, é que só na parte da Previ, ou seja, do Fundo de Pensão do Banco do Brasil, houve uma participação de R\$409.084.400,61. Só da Previ. Fora todos as outras empresas cujos títulos mencionei. Queria saber se a participação da Previ foi desse montante.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Tenho que checar. Não tenho esse número. Eu sei o que a Previ tem sob nossa responsabilidade. Do que a Previ tem

e não é de nossa responsabilidade não tenho o número, mas posso fazer um levantamento. Posso pedir para ver.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor reconhece que, a partir de 2002, mais ou menos, de 2000, o senhor entrou em choque com a Previ porque esta passou a criticar seu desempenho como gestor único e exclusivo desse grande montante de recursos, dessas empresas todas submetidas à sua direção?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – A partir do ano 2000 é fato. A partir do ano 2000, a Previ entrou em choque conosco.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– A Previ....

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Entrou em choque conosco a partir do ano 2000.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Entrou em choque com o senhor?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Esse choque começa, exatamente, depois da operação da CRT, em que nós negamos a facilitar o sobrepreço que era pretendido na aquisição da Brasil Telecom e da CRT, que estavam sendo vendidas pela Telefônica. Tem até uma nota curiosa, publicada na **Veja**, que é um certo aviso aos navegantes. Logo depois de termos nos negado a pagar os US\$250 milhões de ágio da CRT e antes de o conflito ter começado, saiu uma nota na **Veja** que dizia o seguinte:

As relações da Previ com o Banco Opportunity se esgarçaram de vez. O motivo são divergências nas parcerias entre os dois na área de telefonia.

Um diretor do poderoso Fundo de Pensão do Banco do Brasil diz: “As portas da Previ estão fechadas para o Opportunity. Vão ser tratados na base da borduna”. Foi uma das frases mais gentis ditas pelo alto comando da Previ na semana passada.

Essa nota foi publicada na coluna Radar pelo jornalista Lauro Jardim, na revista **Veja**. Na verdade, isso anuncia que a Telecom Itália já nos tinha dito que, se não concordássemos em pagar os US\$850 milhões integrais pela CRT, os fundos de pensão iam nos retaliar. Tenho a correspondência de Mauro Salles que registra esse assunto antes de ter começado. Daí para diante, nossa relação com a Previ ficou complicada o tempo todo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Durante esses últimos anos, esses últimos tempos, a imprensa especializada em economia vem enumerando fatos alegados pela Previ como causa da destituição do Fundo Opportunity. Obviamente, não posso levar todas elas em consideração, mesmo porque são muitas. Chegou-nos uma notícia, inclusive, de que o senhor

teria adquirido três aviões com o dinheiro do fundo, o que constituiria um desvio dos recursos que deviam ser empregados em benefício dos cotistas. Mas não vou alegá-lo porque não há condições de sustentar uma notícia da imprensa que não cita sua fonte. Apurei do noticiário que, em 2000, o fundo que o senhor preside, dirige, o fundo colocado sob sua gestão, teve suas contas rejeitadas pelos acionistas, pelos cotistas, em virtude de irregularidades constatadas. Queria saber de V. S^a se é procedente.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – A Previ alegou as seguintes irregularidades nos fundos: essas ações foram compradas a mercado, e como essas ações detêm um prêmio de controle, porque foram compradas no leilão de privatização e eram ações que têm um valor maior do que as ações negociadas em bolsas livremente, o nosso fundo contabilizou pelo justo valor, da mesma forma com que contabilizou o fundo americano.

A Previ tentou usar de um argumento e conseguiu a aprovação da CVM, que teríamos de registrar isso pelo valor patrimonial, que é muito inferior ao real valor de mercado. E, assim sendo, como as taxas de administração eram cobradas em cima do efetivo valor de aquisição, isso foi descrito como uma irregularidade. A CVM não tinha um padrão. Como esse tinha sido o primeiro fundo criado, a CVM não tinha um padrão e resolveu optar pelo entendimento da Previ, o que significava reduzir nossas taxas de administração a um valor incompatível com a possibilidade de gerir o fundo. Isso já era uma tentativa de prenúncio de tentar ir nos afastando do fundo, e foi entendido que havia essa contabilização – no entendimento deles indevido; no nosso entendimento não é indevido e estamos recorrendo da decisão.

Vale ressaltar que a contabilização para o fundo americano, que era o fundo do Citi, sempre foi feito do jeito que nós contabilizamos o fundo da Previ, o Citi sempre pagou a taxa de administração de acordo com esse critério contábil, e é o critério contábil de praxe em todo mercado internacional.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Gostaria que o senhor declarasse se é verdade que, na assembléia de 2000, as contas do seu fundo foram rejeitadas pelos acionistas.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Foi essa a assembléia em que eles rejeitam as contas, criticando o critério contábil que nós adotamos, que era o critério padrão internacional e optando por um critério contábil de tentar registrar essas ações por um valor patrimonial. Como essas empresas têm um valor patrimonial muito inferior ao seu valor de mercado, dava um valor muito menor do patrimônio e, obviamente, os

fundos nunca imaginaram que o valor dos seus ativos era o valor patrimonial; nunca estiveram dispostos a vender seus ativos por esse preço. Apenas queriam utilizar essa latitude para diminuir, artificialmente, a taxa de administração, e essa taxa de administração é que cobre os custos de monitoramento, gerência, controles, etc.

De fato, rejeitaram as contas, mas por um motivo com que nossos auditores e os nossos advogados e a praxe internacional não concordam.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A partir daí, a luta do senhor contra a Previ ou da Previ contra o senhor intensificou-se, o que chegou a levar a Previ a uma tentativa de destituição do senhor como gestor desses fundos, preferindo em seu lugar o Citigroup. É verdade?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não. A Previ, na verdade, nos destituiu ilegalmente do fundo, porque o fundo tinha um **quorum** maior do que eles tinham no momento da votação. Na verdade, eles nos tiraram e colocaram como gestor uma empresa recém-formada, chamada Angra Partners; não foi o Citigroup. Era uma empresa recém-formada, e dessa empresa tinha uma pessoa que era do Citigroup e duas pessoas que, se não me engano, eram egressos da Andrade Gutierrez. Formaram essa empresa, e a Previ transferiu a administração do fundo para essa empresa recém-formada, chamada Angra Partners. No Angra Partners tinha um ex-funcionário do Citi e, se não me engano,... ou dois funcionários do Citi e um da Andrade? São 2 do Citi e 2 da Andrade.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor, inconformado, foi à Justiça, por meio de numerosas ações, a fim de defender os seus direitos de gestor, e as ações estão pendentes de decisão. Quer dizer, o caso não está resolvido?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O caso, de fato, não está resolvido. O caso ganhou alguma complexidade adicional porque o Citibank acabou comprando parte das ações desse fundo e fez uma assembléia dia 8 de setembro referendando essa decisão que era ilegal.

Na verdade, nós entramos com outro questionamento, porque o Citibank comprou essas ações da Fundação da Brasil Telecom vendeu essas ações para o Citibank, e os executivos da Fundação reportaram que eles venderam porque foram amedrontados, porque foram ameaçados pela Secretaria de Previdência Complementar, que os ameaçou de colocar o patrimônio indisponível ou coisa que o valha. Então, por conta disso, venderam as ações para o Citibank, e o Citibank usou essas ações para referendar um contrato que tinha sido feito de forma irregular. Então, nós entramos

com uma ação na Justiça pretendendo a anulação dessa venda, porque a venda foi feita em condições inadequadas. E também na época em que o Citibank comprou as ações, as cotas do Fundo da Fundação Brasil Telecom, o Opportunity fez uma proposta de que também pagaria e compraria essas ações. E um outro fundo internacional também fez essa proposta. E os executivos da Fundação 14 preferiram não escutar as propostas alternativas e fecharam a proposta com o Citi, e nos foi reportado pela Brasil Telecom que a preocupação ou o medo que eles tiveram foi porque a Secretaria de Previdência Complementar meio que sinalizou que poderíamos sofrer algum tipo de problema.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sei que há críticas sobre o valor dado pelo Citigroup e as ações do fundo; fizeram um PUT para pagamento em 2007, e o senhor acha que, se a negociação fosse feita com a Telecom – li declarações do senhor – a Previ estaria muito melhor servida. Quero registrar isso como um dos aspectos da contenda que o senhor mantém com a Previ.

Agora, vem a pergunta nodal. O senhor, em meio a tantas dificuldades, demandas judiciais, um conflito de meia dúzia de anos, de cinco anos com a Previ, com toda essa movimentação, que tem obviamente uma finalidade potencialmente lesiva para o senhor, o senhor nunca se valeu de nenhum intermediário, de nenhum contato no Governo Federal para explicar os seus pontos de vista, colocar a sua postulação, evitar que o Governo, por meio da Previ, tomasse providências contrárias ao seu interesse?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu chamei atenção disso numa segunda reunião; aliás, em duas reuniões que eu tive com o Ministro Dirceu. Foi o único contato que eu tive no Governo Federal, chamando atenção de que havia interferências indevidas favorecendo nossos adversários. Ele prometeu que iria verificar, que achava que o Governo não deveria estar intervindo em disputa privada, mas o Governo continuou intervindo em disputa privada. Uma pessoa do Opportunity tentou um contato com o Ministro Gushiken, sem sucesso, e nós... todas as possibilidades que alguém de nós tinha de tentar explicar a qualquer pessoa ligada ao Governo qual era o nosso posicionamento etc. e tal existia, mas não conseguimos nenhum êxito em que os nossos adversários tivessem sido apoiados aí nessa disputa.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Nem junto à Previ, o senhor não se valeu de ninguém do Governo, do Partido do Governo, de pessoas próximas ao Governo na defesa dos seus interesses?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não. Nem junto à Previ. Basicamente, eu tinha uma visão, as-

sim, muito clara e muito prática do fato. Quer dizer, eu achava que havia um apoio de pessoas do Governo a interesses dos nossos adversários. Eu não tinha a impressão de que era por que não entendiam o que estava acontecendo. Então, não adiantava uma explicação. A única alternativa que nós tínhamos foi a que nós optamos: foi de resistir na medida do que podíamos, de nos valer da lei e tentar o apoio da Justiça, na medida em que conseguíssemos decisões entendendo o nosso mérito. Foi o que fizemos.

O senhor vai observar que é muito intensa a quantidade de disputas, de decisões judiciais em relação a esse ponto, mas era o que tinha para nós; era o que já nos restava.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor não tomou a iniciativa, mas alguém da parte do Governo tomou a iniciativa de procurá-lo para que o senhor ajudasse no pagamento de dívidas de campanha ou, de qualquer modo, fosse útil nas finanças de um determinado grupo ou partido?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, ninguém do Governo nos procurou para nos pedir contribuição de campanha.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor afirma então que não...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O que eu posso dizer é o seguinte: antes de o Governo ter-se instalado, uma pessoa que trabalha conosco, que é o Carlos Rodemburgo, tinha sido procurado por uma pessoa chamada Ivan Guimarães, que levou para ele um *kit* do PT, pedindo uma contribuição. Ele não sabia o que era, e parece que devolveu esse *kit* do PT; depois, ficamos sabendo aí que tinha tido algum tipo de ressentimento pelo fato de ele não ter compreendido direito. Mas é até interessante observar o seguinte: somos um fundo de investimentos. Têm vários clientes internacionais: tem o Citibank, tem outros clientes do Opportunity, tem Previ. Não é fácil um fundo de investimento pedir um aumento de capital do fundo, justificando que é para fazer uma contribuição política. Isso não tem como ser feito.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eu compreendo isso. Compreendo que o gestor de uma tal multiplicidade de empresas não possa saber realmente todas as particularidades da gestão. O senhor não tem conhecimento? Ninguém levou ao conhecimento que qualquer dessas empresas tivesse participado disso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, eu não tenho nenhum conhecimento de que nenhuma dessas empresas tenha feito alguma contribuição política. Aliás, a maioria das empresas em que nós temos participação é concessionária de serviço público.

E à concessionária de serviço público é vedado fazer contribuição política. Eu até não sei, que não cheguei a examinar, se o controlador da concessionária também é. Mas nós não examinamos esse assunto. Mas a concessionária nós sabemos que não pode.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor fez referência ao recebimento de um *kit*?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Foi.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – De que partido?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Do PT.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor me desculpe, mas é porque as conversas, muitas vezes, não nos permitem compreender, mesmo porque as siglas também são muito parecidas, as iniciais. Qual foi a resposta ao oferecimento desse *kit*?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, eu acho que ele não entendeu o que era e devolveu esse *kit*. Não entendeu o que era.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Devolveu o *kit* tal como recebeu?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Tal como recebeu. Foi tal como recebeu para essa pessoa que ele também não conhecia. Depois ele foi... eu acho que ele foi do Banco do Brasil... acho que, se não me engano, presidente do Banco Popular.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – OK, muito obrigado, Sr. Daniel Dantas.

Sr. Presidente, estou satisfeito. Aos senhores membros da Comissão, peço desculpas pelo tempo que lhes tomei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela Relatoria, só uma questão. O informante fez referência a que... a Secretaria da Previdência...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, voltou para a outra Relatoria?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É só uma perguntinha bem rápida. A Secretaria de Previdência Complementar teria pressionado os fundos para realizar ou não realizar determinados negócios. A pergunta é uma só: quando isso aconteceu?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O senhor desculpe. A Secretaria...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Agora há pouco, V. S^a fez referência à Secretaria de Previdência Complementar, que teria realizado pressões. Só para saber quando foi isso.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Ah... Sei lá. Neste semestre. Deixe-me tentar a data. Deixe-me procurar a data aqui com precisão. É melhor. A aquisição que o Citibank fez da participação que pertencia à Fundação da Brasil Telecom foi no dia 30 de junho,

mas o reporte que nos foi dado dessas pressões antecede a essa aquisição.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Deste ano?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Dia 30 de junho...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– 2005.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – 2005.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, que é o nobre Vice-Presidente, Deputado Paulo Baltazar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu questiono a V. Exª qual é a... Sr. Presidente... Sr. Presidente...

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – É a mesma questão, Presidente, como é que funciona...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Eu questiono a V. Exª qual é o critério de concessão da palavra?

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Vai ser alternado entre uma Comissão e outra?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Já tivemos uma reunião e, evidentemente, usaremos a mesma prática: um e um, um de uma Comissão e outro de outra. Uma deferência especial, porque é o Vice-Presidente. Em seguida, falará o primeiro inscrito da CPMI dos Correios, pelo tempo de dez minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas a lista é uma só, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– A lista é alternada, uma de cada comissão.

O SR. (Orador não identificado) – São duas

listas, Sr. Presidente?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Assim procedemos nas últimas reuniões conjuntas; sempre foi assim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, com todo respeito que tenho a V. Exª, só quero discordar do tempo que V. Exª está concedendo. Inclusive conversei com o Senador Delcídio Amaral, e foi criada uma sub-relatoria para tratar dos fundos de pensão. Esse tema, na CPMI dos Correios, vai tomar uma importância agora, eu diria, maior do que teve até o presente momento. Então, dez minutos são insuficientes. Solicito a V. Exª que mante-

nha o tempo regimental, e que é uma praxe da nossa comissão, de 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu não falei isso, dez minutos.

O SR. (Orador não identificado) – Só que não é praxe na nossa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) –

Falei dez minutos? Se falei diferente, equivoquei-me.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Estou solicitando a V. Exª o tempo de 15 minutos...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Ah, V. Exª quer 15 minutos?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – ...que é o tempo praticado na nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem sido o hábito dos trabalhos presididos pelo Senador Delcídio Amaral e que, na minha opinião, é fundamental para os esclarecimentos das questões.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Dez minutos, eu queria lançar esse apelo também.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nas duas reuniões conjuntas, fixamos dez minutos, e assim se procedeu. O que fala o Regimento? Até 15 minutos. Não quer dizer que sejam 15, mas até 15. Mas submeto ao Plenário, consulto ao Plenário se querem usar esse limite extremo de 15 minutos.

A SRª HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Excelente, 15 minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Regimento.

O SR. (Orador não identificado) – Dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– O Regimento é até 15 minutos.

O SR. (Orador não identificado) – Não, Sr. Presidente, estão bons os dez minutos.

O SR. (Orador não identificado) – Nosso apelo é de que seja até 15. Realmente a matéria é complexa; dez minutos é um tempo muito escasso realmente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Temos aqui mais de 60 inscritos.

O SR. (Orador não identificado) – Há tolerância, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Dez minutos e quem quiser se reinscreve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, aí não há tolerância. Há 60 inscritos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Vamos cumprir o Regimento, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Dez minutos, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, não, Deputado Arnaldo, com todo respeito a V. Ex^a, mas discordo.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – A matéria é complexa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas há 60 inscritos. Temos de pensar nisso.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Quando o Regimento fala até 15 minutos, a Mesa pode estabelecer.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Até 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Evidente que, contra a Mesa, há o Plenário.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Suplico a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou submeter ao Plenário.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Por que não posso falar?

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente. Fizemos um apelo, inclusive na CPMI dos Correios, porque, do mesmo jeito que, por economia processual, as duas comissões se reúnem juntas, acaba sendo criado um problema para os Parlamentares das duas Comissões. Então, o apelo que faço a V. Ex^a é no sentido de preservar o até 15 minutos. Quem achar que fala cinco minutos e resolve, ou dez, bem. Sei que, na última reunião, ficaram estabelecidos dez minutos, pode-se inclusive fazer acordo aqui para ninguém discutir, mas o apelo que faço a V. Ex^a, Senador Amir Lando, é de definir em até 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não tenho nenhum problema. Evidente que, quando consulto o Plenário é porque a Mesa havia estabelecido esse entendimento nas duas reuniões conjunto anteriores, e foi aceito. Agora, se há um apelo no sentido de que seja dilatado para 15 minutos, que é o limite extremo, sem tolerância, podemos fazê-lo. Agora, saibam V. Ex^{as}...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quantos inscritos têm?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sem tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Temos...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. Ex^a concede os 15 minutos, sem tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Só um minutinho, vou dar a resposta. Temos 25 inscritos numa Comissão...

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Poucos, poucos inscritos, pouquíssimos. Na reforma da Previdência, para retirar direito dos trabalhadores, votaram de madrugada à custa de mensalão.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Temos aqui inscritos, 25 com 24, 49.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, V. Ex^a concede os 15 minutos implacáveis.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos aos 15 minutos. A matéria é relevante.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Agradeço.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, vamos começar. Quanto mais demora, piora.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não estou aqui para criar problema; estou aqui para estabelecer ordem e disciplina, nada mais que isso. Então, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o Vice-Presidente, Deputado Paulo Baltazar, pelo prazo de 15 minutos. Agora, seremos intolerantes. São 12h46min.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Relatores, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores. Sr. Daniel Dantas, o senhor tem uma trajetória interessante.

Ao mesmo tempo que é admirado pela sua dita competência, as empresas que o senhor administra, pelo menos no atual momento, de uma maneira geral, querem vê-lo longe da administração. É assim nos processos todos a que temos acesso. Eu estava lendo rapidamente sobre a Itália Telecom: o senhor vendeu ações que estavam na bolsa a R\$21,00 (vinte e um reais) por R\$73,00 (setenta e três reais). E não eram ações de controle da empresa. Há informações de que ela preferiu pagar um preço tão alto para não vê-lo na administração junto da Itália Telecom. E assim com várias outras empresas. O senhor está sendo processado, no caso Kroll. A Polícia Federal e a Justiça, inclusive, têm algumas informações que levaram os investigadores a indiciá-lo por lavagem e formação de quadrilha, na questão da Kroll, que era a questão da espionagem. Portanto, o senhor tem, ao mesmo tempo, esses dois lados.

Eu queria perguntar ao senhor: o senhor tem ligação com algum partido político?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, não tenho ligação com partido político algum.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – O senhor disse anteriormente que quer que o Estado fique lon-

ge, só não atrapalhe, não é? Entendi o que o senhor disse na resposta anterior.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – É. Seria o meu desejo.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Pois é. Mas o crescimento, o aparecimento na dimensão que o Opportunity tem foi fundamentalmente no Governo passado, dentro do processo de privatização, especificamente do sistema Telebrás, não é verdade? O crescimento.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – É verdade.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – O senhor conhece o Sr. Pérsio Arida?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Conheço, foi meu sócio.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Ele era seu sócio? É seu sócio?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, já deixou de ser meu sócio.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Mas ele foi seu sócio?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Foi, sim, foi meu sócio.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Foi Presidente do Banco Central do Governo FHC e ex-Presidente do BNDES também.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Sim.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – A Sr^a Elena Landau, ex-Diretora de Privatização do BNDES, também na era do Fernando Henrique Cardoso, do Governo Fernando Henrique Cardoso, trabalhou ou trabalha para o senhor ainda?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – A Elena foi consultora. Nós a contratamos, por algum tempo, como consultora. Trabalhou conosco, não trabalha mais.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Sim.

Durante a privatização da Telebrás, o Sr. Pérsio Arida, a Sr^a Elena Landau e o senhor mesmo tinham muito contato com o Sr. Mendonça de Barros? Qual é a relação?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, eu não tinha contato com o Sr. Mendonça de Barros. O Pérsio... acho que tinha algum contato com ele.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – O senhor não tinha nenhum contato?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – O senhor se recorda dos grampos que apareceram durante o processo de privatização e a relação que existia entre o governo passado e o processo de privatização que o senhor comandou?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Bom, eu não comande o processo de privatização e eu tenho conhecimento dos grampos. Os grampos foram divulgados depois da privatização do Sistema Telebrás. Mas, se o senhor quiser, eu posso discorrer aí sobre o assunto.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Mas o senhor tem conhecimento.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Claro que eu tenho conhecimento.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Tem todo conhecimento?

O Sr. Luiz Cantidiano, o senhor o conhece?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Conheço.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Ele é advogado do Grupo Opportunity?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Ele advogou para o Grupo Opportunity.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Em que período?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Durante a época da formação das estruturas societárias que participariam do leilão de privatização.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Ele participou da consultoria contratada pelo Governo Federal que estabeleceu as condições do Sistema Telebrás em 98?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não sei... Participou.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Participou.

O senhor conhece D^a Maria Lúcia Cantidiano?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Conheço.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Ela era advogada também do grupo Opportunity?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Ela advogou para o grupo Opportunity também.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – E participou quando o grupo Opportunity participou da compra do Sistema Telebrás?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Também, também.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – E o senhor sabe que, em 2002 – certamente sabe, é só para confirmar –, o Sr. Cantidiano foi nomeado Presidente da CVM pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Sei, sei.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – O senhor não acha que, então, havia todo um conjunto de governo que facilitou, até pelo conjunto daquilo que foi depois grampeado dos diálogos, com essa relação tão próxima do Sr. Pérsio Arida, com a Sr^a Elena Landau,

com todas as pessoas que participavam efetivamente das decisões do governo passado, e, depois, com aquilo que foi objeto dos grampos? Havia diálogos extremamente importantes, diálogos exclusivos dos grampos do BNDES acentuavam a interferência do governo no leilão da Telebrás:

“Temos que fazer os italianos, na marra, que estão com o Opportunity. Combina uma reunião para fechar o esquema. Eu vou para aí das 6h30 às 7 horas, e a gente faz a reunião. Fala para o Pio que vamos fechar os consórcios daquele jeito que só nós sabemos fazer”.

Falava Luiz Carlos Mendonça de Barros para André Lara Rezende, Presidente do BNDES, sobre a intenção de operar em favor do consórcio de bancos de investimento Opportunity e Telecom Itália.

O senhor não acha que essa é uma relação profunda?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Pelo que está, pelo que aparenta aí no grampo, sim.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Mais uma, mais um grampo:

“Vai lá e negocia, joga o preço para baixo; depois, na hora, se precisar, a gente sobe e ultrapassa o limite.” – André Lara Rezende para Pêrsio Arida, sócio do Opportunity.

O senhor sabe dessa informação?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu ouvi, eu li essa passagem.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Nos telefonemas do Presidente da República, chamados de “bomba atômica”, é instado a pedir à Previ que feche com o Opportunity, e o mesmo se dá com diretor do Banco do Brasil, Ricardo Sérgio de Oliveira.

Essas conversas e, mais ainda, a conversa do próprio Presidente mostram o envolvimento pessoal dele no grupo, autorizando a pressão sobre a Previ.

No aval, André Lara Rezende, após explicar que a Previ era importante para o consórcio do Opportunity, sugere ao Presidente fazer “certa pressão” e diz ao Presidente – grampo: “A idéia é que podemos usá-lo aí para isso.” Fernando Henrique Cardoso responde: “Não tenha dúvida!”

O senhor, então, não tem uma relação maior com nenhum partido, mas a gênese de o Opportunity ter recebido os fundos de pensão – um aporte que, segundo informações, chega a quase um bilhão de dólares – no governo passado foi essa presença, essa proximidade com o governo passado. O senhor concorda com isso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não concordo que tinha proximidade com o governo passado.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Não? Mas o Sr. Pêrsio Arida era sócio do senhor. Aliás, parece que ainda o é. Esses telefonemas todos grampeados que confirmam a relação estreita, e o senhor acha que não tinha relação mais profunda? Não?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu acho que não tinha relação mais profunda e eu vou poder explicar.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Ok.

Quero voltar a uma questão da privatização...

Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Ele falou que iria responder a sua pergunta. Acho importante a resposta.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Outras informações? Ok, ok.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O senhor quer que eu responda ou o senhor prefere ir até o fim?

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Eu queria adiantar um pouquinho, porque é dentro do processo e é sobre o Opportunity Fund.

O senhor... Qual foi a participação na compra da Telemig? Como é o controle acionário da Telemig? Que participação tem o Opportunity Fund? Que participação tem na Telemig?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O Opportunity tem participação...

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Em termos percentuais.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – 10% da Telemig.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – 10% da Telemig.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Participação equivalente.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Ok.

Esta CPI tem a preocupação e a intenção de descobrir fontes de financiamento eventualmente. Como é que isso funciona ao longo do tempo, independentemente de ser agora, antes ou depois? Como é que funciona? Como é que era feito? Quem são os cotistas do Opportunity Fund? O senhor poderia me responder isso rapidamente?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O senhor gostaria que eu respondesse essa antes das outras?

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Sim, porque essa resposta é rápida.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Tudo bem. O Opportunity Fund é um fundo constituído internacionalmente, e ele capta recursos internacionais para investir no Brasil. Nós captamos dinheiro, e os agentes de captação são bancos. Existe um banco inter-

nacional que recebe esses recursos e nos repassa. O nosso papel é só administrar os fundos. Nós não temos o conhecimento de quem é o beneficiário final desses recursos. Existe uma disposição aqui no Brasil de que residentes no Brasil não podem aplicar nos fundos que investem no Brasil. Nós cumprimos todas as regras nesse sentido: existe no nosso prospecto uma vedação, e qualquer aplicador tem que declarar que ele não é residente no Brasil.

Tem uma outra particularidade: nos Estados Unidos, você não pode ter, num fundo, mais do que cem americanos sem que esse fundo seja registrado para distribuição pública. Essa regra é muito rígida, são cem pessoas e pronto. Se você tiver, por exemplo, noventa pessoas, e alguém morrer e deixar sua cota para onze herdeiros, você excede, você vai para 101, e 101 está irregular, e o fundo fica tributável nos Estados Unidos. Então, nós, por prudência, optamos também por não permitir a participação de investidores americanos, só para não ter que ficar controlando isso.

Nós não temos, nós não sabemos quem são, nós não somos informados de quem são os clientes finais do Opportunity Fund. O que nós sabemos é quem são os bancos que lidam com esses clientes. E existe no prospecto do fundo determinação segundo a qual esses clientes têm que declarar que não são residentes no Brasil.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – O senhor não sabe se a Depolo investe no Opportunity Fund?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Desculpe, se....

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Se a Depolo...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O que é Depolo?

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – A Depolo é uma empresa, é um banco, banco de doleiro, do Sr. Dario Messer, uma conta...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu não tenho informação se a Depolo, em si, investe ou não investe. Se for um banco internacional e se for um banco capacitado internacionalmente, ele pode investir. Eu não tenho essa informação.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – A Asteca, do Sr. Paulo Maluf, também investe?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Certamente, se a Asteca é do Sr. Paulo Maluf, o Sr. Paulo Maluf sendo brasileiro, ela não investe.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – A Solid?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu não tenho a relação dos clientes do fundo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Vice-Presidente Deputado Baltazar, o seu tempo esgotou-se.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Os quinze minutos?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Quinze minutos.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Não tinha quinze, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Exatamente: 12h46min e 13h01min. E quanto mais tempo nós ficarmos discutindo, mais tempo perdemos.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Não tinha quinze minutos, Sr. Presidente. Confesso que...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas eu registrei.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª não está duvidando do nosso registro?

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Foi registrado. Eu tenho que fazer aqui no “dedômetro” mesmo, porque não há relógio, não há como eu marcar o tempo, mas faço com cuidado. Disse, na hora que lhe passei a palavra, 12h46. Todos aqui ouviram, está registrado na fita.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Se tiver que dar alguma resposta, seja breve, porque, senão, nós vamos ultrapassar em muito o tempo de que dispomos – estou pensando numa média de vinte minutos; se a multiplicarmos por cinquenta, são quinze horas e alguma coisa.

O senhor tem alguma resposta a dar?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Vou ter que pedir desculpas a V. Exª pelo seguinte: essa explicação a respeito do leilão da Telebrás eu não tenho como fazer sem utilizar um certo tempo, ela é longa.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Então vamos esperar uma outra oportunidade. Essa pergunta será repetida. Na próxima vez em que ela surgir, o senhor já terá a resposta preparada. Por isso sugeri que a resposta fosse dada imediatamente após a pergunta; se cada um usar os quinze minutos perguntando, depois não haverá mais tempo para a resposta.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu acho que esse assunto é importante, mas a resposta é longa.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nós vamos esperar a outra oportunidade.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito da CPMI dos Correios, que é a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, pela ordem. Só uma informação: além da advogada, o depoente tem mais algum assessor à sua disposição neste momento?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Tenho, sim.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pode declarar os nomes.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Gostaria que fossem nomeadas as pessoas que estão à disposição do depoente, porque o que está acontecendo algumas vezes é que a pessoa que faz a pergunta não está sendo ouvida pelo depoente, que fica atendendo solicitações de assessores. No momento das perguntas, o depoente não deveria ser distraído, isso prejudica quem faz a pergunta. Então eu solicitaria a V. Exª que houvesse...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu não entendi a última parte da questão de ordem, mas, de qualquer maneira, peço ao depoente que imediatamente nomeie quem o acompanha.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não tem nenhum problema, mas vamos identificar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eu quero saber.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Estão comigo Ana Carolina Silva e Eduardo Gomes, que está aqui também sentado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E mais quem? Há um pessoal lá atrás também.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Só estão lá sentados, não estão me assessorando não.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não há mais ninguém. Só são os dois.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eu só pediria que, no momento em que as perguntas fossem feitas, não houvesse intervenção dos assessores, isso prejudica as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu quero esclarecer a V. Exª que o Regimento e a prática indicam que ele pode recorrer a notas, como também a algumas informações de imediato, para melhor responder.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, vamos andar. Temos quinze horas pela frente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Tudo bem, vamos prosseguir.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti. São 13h04min.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

A revista **Veja** recentemente fez uma matéria em que faz duas acusações ao Ministro Edson Vidigal, presidente do Superior Tribunal de Justiça, às quais o Ministro respondeu em carta aberta à população. Vou me dar aqui o direito de ler alguns trechos, que têm tudo a ver com o que nós estamos tratando.

Tão logo, há alguns meses decidindo em favor dos fundos de pensão, cassei uma liminar cujos efeitos incomodaram, e ainda incomodam, interesses poderosíssimos do setor de telecomunicações, fui avisado de que ações de trabalho sujo se desencadeariam contra mim. Seria grampeado, seguido, filmado; meus amigos, familiares, auxiliares e pessoas mais próximas passariam a estar, eles também, sob intensa vigilância. Quando, após a decisão favorável aos fundos de pensão e avisado de que preparavam na mídia chumbo grosso contra mim, não me surpreendi quando soube da pauta que, afinal, não prosperou na primeira tentativa e que, só agora, requentada com requintes, assume generosos espaços na revista.

Essa liminar cassada pelo Ministro Vidigal, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, foi contra os interesses do Opportunity. Eu não vou perguntar ao Sr. Daniel Dantas se ele grampeou, seguiu, filmou, fez algumas das ações que a carta aberta do Ministro está relatando, até porque o Sr. Daniel Dantas, as pessoas próximas a ele, pessoas que integram o Banco Opportunity, têm dezenas de ações na Justiça. Uma delas, inclusive, diz respeito à investigação da Kroll, à investigação contratada, que, num primeiro momento, veio da Operação Chacal da Polícia Federal e depois foi encaminhada pelo Ministério Público à Justiça, que acatou esse encaminhamento. O senhor e várias pessoas ligadas ao senhor estão sendo acusadas de formação de quadrilha, recepção qualificada, divulgação de segredo, participação em corrupção ativa, divulgação de dados. Foram grampeados, seguidos, desembargadores, quer dizer, há precedentes de ações de investigação criminosa em cima de membros da Justiça. O Ministro Vidigal não está falando de algo que já não tivesse acontecido, que inclusive já não estivesse em processo. Tivemos membros do Governo também grampeados, investigados, como é o caso do ex-Ministro Gushiken e do ex-presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb; tem ainda o inquérito aberto pela Polícia Federal contra aquele espião, o Avner Shemesh; tem dezenas nas Ilhas Cayman, na Inglaterra, em Nova Iorque, na CVM. Há processos de toda ordem contra o senhor, contra o Banco Opportunity.

A propósito, ontem a imprensa me perguntou: “O que a senhora acha de o Sr. Daniel Dantas ter pedido

habeas corpus para vir depor? Ele estava como convido, ele estava aqui para prestar informações. Foi esse o espírito que nos levou a apresentar requerimentos para ouvi-lo, requerimentos que foram aprovados. Com essa lista de processos, que vão desde os processos relativos à CVM, às Ilhas Cayman, à questão dos fundos, do Opportunity Fund, onde está comprovado que tem brasileiros, sim, aplicando naquele fundo, quando não pode, a legislação não permite... Já tem, inclusive, sentença definitiva desrespeitando ordem judicial e daí para frente. Tem quatro juízes ingleses que sentenciaram o Sr. Daniel e a sua irmã, Verônica, como mentirosos. Um juiz de Nova Iorque disse, nada mais nada menos, que as suas atividades cheiravam a roubo. Ou seja, quando o senhor recorre ao Supremo e ganha **habeas corpus**, parece que vem exatamente na condição de réu, na condição de réu que o senhor é em dezenas e dezenas e dezenas de processos que estão aí em andamento, alguns já com sentença.

Sr. Presidente, Srs. Membros das duas CPIs, tenho recebido material à exaustão sobre o caso que estamos aqui hoje analisando. Entre os materiais que recebi, há um da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão, a Anapar, um memorial sobre a atuação. Eu o li atentamente e vou encaminhar isso às duas CPIs.

Com as devidas ressalvas, porque obviamente há interesses colocados nesse memorial, se 10% do que está nele contido efetivamente tiver comprovação nos processos, em todas as investigações que estão sendo colocadas sobre o Banco Opportunity, o Sr. Daniel Dantas e os seus membros, os integrantes das suas atividades, o Sr. Daniel Valente Dantas deveria estar preso há muito tempo. Por isso é que tem de ter **habeas corpus** aqui!

Quero que me seja concedido o favor de poder expressar o que penso, da mesma forma como respeito sempre... Até porque, o que está colocado neste processo...

Sr. Presidente, gostaria que fosse garantida a minha palavra.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, vamos respeitar a oradora.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – A nobre oradora está usando da palavra no seu tempo regimental. S. Exª ainda tem oito minutos.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, V. Exª está descontando o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Evidente que o que S. Exª emitiu é juízo seu; está fazendo uma relação de processos que certamente estão na Internet.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – V. Exª descontou o tempo dessa...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não houve...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, solicitamos que seja garantida a palavra da nossa ilustre... E que seja descontado o tempo da interrupção, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Está garantida a palavra e vou dar o desconto de um minuto.

Devo dizer a V. Exª que não era necessário o **habeas corpus**. A não ser que o depoente cometesse um crime e fosse flagrado, teríamos...

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não, não há necessidade. Não iria preso em hipótese alguma, ao menos sob a minha presidência. Então, quero dizer que fique tranquilo, porque não haveria esse tipo de problema.

Concedo a palavra e desconto dois minutos.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Obrigada.

Havia uma grande expectativa em torno desse depoimento, até porque toda a sociedade brasileira sabe que o que está em jogo é uma imensa disputa – já foi inclusive apelidada como a maior guerra comercial do período mais recente da história brasileira –, algo que envolve algo em torno de R\$16 bilhões, estamos falando de uma disputa que envolve R\$16 bilhões.

Em outubro do ano passado, os fundos de pensão destituíram o Sr. Daniel Dantas e o Grupo Opportunity da administração do fundo nacional por quebra do dever fiduciário. Em 2005, o Citibank, o maior banco do mundo, também destituiu o Grupo Opportunity da gestão dos seus ativos por justa causa, por quebra do dever fiduciário – acusou o Grupo Opportunity de fazer negócios em interesse próprio sem preocupação com os investidores.

Apesar de haver perdido qualquer legitimidade para continuar à frente das empresas de telefonia, do terminal do porto de Santos e do metrô do Rio de Janeiro, já que a posição que o Opportunity ocupava nessas empresas se deve única e exclusivamente ao fato de ser o administrador do fundo nacional e do fundo estrangeiro... Portanto o que estamos aqui colocando é essa disputa, é isso que está permeando toda essa expectativa em torno da vinda do Sr. Daniel Dantas a esta CPMI.

Nós também, ao aprovarmos a convocação, o fizemos apesar de o Sr. Daniel Dantas ter tido uma amnésia, não ter lembrado, ter tido muita resistência de dizer quando é que conheceu o Sr. Marcos Valé-

rio. Há uma série de incidências que relacionam o Sr. Marcos Valério direta ou indiretamente com o Sr. Daniel Dantas ou com o que está próximo ao Sr. Daniel Dantas, a começar, por exemplo, da própria Telemig, da ida a Portugal.

Apesar de o senhor ter respondido várias perguntas, fica uma coisa extremamente mal explicada: por que o publicitário estava indo a Portugal fazer as negociações? Há o fato de, em várias agendas, terem aparecido ligações com o Sr. Carlos Rotenburg, que é muito próximo ao senhor, para inclusive tentar aproximações – até marquei aqui. Já que não dava para influir nas decisões do interesse do banco Opportunity... O senhor mesmo disse: era pelo menos para que ficassem neutros, que pelo menos o Governo atual não intercedesse a favor dos adversários na disputa, nessa grande guerra, na maior guerra comercial em jogo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª não vai fazer nenhuma pergunta?

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Posso usar meu tempo, não?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pode usar, mas não haverá tempo de resposta.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, não tem problema. A hora que acabar, eu paro.

O senhor é uma pessoa que não perde oportunidades, por isso o nome Opportunity é bem adequado. E o senhor não perde a oportunidade de estar próximo, obviamente, das pessoas que têm poder, das pessoas que mandam. O senhor sempre busca se aproximar. É óbvio que o senhor fez inúmeras iniciativas de aproximação.

Inclusive quero aqui registrar que isso vem de longa data. A **ISTOÉ**, de 2 de dezembro de 98, registra que, em 82, com apenas 27 anos, o economista já era conselheiro de Antonio Carlos Magalhães – o senhor é baiano, então provavelmente toda essa proximidade. Todos sabem que o senhor é uma pessoa inteligentíssima, e essa aproximação já se dava desde 1982.

Nas perguntas feitas pelo Deputado Paulo Baltazar ficaram claras todas as relações que o senhor tinha durante todo o processo de privatização com o “tucanato”, não é? Todas as proximidades, todas as relações muito claras de proximidade. E agora, para que não frustrem as pessoas, o senhor toma também outros tipos de iniciativas de aproximação. E vou inclusive chegar àquela da provocação feita há poucos minutos. Mas é o seguinte: publicitário é alguém de quem o senhor sempre procura se aproximar. Não é à toa, por exemplo, que tem o NG9 Opportunity. Nada mais, nada menos do que Nizan Guanaes como Banco Opportunity, desde 1999. É uma empresa. Portanto, todos sabem, Nizan Guanaes é um dos publicitários

do “tucanato”. E foi tão engraçado o senhor dizer que agora, mais recentemente, o senhor descobriu o Duda Mendonça por coincidência.

O SR. (Orador não identificado) – Fez a campanha do PT no Rio, hein!

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Por coincidência. Então, essa proximidade às alas do poder.

Com relação a filhos, também o senhor....

O SR. (Orador não identificado) – Pago pelo Delúbio.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ...se aproxima. Não é à toa que a Verônica Serra foi sócia da Verônica Dantas numa empresa. Não é? Isso não aconteceu por acaso. Numa empresa Decidir.com, desde 2000, aonde no site, no *site* estava lá: “Encontrem nossa base de dados, licitações, a oportunidade certa para...”

O SR. (Orador não identificado) – Não confunde com o filho do Lula, Senadora!

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ...para se tornar um fornecedor do Estado”.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Presidente, respeito!

O SR. (Orador não identificado) – Eduardo, fica quietinho aí. Ouve aí a Senadora.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Um assanhamento...

O SR. (Orador não identificado) – Ah, Presidente, assim não é possível! As pessoas ficam intervindo. Não é possível, Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – O assanhamento dos tucanos é indevido.

O SR. (Orador não identificado) – Tem que aprender a respeitar.

O SR. (Orador não identificado) – Os Procuradores que estão aí na defesa...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – A oradora está com a palavra. Eu peço que todos mantenham o silêncio para que ela exponha e gaste o seu tempo.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É engraçado, Sr. Presidente, porque quando é contra o PT pode falar o que quiser.

O SR. (Orador não identificado) – Presidente, a Direita está.... assanhada aqui.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu estou fazendo toda a relação de vínculo ao poder durante décadas do Sr. Daniel Dantas. Isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – E não há nenhuma linguagem injuriosa.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E vou chegar, vou chegar, para que não pare qualquer dúvi-

da, ao filho do Presidente Lula, sim, porque está aqui a reportagem do Vice-Presidente da Brasil Telecom, Íon Moreira, em que ele afirma que fez proposta para a compra Game Corp. Uma proposta de 6,5 milhões. Portanto, superior aos cinco milhões que depois foi comprada pela Telemar. Portanto, chegou também, tento chegar, entende? Buscou chegar. Não é um procedimento inédito nem...

Agora, Sr. Presidente, não vou fazer perguntas mesmo. Eu queria fazer a fala. Eu queria fazer esta retrospectiva e queria dizer aqui de forma muito clara: todos os processos, se ainda não levaram o Sr. Daniel Dantas à prisão, se ainda não levaram, porque eu tenho o convencimento de que é tudo tão grave, envolve tanto dinheiro, tanto dinheiro, tanta intermediação, tantos processos, entende, ilícitos que esta CPMI talvez não possa substituir todas as investigações que já ocorrem no Brasil, nas Ilhas Cayman, na Inglaterra, Estados Unidos e tal.

Agora, O que esta CPMI pode fazer é uma contribuição inestimável nestes processos todos: é quebrar o sigilo do *hard disk* que está sob proteção judicial e não permite que as investigações continuem para saber o que tem lá relativo às atividades do Opportunity Fund. É termos aprovação da busca incessante da quebra do sigilo das operações do Opportunity Fund nas Ilhas Cayman. Inclusive para identificar quem são as pessoas que investiram efetivamente no Opportunity Fund e que estavam acobertados por aquela regrinha, aquela chave 368 da Conta de Investimento. Porque ali era controlada pela Srª Verônica Dantas, irmã do Sr. Daniel. E se não desvendar aquela chavezinha, efetivamente aquilo que o Sr. Toninho Barcelona disse, ontem, no depoimento, ou seja, que havia, sim, depósito de doleiros, havia repasses para o dinheiro ir para lá e depois voltar para o Brasil, não vai fazer mais diferença se não contribuirmos com a quebra desses dois sigilos. Porque as investigações, os processos já existem à exaustão para condenar o Sr. Daniel Dantas.

Então, a única coisa que eu quero fazer não é o Sr. Daniel Dantas. Eu quero pedir para esta CPMI a coragem de quebrar esses dois sigilos: *hard disk* e da movimentação do Opportunity Fund nas Ilhas Cayman.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª fará o requerimento oportunamente para ser apreciado.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O requerimento já está pronto, Sr. Presidente. Só falta votar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Será apreciado no foro próprio.

Concedo a palavra ao próximo orador da CPMI... aqui fala CPMI dos Correios. É o Deputado Fernando Coruja. Não sei se V. Exª está nas duas.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vi aqui o requerimento. É da compra de votos. Concedo a palavra ao Deputado Fernando Coruja, pelo prazo de 15 minutos. São 13h21min.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, essas duas CPIs têm como finalidade investigar a compra de votos e a corrupção no Governo, evidentemente. Vemos que se dispersam. Para quem olha de fora parece que isso aqui é uma maluquice, que se atira para todos os lados. É uma maluquice mas, como lembra Shakespeare, há método. Quem quer tumultuar quer espalhar o negócio para que não se chegue naquilo que é o propósito.

Hoje, a comentarista Miriam Leitão dizia que Daniel Dantas participa de dez entre dez negócios confusos no Brasil. É evidente que, para avaliarmos essas questões todas, precisaremos de uma década. Temos que nos focar no que é o interesse da CPI.

Fica claro que o Sr. Daniel Dantas permanece sempre próximo ao poder, na minha visão. Tinha uma proximidade com o Governo anterior, onde conseguiu investimentos polpudos dos fundos de pensão em vários empreendimentos. Quando chega esse novo Governo já começam as dificuldades. Em 2000, pelas mudanças. Nesse novo Governo é preciso uma proximidade com o Governo e, fundamentalmente, com os fundos de pensão.

Esses negócios, essa proximidade, passam, ao que me parece, pelo apoio dos fundos de pensão para a venda da Telemig. Gostaria de mencionar minha tese. Creio que Marcos Valério não foi a Portugal convencer a Vivo a comprar a Telemig, foi garantir a venda. Tinha a carta branca dos fundos de pensão para dizer que os fundos – se fosse para vender a eles em troca daquele polpudo recurso que teria ido buscar em Portugal, segundo Roberto Jefferson –, controlados pelo Governo, poderiam dar esse aval. Será que não foi isso o que foi fazer lá?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não detenho essa informação. É um quadro coerente, mas não tenho essa informação. Não posso testemunhar, aqui, que Marcos Valério teria ido lá para tentar viabilizar a venda. Conforme falei, não sabia que Marcos Valério teria ido a Portugal. Não pedimos que ninguém intercedesse. Tínhamos apenas informações do Citibank de que a transação não atendia aos seus melhores interesses. Sabíamos que o Citibank estava em contato com os fundos de pensão. Para ligar e chegar a

essa conclusão precisaria de mais elementos do que disponho.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O colunista Diogo Mainardi, da **Veja**, em dois artigos recentes, de 5 e 12 de setembro, fez acusações fortes. Diz que sua proximidade com o Governo fez com que se pudesse manter o controle da Brasil Telecom até meados do ano passado, quando houve o caso da Kroll. E que os recursos do mensalão, fundamentalmente, são recursos provenientes de empresas que V. S^a controlava e chegariam, de uma forma ou de outra, às mãos de Marcos Valério, Delúbio e acabam servindo, aqui, para eventuais compra de votos de parlamentares. E ele insinuou inclusive que começou a haver a crise quando houve a Kroll e houve a ruptura. O senhor perdeu, então, a proteção do Governo naquele instante, naquela queda de braço entre o Ministro José Dirceu e Gushiken, onde a sua ala era do Ministro José Dirceu. E prevalecendo a tese do Gushiken, o senhor perde a força, seca o dinheiro e começa a crise. O senhor contesta essas afirmações do colunista Diogo Mainardi?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Li o artigo do Sr. Diogo Mainardi e, na parte de cima do artigo, não sei se o senhor está com a cópia, ele diz: “...por tudo que li é o que me parece”. Quer dizer, o Sr. Diogo Mainardi não afirma isso. Ele apenas constrói esse cenário depurando as impressões que teve a respeito das circunstâncias.

O Sr. Diogo Mainardi já foi esclarecido a respeito desse assunto. Na verdade, não éramos nós a fonte de recursos que estava alimentando o mensalão. E não tivemos, durante nenhuma fase deste Governo, conforme o Sr. Diogo Mainardi diz, épocas em que não tivéssemos tido constantemente pessoas do Governo e a Previ agindo contra nós. Ele identifica um período que foi mais tênue, e esse período corresponde ao tempo em que as três companhias de telefonia fixa estavam tentando comprar a Embratel. E, durante esse período, realmente, houve uma certa trégua. Não entendo por que houve a trégua, mas houve. Identificamos o período em que as três companhias tentavam comprar a Embratel, depois sentimos a volta dos mesmos tipos de esforços, apoiando outros interesses.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Um ponto que já foi levantado pelos Relatores, mas que merece uma atenção especial, é a questão dos investimentos da Telemig e da Amazônia Celular na SMP&B e na DNA. Investimentos em propaganda, que cresceram no ano de 2004. V. S^a disse que, por parte da Telemig e da Amazônia Celular, tem informações de que foram pagas as faturas que recebeu. Mas, é evidente, que há uma suspeita muito grande de que

foram pagos serviços não prestados; foram emitidas notas, e essas notas acabaram sendo queimadas e isso ficou evidente.

Então, os sinais de fraude são muito evidentes. Que houve pagamento por serviços não prestados; e a Telemig e a Amazônia Celular pagaram propaganda que não houve. Então, essa argumentação sempre de que a agência ganha pouco; ela ganha pouco se tiver que prestar o serviço, se tiver que pagar a Globo, se tiver que pagar o jornal. Agora, se não prestar o serviço, ganha muito, porque aí o dinheiro entra sem ter que pagar aquele que tem que receber muito. E isso está ficando evidente. É cristalino que houve isso; as notas, tudo.

Há um controle feito por essas empresas – o senhor disse que consultou lá, apesar de ser o coordenador, não é o executivo principal – e esses serviços foram prestados mesmo? Os serviços? O fato de ter a fatura não... Os serviços foram prestados?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Sr. Deputado, consultamos a Telemig pormenorizadamente ontem, fizemos uma videoconferência longa e o que me foi reportado é que todos os serviços foram prestados, 100% dos serviços, e a Telemig preparou uma apresentação detalhada sobre isso, além de já ter mandado toda a documentação aqui para esta Comissão. E vamos disponibilizar esse material a quem tenha interesse – ele já está aqui. Agora, não tenho condições de detalhar. Mas, a informação que tenho da Telemig é que 100% dos pagamentos foram para a publicidade. O que ocorreu foi um aumento na Amazônia Celular nesse período, porque a Amazônia e a Telemig se juntaram numa operação e a Amazônia tinha outra agência e passou a ser atendida pela SMP&B. Então, a despesa de publicidade da Amazônia permanece constante; a fatia que foi para a SMP&B é que cresce. Então, acompanhando os pagamentos da SMP&B, ela cresce por conta do fato que a Amazônia passou a ser atendida, por uma questão de economia pelo mesmo centro da Telemig, uma vez que as duas empresas tinham o mesmo conjunto de acionistas.

Quanto às notas que apareceram queimadas, o que a Telemig me reportou foi que foram notas devolvidas. As notas são recebidas, protocoladas na seção de protocolo da Telemig e o departamento de marketing verifica se aquelas notas são corretas. Se as notas não forem corretas, elas voltam. E a Telemig não pagou aquelas notas. Aquelas notas não foram pagas. Essa foi a informação que recebi da administração da Telemig ainda ontem.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Outro aspecto na publicidade, ainda, é que o preço da agência é igual a hotel: na tabela é um, mas na hora

de veicular há um desconto de 70%, 80%. Às vezes tem coisas que tem desconto de 80%. É claro que se for pagar a tabela cheia, fica fácil de compatibilizar. É claro que a CPI vai verificar, mas espero que a Telemig e Amazônia Celular não tenham feito um negócio ruim, porque é evidente que as empresas de V. Sª não fazem negócios onde podem pagar 20%, 30% e pagam uma tabela cheia.

Em relação ao Sr. Pizzolato. O Sr. Pizzolato parece que trocou de lado. Ele foi um dos que antes era ligado ao grupo do Gushiken, que lhe fazia oposição e, de repente, ele trocou de lado. E foi flagrado, em uma história muito mal contada, recebendo um pagamento de R\$326 mil; que recebeu em dinheiro; disse que foi lá o pegar o dinheiro; que alguém telefonou para ele mandar buscar. Uma história, como tantas que se conta aqui na CPI, que ninguém acredita.

O senhor teve contatos com o Sr. Pizzolato?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu nunca tive contato com o Sr. Pizzolato, nem no tempo que o Sr. Pizzolato estava contra, nem no tempo que o senhor está descrevendo aí, que ele não está. Foi-me reportado que o Sr. Pizzolato tinha divergências ou problemas com o Sr. Sérgio Rosa, Presidente da Previ. Mas não sei. Essa é uma informação que chega aos meus ouvidos; nada que eu tenha escutado ou tenha visto.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor sofreu... Disse que, em determinados instantes, houve pressões de setores do Governo, claro, para que os fundos tivessem uma relação mais dura com o senhor. Disseram que o Sr. Gushiken, ex-Ministro Gushiken, tinha influência nos fundos, já que ele claramente era um opositor das suas teses, para levar os fundos a tomar um posicionamento contrário aos seus interesses comerciais?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu nunca vi isso. Eu nunca encontrei com o Sr. Gushiken e não poderia testemunhar aqui que o Sr. Gushiken estava... São as informações que me chegam, mas não tenho como testemunhar a respeito disso, porque nunca vi o Sr. Gushiken em reunião com fundos.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Houve relatos da imprensa de que o senhor teria contratado por R\$10 milhões o advogado Antônio Carlos, o Caçai, que também foi advogado do Ministro José Dirceu. Ele foi seu advogado?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O Antônio Castro foi advogado da Brasil Telecom, já advogava a Brasil Telecom e foi advogado no assunto da Kroll, o Sr. Almeida Castro me defendeu também.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Foi seu advogado. Esse valor de R\$10 milhões...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu não tenho conhecimento desse valor.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Bom, o rompimento com o Citigroup... O senhor explicou os vários motivos.

A sua amiga, de quem há várias referências da imprensa a respeito de uma correspondência, Marilyn... O senhor sabe se ela se afastou antes ou depois da sua briga com o Citigroup?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – A Srª Marilyn aposentou-se há dois anos. Foi antes.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PDMB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, quero saudar o Deputado Coruja pela iniciativa de ter trazido para os eixos o debate nesta Comissão, porque estávamos aqui, até agora, na verdade, discutindo aquilo que o PT disse que ia fazer quando entrasse para o Governo: a tal da rediscussão da privatização da teles e que aí eles teriam uma CPI para apurar essas irregularidades.

Confesso ao Sr. Depoente que não sei se o modelo desenvolvido foi exatamente o ideal. O que vemos como resultado é que as pessoas, hoje, têm mais acesso a telefones. Mas não posso dizer se ações poderiam ter custado um pouco mais. Isso, a CPI que o PT tanto prometeu poderia ter feito em dois anos e meio de Governo, ao invés de ter perdido tempo preparando o mensalão. O que me assustaria, no entanto, Ministro Ibrahim Abi-Ackel é se essas teles não tivessem sido privatizadas. Imagine-as nas mãos do Delúbio, do Silvino. Imagina o que não teria de Land Rover passeando por aí. É uma coisa assustadora. Graças a Deus, Srªs e Srs. Parlamentares, fez-se a privatização das teles. Pena que não se tenha feito a do IRB, porque talvez o Erário brasileiro não tivesse perdido tantos recursos com esses pelegos corruptos que foram colocados pelo Partido dos Trabalhadores.

Portanto, Sr. Presidente, temos aqui que tratar do foco.

O que estamos investigando? O Governo Lula, o Governo do PT que criou um “esqueminha” criado com amigos chamados: Delúbio, Secretário-Geral do Partido; Sr. Sílvio Pereira, Tesoureiro; todos freqüentando o Palácio do Planalto para cá e para lá. E começaram a distribuir recursos por aí. Não é só mensalão para Deputado, não. Tem advogado de Santo André naquele crime de corrupção que até o prefeito foi assassinado e torturado. Tem pagamento de Duda Mendonça, esse mesmo publicitário que também já serviu ao grupo da oportunidade e que veio aqui e recebeu o recurso do exterior, com a conta do PT. Aliás, o Toninho Barcelo-

na... Tudo o que ele diz é mentira, mas no momento em que ele fala alguma coisa que envolve alguém que fere o interesse do PT, passa a ser verdade. O Toninho Barcelona é um homem que diz a verdade.

Portanto, temos que focar aqui naquilo que estamos tratando. Porque o PT, se conseguir, já que tem maioria aqui no Parlamento ou pelo menos já teve, perdeu oportunidade de ter, já podia ter aberto a CPI da privatização e identificado o que aconteceu na (*Inaudível.*), que tipo de armação e de montagem foram feitas, tiveram medo de fazer ou se renderam aqueles que eventualmente cometeram algum delito ou, ainda, que foi melhor mandar o Delúbio conversar com aqueles que cometeram algum delito. Essa é que é a verdade.

Portanto, Sr. Daniel Dantas, há duas questões para mim. Dentro do Governo há dois grupos, todos dois com interesses, e aí reside a briga, é claro, com o Ministro José Dirceu e o Ministro Gushiken.

O Ministro José Dirceu, ao que me parece, foi mais simpático à causa do grupo dos interesses que V. S^a defendia. Portanto, não vou fazer nenhuma pergunta sobre o Ministro José Dirceu porque, de certa forma, atendeu aos seus interesses. Mas quero saber dos que não atenderam aos interesses, o Ministro Gushiken veio aqui valente, firme, defendendo e repudiando insinuações de corrupções – e tivemos que dizer para ele que ninguém estava insinuando nada. Estávamos afirmando que este Governo é corrupto.

O Ministro Gushiken disse várias vezes que não interferia nas disputas privadas, ele era Ministro da Secom, deixou de ser Ministro e que não acompanhava... que de vez em quando olhava os negócios dos fundos de pensão, já que era um tema de interesse dele e tinha amigos ali.

Diante dessas afirmações, eu queria que o senhor dissesse o seguinte... O senhor tem conhecimento – a imprensa divulgou em diversos momentos –, o senhor tem conhecimento de interferências do Ministro Gushiken – diretas interferências – nessa disputa dos fundos de pensão?

Eu queria só que o senhor respondesse rápido, porque...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Sr. Deputado, eu não tenho conhecimento das interferências. Eu só tenho informações sobre a interferência. Eu não posso dizer que estive em nenhuma reunião com os fundos de pensão em que o Ministro Gushiken estava presente. Vários interlocutores, advogados, etc e tal, sempre nos reportaram que o Ministro Gushiken intervinha nos assuntos. Eu não vi o Ministro Gushiken intervir.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas o... É verdade que a interferência do Ministro Gushiken chegou a tal ponto que... A informação que temos é que ele teria ido pessoalmente à Anatel intercedendo em seu desfavor nesse disputa comercial?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Essa é a informação que eu tenho também. Mas não tenho como testemunhar, porque não vi.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O seu sócio, Arthur Carvalho, esteve reunido com dois representantes do Ministro Gushiken?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O Arthur Carvalho esteve reunido com o Ministro Gushiken, em algumas vezes, no âmbito da operação que as três telefonias fixas objetivavam comprar a Embratel.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E o que o Ministro Gushiken tinha a ver com telefonias fixas, Embratel...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O Ministro Gushiken, acho que estava ajudando ali o consórcio das três companhias de telefonia fixa. Quem liderava era a Telemar. Então, eu não sei qual era a...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas, como ajudando... O senhor pode ser mais...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu não estava presente nas reuniões. Eu sei que as reuniões...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas o relato dos seus sócios...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O relato deles é que as reuniões de estratégia, a respeito dessa possibilidade de viabilizar a aquisição da Embratel pelas três companhias de telefonia fixa, teriam acontecido na Secom e, eu acho, que alguma outra no Palácio, alguma coisa assim... Eu não me lembro direito dos detalhes. Sei que ele me reportou isso, mas eu não estava presente nessas reuniões...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ou seja, a Secretaria de Comunicação, que era aquela que já dirigia as licitações, que deu as contas de publicidade para o amigo Marcos Valério, também lá nós tivemos reuniões em que se tratou de questão de telefonia, com a presença do Ministro Gushiken. E sócios do senhor participaram...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – É. Se tratou de questões que tentavam viabilizar o consórcio das três companhias de telefonia fixa na eventualidade da possibilidade de comprar a... Não era propriamente a Embratel, mas a parte de dados da Embratel, porque era uma operação complexa que teria de dividir a Embratel em dois pedaços. Ficava, no fundo, uma operação menor, conduzindo as operações de longa distância para atender à legislação. E a parte de dados

e a maior parte de infra-estrutura da Embratel seria adquirido pelas três companhias de telefonia fixa.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, acho que, dos depoentes, temos tirar as informações que eles podem nos passar. Por quê? É óbvio! Se formos olhar essa questão, por exemplo, da publicidade da Telemig e da Amazônia Celular nas agências do Marcos Valério, vamos notar que até, realmente, no caso da Telemig – como disse o Sr. Daniel Dantas –, há uma homogeneidade nos anos, de gastos de publicidade. E, no caso da Amazônia Celular, há uma diferença. De repente, a partir do momento que Marcos Valério fica melhor amigo do Delúbio – e começam a caminhar por aí juntos –, realmente os gastos da Amazônia Celular, nas agências, aumentam incrivelmente. Mas imagino que não adianta perguntar ao depoente se isso aconteceu ou não aconteceu, se foi um esquema, por intermédio do Sr. Marcos Valério, via Delúbio Soares, para passar dinheiro para cá ou para lá, porque acho que, certamente, o depoente vai dizer que foram serviços prestados. E temos, então, a obrigação de, com os documentos disponíveis, identificar se existem ou não notas frias, se esses serviços foram prestados ou não. E isso não é difícil. A Comissão Parlamentar de Inquérito tem como fazer isso.

Quero dizer a V. S^a que tenho uma grave desconfiância em relação aos gastos das Amazonas, a partir de 2003, R\$600 mil – de 2000 a 2003. De repente, 2003, 2004, 2005 – R\$49 milhões. Causa-me espécie, surpresa. Quero poder, na investigação que estamos fazendo, afirmar o que estou aqui, de certa forma, insinuando. Mas o que eu quero dizer é que a informação que o Sr. Daniel Dantas presta aqui mostra bem o que foi, o que está sendo e o que é este Governo do Presidente Lula. Da mesma maneira que o Sr. Delúbio Soares e o Sr. Sílvio Pereira saíam por aí, em nome do Governo, sem ter cargo no Governo, sem ter função no Governo, distribuindo cargos por aliados, conversando com empresas privadas e com empreiteiras, atendendo a todo o tipo de interesse. Nós tínhamos figuras colocadas dentro do Governo que não ficaram satisfeitas com o seu quinhão, com aquilo que cabia a eles repartir. É o caso claro do Ministro Luiz Gushiken que veio aqui como se não soubesse nada de fundo de pensão, que se especializou em fundo de pensão quando era Deputado, que atendia aos interesses dos trabalhadores, e por isto e por aquilo e não tinha nenhuma relação com esse Fundo de Pensão. Não. Ele só nomeou o Chefe da Secretaria de Previdência Complementar. Só trabalhou até a profundidade na montagem da tal da Previc, que seria mais um nichozinho de cargos para a pelegada pagar dízimo para

o Partido e para fazer qualquer tipo de armação. Não. Trabalhou, o tempo todo, nomeando os Presidentes dos três principais fundos de pensão e não tinha nada a ver com fundo de pensão.

O depoimento dado aqui pelo Sr. Daniel Dantas, que, obviamente – quero deixar muito claro –, nesse caso, outro grupo – e não adianta questionarmos aqui – parecia mais simpático às causas do Sr. Daniel Dantas. Então, não adianta eu perguntar para ele o quê o Ministro José Dirceu pediu, falou, porque ele não vai contar para a gente.

Mas, no caso do Sr. Luiz Gushiken, fica claro que houve uma interferência absolutamente inaceitável de um Ministro que já saía por aí, partilhando por agências de publicidade os interesses e espaços do Governo, atendendo a interesses privados e também era o todo poderoso dos fundos de pensão.

Sr. Presidente, infelizmente, as afirmações feitas aqui pela Senadora Ideli Salvatti me impedem de avançar na arguição ao Sr. Daniel Dantas. Sei que a Senadora Ideli Salvatti volta e meia vem com informações: ela acusa o depoente de “arapongagem” e, pelo que consta, parece que teve mesmo, não sei. Interessava-me em conhecer um pouco desses documentos que a Polícia Federal apreendeu na casa ou no escritório do Sr. Daniel Dantas, para que nós conhecêssemos o que de fato lá existe. Se foi feita “arapongagem”, a Polícia Federal apreendeu, e temos que ouvir essas fitas, todas essas coisas que foram supostamente fruto da “arapongagem”. Mas, de vez em quando, a Senadora Ideli Salvatti vem com informações, relatórios da Abin. E é inaceitável, Sr. Presidente, que essas pessoas que trataram o Poder como uma forma de ascensão social e que se lambuzaram de forma profunda, fumando charutos sofisticados, cubanos – tinham uma relação com Cuba, mas não tinha dinheiro para comprar charuto cubano –, que passaram a andar de Land Rover, de carro importado, essa turma que viu, na chegada ao Poder, a forma de ascensão social, venha aqui confundir as coisas, com acusações levianas, infundadas e mentirosas, tentando comparar sempre... Aliás, o PT faz no Governo tudo aquilo que ele imaginava que nós fazíamos no Governo – só que muito pior –, mas que nunca conseguiram comprovar nem quando chegaram ao Governo.

Portanto, as afirmações infundadas e levianas da Senadora Ideli Salvatti, nesta Comissão, de acusar a filha do Prefeito José Serra, da cidade de São Paulo, de sociedade com a irmã do Sr. Daniel Dantas é uma acusação mentirosa. Não é verdade, essa sociedade não existe. A Senadora Ideli Salvatti tem que entender que nós estamos aqui, sim, para investigar essas

relações promíscuas desse Governo com a iniciativa privada.

O que nós estamos investigando é a corrupção e não podemos ficar desviando o foco. Nós, da Oposição, temos feito um esforço enorme, Sr. Ministro Abi-Ackel, para não envolver casos como o do garoto que tinha um cargo em comissão no Zoológico de São Paulo, no Parque Jardim de São Paulo, com a Marta Suplicy – a Marta Suplicy, aquela que fez acordo com Maluf, que blindou o Birigui para não ir à CPML do Banestado, para ter o apoio dela em São Paulo. É o caso de um menino que sai de uma posição e começa a vender games por R\$5 milhões. Nós temos feito um esforço enorme para respeitarmos certos parâmetros aqui. Não se pode admitir que, com acusações levianas e mentirosas, que envolvem pessoas que não estão sob investigação por esta Comissão, porque nunca deram motivos para estarem sob investigação, a Senadora Ideli Salvatti venha com esse tipo de acusação.

Eu repudio, é inaceitável e inadmissível. Senadora Ideli Salvatti, não confunda – vocês que ascenderam ao Poder e se lambuzaram mas se lambuzaram muito feio. É muita corrupção, é muito roubo. Não tem nada de caixa dois, não tem suposto mensalão. É mensalão, sim. Está comprovado. Está aí colocado, e não podemos admitir que, ao ouvir um depoente, tenhamos que ouvir essas acusações levianas. O Ministro Gushiken operava os fundos de pensão, operava as agências de publicidade, e nós tivemos uma guerra política dentro do governo entre o grupo do Ministro José Dirceu e o grupo do Ministro Gushiken, porque esses interesses privados estavam em disputa. E essas figuras, ao invés de atender ao interesse público, estavam preocupadas em ver que fonte eles iam alimentar para, quem sabe, continuar nesse esquema de corrupção.

Era isso, Sr. Presidente.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra de acordo com o art. 14, pois fui citada de forma injuriosa.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Fui citada de forma injuriosa.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – A Senadora Ideli Salvatti foi citada.

Eu quero fazer um apelo – evidentemente que esse fato já aconteceu – para que despartidarizemos essa discussão, porque senão...

O SR. (Orador não identificado) – O Partido foi citado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas a Senadora terá a palavra.

O SR. (Orador não identificado) – A Senadora foi citada e vai ter resposta. Toda vez que citar o PT aqui dentro vai ter resposta.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Ao invés de nós...

O SR. (Orador não identificado) – Você não tem moral para falar nada.

O SR. (Orador não identificado) – Você não tem moral nenhuma.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Está suspensa a reunião por quinze minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Declaro reabertos os trabalhos.

Peço silêncio e concedo a palavra, por cinco minutos, na forma do art. 14, inciso VI, à Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, inicialmente lamento todo o episódio, porque a população espera do Congresso Nacional, obviamente, atitudes de bastante responsabilidade no nosso trabalho nas CPIs, para conduzirmos o processo de investigação.

Procurei, durante todo o meu pronunciamento, guiar-me pelo parâmetro da investigação. Inclusive, disse que optei em não fazer nenhuma pergunta porque o Sr. Daniel Valente Dantas tem tanto processo... E o que eu listei – inclusive foi utilizado como argumento –, o que eu falei a respeito do Sr. Daniel Dantas são declarações contidas nos processos judiciais: formação de quadrilha não é uma frase minha. Formação de quadrilha está no processo. É disso que ele está sendo acusado, ele e as pessoas próximas a ele.

Portanto, eu quero dizer aqui que quando optei em não fazer nenhuma pergunta e relatar o procedimento, a gravidade, o que é que está colocado é porque as CPIs têm uma conta a prestar à população. Porque a população não quer saber só quem recebeu o dinheiro. A população quer saber quem ou na lógica do interesse de quem foi feita a corrupção. É exatamente buscar os corruptores. E eu quero dizer de forma muito clara que **(parte retirada do texto por ordem do Sr. Presidente Amir Lando)**, por tudo que está colocado, por todos os processos judiciais que estão em andamento.

E eu fiz questão absoluta de relatar isso, de colocar isso, porque esta CPML, a dos Correios e a do Mensalão...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – ... e Compro do Voto...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...tem que prestar contas à população. Então, eu fiz todas as minhas...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Há um orador com a palavra.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, fiz todas as minhas questões, fiz um histórico...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Em seguida, darei a palavra a V. Exª.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – ... fiz uma lógica de intervenção, inclusive, aqui, posso ter sido mal-interpretada. Não há nenhum ato ilegal de constituição de qualquer empresa, de filho de quem quer seja, seja da Srª Verônica Serra, seja do Sr. Fábio Lula da Silva, porque eles estão atuando na área empresarial e podem fazer o quem bem entendem, são cidadãos brasileiros e podem fazer o que bem entenderem.

Agora, quando eu listei, eu listei apenas como uma forma de procedimento de alguém que está há décadas atuando em interesses econômicos vultosos, bilionários e que tem um procedimento de aproveitar todas as oportunidades para se aproximar, para cooptar, para ter maneiras efetivas de, ou decidir a seu favor, influir a favor dos seus interesses, ou então de neutralizar, como ele teve aqui a oportunidade de dizer, de forma clara. Não fui eu que disse, foi ele que disse que falou com o Ministro José Dirceu e teve dele o compromisso de não influir, de não interceder a favor dos adversários econômicos deles.

Por isso, Sr. Presidente, não abro mão, não retiro nada do que eu disse. Quem acompanhou a minha fala viu que foi no sentido de elaborar uma tese, uma lógica, e dizer que as duas CPMIs só têm uma contribuição a mais a fazer, que é exatamente a quebra dos dois sigilos, da Opportunity Fund e a questão do disco rígido. As demais investigações estão andando. Quando se quebrarem os sigilos – aí a tese que eu levantei aqui –, talvez se confirme **(parte da frase retirada do texto por ordem do Sr. Presidente Amir Lando)**, que podem ser legítimos para ele...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente....

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – ... mas não são legítimos em termos de interesse da população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado José Rocha, pela ordem.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, não conheço o Sr. Daniel Dantas. Apesar de ser baiano, conheci-o hoje aqui. Agora, não se pode admitir,

Sr. Presidente, que o depoente, seja ele quem for, seja aqui desqualificado por membros desta Comissão ou de qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito. Não podemos estar aqui agredindo o depoente até de uma maneira humilhante. Eu acho que esse não é o nosso papel. O nosso papel é inquirir os depoentes para termos os dados necessários, indispensáveis, para que esta Comissão possa fazer o seu juízo de valor. Não é nossa função agredir o depoente.

Portanto, solicito à Presidência desta Casa que não permita que isso aconteça por parte de nenhum de nós, Parlamentares desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É difícil cassar a voz devido à palavra estar se formando na boca de cada um. Evidente que o que eu posso dizer é que o Código de Processo Penal, o Código de Processo Civil e o nosso Regimento determinam um tratamento respeitoso, sem admitir uma linguagem injuriosa.

Vou passar, inclusive, a Presidência ao nobre Deputado Asdrúbal, mas antes quero dizer o seguinte: vamos fazer as perguntas objetivas. Vamos fazer perguntas objetivas. Vamos aproveitar esta oportunidade e evitar agressões partidárias, porque não têm sentido. A Nação não quer saber disso. A Nação quer saber a verdade.

Antes de passar a palavra, o Sr. Daniel Dantas havia falado da sua disponibilidade de dar explicações a respeito da Telemig. Ele o fará agora.

Passo a Presidência ao nobre Deputado Asdrúbal Bentes.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O Deputado Osmar Serraglio pediu uma informação que eu não tinha e nos autorizou a consultar a companhia. Foi feita a consulta à Telemig a respeito de se a Telemig teria verificado a coincidência dos seus pagamentos com a contabilização da SMP&B. Pedimos que fosse consultada a Telemig e esta mandou por escrito. Eu vou ler:

“Conforme solicitado ao Presidente do Conselho de Administração da Telemig Celular e da Amazônia Celular, prestamos os seguintes esclarecimentos referentes ao questionamento formulado ao Sr. Daniel Dantas durante o depoimento prestado à Comissão Parlamentar de Inquérito no dia 21 de setembro de 2005.

Não compete à Telemig Celular nem à Amazonas Celular, nem esta tem o poder para tanto, avaliar a contabilidade de qualquer dos seus fornecedores. Usualmente na qualidade de contratante, as companhias exigem de seus contratos a comprovação da regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, mediante apresentação de certidão e outros documentos.

A Telemig e a Amazônia Celular confrontam, sim, os valores por elas pagos com as notas fiscais recebidas da DNA e SMP&B e os serviços de publicidade prestados por essas e fornecedores subcontratados, mas não teriam como se informar ou conferir como esses valores foram contabilizados nas agências de publicidade, bem como qualquer outro dos seus fornecedores.

Por oportuno, relembramos que a Telemig Celular e a Amazônia Celular enviaram voluntariamente, no dia 2 de outubro de 2005, à CPMI dos Correios a documentação relativa aos pagamentos realizados às agências de publicidade, inclusive, com cópia de todas as notas fiscais que suportam. Adicionalmente, as companhias recomendam às empresas de auditoria de renome internacional uma análise dessa documentação.

Telemig e Telenorte.”

Então, conforme estão nos explicando, eles não têm como conferir a contabilidade da SMP&B e da DNA, nem é praxe do contratante conferir como é que o contratado contabiliza a sua receita.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Prosseguindo os trabalhos, serenados os ânimos, o que eu espero perdurem durante toda a reunião, quero alertar desde já aos Srs. Parlamentares que o art. 14, inciso VI do Regimento, permite que apenas duas pessoas citadas por sessão, no caso, por reunião, tenham direito a usar da palavra. De maneira que, como já o fez a Senadora Ideli, somente mais um Parlamentar, no caso de ser citado nesta reunião, terá direito ao uso da palavra. Sou escravo do Regimento e vamos cumpri-lo.

Prosseguindo, concedo a palavra ao ilustre Deputado José Rocha pelo prazo de até 15 minutos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srs. Relatores, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, senhor depoente, Daniel Dantas, V. S^a vem a esta Comissão convocado que foi para trazer informações a respeito da participação do seu grupo empresarial, não só o Opportunity, mas também as empresas a ele ligadas, em relação a questões que são do conhecimento público e foram trazidas por diversos outros depoimentos em relação aos investimentos não só na área de telecomunicações e as participações tanto nos fundos de pensão quanto nas empresas do Sr. Marcos Valério.

Tenho uma queixa muito forte em relação a V. S^a por ser baiano e V. S^a não investir em nosso Estado. Quando fez um investimento no nosso Estado, foi contra o meu clube de coração, o Vitória, pois seu grupo investe no Bahia. E, mesmo dentro de tantos investimentos vitoriosos, esse não logrou o êxito dos outros, porque fomos juntos, abraçados, para a terceira divisão. Mas eu perguntaria a V. S^a em relação aos custos de

publicidade com as empresas do Sr. Marcos Valério. Que relacionamento tem V. S^a, o seu grupo, com o Sr. Marcos Valério na participação dessa grande lavanderia que o Sr. Marcos Valério proporcionou ao Partido dos Trabalhadores? Que relação existe entre as suas empresas e as empresas do Sr. Marcos Valério na contratação de publicidade? Fala-se em cifras altíssimas, que talvez não confirmassem com os serviços prestados pelas empresas do Sr. Marcos Valério.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – As empresas de que somos acionistas, a Telemig e a Telenorte, são empresas de telefonia móvel. O *marketing* nessas empresas é muito intenso. A área de telefonia móvel é hoje, acho, a maior cliente de mídia do Brasil, é muito intensa em propaganda. A Telemig nos mandou um relatório, que vou pedir para tirar cópia para cada um de V. Ex^{as}, onde ela mostra que a despesa de propaganda, proporcional ao faturamento, está abaixo da média do mercado. Não é uma despesa alta em relação ao porte da Telemig. A circunstância do mercado de telefonia móvel é que ele é muito competitivo e muito influenciado por propaganda. A empresa não tem como sobreviver competitivamente sem um forte suporte publicitário.

A escolha da SMP&B. Na verdade, a Telemig e a Telenorte não eram clientes do Sr. Marcos Valério, eram da SMP&B e da DNA. A escolha dessas empresas foi feita pelos executivos da companhia, porque tudo que me foi reportado é que o serviço das duas companhias sempre foi excepcionalmente bom. Então, as companhias não tinham motivo para pressupor ou supor que existia uma outra atividade sendo desenvolvida pelo Sr. Marcos Valério, usando, na verdade, essas agências. Então, ela foi contratante dos serviços de publicidade, a SMP&B e a DNA entregaram as contas, entregaram a publicidade de acordo com o que foi pretendido pela companhia. Era uma relação dentro de parâmetros normais de mercado e não tínhamos a menor condição de pressupor que poderia estar existindo alguma irregularidade a nível do âmbito do fornecedor desses serviços. Então, era uma conta comum de...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Por que a escolha dessas empresas mineiras e não de outros Estados, como a própria Bahia, onde temos grandes empresas nessa área?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – A Telemig é em Minas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Eu sei.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – E, na verdade, a Telemig é em Minas...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não importa que ela seja em Minas e que a publicidade...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Mas é mais fácil a agência estar perto. É muito mais fácil, você tem preparação de campanha, o contato direto é muito mais fácil, mas não intervimos nisso, quer dizer, como acionista controlador, indicamos a gestão e damos à gestão a liberdade de fazer da forma com que ela acha mais conveniente.

Se V. Ex^a quiser fazer uma analogia, como tocou no assunto do futebol, do qual nós temos investimento, mas não tenho nenhum entendimento, não entendo nada de futebol, eu poderia fazer uma comparação: nós observamos o resultado do jogo e não administramos as jogadas. Quer dizer, os administradores da companhia é que decidem o que é que vão fazer. E nós observamos se o resultado do que fizeram está bom. E os resultados da Telemig estavam muito bons. É surpreendente o resultado da Telemig. A própria migração tecnológica que ela fez para a GSM surpreendeu todas as expectativas, então não havia por que questionar a administração da companhia quanto à utilização dessas agências, uma vez que os resultados estavam sendo completamente satisfatórios.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a confirma as informações de que esses contratos superaram os R\$145 milhões?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Esses contratos, em cinco anos, superam os R\$145 milhões, mas é um contrato de R\$30 milhões por ano, quer dizer, está-se fazendo uma conta de cinco anos acumulados de publicidade. Se nós formos fazer a comparação, por exemplo, com a concorrência, os valores da concorrência são muito maiores. Se pegar, por exemplo, quer dizer, nós não temos à nossa disposição porque não é dado que é concedido, mas, por exemplo, nós imaginamos que a Telesp Celular, nesse mesmo período, deve ter gasto uns R\$700 milhões, entendeu? Quer dizer, é da natureza da atividade.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Isso está dentro dos padrões de mercado?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Totalmente dentro dos padrões de mercado, aliás um pouco abaixo da média do mercado. A Telemig tem em seu relatório, ela fez a comparação, que está um pouco abaixo da média de mercado a despesa de publicidade sobre faturamento. E esses dados já estão todos disponibilizados a esta Comissão. E pedimos que fossem feitas 50 cópias desse relatório dos estudos feitos pela Telemig, que já estão disponibilizadas para V. Ex^{as}, que tiverem curiosidade. Inclusive tem a cópia de todas as campanhas que foram feitas, para comprovar que, de fato, o gasto foi de publicidade. Agora, se uma empresa de telefonia móvel resolvesse passar cinco anos usando a despesa de publicidade unicamente para alimentar

um outro esquema paralelo, ela desaparece. Ela é inviável. É como se imaginasse, se ficasse fazendo uma pergunta, por exemplo, a uma companhia aérea e duvidando de que ela teria que comprar combustível. Não consegue voar sem combustível.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Que outros contratos existem entre as empresas de V. S^a e o Sr. Marcos Valério?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, só tem contratos de publicidade. Não tem nenhum outro contrato. Eu acho que ele tem uma outra empresa, se não me engano, a de... eu acho que ele é sócio de alguma outra empresa, porque eu vi ontem na apresentação na Telemig, de *merchandising*, ou alguma coisa assim, que eu acho que eles prestaram alguns serviços. Mas eminentemente coisas ligadas a publicidade.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a, ou seja, o grupo de V. S^a, estaria interessado à época da venda da participação na Telemig com a Portugal Telecom e que o Sr. Marcos Valério se ofereceu para ser o intermediário nessa negociação?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, Sr. Deputado, o Sr. Marcos Valério não estava nem informado por nós da existência dessas negociações. Em algum momento essas negociações vazaram nos jornais, mas muito depois. Essas negociações começaram, se não me engano, em maio e foram até setembro...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – De que ano?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – De 2004. De maio até setembro. A ida do Sr. Marcos Valério a Portugal, segundo foi reportado pelos jornais, foi em janeiro, inclusive quando essas negociações já tinham se encerrado. Ele não tinha conhecimento por nós. Vazou nos jornais...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A quem V. S^a atribui esse vazamento para o Sr. Marcos Valério?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não sei, não sei. Eu não sei se alguém... Nessas negociações, em geral elas ficam muito... elas vão crescendo de população: você tem os bancos de investimentos que atendem aos dois lados, os advogados que atendem aos dois lados e os executivos que atendem aos dois lados. E com o tempo, negociação – como é que se diz – assim, confidencial, é meio como um peixe fora da geladeira: ele, depois de algum tempo começa a ficar estranho, é muita gente se movimentando, é muita gente entrando em escritório, saindo de escritório, reunião em fim de semana. Então, as pessoas que não estão informadas começam a perceber uma movimentação diferente. E o mercado de ações é afetado por essas negociações. A ação sobe, a ação desce. É proibido você avisar a um ou comprar ações em cima de uma

informação privilegiada. Eles têm, por obrigação, manter isso sob confidencialidade. Acontece que não conseguem por muito tempo. A prática é que é difícil. Às vezes é uma assessoria. Alguém vê, alguém percebe ou pode vazar de alguma... E aí não sabe como é que vaza, mas vaza; vai saindo nos jornais.

Eu não sei, eu não tenho idéia, se o Sr. Marcos Valério, inclusive, foi a Portugal em função disso. O que ele teria dito é que imaginou que a Portugal Telecom poderia vir a adquirir a Telemig e foi até lá oferecer os serviços para tentar continuar com a conta e, de repente, até aumentar a sua participação, tentando pleitear alguma coisa com a Portugal Telecom. É coerente, é legítimo. Eu só não posso testemunhar aqui que isso foi um fato.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E a questão da disputa entre o Grupo de V. S^a e os fundos de pensão em relação à Brasil Telecom?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Essa disputa começa há muito mais tempo do que agora. Não sei se eu tenho tempo aqui para... Tenho? São quinze minutos. Essa disputa... O senhor me desculpe se eu exceder os três minutos, mas eu não acredito que consiga ser sintético a esse ponto.

Quando fizemos a associação com os fundos de pensão – Citibank e a Telecom Itália –, o maior acionista da Telecom Itália na época era a família Agnelli, que era dona da Fiat. A Telecom Itália foi adquirida, numa tomada de controle hostil, em 21 de maio de 1999, por uma empresa na Itália chamada Olivetti, que tinha sido fundada pelo Domeneghetti e foi comprada por um senhor chamado Roberto Colaninno, que era um empresário agressivo. Ele entrou na Telecom Itália, na verdade assumiu a administração da Telecom Itália. Eu até mandei uma correspondência, felicitando-o pela transação, uma vez que seria o nosso novo sócio – não tinha sido nosso sócio originalmente, mas era com quem nós iríamos ter de lidar. Ele nos fez uma visita em janeiro de 1999, em janeiro de... Desculpem-me, em novembro de 1999. Foi uma reunião áspera, e logo depois disso aconteceu a compra da CRT. Nós fomos obrigados a pagar um preço superior ao preço que queríamos e que deveríamos pagar pela CRT por pressão da Telecom Itália, sob o comando do Colaninno.

Daí começa um evento que eu acho que é muito importante e interessante. Ele tem uma reunião comigo no Copacabana Palace, em maio de 2000, numa sala privada e reservada, em que ele me diz que a Telecom Itália era uma empresa de telefonia e que nós éramos uma empresa financeira. Então, não havia sentido em que a Telecom Itália, sendo uma empresa de telefonia, não fosse a acionista controladora da Brasil Telecom.

Ele disse que ele queria o controle da Brasil Telecom e que só faria sentido para ele ser controlador. Eu até argumentei e disse: “Até entendo, mas o senhor também, enquanto Olivetti, é uma empresa financeira que comprou a Telecom Itália. Então, no aspecto empresarial, nós estamos no mesmo nível. Só que tem uma diferença. O controle da Brasil Telecom, por contrato, pertence aos fundos que nós administramos e pertence a esse fundo, porque a Telecom Itália tentou disputar o leilão da Telesp, junto com a Globo, Bradesco e a Telecom Itália, e perdeu o leilão. Então, os senhores eram minoritários nessa estrutura societária por força do marco regulatório que não permitia. Eu até entendo que o senhor ache que não faz sentido, mas nós estamos aqui sentados em Copacabana – lembro que falei isso – e a avenida de trás chama-se Barata Ribeiro. O que o senhor está me colocando é como se um morador da Barata Ribeiro explicasse ao morador da Avenida Atlântica que ele sofria de asma e que, assim sendo, não fazia sentido que ele morasse atrás uma vez que, na frente, o ar é mais puro e que, então, ele deveria ir para frente e o morador da Atlântica deveria ir para o apartamento da Barata Ribeiro. Do ponto de vista médico, isso até faz sentido, mas, do ponto de vista legal, não tem respaldo. O dono do apartamento da Atlântica é dono do apartamento da Atlântica. E, infelizmente, o outro da Barata Ribeiro, se, por acaso, sofre de asma, tentará outra solução qualquer, mas essa não está à sua disposição.

Aí ele me disse o terceiro ponto: “Eu estive com o Governo brasileiro. E o Governo disse que prefere ou que quer que a Telecom Itália seja...”

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quem do Governo brasileiro?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Ele não me disse com quem. “Eu estive com o Governo brasileiro...”

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Nobre Deputado, o tempo de V. Ex^a já está ultrapassado em um minuto. Peço ao depoente que sintetize a resposta, por favor, porque temos uma longa jornada. Há mais de 40 Parlamentares inscritos.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – “Eu estive com o Governo brasileiro. E o Governo brasileiro me disse que gostaria de ter a Telecom Itália controlando a Brasil Telecom.” Ele disse: “Não tenho essa informação, mas não é do meu conhecimento que o Governo tenha essa prerrogativa. Na verdade, esse é um assunto privado. Isso não pertence à Telecom Itália”. Mas ele me afirmou que tinha conversado com o Governo, que tinha dito a ele que o apoiava nessa iniciativa.

Daí por diante, houve uma sucessão de tentativas de tomada de controle da Brasil Telecom pela

Telecom Itália com apoio dos fundos de pensão e de alguns membros do Governo passado.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Que membros do Governo?

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Deputado, está expirado o prazo de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, é importante que ele nos esclareça. Ele veio aqui para nos esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Peço a compreensão de V. Ex^a, em respeito...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Finalizo com a explicação dele. Conclua, por favor.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Notadamente, os Membros do Governo passado que apoiaram a Telecom Itália, com apoio – não digo que tenha sido direto – que beneficiou a Telecom Itália, foi o Ministro Pimenta da Veiga, Ministro das Comunicações; o Presidente do BNDES, Sr. Andrea Calabi; e o Presidente da Previ – que não é Governo –, Luiz Tarquínio. Todas as tentativas foram no sentido de transferir o controle da Brasil Telecom, que pertencia a esse conjunto de fundos, cuja gestão estava sob nossa responsabilidade, para a Telecom Itália, naquele momento, administrada pelo Sr. Roberto Colaninno.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem também.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente, como Líder da Bancada, solicito tempo regimental de cinco minutos a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Para quem tenha dúvida sobre a possibilidade ou não de solicitarmos esse tempo, foi feita uma questão de ordem em Plenário, e o Senador Renan Calheiros, na Presidência do Congresso, respondeu essa questão de ordem, afirmando que o Líder de Bancada tem, regimentalmente, o direito de fazer essa solicitação. Portanto, faço a solicitação a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Tenho o maior respeito pela Liderança e, particularmente, por V. Ex^a.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Obrigado, Deputado Asdrúbal.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente, gostaria de fazê-lo em cinco minutos; depois, o Deputado pode fazer qualquer questão de ordem.

Solicito a V. Ex^a estes cinco minutos para dizer, em nome do PSDB, que assistimos ao episódio ocorrido aqui, muito desagradável e que não lustra esta Casa e o trabalho desta Comissão. Lutamos muito para instituir esta Comissão. Fizemos um esforço muito grande. O Governo tentou evitar a instalação desta Comissão de todas as formas possíveis e imagináveis. V. Ex^a deve se lembrar muito bem do número de assinaturas que havia na Câmara: noventa acima do mínimo necessário. E o Governo conseguiu fazer a retirada de mais de setenta assinaturas. Conseguimos, com duras e árduas lutas, instituir esta Comissão, cuja finalidade é conhecida por todos: desvendar o que ocorreu no âmbito do Governo na elaboração de uma estrutura de apoio financeiro-eleitoral de várias formas a partidos, a pessoas. A compra efetivamente de apoios é a finalidade destas Comissões.

Já chegamos a muitos resultados. Esta Comissão já avançou, e avançou muito bem. E aproveito para cumprimentar todos os membros desta Comissão. Mas, evidentemente, ainda estamos longe de estabelecer alguns elementos fundamentais que precisamos reconhecer, ou seja, a origem dos recursos. E a finalidade da vinda do Sr. Daniel Dantas aqui é exatamente tentar nos trazer elementos para que possamos entender claramente de onde e como vieram esses recursos que corromperam partidos e Deputados. Essa é, fundamentalmente, a nossa preocupação e é esse o foco em que estamos atuando. O Sr. Daniel Dantas vem aqui como elemento para contribuir, não está em nossa disposição nem atacá-lo, nem defendê-lo. Não nos cabe absolutamente nada em relação a isso.

No entanto, para nós, foram muito estranhos a presença e o discurso da Senadora Ideli Salvatti. S. Ex^a fez acusações ao nosso partido, ao passado do partido, acusações ao Governo anterior e ainda acusações a pessoas de famílias de políticos do nosso partido, pessoas que não têm vida política, que não têm participação nenhuma, que não têm absolutamente por que serem sequer citadas, trazendo ilações de que poderiam estar envolvidas em alguma coisa, em algum tipo de interesse. Penso que, quando existe de fato alguma afirmativa, algum elemento para qualquer Deputado ou Senador entender que possa ter havido irregularidades ou crimes cometidos, temos todos os instrumentos. Tanto esta CPI pode evidentemente levar essa questão adiante, desde que se relacione aos fatos da CPI, quanto pode, inclusive, o Ministério Público fazer essas investigações necessárias. Se o fato eventualmente irregular é paralelo a esta Comissão, não se trata desta Comissão, mas se trata de uma outra questão. O Ministério Público existe para isso e temos os instrumentos de investigação.

O que não é possível aceitar é que pessoas, qualquer cidadão, não é apenas um cidadão que é parente de algum político de algum partido aqui, mas que pessoas sejam citadas com ilações que possam levar quem está ouvindo a pensar que essa pessoa tenha qualquer tipo de envolvimento. Nesse caso, foi a citação da filha do Prefeito da cidade de São Paulo. Se há ou não alguma sociedade com alguém, não tem a mínima importância para esta Comissão, a mínima importância para esta Casa, a não ser que seja trazido aqui à Comissão algum ato de irregularidade, algum ato que tenha sido cometido irregularmente. Aí, sim, tem lógica trazer para cá. Caso contrário, não tem nenhum sentido e lógica se não estiver associado ao problema que estamos discutindo. Também, se não estiver associado, que se mande ao Ministério Público.

Tentamos este ano instalar uma CPI, porque o Governo dizia que houve irregularidades no processo de privatização do setor elétrico. O Governo tem maioria absoluta na Câmara e não quis instalar a Comissão. Estamos dispostos a levar adiante qualquer tipo de CPI, para qualquer dúvida que se tenha sobre o Governo anterior. Convivi muito com as privatizações do setor de telecomunicações, participei intensamente desse processo todo. Se para isso for necessário o esclarecimento, que se faça. Mas que não se façam ilações, apenas ilações, apenas citações que podem manchar, macular o nome de pessoas que nada têm a ver com isso, são pessoas físicas que vivem sua vida na sociedade, vivem seu dia-a-dia, e não têm nada a ver com a disputa política.

Então, queremos protestar contra essa forma de condução de algumas pessoas, de alguns Deputados, neste caso especificamente da Senadora Ideli Salvatti, e dizer que estamos dispostos a esclarecer todas as questões. E se houver alguma razão para que se denuncie alguém e para que essa pessoa seja levada aos tribunais, estaremos propensos, totalmente, para que isso seja feito. Queremos o esclarecimento e não que se desloque o foco.

E aí parece que foi esta a intenção da Senadora Ideli Salvatti: transferir e deslocar o foco. Deslocar o foco de quê? Deslocar o foco de algo que se montou lá no Governo Federal e que corrompeu partidos e Parlamentares. É desse foco que não podemos nos desviar. Voltemos para isso, pois é o que nos interessa. É o que a Nação espera de nós, da Câmara dos Deputados e desta CPI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Esta Presidência recebe a manifestação de V. Ex^a como reclamação – justa, por sinal, porque há

muito verberamos esse procedimento – de se partidizar a Comissão...

Nós, enquanto estivermos na Presidência, não admitiremos que se repitam as deprimentes cenas que ocorreram ainda há pouco, sob pena de termos que encaminhar os participantes para o Conselho de Ética por quebra de decoro parlamentar. Temos que manter a boa imagem do nosso Poder e, particularmente, das nossas Comissões.

Deputado Fernando Ferro, em que dispositivo fundamenta a questão de ordem?

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Art. 66, §1º. Sr. Presidente, é sobre a manifestação do Líder do PFL e do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – De que Regimento?

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Regimento da Câmara dos Deputados, art. 66, §1º.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Há mais alguma coisa?

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Sr. Presidente, sem querer polemizar com o Líder, afirma o referido dispositivo que “em qualquer tempo da reunião, os Líderes dos Partidos, pessoalmente e sem delegação, poderão fazer comunicações destinadas ao debate em torno de assuntos de relevância nacional”.

Não quero polemizar até porque compreendo a preocupação do Líder Goldman na manutenção do nível do debate. Mas creio que deva haver também essa preocupação para que não se fique permanentemente interrompendo os debates sem haver de fato justificativa para tal.

Para concluir, faço uma pergunta a V. Ex^a em defesa da responsabilidade e da competência de cada um dos que estão participando desta audiência. Pergunto se a senhora que está assessorando o Sr. Daniel Dantas foi devidamente reconhecida e identificada como advogada para atendê-lo juridicamente, porque eu tenho informação de que não é o caso. Mas, de toda sorte, li...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Esta Presidência responde a questão de ordem de V. Ex^a.

Quanto à primeira parte da questão de ordem, houve uma decisão do Presidente do Senado que determinou ser concedida ao Líder, pelo prazo de cinco minutos, a palavra para fazer comunicações, como foi o caso do ilustre Deputado Goldman. Com relação à segunda parte da reclamação, não sei se V. Ex^a estava no início dos trabalhos.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Eu não estava.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Então, talvez por esse motivo, tenha incorrido na dúvida quanto à advogada do depoente.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Vamos prosseguir concedendo a palavra ao Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Depoente, a história das CPIs no Parlamento Brasileiro tem sido, infelizmente, incompleta.

É incompleta, por um lado, porque, nem sempre, a história integral, cronologicamente, é narrada. Muitas vezes, alguns acontecimentos de certos períodos não são esclarecidos. Ela é também incompleta, porque tem produzido muitos resultados no lado daqueles que foram corrompidos. Não tem mostrado aqueles que têm abastecido os esquemas de irregularidades.

Então, Sr. Daniel Dantas, V. S^a está sendo convocado às duas CPIMs com o objetivo de fazer com que a história seja contada de modo integral, visando não só ao que aconteceu em 2003, mas sobretudo para que se tenha o padrão e a fim de que esta CPMI e o Congresso Nacional adotem as providências para que, num futuro próximo, não estejamos novamente investigando atividade ilícita, financiamento de campanha eleitoral e de atividade política de modo criminoso.

Então, a CPMI convoca o Sr. Daniel para que ele conte a história integral. Fico, desse modo, surpreendido quando vejo reações veementes e emocionais diante de questionamentos feitos, como ocorreu, por exemplo, com o Deputado Paulo Baltazar, com a Senadora Ideli Salvatti; como foi feito, por exemplo, quando, nas primeiras reuniões da CPMI, descobriu-se que o esquema de irrigação de campanhas políticas do Sr. Marcos Valério não tinha sido inventado em 2002, 2003, mas que ele tinha sido praticado **ipsis literis**. O **modus operandi** era o mesmo do de 1998, quando foi praticado para outras forças políticas. Naquele caso, para o PSDB e para o PFL, que disputavam a eleição ao Governo do Estado de Minas Gerais.

Essas insurgências contra que se conte a história integralmente realmente me surpreendem, porque elas vêm em contradição àqueles que dizem que estão aqui para investigar, que não estão aqui para fazer antecipação de disputa eleitoral, o que nós, do Partido dos Trabalhadores, temos mostrado constantemente nesta CPMI.

E temos dado nosso testemunho não com a retórica, mas com a prática. Porque temos investigado acusações que envolvem o Partido dos Trabalhadores, mas queremos contar a história integralmente – quem

são os que abasteceram os esquemas – e contar também qual é o padrão de financiamento de campanha política no Brasil, que começou há muito tempo.

Então, o Sr. Daniel Dantas vem aqui, e peço a colaboração de V. S^a, porque desde muito tempo o senhor está participando dessas relações que eu classificaria de promíscuas, entre interesse privado, entre investimentos privados e atividades políticas. Aqui, o senhor foi muito econômico nas palavras quando foram rememoradas à Comissão as gravações dos grampos do BNDES, ocorridos em 1998, quando houve ingerência clara do Governo de então para produzir resultado no leilão das privatizações. E V. S^a, Sr. Daniel Dantas, foi privilegiado por aquelas interferências de pessoas com as quais o senhor construiu a engenharia e a arquitetura da privatização, por exemplo, do sistema Telebrás no Brasil. E V. S^a falou, no início de seu depoimento, que não achava – com o que concordo – que o Governo deve estar-se intrometendo em todas as disputas comerciais que existem na economia brasileira por controles acionários. Não obstante, V. S^a se beneficiou da interferência do então Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso no leilão das privatizações. Eu tenho aqui todas as transcrições, não vou repeti-las porque já são do conhecimento geral. Então, parece-me uma contradição proclamar agora que não quer que o Governo intervenha na disputa da Brasil Telecom e se beneficiou da interferência do Governo anterior no episódio da privatização.

Quero perguntar a V. S^a, porque estamos muito empenhados em identificar quem abasteceu esses esquemas de corrupção em 2002 e 2003, mas também antes, porque o Brasil inteiro sabe que esses esquemas de arrecadação ilícita de campanha não foram inventados em 2003. Pelo contrário, eles tiveram seu **modus operandi** desenvolvido e praticado por muitas dessas forças políticas que, com uma desfaçatez que me surpreende, vêm aqui à Comissão posar de arautos da República, de defensores incondicionais da moralidade pública.

Queremos passar a limpo os desvios ocorridos nas campanhas de 2002 e de 2003 do Partido dos Trabalhadores, mas não queremos botar no tapete os desvios, as corrupções na arrecadação de campanha que aconteceram com outros partidos em outros momentos, porque temos o dever cívico de esclarecer a história integral e não apenas parte da história.

Para ajudar a CPMI a identificar, além do exame dos documentos que estamos fazendo, por exemplo, aquele episódio, Sr. Daniel Dantas, que chamou muito a atenção, o da incineração, quando foram queimadas notas da Telemig com a DNA e SMP&B. V. S^a diz: não,

ali foram notas que foram apresentadas e não foram reconhecidas pelo cliente.

A minha pergunta – e peço que V. S^a as anote porque tenho várias perguntas em seqüência – é a seguinte: os motivos pelos quais aquelas notas foram glosadas estão materializados em alguma comunicação, seja escrita, seja eletrônica? É uma pergunta que desperta a curiosidade de todos nós.

Quero perguntar também ao depoente: quando ele diz que não teve nenhuma relação mais profunda, apesar dos 150 milhões de depósitos que foram feitos por empresas sob controle do Grupo Opportunity, com o Sr. Marcos Valério, naquele episódio de Portugal, apesar do fato de que estava em curso a negociação com a Portugal Telecom, com a Telefonica, para a Telemig adquirir a Vivo. V. S^a disse que não teve nada com o Sr. Marcos Valério. Mas a minha pergunta é: Então, por que cargas d'água o Sr. Marcos Valério afirma à revista **Veja** que teria se desentendido com V. S^a? Da forma como ele fala desse desentendimento, pressupõe-se que, antes, havia um entendimento avançado em curso. Quero lembrar também, Sr. Daniel Dantas, que, no episódio das espionagens, a imprensa relata, com base na investigação do Ministério Público, da Polícia Federal, que V. S^a e a Sr^a Carla Cicco, que estava na presidência da Brasil Telecom, que é o objeto dessa grande disputa societária, contrataram a Kroll. V. S^a nega e diz que foi o Citibank quem a contratou. A minha pergunta, portanto, é: Quem, afinal de contas, fez essa contratação? A minha pergunta vai além: Por que essa contratação da Kroll extrapolou a investigação dos dirigentes da Telecom Itália, que é reportado não só por essas investigações das duas instituições, mas também pela ampla cobertura da imprensa? Por que essas investigações da Kroll, essas escutas, essas espionagens ilícitas abrangeram o Sr. Luiz Gushiken, o Sr. Carlos Casseb, o Sr. José Dirceu, membros do Judiciário? Esse episódio do Presidente do STJ, parece-me, também não está bem esclarecido pela resposta que V. S^a deu à Senadora Ideli Salvatti. Então, por que a extrapolação? Por que V. S^a fez essa espionagem de membros do Ministério Público, do Judiciário e de autoridades do Poder Executivo? E que uso V. S^a fez dessas informações? Há versões que correm no País inteiro de que V. S^a teria chantageado não só membros do Judiciário, mas também os dois então Ministros citados.

Quero perguntar a V. S^a também, Sr. Daniel Dantas, e vou mencionar aqui alguns jornalistas, que, segundo informações de que disponho, foram processados por V. S^a por terem publicado matérias que, de alguma forma, lhe desagradaram. Jornalistas Mino Carta, Bob Fernandes, Sérgio Lirio, Rubens Glasberg,

Paulo Henrique Amorim, Ricardo Boechat, Luís Nassif, para citar alguns. A minha pergunta é se procede essa informação de que V. S^a processou esses jornalistas depois de ter tentado fazer com que ficassem dóceis na cobertura dos seus interesses e quais foram os resultados desses processos judiciais.

Pergunto também se é verdade que pelo menos quatro juízes ingleses emitiram sentenças contra V. S^a e a sua irmã Verônica Dantas, chamando-os de mentirosos, sentenças que já transitaram em julgado; se é verdade que V. S^a tem condenação na justiça de Cayman, por desrespeitar uma ordem judicial; se é verdade que V. S^a tem também processos acusando-o de falsificação. Tenho aqui uma sentença de um juiz federal de Nova Iorque que interrompe suas negociações, seus acordos com a Itália Telecom, na qual afirma que as suas atividades cheiravam a roubo, numa tradução livre que foi feita. Pergunto a V. S^a, e aqui tenho outras perguntas em seguida, mas para que não haja um acúmulo muito grande, vou fazer esta última...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Quero alertar V. Ex^a, porque o tempo de quinze minutos é para perguntas e respostas.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu sei disso.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – V. Ex^a está esgotando só com as perguntas.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu sei. Vou concluir com esta pergunta e me reinscrever em seguida. Tenho muitas perguntas, para que a história seja contada integralmente e não apenas parcialmente, como alguns aqui parecem pretender.

A última pergunta, portanto, Presidente Asdrúbal, ao Sr. Depoente.

O senhor protocolou, junto à 1^a Central de Inquérito do Ministério Público do Rio de Janeiro, uma queixa-crime referente aos Srs. Bruno do Charme e Luiz Roberto de Marco, na qual fez referência a um documento firmado entre a Telesystem International Wireless e o Sr. Demarco. A utilização desse documento contrariou ordem da grande corte das Ilhas Cayman; daí essa corte mandou que o senhor redigisse um documento ao Ministério Público do seu país, contando o ocorrido. V. S^a, em cumprimento a essa decisão, conclui, na carta dirigida ao Ministério Público do Brasil: “Pelo mesmo motivo [palavras suas nesse documento], a grande corte das Ilhas Cayman ordenou-me que escrevesse para os senhores, para explicar que a corte concluiu que o documento da TIW era um documento confidencial, furtado do Sr. Demarco e que evidencia, em seu conteúdo, nada além de um acordo para o compartilhamento dos serviços dos advogados, para

a representação das partes Demarco e TIW, em processo perante a grande corte das Ilhas Cayman.”

Portanto, se é verdade esse documento – quero ouvir do senhor –, o senhor confessa que usou um documento furtado. A minha pergunta derradeira é: quem furtou esse documento e quem mandou furtá-lo?

Obrigado, Sr. Presidente.

Reinscrevo-me a seguir.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Sr. Depoente, sem nenhum cerceamento ao seu direito de defesa, solicito que seja bastante objetivo na resposta, para que possamos atender a todos os Parlamentares inscritos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente Asdrúbal, acertamos que seriam quinze minutos improrrogáveis. Se o Parlamentar que está fazendo arguição prefere fazer um discurso, em vez de travar o debate necessário com o depoente, infelizmente aqueles que nos estão assistindo é que farão o julgamento. Agora, os quinze minutos precisam ser respeitados.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Mas preciso respeitar também o direito do depoente em dar a resposta.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Obrigado, Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas os Parlamentares deveriam ter mais cuidado...

O SR. (Orador não identificado) – A começar por não fazer discurso.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – É essa a recomendação...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Para votação, não, porque o senhor não vai conseguir me provocar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, V. Ex^a várias vezes já extrapolou o tempo nesta Comissão.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Peço desculpas ao Presidente por ter extrapolado. Não era minha intenção, mas quero dizer que o Deputado Antonio Carlos Magalhães é useiro e vezeiro em extrapolar o tempo aqui. Eu, pela primeira vez, estou extrapolando e me penitencio. Peço desculpas ao Sr. Presidente e aos demais colegas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer e deixar bem claro a quem nos está ouvindo: tanto a Senadora Ideli Salvatti e, agora, por questão de tempo, o Deputado Maurício não estão dando tempo regimental para que o depoente se manifeste. De forma que é preciso que fique claro que ele não deixou de responder, mas que não lhe foi dada a oportunidade da resposta, porque até parece que é uma omissão.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E o Presidente está concedendo com uma tolerância razoável.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É preciso que quem pergunte tenha o desejo de ouvir.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, esse tempo já poderia ser utilizado nas respostas do Sr. Daniel Dantas.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao depoente, por cinco minutos, para a resposta.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Primeiro, eu gostaria de esclarecer aqui que não respondi à Senadora Ideli Salvatti, porque ela disse que não faria perguntas. Ela simplesmente leu uma série de pontos, uma série de acusações, mas me disse que não faria perguntas, por isso não foi respondido.

Em segundo lugar, gostaria de esclarecer aqui que esse julgamento de queima não foi anulado; foi anulado... a Corte superior...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, poderia falar mais alto.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – A Corte superior determinou que havia uma fundamental falha de justiça e determinou um novo julgamento. Eles teriam encontrado... eles decidiram, sem processo criminal, que o documento que foi utilizado poderia ter sido furtado, mas não por nós.

Mas gostaria de me centrar aqui: a quantidade de assuntos é muito grande, e o senhor falou sobre a contratação da Kroll. A Kroll, eu nunca disse que a Kroll foi contratada pelo Citibank. O Citibank nunca contratou a Kroll. A Kroll foi contratada pela Brasil Telecom. Eu também não participei da contratação da Kroll. O objeto da contratação da Kroll foi investigar, e não espionar, se houve possíveis irregularidades no ato que a Brasil Telecom foi forçada a pagar o sobrepreço da CRT, ou seja, em síntese, tentar descobrir se porventura parte desse dinheiro poderia ser destinada para alguma dos participantes que forçaram a companhia a pagar esse preço. O objetivo dessa investigação era que os advogados americanos, que assessoravam a Brasil

Telecom, disseram, primeiro, que é praxe no mercado internacional ter empresa de *(Falha na gravação.)* participando e acompanhando processos judiciais. E a Brasil Telecom pretendia obter o ressarcimento dessa perda que ela teve.

A Brasil Telecom nunca encomendou à Kroll que investigasse membros do Governo brasileiro. No caso em que o senhor citou o Cássio Casseb, houve uma reunião entre a Telecom Itália, em que o Sr. Cássio Casseb aparece na reunião, no 10º andar de uma suíte do Hotel Ritz em Lisboa. O objeto da investigação era Telecom Itália. O Sr. Cássio Casseb apareceu no perímetro da investigação e foi captado na investigação; o objeto da investigação não era o Sr. Cássio Casseb.

Tomamos conhecimento do fato de que a Brasil Telecom tinha contratado a Kroll, não instruímos a Brasil Telecom a contratar a Kroll; e o Citibank também tomou conhecimento do fato de que a Brasil Telecom tinha contratado a Kroll.

O único momento em que eu tomei conhecimento mais expressivo de parte do conteúdo preliminar da investigação da Kroll foi numa apresentação que a Kroll fez ao Citibank em Nova Iorque, em que eu estava presente. O objetivo era investigar. Eu não poderia... Eu não achei que tinha motivos para pedir à Telecom Itália... à Brasil Telecom que suspendesse esse tipo de trabalho, porque, se porventura uma empresa se vê vítima de atos arbitrários, o que ela pode fazer, como se defende?

Quando alguém perguntou “Os senhores têm provas?”, que mal existe em tentar obter provas?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Daniel, rogo mais uma vez objetividade. A pergunta em si é sobre se contratou ou não.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não. Então, desculpe-me. Eu não contratei, a Brasil Telecom contratou, e o Citibank não contratou a Kroll.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sobre as notas incineradas da Telemig.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Sobre as notas incineradas da Telemig.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Se há correspondência mostrando os motivos?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Sobre as notas incineradas da Telemig?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Isso. Da Telemig para a SMP&B e DNA.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Essas notas foram, segundo a Telemig me informou – volto a repetir, não administro a Telemig, não administrei a relação com o Marcos Valério e tenho apenas conhecimento disso indireto –, me reportou ontem, essas notas foram notas devolvidas, essas notas não foram pagas.

O senhor perguntou se tenho conhecimento se existe algum tipo de registro ou procedimento interno na Telemig que registre isso. Não tenho. Mas, conforme fizemos da outra vez, se V. Exª acha importante me autorizar, posso pedir a alguém que entre em contato com a Telemig, obtenho a informação e, assim que ela vier, eu a forneço. Pode ser?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Por favor. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Obrigado, Deputado Maurício Rands.

Concedo a palavra à Deputada Zulaiê Cobra, que tem até quinze minutos.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou na Mesa, porque sou sub-relatora e estou substituindo o Deputado Ibrahim Abi-Ackel, senão estaria aí embaixo, como gostaria de estar.

Quero dizer aqui o seguinte: tenho uma pergunta só, portanto vou usar meu tempo inicial para mostrar a minha surpresa, a minha incapacidade de entender o PT.

O PT está sendo investigado, está passando uma fase difícil – 2002, 2003, 2004 –, e nós, do PSDB, também queremos que tudo venha à baila. Aqui não há ninguém que esteja escondendo algo que venha lá de trás; muito pelo contrário, o PSDB não teme nada. Podem vir coisas do passado, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002 e também do presente. Agora, fico muito espantada em ver como o PT é agressivo. Tenho para comigo que o PT devia defender-se; o PT tinha que estar em defesa, permanentemente, daquilo que está acontecendo contra ele e não partir para essa agressividade, para esse comportamento que não acredito que possa existir ainda nos membros do PT. Estamos numa fase em que o PT tinha que ter um pouco mais de humildade, um pouco mais de inteligência – como agora acabou de fazer o Deputado Maurício Rands, que respeito, é um ex-Presidente da OAB, um homem que tem uma cabeça privilegiada – e deixar de lado essas agressividades idiotas, que não levam a nada. Fico impressionada, porque vários depoentes vieram aqui com os advogados. Aliás, todo mundo pergunta: quem são os advogados? Quais são os nomes? Nós tivemos aqui o Delúbio, que veio com advogado. O advogado dele sofreu, porque o Delúbio não parava com a cabeça, ficava caindo para baixo e para cima. O advogado, Arnaldo Malheiros Filho, ficava falando toda hora. Foi repreendido pela CPI, porque o coitado do Arnaldo Malheiros Filho não sabia o que fazer do lado do Delúbio. E o Delúbio mentiu à vontade, veio com **habeas corpus** também. Silvinho Pereira também veio com **habeas corpus**, veio com advogado, veio

com todo mundo. Todo mundo vem com tudo, desde que seja do PT! Agora, quando é pessoa como Daniel Dantas, um homem perigosíssimo, Nossa Senhora! Isso aqui é um perigo! Perigo! É um perigo! Nós temos que acabar com esse homem!

Então, nós estamos aqui desrespeitando um depoente. Os outros não foram desrespeitados. Eu não desrespeitei o José Dirceu. Eu tinha uma vontade enorme de falar umas verdades para o José Dirceu e não falei. Eu não falei nada com relação ao Delúbio, nem ao Silvinho Pereira. Nós fizemos perguntas até muitas vezes sérias, perguntas fortes... nós temos às vezes umas pessoas mais fortes ou menos fortes, mas ninguém aqui o ofendeu, como a Senadora Ideli, chamando-o de o maior corrupto. Onde se viu um negócio desse? Que falta de respeito! Corrupto nós temos um montão, a começar no Governo Lula! E nós não sabemos quem é maior, quem é menor. Eu tenho para comigo que há uma quadrilha no Governo Lula – nós a estamos desfazendo agora – e que o PT está fazendo força para desfazer. Eu quero que o PT sobressaia, que possa defender-se dessas acusações, que tenha uma eleição digna e que eleja novos dirigentes dignos.

Então, fico aqui, Sr. Presidente, numa maneira revoltada, vendo um PT que se comporta muito mal diante desta situação em que nós todos estamos no mesmo barco. Aqui não há nenhum partido melhor que o outro; todos são iguais. Eu sou um PSDB de passado, fui uma mulher que critiquei Fernando Henrique Cardoso, quando tinha que criticar. Sou uma mulher brava; não sou uma mulher que vai lá e abaixa a cabeça para tudo, não. Agora, se estamos hoje num processo de investigação, essa investigação tem que séria, e nós vamos até o fim.

A minha pergunta, Sr. Daniel Dantas – eu já vi que Daniel Dantas é como todo rico: fala baixo. Eu preciso ser um pouco mais rica e falar baixo. Gente pobre fala muito alto. É uma desgraça! Vou fazer um curso para falar baixo.

Eu só tenho uma pergunta para V. S^a: o senhor fez algo com relação ao filho do Lula? Há uma reportagem no Estadão, lá do Expedito Filho, famoso Expedito e Mariângela Gallucci, falando que havia essa denúncia contra o senhor de ter pago hospedagem de uma viagem ao Japão de Fábio Luiz Silva, filho do Presidente Lula. Isso é verdade? Isso realmente aconteceu? Pagou? Quanto pagou? Como aconteceu, isso, Sr. Daniel Dantas?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Bom, eu vou voltar a ressaltar que não administramos a Brasil Telecom. Nós, como acionistas, indicamos a administração, e apenas alguns assuntos vêm ao nosso conhecimen-

to. Se forem grandes transações, obviamente a Brasil Telecom tem que levar a conselho, e os conselheiros vêm conversar conosco.

A Brasil Telecom, de fato, negociou com o filho do Presidente Lula o assunto em relação à Game Corp, e ontem fui informado pela Brasil Telecom de que teriam tido uma viagem ao Japão, mas nessa viagem quem pagou a passagem dos filhos do Presidente Lula foi o próprio filho do Presidente Lula, não foi a Brasil Telecom. Os administradores da Brasil Telecom me disseram que pagaram algumas refeições, que o convidaram para alguns almoços. Ou almoço ou jantares, não me lembro dos dois. Mas basicamente isso. Disseram que, inclusive, têm os recibos dessas passagens, que não foram pagas pela Brasil Telecom.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Sr. Depoente, gostaria de fazer, primeiramente, uma constatação. Se estiver convicto de que o depoente não está envolvido em nenhum ilícito, em nenhuma falcatura, passo a suspeitar dele, se ele vier depor protegido por um **habeas corpus**. A partir do momento em que alguém se vale de um **habeas corpus** para não se auto-incriminar, é porque existem motivos para sua auto-incriminação. Essa é uma constatação inevitável.

Nós estamos diante de um dos homens mais ricos do Brasil, dono do Opportunity, presente na telefonia, transportes, saneamento, Internet, portos, futebol e que aparece agora em todas as conversas que envolvem Marcos Valério, BMG, Banco Rural, fundos de pensão. E são evidentes encontros do seu ex-cunhado e sócio Carlos Rodenburg com Marcos Valério e Delúbio Soares em um hotel aqui em Brasília. Apesar disso tudo, desses fatos, o que se depreende do depoimento de hoje é que o Sr. Daniel Dantas não tem nenhuma relação com esse esquema que estamos investigando. É isso que se depreende.

É por essa razão que tenho algumas indagações a formular.

No depoimento que deu à Polícia Federal em julho, Marcos Valério confirmou que o seu ex-cunhado e sócio Carlos Rodenburg pediu a Delúbio Soares que tentasse apurar as arestas que o grupo Opportunity mantinha com o Governo do PT. O ex-Tesoureiro do PT conseguiu convencer o Ministro Luiz Gushiken e a Polícia Federal a parar de perseguir o senhor e a sua empresa? Essa é a primeira pergunta.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Bom, deixe-me responder aqui, por ordem.

O senhor primeiro chamou a atenção do fato de eu ter pedido um **habeas corpus** para vir para esta

Comissão. Eu tive notícias, há dois dias atrás, de que viriam alguns dossiês que tinham sido preparados por adversários nossos para tentar usar desta CPI e obter respostas a questões comerciais que nada tinham a ver com a CPI, que podiam dar-lhes vantagens. Meu pedido de **habeas corpus** é em relação a isso, foi esse o pedido que fizemos, que nós não tivéssemos obrigação de responder a questões que nos fossem prejudiciais por conta da informação que recebemos de que esses dossiês já estavam sendo distribuídos para alguns Parlamentares. Essa é a razão do pedido de **habeas corpus**.

Quanto ao aspecto de nos colocar nesse foco de poder potencialmente ter sido um dos corruptores, eu não gostaria de fazer a indelicadeza de devolver com uma pergunta, mas não há o registro de um único benefício que eu ou que nosso grupo tenha obtido durante este Governo. O que eu tenho dito e que estou repetindo é que nós não pagamos ao Marcos Valério. Se tivesse eu que procurar se porventura alguém pagou a contribuição, era mais natural que tivessem sido os que foram apoiados do que os que foram discriminados. Faz mais sentido abrir a outra gaveta do que essa. Não me cabe aqui discutir como é que a Comissão deve desenvolver seus trabalhos, mas não há, nem nessas campanhas difamatórias, nem nesses dossiês, registro de uma única vírgula de benefícios que tenha sido dito que nós, Opportunity, ou qualquer outra empresa sob nosso controle, tenha obtido durante este Governo. Existem aqui várias ilações, que, se me derem tempo, vou explicar que não é, de que poderíamos ter sido privilegiados no leilão da Telebrás. Não é o fato, se me derem tempo, consigo explicar, mas não há nenhum...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Gostaria de partir para outra indagação. Acolho essa justificativa. Mas valho-me, mais uma vez: já fizeram referências aqui a um artigo do Diogo Mainardi, o Resumo da Ópera, em que ele afirma que o senhor foi achacado pelo PT. O achaque começou em 2002. Em maio daquele ano, João Paulo Cunha pediu uma CPI para investigar a privatização da Telebrás. Diante da ameaça, Dantas encarregou seu operador Marcos Valério de buscar um canal com o PT. O senhor foi achacado pelo PT?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Gostaria de dividir essa resposta, se V. Ex^a me permitisse, em duas. Se porventura nós tivéssemos sido extorquidos, ser extorquido não é crime. Crime é extorquir. Isso não me motivaria a ter a necessidade de pedir o **habeas corpus**. Não fomos achacados pelo PT.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não houve extorsão?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não houve achaque.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não houve achaque?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não houve.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor Naji Nahas esteve em Portugal, acompanhado de Luís Favre, marido da ex-Prefeita Marta Suplicy, juntamente com Delúbio Soares, para um encontro com três diretores da Portugal Telecom, na mesma época em que se discutia a venda da Telemig Celular para os portugueses. O mesmo Naji Nahas intermediou a venda das ações do Opportunity para a Telecom Itália.

Qual é essa relação? Esse fato é verdadeiro? O Sr. Naji Nahas estava negociando em nome do senhor ou do Opportunity?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Em primeiro lugar, o Sr. Naji Nahas intermediou a compra da Telecom Itália das nossas ações. O Sr. Naji Nahas trabalhava pela Telecom Itália. Foi o Naji Nahas que nos abordou, foi o Naji Nahas que abordou o Citibank. E o Naji Nahas continua envolvido em negociações que continuam existindo entre o Citibank, a Telecom Itália e entre a Telecom Itália e os fundos de pensão, a respeito das participações acionárias na Brasil Telecom. O Sr. Naji Nahas não foi a Portugal a meu pedido, para conversar com a Portugal Telecom ou fazer qualquer outro negócio. Mas, circunstancialmente, tocando no assunto de Telecom Itália, o Sr. Naji Nahas conversou comigo ontem e me disse que não foi a Portugal e que não teve essa reunião. Mas não posso aqui testemunhar sobre o Sr. Naji Nahas. Posso tentar auxiliar aqui esta Comissão, informando a informação que recebi. O Sr. Naji Nahas nega, pelo menos negou para mim, que tenha participado disso. O que posso afirmar é que ninguém da Telemig ou do Opportunity, que estávamos junto nessa negociação, solicitou ao Sr. Naji Nahas qualquer papel ou qualquer intervenção nessa negociação.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não. Gostaria de saber se, na sua avaliação, o Governo procurou interferir nos fundos de pensão. O senhor identificou interferência do Governo?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – No meu entendimento, o Governo interferiu constantemente e regularmente nos fundos de pensão. Esse é o meu entendimento, não é o meu testemunho, porque eu não vi.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Quem interferiu? O Palocci interferiu, o Ministro Palocci?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não sei. Não posso afirmar para o senhor que o Ministro Palocci tenha intervindo com os fundos de pensão.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E o Ministro José Dirceu?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O Ministro José Dirceu, eu não tenho... O Ministro José Dirceu, a única interferência indireta que tenho foi quando me foi chamado para ter uma reunião com ele, e ele me pediu para ter uma reunião com Cássio Casseb, e o Cássio Casseb pediu para nós... quer dizer, no fundo nos pressionou para que abrissemos mão de todos os direitos que os fundos que administrávamos detinham, inclusive o Citibank, e isso poderia beneficiar, no meu entendimento, outros; através dos fundos de pensão, poderia beneficiar outros. Mas não tenho nenhuma evidência direta de que o Ministro José Dirceu tenha interferido nos fundos de pensão, não tenho essa informação.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não é verdade que o Ministro José Dirceu lhe pediu recursos para a manutenção do seu partido, o Partido dos Trabalhadores, em troca de uma ação em favor dele a seu favor, a favor dos seus negócios junto ao Governo?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, o Ministro José Dirceu nunca me pediu nenhum recurso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Essa relação sua com o Ministro José Dirceu está explicitada, inclusive é parte de *e-mails* que o senhor incluiu no processo que corre na justiça americana. Nesses *e-mails*, revelam-se conversas como: “Eu tive uma reunião ontem com José Dirceu; ele é o braço direito do Presidente, equivalente ao chefe de gabinete, ou seja, ao primeiro-ministro. Ele estava preocupado com os fundos de pensão, dada as nossas iniciativas etc. Ele sugeriu que o Sr. Cássio Casseb, Presidente do Banco do Brasil, seja a pessoa responsável para solucionar os problemas.”

O Presidente do Banco do Brasil resolveu os problemas a pedido do Ministro José Dirceu?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Bom, posso reportar-me, se o senhor me der alguma flexibilidade de tempo. Fui solicitado a comparecer à Casa Civil, para ter uma reunião com o Ministro José Dirceu, e a data, por volta de maio de 2003. E o Ministro José Dirceu, depois de conversar sobre amenidades durante algum tempo – quero reportar aqui que sempre de forma muito polida e educada – me disse que achava importante resolver os problemas com os fundos de pensão.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ele disse por que seria o Sr. Cássio Casseb e não o Sr. Sérgio Rosa?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, ele não me disse. Disse apenas que achava importante resolver os problemas e que o Governo tinha achado que o Sr. Cássio Casseb poderia ser, deveria ser a pessoa para cuidar desse assunto. Eu ponderei...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Seria porque o Sr. Gushiken é quem tem o comando sobre o Sr. Sérgio Rosa...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não entrou em nenhum assunto desse. Ponderei com o Ministro Dirceu, quase nessas palavras: se o Ministro pudesse me permitir aqui duas considerações, a primeira é que o Sr. Cássio Casseb, até muito pouco tempo atrás, era conselheiro da Telecom Itália, representava os interesses de um adversário nosso. Então, tinha receio que alguma inércia, do ponto de vista da defesa de um interesse, pudesse ainda estar permeando ainda na sua atual função, muito embora eu até usasse o termo “não sei se há uma probabilidade, mas gostaria de registrar que talvez houvesse uma possibilidade disso”. E ele me disse: não, acredito que não, acho até que pode ser bom, porque o Sr. Casseb já está familiarizado com o assunto. Disse que então gostaria de fazer uma segunda consideração: primeiro, acho que seria conveniente entendermos se existe algum problema, porque estamos partindo da hipótese de que temos que resolver um problema, mas gostaria, primeiro, de perguntar se não era o caso de fazer uma reflexão sobre se existe algum problema. As empresas que nós administramos vendem por menos, como aqui, por exemplo, os senhores podem observar; na telefonia celular, aqui de Brasília, a Brasil Telecom cobra um mês e não cobra o outro...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Quero dispensar esses detalhes, porque estamos muito preocupados com esta relação do que é público com o que é privado, já que o nosso objetivo é investigar a origem dos recursos que foram utilizados no esquema de corrupção. Então, indago: o Ministro Palocci, o senhor participou de reuniões com ele? Porque o Governo nega que tenha interferido nos assuntos dos fundos de pensão. No entanto, as correspondências e os encontros do senhor e de executivos do Citibank com a alta cúpula do Governo demonstram justamente o contrário: que agentes representantes do Presidente da República e do Governo atuaram fortemente nessas negociações, envolvendo o que é público com o que é privado e exatamente sempre em benefício do privado. Indago: o Ministro Palocci, qual foi a participação do Ministro Palocci na gestão desses fundos?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu não tenho informações sobre a participação do Ministro Palocci.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor não participou de reuniões com o Ministro Palocci?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu não participei de reuniões com o Ministro Palocci.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E não sabe qual era a posição dele?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, não sei. Eu sei que, nessa situação, nesse assunto que o Ministro Dirceu teve uma conversa comigo, no dia em que me foi marcada a reunião com o Ministro Dirceu, eu tinha ido à sede do Citibank para dar uma explicação, porque tinha recebido informações de Nova Iorque de que o Citibank tinha ficado incomodado, porque estava sofrendo algumas retaliações comerciais, pelo fato de que não estávamos atendendo os desejos dos fundos de pensão.

Nesta conversa, o Presidente do Citi tinha reportado a alguma conversa com o Ministro Palocci. Ele não foi claro em relação a isso. Quem me informou desses incômodos foi o pessoal do Citibank em Nova Iorque. Eu fui até lá prestar esclarecimentos que o que estávamos fazendo era apenas para defender os interesses dos fundos. Foi daí que fui chamado para conversar com o Ministro Dirceu e o Ministro Dirceu pediu que eu fosse conversar com o Carlos Casseb.

A reunião com o Carlos Casseb foi difícil e, conforme ele tinha me pedido, voltei a conversar com o Ministro Dirceu, expliquei-lhe e voltei ao tema que tinha sido interrompido, dizendo o seguinte: que eu continuava não entendendo que problema estava tentando ser resolvido se a Brasil Telecom tinha uma rentabilidade maior do que a concorrente, distribuía mais dividendos, ganhava mais e vendia por menos. E nessa primeira reunião ele tinha dito: Ah! Mas os fundos de pensão reclamam que eles não mandam. E eu me lembro que respondi: por isso mesmo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Como se vê, havia uma presença forte de autoridades do Governo interferindo sim na questão dos fundos de pensão.

A propósito, para tentar desfazer uma decisão tomada pela Justiça americana, os seus advogados, os advogados do Opportunity nos Estados Unidos, entraram com um recurso na Corte de Nova Iorque, afirmando que o acordo do Citibank com os fundos de pensão contou com o apoio de uma autoridade do mais alto nível do Governo brasileiro.

Portanto, aí é uma afirmação sua, através dos seus advogados, num processo em Nova Iorque.

Indago qual é esta autoridade? Quem foi a autoridade do Governo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes PMDB – PA) – Um minuto por favor. Senador, o tempo de V. Ex^a esgotou. Direito a resposta apenas...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Até porque houve um prejuízo aos cofres dos fundos, conforme o próprio Tribunal de Contas da União concluiu recentemente. Então, houve dilapidação do patrimônio público.

Indago qual foi essa autoridade responsável por isso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Esse comentário surgiu de uma reunião a que estive presente, por isso posso testemunhar, em que o agente do Citi me disse que o acordo que eles tinham feito com o fundo de pensão tinha tido mais do que o apoio, a palavra em inglês não traduz exatamente como apoio, mas é o apoio de uma autoridade brasileira no maior nível. Mas ele não me revelou quem era e eu também não perguntei.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E nós vamos ficar sem saber então quem é essa autoridade.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Senador, não sei se fica...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes PMDB – PA) – Senador, solicito a compreensão de V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu teria mais uma pergunta, a mais importante eu deixei para o final, mas...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes PMDB – PA) – Concedo a palavra ao próximo parlamentar inscrito, o ilustre Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, nobre Sub-Relatora Zulaiê Cobra, Sr. Depoente, se disse aqui que todos os partidos são iguais. Sou do PCdoB, que tem registro no Tribunal Superior Eleitoral, mas não considere que todos os partidos são iguais, têm programas diferentes, têm ação diferente, têm comportamento diferente. Não podemos achar e transmitir para o País que todos têm as mesmas atitudes perante os mesmos problemas. Isso é importante que seja ressaltado.

Também me impressionou muito o comportamento de alguns membros do PSDB e do PFL neste depoimento e a atitude do depoente.

Quando o Deputado Eduardo Paes fez a sua intervenção, e foi agressivo em relação ao PT, o depoente vibrava ali do seu posto, dando a entender que tinha muita satisfação pela atitude do Deputado Eduardo Paes.

Quando o Senador Antonio Carlos Magalhães esteve aqui e saudou o depoente, também o fez de forma efusiva, com alegria especial. Aliás, V. S^a tem relações íntimas e históricas com o Senador Antonio Carlos Magalhães, tem alguma coisa que poderia levar a esse brilho na saudação que fez ao Senador?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Conheço o Senador. Há alguns anos não nos encontrávamos. Encontrei-o pela primeira vez e me deu satisfação em voltar a revê-lo. Nunca tive nenhuma relação de nenhuma outra natureza que não respeito, cordialidade e amizade. Também foi dito que eu, aos 27 anos, era conselheiro do Senador e eu sabia que o Senador sempre foi experiente o suficiente para não ouvir conselhos de ninguém com 27 anos de idade.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Apenas como curiosidade. Mas também acho que é importante fazermos uma referência a uma defesa que se fez do processo de privatização que se deu no País na década de 90.

O Senador Eduardo Paes demonstrou aqui muita saudade daquele período, defendeu todo o processo de privatização e deixou claro para o País que esse é o caminho, o pensamento, a proposição do PSDB. O PSDB defende a privatização e acha que ela foi interrompida e que, portanto, ela deveria continuar. Fico imaginando a possibilidade – que, felizmente, é remota – dessa gente voltar ao poder e privatizar a Petrobras, os Correios, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, tudo isso que foi possível ser salvo do processo e da sanha privatista que varreu este País no período anterior. Mas, Sr. Daniel Dantas, tenho um outro comentário.

Durante todo esse depoimento falou muito das privatizações das teles, é um assunto permanente na mídia todos os dias. Há uma CPI que está para ser instalada nesta Casa, já aprovada, já lida em plenário e, não sei por que, esta CPI ainda não foi instalada. Aliás, porque a maioria das Bancadas ainda não indicou os membros. Eu quero fazer, inclusive, um apelo para que as Bancadas indiquem os membros para que nós possamos instalar a CPI que investigará o processo de privatização das teles, todos os contratos que foram firmados desde 1997 até então entre a Anatel e as concessionárias na área de telecomunicações do nosso País. Porque, todas as informações que temos dão conta da necessidade do aprofundamento desse tema, temos que aprofundar esse tema para não ficarmos na superficialidade. Aqui e acolá aparecem coisas, mas não nos detemos, não nos aprofundamos a respeito dessa questão.

Mas o depoente informou no início dos trabalhos que em 1996 criou três fundos para atrair recursos de fora e recursos de dentro do País e que aquilo era feito em função de um movimento que a política de então fazia para estimular a atração desses recursos, a movimentação desses recursos no nosso País.

Também a mídia noticia que o Opportunity foi capaz de arrecadar cerca de US\$1 bilhão em perío-

do curto nessas mobilizações que fez. O Opportunity participou ativamente desse processo de privatização, esteve envolvido em quase todos os movimentos que envolveram a privatização no País nesse período.

V. S^a também afirma no depoimento que rompeu, especialmente com os fundos de pensão, que participou de forma mais efetiva desse processo anterior. No depoimento também V. S^a informou que interferências políticas estavam favorecendo seus adversários. Nós podemos deduzir então que no período anterior interferências políticas estavam ali favorecendo?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não. As interferências políticas nunca nos favoreceram. Se os senhores nos derem o tempo suficiente, eu posso explicar o aparente paradoxo em relação ao que foi lido aqui das fitas do BNDES, que sugerem, a qualquer olho que leu apenas aquela parte..., a sensação é de que estaríamos sendo favorecidos pela iniciativa do Presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo Presidente do BNDES, Sr. André Lara Resende. O que não é verdade. Se eu tiver tempo suficiente consigo explicar esse ponto que eu acho que talvez seja de importância ou esclarecedor.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Acho útil, sim.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Se o Presidente me permitir, eu...

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Não. No meu tempo V. S^a pode continuar expondo. Eu tenho ainda um tempo razoável. Eu permito a V. S^a...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O senhor gostaria que eu entrasse neste ponto da privatização da Telebrás?

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Não. Sobre esses favorecimentos que V. S^a poderia ter obtido naquele processo de privatização.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Nós não tivemos nenhum favorecimento na privatização da Telebrás. Há uma certa confusão entre o fato de ter comprado a empresa e ter tido um favorecimento. Não houve favorecimento. Nós participamos do leilão em condições regulares, de acordo com o edital. Em alguns leilões...

No caso da Telebrás, foi um leilão em que houve uma grande complicação. Mas nos leilões normais, o leilão foi disputado e ganhou quem paga mais.

Participamos de muitos leilões. Em vários deles alguém pagou mais do que nós e em alguns nós pagamos mais do que o outro. Eu até gosto de evitar o termo de dizer que ganhou, porque só ganha depois. No leilão disputado às vezes a única posição sábia é do perdedor.

Mas não houve nenhum favorecimento dirigido ao nosso grupo. Nós tínhamos o seguinte: conseguimos fazer uma expressiva captação internacional e tínhamos, no leilão, dinheiro. Tanto que todas as aquisições que foram feitas pelos nossos fundos foram pagas.

Vamos pegar o exemplo do leilão da Telebrás. O consórcio que venceu a Telemar alegou que não tinha recursos para pagar e o BNDES foi obrigado a entrar com 25%. O nosso consórcio tinha os recursos para pagar.

Somente para dar uma idéia, no leilão da Telebrás nós tínhamos um consórcio feito com a Telecom Itália, no qual um dos fundos tinha um investimento do Citi e houve uma confusão no leilão. Se os senhores quiserem, eu posso me estender sobre isso. Nós éramos pretendentes a comprar a Telemar, que acabamos não comprando.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Essa história nós conhecemos razoavelmente.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – A Telemar foi comprada por R\$3 bilhões e 400 milhões. O preço do nosso envelope era de cinco e duzentos. Quer dizer, se nós tivéssemos adquirido a Telemar, nós teríamos pago um ágio enorme. Não há favorecimento em pagar alto. Não tinha ninguém ajudando aqui.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – V. S^a, também no depoimento, informa que não negociou diretamente com os fundos de pensão, mas tinha contatos com pessoas do Governo. Negociou com quem? Com ministros, com o Presidente do BNDES, com políticos que atuavam naquele processo? Com quem V. S^a negociou, já que V. S^a inclusive afirmou que mesmo depois, nesse atual governo, buscava contato com políticos para tratar de interesses do Opportunity. Naquele momento, com quem V. S^a negociou?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Numa divisão de trabalho interna nossa, diretamente estava tratando dos internacionais. Eu negociei com a Telecom Itália e negociei com o Citi.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Não negociou com gente do governo? Ministro das Comunicações, BNDES?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não negociei com ninguém do governo. O único contato que tive durante o leilão de privatização da Telebrás, único contato que tive, foi uma reunião no escritório do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, com o Sr. Ricardo Sérgio Oliveira.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Há uma informação de que, em 99, quando houve a crise, muitos dos que compunham o governo foram afastados, a família, os irmãos Mendonça de Barros, o André Lara Rezende, a Elena Landau, essas pessoas

foram afastadas do governo e há uma informação de que elas despachavam em um gabinete na sede do Opportunity – tem vasto noticiário a esse respeito, dada a intimidade, o André, o Pêrsio Arida era sócio de V. S^a. A Elena Landau foi sócia, enfim, é verdade esse episódio?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – A Elena Landau, na época da privatização da Telebrás, já não estava mais trabalhando no BNDES, a Elena Landau era nossa consultora naquela época. Não houve nenhuma reunião, nos nossos escritórios, em que tivesse participado algum membro do governo.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Há uma informação que circulou também amplamente, a respeito da compra de três aviões. É verdade?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Verdade.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Esses aviões eram utilizados para atividades do Opportunity apenas ou era cedido para amigos. Já foi cedido, por exemplo, para políticos, para transportar gente de governo ou políticos em alguma oportunidade?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Fizemos um consórcio entre algumas companhias que nós controlávamos e o próprio Opportunity, mais ou menos imitando um sistema que tem funcionado muito nos Estados Unidos e na Europa, que se chama *time-sharing*, divisão de tempo. Quando adquirimos a Brasil Telecom, a Telemig e a Telenorte, circunstancialmente, até fica uma coisa emblemática, temos atividade que inclui o Oiapoque e o Chuí – os dois. A distância do Brasil é muito grande e chegamos à conclusão de que poder ter agilidade de estar presente, com rapidez, compensavam os custos. Foram feitos, na verdade, um consórcio das empresas para tentar racionalizar a utilização. Assim, se alguém da Telemig tivesse viajado para um lugar em que alguém da Brasil Telecom estivesse perto e houvesse uma solicitação, em vez de uma mesma aeronave ter que fazer....

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Mas sempre para negócios do Opportunity?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Sempre para negócios. O que sempre determinamos foi que durante campanhas eleitorais é proibido transportar, mesmo de carona, qualquer pessoa que tenha participação política. Isso nós temos certeza que não aconteceu.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, o meu tempo está se esgotando e acho oportuno – e queria requerer – que fosse apresentado a esta CPMI ou às duas CPMIs, de forma pormenorizada, o plano de vôo dessas aeronaves nos últimos anos, a partir da sua aquisição, bem como as informações de passageiros, destino das aeronaves. Solicitar também do DAC, da Infraero todas as informações que

possam permitir checar as movimentações dessas três aeronaves desde a sua aquisição – em 96?

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Indago ao depoente se ele se prontifica a fazer essa remessa à CPMI?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não acredito que exista o controle de passageiros. O controle de plano de voo existe.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Mas me parece uma obrigação!

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Então, V. Exª pode formalizar o requerimento...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Amanhã teremos reunião administrativa.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, eu agradeço a oportunidade.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente, eu quero me associar ao Deputado Daniel e fazemos requerimento conjunto, pedindo, também, da Telemar, da Vale do Rio Doce, das empresas do Governo, também. Fazemos todos juntos...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Amanhã teremos reunião administrativa e V. Exªs poderão...

O SR. (Orador não identificado) – Eu me associo a V. Exª. Vamos pedir. Vamos pedir tudo isso. Eu não sei porque essa gente fica assim.

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – Juntos, amanhã, faremos esse requerimento.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, antes de terminar isso aí, ele falou que não pagou...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Passo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado ACM Neto.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, espere um pouquinho. Ele falou que não pagou a passagem do filho do Lula, mas ele sabe que o filho do Lula que pagou. Era bom, também, que nós mandássemos buscar essa questão da passagem do filho do Lula.

O SR. (Orador não identificado) – Do filho do Fernando Henrique também...

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

A SRª HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Solicito a V. Exª que aguarde a sua oportunidade. Tem a palavra o Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu espero que a educação e a civilidade me permitam iniciar a minha arguição ao depoente. E peço a V. Exª que conte o meu tempo a partir do momento em que estou iniciando a minha aguição.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – A partir de 15h44min.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu agradeço. Sr. Presidente, nobre Relator, Sr. Daniel Dantas, Srs. Congressistas. De fato, os comunistas estão descolados da realidade. Eles se esquecem que já tiveram dois e que hoje têm um Ministério no Governo mais corrupto da história do Brasil: o Governo do Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, onde o Partido dos Trabalhadores montou um esquema de dimensões e de complexidades nunca antes visto.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, nós vamos... Essa linha... Essa linha de discurso de acusação...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu quero saber se serei respeitado na minha palavra ou se serei interrompido.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – V. Exª terá a oportunidade de debater no momento oportuno. O Parlamentar é inviolável por suas palavras e votos.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Não vou permitir.

O SR. (Orador não identificado) – Ele fala o que quiser.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – A família ACM entende de corrupção. A família ACM entende de corrupção. Pode falar de cátedra.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – A Ideli falou o que quis. A Senadora chamou todo mundo de bandido aqui nesta sala. Por que a gente não pode falar.

O SR. (Orador não identificado) – Até a Mesa, Sr. Presidente. Até a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Solicito a V. Exªs que mantenham a civilidade. A palavra está assegurada ao Deputado ACM Neto.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

Peço a V. Exª que recomende que o nosso Orador seja contido nas suas palavras, porque não podemos tolerar pressões desse tipo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não venha com censura, porque eu

ouvi, com respeito, as palavras da Senadora Ideli e dos petistas.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Deputado ACM Neto, não vou descontar o tempo de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não. V. Ex^a vai descontar.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Mantenho a palavra de V. Ex^a

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu lamento que, além de estarem descolados da realidade, eles se tornaram histéricos. Histéricos... Cheios de gritinhos.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Quem está histérico aqui é V. Ex^a. Quem está histérico é V. Ex^a...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas vamos ao que interessa...

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu não vou respeitar o tempo, se eles não respeitarem o meu direito de me pronunciar. Nós estamos no Congresso Nacional do Brasil, e eu acho que cada Partido, cada Parlamentar tem o direito de expressar as suas opiniões, doa a quem doer.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Isso não existe. Claro!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E cada um tem que ouvir. E pague pelo preço do erro que cometeu. Bom, eu peço a V. Ex^a que restabeleça o meu tempo.

Começo, começo... Presidente Asdrúbal, começo indagando o Sr. Daniel Dantas a respeito das negociações mantidas pela Brasil Telecom com a Gamecorp, empresa do pródigo filho do Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Porque é de conhecimento geral da Nação que, antes de ter se formalizado o negócio milionário, de R\$5 milhões, com a Telemar, houve uma extensa negociação da Game Corp com a Brasil Telecom, negociação essa que pode ter durado alguns meses, inclusive.

Eu pergunto, então, ao Sr. Daniel Dantas se ele confirma, e os detalhes sobre esta negociação.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Deputado, eu confirmo que houve negociações. O Diretor da Brasil Telecom me informou mas eu só fui informado depois. Eu não estava informado durante as negociações. Eram valores que não chegavam ao Conselho e as negociações eram em fase exploratória. O que ele me disse foi que as negociações não foram concluídas porque o preço pretendido – ele entendeu que era alto e que

ele chegou a ter considerações em aceitar parâmetros que foram fornecidos mas não que fossem pagos antecipadamente e que ele só pagaria se, por ventura, os números que foram fornecidos se concretizassem ao longo do tempo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O Diretor que V. S^a se refere é o Sr. Íon Moreira da Silva.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Exatamente, o Sr. Íon Moreira da Silva.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O Sr. Íon confirmou a V. S^a se, além de despesas relacionadas com algumas refeições do filho do Presidente Lula na viagem ao Japão, pode, também, ter pago despesas relacionadas à hospedagem dos mesmos?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu não sei, mas se o senhor quiser eu posso mandar perguntar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu gostaria que o senhor, por favor, solicitasse ao Sr. Íon que se pronunciasse porque a notícia que nós temos é que, além de despesas com refeição, foram pagas, também, as despesas com hospedagem. No início, quando essa história se tornou pública, a informação ainda dava conta do pagamento das passagens que, depois, não foi confirmado mas, certamente, haverá de se confirmar o pagamento das hospedagens e da alimentação. Então, eu perguntaria ao senhor: quer dizer que o Sr. Íon concluiu que aquilo que era desejado pelo filho pródigo do Presidente Lula fugia aos padrões estabelecidos pelo mercado para uma boa negociação.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Ele não me reportou desta forma. Ele me disse que achou o preço caro e preferiu não comprar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu queria reforçar o meu requerimento – que já apresentei há quase dois meses – onde peço a contratação de uma empresa independente de auditoria para fazer um estudo analítico e completo sobre as negociações comerciais e societárias que foram estabelecidas pela empresa Telemar com a Gamecorp que redundaram em um negócio de R\$5 milhões. V. S^a chegou a cogitar se, por hipótese, o Sr. Luiz Gushiken ou qualquer pessoa que fosse opositor declarado das suas empresas, possam ter influenciado na decisão do filho do Presidente Lula em não levar adiante os entendimentos da Brasil Telecom?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não. Eu não tive essa informação. Depois, eu vi isto na imprensa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Com relação ao trabalho que a Kroll realizou, nos causa muita surpresa não ter chegado ao

conhecimento público, exatamente, o que foi o objeto da investigação da Kroll, não aquilo que foi determinado que ela fizesse, mas aquilo que ela obteve. Aí, eu pergunto a V. S^a: V. S^a teria como declinar aqui ou se poderia nos informar se algum dos membros da Brasil Telecom tem conhecimento do que a Kroll descobriu e que amedrontou tanto o PT e o Governo nesse trabalho – se ilegal que, depois, ela venha a pagar por ele –, nesse trabalho de espionagem, enfim?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O trabalho de investigação da Kroll foi contratado pela Brasil Telecom e como nós tínhamos procedimentos internacionais de arbitragem e outras questões, os nossos advogados nos Estados Unidos me aconselharam a não tomar conhecimento do Relatório, justamente porque, em qualquer procedimento que eu tivesse que depor com testemunho, eu poderia ser obrigado a antecipar dados que constassem no Relatório que, por algum motivo, não fosse do conhecimento. Então, eu não conheço o Relatório da Kroll – eu não tenho conhecimento dele.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Agora, V. S^a imagina que a Kroll pode ter, por exemplo, descoberto detalhes sobre contas que o PT mantém ou mantinha no exterior?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu não tenho informações sobre o conteúdo da investigação da Kroll.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Uma das questões que me chamou atenção, Sr. Daniel Dantas, na sua explanação inicial, foi quando, V. S^a, fazendo referência aos entendimentos mantidos pelo Citibank com os Fundos de Pensão, V. S^a nos disse, com toda a clareza, que, quando procurou os dirigentes do Citibank, eles lhe deram a informação de que seriam considerações não apenas de natureza econômico-empresarial, mas – como V. S^a aqui traduziu – considerações outras, que, a nosso ver, são considerações de natureza política, o que reforça a crença geral de que o Governo exerceu uma influência política direta sobre os fundos de pensão e, inclusive, vinculou uma série de decisões que foram tomadas nos fundos de pensão, com vantagens perquiridas pelo esquema espúrio montado pelo Sr. Marcos Valério com o Partido dos Trabalhadores.

Perguntaria a V. S^a, de forma muito clara, direta e objetiva: V. S^a acha que pode ter havido interesses políticos claros que não só os de prejudicar eventualmente os negócios da Brasil Telecom? Pode ter havido interesses políticos claros na influência que os fundos exerceram e na interferência que eles exerceram junto ao Citibank, para que o Citibank se posicionasse da forma como fez?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Deixa-me ver essa pergunta. Vou tentar ver como eu lhe respondendo isso.

Quando o Citi nos falou sobre esse assunto, eu utilizei a palavra considerações “estratégicas” dele. Não tenho como dizer se tem preferência política; imagino que não. O que acho que possa acontecer é que surgiram vários rumores, e nos foi reportado pela Telecom Itália – e o Citi também, de forma meio indireta, tinha nos sugerido – que, nessa operação com os fundos de pensão, havia uma possibilidade ou uma tentativa de fazer uma fusão entre a Brasil Telecom e a Telemar. Eu tenho a informação e um certo sentimento de que é possível que tenha havido algum tipo de apoio político a essa iniciativa, mas não tenho nenhum elemento, nenhuma prova. Apenas sei que a Telecom Itália me reportou que sócios da Telemar teriam reportado para a Telecom Itália que tinham a intenção de fazer uma fusão entre a Brasil Telecom e a Telemar.

Depois, tomei conhecimento de que, quando o Presidente da República soube que era necessário um decreto para mudar a lei para viabilizar esse negócio, ele ficou aborrecido e pediu ao Ministro das Comunicações que declarasse publicamente que a lei não seria mudada para permitir que a Telemar adquirisse a Brasil Telecom através dos fundos de pensão.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Daniel, pareceu-me que o senhor recorreu ao Ministro José Dirceu, num primeiro plano, para que ele pudesse construir uma relação da sua empresa com o Sr. Cássio Casseb, que estaria exercendo um poder de influência significativo na Previ. O senhor confirma isso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, eu não procurei o Ministro Dirceu; eu fui procurado. Pediram-me para ter uma reunião com ele, e fui...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quem é que pediu isso ao senhor?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu recebi um telefonema, se não me engano numa quinta-feira, quando eu saía da sede do Citi, dizendo que a reunião que eu tinha solicitado na Casa Civil estava marcada para às 11 horas, e eu não solicitei essa reunião.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quem foi?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não sei. Eu conferi se existia uma reunião marcada. Existia uma reunião marcada, e eu intuí daí que deveria ser o Ministro José Dirceu que queria uma reunião comigo e fui.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Essa história não está bem explicada, Sr. Daniel. Vamos tentar entender isso melhor. O senhor é um homem inteligente, tem demonstrado aqui

competência e conhecimento técnico profundo, mas, vamos e venhamos, um empresário como o senhor não se dirigiria a Brasília, ao Palácio do Planalto, e se encontraria com o Ministro José Dirceu se não soubesse quem fez a intermediação do encontro.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – No meu entendimento... Eu pressupus que foi o Ministro Dirceu que pediu o encontro.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E por que o senhor acha que o Ministro José Dirceu, por vontade própria, provocou esse encontro com o senhor?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu não sei se o Ministro Dirceu provocou esse encontro comigo. Eu não confirmei com o Ministro Dirceu. Apenas recebi um recado da minha secretária de que a reunião estava marcada às 11 horas. Entendi que tinha de ir.

Mas, essa reunião, a primeira reunião que tive com o Ministro Dirceu era uma reunião que me era muito contrária. Por quê? O que ocorreu? O Ministro Dirceu pediu que eu fosse conversar com o Sr. Cássio Casseb, e, na conversa com o Cássio Casseb, o Cássio Casseb disse que, em nome do Governo, teríamos de abrir mão de todos os nossos direitos. Até perguntei para ele: “Mas teria alguma coisa em troca?”. Ele disse: “Nada”. Falou nesses termos. E disse que tinham problemas complicados com os fundos de pensão e que o Governo não gostaria que os problemas permanecessem como estavam.

Até está reportado nessa correspondência para o Citibank que pergunto se, então, não seria uma solução os fundos de pensão venderem as suas participações, se os fundos não teriam interesse em vender as suas participações. E a resposta que ele me deu foi: “Por nenhum preço que seja justo”. A minha interpretação...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Essa resposta foi dada pelo Sr. Casseb?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Pelo Sr. Casseb, dizendo que falava em nome do Governo, numa reunião que foi marcada pelo Ministro Dirceu.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O Ministro Dirceu marcou uma reunião; o Sr. Casseb...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, o Ministro Dirceu não marcou uma reunião com o Casseb. O Ministro Dirceu me disse que o Sr. Cássio Casseb era a pessoa que iria cuidar desse assunto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem. Aí o Sr. Casseb se dirigiu a V. Sª...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu me dirigi ao Sr. Casseb.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem. Mas, no encontro, o Sr. Casseb, falando em nome do Governo, disse que não venderia por nenhum preço que fosse justo. É isso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Posso até repetir, se V. Exª quiser. Tenho aqui uma correspondência em que reporte, *ipsis litteris*, a essa reunião com o Cássio Casseb.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Reportou a quem?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Reportei ao Citibank, na época.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Reportou ao Citibank?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Reportei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, o Citibank tinha conhecimento de toda essa negociação?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não só o Citibank tinha esse conhecimento, quanto o Citibank escreveu uma carta ao Sr. Cássio Casseb dizendo que não podia concordar. E, depois, um dos maiores executivos do Citibank veio ao Brasil ter uma reunião com o Ministro Dirceu, reunião essa de que participou também o Presidente do Citibank no Brasil, dizendo que o Citibank era um grande credor do Brasil e que não podia concordar com a expropriação dos seus direitos, conforme tinha sido proposto ou pedido pelo Sr. Casseb.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Fora o Ministro Dirceu, o Ministro Gushiken, o Sr. Casseb e o Sr. Sérgio Rosa, que, como já sabemos, direta ou indiretamente, se envolveram nessa disputa, alguma outra autoridade do Governo teve envolvimento, mesmo indireto, que o senhor pudesse nos revelar aqui?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Olha, às vezes, tipicamente, um ou outro Ministro das Comunicações pode ter tomado medidas que, talvez, tenham sido um pouco mais... Mas nada muito marcante, nada que tenha sido forte.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Vou concluir, Sr. Presidente, dizendo que...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Deputado ACM, esgotou-se o prazo de V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Depois desta reunião – não vou mais perguntar, para respeitar o tempo –, teremos de apresentar uma convocação imediata do Sr. Cássio Casseb, que, afinal de contas, deve explicações à CPI e ao Brasil.

Vamos ter de chamar também os representantes do Citibank. Então, da mesma forma que não houve proteção para um lado...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Teremos reunião administrativa amanhã e trataremos desse assunto lá.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu sei. Quero encerrar, Sr. Presidente, dizendo que temos de ter um compromisso com a verdade, investigando tudo, doa a quem doer. Se doer ao PT, que doa! Se doer ao ex-Governo, que doa! Mas não me venham parlamentares aqui com subterfúgios, querendo simplesmente encobrir a verdade, que é nua, é crua e dói. Dói fundo e dói de coração, mas é a verdade e está aos olhos do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Concordo com V. Exª no sentido de que tudo deve ser apurado. Mas quero fazer uma ponderação a V. Exªs. O clima hoje está muito hostil, verdadeiramente agressivo, nesta Comissão, como não é de praxe. Queria recomendar a V. Exªs, que são eméritos regimentalistas, o que dispõe o art. 19 do Regimento Interno do Senado:

“Ao Senador, é vedado:

I – usar de expressões descorteses ou insultuosas;”

Aplica-se subsidiariamente aqui, na nossa Comissão.

E vou aplicar o que diz o art. 22 do Regimento:

“**Art. 22.** Em caso de infração do art. 19, I, proceder-se-á da seguinte maneira:

I – o Presidente advertirá o Senador (...);

(...)

III – não bastando o aviso nominal, o Presidente retirar-lhe-á a palavra;

IV – insistindo o Senador em desatender às advertências, o Presidente determinará sua saída do recinto, o que deverá ser feito imediatamente;

V – em caso de recusa, o Presidente suspenderá a sessão, que não será reaberta até que seja obedecida sua determinação.”

Não sou chegado a atos desse jaez, mas, se houver necessidade, terei de aplicar o Regimento.

A recomendação que faço a V. Exªs é essa, em respeito ao depoente, que não veio aqui para assistir a cenas deprimentes.

Preocupado também com esse clima, atribuindo-o talvez à fome que já deve ter atacado muitos de V. Exªs, a Presidência providenciou um lanche, que está à disposição. Não vou suspender a reunião. V. Exªs poderão encaminhar-se para o lanche. Vamos...

O SR. (Orador não identificado) – E o depoente não tem direito a se alimentar?

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – É para os Parlamentares, mas, se o depoente achar que devemos interromper para um lanche, nós o faremos.

O SR. (Orador não identificado) – Acho que ele merece um intervalo, é evidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Fica V. Sª à vontade.

Vamos prosseguir, concedendo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Relatores, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, Sr. Depoente, gostaria de saber qual foi a necessidade de o depoente ter requerido um **habeas corpus** para poder vir depor nesta CPMI.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Posso responder?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Deve.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Sr. Deputado, tinha me sido informado, nesses últimos dias, que viriam, como vieram, alguns dossiês tentando uma manobra exploratória, para tentar conseguir obter informações que nada tinham a ver com o objeto da CPI, apenas que pudessem ter talvez valor comercial ou de qualquer outro tipo para os que conosco disputam.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem foi o advogado que pleiteou esse **habeas corpus**?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Foi o advogado Nélcio Machado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Na resposta anterior, quanto à viagem do filho do Presidente Lula, foi informado que apenas as refeições foram pagas e que a passagem foi paga pelo filho do Presidente Lula. Estranho essa informação, porque eu tinha um requerimento aqui para saber quem pagou a viagem do filho do Presidente Lula, e a bancada do PT não deixou esse requerimento ser aprovado. Insubordinou-se e derrubou a reunião, para que esse requerimento não fosse aprovado.

Como o senhor pode afirmar que quem pagou a passagem foi o filho do Presidente Lula?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Olha, a rigor, eu estou afirmando a informação que recebi, estou passando a informação que eu recebi.

Eu, ainda ontem, liguei para o Diretor da Brasil Telecom. Conforme expliquei, não sou administrador da companhia, eu não estive com o filho do Presidente Lula, eu não estava coordenando essas operações, eu não fui ao Japão. Mas, como eu sabia que a

Comissão poderia fazer essa pergunta, eu o indaguei – já tinha perguntado para ele ontem –, e ele me disse categoricamente que essas passagens não foram pagas pela Brasil Telecom. E ainda me afirmou mais: que parece que os filhos do Presidente têm recibo da compra dessas passagens. Essa foi a informação que ele me deu.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– A Telemar, desde a sua fundação, na época da privatização, está envolvida em processos duvidosos. A Telemar é concessionária de serviços públicos, com capital público: Banco do Brasil, BNDES e fundos de pensão.

Tive a informação de que chegou a minuta de um decreto para mudar a Lei Geral de Telecomunicações e permitir que a Telemar comprasse a Brasil Telecom. Como o Opportunity, que é sócio da Telemar, vê isso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Bom, nós ficamos com uma séria desconfiança de que essa transação que envolveu os fundos e o Citibank tinha, por última intenção, efetivamente transferir o controle da Brasil Telecom para a Telemar. Isso foi noticiado, nós tivemos informações da Telecom Itália, e o Citi convervou de forma tal, que me permitiria concluir isso.

Não posso considerar que tenha sido uma notícia agradável achar que poderia haver uma articulação empresarial e política que pudesse terminar numa mudança de legislação para favorecer...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Que articulação política é essa?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu não sei, eu não fazia parte dela. O que eu fui informado apenas é que o Presidente Lula, ao tomar conhecimento da intenção de que tinha um objetivo de fazê-lo assinar um decreto, mudando a lei para permitir essa fusão, teria ficado aborrecido e pedido ao Ministro das Comunicações que fosse a público dizer em nome dele que a lei não iria mudar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Que Ministro?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O atual, o Hélio Costa. O Sr. Hélio Costa, o atual Ministro das Comunicações.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Nesse evento, naquele episódio, o Ministro Chefe da Secom, Luiz Gushiken, teve qualquer interferência, soube de algum detalhe, tomou conhecimento de algo?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, eu não tenho nenhuma informação a esse respeito. Eu não tenho informação de quem porventura poderia ter coordenado ou participado dessa iniciativa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Há aquela informação de que o Cássio Casseb exigiu, em nome do Governo, uma tomada de posição. Era uma posição pessoal dele, ou realmente era uma posição de governo?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Ele disse, para mim, no momento, que ele falava em nome do Governo. Foi o que ele me disse.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E qual a sua opinião?

(Pausa.)

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Os nossos advogados me informaram que eu não poderia aqui estar dando opiniões. Eu tinha de fazer o testemunho sobre fatos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Foi um fato. O que aconteceu nesse fato?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, o fato é que ele me disse que tinha sido em nome do Governo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Foi dada, em resposta ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, a informação de que houve uma audiência sua com o Zé Dirceu, que não tinha sido pedida, mas que aconteceu, que se realizou. Quando iniciou essa audiência, o senhor não perguntou por que o senhor estava convocado, por que tinha sido marcada aquela audiência?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, eles já tinham uma pauta nessa audiência, que era basicamente sinalizar que havia necessidade de ser resolvido esse assunto pendente, no entendimento dele, entre os fundos de pensão e nós. Mas, depois, quando eu... Quando o Citibank mandou a carta ao Cássio Casseb, eu voltei a ter uma reunião com ele, a meu pedido, para reportar e dar uma seqüência, dar uma...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Foi nesse encontro com o José Dirceu que o senhor o conheceu? Ou já o conhecia antes?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, eu não o conhecia.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não o conhecia?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, nunca o tinha encontrado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– E tinha uma pauta previa que ele tinha estabelecido. Nessa pauta, só estava esse assunto, ou havia mais alguma coisa?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, não tinha nada escrito na pauta. Eu digo apenas que esse foi o assunto... Ele conversou comigo vários assuntos antes, generalidades, mas nada específico, e a síntese

se da reunião foi essa. Mas a segunda reunião com ele foi uma reunião que eu solicitei. E aí eu mencionei para ele a conversa que o Cássio Casseb tinha tido comigo, e ele...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Qual a reação dele?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Ele me disse que não foi essa a conversa que ele pediu. Ele me disse que não foi essa a conversa que ele pediu para ele ter tido. Achou que a reunião não tinha sido adequada, concordou comigo que o Governo não deveria estar intervindo, tomando partido numa disputa societária privada, e me disse que, se porventura eu tivesse alguma evidência futura ou presente de que isso estava acontecendo, eu podia ter a liberdade de ligar e comunicar para ele.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Mas acabou acontecendo essa reunião. Quem se beneficiou? O Citi? Ou algum fundo de pensão? Quem se beneficiou?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Olha, até o presente momento, eu acho que nessa situação tem tido muitas tentativas de beneficiários, mas talvez muito poucos beneficiados, porque, na verdade, o que acabou... Se teria havido a intenção de ter transferido o controle da Brasil Telecom para a Telemar, a sequência de eventos que aconteceu depois acabou inviabilizando. Então, na verdade, essa história ficou parada no meio. Eu acho que, nesse momento, é algo que, no meu entender, por conta de circunstâncias, não tem nenhum beneficiado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– O senhor falou que a Kroll não estava fazendo espionagem, estava fazendo investigação, e que quem contratou a Kroll foi a Brasil Telecom. Por que, se era uma investigação e não uma espionagem, o senhor acabou ficando tão prejudicado com vários jornalistas, como o Mino Carta, o Paulo Henrique, o Boechat, o Nassif? Por que chegou a esse ponto, se era mera investigação e não espionagem?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Deixa eu explicar a V. Ex^a o seguinte: nessa disputa societária, tem tido uma intensidade de medidas judiciais muito grande. O que acabou acontecendo é que os nossos adversários desenvolveram a técnica de produzir factóides e notícias e de usar essas notícias na Justiça para respaldar, motivar ou justificar medidas liminares. Então, muitas vezes, fatos são completamente distorcidos, são publicados por diversos motivos, e essas publicações acabam servindo de base para medidas judiciais.

Então, também me surpreende o grau de importância que foi dado ao fato de que uma empresa de

investigação foi contratada. Essa mesma empresa... A Kroll é uma empresa que trabalha em 35 países, tem 30 anos de experiência. A Kroll já foi contratada pelo Senado Federal. A Kroll foi contratada para investigar os desvios de recursos na época do PC Farias. Ninguém disse que tinha espionado os desvios de recursos do PC Farias. Acho que o Congresso já tinha contratado a Kroll de novo, e esse foi o objeto do contrato da Kroll. A Brasil Telecom não tinha por que ter interesses em espionar a Telecom Itália, porque a Telecom Itália não era uma concorrente direta da Brasil Telecom.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O Opportunity tem um representante da Codesp, da companhia de portos de Santos. Que funções o representante do Opportunity desempenha na Codesp?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Olha, o Porto de Santos é uma das empresas administradas pelo Opportunity, mas não é a Codesp, é o Porto, é o terminal de *containers*.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Mas tem um representante do Opportunity junto à Codesp.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não deve ser do Opportunity. É possível que seja um representante do Porto de Santos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– O Sr. Gilvam?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Como?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– O Sr. Gilvam.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, eu não tenho conhecimento, mas eu posso me informar. Deve ser alguém do Porto de Santos, do Tecom, que deve representar na Codesp. Se o senhor quiser, posso pedir para ligar e dar a informação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Gostaria de saber. Quando eu estava falando da Kroll, perguntei do desgaste que houve na sua relação com vários jornalistas por causa do caso Kroll, e o senhor não respondeu.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não é que tenha havido desgaste com vários jornalistas, mas vários jornalistas já têm uma posição contrária a nós – não sei qual o motivo. Vou lhe mostrar um exemplo, vou tentar procurar um documento que ilustra. Tem uma série de jornalistas que têm um posicionamento muito constante nessa direção. No fundo, aproveitaram a marola que esse assunto da Kroll criou e deram a ele uma reverberação maior do que, no meu entendimento, isso tinha.

As acusações são de que a Kroll tinha obtido alguns *e-mails* entre o Gushiken e um ex-empregado nosso, o Sr. Luís Demarco, mas depois me foi infor-

mado que esses *e-mails* eram de um período anterior ao período em que o Ministro Gushiken tinha sido Ministro e que a Kroll teria obtido... Nossos advogados conversaram com os advogados da Kroll, que disse que obteve isso num procedimento judicial ou alguma coisa com a ex-mulher do Demarco. Não houve nenhuma escuta telefônica, a Kroll não fez escuta telefônica. Isso tudo foram ficções criadas pela imprensa, sem nenhum respaldo na realidade.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Por que o Gushiken deliberadamente procura prejudicar o Opportunity?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu não tenho explicação para isso. A dificuldade que vejo nisso é que o prejuízo ao Opportunity pode significar a transferência do controle de empresas que estão com o Opportunity e que têm valores muito expressivos. Então, é sempre complicado distinguir se é uma questão de uma...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É o episódio Angra Partners.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, Angra Partners foi uma empresa constituída para administrar o fundo que foi tirado de nós.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Mas tem interferência ou influência na sua avaliação?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – É difícil conseguir... Quando há valores altos em questão, é sempre complicado conseguir segregar se, na verdade, existe algum apoio a outros interesses ou se, no fundo, tem alguma coisa contra a área. Eu tendo a achar pouco razoável que seja assim, alguma coisa contrária pura e simplesmente, pelo seguinte: eu nunca encontrei o Ministro Gushiken na minha vida, nunca fiz mal a ele, nunca o tratei mal, nunca tratei ninguém da sua família, nunca fiz nada contra ele. Pessoal, acho estranho que seja. Do ponto de vista ideológico, se dissesse que defende uma corrente que é contra um determinado grupo de tipos de pessoas, teria de ter mais, do tipo é contra empresários ou é contra não sei o quê. Mas um só? Então, sempre acho...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O Opportunity está por trás da queda de Cássio Casseb do Banco do Brasil?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, não tivemos nada a ver com a saída do Cássio Casseb do Banco do Brasil.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Foi logo depois de uma reunião com o Sílvio que o Cássio Casseb caiu.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Como assim?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Foi logo depois daquelas reuniões com o Sílvio que o Cássio Casseb caiu.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não. As discussões que acabaram levando à saída do Cássio Casseb foram referentes a contas internacionais ou a alguma coisa assim. Ele depois se chateou com isso e acabou saindo. Mas nada teve a ver com esse evento. Esse episódio foi muito antes da saída do Sr. Cássio Casseb do Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB

– PA) – Está expirado o prazo de V. Ex^a, Deputado Arnaldo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB

– PA) – Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni, pelo prazo de até 15 minutos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Estarei rigorosamente dentro do tempo que V. Ex^a me determina, Sr. Presidente.

Todos nós, brasileiros, que olhamos para o Governo Lula – particularmente, para esse triste modelo de corrupção que se instalou no Brasil – e o senhor, que é um homem que tem a oportunidade de conhecer o mundo, havemos de reconhecer que, lamentavelmente, a imagem de que o Brasil desfruta hoje é uma imagem bastante afetada por um grande esquema de corrupção montado dentro do Governo Lula, que tinha como objetivo fazer com que o Partido adquirisse fundos, que seriam operados dentro e fora do Brasil, para permitir que o Partido dos Trabalhadores mantivesse o poder talvez por 20 ou 30 anos, numa reprodução similar ao que o PRI mexicano conseguiu fazer, por 60 anos, no México.

Dentro dessa lógica, havia dois grandes pilares de sustentação desse modelo. Primeiro, de um lado, havia o Ministro José Dirceu, que trabalhava com a distribuição dos cargos em comissão – e eram 17 mil no primeiro momento; hoje, são mais de 20 mil –, que ele controlou com mão-de-ferro. Havia o controle imperial e ditatorial construído no atual Governo. Foi por meio de uma lei e de dois decretos-lei que o Sr. Gushiken ficou com poder absoluto sobre as verbas de publicidade do Governo, numa centralização que nunca existiu antes, inclusive abrindo mão nas comissões de licitação de serem funcionários de carreira para serem funcionários em comissão. Inclusive, alguns prestaram serviços muito relevantes para posicionar as empresas do Sr. Marcos Valério, porque tinham o objetivo de usar o Sr. Marcos Valério como um peão para esse esquema.

O outro lado que começamos a levantar é a questão dos fundos de pensão. Iniciamos as investigações num documento preliminar. Eu já poderia dizer para o senhor, por exemplo, que, só com operações com títulos operados em bolsa, já identificamos doze corretoras que lesaram os fundos de maneira objetiva, e ainda muito iremos, sem dúvida nenhuma, descobrir.

É inegável, historicamente, o envolvimento do Sr. Gushiken com os fundos de pensão. Antes, como consultor, como Parlamentar, e, depois, como Ministro de Estado, tanto que ele faz presidente da Petros, da Previ, da Funcef. Ele reconheceu aqui na Comissão que tinha contatos freqüentes, e há depoimentos, na nossa Comissão, de que atitudes que poderiam ser tomadas, por exemplo, pela Previ, ditas pelo então Presidente do Conselho, que era o Sr. Henrique Pizzolato, elas não foram tomadas por conta de uma interferência direta do Sr. Gushiken sobre o então Presidente da Previ.

No depoimento que ele prestou à nossa CPI na semana passada, muito conflituado, o Sr. Gushiken afirmou que, no desdobramento do conflito entre os fundos de pensão e o grupo Opportunity, ele, como homem de Governo, tinha interesses. Isso ele reconheceu aqui. Até porque ele achava que essa é a maior disputa societária da história do capitalismo moderno brasileiro. Eu queria, em cima dessa afirmação – que não é minha, é dele –, fazer os seguintes questionamentos: o senhor acha que esta “como homem de Governo” seria a única razão para o Ministro Gushiken ter interesse em atuar nesse conflito?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu não tenho como testemunhar sobre os interesses do Ministro Gushiken. Não tenho como dar uma opinião sobre esse assunto.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor tinha conhecimento, porque, evidentemente, o senhor está em um fogo cruzado. O senhor tem os interesses dos seus investidores, o senhor tem ou tinha uma sustentabilidade, mesmo que parcial, na composição do negócio dos fundos de pensão, e a informação que nós recebemos é que o Ministro Gushiken, e, por exemplo, Sérgio Rosa, da Previ, segundo depoimento dado aqui por um ex-diretor da Previ e o Diretor de Marketing do Banco do Brasil, o Henrique Pizzolato, ele disse que o Sérgio Rosa não tomava nenhuma decisão sem conversar com o Gushiken. O senhor tem referência desse processo de monitoramento que o Sr. Gushiken fazia sobre a Previ, especificamente sobre o Sr. Sérgio Rosa?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – As informações que me chegavam eram essas, mas eu não tenho nenhuma evidência.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor também tinha conhecimento das queixas dos presidentes dos fundos de pensão, quando conversavam com o senhor e com os seus executivos, de que havia uma ingerência, ou havia uma tentativa de influência no processo decisório por conta do ex-Ministro Gushiken?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, isso eu não tenho... Eu não tenho essa informação.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quando perguntamos a ele acerca da decisão da cúpula da Previ de sair do controle da Telemar para continuar no controle da Telemig, o Sr. Gushiken afirmou aqui que o Sérgio Rosa o havia procurado para saber se havia uma decisão de Governo sobre isso. Porque tinha uma decisão original, tomada pelo Conselho da Previ, que mandava vender as posições. E, depois, houve uma outra posição, adotada por Sérgio Rosa, de não mais manter os ativos na Telemar. O senhor considera que houve uma decisão de Governo, houve uma ação do Governo, porque havia uma decisão do Conselho e foi outra a atitude tomada pela direção executiva da Previ?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu considero que é uma forte possibilidade, mas não tenho como dar esse testemunho. Não presenciei, não...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas, esse relato, o senhor recebeu? Ele era corrente no mercado? O senhor tinha essa informação?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – É, ele era corrente. Essa informação era corrente no mercado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – De que houve uma interferência para evitar que houvesse aquela venda das posições?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não. O que o mercado dizia é que a orientação era direta do Governo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Que vantagem o senhor acha que o Brasil teria se isso acontecesse?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não vejo nenhuma vantagem. Não acho que tenha nenhuma vantagem para o Brasil que isso acontecesse.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Poderia haver – ou é apenas um fato que corre no mercado –, nessa queda de braço, a tentativa de, após o seu afastamento da Brasil Telecom, do grupo Opportunity, numa posterior operação, os fundos de pensão terem o controle completo, majoritário da Brasil Telecom e, com isso, fazer-se uma reestatização branca? Isso é só uma idéia que circula no mercado ou é uma possibilidade que comandou e presidiu a linha de raciocínio da intervenção do Governo no negócio?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu não sei, eu não posso... eu não posso... eu não posso...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas o senhor conhece essa linha de raciocínio?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu já escutei essa linha de raciocínio, mas eu não vejo uma... Quer dizer, não é a minha impressão. Eu não vejo assim uma tendência, vamos dizer assim, cronicamente estatizante. Eu tenho... Se tivesse de fazer alguma consideração sobre impressões, eu tenho mais informações e impressões de que poderiam estar querendo viabilizar uma fusão com a Telemar do que que gostariam, de fato, apenas de ter a Brasil Telecom, de fato, sob uma administração única e exclusivamente, vamos dizer assim, escolhida por pessoas indicadas pelo Estado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, mas, hoje, o comando, de uma maneira geral, das grandes operadoras, ele tem participação, para dar sustentabilidade, dos fundos de pensão, mas o comando não está com os fundos. Na medida em que houvesse, se percorresse esse caminho, o aumento da possibilidade da interferência ou da participação societária dos fundos não permitiria um maior controle? Eu quero fazer essa especulação porque nós temos de buscar uma razão para que as coisas aconteçam. E as razões não são evidentes. Elas escondem interesses que são multifacetados. Então, a linha de raciocínio que eu estou usando é no sentido de se toda essa queda de braço, em que há inclusive ações judiciais e ameaças de toda ordem, de parte a parte, uma campanha caluniosa que foi forjada ou foi organizada, não teria como interesse ampliar a participação dos fundos no controle para lhes dar participação no comando? Porque eles estão umbilicalmente ligados a uma estrutura de poder que tinha como delta de oportunidade ficar vinte ou trinta anos no poder. Teria lógica se operar nessa direção, se tudo isso der certo? Essa é a pergunta.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Entendo o ponto. Entendo até a lógica, mas os indícios que eu tenho não são esses. Os acordos que foram divulgados entre os fundos de pensão e o Citibank, vamos dizer, os acordos até preliminares, não que eles afastem por completo qualquer possibilidade de que seja algo nessa direção, mas eles contêm dois elementos que não seriam absolutamente alinhados com essa hipótese. O primeiro é essa garantia de preço que o Citi tem por um prazo de dois anos e não uma compra imediata. E o segundo é que, durante esse prazo, eles assinaram um acordo em que todas as decisões, toda e qualquer decisão na Brasil Telecom teria que contar com o consenso de todos os fundos e o Citi. Primeiro, é um acordo completamente ingênuo. É impossível dez

pessoas amarrarem o sapato uma na outra e achar que vão conseguir andar, e andar muito, com esses pés amarrados e todos os passos terem que ser sincrônicos. Esse consenso... os senhores, algumas vezes, podem até imaginar que, se se exigisse aqui consenso em qualquer decisão, a chance de conseguirem legislar não ia ser das maiores.

Então, eles têm... O acordo é esse. Se fosse apenas para passar para os fundos de pensão a administração, teria sido mais fácil ter comprado a participação do Citi, ao invés de lhe dar uma garantia de preço. E esse contrato em que exige a unanimidade em toda e qualquer decisão, ele é estranho. A sensação que me... como o senhor me perguntou, a sensação que me ficou é que esse estágio era um estágio intermediário de uma operação que tinha um segundo passo; segundo passo esse que ficou dificultado por algum motivo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É verdade que o senhor, até porque tem uma certa dependência nas operações das posições de governo, procurou uma aproximação com o Governo? E essa aproximação se deu através, até o senhor refere... ou o Governo procurou uma aproximação com o senhor, isso é uma conversa que nós ainda vamos poder apurar. Mas o seu caminho foi o José Dirceu. Por que o senhor... Ou o senhor tentou uma aproximação com o Gushiken? Ou isso não seria possível pela história pregressa?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não. Nós tentamos um contato com o Ministro Gushiken, mas era até paradoxal, porque o motivo pelo qual nós desejávamos a aproximação, se assim o senhor disser, era para pedir o afastamento. Nós simplesmente não queríamos o Governo envolvido em matéria privada. Então, nós não tínhamos o interesse de obter do Governo qualquer tipo de favorecimento ou vantagem. Pelo contrário, a situação que nós estávamos era de estarmos sendo hostilizados ou discriminados em todas as instâncias. Todas as decisões da Anatel foram contra nós. Nós tivemos uma situação em que o Cade, por exemplo, deu uma decisão, que era a nosso favor, por cinco a zero e, um mês depois, reverteu de zero a cinco. Então, o padrão era muito constante de sentir que existia uma força maior intervindo sobre as instituições. E o que nós estávamos pedindo apenas, ou querendo, ou pleiteando, era que não houvesse, era que deixasse a parte privada resolver o assunto de acordo com o que estava contratado.

Não que eu ache que o contrato original feito com os fundos de pensão conosco tenha sido ruim para os fundos de pensão. Aliás, o curioso é que há uma grande disputa hoje em relação às iniciativas (*Falha*

na gravação.) que nós adquirimos para os fundos de pensão. E os fundos de pensão tiveram inúmeros e vultosos prejuízos em vários investimentos, e não tenho notícia de uma ação judicial nem de uma interferência do Governo na tentativa de obter o ressarcimento ou tentar minorar as causas dessas perdas.

No caso das empresas que nós temos, que são empresas lucrativas, tem uma disputa muito forte. Então, me parece mais uma disputa de interesses do que uma tentativa de restabelecimento de direitos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Uma...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Esgotado o prazo de V. Ex^a, Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É uma pergunta final, uma pergunta final bem objetiva. O senhor conseguiu parcialmente os seus objetivos e, de certa maneira, não funcionou muito a aproximação por conta dos desdobramentos que houve. A pergunta é: o senhor acha que poderia ter sido vítima da situação do bate-e-assopra? Ou seja, havia o indício de haver um jogo duro em cima para chamá-lo para conversar? O senhor poderia dizer que poderia ter sido tentado esse tipo de processo dentro do Governo Lula?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Olha, eu...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu só justifico, para concluir, e agradeço, Presidente Asdrúbal. Porque nós já identificamos que o tráfico de influência foi uma constante nesses dois anos e meio. Esse é um problema nosso, nós é que estamos identificando aqui. O senhor não precisa dizer isso, mas eu quero lhe perguntar se poderia ter sido uma das razões pela forma como o processo foi conduzido com as teles.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu senti mais um bate-bate do que um bate-e-assopra, mas a conversa que nós tivemos, a segunda conversa que eu tive com o Ministro Dirceu, em que eu mostrei para ele que estava havendo interferência indevida e injusta do Governo, e que ele concordou comigo, nenhuma consequência aconteceu disso. Quer dizer, tudo continuou do jeito que estava.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Obrigado, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Obrigado, Presidente.

ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Deputado acreano João Correia.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhor depoente, agora, neste momento, a Comissão está mais ou menos esvaziada, por conta do lanche, mas a temperatura estava muito elevada ainda há pouco, muito elevada,

e eu suspeito que esse calor seja dado pela importância do nosso depoente. Quer dizer, em primeiro lugar, que esse assunto é muito árido, muito difícil para que a média do povo brasileiro compreenda. Agora, a correspondência é de que a importância do peso é inversamente proporcional à aridez da exposição. Eu fiquei muito triste quando o senhor explicou por que pediu o **habeas corpus**. Eu esperava que V. S^a tivesse pedido o **habeas corpus** porque os Congressistas o colocariam diante de situações tão graves e tão difíceis que V. S^a tivesse que recorrer ao direito de não se auto-incriminar. Mas, ao que me parece, foram motivos de outra natureza, como, por exemplo, a questão das vinculações internas, dos segredos internos das empresas que V. S^a dirige, ou das quais participa.

Mas, Presidente, eu queria colocar mais uma questão, antes de entrar no debate, porque ela tem sido recorrente. Na segunda reunião dessas duas Comissões, o Deputado Maurício Rands, do PT de Pernambuco, figura muito fidalga e gentil, quando fomos ouvir aqui o sócio do Sr. Marcos Valério, fazia sempre referência à questão do PSDB de Minas Gerais e do PT atual, a questão do envolvimento de caixa dois, de dinheiro, de recursos para o financiamento de campanha. E eu tive uma conversa rápida com o Deputado Rands, que, bom marxista que certamente é, estudou muito a teoria da acumulação de capital, e lhe disse o seguinte: o PSDB de Minas Gerais na verdade funcionou como uma espécie de reprodução simples de capital, para a questão da irrigação desses recursos de campanha. No caso do PT, hoje, realmente, é uma reprodução ampliada de capital, como muito bem ensinava o velho barbudo. Mas eu gostaria de colocar – agora, entrando diretamente no assunto – alguns pontos que a mim passaram a interessar. É lógico que o senhor é um personagem muito relevante, porque o Estado brasileiro foi privatizado e V. S^a foi um personagem de fato muito importante nesse processo, que repassa para mãos privadas robustíssimos recursos pelo peso que o Estado nacional tinha até então construído ao longo de décadas, até de século. Então, acho que essa é a razão de fato da temperatura elevada aqui nesta Comissão. É porque, na verdade, os interesses que V. S^a passou a expressar são infinitamente grandes, incomensuravelmente grandes.

Então, eu gostaria de colocar, de repassar, inicialmente, a questão dos fundos de pensão. Vou terminar a questão e deixar um pouco mais de tempo para o senhor explicar de uma vez por todas essa questão da Kroll, e eu vou tentar explicar por quê. Em relação à questão dos fundos de pensão, o Ministro Gushiken passou a ser a expressão – quero perguntar ao senhor se isto poderá proceder – de um interesse que

os acadêmicos da USP, especialmente Chico de Oliveira, chamam de “os ornitorrincos”, aqueles que nem são patrões nem tampouco são empregados, que, no Governo anterior, eram – digamos assim – tutorados ou comandados um pouco por V. S^a. E eu me refiro aí, no caso, aos fundos de pensão.

O Dr. Sérgio Rosa, aqui, na Comissão do Mensalão, foi ouvido pela segunda vez e disse que, naquele assunto específico, em que a Previ comandou mais dois ou três fundos – acho que a Funcef e o Petros – e que redundou numa aliança com o Citibank, os recursos que eles adquiriram, a participação societária que lhes dava o comando, foram também oferecidos por V. S^a ao Citibank. Isso dito por representantes do Citibank, ou seja, eles diziam que era tão legítimo que o senhor mesmo tinha feito uma proposta análoga.

Bom, a terceira questão – e aí eu gostaria que o senhor pudesse, com a permissão do Presidente, depois fazer algumas observações para que eu então possa ir para a parte mais final – é a seguinte: o senhor teria buscado, e já disse isso aqui, teria tentado de balde uma audiência, um contato com o Ministro Gushiken. Foi recebido por duas vezes pelo Ministro José Dirceu. Nessa audiência, pelo menos na primeira, pediu a não-interferência do Estado num confronto que era de natureza privada. E a imprensa dá conta também, um pouco, que o próprio Ministro Palocci também se perfilava junto a José Dirceu nessa idéia de que houvesse um *laissez-faire* nesse debate, mas que, na verdade, o peso, não do Ministro Gushiken, mas o peso dos fundos de pensão, que provavelmente, de forma legítima, também desejavam ter o comando dos seus próprios interesses, fez com que esses dois Ministros poderosíssimos fossem derrotados.

Então, nessa tentativa, o Sr. Delúbio... Aí vem a primeira questão, em que quero introduzir o Sr. Delúbio: seu contato com o Sr. Delúbio foi feito antes ou depois da conversa com o Ministro José Dirceu?

E, então, para encerrar essa fase inicial da minha inquirição, o senhor, numa reunião instruída pelo Sr. Delúbio, foi até os conselheiros, reuniu-se com os conselheiros, reunião articulada também pela agência SMP&B, na qual o senhor falou por três horas seguidas. E aqui chamou a atenção uma notícia da Agência Estado. Ela diz o seguinte: “Dantas falou por três horas seguidas. Ele se sentia injustiçado. Contou que havia ajudado os candidatos que Sérgio Rosa, o Presidente da Previ, mandara ajudar”. Ou seja, repetindo: “Contou que havia ajudado os candidatos que Sérgio Rosa, o Presidente da Previ, mandara ajudar. Assim, não entendia por que a Previ brigava tanto com ele”.

Eu gostaria que o senhor fizesse algumas observações acerca desse fato e se, nesse último ele-

mento, nós não poderíamos encontrar, digamos, resquícios do próprio mensalão, que é o que está sendo buscado, especialmente a partir das origens, quem corrompeu quem.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Sr. Deputado, estou achando muito curioso, porque essa reunião nunca houve. Eu nunca tive reunião em que falei três horas. Eu até gostaria de saber um pouco mais de detalhes, porque eu não tenho... Eu nunca tive reunião com os conselheiros dos fundos na qual eu tenha falado tempo nenhum. Essa reunião não houve.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Então, a reunião realmente não existiu?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu até gostaria de saber exatamente que reunião. É reunião com fundos? Ou reunião com quem?

O senhor me desculpe a pergunta, mas...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Não, não, mas é claro!

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não houve reunião. Não houve nenhuma reunião em que tenha feito uma explanação por três horas, em que tenha participado...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Então, veja só: “Foi nesse clima que Delúbio intercedeu em favor do banqueiro, pedindo a integrantes do Conselho Deliberativo da Previ que fossem ouvir o que o empresário tinha a dizer. Os conselheiros foram levantas até Dantas por Marcos Valério, cuja agência de publicidade SMP&B tinha conta da Telemig – aliás, de cento e tantos milhões – junto com a DNA, por sua vez também controlada pela Previ”. Então, aí vem que o senhor teria falado por três horas. E teria, então, reclamado que tinha atendido ao Sr. Sérgio Rosa e ele, assim mesmo, era um ingrato.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Olhe que coisa curiosa. Primeiro, eu não tive essa reunião. Os conselheiros dos fundos de pensão nunca tiveram reunião comigo. Eu nunca encontrei o Sr. Delúbio. O Sr. Sérgio Rosa nunca me pediu para fazer contribuições. Eu nunca fiz contribuições a pedido dele. Eu não sei de onde vem isso.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Agência Estado. Se o senhor desejar, posso passar.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – É curioso. Nada disso é verdade. É curioso porque é tanta inverdade de ponta a ponta! Não houve a reunião. Nunca tive encontro com o Sr. Delúbio. O Sr. Sérgio Rosa sempre teve uma posição contrária a nós, quer dizer, não seria natural que ele tivesse nos pedido para fazer algum tipo de contribuição. De fato, não pediu. Nós não fizemos. Daí, não tem... Desse assunto aí não tem nada.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Das anteriores, por favor?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – A tentativa de conversa com o Sr. Gushiken não foi propriamente minha. Foi de uma pessoa que trabalha comigo, que achou que, de repente, se pudesse ter um encontro com Gushiken, explicar o assunto, que esse assunto poderia se atenuar. Chama-se Maria Amália, e tentou uma conversa com o Ministro Gushiken, mas não foi atendida.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Acerca da oferta ao Citibank de valores análogos aos da oferta que os fundos de pensão fizeram?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não. Nós fizemos uma oferta ao Citibank, mas uma oferta diferente, que era uma oferta de compra. A oferta dos fundos é uma oferta de garantia de preço. A diferença da oferta de compra é que, na oferta de compra, se houvesse uma posterior valorização por algum tempo, o lucro dessa valorização acabaria pertencendo ao comprador. A oferta dos fundos, ela dá uma garantia de preço. Quer dizer, na garantia de preço, se houver uma valorização, o Citibank, na verdade, fica com toda a valorização. Se houver desvalorização, os fundos de pensão ficam. Então, ela não era uma oferta exatamente igual.

Agora, gostaria de ressaltar que fizemos inúmeras ofertas aos fundos de pensão, de compra da participação dos fundos, com pagamento em dinheiro, e os fundos de pensão nunca se sensibilizaram com essa proposta, como na data que reporte da conversa com o Carlos Casseb, em que eu disse: “Por acaso, vocês teriam interesse na venda da participação?” E ele, no fundo, em síntese, respondeu que não.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, passo à segunda fase da minha inquirição.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Faltam dois minutos para a conclusão do seu tempo.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Apenas dois minutos? Nesse caso, vou ter de deixar outra pergunta, que a mim é muita cara, e vou oferecer oportunidade ao senhor de falar acerca da Kroll, não sem antes utilizar, Sr. Presidente, mais ou menos trinta segundos para expor um pouco a questão da Kroll.

O jornalista Luiz Maklouf Carvalho, do jornal **O Estado de S.Paulo**, diz, em entrevista, que a Brasil Telecom pagou à Kroll mundial cerca de US\$6 milhões por ano. Isso foi confirmado pelo Presidente da Kroll brasileira, o Sr. Eduardo Sampaio. Isenta a Kroll brasileira disso. A transação teria sido feita exatamente com a Kroll mundial. Na verdade, Sr. Daniel Dantas, a Kroll prestou de fato serviços importantes. O senhor

citou muito bem esses serviços. Creio que ela foi contratada pelo Senado da República naquela operação que desvendou algo sobre o PC Farias.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Exatamente. Acho que ela foi contratada pelo Congresso também.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Anões do Orçamento também. Mas ela também tem alguns momentos nem tão edificantes, como, por exemplo, quando alguns arapongas da Kroll, segundo consta, foram presos pela Polícia Federal quando seguiam o então Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, que foi confundido por eles com Andrea Calabi, representante da Telecom naquele caso rival da empresa de V. S^a.

E especialmente também, digamos assim, a Kroll deu uma grande mancada, para usar um termo popular, quando ela deu por verdadeiro aquele documento, realmente bastante complexo, desmoralizante, o dossiê Cayman, que envolvia, inclusive, o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o saudoso e respeitável Mário Covas, entre outros expoentes da República.

Eu gostaria que o senhor pudesse explicar isso, sinceramente, de uma forma um pouco mais definitiva, até pra poupar tempo do senhor, dos demais inquiridores e da população brasileira.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Claro. Deixe-me explicar o seguinte. Vou só dar um detalhe: quando a Kroll seguiu indevidamente o Armínio Fraga nunca houve nada de Polícia Federal, não houve prisão, não houve nada ali indevido, não.

Quando a Brasil Telecom decidiu contratar a Kroll, ela o fez em Londres. Foi-me reportado de que ela havia feito o contrato. Eu, na época, consultei o Citibank a respeito da Kroll, e o Citi me disse que a Kroll era a melhor empresa do mundo na área. Então, a Brasil Telecom contratou o que havia de melhor. Nem a Brasil Telecom, nem nós pautamos o trabalho da Kroll, dizendo como ela deveria desempenhar as suas funções. A Kroll desempenha as suas funções de acordo com as suas normas e procedimentos e técnicas. Nem nós, do Opportunity, nem a Brasil Telecom temos experiência no ramo de investigações.

Eu não sei exatamente quanto é que a Brasil Telecom pagou pelos serviços da Kroll, mas tenho certeza que não é esse valor. Posso até mandar pedir pra ver, mas eu tenho certeza que não é isso. Se V. Ex^a...

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – É, mas isso é uma notícia no jornal.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Agora, Sr. Presidente, um pouquinho de tolerância. É que, na

verdade, o presidente da Kroll brasileira disse que o faturamento, o dispêndio da Kroll mundial, o recebimento da Kroll mundial por esse contrato é de 1% de seu faturamento de US\$600 milhões, o que significa, por meio da pergunta do jornalista, US\$6 milhões. Lógico, aí é uma questão aritmética.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu não sei. Eu não sei se isso é fato. Não posso testemunhar que sim ou que não. Podia até perguntar, mas não sei se foi.

A contenda era grande; o valor é muito grande. O valor que a Brasil Telecom pretendia recuperar da Telecom Itália pelo superfaturamento na compra da CRT era de US\$250 milhões. Então, justificava algum tipo de custo para tentar recuperar esse valor que ela considerou que perdeu indevidamente, tendo em vista que houve irregularidades nos procedimentos que levaram a essa perda. Por isso ela contratou. E a companhia não tinha nenhuma responsabilidade, como não tem.

O que a Kroll nos informou depois é que não tinha cometido nenhum ato ilegal. Essa é a informação que a Kroll me deu.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Obrigado, Deputado João Correia.

Concedo a palavra à Senadora Heloisa Helena.

A SRª HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, primeiro dizer que sessões como esta são extremamente interessantes. Eu acho que essa sessão é absolutamente educativa. Fora os ataques de alguns parlamentares-rato... Aqui não tem rato?! Rato é assim: além de roubar, finge-se de manso...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Senadora...

A SRª HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Não, não, não. Deixe-me terminar, Deputado Asdrubal...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Solicito a V. Exª...

A SRª HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Deputado Asdrubal, por favor. Deputado Asdrubal...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* que use os termos regimentais de cortesia; não use a descortesia.

A SRª HELOISA HELENA (PSOL – AL) – Mas, Deputado Asdrubal, o rato é um animal como outro qualquer, está no dicionário, no Aurélio; não tem nenhum problema. Eu só estou dizendo que até na natureza é assim: na natureza, há pessoas que têm comportamento de leão; há pessoas que têm comportamento de onça... Até na natureza é assim.

V. Exª sabe que, até nos limites do Regimento, eu posso achar um certo termo chulo, e outra pessoa

pode não achar. A sociedade acha que a maior lama do Congresso Nacional é a corrupção e não um termo que um ou outro possa ter usado. Então, a única coisa, a coisa mais bela que o Parlamento tem é justamente a imunidade do *parlar*, do falar.

Mas esta sessão é uma sessão muito interessante, porque o debate sobre o Sr. Daniel Dantas eu acompanhei há muito tempo, quando era militante do PT. É uma coisa impressionante. Eu realmente fico impressionada com algumas coisas que eu vi hoje aqui e algumas coisas especialmente que eu observei durante esses dois anos e meio de Governo.

Por quê? Porque algumas questões que foram aqui colocadas pelos Deputados da Base de bajulação do Governo não eram coisas novas. Durante toda a minha militância no PT, eu sempre ouvi falar sobre V. Sª. V. Sª era meio como o Lúifer, o gênio do mal, alguém preparado para todas as piores coisas, ardisos, para tudo aquilo que, na minha opinião, é da essência do capitalismo: a chantagem, o suborno, a espionagem, a corrupção. Só que a imagem que eu tinha de V. Sª é a mesma que eu sempre tive – e tenho – do Sr. Henrique Meirelles também. Então, o que para mim é a expressão da excrescência do capitalismo é a mesma coisa: o Sr. Henrique Meirelles, indicado pelo Presidente Lula como Presidente do Banco Central... Para mim, é tudo a mesma coisa.

Agora, estou impressionada mesmo é que algumas coisas sejam colocadas aqui como sendo novidades de agora, porque eu me lembro, com a mais absoluta clareza, do nosso querido ex-deputado Milton Temer, Deputada Zulaiê.

O ex-deputado Milton Temer, quando era Deputado do PT, fez inclusive representações, tentou com a autoridade monetária das Ilhas Cayman, tudo isso sobre V. Sª. E, aliás, essas coisas que os parlamentares aqui disseram, inclusive na época em que o Deputado Milton Temer era Deputado Federal pelo PT, ele disse que a pessoa que dava legitimidade às informações dadas pelo Sr. Luiz Demarco, ex-sócio de V. Sª, era o ex-Ministro Luiz Gushiken.

Então, vejamos: o ex-Ministro Luiz Gushiken dizia para o ex-Deputado Milton Temer, à época do PT, que todas as informações... Não há nada, absolutamente nada de novo no que foi aqui colocado por Senadores do PT ou Deputados do PT; absolutamente nada de novo. Tudo isso dissemos durante muitos anos, muitos anos.

O que me impressiona demais, mas muito mesmo, é que são mais de dois anos e meio de Governo Lula e absolutamente nada foi feito. Não consigo entender, porque nós passamos – eu quatro anos de Governo Fernando Henrique; os militantes do PT, oito anos de

Governo Fernando Henrique... Depois do processo de privatização, eu não tenho dúvida de que precisaria, por meio de uma auditoria, de uma comissão parlamentar de inquérito, de um procedimento investigatório, dizer que não houve corrupção no Governo Fernando Henrique no processo de privatização. Continuo achando que houve.

O que é mais grave, para mim assustador, é que a cúpula palaciana e vendida do PT e o Governo Lula entreguem um atestado de moralidade pública ao Governo Fernando Henrique no processo de privatização. Não fizeram nada, uma única auditoria, um único procedimento investigatório, CPI, nada. Por quê? Porque precisam do que representa V. S^a, porque precisam do que representa o Governo Fernando Henrique para justificar a corrupção, os crimes contra a Administração do Governo Lula. Isso é que me deixa impressionada. Era a mesma coisa do Governo Fernando Henrique reivindicar, para patrocinar crimes contra a Administração Pública, a carta que Pero Vaz de Caminha encaminhou a Dom Manoel, pedindo que ele fizesse tráfico de influência, porque já lá tinha. Já lá, quando Pero Vaz de Caminha viu pela primeira vez a Terra de Vera Cruz, mandando contar das belezas da terra a Dom Manuel, disse: “Olha, agora dá um jeitinho naquele meu genro que roubava igreja e dava em padre, para ele sair de São Tomé, na África, e voltar para a Corte Portuguesa”.

Então, justificar a corrupção do passado para implementar o banditismo no presente, eu não consigo acreditar que vejo essas coisas. Eu, sinceramente, não consigo acreditar... Não sei como não foi montado um único procedimento em relação a V. S^a pelo Governo Lula!

Eu não sei como o grupo que V. S^a representava pagou hospedagem e comidinha para o filho do Presidente Lula! Eu não sei como o filho do Presidente Lula conseguiu ser sócio de cinco milhões na Telemar, que por sua vez... Quantas vezes, Deputado Osmar, eu quase me pegava de tapas naquela Comissão de Assuntos Econômicos, com alguns Senadores – que hoje estão na base de bajulação do Governo – que falavam da filha de Lula, que morava no apartamento da filha de um determinado empresário, na Europa.

Eu só faltava ter ataques em relação a essas pessoas, mas, depois, descubro que é justamente o pai da dona do apartamento que possibilitou, por ser um dos mais importantes da Telemar, que o filho do Presidente Lula – que não tinha nada, apenas quarenta mil no papel – virasse sócio de uma empresa de cinco milhões.

Isso, para mim, é absolutamente surpreendente. Eu não consigo entender! A paixão nos cegou a

ponto de não sermos capazes de identificar o quanto essas pessoas já eram corruptas. Estou entre aqueles que dizem que o poder não muda as pessoas, o poder as revela.

Agora, V. S^a já deveria ter sido investigado por este Governo se este não fosse um governo corrupto e vendido. Já deveria ter investigado V. S^a e a privatização do Governo Fernando Henrique. Agora, não o fez.

Quanto ao processo dos fundos de pensão, de privatização, de outras coisas mais eu queria que o governo tivesse coragem de abrir um procedimento investigatório, e a base de bajulação do Governo, que é maioria, tivesse coragem de abrir uma CPI. Agora, isso é outro debate. Não é por isso que V. S^a está aqui.

V. S^a está aqui para nos falar – e eu não acredito que diga – sobre a questão da fonte da água suja que movia o moinho do mensalão. É por isso que a reunião é conjunta: é a Comissão dos Correios, que analisa o gestor operacional dos Correios e as gangues partidárias... E quando digo “gangues partidárias”, não generalizo para todos do PT nem todos do PTB, nem todos do PMDB. Mas eram as três gangues partidárias que atuavam dentro dos Correios, em conluio com empresários apaniguados pelo Palácio do Planalto, que, por sua vez, moviam o “propinódromo”, que girava o moinho do mensalão. Aí vinha dinheiro podre e sujo do narcotráfico. Aliás, o maior lavador do dinheiro sujo do narcotráfico é o Sr. Henrique Meirelles, do Bank Boston, que é a maior lavanderia da América Latina.

Vinha dinheiro sujo do narcotráfico, porque era dinheiro absurdo para cima e para baixo. Eu nunca vi tanto dinheiro assim. Era o dinheiro que pagava Parlamentar. Os Parlamentares...

V. S^a, que está aqui, veja que sujeira, porque havia Parlamentares envolvidos em coisas absurdas. Se o capitalismo é podre, Deputado Osmar Serraglio, existem coisas aqui com as quais eu fico impressionada por ver e identificar. Ouvir uma menina pobre, submetida à prostituição, dizer que parlamentar tal estava lá, no dia em que iria receber o dinheiro público roubado, no mensalão, comemorando. Em quatro andares estavam as pobres meninas submetidas à prostituição. Os Parlamentares jogavam dólares para as meninas pegarem com a boca, como se fosse uma simplória mercadoria a serviço de uma canalha, de uma gentilha que aqui está representada como se fosse Parlamentar.

Como nós podemos ter serenidade com um negócio desses? Como podemos? Eu só queria ver qual seria o Deputado ou Senador que, se alguém entrasse na sua casa e roubasse tudo que tem, estuprasse sua filha e negociasse a dignidade dos seus filhos, iria ficar calmo. Não iria ficar calmo. O problema é que o espaço público é tratado como se fosse um negócio pessoal, o

quintal, o jardim, a caixinha de objetos pessoais, que eles manipulam a serviço das quadrilhas, dos bandos. Isso realmente é uma coisa impressionante!

Então, quero que V. S^a tente nos explicar como é que foi incluído... Não estou falando, volto a repetir, daquilo que não tenho dúvida, e só uma CPI me mostraria o contrário, só o Banco Central, se não fosse da turma da lavagem do dinheiro sujo do narcotráfico e do capital financeiro, poderia ter tido a coragem de investigar e não teve. O Presidente Lula não teve a coragem de fazê-lo; acobertou, por omissão e cumplicidade, o Governo Fernando Henrique, e o Sr. Henrique Meirelles não teve.

Então, que V. S^a...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Senadora, quatro minutos.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – ...possa disponibilizar informações a respeito disso.

Um dia, mais cedo ou mais tarde, sobre essas coisas de fundos de pensão, de privatização, vai ter alguém com coragem, que, por não ser da quadrilha ou por não querer criar uma nova quadrilha, não se submeta à covardia ou à omissão de acobertar as quadrilhas anteriores.

Em relação ao Sr. Marcos Valeiro, o senhor é visto como uma das fontes do “valerioduto”. Dizem até, segundo algumas perguntas que estavam sendo preparadas por alguns Parlamentares da base de bajulação – e, por coincidência, me passaram –, que o senhor é o criador da criatura; essa criatura que era tratada como amor primeiro pela cúpula palaciana e vendida do PT. Não por todos os Parlamentares, porque há aqueles que ficam até enauseados com esse banditismo. Há outros que não ficam nauseados, evidente, porque estão lá se lambuzando no banquete farto e podre do poder.

Todavia, o senhor tem que dar algum esclarecimento, porque não é possível que seja simplesmente um delírio persecutório ou alguém que inventou uma história sobre como que isso realmente foi feito.

Um dia, mais cedo ou mais tarde, as outras coisas realmente vão sair: Kroll, espionagem, suborno, chantagem, tudo isso que, não tenho dúvida, é da essência da estrutura do capitalismo. Não tenho dúvida disso!

Mas, em relação a Marcos Valério, disponibilize alguma informação. Sobre o mensalão, ouviu falar o quê? Como é que o senhor entra nessa história?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Primeiro, deixe-me explicar a V. S^a que eu recomendaria que fosse feita uma CPI sobre a privatização. Com uma CPI das privatizações, muitas coisas poderiam ser esclarecidas. Têm dito que eu tenho medo, que sou contra. Se os senhores, por acaso, resolverem insta-

lar uma CPI da privatização, podem me convidar para ser o primeiro.

No meu entendimento, parte da resposta sobre o porquê de o PT não ter feito nada em relação a todas essas acusações que esse ex-empregado do Opportunity, já desmentido, anda inventado, está em que nada disso é verdade. Repito: não é verdade! Como também essa ligação que querem me atribuir com o Marcos Valério, no meu entender, tende mais a distrair do que a explicar.

Não é razoável que alguém que tenha sido atrapalhado, hostilizado e perseguido seja o alimentador. É muito mais legítimo e razoável, muito mais provável que seja alguém que foi beneficiado. Não há um indício de beneficiamento.

A senhora mesmo tem citado que já era anterior essa atitude do PT em relação a mim. Que motivo, então, eu teria em tentar viabilizar algum tipo de operação que pudesse ajudar o partido que estava me atraindo? Isso não faz sentido. Não faz sentido algum.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas, em relação ao Governo anterior, o senhor, de alguma forma, conhecia Marcos Valério? Fazia alguma coisa ou tinha alguma relação promíscua em relação a isso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não conhecia Marcos Valério. O meu trabalho sempre foi eminentemente privado, e o Governo anterior também nos atrapalhou. Se tivermos tempo para descrever esse leilão da Telebrás, os senhores verão que a intervenção do Fernando Henrique era contra uma articulação outra que estava acontecendo em benefício de outro grupo; porém, essa era uma questão demorada e lenta.

Não recebemos benefício de governo nenhum, e esse não é o meu trabalho. Com essas empresas todas, chegamos a ter cinquenta mil pessoas trabalhando conosco.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Senadora, expirou o prazo de V. Ex^a.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pois não; estou já acabando, até porque, de alguma forma, será quebrado o sigilo bancário, fiscal e telefônico...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Mas se ele desejar fazer essa explanação ao final, a Mesa aceitará que ele a faça.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P – SOL – AL) – É claro. Além do final, o caso específico da quebra de sigilo acontecerá de qualquer jeito.

Só para terminar mesmo, Sr. Presidente, há uma coisa que é impressionante e até interessante: ouvir um banqueiro cometendo erros de Português.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Me desculpe.

A SRª HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – V. Exª cometeu erros de Português.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu vi.

A SRª HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Digo isso porque há uma coisa elitista e preconceituosa, sob o ponto de vista do acesso ao Português, em relação ao Presidente Lula, mas não é esse o problema de Sua Excelência. O problema de Sua Excelência é que, infelizmente, tornou-se igual a V. Sª em sua aspiração pelo capitalismo, em toda essa forma, realmente, horrorosa de lambuzar-se no banquete farto do poder. Então, o defeito de Sua Excelência é esse. Para vermos, que um banqueiro comete erros de Português que um operário também comete.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Nunca fiz nenhuma crítica ao Presidente Lula por ser operário. Para falar a verdade...

A SRª HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não estou falando de V. Sª.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Tenho uma grande admiração por um operário que chegou ao poder.

A SRª HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E agora é que tem que ter muito mais. Realmente se igualam nas concepções e na forma de parasitar e privatizar o aparelho do Estado. Portanto, não estou dizendo que V. Sª nada tenha afirmado em relação a essa questão o linguajar. Sei que não foi. Refiro-me a outros parlamentares.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço a V. Exª, Senadora.

Concedo a palavra ao Deputado Wladimir Costa. (Pausa.)

Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Araújo.

V. Exª dispõe da palavra pelo prazo de até 15 minutos.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Daniel Dantas, depoente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, não vou fazer uma retrospectiva raivosa para não cometer indelicadezas, como foi feito pela Senadora Heloísa Helena. Na verdade, não engrandecemos esta Casa. Quando trazemos um depoente, queremos saber tecnicamente algumas coisas, queremos investigar o que interessa a esta Casa e não atingir ou menosprezar as pessoas que vêm até aqui prestar depoimentos para esclarecer fatos que interessam a esta Casa.

Vou direto ao assunto, Dr. Daniel Dantas. Só o fato de V. Sª ser baiano já me faz ser simpático, embora não o conhecesse – só o conheci hoje pela ma-

nhã. As pessoas têm medo, aqui, de dizerem que são amigas. Não sou amigo de V. Sª, não o conhecia, mas sou amigo de uma pessoa que trabalha com V. Sª. Falo do Sr. Carlos Rodemburgo, que é meu amigo. Não me envergonho disso. Ao contrário, é uma grata satisfação tê-lo no rol dos meus amigos.

Portanto, fiz um pequeno preâmbulo, que não agrediu ninguém, ao contrário de outras pessoas. V. Sª menciona aqui, claramente, que não faz gerência direta em suas empresas. É o Presidente da *holding* e quer resultados. Creio que V. Sª está completamente certo. Assim deveriam agir os fundos de pensão ao fazerem seus investimentos: quererem resultados – se os resultados são positivos, ótimo – e não quererem gerir diretamente as empresas nas quais fazem seus investimentos. É lógico que, se essas empresas dessem prejuízos, V. Sª iria interferir e trocar os executivos para que dessem lucros.

Pergunto-lhe: o Citibank e os fundos de pensão tiveram algum prejuízo nas suas aplicações na Brasil Telecom durante sua administração, ou seja, quando V. Sª foi responsável pela direção da companhia?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – A Brasil Telecom – só para se ter uma idéia, Sr. Deputado – , quando foi comprada, tinha, mais ou menos, uns R\$200 mil em caixa; hoje, tem R\$2,5 bilhões.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Então, V. Sª crê que o fundo de pensão queria gerir, queria interferir, diretamente nessas empresas em razão do quê? Desse resultado positivo?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, a minha...

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Qual a sua concepção?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Tudo que aconteceu no passado tinha sido sempre a tentativa dos fundos de pensão de transferir o controle da estrutura que tinha contratado conosco, e da qual inclusive fazia parte, para outro investidor. Houve épocas que foi o canadense; houve épocas que foi o italiano, mais recentemente há sinais que teria sido a Telemar.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Houve algum prejuízo para os fundos de pensão em alguma das empresas geridas pelo Opportunity?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, senhor.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Só teve resultado positivo?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O resultado de todas as empresas são positivos.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – De acordo com a imprensa, o Citibank mandou a Brasil

Telecom contratar a Kroll e acompanhou os trabalhos de investigação. Isso é verdadeiro?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não é verdade que o Citibank tenha mandado a Brasil Telecom contratar a Kroll; a contratação da Kroll foi uma iniciativa da Brasil Telecom. O Citibank estava informado de que a Brasil Telecom contrataria a Kroll e teve contatos com a Kroll, porque queria saber do que a Kroll poderia lhe informar a respeito da situação que estava enfrentando.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – O ex-presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, trabalhou para o Citibank antes do meu governo, isso é verdade, o senhor tem conhecimento disso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Tenho conhecimento que ele trabalhou para o Citibank e depois foi desligado.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Dois sócios da Angra Partners, atual gestores dos interesses do Citibank na Brasil Telecom, também trabalharam no banco?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Dois sócios da Angra trabalharam no Citibank.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – A que o senhor atribui essa onipresença do Citibank?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, eu não tenho como... O Citibank é um banco grande. Eu acho que é provável que... Não acho que seja onipresença, não; acho que o Citibank é apenas um banco muito grande e é possível que pessoas tenham saído de lá e tenham ocupado alguns postos.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Na vinda dos representantes dos fundos de pensão a esta Comissão, eu fiz uma pergunta que ficou sem resposta. Fiz uma pergunta exatamente ao Sr. Sérgio Rosa, a fim de saber se ele tinha conta no exterior, e ele – como eu fiz outras perguntas – não me respondeu; ficou sem resposta. O senhor tem conhecimento se o senhor Sérgio Rosa tem contas no exterior?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, eu não tenho conhecimento se o Sr. Sérgio Rosa tem conta no exterior.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Não tem conhecimento.

O senhor tem colocado que pessoas do Governo, principalmente o ex-ministro Luiz Gushiken, andaram – e o senhor deixou claro – interferindo nos negócios, não na sua empresa diretamente, mas de alguma forma que vieram a prejudicar. E V. S^a colocou que várias vezes tentou, junto ao Governo, pedir para que eles não interferissem, ou seja: já que você não pode ajudar, não atrapalhe, não queira interferir nos negócios das empresas, já que iam bem e que os fundos de

pensão, que estavam aplicando nas suas empresas, também iam bem, os resultados eram bons.

Está correto o que deparei das explicações dadas por V. S^a?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O nosso objetivo, em todas as vezes que tivemos oportunidade de ter uma interlocução, foi sempre o de pedir ao Governo uma posição de neutralidade.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Eu já trabalhei em governo e aqui há vários Parlamentares que foram governadores, como aqui o ex-Governador César Borges, hoje Senador. Todos, de alguma forma, ficam contentes quando se vai, no caso particular, investir na Bahia, ainda mais quando é uma empresa brasileira, principalmente quando a empresa é baiana. Nós, baianos, ficamos satisfeitos querendo que isso aconteça. Logicamente nós queremos qualquer empresa, as multinacionais também; mas, quando é brasileira, a satisfação é muito maior, porque se trata de um investimento brasileiro, de uma empresa brasileira. Já o que vejo aí, neste Governo, é que não; é o contrário. Quando se trata de uma empresa brasileira que quer investir, que está trabalhando, que está gerando bem as coisas há perseguição e admoestação. Tudo isso vem acontecendo e ficou claro aqui. Lógico que o senhor não é nenhum santinho, todos sabemos que não é santo, mas não demonstrou ser – ninguém, por mais que quisesse não conseguiu pintá-lo assim – o diabo. O fato de o senhor ganhar dinheiro, acho, é uma virtude, não um defeito. Saber ganhar dinheiro não é defeito, lógico que dentro da legalidade, é muito bom para o Brasil.

Fico impressionado como as pessoas – não sei se por ganância ou inveja – querem combater esse tipo de coisa. Lógico que se o senhor está dentro da legalidade e não constituiu nenhum ilícito, não há problema. Embora quisessem atribuir processo disso e daquilo, não vi nada, Sr. Daniel Dantas, que o senhor tivesse colocado aqui que toda a imprensa não soubesse e que nós não soubéssemos.

Portanto, fico tranquilo porque não conseguimos arrancar nada do senhor. O **habeas corpus** que o senhor trouxe entendo que não era em função desta comissão porque ninguém veio aqui, saiu preso ou foi ameaçado de ser preso. O senhor se precaveu, e não tinha nenhuma necessidade porque nenhum parlamentar iria fazer nenhuma pergunta que o obrigasse a revelar segredo da sua empresa para os concorrentes. Tenho certeza de que não tem nenhum parlamentar aqui que esteja a serviço de alguma empresa. Todos os que estão aqui estão querendo saber a verdade, o envolvimento das pessoas, o que vem acontecendo com as coisas que estão passando no Congresso.

Quero encerrar as minhas perguntas ao Sr. Daniel Dantas dizendo que infelizmente o senhor não teve o tempo suficiente – o senhor deveria ter feito no início da sua explanação – para explicar o rumoroso caso das privatizações da telefonia. Conheço um pouco porque fui do ramo, fui diretor de uma empresa de telefonia durante nove anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, tivemos, antes de mim, vários oradores, e hoje, neste meu primeiro mandato, pude presenciar o que para o povo brasileiro foi o dia mais triste que houve para o Congresso Nacional. Tivemos, nesta CPMI, a convocação do Dr. Daniel Dantas, que, como já foi dito aqui por outros oradores, de dez transações importantes no Brasil, há suspeita de que ele tenha participado das dez. Vimos, nesta Casa, Deputados e Senadores digladiando para defender o Daniel Dantas.

No início desta sessão, me envergonhei com alguns colegas chamando um e outro, fazendo cochicho até por debaixo da mesa, reuniram-se no banheiro para montar uma estratégia para blindar o Sr. Daniel Dantas.

A minha vontade seria inquiri-lo perguntando quantos Deputados e Senadores o senhor conhece, quantos Deputados e Senadores o senhor ajudou financeiramente e politicamente com recursos declarados ou por meio de caixa dois, o que, como estamos vendo, é muito comum nesta Casa?

Saí agora do plenário do Congresso Nacional, onde o Presidente Severino Cavalcanti, com um discurso melancólico, se despediu de suas funções de Deputado e de Presidente desta Casa. Vimos o Vice-Presidente Thomaz Nonô determinar à Segurança que descesse os cacetetes em alguns estudantes que estavam gritando: “Mensalão, não; mensalinho, também não; nós queremos dinheiro para a educação”. Estão certos os estudantes. Têm que parar com o mensalinho e com o mensalão, porque o recurso é para a educação.

Ouvimos falar aqui de recursos absurdos. Talvez o povo que verá as páginas dos jornais amanhã a televisão hoje à noite não imagine que existam tamanhos recursos administrados pelo Sr. Daniel Dantas dos fundos de pensão, recurso público do Governo, dos funcionários públicos, que têm dinheiro de fundo de pensão. Alguém perde, mas o Sr. Daniel Dantas nunca perde.

Eu gostaria de inquirir V. Sª sobre que mágica o senhor faz para, às vezes, com apenas 1% de capital,

praticamente sem dinheiro, controla todos os fundos de investimento neste País. Que mágica é essa? Gostaria de saber se V. Sª não tem contato com o Ministro José Dirceu, não tem contato com as áreas do Governo. Eu tenho uma relação que mostra que o irmão de V. Sª, que é o responsável pelos contatos políticos, esteve seis vezes na Presidência da República, esteve reunido com o Marcos Valério, esteve reunido dentro do Diretório do PT aqui em Brasília. Queremos saber o que leva as suas empresas a colocarem R\$145 milhões nas empresas de Marcos Valério. Se V. Exª quiser por bem destinar a esta CPI as cópias das notas fiscais e os planos de mídias de R\$145 milhões gastos dentro da empresa do Sr. Marcos Valério, nós agradeceremos.

Sr. Presidente, vou me solidarizar com a população brasileira. Hoje é um dia de tristeza, de agonia e de luto. Acho que há um movimento feito nesta CPI para blindar o Dr. Daniel Dantas e suas informações. Há Deputados com dossiês guardados para preparar defesa. Perguntas foram levantadas simplesmente para que o senhor pudesse responder e ficar bem perante a sociedade em relação a denúncias feitas pela imprensa, principalmente pela revista **Capital**.

Sr. Presidente, Srs. Relatores, acho que a reunião de hoje não foi proveitosa, primeiro porque reunimos aqui duas CPIs. Reunimos aqui a mais pura nata dos governistas e dos oposicionistas. Tivemos vários embates desproporcionais que não levaram a nada.

Tenho aqui a relação de corretoras e matérias que comprovam que a maioria das coisas que V. Sª disse aqui não correspondem à verdade. O senhor está amparado por um **habeas corpus**.

Também lamento profundamente o que está fazendo a Justiça brasileira. O povo brasileiro deve estar chateado principalmente com esses desmandos que o Poder Público está fazendo, gerenciando dentro desta Casa parlamentar. O Presidente do Supremo Tribunal Federal não é um juiz togado e tem pretensões políticas de candidatar-se até a Presidência da República, de onde todos os dias chove nesta Casa mandados de segurança para proteger as pessoas que aqui vêm depor ou então que aqui vêm relatar.

Os meus questionamentos serão, eu sei, evasivos, não serão respondidos. Diante desse dia memorável de tristeza para o povo brasileiro, eu não vou inquiri-lo, mas, se o senhor tiver tempo – e é o direito de V. Sª responder –, eu estou protocolando agora na CPMI dos Correios uma nova convocação para que V. Sª venha num plenário mais tranqüilo, talvez mais preparado, num dia de menos conturbação, para explicar tecnicamente as indagações de alguns colegas e principalmente os meus, que estão aqui guardados e que acredito que vão ser aprovados. Quem sabe,

V. S^a venha sem um mandado de segurança e, quem sabe também, se V. S^a impetrar, a Justiça brasileira dê a liberdade necessária para que esta Casa possa legislar, principalmente dentro da sua CPML.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Nobre Deputado Carlos Willian, V. Ex^a fez uma denúncia de extrema gravidade, que jogou todos os integrantes das duas Comissões no livro da dúvida. A nossa honorabilidade está em jogo, porque V. Ex^a diz que há um movimento dentro das Comissões para blindar alguém que vem aqui para prestar informações. Então V. Ex^a tem a obrigação e o dever de nominar, sob pena de nos colocar, a todos, sob a dúvida de toda a população brasileira. V. Ex^a tem todo o direito de se omitir, até porque é responsável pelas suas opiniões, palavras e votos, mas gostaria que houvesse um pouco mais de sensatez ao se fazerem certas denúncias porque elas repercutem contra a imagem do nosso Poder, da nossa Casa e da nossa Comissão.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – V. Ex^a, Sr. Presidente, que tem dirigido muito bem esta Casa, essas informações que dei estão nitidamente visíveis pelas fitas dos desgastes que houve aqui, das discussões pessoais com Deputados de Oposição e governistas, pelas perguntas que foram feitas. Isso não está sendo uma afirmação minha, e sim uma opinião minha diante daquilo que todos viram a olhos nus aqui. Eu não posso dar o nome de “a” ou “b” para dizer que essas pessoas estão blindando, mas, se o senhor abrir a palavra para os colegas aqui também participem, todos eles vão – todos eles, não, grande parte deles – estar junto comigo. E o senhor sabe também que vários membros da CPI, uns estão para defender o Governo, outros estão para atacar o Governo, e as perguntas aqui dirigidas são essas.

Há menos de meia hora, quarenta minutos atrás, V. Ex^a estava presidindo – e repito: muito bem – esta reunião, e começamos a ver que o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto começou a falar sobre o filho do Presidente Lula. Aí houve uma confusão no plenário, e queriam que se chamasse também o filho do Presidente Fernando Henrique Cardoso. É briga. É briga, não, é discussão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Respeito a opinião de V. Ex^a, mas eu creio então que foi muito mal colocada porque deixou margem a dúvida quanto a todos os membros da Comissão.

Vamos dar o assunto por encerrado e vamos prosseguir convidando a Deputada Perpétua Almeida. (Pausa.)

Ausente.

Concedo a palavra ao depoente que quer fazer alguns esclarecimentos.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Sr. Deputado, aqui alguns pontos factuais são muito importantes de serem colocados. Primeiro, não tenho nenhum irmão, ninguém do nosso grupo esteve seis vezes na Presidência da República. Já expliquei aqui que não somos administradores da Telemig e da Telenorte; e todas essas notas fiscais são – as empresas me reportaram – para pagamentos de publicidade. O senhor perguntou se não seria possível que elas fossem disponibilizadas para essa Comissão. Elas já foram tem mais de um mês; tem mais de um mês que a Telemig e a Telenorte encaminharam, se não me engano, setecentos quilos de documentos a esta Comissão. E todas essas notas fiscais, sem faltar nenhuma, estão aí à disposição de qualquer investigação.

Mas mais interessante é um ponto que gostaria de tocar, talvez o único ponto da nossa concordância em relação ao que foi dito – e se tiver oportunidade vou mostrar que a imagem que o senhor está se baseando a nossa respeito não é verdadeira – é sobre o assunto da educação. Talvez a mais freqüente quantidade de reuniões que tivemos com esse Governo foi com o Ministro da Educação, tentando pedir apoio para um programa do qual as empresas que controlamos participam e que, acredito, deva ser o maior programa de educação privada patrocinado por algum grupo no Brasil.

E vou pedir a liberdade de, quando encerrar essa...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Qual Ministro da Educação, por favor?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O Ministro Cristovam Buarque. Estávamos levando a ele um projeto que fizemos para a Educação, que era um projeto basicamente para tentar aproveitar um pouco da tecnologia gerencial privada e tentar desenvolver práticas de custo mais baixo para que fosse possível educar a um custo menor. Na verdade, de qualquer jeito, mesmo que haja verbas suficientes para a educação, se for possível gastar menos, é sempre melhor.

Temos um instituto de desenvolvimento de práticas onde foi desenvolvido um programa em que basicamente há um pagamento, uma remuneração por cada aluno – aprovado numa prova feita pelo Estado ou por um órgão independente – mas quem ganha é o professor. E o professor ganha por aluno aprovado. Isso criou uma grande motivação; o conteúdo de educação é um conteúdo preparado, um conteúdo de alto conteúdo didático. Você não precisa de proficiência, do ponto de vista dos professores. Então, gostaria de

encaminhar a V. Ex^a, só para que possamos ter algum ponto em comum.

Mas, em relação às outras informações, elas não são verdadeiras, e os dados em relação à Telemig e à Telenorte já estão à disposição desta Comissão há algum tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, cada parlamentar aqui tem o direito sagrado de expressar suas opiniões. E, se algum outro parlamentar achar que foi atingido, entra com uma representação e pede para que possa... Mas é necessário respeitar a palavra de cada parlamentar.

Quero primeiro perguntar ao Sr. Daniel Dantas: o senhor responde a vários processos judiciais, assim tem um gasto muito grande com advogados. Quem paga? É o senhor? É a Brasil Telecom? É a Telemig ou é a Amazônia Celular? Essa é a primeira pergunta.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Posso responder?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pode responder.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Depende de cada procedimento, quer dizer, o Citibank entrou com um procedimento judicial contra nós, em Nova York, e quem paga sou eu. Quando o assunto é da Brasil Telecom, paga a Brasil Telecom. Nesse ataque que sofremos, na tentativa de tomar o controle das companhias, houve situações até paradoxais, por exemplo, os fundos de pensão tentaram dissolver uma empresa, da qual eles eram sócios, e que tinha o controle da Telemig. Essa empresa teve que pagar honorários de advogado para defender os fundos contra os próprios fundos.

Se fizesse uma analogia, é como se alguém quisesse ter dado um tiro no pé e tivéssemos que ter comprado a bota. E agora estão reclamando do custo da bota. Mas, pelo menos, o pé não foi atingido. Então, dependendo de quem seja o alvo do ataque, arca com o seu custo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, no caso, algumas vezes, a Telemig ou a Telecom.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Algumas vezes, a Telemig ou a Telecom.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A Amazônia Celular também.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – A Brasil Telecom tem a expressiva maioria dos custos, porque foi a empresa que sofreu mais. Houve o assunto da CRT, de antecipação de metas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A Newtel pagou, alguma vez, advogado para V. S^a?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, a Newtel pagou vários advogados na defesa dessa tentativa dos fundos de dissolver a própria Newtel. A Newtel era uma associação, entre os fundos administrados por nós, que tinha um recurso dos fundos de pensão. Esses fundos entraram com uma ação pedindo a dissolução da Newtel, que beneficiaria outro sócios – o canadense, a empresa TIW, que já tinha sido citada aqui no passado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Vou fazer uma série de perguntas, que V. S^a responderá no fim.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Então, desculpe-me.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não, essa última foi importante que V. S^a tenha respondido.

V. S^a diz que todas essas decisões tomadas até agora foram contra o senhor, no Governo Lula. Esse fato não é verdade. Por exemplo, a Anatel autorizou que a Brasil Telecom entrasse em operação na rede móvel e obrigou os fundos a saírem da Telemig ou da Telemar. E a CVM aplicou punição pífia contra o Fundo Opportunity. É sobre esse assunto que eu quero falar.

O Fundo Opportunity foi um fundo de investimento criado nas Ilhas Cayman originalmente para captar recursos de investidores estrangeiros. Esse fundo foi criado sob uma legislação que só permitia que houvesse investidores estrangeiros aplicando nesse fundo. Mas ficou provado, em processo concluído na Comissão de Valores Mobiliários, que houve uma ilegalidade nesse fundo. Provou-se que o Fundo Opportunity ofereceu suas cotas e conseguiu vendê-las para investidores brasileiros. Parece mesmo que só há investidores brasileiros nesse fundo.

Muitas pessoas já levantaram até hipóteses de o dinheiro desse fundo ser sujo, ilegal, de pessoas que o teriam enviado esses recursos para as Ilhas Cayman sem registrar essas remessas no Brasil, sem pagar impostos e sem declarar esses investimentos. Algumas pessoas levantaram a suspeita até de que esse fosse o dinheiro de quem ajudou o Opportunity no processo de privatização.

Além da condenação da CVM e de outras suspeitas sobre o Fundo Opportunity, houve também uma descoberta curiosa nos processos que o referido Fundo enfrentou as Ilhas Cayman. Nesse processo que o Opportunity sofreu nas Ilhas Cayman, foi descoberto um esquema em que algumas contas eram identificadas pelo Código nº 368.

As contas identificadas por esse código só poderiam ser modificadas com a autorização da Sr^a Verônica Dantas, que é sua irmã. Parece que o Juiz das

Ilhas Cayman entendeu que essa era uma espécie de fraude, uma forma de anular o direito de cada cotista movimentar livremente suas contas. Esse fato agrava suspeitas sobre o fundo, pois parece que os cotistas estavam presos ao Opportunity.

Mas recentemente ocorreu outro fato muito estranho: uma reportagem da Revista **Exame** revelou que uma das empresas fornecedoras da Brasil Telecom tornou-se investidora desse fundo, numa operação nada comum. Não é comum que uma empresa que presta serviços ou vende equipamentos para a Brasil Telecom venha a virar investidora, ou seja, faça depósitos no fundo do banco que controla a Brasil Telecom. Isso pode parecer uma espécie de pedágio, uma forma de cobrar um por fora.

A falta de transparência quanto ao fato de a Alcatel não ser apenas fornecedora, mas acionista indireta da Brasil Telecom levanta suspeitas de que o investimento era um rebate pago ao Opportunity para que pudesse fornecer equipamentos e serviços às companhias. Aí pergunto: quem são os cotistas do Fundo Opportunity? Existem investidores estrangeiros no Fundo? Há investidores brasileiros? Essa é a primeira indagação a partir das colocações que foram feitas.

Por que existia esse código 368 nas contas? Por que sua irmã controlava essas contas?

Houve distribuição de cotas do Fundo Opportunity a pessoas que ajudaram o Opportunity no processo de privatização?

Quem negociou com a Alcatel o investimento neste fundo?

Quais são os outros investidores do Fundo Opportunity que fornecem equipamentos e serviços para a Brasil Telecom?

O senhor é um banqueiro experiente, de nível internacional. Como permitiu que ocorresse essa falha tão grave na gestão do fundo, levando investidores brasileiros para um fundo que só poderia ter investidores estrangeiros? O senhor induziu esses investidores a erro, sem comunicar a eles a regra do fundo?

Com a venda das ações do Fundo Opportunity, como será distribuído o dinheiro para os investidores? Como eles vão receber os recursos? Eles vão receber a vantagem pelo preço mais alto negociado com a Itália Telecom?

Essas são as questões que eu gostaria que V.ª Sª respondesse. Depois farei outras indagações.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Sr. Deputado, temos no regulamento do Fundo Opportunity que residentes no Brasil não podem comprar cotas do fundo. E a CVM chegou à conclusão de que não tinha residentes no Brasil aplicando recursos no nosso fundo. O senhor falou que não há brasileiros no fundo. Não há

uma restrição a brasileiros, há uma restrição a residentes. Isso é diferente. Não há nenhuma restrição a que um brasileiro residente no exterior possa ter aplicação no Fundo Opportunity. O que existe de restrição do Fundo Opportunity é que residentes no Brasil tenham cotas do Opportunity. O Opportunity é um fundo nas ilhas Cayman e está sujeito às precauções do Financial Action Task Force, que é um organismo internacional que controla recursos internacionais. Os países membros deste Financial Action Task Force, que é o FATF... Um aplicador financeiro não precisa fazer a checagem do recurso se ele vier de um desses países membros, porque se pressupõe que esta checagem já foi feita. O Opportunity só aceita depósitos de países membros desta organização. São os países de primeiro mundo e outros que têm procedimentos internacionais que aceitos pelos países de primeiro mundo como adequados do ponto de vista de checagem de origem.

Então, o nosso fundo só recebe recursos oriundos desses países. Quer dizer, não há nenhuma possibilidade de ter recursos que não foram checados. O Opportunity Fund nunca distribuiu fundos no Brasil, nunca vendeu fundos no Brasil. Existe, no prospecto do fundo, a exigência de que os investidores garantam que não são residentes no Brasil, e essa é a norma que a CVM exige, e o Opportunity cumpre, assim como todos os outros fundos internacionais que investem no Brasil cumprem os mesmos procedimentos. Não há nenhuma diferença. Não há, nem houve nenhum pagamento em cotas a membros do governo passado por ter nos ajudado em programas de privatização e, especialmente, porque não fomos ajudados em programa de privatização algum e nunca pagamos a ninguém em cotas do fundo. Aliás, esse fundo não possibilita que seja feito qualquer pagamento em cota do fundo. Porque a estrutura do fundo é tal que ele só recebe aplicação e devolve o resultado da aplicação para o mesmo cotista. Assim sendo, se alguém quiser aplicar um dinheiro nesse fundo, ele aplica e recebe cotas do fundo. Quando ele quiser o dinheiro dele de volta acrescido da rentabilidade, ele pede o resgate, recebe o dinheiro. Se ele mandar uma instrução “por favor, pague o meu resgate para terceiros”, não fazemos. Quer dizer, a estrutura do banco que controla o fundo não está autorizada a remeter o dinheiro para um outro destino.

Assim sendo, não há a menor possibilidade de que haja algo próximo de lavagem de dinheiro ocorrendo aqui. Em um banco, até é possível, porque o senhor pode depositar o dinheiro no banco e pedir ao seu banco para que pague o seu depósito para outro. No nosso caso, ele não paga, ele só devolve o depósito para quem originalmente fez.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – No caso da Alcatel, que era fornecedora e que passou a ser acionista indireta?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não podemos, pela legislação de Cayman, comentar quem são os cotistas do fundo, e, no caso, nem sabemos. São os bancos internacionais que distribuem o fundo. Se tivermos tomado conhecimento, existe uma proteção de sigilo bancário, como existe no Brasil. Teria que haver algum tipo de procedimento que permitisse essa revelação. Essa revelação não pode ser feita de forma espontânea.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Está ok.

Sr. Presidente, vou apresentar requerimento convocando o Presidente da Alcatel no Brasil para informar sobre os contratos com a Brasil Telecom e os investimentos no Fundo Opportunity. Também vou solicitar à autoridade monetária das Ilhas Cayman que encaminhe a relação dos cotistas no Fundo Opportunity. E vou solicitar o envio à CPMI do banco de dados enviado pela Promotoria de Nova Iorque, contendo registro eletrônico de 534 mil operações financeiras realizadas, onde constam diversas operações de remessa para o Fundo Opportunity. O banco de dados encontra-se nos arquivos da CPMI do Banestado e vou solicitar essa informação.

Mas eu queria agora aproveitar e perguntar ao senhor, ainda, algumas questões. Primeiro: quando e como o Opportunity adquiriu as ações diretas da Brasil Telecom Participações?

O Opportunity comunicou à Comissão de Valores Mobiliários a aquisição dessas ações, em que e um volume tão grande?

Quais os meios utilizados ou por intermédio de que empresas o Opportunity adquiriu as ações diretas da Brasil Telecom Participações? Qual foi o valor de aquisição dessas ações?

Parte dessas ações foi adquirida com recursos que estão fora do País?

Ainda: parte dessas ações foi adquirida por um fundo ou uma empresa localizada no Uruguai?

Por que foi utilizada uma empresa ou fundos do Uruguai para adquirir ações da Brasil Telecom Participações?

Na relação de maiores acionistas da Brasil Telecom Participações, aparece o ABN Amro, Montevideo, como um dos maiores acionistas. De quem é o dinheiro desse fundo do Uruguai? Como o dinheiro chegou ao Uruguai? Esse dinheiro é do Opportunity ou é de outros investidores?

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Deputado, expirou o prazo de V. Ex^a.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Por que a Telecom Itália pagou R\$73 por ações que poderiam ser adquiridas na Bolsa de Valores por R\$21?

Eu queria que isso fosse respondido...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – A transação que foi feita com a Telecom Itália, ela está sendo objeto de um procedimento judicial. Então, por conta disso, eu vou declinar de dar qualquer informação a esse respeito. Isso é um objeto de procedimento judicial. E foi justamente para me proteger de perguntas que pudessem, no fundo, servir a isso, que eu pedi a proteção do **habeas corpus**. Então, eu vou declinar de responder qualquer coisa com relação à negociação com a Telecom Itália.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E as outras perguntas podem?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não. As outras perguntas eu não tenho as informações. Mas a Telecom Itália adquiriu essas ações da Brasil Telecom, que eram da nossa propriedade, da propriedade do Fundo, que tinham o direito de venda conjunta. Então, essas ações gozavam de privilégios adicionais que as ações de mercado não tinham. Então, foi por isso que essa transação aconteceu. O Opportunity Fund investe, por parte de várias outras empresas, e esse assunto específico é parte do processo. E, por ser parte do processo...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, só para... Como o depoente não pode fornecer, eu estou também encaminhando um requerimento, solicitando informações ao Banco ABN sobre o Fundo no Uruguai e transações com remessas de recursos ao exterior. Também, estou convocando, solicitando a convocação, do Presidente da Telecom Itália, no Brasil, Sr. Paolo Dal Pino, para explicar a razão de ter comprado, por 73, ações que poderiam ser compradas na Bolsa por R\$21,00.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a. A Comissão apreciará os requerimentos, depois de apresentados na reunião administrativa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E solicito a V. Ex^a a minha reinscrição.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Pois não. Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Dr. Daniel Dantas. Dr. Daniel Dantas é um baiano. Nós temos relações, que não são muito próximas, mas são relações de baianos, inclusive já presidiu a Fundação Luís Eduardo Magalhães, quando governávamos a Bahia. Mantenho com ele relações sociais. Conheço, de muito tempo, o seu

cunhado Carlos Rodenburgo, talvez prive um pouco mais da amizade de Carlos Rodenburgo. Eu queria, inicialmente, só a título de introdução, já que a imprensa tem noticiado, muitas vezes, que o Sr. Daniel Dantas tem uma Bancada que o defende aqui no Congresso Nacional, que ficasse bastante claro de que isso não procede, de forma nenhuma. Não tenho nenhum relacionamento com ele. O Sr. Daniel Dantas nunca me procurou para qualquer solicitação de qualquer tipo de defesa ou interferência em qualquer ação parlamentar. Se houvesse, nós iríamos ser bastante claros aqui. Então, não há! É um empresário de sucesso. E, hoje, acho que ele é até mais que um empresário, passa a ser um mito, em nível nacional, diante dos seus negócios, e a controvérsia sobre muito desses negócios.

Quero dizer que o senhor veio aqui hoje com uma expectativa muito grande. Aqui está o Relator Osmar Serraglio, que declarou na imprensa, que havia muita expectativa na sua vinda aqui. Porque, Sr. Daniel, nós estamos aqui procurando a origem dos recursos que possibilitou a todo esse imbróglio que estamos vivendo, ou seja, o Governo do PT financiar partidos políticos, financiar Deputados, seja do PT, da base aliada, algo bastante grave. Inclusive, pagar suas contas. E o outro baiano, também de sucesso, Duda Mendonça, chegou, então, a declinar aqui, de uma forma franca, que tinha sido pago com recursos de caixa-dois, uma parte no exterior. Infelizmente, parece-me que V. Ex^a nos frustra um pouco nesta tarde, porque não nos diz novidade absolutamente nenhuma, apesar de reconhecer as evidências que elas existem, mas que elas não levam à verdade. Então, eu já tenho em mão várias notícias que estão na Internet e que sempre são negativas. Daniel Dantas sobre Dirceu: “Nunca me pediu nenhum recurso.” “Dantas nega que Marcos Valério tenha sido intermediário do Opportunity.” “Dantas nega que Brasil Telecom tenha pago viagem para o filho de Lula.” “Dantas nega elo com o mensalão.” Então, é uma sequência de negativas e que não vem efetivamente esclarecer muito para nós.

V. S^a disse que Delúbio Soares não era do seu conhecimento, não tinha relacionamento com Delúbio.

Mas eu lhe pergunto: alguém do seu grupo mantinha relacionamento com o Sr. Delúbio Soares?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O Carlos Rodenburgo, que o senhor conhece, teve uma reunião com o Sr. Delúbio Soares, onde basicamente foi explicar que nós não tínhamos nada contra o PT, em função de uma percepção negativa que ficou. Na época da campanha, foi pedido recurso com um *kit* que o PT tinha. Isso foi entregue pelo Sr. Ivan Guimarães. E ele, por não conhecer a pessoa, não saber o que que era, devolveu essa caixa e depois ficaram pairando vários

rumores de que a razão de todas essas dificuldades que nós estávamos enfrentando teria sido por esse ato e ele foi até o Delúbio, dizendo que não tinha contra o Partido, explicando mais ou menos qual era a natureza da nossa atividade. E essa reunião foi na presença do Sr. Marcos Valério.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quer dizer, V. S^a não contribuiu para a campanha do PT ou de políticos do PT, em 2002?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, não contribuimos para a campanha do PT, em 2002.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nem para membros do PT?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Nem para membros do PT.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pelas suas colocações, V. S^a foi, durante todo esse tempo, de certa forma, no Governo do PT, perseguido. O Governo trabalhou e inclusive foi confessado pelo Ministro Gushiken que não era recomendável sequer aceitar doações do senhor. E o Ministro Gushiken mostrou aqui para nós o seu interesse de que os fundos de pensão não aplicassem por intermédio do Opportunity e procurasse sair das aplicações em conjunto com a Opportunity.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Exatamente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Isso não foi uma forma de achacá-lo e de colocá-lo contra a parede para que pudesse fornecer recursos para o PT?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Olha, não foi. Quer dizer, perguntar se é coerente, até é coerente, mas não foi. O que ocorre... Quer dizer, se quiser alguma ajuda de esclarecimento, é o seguinte: se esses controles forem transferidos para outras empresas, haveria beneficiados nesse caso. O que até de uma certa forma me surpreende um pouco é a disposição de tentar procurar na parte prejudicada, que é notoriamente dita, havida e conhecida por ter sido discriminada por este Governo, a fonte dos recursos que poderia estar-lhe sustentando. Isso que não faz muito sentido.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas era como que criando uma dificuldade para que fosse possível ou achar que ia aparecer a facilidade da contribuição.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Sim, mas aí nesse caso, então, se eu achasse que tivesse sido sucesso, depois dele, teria que ter tido a terra prometida, que também não teve.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E aí cessou?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, não teve. Simplesmente não houve.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nem antes, nem depois?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Nem antes, nem depois. Há uma – vamos dizer assim – consistência e coerência grande de termos sido, na verdade – vamos dizer –, de uma certa forma, atrapalhados ali pelo... pelo... por membros do Governo naquilo que foi possível.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem. Aqui, ainda hoje, há declaração do Presidente do Funcef, Guilherme Lacerda, e também do Presidente da Petros, Wagner Pinheiro, dizendo que a gestão de Dantas à frente da Brasil Telecom, da Telemig e da Amazônia Celular é que tem provocado prejuízos ao fundo. Inclusive, diz que não é verdade que os fundos recebem grandes dividendos, não é verdade que ele foi um excelente gestor. Foi para ele, para os investidores do fundo, não. Inclusive, segundo ele, o investimento inicial da Petros e dos controladores das empresas sofreram depreciação de quase 50%. A Petros investiu, em 1997, na Telemig, Brasil Telecom e Amazônia Celular o valor corrigido pela inflação de 90 milhões. Esses investimentos estariam hoje valorados em 47 milhões.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Nós fizemos uma oferta a eles em valor muito superior a isso para vender essas participações e eles nunca concordaram. Não é verdade que os investimentos valham menos que o seu valor original. Essa informação não é verdadeira. E em todas as oportunidades em que nós fizemos oferta para que eles vendessem essas participações, eles nunca nem consideraram as ofertas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E em quanto estão esses investimentos hoje?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu não tenho o valor aqui, o valor dos investimentos. O valor do investimento é o seguinte: essas ações não são cotadas, essas ações são negociadas, então não tem um valor como um valor de bolsa, mas se compararmos, por exemplo, com o preço que a Previ achou razoável, por exemplo, oferecer como a garantia de preço mínimo ao Citi, a participação da Brasil Telecom teria dado um lucro bem expressivo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Seria que valor?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu posso dar dados assim, por exemplo, só se sabe o valor do investimento quando vende, até lá é uma conjectura. Eu posso dizer o seguinte: a Brasil Telecom, por exemplo, a receita líquida cresceu 23% ao ano. Os lucros antes de impostos e juros cresceram 18% ao ano. Então, elas de fato, todas as empresas, comparando com os concorrentes, elas tiveram desempenho bastante

aceitável, bastante bons. No caso da Brasil Telecom, poderíamos ter tido melhor, mas o conflito societário causa muitos custos à companhia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem, mas V. Sª fica sabendo que não é assim que pensam os dirigentes.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, eu não sei se é assim que pensam, eu sei que não é isso que dizem.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É o que dizem.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – É, mas como são adversários, é difícil você esperar a justiça ou o que seja, ou que o resultado do adversário seja justo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem, eu queria apenas a sua confirmação com relação a esse tipo de ação prejudicial aos seus negócios, que nasceu dentro do Governo, por inspiração, parece-me, até do Ministro Gushiken. O Sr. Pizzolato aqui nos falou, inclusive, que havia interesse político nas decisões dele lá na Previ e que o Sr. Sérgio Rosa teria dito a ele que tinha coisa de campanha no meio, que a pressão estava sendo muito grande.

Perguntaria: V. Sª tomou conhecimento dessas ações do Sr. Luiz Gushiken?

Ainda lhe dou mais um dado, a imprensa noticia que cartas que V. Sª fez sinalizavam que o Ministro Palocci participava de decisões do fundo e que também fazia parte dessa ação prejudicial à participação do Grupo Opportunity nas telefônicas.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu não lembro de nenhuma carta que eu tenha falado que o Ministro Palocci tenha participado. Eu acho que o único fato em relação à participação do Palocci, que talvez tivesse em alguma correspondência, é o fato de o Citibank ter dito que teve uma reunião com o Ministro Palocci em dezembro de 2004, em dezembro de 2003, em dezembro de 2004, numa sexta-feira, teria dito que teria tido uma reunião com ele. Em sequência a isso, veio articulando essa transação que fizeram com os fundos de pensão. Mas eu não tenho nenhum conhecimento e não posso testemunhar que teria sido o Ministro Palocci que foi o articulador. O Citi me disse que o acordo foi feito com a aprovação de uma autoridade do Governo no maior nível, mas não me disse quem era.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Bom, a imprensa noticia que e-mails de Dantas para ex-vice-presidente do CVC, Mary Lynn Putney, revelaram ingerência do Planalto sobre as três grandes fundações estatais de Previdência: Previ, Petros e Funcef. Tanto que isso originou uma carta, da Mary Lynn para o Governo, dizendo que estava preocupado com essa

interferência e que poderia prejudicar os acionistas que estavam investindo no País, Isso em 27 de fevereiro de 2003.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – É verdade. Ela remeteu uma carta ao Ministro Palocci prestando esses esclarecimentos, de que esses fundos funcionam desse jeito. Nessa carta, ela mostra que o Citi concordado em fazer o investimento, baseado no fato de que um gestor profissional, que faria a gestão desse fundo, e que não era uma gestão compartilhada com diversos fundos, mostrando que eles tinham investimentos em quase todos os países do mundo, detinham participações em mais de 300 empresas e as práticas que estávamos adotando eram as práticas internacionalmente adotadas. Escolheu mandar para o Presidente, para o Ministro Palocci não por achar que o Ministro tivesse qualquer ingerência indireta, mas, por S. Ex^a ser o Ministro da Fazenda, acreditou ser o caminho mais curto para conseguir explicar esse assunto numa pressuposição de que poderia ter maior familiaridade com ...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E qual foi a consequência disso? Qual ação o Ministro Palocci tomou?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, não teve nenhuma consequência, não teve nenhuma ação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Houve para desqualificar a carta da Mary Lynn?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não. Houve, na verdade, o seguinte: houve uma pressão, um ruído dentro do Citibank. O Citibank ficou muito incomodado dela ter mandado essa carta, que costumeiramente ela mandava, mas não desqualificou a carta. Disse ao Ministro que ela tinha mandado essa carta sem cumprir os procedimentos internos, mas ela tinha autonomia para mandar sem cumprir os procedimentos internos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nós não podemos deduzir que isso tenha sido uma queixa do Governo brasileiro ao Citi?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Isso foi uma queixa do Governo brasileiro ao Citi. Não precisamos deduzir. Isso foi uma queixa. Só não posso dizer que foi uma queixa do Ministro Palocci.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas de quem do Governo?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não sei.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Se a carta foi para o Ministro Palocci ...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O que me foi reportado no dia em que eu tive a reunião com o Presidente do Citi é que quem tinha ficado incomodado com essa carta tinha sido o Cássio Casseb, Presi-

dente do Banco do Brasil. Agora, se o Ministro Palocci comunicou ou passou essa carta, como é que foi esse caminho ou se o Ministro Palocci que se comunicou diretamente com o Citibank, eu não sei, eu não tenho como testemunhar sobre isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Para mim, fica evidente que ele se queixou.

Mas só a última pergunta, Sr. Presidente, V. S^a falou aqui que houve uma participação de técnicos inclusive do seu grupo na Secom, na qual o Ministro Gushiken procurou articular uma estratégia para a compra da Embratel. Isso não deu certo. Essa compra da Embratel terminou não acontecendo. Por que essa mudança? O que aconteceu efetivamente para terminar isso na mão da Telmex?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Uns 15 ou 20 dias antes, talvez um mês antes da... Essa era uma transação bem complexa, vai demorar muito tempo para explicá-la, porque, na verdade, era o seguinte. A MCI, que era a Welcome, estava vendendo as ações da Embratel. O consórcio formado pelas três empresas de telefonia fixa pretendia ser compradora e a empresa Telmex também. A empresa Telmex fez uma oferta menor do que a oferta das três companhias de telefonia fixa. A Telmex tinha oferecido US\$350 milhões enquanto as três companhias de telefonia fixa tinham feito uma oferta de US\$500 milhões, o que logicamente daria a compra para as três companhias de telefonia fixa.

Só que os funcionários da Embratel tinham relações com a Telmex e informaram para o vendedor que a transação que seria feita pelas três companhias fixa não teria aprovação da Anatel. O vendedor, então, optou por escolher o preço mais baixo. Isso foi dado entrada na Justiça americana e o juiz da Corte de Falência teria que decidir se a recomendação da administração do Welcome estava correta ou se, porventura, poderia estar havendo algum tipo de favorecimento. E aí foi de novo a mesma história: uma guerra de notícias no jornal e as três companhias de telefonia fixa precisavam de algum tipo de sinalização da Anatel de que não havia nenhuma particularidade, **a priori**, que impedisse essa transação e acabava não conseguindo obter essa sinalização da Anatel. E acabou ocorrendo também que uns 15 dias antes de o juiz de Nova Iorque julgar isso, tinha havido uma busca e apreensão na sede da telefônica e alguns dados da telefônica foram publicados nos jornais do domingo na véspera do dia da decisão do juiz e essas publicações foram

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Houve interferência do Governo para essa decisão final?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – É, vamos dizer assim, o meu sentimento é que houve interferência do Governo a favor da Telmex. É um sentimento.

Eu não tenho como fazer isso aqui como testemunha. Estou dizendo o que eu acho, mas eu não tenho como testemunhar nada a esse respeito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço, Sr. Presidente. Lamentavelmente, vamos ter de trabalhar de forma muito mais árdua para chegarmos à origem desses recursos que financiaram todo esse esquema. Essa é a nossa obrigação aqui.

Agradeço a atenção do Sr. Daniel Dantas.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– **É um desafio de todas as Comissões apurar a verdade e tenha a certeza de que vamos fazer tudo para que isso seja atingido.**

Concedo a palavra ao nobre Deputado Gastão Vieira, pelo prazo de quinze minutos. São 18 horas e 16 minutos. Às 18 horas e 31 minutos, esse prazo se encerrará – no relógio de trás.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, Srs. Relatores, eu não gostaria de perder esta oportunidade de dirigir-me ao Sr. Daniel Dantas, porque acho que ele é o personagem mais importante de todo o processo de privatização ocorrido no País durante o Governo FHC.

Chamam a minha atenção alguns fatos. Quero, antecipadamente, dizer ao senhor que talvez não se possa aprovar... As perguntas aqui não possibilitaram nenhum tipo de comprovação, mas acho que três maracutaías – desculpe-me, é uma expressão chula, mas ela exprime o que eu quero dizer – estão relacionadas com a ação do senhor: acordos de acionistas, relacionamento com os fundos de pensão das estatais e relacionamento com as empresas do Sr. Marcos Valério.

Como interessa a mim saber se houve mensação e quem o financiou, acho extremamente importante buscar um pouco essa relação com aquilo que se chama de “valerioduto”.

Em primeiro lugar, eu queria dizer ao senhor que acompanhei – sou funcionário de carreira do CNPq e, na época, era superintendente de bolsas no exterior – jovens economistas brasileiros que iam aos Estados Unidos frequentar programa de doutorado. Eram muitos. Não sei se o senhor foi bolsista do CNPq, mas Pérsio Arida, André Lara Resende, todos eles foram bolsistas, e eu me lembro de que todos me ligavam no final do mês, perguntando: “Cadê minha bolsa? Cadê meus quinhentos dólares?”, porque eles viviam no limite da sobrevivência no exterior. Vieram ao Brasil, passaram pelo Plano Cruzado e quase todos viraram grandes banqueiros de bancos de investimento e banqueiros até de bancos públicos, como no caso do BNDES.

Eu fico me perguntando, curioso, como uma pessoa tão jovem como o senhor, brilhante, pós-doutor no MIT – se não estou enganado –, que não tinha prati-

camente nada, consegue mobilizar fundos de pensão, empresas internacionais, como a Itália Telecom, a Telecom da Itália, e consegue montar o mais ambicioso fundo de investimento existente neste País. O senhor era um jovem economista brilhante. Eu ouvi, uma vez, o Senador Antonio Carlos Magalhães dizer que V. S^a era um dos mais brilhantes economistas brasileiros. Porém, o senhor não era banqueiro, não era filho de banqueiro, não era industrial. Como consegue montar essa ambiciosa operação de US\$1 bilhão, envolvendo fundos de pensão em empresas estrangeiras? Estou curioso, até porque essa operação, que ambiciona comprar as “teles”, envolve empresas globais, envolve Citi, envolve uma série de empresas importantes.

Eu gostaria, portanto, de saber do senhor como esses jovens economistas, formados nos Estados Unidos, chegam ao Brasil e, em menos de dez anos, viram banqueiros. Não estou acusando aqui ninguém – quero dizer previamente – de nenhuma atitude ilícita. Posso, no máximo, achar que, conhecendo bem o mercado via Banco Central etc, tendo informações privilegiadas, os senhores acabaram tendo um sucesso estrondoso, diferentemente de outras pessoas.

Então eu lhe pergunto: como é que o senhor conseguiu montar este plano tão ambicioso, levantar US\$1 bilhão e participar decisivamente do processo de privatização das teles? Essa é a primeira pergunta.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Minha trajetória foi um pouco diferente do Perso e da Andréia. Eu já era empresário, quer dizer, venho de empresário para economista e não de economista para empresário. Eu já era empresário antes de ter ido fazer doutorado, de ter estudado. Quis estudar porque achava que iria aprender mais. Querer saber. Mas eu já era, originalmente, empresário.

Nesse processo de privatização – essa explicação, não digo que é simples, mas dá para fazer compreender – na época que montei o Opportunity, tínhamos o fundo mais rentável do mundo. O Opportunity tinha ganho quase todos os prêmios por ter sido um fundo extraordinariamente rentável. Eu já tinha passado por várias experiências na área de investimento: fui diretor do Bradesco, fundei o Banco Icatu, tínhamos uma empresa de participações, já tinha passado por muitos negócios. O Citi veio convidar para montar um fundo para investir no Brasil. Basicamente o Citi investiria US\$700 milhões e daria uma crédito adicional de mais algum montante. Então, já tínhamos um cacife de US\$1 bilhão, para começar, de recursos que o Citibank queria investir no Brasil. Conseguimos captar alguma coisa dos Fundos de Pensão. Há essa sensação de que passamos a administrar a maioria dos recursos dos Fundos de Pensão. Apenas 0,65% dos recursos

da Previ foi administrado por nós. Nós éramos pequenos em relação a eles...

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Sr. Daniel, desculpe-me, não fiz essa pergunta ao senhor, embora me satisfaça, até intelectualmente, ouvi-lo discorrer brilhantemente da forma como o senhor está discorrendo.

Eu lhe faço outra pergunta: como é que um jovem economista, que não era banqueiro, não era filho de industrial, consegue apenas com título de doutor, pós-doutor em economia – claro, de uma das melhores universidades de economia dos Estados Unidos – consegue montar um negócio ambicioso e levantar US\$1 bilhão, envolvendo Fundo de Pensão de um lado, envolvendo empresas multinacionais, como o Citibank e a Itália Telecom. Esta é a minha pergunta. E cito, até para não dizer que é uma coisa contra o senhor, outros jovens economistas que passaram pelo CNPq, quando eu era lá funcionário, que acabaram seu doutorado no exterior e quase todos viraram banqueiros aqui no Brasil.

Então quero saber é exatamente este ponto: como é que o senhor conseguiu esse milagre, apenas como jovem economista, de montar um negócio tão ambicioso de US\$1 bilhão?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Bom, no caso do aporte inicial de capital que veio do Citibank, na verdade não consegui. Eles me convidaram. Eles vieram a mim e disseram o seguinte: – Temos interesse em fazer um fundo.

Eles tinham, na verdade, títulos da dívida brasileira, que eram na época chamado *Brady Bonds*, que eram títulos reestruturados das dívidas e tinham uma linha que permitia a eles converterem esses títulos em investimento.

Um dia eu fui abordado por uma pessoa do Citi que nos perguntou se tínhamos o interesse de montar essa estrutura apoiada por eles. Eu disse que não tinha pensado sobre o assunto. Conversei na época com as pessoas que trabalhavam comigo. Fui até Nova Iorque. E eles conversaram com outros cinco bancos.

Acharam que talvez eu tivesse tido muitas experiências em participações societárias e resolveram montar esse empreendimento conjunto, que, na verdade, nos interessava porque também podíamos ganhar algum conhecimento pela proficiência que essa área do Citibank – que hoje em dia está sendo diminuída – tinha na parte de investimentos. Eles tinham talvez um dos mais importantes investimentos em participações privadas naquela época. Hoje em dia não é prioridade do banco fazer isso.

Então, basicamente, eu fui convidado.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Certo.

Existiam outros economistas no Brasil com a mesma qualificação, com experiência de mercado etc. Então, era um negócio sólido, os investidores eram sólidos, o negócio levantou um bilhão de dólares. Mas por que na disputa com uma construtora foi necessária a interferência do Presidente da República?

Há um diálogo – revelado pela **Carta Capital** que acabou aqui na Comissão de Economia do Senado – entre o Presidente Fernando Henrique, André Lara Rezende e o Mendonça de Barros, em que o Presidente era chamado de bomba atômica. E há uma frase que se diz: – Não. Os italianos têm que entrar. Nós temos de ajudar o Opportunity etc.

O que quero entender é como uma estrutura financeira tão sólida, disputando com um consórcio feito só para entrar na privatização, comandado pela Andrade Gutierrez, por que essa estrutura precisa da interferência direta do Presidente da República, do Presidente do BNDES, que, depois de demitidos, passaram a trabalhar no 20º andar do escritório que o Opportunity mantém no Rio de Janeiro. Então, quero entender um pouco isso. Eu quero entender um pouco isso.

Por que era tão sólida a estrutura do grupo que o senhor montou contra – repito – um grupo constituído e liderado por uma construtora e necessitou, para fechar o negócio, da interferência do Presidente da República, como está descrito na **Carta Capital**, na **ISTOÉ**, em várias revistas de circulação nacional daquela época?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Bom, deixa eu explicar isso. Tínhamos montado esse consórcio para participar da privatização...Estávamos trabalhando na privatização do sistema Telebrás há muito tempo. Mesmo quando o Governo achava que não ia privatizar, tínhamos a visão de que o Governo brasileiro não ia resistir à tendência internacional de seguir o que os outros países estavam fazendo. Não por qualquer outra questão, mas esse era um instinto empresarial e estávamos trabalhando nisso há muito tempo.

Montamos essa estrutura. Estava todo o consórcio pronto, acordo de investimentos, tudo, quando, um dia, uns quinze ou vinte dias antes da privatização, entra no nosso escritório o Sr. Carlos Jereissati. E ele disse que...Ele queria participar do consórcio, que ele tinha que participar do nosso grupo. Eu não estava na época, naquele momento, no escritório.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Era a La Fonte?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – A La Fonte. Eu não estava naquele momento. Estava a Elena Landau discutindo com uma série de pessoas para a formação dos acordos de investimentos e o Carlos Jereissati entrou. Disse que falava em nome do

Governo Federal e que ele ia entrar no consórcio de qualquer forma.

A Helena se aborreceu, pega o telefone e bota o Tasso Jereissati na linha e pergunta se, de fato, ele falava em nome do Governo Federal. O Tasso disse que não. Aquilo deu uma confusão enorme. Acabou criando uma briga e a La Fonte criou um segundo consórcio, a vinte dias da privatização, enquanto o nosso consórcio estava com todos os contratos assinados com os fundos de pensão. Disseram que ia participar do leilão da Telemar e queriam, na verdade, levar esses recursos para apoiá-los.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Então, todos os dois consórcios foram formados basicamente perto do leilão?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, não. Esse consórcio nosso já estava há muito tempo.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Mas os fundos de pensão só entraram no consórcio de vocês porque houve uma pressão do Sr. Ricardo Sérgio, do Sr. Pérsio Arida, do Sr. André Lara Resende, chamando até o Presidente de “bomba atômica”.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, não, não. Era diferente. Os fundos já estavam no consórcio. Os fundos, próximo do leilão, resolveram não cumprir os acordos, e as informações que nós detínhamos eram que eles iriam abandonar os contratos e participar do outro consórcio. E já estávamos com a estrutura toda contratada. Já existia uma estrutura contratada, já tinham recursos comprometidos, tinha tudo. E até surge um fato que ajuda a esclarecer talvez essa situação, porque, até a véspera do leilão, nós não tínhamos certeza se os fundos iam cumprir o contrato. Houve, obviamente, várias reclamações de que estava havendo interferências políticas para remover os fundos daquilo que eles já tinham contratado. Na véspera da privatização, eu fiquei com medo de que, se houvesse a participação na privatização, os fundos de pensão pudessem acabar não pagando a privatização. Quer dizer, nós compraríamos o ativo e, no dia seguinte, eles poderiam ficar inadimplentes.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Deixe-me prosseguir para eu não gastar meu tempo. Eu queria entender uma outra coisa. Acordos de acionistas praticamente retiraram os fundos de pensão da administração daquilo que eles tinham contribuído com uma quantia que pode ser pequena, mas era uma quantia importante. Eu posso imaginar que os fundos de pensão não se prepararam para entrar porque foram compelidos pelo Governo a participar. Mas na verdade o acordo de acionistas – e é uma das acusações que fazem ao senhor – praticamente tirou os fundos da administração do negócio que eles tinham com-

prado. E aí surgem gastos exorbitantes com avião, gastos exorbitantes com advogado e outras coisas mais que a imprensa tem divulgado etc, o que pode nos levar a concluir que, como os fundos não controlam o dinheiro que colocaram ali, esse dinheiro pode ter várias utilidades e, até que se faça uma auditoria, algum acionista consiga uma auditoria – parece que várias ações judiciais são feitas contra o Opportunity nesse sentido –, a gente não vai conhecer nem saber o tamanho provável, se é que tem, de recursos aplicados fora dos objetivos, ou dentro dos objetivos, mas fora do controle dos fundos.

Mas eu quero lhe fazer uma última pergunta. Tem informações no mercado de que havia relacionamento do Opportunity com a SMP&B e a DNA, mesmo antes do Sr. Marcos Valério. O senhor confirma isso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, o Opportunity nunca teve relacionamento com a SMP&B nem com a DNA.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Nenhum relacionamento que passasse pelo Sr. Clésio de Andrade e pelo ex-Ministro Pimenta da Veiga? Nada disso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, nenhum relacionamento.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Nenhum relacionamento?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, nenhum relacionamento. A Telemig já era cliente da SMP&B e da DNA, mas nós não tínhamos nenhum relacionamento com essas companhias.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes de chamar o próximo orador, eu vou ceder... Vamos suspender por cinco minutos, para que o depoente atenda a demandas de foro íntimo.

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Declaro reabertos os trabalhos da presente reunião e concedo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Parlamentares,...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – São 18h45min.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Seis.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – 19. Não. É porque eu não olho.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Agora já são sete.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu não posso virar para cá.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ah, têm dois horários distintos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas pode olhar lá, são 18h45min.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Está bem. É que eu não trouxe o espelho retrovisor e não consigo ver o de trás.

Mas meu caro Presidente, Sr. Relator, que está presente, Sr^{as}. e Srs. Parlamentares, Depoente Sr. Daniel Dantas, e seus Assessores que estão aqui, é visível desde o início da reunião o nervosismo de alguns setores de oposição e de interesse quando se trata de alguns assuntos que falam, por exemplo, de tráfico de influência ou de interferência de autoridades governamentais na participação de conformação de consórcio de privatização ou mesmo na gestão de negócios. Felizmente o Sr. Daniel Valente Dantas pôde confirmar algumas experiências já testemunhadas outras vezes por notícias de imprensa, por degravação de grampo telefônico do BNDES etc, que demonstraram com cristalina evidência – e muito recentemente, inclusive, na contestação que fazia nas inquirições do Deputado Gastão Vieira – a participação de grandes autoridades da República no Governo passado, a começar pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, do Sr. Mendonça de Barros, do André Lara Rezende, do Ricardo Sérgio, do Andrea Calabi, da Sr^a Elena Landau, do Sr. Carlos Jereissati, do ex-Ministro Pimenta da Veiga. Expressamente V. S^a se referiu inclusive ao processo de privatização da CRT – Companhia Rio-Grandense de Telefone.

Essa reação de setores da Oposição se dá pelo fato de que, ao se destampar aquilo que é motivo na CPMI dos Correios da investigação que trouxe V. S^a e a representação que tem em diversas empresas comandadas pelo Grupo Opportunity, se faz de certo modo juízo sobre o presente com olhar no espelho retrovisor das suas próprias participações. Inclusive reivindicando uma originalidade que lamentavelmente o PT não teve, por isso se esvaiu dentro de um esquema que já funcionava comprovadamente desde 1998 a serviço de outros interesses que envolviam empresas do Sr. Marcos Valério, o Banco Rural, contas de publicidade, contratos públicos e empresas privadas.

A razão do vosso depoimento, Sr. Daniel Dantas, se dá exatamente na investigação em torno de fontes de financiamento desse esquema, desse sistema de financiamento que desvia, a partir de recursos auferidos pelo sistema bancário, financiamento de campanhas eleitorais de caixa 2, aliás, já assumidas não apenas pelo Partidos dos Trabalhadores, o único que se expôs, puniu dirigentes, abriu suas contas bancárias, está neste momento sob investigação, inclusive

no nosso Governo, como o próprio ex-Presidente Fernando Henrique já assumiu o caixa 2, o atual Presidente do PSDB e ex-candidato ao Governo de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, já assumiu que havia esse esquema. Outros Parlamentares com mandato e sem mandato já assumiram que receberam recursos advindos daquelas contas a partir de contribuição de empresas privadas, que, não o fazendo diretamente, já faziam por essa via indireta.

Portanto, o modelo reclamado aqui por Deputados de Oposição, às vezes falando inclusive em tons talvez para espantar pelo grito e pelo tom da voz, se esquecem que o modelo estava desenhado lá trás e provavelmente a lambança feita lá trás não teve oportunidade de vir à tona, de ser conhecida, de ser exposta à população brasileira e a partir de então poder indicar os rumos de correção do ponto de vista legislativo, do ponto de vista tributário, do ponto de vista fiscal, do ponto de vista judicial e criminalístico.

Portanto, quero dizer aqui que as afirmações em torno de crime ou de criminalização por um partido político e Partido dos Trabalhadores ou de movimentos sociais ou mesmo a titularidade de quadrilha para atuais autoridades de Governo não se confirmam nem no depoimento que V. S^a fez aqui neste momento. Entendo, portanto, algumas razões de nervosismo.

V. S^a mencionou, no processo de privatização da CRP – Companhia Riograndense, à época da sua privatização, uma interferência direta do ex-Ministro Pimenta da Veiga na formação dos preços. V. S^a confirma essa interferência?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não confirmo a interferência do Ministro Pimenta da Veiga na formação de preços. Confirmo que o Ministro Pimenta da Veiga colocava um senso de urgência e alguma pressão para que a transação fosse feita, para que a Brasil Telecom comprasse a CRT na mão da telefônica. Em nenhum momento, o Ministro Pimenta da Veiga solicitou ou disse que essa compra tivesse que ser feita por esse preço. A telefônica é que, se valendo do fato de saber que existia uma pressão para que a transação fosse concretizada, não flexibilizava a sua pretensão de preço.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, teria que comprar, seja lá qual fosse o preço?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Era importante que fosse comprado.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Era importante que fosse comprado por esse grupo, concretamente?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Nunca entrou em considerações de preço.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Mas tinha que ser este grupo: a Brasil Telecom.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – A Brasil Telecom era a única empresa que poderia comprar. Não havia nenhuma outra que pudesse comprar. As outras duas empresas que tinham autorização regulatória para comprar tinham um porte financeiro muito insuficiente. Então, na prática, havia um defeito. Essa transação não poderia ser alvo de uma negociação. Tinha que ter sido alvo de um arbitramento. Alguém deveria dizer: vai para alguém e o preço é tal.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Arbitramento que não foi processado.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Na verdade, não houve um arbitramento. A telefônica tinha obrigação de vender. A Brasil Telecom era a única empresa que tinha a possibilidade e a capacidade de comprar. Dentro das regras naturais de mercado, a distorção acabaria sendo administrada em benefício da Brasil Telecom. E a distorção acabou sendo administrada em benefício da telefônica de forma difícil de ser encaixada em qualquer consideração...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Portanto, havia um processo de interferência em torno do qual seria o resultado final. V. S^a já teve como sócio o ex-Presidente do Banco Central?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Tivemos como sócio o ex-Presidente do Banco Central Pêrsio Arida.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Que também foi Presidente da BNDES.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Também foi Presidente do BNDES.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a também já teve como funcionária a Sr^a Elena Landau.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não. Elena Landau foi consultora nossa.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Consultora presta serviços à empresa.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – É. Presta serviços à empresa. Exatamente.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Todos esses exerceram cargos públicos de alta relevância?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Elena Landau foi diretora do Banco Central também?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Também foi diretora do Banco Central.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Também foi.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E V. S^a quer dizer que não tem relações com autoridades de alto relevo, inclusive do Governo passado?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – V. S^a... desculpe-me.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a quer afirmar que não tinha relações de interesse, de afinidade...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não tinha nenhuma relação de interesse.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Um foi seu sócio. Era Presidente do Banco Central, Presidente do BNDES; a outra foi consultora e também diretora do BNDES.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Já ex-governantes.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Tudo bem. Desestatização do BNDES. É uma coincidência, pode ser uma mera coincidência.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O episódio de grampos do BNDES, amplamente divulgado pela imprensa, provocou a queda de dois irmãos expoentes do mercado financeiro, da família Mendonça de Barros. Também derrubou o Sr. André Lara Resende, do BNDES; o Diretor do Banco do Brasil, Sr. Ricardo Sérgio, além do Presidente e Diretor Financeiro da Previ, Sr. Jair Bilac João Bosco de Medeiros. Os diálogos já mencionados aqui fazem menção a coisas espantosas. O mais grave foi o diálogo em que o ex-Presidente autoriza o Lara Resende a usar seu nome, o nome do ex-Presidente, para pressionar a Previ a entrar no consórcio do Banco Opportunity. Dizem que há mais de 46 fitas desse grampo. Nós não as conhecemos. Muitos servidores públicos gostariam de saber se o Sr. Pêrsio Arida ainda continua sendo seu sócio.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O Sr. Pêrsio Arida não é mais meu sócio.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não é seu sócio. A Sr^a Elena Landau continua a prestar serviços de consultoria?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não. Elena Landau não presta serviços a nós neste momento.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Quando deixou de trabalhar para V. S^a?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Helena mudou de atividade, deixou de fazer esse tipo de serviço. Não foi porque deixou de trabalhar para nós.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a não se lembra quando?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não me lembro quando.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O motivo do afastamento foi só a cessação do contrato.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Foi só...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A cessação do contrato de consultoria.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, ela tinha o contrato. Ela deixou, acho que ela parou de trabalhar nessa atividade. Ela representava, não trabalhava só para nós, trabalhava para a AS, trabalhava para outros. E ela parou, não sei o que ela faz hoje.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor se recusou aqui, guardado do direito de **habeas corpus** que o Supremo Tribunal Federal lhe assegurou, a comentar a operação intermediada no Uruguai, mais recentemente, que envolvia a Telecom Itália. O senhor inclusive disse que não comentaria, evidentemente, em função de haver...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – É porque é alvo de um procedimento judicial internacional.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Exato. Agora, eu gostaria que o senhor – se pudesse –, desse-me os seguintes esclarecimentos sobre um outro processo.

Há negociações entre o Opportunity e a Itália Telecom que envolvem venda de ações minoritárias do Opportunity? Há em processo essa negociação?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Desculpe-me.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Há alguma negociação entre o Opportunity e a Itália Telecom sobre venda de ações minoritárias do grupo Opportunity?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Neste presente momento, não há nenhuma negociação...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Já houve?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Houve.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Já houve. Envolveu também nessa negociação algum acordo no qual o Opportunity teria recebido US\$65 milhões?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Houve.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Houve. Quem recebeu foi o Opportunity por indenização?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não. Quem recebeu foram várias empresas nossas que receberam um pacote que fecharam um acordo com a Telecom Itália por indenização a danos que nos foram causados no curso dessa disputa.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Que eram inclusive questionados judicialmente?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Alguns sim, e outros em processo de ser.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Alguma dessas ações foi processada (*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Desculpe-me, fui movimentar a folha e desligou...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Obrigado.

Alguma dessas ações judiciais foi promovida pela Brasil Telecom?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, a Brasil Telecom é outro assunto. A Brasil Telecom movia outras ações contra a Telecom Itália.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E qual foi a solução dessas ações?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Essas ações foram trocadas pelo acordo que a Telecom Itália se comprometeu a fazer com a Brasil Telecom na telefonia móvel e passar a operação de longa distância que a TIM tem nacional, conferir esta operação para a Brasil Telecom.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Isso já está efetivado?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Isso está suspenso por uma liminar...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Está suspenso. Entretanto, os 65 milhões das outras ações já foram incorporados por indenização ao Opportunity e outros grupos.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – É, mas a Justiça só suspendeu o contrato da Brasil Telecom, não suspendeu o nosso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor não acha interessante que aquilo que era processado em nome do interesse da empresa Brasil Telecom, de todos os seus sócios, tivesse tido uma negociação em que o acordo que o senhor fez em favor do Opportunity e outros sócios precedeu a solução daquilo que era o processo original da Brasil Telecom?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, na verdade, não precedeu, sucedeu.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sucedeu? O outro está suspenso, o senhor acabou de afirmar!

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, porque os fundos de pensão entraram com uma ação suspendendo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Por que entraram com uma ação suspendendo?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não sei.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Porque acusam exatamente ter tido prejuízo.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Mas essa operação não é prejudicial. É altamente...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Essa operação dos 65 milhões que deveriam ser ressarcidas à Brasil Telecom?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, os 65 milhões não têm nada a ver com a operação da Brasil Telecom.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não tem nada a ver?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Nada a ver com a da Brasil Telecom. A operação da Brasil Telecom é muito boa para a Brasil Telecom.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Veja, a ação era movida pelas companhias, uma delas a Brasil Telecom. Nelas, a Itália Telecom é a processada, é aquela sobre quem se reivindica indenização por prejuízos. O Opportunity negocia um acordo com a Itália Telecom. Correto?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Correto.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Deste acordo, procede uma indenização da ordem de R\$65 milhões. Correto?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Correto.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Essa indenização foi incorporada ao Opportunity e outros sócios, mas não a Brasil Telecom.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O da Brasil Telecom foi uma outra negociação. A negociação da Brasil Telecom com a Telecom Itália foi uma negociação separada da negociação do Opportunity com a Telecom Itália. Foram duas negociações diferentes.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E por que foram duas negociações diferentes?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Porque eram duas empresas diferentes e nós preferimos fazer dessa forma, que a Brasil Telecom negociasse de forma independente.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Quando o senhor diz “nós preferimos”, quem somos “nós”?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Nós Opportunity.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E o Opportunity preferiu que corressem duas ações diferentes: uma, o Opportunity e seus sócios e, outra, a Brasil Telecom.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não. Normalmente, o que acontece é o seguinte: em todas as negociações maiores e mais importantes das empresas em que nós participamos, tendemos a participar dessa negociação ajudando a companhia. Como existiam dois interesses diferentes para serem defendidos – um dos clientes e cotistas do Opportunity e o outro da Brasil Telecom em si – achamos que era melhor que essas negociações se dessem de forma independente. Os interlocutores foram diferentes: a Brasil Telecom negociou com a Telecom Itália Móvel, com o Marco Debenedeti e outras pessoas e nós negociamos diretamente ...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Para que tenhamos clareza, inclusive, de que não tenha procedência do fato da Brasil Telecom ter sido passada para trás nisso, amanhã protocolarei na CPMI dos

Correios, porque não sou membro da outra CPMI, um requerimento pedindo ao Sr. Paulo Dalfino, em nome da Telecom Itália, explicitar a esta CPMI o conteúdo dos acordos feitos entre essas empresas, esse que está pendente com a Brasil Telecom.

Para concluir, Sr. Presidente, tenho um minuto ainda, em função do desconto.

O senhor teve participação na formulação de algum programa de governo, programa eleitoral, composição de programa para disputar eleições?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Nunca tive participação em nenhum programa de governo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor não foi indicado por nenhum grupo político para participar da composição do programa de governo Mãos à Obra?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Nunca fui indicado por nenhum político.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não participou da composição do programa de governo do Presidente Fernando Henrique?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não participei da composição de programa de governo de nenhum político.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Porque consta que o senhor teria sido indicado, por parte da coligação, em nome do PFL, para compor exatamente o grupo de trabalho que falava dos processos de privatização.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço V. Ex^a.

O senhor quer dar alguma resposta?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Só não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O próximo parlamentar inscrito está ausente, que é o Deputado Odair Cunha.

Concedo a palavra a Senadora Ana Júlia.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, queria começar desmistificando algumas questões colocadas. Assisti a quase todo o depoimento, apesar de não estar aqui na sala, mas assisti atentamente a quase todos, apenas alguns momentos, porque, como todos sabem, sou relatora do Projeto de Gestão de Floresta, que foi aprovado hoje comissão do Senado, e precisava estar presente. Mas quero desmistificar aqui duas questões: uma que não se pode falar da questão das privatizações, porque elas não tem relação com essa CPI. Não é verdade. Primeiro, a CPI da Compra de Votos é uma CPI para avaliar se tem compra de votos. A CPI também decidiu a origem dos recursos, se é ou não... Isso

vamos ter que dizer para a sociedade, tanto em relação ao que ficou conhecido como mensalão, quanto em relação à compra de votos do processo de reeleição do Sr. Fernando Henrique Cardoso.

Por que o senhor depoente está aqui hoje? Porque foi, é a pessoa dono da empresa que controla as empresas que aportaram o maior volume de recursos nas contas do Marco Valério. Esse é um motivo. Como vamos investigar a possível compra de votos – vamos falar assim porque até agora não comprovamos nenhuma coisa nem outra até então – também na época da reeleição de Fernando Henrique, como o processo de privatização se deu próximo, temos, obviamente, aqui o mais bobinho, o mais ingênuo se elegeu Deputado, Senador e Senadora, então sabemos que isso pode ser fonte de recursos, se aconteceu à compra de votos.

Uma outra questão necessária para discutir a questão da privatização é a seguinte: essas CPIs... Aí não sei de a dos Correios também, parece até que tem uma sub-relatoria de fundo de pensão. Não é isso? E tem sido muito discutido...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Para as pessoas poderem.... tem sido muito discutido o acordo dos fundos de pensão agora com o Citibank. Só que, para entender esse acordo, precisa ir lá atrás, precisa entender por que os fundos de pensão fizeram esse acordo. E aí vamos rememorar alguns fatos. Aqui eu iria fazer perguntas em relação à Telemig, da Amazônia nas contas do Sr. Marcos Valério, mas elas já foram feitas. Já foi dito que vai ser feito requerimento para solicitar as notas fiscais dos serviços que foram prestados. Já foi solicitado pelo Deputado Maurício Rands se houve uma comunicação, se aquelas notas queimadas. Enfim, não vou repetir.

Mas tem uma coisa aqui que não vi ser colocada e vou dizer o que é. O senhor falou que o fundo nacional já estava formado. Não é isso? Já havia um contrato com o fundo nacional, o fundo nacional já estava formado e o senhor estava preocupado que os fundos de pensão saíssem na véspera da privatização, mas o fundo nacional já estava formado. E o fundo nacional, quero dizer, é formado por dez fundos de pensão coincidentemente só de empresas estatais. Não tem, por exemplo, Xerox, não tem IBM, não tem Bradesco, não. São só empresas estatais, mas também tem o BNDES. Quer dizer, o interessante é que coube ao BNDES a função de operar a desestatização do Sistema Telebrás, mas foi o BNDES que modelou e contratou os bancos que fixaram o preço mínimo das empresas. Além de condutor do processo, o BNDES também entrou como investidor junto com os fundos de pensão no fundo administrado pelo Banco Opportuniy. Certo?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Certo.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – É isso, Sr. Daniel Dantas?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – É isso.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Certo. Então meu raciocínio está bem correto. Então eu lhe pergunto: se o fundo já estava formado dessa forma, por que a sua preocupação de que, na véspera, os fundos pudessem sair, se bastava entrar na Justiça, porque, se o fundo nacional já estava formado, já havia um contrato assinado.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O contrato estava assinado. A questão básica é que, se eles não contribuíssem com os recursos com que tinham se comprometidos em dois dias, ficariam inadimplentes com a aquisição, eles podiam entrar na Justiça, mas o assunto ia ser resolvido numa ...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Obrigada. Então vou informar à sociedade, na verdade, por que os grampos telefônicos têm tudo a ver com a pressão. Porque aqui não foi falado de uma figura chamada co-investidores.

Os fundos de pensão entraram com 600 milhões, mas os co-investidores entraram com 700 milhões, e os co-investidores não faziam parte do fundo nacional. Com os co-investidores não havia contrato assinado, e os co-investidores discutiam cada privatização, de cada privatização, de acordo com os interesses deles, eles participavam ou não.

Os senhores querem saber quem eram os co-investidores? Vou dizer. Os co-investidores são a Previ, a Petros, a Teles, a Sistel, a Funcef, fundos de pensão também, esses, sim. Aí aqui se esqueceram de falar. Por que eles são tão importantes? Porque precisavam desses 700 milhões de reais para poder comprar, para poder participar do leilão. E o que aconteceu é que, como não havia absolutamente nada de contrato, é natural que esses co-investidores eles fossem também procurados por outros grupos e esses grupos ofereciam vantagens. Então, estão aí justificados os telefonemas, a pressão, a bomba atômica, etc: era porque os co-investidores são os fundos de pensão também. Só que eles formaram um outro processo do qual só os fundos participavam. Isso que não foi colocado aqui! Mas é isso que a sociedade tem que saber! Então, quero dizer que, apesar de contrato assinado, os fundos de pensão, tudo o que eles tinham acertado, nada foi feito.

Quero perguntar, seria semelhante a uma pergunta que fez aqui um Deputado, mas minha tem outro enfoque. Como é, e aí está claro, está claro por que se pressionaram os co-investidores às vésperas, que queriam sair desse mico, como o senhor conseguiu que...

Diga aqui para as milhares de pessoas que estão lhe ouvindo, a receita, para montar esse fundo, para convencer inclusive os co-investidores? Hoje, hoje não, graças a Deus, eles já saíram desse mico, para entrar numa roubada como entraram, até porque os fundos têm direito a ações da Zain e da Invitel. São controladoras, sim, da Brasil Telecom, mas não são ações, essas ações não são negociadas em Bolsa. Então, como o senhor conseguiu convencer? Que poderio fantástico o senhor conseguiu convencer, sem contrato, sem vantagens, que os co-investidores entrassem nessa roubada? O senhor me responda rapidamente para eu poder continuar com o meu raciocínio.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Srª Senadora, os fundos de pensão já tinham feito compromisso de investimentos conosco. O nosso objetivo no leilão era de entrar na compra da Telemar, porque era a única companhia, das três, que não tinha comprador. Nós estabelecemos um consórcio para tentar comprar na Telemar, quando veio um consórcio concorrente e se formou. E não tenho a informação do por que havia preferências por um lado ou pelo outro. O fato é que o consórcio que adquiriu a Telemar não dispunha dos recursos para comprar a Telemar. Tanto é que o BNDES teve que entrar com o pagamento dos 25%.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Mas o BNDES também financiou o Opportunity.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, mas ele financiou, ele aplicou no fundo um valor de R\$40 milhões e ele teve que entrar com R\$700 milhões para cobrir o pagamento do outro consórcio. Mas tem uma variável que é a mais relevante de todas. O leilão, eu vou pegar o preço aqui para dar para a senhora...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – O senhor não está respondendo a minha pergunta.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – No leilão da Telebrás, o preço que a Telenorte Leste...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu não perguntei... O senhor não está respondendo a minha pergunta.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Então, a senhora, por favor.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu fiz uma pergunta como o senhor convenceu os co-investidores. Eu não estou aqui falando do fundo nacional. O fundo nacional já tinha um contrato assinado; o senhor falou. Mas os co-investidores não, porque eles eram um fundo à parte e independia, na verdade, de cada leilão.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Os co-investidores tinham contrato assinado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Isso é o que o senhor está dizendo. Como o senhor veio

aqui com **habeas corpus** e o senhor pode dizer qualquer coisa...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Mas eles tinham. Deixa-me pegar as datas aqui.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Exatamente. Se eles tivessem, até para podermos colocar... Mesmo o fundo nacional tendo sido assinado com algumas garantias, quero dizer que não foram cumpridas. Os fundos de pensão investiram o que corresponde a 99% – os fundos, somando com os co-investidores, obviamente – mas o Opportunity, zero vírgula alguma coisa e a outra empresa lá de um baiano, também, 0,5.

Bem, esses fundos não podiam... Prometeram a eles que eles podiam desinvestir juntos. Mas isso não foi feito. Eles não podem desinvestir juntos. Tanto não podem que o senhor fez uma proposta para o Citibank – eu vou deixar para o Senador Eduardo Suplicy falar disso – de R\$400 milhões. E o acordo que os fundos fizeram com o Citibank agora, agora eles têm que ser... só podem desinvestir juntos! Então, o Citibank não pode vender as ações. Ele tem que levar os fundos. É essa a diferença. É essa a diferença. E aí os 400 milhões vão virar 1,2 bilhão mais ou menos. O Citibank não poderá mais vender sozinho e é nisso que os fundos de pensão estavam prejudicados. Tanto é verdade que os fundos de pensão começaram a brigar com o senhor desde 2000. Então, não se trata de uma questão deste Governo, mas que a administração dos fundos de pensão percebeu que, de tudo aquilo que tinha sido acordado, nada foi feito. Os fundos não tinham como sair. Essa que é a verdade. Por quê? Porque um fundo de pensão, quando entra num investimento, ele não pretende ficar **ad aeternum**. Ele entra por um tempo naquele investimento. Mas os fundos de pensão tinham dificuldades porque eram minoritários, não tinham condições nenhuma de vender as ações na Bolsa.

Então, eu quero dizer que, com isso, a única forma que eles teriam disso aí é a venda do controle da empresa. Eles tinham que vender o controle da empresa para poderem sair, porque não foi dado – não só quero dizer na Brasil Telecom – esse direito aos fundos em nenhuma das empresas privatizadas: nem na Amazônia Celular, nem na Telemig, nem no Metrô do Rio, nem no Porto de Santos! A nenhuma das empresas foi dado o direito aos fundos de pensão! Então, a lógica de onde os fundos fizeram o acordo correto para defender os associados deles, para defender os aposentados, para defender aqueles que ainda vão aposentar-se.

Vou concluir, Sr. Presidente. Os fundos fizeram o que de mais de correto podiam fazer: defender seus associados. Porque eles fizeram um acordo em que

eles têm a preferência de compra de ações daqui a dois anos, mas eles vão poder desinvestir juntos. Eles podem vender antes. Eles não vão estar impedidos como eles estão amarrados, dessa forma absurda, nesse contrato de privatização que foi feito de forma escandalosa, isso sim, para o País.

Então, eu só queria, como última pergunta, indagar se o senhor conhece a ONG Brasil 2000? Teve alguma participação nessa ONG? É porque é uma ONG que foi criada para defender a privatização e quem mais deu recursos para essa ONG, coincidentemente, foram as empresas privatizadas.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, então, nós não fazemos parte dessa ONG. Eu acho que é importante responder em relação ao direito dos fundos de pensão de vender em conjunto. Eles sempre tiveram o direito de vender em conjunto. Os fundos de pensão têm um acordo chamado tegalong, que, se por acaso, as outras ações fossem vendidas, as ações deles teriam que ser vendidas juntas. E na estrutura de fundos administrados de forma conjunta, quando fosse vendida, tinha um acordo que obrigava a vender em conjunto. Quando eles nos removeram ilegalmente da administração do fundo, o fundo nacional ficou sem essa prerrogativa, mas os co-investidores sempre tiveram. Mas essa prerrogativa foi recuperada numa ação judicial que nos devolveu a administração do fundo, e os fundos entraram na justiça, cassando no fundo essa decisão que tirava de novo deles o direito de venda conjunta. E, ainda assim, adicionalmente, tinha um acordo entre todos os fundos que qualquer fundo que não quisesse continuar tendo uma administração que os outros tinham, tinha o direito de sair recendo pelo justo valor o valor em dinheiro. Então, essa prerrogativa eles sempre tiveram.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Não é verdade, porque o senhor não está dizendo a mesma coisa que...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, tenho um minuto mais...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Quero me reinscrever.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Darei o tempo a V. Exª a partir deste momento, nobre Deputado Jorge Bittar: 19 horas e 20 minutos.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, Sr. Daniel Dantas, em primeiro lugar, eu acompanho atentamente o setor de telecomunicações, em virtude da minha trajetória profissional. Enfim, articulo isso com a minha vida parlamentar, também a minha formação de engenheiro,

essas coisas. E tenho a avaliação de que, sem sombra de dúvida, a melhor privatização realizada no Brasil foi a do setor de telecomunicações, porque, quando menos se estabeleceram nessa área obrigações de investimento por parte das empresas privatizadas, definindo-se metas de universalização e metas de qualidade de serviço.

Agora, ao mesmo tempo em que eu tenho esse reconhecimento, tenho reparos à modelagem definida, à separação entre serviço local e longa distância, a excessiva pulverização das empresas, mas inegavelmente foi uma privatização bem sucedida. Mas isso não me impede, Sr. Daniel Dantas, de reconhecer que houve problemas, sim, durante...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu peço silêncio da platéia. Telefones neste nível de decibéis acaba atrapalhando o inquiridor.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – É só para chamar os Srs. Senadores que tem votação nominal.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Todos a reconhecer que houve problemas, sim, nas relações entre os representantes do poder público – BNDES, Ministério das Comunicações, Banco Central –, os agentes todos desse processo de Governo e os agentes interessados em comprar essas empresas, dentre eles o grupo Opportunity. Eu não quero referir-me apenas ao grupo Opportunity. Há que se reconhecer que, para se utilizar uma palavra que está sendo muito utilizada nos últimos meses, houve relações não republicanas no estabelecimento desses consórcios, nas relações entre esses consórcios e o próprio poder público. E o Sr. Daniel Dantas teve oportunidade aqui de se referir ao consórcio Telemar, sobre o qual ele fala evidentemente muito mais à vontade, mas o consórcio de fundos montado por V. Sª apresentou problemas sérios que todos nós haveremos de reconhecer. Há uma engenhosa arquitetura societária com o encadeamento de vários níveis de decisão que permitiu que a empresa que o senhor controla pudesse controlar verdadeiramente as empresas, a despeito de ser a sua empresa absolutamente minoritária. E o senhor diz: “Não, trata-se de *private equity*”, ou seja, administração de recursos de terceiros, que confiam a uma empresa como o Opportunity, por sua expertise, por sua capacidade de planejamento, de atuação no mercado, dentre outros, a tarefa de administrar esses recursos. Isso é verdade. Agora, é uma parte da verdade, Sr. Daniel Dantas, porque, evidentemente, nenhum investidor confia cegamente a terceiros os seus recursos. Todo investidor deseja acompanhar a aplicação dos resultados desses recursos e fazer valer os seus direitos. E aí é que houve problemas gravíssimos porque basta que se veja a formidável concertação de conflitos que

ocorreu ao longo desses anos todos. Foi uma relação extremamente conflituosa com uma sucessão de disputas judiciais tanto na justiça brasileira quanto na justiça internacional, em Nova York, nas Ilhas Cayman, no Tribunal de Londres e tantas outras coisas aí, tantos outros conflitos verificados. Houve denúncias concretas, Sr. Daniel, de que o Opportunity era mais do que um gestor desses recursos, porque, na verdade, ele acabou, de alguma maneira, misturando, confundindo o que são os recursos próprios da empresa com os recursos dos fundos aplicados nas empresas privatizadas. Essa história do Consórcio Voa é exatamente uma das expressões do que aconteceu. Não creio que o Opportunity ou as empresas não tenham o direito de comprar aviões. Têm todo o direito, até imaginando que possam fazer economia comprando aviões. Agora, eu fico a imaginar que o Opportunity, entrando com apenas 3% dos recursos do consórcio para a compra de aviões, possa controlar plenamente a utilização dessas aeronaves. E há informações seguras de que quem menos usa essas aeronaves são exatamente as empresas: Brasil Telecom, Telemig Celular, Telenorte Celular. É justamente isso que eu lhe digo, eu tendo a lhe afirmar, Sr. Daniel Dantas, que essa não é uma relação normal e saudável entre uma empresa gestora de recursos, que é o Opportunity, e os seus sócios, sejam eles os fundos, sejam eles os recursos do Citibank, seja a própria Telecom Itália. O senhor, neste momento, está em aliança com a Telecom Itália, mas o senhor já teve conflitos homéricos, que são de conhecimento de todos, inclusive quando a Telecom Itália se retirou do controle da Brasil Telecom e não conseguiu voltar depois de terem sido alcançadas as metas definidas nos planos de universalização e qualidade de serviço. É exatamente por isso que eu lhe pergunto: o senhor acha que esse quadro que eu aqui tracei é absolutamente normal dentro dessas empresas?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes da resposta, informo que eu acabo de receber uma comunicação do Presidente do Senado, pedindo que sejam encerrados os trabalhos agora, porque estão em regime de votação. Mas faço uma proposta alternativa: que os Senadores se retirem e deixemos que a Câmara continue, porque temos muitos Senadores aqui. Fica assegurado na lista...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quero dizer a V. Exª que eu já votei. Outros foram votar. Acho que não haveria nenhum prejuízo se...

O SR. (Orador não identificado) – De nossa parte, não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Se V. Exª já votou?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Votei.

O SR. (Orador não identificado) – O Heráclito é bem-vindo aqui.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pois não.

O SR. (Orador não identificado) – Eu estive com o senhor agora e vi que há 24 inscritos. Se continuarmos...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vezes 20, dá 480 minutos.

O SR. (Orador não identificado) – É impossível continuar dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – São oito horas.

O SR. (Orador não identificado) – Vou fazer uma ponderação a V. Exª e uma proposta. Para que todos façam seus questionamentos, vamos diminuir o tempo para quinze minutos. É a única forma que nós temos, porque é humanamente impossível, tanto para nós, quanto para o depoente, quanto para a Casa inteira, trabalharmos mais oito horas. Estamos aqui há onze horas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Seriam, no mínimo, mais oito horas, porque ninguém fala em quinze minutos. Até iniciar um e outro...

O SR. (Orador não identificado) – Então, vinte minutos no mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou lhe devolver o tempo. Fique tranqüilo, nobre Deputado. O tempo será devolvido a V. Exª.

Eu fiz esse apelo no início para reduzir para dez minutos. Mas não, cada um quer contar uma pequena biografia...

O SR. (Orador não identificado) – As televisões já estão se retirando.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, o tempo foi reduzido para quinze minutos.

O SR. MORONITORGAN (PFL – CE) – Sr. Presidente, proponha os dez minutos, até mesmo porque o interesse e as estrelas já foram embora. Então, vamos propor dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Tenho de consultar o Plenário. Consulte o Plenário se podemos reduzir para dez minutos?

O SR. (Orador não identificado) – Apoiado.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Depois de eu falar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Depois de V. Exª.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Depois do Bittar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É evidente que as perguntas inteligentes sempre terão alguma tolerância, nobre Deputado Moroni Torgan.

Então, agora o prazo será de dez minutos. O novo Presidente vai cuidar disso. Peço licença para me retirar. Mas antes queria também fazer um apelo. Que as perguntas repetidas... Estamos vivendo um momento de repetição. Claro que o juiz poderia indeferir todas as perguntas repetitivas, evidentemente, e as que não têm pertinência com o objeto. Mas eu faço um apelo: que se evitem as perguntas que já foram feitas. Façam outra pergunta mais inteligente.

O SR. (Orador não identificado) – A esposa do Marcos Valério ficou até de madrugada.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Continua com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Obrigado. Imagino que eu deva ter utilizado até agora uns três minutos. Só para que a gente possa controlar...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Nós vamos compensar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu fiz, na verdade, uma introdução e gostaria de ouvir, Sr. Daniel. Quero dizer que tenho admiração pelo seu papel de empresário. As críticas que faço são construtivas e, a meu ver, são fundamentais para que possamos construir um Estado brasileiro cada vez melhor. É nesse sentido apenas.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – É muito bom, Deputado, que eu tenha a possibilidade de explicar para alguém que quer ouvir a explicação.

Na verdade, se tivéssemos conseguido fazer, como é normal no mercado internacional, todos investidos num mesmo fundo, este conflito não existiria, porque os investidores teriam direito, se porventura o quórum fosse atingido, de remover o gestor, colocar um outro gestor para todos os recursos. Imagine um fundo de investimento nos Estados Unidos, em qualquer lugar, que capta recursos de todos os investidores, investe na iniciativa; ele tem o controle, escolhe investidores que participam. Se porventura os cotistas não estiverem satisfeitos por qualquer motivo com a administração, atingido o quórum, que é objeto de contrato, eles mudam a administração e todos os cotistas vão para o novo administrador.

Acontece que, por força dessa distorção fiscal, ficamos com três fundos diferentes. Aí ocorria que, se dois fundos mudassem o administrador, deixavam o outro desprotegido. Então, a tentativa o tempo todo aqui foi de formar subgrupos que pudessem incorporar

o controle a prejuízo do outro. A primeira tentativa foi dos fundos de pensão com a Telecom Itália. Tivemos que resistir defendendo o Citi e o Opportunity.

Como o senhor bem chamou a atenção, a Telecom Itália saiu do controle da Brasil Telecom e encontrou dificuldades à volta – o senhor entende? –, colocada por nós, as mesmas dificuldades que agora os fundos de pensão que questionaram os nossos empecilhos à volta da Telecom Itália os impõe. Quer dizer, é o mesmo problema. Quando a Telecom Itália tentou voltar ao bloco do controle da Brasil Telecom que estava aliado aos fundos de pensão e o Citibank junto conosco chamou a atenção da ilegalidade, os fundos protestaram. Quando nós viabilizamos a volta da Telecom Itália, o Citibank e os fundos de pensão protestam.

Então, na verdade, o discurso é sempre numa questão de méritos. O fato é que houve uma tentativa constante de aglomerar um sub-bloco de controle e, com isso, uma parte tirar proveito da outra. Nós tínhamos o dever fiduciário por contrato com todos. Dessa forma, enquanto tínhamos a gestão do fundo nacional e do fundo estrangeiro, tínhamos a obrigação de zelar por todos. Na medida em que nós perdemos ou nos tiraram a administração do fundo nacional, nós deixamos de ter essa obrigação.

Os fundos tentaram, com isso, se juntar a Telecom Itália ou a quem quer que fosse para abalroar o controle da companhia e, com isso, transferir vantagens de um lado para o outro. O nosso papel, que tem sido um papel difícil e duro, tem sido de tentar manter – e tentei manter no passado – essa estrutura o mais intacta possível. E, na medida em que ela foi contra contrato, ela foi desfeita, só nos cabia o papel de defender a parte que ainda estava sob a nossa responsabilidade.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O que entendo seja correto por parte dos fundos, que aportaram grande volume de recursos, algo em torno de US\$1 bilhão nesta consertação, é que eles têm responsabilidade sobre a gestão desses recursos, que são recursos dos mutuários desses fundos. E tenho receio, a meu ver absolutamente justificado, de que os seus recursos acabem virando pó em virtude de, nesta cadeia extremamente complexa de controle sobre as empresas, eles não terem participação nos mecanismos de planejamento estratégico e de definição da destinação desses recursos verdadeiramente. Não que eles devam gerir, mas que eles sintam que na verdade as suas aplicações, na medida em que se formem alianças contra eles, podem acabar virando pó verdadeiramente.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Quando esse conjunto de participações foi montado, os fundos de pensão participavam conosco de discussões

sobre decisões. Essa relação, no fundo, estressou a CRT. Na compra da CRT, os fundos de pensão vieram com uma intenção completamente ilegítima. Os fundos, junto com pressões do Governo, forçavam uma companhia da qual eles tinham participação a pagar um preço acima do que era necessário para comprar uma participação da Telefônica.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Então, eu gostaria, aproveitando que o senhor abordou essa história da CRT, de dizer o seguinte: impressionou-me muito a descrição que o senhor fez. Enfim, é uma avaliação, uma acusação grave o que aconteceu. Uma empresa que, pela avaliação do senhor, **a posteriori**, depois de conhecer a empresa, valia na faixa de 400 milhões, menos de 500 milhões, ter sido comprada pela própria Brasil Telecom por R\$800 milhões é um fato da maior gravidade.

Por isso mesmo, pedi uma consulta e obtive a seguinte informação: em todas as reuniões do Conselho de Administração da Brasil Telecom, que foi a compradora, os fundos praticamente não opinaram. O senhor mencionou uma reunião que teria ocorrido na Anatel.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Foi.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Em que circunstâncias ocorreu essa reunião? E qual foi o papel dessa reunião? Tenho aqui o resumo das atas de reunião do Conselho da Brasil Telecom, de 26 de janeiro de 2000, de 31 de janeiro de 2000, enfim, e da reunião seguinte, em 20 de março de 2000. Em todas essas reuniões, quem tomou a decisão foram os representantes do Opportunity e da Telecom Itália. Não havia representantes dos fundos, praticamente.

Eu obtive, através das minhas fontes... Na verdade, não há nada secreto nisso aqui. São informações...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Havia a participação dos fundos de pensão, e nós temos toda a documentação desse assunto da CRT, que pode comprovar a resistência que a Brasil Telecom fez e que o Opportunity ajudou a fazer, porque a administração da Brasil Telecom sentiu que não tinha capacidade de resistir às pressões existentes – declarações em jornal e tudo. A retórica era sempre a seguinte: é estrategicamente importante comprar a Companhia Riograndense de Participações. Não podemos deixar de comprar logo. É inconveniente que a Anatel intervenha. Então, a montagem era colocar pressão, para que a Brasil Telecom comprasse, mas a Telefônica não abaixava o preço. Foi exatamente o que ocorreu nessa reunião da Anatel. Nós, do Opportunity, fomos a essa reunião em apoio à Brasil Telecom – e também o Mauro Sales que estava contratado –, mas os fundos de pensão nos informaram que, por não sermos

administradores da companhia, não podíamos estar presentes na negociação.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sinceramente, Sr. Daniel Dantas, é conhecida, publicamente, a sua competência e a sua firmeza, que, aliás, são virtudes que o senhor tem, na defesa de seus interesses. Custa-me acreditar que o senhor tenha permitido que de 300 milhões a 400 milhões tenham se (*Inaudível.*) apenas por pressões políticas gerais, porque o senhor tinha o controle do Conselho de Administração da Brasil Telecom, que é, efetivamente, a empresa que controla.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não era assim.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Se a Telecom Itália e a Telefônica fizeram um acordo no exterior, nós, brasileiros, não...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não era por pressões políticas gerais. Havia dois fatores que estavam acontecendo ali em volta.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Jorge Bittar, o tempo de V. Ex^a já foi devidamente compensado.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Para concluir apenas esse tema.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Em primeiro lugar, tínhamos o receio de que, numa eventual intervenção da CRT, as metas de universalização não fossem cumpridas – isso nos foi informado – e, por isso, a Brasil Telecom ficava completamente alijada de desenvolver o seu futuro. Em segundo lugar, o crédito para o pagamento das parcelas do BNDES, que estava sendo condicionado pela Telecom Itália, só seria liberado se a aquisição da CRT acontecesse, mas o BNDES não liberava o crédito. O crédito foi liberado nove dias depois da compra da CRT; nove dias úteis depois. E era necessário esse crédito no fluxo de caixa programado para poder pagar a parcela do leilão de privatização.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Concedo a palavra...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Entendo apenas, Sr. Presidente, só para resumir, que, nessa história da CRT, há realmente uma relação obscura e houve relações claramente não republicanas nesse tempo, de maneira absolutamente evidente. Se o Sr. Daniel Dantas tinha controle pleno sobre a Brasil Telecom e não comprou pelo valor que ele sabia que vale a empresa, que não fosse os 400, mas que fossem 500 milhões, como ele imaginava antes de entrar na CRT, é porque houve pressões indevidas – e pressões indevidas não ocorrem por acaso, mas em função de interesses que não os interesses claros, transparentes, os interesses

públicos do País. Lamento profundamente que isso tenha ocorrido.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço ao Deputado Bittar.

Passo a palavra ao Deputado Neucimar Fraga pelo prazo de dez minutos, conforme ficou acordado.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Daniel Dantas, o senhor afirmou aqui hoje, pela manhã, que conheceu o Sr. Marcos Valério antes de 2002. Correto? Conheceu-o quando?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu o conheci... Eu disse que não me lembrava a data em que tinha conhecido o Sr. Marcos Valério, se foi em 2003 talvez, ou em 2004. Não me lembro a data, mas não foi antes de 2002, nunca tinha encontrado com ele.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – O senhor com certeza é um grande economista, um grande empresário do País, grande conhecedor de mercado. Tenho dificuldade de acreditar que o senhor não se lembra a data em que conheceu o Sr. Marcos Valério, se em 2002, se em 2003, se em 2004. Em relação ao mês, eu posso até concordar, mas, quanto ao ano, eu acho difícil. O senhor não tinha nenhum contato com o Sr. Marcos Valério antes de 2002?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não tinha nenhum contato. O contato que eu tive com o Marcos Valério foi tão circunstancial que eu não me lembro. Se eu tivesse tido uma reunião com ele, alguma ata, alguma coisa importante, eu saberia.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Quem é o senhor Carlos Rodenburgo?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O Sr. Carlos Rodenburgo trabalha conosco.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Ele é seu sócio?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Ele é sócio.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Foi sócio durante quantos anos? Ainda é sócio ou foi sócio?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Foi sócio. Hoje, ele tem outros negócios nos quais tenho participação.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Quando ele entrou em sociedade com o senhor? Quanto tempo durou essa sociedade?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Ainda somos sócios, mas não neste mesmo negócio, em outros negócios.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Mas ele entrou na sociedade com o senhor em que ano?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Deve ter uns dez anos.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – O Sr. Carlos Rodenburgo tinha contato com o Sr. Marcos Valério?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O Sr. Carlos Rodenburgo tinha contato com o Sr. Marcos Valério.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – E, como sócio do senhor, o Sr. Carlos Rodenburgo nunca o informou desse seu relacionamento com o Marcos Valério?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, o Sr. Carlos Rodenburgo... Não sei porque o Sr. Carlos Rodenburgo tinha contatos com o Sr. Marcos Valério. Não sei se era algum assunto em relação à publicidade ou porque os dois criavam cavalos. Então não sei de onde vinha o contato.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – O Sr. Marcos Valério tinha participação em algumas empresas de publicidade. Correto? Algumas das empresas de publicidade das quais o Sr. Marcos Valério tinha participação prestava serviço para as empresas operadoras de telefonia controlada pelo grupo Opportunity ou por outras empresas das quais o senhor tem participação e é controlador?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Sim, a SMP&B e a DNA detinham a conta da Telemig S.A. e da Telenorte S.A.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Desde quando?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Desde 98, segundo me foi informado.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Então o Sr. Marcos Valério, que tinha participação em empresas de publicidade, prestava serviços para empresas controladas pelo Opportunity ou empresas, como o senhor disse, que fazem parte do grupo de empresas do qual o senhor é controlador. Então o Sr. Marcos Valério já trabalhava para o grupo do qual o senhor tinha participação em algumas empresas desde 98. Correto?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu não sei nem se era o Sr. Marcos Valério. O que posso afirmar para o senhor é que a Telemig S.A. e a Telenorte S.A. eram clientes da SMP&B e/ou DNA, porque não sei se essas duas empresas foram criadas na mesma época, desde 98. Eu tinha lido no jornal que o Sr. Marcos Valério entrou para sócio depois ou alguma coisa assim, eu não sei. Eu sei que as empresas eram clientes dessas duas empresas de publicidade.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – O colunista Diogo Mainardi, da **Veja**, tem escrito nas suas crônicas reincidentemente que o Sr. Marcos Valério era o operador do Sr. Pimenta da Veiga, quando este último era Ministro das Comunicações do Governo Fernando Henrique Cardoso; que a função do Marcos Valério era

operar a relação de Pimenta da Veiga com alguns políticos mineiros, desde a época em que o Sr. Fernando Henrique Cardoso era Presidente da República. E o senhor já tinha participação no mercado de telefonia móvel desde 1996, conforme foi relatado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Neucimar, V. Exª consumiu quatro minutos do seu tempo. Acabo de receber um comunicado do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, solicitando que suspendêssemos a sessão em decorrência da Ordem do Dia naquela Casa.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Mas foi feito um acordo aqui, Sr. Presidente.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Mas, Sr. Presidente, só tem deputado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Acontece que veio a determinação da Presidência do Senado e vou cumpri-la.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – É oitiva, Sr. Presidente. Então, V. Exª tirou a minha oportunidade de falar.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – A sessão está suspensa até a conclusão da Ordem do Dia do Senado.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O senhor chamou errado e tirou a minha oportunidade de falar.

O SR. (Orador não identificado) – Tenho receio que a gente não consiga fazer as perguntas para o...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Sucede que é regimental.

O SR. (Orador não identificado) – Vai ficar suspenso por quanto tempo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – A decisão veio lá da Presidência do Senado.

O SR. (Orador não identificado) – Pois é. Bem no dia do banqueiro Daniel Dantas temos que suspender.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Peço a compreensão de V. Exªs. Iremos até o horário que for necessário.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Mas, Sr. Presidente, com isso, o senhor tira a minha chance de falar, porque era a minha vez de falar. Vou ficar totalmente prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Em absoluto. Peço escusas a V. Exª pelo equívoco cometido. Penitencio-me, mas V. Exª não perderá a oportunidade, no momento aprazado.

Vamos suspender

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Só uma pergunta, Sr. Presidente. Queria saber se reuniões das CPMLs, do Mensalão e dos Correios, já foram

suspensas em algum momento por ordem também do Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Já, eu mesmo já suspendi lá na CPML dos Correios.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Então concordo.

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Convido o depoente a comparecer à mesa.

Mantenho a palavra ao Deputado Neucimar Fraga pelo prazo que lhe falta, seis minutos, contados a partir da chegada do depoente, do reinício da inquirição.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Neucimar Fraga, tem a palavra V. Exª.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sr. Presidente, vamos então continuar a nossa participação na Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Daniel Dantas, o senhor confirma na Comissão Parlamentar de Inquérito que o Sr. Carlos Rodenburgo, seu sócio, já tinha vínculo com o Sr. Marcos Valério desde 1998?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, não confirmo isso. Eu confirmo que o Sr. Carlos Rodenburgo conhecia o Sr. Marcos Valério e não acredito que era desde 98.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Mas confirma que as empresas do Sr. Marcos Valério, empresa do qual ele tinha participação, prestavam serviços para empresas controladas pelo Opportunity ou por outras empresas nas quais o senhor também tinha participação societária?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Confirmo que, desde 98, pelo que me foi reportado – quer dizer, estou confirmando, não; estou confirmando o que me foi reportado, não era eu que geria a companhia –, a Telemig me reporta que, desde 98, já era cliente da SMP&B e da DNA. Eu não tenho como confirmar se essas empresas naquela época tinham o Sr. Marcos Valério de sócio.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – O Diogo Mainardi tem citado nas suas crônicas que existia um acordo para a compra da participação do Citibank na Brasil Telecom e existia um acordo também dos fundos de pensão com o Citibank para a compra dessa participação do que o Citibank tinha na Brasil Telecom. O senhor ouviu falar também sobre esse acordo?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O acordo entre os fundos de pensão e o Citibank?

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Isso.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu ouvi.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Pelo seu conhecimento do mercado, qual o valor da participação do Citibank na Brasil Telecom hoje, em termos de mercado?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – É difícil precisar hoje qual essa avaliação, tendo em vista o acordo que foi feito com os fundos de pensão.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Qual foi o acordo feito?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eles fizeram um acordo em que se obrigam a votar em conjunto e que os fundos dão ao Citibank um direito de vender as suas ações por um preço preestabelecido, num prazo de dois anos; dão o direito, mas não a obrigação do Citibank de vender.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – E qual o preço estabelecido?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Olha, tenho aqui anotado, porque eu não fui... Aliás, eu não sei nem se eu deveria estar testemunhando sobre esse assunto, porque eu não fui parte desse acordo. O que posso dizer para os senhores e tentar auxiliá-los é que, pelo fato relevante que foi publicado por eles, o preço é de um bilhão quarenta e cinco milhões noventa e quatro e um e 692. Estou lendo aqui o fato relevante publicado pelo Citibank e pelos fundos de pensão.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – O senhor responde algum processo fora do Brasil?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eles entraram... O Citibank entrou com uma ação contra nós, pelo fato de termos vendido as nossas ações para a Telecom Itália.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – O senhor conhece o teor de algum despacho do juiz de Nova Iorque sobre essa transação comercial aí?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Conheço. O primeiro despacho que o juiz de Nova Iorque deu contra nós, suspendendo, na verdade, todas as iniciativas por uma percepção que o juiz tinha que nós teríamos assim ampla relação em governo, política no Brasil e que poderíamos, por conta disso, prejudicar o Citibank.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Além desse processo em Nova Iorque, o senhor responde a algum outro processo fora do País?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Responde... O outro processo de Caymans é movido por nós contra um ex-funcionário da companhia. Ele responde a processo.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Qual o nome dele?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Luís Demarco.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Qual o motivo do processo movido?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não me lembro exatamente o que... Ele alegava... Não. Ele tentou sacar um recurso que não lhe pertencia...

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Nas Ilhas Caymans?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Nas Ilhas Caymans, exatamente.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Então, não foi o Sr. Demarco que acionou o senhor? Foi um processo da sua empresa contra ele?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não. Foi a nossa empresa contra ele. Depois, tem um processo dele contra nós também. Mas quem iniciou fomos nós.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Então o senhor responde a um processo nas Ilhas Caymans por utilizar os recursos do fundo irregularmente. É esse o motivo do processo?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, não. Não há nenhum processo de utilização de recursos irregular.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Qual a ação que ele move contra o senhor?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O Sr. Demarco entrou com uma ação pedindo a dissolução do fundo, ele entrou pedindo a dissolução desse fundo.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – O senhor afirmou aqui, pela manhã, que foi comunicado, não precisou a data, de uma audiência do senhor com a Casa Civil.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Foi. A data: em maio de 2003.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Mas o senhor não sabe quem marcou a audiência?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu não sei quem marcou a audiência.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Mas, normalmente, na Casa Civil, ainda mais come o Ministro José Dirceu era muito difícil conseguir uma audiência. Eu sou parlamentar há dois anos e meio e até a data em que o Ministro José Dirceu estava na Casa Civil nunca consegui uma audiência com S. Ex^a, até em nome da Bancada tínhamos dificuldade. E isso é notório, é de conhecimento de todos. E o senhor conseguiu uma audiência com o Ministro José Dirceu sem solicitá-la? Foi isso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu fui ao encontro na suposição de que S. Ex^a teria querido...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* Esgotado o tempo de V. Ex^a.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – ... pedir o comparecimento.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Só mais um minuto, Sr. Presidente. Porventura não foi o Sr. Marcos Valério que marcou essa audiência? O senhor não procurou saber depois? Ou o Sr. Delúbio?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não tenho o menor motivo para supor que poderia ter sido o Sr. Marcos Valério que marcou essa audiência.

NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Deputado Moroni Torgan. (Pausa.)

Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Murilo Zauith.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Daniel, o senhor está aqui há quase dez horas. Homem de mercado, tivemos a oportunidade de inquiri-lo. O senhor falou sobre fundos de pensão, assunto que o senhor domina, e formação de grupos de consórcio. Afinal, esteve na sua seara.

Eu perguntaria ao senhor se, como homem de mercado, o senhor acreditou que o Presidente Lula ia fazer uma gestão econômica conservadora.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu não tinha essa informação. Eu não...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor não apostou nela?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, eu não tinha informação de qual seria a política econômica que o Presidente Lula faria.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor não apostou nos fundos, nos C-Bonds que valorizaram mais de 100%?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, nós, na verdade, não fizemos, vamos dizer assim, nenhuma tomada de posicionamento levando em consideração qualquer tipo de previsão da política econômica do Governo.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Quem ganhou dinheiro com essa política econômica do Presidente Lula? Nessa valorização dos C-Bonds em mais de 100%, aplicação de recursos externos com juros de 14% ao ano, real?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O mercado internacional certamente ganhou dinheiro com isso e bancos nacionais também.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor tem informação de quem participou desse mercado?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, não tenho nenhuma informação específica de quem participa do mercado.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor tem vários processos, como homem de mercado. A sua agressividade no mercado é que lhe traz esses processos na Justiça, que leva o senhor a ser processado? Isso faz parte desse mercado?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, eu nunca tinha tido processos anteriormente. Isso tudo aconteceu quando ocorreu o conflito com os fundos de pensão e esses processos todos foram iniciados pela outra parte, tentando, na verdade, tirar proveito de investimentos que tínhamos o dever de defender.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Quando o senhor não atuava na área de teles não tinha nenhum.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não tinha nenhum.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Não tinha processo nenhum.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Nunca tive nenhum.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Sempre trabalhou com investimentos de pessoas que acreditaram nos seus fundos de investimentos?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, nunca tive nenhum.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E a lucratividade desse mercado de teles era melhor antes de o senhor atuar nele?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, até para dizer a verdade a V. Exª acho que esse mercado de teles é pior. Estou tentando consumir as nossas vendas e as participações para deixar o mercado de telecomunicações. Minha intenção não é continuar nele.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E essa dificuldade que o senhor tem de lidar com a imprensa? Dizem que o senhor não tem bom relacionamento com a imprensa brasileira. O senhor tem vários processos contra o Mino Carta, que é um dos expoentes do jornalismo no País, criador da revista **Veja**, **Jornal da Tarde**, **ISTOÉ**, **CartaCapital**, o senhor tem processo contra o Sr. Ricardo Boechat quando fazia a coluna do jornal **O Globo**, o Sr. Paulo Henrique Amorim, expoente também como repórter, jornalista, que hoje está na TV Record, o Sr. Luís Nassif, articulista da **Folha de S.Paulo**. Por que essa dificuldade com a imprensa? Faz parte também desse negócio?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Deixe-me esclarecer. Eu não tenho nenhum processo contra o Ricardo Boechat. Eu não tenho nenhum processo

contra Paulo Henrique Amorim. Eu não tenho nenhum processo contra Luís Nassif. Temos um processo contra o Sr. Mino Carta, temos um processo contra o Sr. Mino Carta. Agora, deixe-me mostrar aqui ao senhor o seguinte: fizemos um levantamento, não sei se isso dá para ver aqui, de longe, fizemos um levantamento da revista **CartaCapital**, um levantamento de quatro anos, e aqui está o número de capas que a revista **CartaCapital** dedicou a cada pessoa.

Deixe-me ler aqui para o senhor: ela dedicou seis capas ao Presidente Bush, cinco capas às Organizações Globo, três capas ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, três capas ao Sr. Anthony Garotinho, três capas ao Sr. Meirelles, duas capas ao Prefeito Serra, duas capas a Bin Laden e vinte e uma capas a mim. Tem vinte e uma. Não posso pressupor que haja um nível de importância relativa nessa dimensão. Não sei o que é, mas a minha impressão é a de que não há. Não estou dizendo que seja ou não um problema de relação. Acho que há uma desproporção completa. Ah! Participo da cena nacional? Participo, mas os outros também. Então, não tenho a sensação...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – A sua dificuldade é só com esse jornalista?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, nem acho que haja nenhuma dificuldade. O que acho que existe é uma tomada de partido. Acho que na verdade há elementos na imprensa que têm um partido; partido por – há várias hipóteses – desinformação, por preconceito, por interesse, não sei pelo que é. Não tenho nenhuma evidência para dizer ao senhor que é por essa razão. Só posso dizer o seguinte: não acho que seja normal, não acho que seja uma situação espontânea essa desproporção. Fizemos a soma de capas negativas, e tenho metade.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Quer dizer que o senhor só tem processo contra o Mino Carta?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não sei, acho que tenho um processo contra o Rubens Glasberg, da Teletime. Mas quase não temos processo contra a imprensa. Fomos vítimas de uma campanha muito forte, muito violenta, da imprensa. Essa campanha tinha um objetivo, ela não era gratuita. Na verdade, isso acontece desde a época da dissolução da New Hotel da qual passou a participar um empresário do Rio de Janeiro, que está na área de mídia, e passou a usar ou ensinar ali o expediente de usar matérias publicadas na imprensa como formas de auxiliar na obtenção de medidas liminares. A partir daí, as notícias publicadas na imprensa passaram, algumas delas, a ter um componente, vamos dizer, importante nessa disputa. E a partir desse momento parte das matérias – não digo a totalidade, mas algumas delas – perderam a intenção.

E muitos jornalistas também, na maior boa-fé, foram induzidos por conta de outras matérias, algumas versões. Essa é uma situação bastante complexa. Ela foi ficando mais complexa ao longo do tempo. É muito difícil você destrinchar a coerência da verdade de forma rápida. Então, às vezes vem uma história que aparentemente, como essa história que talvez me traz aqui: olha, tem na verdade... A Telemig/Telenorte é uma das grandes clientes da SM&P e da DNA. A imprensa publicou, extensivamente, que nós éramos a fonte do financiamento do mensalão antes de pedir uma verificação das notas e dos pagamentos, para verificar se de fato isso era publicidade ou não.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Está bom.

Sr. Daniel Dantas, o ex-Ministro Gushiken esteve nesta Comissão e declarou aqui que orientou – orientação governamental – que os fundos de pensão não negociassem com o senhor. Estiveram aqui nesta CPMI também o Sr. Delúbio Soares, o Sr. Marcos Valério e outros. Eles disseram que, por intermédio do Sr. Carlos, foi possível fazer um contato do senhor com o Sr. José Dirceu. Esse contato que o senhor procurou com o Sr. José Dirceu foi porque o senhor sentia realmente essa mão do Governo afastando os fundos de pensão, afastando as empresas do Governo, os negócios do Governo do senhor?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, na verdade, não procurei o contato com o Ministro José Dirceu. Nesse primeiro contato, o Ministro me pediu que tivesse uma conversa com o Sr. Cássio Casseb, para tentar resolver esse assunto.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor já disse aqui. Então, o senhor sentiu dificuldade com o Cássio Casseb.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não é que senti dificuldade. Senti hostilidade na conversa com o Cássio Casseb...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Pela ligação dele com o Gushiken?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não sei. Não conheço o Governo.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Mas o senhor sentiu que o Governo tinha a orientação de afastar os negócios das estatais e dos fundos de pensão do senhor?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, não é problema de afastar. O que o Sr. Cássio Casseb me pediu foi que desfizesse os contratos que tinham sido feitos na época do investimento. Depois, o próprio Citibank mandou uma carta dizendo a Cássio Casseb que não concordava, mas o pedido foi basicamente que rasgasse os contratos. Quer dizer, no fundo, ten-

tou-se judicialmente o cancelamento desses contratos, a Justiça não concedeu o cancelamento deles, e ele, na verdade, nos solicitou... Não pedi ao então Ministro José Dirceu que marcasse esse encontro com Cássio Casseb.

O SR. MURILO ZAUIH (PFL – MS) – Obrigado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a.

Convido a Senadora Fátima Cleide. (Pausa.).

Ausente.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, pelo prazo de dez minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Sou um dos requerentes da presença do Sr. Daniel Dantas e quero ficar até o final. Se o Deputado Mendes Thame, ou o Senador Heráclito Fortes, desejar falar antes, poderá fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Tudo bem. Por permuta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Por permuta. Deputado Mendes Thame. Só pediria a atenção para uma observação: li hoje no jornal **O Estado de S.Paulo** que o Sr. Daniel Dantas mencionou que poderia haver qualquer interesse comercial da parte de quem tivesse requerido a sua presença. Quero esclarecer que, como avalei que era importante...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Nobre Senador, pediria que aguardasse sua intervenção.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Na hora certa, eu falarei. Fico para o final, então. Só para dizer que não houve qualquer interesse dessa natureza. É só para esclarecer os fatos.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Com a palavra o Deputado Mendes Thame.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Sr. Senador, desculpe-me, mas não foi isso que declarei ao jornal **O Estado de S.Paulo**. Declarei que tinha pedido **habeas corpus** porque fiquei preocupado que houvesse algum interesse comercial em perguntas que nos fossem feitas. Não sei se o que foi publicado corresponde precisamente ao que eu disse.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Depois esclareço isso. Deputado Mendes Thame.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Daniel Dantas, temos ficado aqui durante muitas horas, no intuito de investigar, tentar colher fragmentos da realidade, unir essas peças do quebra-cabeça, para conhecer o mais possível o que de fato vem ocorrendo nessa crise que envergonha

o país. Temos o dever de esclarecer o mais possível os fatos, não só no que se refere ao mensalão, mas também no que se refere a tudo isso que vem envergonhando o País.

Hoje, lamentavelmente, a ação de alguns Deputados da base do Governo nos levam a desperdiçar grande parte do tempo dessa oportunidade valiosa. Foram feitas aqui, pelo Deputado Carlos Abicalil, por exemplo, perguntas sobre a privatização das teles. Ora, na época da privatização das teles, o edital do leilão das teles foi definido em audiência pública, foi publicado, definido em audiência pública, publicado e o leilão realizado trinta dias depois. Hoje, a respeito desses leilões, o senhor afirmou que havia dado um lance na compra da Telemar de cinco bilhões, quase um bilhão a mais do que o lance que realmente foi o vencedor, porque o senhor não ficou com essa tele, pelas suas informações, porque a Previ não havia assinado, não havia segurança de que o senhor poderia realmente assumir esse negócio e porque, em outro momento, teria dito que já tinha assumido a tele do sul e, portanto, não poderia ficar com as duas. A esse respeito ainda, eu queria dizer que houve uma fiscalização específica do Tribunal de Contas da União a respeito da privatização das teles, e o voto não só do Procurador da República, mas também do Plenário como um todo, foi no sentido de que, pelo princípio da economicidade de que deveria se procurar o máximo nesses leilões, o BNDES agiu corretamente, no sentido de induzir a formação do maior número possível de concorrentes, para que o valor final fosse o mais alto possível a favor do Governo.

E é por isso que eu queria que o senhor, por gentileza, nos explicasse melhor como foi essa opção e o que o levou a optar pela tele do sul deixando, portanto, de exercer esse lance maior, 1 bilhão a mais, na concorrência pela Telemar.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Primeiro, deixe-me fazer uma correção. É que a Telemar saiu por 3.400, e a nossa proposta seria de 5.200, então, são quase 2 bilhões a mais, e não 1 bilhão.

Segundo, concordo com a tese de que o BNDES tentou montar o máximo possível de consórcios para tentar motivar um preço mais elevado. Nunca optamos por comprar a Telecentrosul. Isso aconteceu pela mistura de alguns eventos acidentais e outros que não sei. Parece estranho, mas ocorre o seguinte: na noite da privatização, os fundos de pensão estavam querendo saber qual era o lance que iríamos dar. Já havia acontecido numa situação anterior, na privatização da CRT. Os fundos de pensão, na última hora, impediram a participação desse consórcio, e o lance da Telecom

Itália foi sabido pela Telefonica, que ganhou com uma margem muito pequena.

Então, havia uma grande preocupação de que estivesse havendo um mercado de lance, ou seja, imagine, num leilão dessa magnitude, a informação do lance permite que a outra parte abaixe o preço e ganhe por uma margem muito pequena. Ficamos preocupados com isso e dissemos que não queríamos dar o preço do lance estratégico e, obviamente, aquilo gerava uma tensão porque os fundos de pensão diziam: “Estamos participando do leilão e queremos saber”. Depois de muita discussão, eles deram uma instrução de que deveríamos fazer uma oferta técnica, diz-se tecnicamente, mas o tecnicamente era algo muito vago sujeito a reclamação sob qualquer que fosse o parâmetro. Por que optamos? Por passar essa informação, essa instrução para a Telecom Itália. Então, dissemos à Telecom Itália: olha, recebemos dos nossos investidores essa orientação, mas vocês vão fazer isso por nós. Vocês são uma empresa reconhecida de telecomunicações, nós não somos. Então, vocês têm, na verdade, uma capacidade de lastrear um (*Inaudível.*) técnico melhor do que a nossa, porque já estávamos percebendo que ia dar confusão no dia seguinte.

O Presidente da Telecom Itália Internacional se reuniu comigo, sozinho, e fixamos um preço máximo: iremos, no máximo, a este montante. Porque seria irresponsável não ter um limite. Mas, nesses leilões, a praxe era a de ir com vários envelopes e, dependendo da percepção, do entusiasmo das outras partes, na última hora, colocava-se o envelope maior ou algum outro envelope. No fundo, se você percebesse que não tinha outro comprador, entrava com o envelope mais baixo. Havia a preocupação com o outro consórcio, e a preocupação era grande. A Telecom Itália achava que era estrategicamente muito importante comprar as empresas de telecomunicação no Brasil e tinha a motivação de entrar com um preço elevado.

Então, assinamos os envelopes e os entregamos para a Telecom Itália. Na época, acho que era a Elena Landau que estava trabalhando conosco como consultora e que assinou os envelopes, com a nossa autorização, e os entregou para a Telecom Itália. Era a Helena ou a Maria Lúcia. Ela está me corrigindo aqui que não foi a Elena, foi a Maria Lúcia Cantidiano que assinou os envelopes. Entregaram os envelopes para a Telecom Itália. E a Telecom Itália decide fazer um lance na Telecentro Sul, que hoje é a Brasil Telecom, sem ter combinado conosco. Não tinha a combinação. Não tínhamos estudado a Telecentro Sul, não porque tivéssemos qualquer opinião a respeito da Telecentro Sul, mas o que circulava no mercado era que o consórcio do Globo Bradesco e Telecom Itália, e acho que

a ATT fazia parte do consórcio, era imbatível em São Paulo. A Telefônica, por ser uma empresa muito grande e rica, que já tinha comprado a CRT, certamente ganharia o Sul.

Optamos pela Telemar porque era a única que não tinha comprador. Como quem diz o seguinte: “Ora, somos menores”. Por mais que tenha sido descrito que tínhamos conseguido arrecadar grande quantidade de fundos, em comparação à Telecom Itália, à Telefônica, era um valor bem menor. Então, tínhamos optado pela Telemar por isso, porque era a única que era viável de conseguir sair por um preço não muito disputado. E não havia muita dúvida de que a Telefônica compraria a Telecentro Sul.

A Telecom Itália tinha nos pedido para nos inscrever na Telecentro Sul, basicamente para eles tentarem barganhar com a Telefônica algum tipo de acordo. E ela, para nossa surpresa, apresenta um envelope na Telecentro Sul e ganha e compra. Pela regra do leilão, isso nos tirava da possibilidade de comprar a Telemar. Não era a intenção que tínhamos. Não é que tenha sido ruim, porque iríamos comprar a Telemar com um ágio muito grande e acabou, por acidente, comprando a Brasil Telecom com um ágio muito pequeno.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Perfeito.

Bom, a segunda pergunta é a seguinte: De acordo com *e-mails* enviados pelo senhor à executiva do Citigroup, Srª Mary Lyn, o Governo brasileiro o teria pressionado diretamente e pessoalmente para que o Opportunity deixasse a participação na Brasil Telecom. Ainda segundo seus próprios *e-mails*, a intenção do Governo seria, inicialmente, entregar a operadora à Telecom Itália, para que, posteriormente, a Brasil Telecom fosse repassada à Telemar.

A esse respeito, solicito nos informar o seguinte: quando diz “o Governo o pressionou diretamente”, a quem do Governo o senhor se refere? quais pessoas do Governo?

Em segundo lugar, na sua visão, por que a Telemar? Há, na sua avaliação, alguma correlação com fato de a Telemar ter aportado R\$5 milhões na empresa do filho do Presidente da República, a Game Corp?

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Encerrado o tempo de V. Exª, Deputado.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Em primeiro lugar, a pessoa a que me referi, que tinha feito a pressão, foi o Cássio Casseb, Presidente do Banco do Brasil, que me disse que falava em nome do Governo, mas não me disse em nome de quem falava.

Então, essa a informação que passei para ela, correspondia à informação que recebi. E, segundo, não acho que haja nenhuma correlação entre a compra da

Game Corp e alguma operação que pudesse estar sendo orquestrada entre a Telemar e Brasil Telecom.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, o senhor me permite...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Mas isso estou dizendo o que eu acho. E até fui orientado aqui, pelos nossos advogados, que eu não... que deveria tentar me conter a emitir qualquer opinião. Quer dizer, eu, na qualidade de testemunha, eu não tenho, eu não estava presente, não vi e não sei. Eu até, talvez, tenha me excedido um pouco, o senhor perguntou o que eu acho, eu disse, mas, se eu me excedi, desculpe.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, somando os minutos que eu usei, acho que não dá um minuto. Se o senhor fizesse uma concessão, eu tinha mais uma perguntinha, muito rápida, não gastarei mais do que dez segundos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Não temos objeção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Em homenagem à paciência e persistência de V. Ex^a...

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Muito obrigado. Sr. Daniel Dantas, a Angra Partners, o senhor conhece? A Angra Partners?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu conheço de nome, não conheço pessoalmente.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sei. Essa Angra Partners está sendo formada com executivos do Citigroup e da empresa que foi destituída do comando desse Fundo de Pensão. Como é que o senhor explica esse fato de os executivos dessa empresa, que substituiu a empresa que era controlada por V. S^a, serem esses mesmos executivos?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Olha, eu não tenho explicação a dar para isso. Eu não faço parte da Angra, não fui eu que escolhi o Angra Partners e eu não tenho como dar explicações a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Deputado, e passo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhor depoente, Sr. Daniel Dantas, em primeiro lugar, eu quero lamentar a amnésia que, em determinado momento, toma conta das pessoas e lembrar que quem derrubou o Sr. Cássio Casseb, do Banco do Brasil, o Sr. Candiota, do Banco Central, foram exatamente a Senadora Ideli Salvatti e o Deputado Valverde,

que levantaram, na CPI do Banestado, a tese de que todos aqueles que tinham conta CC5 ou em paraísos fiscais estavam promovendo lavagem de dinheiro, que era dinheiro escuso. Criaram esse caldo de cultura e, cerca de uma semana depois, eis que aparece o nome exatamente do Dr. Casseb e do Dr. Candiota, como detentores de conta lá fora.

Não procuraram saber se as contas eram corretas ou se não eram, mas, diante do clima criado, – naquele tempo, o PT ainda tentava ser o monopolista da seriedade – não tinha outra atitude a tomar a não ser o afastamento.

Porém, Sr. Relator Abi-Ackel, descobriu-se que a conta era ilegal e até hoje não se apurou a origem dos recursos ali aplicados. Mas é outra história.

Sr. Presidente, Deputado Asdrúbal Bentes, temos que – e é o primeiro passo dessas duas Comissões – promover uma acareação entre o Sr. Daniel Dantas, o Presidente do Citibank e o Presidente da Previ, porque o Senador Jarbas Passarinho diz, com muita propriedade, que, para cada fato, existem três versões: a minha, a sua e a verdadeira. Eu acho que é a maneira oportuna de se descobrir exatamente quem fala a verdade e quem fala a meia verdade.

Portanto, estou aqui com os dois requerimentos, Presidente Asdrúbal Bentes, que queria encaminhar às duas Comissões e pedir que essa acareação fosse feita da maneira mais rápida possível e que o PT volte àquele velho tempo, onde era inimigo feroz do Citibank, porque achava que, no Brasil, ele era um representante do FMI e era o famigerado roedor da poupança brasileira, e que se inspire naquele discurso do Presidente Lula, feito num encontro de Fundo de Pensão – pela primeira vez no Brasil, um Presidente de República participava de um ato daquela natureza –, em que apela para que o Citibank, exatamente, seja mais generoso com os países pobres, e por aí vai.

Acho que esta acareação é fundamental.

Sr. Dantas, algumas coisas precisam de esclarecimento, porque o leigo, o aposentado do Banco do Brasil, ou o que vai se aposentar, não consegue entender.

Passamos daquele momento em que o Partido dos Trabalhadores era dono da verdade, monopolista do bem. Este Governo já mostrou que não gosta de Dantas. Primeiro, foi o outro – não gosta de Daniel. Primeiro, foi o Celso Daniel e, agora, V. S^a. O outro está morto e tentam fazer de V. S^a um morto-vivo. No caso de lá, desqualificaram os irmãos: é doido, irresponsável, lobista. Até que ele veio aqui e falou. E vimos outra verdade. Daí por que o interesse é exatamente a apuração limpa, líquida e certa para que se saiba

onde está, onde mora a verdade, onde as andorinhas dormem!

Eu quero, por exemplo, uma explicação, que o senhor pode dar. Há oito meses, a Telemig estava sendo vendida para um grupo português por bilhões de dólares. Esse mesmo grupo, na época em que teve a venda vetada, está voltando a negociar a mesma empresa por US\$500 milhões. É preciso que quem está nos ouvindo entenda o porquê da mudança de preço pelo mesmo produto.

Queria fazer uma pergunta também, V. S^a pode responder no final. Nessa disputa, em que alguns participantes do Governo transformaram essa disputa numa questão pessoal, usando o poder do Estado, em determinado momento, o Banco Opportunity teve uma decisão a seu favor no CADE, por seis a zero. Quarenta e cinco dias depois, sem que nenhum fato relevante acontecesse, nenhuma novidade, perdeu por seis a zero. Houve interferência política de quem, como, por que e para quê?

No caso da Embratel, falou-se muito aqui disso. No caso da Embratel, havia, de um lado, três grandes empresas brasileiras – as três grandes – disputando e uma operação comandada pelo Sr. Luiz Gushiken que, aliás, negou isso na Comissão, na sua oitiva. É fato que, no gabinete dele, foram feitas várias reuniões. V. S^a não participou dessas reuniões, mas diretores da sua empresa tiveram participação.

Pergunto: quantas vezes, com quem presente e por que esse negócio não deu certo? Originalmente, parecia-me que tinha uma dificuldade de dar certo porque a legislação brasileira não permitia.

Com que interesse se avançou e se enganou os empresários brasileiros por tanto tempo? E por que, de repente, num passe de mágica, entra a Telmex como vitoriosa nessa questão?

Em terceiro lugar: existe negociações como essa feita no Acordo Previ e Citibank no chamado PUT? Um prêmio que é exatamente a garantia ou a vantagem que aqueles que fazem o risco da negociação recebem, que oscila entre 10 e 20%.

Onde está o prêmio desse PUT? Quem o recebeu, se recebeu? Por que não recebeu? Porque o que se sabe é que não existe precedente de, em contrato dessa natureza, não existir a figura do prêmio e quem faz um contrato dessa natureza sem o prêmio está lesando o patrimônio de quem administra.

V. S^a conhece, pessoalmente, os dirigentes da Previ, da Petros e da Funcef? Teve com algum deles alguma divergência pessoal de qualquer ordem? Durante o período em que V. S^a respondeu pela gestão das companhias telefônicas – Brasil Telecom, Telemig e Amazonas, os fundos de pensão tinham o direito de

participar dessa gestão? Alguma vez V. S^a fez oferta de compra da participação do Citibank ou dos fundos de pensão na Brasil Telecom? Se fez, quais as condições e qual a resposta que V. S^a obteve?

Outra pergunta: é verdadeira a alegação dos fundos de pensão – de que precisavam fechar acordo com o Citibank para dispor do direito de *tag-along*?

Por último, eu queria apenas lhe fazer uma sugestão – como V. S^a tem direito às considerações finais –, por cautela e por ver que até ao final desse depoimento V. S^a tem se mantido muito seguro e cauteloso. Em uma intervenção desastrosa da Senadora Ideli, ela fez uma acusação que lhe passou despercebida, mas é preciso um esclarecimento: ela acusou V. S^a de ter sido o inspirador ou de ter participado de uma matéria que saiu na revista **Veja** da última semana acusando o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Edson Vidigal. Como ele é oriundo desta Casa, é uma pessoa querida por todos e sabemos da sua isenção, da seriedade com que ele atua, ficará muito ruim se não houver uma resposta nas considerações finais, um esclarecimento por parte de V. S^a. Até porque, a Senadora Ideli assim procedendo, coloca muito mal não só a revista **Veja** como o repórter...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Nobre Senador...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Vou encerrar... como o repórter que fez a matéria.

É apenas uma sugestão e gostaria de ouvir as respostas de V. S^a sobre o que indaguei.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Permita, prezado Senador Heráclito... a sua pergunta sobre o conhecimento dele com o diretor de fundo de pensão seja... não definido o período, porque há o período de fundos de pensão...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Desde Cabral, quando ele veio de Portugal, criou o primeiro fundo de pensão, cujo patrimônio era o vinho Pêra-Manca. O primeiro patrimônio. Trouxe. Está na Carta de Pero Vaz de Caminha. Até V. Ex^a ...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sei, até chegarmos aqui.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Até V. Ex^a chegar; passando por tudo, passando pela França, pela Argentina, pelos franco-brasileiros e pelos homens do mundo. Como V. Ex^a quiser.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu gostaria de começar respondendo em as considerações que o senhor fez em relação à matéria da **Veja**. A Senadora Ideli fez essa asserção, mas disse que não era uma pergunta e, assim sendo, eu não tinha a faculdade de esclarecer.

Nós não temos nada a ver com a matéria da **Veja** a respeito do Ministro Vidigal. Eu gostaria de autorizar, inclusive, que a **Veja**, se porventura nos tiver tido como fonte de qualquer matéria dessa natureza, que possa dizer que não temos nenhuma informação, não participamos, não conversamos com a **Veja** nem fomos ouvidos nessa matéria. A **Veja** nem nos procurou. Não há nenhuma participação nossa em relação à matéria que saiu do Ministro Vidigal na revista **Veja**.

Em relação ao conhecimento dos administradores dos fundos de pensão, eu nunca estive com os administradores atuais da Funcef, da Petros; com o Sr. Sérgio Rosa, que eu me lembro, eu acho que eu estive com ele pessoalmente em uma reunião apenas. Foi uma reunião na sede da Previ, uma reunião em que ele estava recém-empossado, uma reunião onde nós fomos protestar sobre a compra da CRT, das pressões que os fundos de pensão estavam fazendo para que a Brasil Telecom pagasse o sobrepreço na CRT. Na época, o Presidente da Previ não era o Sr. Sérgio Rosa; era o Sr. Luiz Tarquínio, que hoje, se não me falha a memória, é presidente de uma empresa controlada pela Previ, que é a Fundação Tupi. Essa é a informação que eu tenho. Não sei se ele ainda está lá. Mas o Sr. Tarquínio, eu o conheci. Tivemos algumas reuniões com o Sr. Tarquínio, poucas, e eu também conheci o presidente anterior da Previ, que era ...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, ... Sr. Daniel, o preço da Telemig, por que mudou de oito meses atrás para agora?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, o preço da Telemig é o seguinte, Senador: a venda da Telemig que estava sendo proposta naquela época era a venda da Telemig S.A., que era a companhia, e a venda que eles têm discutido no momento é a venda da Telpart. Então, há uma modificação de preço, mas a modificação de preço não é tão expressiva quanto essa dimensão. Na verdade, são produtos diferentes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A mudança de posição do Cade?

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Senador, por favor! Já esgotou o seu prazo. Pode se reinscrever.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, vamos fazer um acordo? Em vez de reinscrição, já que eu fui prejudicado: V. Ex^a me tirou cinco minutos a minha revelia...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Não, quem retirou foi o Plenário. Houve acordo no plenário. Eu apenas executo as decisões do Plenário.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Em vez de reinscrição, me dê os cinco minutos para não perder o... A mudança do Cade.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Eu creio que isso aí...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Só responder as perguntas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – O Plenário vai concordar.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Quando houve o conflito com a Telecom Itália em relação a ... A Telecom Itália saiu do controle da Brasil Telecom por ter adquirido licença de telefonia móvel e a Brasil Telecom não ter ainda antecipado as suas metas de universalização. Ela saiu do controle, contratando o direito de votar ao controle, muito embora esse contrato não atingia as iniciativas da Brasil Telecom. Como a Brasil Telecom comprou a licença de telefonia móvel também, houve uma superposição de licença que atrapalhava a volta da Telecom Itália, e nós tínhamos tido informações de que havia influência do Governo em cima da Anatel para ajudar ali, de alguma forma, que a transação se concretizasse da forma com que eles pretendia.

Nós, então, entramos com uma... A Brasil Telecom entrou com a queixa no Cade... A Animec entrou com uma queixa no Cade, e o Cade deu uma decisão, por cinco a zero, de que havia conflitos de concorrência e, nos 45 dias depois, o Cade muda a decisão para zero a cinco, e as informações que nós tínhamos tido é de que tinha havido pressões do Governo sobre o Cade para dar essa decisão.

Eu não posso testemunhar sobre isso, porque eu apenas escutei isso. Eu não estava presente, não posso confirmar ter havido pressões do Governo em cima do Cade para mudar a decisão.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador, e passo a palavra...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente,...

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – ... ao nobre Deputado Fraga.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – O tempo de V. Ex^a está expirado, Senador,

em respeito aos Parlamentares que estão aguardando aí...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Pela ordem, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Sobre essa questão, o depoente está esclarecendo, está respondendo às perguntas feitas. Três delas ainda não foram respondidas. Não se trata de tempo novo.

Se V. S^a ainda tem alguma coisa a responder...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Questão do PUT.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. (Orador não identificado) – O Senador havia perguntado também...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, o encontro da Telmex. São coisas importantes, Sr. Presidente, para quem quer apurar a verdade desses fatos. O encontro da Telmex é um fato da maior importância, o encontro é...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Se V. Ex^{as} não fizessem peroração, discursos antes da inquirição, o tempo seria mais do que suficiente, mas cada qual quer fazer um discurso, para depois, então, inquirir. Vamos ser objetivos. Ter respeito até aos companheiros que estão aguardando desde de manhã, aqui, pacientemente.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Com a palavra, o Deputado José Rocha, pela ordem.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, o Senador Heráclito Fortes apresentou um requerimento e eu fui signatário inclusive, um dos signatários. Eu queria que o depoente, o Sr. Dantas, respondesse se concorda com a acareação, solicitado o requerimento com o Presidente do Citibank,...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O senhor me desculpe, mas eu, aqui, eu seria convocado para essa acareação. Não me cabe concordar ou discordar.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Cabe, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Deputado, esse requerimento será decidido na reunião administrativa.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Eu queria saber se S. S^a aceitaria ou não a acareação.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Se o Plenário aprovar, ele será convocado.

Eles serão convocados. Então, indago ao depoente se ainda tem alguma resposta.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sim, mas eu perguntaria...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Presidente, sobre a questão da Embratel e sobre a questão do PUT, do prêmio.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Bom, sobre a questão da Embratel, eu não estive presente nessas reuniões. Quem esteve foi Artur Carvalho, que trabalha conosco, e o que Artur me reportou é que estavam presentes, além dos representantes das companhias telefônicas, acho que duas pessoas do BNDES.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Presidente do BNDES?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O Presidente do BNDES e o Diretor do BNDES.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Só eles, mais ninguém?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – É o que eu me lembro, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Já é bastante.

O prêmio do PUT. Por que que o... Onde anda esse prêmio?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Senador, eu não posso testemunhar sobre um contrato que eu não fiz. Eu não tenho conhecimento. Eu li esse contrato, porque foi publicado como fato relevante e eu não participei da elaboração desse contrato.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu quero agradecer a V. Ex^a, Sr. Presidente, e quero pedir... O Deputado Abi-Ackel é um dos homens mais lidos deste País, eu queria passar à mão dele, de V. Ex^a e do Relator, um artigo da colunista Rosângela Bittar, publicado no jornal **Valor Econômico** em 13/04, sob o título “Polícia Federal produz réu ilegal”. Ministro Abi-Ackel, o artigo é baseado em um dos melhores Parlamentares que temos, com fonte do Deputado Paulo Delgado, que fez uma análise e uma avaliação da questão dessa briga e citando a participação da Kroll e a posição da Polícia Federal. Em determinado momento, ele, correligionário do Sr. Gushiken, diz que o Gushiken investigado não é o Gushiken Ministro. Portanto, não é questão de Estado, mas o lobista, o empresário defendendo seus interesses comerciais.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a e encaminho ao Relator.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Acho que é fundamental a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Encaminho ao Relator e concedo a palavra ao Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, inicialmente vou me ater mais aos fundos de pensão. Concordo com V. Ex^a que devemos ficar apenas na inquirição. Quando os representantes dos fundos de pensão estiveram aqui na CPI, Sr. Daniel Dantas, os presidentes mentiram? O senhor certamente deve ter ouvido as informações que nos foram dadas pelos três presidentes dos fundos de pensão – da Previ, da Petros e da Funcef – quando estes vieram. Quero saber do senhor se esses representantes dos fundos de pensão mentiram quando estiveram aqui.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Deputado, de fato, não assisti à apresentação dos representantes dos fundos de pensão. Temos aqui um relatório em que constam várias imprecisões que os fundos de pensão relataram aqui nesta Comissão.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Por exemplo.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Por exemplo, que eles não tinham direito de venda conjunta, o chamado *tag along* nos fundos administrados por nós. Eles tinham.

Os fundos de pensão também disseram que eles não tinham liquidez. Eles tinham um contrato que dava a eles o direito de vender. Se por acaso eles mudassem de administradora, eles tinham.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Portanto, no mínimo, omitiram informações importantes para a Comissão.

V. S^a não considera que os fundos de pensão cometeram um erro, um equívoco, ou seja, se omitiram em manter sob sigilo o acordo com o Citibank, pois uma operação dessa magnitude não deveria ter sido comunicada aos associados e ao Conselho da Previ? Gostaria de ouvir a sua opinião de empresário.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu nunca participei da Previ e não conheço os regimentos internos. Pelo que li, eles deveriam ter sido comunicado, mas não posso dar opinião sobre disposições internas da Previ.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O Sr. Gushiken disse na CPI que o Sr. Luiz Demarco era seu amigo e que fez a lojinha virtual do PT. Estranhamente o Sr. Demarco, de acordo com informações da imprensa, recebeu, logo em seguida, US\$5 milhões do Citibank. Esse dinheiro seria uma espécie de comissão pela celebração do tal acordo com o Citibank e a Previ, que o TCU, inclusive, acabou de condenar. O senhor acha que isso é uma praxe em contratos dessa natureza? Foi normal o depósito desse dinheiro para o Sr. Demarco?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não tenho informação de quanto o Sr. Demarco recebeu do Citi-

bank. Tenho a informação de que o Citibank celebrou um acordo com o Sr. Demarco e fez um pagamento. Esse foi um valor divulgado pela imprensa, mas não tenho como testemunhar que esse tenha sido o valor.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O Senador Heráclito Fortes falou do PUT. Eu sou autor da ação no TCU, órgão que, por unanimidade, suspendeu os efeitos do acordo. Aquela revista que o senhor mostrou aqui da qual já foi capa 21 vezes, colocou-me – e quero até me apresentar ao senhor – como novo liderado da sua bancada, a “bancada do Daniel Dantas” no Congresso, estranhamente porque eles não discutiram, em momento algum, o mérito da ação e tentaram desqualificar a minha pessoa, colocando-me sob suspeita, mas, em nenhum momento, vi algum repórter questionar o mérito da ação. A ação é tão meritória, que, de imediato, o Tribunal de Contas da União suspendeu o acordo e causou uma reação muito estranha do Governo.

Portanto, além do ato de me apresentar aos senhores, dizer que sou o Deputado Alberto Fraga, da sua Bancada – muito prazer –, quero dizer que, em ações como aquelas, quantas aparecerem em meu gabinete, vou entrar.

Depois, ainda de maneira muito estranha – bancada evidentemente pelo Palácio do Planalto –, outro jornalista da **Folha de S. Paulo** disse que um Deputado do PFL tinha clonado uma ação do Sr. Mota Veiga, que é o advogado do Opportunity. Mas tomei conhecimento de uma carta do advogado Mota Veiga, dizendo que ele tinha visto êxito na ação e resolveu copiá-la. Se eu dei entrada na ação no dia 25 de julho e o Dr. Mota Veiga deu entrada no dia 10 de agosto, eu não poderia ter clonado o documento que foi entregue na Casa Civil. Isso se deve evidentemente aos maus jornalistas e àqueles que costumam receber certa jabazinha do Palácio do Planalto, evidentemente patrocinado pelo Sr. Gushiken.

Outra pergunta que também queria fazer ao senhor: o Sr. Gushiken foi favorável ao acordo da Previ com o Citigroup, num flagrante prejuízo para os fundos, pois considerava que seria preferível a perda no negócio a ter de ficar sob o domínio de V. S^a. Em outras palavras, o Sr. Gushiken considerou menos ruim perder centos e poucos milhões do que ficar sob o controle acionário do senhor. Isso é ódio ou é o quê? Por que essa reação de alguém que lida com os fundos de pensão há tanto tempo? O prejuízo desse mau negócio foi de cerca de 170 milhões, como calculou o Sr. Valmir Camilo, Presidente da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil. Esse seria o único caminho para conseguir o fim do comando do Opportunity?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Nesse contrato que o Citibank assinou com os fundos de pensão, eles acordavam em substituir o Opportunity como um gestor do fundo. Se existiu alguma intenção complementar na ação do Citi, não sei. Sei que isso era parte do contrato.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Era abaixo do contrato?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Isso era parte do contrato.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – É verdade que o PT, antes de chegar ao Governo, já tinha decidido afastá-lo da gestão da Brasil Telecom? V. S^a já sofreu algum tipo de pressão por parte de integrantes do Governo para deixar o comando da Brasil Telecom? Finalizando, V. S^a possui alguma prova, como documentos registrados em cartório, que comprovem esse tipo de pressão?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Nós já tínhamos sido avisados, antes até de começar o Governo, que possivelmente enfrentaríamos essa hostilidade e que havia uma intenção de transferir o controle das empresas que estavam sob a nossa administração.

Quanto à questão do... Qual foi a outra pergunta que o senhor me fez?

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Por que o Sr. Gushiken preferia um prejuízo de 170 milhões a ter de ficar sob o domínio do...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Na verdade, já estávamos na fase final do fundo. Esses fundos teriam de ser vendidos. Esses ativos teriam de ser vendidos. Por meio de uma medida judicial que foi entrada pela Fundação da Brasil Telecom, a Justiça reconheceu que a remoção do fundo Opportunity tinha sido irregular. E o Opportunity voltou, por um dia, à administração do fundo nacional. Se essa administração tivesse continuado com o fundo nacional, o Opportunity poderia ter vendido essas participações, e os fundos tinham o direito de acompanhar, nos seus co-investimentos, esse preço.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Perfeito. Num depoimento prestado à CPI dos Correios, o Sr. Gushiken negou veementemente que influenciasse nas decisões de investimento dos fundos de pensão das estatais, apesar de reconhecer a proximidade com os dirigentes das duas maiores entidades de previdência privada no País: a Petros e a Previ.

Sobre esse ponto, eu quero indagar ao senhor: o senhor considera que, de fato, o Sr. Gushiken influenciava as decisões dos fundos de pensão e por quê? O senhor acha que ele influenciava?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O senhor desculpe, mas... quer dizer, na qualidade, aqui de tes-

temunha, eu não estou aqui para, quer dizer... o meu papel não é o de dizer a minha opinião a respeito. Eu posso dizer que eu tinha ouvido, eu tinha constantemente ouvido informações nesse sentido, mas não é algo que eu possa testemunhar.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O senhor vê, o senhor demonstra ética. No entanto, eu acho que, se fossem posições opostas, seus adversários o teriam triturado aqui. No entanto, eu acho que o senhor se comportou de uma maneira muito ética, muito pacata, não... Eu acho que o Governo estava com receio do que o senhor poderia dizer, e eu também fico decepcionado, porque eu gostaria muito de saber algumas coisas aí do senhor, porque tudo que tem acontecido de ruim no Brasil normalmente estão dizendo que é o senhor. Chegaram até ao ponto aqui, quando suspenderam a reunião porque o Senado estava deliberando, de disser que era porque o senhor já tinha dado um jeito de suspender.

Então, é esse tipo de – eu encerro, Sr. Presidente –, tratamento que, infelizmente, que os aliados do Governo atribuem ao senhor. Por isso, acho que o senhor está sendo muito benevolente com o Governo, mas, se algum dia o senhor quiser realmente falar alguma coisa, eu aceito de bom grado essa missão para eu poder usar a tribuna.

Muito obrigado.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Obrigado, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Obrigado, Deputado Fraga. Deputada Perpétua Almeida. (Pausa.)

Vamos suspender a reunião por cinco minutos, a pedido do depoente. Ausente a Deputada Perpétua Almeida.

Deputado Zico Bronzeado. (Pausa) Ausente.

O SR. ZICO BRONZEADO (PT – AC) – Estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Não, o Deputado Zico está aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Presidente Asdrúbal, V. Ex^a está mantendo a minha inscrição, não é? (Pausa.) Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Entendi que V. Ex^a queria ficar para o final.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT/SP) – Eu fico. Tudo bem. Só quero...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Mas se quiser, na condição de titular, V. Ex^a tem a preferência. Eu estou chamando os suplentes já. (Pausa.) Fica a critério de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Disponho-me a me inscrever e terei direito a 15 minutos,

não é? Terei direito a 15 minutos, conforme os titulares têm tido, não é?

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Dez. houve um acordo, já à noite, que, diante do número significativo de Parlamentares inscritos e a exigüidade de tempo, de que reduzíssemos a dez minutos. Mas evidentemente que com a tolerância de sempre.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Está bem. Obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, V. Exª permite que, aproveitando a ausência do depoente, eu faça chegar às mãos de V. Exª um documento, um dossiê que está aqui em minhas mãos e que eu gostaria de entregar à comissão?

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Certamente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Bom, ontem...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Solicito à...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, eu queria lhe explicar o porquê da entrega. Ontem à tarde, na Comissão dos Bingos, circulou um repórter fotográfico fazendo a distribuição de um dossiê chamado Dossiê Dantas, e esse dossiê, com esse papel requintado, sofisticado, constando cerca de cem perguntas, foi repassado para vários Parlamentares. Alguns jornalistas sérios me chamaram a atenção para o que estava acontecendo porque havia um desvio de função: um fotógrafo credenciado pelo comitê de imprensa fazendo distribuição panfletária de matérias, tomando, naturalmente, partido nos assuntos da Comissão! Imediatamente pedi à Segurança que tomasse as providências, e aí a documentação foi apreendida e foi lavrado o termo sobre a questão. Juntamente com o material, apreendeu-se um aparelho de computador, de DVD, não sei bem o quê. Esse documento está sendo periciado, Sr. Presidente, e já se sabe mais ou menos a sua origem. Mas eu gostaria que a Comissão tivesse, sob sua guarda, cópia do documento. Não só para isso, mas também para que se veja, nobre Relator Osmar Serraglio, uma curiosidade. São cerca de 100 perguntas: umas, com respostas; outras, com comentários, ele pode dizer isso, pode dizer aquilo. Das 100 perguntas, cerca de 69 foram feitas e repetidas aqui **ipsis literis**. Não tiveram nem o cuidado, em alguns casos, de sair da seqüência.

Então, eu queria passar à mão e mostrar que bisbilhotice não é privilégio de um lado nem de outro. Essa questão é ampla, geral e irrestrita. A bisbilhotice existe, é da natureza humana. Por isso esse dossiê foi distribuído. Eu pensei que, depois do que aconteceu

ontem, alguns fossem pelo menos ter a cautela de mudar o texto, trocar as palavras, mas é um negócio interessante. Como essa oitiva vai repassar na televisão, eu aconselho aos Relatores que acompanhem, juntamente com essa peça, para ver que há muita gente prestando serviços que não são republicanos. Estão a serviço de quem não sei, mas vai ser fácil apurar, porque esse documento está sendo periciado, o papel é sofisticado, a redação é conhecida.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Solicito a V. Exª que encaminhe o documento. Já determino à Secretaria que extraia mais uma cópia, já que estamos aqui, as duas Comissões, para que fique uma cópia para cada relatoria.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E distribua também aos Presidentes da Casa, para que se veja como as coisas estão acontecendo.

Aliás, Sr. Presidente, sobre esse caso de escuta telefônica, um fato me deixou estarecido, Senadora Ideli, V. Exª tem que participar dessas coisas.

Na CPI dos Bingos, no depoimento do irmão do Sr. Celso Daniel, alguém do PT confessou que a escuta telefônica que houve ali foi um pedido pessoal do então sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva. E que a escuta foi feita exatamente atendendo o pedido do Sr. Lula. Se a escuta, na época, foi legal ou ilegal, não é o caso a ser discutido. Agora, que ela foi fundamenta, foi. Porque deu pistas para se descobrir a verdadeira face do que quiseram fazer do caso Celso Daniel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Quero avisar aos membros da CPMI dos Correios que amanhã, às 10 horas, haverá reunião administrativa. Acredito até que os gabinetes já tenham recebido a comunicação. Mas reitero a presença de todos, pois serão decididas as matérias da próxima semana, inclusive as oitivas, quem serão ouvidos nas duas próximas semanas. Peço ao Deputado Abicalil para levar o roteiro das subcomissões.

(Pausa.)

Participo aos integrantes da Comissão que o depoente não está passando bem. Foi chamado um médico do Senado que vai atendê-lo neste instante.

Peço a compreensão dos Srs. Parlamentares, porque, na realidade, é uma verdadeira maratona. O depoente está aqui, precisamente, desde as 10 horas da manhã, ou seja, já se passaram onze horas. É uma verdadeira tortura.

Portanto, eu gostaria de pedir a compreensão de V. Exªs. O depoente vai tentar concluir esta oitiva, até mesmo para evitar um retorno à Comissão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Acredito que V. Ex^a deve proibir a repetição das mesmas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Proibir não é bem o termo. Nós, assim como o Senador Amir Lando, já fizemos esse apelo. Infelizmente, muitos nem sabem quais foram as perguntas já feitas, porque não acompanharam, durante o dia inteiro, o desenrolar do depoimento.

Vamos dar prosseguimento aos trabalhos.

Concedo a palavra ao Deputado Zico Bronzeado. Se possível, peço aos Parlamentares que façam seus questionamentos em cinco minutos, com objetividade, sem rodeios, sem discursos. Por favor, esse é o apelo que faço.

O SR. ZICO BRONZEADO (PT – AC) – Sr. Presidente, vou tentar ser breve.

Sr. Daniel Dantas, farei meus questionamentos a V. S^a e, ao final, se quiser responder, fique à vontade.

O senhor declarou que fez uma negociação com a Vivo no primeiro semestre de 2004. Por que o senhor omitiu que houve uma negociação direta com a Portugal Telecom, entre setembro e dezembro de 2004, com diversas reuniões no prédio do Opportunity, onde também fica a Portugal Telecom?

Diversas publicações afirmaram que o senhor pediu US\$300 milhões por fora para a Portugal Telecom. O senhor é conhecido por diversos processos contra jornalistas. O senhor processou alguém sobre essa afirmação? Então, ela é verdadeira?

Coincidentemente, o senhor pede esse dinheiro por fora depois de fracassada a sua tentativa de alijar os fundos de pensão da Telemig Celular, quando os Srs. Henrique Pizzolato e Valmir Camelo, ligados à Celular, ligados ao senhor e a Marcos Valério, pressionaram a Previ para que esta escolhesse sair da Telemig Celular. Se a Previ tivesse saído da Telemig Celular, o senhor conseguiria montar uma estrutura que roubasse os fundos e desviasse todo o dinheiro para o Opportunity, certo? Como não funcionou, o senhor partiu para a “proposta indecente”, como a chamou o Presidente da Portugal Telecom Horta e Costa. O senhor, então, pediu os US\$300 milhões por fora para poder comprar a parte do Citi na Brasil Telecom, certo?

Como a Portugal Telecom não tinha como justificar o dinheiro por fora, o senhor manda o Marcos Valério junto com o Tesoureiro do PTB, Marcos Palmieri, para dizer ao Presidente da Portugal Telecom que o Brasil é cheio de políticos corruptos e, por isso, precisava do dinheiro por fora. E, por isso, Marcos Valério entra na sala com o Presidente do PT e deixa o Palmieri de fora. Se os 300 milhões por fora ilegais saíssem, o senhor repassaria os US\$20 milhões ou R\$50 milhões de co-

missão para o PT e o PTB e acertaria a vida de todo o mundo, não é isso? Como tudo furou, nós estamos aqui porque o senhor é a origem do mensalão.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Está bom. Em primeiro lugar, as negociações com a Vivo sempre foram acompanhadas dos sócios da Vivo, que eram a Portugal Telecom e a Telefónica, de Espanha. Essas negociações começaram em maio e terminaram em setembro de 2004. Nunca houve qualquer solicitação de qualquer pagamento a Portugal Telecom que fosse por fora, fosse por dentro, fosse a título de qualquer outro pagamento, que não a compra da participação que estava sob negociação.

Nunca pedimos ao Sr. Marcos Valério que fosse a Portugal conversar com a Portugal Telecom. Nunca foi como nosso agente. Não tínhamos necessidade de pedir ao Sr. Marcos Valério para ter qualquer contato com a Portugal Telecom, uma vez que as reuniões com a Portugal Telecom, a Telefónica e a Vivo já estavam acontecendo conosco. Os participantes da Portugal Telecom e da Telefónica e Vivo, diversas vezes, encontraram com os representantes do Opportunity nessas negociações.

Eu não sei se o senhor está lendo um dossiê que tinha sido distribuído aí, amplamente, ontem. Não sei se é isso. Mas as informações todas que constam desse dossiê foram construídas com o objetivo de criar embaraços ou fazer outra coisa. Elas não são verdadeiras.

O SR. ZICO BRONZEADO (PT - AC) – V. S^a sabe que, nesta Casa, na maioria das CPIs que estão acontecendo, as investigações são fruto de matérias jornalísticas. Eu acho que é um rumo incerto, mas que permitiu desvendar várias verdades, e a maioria das perguntas que ouvi e vi, nesta Casa, são fruto de matérias jornalísticas, inclusive da **CartaCapital** e outras. Então, essa pergunta tem alguns questionamentos que foram extraídos inclusive de matéria jornalística que não foi contestada, se não me engano.

Mas, como, na verdade, Sr. Presidente, temos aqui uma consideração da Mesa para termos coerência com o depoente, até porque ele não está passando bem, eu vou encerrar a minha humilde contribuição.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a pela compreensão, Deputado Zico Bronzeado.

Vamos prosseguir. Deputado Eduardo Valverde. (Pausa.)

Deputado Ricardo Berzoini. (Pausa.)

Deputado Jamil Murad. (Pausa.)

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB - SP) – Cumprimento o Presidente, os dois Relatores, o Depoente. Vou passar imediatamente às perguntas para simplificar e racionalizar o nosso trabalho.

O senhor afirmou que a Brasil Telecom tomou prejuízo na venda das CRT, na sua exposição inicial, e ajuizou uma ação contra a Telecom Itália para recuperar esse dinheiro perdido. Essa ação ainda existe?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB - SP) – Gostaria da resposta. (Pausa.)

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Nessa ação, a Brasil Telecom fez um acordo com a Telecom Itália e resolveu abrir mão da capacidade de obter esse ressarcimento, tendo em vista as dificuldades que estava tendo para obter o ressarcimento, muito embora ela tinha também a estrutura de um (Inaudível.) que foi constituído...

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB - SP) – Quer dizer, não existe mais a ação?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, não é claro que ela não exista não porque o (Inaudível.) não deu o *release* para a Telecom Itália enquanto a fusão foi concretizada.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB - SP) – Outra pergunta: o conselho da Brasil Telecom aprovou a retirada da ação contra a Telecom Itália?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu não sou membro do conselho da Brasil Telecom e não sei.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB - SP) – Não, mas como é um negócio grande...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu não sei se era necessária essa matéria passar em conselho.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB - SP) – Por que o Opportunity ganhou R\$65 milhões em um negócio com a Telecom Itália e pesa sobre V. S.^a que teria retirado a ação sem a autorização da Brasil Telecom e retirado a ação contra a italiana em benefício próprio? Isso, inclusive, tem sido levantado contra V. Ex.^a como um banqueiro, empresário; tem sido levantado que, nos negócios, o senhor representa, às vezes, o Citibank, os fundos de pensão e o Opportunity, mas na hora em que faz os negócios o senhor puxa a sardinha toda para o Opportunity e larga o prejuízo para os outros, como parece ter acontecido aqui.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não é verdade. Primeiro, o seguinte: quando o Opportunity...

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB - SP) – E isso seria inclusive uma desavença entre você e Luiz Gushiken.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Veja o seguinte: quando o Opportunity fez esse acordo com a Telecom Itália.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, queria apenas por questões de Justiça e pela ausência, pedir que ele corrigisse: o Ministro Gushiken não se mete nisso. Ele foi injusto com o companheiro dele de base do Governo. Gushiken não se mete nisso.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB - SP) – Sr. Presidente, toda vez que o Senador entra, ele atrapalha.

O SR. (Orador não identificado) – Só um instantinho. O tempo urge e precisamos ouvir ali.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Deixa eu esclarecer: quando Opportunity fez o acordo com a Telecom Itália da venda da sua parte, a Telecom Itália exigiu que abrissemos mão de qualquer direito de acionar a Telecom Itália por prejuízos que a Telecom Itália tinha causado ao Opportunity.

Nesse momento do acordo, o Opportunity já não mais representava o Citibank nem representava os fundos de pensão. Ali, o Opportunity representava apenas os clientes do Fundo Opportunity. Assim sendo, essa negociação só foi feita dessa forma, sem levar em consideração os interesses específicos do Citibank nessa negociação porque já não estávamos mais representando o Citi. Essa transação em nada vinha contra o Citi.

Na realidade, o direito do Opportunity contra a Telecom Itália em muito excedia esse valor. A Telecom Itália é que foi rígida nas negociações, e só o que conseguimos obter de ressarcimento foi esse montante. Os prejuízos que a Telecom Itália tinha nos causado excediam esse valor em muito.

A Brasil Telecom, por outro lado, também tinha questões contra a Telecom Itália, principalmente oriundas do assunto da CRT e, tendo em vista as dificuldades de obter ressarcimento por via judicial, as vantagens que entendia que a Brasil Telecom teria pelo contrato de fusão da operação de telefonia celular da Brasil Telecom com a operação da Tim e a contribuição da Telecom Itália, de sua operação de longa distância para a Brasil Telecom, a Brasil Telecom concordou em celebrar um acordo geral, entendendo também que o fim do conflito societário lhe traria benefícios econômicos que justificariam esse apaziguamento de relações.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Eu estou aqui premido pelo tempo e queria passar para uma outra pergunta.

O Opportunity Fund, nas Ilhas Cayman, era para receber investimentos estrangeiros. A pergunta que eu faço é a seguinte: há investimentos brasileiros?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Bom, o Opportunity Fund nas Ilhas Cayman é um fundo que investe internacionalmente, mas ele investe também no Brasil. Os fundos que investem no Brasil são impe-

didos de ter depósitos de residentes no Brasil, não de brasileiros. Ele pode ter depósitos de brasileiros, ele não pode ter depósitos de residentes no Brasil.

O que a CVM instruiu que fosse feito é que seja colocado no prospecto do Fundo, e é colocado no prospecto, está no prospecto do Fundo, que cada aplicador declare que não é residente no Brasil. Esses fundos são vendidos por bancos internacionais, que têm a obrigação de verificar essa condição.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – E a resposta que eu quero é a seguinte: há investidores brasileiros no Opportunity Fund?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – A resposta que posso dar a V. Exª é essa: o prospecto do Fundo impede ou exige a declaração.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas não é a resposta. Estou perguntando...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Mas é só essa resposta que eu posso ter.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Porque anteriormente havia sido declarado por V. Sª que não havia. E eu quero dizer que o Sr. Luís Demarco é brasileiro, é cotista do Opportunity Fund e, portanto, V. Sª faltou com a verdade ao dar essa informação.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não temos nenhum conhecimento do fato do Sr. Luís Demarco ser cotista do Opportunity Fund no presente.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – A CVM condenou os gestores do Opportunity por essa irregularidade.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O Sr. Luís Demarco o que fez? Declarou que não era residente no Brasil quando era. E essa aplicação do Sr. Luís Demarco acredito que não exista mais no Opportunity Fund.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – O tempo de V. Exª está esgotado, Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Só mais uma pergunta, Sr. Presidente.

A Cemig foi comprada pelo Opportunity, quando ela foi privatizada, junto com uma empresa americana, a AES. A conta de publicidade dela era do Marcos Valério, da SMP&B. Quem ficou com a conta de publicidade dela depois da privatização?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não sei, nunca fizemos parte do bloco de controle. Foi uma participação acionária que esse Fundo teve, e a Cemig era gerida pelo Governo do Estado, em conjunto com a AES, sem nenhuma participação do Opportunity.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Vou informar. Depois da privatização, então, quem ficou foi o próprio Marcos Valério, a própria SMP&B, e o ex-pre-

sidente da Cemig, Sr. Elói Guimarães, foi do comando de campanha do Presidente Eduardo Azeredo, do então Governador Eduardo Azeredo, e daí surgiram investimentos em 80 candidatos, mais aquilo que o Sr. Marcos Valério chamou de “peixes graúdos”.

O senhor sabe dar informação desses “peixes graúdos”?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, não tenho nenhuma informação a respeito desse assunto da Cemig.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Deputado, o tempo de V. Exª se esgotou, eu vou passar...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Só encerrando, Presidente Asdrúbal. Eu queria dizer, com essa pergunta, que a performance do Sr. Marcos Valério como patrocinador de mensalão, de campanhas, começou lá atrás, em 98, e o guru dele, o patrocinador dele, está hoje aqui fazendo o depoimento nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço a V. Exª e passo a palavra ao Deputado João Fontes. (Pausa.)

Ausente.

Deputado Ildeu Araújo. (Pausa.)

Ausente.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Sr. Presidente, V. Exª pode me permitir apenas negar essa insinuação?

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Pois não, tem a palavra V. Sª.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Isso não é verdade. Já explicamos aqui que as contas do Marcos Valério com a Telemig e a Telenorte, que tínhamos participação de controle, eram pagamentos para publicidade, essas informações já estão aqui à disposição da Comissão há bastante tempo. E foram feitas hoje apresentações adicionais que vão estar sendo encaminhadas a V. Exªs. No caso específico da Cemig, o Opportunity jamais teve qualquer participação administrativa nessa companhia.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, eu queria só dar ciência pública de que eu registrei o Requerimento nº 1010, pedindo a transferência do disco rígido apreendido na Operação Chacal da Polícia Federal na sede da empresa Opportunity Fund, em poder da própria Polícia Federal hoje. E também a disponibilização da lista de todos os cotistas do Opportunity Fund nas ilhas Cayman para esta CPML.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – V. Exª pode encaminhar à Relatoria.

O SR. (Orador não identificado) – Já registramos esses dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Amanhã, na administrativa, V. Exª encaminha.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Deputado, a quem está dirigindo V. Exª no que se refere ao requerimento para as ilhas Cayman? Qual seria a autoridade a que V. Exª está se dirigindo? Só para eu tirar uma dúvida aqui.

O SR. (Orador não identificado) – Para as autoridades monetárias.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Da ilha Cayman, paraíso fiscal! V. Exª está pedindo... Sei muito bem que o Congresso hoje é levado ao ridículo, por isso estou fazendo essa abordagem a V. Exª. Pedindo...

O SR. (Orador não identificado) – Senador, seria ridículo não fazermos essa investigação.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Peço a V. Exªs que evitem essa discussão, que espero não leve a nada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O problema é porque esse não é o procedimento.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. (Orador não identificado) – Vamos discutir amanhã e, se houver algum aprimoramento no requerimento, V. Exª vai poder anular ou ...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quero que haja eficiência no requerimento de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Senador Heráclito, amanhã se discute.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy pelo prazo de dez minutos.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. (Orador não identificado) – O importante é as informações chegarem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* fazer de maneira correta para ser rápido.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, Deputado Asdrúbal Bentes, Srs. Relatores, Ibrahim Abi-Ackel e Osmar Serraglio, Sr. Daniel Dantas, é público que o Opportunity vendeu ações da Brasil Telecom para a Itália Telecom e também que o Opportunity vendeu ações indiretas do Opportunity Fund, que tem uma participação minoritária, apenas 9%, em uma das empresas que controlam a Brasil Telecom, a Zimer Participações, sendo que o valor de venda dessas ações foi bem acima do valor das ações da Brasil Telecom na Bolsa de Valores.

Além dessas ações indiretas que fazem parte do chamado bloco de controle da Brasil Telecom, o Opportunity vendeu 9,8 milhões de ações diretas da Brasil Telecom Participações e também negociou essas ações por um preço bem acima do valor das ações em Bolsa, algo em torno de R\$73, quando, na Bolsa, o valor estava em torno de R\$21, sendo que essas ações nem ao menos faziam parte do bloco de controle da empresa. É algo surpreendente.

Por que a Itália Telecom aceitou pagar um preço bem acima do valor de Bolsa por ações minoritárias e por ações que nem ao menos faziam parte do bloco de controle? Por favor. Serão breves e objetivas as perguntas.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Senador, não é verdade, essas ações faziam parte do bloco de controle. E a Telecom Itália tinha uma visão, no momento em que fez a negociação conosco, de que o sócio mais resistente, quem mais queria ficar na Brasil Telecom, era o Opportunity. Ela, ao comprar nossa participação, imaginou estar comprando o fiel da balança entre a participação do Citi e a participação dos fundos, achando que assim facilitaria a negociação com as duas partes, tirando o sócio que a Telecom Itália entendia que tinha maiores resistências a sair. Tínhamos direito de preferência na compra da participação do Citi. Assim sendo, em uma eventual venda de participações, a Telecom Itália poderia perder a capacidade de comprar a Brasil Telecom, e entendeu que preferia resolver o assunto com o sócio que ela, talvez, entendesse como o mais resistente de conseguir remover. Foi feita a negociação; não foi nem a negociação que imaginávamos poder obter. Em outras negociações que já tínhamos tido com o Citibank e a Telecom Itália, o preço pretendido por essas ações e o valor pretendido pelo ressarcimento de prejuízos que ela nos causou era maior.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Quando e como o Opportunity adquiriu as ações diretas da Brasil Telecom Participações?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Essas ações diretas foram adquiridas para complementar o bloco de controle e proteger o bloco de controle contra o desmembramento de conselheiros de administração, que tinha acontecido pelos Fundos de Pensão terem querido votar em conjunto com a Telecom Itália, removendo o controle administrativo da estrutura de fundos que administrávamos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – E a data?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Ah, eu não lembro de cabeça.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Aproximadamente.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não lembro de cabeça aqui agora.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – O Opportunity comunicou a CVM a aquisição dessas ações num volume tão grande?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O volume que a Opportunity comprou não era necessária a comunicação à CVM.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Através de que meios, ou através de que empresas, o Opportunity adquiriu as ações diretas da Brasil Telecom Participações, e qual foi o valor da aquisição dessas ações?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu não tenho esses valores aqui, Sr. Senador. Eu vim aqui preparado para discutir assuntos em relação à possibilidade de que a Telemig e Telenorte tivessem pago as contas do Marcos Valério indevidamente. Essas transações do Fundo CVC Opportunity a respeito de ações do Opportunity em si eu não as tinha levantado. Então, não tenho essa informação aqui agora.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Mas poderá V. S^a encaminhar aos Relatores da CPI, por favor, essas informações? Eu encaminharei, depois, essas questões a V. S^a.

Parte dessas ações foram adquiridas com recursos que estão fora do País?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não escutei.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Se parte dessas ações teriam sido adquiridas com recursos que estariam fora do País.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Acredito que a grande maioria dessas ações foi adquirida pelo Opportunity Fund, que, na verdade, administra recursos de estrangeiros, mas esses recursos estão no País.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Parte teria sido adquirida por um fundo de empresa localizada no Uruguai?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não posso dizer isso agora. Não tenho essa informação neste momento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Não poderia explicar por que foi utilizada uma empresa com fundos no Uruguai para adquirir ações da Brasil Telecom Participações?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – (Pausa.) O advogado está explicando que isso aqui está no âmbito da ação que o Citibank tem contra nós, em Nova York. Então, por conta disso, não vamos dar essas informações. Estamos cobertos pelo **habeas corpus**.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – E na relação de maiores acionistas da Brasil Telecom Participações aparece o ABN Amro Montevideu como um dos maiores acionistas. De quem é o dinheiro desse Fundo do Uruguai? Como o dinheiro chegou ao Uruguai? É do Opportunity ou de outros investidores?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não. Todo o dinheiro que comprou essas ações é dinheiro de investidores através do Opportunity Fund.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – V. S^a sabe qual é o grupo controlador da Kroll?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Se não me falha a memória é um grupo chamado Marsh.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Seria a Kroll controlada pela IBM e sendo a IBM um braço operacional de um instituto de tecnologia da informação, havendo alguma ligação? Porque teríamos o governo eletrônico na Casa Civil. O ITI é o responsável pelas chamadas chaves públicas de acesso aos códigos criptográficos das operações telemáticas via internet, ou seja, poderia ter sido por esse caminho que teria havido a forma de se obter algumas informações.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não tenho nenhum conhecimento de que a Kroll seja controlada pela IBM.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Diante das observações de V. S^a neste depoimento hoje, recebi do Sr. Paulo Caldeira, Diretor do Citibank, uma carta enviada por V. S^a no dia 22 de abril de 2005. É uma carta em inglês. Sobre ela – posso encaminhá-la às mãos de V. S^a para que possa reconhecer, por favor, esse documento –, tenho uma pergunta breve a respeito.

O senhor tem alegado que os fundos de pensão prometeram pagar um valor elevado pela participação do Citibank. Essa carta mostra que o senhor fez uma proposta de valor semelhante – conforme está aí, na primeira página e assinalado no parágrafo.

Então, onde estaria o problema? A alegação de que o valor da *(Inaudível.)* está elevado, de fato, procede? Se o senhor fez uma proposição de valor semelhante àquela que aconteceu, então, onde está o problema?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Nós nunca fizemos nenhum comentário a respeito do negócio do Citibank com os fundos de pensão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Mas, hoje, na sua exposição, durante o dia, o senhor não alegou que os fundos de pensão haviam prometido pagar um valor muito elevado pela participação?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não. O que eu comentei é que os fundos de pensão haviam prometido oferecer um chão, um limite inferior eleva-

do por um prazo longo. Um limite inferior de preço. Foi isso que eu comentei aqui. Mas eu não fiz nenhuma consideração a respeito desse contrato.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Certo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Eduardo Suplicy, permite-me?

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Permita-me só para eu não... Se eu não for rapidíssimo no meu tempo... Depois de V. Ex^a, vou dar o maior tempo...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – V. Ex^a tem um minuto ainda.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Exato. Por isso, preciso aproveitar.

De acordo com informações que chegaram ao meu gabinete, os aviões do Consórcio VOA seriam os Citation Excel, o King Air e o Citation X (*Inaudível.*), de prefixos PP RAA, PT WSJ, PT WUN, usados nos últimos cinco anos por políticos e autoridades dos mais diversos partidos. Poderia nos detalhar se esses aviões, relacionados às empresas de V. S^a, de fato, transportaram-nos e para quais finalidades? Por exemplo, terei o maior prazer, a qualquer momento, de levar um Senador, um colega meu, de dar uma carona. Isso não tem problema algum. Agora, vamos supor que esses aviões estivessem levando parlamentares para a realização das suas campanhas. Então, tipicamente, seria uma atividade legítima. A empresa...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Isso é proibido. Isso nunca aconteceu.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Então, eu queria...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Nunca aconteceu transporte...

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Não aconteceu?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, não aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Senador Eduardo Suplicy, expirou o prazo de V. Ex^a.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Tinham instruções explícitas todas as empresas de que não podiam descumprir a lei. Obviamente, nenhum administrador de empresa estaria disposto ao descumprimento da lei, por que (*Inaudível.*) motivo (*Inaudível.*)

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Muito bem. Então, só...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Pela ordem, então, Sr. Presidente.

Eu só queria fazer um registro da observação que havia feito originalmente. Vou ler a sua resposta ao Jornal **O Estado de S. Paulo**:

“Por que o senhor acha que foi chamado para depor nas CPIs?”

Resposta: “Havia interesse dos envolvidos na disputa societária, e não de examinar se havia existido alguma irregularidade, etc.”

“O senhor acredita, então, que a sua convocação é um ato político?”

“Não, não acho que seja um ato político. Imagino que possa existir intenção comercial, o que é diferente.”

Só quero transmitir a V. S^a que o propósito de pedir que o senhor viesse prestar um depoimento foi para esclarecer. Inclusive, eu conversei por diversas vezes com o Senador Heráclito Fortes a respeito de como avaliava como importante a sua vinda, assim como também assinei o requerimento para que possa vir tanto o Presidente do Citi Corp, quanto o representante legal para esclarecer.

Acredito que, inclusive com a resposta que V. S^a aqui dá sobre a carta que mencionei há pouco sobre esse documento, isso já facilita muito os esclarecimentos que serão objeto de apreciação aqui.

Será que precisaria haver acareação? Aqui já está dito, porque o próprio Sr. Paulo Caldeira mandou a carta, e o senhor teve aqui a oportunidade de esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Obrigado, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, uma questão de ordem relevante para os trabalhos da Comissão.

Eu queria apenas registrar, Sr. Relator, que um documento reservado do Citibank foi lido e colocado nesta Comissão, trazido pelo Senador Suplicy. Evidentemente, ele não está cometendo nenhum crime...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Enviado pelo diretor...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não está, que defender...

Apenas para mostrar que é um documento reservado e que foi trazido pela Comissão.

Acho que o culpado foi quem remeteu, apenas mostra uma coisa que eu não conhecia, que é a intimidade do Senador Suplicy com banqueiros. Eu pensei que em São Paulo o ligado a banqueiro fosse outro.

Com relação à utilização de avião, lá vem a sucessão de São Paulo antecipada. O ciúme do Senador Eduardo Suplicy é porque sabe que há colegas que usam o avião da Vale do Rio Doce, e ele está temendo a concorrência.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Tendo sido citado, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – É o último orador que vai poder utilizar o art. 14.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Apenas, Sr. Presidente, quero informar que não conheço o Sr. Paulo Caldeira.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mais grave ainda.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Nem sei... o Sr. Paulo Caldeira. Não conheço. Ele observou as perguntas e resolveu encaminhar-me, como Senador, para esclarecimento.

Como estamos aqui esclarecendo fatos, não vejo problema algum em trazer uma carta, objeto da correspondência de um para o outro, esclarecendo um assunto de relevância para a CPI.

Portanto, é um registro que faço em defesa do esclarecimento importante para o interesse público.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Carta reservada entre dois bancos. Quero que fique o registro na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Fica registrado. De imediato, passo a palavra ao penúltimo inscrito, o Deputado Fernando Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Sr. Presidente, eu pediria ao nosso barítono do Parnaíba, Senador Heráclito... Esse documento é público na ação de Nova York, não tem nada de secreto.

Portanto, de certa maneira, o constrangimento não é tão grande.

Sr. Presidente, Srs Deputados...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A ação de Nova York não é de abril. V. Ex^a está blefando, e blefe não funciona nesta Casa. Essa carta é de abril. Informe-se melhor...

O SR. (Orador não identificado) – Senador, espero que o Senador respeite o depoente.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Sr. Presidente, eu pediria para retomar o tempo porque...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Asseguro a palavra ao...

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – A eloquência do ilustre piauiense é demais, eu sei, mas ele tem de se controlar um pouco para ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Senador, não é o momento de polemizar. Eu asseguro a palavra ao Deputado Fernando Ferro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu fui citado...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – O último a ser citado...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, ele me chamou de barítono piauiense!

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Essa é a prática do pessoal do PFL aqui, interromper sistematicamente as falas para criar essa aparente tensão.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Eu pediria ao Senador Heráclito Fortes que, em respeito ao depoente, que teve problema de saúde, não interferisse na manifestação...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu fui citado e não respondi... Onde está o desrespeito? Eu fui chamado de barítono... Fui caluniado...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, V. Ex^a já chamou a atenção do Senador cinco vezes.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Há uma Mesa que comanda os trabalhos. V. Ex^a precisa dirigir-se à Mesa para interferir.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – A frequência com que o ilustre Senador se exalta é proporcional a algum tipo de apreensão que ele guarda, sobre aviões e outras coisas. Mas isso aí é outra conversa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a fique absolutamente tranqüilo. Não andei com Marcos Valério nem tampouco participei de mensalão. Minha vida é aberta, já foi investigada até pela (*Inaudível.*) do Banco do Brasil.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Continua tenso e apreensivo, explicando-se sem necessidade disso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr. depoente... Eu só pediria ao Senador Heráclito, em primeiro lugar, respeito porque, se V. Ex^a ficou nervoso, é porque tem rabo preso. Então, eu não admito esse tipo de provocação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu estou sendo agredido por V. Ex^a...

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Eu quero garantir a minha fala...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – V. Ex^{as} (*Inaudível.*) Heráclito Fortes que retire-se o que disse, com todo respeito, em nome, inclusive, da boa relação que temos aqui na Comissão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas o que tem para ser retirado, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – O comentário lateral é desrespeitoso ao Deputado...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Qual deles?

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. *Inaudível.*)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quero dizer a V. Ex^a que o agredido fui eu. Fui chamado de barítono, porque tenho uma voz horrível! Isso me prejudica!

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Peço ao Deputado Maurício que se abstenha de interferir porque está assegurada a palavra ao Deputado Fernando Ferro. Voltamos o tempo.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – O nível de tensão do Senador é impressionante. A minha agressão foi chamá-lo de barítono. O Pavaroti do Piauí, no máximo, para ele ficar com raiva de mim, mas não pode.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu pediria a V. Ex^a que me assegurasse direito de resposta...

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Ele não tem senso de humor, está tenso. Calma, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pelo contrário, eu estou tranqüilo.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Eu estou brincando. Não posso brincar com V. Ex^a?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Nem a (*Inaudível.*) dele me abala.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Isso faz parte do universo de (*Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Solicito também ao Deputado Fernando Ferro que, ao invés de provocações, vá direto ao assunto.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Não, estou... sistematicamente...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, este é o argumento que o PT tem, hoje: a agressão. Quem te viu, quem te vê!

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Sr. Presidente, fui sistematicamente interrompido. Estou pedindo paciência e comedimento ao Senador e aos demais que estão exaltados e apreensivos. Sr. Presidente, o senhor Daniel Dantas faz parte (*Inaudível.*) Quero dizer ao senhor que é um massacre estarmos aqui a essa hora. Também imagino fisicamente isso que estamos passando. Mas vai aqui uma interpelação política com respeito a sua pessoa. V. S^a faz parte de um grupo que, no Governo Fernando Henrique, junto com os Mendonça, Pêrsio Arida e Elena Landau, constituiu um núcleo político e ideológico para se apropriar de uma parcela do Estado brasileiro. O processo de privatização foi uma investida no patrimônio do País para atender grupos de que V. S^a faz parte. E para fazer isso, usou-se dos

expedientes políticos da interferência, das ações políticas, da pressão do Presidente da República, de aliados, até da (*Inaudível.*), que no final foi utilizada para esse tipo de ação política. E é, na verdade, reconheço, uma ação que buscava defender interesses, inclusive, com os conflitos que tinham no interior do Governo de que o senhor foi mais próximo. Esses grupos do Pimenta da Veiga, do outro grupo lá que já existia antes. São interesses conflitantes.

Eu queria fazer uma pergunta; quanto à primeira pergunta, eu queria a resposta sim ou não. O senhor possui dois CPFs?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Possuí, no passado.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Ah, possuiu no passado?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Foi. E eu vou te explicar por quê. Eu morava em Salvador até os 20 ou 19 anos de idade. E, para abrir uma conta bancária, eu tirei um CPF e abri uma conta bancária. Quando fui morar no Rio e comecei a trabalhar, não me lembrei do outro e tirei um outro CPF. Nunca usei o CPF anterior. Nunca o usei. Depois, foi-me informado que não há nenhuma irregularidade em possuir os dois. Só existiria irregularidade em dividir a renda em dois CPFs para tentar diminuir a alíquota de tributação, o que nunca aconteceu. O CPF já foi cancelado.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Não deixo de reconhecer que é um pouco estranha a possibilidade de possuir dois CPFs. Uma coisa que tem sido dita, inclusive nos bastidores, é que o senhor teria informações muito sérias e graves sobre a República. Alguém falou que alguém escreveu que V. S^a teria dito: “Se eu falar, a República cai!”. Como sei que V. S^a não é monarquista, o que poderia derrubar a República a partir da fala de V. S^a?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu nunca dei essa declaração!

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Tenho conhecimento de que V. S^a teria dito que a República cairia. Inclusive aqui dito por alguns Parlamentares e repórteres que mandam informações. Acho que, a bem da verdade, se o senhor souber de alguma coisa, o senhor diga, o senhor não ameace, o senhor diga o que o senhor sabe, que é muito bom para a República, é bom para o governo e é bom para o País. O senhor não pode é ficar chantageando, ameaçando e dizendo que tem informações demolidoras para o governo. E não me interessa que tipo de demolição há que ser feita. Nós queremos a verdade! E gostaríamos de que, se o senhor tivesse a verdade, o senhor a trouxesse, porque isso é importante para nós aqui. Pelo menos,

para mim, é muito importante, e acho que para a República é importante!

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu nunca comentei com nenhum jornalista que tinha informações demolidoras.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Porque o senhor é muito utilizado como um homem-bomba, aqui, que teria a capacidade de anunciar contas no exterior, do PT, denunciar contas no exterior, de outras pessoas que poderiam causar grandes constrangimentos. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, não tenho conhecimento disso.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Está bem. Então vamos avisar à bancada que aqui utiliza muito as informações do senhor que estamos nos encontrando com ela.

O senhor viajou recentemente para o exterior. Qual foi a sua última viagem?

O SR. (Orador não identificado) – Deputado, Deputado!

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Sr. Presidente, estou inquirindo, então peço que não haja apartes, nobre Deputado. Não haja apartes, Deputado, sem aparte!

O SR. (Orador não identificado) – Não, só estou querendo ajudar. A pergunta anterior é a pergunta 43.....

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Não pode haver interferência. Eu asseguro a palavra ao Deputado Fernando Ferro. Depois V. Ex^a pode pedir pela ordem, mas no momento oportuno, agora, não! A palavra está assegurada ao Deputado Fernando Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Não, não, não precisa ninguém botar carapuça. Não precisa!

O SR. (Orador não identificado) – Não, não, é a pergunta 43....

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – O senhor viajou recentemente para o exterior? Qual foi a sua última viagem para o exterior?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não lembro. Talvez... acho que foi para Nova York.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – O senhor tem algum problema de ir aos Estados Unidos, algum problema com a Justiça?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, não tenho nenhum problema de ir para os Estados Unidos.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – O senhor nos poderia fornecer faturas de publicidade de empresas controladas pelo Opportunity, desde 1998?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Poderia te fornecer... Eu posso pedir a essas empresas que

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Bom, de qualquer forma, se o senhor puder, melhor; senão, vou fazer um requerimento solicitando essa informação.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Esse é um direito que assiste aos senhores, mas eu posso pedir que eles mandem. Acho que a Telemig e a Telenorte já mandaram essas faturas e acho que a Brasil Telecom também.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – O senhor se dispõe a abrir o sigilo bancário e fiscal?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Do meu?

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Sim.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Por quê?

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Só estou perguntando. O senhor se dispõe a abrir o sigilo bancário e fiscal?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, se for obrigado, eu vou ter que abrir. Mas eu me dispor? E os outros? Eu sozinho?

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Estou falando aqui para o senhor, com V. S^a. Quais outros?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não. Os outros empresários brasileiros também teriam que abrir ou só eu?

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Todos que estiverem aqui passando por algum processo de investigação, se for preciso, farão. Não será feito coletivamente. Tem de ser feito individualmente. Só estou solicitando se haveria disposição, porque, quando a gente não deve, não teme, não tem problema!

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Fernando Ferro, o tempo de V. Ex^a se esgotou.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Não, não. Eu comecei eram vinte e uma horas e cinquenta minutos, anotei ali.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – São 10 minutos.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Não, não, fui interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Eu marquei aqui, às vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, após a interrupção.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Eu fui interrompido várias vezes, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Após a interrupção. Todas as interrupções eu tive o cuidado de marcar. Peço a compreensão de V. Ex^a. V. Ex^a se reinscreva, se quiser.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Então quero concluir. Vou fazer uma última questão, porque V. Ex^a permitiu a outros Parlamentares. Estou pedindo uma isonomia.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Tem a palavra para a última indagação.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Qual o patrimônio do Opportunity Fund, hoje e à época da privatização? O valor do patrimônio o senhor pode dizer?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Deputado, qual o número dessa pergunta?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Na época da privatização, eu não tenho. O valor total do patrimônio administrado pelo Fundo Opportunity é de 8 bilhões.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Atual?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Atual.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Na privatização não tem?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, aqui não tenho esse dado, no momento.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Gostaria que o senhor o fornecesse.

Sr. Presidente, muito obrigado. E lamento porque fui interrompido sistematicamente. Quero-me reinscrever, viu, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Deputado José Eduardo Cardozo, explicando-lhe que, agora, é de 10 minutos, em virtude de um acordo celebrado aqui no Plenário.

O SR. EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Agradeço o esclarecimento de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Permite, apenas informar, Sr. Presidente, que o Presidente Rogério Correio, da IBM, na revista **Banco**, hoje, de maio, informou que a IBM é de fato controladora da Kroll.

Só para registrar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Fica registrado.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, para não interromper agora o Deputado e daquele momento, (*Inaudível.*) quando o Deputado estava falando, a pergunta 43, eu quis colaborar com ele, e está aqui no dossiê que pergunta assim: “É verdade que o senhor tem dois CPF? Quais os números?”

O que eu quero dizer que ficou incompleta.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, ninguém tinha feito essa pergunta ao ilustre deputado baiano. E eu fiz a pergunta porque eu tive acesso e fui assessorado para isso, como vocês são assessorados para fazer as perguntas de vocês.

O SR. (Orador não identificado) – O senhor está nervoso por quê? Eu só estou... para que tanta irritação? Eu só quis ajudar o Deputado!... Não sei por que a irritação. Deve ser por causa do horário...

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Eu creio, nobre Deputado, que nada impede que ele faça a pergunta mesmo que estivesse constando em qualquer manual.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Cardozo, o último inscrito.

O SR. EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Logo no começo V. S^a do longo depoimento de hoje, citou a questão da compra da Companhia Rio-grandense de Telecomunicações, a CRT, como talvez um dos primeiros pontos de conflitos que obviamente foram aqui expostos por V. S^a.

Eu fui autor da representação ao Ministério Público que objetivava apurar eventual compra superfaturada nesse preço.

Gostaria de ouvir a opinião de V. S^a sobre alguns aspectos nesse caso e outros que posteriormente me surpreenderam.

Recordo-me de que, na documentação que foi juntada à representação que ofertei ao Ministério Público, havia uma correspondência do Sr. Mauro Salles, dirigida ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em que falava de uma verdadeira sangria de recursos no caso.

Indago de V. S^a: qual o papel que o Sr. Mauro Salles teve nesse caso? Essa é a primeira pergunta e complemento a seguir.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Através de uma empresa interamericana de consultoria foi contratado pela Brasil Telecom para ajudar nas negociações com a telefônica com o objetivo de conseguir comprar a CRT por um preço que fosse justo.

Na verdade, era mais para tentar resistir à pressão do sobrepreço do que apenas uma negociação no sentido convencional, porque existia a pressão dos fundos de pensão e outras pressões em volta a fazer pagar o preço. E o Sr. Mauro era a empresa contratada pela Brasil Telecom para essa negociação.

O SR. EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Quando o senhor fala em pressão sobre o preço, essa pressão vinha de onde exatamente?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Essa pressão vinha dos ministérios das comunicações, essa pressão vinha da Previ, era uma pressão generalizada – vinha do BNDES – tentando impulsionar ou motivar a Brasil Telecom a fazer essa aquisição. Uma pressão mais expressiva era da Previ.

O SR. EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Me parece uma coisa estranha haver uma pressão nesse caso no sentido de elevar o preço, uma vez que o interesse que creio do Governo e dos fundos de pensão seria pagar um preço mais baixo. A que V. S^a atribui a razão desta pressão feita pelo Ministério, no caso, se

não me falha à memória, ao Ministro Pimenta da Veiga, à época. A que razão atribui V. S^a a essa pressão?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Bom, eu não tenho a quem atribuir aqui. Eu só posso testemunhar ao fato de que houve a pressão.

O SR. EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não tem V. S^a para haver uma pressão para se pagar a mais o que se pudesse pagar a menos?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Nenhuma explicação que eu possa provar. Quer dizer, vejo ali que teve uma articulação entre Telecom Itália e telefônica, contra os interesses da Brasil Telecom e a benefícios de interesses outros que não da companhia.

O SR. EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Chegou V. Ex^a a ter alguma informação de que pudesse ter havido algum tipo de pagamento de propina, no caso, para essa transação?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Foi essa suspeita da Brasil Telecom e por esse motivo contratou a Kroll, para tentar achar indícios e evidências de que tenha havido.

O SR. EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Houve alguma constatação de evidências nesse caso?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Eu não tenho informação disso. Eu não tenho informação do relatório da Kroll. Os advogados que assistiam a Brasil Telecom é que lidavam com ela e iriam decidir se usariam evidência se, porventura tivessem sido encontradas, nos procedimentos judiciais que a Brasil Telecom tentava conseguir entrar contra, na época Telecom Itália, nos Estados Unidos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Uma coisa que me surpreendeu posteriormente é porque nesse caso ficava evidente que havia um litígio entre a Telecom Itália, que havia sido a ofertante do sobrepreço, e obviamente a resistência que havia sido feita pelo Banco Opportunity. Inclusive eu tive contato com um livro que foi publicado por dois jornalistas italianos que narravam o **modus operandi**, digamos assim, da Telecom Itália, comandada pelo Sr. Colanino, se não me falha a memória, que teria feito algo semelhante na Sérvia e em outros lugares. Ou seja, mostrava que havia um litígio forte.

Posteriormente, a imprensa noticiou, porém, que houve um acordo firmado entre a Opportunity e a Telecom Itália, tendo como objeto a venda de ações da Brasil Telecom. Isso me surpreendeu profundamente, Dr. Daniel Dantas, porque diante daquela situação em que havia aquele superfaturamento denunciado, um evidente litígio, por que, posteriormente, o Opportunity fez um acordo com a Telecom Itália?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – São dois assuntos. Primeiro, a Telecom Itália foi comprada, o Sr. Colanino vendeu a Telecom Itália à Pirelli, que era administrada por outra pessoa. Quer dizer, o Sr. Colanino já não estava mais na Telecom Itália naquele momento.

Quando o Citi desfez a sociedade com o Opportunity, o Opportunity ficou com uma participação na Brasil Telecom que, diferente do que o Opportunity tinha oferecido de direitos aos outros cotistas, quer dizer, os outros que saíssem da nossa administração tinham o direito de vender para quem ficasse pelo preço justo. Nós não tínhamos, era assimétrico. Então, como a Telecom Itália fez uma oferta para a compra das ações do Opportunity que era mais fácil de conseguir realizar o investimento do que resolver por via judicial com o Citibank os direitos de *tag along* que essas ações tinham, nós acabamos julgando que era uma operação conveniente e fechamos a operação com a Telecom Itália, mas, para que essa operação pudesse ser resolvida, havia questões regulatórias também. E a Telecom Itália acabou concordando em fazer a fusão das operações de telefonia móvel – que eram o impedimento da volta da Telecom Itália ao bloco de controle da Brasil Telecom –, e a Brasil Telecom já tinha proposto à Telecom Itália diversas vezes juntar as duas operações. Faria o maior sentido econômico que a operação da TIM e da Brasil Telecom fossem a mesma na Região II, e a Telecom Itália nunca havia concordado. A Telecom Itália resolveu mudar de posição, então isso acabou viabilizando o negócio.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Agora, nesse acordo, digamos assim, nesse negócio firmado entre o Opportunity e a Telecom Itália, chegou a ocorrer algum tipo de compensação financeira por eventuais prejuízos verificados na compra da CRT (Companhia Riograndense de Telecomunicações) ou não?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Chegou a haver compensação na compra da CRT... Nós já tínhamos proposto isso no passado. Os ganhos de sinergia que a Brasil Telecom tinha com a fusão com a TIM, e particularmente o fato de a TIM conceder a operação de longa distância, toda sua operação de longa distância para a Brasil Telecom traria benefícios para a Brasil Telecom. A Brasil Telecom entendeu que justificava abrir mão das pendências judiciais, dada sua percepção da chance daquilo que poderia ser recebido. Isso tudo foi acompanhado por especialistas, advogados etc.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Agora, considerando que houve essa transação e que, portanto, houve compensação financeira para o Grupo Opportunity, não teria sobrado a única lesão dessa venda da CRT para os fundos de pensão?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Como assim?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Veja, na medida em que houve o superfaturamento na aquisição da CRT da ordem estimada de US\$250 milhões, havendo posteriormente um acordo entre Opportunity e Telecom Itália onde houve uma compensação das perdas do Opportunity, minha questão é: a perda, então, com a questão da CRT, ficou exclusivamente com os fundos de pensão?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Não, na realidade é o seguinte: os fundos de pensão foram parte da perda. Os fundos de pensão é que, em conjunto com a Telecom Itália, queriam pagar o sobrepreço.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sim, mas houve uma lesão aos cofres dos fundos na medida em que pagaram um preço maior.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Motivados pelos próprios fundos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Motivados pelos próprios fundos.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Pelos próprios fundos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Dentro da versão que V. S^a dá.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Perfeito. Motivados pelos próprios fundos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Então, no caso, na medida em que houve acordo entre Opportunity e Telecom Itália...

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Foram dois acordos, um acordo do Opportunity com a Telecom Itália e outro acordo da Brasil Telecom com a Telecom Itália. No acordo da Brasil Telecom com a Telecom Itália, a Telecom Itália aportou à Brasil Telecom sinergias e negócios em valor que a Brasil Telecom entendeu justificável para abrir mão dos seus direitos. Só para dizer o seguinte: os direitos que o Opportunity tinha contra a Telecom Itália do qual recebeu os 65 milhões eram mais de duzentos. Nós tivemos de fazer concessões para conseguir realizar uma transação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas, então, deduzo que o prejuízo que os fundos de pensões tiveram com essa conta superfaturada permanecem até hoje em aberto.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Os prejuízos quê?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Que os fundos de pensão tiveram ao fazer essa compra superfaturada não foram de nenhuma forma recompensada aos fundos de pensão.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – O entendimento da Brasil Telecom é que, dadas as condições

que ela tinha para o ressarcimento e as provas que poderia ter obtido, a transação que fez com a Telecom Itália recompensou a Brasil Telecom na medida do que foi possível. Agora o fato é que a Brasil Telecom, com a compra da CRT, perdeu mais do que foi possível recuperar, mas não era possível recuperar mais do que recuperou.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Logo, na sua avaliação, ainda há dano em aberto com os fundos de pensão, em decorrência dessa operação ou não?

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Deputado José Eduardo, o tempo de V. Ex^a esgotou. Lamento, mas vamos aguardar a resposta do depoente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Gostaria só de ouvir a resposta do depoente.

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – Quando a Brasil Telecom entrou com uma ação de perdas e danos contra a Telecom Itália, para tentar recuperar, os fundos de pensão foram contra, votaram contra a ação; os fundos eram contra o ressarcimento.

Em 9 de abril de 2001, eles votam no Conselho de Administração contra acionar a Telecom Itália para tentar obter o ressarcimento das perdas provocadas por...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – A data disso é 9? Os fundos são contra a pedir o ressarcimento?

O SR. DANIEL VALENTE DANTAS – É. Contra a ação que buscava o ressarcimento, eles assinam na reunião prévia de Invitel.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Peço a compreensão de V. Ex^a, Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Peço, na humilde condição de suplente que fala ao final da noite, na madrugada, eu tenho muitas perguntas a fazer ao Sr. Daniel Dantas, mas me curvo a determinação de V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, o depoente está-me solicitando a dispensa de quaisquer outras indagações porque ele não está se sentindo mais em condições. Já recebeu atendimento médico aqui há pouco tempo. Então, peço a compreensão de V. Ex^{as} até levando em consideração uma questão de humanidade.

A SR^a ANA JULIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, eu não vou nem fazer perguntas, eu só queria ter o direito de falar. Eu não vou fazer perguntas; se ele não estiver aqui, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Sim, V. Ex^a terá todo o direito de falar amanhã na reunião administrativa.

O SR. (Orador não identificado) – Mas é o seguinte, Sr. Presidente...

A SRª ANA JULIA CAREPA (PT – PA) – (*Fora do microfone. Inaudível.*) Eu avisei que o Sr. Daniel Dantas tentou me enganar nesta CPI, Sr. Presidente. Tentou enganar a sociedade, mentiu.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Não dá assim.

Agradeço a participação do depoente e de seus assessores.

Convoco reunião da CPMI dos Correios para amanhã, às 10h, reunião administrativa, e encerro a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 22h10min.)

ATA DA 22ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2005

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, às onze horas e cinquenta e quatro minutos, na sala 06, da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Amir Lando e ainda com as presenças dos Senadores Romeu Tuma, Rodolpho Tourinho, Wellington Salgado de Oliveira, Ana Julia Carepa, Heráclito Fortes, Serys Slhessarenko, e dos Deputados Luiz Couto, Odair Cunha, Devanir Ribeiro, João Correia, Gastão Vieira, José Rocha, Moroni Torgan, Júlio Redecker, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, José Carlos Araújo, Fernando Coruja, Paulo Baltazar, Daniel Almeida e Eduardo Valverde, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 01/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS”. Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 22ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina à deliberação sobre requerimentos apresentados. Enquanto não há quorum para deliberar sobre os requerimentos, inicia-se a discussão sobre outros assuntos. Discute-se o vazamento de informações observado em relação a alguns documentos colocados à disposição da CPMI, pela Receita Federal. O Sr. Relator informa que o vazamento não deve ter ocorrido através da CPMI, uma vez que os

documentos estão guardados no cofre. Propõe que se adote o horário de 16 horas às 18 horas, todos os dias, para que os Deputados, na presença dos funcionários e dos técnicos, que já estão à disposição, possam ter vista de todos os documentos arquivados no cofre. Foram colocados em discussão e aprovados por votação simbólica os seguintes requerimentos: **Requerimento 24**, apresentado pelo Dep. João Correia, que requer a convocação do Sr. Ronivon Santiago; **Requerimento 545**, apresentado pelo Dep. João Correia, que requer relatório de visitas do Banco Rural de Minas Gerais, em Belo Horizonte-MG, contendo registro de entradas e saídas, no período de 2002 a 2005. Foi definida a data de 18.10.05 para a oitiva dos representantes do Citybank, Srs. Sérgio Spinelli e Gustavo Marin. Fizeram uso da palavra os seguintes parlamentares: Agnaldo Muniz, Ana Julia Carepa, Daniel Almeida, João Correia, José Carlos Araújo, José Rocha, Luiz Couto, Odair Cunha, Paulo Baltazar, Zulaiê Cobra, Heráclito Fortes, Devanir Ribeiro e Eduardo Valverde. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e seis minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia quatro de outubro deste ano. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia, Secretária da Comissão*, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão Parlamentar destinada a apurar fatos a respeito da compra de votos.

Devo esclarecer inicialmente ao Plenário que temos **quorum** de abertura, mas não temos **quorum** para deliberar.

Peço à Secretaria que me passe os ofícios, as comunicações sobre os dois depoentes de hoje. Acho que V. Exªs já receberam cópias das respectivas, todavia devo aqui fazer a leitura para que V. Exªs tomem conhecimento delas.

Enquanto a Secretaria providencia cópia das comunicações, deixo a palavra ao uso dos presentes.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra a V. Exª, nobre Deputado Paulo Baltazar, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB - RJ) – Sr. Presidente, aproveitando um pouco de uma conversa anterior com a Deputada Zulaiê Cobra, gostaria de argumentar que, para o dia de amanhã, está programada a oitiva

aqui e teremos, a partir das dez horas, eleição da Presidência da Câmara. Penso que deveríamos adiar essa oitiva provavelmente para quinta-feira. Será ouvido o Sr. José Luiz, que é chefe de gabinete do ex-ministro Anderson Adauto.

Creio que essa oitiva ficará inviabilizada em função da eleição e do clima que vai permear a eleição de amanhã. Portanto, queria ponderar se não seria de bom alvitre que a adiássemos para quinta-feira. É a minha proposta para discussão.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – A palavra está à disposição dos presentes.

V. Exª tem a palavra, nobre Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL - BA) – Sr. Presidente, enquanto se espera o **quorum** de deliberação, acho que podíamos avançar ouvindo o Relator sobre as suas sugestões para a pauta desta e da próxima semana, para que pudéssemos já trabalhar para organizá-la.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes disso, passo à leitura e acho que V. Exªs já têm uma cópia...

O meu ofício não chega ao final, mas, em síntese, tanto o Presidente do Grupo Citibank quanto o Procurador justificam sua impossibilidade de comparecimento a esta CPMI, em razão de compromissos anteriormente assumidos, sobretudo uma convocação formulada pelo Banco Mundial. O Sr. Marin estaria com essa audiência marcada para hoje, dia 27, e então comunica essa impossibilidade, pelo compromisso anterior, que é importante.

V. Exªs têm cópia distribuída?

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB - RJ) – E o Sérgio Spinelli?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O Sérgio Spinelli também, dizendo que a ausência do Presidente prejudicaria a sua presença aqui.

Quero inicialmente dizer que fizemos os ofícios, apesar de que sabíamos que havia certa incompatibilidade de compromissos. De qualquer maneira, fizemos a comunicação, os ofícios foram remetidos conforme havíamos avençado, e a resposta caminhou nesse sentido.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL - BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Ele sugere que seja dia 10. Dia 10 é um dia complicado; não sei se 10 seria o caso. De qualquer maneira, eu quero deixar isso à consideração dos senhores.

Concedo a palavra a V. Exª, Deputado.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL - BA) – Sr. Presidente, exatamente nessa linha que V. Exª colocou, acredito que ele sugeriu a partir do dia 10, se não

me engano. Então, já que o Presidente é um homem de múltiplas atividades e muito ocupado, deveríamos definir uma data a partir do dia 10, conforme sugestão dele, e fazer um ofício nesse sentido, porque é muito importante o depoimento dele.

Por outro lado, Sr. Presidente, estou muito preocupado. Estou vendo o Painel e hoje há uma notícia aqui que me deixou muito preocupado, em relação a vazamento de informações da CPI. Diz o seguinte:

“Não bate. A Receita concluiu nova etapa de cruzamento das movimentações financeiras de investigação das CPIs com seus sigilos fiscais. Há irregularidade nos casos de João Cláudio Genu, assessor do PP; Jacinto Lamas, ex-Tesoureiro do PL; e do Deputado Federal Vadão Gomes e da Corretora Garanhuns.”

Esses resultados parecem que não chegaram a esta CPI ainda. Então, essas informações que foram pedidas pela CPI estão sendo vazadas antes de chegar aqui. Acho que é uma coisa que temos de lamentar e pedir ao Sr. Presidente para tomar alguma providência perante a Receita Federal, porque, se os dados ainda estão no âmbito da Receita, estão sendo vazados de lá. Ora, se são informações confidenciais, devem chegar primeiro a esta Comissão, e não vazar para a imprensa antes de chegarem daqui.

São essas coisas que nos preocupam e que nos deixam realmente numa situação difícil perante a opinião pública, porque somos geralmente os últimos a saber, Sr. Presidente. Por isso, estou colocando isso para V. Exª, que não deve ter lido ainda a notícia, mas é importante pedir à Receita Federal que as informações solicitadas por esta ou qualquer CPI desta Casa sejam colocadas em sigilo até chegarem aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB - RO) – V. Exª tem toda a razão. Só posso lamentar, e vamos averiguar o que aconteceu no caso.

Pela ordem, o nobre Relator me pede a palavra. Como S. Exª tem preferência, peço aos presentes que entendam. Vou conceder a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eu gostaria de explicar aos membros da Comissão que elaboramos uma lista de pessoas que deveriam ser ouvidas. Essas pessoas são todas aquelas que receberam recursos tendo como fonte o Sr. Marcos Valério, mas que ainda não haviam sido ouvidas. Nós marcamos, mas a interveniência da eleição da Câmara provocou uma interrupção.

É lógico que quem determina a convocação é o Sr. Presidente da Comissão. As datas também ficam a cargo dele. De maneira que, não havendo discrepância, mantenho a conveniência de se ouvirem todas as pessoas que receberam recursos tendo como fonte

o Sr. Marcos Valério ou Banco Rural e que não foram ouvidas até agora.

Nós nos detivemos naqueles que receberam importâncias maiores, mas outras pessoas receberam de R\$1 milhão para baixo. São cerca de meia dúzia de pessoas. Essas não foram ouvidas ainda, e o nosso desejo seria ouvi-las, além do Presidente do Citigroup, cuja oitiva, conforme já está determinado, seria numa data para além do dia 10 outubro.

Eu gostaria de comunicar também ao Sr. Presidente e aos Srs. membros da Comissão que nós já nos encontramos em condições de produzir um relatório parcial, tendo em vista sobretudo não Parlamentares, mas pessoas que participaram da transmissão de recursos, da entrega de recursos. Já há alguns tipos penais caracterizados. Nós estamos em condições de fazê-lo, mas não nos é possível ainda completar todos os dados, porque não temos as notas degravadas.

Segundo fui informado hoje, as notas degravadas atingem apenas os últimos dias do mês de agosto. Não é possível elaborar o relatório parcial sem termos as notas de pelo mês até este final de setembro. Tendo-as em mãos, a Sub-Relatora, Deputada Zulaiê Cobra, e eu já conversamos a respeito da produção de um relatório parcial, abrangendo não os Parlamentares, mas os que se encontram na fronteira oposta – não é bem oposta, mas na fronteira associada, mas do outro lado parlamentar.

São essas as explicações que eu queria comunicar.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB - RO) – Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Muniz.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP - RO) – Eu quero fazer coro às palavras do companheiro do PL sobre essa notícia do Painei.

Quero registrar também que o Senador Delcídio Amaral, Presidente da CPMI dos Correios, também antecipou informações, dizendo que nós estaríamos convocando aqui assessor de algum Parlamentar.

Às vezes, as informações estão chegando à imprensa antes da sua discussão aqui na CPMI. Na nossa CPMI, já houve questão de vontade de esvaziamento, já passaram por cima dela, foram para o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, já mandaram gente para lá. Agora, não podemos deixar que também comecem a acontecer esses vazamentos de informação antecipadamente – nem vazamento de informações de forma antecipada nem vazamento depois. Se isso começar a acontecer aqui, o Presidente tem de tomar uma atitude enérgica nesse sentido. Se houve vazamento

na Receita Federal, ela tem de ser notificada para tomar providências. Se começar a acontecer aqui dentro, isso é quebra de decoro. Tem de haver providências sérias, porque se trata de pessoas que estão sendo investigadas, e não há provas concretas contra ninguém. Não podemos deixar a CPMI caminhar nesse sentido.

Na CPMI dos Correios, houve muito nesse sentido. Houve um episódio muito ruim, na última reunião conjunta das duas CPMIs – CPMI dos Correios e CPMI do Mensalão –, em que o depoente Toninho Barcelona estava prestando esclarecimentos. Enquanto se estava numa reunião sigilosa, de portas fechadas, membros da CPMI estavam lá fora, declarando para a imprensa o que estava acontecendo.

Então, temos de caminhar no sentido de cumprir o Regimento. Quero parabenizar V. Ex^a. Até o momento, V. Ex^a tem sido um fiel cumpridor do Regimento da Casa. Tanto V. Ex^a como o Relator têm sido brilhantes nesse sentido. Quero brindar V. Ex^a, mas temos de tomar cuidado para, daqui para a frente, não começar a acontecer esse tipo de episódio que foi matéria ontem no Painei.

Então, há uma preocupação grande nesse sentido. Nossa preocupação é investigar, mas investigar dentro da legislação específica, sem haver constrangimento. Nosso sentido é investigar de forma clara e correta.

Quero aqui fazer esse registro, que considero de suma importância para nossa investigação.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP - MG) – Sr. Presidente, sou obrigado a...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB - RO) – Concedo a palavra novamente ao Ex^{mo} Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP - MG) – Eu me vejo na contingência de explicar ao nobre Deputado que esses vazamentos foram operados fora do âmbito da nossa Comissão. No âmbito da nossa Comissão, não houve vazamento algum. Os documentos estão todos fechados em cofre, e até quero sugerir ao Sr. Presidente a designação de um horário cotidiano para que os Deputados possam consultá-los à vista dos funcionários. E, nas conversas prévias que tive com eles, cheguei à conclusão de que poderia sugerir ao Sr. Presidente um horário entre 16 horas e 18 horas, para que todos os Deputados possam ter acesso aos documentos, que já são numerosos e estão num cofre aqui.

Essa questão de vazamento e de notícia da Receita Federal aqui e ali...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB - RO) – Vamos oficializar imediatamente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP - MG) – É.

Temos de reconhecer que o Brasil tem uma imprensa competente, arguta, diligente. Não é possível produzir todos os documentos sem que a imprensa nos antecipe aqui e ali e em outros lugares. São fatos da democracia, com os quais temos de conviver. Não há como não ser assim.

Da nossa parte, não houve vazamento algum. Quero assegurar isso a V. Ex^a, Deputado Muniz, e peço ao Sr. Presidente, se julgar oportuno, que já fixe o horário de 16 horas às 18 horas, todos os dias, para que os Deputados, na presença dos funcionários e dos técnicos, que já estão à disposição, possam ter vista de todos os documentos.

Na hipótese de um Deputado vazar essa informação para a imprensa, estaremos diante de um fato com o qual teremos de conviver. Não há como evitar.

São essas as palavras que eu tinha a dizer.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL - BA) – Sr. Presidente,...

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB - SP) – Sr. Presidente,...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL - BA) – Sr. Presidente, só para discordar do horário do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB - RO) – Dou a palavra ao Deputado José Rocha; em seguida, a V. Ex^a, Deputado José Carlos Araújo; depois, à Deputada Zulaiê Cobra.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL - BA) – Sr. Presidente, eu queria discordar do horário sugerido pelo Relator. Eu acho que os documentos devem estar à disposição no horário em que o Parlamentar tiver disponível para ir lá. Cada Parlamentar tem a sua agenda, e esses documentos deveriam ficar disponíveis no horário normal de funcionamento da Casa. É lógico que aí os funcionários estão nesse horário.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB - RO) – Ouço o Deputado José Carlos Araújo.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL - BA) – Sr. Presidente, nobre Relator, nenhuma crítica ao trabalho da imprensa. Penso que a imprensa está fazendo o trabalho dela de conseguir as suas fontes, de conseguir suas notícias. Mas estávamos falando de uma Instituição que tem a maior credibilidade do Brasil, de uma Instituição confiável, de uma confiabilidade a toda prova. O que estamos falando é que, dessa Instituição, está vazando informação. É papel da imprensa conseguir suas fontes e sua informação; isso é válido, é da democracia; mas o papel da instituição Receita Federal é manter esses documentos em sigilo até chegarem a esta Casa.

Portanto, em hipótese alguma a crítica se fez a esta Casa, ao trabalho do Sr. Presidente e do Sr. Relator, que é irretocável. Temos a tranquilidade de dizer

que, desta CPI, até hoje, nada vazou antes da hora certa. Agora, o que estamos falando é que as informações que foram pedidas por esta Casa, por esta CPI vazaram de uma instituição confiável para todo o Brasil, o que não poderia acontecer.

A crítica vem da Instituição que deixou vaziar, Sr. Presidente, e não da imprensa, que está fazendo o seu trabalho, o seu papel em conseguir as notícias. A imprensa já derrubou o Presidente dos Estados Unidos em função do vazamento de informações, que até geraram livros que vieram a ser *best-sellers*.

Não há nenhuma crítica à imprensa. A crítica é a quem deixou vaziar na Receita Federal, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O Presidente já anunciou providências.

Agora, quanto à ponderação do Deputado José Rocha, eu gostaria de acentuar o seguinte: é que, se não houver uma hora determinada, os funcionários ficarão durante todo o dia à disposição dos Deputados, que se revezarão durante todo o tempo, e isso impedirá o trabalho técnico da Comissão.

É uma ponderação que eu gostaria que V. Ex^a examinasse.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL - BA) – Sr. Relator, o período determinado de 16 horas às 18 horas é uma boa hora. Se algum Deputado precisar, poderia marcar o horário com os funcionários.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB - SP) – Melhor ainda.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB - RO) – Com a palavra a nobre Deputada Zulaiê Cobra.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB - SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Srs. Senadores, estou preocupada em voltar um pouco àquele assunto inicial de nós sabermos quando vamos ouvir, a partir do dia 10 de outubro, o Dr. Sérgio Spinelli e o Dr. Gustavo Marin. Também estou muito preocupada com a fala que já iniciou o nosso Deputado Paulo Baltazar, nosso Vice-Presidente, de que não vamos ouvi-lo amanhã, porque amanhã será um dia de eleição, e a Câmara estará totalmente voltada a um fato importantíssimo para nós.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB - RO) – Um fato novo.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB - SP) – É, um fato novo, diferente, um fato absolutamente inédito: duas vezes Presidente, em um só mandato.

Enfim, creio que deveríamos também nos preocupar com a nossa agenda. Poderíamos ouvir, então, na quinta-feira, se é que assim vai ser, se vamos decidir.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB - RO)

– Não tenha dúvida.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB - SP) – E deveríamos decidir para a próxima semana, já que estamos todos aqui – creio que há número suficiente –, pois já teremos possibilidade também de termos uma pauta para terça ou quarta da próxima semana, se concordarmos em ouvir esses dois na quinta-feira. Também esses são importantes aqui, a partir do dia 10 de outubro.

Estou fazendo isso, Sr. Presidente, porque ontem percorri uma região de São Paulo, aa Baixada Santista. Fui a vários programas de televisão, de rádio e ao jornal. A preocupação de todos os jornalistas, de maneira geral, é com o término das CPIs. Perguntavam-me: “Deputada, como é que vai terminar? Como é que vai ficar?”

E estou vendo hoje – tive uma reunião com o pessoal do PSDB, da CPI dos Correios – que eles estão abrindo demais. Quanto mais abrirem as investigações, mais longe vai ficar a possibilidade de encerrarmos. A nossa CPI tem condições de encerrar primeiro, tem condições de fazer um trabalho mais enxuto, com todo o respeito à CPI dos Correios. Não estou criticando. Há uma mania aqui de acharem que estamos criticando. Estou querendo falar de nossa CPI, que é comandada por V. Exª, por nosso Relator, por nosso Vice-Presidente e por inúmeros Deputados que são trabalhadores. Aqui ninguém quer aparecer. Queremos trabalhar, temos objetivos. Não temos vaidade nenhuma. Então, Sr. Presidente, queríamos caminhar um pouco mais dentro daquilo que já está mais ou menos marcado, com os nomes que já foram aprovados, para termos uma pauta até o final de setembro, começo de outubro. Assim, poderemos caminhar nesse sentido.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT - SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT - SP) – Até concordo com a Deputada Zulaiê. Poucas vezes nós concordamos, mas estamos concordando agora.

Amanhã temos a nossa eleição. Fatos novos surgem, e temos que dirimi-los. Temos vários candidatos lá que são membros da Mesa. Se votarmos amanhã e elegermos como presidente – e não sei até que horas isso vai durar – um dos membros da Mesa, terá que haver uma outra eleição, que talvez seja na quinta. Temos que nos prevenir quanto a isso.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB - SP) – Será na quarta-feira mesmo, de manhã e de tarde. Mata-se a charada num dia só.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT - SP) – Será que mata? Só estou preocupado com isso. Pode ser que não dê tempo. Tudo bem. Então, retiro.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB - RO) – Concedo a palavra ao Deputado Daniel.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) – Sr. Presidente, falo nessa linha que expressou a Deputada Zulaiê. Temos necessidade de ter um cronograma, um calendário que defina melhor qual é o horizonte que esta CPMI terá. Então, temos essa possibilidade de interrogar os já convocados a partir do dia 10. Creio que a semana do dia 10 será uma semana muito complicada. O dia 12 é feriado, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB - RO) – É feriado.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) – É uma quarta-feira, e teríamos que levar em conta também esse aspecto.

Precisamos analisar se é conveniente fazermos esse relatório parcial sobre um determinado tema. O Relator aqui sugeriu fazermos um relatório parcial a respeito dos intermediadores ou dos fornecedores de recursos que teriam chegado aos Deputados, mas não diretamente envolvendo Deputados. Muito bem, podemos fazer algo assim; mas precisamos ver se existe, ainda, necessidade de depoimentos que envolvam Deputados. Já chegamos a um limite? Se temos....

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – É um relatório parcial.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) – Pois é, se nós temos outros Deputados ou Senadores que podem estar envolvidos, teríamos que analisar em que momento nós os convocaríamos, porque, senão, fazemos um relatório parcial, analisando quem forneceu, mas quem forneceu para quem. E, como alguns não foram ouvidos ainda, pode ser que tenhamos prejuízo ou que esse relatório saia com elementos parciais ou incompletos a respeito daquele tema que será tratado. Então, é importante determinarmos quem teremos necessidade ainda de convocar, para investigarmos se houve recebimento ou não.

Outra questão que seria importante levarmos em conta nesse horizonte é sobre o objeto da CPMI. A CPMI vai investigar a possível compra de votos, inclusive com referência à emenda da reeleição. Tratamos muito pouco desse tema, quase nada dele, desse período. Se vamos tratar disso – e é uma atribuição nossa –, teríamos que decidir quando e como vamos fazer isso, porque senão vamos passando para a sociedade a idéia de que a CPMI encerra-se apenas com

um dos elementos dos itens, uma das atribuições que ela tem responsabilidade de tratar. Então, teríamos que discutir também e avançar nisso, creio que nesta reunião de hoje, se for possível, para estabelecer esse cronograma mais definitivo.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, só gostaria de informar ao Deputado Daniel que o Relator já fez aqui, na última reunião, o que estamos fazendo agora e, num segundo momento, o que vamos fazer. Vamos terminar uma lista que o Marcos Valério fez para nós. Aqui já estão os nomes que, numa reunião de quinta-feira, tínhamos decidido ouvir, que dizem respeito aos maiores saques daquela lista do Marcos Valério. Fomos pelos maiores saques, que são o Sr. Raimundo Ferreira da Silva Júnior, o Sr. Wilmar Lacerda, o Sr. Roberto Costa Pinto e o Sr. Márcio Lacerda.

E tínhamos uma idéia, Sr. Presidente, de encerrarmos essa questão para começarmos a outra questão da compra de votos. Mas, segundo o Relator, temos de ter um raciocínio: terminar esta, para começar a outra. E isso aqui termina, porque são os maiores saques, e depois não precisaríamos ouvir aqueles pequenos saques, porque há uma lista grande. Então, tínhamos decidido numa reunião na quinta-feira, de que participaram o Senador Tourinho, o nosso Relator Ibrahim Abi-Ackel, eu e mais os técnicos, que ouviríamos, então, esses quatro, que são os maiores saques.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB - RO) – Perfeito.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes de conceder a palavra pela ordem, vou dar umas explicações e, em seguida, concederei a palavra a V. Exª, Deputado João Correia.

Temos alguns temas aqui em aberto que vamos ter que fechar, senão abrimos o leque...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB - AC) – Perfeitamente! É nesse sentido, Sr. Presidente!

Os assuntos são extremamente relevantes e importantes, todos eles. Mas temos um início colocado pelo Deputado Baltazar. Penso que devemos afunilar, definir um e vamos passando, porque senão vamos ter muito

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Em primeiro lugar, vamos averiguar essa questão do vazamento. A notícia do jornal está aí, e vou pedir uma explicação, por escrito, à Secretaria da Receita Federal. Então, quanto a esse ponto, já vamos definir por aí.

Gostaria de começar definindo a matéria relacionada à oitiva de hoje, frustrada.

Quanto à questão da investigação sobre a Emenda Constitucional nº1, de 1995, há inclusive um Sub-Relator designado, que é o Deputado Odair Cunha.

Então, a iniciativa das providências ficaria a cargo de V. Exª.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu e o Relator já conversamos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É, o Relator já comunicou, mas vou formalizar o ato hoje.

Então, essa é uma outra questão, cujas providências que julgar necessárias já ficam na iniciativa de V. Exª. E é claro que o Plenário sempre será ouvido, em combinação com o Relator. O Presidente aqui só preside as reuniões. Nada mais do que isso, digamos assim. Ou seja, não posso aqui intervir na condução do processo, porque, nessa função, tenho a posição de um magistrado. Isso é tranquilo!

Então, vamos iniciar pelo primeiro ponto colocado, que é a justificativa dos dois convocados do Citigroup.

Sei que o Deputado Heráclito Fortes me pediu a palavra aqui na Mesa. Então, concedo a S. Exª a palavra, para que se manifeste.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Exª, nobre Senador Amir Lando.

Recebeu V. Exª dois ofícios: um do Presidente do Citigroup, Sr. Marin, outro do representante legal do Citigroup, Sérgio Spinelli.

Quero lembrar a esta Comissão que, originalmente, o convite formulado ou a convocação foi ao Sr. Marin. Posteriormente, em um requerimento – até que eu subscrevi – de autoria do Senador Eduardo Suplicy, achou-se conveniente a convocação também do advogado para auxiliar, já uma posição um tanto quanto privilegiada, porque os outros convocados, no caso o Presidente do Opportunity e o Presidente da Previ, vieram sozinhos tratar do mesmo assunto. O Presidente do Citibank depois de ter feito um movimentado *lobby* nesta Casa, tentando ser desconvocado, usando bancos, usando influências políticas, remete a esta Casa, Sr. Relator, este documento no qual se diz impossibilitado de comparecer. Nas suas alegativas diz que terá encontro com o Fundo Monetário Internacional, em Washington.

Eu sugeriria ao Sr. Relator que oficiasse ao deponente a comprovação desse encontro com o Fundo Monetário Internacional, porque ao que me consta os bancos privados não participam desse tipo de reunião em caráter oficial.

A minha preocupação é que se esteja usando aqui um subterfúgio de adiamento, Sr. Relator, por um motivo muito simples: esta contenda segundo o ex-Ministro

Gushiken, que é um especialista neste caso, é porque eles estão querendo, por meio um golpe jurídico retirar o Banco Opportunity no dia 30. A escusa de participar agora e adiar para após o dia 10 de outubro é uma manobra no sentido de fugir à verdade dos fatos nesta Comissão e um desrespeito ao Congresso Brasileiro por um cidadão paraguaio, que dirige uma instituição regularmente no País, mas é obrigado a conhecer as nossas leis e não poderia jamais usar desse subterfúgio. Alegou que o Dr. Spinelli poderia vir substituí-lo. Fomos contra. No próprio ofício, se formos ler ele já alega que o Dr. Spinelli irá acompanhá-lo.

De forma que esta é uma manobra. Eu venho alertando, alertei a V. Ex^a, Sr. Presidente, alertei à Casa, é uma manobra inaceitável.

Esses esclarecimentos, no meu modo de ver não estão efetivamente satisfatórios, porque competia ao Sr. Presidente do Citibank mandar imediatamente a convocação que o FMI lhe fez e anexar a esse pedido de recurso.

De forma que eu faço esta solicitação, dou esta sugestão esperando ser acatada. Caso não seja eu poderei encaminhar um requerimento. Mas eu acho que o Relator tem se portado exatamente nessa postura fiscalizadora que merece respeito e aplauso de todos. E nós não poderemos ter aqui dois pesos e duas medidas. O comportamento do Presidente do Citibank, tendo em vista os fatos aqui relatados e os prazos, é, no mínimo, duvidoso.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes, concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde que já havia me solicitado.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, eu também tenho um grande interesse em tomar o depoimento do representante do Citibank, inclusive assinei o requerimento da lavra do Deputado Heráclito Fortes para tentar descortinar uma grande dúvida que o depoimento do banqueiro Daniel Dantas não soube responder, sobre o acordo secreto feito entre o Banco Opportunity e o Citibank, o fundo administrado pelo Citibank, que afastava do controle gestor os fundos de pensão brasileiros.

Esses acordos secretos só foram revelados em 2003. Durante quatro anos, foi mantido em sigilo absoluto como é que os fundos de pensão, que eram majoritários, que aportaram capital majoritário, não tinham o controle de gestão. Então, esses acordos secretos só podem ser desvendados, já que o banqueiro do Banco Opportunity não quis revelar, na verdade acabou tergiversando sobre esse acordo feito com o fundo internacional, se o Citibank vier dizer por que,

na época, em 98, fechou esse acordo, afastando do processo de gestão os fundos de pensão. Ou seja, os bancos, os fundos de pensão, compraram ações de empresas que não eram negociadas nas bolsas e que, por sua vez, dentro dessa engenharia societária, adquiriram ações das empresas privatizadas.

Então, quem aportou maior capital? O BNDES, que aportou um grande capital, não tinha sequer poder de mando sobre os investimentos realizados. Isso foi fruto de um pacto de investidores que afastou o fundo brasileiro. Então, a presença do Citibank seria muito salutar para desvendar essa página obscura da nossa história.

Eu louvo o Senador Heráclito Fortes por esse seu requerimento, e vamos aqui tomar os depoimentos dos representantes do Citibank.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu posso prestar só um esclarecimento?

Eu fico muito satisfeito com a evolução do Deputado Valverde, mas queria dizer a ele que ele está cometendo um erro. O acordo secreto não foi feito em 98. Em 98, houve uma concorrência, uma licitação pública, em que todos participaram. A curiosidade que ele tem de saber por que os fundos concordaram com determinados itens de um contrato é a mesma que eu tenho e que o Brasil tem. O acordo secreto, de que nós queremos saber, o chamado PUT, foi assinado agora, em janeiro ou fevereiro, envolvendo o Citibank e os fundos de pensão. É o chamado PUT e é exatamente...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Não, não é esse não; é outro que estava secreto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não há nada secreto, houve um contrato. Se o contrato é favorável ou desfavorável, os fundos de pensão devem explicar por que concordaram.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Era o secreto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas os fundos de pensão é que têm a obrigação de explicar, Sr. Relator, por que assinaram naquela época.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, eu queria a palavra, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu havia concedido a palavra a V. Ex^a em seguida ao relator. O relator tem preferência, portanto.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Relator, se V. Ex^a me permitir, acho que ajudaria a esclarecer.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Com o maior prazer, Senadora.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Primeiro, eu queria ressaltar uma questão, que a mudança de data não altera o objetivo desta CPI, que é exatamente

te examinarmos a possível origem dos recursos que abasteceram as contas, tanto do Sr. Marcos Valério, quanto daquele assunto que é objeto desta CPI, que muita gente não gosta de lembrar, mas que é obrigação nossa investigar, que é em relação à compra de votos na época da votação, da reeleição, da emenda.

Há outra questão que é importante, também. Eu não concordo com a afirmação de que a questão do Sérgio Spinelli é uma manobra. Eu queria dizer o seguinte: há diferença, sim, entre presidente de um banco... No caso do Opportunity, é a mesma pessoa, mas se nós, aqui, chamássemos, em vez do Sérgio Rosa, Presidente da Previ, apenas o Presidente do Banco do Brasil, o Dr. Rossano, nós estaríamos cometendo um erro.

Então nós precisamos chamar, sim, um representante dos fundos, na verdade do fundo do Citigroup. E quem é o representante do fundo é o Sr. Sérgio Spinelli, então ele é que pode dar maiores esclarecimentos. Tenho certeza de que, sobre a Previ, quem mais pode dar esclarecimentos é o Dr. Sérgio Rosa, não que o Dr. Rossano... Mas com certeza com ele... Então, tem diferença sim, e não é uma manobra, não; é importante fundamentar o que ele vê, porque ele é que detém, ele é a pessoa que representa os fundos, quem na verdade tem relacionamento com o Fundo Nacional.

E aproveito para esclarecer que tem diferença imensa, sim; o que o Deputado Eduardo Valverde fala é correto, porque ele se está referindo ao acordo que nunca havia sido mostrado. Nosso Presidente conhece isso por causa da CPI da Privatização, e o acordo que deveria existir entre o fundo nacional e... O que garantiria ao fundo nacional exatamente não só o direito de gestão, Deputado Eduardo Valverde, mas o direito de vender as ações pelo mesmo preço que todos os outros sócios, isso só foi aparecer uma proposta que está distante da proposta que o Opportunity fez para o Citibank, como ele fez com o Citibank...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não, Senadora.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – ...muito distante, só foi aparecer na véspera de 2003, na véspera da assembléia dos cotistas. Então, tem diferenças. O Sr. Daniel Dantas não respondeu a isso quando apresentei para ele, inclusive ele não aceitou, ele não respondeu, ele tergiversou, não falou sobre os co-investidores, enfim, os co-investidores são os fundos de pensão.

Então, eu só estou mencionando isso para também não acabarmos passando informações que não são verdadeiras.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não, Senadora. Lembro-me bem – desculpe-me

– que V. Exª, numa determinada reunião, chegou aqui dizendo que não pôde estar presente durante toda a reunião porque, cumprindo deveres de representante, nobre e ilustre representante do seu Estado, V. Exª tinha passado grande parte da tarde nos Ministérios. E foi exatamente durante essa ausência de V. Exª que este Relator teve a oportunidade de inquirir forte, profunda, extensa e minuciosamente o Presidente da Previ a respeito do PUT. Aliás, o PUT apareceu pela primeira vez nesta Comissão por iniciativa deste Relator, e ficou inteiramente provado que realmente a Previ realizou com o Citigroup um negócio sob suspeita no sentido de possíveis prejuízos para a Previ, porque ela se comprometeu a pagar em 2007 ao Citigroup uma importância três ou mais vezes superior ao preço que ela possui hoje. Essa questão ficou esclarecida, o negócio em si. O que não ficou esclarecido foi a intenção do Citigroup em adquirir esses papéis. Por isso mesmo ficou decidido que o Sr. Presidente do Citigroup no Brasil deveria depor.

Li numa revista semanal de grande importância no País que há um grande movimento no sentido de evitar que o Sr. Presidente do Citigroup compareça perante esta Comissão. É uma tentativa frustra, naturalmente, porque ele vai comparecer; o Sr. Presidente intimou-o...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Acho que tem que comparecer.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Ele já se predispôs a comparecer após o dia 12, em companhia do Sr. Spinelli, ocasião em que ele será inquirido sobre detalhes desse PUT que ainda não foram esclarecidos, uma vez que o Presidente da Previ não pôde ou não quis esclarecer.

Vou solicitar ao senhor representante do Presidente do Citigroup, um ilustre advogado presente, que obtenha, que faça com que o Sr. Presidente do Citigroup, ao comparecer para depor, traga o comprovante de que ele realmente esteve no Fundo Monetário Internacional nos dias que lhe foram designados para depor. Com isso completaremos então, dissiparemos as desconfianças existentes.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Sobre este tema, são dois pontos a serem esclarecidos. Um é este atual; outro é o acordo de acionistas de que a nobre Senadora fala aqui. São dois pontos. Os dois pontos precisam ser esclarecidos, não tenham dúvida.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu conheço o fato, evidentemente são dois momentos diferentes.

Agora, não há dúvidas, acho que tem toda razão o Senador Heráclito Fortes – e o Relator já concordou – eu ia proceder a isso, antes mesmo de comparecer, que ele comprovasse aquilo que foi alegado. Ele alegou. É evidente que motivos existem, não é a primeira vez que se concede um novo prazo em razão de compromissos anteriormente assumidos. Só precisamos da prova objetiva, a passagem, o convite, se houve convite, ou até a agenda dessa reunião previamente estabelecida. Isso tem toda procedência, e a CPI precisa ser tratada com respeito nesse ponto.

Não há dúvidas de que o Relator tem razão, o Senador Heráclito Fortes tem razão. Eu ia sugerir isso no final, mas não quis tomar a iniciativa antes de ouvir as partes envolvidas e ouvir todos os membros da CPMI para tomar a decisão. Isso será feito até antes e vou oficiá-lo para que ele esclareça e comprove os fatos alegados. Ponto final. Nesta matéria, acho que satisfaz a todos.

Vamos então designar a data. Poderíamos designar a data hoje?

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PFL – BA)

– Sr. Presidente, só tem 18 porque a próxima terça-feira é 11. Depois do dia 10 seria 11, que é véspera do feriado, dia 12, um dia esvaziado, então, teria que ser na semana seguinte, que seria 18.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– De minha parte, posso estar aqui na segunda-feira, na terça-feira, no dia do feriado.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PFL – BA) – Se puder ser dia 10, seria um bom dia o próprio dia 10.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Dia 10? Mas ele só regressa no dia 12.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PFL – BA)

– Ele só regressa no dia 12? Então, pronto, tem que ser dia 18 – o próximo dia é 18.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO)

– Consulto o Plenário sobre esta data.

Nobre Senador Heráclito Fortes, o que V. Ex^a acha?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, a Comissão poderia oficiá-lo e que ele reconfirmasse essa ausência tanto tempo fora do país, um banco tão importante e com a presença dele aqui tão requisitada. Ele já está desde o dia 24 e vai ficar cerca de 15 dias fora, quem sabe, ele não está retornando antes, e poderia até antecipar essa convocação, confirmar se realmente o retorno dele é dia 12.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PFL – BA)

– Aliás, tem um fato importante dia 30, e ele deverá estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Certamente, ele vai nos dar, objetivamente, a prova, a comprovação desse compromisso previamente agendado.

Claro, nesse ofício posso dizer se ele pode antecipar. Quero saber exatamente se vamos ficar novamente na dependência da agenda dele ou fixar uma data peremptória, sob pena de buscá-lo sob varas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Acho que ficar na dependência do Sr. Marinho é uma humilhação para esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, vamos fixar a data, e, se ele não comparecer, mandaremos buscá-lo sob varas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, esta Comissão tem toda a condição de marcar para o dia 6, para o dia 7, é problema dele estar aqui; esse atraso proposital que está sendo colocado tem outro objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu não conheço. Quero dizer que fiz a parte, convoquei, mandei a convocação para o dia de hoje. Infelizmente, ele não compareceu por razões já alegadas.

Peço ao plenário a sugestão para fixarmos a data.

Sr. Relator, V. Ex^a tem uma idéia da data, poderia nos dar uma contribuição?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não poderíamos fazê-la na primeira terça-feira posterior ao dia 10? Dia 18, estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– A sugestão do Relator é dia 18. Submeto ao Plenário, porque quero que todos sejam co-responsáveis.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PFL – BA)

– Se ele puder antecipar para o dia 6.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nobre Deputado José Carlos Araújo, é que aí vamos ficar novamente numa hipótese fluida demais. Quero fixar uma data sob pena de tomarmos medidas enérgicas, no sentido do comparecimento do mesmo a esta Comissão.

Em discussão a matéria.

Em votação a matéria.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que concordam com a proposta do Relator queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada, inclusive com o voto de V. Ex^a. Dia 18, a convocação agora em caráter peremptório, agora em caráter definitivo.

Temos uma segunda questão. Amanhã teríamos um depoimento e por sugestão do vice-presidente, nobre Deputado Baltazar, queríamos adiar esse depoimento para quinta-feira – faríamos duas tomadas de depoimentos, separados. Agora, na quinta-feira não é conjunto, é separado.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PFL – BA) – Sr. Presidente, na quarta-feira é o dia da eleição. Eleição com 6, 8 candidatos no primeiro turno, ninguém sabe a hora que vai começar e a hora que vai terminar. Vamos para o segundo turno logo após, marcado para as 18 horas, o que não acredito. Se formos para o segundo turno amanhã, lá pelas 22 horas, 23 horas, vamos acabar isso de madrugada. Provavelmente essa eleição possa vir a acontecer na quinta-feira.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O segundo turno da eleição do presidente anterior acabou às 7h30 do dia posterior.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PFL – BA) – Pois é, segundo turno da eleição anterior, uma eleição mais ou menos tranqüila, porque era uma eleição normal em uma data normal. Vamos partir para uma eleição numa situação diferenciada, no meio de um mandato eletivo, que não estava programada, com seis ou oito candidatos. Acho que é precipitado, desculpe a impertinência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Estamos aqui discutindo a matéria, nada é impertinente.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PFL – BA) – Mas acho realmente temeroso marcar para quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O Deputado Luiz Couto pede a palavra.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, pela votação, há candidatos que são membros atuais da Mesa; caso um deles seja eleito, abre-se a vaga do vice ou mesmo de qualquer outro, pode ser o quarto secretário, pode ser o primeiro secretário. Teremos de fazer a eleição na quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Amanhã fica mesmo por conta da eleição do cargo de presidente, primeiro e segundo turno. Essa é a colocação.

Faço novamente uma consulta: há um processo de adiamento para quinta. Agora, há um entendimento de adiamento para a semana que vem. Seria na próxima terça-feira.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MB) – Sr. Presidente, tenho uma questão a fazer a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Estou aqui para ouvi-lo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não tenho objeção de transferirmos as oitivas desta semana para a outra. Reflito o seguinte: em razão do compromisso que tenho de elaborar e colaborar com o nobre Relator no que diz respeito à PEC da reeleição, só vamos conseguir fazer alguma oitiva relativa à PEC da reeleição no final de outubro, visto que a semana posterior à próxima é feriado de 12 de outubro. Eu queria ponderar aqui se não poderíamos aprovar o requerimento de ouvir o Deputado Ronivon Santiago, que é alguém que está na Casa, que tem disponibilidade para vir, que já conversou com alguns interlocutores de aprovar a vinda dele também. Terminaríamos a lista que o Deputado Ibrahim Abi-Ackel apresenta na terça ou quarta-feira, e ainda na quarta ou quinta-feira, ouviríamos o Deputado Ronivon Santiago.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não tenho dúvidas de que deveremos aproveitar a próxima semana para haver uma oitiva de várias oitivas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Exato, porque na outra semana não teremos oitiva.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço ao Relator que faça uma sugestão de quem poderíamos ouvir na próxima semana, já que nesta tudo se encaminha para não se ouvir ninguém.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque não teremos oitiva nem nesta e nem na semana do dia 12; teríamos na semana do dia 6.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, muitas vezes somos obrigados a modificar os nossos planos. O meu interesse, muito claro desde o início, foi esgotar tudo aquilo diria respeito ao mensalão, para depois começarmos com outra emenda, até porque se envolvêssemos as duas coisas, estaríamos transferindo para a opinião pública que se interesse por esses depoimentos uma idéia aparente de confusão, de desentendimento em torno das coisas. Mas reconheço que na medida em que os depoimentos vão se processando, acarretam outros, se subdividem em outros. Então eu proporia que constituíssemos um grupo separado de deputados sob a orientação do Deputado Odair Cunha para começarmos, então, a audiência de todas as pessoas provavelmente ou possivelmente ligadas à questão da emenda constitucional da reeleição, sem prejuízo da audiência de todas as outras pessoas que dizem respeito ao primeiro objetivo nosso, que é o mensalão.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Com o maior prazer.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nos dias 4 e 5, poderíamos ouvir as pessoas na terça e na quarta desta semana.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Perfeito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Aí nós teríamos encerrado as pessoas relativas ao Marcos Valério e ao mensalão.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Possivelmente...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Possivelmente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – ...porque um acarreta a audiência seguinte.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É verdade, com essa ressalva. Aí, no dia 6, que é quinta-feira, nós ouviríamos o Deputado Ronivon Santiago, porque, na outra semana, não teremos oitivas.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eu não tenho objeção. Estou até preocupado com a demora, mas ela se deveu ao acúmulo de fatos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É verdade.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não é uma tentativa de adiamento da minha parte.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Eu quero ponderar, Sr. Presidente. Posso?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos ouvir o Deputado João Correia. Depois vou logo à decisão.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Até como autor do requerimento da vinda de Ronivon Santiago, Orleir Cameli, Amazonino Mendes, etc., eu acho que a Comissão deve ponderar no seguinte aspecto: por exemplo, na oitiva das pessoas ligadas ao mensalão, peguemos uma pessoa importante do meu Partido que está envolvida, José Borba, por exemplo, que está referido. Eu acho que a Comissão deve avaliar com muita delicadeza, mas muita delicadeza, algo de ourivesaria fina, o fato de fazer uma contaminação de uma coisa com a outra. Por quê? Porque vai dar a impressão de que estamos varrendo para debaixo do tapete uma investigação, que é a investigação cotidiana, que a opinião pública está atenta, está observando, e que nós atravessamos com outra investigação no sentido de torná-la um biombo. Eu gostaria que a Comissão ponderasse isso com muita delicadeza, porque é o futuro da reputação da Comissão que vai estar em jogo. Eu, por conseguinte, acho que devemos esgotar o mensalão e, em seguida, nos debruçarmos integralmente sobre a compra de votos, sob pena de parecermos suspeitos diante da opinião pública.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Quero discordar.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sempre estive de acordo com V. Exª, daí a separação que propus.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vou submeter à votação logo. Vou submeter à votação.

O Deputado Baltazar quer fazer algumas considerações?

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Sr. Presidente, penso que é preciso ter uma didática aí para poder as coisas não se perturbarem, mas é possível. Se o Relator vai estar arranjando a questão da compra de votos na reeleição, eu acredito que as duas questões podem caminhar sem contaminação, desde que não se deixe de fazer com profundidade. Então, isso é uma questão de separação didática. Inclusive, só para alertar, a gente está fazendo avanços, fazendo as convocações, ouvindo as lideranças, mas há um... Não sei, aí eu quero só ponderar, sem nenhuma outra provocação, na linha de investigação, que, chegando à liderança – e a discussão é que há outros parlamentares –, se a gente não vai ter a coragem de quebrar o sigilo bancário e fiscal dos deputados, eventualmente citados, como partidos envolvidos, porque aí vamos dar satisfação. Não tem nada? Na minha avaliação, deveria quebrar para a gente aprofundar, até para liberar aquelas pessoas que estão suspeitas e não têm nada, nessa linha de investigação que o Relator coloca de separação e fazer até o final tudo. Eu acredito que é possível fazer as duas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. Nós temos uma proposta, vou submetê-la à votação. Nós temos uma proposta de ouvir, na terça e na quarta, os depoentes que eram, fora do Citigroup, 18 que eram desta semana. E na quinta, Ronivon.

Coloco isso em votação. A discussão já foi feita.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordarem com a proposta permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Para encaminhar, Sr. Presidente, depois de decidido: é que jamais se ouça no mesmo dia depoimentos referentes a questões diversas.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Evidentemente que isso já está devidamente discernido na preliminar. Então, esta matéria... Fica aprovada a agenda da semana que vem. E, dia 18, ficam convocadas as duas pessoas do Citigroup.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – E o requerimento, Sr. Presidente?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Nesse caso, precisamos aprovar o requerimento de convocação do Deputado Ronivon Santiago.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Já temos o requerimento.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Já tem o requerimento, feito pelo Deputado João Correia, que, aliás, tem vários requerimentos, mas não foi aprovado. É convocação do Deputado Ronivon Santiago.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Então, vamos aprová-lo. Há outros requerimentos, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nobre Deputado Ibrahim Abi-Ackel, evidentemente que, com essa indicação, fica aprovado então o requerimento.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB - SP) – Quero somente realçar que nós não entramos ainda no mensalão, que é o mensalão forte, das Furnas. E eu vou apresentar um requerimento, porque eu vi que lá na CPI dos Correios, eles não entraram nesse aspecto. E esse aspecto é nosso. Se há um mensalão grande, é o mensalão das Furnas. Então, temos de entrar nesse aspecto também.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– V. Exª apresenta o requerimento agora?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB - SP) – Eu vou fazer o requerimento.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mas, pelo amor de Deus, permita uma certa gradação, para não fazermos exatamente o que está sendo feito na CPMI dos Correios, porque abriram tanto que haverá dificuldades para fechar. Então, fico ciente e advertido, com referência ao requerimento de Furnas, mas para a época própria.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, quando é que vamos votar os requerimentos, pois há alguns aí há várias semanas.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Não, mas de quebra de sigilo do HD do Opportunity, por exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Hoje, não temos quórum para isso.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Mas eu gostaria que garantíssemos uma reunião administrativa para esta semana ainda, porque há requerimentos fundamentais, que vão contribuir com a investigação, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– O grande problema é o seguinte. Esta semana, nobre Senadora, estamos com este problema da Câmara, se não teríamos feito isso hoje.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Mas, e na quinta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Estamos aqui evidentemente para essas votações não nominais.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu sei. E na quinta-feira, por exemplo?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) –

Na quinta, estamos exatamente suspendendo tudo.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Suspenderam tudo?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, na quinta-feira, sim. Ficou para terça-feira.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Mas, na quinta-feira, pelo menos uma reunião administrativa não seria possível para votarmos o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Poderemos....

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, eu não tenho nenhuma dificuldade. Eu só quero presença. Hoje, eu não poderia deliberar nada, evidentemente, porque não temos quórum. Então, peço a todos um esforço para que façamos uma reunião para apreciar quebras de sigilo. Agora, precisamos da presença da maioria absoluta.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, mas quebras de sigilos já foram solicitadas.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Há outras. No caso, o HD, a quebra de sigilo ...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Um momento, por favor. Nós já recebemos um disquete com todos os sigilos quebrados. Eu pediria tempo a V. Exª, para verificar se o requerimento de V. Exª já foi atendido. Peço a sua compreensão, porque o volume de documentos técnicos é muito grande. E nós estamos fazendo todas as seleções possíveis. Aqui estão coisas para serem examinadas, a fim de discriminar o que está feito e o que ainda não está feito.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Mas, eu tenho certeza de que este não foi atendido. Sabe por que, Sr. Relator? V. Exª tem toda a razão em relação à análise, inclusive daquilo que já foi quebrado, porque precisamos exatamente fazer isso, esse trabalho que não aparece na televisão, mas que precisa ser feito. Isso é fundamental. Porque esse HD, no caso, foi o HD apreendido pela Polícia Federal, e o juiz não per-

mitiu que fosse feita a perícia. Então, como as CPIs têm também o poder de quebrar sigilo, o que não quer dizer que possam divulgar os sigilos, pois a responsabilidade é das CPIs, estamos solicitando isso. Esse especificamente não deve estar por conta disso.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Se não estiver, o requerimento de V. Ex^a será absolutamente recebido.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Obrigada, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião 12h56min.)

ATA DA 23ª REUNIÃO REALIZADA EM 4 DE OUTUBRO DE 2005

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, às onze horas e trinta minutos, na sala 06, da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Amir Lando e ainda com as presenças dos Senadores José Jorge, Romeu Tuma, Rodolpho Tourinho, João Batista da Motta, Wellington Salgado de Oliveira, Ney Suassuna, Ana Julia Carepa, Augusto Botelho, Sérgio Zambiasi, Arthur Virgílio, Serys Shessarenko, e dos Deputados Luiz Couto, Odair Cunha, João Correia, Gastão Vieira, José Rocha, Moroni Torgan, Júlio Redecker, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, Luiz Antonio Fleury, Fernando Coruja, Paulo Baltazar, Daniel Almeida, Fernando Ferro, Darcísio Perondi, Marcus Vicente, Neucimar Fraga, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 01/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS”. Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 23ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina à oitiva do Sr. Manoel Severino dos Santos. Convida-o para tomar lugar à Mesa e passa a palavra ao relator para inquiri-lo. Em seguida, passa a palavra aos seguintes parlamentares: Deputado José Rocha, Deputado Fernando Coruja, Deputado Luiz Couto, Deputado João Correia, Deputada Zulaiê Cobra, Deputado Paulo Baltazar, Deputado Moroni Tor-

gan, Deputado Júlio Redecker, Deputado Arnaldo Faria de Sá, Deputado Fernando Ferro, Deputado Gastão Vieira, Deputado Darcísio Perondi, e são reinscritos os Deputados Luiz Couto e João Correia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e seis minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia cinco de outubro deste ano. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia, Secretária da Comissão*, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 7, destinada a apurar a compra de votos.

Não há número para deliberação, mas para abertura dos trabalhos. Não havendo deliberação, a oitiva poderá ser iniciada.

Consulto o Plenário se está de acordo. (Pausa.)

Então, vamos dar seqüência.

Inicialmente, devo dizer que há aqui o depoimento do Sr. Manoel Severino dos Santos, feito na Polícia Federal, que já foi distribuído aos Srs. Membros.

Preliminarmente, passo a palavra ao Exmº Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, o Deputado Ronivon Santiago, sob a alegação de que necessita defender-se no Conselho de Ética e na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação de outras acusações em outros processos, vem requerer adiamento, por uma semana, de seu depoimento, que está marcado para quinta-feira nesta CPMI.

Anteriormente, S. Ex^a requereu o adiamento por 10 dias, mas o Sr. Presidente da Comissão, indeferiu, se estou bem informado; agora, S. Ex^a pede por uma semana.

O parecer é no sentido de que se dê ao Deputado Ronivon Santiago tempo suficiente para que se possa desincumbir desses dois deveres. Não digo uma semana, mas tomaremos providências para saber dele qual é o mínimo de prazo que precisa ter para se defender. Como se trata de direito de defesa, parece-me não ser conveniente desrespeitar, de todo, o pedido.

Se o Sr. Presidente estiver de acordo, **ad referendum** da Comissão, tentaremos ver se obtemos um razoável adiamento de audiência para que possa permitir ambas as defesas.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª tem a palavra.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Só um esclarecimento. Quais são as alegações para a solicitação de adiamento?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Como?

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Que alegações? Que motivos?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – As alegações são as que acabei de mencionar. S. Exª está-se defendendo em outro processo na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara e no Conselho de Ética e alega que necessita de tempo mais demorado para que se possa defender nas duas. S. Exª acha que fazê-lo simultaneamente significa um prejuízo para sua defesa.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Essa matéria, Sr. Relator, foi objeto de decisão do Plenário. Não posso, evidentemente, assumir monocraticamente. Então, teria de submeter ao Plenário.

Como não há, neste momento, *quorum* para deliberar, então submeteremos posteriormente. Agora, se alguém quiser se manifestar a respeito, poderá fazê-lo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, o PFL concorda com o parecer do Relator.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma manifestação, dizendo o seguinte: o princípio da ampla defesa é fundamental. O Ronivon disse que queria saber se vem aqui na condição de Deputado ou de cidadão comum, o que é importante, psicologicamente, saber, principalmente para a pessoa, para o depoente.

E um outro ponto é que não está negando-se a vir aqui à Comissão prestar esclarecimento. E, neste momento em que está respondendo a esses processos, o pensamento da pessoa está voltado justamente para uma situação. E, para vir aqui, talvez não esteja naquelas condições psicológicas e até físicas para poder fazer um esclarecimento, como nós precisamos aqui dentro da CPMI.

Então, o PP é no sentido de que seja adiado esse depoimento dele.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Acabamos de complementar o código, aliás, o *quorum*, e também o código, que é o nosso Regimento que manda exatamente com a presença da maioria

absoluta dos membros. Estão já satisfeitos esses requisitos para poder deliberar.

Passo a palavra à nobre Deputada Zulaiê Cobra.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, creio que estejamos em uma situação incomum, porque é uma pessoa que vem até aqui, que está passando, hoje, por um momento difícil, uma vez que vai apresentar, hoje, o relatório à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, cujo Relator é do PSDB, sobre a cassação dele. E vão pedir vista. Conseqüentemente, esta é uma semana entre a apresentação do relatório do Deputado Jutahy e o pedido de vista, que, conseqüentemente, ficará para a semana que vem. Então, creio que, se adiarmos o desta semana, talvez na semana que vem também não possa vir, porque é quando vai ser julgado, na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, terça-feira que vem, ou então ele viria na outra quinta-feira, talvez.

Realmente concordo com V. Exªs que é uma semana difícil, porque está sendo proposta a cassação dele. Era só isso.

O PSDB também concorda com esse pedido de adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Alguém mais se deseja manifestar sobre o assunto?

Não havendo mais quem queira discutir, submeto à apreciação do Plenário.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordarem com a proposta e o voto do exmº Sr. Relator queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, quero apenas ponderar sobre a conveniência de não deixarmos esse dia vago. Tínhamos a previsão de, na quinta-feira, ouvir o Ronivon Santiago. Teríamos que, talvez, fazer um acerto, um ajuste, nesse cronograma de oitivas para não passar a sensação de que o ritmo de funcionamento da CPMI está desacelerando.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concordo com V. Exª. É evidente que, neste momento, estamos decidindo se iríamos ouvi-lo ou não e se acatamos ou não o parecer do Exmº Sr. Relator.

Temos também um outro pedido, que peço a Secretaria que nos passe. É um pedido, novamente, de prorrogação.

Quero manifestar aqui a minha preocupação, pois já tivemos uma prorrogação na semana passada e a semana que vem será complicada. Por outro lado, há um outro pedido, um outro requerimento de que fique sabendo, e não vou agora tomar conhecimento oficial,

e não posso decidir nada. Não é que fuja das minhas responsabilidades, mas o que é decidido pelo Plenário tem de ser resolvido por este. Qualquer decisão contrária ou diferente é o Plenário que se manifesta.

Tenho um pedido do Sr. José Luiz Alves, que, em síntese, diz o seguinte:

“A fim de atender à convocação de V. Ex^a, para ser ouvido no dia 28 de setembro, antecipei minha ida a Brasília para o dia anterior. Comparecerei nesse mesmo dia 27 de setembro, com a intenção de colaborar com V. Ex^a e com os demais Membros da CPI da Compra de Votos. Protocolei a resposta escrita, contendo todas as informações que, dentro do meu conhecimento, poderia prestar sobre os fatos em questão. Ao protocolar as informações...”

E ele se refere a isso, porque mandamos um ofício a todos os convocados para audiências, e essa foi até uma sugestão, se não me engano, do Deputado Odair, no sentido de que fossem comunicados previamente, para que, se tivessem algumas informações a serem prestadas por escrito, fizessem-nas, o que não ilidiria a audiência deles. Então, ele se refere que, ao protocolar, foi informado da audiência na qual seria ouvido e que esta fora adiada para a semana subsequente. Retornou à cidade dele, não importa o que ele quis dizer, mas que reside em Uberaba e que, evidentemente, tem alguma dificuldade para o comparecimento no dia 5 de outubro.

Dessa forma, ele solicita que, à vista da resposta escrita, ainda houver necessidade do seu comparecimento perante a CPI, que seja designada nova data. Os motivos são os compromissos dele com o trabalho, onde ele reside. Passo o parecer ao Ex^{mo} Sr. Relator para que, tomando conhecimento, se for o caso, se pronuncie. Fico um pouco preocupado com esse esvaziamento de comparecimento. Se não, terei de mandar buscar sob vara.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. membros da Comissão. Examinadas todas as listas de transferência de recursos, fornecidas pelo Sr. Marcos Valério e por outras fontes de investigação da CPI dos Correios e desta Comissão, deveriam ser ouvidos, contanto que V. Ex^{as} concordarem, ainda os Srs. Carlos Kotegozo, Manoel Severino, que será ouvido hoje, José Luiz Alves, Márcio Lacerda, Francisco Borges Cavalcanti, Roberto Costa Pinto, Wilson Lacerda. Iniciando a segunda parte das nossas investigações, que dizem respeito à emenda constitucional da reeleição, o Deputado que pediu hoje o adiamento. Se V. Ex^{as} concordarem, eu conversaria com os demais membros da Comissão, com os Sub-relatores, com o Sr. Presidente, e apresentaria a S. Ex^a, o Sr. Presidente, no máximo amanhã, um novo

calendário, que procuraria, de certa forma, atender não tanto quanto requerem, mas de maneira adequada aqueles que pedem o adiamento, mas fechando um conjunto já do depoimento de todas as pessoas que precisamos ouvir. Com isso, já teríamos um calendário definitivo.

Se o Sr. Presidente estiver de acordo, vou-me dedicar hoje à noite a essas consultas.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Mas, Sr. Relator, sobre esse requerimento em questão, agora que acabei de fazer um resumo, se V. Ex^a... porque esse depoimento seria tomado amanhã.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Ele disse: “Retornando a Uberaba, recebi, então, o fax que determina o meu comparecimento no próximo dia 5 de outubro. Ocorre que, na data fixada, por motivos de ordem pessoal, estou impossibilitado de comparecer, uma vez que, residindo e trabalhando em Uberlândia, tenho de me deslocar até Brasília”. Acontece que esse requerimento foi feito no dia 30 de setembro de 2005. Quero deixar bem patente o seguinte: o Deputado Ronivon Santiago mereceu um parecer de parcial deferimento da minha parte não por ser Deputado, mas por ter alegado uma causa que deve ser considerada justa, uma vez que implica provável dificuldade no exercício do direito de defesa. Mas esse Sr. José Luiz Alves não alega nada, diz apenas que, por motivos pessoais, não pode comparecer. Nesse caso, sou forçado a emitir parecer contrário. Não há justificativa para o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Devo esclarecer à Comissão que solicitamos informações dos representantes do Citigroup sobre as alegações feitas, que nos fornecessem as provas dos compromissos previamente assumidos. Consulto já a Comissão se recebemos alguma resposta. Até agora não recebi resposta. Vamos reiterar esse pedido para que a Comissão, realmente, seja informada com presteza e, sobretudo, com segurança. De qualquer maneira, essa é uma questão que também faz parte desse processo.

Pergunto aos presentes se alguém quer discutir essa matéria em questão.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – Eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Nobre Deputado, com a palavra.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – Sr. Presidente, entendo o seguinte: no caso do Deputado Ronivon Santiago, como muito bem colocou...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Isso já foi votado.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – Como muito bem colocou o Relator, há alguma substância para isso. Agora, sinceramente, acho que a Comissão deveria estancar, em definitivo, esse tipo de procedimento, porque, senão, convocamos e o cara manda uma cartinha dizendo... Acho isso uma desmoralização, Sr. Presidente. Sinceramente, acho que tem de chamar todos. Se não vierem, que venham debaixo de vara. É o momento de a Comissão se impor completamente. Essa é a minha visão, concordo inteiramente com a proposta do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Deputada Zulaiê Cobra.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, também concordo totalmente. Penso que estamos vivendo um processo bem diferente um do outro: um, a questão de um homem que está na iminência de perder o mandato, que é uma questão séria, grave. Esta semana será o julgamento, não sabemos, temos essa informação. Portanto, ele faz um pedido, e temos a informação de que o pedido é verdadeiro. Agora, essas razões de fundo pessoal, não sabemos o que é de fundo pessoal; pessoal é tudo, é a vida de uma pessoa. Portanto, também sou contra o adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Entendo que a matéria já foi devidamente discutida.

Em votação no sentido do indeferimento, na forma do voto do Relator. E vamos solicitar e confirmar a oitiva de amanhã.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordarem com o parecer do Exmº Sr. Relator queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Essa comunicação, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Essa comunicação será feita imediatamente.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Exatamente. Toda decisão tem de ser feita... Já que foi uma decisão de Plenário, tem de ser apreciada pelo Plenário e, assim, o fizemos, assim ocorreu e vamos tomar todas as providências do comparecimento amanhã do Exmº Sr. José Luiz Alves.

Pergunto ao Relator se há alguns requerimentos de urgência para serem apreciados. Existem alguns requerimentos hoje ainda que deveremos votar, Sr. Relator? Ou deixaremos para amanhã, se for o caso.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não, Sr. Presidente, pretendo hoje ainda submeter

a V. Exª o nome da pessoa que poderá preencher a data de quinta-feira próxima.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Ainda ao longo da presente reunião?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Logo depois de amanhã.

E, na reunião de quinta-feira, apresentar a V. Exª o calendário para a audiência de todas as demais pessoas que devemos ouvir, até mesmo para dar tempo suficiente às pessoas, e, com essa justificativa, não suscitar pedido de adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nesse caso, teríamos talvez de votar imediatamente por causa do prazo exíguo que teremos até quinta-feira. Se V. Exª tem o nome, poderemos submetê-lo imediatamente.

Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – Sr. Presidente, vou fazer uma sugestão, se V. Exª vai aceitar ou os Colegas, também não sei se agora ou depois, para discutirmos o posicionamento do Presidente do Senado em relação a nossa Comissão. O Presidente do Senado, o nobre Senador Renan Calheiros, demonstra um raro senso de oportunidade e passa para a imprensa a idéia de que não se trabalha, não se investiga. Talvez possamos chamá-lo aqui e mostrar para ele o que estamos fazendo, as dificuldades. Espero que seja só um senso raro de oportunidade, e não de oportunismo político, do qual ele é especialista. Hoje à tarde, V. Exª vai estar com ele, não sei quem irá junto ou como V. Exª vai trabalhar essa questão, mas ele passa a impressão de que não se está trabalhando. Ele tem de saber as dificuldades todas que existem: o Governo que ele defende dificulta a documentação; Banco Central, Banco do Brasil. A outra CPI também se queixa. Ele não faz parte da CPI; não sei se está voando muito para Maceió, para a sua fazenda ou não. Então, não sei como vamos trabalhar essa questão. Se é este o momento para discutir, estou aberto. Se vamos discutir agora ou depois, ou fechado amanhã... Até também discutir se a CPI está em crise ou não. Nós percebemos, neste fim de semana, uma nova estratégia governamental... Já estou encerrando.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Estou ouvindo V. Exª.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – Uma nova estratégia governamental com três ações muito claras: o Ministro da Justiça dizendo que caixa dois é de bandidos e que bandido tem de estar na cadeia – não sei o que S. Exª quis dizer com isso –; o PT dizendo que estamos há quatro meses trabalhando e que nada encontramos; os grandes mentores do PT desconstruindo – um termo que o PT gosta muito – o Sr. Sílvio

Pereira, pela coragem de falar, domingo, pela **Folha de S. Paulo**; e, por último, o nosso Presidente Lula, nas declarações que deu em São Paulo, descontruindo também as CPIs – invidade, denunciismo, está-se esgotando, está-se esgotando; já passou o tempo da CPI, não há nada; Deputados atacados foram à lama, e ninguém vai limpá-los; já passou a fase das CPIs; algo nessa linha, não exatamente isso, mas eu não trouxe o jornal. Então, não sei como vamos trabalhar essa questão como um todo. Se é agora o momento, ou não, de ouvir o Presidente da Casa da Moeda ou se existe uma crise não sei. Acho que existe. Talvez muitos estejam trabalhando, e outros, não. Li também a entrevista que o senhor deu no sábado – boa, por sinal. Como trabalharmos essa questão?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Bem, esse é um tema político que fugiria, neste momento, discutirmos. Podemos fazer uma reunião fechada ou aberta, não tenho nenhuma... Mas ouço o nobre Senador Wellington.

O SR. WELLINTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, queria fazer a defesa do Presidente do Senado, porque não vi uma colocação assim tão agressiva, como o nobre Deputado falou. Penso que o Presidente quis dizer que estão acontecendo algumas dificuldades até mesmo para as CPIs, e não que estejamos deixando de trabalhar, ou a CPI. A intenção de S. Ex^a não foi essa. Mas, diante de tantos fatos e dificuldades que se estão criando para as próprias CPIs, está ficando difícil apurar os fatos. Não podemos deixar parecer que o Presidente não as apóia; pelo contrário, S. Ex^a as defende. S. Ex^a faz algumas colocações para tentar dar um ordenamento às CPIs. Agora, penso que essa exposição não procede. Não é intenção de S. Ex^a, pelas entrevistas que vi... Eu o conheço pessoalmente; não é isso o que está pensando, Sr. Presidente. É isso que eu queria deixar bem claro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Ouço o nobre Vice-Presidente, Deputado Paulo Baltazar.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu não estou cortando o som. É algum defeito que deu aí?

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Vou falar assim mesmo. Alô! Agora foi. Penso que a discussão deve continuar irrelevante. Acredito que, na quinta-feira, podemos fazer uma reunião administrativa para discutir esse e outros assuntos importantes e, inclusive, aprofundar a investigação com as quebras de sigilos. Há documentos importantes que precisamos votar – o

HD, alguma coisa vinda da CPI do Banestado, que considero importante, para aprofundarmos. Poderíamos deixar essa discussão, com mais profundidade, para quinta-feira. Em vez de convocarmos outra pessoa, na quinta-feira nos ocupariamos com uma reunião administrativa. Talvez pudéssemos chamar o depoente e deixar para quinta-feira, pela manhã, uma discussão mais aprofundada daquilo que é importante discutir e que foi levantado neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concordo.

Antes, o Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sr. Presidente, concordo com o que o Vice-Presidente falou, mas é importante também mencionar que essas questões levantadas são vitais para o andamento da CPI. Penso que elas foram levantadas pelo Deputado em razão de reuniões que V. Ex^a vai ter hoje à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Hoje.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Por isso houve esse levantamento. Não podemos mostrar à população que há um clima de fim de festa. Não estamos nem em festa, porque isso é muito doloroso para todos nós. Na verdade, queremos chegar até o fim. É esta a determinação que tanto a Presidência, quanto a Relatoria e todos os membros da CPI têm: chegar a um bom termo em todas as investigações. Isso é o que tem de ser passado, e deve-se parar com este negócio de que é denunciismo. Se o Ministro quer que caixa dois não aconteça mais, avise ao Presidente para não pagar ao Duda Mendonça, lá na rua também.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Entendo que a questão deveria ser tratada em reunião administrativa. Amanhã, temos convocada uma reunião administrativa para 10 horas. V. Ex^{as} já receberam essa comunicação.

O SR. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Antes do depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Por outro lado, devo esclarecer...

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Só pergunto uma coisa: há plenário, Sr. Presidente, a essa hora? Porque hoje tivemos de ficar aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, amanhã não tem. Foi só hoje a reunião.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Só?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Amanhã estará livre a sala.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não vou entrar no mérito, evidentemente, das declarações de A, B ou C, porque isso foge à minha condu-

ta, que, na condição de Presidente, é a de conduzir regimentalmente os trabalhos da CPMI.

Evidentemente, também dei algumas manifestações – V. Ex^{as} viram – com base naquilo que é a minha convicção. Temos um fato material que deve ser analisado e que está aí, até agora intacto. Essa síndrome já ocorreu no passado em outros eventos dessa natureza.

Então, deixo muito claro que temos de incumbir-nos da nossa tarefa, que é apurar. Para apurar, temos de debruçar-nos sobre aquilo que existe, que já é um fato material, repito. Se não se fizer isso, talvez não se avance. Se não tivermos alguns depoimentos esclarecedores, pouco poderemos avançar. Os depoimentos não foram esclarecedores.

É evidente que teríamos de desdobrar esses recebimentos, isso que estamos ouvindo e que o Relator propõe. São recebimentos expressivos, que talvez tenham sido repassados para terceiros. Se olhássemos alguns recortes de jornais, o próprio Deputado Roberto Jefferson, ex-Deputado hoje, disse, ao final de todo esse evento, que esperava que aqueles que receberam parte dos R\$4 milhões devolvessem a ele mesmo, e ele faria a devolução ao PT. Quer dizer, ele faz a denúncia de que mais gente recebeu. Então, devemos saber dele, não sei, talvez até fazer uma consulta, se for o caso, sobre se ele tem alguns nomes, porque temos de esclarecer para terminar as nossas investigações.

Por outro lado, existem outros pontos: quem pagou e de onde vieram os recursos. Quer dizer, isso também está em aberto. Essa competência a CPMI dos Correios avocou a si. É evidente que não é um conflito de jurisdição, porque a nossa também teria essa competência, a rigor.

Há uma relação lógica, muito mais íntima aqui com a CPMI da Compra de Votos: quem compra, quem vende e quem paga. É uma relação lógica, “elementar, meu caro Watson”. Então, são questões que poderíamos desvendar – com facilidade, não, porque não é fácil.

Agora, devo dizer, para concluir, que essa matéria será discutida. Nas declarações, às vezes, há alguns excessos. De qualquer maneira, teremos a reunião com o Presidente do Senado hoje. E amanhã, na reunião que faremos às 10 horas, poderemos esclarecer. A convocação, em princípio, se der, é ao Presidente e ao Relator. Os dois deverão comparecer, como foi também na outra reunião.

Eu não poderia agora ampliar a toda a Comissão essa reunião, mas, se for o caso, com mais algum representante também não haveria prejuízo. De qualquer sorte, podem ir o Relator, os Sub-Relatores.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Mas, Sr. Presidente, sobre a reunião à que, segundo o Deputado Perondi, V. Ex^a, junto com o Relator, vai, para representar a nossa Comissão, gostaria de acrescentar que é muito importante que o Presidente do Senado não fale determinadas coisas que causem muitas consequências graves.

O Presidente da Câmara já causou uma consequência gravíssima no seu primeiro dia, logo depois da eleição, dizendo que não acreditava na existência do mensalão. É uma coisa que o Presidente da Câmara não poderia ter falado. Ele deveria ter-se reservado e dito “vamos apurar”.

O que queremos tão-somente não é falar isso ou aquilo. Eles são Presidentes. O Senador Renan Calheiros é Presidente do Congresso Nacional, tem uma responsabilidade muito grande com tudo o que acontece aqui. Portanto, é apenas e tão-somente o caso de levar a S. Ex^a que a repercussão de sua fala é muito grave e nos dá uma descrença muito grande em relação ao que está acontecendo. O povo está ouvindo, e nós somos cobrados em todos os locais a que vamos. Eles dizem: “Mas o Presidente lá falou”. Fica difícil continuar a fazer o nosso trabalho, que é sério. Ele vai continuar; temos a obrigação de fazê-lo da melhor maneira possível, com a clara ajuda de todos, principalmente dos Presidentes.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É importante ressaltar que a sociedade está com uma expectativa muito grande com o fechamento da CPMI e com o caminho a que vamos chegar: primeiro, sobre quais as pessoas que vamos concluir como envolvidas, se houve ou não este fato da denúncia; segundo, sobre qual o encaminhamento de mudança, para que coisas como essas não venham a acontecer dentro da Câmara. Vamos discutir esses procedimentos dentro da CPI e encaminhar um pensamento, da própria Comissão, de mudança nessas áreas.

O terceiro ponto, que considero de fundamental importância analisarmos, são as reuniões administrativas que acontecem de forma fechada, para não haver divulgação para a imprensa diretamente. Elas geralmente trazem problemas, por quê? Porque deixamos margem para algumas pessoas saírem da reunião e darem declarações que muitas vezes não refletem a realidade dos fatos discutidos. Então, sou totalmente contra reuniões administrativas fechadas. Toda reunião tem de ser aberta, e a população deve saber o que está acontecendo aqui dentro, qual a discussão, qual a linha.

A quarta questão é a seguinte: tem-se discutido, ao longo da criação da CPMI, o esvaziamento, o aca-bar em pizza, por conta dessas declarações que são

dadas. Já tivemos problemas graves com relação a isso e estamos trabalhando aqui para investigar; estamos aprofundando-nos cada dia mais. A cada dia chegam a esta Comissão documentos imensos, que entram em diversas áreas. Estamos abrindo, e o fechamento vai-se tornando cada vez mais difícil, por causa das linhas que estamos seguindo.

Praticamente, dezoito pessoas que estão no Conselho de Ética sequer passaram por aqui. Elas não prestaram esclarecimentos para nós, da CPMI do Mensalão. Foram prestá-los na CPMI dos Correios, mas à Comissão do Mensalão não vieram; foram direto para o Conselho de Ética.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Também não foram para os Correios.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas foi com base nas apurações que aconteceram na CPMI dos Correios.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – A CPI não é para ouvir Deputado, mas para fazer provas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eu gostaria de encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – A oportunidade dos esclarecimentos, Sr. Deputado, está em serem dados a tempo. Eles foram ouvidos. Todos eles apresentaram defesa escrita perante esta Comissão.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quero colocar que os esclarecimentos foram direto para o Conselho de Ética da Câmara, que é a parte final. Depois foram mandados a Corregedoria da Câmara. Naquele momento, o meu entendimento era o de que eles tinham de vir prestar esclarecimento, para que fosse discutida e finalizada a questão aqui. Há a preocupação, de agora para frente, sobre como vão ser esses encaminhamentos. Na reunião administrativa, precisamos discutir, com maior profundidade, entre nós, essas questões de procedimentos. Tenho a preocupação de, lá na frente, não sermos acusados. Já estão começando a dizer que a CPMI vai acabar em pizza, e não vai. Se há culpados, temos de apurar aqui e ir para cima deles, independentemente do seu Partido. Ninguém controla a CPMI, nem o Presidente do Senado, nem o Presidente da Câmara ou o Presidente da República. Aqui ninguém tem o controle, porque a sociedade está acompanhando. E nós, que estamos aqui dentro, queremos investigar e vamos fazê-lo. Se houver culpados, vamos para cima. Eles têm de pagar. Se tiverem de perder mandato, vão perder e responder criminalmente. Nós vamos apurar os fatos aqui dentro.

Neste ponto, quero até parabenizar a Presidência e o Relator, porque estão caminhando nesse sentido;

e também todos os companheiros aqui dentro. Não há o que falar nesse sentido.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Uma questão de ordem. Fomos convocados, e a pauta desta reunião prepara a oitiva em razão do Sr. Manoel Severino.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Há algumas questões preliminares em razão de incidentes havidos, que foram resolvidos.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Como temos uma reunião administrativa marcada para amanhã, que todos os assuntos administrativos sejam discutidos amanhã, na reunião específica. É claro que havia uma razão para se discutir a questão do Ronivon Santiago e também do outro, mas que não utilizemos a reunião, que é para a oitiva, para outros assuntos administrativos, porque isso atrapalha o processo de oitiva, e estamos aqui para ouvir. A pessoa está aí para ser ouvida.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito, V. Exª tem razão. Tivemos dois incidentes que foram resolvidos. Depois entrou uma discussão de cunho mais político, e não posso ser o censor. Procuro, sobretudo, evitar que a linguagem seja descortês e que haja agressão, para que tratemos os assuntos com seriedade e respeito. Fora isso, entendo que essa questão está encerrada até amanhã, às 10h.

Amanhã, certamente teremos avanços. O Sr. Relator e os três Sub-Relatores poderão fazer indicações de requerimentos. S. Exªs estão acompanhando e têm a lógica das investigações de maneira mais profunda que o próprio Presidente, que segue apenas o que o Plenário decide.

Então, para dar continuidade à presente reunião, convido, para tomar assento à mesa, o Sr. Manoel Severino.

A rigor, o Sr. Manoel Severino dos Santos comparece numa situação um pouco ambígua. Ele é testemunha de alguns fatos e, nessa condição, firma um termo de compromisso, prometendo dizer a verdade; por outro lado, na condição de ter retirado ou recebido eventualmente – não posso afirmar, porque a prova está sendo formada –, também poderia haver momentos em que passaria para a condição de acusado. Inicialmente, vou aceitar o termo de compromisso já firmado. Constam aqui os seguintes dados: nome completo, Manoel Severino dos Santos; identidade; idade, 45 anos; CPF; casado; endereço, Avenida das Américas, nº 1.500, R. Adolfo Castro Filho, nº 210, casa 2; telefone; profissão, administrador de empresas; no momento, desempregado. É parente em algum grau das partes envolvidas? Diz ele que não.

Ele se compromete, nos termos do art. 230 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber ou lhe for perguntado. Não sendo obrigado a responder contra si próprio, poderá silenciar sobre qualquer fato ou algo que o incrimine.

Feito isso, pergunto ao depoente o nome dos advogados.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Dr. Paulo Henrique e Dr. Fabrício.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Alguma pergunta a mais, inicial, preliminar?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu só não entendi uma coisa: se ele presta compromisso de falar a verdade, não pode isentar-se de falar a verdade, porque está prestando um compromisso como testemunha, independentemente de ser investigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu disse que, se houver algum fato em que haja alguma coisa que possa incriminá-lo...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Alguma coisa que possa prejudicá-lo? Mas ele não está como investigado aqui: está como testemunha. E, como testemunha, ele tem que falar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Por isso aceitei o termo de compromisso como testemunha.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Então, ele não pode deixar...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, algum fato que o auto-incrimine, só nesse ponto. É um pouco ambígua, mas a predominância aqui é a da testemunha, por isso ele se compromete, quanto aos fatos em geral, a falar a verdade.

Concedo a palavra ao Exmº Sr. Relator, para suas inquirições de estilo.

Inicialmente, concedo a palavra ao depoente. Queríamos passar logo à inquirição, mas concedo a palavra a V. Sª, pelo prazo de vinte minutos, podendo ser prorrogado, se for o caso.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – **Não acredito que seja necessário.**

Antes de mais nada, boa-tarde a todos presentes. Queria cumprimentar V. Exªs, Senador Amir Lando, Presidente desta CPMI; Deputado Ibrahim Abi-Ackel, Relator. Cumprimentando-os, cumprimento os demais membros desta CPMI, os Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas.

Preliminarmente, gostaria de passar algumas informações que acredito que sejam importantes.

Na segunda-feira, dia 27, tive que fazer um cateterismo e tinha minha convocação para depor nesta CPMI, no dia 29. No entanto, não tomei nenhuma providência, para que pudesse ser adiado. O adiamento

ocorreu em função de agenda da própria CPMI. Não solicitei aos meus advogados nenhuma iniciativa no sentido de entrar com pedido de **habeas corpus**. São informações adicionais que podem não ter nenhuma importância para os senhores, mas, para mim, elas têm importância, porque sintetizam a disposição que tenho de contribuir nos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito e de falar a verdade sobre tudo aquilo de que tenho conhecimento.

Rapidamente, eu gostaria de fazer uma apresentação de minha história, para que todos os presentes possam-me conhecer um pouco mais e, se tiver sendo televisionado, para que as pessoas que estiverem assistindo possam conhecer um pouco quem é Manoel Severino dos Santos.

Meu nome é Manoel Severino dos Santos, tenho 45 anos de idade, sou natural da Paraíba, sou graduado em Administração de Empresas. Tenho aproximadamente 24 anos de carteira assinada, tendo iniciado a minha história, trabalhando como balconista de lanchonete, contínuo, *office-boy*, auxiliar administrativo. Depois, trabalhei 15 anos, aproximadamente, numa empresa de engenharia de porte médio, no Rio de Janeiro, onde comecei como auxiliar de montagem. Depois fui auxiliar de compras, assistente de compras, comprador, gerente de suprimentos, controle e diretor administrativo financeiro e me tornei um dos diretores da empresa, me tornando cotista com uma pequena participação na empresa.

Depois dessa experiência na iniciativa privada, criei uma pequena empresa de engenharia, apesar de não ser engenheiro, associado com mais dois outros companheiros que eram engenheiros. E foi assim que pude sustentar a minha família, construir o meu pequeno patrimônio, que se resume ao imóvel onde resido e ao veículo financiado – devem faltar umas cinco ou seis prestações para pagar.

Minha experiência política tem a mesma quantidade de tempo que tem o Partido dos Trabalhadores. Eu não fui filiado a nenhum outro partido. Sou filiado ao Partido dos Trabalhadores desde o movimento pró-fundação do Partido. Participei de todas as campanhas de filiação do Partido, para atender à legislação eleitoral na época, constituí e compus a Comissão Executiva Provisória da 21ª Zona Eleitoral da região de Leopoldina do Município do Rio de Janeiro. Posteriormente, com o registro conseguido do Partido, fui presidente desta mesma zona eleitoral, que se equivale ao Município, por três mandatos consecutivos. Ainda na década de 80, cheguei à direção estadual do Partido dos Trabalhadores. Naquela época áurea de construção do Partido, era muito difícil conseguir ser eleito para ir a uma convenção nacional. Eu tive a felicidade, pelo

trabalho militante de construção do Partido, de ter podido participar de três convenções nacionais do Partido dos Trabalhadores.

Após esse período, a minha militância partidária ficou um pouco mais rebaixada, porque passei a dedicar um pouco mais a minha vida à minha atividade profissional, por conta de tocar uma pequena empresa de engenharia que eu tinha construído com dois outros companheiros. A minha experiência na administração pública se resume no cargo de gerente de serviços auxiliares, que ocupei no Centro Internacional Riotur. Posteriormente fui gerente administrativo da Guarda Municipal, empresa municipal de vigilância, Guarda Municipal do Rio de Janeiro, ambas empresas do Município do Rio de Janeiro. É importante frisar que nenhum desses cargos foi por indicação política, nenhum desses cargos tinha sequer um componente do Partido dos Trabalhadores compondo o alto escalão daquelas Prefeituras. No primeiro cargo, o Governo era do então ex-Governador Marcelo Alencar, que naquela época era Prefeito. E, no segundo cargo, como gerente administrativo da guarda municipal, o Prefeito era o atual Prefeito César Maia, na sua primeira gestão.

Depois, ainda na minha atividade política, participei da campanha eleitoral de 1988, uma frente política que lá no Rio de Janeiro teve o ex-Governador Anthony Garotinho encabeçando a chapa e a Senadora Benedita da Silva como candidata a Governadora, ou seja, numa aliança política que se reproduziu no Rio de Janeiro muito em função da disputa política que ocorria em nível nacional, que tinha o atual Presidente da República naquela época candidato a Presidente da República e o ex-Governador Leonel de Moura Brizola como candidato a Vice-Presidente. E, lá no Rio de Janeiro, em função das discussões feitas, o Sr. Anthony Garotinho assumiu a condição de encabeçar a frente política e aquela chapa, e essa eleição foi vitoriosa. Participei dessa campanha eleitoral desde meados de agosto de 1998 até o final da campanha. No final da campanha, a Vice-Governadora então me convidou para que compusesse a sua assessoria. Fiquei como assessor da Vice-Governadora até abril, quando, por incompatibilização do Governador Anthony Garotinho para disputar a Presidência da República, ela, que havia sido eleita como Vice, ocupou o cargo de Governadora, tendo o direito de se candidatar à reeleição. Tornei-me, então, a convite da Governadora, Secretário Extraordinário de Articulação Governamental, cargo esse que ocupei por três meses, aproximadamente. Assumi esse cargo por volta de 4 ou 8 de abril e saí no final para o início de agosto, para me tornar um dos coordenadores da campanha de reeleição da Governadora; para compor

a coordenação da campanha, que se estava criando. Então, saí da Secretaria de Estado.

Na campanha eleitoral, entre diversas atribuições que eu exerci, a principal atribuição era a de cuidar da infra-estrutura de campanha: da contratação do *outdoor*, do plástico, do papel para o panfleto, do carro para o comício, assim como da maioria da arrecadação de campanha, de recursos necessários para a realização daquela campanha.

Quero destacar que todos os recursos arrecadados naquela campanha de 2002, no Rio de Janeiro, foram resolvidos no Rio de Janeiro. Não houve um empréstimo bancário em qualquer instituição e nenhum tipo de aporte da Direção Nacional do Partido. A campanha majoritária do Rio de Janeiro se resolveu no Rio de Janeiro. E entre outras tarefas que eu tinha de coordenação de campanha, uma delas era de cuidar dessa parte, que é difícil e espinhosa.

Posteriormente, com o resultado da campanha eleitoral deixamos de ir para o segundo turno por pouco mais de 2%, tendo alcançado, enquanto fosse a política no Rio de Janeiro, o resultado mais expressivo que uma candidatura ao Governo do Estado já teve no Rio de Janeiro.

A campanha se encerrou no primeiro turno. Não houve segundo turno. Depois, participamos das atividades de campanha para o segundo turno com relação à campanha do Presidente da República. E, ao final da campanha, eu tive o meu nome indicado, de forma consensual.

É uma oportunidade que eu tenho aqui, Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. Membros desta Comissão, para falar do orgulho que eu tive, pela minha qualificação profissional, pelo trabalho exercido na campanha eleitoral, de ter sido indicado por consenso, pelo Partido dos Trabalhadores, para eventualmente poder compor o Governo, ocupando algum cargo se assim fosse possível.

Aqui eu quero dirimir todas as dúvidas que frequentemente são veiculadas na imprensa de que o fruto da minha indicação para a Presidência da Casa da Moeda tenha sido indicação de A, B ou C, o que infelizmente e concretamente não ocorreu. A minha indicação foi consensual do Partido dos Trabalhadores. Então, eu ocupei a Presidência da Casa da Moeda em 22, 23 de maio de 2003 e me desliguei 4 ou 5 de agosto, agora, de 2005, por conta dos envolvimento do meu nome com relação à crise política que o País vive, que, inclusive, é motivo de eu estar aqui presente nesta CPMI.

Gostaria de dizer que a minha presença aqui, apesar do nervosismo... gostaria de estar nesta Casa numa outra condição, falando do conjunto de proje-

tos que estavam sendo implementados na Casa da Moeda, mas, infelizmente, a atividade política coloca determinadas surpresas para nós.

Espero que esse espaço e a minha presença aqui nesta CPMI sirvam para que nós possamos esclarecer o conjunto de ilações que foram feitas sobre a minha pessoa, principalmente com relação a supostas irregularidades no período em que eu estive como Presidente da Casa da Moeda. Aproveito a oportunidade, neste caso, para dizer que enquanto Presidente da Casa da Moeda tomei a iniciativa de solicitar auditoria especial, inspeção especial da Controladoria-Geral da União sobre todos os atos por mim praticados. Aproveito e passo, aqui, às mãos do Sr. Presidente o Protocolo oficial que foi feito.

Com relação ao pedido do Tribunal de Contas da União, não teve necessidade de ser feito porque, já, a partir de julho, o Tribunal de Contas da União já se encontrava na Casa da Moeda já em inspeção ordinária de rotina. Então, todos os meus atos estão sendo analisados.

Gostaria de aproveitar, também, a oportunidade para dizer para os Srs. Senadores, Deputadas e Deputados que, na minha oitiva da Polícia Federal, quando ela sequer havia sido oficializada, eu lá já estava presente e prestei o meu depoimento e reiterei nesta Comissão – na Comissão – o que lá na Polícia Federal eu falei: nunca estive em nenhuma agência do Banco Rural, nem do meu Estado, na Paraíba – porque eu não sei se existe – nem no Rio de Janeiro e nem em Brasília. Nunca estive em nenhuma empresa do Sr. Marcos Valério. Nunca fui receptor e nem autorizei a ninguém, em meu nome, a pegar qualquer espécie de recurso do Sr. Marcos Valério, apesar de já ter declarado, de forma enfática, para a imprensa, dos diversos encontros que eu tive com o Sr. Marcos Valério que, certamente, vão ser motivo de perguntas e inquirições pelos Srs. Deputados e Srs. Senadores e eu vou estar aqui, prontamente, para esclarecer as reuniões que aconteceram e o que foram tratados. Gostaria de dizer, também, que nenhuma – nenhuma – empresa ou pessoa física ou jurídica que tenha contribuído, que tenha participado da campanha eleitoral de 2002, nas quais eu fui um dos coordenadores, teve algum tipo de beneficiamento, na minha gestão, enquanto Presidente da Casa da Moeda. Gostaria de afirmar isto aqui de forma categórica.

Gostaria de aproveitar a oportunidade e encerrar, aqui, este espaço que me foi dado pelo Presidente e pelo Relator para dizer que, assim como lá, na minha oitiva feita à Polícia Federal, eu disponibilizei os meus sigilos fiscal, bancário e telefônico e, da mesma forma, estou fazendo, neste momento, para esta CPMI.

Portanto, estou à disposição dos senhores e das senhoras para contribuir com a verdade e falando a verdade sobre todos os fatos que tenho conhecimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)
– Agradecendo as suas primeiras palavras, quero convidar o Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, para as suas indagações.

Com a palavra o Deputado Ibrahim Abi-Ackel, Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Eu gostaria de pedir aos Srs. Advogados do Sr. Manoel Severino dos Santos, que declinem os seus números de inscrição e a seção da Ordem em que estão inscritos porque isto permite à Comissão identificá-los e localizá-los em qualquer ocasião. Por favor.

O SR. PAULO HENRIQUE TELES FAGUNDES
– Paulo Henrique Teles Fagundes, Advogado do Rio de Janeiro – OAB 72474.

O SR. FABRÍCIO MONTEIRO PORTO – Fabrício Monteiro Porto, OAB-RJ 100758.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Muito obrigado.

Sr. Manoel Severino dos Santos, o senhor teve a oportunidade de prestar declarações à Polícia Federal em razão dos fatos que o senhor mesmo acaba de anunciar como improcedentes e injuriosos à sua pessoa. Na Polícia Federal, o senhor adotou uma posição diametralmente oposta àquela que adota perante esta Comissão. O senhor se recusou a responder a todas as perguntas da Polícia Federal, preferindo manter-se em silêncio.

Tenho em mãos a declaração que o senhor ali prestou. Toda as vezes que lhe perguntaram sobre os fatos que o senhor acaba de se referir de forma genérica, o senhor deixou de fazê-lo, valendo-se sempre do seu silêncio. Por que razão o senhor deixou de prestar depoimento à Polícia Federal e resolveu fazê-lo perante esta Comissão?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Sr. Relator, eu gostaria de dizer a V. Ex^a que na minha oitiva à Polícia Federal eu não me neguei a passar nenhuma informação sobre todas as perguntas que me foram feitas. Assim como afirmiei aqui que me encontro à disposição desta Comissão para responder a todas as perguntas que me foram feitas de que eu tenha conhecimento. Eu vou passar a V. Ex^a...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Eu tenho a cópia do depoimento de V. Ex^a. Não do primeiro, mas do segundo. Manoel Severino dos Santos, o senhor declarou já muito claramente que assumiu por dever partidário a responsabilidade de promover a coleta de fundos de campanha no Rio de Janeiro.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Pois não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Declarou também que todos os recursos que o senhor angariou para a publicidade da campanha foram recolhidos no Rio de Janeiro, exclusivamente...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Pois não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– ... e que o senhor nunca recebeu absolutamente nenhuma colaboração do Sr. Marcos Valério ou de pessoas a ele associadas. Não é isso?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – É verdade, Excelência, eu confirmo essa afirmação. A campanha de 2002, do ponto de vista dos recursos necessários a que a campanha se desenvolvesse, foram todos arrecadados no Rio de Janeiro e eu fui a pessoa que cuidei da parte logística de contratação de material, enfim de cuidar mais daquela parte de colocar a campanha na rua, assim como fui a pessoa que tive a maior participação no sentido do levantamento dos recursos. Existiram outras pessoas da coordenação que colhiam comigo o bônus eleitoral, enfim... Mas a responsabilidade geral pelo gerenciamento das duas partes daquilo que era necessário para a colocação da campanha na rua em função do planejamento traçado e com relação aos recursos necessários para fazer conta das demandas das contratações feitas, eu assumo a responsabilidade de que foi feita por mim, na campanha de 2002. E digo, se V. Ex^a me permite, e afirmo e reitero aqui nesta Comissão, em qualquer lugar, em acareação com quem quer que seja: não existiu na campanha de 2002, campanha cuja prestação foi feita e aprovada no Tribunal Regional Eleitoral, gerando uma quantidade de recursos de aproximadamente de dois milhões e setecentos mil reais, a campanha majoritária vitoriosa declarou no TRE a prestação de contas de três milhões e quatrocentos mil reais – três milhões e quinhentos mil reais, aproximadamente –, mas não é o caso, eu tenho que falar aqui da nossa campanha, da campanha eleitoral, e não foi contraído empréstimo com nenhuma instituição bancária. O problema de arrecadação da campanha majoritária no Rio de Janeiro foi resolvido no Rio de Janeiro.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Muito bem. O senhor acaba de frisar com muita clareza que no ano de 2002, ou seja, no ano da campanha, não houve absolutamente adição de recursos estranhos às pessoas do Rio de Janeiro.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –
Perfeitamente, Excelência.**O SR. RELATOR** (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Tenho em mão, Sr. Manoel Severino, para subme-

ter ao seu exame, uma lista assinada pelo Sr. Marcos Valério, constante de algumas folhas por ele rubricadas uma a uma, que nos dá notícia de um quadro de recursos repassados ao senhor no dia 19 de agosto de 2003, de cem mil reais. Isso não contradiz a sua afirmativa, de que o senhor, no ano de 2002, não recebeu recursos para a campanha. O senhor confirma que recebeu esses recursos em 2003?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Não, Excelência. Eu não confirmo, eu nego, perante esta Comissão, que tenha recebido qualquer tipo de recurso oriundo das agências do Sr. Marcos Valério, reitero que nunca estive em nenhuma agência do Banco Rural, nunca estive em reunião com o Sr. Marcos Valério em quaisquer das suas empresas. Estive em reunião com o Sr. Marcos Valério, ou seja, na Casa da Moeda, por solicitação dele, mas isso aí certamente terei a oportunidade, no decorrer do meu depoimento aqui, esclarecer os encontros que aconteceram, que já noticiei pela imprensa, declarei na imprensa, e as questões que foram tratadas. Mas, com relação aos recursos oriundos do Sr. Marcos Valério, assim como fiz na Polícia Federal, perante essa Comissão, nego que tenha recebido qualquer tipo de recurso do Sr. Marcos Valério.

Gostaria, se V. Ex^a me permite e me dá oportunidade, com relação a uma parcela desses recursos de R\$100 mil reais, para esclarecer, dizer o seguinte: Ao terminar a campanha eleitoral majoritária, que, como disse aqui, se encerrou no 1º turno, da qual fui um dos coordenadores, com o desempenho eleitoral que tivemos – principalmente em algumas regiões da capital, notadamente a Zona Oeste – se tomou iniciativa de algumas atividades de agradecimento de voto e se contraíram algumas despesas: despesas com carro de som, despesas com combustível para carreata, despesas com panfleto de agradecimento.

Posteriormente ao encerramento da campanha, assim como acho que acontece em qualquer campanha – mas não vou fazer ilação sobre outras campanhas, vou falar daquilo que diz respeito a campanhas que participei – eu como era um dos coordenadores da campanha e tinha como tarefa principal essa questão da infra-estrutura, era muito natural que qualquer tipo de reclamação sobre dúvida de pagamento, sobre pagamento não feito, sobre serviço prestado que não foi contabilizado, sobre alguém que reclamou algum serviço, que me procurasse. E isso constantemente começou a aparecer.

Lá por volta do mês de janeiro, fevereiro, ou seja, já na iminência, porque já havia sido prometido que eu ocuparia um cargo no Governo Federal – e sabia e estava torcendo muito para que o cargo fosse a presidên-

cia da Casa da Moeda, cargo que ocupei e muito me orgulhei. Procurei uma das pessoas que fazia parte da coordenação política da campanha e orientei, com base na demanda de pessoas que reclamavam, que procurasse conversar com aquelas pessoas para verificar se aquilo que era reclamado realmente tinha existido; pois a pior coisa que tem é quando você deve alguma coisa e você foge do compromisso de fazer a discussão para pagar. Eu disse: não podemos fazer isso. Não quero ir para a Casa da Moeda, como presidente da Casa da Moeda, levando esse tipo de demanda, porque, como exerci essa atividade na campanha eleitoral, quando me tornar presidente da Casa da Moeda ou qualquer outro cargo que vá assumir, esse tipo de demanda, naturalmente, vai entrar e vai aos telefones da instituição que estarei ocupando e não posso confundir esse tipo de coisa; esse tipo de confusão não pode acontecer. Então, peço a você que entre em contato com essas pessoas e procure negociar. Disse mais: já fiz gestão. A Secretaria de Planejamento e Finanças, através do Sr. Delúbio Soares, no sentido de dizer que existe um débito a ser quitado que precisa ser apurado, que deve girar em torno de R\$170 mil e R\$180 mil reais. A campanha já se encerrou. Foi uma campanha derrotada, não vamos ter como levantar recursos. Precisamos da ajuda da direção nacional para que possamos ter, senão a totalidade do recurso que vinha sendo cobrado, pelo menos alguma parte, de forma que pudéssemos fazer a discussão. Credenciei o Sr. Carlos, uma pessoa que foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, uma pessoa que foi fundadora do PT, uma pessoa qualificada que pudesse tratar e dar prosseguimento a esse tipo de assunto. Foi isso que ocorreu.

Posteriormente, fui informado, de forma episódica, de que o recurso não tinha vindo, a ajuda não tinha chegado, mas, quando a ajuda chegou, tive a informação de que a ajuda tinha chegado e de que ele tinha feito a negociação dessa pequena dívida que tinha ficado e que tudo tinha ficado resolvido.

E só então tomei conhecimento de que veio através do Banco Rural e não posso negar para essa Comissão, apesar de não ter estado no Banco Rural, de não ter minha digital ali, que tive participação política no sentido de gerenciar problemas que ficaram na campanha, e passei para um companheiro que tomasse providências e gestões junto ao pedido de ajuda que tinha feito à Secretaria Nacional de Planejamento e Finanças. O companheiro o fez, não sabia que os recursos, a ajuda teria vindo pelo Banco Rural e esse caso é uma situação que se tornou pública. Isso é apenas o que tenho conhecimento com relação a esse volume de recursos que consta dessa lista e que meu nome é arrolado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Manoel Severino, resumindo ao máximo o seu depoimento, ficaram dívidas da campanha, o senhor entrou em contato com o Sr. Delúbio Soares e através do Sr. Carlos... Carlos de quê? Qual é o nome todo do Presidente do Sindicato?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Carlos Manoel.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Então, através do Sr. Carlos Manoel, foi feito contato com os credores, e finalmente foi recebida a importância remetida pelo Banco Rural.

Remetida a quem? A que pessoa o Banco Rural remeteu esses primeiros R\$100 mil.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Excelência, depois que passei a tarefa para que o Sr. Carlos Manoel pudesse administrar, volto a dizer, fiz gestão à Secretaria de Planejamento e Finanças de que existia esse problema e que teria credenciado o Sr. Carlos Manoel para que continuasse insistindo e cobrando para que viesse algum tipo de ajuda para que esses pequenos débitos que ficaram fossem saldados.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Isso o senhor já explicou e creio que está tudo bem registrado quanto a isso.

Essa primeira parcela de 18/08/2003 é de R\$100 mil; mas há uma outra parcela do dia 15/01/2004 no valor de R\$326.680,87.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Ex-

celência, volto a reiterar aqui para V. Ex^a e para o conjunto da Comissão. Não posso negar a minha responsabilidade, mesmo indireta, com relação a providências para saldar pequenas dívidas que ficaram da campanha e que depois foram reclamadas; agora, com relação ao conjunto de recursos, que consta dessa lista em que aparece o meu nome como responsável, repito aqui o que repeti na Polícia Federal, não tenho conhecimento, não sei por que o meu nome consta nessa relação como beneficiário do conjunto desses recursos.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Entre 28 de abril a 30 de abril de 2004, consta da relação do Sr. Marcos Valério que lhe teriam sido remetidos a importância de R\$750 mil; primeiro R\$100mil, depois R\$326.680,87; e, entre 28 de abril e 30 de abril de 2004, R\$750 mil.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Ex-

celência, dessa relação, onde consta o meu nome que totaliza esse conjunto de recursos reitero, a V. Ex^a e ao conjunto desta CPMI, que tive conhecimento indireto apenas com relação a R\$100 mil.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Nada mais?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Nada mais.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Também da lista do Sr. Marcos Valério, no dia 05 de julho de 2004, consta a remessa, por seu intermédio, do valor de mais de R\$1,5 milhão, somas essas que totalizam R\$2.676.880,87.

O senhor continua insistindo que, a despeito do volume, mais de R\$2,5 milhões, isso nunca chegou ao seu conhecimento, não passou pela suas mãos, não lhe foram apresentadas contas, nem justificativas, nem explicações a respeito?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Afirmo a V. Ex^a – reitero o que já afirmei aqui anteriormente e na Polícia Federal – a minha participação com relação a parte desses recursos que constam aí refere-se a R\$100 mil, onde tive participação de forma indireta para esclarecer e não ser prolixo, mas para esclarecer questões que ficaram depois do fechamento de contas de 2002, algumas pequenas dívidas surgiram, credenciei uma pessoa, pedi ajuda e depois veio ajuda de R\$100 mil e os pagamentos foram feitos. Meu nome consta relacionado como recebedor ou receptor – não sei qual é a palavra correta que se pode aplicar nessa questão – como sendo destinatário de um volume de R\$2 milhões, quase R\$2.007.000,00. Eu digo, reitero e afirmo: só tive participação indireta porque assumo responsabilidade política de ter sido um dos coordenadores da campanha, ter fechado a prestação de contas da campanha e era muito natural que, na medida em que surgiram reclamações, isso recaísse sobre mim e, como eu estava na iminência de assumir um cargo, pedi ajuda e socorro à Secretaria Nacional de Planejamento e Finanças e credenciei uma pessoa para que tomasse providências de cobrar ajuda e de efetuar os pagamentos. Esse valor se soma ao conjunto de valores que totalizam aproximadamente R\$2.700.000,00, dos quais eu não tenho conhecimento, não sei por que meu nome consta nessa lista.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Manoel Severino, entre as anotações que colhemos dos diversos documentos que dizem respeito ao Sr. Marcos Valério e a sua secretária, Karina, há uma anotação de um nome ligado ao senhor no que diz respeito ao recebimento dessas quantias. Chama-se Luiz. O senhor o conhece?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, agradeço vossa pergunta, porque me permite esclarecer várias questões.

O surgimento do meu nome na agenda da ex-Secretária do Sr. Marcos Valério, que foi copiada e por isso fui chamado pela imprensa para fazer declarações sobre isso, com relação ao nome desse tal de Sr. Luiz,

o nome que aparece aí é Luiz Sales. Já naquela ocasião, neguei de forma categórica para a imprensa que tenha tido quatro conversas com o Sr. Marcos Valério. Nunca tive conversa com o Sr. Marcos Valério acompanhado de quem quer que seja. Disse que era muito provável que três daqueles encontros que constavam numa agenda da secretária efetivamente haviam ocorrido entre outubro e dezembro de 2003, mas aproveitei a oportunidade com o jornalista que estava me entrevistando para declarar espontaneamente, já naquela reunião, o que vou fazer aqui, na medida em que as perguntas foram feitas, que tive mais quatro encontros com o Sr. Marcos Valério. Daqueles quatro que constavam na agenda da secretária eu confirmo três.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Por favor, desculpe-me por interromper. A informação que desejo é a identificação desse Sr. Luiz e quais as ligações que ele tem com o senhor.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu não o conheço. Estou tentando explicar para o senhor, Relator – talvez eu esteja sendo prolixo, não esteja sendo objetivo – é que eu não conheço esse Sr. Luiz.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Como? Eu citei só o prenome e o senhor deu o nome dele completo. Deve conhecer.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu me referi à agenda do Sr. Luiz Sales.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Trata-se da pessoa que o senhor citou e tem o telefone 21, Rio de Janeiro, 81073299. O outro telefone termina com 2223 e o terceiro 1761. Qual a razão de esse nome Luiz estar aqui arrolado junto do senhor?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Excelência, eu conheço várias pessoas com o nome de Luiz, não conheço esse Luiz. Talvez eu tenha feito confusão.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Como o senhor acabou de declarar o nome de família? Eu só lhe dei o prenome e o senhor completou o nome.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Excelência, se o senhor me permite, parece uma contradição, mas eu gostaria de falar para o senhor que não há contradição. Na agenda da Sr^a Secretária, quando aparece meu nome com quatro encontros aparece o nome de Sr. Luiz Sales.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)–

Não, só Luiz. O senhor é que completou Sr. Luiz Sales.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Não, na relação que o senhor tem na mão, Excelência, aparece o nome de Luiz. Eu talvez tenha feito confusão porque, na divulgação que foi feita anteriormente, apa-

rece o nome de Luiz Sales. Por isso é que falei o nome completo. Foi isso. Conheço vários Luiz, mas não sei se algum Luiz que conheço se refere a esse Luiz que está aí. Não conheço esses telefones.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quais são as suas ligações, Sr. Manoel Severino, com o Sr. Henrique Pizzolato?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Desculpe-me, Excelência.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quais são suas ligações com o Sr. Henrique Pizzolato?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu poderia dizer que não tenho relação com o Sr. Luiz Pizzolato. Eu o conheci numa atividade social. Depois, eu encontrei com ele umas duas ou três vezes, vindo aqui para Brasília ou voltando de Brasília para o Rio. As conversas foram: oi, como vai, tudo bem. Sei que ele é uma pessoa ligada ao Partido dos Trabalhadores, ligada ao Movimento Sindical, a movimentos bancários. Agora, nunca estive em nenhuma reunião com o Sr. Pizzolato, não tenho relação com o Sr. Luiz Pizzolato. Não posso dizer que não o conheço. Eu o conheço, mas não tenho nenhuma relação com o Sr. Luiz Pizzolato.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Na relação que o senhor contesta, ele consta como tendo sido o intermediário entre o Sr. Marcos Valério e o senhor, no dia 5 de julho de 2004, da transferência dessa importância no valor de R\$1,5 milhão.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, eu nego veementemente e me coloco à disposição, antecipadamente, desta Comissão para qualquer tipo de acareação que seja necessária. Nego veementemente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor foi procurado pelo Sr. Marcos Valério, que se interessava por uma conta de publicidade da Casa da Moeda?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – O Sr. Marcos Valério me procurou lá por volta de junho de 2003, apresentou-se como empresário da área de publicidade. A Casa da Moeda fica no distrito industrial de Santa Cruz. Ele foi de táxi. A nossa conversa não demorou mais de meia hora. E eu disse para ele que a Casa da Moeda é uma empresa de segurança, uma empresa que tem uma vocação muito específica, uma empresa que cunha as moedas do País, que imprime dinheiro, selos fiscais e selos postais. E, por ser uma empresa de segurança, eu não entendia, como Presidente da Casa da Moeda, que ela precisasse ter o trabalho de uma agência de publicidade para divulgar as suas ações.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O Sr. Marcos Valério queria um contrato com o senhor de, primeiro, publicidade, depois de fabricação de cartões telefônicos?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, esse foi o primeiro contato que eu tive com o Sr. Marcos Valério.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Contrato ou contato?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Contato, Excelência.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sem o “r”?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu falei com o “r”?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sim.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Então, quero retificar aqui. É necessário que se retifique, porque não existiu nenhum contrato assinado pela Casa da Moeda com o Sr. Marcos Valério. Com relação a cartão indutivo de telefone, se V. Ex^a e o conjunto deste Plenário me permitirem um pouco de tempo, acho que seria interessante a gente poder esclarecer. A Casa da Moeda é uma empresa de segurança, como falei. Ela tem três fábricas: uma fábrica de cédulas, uma fábrica de moedas e uma fábrica de produtos gerais de segurança.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Estamos informados de que o senhor não fez o contrato.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Mas por que fiz o contato com o Sr. Marcos Valério? Por que eu pedi? Porque, assim que cheguei à Casa da Moeda,...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor fez...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – É importante...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Permita-me, por favor.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Desculpe-me, Excelência.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Vou reformular a pergunta, até para simplificar o seu depoimento. O senhor se encontrou umas quatro ou cinco vezes com o Sr. Marcos Valério. Da primeira vez, ele o procurou?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Nas outras vezes, o senhor encontrou com ele em restaurante, em aeroporto, três, quatro vezes. Ele propôs

ao senhor o contrato de publicidade, que o senhor já alegou, em outra oportunidade, que não quis fazer.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Depois, ele propôs ao senhor a fabricação de cartão telefônico, e o senhor também se recusou a fazer.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Estou esperando o Sr. Relator concluir. O senhor conclui, e eu respondo em bloco, Relator?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A pergunta é essa. Ele fez, nessas várias ocasiões, objetivamente, duas propostas: a primeira de contrato de publicidade; a segunda de fabricação de cartões. E o senhor não aceitou nenhuma das duas, não é verdade?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não, Excelência, se o senhor me permite, não é questão de corrigir a pergunta que o senhor está fazendo – pelo amor de Deus! –, é de precisar.

Com relação a cartão indutivo telefônico, não foi o Sr. Marcos Valério que ofereceu, fui eu que o solicitei, eu que o chamei à Casa da Moeda, eu que pedi a ele, na medida em que, no primeiro encontro, ele tinha dito que, entre um dos seus contratos, ele tinha contrato com empresa de telefonia. Eu tinha como objetivo reativar a linha de produção do cartão indutivo telefônico, que estava parada na Casa da Moeda. Solicitei a ele se ele tinha condições de me apresentar alguém da direção da empresa de telefonia com que ele tinha contrato, Brasil Telecom – está certo? –, para que eu pudesse fazer uma visita e apresentar a idéia e a proposta de reativação da linha produtiva de cartão telefônico da Casa da Moeda, iniciativa essa que não fiz apenas com relação essa empresa de telefonia.

Então, não foi o Sr. Marcos Valério que me ofereceu. Fui eu que pedi ao Sr. Marcos Valério se ele tinha condições de me apresentar alguém da direção da empresa Brasil Telecom, porque eu gostaria de discutir a possibilidade de reativar a linha de fabricação de cartão indutivo, até porque a Casa da Moeda, antes do advento da privatização, era líder nesse mercado de cartão indutivo telefônico.

Quando eu lá cheguei, apesar de ter uma verdadeira fábrica instalada, com um patrimônio de mais de R\$20 milhões investidos, com profissionais treinados, a Casa da Moeda não tem um contrato e não fabrica um cartão indutivo telefônico. O meu movimento de tentar criar mais um contrato para a Casa da Moeda não se deu apenas no sentido de perguntar ao Sr. Marcos Valério se ele poderia me apresentar alguém da Brasil Telecom.

Então, Excelência, se o senhor me permite, o esclarecimento que eu gostaria de fazer seria esse.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Muito bem. E, logo em seguida, o senhor saiu da Casa da Moeda?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Senhor?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Logo em seguida, o senhor saiu da Casa da Moeda, deixou a direção da Casa da Moeda?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não, Excelência. Esse último encontro que eu tive com o Sr. Marcos Valério, onde teve essa abordagem, onde eu solicitei para ele se ele conhecia alguém da direção da Brasil Telecom, para que eu pudesse visitar e poder falar da reativação da linha de produção da Casa da Moeda de cartão telefônico... Além disso, eu procurei outras empresas de telefonia, que depois eu vou ter condições de esclarecer para os senhores membros desta CPMI.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Esclareça agora.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Agora? Esclareço agora. Procurei a empresa, procurei a Tele... Posso responder? (Pausa.)

Procurei, tinha tomado a iniciativa anteriormente de procurar a direção comercial da Telemar, que é a empresa que tem necessidade de produzir a maior demanda de cartão indutivo telefônico, junto com o diretor de produção da Casa da Moeda, tentando oferecer a fábrica e as instalações, para que a gente pudesse gerar uma parceria, gerar, criar um contrato entre a Casa da Moeda e a Telemar, no sentido de reativar aquela linha de produção. E tomei a iniciativa também de procurar o Sr. Marcos Valério, para pedir a indicação de alguém da direção da Brasil Telecom, nesse sentido, com esse objetivo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Duas últimas perguntas, senhor...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Pois não, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor sustenta, num determinado momento de seus esclarecimentos em outra fonte, que a campanha no Rio de Janeiro custou R\$2,6 milhões.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – É um pouquinho mais. Não chegou a ser R\$2,7 milhões, mas eu não tenho o número...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Dois milhões, seiscentos e poucos mil reais.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Isso, exatamente, Excelência.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– E o Sr. Marcos Valério alega que, por intermédio, dessas duas pessoas e do senhor, ele repassou para a campanha do Rio de Janeiro R\$2.676.660,87.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Pois não, Excelência.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Se for uma coincidência é uma coincidência singular, afinal o senhor ocupou a Presidência da Casa da Moeda no Brasil por pouco mais de um ano: o senhor entrou em 22 de maio de 2003 e se exonerou no dia 04 de agosto de 2005.

O senhor disse que ocupou o cargo por indicação consensual do Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Por que foi que o senhor saiu da Presidência?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Se V. Ex^a me permite, com relação aos números que constam, que eu declaro como tendo sido apresentados ao TRE, fruto da arrecadação feita para a campanha de 2002... Estou falando da campanha de 2002. A associação ao meu nome que se faz numa lista de recursos que, coincidentemente, gera em torno do mesmo volume de recursos... Aqueles que foram declarados na campanha de 2002 são fatos distintos, são épocas distintas. O encerramento da campanha de 2002 foi feito em 2002; a prestação de contas é feita em 2002, logo após o encerramento da campanha. O que consta, como valor, que, em princípio, é coincidente, Excelência, parece-me que são datas que ocorrem a partir de 2003 e vão até 2004. Então, não existe relação de uma coisa com a outra.

O meu desligamento da Presidência da Casa da Moeda se deu em decorrência da associação e da vinculação ao meu nome num conjunto de fatos ligados à grande crise política que a gente está vivendo. Culminou, inclusive, o meu pedido de desligamento da Casa da Moeda com o fato de ter sido divulgado o meu nome associado a uma relação num volume de recursos de R\$2,7 milhões.

Foi com muito pesar e com muita tristeza que eu tive o discernimento político de entender a gravidade da crise política, a gravidade do que a gente está vivendo, mas, mais que isso, de entender a importância que tem aquela instituição tricentenária. Tanto me orgulhei de ali estar como Presidente – digo aqui, apesar de alguns acharem que eu não tinha qualificação para lá estar; digo aqui e repito, com muito orgulho –, realizando um excelente trabalho.

Então, o conjunto da associação do meu nome aos fatos políticos relacionados à crise que a gente está vivendo me levou a fazer uma reflexão, ou seja, de que era muito melhor, para resguardar o nome daquela instituição, que eu me desligasse da empresa, porque eu teria mais facilidade de me defender e, objetivamente, não teria maculação ao nome daquela empresa.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quero fazer uma última pergunta.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – E foi mais de dois anos o meu período lá na Casa da Moeda. Eu estive lá por mais de dois anos, Excelência.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – De 22 de maio de 2003... É verdade, é isso mesmo.

A pessoa que intermediou os pagamentos... O senhor já declarou, já deixou claro que, após a eleição, ainda houve despesas. Então, houve dívidas, depois houve despesas novas, comemorativas: minitrio elétrico, jornal, panfleto. Isso ocorreu depois da eleição, apesar de ter perdido a eleição. Mas houve despesas posteriores à eleição e dívidas da campanha.

Qual é o nome da pessoa que intermediou os pagamentos?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Carlos Manoel da Costa Lima, ex-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, fundador do Partido dos Trabalhadores, um dos coordenadores da campanha, pessoa para quem eu passei a tarefa de gerenciar e discutir se tudo o que estava sendo cobrado com relação... Veja bem: foram pequenas coisas feitas e teve agradecimento... Pois não, Excelência.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– De quem o Sr. Carlos Manoel da Costa Lima recebeu os recursos?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Da Secretaria Executiva de Planejamento e Finanças do Partido, por meio de pedido que fiz ao Sr. Delúbio José Soares, para que fizesse um esforço de encaminhar algum tipo de... Como foi entregue? O Sr. Carlos Manoel foi a pessoa para quem eu passei a tarefa, Sr. Deputado. Qual era a minha preocupação? Era muito natural, como eu exercia esse tipo de atividade na campanha eleitoral, que essas demandas continuassem vindo para mim. Então, eu passei a pedir ajuda, para que ele negociasse, gerenciasse e até verificasse se tudo o que estava sendo cobrado era realmente devido e solucionasse o problema.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Agradeço ao senhor.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Muito obrigado, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr^a Presidente, estou satisfeito.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)
– Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Srª Presidente, Deputada Zulaiê Cobra; Sr. Relator; Srªs e Srs. Deputados; Sr. Depoente, eu queria aqui reconstituir algumas datas.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Pois não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. Sª apenas cita uma, a do seu primeiro encontro com o Sr. Marcos Valério, que é junho ou julho de 2003. Eu perguntaria a V. Sª: quais foram as datas dos outros encontros que V. Sª teve em 2004, três encontros?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, posso responder?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Pode, sim.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Se V. Exª me permite, eu posso responder não apenas o que V. Exª está perguntando, mas respondo todos os sete encontros que eu tive.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quero que V. Sª se cinja às minhas perguntas.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Pois não.

Tive um encontro em junho de 2003 e, em 2004, tive um outro encontro só. Em 2003, eu tive um encontro no início do ano e três encontros no final do ano.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Em 2003?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Quatro encontros.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quatro encontros?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Em 2004?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Tive um encontro.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quando?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, se a memória não me falha, deve ter sido no segundo semestre, julho ou agosto. Eu não poderia precisar com exatidão.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Julho ou agosto?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Pois não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Em 2005?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Dois encontros, todos eles no mês de maio de 2005.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Todos?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Todos os dois.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Em maio?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Em maio de 2005 é que totalizam sete encontros. Era isso que eu tinha me prontificado a responder.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sete encontros?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Exatamente, Excelência.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. Sª recebe a primeira visita do Sr. Marcos Valério em maio de 2003?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Sim, senhor. Junho de 2003, Excelência.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. Sª assume a Casa da Moeda...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Em 22 de maio de 2003.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Em final de maio de 2003?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – No dia 22 de maio de 2003.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – No mês seguinte, V. Sª recebe a visita do Sr. Marcos Valério. Correto?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Pois não, Excelência.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Um mês e pouco depois, V. Sª está na relação do Sr. Marcos Valério como tendo recebido R\$100 mil, exatamente em agosto de 2003. V. Sª, depois, tem um encontro com ele, em maio e em agosto. V. Sª está na relação de ter recebido recursos em julho de 2004. Foram R\$1,5 milhão, em julho de 2004; R\$750 mil, em abril de 2004; e mais R\$326 mil, em janeiro de 2004. Quer dizer, há uma coincidência dos seus encontros com o Sr. Marcos Valério e as datas de liberação dos recursos que o Sr. Marcos Valério diz ter repassado a V. Sª. Queria que V. Sª explicasse essas coincidências de datas de encontro e de repasse de recursos.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, eu não tenho condições de explicar essas coincidências, porque não sei por que o meu nome está associado a essa quantidade de recursos. Eu posso lhe dizer e lhe falar sobre os encontros que eu tive com o Sr. Marcos Valério e o que eu tratei. Agora, coincidências com relação às datas que estão associadas...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então, vamos lá!

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Pois não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. Sª diz, na sua petição, que teve três encontros com o Sr. Marcos Valério no rol do Hotel Glória, no Rio de Janeiro.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Exatamente.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E que esses encontros não ultrapassaram trinta minutos, mesmo porque aconteceram em brechas na agenda do peticionário, ou seja, na sua agenda.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Pois não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Já na sua declaração na Polícia Federal, V. Sª contradiz essa sua petição que faz a todos nós. V. Sª diz que encontrou o Sr. Marcos Valério em outras três oportunidades no ano de 2003, que esses encontros ocorreram todos no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, sendo dois no rol da piscina do Hotel e um no restaurante da piscina. E mais: disse que esses encontros ocorreram a convite do Sr. Marcos Valério. Isso é totalmente contraditório em relação ao que V. Sª esclarece nessa petição ao Presidente desta Comissão.

Como V. Sª explica essa contradição?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, não estou vendo contradição nenhuma?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Nenhuma?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Nenhuma.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. Sª diz que foi o peticionário – ou seja, V. Sª – que marcou os encontros.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Pois não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Isso na Polícia Federal. Aqui, na Comissão, V. Sª diz que esses encontros surgiram em brechas da sua agenda.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Sim. Mas qual é a contradição, Excelência?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Total contradição. Uma se dá numa brecha da sua agenda, e outra V. Sª marca em restaurante do hotel, certamente no jantar. Ou não?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, qual a contradição que existe entre a confirmação de que os encontros ocorreram e brechas de agenda? Não estou entendendo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A contradição é a maneira como foram realizados esses encontros.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Seria contradição, Excelência...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Os encontros não ultrapassaram 30 minutos, mesmo porque aconteceram em brechas na sua agenda. Correto?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Exatamente.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Na Polícia Federal, V. Sª diz que esses encontros ocorreram todos no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, sendo dois no *hall* da piscina do hotel e um no restaurante da piscina.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E disse que esses encontros ocorreram a convite do Sr. Marcos Valério.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, eu confirmo isso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. Sª confirma qual dos dois?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Qual dos dois o quê?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Qual das duas suas declarações?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não estou vendo contradição nenhuma. Eu tive um encontro... Um minutinho, por gentileza. Vou explicar para o Deputado José Rocha.

Deputado José Rocha, tive um encontro com o Sr. Marcos Valério, em 2003, que já está esclarecido para V. Exª, e três encontros com o Sr. Marcos Valério, ainda em 2003, solicitado por ele, todos eles no Hotel Glória.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E um na Casa da Moeda?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Exatamente. Um eu tive na Casa da Moeda, o primeiro. Mas, eu não... Vamos lá! O primeiro encontro que tive... Excelência, vou tentar esclarecer para o senhor, e, se tiver contradição, vamos eliminar a contradição ou retificar que ela existe. Não tem problema.

O primeiro encontro meu com o Sr. Marcos Valério, a pedido do Sr. Marcos Valério, ocorreu um mês depois de eu assumir a Casa da Moeda, foi na Casa da Moeda em Santa Cruz, está lá nos registros eletrônicos da Casa da Moeda. Os três encontros seguintes que aconteceram com o Sr. Marcos Valério, ainda no ano de 2003, foram feitos também a pedido do Sr. Marcos Valério, foram em brechas de agenda, e todos os três foram no Hotel Glória.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Que solenidade estava acontecendo no hotel?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não, não tinha solenidade.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor marcou encontro no Hotel Glória?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – O Sr. Marcos Valério pediu para falar comigo – está certo?

–, agendei com ele, com brechas de agenda minha. O que é brecha de agenda minha? Ou horário de almoço ou final de expediente, Excelência.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor atendeu a ele no Hotel Glória, onde ele estava hospedado?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não sei se ele estava hospedado no Hotel Glória.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quem marcou no Hotel Glória, o senhor ou ele?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Ele sugeriu o encontro no Hotel Glória.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Onde ele estava hospedado?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não sei se ele estava hospedado.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A informação é a de que ele estava hospedado no Hotel Glória.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não sei.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a foi ao encontro dele, onde ele estava hospedado, para tratar de assuntos do interesse de quem? Dele ou da Casa da Moeda?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, fui para tratar de interesse dele.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Dele?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Dele.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então, o senhor foi a convite dele para tratar de assuntos dele no hotel?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Fui a convite dele.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a acha isso condizente com o cargo que V. S^a ocupava de Presidente da Casa da Moeda, sendo que V. S^a poderia marcar na própria Casa da Moeda, se o assunto era de interesse certamente da Casa da Moeda e não dele?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Tenho direito a hora de almoço, e, depois do meu expediente, se eu tiver qualquer encontro de natureza política que não seja para beneficiar quem quer que seja com relação à posição pública que eu ocupo, não vejo ilegalidade nenhuma nisso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Qual foi o assunto tratado nessa agenda?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Pois não. Agora, vai ficar muito mais fácil de o senhor entender. O Sr. Marcos Valério disse que tinha interesse de espalhar os seus negócios lá para o Rio de Janeiro, gostaria de saber se eu iria ter alguma participação

na campanha eleitoral e se eu achava que ele tinha possibilidade de participar...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Que campanha eleitoral?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – De 2004.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – De 2004?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – De 2004.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a, Presidente da Casa da Moeda, era totalmente desligado da atividade política que se desenrolava na campanha, e ele foi a procura de V. S^a para tratar da campanha de 2004?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Ex^a, eu nunca me desliguei da atividade política como Presidente da Casa da Moeda. Eu só me desliguei da atividade política enquanto Presidente da Casa da Moeda quando eu estava na Casa da Moeda no exercício da função de Presidente da Casa da Moeda. Nada me diz que, mesmo sendo Presidente da Casa da Moeda, ou seja, depois do meu horário de trabalho, eu possa exercer atividade política.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas, na campanha de 2004, V. S^a estava atuando em que área?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não, na campanha de 2004, eu não podia ter participação efetiva e participação no mesmo nível que eu tive na campanha de 2002. Por quê? Era incompatível. Eu era Presidente da Casa da Moeda. Está certo? Agora...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E V. S^a foi ao encontro do Sr. Marcos Valério para tratar desse assunto, o que era incompatível com o cargo que V. S^a ocupava.

A SR^a PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Sr. Deputado, o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Só mais um pouco, porque, nesse assunto, o tempo passa rápido. Eu teria várias perguntas a fazer ao depoente. Eu perguntaria a V. S^a...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Pois não, Excelência.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – ...se V. S^a confirma que todos os recursos da campanha de 2002 foram recursos administrados pelo comitê de que V. S^a participava como coordenador.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Como um dos coordenadores?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Como um dos coordenadores.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, afirmo, reitero e...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então, V. S^a entra em contradição com o que disse aqui o Sr. Duda Mendonça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Sr. Deputado...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não, mas eu não falei de Duda Mendonça aqui. O senhor está falando pela primeira vez agora.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a se cinja às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Deputado José Rocha...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a está aqui para responder perguntas e não para contestar o que o Sr. Parlamentar está a perguntar. Ponha-se realmente como depoente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Por favor, Deputado...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – É isso que estou procurando fazer.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Primeiro, quero que V. S^a se enquadre como depoente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Deputado...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Para concluir, Sr. Presidente, devo dizer que o Sr. Duda Mendonça afirmou nesta Comissão que parte dos recursos pagos a ele pelo comitê, pela coordenação nacional do Partido, foi pela campanha de publicidade realizada no Rio de Janeiro da Sr^a Benedita da Silva. V. S^a nega isso?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Nego isso, Excelência.

Eu queria pedir desculpas a V. Ex^a, porque a questão do Duda Mendonça...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não. V. S^a se cinja às perguntas. Não precisa pedir desculpas. Quero que V. S^a responda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Sr. Deputado, seu tempo já passou.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Nego, Excelência.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a nega?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Estou negando.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O que Duda Mendonça aqui afirmou?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Nego e faço acareação com ele, com a sócia dele, em qualquer lugar. Todos os recursos para a campanha do Rio de Janeiro foram resolvidos no Rio de Janeiro, não teve aporte de banco, não teve aporte da Direção Nacional do Partido, e tudo foi resolvido no Rio de Janeiro.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, veja V. Ex^a a necessidade de uma acareação entre o Sr. Duda Mendonça e o Sr. Manoel Severino, como também de uma acareação do Sr. Manoel Severino com o Sr. Marcos Valério. Esta Comissão só poderá ter resultados positivos se passarmos à fase das acareações, para que essas questões fiquem bem claras. O Sr. Duda Mendonça chega aqui e diz uma coisa como verdade, e chega o Sr. Manoel Severino e desmente o Sr. Duda Mendonça, dizendo que a verdade é a dele. Portanto, um dos dois está mentindo, ou o Sr. Manoel Severino ou o Sr. Duda Mendonça, ou também o Sr. Marcos Valério.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Muito obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Coruja.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Ou os três, não é?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ou os três.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sr. Manoel Severino, o senhor falou com orgulho aqui, com certo orgulho, do seu currículo, chegando na Casa da Moeda, de seu currículo republicano. Estamos aqui atrás do currículo não republicano das pessoas. Esta é uma Comissão destinada a investigar eventuais falcatruas ou deslizes nesse processo todo.

V. S^a também não é afilhado do medievalista Guilherme de Ockham, que falava “navalha de Ockham”, tem de cortar o que é subjetivo. V. S^a, em cada pergunta, desvia, não responde objetivamente. Mas vou fazer algumas perguntas.

Quem foi que lhe recomendou o Sr. Marcos Valério?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – O Sr. Marcos Valério me ligou, disse que gostaria de me conhecer e que gostaria de apresentar os seus serviços.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor atendia qualquer um que ligasse na Casa da Moeda?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Qualquer pessoa que me procurasse como Presidente da Casa da Moeda, que quisesse apresentar serviços que fossem importantes, que pudessem alargar...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Ele não lhe falou que era ligado ao PT?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Ele não me falou que era do PT.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não falou?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não falou.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Ele tinha essa ligação toda com o Delúbio e não lhe falou nada. Disse: eu quero falar...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu estou respondendo à pergunta que V. Exª me fez.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não lhe falou?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não me falou que era ligado ao PT.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – V. Sª falou várias vezes com o Sr. Marcos Valério, que é, claramente – o Brasil todo sabe hoje –, uma pessoa que agenciava, para várias empresas, trabalho em troca de recursos não contabilizados, caixa dois, para financiar campanha. Ele não fez nenhuma proposta não-republicana ao senhor?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, o Sr. Marcos Valério não me fez nenhuma proposta republicana...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não-republicana.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não-republicana, e na Casa da Moeda o Sr. Marcos Valério não deixou nenhum contrato feito.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não, mas ele não fazia contrato para ele. Ele agenciava para outros: Telemar, Telemig. Ele não fez nenhuma proposta de que iria arrumar esses clientes ao senhor?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Objetivamente, Excelência, ele não me fez nenhuma proposta não-republicana, como V. Exª...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor acha que... O senhor foi indicado por quem para a Casa da Moeda?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – V. Exª... Essa pergunta é importante para V. Exª, apesar de eu já ter respondido.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não, mas por que pessoa?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu não fui indicado por nenhuma pessoa, eu fui indicado pelo conjunto da obra. Sou militante do Partido dos Trabalhadores há 25 anos...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas quem falou ao senhor? Alguém falou.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Quem falou para mim?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Para o senhor no Governo.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Quem falou para mim foi o Ministro da Fazenda, que disse que eu estava nomeado para Presidente da Casa da Moeda. Agora, eu fui indicado politicamente pelo

conjunto do Partido dos Trabalhadores, Excelência, do Rio de Janeiro.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – E o senhor, e o senhor...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – A direção do Partido.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor não acha estranho o senhor falar tantas vezes com o Sr. Marcos Valério fora da Casa da Moeda? Num local muito distante da Casa da Moeda, que é em Santa Cruz, numa brecha de agenda. Só para ir e voltar à Casa da Moeda, se não tiver trânsito, demora uns 40 minutos, eu acho. Do Hotel Glória...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Posso responder, Excelência?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não, não precisa responder. O senhor não acha estranho marcar audiências com alguém, porque o negócio que o senhor estava tratando era da Casa da Moeda, o senhor falou que era para cartão. O senhor queria que ele viabilizasse um contrato da Casa da Moeda sobre cartões telefônicos. O senhor o chamou, o senhor falou aqui que o chamou para falar sobre isso. Que esses encontros fossem feitos fora da Casa da Moeda?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, os encontros que eu tive com o Sr. Marcos Valério fora da Casa da Moeda foram por solicitação dele, onde ele mostrou interesse em alargar os espaços de atuação dele e queria falar sobre possível...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O que é alargar espaço de atuação? É fazer o quê?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Falar sobre...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Dizer: eu quero alargar o meu espaço de atuação, ele fez uma proposta ao senhor.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, eu vou lhe responder; se o senhor me permitir, eu respondo.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Estou lhe perguntando, o que é isso?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu vou responder a todas as perguntas de V. Exª.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Responda. Responda.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Se V. Exª deixar, eu respondo.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Responda.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – O que eu quis dizer com isso, Excelência, é que ele me procurou no final do ano, ou seja, para tentar alargar os espaços dele com relação à agência de publicidade.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Fazer publicidade para a Casa da Moeda?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Para que era? Fazer publicidade para a Casa da Moeda?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, campanha eleitoral, Excelência, eu já tinha falado anteriormente, o senhor estava aqui, o senhor ouviu.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Campanha eleitoral para quem?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Campanha eleitoral do Município...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Para quem?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Dos diversos Municípios.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Qual Município?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Ele queria saber da possibilidade dele de participar das campanhas eleitorais do PT...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Do Sr. Jorge Bittar?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Ué! Das campanhas eleitorais do PT. Poderia ser do Sr. Jorge Bittar ou de qualquer outro Município. Ele queria saber se tinha possibilidade.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas por que falar com o senhor? O senhor não tinha se desligado lá para o Carlos...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não entendi.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor... Por que o senhor não indicou o Carlos para... o senhor tinha indicado para pagar as contas.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Ele me procurou, Excelência, me procurou e perguntou se eu iria ter alguma participação na campanha. Eu disse que fatalmente iria ter alguma participação na campanha periférica, porque seria incompatível com a minha atividade na...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor acha que alguém que conversava com o grande chefe Delúbio Soares ou com outros mais iria precisar conversar com o senhor para fazer a campanha do PT?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, eu estou dizendo que ele me procurou e que eu conversei.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Então, ele propôs o quê?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Por quê?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Que o senhor contratasse ele...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Ele procurou para saber qual seria a expectativa eleitoral do Partido no Rio de Janeiro.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas o senhor era o que do Partido?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Sou filiado ao Partido. Participei...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas ele ia procurar um filiado?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Sou filiado, militante, militante histórico, fundador do Partido...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas ele vai procurar o Tesoureiro, o Presidente...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Mas ele me procurou, Excelência. Essa é a expressão da verdade...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas aí o senhor não disse: “Não. Não sou eu. Tem de falar para o fulano”?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não, não disse isso.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor disse que era o senhor, então? Era o senhor que cuidava. O senhor disse que era o senhor que cuidava?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu não disse que era eu que cuidava...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Então, o senhor teve sete encontros para...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, o senhor já está falando de sete encontros, e eu já nominei aqui cada questão que eu falei em sete encontros. Sobre campanha eleitoral, eu falei apenas nos três encontros que eu tive em 2003.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – No *hall* do aeroporto?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não foi no *hall* do aeroporto, Excelência! Esses três encontros, onde eu falei de estratégia eleitoral, aconteceram no Hotel Glória.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas aqui fala, na sua declaração, que o senhor foi no *hall* do aeroporto...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Mas foi um outro encontro. Um encontro que eu tive com ele em 2004, porque eu disse que tive sete encontros com ele, Excelência.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – É esse, o do *hall* do aeroporto! Sete encontros!

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – (Inaudível. Fora do microfone.) ...e ele negou os sete encontros.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu não neguei os sete encontros em momento nenhum.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – (Inaudível. Fora do microfone.) ...nós ouvimos daqui.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não, eu não neguei, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Srª Deputada...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, eu espero que a Deputada respeite pelo menos...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ah! Não está dando mais...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu não neguei os encontros.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Respeite. Tem a sua inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Vamos garantir a palavra ao Sr. Deputado Fernando Coruja.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sr. Presidente, o homem, de todos os animais – para aqueles que acreditam na criação – que Deus colocou na terra, o único que mente é o homem.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, Excelência... Desculpe, eu não ouvi a sua afirmação.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Eu afirmo que há aqueles que acreditam na criação; outros que acreditam na evolução. Bom, como o mundo surgiu, a cosmologia, como surgiu o universo... Uma coisa parece ficar mais clara: o único animal que mente é o homem. E é inerente às pessoas. Agora, realmente, fica difícil a gente fazer aqui questionamentos, porque... O homem de forma genérica.

Eu estou insatisfeito, mas encerro a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra, o Deputado Luiz Couto, por dez minutos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srªs Deputadas. Manoel Severino, você nega essas informações que o Sr. Marcos Valério entregou aqui, de que, em seu nome, através do Sr. Luiz, através do Henrique Pizzolato, o senhor teria recebido quase R\$2,7 milhões para pagamento de despesas de campanha que teria sido gerenciada por V. Sª? Nega?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Nego, Excelência.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O Relator disse que tinha um outro depoimento que V. Sª teria prestado na Polícia Federal. O senhor prestou mais de um depoimento na Polícia Federal?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não, Excelência. Só prestei um depoimento.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, eu gostaria, se o Relator tem esse outro depoimento, que fosse... Porque, no relatório, segundo ele disse, V. Sª teria insistido em não responder algumas questões. Então, V. Sª confirma que o único depoimento prestado na Polícia Federal é esse que V. Sª entregou com esse documento entregue aos membros da Comissão?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Está confirmado. O Sr. Relator já confirmou.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – V. Sª diz o seguinte: que gostaria de estar aqui não para responder essas acusações que foram feitas, segundo V. Sª, de forma leviana, e que gostaria de estar aqui para dizer dos projetos que o senhor, à frente da Casa da Moeda, estava implementando. Que projetos eram esses que V. Sª estava implementando na Casa da Moeda, como Presidente daquela instituição?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu vou destacar quatro projetos, Excelência. O primeiro projeto é o projeto de reativação da fabricação de cartão indutivo telefônico. Tinha uma demanda, apesar do desenvolvimento da telefonia no País, mas a gente sabe que, em regiões mais remotas do País, existe uma carência muito grande da produção do cartão indutivo telefônico, que, em algumas regiões do País, virou moeda de troca, virou moeda. A pessoa chega lá – o cartão tem 20 créditos –, compra e paga para usar dois créditos. E a Casa da Moeda como uma empresa pública poderia reativar sua linha de produção, fazendo com que pudéssemos produzir para essa imensa maioria do povo mais cartão indutivo telefônico com menos crédito, de forma que a população mais carente pudesse ter acesso. Até em função da Casa da Moeda, num passado recente, antes do advento da privatização, ter liderado esse segmento de produção de cartão indutivo telefônico. Então, esse era um projeto que a gente estava brigando para acontecer.

O outro projeto é um projeto que é emergencial, é fundamental que seja realizado o mais breve possível, que é a criação de uma nova família de cédulas, senhoras e senhores. O Brasil precisa, e urgentemente, de uma nova família de cédulas. Essa família de cédulas que aí está tem onze anos de circulação. Ela foi criada com um projeto feito em dois meses aproximadamente e devia ter um tempo de duração de, no

máximo, três anos. Nos meios circulantes do mundo se convencionou dizer que uma família de cédulas, em economia estável, não pode ficar à disposição do meio, circulando, por mais de sete anos. E o prazo ideal são sete anos. Por quê? Existe uma indústria de contra-facção, ou seja, que, na medida em que as economias são estáveis, vão dominando cada vez mais os itens de segurança de cada cédula daquilo ali. E é muito comum a gente ver, os Deputados e Senadores têm acompanhado, que, de dois em dois meses, de três em três meses, se estoura, em algum lugar do País, uma mini Casa da Moeda, ou seja, produzindo cédulas falsas, até com grande requinte, ou algumas fábricas de cunhagem de moeda. E essa questão é uma questão social. Se levarmos em consideração que a maioria do nosso povo ganha dois salários mínimos, vai chegar ao supermercado e tem uma nota de 50, que é aquela mais falsificada, vai ter um conjunto de dissabores. Então, torna-se urgente fazermos uma nova família de cédula.

Então, esse era um projeto que a gente estava perseguindo.

O outro projeto que a gente estava perseguindo, Excelência, que, felizmente, já tivemos sucesso ainda no período em que eu estava na Casa da Moeda, ou seja, o Brasil tem um programa de modernização do passaporte. Há dez anos se tentou fazer a modernização desse passaporte. Do meu ponto de vista de forma acertada, de forma sistêmica, porque a modernização do passaporte não é apenas melhorar os itens de segurança do passaporte, mas dotar o sistema de passaporte de *hardware* e *software*, de forma que a gente possa controlar todas as fronteiras. Não se conseguiu fazer isso. A Casa da Moeda, na minha gestão, através da minha iniciativa e da minha diretoria... Fizemos gestões junto à Polícia Federal, junto ao Ministério da Justiça, e fizemos um consórcio com o Serpro e apresentamos um projeto. O nosso passaporte vai ser um passaporte que certamente vai estar entre os cinco passaportes mais seguros do mundo. Nós vamos pular do século XIX para o século XXI. Isso foi feito lá na minha gestão e eu me orgulho muito.

Então, em linhas gerais, esses eram os projetos mais importantes.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Com certeza.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

Estamos aqui, Sr. Presidente, com todo respeito ao Deputado Luiz Couto, para investigar sérias acusações...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, não permito que a Deputada...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ele vem aqui perguntar sobre a vida dele. Nós não estamos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Srª Deputada...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não permito que a Deputada interfira naquilo que vou perguntar.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Permito, sim. Nós não vamos aqui perguntar para nenhum depoente o que ele fez.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – V. Exª respeite a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Srª Deputada...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, nós não podemos respeitar. Ele veio aqui para falar da vida dele? Não, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Srª Deputada...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Respeite a minha palavra. Quero dizer o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Srª Deputada, por favor.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Estamos aqui para investigar...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – V. Exª vai perguntar na sua hora. Por favor.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – ...as acusações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Srªs e Srs. Deputados, vamos garantir a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas é engraçado, V. Exª quer até dizer o que devo perguntar. Mas é engraçada a senhora! Vá lá no programa, vá responder. Engraçado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Sr. Deputado, Srª Deputada, vamos...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Estou perguntando aquilo que devo perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Está garantida a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mais ofensa do que V. Exª faz aqui?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Srªs Deputadas, Srs. Deputados, por favor.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Minha intervenção não é ofensa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Por favor. Vamos garantir a palavra e o tempo ao Deputado Luiz Couto...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – (**Inaudível. Fora do microfone.**) ...eu estou me sentindo ofendida. Deputado Fernando Ferro, eu respeito muito V. Exª. O senhor, por favor, me respeite.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Eu respeito a senhora.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB -SP) – Então, não use palavra...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Srs. Deputados, Srªs Deputadas, vamos voltar à normalidade das interrogações.

Com a palavra, o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – As perguntas que eu fiz são para ver aquilo que o seu Manoel Severino estava fazendo na Casa da Moeda, um trabalho que é reconhecido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Está garantida a sua pergunta.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Agora, eu queria dizer o seguinte: eu faço as perguntas que eu quero fazer.

Eu queria perguntar para o Sr. Manoel Severino...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Pois não, Excelência.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Qual a relação que o senhor teve com o Sr. Henrique Pizzolato?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Nenhuma. A minha relação com o Sr. Henrique Pizzolato, eu o encontrei uma vez, se a memória não me falha, no início do ano de 2003, num evento social; e, posteriormente, Excelência, eu o encontrei mais umas duas ou três vezes ou no *hall* de embarque aqui do aeroporto do Rio de Janeiro para Brasília, ou de Brasília para o Rio de Janeiro. E, enfim, os cumprimentos foram: “Como vai? Tudo bem?” Nunca estive no Banco do Brasil. Enfim, minha relação com o Sr. Henrique Pizzolato é superficial. Eu sei que ele foi do Partido dos Trabalhadores, ligado ao movimento sindical, mas não tive convivência com o Sr. Henrique Pizzolato, Excelência.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Uma outra questão que eu queria saber: V. Sª é acusado, pela mídia, de que teria realizado superfaturamento em contratos de tinta, papel, novos passaportes. O que V. Sª diz dessa acusação?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, essa sua pergunta é muito bem-vinda para que eu possa esclarecer algumas coisas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Engraçado, esse José Rocha fala 15, 20 minutos e...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Está garantida a palavra, Deputado. Pode concluir, Sr. Depoente.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, eu creio que a vossa pergunta é feita em função de várias matérias que saíram em jornal. Eu vou tentar rapidamente esclarecer a V. Exª e ao conjunto de demais membros desta CPMI. Superfaturamento ligado à empresa que fornece tinta para o papel fiduciário. É a única empresa instalada no País. Na minha gestão, não existiu superfaturamento. Muito pelo contrário, muito pelo contrário, nos dois contratos que foram assinados por mim, enquanto Presidente, teve redução de custo. Gostaria de dizer que, no contrato assinado em 2002, em 2003, antes da minha chegada na Casa da Moeda, se comparado com o preço praticado em 2002, pulou de 14 milhões e pouco para – posso concluir, Excelência? – para 19 milhões. Tampouco estou fazendo ilação de que, na gestão passada, tinha tido superfaturamento. O componente da matéria-prima da tinta, Deputado José Rocha, é composto de mais ou menos 75% de componentes exportáveis.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Aqui, não interessa a esta Comissão saber os componentes de tinta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Deputado José Rocha, nós fomos condescendentes com V. Exª. Aguardemos o depoente concluir, com rapidez, a resposta, por favor.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Com relação aos contratos de papel, papel fiduciário, que é outra matéria-prima fundamental para a impressão das cédulas circulantes no País, afirmo categoricamente: não são verdades as acusações que são feitas com relação a superfaturamento. A inspeção feita pela CGU e o trabalho feito pelo Tribunal de Contas da União vão provar isso e, certamente, esta Comissão vai ter clareza dos atos...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, V. Exª está muito generoso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Concluindo, Sr. Depoente. Sr. Deputado, nós fomos condescendentes com V. Exª, que fez várias perguntas após o término de seu tempo. Portanto, eu queria deixar o depoente concluir e pedir rapidez na sua conclusão, porque temos vários Deputados a...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Deputado Luiz Couto, obrigado pelas suas perguntas. Eu afirmo categoricamente para o senhor: na nossa gestão na Casa da Moeda, não teve nenhum ato de corrupção, nenhum ato de superfaturamento, nenhum ato que possa ter beneficiado quem quer que seja. Nenhuma empresa que participou, contribuiu com campanha eleitoral onde eu fui coordenador em 2002 foi beneficiada de alguma forma na minha gestão lá na Casa da Moeda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Com a palavra, o Deputado João Correia, por dez minutos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Reinscrição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Reinscrição do Deputado Luiz Couto.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, repita, por favor, meu tempo, por gentileza.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Eu estou reinscrito. Antes do Deputado Luiz Couto, hein?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– O.k! Com certeza.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – V. S^a, Sr. Manoel...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Pois não, Excelência.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – ... falou um pouco em cateterismo, logo no início da sua apresentação. No alto dos meus 50 anos, fiz um cateterismo lá no Incor, quando o Partido dos Trabalhadores e sua base aliada taxaram os aposentados. Comecei a ter uma dor no peito e fui para o Incor. Graças a Deus, não tinha absolutamente nada. Não sou médico, mas V. S^a certamente também não vai ter nenhum problema, porque V. S^a é bastante gelado.

Eu queria colocar aqui o seguinte: Casa da Moeda, V. S^a renunciou, inocentemente; Casa Civil, Ministro José Dirceu, a quem V. S^a é ligado, renunciou, também inocentemente. Há alguma relação entre uma coisa e outra?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, eu não entendi a vossa pergunta.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Tá! Então, vamos para frente. De repente, V. S^a poderia ter se mirado no exemplo de tanta probidade e de tanta inocência e ter renunciado à Casa da Moeda sem ter absolutamente culpa alguma.

Eu acho, Sr. Manoel, o seguinte: que V. S^a já disse muito bem o que aconteceu ou o que vai acontecer neste depoimento. Quer dizer, a lista de Marcos Valério realmente é mortal. Ela é mortal. No todo ou em parte, os citados têm culpa no cartório. No todo ou em parte. E V. S^a é bastante citado, num valor bastante expressivo, mas V. S^a disse uma coisa, uma frase que, para mim, é o destino desta oitiva: “não tem minha digital ali”. V. S^a não tem realmente digital, parece que não tem digital, como quase todos os demais têm – seja pela mulher, seja pelo filho, seja pelo assessor, enfim, seja por alguém vinculado ao processo do mensalão. V. S^a realmente não tem essa digital. Agora, V. S^a tem companhias muito perigosas, perigosíssimas. Primeiro, V. S^a – para demonstrar algumas relações perigosas

– é arrecadador de campanha. Não têm uma grande reputação neste País arrecadadores de campanha, vide PC Farias e vide um amicíssimo de V. S^a, que é Delúbio Soares, com quem, inclusive, V. S^a tem muita intimidade, ao ponto de se deslocar da belíssima e gloriosa Rio de Janeiro para o interior de Goiás, na fazenda do pai dele, conforme V. S^a confessou em várias matérias. V. S^a também aparece na famosa agenda de Karina Somaggio. Aquela agenda também é mortal. Quem estava ali tem culpa no cartório do mensalão. V. S^a é amigo e parceiro de Marcelo Sereno, operador. É amigo de Waldomiro Diniz, companheiro de Waldomiro Diniz. V. S^a passa a ter relações muito perigosas. V. S^a conversou com Marcos Valério durante sete vezes, esse grande furacão da corrupção no Brasil. V. S^a teve, realmente, um privilégio bastante expressivo, de, por sete vezes, conversar com Marcos Valério, e V. S^a vem dizer para nós que nunca recebeu, que não conhece, que não tem etc. Enfim, V. S^a talvez ainda não tenha a digital, mas o convencimento da vossa inocência não é tão grande assim.

Mas eu quero fazer algumas perguntas a V. S^a. Uma delas é a seguinte: V. S^a conhece o Pororoca? Pororoca é o Sr. Aroldo de Almeida Rego Filho, o tal do Pororoca...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não, não conheço.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – ... que está envolvido em transações nebulosas em relação aos fundos de pensão e que tem uma relação muito estreita com o ex-Ministro José Dirceu.

V. S^a conhece Marcelo Sereno?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Conheço o Marcelo Sereno.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Tem uma relação muito estreita com ele também?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Conheço o Marcelo Sereno há 25 anos. Sou amigo dele, ele é fundador do Partido e participa da mesma corrente política que eu.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Perfeitamente. Então, V. S^a... Não atrapalhe a minha... Olhe o tempo!

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Sou do Campo Majoritário, da Articulação.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Está havendo desvio de finalidade. Olhe o meu tempo ali!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Está garantido, Deputado.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Está certo.

V. S^a tem uma relação tão estreita com o Sr. Marcelo Sereno e com esta fauna – sem nenhum demérito

– que citei aqui desses homens virtuosos deste País, Karina Somaggio, Marcos Valério, Delúbio Soares, José Dirceu, o Pororoca e tantos outros. V. S^a tem uma intimidade com Marcelo Sereno tal qual tem com o Sr. Carlos Manoel Costa Lima, que foi seu Subsecretário quando V. S^a era Secretário no Rio de Janeiro e que deixou como um lugar-tenente em seu lugar? A pergunta é se a relação de intimidade com Sereno e com Carlos Manoel Costa Lima é parecida.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, o Carlos Manoel foi meu Subsecretário quando então fui Secretário Extraordinário de Articulação Governamental, por quatro meses. Quando eu saí do Governo, ele não ficou no Governo, não assumiu o posto de Secretário. Quem virou Secretário foi o companheiro João Mota. Ele saiu também e foi ser um dos coordenadores da campanha.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Perfeito. V. S^a, como um dos coordenadores da campanha...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Agora, V. Ex^a falou coisas aí que eu não sei se é para eu responder...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Não, não, não, porque V. S^a veio para não responder. V. S^a veio para, digamos, esconder. Então, estou fazendo apenas as perguntas que ainda não foram feitas. Não perderei tempo em pegar a lista do Marcos Valério, como diligentemente o Relator pegou, e não extraiu nada porque de V. S^a tudo é “inextraível” – vamos aqui colocar esse neologismo na história.

A Casa da Moeda doou, através da empresa suíça para o Brasil, a quantia de R\$180 mil para a campanha do marido da Sr. Benedita da Silva, o Sr. Antônio Pitanga, para a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Tive conhecimento de que essa doação foi feita.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – V. S^a disse, no entanto, que jamais a Casa da Moeda, em momento algum, foi partícipe de doação de campanha. V. S^a nega isso?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, vou responder a sua pergunta.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Por gentileza.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu disse que ninguém, pessoa física ou pessoa jurídica que tenha participado da campanha eleitoral de 2002, dos quais fui um dos coordenadores, teve algum tipo de beneficiamento na Casa da Moeda enquanto eu ali fui presidente. Me parece que a vossa pergunta é outra.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – A minha pergunta é se V. S^a, através da Casa da Moeda, doou,

através de uma empresa, R\$180 mil para a campanha do marido da Sr^a Benedita da Silva. É simples.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Tive conhecimento de que a contribuição existiu. Não participei e não fui eu que pedi. Era incompatível com o meu cargo de Presidente da Casa da Moeda.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Perfeito. Não é com V. S^a, nega, não existe. Parece até um personagem que está atrás das grades hoje no Brasil.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, vou falar aquilo que é verdade e não aquilo que V. Ex^a quer que eu fale.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Perfeitamente.

Quero colocar uma pergunta.

V. S^a realmente parece muito: “não sei”, “não vi”, “não é comigo”, “não está aqui” etc. Há até um programa humorístico que levanta bastante isso.

V. S^a esteve envolvido na campanha eleitoral de 2004 do Sr. Lindberg Farias, que se sagrou Prefeito de Nova Iguaçu?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não, Excelência. Eu não participei da coordenação da campanha de Nova Iguaçu.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Não estou perguntando se V. S^a participou da coordenação. Estou perguntando se V. S^a participou da campanha de Nova Iguaçu do Sr. Lindberg Farias, onde inclusive malas e malas de dinheiro seriam levadas para aquela candidatura.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, não participei da campanha do Lindberg. Estive algumas vezes em algumas atividades, duas ou três atividades. Agora, V. Ex^a está fazendo afirmações que eu não tenho conhecimento, e são afirmações graves, que acho que V. Ex^a deve fazer esse tipo de acusação no foro devido.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sua opinião exatamente é o que mais me interesse neste momento. Estou usando o verbo no futuro do pretérito – está certo? –, mesmo sem ser tão douto quanto V. S^a. Mas quero perguntar, finalmente, para não abusar do tempo, Sr. Presidente, o seguinte: como coordenador de campanha, tesoureiro de uma campanha etc., V. S^a sabe que é proibida a doação de recursos para campanha em dinheiro, recursos em dinheiro, em espécie, e sim exclusivamente por cheques ou promissórias ou outros elementos. V. S^a tem conhecimento de que na campanha do Sr. Jorge Bittar, no Rio de Janeiro, para o Partido dos Trabalhadores foram doados, aqui pela prestação de contas do Sr. Jorge Bittar, do Rio de Janeiro, foram emprestados, em dinheiro, pelo Partido dos Trabalhadores, R\$150 mil, aqui no dia 14/09, de 2004,

e mais R\$100 mil em dinheiro, em mala, em moeda, em caixa. Porque não dá para levar, mesmo que se tenha uma cueca muito grande, R\$150 mil dentro dela. Então, o senhor tem conhecimento desse fato?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, não fui coordenador da campanha do companheiro Jorge Bittar, Prefeito da cidade do Rio de Janeiro em 2004. Não tenho conhecimento desses fatos que o senhor está falando.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, por gentileza, me reinscreva, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Está reinscrito, Deputado.

Passo a palavra à Deputada Zulaiê Cobra, por dez minutos.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, tenho aqui uma verdade: O Sr. Manoel Severino dos Santos, ex-Presidente da Casa da Moeda, veio a esta reunião, acompanhado de dois bons advogados, para não dizer nada, para não dizer absolutamente nada. Temos aqui fartos documentos que dizem dele por vários motivos e que vieram à tona de várias maneiras. Mas ele não fala. A Casa da Moeda, três contratos pelo menos foram considerados suspeitos por concorrentes que se sentiram prejudicados. Com a Marte Engenharia, para manutenção predial, com a Suíça Sicpa, para a produção de selo para cigarro, e com o Serpro, que forneceria a tecnologia do novo passaporte.

Temos aqui muitas informações de que o contrato com essa Sicpa, que fez doações à campanha do Antonio Pitanga, marido de Benedita, Vereadora em 2002, é uma dos mais polêmicos. A empresa Suíça, que é líder mundial na produção de tintas de segurança para cédulas e documentos de valor, assinou, em fevereiro deste ano, um contrato com a Casa da Moeda de trinta e sete milhões para implantar o sistema “sicpatre” para produzir o chamado selo fiscal inteligente. Isso também está sendo questionado. É uma situação em que a Casa da Moeda também está sendo suspeita. E esse programa foi encomendado pela Receita Federal à Casa da Moeda. E tinha como objetivo coibir o contrabando de cigarro. Mas a coisa ficou. A estimativa é de que com o sistema a arrecadação federal crescerá um bilhão e meio ao ano. E também tem que a Casa da Moeda dispensou a licitação para contratação da Sicpa, sob a alegação de que a empresa era a única detentora de tecnologia no Brasil e que não havia outros programas disponíveis com características idênticas.

No caso também dos passaportes brasileiros, tínhamos, é claro, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, no final do ano, a Itaútec tinha feito

a concorrência e ganhou, mas aí a Casa da Moeda afastou também, e o passaporte brasileiro não foi feito pela Itaútec. A Itaútec cometeu um erro: não ter ido à Justiça. Se tivesse ido à Justiça, talvez ela teria ganhado, porque a licitação foi contestada pelo Ministério da Justiça. E aqui eu entendo muito bem, porque estive com o Ministro da Justiça e não entendi porque o Governo Lula assume o Governo e uma licitação lícita, bem feita... foi uma licitação sem nenhum tipo de ilegalidade. A Itaútec apresentou o melhor projeto. E no Governo Lula, logo que eles tomaram posse afastaram a licitação. Aí enrolaram, enrolaram, enrolaram, enrolaram até agora, há pouco tempo, quando o Serpro foi fazer os passaportes novos.

Eu queria fazer as seguintes perguntas: as suas atribuições regimentais de Presidente da Casa da Moeda quais são, Sr. Manoel Severino dos Santos?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Presidir a empresa, juntamente com a minha Diretoria Colegiada.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – A sua formação técnica e experiência profissional estão de acordo com os princípios do Regimento da instituição?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu sou administrador de empresas. Se V. Exª entende ...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não. Eu estou perguntando a formação técnica e a experiência profissional.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu sou administrador de empresas e me encontrava em condições e com competência para presidir a Casa da Moeda.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – V. Sª confirma que a sua nomeação para a Presidência da Casa da Moeda foi indicação de Marcelo Sereno e as articulações para sua nomeação transcorreram com o Ministro da Fazenda Antonio Palocci e com o Ministro-Chefe da Casa Civil José Dirceu?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Essa pergunta é importante para V. Exª, apesar de eu já ter reiteradas vezes falado aqui nesta CPMI que a minha indicação para Presidente da Casa da Moeda se deu, por consenso, pelo Diretório do Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – É. Isso, ninguém acredita! Ninguém acredita porque não existe isso em nenhum governo, muito menos no Governo Lula.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Mas eu estou aqui para falar a verdade.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu estou perguntando de novo, porque eu não acreditei na sua resposta. Eu quero que fique gravado, de novo, a sua

resposta, porque dizer que o senhor foi pelo conjunto da sua obra não é verdade.

Quantas viagens V. S^a fez para o exterior e quais os destinos e objetivos?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Três viagens. Eu fiz uma viagem à Austrália. V. Ex^a, eu não me recordo aqui, deve ter sido aqui lá pelo segundo semestre de 2003, para me identificar com a tecnologia do polímero, uma tecnologia que está sendo desenvolvida com um substrato que está começando a ser comercializado no mundo, em contraposição ao papel, para cédula. Experiência que inclusive o Brasil já fez...

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não. Eu só quero saber quantas viagens e se o senhor tem um jeito de nos mandar, para a CPMI, esses conteúdos dessas viagens, porque não dá tempo de o senhor responder a todas.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – A primeira viagem, Excelência – estou respondendo objetivamente – foi para a Austrália.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Austrália.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – A segunda viagem foi para o Canadá, na Conferência das Empresas Impressoras de Cédula dos Países Cobertos pela Costa do Pacífico. O Brasil, apesar de não ser, pela competência que tem, se faz presente já há muito tempo, tendo sediado, a dez anos atrás, uma conferência aqui no Brasil. E fiz uma viagem à Venezuela, se eu não estou enganado em 2004.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor poderia mandar para esta CPMI os relatórios dessas viagens?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – ... gerenciais das viagens? Com certeza, Excelência.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Isso. Para nós ficarmos mais rápidos aqui.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Com certeza, Excelência.

O SR. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor falou muito do Marcos Valério. Encontrou com o Marcos Valério sete vezes, etc. e tal. O senhor encontrou com o Delúbio Soares? Delúbio?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Delúbio Soares? Encontrei várias vezes.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Várias vezes também. Ele participava dessas reuniões?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não, senhora. Eu disse aqui e vou reiterar para V. Ex^a que nos encontros que eu tive com o Sr. Marcos Valério foi apenas eu que me encontrei com o Sr. Marcos Valério...

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sozinho. O senhor e o Marcos Valério.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Sozinho. Exatamente.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E com o Delúbio era o senhor e o Delúbio?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Comigo... com o Delúbio era eu e o Delúbio. Eventualmente, tinha...

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Quer dizer, eram separados. E o Sr. Marcelo Sereno e o Waldomiro Diniz? O senhor se encontrava com eles também de maneira separada, ou junto com alguns dos outros?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Com o Sr. Marcelo Sereno eu encontrei várias vezes.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – É. O senhor tem uma amizade com ele e nós já sabemos.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu tenho. De vinte e cinco anos. Nós nos conhecemos há vinte e cinco anos.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – É. Está certo.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – E com o Sr. Waldomiro Diniz, que a senhora perguntou. É isso?

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – É. Com o Waldomiro Diniz.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – O Sr. Waldomiro Diniz eu conheço muito pouco. Encontrei com ele esporadicamente por conta da experiência conjunta que nós tivemos de termos participado do mesmo governo, o Governo do Rio de Janeiro, onde eu fiquei por três meses.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor tem conta no exterior? Fez alguma transferência de recursos para o exterior?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não. Em absoluto, Excelência.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Essa pergunta não precisa fazer. É tudo necessário.

O senhor tratou de assuntos de dinheiro no exterior? Remessas, transferências, conta ou qualquer outra operação com algum doleiro?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Em absoluto, Excelência.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – De acordo com o documento entregue a esta CPMI pelo Sr. Marcos Valério, V. S^a recebeu o total de R\$2.676.660,60, em quatro repasses realizados em diferentes datas. O senhor já negou isso, coincidentemente esse dinheiro coincide com alguns encontros seu em 2003, 2004,

com o Sr. Marcos Valério. O senhor nega de novo esse recebimento dessa quantia e desse repasse?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Nego e reitero, Ex^a.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Por que o diretor de *marketing* do Banco do Brasil fez a triangulação de pagamentos de Marcos Valério para V. S^a?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Ex^a, isso não ocorreu.

A SR^a. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não ocorreu.

O Sr. Henrique Pizzolato também participou dessas reuniões com o senhor, que manteve com o Marcos Valério.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Volto a dizer a V. Ex^a e digo a qualquer membro desta CPMI, se for necessário, porque são perguntas importantes, nunca estive com o Sr. Marcos Valério acompanhado de quem quer que seja.

A SR^a. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O que não podemos pensar aqui, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, é que não podemos fazer acareações, porque todos vêm aqui com a mesma toada, com o mesmo sentido de mentir. Delúbio mentiu; vem o Sereno e mente; vem o Silvío Pereira e mente. Todo mundo mente. Então, não adianta acarear. Sou contra essa acareação, porque vemos que temos prova, e essas provas estão aqui, até porque a secretária, em um documento dela, que é a agenda, ela passa à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, mostrando que vários saques do Banco Rural foram feitos nas contas da empresa de Valério e, entre esses sacadores, há nomes de parlamentares, assessores de políticos e o nome do Sr. Manoel Severino dos Santos, como a segunda pessoa, dentro do Partido dos Trabalhadores, que mais recebeu dinheiro do empresário. Segundo o jornal **Folha de S. Paulo**, os saques totalizam essa quantia; e ocorreram entre agosto de 2003 e julho de 2004. Também o nome do Sr. Manoel Severino dos Santos aparece na agenda da secretária Fernanda Karina Somaggio, que trabalhou para Marcos Valério e denunciou todo esse esquema para a CPMI dos Correios.

Portanto, temos hoje aqui um homem que foi secretário extraordinário da articulação governamental do Governo da Prefeitura do Rio de Janeiro Benedita da Silva, em 2002, que exerceu vários cargos de Governo, é um homem do Partido, é um homem que faz política, é um homem que conhece política e aqui vem para não dizer absolutamente nada, e nós saímos do mesmo jeito que entramos. Quer dizer, há um depoimento na polícia no qual ele fala nada; há um depoimento aqui hoje na CPMI em que ele vem e não fala nada. Então,

estamos aqui com pessoas absolutamente desprovidas de intenção de realmente colaborar com esta CPMI.

Temos o Sr. Manoel Severino dos Santos que vem aqui, com toda essa prova que temos, dizer que não sabe de nada, não recebeu nada, não conhece direito as pessoas e teve conversas absolutamente outra que não fosse conversa de pagamentos de campanha, de dinheiro de campanha, de dinheiro para que pudéssemos ter esta CPMI bem-informada.

Eu não tenho mais nada a perguntar.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Sr. Presidente, me permite. Deputada Zulaiê...

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu não quero resposta de V. S^a. Não quero resposta, porque o senhor já falou que não sabe nada. Então, não adianta o senhor responder para mim. Isso é um desabafo meu. Eu estou desabafando a minha revolta com a sua presença aqui. Mas o senhor não é o primeiro e não será o último.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não quero fazer comentário nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há perguntas para o senhor responder. Portanto, eu passo a palavra....

MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Só gostaria de me comprometer sobre os contratos que a senhora citou da Casa da Moeda de Ihe encaminhar posteriormente.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Pode encaminhar.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Tenho o maior respeito por V. Ex^a.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Tudo bem, pode encaminhar todos os contratos. Tudo o que o senhor puder encaminhar para a CPMI nós gostamos.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – É nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Chamo o Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Deputado Arnaldo Faria de Sá (Pausa.)

Deputado Paulo Baltazar, a quem concedo a palavra.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Depoente, queria voltar um pouquinho à lista do Sr. Marcos Valério, porque tivemos vários depoimentos aqui e, da lista do Sr. Marcos Valério, quase todos que depuseram aqui disseram que não confere o valor: Roberto Jefferson tinha mais, os senhores do PL e de todos os Partidos; ou seja, os valores que eles dizem não conferem. Mas tem duas coisas aqui que eu gostaria de perguntar se o senhor conhece.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Pois, não, Excelência.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSD – RJ) – Em 15/01/2004, R\$326.660,00. Tem um asterisco aqui que corresponde, segundo o Sr. Marcos Valério, à Guaranhuns e tem também, também na sua conta, 26/04 a 30/04, R\$750.000,00 com dois asteriscos que correspondem à Bonus-Barval. O senhor conhece a Guaranhuns e Bonus-Barval, essas duas empresas relacionadas aqui nessa listagem que o senhor aparece?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não, Excelência, não conheço nenhuma pessoa dessas empresas, nunca estive nessas empresas.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – O senhor disse que participou da campanha do ex-Governador Garotinho. Que função o senhor ocupava nessa campanha?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu, em 98, em época da campanha, eu participei na campanha como um militante qualquer.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Não era tesoureiro?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não, eu participei da campanha muito mais acompanhando a então Senadora Benedita da Silva, Vice-Governadora, porque foi uma campanha que a gente dividiu da seguinte forma: como eram dois candidatos com potencial eleitoral muito forte, então eles praticamente tinham duas agendas para tentar ocupar o Estado do Rio de Janeiro, do ponto de vista político, de forma mais racional possível, e eu participei da campanha acompanhando efetivamente mais a então Senadora, que depois virou Vice-Governadora, Benedita da Silva. Agora, não lidei com captação de recurso de campanha.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Muito bem. Eu queria fazer uma pergunta, e provavelmente será minha última pergunta, já que o senhor já respondeu a várias perguntas. Mas, se há uma coisa que preocupa a todos nós é o tal dos recursos não-contabilizados, caixa dois, e que, segundo as investigações, avançam na direção da chamada compra de votos, mensalão, como queiram chamar. O senhor fez uma declaração aqui que me parece muito uma confissão e uma confissão daquilo que está – e o Presidente Lula... aliás, o nosso Ministro falou que caixa dois é para bandido... Mas veja o que o senhor disse aqui, na Polícia Federal: “que o Carlos Manoel tomou frente de todo o processo, tendo apenas sugerido que entrasse em contato com a Secretária de Planejamento e Finanças, para pedir recurso necessário, pois o Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro não tinha dinheiro; que chegou a ligar para a Executiva Nacional do Partido

dos Trabalhadores, solicitando socorro financeiro, tendo conversado com Delúbio Soares; que Delúbio Soares disse que a situação estava difícil, tendo o declarante dito que iria colocar o Sr. Carlos Manoel à frente do processo; que confirma que redigiu uma lista de credores e entregou ao Sr. Carlos Manoel; que não possui mais essa lista [palavras do senhor] e nem cópia da mesma; que não tem conhecimento da existência de recibos relativos aos pagamentos que, porventura, foram feitos decorrentes dessas despesas eleitorais; que não tem conhecimento se tais despesas eleitorais já mencionadas possuem comprovantes fiscais; que não sabe o nome de quem Carlos Manoel pagou, bem como desconhece o valor eventualmente pago”.

O senhor era o tesoureiro. O senhor disse que não possui a lista, não tem a cópia e não sabe, não tem conhecimento se tais despesas eleitorais, já mencionadas, possuem comprovantes fiscais. Eu imagino que os R\$100 mil que o senhor colocou, pagos **a posteriori**, é porque não tinha dinheiro, mas estavam contabilizados, porque, numa campanha formal, normal, é assim que se faz; pode até ficar dívida, mas a contabilidade está correta, paga depois, mas a contabilidade está correta. Aqui o senhor está... Eu queria só que o senhor explicasse se é isso mesmo. Não tinha nota fiscal; se não tinha nota fiscal, não podia contabilizar eleitoralmente, portanto era caixa 2, era recurso não-contabilizado; se recebeu depois do Sr. Marcos Valério R\$100 mil e não tinha recibo porque o Sr. Marcos Valério não deu recibo, então era dinheiro não-contabilizado, que já sabia antes que seria não contabilizado e seria caixa 2. Isso é uma confissão? Eu queria só que o senhor explicasse o que declarou à Polícia Federal, que está registrado aqui. Se isso é ou não é caixa dois.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, assim como está expresso na minha oitiva na Polícia Federal, eu disse que tiveram algumas empresas que foram contraídas em função de algumas atividades que foram feitas no hiato entre o término do primeiro turno da campanha majoritária, porque lá no Rio de Janeiro, não teve segundo turno. A campanha eleitoral se resolveu no primeiro turno, não houve segundo turno. Tiveram algumas atividades de agradecimento de votos. Posteriormente, após a “fechação” da prestação de contas, algumas empresas, algumas pessoas começaram a reclamar créditos que não haviam sido quitados. *[sic]*

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Não tinham sido quitados, mas estavam registrados; porque, senão, é caixa dois.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não estavam registrados, Excelência. Eu estou responden-

do a sua pergunta com as contradições que ela tem, e assumo aqui a responsabilidade. Não estavam. Surgiram algumas pessoas... Além dessas pequenas dívidas contraídas para agradecimento de voto, surgiram algumas pessoas reclamando créditos de serviços prestados na campanha que não haviam sido recebidos e não haviam sido contabilizados, certo.

Eu solicitei ao Sr. Carlos Manoel para verificar se, primeiro, aquilo que havia sido reclamado era verdade, está certo? Que a gente tomasse providência e disse para ele que tinha pedido socorro à Secretaria Nacional de Planejamento e Finanças, notadamente o Sr. Delúbio Soares. O volume de recursos reclamados como dívida entre os materiais que foram feitos para agradecimento de voto e reclamações de serviços prestados após o encerramento da prestação de contas totalizavam aproximadamente R\$170 mil.

Eu disse que não existiam condições, após o término da campanha eleitoral, de levantar esse tipo de recurso, e credenciei o Sr. Carlos Manoel para que ficasse a gestão junto às pessoas que cobravam, primeiro, para verificar se aquilo que era reclamado era devido, porque nem sempre aquilo que se cobra é devido, principalmente em campanha eleitoral...

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Eu só queria saber o seguinte: feito isso, o senhor teve o conhecimento daquilo que... Aqui está: “despesas eleitorais”. Aquilo que foi feito para agradecer não é despesa eleitoral, é despesa de agradecimento, qualquer um pode fazer, não precisa declarar à Justiça Eleitoral. Eventualmente, pode-se fazer ou não.

Agora, o que é despesa eleitoral é despesa eleitoral...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Isso mesmo.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – O senhor conseguiu levantar o que é despesa eleitoral, que foi paga depois, que não era contabilizado, que valor chegou a esse, diria eu, caixa dois, em 2002?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não, Excelência. Não consegui levantar. Eu passei a lista das reclamações de créditos a receber que existiam. Ali existiam algumas pequenas despesas que foram contraídas para agradecimento de votos e não foram em muitas regiões do Estado. Foi, notadamente, na região da zona oeste, onde a candidata Benedita da Silva teve uma excelente votação, e as outras despesas que compunham esse rol de despesas que estavam sendo reclamadas eram despesas que surgiram como despesas de campanha, feita de campanha, depois da prestação de contas.

Eu, objetivamente estou respondendo a questão que o senhor me perguntou.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Sim, então, o senhor está me dizendo que existiram gastos eleitorais que e apareceram... foram pagos depois e que não estavam contabilizados, não foram declarados à Justiça Eleitoral?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não foi feita a retificação, Excelência. Isso eu confirmo.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Ok, muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu gostaria de alertar o depoente que ele está aqui em compromisso. Isso implica em dizer a verdade, sob pena inclusive de perjúrio. Quero alertá-lo no sentido de que colabore aqui, que esses fatos que forem do seu conhecimento realmente esclareça, porque entendendo que todo esse processo pode ter nuances não vinda à tona até agora.

Concedo a palavra ao próximo orador, Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Parlamentares, Sr. Depoente, em primeiro lugar, eu queria saber do seguinte: o senhor cuidava dessa parte financeira das campanhas, buscava recursos para pagar etc. O Sr. Waldomiro Diniz também fazia alguma coisa. Ele ajudou muito nas campanhas?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Ex^a, eu participei como um dos coordenadores da campanha eleitoral de 2002. Entre as minhas atividades, tinha a de arrecadação de recursos da campanha de 2002.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Só estou perguntando se o Sr. Waldomiro Diniz ajudou nessa arrecadação. Só isso.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não, o Sr. Waldomiro Diniz não ajudou na arrecadação da campanha de 2002.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O senhor disse que ficou... fez a campanha no primeiro turno, que ela se resolveu no primeiro turno e que o senhor ficou à frente dessa questão até o início de 2003, que foi quando “desencompabilizou” e botou o outro companheiro.

Quem fez a campanha de segundo turno da eleição do Lula no Rio de Janeiro e quanto foi gasto nessa campanha?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – A campanha de segundo turno do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Rio de Janeiro, foi feita para estrutura de campanha nacional. A campanha do Rio de Janeiro, o comitê majoritário montado para tocar a campanha no Rio de Janeiro foi desmontado. A contribuição que a gente teve no Rio de Janeiro foi do ponto de vista de mobilização e os custos dos eventos, comícios que

aconteceram lá foram bancados pela campanha nacional. Participamos politicamente na mobilização da campanha, na militância, enfim, nos atos que ocorreram por conta da disputa eleitoral no segundo turno.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Então, na campanha do Lula, no segundo turno, vocês não fizeram nenhuma arrecadação em nível local?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não, Excelência.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Nenhuma?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Que eu tenha conhecimento e que eu tenha participado não, Excelência.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Quem fez essa parte de *marketing* político foi o Duda?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Na campanha majoritária ao governo do Estado do Rio de Janeiro foi uma equipe da estrutura de empresas ou de empresa do Sr. Duda Mendonça.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – E que foi paga integralmente pela arrecadação que vocês fizeram lá?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – No Rio de Janeiro, Excelência.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Não veio nada do empréstimo, nada de fora? Não ficou pendente nada?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não teve pendências, Excelência.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Também acho.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Se V. Ex^a me permite, e a minha memória não falhar, acho que o valor contratado com a empresa do Duda Mendonça deve ter ficado em torno de R\$1 milhão e R\$1,2 milhão, declarados na prestação de contas.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Um milhão e um milhão e duzentos mil?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Exatamente, Excelência.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Está bom. Porque isso aí... Veja que o dinheiro... Eu pensei nesse dinheiro. Por que deu R\$2,7 milhões? Porque houve gastos na campanha de segundo turno do Lula no Rio de Janeiro. É simples! Alguns gastos tiveram de ser cobertos. Realmente, não era mais campanha da Benedita. A Benedita, no primeiro turno, terminou. A campanha que gastou dinheiro no segundo turno no Rio de Janeiro foi a campanha do Lula, e o Duda, mal informado, ainda chegou a dizer que boa parte do dinheiro que ele recebeu dias depois era com relação ao dinheiro de São Paulo e do Rio. São Paulo, o Ge-

noíno disse que não, que não foi um tostão para lá. Rio de Janeiro, o Senhor está dizendo que não foi um tostão. Conseqüentemente, acho que está na hora de o Ministro da Justiça sentar com o Presidente e dizer: “Presidente, não use mais caixa dois na sua campanha”. Só sobrou a campanha dele. O senhor mesmo, na sua declaração, está colocando que o dinheiro gasto com ele foi na campanha dele. Agora, a história, estou tentando fazer uma análise técnica do negócio, e vejo que a sua história do cartão telefônico fica muito mal contada, a não ser que o Marcos Valério tivesse interesse em intermediar esse cartão telefônico e, de repente, ver alguma vantagem em intermediar o cartão telefônico. Sabe por quê? Porque os principais sócios das empresas de telefonia são seus companheiros do PT, são os fundos de pensão dos seus companheiros do PT. Se o senhor tivesse de falar com alguém para fazer esse cartão telefônico, falaria diretamente com os sócios das empresas de telefonia, que são seus companheiros do PT. Inclusive, os três fundos de pensão que vieram, todos eles, disseram: “Somos companheiros do PT, somos indicados pelo PT”. Quer dizer, se o senhor fosse falar com alguém sobre colocar em prática algo que fosse vantajoso para a Casa da Moeda, falaria institucionalmente com os seus companheiros do PT, que, inclusive, fariam com o Ministro e tudo o mais. Isso é a coisa mais idiota que já vi na vida, o senhor ir falar com um intermediário que o senhor, teoricamente, conheceu uma vez, que veio pedir para fazer publicidade. A não ser... Veja que o seu interesse foi tão grande que Santa Cruz fica lá no “raio que o parta”, fica no fim da antiga Guanabara, fica longe – desculpe-me o “raio que o parta”, porque não é... É uma grande cidade, agora um grande bairro. Mas eu digo pela distância. Fica muito longe do senhor. Vir de lá para ir para o Hotel Glória, que fica na beira do mar? Fica muito longe para o senhor ter um interesse todo desse, a não ser que tenha uma outra história por trás dessa história do cartão telefônico.

O cartão telefônico era muito mais fácil de ser resolvido pelos seus próprios companheiros, amigos também de anos do PT. Era só sentar com o companheiro do PT da Previ, da Funcef, da Petros, os três fundos de pensão. O senhor sentava com eles, que são companheiros do PT. Eles são os dirigentes desses fundos de pensão, são sócios fundamentais tanto da Telemar quanto da BrasilTelecom, são sócios das duas. Veja como fica até uma coisa meio idiota. O senhor pegou o intermediário de uma firma de publicidade que o senhor viu uma vez, para ir pedir para ele, por favor, marcar uma audiência com o cara do fundo de pensão. Ah! Tenha a santa paciência! Aí é dose para leão! Aí não dá! É inverossímil mesmo, a não ser

– esta é a possibilidade – que tenham visto uma forma de arrecadação de fundo nesses cartões telefônicos. Faz-se uma conversa, aumenta a conta de publicidade na agência do Marcos Valério e, imediatamente, fica melhor de fazer. Assim, não se precisa falar nem com Petros, nem com Funcef, nem com Previ, que seria o caminho natural, com companheiros que tenho certeza de que o senhor conhece há muitos anos. Esses companheiros que estão nos fundos de pensão são também de grande militância no PT há muitos anos. Seria fácil fazer um negócio desse. O senhor não concorda comigo?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não, Excelência, tanto não concordo que não foi esse o caminho que percorri. Eu procurei...

O SR. MORONITORGAN (PFL – CE) – Sim, mas o senhor diga por quê.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Ao encontrar o Sr. Marcos Valério na primeira vez, ele falou que, entre as suas atividades, ele tinha conta de publicidade da BrasilTelecom...

O SR. MORONITORGAN (PFL – CE) – Sim, mas seus companheiros eram sócios da BrasilTelecom.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, esse foi o caminho que eu percorri para reativar a linha de produção do cartão indutivo telefônico, sem nenhum outro objetivo, sem nenhuma outra conotação. Esse foi o caminho que eu percorri.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sim, e o senhor reativou?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Assim como marquei uma audiência com a Diretoria Comercial da Telemar junto com o diretor de produção, para também falar sobre esse assunto, assim como pedi audiência com os dois presidentes da Anatel...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O senhor já falou isso.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Pois é, mas esse...

O SR. MORONITORGAN (PFL – CE) – Mas deixa eu dizer uma coisa.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Pois não, Excelência.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – De carro de Santa Cruz até o Hotel Glória, dá mais de uma hora.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, a Casa da Moeda fica em Santa Cruz.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Pois é.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu despachei na Casa da Moeda 80% do meu período como Presidente da Casa da Moeda. Agora, a Casa da

Moeda tem um escritório na Sete de Setembro, no Rio de Janeiro e, algumas vezes, eu despachava ali.

O SR. MORONITORGAN (PFL – CE) – Não, mas o senhor disse que...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Que fica no centro da cidade.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Quando lhe perguntaram, o senhor disse que veio de Santa Cruz.

(Interferências fora do microfone.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O senhor disse que veio de Santa Cruz.

(Interferências fora do microfone.)

É ruim. Quando não se tem uma versão verídica, tem de se começar a botar farrapo dos lados. Fica ruim.

Seus companheiro do PT de anos eram sócios da Telemar e da BrasilTelecom e o senhor pega um cara que o senhor disse que nunca viu na vida. Viu uma vez, porque ele foi lá lhe oferecer para pegar conta de publicidade, e o senhor ainda o despachou e não pegou a conta! O senhor disse: “Não, aqui na Casa da Moeda, não tem negócio de publicidade, não. Vai embora” O senhor sai de Santa Cruz para ir a um hotel onde ele está, para falar com ele! Que coisa mais ridícula! Quando o senhor ligava para seu companheiro de PT e dizia: “Pessoal, o negócio é o seguinte. Tem um assunto bom para a Casa da Moeda. Tem maquinário parado lá e precisamos reativar esses maquinários. Vocês são sócios da BrasilTelecom e são sócios da Telemar. Vamos fazer alguma coisa para entrarmos num acordo, porque vai ser bom?” Aí, o senhor pega alguém que o senhor nunca viu na vida para fazer um contrato dessa natureza?

Olha, está difícil, mas o senhor foi bem, o senhor acabou de mostrar que o Ministro da Justiça precisa falar que o Presidente não pode mais fazer caixa 2, porque o dinheiro do caixa 2 não foi para o senhor; foi para a campanha presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Muniz. (Pausa)

Ao Deputado Daniel de Almeida. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Júlio Redecker. (Pausa.)

Vamos fazer o seguinte: o nobre depoente está solicitando uma pequena pausa, para atender a necessidades específicas. Então, vamos concedê-la.

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Estão reabertos os trabalhos.

Passo a palavra ao Deputado Júlio Redecker, para a sua inquirição.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr. Manoel Severino dos Santos, o que lhe trouxe mais prazer em ser Presidente da Casa da Moeda? Vamos fazer um bate-bola curto e grosso, dado o meu tempo.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Bom, com a minha história de vida, ter podido presidir, pelo menos por dois anos, uma empresa de segurança, com aquela vocação, uma empresa que eu tenho a impressão que nem o Governo brasileiro conhece a vocação e a capacidade que aquela empresa tem para resolver diversos problemas...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Isso nós sabemos.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Isso foi a coisa que me deu mais orgulho.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor acha que esse foi o ponto alto da sua carreira até então?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu não tenho dúvida, acho que dificilmente, na iniciativa privada ou em qualquer órgão público, eu vá ocupar alguma posição que tenha me deixado tão orgulhoso e tão gratificado como o fato de ter exercido a Presidência da Casa da Moeda.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor acha que chegou lá por sua competência ou por sua amizade e militância no Partido dos Trabalhadores?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Acho que foi o somatório das coisas, Ex^a.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – E quem são os amigos que, além das suas qualidades, o levaram à Presidência da Casa da Moeda?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – O conjunto da direção do Partido dos Trabalhadores, o conjunto da militância do Partido dos Trabalhadores, os meus vinte e cinco anos de fundação do Partido. Não me considero inteligente, não me considero acima da média. Agora, me considero trabalhador demais. E esse conjunto de coisas foi que me fez, na composição do Governo, se avaliar que eu, um administrador da empresa, ex-morador da favela de Vila Cruzeiro, ex-retirante do Nordeste, pudesse ocupar a Presidência da Casa da Moeda.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor teria chegado lá sem a participação do Sr. Marcelo Sereno, Waldomiro Diniz, José Dirceu, o senhor acredita que essas três pessoas foram importantes para o senhor chegar lá?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu não acho que as pessoas tenham tido a menor importância, do ponto de vista individual, de eu estar lá.

Duvido que o Sr. Waldomiro Diniz tenha tido alguma contribuição na minha indicação. Duvido! Pelo que eu sei, ele não era militante do Partido dos Trabalhadores, não era militante do Partido dos Trabalhadores no Rio de Janeiro. Pode ser que o Ministro José Dirceu tenha corroborado com a minha indicação. Pode ser que o Marcelo Sereno tenha corroborado com a minha indicação. Agora ...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – E o Delúbio Soares também não?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eventualmente, pode ser que tenha corroborado com a minha indicação.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Mas todo partido tem um líder e o senhor devia estar agregado a algum líder. Quem era o líder, vamos dizer assim, se o senhor tiver que dizer, retire esses quatro nomes, quem é a pessoa que o senhor agradece que se lembrou do senhor para ir para a Casa da Moeda?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Ex^a, não nego o papel da liderança em qualquer processo político. Agora, eu quero dizer para o senhor que o fato de eu estar na Casa da Moeda...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Só quero um nome, se tem...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não tenho nome, Ex^a.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Então, o senhor não tem padrinho?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Acho que, eventualmente, várias pessoas podem ter contribuído....

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor não tem padrinho, é isso que o senhor está dizendo?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não tenho padrinho.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Mas o PT, no conjunto, é o padrinho?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – No conjunto, o PT é o padrinho.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Bom, o senhor é tão grato ao PT que o senhor sabe que desrespeitou o Código Eleitoral nos seus arts. 346 e 377. Ali diz que servidores de qualquer repartição não podem, nas dependências, utilizar para benefício de Partido ou organização de caráter político. Quando o senhor recebe o Sr. Marcos Valério – não preciso falar quem é o Sr. Marcos Valério, pois, pela imprensa, o senhor já tomou conhecimento – várias vezes, o senhor acha que, fora os negócios que poderiam estar sendo entabulados, seja cartão telefônico, prestação de serviços, o Marcos Valério é homem de Delúbio

Soares, está comprovado nesta Comissão. As visitas do Marcos Valério para o senhor e as alegações dele, dos valores repassados ao senhor, querem dizer que o senhor, além de ter sido coordenador de campanha e secretário de articulação, era uma pessoa influente dentro do Partido no Rio de Janeiro, o senhor ascendeu com grande influência no Partido. O senhor se considera um dos organizadores financeiros das campanhas do PT no Rio de Janeiro?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu fui um dos coordenadores financeiros da campanha, em 2002, e tive, entre as minhas atribuições na minha campanha, atribuição de cuidar de infra-estrutura, material e do ponto de vista de arrecadação, Excelência.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – E quando o senhor recebe o mala-preta do Sr. Delúbio Soares, o homem do dinheiro, o Marcos Valério, o senhor quer nos dizer que não tratou nada que não fosse republicando, não tratou de campanha, não tratou de dinheiro, não tratou de nada?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não tratei de dinheiro, Excelência.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – A que o senhor atribui a maldade do Sr. Marcos Valério em entregar uma lista assinada para nós aqui dizendo que o senhor é um freqüentador contumaz do caixa das suas empresas? Veja aqui: em 19 de agosto de 2003, R\$100 mil; em 15 de janeiro de 2004, 326; de 26 a 30, 750 e, no dia 5 de julho, quando é o seu aniversário?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Meu aniversário é 27 de janeiro, Excelência.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Para o senhor ver, mais um milhão e meio, não é nem presente de aniversário. O que o senhor fez com esse dinheiro? Porque de todo o dinheiro que o Marcos Valério declarou aqui, as conexões levam a que as pessoas realmente receberam, foram Deputados e foram Líderes. O senhor recebeu esse dinheiro para a campanha política?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Ex^a, vou repetir...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu só quero sim ou não.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não, Excelência. Não peguei, não fui receptor de nenhum desses recursos que constam dessa relação.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor autorizou algum emissário seu que trabalhava consigo, seu conhecido, para retirar esse dinheiro?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não, Ex^a.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor nega que não há nenhuma vinculação sua com esses valores aqui?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Nego, Ex^a.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor, quando tratava com o Sr. Marcos Valério nas duas ocasiões, convidava outros membros da Diretoria da Casa da Moda para estarem juntos e tratarem de assuntos de interesse da Casa da Moeda ou o senhor o recebia sozinho?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Ex^a.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu só queria saber se o senhor recebia sozinho ou com a Diretoria, só isso.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu tive três encontros com o Sr. Marcos Valério na Casa da Moeda. Os três encontros que tive com o Sr. Marcos Valério na Casa da Moeda foram sozinho.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Por quê?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Porque eu quis que fosse sozinho.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Mas o senhor é Diretor da Casa da Moeda, recebe gente sozinho e o Marcos Valério. E quem recomendou o Marcos Valério para o senhor?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Ninguém recomendou. Ele ligou, pediu agenda duas ou três vezes, eu concedi agenda e atendi, assim como atendi várias outras pessoas, empresário, inclusive, que me solicitaram agenda.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor não sabia que o Sr. Marcos Valério tinha relações de cumplicidade na área financeira com o Partido dos Trabalhadores e a sua executiva nacional?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – De cumplicidade é o senhor que está falando. No primeiro encontro...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Estou falando e repito: cumplicidade, sim, senhor. Já está provado aqui e o senhor sabe disso também.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – É o senhor que está falando. No primeiro encontro.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor sabe disso também. Estou falando e falo de novo.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – À vontade, Excelência.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor não é juiz aqui. O senhor está aqui como depoente e se comporte como tal.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Estou tentando esclarecer isso.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Acho bom.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Pelo amor de Deus, não estou tentando ser impertinente com V. Ex^a.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Então, não seja.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não estou tentando. Se passei essa posição para V. Ex^a, peço desculpa.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Está bom, vamos adiante.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Só para esclarecer a pergunta, Excelência.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Esclareça.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – No primeiro encontro com Sr. Marcos Valério, o Sr. Marcos Valério perguntou se eu conhecia o Sr. Delúbio Soares. Eu disse que conheço o Delúbio Soares e pronto.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Como era seu relacionamento com os fornecedores da Casa da Moeda? O senhor tinha intimidade com a ex-Governadora Benedita da Silva, foi seu Secretário.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelente quadro político, Benedita da Silva. Tenho intimidade.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Quero lhe fazer uma pergunta. A empresa que fornece tintas para a Casa da Moeda, o senhor conhece outras empresas que comprem tinta dessa empresa suíça?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Outras empresas que comprem tinta dessa empresa suíça? Não, Ex^a, não conheço.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor, como Presidente da Casa da Moeda... nós temos aqui os registros de que o Sr. Antônio Pitanga, que é o companheiro da ex-Senadora Benedita, a quem eu prezo, tenho relações pessoais com ela da convivência da Comissão do Mercosul, recebeu R\$180 mil. Se o senhor não conhece outras empresas que recebiam o fornecimento de tintas, quer dizer que o âmbito do PT se restringiu ao senhor.

O senhor pediu para a Sicma dar dinheiro para o Sr. Antonio Pitanga na campanha – ou alguém da Casa da Moeda?

O SR. MANOEL SEVERINO – Não, Excelência. Fiquei muito chateado quando tomei conhecimento e quero declarar aqui que não soube apenas quando ocorreu a prestação de contas na campanha eleitoral e quando foi publicada em jornal. Tomei conhecimen-

to logo depois que foi feito o contato e houve a contribuição. Fiquei chateado, porque entendi que aquilo poderia ser usado politicamente pelo fato de eu estar como Presidente da Casa da Moeda.

O SR. JÚLIO CÉSAR REDECKER (PSDB – RS) – Como uma empresa que presta serviço à companhia que o senhor dirige dá dinheiro para alguém com quem o senhor tem intimidade – porque o senhor tinha intimidade com o Sr. Antonio Pitanga? O senhor diz que ficou chateado ou pediu para essa empresa ajudar? O senhor, como Presidente da empresa, tem todas as condições de fazer uma solicitação e pressão nessa empresa, porque não conhece outro relacionamento da empresa.

O senhor entende que a empresa agiu assim para agradar ao PT, já que, quem indicou o Presidente da Casa da Moeda foi o PT? Não há nenhuma pessoa fulanizada, o senhor mesmo disse. É o PT. O PT do Rio de Janeiro, possivelmente, foi agradado com essa manifestação? O senhor sentiu algum desejo ou vontade dessa empresa em agradá-lo?

O SR. MANOEL SEVERINO – Admito que isso possa ter existido, Excelência.

O SR. JÚLIO CÉSAR REDECKER (PSDB – RS) – O senhor admite que possa ter existido?

O SR. MANOEL SEVERINO – Admito que possa ter existido.

O SR. JÚLIO CÉSAR REDECKER (PSDB – RS) – Vou fazer-lhe um juízo pessoal. Acredito que esse valor de R\$2.676.000 o Senhor deve ter recebido, porque o Sr. Marcos Valério, em toda a sua relação, tem recebido. Esse fato remonta a um ditado no Rio Grande do Sul segundo o qual não se põe uma raposa para cuidar das uvas. Só estou contando sem fazer nenhuma ilação pessoal.

Entretanto, se o senhor diz que esse dinheiro não apareceu e se o Sr. Marcos Valério afirma que o deu, ou o senhor ficou com o dinheiro – se o Sr. Marcos Valério estiver falando a verdade – ou deu para a campanha de segundo turno, como dizia o Deputado Moroni Torgan. O Presidente Lula financiou-se no Rio de Janeiro com o caixa dois e o Senhor foi um dos agentes desse caixa dois, ou podemos até crer...

Não quero acreditar que esse fato tenha acontecido, porque o sistema de segurança da Casa da Moeda é exemplar. Porém, às vezes, na rua, as pessoas perguntam assim: “Mas aquele cidadão, Manoel Severino, na Casa da Moeda, a raposa cuidando das galinhas, será que lá também não dá para emitir moeda?”

Evidentemente, é um juízo absurdo acreditar que se emita moeda. Mas como o Senhor se sente no juízo público, entendendo, pelo desvelo, pela situação, pela arguição do Sr. Marcos Valério, que o Senhor, sim, re-

cebeu R\$2.676.000? O Senhor poderia chegar, no imaginário popular, a emitir dinheiro na Casa da Moeda? Como o Senhor se sente com essas insinuações?

O SR. MANOEL SEVERINO – Ex^a, não vou responder a sua pergunta, porque...

O SR. JÚLIO CÉSAR REDECKER (PSDB – RS)
– Sr. Presidente, não pode.

O SR. MANOEL SEVERINO – Então, vou responder a sua pergunta, Sr. Deputado.

O SR. JÚLIO CÉSAR REDECKER (PSDB – RS)
– Eu fiquei satisfeito, mas, se o Senhor quer responder, responda.

O SR. MANOEL SEVERINO – Vou responder à sua pergunta. Como Presidente da Casa da Moeda...

O SR. JÚLIO CÉSAR REDECKER (PSDB – RS)
– A não ser que o Senhor possa auto-incriminar-se.

O SR. MANOEL SEVERINO – Não foi isso que V. Ex^a tentou fazer.

O SR. JÚLIO CÉSAR REDECKER (PSDB – RS)
– Eu falei sobre insinuações.

O SR. MANOEL SEVERINO – V. Ex^a reiterou, mas o fato de V. Ex^a dizer, com a argumentação que estava fazendo, que não queria ofender, sinto-me profundamente ofendido. Como se pode imaginar que, pelo fato de ser Presidente da Casa da Moeda, ali, eu poderia estar tendo atitudes de produzir dinheiro para ser carregado para isso ou para aquilo?

Sei que não foi isso que V. Ex^a falou.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Esclareço a V. Ex^a que o que o nobre Deputado Júlio Redecker falou é o seguinte...

O SR. MANOEL SEVERINO – Não foi isso que V. Ex^a falou. Entenda a minha indignação.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Há pessoas na rua... Ouça o que eu quero falar a V. S^a. O que o Deputado Júlio Redecker disse, na simplicidade popular, foi a idéia que se tinha de que poderia acontecer esse fato. Foi o que ele transmitiu. Evidentemente, V. S^a poderá responder.

O SR. MANOEL SEVERINO – V. Ex^a tem razão. O fato de eu ser Presidente da Casa da Moeda e o meu nome aparecer numa lista, no imaginário popular, isso pode acontecer.

O SR. JÚLIO CÉSAR REDECKER (PSDB – RS)
– Sr. Manoel Severino, quero dizer-lhe mais.

O SR. MANOEL SEVERINO – Pode, sim, Excelência.

O SR. JÚLIO CÉSAR REDECKER (PSDB – RS)
– Todo mundo pergunta no interior, onde eu ando, Sr. Presidente, se as loterias de responsabilidade do Governo Federal, em razão do episódio do Sr. Wal-

domiro Diniz, foram fraudadas. Essa é uma pergunta corriqueira.

Mas eu quero dizer-lhe que não tenho nenhuma razão para ofender-lhe. Não o fiz, tenho certeza. Entretanto, o senhor imagina que, se nós assistimos no Brasil o Chefe da Casa Civil cair, porque dizem que é o coordenador de toda essa estrutura, o Sr. Delúbio Soares, o Sr. Genoino, que estiveram aqui, o outro dirigente do PT, que disse que todos os 21 membros da Executiva Nacional sabiam do caixa 2. Aqui, na Casa, o Líder o Governo recebeu dinheiro, o Líder do Partido recebeu dinheiro, o Presidente da Casa recebeu dinheiro. O senhor se acha melhor que essas pessoas?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, eu...

O SR. JÚLIO CÉSAR REDECKER (PSDB – RS)
– Ou o senhor as acha desonestas?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, eu não vou fazer... Eu não vou responder a sua pergunta, eu vou falar sobre o que eu acho de mim, sobre a minha personalidade, a minha pessoa e os meus atos.

O SR. JÚLIO CÉSAR REDECKER (PSDB – RS)
– Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Eu, antes de passar... Eu vou passar, mas eu gostaria de fazer algumas perguntinhas também. Eu estou ouvindo e, às vezes, me dá um pouco de vontade de fazer algumas perguntas.

Em primeiro lugar, é o seguinte: quantas vezes o senhor se encontrou com o Sr. Delúbio Soares?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, eu não tenho condições de lhe precisar quantas vezes eu encontrei com o Sr. Delúbio Soares.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Mas quantas você lembra de ter encontrado?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, posso responder ao Presidente?

Eu devo ter encontrado com o Sr. Delúbio Soares 10, 20, 15, 30 vezes. Conheço o Sr. Delúbio Soares desde 1999, como dirigente nacional do Partido, quadro político, acompanhou várias vezes diversas crises do Partido dos Trabalhadores no Rio de Janeiro. Eu não tenho condições, Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Então, não. A pergunta...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – ...de dizer quantas vezes. Várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Então, o senhor era... Conhecia o Sr. Delúbio Soares de longa data?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Conhecia o Sr. Delúbio Soares desde 1999.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Desde 1999. Quantas vezes o senhor se encontrou com o Sr. Marcos Valério?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Sete vezes.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Sete vezes.

A primeira vez, ele foi se encontrar com o senhor aonde?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Na Casa da Moeda...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O senhor está respondendo, mas eu tomei...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Na Casa da Moeda, em Santa Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O senhor sabe a data? Saberá precisar?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Sei, por volta de junho de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – E o que ele foi fazer nessa primeira ida com o senhor?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Ele tinha intenção clara de apresentar lá a atividade dele de empresário e verificar a possibilidade, se tinha alguma possibilidade de espaço para formalizar ou estabelecer uma negociação, uma discussão para formalização de um contrato de publicidade com a Casa da Moeda.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – E o senhor acabou de dar uma resposta aqui, dizendo que, de uma dessas vezes, ele foi lhe perguntar se o senhor conhecia o Sr. Delúbio Soares.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Nesta ocasião, ele perguntou se eu conhecia o Delúbio Soares.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, o tema dessa conversa foi mais amplo do que a pergunta se ele conhecia...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não, ele falou dos serviços que ele queria prestar e falou e perguntou se eu conhecia o Delúbio Soares. Eu disse: Claro que conheço, é meu companheiro de Partido. Ele disse: Eu também conheço. E aí seguiu a conversa. Eu falei da Casa da Moeda.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas por que o senhor acha que ele foi lhe perguntar se o senhor conhecia o senhor... Por que ele fez essa pergunta? Essa pergunta tem que vir na lógica de um diálogo.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Seja curiosidade dele, queria saber se eu conhecia o Delúbio, eu não sei lhe dizer.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas para que finalidade? Alguém está conversando, veja bem, com o Presidente da Casa da Moeda. Eu reputo uma autoridade importante. Evidente que não posso admitir que no imaginário popular se possa pensar que o Presidente da Casa da Moeda vá emitir moeda, porque isso tem um controle rigorosíssimo. Não pode emitir à vontade, mas pode roubar a máquina a bel-prazer. Isso evidentemente e não foi isso que o nobre Deputado Júlio Redecker quis dizer.

Então, é uma autoridade importante. Alguém vai lá e, na lógica dessa pergunta, diz: você conhece o Delúbio Soares?

Em que circunstância da conversa? O senhor poderia resgatar na sua memória?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não consigo. No meio da conversa, ele perguntou se eu conhecia o Delúbio Soares.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Aleatoriamente?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Exato. Eu disse: Eu conheço o Delúbio Soares, é meu companheiro de Partido.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – E não perguntou mais nada?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não, não se falou mais nada. Não disse que era amigo de Delúbio, que fazia isso, que fazia aquilo, enfim. E a gente continuou a conversa.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, nessa vez, fundamentalmente ele foi falar de possibilidade de relações de negócios com a Casa da Moeda e a empresa dele?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Exatamente. Foi isso que ele deu a entender e falou um pouco do conjunto de contas que a empresa tinha.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Que produtos ele ofereceu?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Falou sobre publicidade propriamente dita.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Publicidade propriamente dita.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – E da segunda vez, do que se tratava?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Ainda em 2003, V. Ex^a, nós... Fui procurado pelo Sr. Marcos Valério no Rio de Janeiro, o senhor está me dando uma oportunidade de esclarecer os encontros, e aí esses

três encontros foram no Hotel Glória. A primeira vez foi em novembro mais ou menos. Ele falou que tinha interesse em participar de campanha eleitoral no Rio de Janeiro, tinha interesse em ver se conseguia estabelecer um pouco o negócio da agência de publicidade dele no Rio de Janeiro e achava que a possibilidade de participar de campanha eleitoral de uma prefeitura lá poderia ser um canal e um meio de ele estabelecer no Rio de Janeiro. E perguntou se eu iria ter uma participação na campanha eleitoral. Eu disse que como Presidente da Casa da Moeda fatalmente eu iria dar “pitaco” numa ou noutra questão estratégica da estratégia de campanha eleitoral, mas, enfim, a minha participação na campanha eleitoral seria periférica.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Entendi. Por que a relação negócios e campanha eleitoral. O que ele quis, com isso, dizer a V. S^a?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, na Casa da Moeda, ele claramente falou sobre a possibilidade de fazer serviço à Casa da Moeda. Com relação à campanha eleitoral, ele falou claramente sob a perspectiva de fazer alguma campanha eleitoral no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Mas onde estava a moeda de troca?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Comigo ele não discutiu moeda de troca nenhuma, Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Porque ele estabelece uma relação entre campanha eleitoral e negócios. Ele quer vender produtos e quer fazer campanhas eleitorais. E aí, há uma relação intrínseca.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não vejo moeda de troca nenhuma. Os dois objetivos dele eram como empresário: um, a possibilidade de fazer contratos com a Casa da Moeda; outra, poder fazer contrato para campanha eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Mas e essas prefeituras, não porque estando na campanha, venho para o Rio de Janeiro.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– São palavras de V. S^a, não estou inventando nada.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Entrando nas campanhas, venho para o Rio de Janeiro. Mas vem fazer o quê? Fazer campanhas ou negócios? Ou as duas coisas.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não, vem constituir, criar filial.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– O senhor vê que as coisas são óbvias. Evidente que não vou fazer mais nenhuma pergunta, mas só para mostrar que as coisas são óbvias. Ele quer, primeiro, fazer um contrato para a Casa da Moeda. Até aí, desde que lícito, desde que regular. Não há nenhum defeito nisso, mas, ao mesmo tempo, ele quer fazer campanha na prefeitura e se estabelecer no Rio de Janeiro fazendo negócios. É óbvio que essa relação entre negócios e campanhas está intrinsecamente ligada. Só para dizer a V. S^a, mas pode explicar os demais encontros. Eu já cortei no segundo encontro. Ele já explicou os demais? V. S^a quer explicar os demais? Pode explicar todos.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Esses foram os três encontros que eu tive em 2003. Em 2004, ele me procurou, foi aquele encontro que relato na oitiva na Polícia Federal, eu o encontrei rapidamente no Aeroporto 14 Bis, no restaurante 14 Bis, Santos Dumont, onde ele me perguntou se eu poderia atender a uma empresa de eventos dele, para apresentar um produto para a Casa da Moeda.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Novamente ele queria...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu disse que ...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Ele voltou.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Ele voltou, mas o senhor contratou?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não, não. Pede para duas pessoas ligadas.

Eu atendi, foi um encontro em 2004, ele mandou duas pessoas à Casa da Moeda, estão registradas no controle eletrônico da Casa da Moeda, que apresentaram projeto de eventos, uma espécie de mostra itinerante para contar a história do dinheiro, um projeto inclusive bem concebido, mas que não foi adiante, não pôde ser contratado, porque era caro. Enfim, não foi feito nada.

Em 2005, são os dois encontros que totalizam os sete encontros que eu já declarei aqui. Agradeço a pergunta, porque permite esclarecer, porque parecia que eu estava fazendo questão de não esclarecer. Fui eu quem solicitou a ida dele à Casa da Moeda, eu que liguei e falei da intenção de reativar a linha de produção do cartão tipo telefônico. Como na primeira vez, em junho de 2003, ele tinha dito que tinha conta com a Brasil Telecom, eu quis saber se ele poderia me apresentar a diretor, a presidente para que eu pudesse fazer reunião e tentar vender a possibilidade de fazer

cartão do tipo telefônico a Brasil Telecom. Assim, como eu tinha tomado iniciativa nessa direção de procurar a diretoria comercial da Telemar, com esse mesmo objetivo, o de gerar um contrato para a Casa da Moeda, que era a de colocar mais uma linha de produção em funcionamento. Linha essa que a Casa da Moeda, antes do advento da privatização, liderava a produção de cartão e do tipo telefônico. Curiosamente, perdeu. Tem toda a competência lá instalada e hoje não fabrica cartão tipo telefônico.

Obrigado, Ex^a. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– V. Ex^a não está censurando as minhas perguntas?

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, porque V. Ex^a não censura as nossas também.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Muito obrigado, Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu quis fazer exatamente essas perguntas porque não se pode conceber o porquê dessa insistência de relações se não há um interesse maior em todo esse jogo. Realmente V. S^a recebeu o Sr. Marcos Valério por diversas vezes, primeiro na Casa da Moeda*, depois em hotel, é uma coisa um pouco – eu diria assim – promíscua, no meu entendimento, ou desnecessária para um gestor da coisa pública, sobretudo agora, da Casa da Moeda, que tem que ser uma gestão absolutamente discreta, distante, porque o assunto tratado na Casa da Moeda é de extrema relevância e sobretudo de extrema segurança.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Agradeço a observação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em seguida V. Ex^a.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Já foi chamado...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Mas é que havia...

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Eu estou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– O Presidente Paulo Baltazar* havia feito essa observação e eu tive que corrigi-la, senão seria V. Ex^a.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Tudo bem, não tenho problema...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– V. Ex^a será chamado em seguida.

Aliás, podemos chamar V. Ex^a e depois o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Então chamo V. Ex^a.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Sabe o que é, Sr. Presidente? Não é nada contra o Deputado Arnaldo Faria de Sá, muito pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, é que eu tinha essa observação.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – É porque há alguns Parlamentares que ficam aqui permanentemente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu entendo.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Eu acho que o conjunto da audiência não é só na hora que eu falo, mas também de ouvir inclusive o que os colegas fazem, a contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Perfeito.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Então acho que é importante a observância da lista.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sou titular, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Também sou titular, Deputado, mas é que estou só dizendo que...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vamos fazer o seguinte: se V. Ex^a contesta, vou seguir a ordem porque havia essa observação.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Não, eu cedo. Só estou pedindo para que...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) –

Se não houvesse essa observação eu não teria feito.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente, obrigado. Se o Deputado Fernando Ferro fizer questão, eu cedo a vez a ele. Não há problema nenhum.

Quero saber do Manoel Severino quem são seus advogados.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Dr. Paulo Henrique, aqui presente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– E o outro?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Dr. Fabrício.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Quem está pagando seus advogados?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Eu.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Qual a sua formação?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Administrador de empresas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Antes de assumir a Casa da Moeda, qual foi sua atividade anterior?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Antes de assumir a Presidência da Casa Moeda, eu fui Secretário Extraordinário de Articulação Governamental no Governo Benedita da Silva.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Além desse currículo, de ter sido Secretário da nobre Governadora Benedita da Silva, qual outra atividade?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Antes de ser Secretário de Estado, fui Assessor, compus a Assessoria da Vice-Governadora Benedita da Silva. Mas se V. Ex^a quiser, faço um relato da minha história profissional toda.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não, só quero a imediatamente anterior à da Benedita da Silva, qual a atividade?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Tive uma empresa de engenharia chamada Mercata Engenharia.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É

sua formação?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Sou administrador de empresas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Empresa de engenharia?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Sim, eu tinha sócio, tinha engenheiro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Respondendo ao nosso Presidente, houve uma avaliação sua, a respeito de um encontro com o Marcos Valério, que ele foi tratar de publicidade. Que publicidade precisa fazer a Casa da Moeda?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Foi exatamente o que eu disse para ele. Eu disse para ele que a Casa da Moeda é uma empresa que tem uma vocação específica, uma empresa de segurança, é uma empresa composta por três unidades industriais, uma fábrica de cédulas, uma fábrica de moedas e uma fábrica de produtos de segurança, e que, portanto, eu não via necessidade nenhuma de contratação de empresa de publicidade. Via, sim, que a Casa da Moeda, do ponto de vista de melhoria de gestão, de geração de

resultados, procurasse trabalhar algum tipo de mídia, como alguns jornais ligados à economia, enfim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) –

Mas e a insistência dele em dizer que tinha uma outra empresa que ia apresentar um produto. Que produto ele tinha que apresentar?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Isso foi em 2004; foi naquele encontro que eu relatei aqui para o Sr. Presidente, onde ele me procurou e perguntou se eu podia atender a uma empresa dele de eventos, chamada MultiAction, que iria apresentar uma idéia de eventos, tipo uma amostra permanente sobre a Casa da Moeda, que girasse em aeroportos, contando a história de dinheiro. Um projeto, uma idéia bem concebida, uma idéia embrionária, tanto é que as pessoas técnicas voltaram à empresa mais uma vez para, a partir do conhecimento das atividades da empresa, formatar melhor o projeto. Está nos Anais da Casa da Moeda. Volto a dizer, é um projeto bem concebido que se tivesse dinheiro, talvez fosse interessante fazer uma licitação para...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Então, posso entender que o Marcos Valério é bom de conversa?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – É

bom de conversa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Nas

primeiras vezes em que houve o contato com ele, já ficou demonstrado que não havia interesse da Casa da Moeda em fazer publicidade, e a sua explicação é lógica. Por que, então, a insistência de tantos outros encontros do Marcos Valério com o senhor?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – O

encontro de 2004 foi para ele falar sobre uma atividade de um invento de uma amostra itinerante. Não é uma atividade ligada à publicidade, apesar de ter uma certa correlação. Os outros encontros que tive, já relatei aqui, fui eu que solicitei e pedi para ele um agendamento com alguém da direção da BrasilTelecom, porque eu queria reativar a linha de produção de cartão indutivo da Casa da Moeda.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E

porque o senhor não procurou direto a BrasilTelecom? Por que tinha que usar o Marcos Valério?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Por

que ele disse que tinha conta em publicidade com a BrasilTelecom e achei que, se eu utilizasse alguém que já conhecesse a diretoria da BrasilTelecom, talvez tivesse meu caminho facilitado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Por que não usou o Delúbio, então? O Delúbio não teria mais força que o Marcos Valério?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Por que eu quis usar o Marcos Valério, Excelência.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor encontrou mais de 30 vezes com o Delúbio, encontrou sete vezes com o Marcos Valério. O Delúbio era seu companheiro de partido e teria mais força com o Marcos Valério do que você.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Mas, eu quis usar o Marcos Valério. E assumo aqui perante a Comissão que pedi, fui eu que solicitei ao Sr. Marcos Valério que fosse à Casa da Moeda e pedi a ele que fizesse gestão para marcar reunião com alguém da direção da BrasilTelecom, porque tinha o objetivo de vender a capacidade da Casa da Moeda de voltar a produzir cartão indutivo telefônico.

E não foi apenas esse movimento que fiz com relação a tentar reativar mais essa linha de produção da Casa da Moeda.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Seu discurso está bonito, mas, não tem nada de prático.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não estou fazendo discurso, Excelência.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Seu discurso está bonito e não tem nada de prático.

Qual a sua relação com a Permetal?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Permetal?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Nenhuma, Excelência.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O que é a Permetal?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Bom, como Presidente da Casa da Moeda e assim que cheguei lá tomei conhecimento de que a Permetal, se não me falha a memória, é uma empresa que fabrica os discos para cunhagem de cédulas. Uma empresa que foi sucedida depois por uma empresa chamada 3S. É uma empresa que tem um litígio com a Casa da Moeda, enfim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Que tipo de litígio?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Parece que teve, num determinado período, uma...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Parece que o Presidente da Casa da Moeda foi o senhor, não é?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, mas estou falando de gestões de que não participei, de problemas e de litígios jurídicos que lá encontrei assim que cheguei.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Entendi. Então, qual a sua familiaridade para ser nomeado o principal executivo da Casa da Moeda?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Que tipo de familiaridade? Não entendi sua pergunta. Familiaridade com o negócio da Casa da Moeda.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não. Sou administrador de empresas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E qual a sua atividade no partido?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Minha atividade no Partido? Fui militante do Partido, sou militante do Partido, fundador do Partido, participei de duas campanhas eleitorais majoritárias antes de 2002...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por quanto tempo foi responsável pela Casa da Moeda?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Por dois anos e dois meses, se não estou enganado, Excelência.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor pode me dizer, nesse tempo todo, qual o volume e qual o peso de dinheiro, em notas de R\$50,00, que representa R\$100 mil reais?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Como é que é?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Cem mil reais, em notas de R\$50,00, qual o peso e qual o volume?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não sei. Saber isso, o senhor acha que é uma informação importante com a pessoa...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem está perguntando sou eu, não o senhor.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Mas, não sei Excelência.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então, responda.

Por que...

O SR. PRESIDENTE AMIR LANDO (PMDB – RO) – V. Ex^a não sabe o peso unitário de uma nota?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – O peso unitário de uma nota? Não, não sei.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ele não era o responsável pela Casa da Moeda, Presidente.

Deve ser.

O Partido dos Trabalhadores fez duas, três, quatro doações para a campanha do candidato a prefeito de Nova Iguaçu, Lindberg Farias, e todas essas doações do Partido dos Trabalhadores para a campanha do Lin-

dberg*, foi em dinheiro vivo: 170 mil e 400; 131 mil e 200; 122 mil e 200. O senhor acha lógico uma doação dessa ordem, quase R\$500 mil, só em dinheiro vivo?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, eu não tenho conhecimento dessas doações.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor não recebeu do Marcos Valério R\$2.676.660,00?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Essa pergunta que V. Exª faz é importante, tanto é que V. Exª está fazendo. Eu já reiterei aqui, diversas vezes, que nunca estive em nenhuma agência do Banco Rural, em nenhuma agência de publicidade do Sr. Marcos Valério, não sou receptor desses recursos, não sei por que meu nome consta nessa lista. Já falei aqui, já falei na minha oitiva na Polícia Federal. Como V. Exª não estava presente, eu gostaria de dizer a V. Exª que já disponibilizei para esta Comissão Parlamentar de Inquérito meu sigilo bancário, fiscal e telefônico.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Esses recursos podem ter sido movimentados fora de uma conta bancária. Então, quer dizer, essa disponibilização não lhe dá credibilidade suficiente para essa sua afirmação.

Anteriormente, respondendo ao Presidente, respondendo a outros Parlamentares, o senhor demonstrou que dava alguma credibilidade ao Sr. Marcos Valério. Agora, quando o Marcos Valério afirma que lhe deu dinheiro, ele não tem credibilidade?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu não me lembro em qual momento que eu disse que dava credibilidade ao Sr. Marcos Valério. Eu não disse que não dava credibilidade ao Sr. Marcos Valério aqui.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor disse que foi procurá-lo, porque...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Sim, fui procurá-lo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – ... ele podia ser uma pessoa que resolveria o problema na BrasilTelecom, era uma pessoa que tinha uma grande relação...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Ah, tá. Nessa lógica, o senhor está falando certo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E aí, quando ele afirma que lhe deu dinheiro, aí não tem credibilidade?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, o fato dele ter dito que me deu dinheiro ali eu estou negando aqui, mais uma vez, para V. Exª, assim como já fiz reiteradas vezes nesta Comissão e também na minha oitiva na Polícia Federal.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Só queria, Sr. Presidente, para concluir, lembrar que outros também negaram que tinham recebido dinheiro de Marcos Valério. E, ao longo dos trabalhos, comprovou-se que acabaram recebendo. E não é a conta bancária que vai provar isso, não, Presidente. Obrigado.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Obrigado, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra agora ao nobre Deputado Fernando Ferro, titular.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Sr. Presidente, Sr. depoente, senhoras e senhores, Sr. Manoel Severino dos Santos, o senhor é filiado ao PT desde a sua fundação, como o senhor disse, não é?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Desde a época do Movimento Pró-PT, Excelência.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – O senhor afirmou aqui que trabalhou com o César Maia na primeira gestão dele.

Quando foi isso?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu trabalhei em... Excelência, se a memória não falha, eu acho que isso foi em 1993.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Em que partido ele estava à época?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Na época, ele era do PMDB. Ele se elegeu, naquela primeira eleição dele, pelo PMDB.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – E o PT fez aliança com o PMDB naquele período?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não. Na realidade, ele ganhou a eleição em segundo turno, depois da Senadora Benedita da Silva, foi uma diferença de menos de 100 mil votos.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – V. Sª falou que, em algum momento, credenciou o Sr. Carlos Manoel para responder pelas finanças da campanha, no Rio de Janeiro, quando da sua saída?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Exato, com relação a algumas reclamações que passaram a ser feitas sobre eventuais dívidas da campanha, que passaram a ser reclamadas. Ou seja, eu solicitei ajuda e credenciei o Sr. Carlos Manoel que cuidasse de negociar aquilo e também de verificar se o que estava reclamado era realmente devido.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Ele era tesoureiro da campanha, tesoureiro do Partido?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não. Ele foi um dos coordenadores da campanha.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – V. Sª falou em algum momento, ou já aqui repeti várias vezes, que procurou o Marcos Valério para intermediar um

contato com a BrasilTelecom. É isso me parece esquisito. Com a Telemar, por exemplo, o senhor não pediu a intermediação de ninguém. Por que deu-se prioridade ao Marcos Valério como intermediador com a BrasilTelecom e nas outras empresas a negociação ser feita diretamente? Teve algum motivo que o levasse a esse procedimento?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não, Ex^a. Não teve nenhuma outra motivação que me levasse a esse procedimento.

Com relação a ter feito contato direto para a Telemar, isso se deu em função de existir contato no Rio de Janeiro, inclusive por parte do Diretor de Produção, um funcionário de carreira da Casa da Moeda há 31 anos, que já havia tido contato com o pessoal da *staff* da Telemar. Assim, agendei a reunião e fui junto.

Com relação ao Sr. Marcos Valério, não existiu uma outra motivação, mas como ele havia me falado que tinha conta com a BrasilTelecom, achei que esse caminho poderia fazer com que eu pudesse me sentar com um executivo brasileiro...

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Sr. Presidente, eu pediria um pouco de silêncio. Está uma “feira” aqui atrás que está incomodando.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço a todos os presentes e inclusive à imprensa, que tanto prestigiamos e que tem que transmitir a notícia, que se abstenha aqui dentro.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não teve nenhuma motivação especial. No primeiro encontro, ele falou que tinha conta com o pessoal da BrasilTelecom, e supus que ele tivesse algum contato na direção que pudesse facilitar eu ir com o outro diretor da Casa da Moeda, para falarmos da capacidade instalada na Casa da Moeda e da possibilidade de fazer alguma parceira. O objetivo foi só comercial, no sentido de tentar criar mais um contrato para a Casa da Moeda, ou melhor, de reativar a linha de produção de cartão indutivo da Casa da Moeda.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Quem compunha a diretoria da Casa da Moeda além de V. S^a nessa sua gestão?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Na minha gestão, a diretoria da Casa da Moeda era composta por mim, Presidente, pelo Dr. Álvaro Figueiredo, Diretor de Administração, que também foi comigo para lá, e pelo Engenheiro Carlos Roberto de Oliveira, um funcionário de 31 anos de carreira, que reputo como um dos técnicos mais conceituados nessa área de segurança de papel e de fiscalização de dinheiro do mundo – ele tornou-se diretor na minha gestão –, assim como o Engenheiro Álvaro Soares, também funcionário da Casa da Moeda.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – O senhor falou que a sua indicação foi da direção estadual do PT do Rio de Janeiro.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Exatamente.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Mas alguém em particular deve ter tido uma prevalência ou uma sugestão nessa indicação.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, a indicação política do meu nome foi da direção do Partido em conjunto. Agora, não sei lhe dizer e não nego que eventualmente uma ou outra pessoa, nos canais onde seria decidida a questão da ocupação dos cargos no Governo, pudesse ter feito a defesa do meu nome.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – É que se diz que a sua indicação teria partido prioritariamente do Sr. Marcelo Sereno.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não é verdade. Acho que o Marcelo Sereno não tinha força para garantir a minha indicação para a Presidência da Casa da Moeda.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Não precisa se preocupar, Sr. Manoel Severino. Ele era um quadro dirigente do Partido, e seria natural que tivesse essa competência ou essa legitimidade para fazer a indicação. Talvez porque o momento o coloca em situação desagradável, às vezes, as pessoas ficam receando serem citadas ou vinculadas, mas isso é perfeitamente cabível. Não vejo como um problema reconhecer esse fato, uma vez que à época era um militante, um quadro político do Partido, um fundador do Partido e, portanto, com legitimidade, como todos fazem indicações de cunho político em que se observam critérios de competência técnica, de confiança e éticos que possam assegurar os requisitos para ocupar esse cargo.

Não vejo isso como problema e acho que V. S^a não precisa ficar com alguma preocupação dessa parte. Não sou da parte que quer se apropriar de determinado momento para criar um constrangimento ou fazer um pré-julgamento de quem quer seja. Estamos buscando a verdade, e acho que para nós, do Partido dos Trabalhadores, esses esclarecimentos são importantíssimos.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Comungo da opinião da V. Ex^a.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – E V. S^a, que sabe como foi duro fazer esse Partido chegar aonde chegou, que sabe também quão difíceis tem sido esses momentos para todos nós, há de compreender que cada um de nós tem um pouco de responsabilidade para resolver essas questões e esclarecer esses fatos.

Esse é o objetivo desta CPI, mas o esclarecimento deve ser de tal maneira que se deixe que oportunistas – outros que participaram de momentos diversos e não muito recomendáveis da vida republicana – venham querer tirar do Partido dos Trabalhadores a sua “casquinha” e se apresentar como arauto da moralidade e da ética. Não vamos jamais justificar erros do nosso Partido com erros dos outros e também não vamos permitir que alguns queiram fazer da nossa história o espaço para tentar limpar a lama do seu passado. Então, eu reconheço que...

Não, Deputada Zulaiê Cobra, V. Exª não precisa vestir nenhuma carapuça. Não estou me dirigindo especificamente a V. Exª. Sabe que eu estou falando aqui da vida política deste País e que a seriedade, a integridade e a honestidade nossa não podem deixar de perder essa oportunidade para esclarecer o que passamos e vivemos neste País.

Queremos, com esta CPI, inclusive investigar. Muita gente, muita coisa ainda vai surgir. E eu acho que inclusive até por essa desgraça por que o PT entrou vai permitir que nós possamos dar uma contribuição em relação a esses acontecimentos da vida política nacional. Às vezes, alguns querem apropriar-se. Eu até compreendo a oportunidade política do momento de fazer isso, mas nós não podemos permitir que isso seja feito sem que haja o objetivo principal desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é buscar investigar e trazer a verdade e fatos outros que, juntos com este, nos permitirão caminhar para uma efetiva contribuição na vida republicana do País.

Sr. Presidente, diante dos esclarecimentos, sinto-me contemplado com as outras perguntas já feitas e as respostas dadas.

Eram essas considerações que eu tinha. Muito obrigado.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA) – Concluída a participação do Deputado Fernando Ferro, concedo a palavra ao Deputado Gastão Vieira.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, eu gostaria de começar, perguntando ao Sr. Manoel Severino se ele foi candidato a Prefeito em Petrópolis.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não, Excelência. Eu não fui candidato a Prefeito em Petrópolis, até porque seria incompatível. Eu fui Presidente da Casa da Moeda. Eu era Presidente da Casa da Moeda.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Eu estou falando antes. Eu não estou falando no presente.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Ah, desculpe-me.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Nunca foi candidato?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não, nunca fui... Fui, sim, Excelência. Fui candidato a Vereador em 2002.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Ganhou ou perdeu?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Perdi, infelizmente.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Quem financiou a sua campanha?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – (Risos.) Quem financiou a minha campanha? Foi feito na época em que a gente fazia campanha com mimeógrafo a álcool, fazendo teatro de invisível, enfim.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Muito obrigado.

Quanto a campanhas, além da campanha da Benedita da Silva, o senhor participou de outras campanhas no Rio de Janeiro?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Participei.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – O senhor podia dizer qual?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu participei... De todas as campanhas majoritárias que tiveram no Rio de Janeiro, eu participei. Todas! Não tem uma campanha que tenha tido no Rio de Janeiro que eu não tenha participado.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – No Estado todo?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – No Estado todo?

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Sim. Eu estou lhe perguntando em quantas campanhas.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Geograficamente, no Estado todo?

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Sim. Quais os municípios de que o senhor participou?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não, não. Ou seja, eu não deixei de participar de nenhuma campanha do Presidente Lula. Eu não deixei de participar de nenhuma campanha majoritária que ocorreu desde o processo de redemocratização do País.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Participou da campanha de Niterói?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não, Excelência.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Nova Iguaçu?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Agora eu estou entendendo a pergunta do senhor.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Nova Iguaçu, participou?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não, não.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Paracambi? Niterói?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – A campanha de...

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Mesquita?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Vou responder. Da campanha de Niterói, eu não participei. Da campanha de Paracambi, apesar de o Prefeito André Ceciliano ser meu amigo pessoal, eu não participei. Da campanha de Mesquita, eu não participei. A campanha de Nova Iguaçu... Eu tive na campanha de Nova Iguaçu, na ocasião da campanha, por duas vezes apenas, fora do meu horário de trabalho, fora do meu horário de trabalho. Na campanha de Niterói, eu não estive nenhuma vez, durante a campanha.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Mas o senhor não participou? Eu fiquei com a impressão...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Pois não, Excelência.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – ...de que o senhor era um coordenador de campanha profissional, um homem que realmente gostava de cuidar disso e de arrecadar recursos para esse tipo de atividade política. Mas eu queria lhe perguntar outra coisa: o senhor não é amigo do Sr. Marcelo Sereno? Não foi ele que lhe indicou? O senhor não tinha com ele nenhuma relação? Foi isso que o senhor quis dizer.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu não disse aqui, em momento nenhum, que não era amigo do Marcelo Sereno. Vou dizer para V. Ex.^a porque é importante. Conheço o Marcelo Sereno há 25 anos. Sou amigo dele. Agora eu sou responsável pelos meus atos, assim como ele deve ser responsável pelos atos dele.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Eu não estou lhe perguntando isso. Eu estou lhe perguntando se o senhor é amigo íntimo dele ou não.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Sou amigo dele.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Íntimo?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Amigo.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Amigo político íntimo?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Sou amigo dele.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Qual era a distância da sua sala e da dele, quando ambos eram secretários lá no Palácio da Guanabara?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Distância de uns 30 minutos de carro.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Do Palácio da Guanabara? Ele era Secretário do Governo; o senhor, Secretário de Articulação, e o senhor tinha uma distância de...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Trinta minutos de carro, Excelência.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Trinta quilômetros?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Exatamente. Eu ficava...A minha sala era no Palácio Laranjeiras, e o Marcelo Sereno, como Secretário Executivo do Gabinete da Governadora, ficava instalado no centro da cidade. Imagino que de Laranjeiras...

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – A Governadora despacha onde?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – A Governadora, como governadora, despachava no Palácio Laranjeiras.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Quer dizer que o Secretário de Governo não despachava perto...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Secretário-Executivo.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Mas isso é irrelevante.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu posso explicar para o senhor.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Não, eu não quero que o senhor explique. As pessoas já entenderam que, na verdade, o senhor não quer responder nem as perguntas mais simplórias.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu quero responder. V. Ex.^a é quem não quer que eu explique, Excelência.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – O senhor vai demorar, vai gastar meu tempo com uma coisa que só teria significação se o senhor fosse minimamente verdadeiro.

O senhor administrou...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Mas eu fico aqui até meia-noite para esclarecer todas as questões de que tenho conhecimento.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Mas eu só tenho dez minutos e vou ficar aqui mais cinco minutos.

O senhor administrou o fundo de pensão da Cedaes*?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, eu fui Secretário Extraordinário de Articulação Governamental de abril até final de julho, início de agosto. Não participei de Conselho de Administração da Cedaes. Como V. Ex^a sabe, para indicar alguém para o Fundo de Pensão da Cedaes, tem norma, tem conselho deliberativo. Eu não participei de gestão, nem de indicação de quem quer que seja para o Fundo de Pensão da Cedaes.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – O senhor não teve nada a ver com aquele prejuízo de vinte milhões com papéis de pouca aceitação de mercado que foi dado no fundo do Cedaes? O senhor não fez isso?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não tenho conhecimento sequer que houve esse prejuízo, Excelência.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Diga-me uma coisa: por que o senhor foi parar na Casa da Moeda? Um homem que é escolhido por unanimidade do partido, um homem que tem a confiança de todos os partidos? Por que o que senhor não preferiu ser diretor da Petrobras, daquelas grandes empresas no Rio de Janeiro e preferiu ir para a Casa da Moeda?

Como o senhor não vai responder, eu vou deduzir. Será que não é porque na Casa da Moeda a inegibilidade de licitação era muito fácil? É muito fácil encontrar empresas altamente especializadas para fornecer um papel com muita segurança, tinta de um só fornecedor. Será que o senhor não foi para na Casa da Moeda porque ali havia excelentes condições para não se fazer licitações? Passaportes, selo de cigarros, enfim, por que Casa da Moeda e não Petroquímica, diretoria da Petrobras, enfim, tantas coisas que o Governo Federal tem no Rio de Janeiro?

Por que uma pessoa, “assim tão unanimidade dentro do partido” optou pela Casa da Moeda? Por quê? O senhor poderia dar uma explicação para isso?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – O senhor fez a pergunta e disse que ia mesmo responder. O senhor considerou respondida.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Olha, eu não disse isso. Eu quero que o senhor me trate com a mesma seriedade com que estou lhe tratando, embora a minha vontade seja não fazê-lo. Me trate... Eu lhe fiz uma pergunta.

Por que tendo a unanimidade do seu partido, o senhor não optou por ser diretor da Petroquímica, diretor disso, diretor daquilo e quis se dirigir exatamente para um órgão altamente técnico, que tem uma única função: cuidar do papel-moeda do País? Eu lhe fiz uma pergunta simples. O senhor responda ou não.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, eu tenho um profundo respeito por V. Ex^a, assim como por todos os membros...

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – O senhor não me conhece tanto quanto não conhece o Marcelo Sereno. Desculpe-me.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, eu coloquei o meu nome para ser Presidente da Casa da Moeda, para ocupar um cargo na Casa da Moeda e, de preferência, de Presidente da Casa da Moeda, assim como coloquei meu nome para ocupar outro cargo que fosse possível. Está certo? Agora não em função das questões que o senhor coloca, porque as facilidades que, supostamente, existem de ter apenas um fabricante de tinta na Casa da Moeda e apenas um fabricante de papel não foi questão que eu criei.

Foi em função da decisão...

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Por favor, eu lhe fiz uma pergunta. Por que o senhor chegou para a cúpula do partido, dizendo que lhe interessava ir para a Casa da Moeda? Que não lhe oferecessem outra coisa no Rio de Janeiro.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Mas essa é uma afirmação que V. Ex^a está fazendo. Eu estou dizendo para V. Ex^a que coloquei o meu nome para ocupar o cargo na Casa da Moeda, agora poderia ocupar qualquer outro cargo de direção que tivesse no Rio de Janeiro. Eu só não queria, se o meu nome pudesse ser aproveitado, vir para Brasília. Eu preferia, se o meu nome pudesse ser aproveitado para ocupar algum cargo e contribuir com o Governo Federal, que fosse em alguma empresa do Rio de Janeiro.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Eu vou passar para a pergunta seguinte.

O senhor não tinha intimidade com Marcos Valério. É uma extrema coincidência que vocês se olhassem em lugares “públicos”, Hotel Glória, Aeroporto Santos Dumont, era uma coincidência que o senhor se deslocasse no intervalo do seu tempo e aceitasse se encontrar com o Sr. Marcos Valério em lugares que ele determinava. Não será que havia, ao contrário do que o senhor tentou passar, uma subordinação sua a Marcos Valério, ou seja, o senhor fazia o que ele queria e não uma adaptação da vida dele à sua agenda? E não consigo entender por que três vezes, tendo uma sede da Casa da Moeda no centro do Rio de Janeiro, o senhor ia encontrar com ele no Hotel Glória.

Depois, podia até ser um encontro casual ali no Santos Dumont, mas na fila de avião, sobe e vai para o 14 Bis, que é um restaurante discreto que tem ali, sobe-se numa escada grande no Aeroporto Santos Dumont. Realmente não consigo entender. Como os outros, vou lhe dizer uma coisa. Acho que está na hora de se co-

laborar com esta Comissão. Até porque quanto mais rápido nós punirmos os corruptores, porque até agora estamos punindo somente os que foram corrompidos, fica melhor para todo mundo. Mas o senhor que parece ser um polvo, ter um tentáculo no Rio de Janeiro, que fazia todas as operações, o senhor foi coordenador da campanha de 2002. Quanto o senhor recebeu de empreiteira para campanha de 2002?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Se V. Exª me permitir, eu não tenho condição de passar essa informação de cabeça.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – É difícil. Uma pessoa que faz a campanha, que manda a prestação de contas para o Tribunal Eleitoral, não sabe quanto arrecadou de empreiteira. O senhor arrecadou R\$900 mil de empreiteira da campanha de 2002.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Porque V. Exª pegou a prestação de contas, que era o que eu ia me comprometer com V. Exª, somar e passar para V. Exª.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Comprometer?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Agora, de cabeça, aqui, eu não me lembro quanto foi.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Novecentos mil reais. E fecha a prestação de contas de 2002 nos R\$2,6 milhões. Por que na lista de Marcos Valério tem de novo uma soma que dá R\$2,6 milhões? Aqueles R\$100 mil, já que a prestação de contas foi de R\$2,6 milhões, o senhor ficou com esses R\$100 mil?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, a arrecadação para a campanha majoritária de 2002 foi feita toda no Rio de Janeiro.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Todas as empreiteiras, embora a OAS esteja aqui, outras empreiteiras, a doação foi toda feita no Rio de Janeiro.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – No Rio de Janeiro, Excelência.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Para ser mais claro, quase R\$900 mil só de dinheiro de empreiteira, fechando em R\$2,6 milhões. O valor que o senhor disse aqui e que coincide com o valor que está na lista de Marcos Valério. Então quero entender. Ou a campanha custou mais, ou então alguém não usou o dinheiro das empreiteiras. É uma coisa importante a ser esclarecida. Porque a base que o senhor dá para nós é de que não recebeu dinheiro de Marcos Valério. A soma de Marcos Valério em 2003, em 2004, vai dar R\$2,6 milhões. A prestação de contas entregue no TSE do Rio de Janeiro dá R\$2,6 milhões. É o mesmo valor. Eu só queria que o senhor me esclarecesse. Um dos dois dinheiros sumiu.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, é simples de esclarecer. A campanha eleitoral de 2002 acontece em 2002. As despesas contraídas em 2002 têm que ter fruto de recursos e de arrecadação de acordo com a lei feita em 2002. Aquele volume de recursos arrecadados em 2002, foram recursos arrecadados, e foi prestada conta.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA) – O tempo está esgotado, nobre Deputado.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – O que existe com relação à lista são outras datas de outras questões e nego veementemente que estive em alguma agência do Banco Rural e que fui receptor desse tipo de recurso. Não tem nada a ver com a campanha de 2002.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Eu vou lhe dar de presente uma xerox da prestação de contas que foi apresentada no TRE do Rio de Janeiro, que dá exatamente o mesmo valor dos saques que foram feitos pelo dinheiro que também foi entregue aqui pelo Sr. Marcos Valério. Vou lhe dar de presente. Eu pensei que um homem que viesse para cá com dois advogados, para um interrogatório nesta CPI, trouxesse pelo menos a prestação de contas que coordenou no Rio de Janeiro, porque fatalmente alguém lhe faria esta pergunta.

Mas agradeço, Sr. Presidente, pela benevolência.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA) – Agradeço a participação de V. Exª, Deputado.

Passo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi, Rio Grande do Sul.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – Antes de perguntar ao Sr. Manoel, faço uma observação. O nosso brilhante e correto Deputado Ferro, de Pernambuco, ao interrogar o Sr. Manoel falou da desgraça que se abateu sobre o PT este ano. Usou exatamente essa frase: a desgraça que se abateu sobre o PT este ano. Será que o Lula está no Partido do Ferro? O Ferro está no partido do Lula? Pelas declarações do Presidente Lula ontem, tudo o que vimos há quatro meses, que o Brasil viu, que a imprensa denunciou, que os amigos do Lula denunciaram, foi denunciismo, fofoca de comadre, fofoca de sogra, que abalou a moral dos deputados e essa moral nunca mais vai ser recuperada. Nada aconteceu para o Lula, e para o Fernando Ferro é desgraça. Qual é o mundo em que os dois vivem?

Sr. Manoel Severino, quando o Deputado José lhe perguntou o Sr. se exasperou, mas vou voltar à questão. Como o senhor controlava a emissão de dinheiro? Eu sou um cidadão comum e quando li, na minha cidade, a denúncia de que o Sr. Manoel Severino cuida do dinheiro do Brasil, emissor de moeda e medidor de

moeda, recebeu dois e setecentos de dinheiro sujo do Valério. O senhor está negando, mas cuida do dinheiro. A que ponto chegou a administração pública federal do Presidente Lula! Tive essa reação. E saí naquele final de semana para visitar municípios, e foi a mesma reação. Não vou citar ditado de gaúcho, mas eu senti isso: a mesma reação. A que ponto se chegou!

Como o senhor controlava a emissão de moeda? Qual era a empresa que auditava? Como o senhor aprendeu a controlar? O senhor lá, não tinha experiência, foi convidado – ou foi colocado – no esquema de arrumar dinheiro para campanha do Lula e para o projeto de poder facista de 20 anos, o que envolvia muito dinheiro. E o senhor preparado, muito preparado – e está mostrando isso aqui –, pode ter sido colocado lá. Quarenta, cinquenta vezes viu o Delúbio, amigo do Delúbio. Casualmente, casualmente, o Sr. Valério foi oferecer serviços e casualmente produtos de publicidade, como o senhor disse. Eu, como cidadão e como Deputado, desconfio.

Como é controlado, que auditoria tem, como o senhor controlava? Como era feita a emissão de moeda? Conta para nós nesse curto espaço de tempo.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – A emissão de moeda é feita sob encomenda, de acordo com as demandas de suprimento, de necessidade do meio circulante. A Casa da Moeda imprime e cunha moedas, e o nosso cliente principal é o Banco Central. Então, todo o ano, de acordo com a necessidade de suprimento do meio circulante, em função da quantidade de cédulas que ficam desgastadas e têm que ser retiradas de circulação, ou seja, estabelece-se a quantidade de produção de emissão de novas cédulas e de novas moedas que têm que ocorrer.

Todo o sistema de produção da Casa da Moeda, além de toda a segurança que há para se ter acesso, é informatizado. Todas as máquinas têm contadores automáticos, assim como é no mundo inteiro.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – A auditoria, como é feita?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – A auditoria é feita...

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – Se o Banco Central encomendar 5 milhões de notas de R\$100,00 – que não existe, só nos falcões do PT –, como é controlado? Vem o pedido para a Casa da Moeda, ninguém audita, quem audita e qual é a empresa ou auditoria interna ou externa?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Nós funcionamos em três turnos e as máquinas, como já falei, têm contadores automáticos; há sistema de segurança, de visualização de circulação das pessoas que ali trabalham o tempo inteiro; a contagem é feita

por turno. Além disso, o dinheiro sai da Casa da Moeda nas quantidades solicitadas e produzidas a pedido do Banco Central, são contadas no Banco Central. O dinheiro sai da Casa da Moeda, em Santa Cruz, vai para o Departamento de Meio Circulante, no Rio de Janeiro, e, de lá, é distribuído para suprir o conjunto do meio circulante no Brasil inteiro.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – Tem empresa de auditoria?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Empresa de auditoria? Não.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – Que fazem auditoria do trabalho na Casa da Moeda? Auditoria externa?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não, não.

Não existe auditoria externa.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – Não existe auditoria externa na Casa da Moeda?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – E nunca existiu.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – E interna?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Interna... Existe auditoria interna. Existe controle de qualidade. Volto a dizer: os equipamentos todos, as máquinas todas são máquinas com contagem automática.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – Por que não existe auditoria externa?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Ou seja, não existe controle... Se eu não estou enganado – fiz apenas duas viagens internacionais por conta da minha atividade na Casa da Moeda –, mas, se eu não estou enganado, não é um tipo de procedimento em nenhuma casa impressora de cédulas do mundo ou pelo menos na grande maioria. Talvez por motivo de segurança, talvez em função da sofisticação dos equipamentos, da contagem automática, ou seja, da checagem, da auditoria operacional, feita em cada turno, ocorra dessa forma.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – Quantas vezes o senhor se encontrou com o Marcelo Sereno e o Delúbio juntos?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Quantas vezes eu encontrei com o Marcelo Sereno e o Delúbio Soares juntos? Não me recordo, mas deve ter sido muito poucas vezes.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – Está bom.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Concluída a participação dos senhores titulares e dos senhores suplentes, passamos às reinscrições.

Permuta minha reinscrição e convido o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tenho quantos minutos?

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Três minutos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Vou usar um minuto e meio para fazer as questões e deixarei um minuto e meio para que o Sr. Manoel possa respondê-las.

Por que V. Ex^a solicitou à Controladoria-Geral da União uma análise especial nestes quatro processos: da Sicpa Brasil Indústria de Tintas e Sistemas, na Sicpa Brasil Ltda. Ágio e na Concorrência nº 06, de 2005? V. S^a já tem o resultado dessa análise especial feita pela Controladoria-Geral da União? Essa é a primeira pergunta.

A imprensa publicou que o Sr. Jerry Simões, Secretário de Fazenda do Município de Mesquita, teria dito que o senhor teria conhecimento do caixa dois e sabia que o subsecretário da cidade, Carlos Chaves, havia retirado R\$100 mil das contas de Marcos Valério. O que o senhor diz disso? Que relação o senhor tem com o Sr. Carlos Chaves? Essa é a segunda pergunta.

O Sr. Jerry diz também que o dinheiro sacado, publicado na imprensa, pelo subsecretário não foi usado no financiamento da campanha do Prefeito. Gostaria de que V. S^a pudesse dar informações sobre essas questões.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Com relação ao pedido de inspeção especial feita pela Controladoria-Geral da União, isso se deu em função do conjunto de acusações – talvez não seja o termo –, ilações com relação a eventuais atos irregulares praticados por mim na Presidência da Casa da Moeda. É uma forma de que, ao ser feita a inspeção especial, se provando exatamente o contrário, eu possa tomar posteriormente algumas medidas que eu julgue necessárias e importantes para esclarecer aquilo que eu, inclusive, pensava que fosse possível esclarecer aqui e que não tive tempo de esclarecer.

Com relação ao Sr. Carlos Roberto Chaves, foi a pessoa que pegou os R\$100 mil, que eu disse aqui que autorizei o Sr. Carlos Manoel; ele foi uma das pessoas que participaram da campanha de 2002, da qual eu fui um dos coordenadores. Ele é contador, fecha a contabilidade da campanha – está certo? – militante do Partido, eu o conheço há dez anos. Depois, por ocasião da campanha de Prefeitura, ele foi convidado, pelas qualificações que tem, a ser subsecretário

de Fazenda lá de Mesquita. Agora, o Carlos Manoel o autorizou, não sei por que cargas d'água, para pegar os recursos que eu autorizei que viessem para saudar aquelas dívidas. Ele delegou a outra pessoa.

O Sr. Carlos Roberto, não nego que o conheço, não sabia que o Sr. Carlos Manoel tinha pedido para que ele fosse retirar os recursos, está certo? Agora, segundo as informações do Sr. Carlos Roberto e as informações do Sr. Carlos Manoel, nada daqueles recursos foram utilizados para a campanha do Prefeito Artur Messias lá em Mesquita.

Tem outra pergunta que o senhor fez que não está...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É a acusação do Jerry.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – ... do Sr. Jerry. Já procurei o Sr. Jerry para verificar se aquele tipo de declaração ele tinha feito para os jornais; ele negou, assim como eu nego aqui. Eu não tinha conhecimento, eu pedi ajuda à direção nacional, não sabia que os recursos tinham origem, na origem agora, que depois dessa publicidade toda fiquei sabendo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Dessa inspeção especial, se da Controladoria...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Infelizmente, ainda não tive resultado. Assim que tiver o resultado, se esta Comissão Parlamentar ainda estiver em funcionamento, vou fazer questão de encaminhar e especialmente encaminhar a seu gabinete, Deputado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Obrigado.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Com a palavra o ilustre Deputado João Correia.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Manoel Severino...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Pois, não, Excelência...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – ... apenas duas questões para matar a ansiedade, digamos, do que não conseguimos resolver e extrair de seu depoimento. O Sr. Delúbio Soares, que antes era um homem muito respeitado, muito bem quisto, muito poderoso, hoje é jogo de azar; hoje ele é carta marcada. Pergunto ao senhor o seguinte: na conversa que V. S^a teve com Marcos Valério, segundo seu depoimento, no meio da conversa, Marcos Valério então referiu, perguntou se V. S^a conhecia o Delúbio Soares. Eu pergunto com sinceridade: o Marcos Valério não chegou lá se apresentando em nome do Delúbio Soares, no primeiro ato da conversa com V. S^a, como uma espécie de “Abre-te, Sésamo!”? Essa é a primeira pergunta que quero colocar.

A segunda questão é a seguinte: V. S^a, um homem experimentado, fundador do Partido dos Trabalhadores, administrador de empresa, mora numa cidade grande, importante culturalmente, V. S^a não sabia da natureza específica, singular, absolutamente singular da Casa da Moeda, onde são impressas as efígies, onde é impresso o papel-moeda neste País? Ao assumir a Presidência da Casa da Moeda, V. S^a já estaria automaticamente impedido até de ter qualquer tipo de contato com seu Partido, com aliados etc. Por quê? Porque o cargo de guardião da moeda é um cargo, enfim, mais do que honorífico, ele é um cargo estratégico para a República. Por que então V. S^a continua a ter esses tipos de relacionamentos chinfrins e extremamente promíscuos?

Gostaria de que V. S^a pudesse me responder essas questões.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Com a sinceridade que V. Ex^a me pede para responder à primeira pergunta e levando em consideração inclusive o compromisso que assumi aqui de falar a verdade sobre os fatos de que tenho conhecimento, eu digo: Marcos Valério falou lá dos seus negócios, da sua experiência profissional, das suas empresas e comentou sobre o Delúbio, perguntou se eu conhecia, eu disse que conhecia e apenas isso, com toda a sinceridade que V. Ex^a me pede.

Com relação à pergunta que V. Ex^a faz, eu atendi o Sr. Marcos Valério assim como atendi diversas outras pessoas que procuravam no sentido de prestar serviço ou no sentido de denunciar a existência de obstáculo para cadastramento e credenciamento de produtos que pudessem ser fornecidos à Casa da Moeda. Acho que isso, à medida que o Presidente tem agenda, é papel dele estar discutindo, estar verificando se tem óbice, se tem alguma igreja, se tem alguma proteção, de forma que o conjunto das empresas que se mostrem capazes de ampliar o leque de cadastro da empresa possa ter condição de participar de licitação. Quanto mais empresas cadastradas com competência para participar de licitação numa empresa como a Casa da Moeda, melhor será o resultado dessa futura licitação. Não acho que tenha incompatibilidade nenhuma; incompatibilidade há o que se faz, o que se negocia, o que se fecha e não existe nenhum ato ímprobo, nenhuma irregularidade que eu tenha cometido enquanto Presidente da Casa da Moeda.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, só para fazer a pergunta final.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA) – Às ordens, nobre Deputado.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – V. S^a pediu demissão da Casa da Moeda, como disse o Ministro,

sendo o homem mais inocente que eu já vi dos que vieram depor aqui. Surpreendentemente, o Ministro Palocci, seu superior, aceitou também, **incontinenti**, o seu pedido.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Respondo isso a V. Ex^a.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Por que, então, V. S^a fez o pedido e ele foi tão prontamente aceito, se V. S^a era, de fato, inocente e se as suas relações eram normais no que tange aos contatos com os Partidos, as empresas etc.?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Falou-se aqui de irregularidade no contrato com a Marte Engenharia; falou-se aqui em irregularidade no contrato com a Sicpa; falou-se aqui em irregularidade no contrato com passaporte. Qual é o tempo e a oportunidade que eu tive, que eu achava que teria, de esclarecer aqui esses atos praticados por mim na Casa da Moeda? Imaginem a imprensa, diante do momento político que vivemos! E eu, ocupando o cargo de Presidente da Casa da Moeda, com a importância que ele tem, vinculado ao Partido dos Trabalhadores, que muito me orgulha ter sido fundador?

Essa empresa é guardiã e representa a independência do nosso País que, infelizmente, somente aconteceu em 1980, no sentido de poder o nosso País fabricar o nosso dinheiro; é uma empresa subordinada ao Ministério da Fazenda, guardião deste Governo. Com todas as ilações que foram feitas, eu esperava ter a oportunidade de, sobre as denúncias de atos praticados com relação a contratos na Casa da Moeda, neste espaço aqui, ter condições de, de forma detida, esclarecer. Não tive. Imaginem no caldeirão político!... Em nome do orgulho que eu tive de assumir a Presidência da Casa da Moeda, em função do orgulho de assumir aquelas funções, eu coloquei o meu cargo a disposição, principalmente, para não denegrir, no meio da crise política, em que meu nome era associado, principalmente pela importância do cargo que eu ocupava, o papel do Ministério da Fazenda, como empresa subordinada ao Ministério da Fazenda.

Agora, para concluir, se V. Ex^a me permite, eu gostaria de deixar aqui – se pudesse ler para o senhores neste tempo que falta aqui – uma questão que muito me orgulha. Existe sindicato na Casa da Moeda...

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA) – O tempo... V. Ex^a vai ter oportunidade para...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Muito rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA) – Ainda falta mais uma inquirição.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Ok.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Concluído, Deputado?

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Perfeito.

to.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Último inscrito sou eu...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Desculpe, Sr. Presidente. Desculpe-me a emoção, mas não é nenhum desrespeito a sua pergunta. Enfim, eu tive muito orgulho de participar daquela empresa e não gostaria de ter saído.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Faça as últimas perguntas, ilustre depoente.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Pois

não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Eu perguntaria se V. S^a tem um apartamento em Todos os Santos, na Zona Norte do Rio.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Tive

um apartamento em Todos os Santos, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Todos os Santos, não. Caxambi, em frente ao Norte Shopping, na região da Leopoldina do Rio de Janeiro, comprado por meio do sistema financeiro.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– V. S^a vendeu a quem esse apartamento?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Vendi... Vendi ao Sr. Gustavo. Se V. Ex^a quiser, eu me comprometo a, imediatamente, encaminhar a escritura de compra e venda do apartamento e a declaração do Imposto de Renda em que consta a transação realizada.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– A quem V. S^a vendeu?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Ao

Sr. Gustavo.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Gustavo de quê?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu

gostaria...

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Não sabe o sobrenome.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Eu sei o sobrenome, sim, senhor. Chama-se Gustavo Junqueira. Eu apenas não gostaria de expor, numa situação como essa, o nome da pessoa que comprou o apartamento. Tanto é que estou me comprometendo encaminhar imediatamente a escritura de compra e venda do apartamento, Excelência. Eu não tenho nada para esconder.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– O senhor conhece Sr. Carlos Roberto Macedo Chaves?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Conheço. Já falei aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Ele morou nesse apartamento?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Mo-

rou nesse apartamento.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Ou mora?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Não, morou no apartamento.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Por cessão de V. S^a?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Não. Ele morou no apartamento e pagou aluguel durante um ano e pouco. Depois, eu disse para ele que precisava vender esse apartamento porque eu precisava comprar um imóvel. Pedi um dinheiro emprestado a um amigo e depois passaria o dinheiro da venda do imóvel. O amigo disse que não iria me emprestar o dinheiro. Comprou o imóvel. Eu disse que tinha uma pessoa ali morando que era meu amigo. A pessoa que não me emprestou o dinheiro preferiu comprar o imóvel e então concordou que a pessoa ficasse morando lá, pagando as contas de condomínio, enfim, as contas de luz, enquanto arrumasse um local para morar.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Por que o condomínio ainda está em nome do Sr. Santos?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Por-

que não tinha contrato... Em nome de quem?

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– De V. S^a?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Por-

que não foi feito o contrato com a pessoa que estava lá. A pessoa estava morando no local até poder sair para outro local que arrumasse e aí o proprietário iria alugar, vender o apartamento, fazer o que quisesse fazer. Por isso o condomínio não saiu do meu nome. Mas pode ser provado, por meio da escritura de compra e venda, que eu estou falando a verdade.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– V. S^a disse que nas brechas das suas agendas V. S^a recebia o Sr. Marcos Valério; encontrava com o Sr. Marcos Valério. Qual era o horário de trabalho de V. S^a na Casa da Moeda?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – O

meu horário de trabalho na Casa da Moeda começava às 9h e teria de ir até às 17h, o que normalmente nunca acontecia. A demanda e a quantidade de trabalho na Casa da Moeda é muito grande.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Porque consta, nos registros, reuniões de V. S^a com o Sr. Marcos Valério justamente em horas que eram horas de trabalho.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Horários de almoço ou final de expediente, depois de 5h da tarde.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Não. Pelo contrário. No dia 20/11/2003 V. S^a encontrou com ele às 9h30min. E no dia 27/11 às 16... E às 16h do dia 8/12/2003. Então, não é hora nem de almoço...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

8/12/2003 qual o horário?

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Às 16h.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Finalzinho de expediente.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Não é finalzinho de expediente. E como 9h30min também não é fora do expediente.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Antes de ir para o trabalho. Certamente, nesse dia eu trabalhei até mais tarde, assim como trabalhava diversas vezes.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– É incrível como as coisas são arrumadas nos depoimentos. Mas nós todos aqui...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

V. Ex^a vai me permitir fazer a leitura?

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Vou, sim, permitir, se V. S^a permitir que a Presidência dirija os trabalhos.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Eu pensei que V. Ex^a fosse encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– É incrível que isso aconteça dessa maneira, com seus depoentes tendo a mesma versão, todos eles, arrumada por uma estratégia; talvez toda ela arrumada pelos mesmos advogados. Mas nós haveremos de chegar ao final desta CPMI com as informações precisas, para que o Sr. Relator possa realmente realizar um relatório que seja aquilo que toda a Nação brasileira espera.

Mas eu deixo V. S^a, a pedido, para a leitura de documento a que se propõe.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Eu vou passar às suas mãos, Presidente.

Após o meu desligamento da Casa da Moeda... A Casa da Moeda tem um sindicato, o Sindicato Nacional dos Moedeiros, que é um sindicato único. Tem a Associação de Funcionários. Portanto, há duas entidades representativas.

Eu recebi o que vou passar a ler. A despeito de várias notas de jornal falando da minha incompetência e desqualificação para ser Presidente da Casa da Moeda.

Querido Presidente Manoel Severino,

Vosso inesperado desligamento da Casa da Moeda nos tomou de surpresa e nos deixou bastante pesarosos.

No vosso breve e emocionante discurso de despedida o senhor mostrou coragem e firmeza e soube controlar a emoção e conter lágrimas. Entretanto, não soubemos, se pode observar, que nós moedeiros, na maioria, sem a mesma experiência, não conseguimos conter as lágrimas provocadas não apenas pelo sempre emocionante ato de uma despedida, mas principalmente pela sensação de perda. Perda de um Presidente que não apenas se empenhou na melhoria do desempenho da CMB, mas que se identificou com a cultura e demandas dos seus funcionários e teve a coragem e determinação para tomar as medidas que se faziam necessárias.

Hoje nos sentimos mais valorizados, fortalecidos e encorajados a continuar a defender os interesses dessa instituição da qual muito nos orgulhamos.

V. S^a também, com certeza, não pôde ouvir nossos comentários e lamentações, alguns dos quais transcrevemos abaixo: 'Ele fez muito pelos funcionários', 'ele é o melhor Presidente que a CMB já teve', 'ele fez uma administração participativa', 'ele fortaleceu o controle ambiental', 'ele abriu novos mercados para a CMB', 'ele se preocupou com a saúde e a segurança dos trabalhadores', 'ele é muito humano'.

Gostaríamos que soubesse de nossa grande admiração pela vossa competência e espírito público e de nossa eterna gratidão pelo trabalho prestado à nossa CMB. Esteja certo de que, embora a sua permanência aqui tenha sido breve, a transformação realizada na CMB gerará frutos por longo tempo.

Desejamos que encontre novos espaços onde possa dar a mesma contribuição. Conte com nosso carinho e solidariedade nos momentos de solidão."

Passo às mãos do Presidente.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Concedo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) –

O Sr. Manoel Severino abriu mão do seu sigilo fiscal, telefônico e bancário. Esse fato ficou registrado? Ele precisa assinar? Qual é o procedimento?

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Ele já encaminhou documento nesse sentido.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA) – Então, não havendo mais nenhum Sr. Parlamentar inscrito e nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 26 minutos.)

ATA DA 24ª REUNIÃO REALIZADA EM 5 DE OUTUBRO DE 2005

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, às dez horas, na sala 06, da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Amir Lando e ainda com as presenças dos Senadores José Jorge, Romeu Tuma, Rodolpho Tourinho, Wellington Salgado de Oliveira, Ana Julia Carepa, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Sérgio Zambiasi, Álvaro Dias, Arthur Virgílio, Valdir Raupp, Serys Shhessarenko, e João Ribeiro, e dos Deputados Luiz Couto, Odair Cunha, Devanir Ribeiro, João Correia, José Rocha, Moroni Torgan, Júlio Redecker, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, José Carlos Araújo, Fernando Coruja, Paulo Baltazar, Daniel Almeida, Eduardo Valverde, Zico Bronzeado, Darcísio Perondi, Pedro Canedo, Neucimar Fraga, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 01/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS”. Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 24ª reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). O Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina a apreciação de inúmeros requerimentos e à oitiva do Sr. José Luiz Alves. O Sr. Presidente passa a palavra ao Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, para encaminhar à análise, discussão e votação dos requerimentos apresentados pelos membros da Comissão. Procedeu-se à votação nominal, tendo sido aprovados por 23 votos favoráveis, os seguintes requerimentos que tratam da transferência – quebra de sigilo bancário: do Deputado Moroni Torgan, **Requerimento 587**, da Bônus Banval Corretora de Câmbio, Títulos e Valo-

res Mobiliários, com o fito de identificar, no mercado financeiro, com quem a referida corretora operou em transações de compra ou venda de títulos da dívida pública – NTN-B e NTN-C, para o GEAP; **Requerimento 588**, da Clicktrade Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, com o fito de identificar, no mercado financeiro, com quem a referida corretora operou em transações de compra ou venda de títulos da dívida pública – NTN-B e NTN-C, para o GEAP; **Requerimento 589**, da Dillon S. A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com o fito de identificar, no mercado financeiro, com quem a referida corretora operou em transações de compra ou venda de títulos da dívida pública – NTN-B e NTN-C, para o CENTRUS; **Requerimento 590**, da ELITE CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, com o fito de identificar, no mercado financeiro, com quem a referida corretora operou em transações de compra ou venda de títulos da dívida pública – NTN-B e NTN-C, para o GEAP; **Requerimento 591**, da Euro Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.ª, com o fito de identificar, no mercado financeiro, com quem referida corretora operou em transações de compra ou venda de títulos da dívida pública – NTN-B e NTN-C, para o POSTALIS; **Requerimento 592**, da Millenium Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.ª, com o fito de identificar, no mercado financeiro, com quem a referida corretora operou em transações de compra ou venda de títulos da dívida pública – NTN-B e NTN-C, para o GEAP; **Requerimento 593**, da Nominal Distribuidora de Títulos Mobiliários Ltda, com o fito de identificar, no mercado financeiro, com quem a referida corretora operou em transações de compra ou venda de títulos da dívida pública – NTN-B e NTN-C, para o CENTRUS; **Requerimento 594**, da PLANER Corretora de Valores S.A., com o fito de identificar, no mercado financeiro, com quem a referida corretora operou em transações de compra ou venda de títulos da dívida pública – NTN-B e NTN-C, para o SERPRO – Fundo Multipatrocinado; **Requerimento 595**, da Quantia Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, com o fito de identificar, no mercado financeiro, com quem a referida corretora operou em transações de compra ou venda de títulos da dívida pública – NTN-B e NTN-C, para o CENTRUS e GEAP; **Requerimento 596**, da SOCOPA-Sociedade Corretora Paulista S. A., com o fito de identificar, no mercado financeiro, com quem a referida corretora operou em transações de compra ou venda de títulos da dívida pública – NTN-B e NTN-C, para o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – POSTALIS; **Requerimento 597**, da Walpires S. A. CCTVM, com o fito de identificar, no mercado financeiro, com quem a referida corretora operou

em transações de compra ou venda de títulos da dívida pública – NTN-B e NTN-C, para a SERPROS – Fundo Multipatrocinado; **Requerimento 598**, da Agenda Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com o fito de identificar, no mercado financeiro, com quem a referida corretora operou em transações de compra ou venda de títulos da dívida pública – NTN-B e NTN-C, para a PORTUS – Instituto de Seguridade Social; da Deputado Zulaê Cobra, o **Requerimento 577**, que requer a transferência – quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Manoel Severino dos Santos; da Senadora Ana Júlia Carepa, o **Requerimento 462**, que trata da transferência – quebra de sigilo dos HDs dos computadores apreendidos pela Polícia Federal na sede do Opportunity, por ocasião do processo originário do IPL e que se encontram à ordem do Juiz Titular da 5ª Vara Federal Criminal da Justiça Federal de SP; do Senador José Jorge, o **Requerimento 546**, que trata da convocação do Prefeito Municipal de Uberaba, Anderson Aduato; do Senador Rodolpho Tourinho, os seguintes requerimentos: **Requerimento 547**, em que solicita ao Presidente do Congresso Nacional acesso para pesquisa em todos os documentos da extinta CPMI do Banestado, para fins de identificação daqueles que possam ser de interesse da CPMI da “Compra de Votos”; **Requerimento 548**, que solicita os Relatórios de Fiscalização realizadas pelo TCU desde 1997 em contratos públicos firmados por órgãos e entidades das administrações direta e indireta, decorrentes de ações de iniciativa daquele órgão a partir dos fatos levantados pelas CPMI dos Correios ou “Compra de Votos”, ou originadas de Representação ou Denúncias, bem assim as planilhas e consolidações acerca das irregularidades ou impropriedades apuradas até a data da entrega desses trabalhos pelo Tribunal; **Requerimento 549**, que a CPMI do Correios coloque à disposição desta CPMI da “Compra de Votos” os seguintes documentos: a) Documentos não sigilosos nºs: 248, 313, 342, 343, 344, 349, 420, 434, 451, 500, 501, 556, 557 e 558; b) – Documentos sigilosos nºs: 8 a 14, 16, 17, 18, 20, 26, 27, 40, 50, 55, 56, 62, 64, 66, 76, 98, 108, 117, 118, 119, 121, 122, 130, 131, 132, 138, 149, 150, 152, 245, 248, 283, 449, 470, 483, 558, 634, 646 e 671; **Requerimento 550**, requer ao Ministério da Previdência Social – (MPS), para que solicite ao órgão competente que seja esclarecido pelos fundos de Previdência fechados PETROS, PREVI e FUNCEF, se a empresa Angra Partners atua, ou atuou, como intermediária em negociações envolvendo investimento de recursos dessas fundações; **Requerimento 551**, requer seja encaminhado ao Presidente do Banco Central pedido de informações que esclareçam se as contas C.C.5 dos bancos Rural, Trade Link Bank e Ru-

ral Europa S/A registram transações feitas pelos bancos Espírito Santo e MT Bank; **Requerimento 552**, requer seja encaminhado ao Ministro da Fazenda pedido de informações sobre o perfil da carteira do Instituto de Resseguros Brasileiro – IRB, no exterior – lastro para resseguros; **Requerimento 553**, requer seja encaminhado ao Presidente do Banco Central o seguinte pedido de informações sobre a movimentação financeira na modalidade Carta Circular nº 5 – C.C.5: 1) A relação dos lançamentos constantes em nome do Sr Marcos Valério, das empresas SMP&B, DNA, 2S Participações, Multi-Action ou de quaisquer outras empresas a ele ligadas nas contas C.C.5 dos bancos Rural, Trade Link Bank e Rural Europa S/A. 2) A relação dos lançamentos em nome da Garanhuns Empreendimentos e Export Trading nas contas C.C.5 dos bancos Rural, Trade Link Bank e Rural Europa S/A; **Requerimento 554**, requer seja encaminhado ao Presidente do Banco Central o seguinte pedido de informações sobre o Banco Santos: 1) Relação das operações de empréstimo realizadas nos últimos 2 anos – inclusive liquidadas/renovadas – de responsabilidade do Sr Marcos Valério e das empresas SMP&B, DNA, 2S Participações, Multi-Action ou de quaisquer outras a ele ligadas; 2) Confirmação, de forma detalhada, se todas as operações mencionadas na questão anterior foram realizadas com base nas condicionantes do M. N.I – Operações Vinculadas; 3) Levantamento da conta C.C.5 do banco e apuração de onde ela foi aberta, com o detalhamento de todas as movimentações financeiras eventualmente realizadas; **Requerimento 555**, requer seja encaminhado ao Presidente do Banco Central o seguinte pedido de informações sobre o Banco BMG: 1) Relação das operações de empréstimo realizadas nos últimos 2 anos – inclusive liquidadas/renovadas – de responsabilidade do Sr Marcos Valério e das empresas SMP&B, DNA, 2S Participações, Multi-Action ou de quaisquer outras a ele ligadas; 2) Confirmação, de forma detalhada, se todas as operações mencionadas na questão anterior foram realizadas com base nas condicionantes do M.N.I – Operações Vinculadas; 3) Levantamento da(s) conta(s) C.C.5 do banco e apuração de onde ela(s) foi(ram) aberta(s), com o detalhamento de todas as movimentações financeiras eventualmente realizadas; **Requerimento 556**, seja encaminhado ao Presidente do Banco Central pedido de informações de levantamento, da(s) conta(s) C.C.5 do Banco Rural Europa S/A e apuração de onde ela(s) foi(ram) aberta(s), com o detalhamento de todas as movimentações financeiras eventualmente realizadas; **Requerimento 557**, seja encaminhado ao Presidente do Banco Central, pedido de informações de levantamento, da(s) conta(s) C.C.5 do banco

Trade Link Bank e apuração de onde ela(s) foi(ram) aberta(s), com o detalhamento de todas as movimentações financeiras eventualmente realizadas; **Requerimento 558**, seja encaminhado ao Presidente do Banco Central o seguinte pedido de informações sobre o Banco Rural: 1) Relação das operações de empréstimo realizadas nos últimos 2 anos – inclusive liquidadas/renovadas – de responsabilidade do Sr Marcos Valério e das empresas SMP&B, DNA, 2S Participações, Multi-Action ou de quaisquer outras a ele ligadas; 2) Confirmação, de forma detalhada, se todas as operações mencionadas na questão anterior foram realizadas com base nas condicionantes do M.N.I – Operações Vinculadas; 3) Levantamento da(s) conta(s) C.C.5 do banco e apuração de onde ela(s) foi(ram) aberta(s), com o detalhamento de todas as movimentações financeiras eventualmente realizadas; **Requerimento 559**, requer seja encaminhado ao Ministro da Previdência e Assistência Social, Exmo Sr Nelson Machado, o pedido de informações sobre a Fundação SISTEL de Seguridade Social: 1) A relação da carteira de aplicações da SISTEL em títulos de renda fixa nos bancos Rural e BMG, mês a mês, nos últimos 2 (dois) anos; 2) O fornecimento de informações detalhadas sobre a carteira de aplicações, da SISTEL, nos casos em que houve administração terceirizada; 3) A listagem de todas as corretoras que operam no sistema financeiro com as quais a SISTEL trabalha nas negociações em mercado e os respectivos valores por elas transacionados; 4) A relação de todos os diretores e conselheiros de empresas em que a SISTEL tenha participação; 5) O fornecimento da relação das doações de campanha feitas pelas empresas citadas na questão anterior; 6) O detalhamento, por parte da SISTEL, das suas carteiras de ações e investimentos em fundos com valores de compra e venda de ações/cotas; **Requerimento 560**, requer seja encaminhado ao Ministro da Previdência Social o seguinte pedido de informações sobre a GEAP – Fundação de Seguridade Social: 1) A relação da carteira de aplicações da GEAP em títulos de renda fixa nos bancos Rural e BMG, mês a mês, nos últimos 2 (dois) anos; 2) O fornecimento de informações detalhadas sobre a carteira de aplicações, da GEAP, nos casos em que houve administração terceirizada; 3) A listagem de todas as corretoras que operam no sistema financeiro com as quais a GEAP trabalha nas negociações em mercado e os respectivos valores por elas transacionados; 4) A relação de todos os diretores e conselheiros de empresas em que a GEAP tenha participação; 5) O fornecimento da relação das doações de campanha feitas pelas empresas citadas na questão anterior; 6) O detalhamento, por parte da GEAP, das suas carteiras

de ações e investimentos em fundos com valores de compra e venda de ações/cotas; **Requerimento 561**, requer seja encaminhado ao Ministro da Previdência Social, o pedido de informações sobre a Fundação Banco Central de Previdência Privada – CENTRUS: 1) A relação da carteira de aplicações da CENTRUS: em títulos de renda fixa nos bancos Rural e BMG, mês a mês, nos últimos 2 (dois) anos; 2) O fornecimento de informações detalhadas sobre a carteira de aplicações, da CENTRUS: nos casos em que houve administração terceirizada; 3) A listagem de todas as corretoras que operam no sistema financeiro com as quais a CENTRUS: trabalha nas negociações em mercado e os respectivos valores por elas transacionados; 4) A relação de todos os diretores e conselheiros de empresas em que a CENTRUS: tenha participação; 5) O fornecimento da relação das doações de campanha feitas pelas empresas citadas na questão anterior; 6) O detalhamento, por parte da CENTRUS: das suas carteiras de ações e investimentos em fundos com valores de compra e venda de ações/cotas; **Requerimento 562**, requer seja encaminhado ao Ministro da Previdência Social o pedido de informações sobre a Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS: 1) A relação da carteira de aplicações da ELETROS: em títulos de renda fixa nos bancos Rural e BMG, mês a mês, nos últimos 2 (dois) anos; 2) O fornecimento de informações detalhadas sobre a carteira de aplicações, da ELETROS: nos casos em que houve administração terceirizada; 3) A listagem de todas as corretoras que operam no sistema financeiro com as quais a ELETROS: trabalha nas negociações em mercado e os respectivos valores por elas transacionados; 4) A relação de todos os diretores e conselheiros de empresas em que a ELETROS: tenha participação; 5) O fornecimento da relação das doações de campanha feitas pelas empresas citadas na questão anterior; 6) O detalhamento, por parte da ELETROS: das suas carteiras de ações e investimentos em fundos com valores de compra e venda de ações/cotas; **Requerimento 563**, requer seja encaminhado ao Ministro da Previdência Social o seguinte pedido de informações sobre a SERPROS – Fundo Multipatrocinados: 1) A relação da carteira de aplicações da SERPROS em títulos de renda fixa nos bancos Rural e BMG, mês a mês, nos últimos 2 (dois) anos; 2) O fornecimento de informações detalhadas sobre a carteira de aplicações, da SERPROS nos casos em que houve administração terceirizada; 3) A listagem de todas as corretoras que operam no sistema financeiro com as quais a SERPROS trabalha nas negociações em mercado e os respectivos valores por elas transacionados; 4) A relação de todos os diretores e conse-

lheiros de empresas em que a SERPROS tenha participação; 5) O fornecimento da relação das doações de campanha feitas pelas empresas citadas na questão anterior; 6) O detalhamento, por parte da SERPROS das suas carteiras de ações e investimentos em fundos com valores de compra e venda de ações/cotas; **Requerimento 564**, requer seja encaminhado ao Ministro da Previdência Social o seguinte pedido de informações sobre o PORTUS – Instituto de Seguridade Social: 1) A relação da carteira de aplicações do PORTUS em títulos de renda fixa nos bancos Rural e BMG, mês a mês, nos últimos 2 (dois) anos; 2) O fornecimento de informações detalhadas sobre a carteira de aplicações, do PORTUS, nos casos em que houve administração terceirizada; 3) A listagem de todas as corretoras que operam no sistema financeiro com as quais o PORTUS trabalha nas negociações em mercado e os respectivos valores por elas transacionados; 4) A relação de todos os diretores e conselheiros de empresas em que o PORTUS tenha participação; 5) O fornecimento da relação das doações de campanha feitas pelas empresas citadas na questão anterior; 6) O detalhamento, por parte do PORTUS das suas carteiras de ações e investimentos em fundos com valores de compra e venda de ações/cotas; **Requerimento 565**, requer seja encaminhado ao Ministro da Previdência e Assistência Social, Exmo Sr Nelson Machado, o pedido de informações sobre a REAL GRANDEZA-Fundação de Previdência e Assistência Social: 1) A relação da carteira de aplicações da REAL GRANDEZA em títulos de renda fixa nos bancos Rural e BMG, mês a mês, nos últimos 2 (dois) anos; 2) O fornecimento de informações detalhadas sobre a carteira de aplicações, da REAL GRANDEZA nos casos em que houve administração terceirizada; 3) A listagem de todas as corretoras que operam no sistema financeiro com as quais a REAL GRANDEZA trabalha nas negociações em mercado e os respectivos valores por elas transacionados; 4) A relação de todos os diretores e conselheiros de empresas em que a REAL GRANDEZA tenha participação; 5) O fornecimento da relação das doações de campanha feitas pelas empresas citadas na questão anterior; 6) O detalhamento, por parte da REAL GRANDEZA das suas carteiras de ações e investimentos em fundos com valores de compra e venda de ações/cotas; **Requerimento 566**, requer seja encaminhado ao Ministro da Previdência Social, o seguinte pedido de informações sobre a Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF: 1) A relação da carteira de aplicações da FUNCEF: em títulos de renda fixa nos bancos Rural e BMG, mês a mês, nos últimos 2 (dois) anos; 2) O fornecimento de informações detalhadas sobre a carteira de aplicações,

da FUNCEF: nos casos em que houve administração terceirizada; 3) A listagem de todas as corretoras que operam no sistema financeiro com as quais a FUNCEF: trabalha nas negociações em mercado e os respectivos valores por elas transacionados; 4) A relação de todos os diretores e conselheiros de empresas em que a FUNCEF: tenha participação; 5) O fornecimento da relação das doações de campanha feitas pelas empresas citadas na questão anterior; 6) O detalhamento, por parte da FUNCEF: das suas carteiras de ações e investimentos em fundos com valores de compra e venda de ações/cotas; **Requerimento 567**, requer seja encaminhado ao Ministro da Previdência Social o seguinte pedido de informações sobre a Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS: 1) A relação da carteira de aplicações da PETROS: em títulos de renda fixa nos bancos Rural e BMG, mês a mês, nos últimos 2 (dois) anos; 2) O fornecimento de informações detalhadas sobre a carteira de aplicações, da PETROS: nos casos em que houve administração terceirizada; 3) A listagem de todas as corretoras que operam no sistema financeiro com as quais a PETROS: trabalha nas negociações em mercado e os respectivos valores por elas transacionados; 4) A relação de todos os diretores e conselheiros de empresas em que a PETROS: tenha participação; 5) O fornecimento da relação das doações de campanha feitas pelas empresas citadas na questão anterior; 6) O detalhamento, por parte da PETROS: das suas carteiras de ações e investimentos em fundos com valores de compra e venda de ações/cotas; **Requerimento 568**, requer seja encaminhado ao Ministro da Previdência Social o seguinte pedido de informações sobre a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI: 1) A relação da carteira de aplicações da PREVI: em títulos de renda fixa nos bancos Rural e BMG, mês a mês, nos últimos 2 (dois) anos; 2) O fornecimento de informações detalhadas sobre a carteira de aplicações, da PREVI: nos casos em que houve administração terceirizada; 3) A listagem de todas as corretoras que operam no sistema financeiro com as quais a PREVI: trabalha nas negociações em mercado e os respectivos valores por elas transacionados; 4) A relação de todos os diretores e conselheiros de empresas em que a PREVI: tenha participação; 5) O fornecimento da relação das doações de campanha feitas pelas empresas citadas na questão anterior; 6) O detalhamento, por parte da PREVI: das suas carteiras de ações e investimentos em fundos com valores de compra e venda de ações/cotas; mediante votação Simbólica e aprovado pela maioria dos deputados presentes, os seguintes requerimentos: do Deputado Eduardo Valverde, o **Requerimento 429**, e do Deputado João

Correia, o **Requerimento 27**, que requerem a convocação dos Srs. Osmir Lima, Chicão Brígido, e Zila Bezerra, ex-Deputados Federais; do Deputado Eduardo Valverde, o **Requerimento 378**, do Deputado Odair Cunha e Senador Sibá Machado, o **Requerimento 57**, e do Senador Sibá Machado, o **Requerimento 281**, que requerem a convocação do Sr. Ricardo Sérgio Oliveira ex Diretor da área internacional do Banco do Brasil, para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito; do Deputado João Correia, o **Requerimento 606**, que prevê a convocação do Sr. Anderson Adaute Pereira, ex Ministro dos Transportes e atual prefeito de Uberaba – MG; do Deputado Júlio Redecker, o **Requerimento 607**, que solicita à Polícia Federal cópia de inteiro teor de inquéritos e/ou depoimentos em que seja parte o Sr. Vítor Hugo Travassos, diretor da ANVISA; do Senador Amir Lando, o **Requerimento 576**, que requer uma acareação entre os Srs. Marcos Valério Fernandes de Souza, Simone Vasconcelos, Waldemar da Costa Neto, Jacinto Lamas, Emerson Palmieri, Manoel Severino dos Santos e João Cláudio de Carvalho Genu; foi rejeitado por maioria de votos, o **Requerimento 572**, da Senadora Ana Júlia Carepa e Deputado Luiz Couto, que requeria a transferência – quebra do sigilo bancário de todas as contas dos partidos políticos com representação no CN nas quais há movimentação de recursos financeiros advindos do Fundo Partidário; foi considerado prejudicado, por já ter sido votado e aprovado anteriormente, o **Requerimento 603**, do Senador José Jorge, que requeria a convocação do Sr. Anderson Adaute Pereira, ex Ministro dos Transportes e atual prefeito de Uberaba – MG; foi rejeitado por maioria de votos o **Requerimento 60**, do Senador Sibá Machado, que requeria a convocação do Sr. Jair dos Santos, motorista do ex – presidente do PTB, José Carlos Martinez, já falecido. Deliberou-se no sentido de que as quebras de sigilo deverão retroagir aos últimos cinco anos, inobstante constem períodos diferentes nos requerimentos. Para o requerimento nº 550 foi aprovada a retroatividade da quebra de sigilo para 1997. Em seguida o Sr. Presidente convida o depoente, Sr. José Luiz Alves, para tomar lugar à Mesa e passa a palavra ao relator para inquiri-lo. Em seguida, concede a palavra aos seguintes parlamentares: Deputado José Rocha, Deputado Zulaê Cobra, Deputado Fernando Coruja, Senador Rodolpho Tourinho, Deputado João Correa, Deputado Gastão Vieira, Senador José Jorge, Deputado Luiz Couto, Deputado José Carlos Araujo, Senador Arthur Virgílio, Deputado Júlio Redecker, Deputado Daniel Almeida, Deputado Paulo Baltazar, Deputado Moroni Torgan, Deputado Arnaldo Faria de Sá, Deputado Devanir Ribeiro, Deputado Zico Bronzeado, Deputado

Aginaldo Muniz, Deputado Eduardo Valverde. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e um minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia dezoito de outubro deste ano. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 7, de 2005, destinada a apurar a compra de votos.

Esclareço que a primeira parte da reunião tem um caráter administrativo, e nós vamos apreciar diversos requerimentos que se encontram à disposição da Mesa e que serão inicialmente apreciados pelo Exmº Sr. Relator, a quem concedo a palavra.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, senhores membros da Comissão, nós temos em mão uma vasta relação de requerimentos solicitando acareações e depoimentos. Todos os pedidos de depoimento contemplados neste *in folium* correspondem a depoimentos já tomados ou na CPMI dos Correios ou tomados nesta Comissão.

Entendo que, **data venia** da Comissão e do Sr. Presidente, tomarmos depoimento de pessoas que já estão sendo submetidas a processos na Comissão de Ética seria uma inversão processual e seria também uma interveniência na prova que está sendo produzida em outra instância de apuração, o que tumultuaria a apuração, a própria manifestação da defesa. Então o meu parecer, em princípio, é que se deva arquivar esses pedidos.

Temos uma segunda relação de requerimentos para serem ouvidas pessoas, ex-governadores, ex-Deputados a respeito da Emenda Constitucional nº 1, que aprovou o princípio da reeleição, que introduziu no sistema constitucional brasileiro a reeleição. Já preparei uma planilha de depoimentos para a apreciação do Sr. Presidente, na qual vários desses requerimentos, principalmente de autoria do Deputado João Correia, estão sendo contemplados.

Finalmente, eu gostaria de dizer que, no meu ponto de vista, o que está-nos perturbando é uma discrepância de valores financeiros. Nós temos duas relações apresentadas pelo Sr. Marcos Valério, uma na Polícia Federal e outra nesta Comissão, e nessas duas relações coincidem os seus valores, nas quais se atribuem a determinadas pessoas a retirada de

quantias determinadas em prestações sucessivas nem sempre iguais. Mas, quando a pessoa vem aqui depor, ela concorda no essencial, de que realmente retirou a importância, mas, em nenhum deles, há a semelhança quanto aos valores transmitidos e recebidos. Por exemplo: o Sr. João Carlos Carvalho Genu consta nas relações do Sr. Marcos Valério como tendo recebido R\$4,1 milhões, é um exemplo. Ele aqui esteve e declarou que recebeu apenas R\$750 mil, dos quais ele deu recibo nas proximidades ou nas dependências do Banco Rural, em Brasília; o mesmo ocorreu com Valdemar da Costa Neto; o mesmo ocorre com todos. Alguns dizem que não receberam nada; por exemplo, ontem tivemos aqui um depoente eloquente, que fez referência a vários aspectos do seu relacionamento com o Sr. Marcos Valério, mas negou peremptoriamente que tivesse recebido qualquer parcela dos R\$2.686.000,00 que lhe são atribuídos nessas listas assinadas pelo Sr. Marcos Valério; o mesmo aconteceu com o Sr. Emerson Palmieri. Se esclarecermos esse ponto, ainda que no sentido de estabelecer mesma discrepância entre eles, nós praticamente tornaríamos dispensável uma série de depoimentos que visam a exatamente apurar essas questões.

Então, o Sr. Presidente me sugeriu, hoje pela manhã, que nós deveríamos fazer de uma só assentada, ou seja, numa só reunião, uma acareação do Sr. Marcos Valério com todas essas pessoas que dizem ter recebido os recursos, que dizem não ter recebido os recursos e que, no primeiro caso, há uma grande diferença de valores. Com isso, nós teríamos já a possibilidade de afirmar que o documento do Sr. Marcos Valério não merece fé ou o depoimento das testemunhas não merece fé, mas saberíamos como enfrentar essa questão. Hoje, nós temos apenas dúvidas, não sabemos para que lado pender, a quem dar crédito. Se o Sr. Presidente estiver de acordo em submeter este requerimento, esta sugestão da Relatoria, que, na verdade, é de V. Ex^a, o meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nobre Deputado João Correia, para discutir.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Relator, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que pude perceber, nas minhas poucas idas à tal da *bat* caverna, é que, além dessa lista do Marcos Valério, uma pessoa muito relevante nesse processo é a D. Simone. Ela foi uma pessoa extremamente importante na entrega, no saque, tanto para si como para entregar a outrem, seja no Banco Rural, seja nos hotéis, seja lá onde for. Então, suponho que, neste requerimento, talvez fosse oportuno, só como sugestão, incluir a D. Simone.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Muito oportuna a lembrança de V. Ex^a. Estou de acordo. Muito obrigado a V. Ex^a pela colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Entendo que esse confronto é indispensável. Quer dizer, precisamos trazer todas essas pessoas num só dia, realizando, eu diria, uma acareação técnica, e não nos esgotarmos aqui em perguntas e perguntas. Senão, será impossível fazer isso.

É evidente que daríamos preferência ao Relator e, claro, a qualquer parlamentar, mas não 10 minutos, mas apenas para uma, duas ou três perguntas, que realmente fossem ao ponto da controvérsia.

Então, nesse dia, faríamos uma discussão mais técnica, senão será um massacre e não conseguiremos fazer isso em apenas um dia, e teremos de confrontar várias...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente, dentro desse mesmo tema, gostaria de fazer uma sugestão ao Relator.

O Marcos Valério deu determinada importância a alguns parlamentares, a alguns Partidos, a mando do Delúbio Soares. Então, na verdade, e como já lembrou o Deputado João Correia, a Simone era quem fazia a operacionalidade, mas quem dava as ordens era o Delúbio. Então, o Delúbio também tem de estar presente, ou seja, o Delúbio, o Marcos Valério, a Simone e todos os outros.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– **Data venia**, o Sr. Delúbio Soares confessou que realmente dava as ordens. O que discrepa é a importância, que um diz ter dado e o outro diz ter recebido. Mas o Sr. Delúbio assumiu tranquilamente a responsabilidade de ter dado mesmo as ordens. O Sr. Delúbio nunca mencionou valores no seu depoimento.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Mas era ele quem dava as ordens.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mas ele confessou tranquilamente que dava as ordens.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– O que acho importante agora é essa identificação física. Não descarto, no futuro, uma acareação, inclusive, com o Sr. Delúbio e o Sr. Marcos Valério, qualquer coisa dessa natureza, mas, neste momento...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Mas, Sr. Presidente, a minha sugestão não é a acareação entre o Delúbio e o Marcos Valério, mas, sim, Marcos Valério, Delúbio e Simone com os outros. Não é entre Delúbio e Marcos Valério. É o Delúbio, para corroborar aquilo que o Relator está falando, porque as pessoas receberam e estão negando que receberam. Então, o Marcos Valério pagou por ordem de quem?

Do Delúbio. Então, além do Marcos Valério, que fez o pagamento, o Delúbio, que deu a ordem. Aí fica corroborado definitivamente.

E, sem dúvida nenhuma, Sr. Relator – V. Ex^a é jurista e sabe de um detalhe –, vamos ter de sugerir ao Ministério Público que determine o pedido de prisão de Marcos Valério e do Delúbio também. Não só do Marcos Valério. Marcos Valério e Delúbio.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Que se instale o devido processo legal lá. Claro. Não haverá dúvida de que será no relatório final; é outra questão, já para o relatório final.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não tenho objeção.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes, gostaria de fazer um esclarecimento. Fico com medo de começarmos a ampliar demais essa questão, porque o que é que interessaria? Qual foi o intuito exatamente desse requerimento? Foi porque as pessoas disseram que não receberam o dinheiro. E quem pagava, realmente, era o Sr. Marcos Valério, por intermédio de uma pessoa, em muitos casos, da Simone, secretária. Então, quero saber da materialidade. Alguém diz: Eu não recebi, só recebi R\$600 mil. E outros: Eu entreguei R\$4,1 milhões. Quer dizer, são coisas dessa natureza que nos permitirão aferir melhor essa realidade. Vejo que o comando do Delúbio não vinha à materialidade; ficava para trás. Até, depois, nós poderíamos fazer uma outra rodada. Mas, se fizermos uma rodada com três, acho que vamos longe e não vamos chegar a lugar algum. Tecnicamente, na minha cabeça, não tenho nenhuma... É uma convicção pessoal.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a se lembra do depoimento do Valdemar Costa Neto, em que ele disse que recebeu em cheque, quando pensava que receberia em dinheiro e ele chamou o Delúbio e o Delúbio ficou de fazer a troca de cheque por dinheiro? O senhor lembra desse detalhe?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não me lembro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quando falo da responsabilidade conjunta do Marcos Valério e do Delúbio, e V. Ex^a fala no relatório final, eu discordo. Acho que não tem de ser relatório final, não. Relatório parcial já para o Ministério Público, para responsabilizar o Marcos Valério e o Delúbio.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não. Só falo que tem de ser um relatório. Na minha cabeça, o meu estilo foi no final, porque sempre agi assim como o Relator.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, pela ordem. Acho o seguinte: nós não podemos... A Simone Vasconcelos ainda não foi ouvida nesta CPML. Então, a acareação tem de ser feita com entes que nós já ouvimos para verificarmos também. Então, a posição inicial é a questão do Marcos Valério com aqueles que receberam. Esse deveria ser o primeiro momento.

Ao fazer a oitiva de Simone Vasconcelos, teremos elementos para poder também fazer uma acareação, mas acho que a acareação deveria ser feita com o Sr. Marcos Valério e com aqueles que receberam, senão fica uma assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Entendo que a presença... Inicialmente eu havia sugerido isso ao nobre Deputado João Correia, tinha pensado nisso, cheguei a trocar essa idéia com o Relator. Chegamos aqui e, de maneira rápida, concluímos que talvez tumultuasse. Mas, depois que V. Ex^a trouxe a argumentação com a qual o Relator também concordou, entendo que os dois são os operadores. Queremos saber as pessoas que entregaram: “Está aqui o dinheiro”. Porque não temos mais do que essa materialidade. O Delúbio dava uma ordem. Talvez o Delúbio tivesse recebido ainda uma ordem de terceiros, de outras pessoas. Então, quero saber da pessoa que entregou, que diga: “Entreguei aqui, entreguei desse jeito”. É difícil... Quando você está na frente de quem entregou o dinheiro e diz: “Eu te entreguei, você até reclamou”, ele pode dar detalhes, dizer você ficou contente, sorriu. Coisa dessa natureza que é importante, esse primeiro confronto de quem participou diretamente da materialidade da entrega. Essa é a questão, porque a ordem é uma abstração. Então, entendo que essas duas figuras são realmente muito importantes. O fato de não tê-las ouvido não importa, porque temos o depoimento dela e nós vamos confrontar com aquilo que ela disse na outra Comissão. Nós temos de tomar essa providência imediatamente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Podemos requerer o depoimento à outra Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Imediatamente. Se V. Ex^a concordar, nessa primeira... Porque, senão, ficaremos com a ordem que ele já disse que deu. Disso aí, não há dúvida. Mas as pessoas que receberam, teoricamente receberam, supostamente receberam, podem dizer: “Não, não recebi nada ou recebi uma parte apenas”. É isto que queremos: olho no olho os dois, que digam: “Eu te entreguei assim e assim no dia tal. Você estava vestido de roupa ‘x’”. São detalhes que enriquecem esse depoimento e vão nos dar uma convicção ou não do que aconteceu, perfeito?

Então, a proposta do Relator submeterei logo a votos. A proposta do Relator inclui a presença do

Marcos Valério e da Simone com os demais que receberam.

Em discussão.

Aliás, a discussão já foi feita.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Se a Comissão...

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Vai ser um dia só?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Um dia só.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não se trata, nobre Deputado Perondi, de questão política. Quem entregou? O Delúbio disse que deu a ordem, mas quem entregou? As pessoas que receberam dizem que não receberam. Então, vamos ver os dois que entregaram. Olho no olho, veremos realmente o que aconteceu.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, uma coisa prática.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu devolvo... Essa questão foi votada.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – A questão está votada, mas tenho uma questão prática. Serão marcadas para o mesmo dia todas as acareações?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Todas.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Então, precisaríamos, nesse dia, começar mais cedo para irmos até...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Até a hora que for.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Escalonado só o recebedor...

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Até a hora que for.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) –

Concedo a palavra ao Relator, em seguida a V. Ex^a.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Escalonar os recebedores...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Peço licença para dar conhecimento ao Plenário dos nomes que suponho sejam necessários para a acareação. Creio que se deva dispensar a pessoa do Sr. Jacinto Lamas, que, ao que parece, não tem mesmo informações a prestar. Mas, em lugar dele, o Sr. Waldemar da Costa Neto, que foi quem o mandou receber as importâncias. Também se quiserem juntar o Sr. Jacinto Lamas...

Então, Jacinto Lamas, Waldemar...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Foi ele quem recebeu?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não, porque alguns admitiram aqui corretamente, não tenho por escrito...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Mas o Lamas disse que não recebeu essa quantia, que recebeu uma quantia menor.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Ele recebeu a menor. Então vêm Jacinto Lamas, Waldemar da Costa Neto...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Roberto Jefferson, não?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não vou citar o nome dos Deputados, porque esses já se encontram, já têm seus nomes submetidos às instâncias próprias.

O Sr. Emerson Palmieri alega não ter recebido.

O Sr. João Cláudio de Carvalho Genu sustenta ter recebido apenas um quarto, um quinto da importância que recebeu.

O Sr. José Luiz Alves vai depor hoje.

E o de ontem, que se perdeu por aqui?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Manoel Severino.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quero achar a importância. Um momento, por favor. Quero saber se ele está aqui relacionado direitinho. Um momentinho, por favor. (Pausa.)

Manoel Severino.

São esses os que receberam as importâncias maiores.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – E a contestação.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eram aqueles que receberam para a redistribuição.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Só esses que nós vamos ouvir?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não, as discrepâncias de valores são só esses. Só esses que apresentaram discrepâncias.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Tinha uma listinha ontem, Sr. Presidente, que a moça trouxe, a Verônica, com todos os depoimentos que ouvimos. Acho que a televisão pegou a nossa listinha ontem, Sr. Presidente. Hoje, no “Bom Dia Brasil” deram um “cacete” em nós, disseram que não fizemos nada. Falaram lá e mostraram aquela listinha de ontem. Vocês viram a listinha ontem aqui? Disseram que ouvimos muito pouco. É esta aqui. Esta listinha hoje estava na televisão. Então, por esta listinha aqui é que queria ver, Sr. Relator, se teve alguém mais que a gente... Não vamos chamar nem os presidentes que recebe-

ram, nem o Pedro Correia, nada. Não vamos chamar Deputados.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Esses estão sendo submetidos a processos. Estaremos estabelecendo uma outra instância.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Mas o Pedro Correia não está. Está? Não, estou falando para acareação. Para acareação! Então, são só esses mesmos.

E esse Gustavo Marinho?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Esse é um outro requerimento, não é nessa linha.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – É o Citigroup, é coisa fina esse aqui.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Bom, se o Sr. Presidente concorda, gostaria de submeter à Comissão a relação dos depoimentos previstos daqui para frente.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Quem é esse Sr. Cristiano de Melo Paes?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O Cristiano de Melo Paes é sócio, é Presidente e Diretor da DNA. Foi ouvido.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Estou submetendo ao Sr. Presidente a seguinte relação. A nossa preocupação é a de concluir, até meados de novembro, todos os depoimentos e provas periciais possíveis. Por isso mesmo, daqui para a frente, estamos acumulando os nomes.

Agora, quando dizem que ouvimos poucas pessoas – o que não é verdade! –, eles se esquecem que uma pessoa é ouvida doze horas consecutivas e que não há condições de tempo para ouvir mais do que isso, porque a pessoa sente aqui e é submetida, muitas vezes, a setenta, oitenta, teve uma que foi a noventa e uma perguntas.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Algumas fizemos em conjunto com os Correios.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Conjunta com os Correios.

De maneira que é uma forma...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Outra questão: muitos foram ouvidos pelos Correios, não vamos repetir a oitava aqui.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Exatamente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não tem o menor sentido.

No dia 18 de outubro, levando-se em conta que na semana que vem temos um feriado, na quarta-feira, o que inviabiliza a semana, seria, se o Sr. Presidente e a Comissão aprovarem, ouvido o Sr. Gustavo Marinho, a requerimento do Senador Heráclito Fortes, do Deputado José Carlos Araújo, do Deputado Moroni Torgan, do Senador Rodolpho Tourinho e de outros.

No dia 19, quarta-feira, o Deputado Ronivon Santiago, a requerimento dos Deputados João Correia e Eduardo Valverde.

Na quinta-feira, dia 20, no dia seguinte, Roberto Costa Pinto, lista de Marcos Valério, também já aprovado. Não recebeu o ofício, mas já aprovado.

No dia 25/10, na terça-feira subsequente, Osmir Lima e Chicão Brígido, a requerimento dos Deputados João Correia e Eduardo Valverde. Isso está pendente de aprovação da Comissão.

No dia 26, quarta-feira, Márcio Lacerda, lista do Sr. Marcos Valério, requerimento já aprovado.

Se o Sr. Presidente estiver de acordo, nós prosseguiremos na próxima semana com outro rol dessa natureza, a fim de esgotarmos...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, há um requerimento dessa lista a que se referiu o Relator que precisa ser aprovado. Há uma convocação que precisa ser aprovada pelo Plenário.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Já temos uma, duas, três, quatro aprovadas. Dependendo de aprovação, Osmir Lima e Chicão Brígido.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Relator, quero um esclarecimento também.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É isso que estou falando, ou seja, temos que aprovar isso aí para convalidar sua lista.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Relator, quero um esclarecimento. Eu me lembro que na semana passada, quando discutimos inclusive a data para ouvir o Sr. Gustavo Marinho, foi dito que ele seria ouvido junto com o Sr. Sérgio Spinelli. Por quê? Porque seria o mesmo que chamarmos o Dr. Rossano, Presidente do Banco do Brasil, e não ouvimos o Sérgio Rosa.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Exª tem razão.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu só queria confirmar; era só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Foi um equívoco. É Citigroup.

Pela ordem, vai falar agora o Deputado José Rocha, que quer discutir a matéria. Primeiro, a Deputada Zulaiê Cobra.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não é melhor submetê-los antes à aprovação da Casa e depois os depoimentos?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– É uma discussão sobre a proposta?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, o meu é voltar aos recebedores.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então vou conceder a palavra ao Deputado José Rocha, que quer discutir a matéria.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Presidente, temos tido aqui essas oitivas e muitas...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Inúteis.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – ...sem a esperada coleta de dados importantes para fazermos nosso juízo de valor, em função de não termos quebrado o sigilo dessas pessoas. Nós tivemos, por exemplo, aqui ontem, o Manoel Severino, que mentiu desbragadamente. Os Srs. Parlamentares ficaram irritados em razão da maneira arrogante, petulante como ele se comportou. Nós não tínhamos dados de quebra de sigilo, dados importantes para que pudéssemos confrontar com suas respostas. Nós tivemos o exemplo do José Carlos Batista, da Garanhuns. Nós, no momento, por designação de V. Exª, fomos ao banco de dados e lá obtivemos dados e quebra de sigilo que foram confrontados com aquilo que ele estava dizendo. Ele reconheceu que tinha mentido, que tinha errado. Como ele estava com HC, providências mais enérgicas não puderam ser tomadas contra ele.

Acredito que se continuarmos aqui com as nossas oitivas sem termos dados sobre as inquireições ou sobre os inquireidos, vamos ter resultados totalmente improdutivos. Ontem, por exemplo, eu me dirigi ao banco de dados e procurei informações sobre a oitiva de hoje e lá não existe nenhum dado sobre o depoente de hoje.

Então, eu sugeriria à Mesa desta Comissão que avançássemos nessas quebras de sigilos e que fôssemos ouvindo as pessoas à medida que tivéssemos esses dados à nossa disposição. Essa é a minha colocação para que a Mesa possa analisar e ouvir a opinião de outros colegas nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) –

Concedo a palavra à nobre Deputada Zulaiê Costa.

O SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Costa não; Cobra, e venenosa ainda.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Perdão, hoje estou meio estressado. Eu sempre falei corretamente.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, dentro do raciocínio do Deputado José Rocha,

ontem fiz um pedido à Assessoria, mas agora fiquei sabendo que se casou a nossa secretária, a Verônica, e está hoje em viagem de núpcias – aquela conversa no Senado foi muito boa. Sr. Relator, V. Exª soube disto, não é? Ontem, casou-se a Verônica, que está em núpcias hoje.

Como eu dizia, eu tinha pedido para que fosse feito um ofício de quebra de sigilo do Manoel Severino, que ouvimos ontem, porque não tínhamos a quebra de sigilo dele.

E tem razão o Deputado José Rocha, quando diz que deveríamos ter a quebra de sigilo fiscal, telefônico de todos estes recebedores que virão aqui fazer acareação: Valdemar Costa Neto, Emerson Palmieri, João Genu, José Luiz Alves e Manoel Severino até esse dia.

Acrescentaria ainda nesta lista, se V. Exªs permitirem, o Duda Mendonça, porque ele também recebeu do Marcos Valério. Ele confessa que recebeu fora, e o Marcos Valério diz que ele recebeu aqui.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não. Há uma dúvida. A dúvida existente entre os dois não é essa. Eles confirmam os valores. Apenas o Sr. Marcos Valério diz que abriu a conta no exterior por solicitação do Sr. Duda Mendonça. E o Sr. Duda Mendonça sustenta que ele abriu a conta no exterior por determinação do Sr. Marcos Valério.

Eu não os coloquei porque, de qualquer forma, a conta foi aberta, houve evasão de divisa, houve o delito de evasão de divisa.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Então tira o Duda Mendonça.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quem inspirou quem, em se tratando de pessoas maiores e capazes, não vejo relevância em saber quem determinou ou não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Sr. Relator, nesse caso já houve até pagamento à Receita Federal

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– A responsabilidade é mútua. Perdoe-me. A responsabilidade é mútua. É inútil ficarmos inquirendo, porque, seja quem for dos...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Está certo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas surgiu ontem o fato novo em relação ao caixa dois do Partido Nacional que V. Exª...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O dinheiro foi remetido. A importância confere...

A SRª JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não, não é essa questão da remessa de dinheiro; é a questão do caixa dois do PT nacional, que o Sr. Manoel Severi-

no diz que, na campanha do Rio de Janeiro, não se utilizaram recursos da campanha do PT nacional. E o Sr. Duda Mendonça diz que parte dos seus recursos recebidos foi para pagar o trabalho com a campanha do Rio de Janeiro.

Então, é uma acareação...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Desculpe-me V. Ex^a. Eu pensei que V. Ex^a estava se referindo à questão do Duda Mendonça.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Mas é Duda **versus** Rio de Janeiro; não tem nada a ver com Marcos Valério.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Vou tentar explicar, e V. Ex^{as} decidem pela maioria.

Dois homens maiores e capazes resolvem, seja por iniciativa de qualquer um dos dois, abrir uma conta no exterior. Para essa conta no exterior foram emitidos valores cujo montante eles confirmam, um confirma ter remetido e o outro confirma ter recebido. O delito de evasão de divisas está caracterizado. O fato de se saber quem foi que sugeriu ao outro a abertura da conta não muda nem a tipificação e, conseqüentemente, a responsabilidade penal.

Portanto, não creio que seja necessário ouvi-los, mas se a Comissão resolver, paciência.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – (*Fora do microfone.*) Sr. Relator, não se trata de Duda Mendonça e Marcos Valério, mas de Duda Mendonça e Manoel Severino.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Por que Duda Mendonça e Manoel Severino?

O Manoel Severino, ontem, a despeito da extensão do seu depoimento...

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Mas qual é a conexão com a compra de votos?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Vou explicar, vou explicar.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Nós temos que ter paciência.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Permita-me que eu explico.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Pois não, ouvirei V. Ex^a com o maior prazer.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – De votos do Congresso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O Sr. Duda Mendonça disse nesta Comissão que teria recebido recursos pela campanha do Rio de Janeiro e o Sr. Manoel Severino nega, diz que Duda não disse a verdade, que os recursos da campanha do Rio de Janeiro foram todos eles conseguidos pelo Comitê do Rio de Janeiro. Então, se for verdade o que disse o Sr. Manoel

Severino, então está comprovado mais ainda o caixa dois na campanha do Senhor Lula.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas aí V. Ex^a teria que fazer o mesmo com relação a São Paulo, a mesma coisa com o Rio Grande do Sul.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas se fizermos em relação ao Rio de Janeiro já basta; não precisaremos mais de São Paulo, pois já teremos um dado importante.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Propoño que façamos uma CPI sobre financiamentos de campanhas.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas é que o fato essencial já está provado.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Acho que temos que fazer. Vamos pegar as assinaturas e fazer de todas.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, calma. Nós estamos terminando esta CPI. Vamos com calma.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Se nós caracterizarmos isso...

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – A minha palavra era essa. Então, tira-se o Duda Mendonça e vamos fazer essa acareação, que está muito boa...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pois é, dentro do nosso objeto.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Ainda assumo uma responsabilidade com a Comissão. Se por ventura, nessa acareação, surgir qualquer necessidade de ouvir o Sr. Duda Mendonça, eu não tenho dúvida nenhuma de que farei o que a Comissão determinar. Mas, neste momento, eu acho que a responsabilidade penal da evasão de divisas já está provada definitivamente. Que o Sr. Duda Mendonça fez campanha para vários Estados, ele próprio confessou; isso consta do depoimento dele. O que estamos querendo apurar aqui é quem recebeu quanto. Esta é a questão: quem recebeu quanto. O Sr. Duda Mendonça já sabemos que recebeu lá no exterior uma quantia certa.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – GO) – Tenho a inscrição do Deputado Moroni Torgan, do Deputado Devanir Ribeiro e Deputado Daniel. Agora também do Deputado Luiz Couto.

Esta matéria já foi votada e aprovada. Agora, antes de passarmos a essa questão, temos uma lista grande de pendências.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Votar os nomes dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Os nomes dos requerimentos das oitivas.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– V. Ex^a já tem o requerimento pronto.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, não, esse já foi votado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Então, V. Ex^a me permita, acareação envolvendo Marcos Valério Fernandes de Souza, Simone Vasconcellos, Roberto Jefferson – que não me parece ser o caso –, Valdemar Costa Neto, Jacinto Lamas, Emerson Palmieri, Manoel Severino dos Santos, João Cláudio Carvalho Genu.

Por que me parece não ser o caso de Roberto Jefferson? Esse declarou ao País inteiro que recebeu R\$4 milhões e ninguém contestou.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ninguém?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não apareceu o pagador até agora.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mas essa é uma questão vencida, o Sr. Roberto Jefferson já foi punido, já teve seu mandato cassado em razão disso. Qual é o motivo de fazê-lo retornar a uma apuração?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Apenas nesse confronto ele poderia esclarecer...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Ele declara que recebeu, que foi levado a ele pelo Sr. Delúbio Soares. Não vejo razão. O Sr. Roberto Jefferson – desculpem-me –, em face da lei, já não deve explicações. Ele recebeu a pena prescrita pela falta de decoro parlamentar, como tal considerado o recebimento dessa importância. Não podemos renovar o processo; seria um **bis in idem**.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Já foi votada então essa matéria dos acareados. Vamos deixar essa lista.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Excluo o nome do Sr. Roberto Jefferson sob minha responsabilidade, porque não é possível o **bis in idem**. A pessoa é punida e continua respondendo sempre ao processo. Não tem como.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Tenho aqui uma relação que vou colocar em disponibilidade para toda a Comissão. São mais de 200 requerimentos que ainda temos que apreciar, muitos já estão, não diria prescritos, mas se tornaram desnecessários. Eles realmente não têm nenhuma atualidade e foram superados; prejudicados seria o termo. Mas não vou fazer nem esse juízo pessoal. Eu queria que todos consultassem, eu peço à Secretaria que forneça, se já não forneceu, essa lista...

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Tem mais 22 do Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, em seguida.

Mas é que nós temos aqui um número grande.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Todo mundo já recebeu.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Já recebeu?

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Já, todo mundo já tem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Quem não recebeu, receba, para que faça cada um dos autores uma análise da conveniência de manter, e vamos submeter à votação. Não poderemos ficar com isso aqui parado. Vamos submeter à votação.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, exatamente por essas votações, estamos solicitando vários requerimentos de prioridade de votações entre esses requerimentos. Preferências.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em seguida, vou devolver a palavra ao Relator para que seja encaminhada a votação.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu queria que a gente caminhasse, porque senão a gente não vai votar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Sobre a matéria, está ainda em discussão.

Não coloquei essa pauta em votação, porque temos ainda a palavra pedida pelo Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero parabenizar a iniciativa do Relator com as acareações. Agora, há uma grande cobrança em todos os meios de comunicação e pela sociedade não só de quem recebeu o dinheiro, mas de quem deu o dinheiro. E essa é uma preocupação que eu gostaria de apresentar aqui para a CPMI. Acredito que devemos fazer a investigação em cima das prováveis fontes de recursos, e essa investigação nós praticamente paramos. Ouvimos os três fundos de pensão, vamos ouvir agora o Citibank, mas, em primeiro lugar, acho que temos de pedir imediatamente a transferência do sigilo das corretoras, que já foi quebrado na CPMI dos Correios, conseqüentemente nós pediremos as transferências dos sigilos das corretoras.

Fazendo a transferência dos sigilos das corretoras, teremos de ouvir os outros fundos de pensão, alguns com graves acusações, como o Real Grandeza, como outros que têm graves acusações; o Portus, se não me engano, é outro que tem graves acusações. Temos de fazer essa lista sob pena de parecer que ficamos só do intermediário para baixo e não chegamos em cima. Como temos de ouvir também os doleiros, o Pororo-

ca – Haroldo Bicalho –, Jader Kalid Antônio, Alberto Yussef, que são também, possivelmente, pessoas que tramitaram nessa movimentação de fundos.

Eu gostaria de fazer só uma observação com relação àqueles que estão no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, do qual também sou membro. O Conselho de Ética tem uma grande dificuldade: lá ele convida as pessoas, e as pessoas que quiserem vão ou não vão. Poderia haver um acerto entre o Conselho de Ética e esta Comissão para que aqueles dados que o Conselho de Ética não consiga adquirir ele possa solicitar a esta Comissão, o que seria um trabalho conjunto para melhor esclarecer os fatos.

São essas as observações.

E, com respeito aos fundos de pensão, temos a Secretaria de Previdência Complementar. É fundamental, depois de termos a transferência dos sigilos das corretoras, depois de ouvirmos os fundos, ouvirmos também esse Secretário de Previdência Complementar.

Então, são essas as observações que eu gostaria de fazer. São sugestões ao Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não sei se já há algum requerimento neste sentido da transferência dessa quebra de sigilo. Trata-se do acesso, queremos o acesso aos dados, àqueles já disponibilizados na CPMI dos Correios. Entendo ser fundamental.

Até uma das idéias que eu tinha hoje era trabalhar nesse sentido.

O SR. MORONITORGAN (PFL – CE) – Se a Presidência e o Relator quiserem, posso fazer os requerimentos e submetê-los à apreciação do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª pode fazer o requerimento agora. Vamos submetê-los imediatamente.

Até minha idéia era solicitar à Secretaria que nos trouxesse de lá a cópia daqueles requerimentos, até para facilitar, para que os nomes e os dados sejam corretos. Podemos fazer isso e, no curso desta reunião, aprovar essa quebra de sigilo. Só que teremos de ter a maioria absoluta presente e neste momento não temos. Mas entendo que o requerimento é necessário e pediria a V. Exª ou a alguém que tenha acesso à outra CPMI que já verificasse para que os dados, as referências específicas e corretas fossem extraídas daqueles requerimentos.

Não vejo nenhum problema, pelo contrário. Precisamos de acesso a todos.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não, absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O Sr. Relator está de acordo. Mas temos uma sé-

rie de requerimentos. Vou, então, colocar em votação a proposta do Relator sobre esta agenda, inclusive aprovando a convocação daqueles que não haviam sido convocados.

Em primeiro lugar, reitero a convocação de todos os nomes enumerados pelo Sr. Relator.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Em votação a agenda proposta.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Então está aprovada a agenda e está aprovada a convocação também.

Concedo a palavra a V. Exª, Deputado Daniel. E, em seguida, ao Relator, para que ele dê curso a vários requerimentos que existem.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Posso até ouvir antes o Relator, porque exatamente queria ponderar a respeito de evoluirmos nesta reunião para apreciação dos requerimentos de preferência que foram apresentados à Mesa.

Sr. Presidente, acho que seria conveniente, já que aprovamos aqui a acareação e definimos os nomes das pessoas que participarão dessa acareação, teríamos necessidades, todos nós membros da CPI, de ter acesso, pelo menos, às notas taquigráficas de todos os depoimentos que foram feitos, porque isso tem tido um certo atraso. Não podemos fazer essa acareação sem ter as notas taquigráficas para orientar as indagações que faremos com absoluta precisão, para que o resultado dessa acareação seja algo consistente e fundamentado naquilo que foi o depoimento de cada um nesta Comissão. Então teríamos necessidade de ter isso. Se não tivermos isso, vamos ficar em perguntas aqui... pegando um dado aqui e acolá sem centrar naquilo que é essencial.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Temos alguma dificuldade real, quer dizer, algumas notas taquigráficas ainda não saíram, mas entendo que as assessorias dos parlamentares podem se dirigir ao setor específico e obter todos os dados, não há nenhum sigilo, não há nada assim que... porque não entendo que a Mesa possa fazer isso. Essa questão está na iniciativa de cada Parlamentar. Agora, o que posso fazer? Que se disponibilize, extraíam-se cópias, isso poderemos fazer. Mas tem que ter um local que cada um tenha interesse em ir ler, porque...

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Mas o meu gabinete, Sr. Presidente, já se dirigiu à busca dessas notas taquigráficas e, na maioria dos casos,

não tem ainda disponível. Era fundamental que tivéssemos...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Todas as que estiverem na outra CPMI, estou já determinando à Secretaria, neste momento, como fiz anteriormente, para que disponibilize e que solicite cópias dos depoimentos. Os que estiverem aqui na nossa CPI V. Ex^{as} têm acesso. Vamos pedir também que dê prioridade à publicação, ou melhor, ao menos à gravação – parece ser o termo – das notas taquigráficas daqueles que virão depor tanto aqui na sequência da agenda, como também na acareação proposta.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente, acho que, na verdade, haveria a necessidade, o que o Deputado Daniel Almeida está colocando é verdade. A Taquigrafia coloca a CPMI como último estágio de atendimento, é plenário, comissões permanentes e depois CPIs. Então esse é o problema. Há necessidade de interferência do Presidente do Senado para que determine à Taquigrafia que dê prioridade no atendimento às CPMIs.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vou oficialar. Neste momento, peço à Secretaria que redija um ofício neste sentido, que se dê prioridade para que os trabalhos não sejam prejudicados com a demora da gravação dos depoimentos.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, gostaria de fazer uma observação. As gravações estão sendo feitas com a maior rapidez possível, mas não há condições de acompanhar *pari passu* os depoimentos, porque é muita palavra a ser gravada. É uma quantidade de frases estonteantes. Tenho acompanhado e tenho visto que não é fácil, não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É

um problema administrativo. O Presidente do Senado que resolva o que fazer.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Há uma equipe fazendo, mas não tem como acompanhar, atualizar permanentemente, porque cada reunião nossa dá um volume de quatrocentas, quinhentas páginas, cada reunião.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Bem, de qualquer maneira, vou oficialar ao Presidente do Senado para que dê essa prioridade para que não se prejudiquem os trabalhos desta CPMI.

Com a palavra o Deputado Devanir Ribeiro.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT-SP) – Sr. Presi-

dente, Sr. Relator, o que está nos preocupando, pelo menos a mim, até com essa questão da demora, que a gente sabe que é um trabalho árduo, para gravação, ou da Taquigrafia, para redigir tudo isso, o que acontece é que temos que despolitizar isso aqui, despartidarizar

esse negócio das nossas CPIs, pois isso é que nos atrapalha. Por quê? Como as oitivas são feitas ao vivo, para o Brasil inteiro, alguns pegam o rumo daquilo que deu mais tom na imprensa; aí, a imprensa antecipa, ela dá a notícia, muitas vezes antecipa o julgamento, e nos prepara e nos coage para que vamos para cima daquilo ali, e a gente esquece os demais.

A questão da quebra de sigilo, somos o fiel depositário, porque somos nós que o pedimos e, muitas vezes, vemos essa quebra de sigilo e, antes de nós mesmos tomarmos conhecimento, já está na praça, já está na boca do povo.

Então, isso é que vai terminar nos desmoralizando, porque não temos tempo para correr, não temos pernas para alcançar a evolução, porque é muita coisa. Temos vários documentos que já solicitamos e precisávamos fazer uma apuração, um pente fino nessa documentação que temos e encontrar um eixo, para sabermos onde pegamos, queremos saber de onde veio o dinheiro, para quem foi, onde foi gasto e quem recebeu. Agora, tem que ter um eixo para isso, senão cada hora... É para cá, é para o norte, outra hora é para o sul, outra hora é para o leste, outra hora é para o oeste, e ficamos ao sabor da pressão, a pressão que vem da sociedade por meio daquilo que é transmitido pela mídia, porque as oitivas são públicas.

Então, é isso que vejo que nos atrapalha um pouco, porque, veja bem, o Relator, que é o responsável pelo relatório, ele está nos dizendo que é difícil para a Taquigrafia entregar para ele quatrocentas páginas por oitivas. Imagine se fôssemos ouvir cinco depoimentos, cinco oitivas por semana, em cinco dias da semana, haja Taquigrafia e haja cabeça de relator, porque o Relator vai ficar maluco, ele não vai conseguir dar conta de juntar tudo isso.

Temos que selecionar. Acho que essa seleção que foi feita agora, a proposta do Relator e do Presidente, é ótima: faz-se uma acareação de todo mundo, mas que já tenhamos prevenido o que queremos de fato, não voltar ao passado. Porque ao invés de andarmos para frente, temos documentação, temos as oitivas, temos aquilo que queremos. Precisamos andar para a frente, mas, de repente, a gente não vai para frente, a gente patina, patina, volta, patina, patina, não avança. Então, por isso não conseguimos avançar nem naquilo que já ouvimos e não estamos conseguindo ouvir aquilo que é o objeto dessa CPMI, que são as compras do voto desde 1995 até 2005 ou 2004 ou 2006.

É isso que temos que fazer e é isso que nos preocupa. Ficamos ao sabor da pressão da sociedade. Por quê? Porque os dados são divulgados bem antes de até analisarmos os fatos. E aí a carga vai cair sobre o Relator, que vai ter que apresentar um relatório. Vai

apresentar a quem de direito, ao Ministério Público. Vi aqui, numa CPI, que tinham Deputados ou Senadores, não me recordo quem foi, que estavam duvidando da sentença que um juiz deu lá no Paraná, quer dizer, nós julgando já a sentença de um juiz. Isso é um absurdo. Não vou julgar sentença de juiz, sentença se cumpre. Eu pelo menos entendo assim, não sou advogado, mas a lei manda assim. A sentença foi dada, cumprese. Quem quiser questionar que questione, através daquilo que é de fato.

Então, precisamos votar agora os requerimentos de preferência que temos, para andar. Já aprovamos esse, que acho que é ótimo, essa oitava proposta pela Mesa, mas precisamos ver o que aprovamos, para darmos seqüência àquilo que é o foco da nossa Comissão, que são as compras de votos desde 1995.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Só para dar uma resposta muito breve: temos um manancial, um cabedal de informações que até agora estão intocáveis. Agora, eu quero dizer que a Mesa não vai fazer esse trabalho. Evidentemente, as relatorias têm essa responsabilidade mais direta, mas todos os Parlamentares têm acesso. Nós lutamos muito pelo acesso a esses dados e, se agora não quiserem perquirir ou pesquisar, evidentemente, não posso aqui ordenar que alguém o faça. Cada um pela sua livre iniciativa.

Penso que nós teremos que providenciar uma série de ações rápidas e, realmente, tornar esse material usável, usar esse material.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, então nós temos aqui ordem de requerimentos de acesso.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nós agora temos as preferências.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Os requerimentos do Senador Rodolpho Tourinho...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Passo a palavra ao Relator para dar o parecer.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, que horas vai começar o depoimento?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Era para começar onze e meia, mas vamos só votar esses requerimentos.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Vai começar meio-dia; vamos votar os requerimentos.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O ilustre Deputado dá a impressão de que esta Comissão está imersa num estado de confusão. Absolutamente não está. Não. Não está. Os documentos têm sido regularmente consultados. É bem verdade que muitas vezes se pede quebra de sigilo bancário de empresas e pessoas que não têm absolutamente nada a ver com as apurações que aqui estão sendo

feitas. E o que dá impressão de atraso é exatamente a recusa... (Pausa.)

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Gente!

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Ai meu Deus do céu!

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – É a ponderação, o cuidado do Relator de não ir opinando a respeito da quebra de sigilo de empresas e pessoas sem nenhuma razão de ser. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campanha.*) – Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Há uma série enorme de pedidos de quebra de sigilo parlamentar a respeito dos quais o Relator tem tido a maior cautela possível, porque elas não têm co-relação com aquilo que está sendo examinado. Embora acredite na boa-fé dos requerentes, é preciso que se estabeleça um nexos, um vínculo, uma aproximação para que o Relator possa deferir-las.

Agora, há certos sigilos bancários que creio serem inúteis quebrá-los. Por exemplo, vou quebrar o sigilo do Sr. Jacinto Lamas? Vou quebrar o sigilo de pessoas que foram incumbidas apenas de ir ao Banco Real pegar o dinheiro e entregar a uma terceira pessoa? Não me parece ser o caso.

Agora, quanto à origem do dinheiro, vou aproveitar a oportunidade para ousar as seguintes definições. Nós temos quatro vias, se não me engano, de busca de informações a respeito. O Banco Central emitiu um documento comprovando a existência do empréstimo feito pelo Banco Rural ao Sr. Marcos Valério. Empréstimo esse do qual o Sr. Marcos Valério retirou as importâncias que destinou segundo as indicações do Sr. Delúbio Soares.

Nós já estamos solicitando o exame técnico desse documento do Banco Central para verificar se ele é realmente convincente, se ele condiz com as importâncias que foram feitas. Essa seria uma origem do dinheiro.

Por outro lado, há hipótese, há hipótese – que eu só levanto aqui porque a clareza da Comissão está sendo posta em dúvida – de que o dinheiro tenha vindo de superfaturamento de contrato de publicidade. Então, está se abordando a questão.

A terceira questão: teria o dinheiro e estaria mesmo no Brasil ou estaria no exterior?

E quarta: foi daqui para o exterior ou veio do exterior para cá?

São essas as questões que estão sendo objeto de investigações técnicas que, obviamente, não podem ser transmitidas publicamente à medida que avançam,

porque elas não chegaram a nenhuma conclusão e não é possível comprometer a idoneidade de pessoas, firmas e instituições a respeito de meras investigações.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Posso fazer uma observação, Relator?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Com muito prazer.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Diante desse empréstimo, há fortes indícios de que ele foi fictício, porque nem na contabilidade da firma de Marco Valério ele entrou. Um empréstimo dessa monta era para ter entrado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Claro! A contabilidade do Sr. Marcos Valério está sendo objeto de investigação na nossa Comissão pelos nossos assessores.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Exatamente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E temos em mente a hipótese, talvez necessária, de investigar inclusive a contabilidade do Banco Rural.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Isso mesmo. É uma boa idéia.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Então, eu quero dar a idéia à Comissão de que as coisas estão caminhando. Não há condições de caminhar com a velocidade que se pretende porque se envolve responsabilidade de pessoas, mas caminhamos para a conclusão que espero que não coincida com o final do ano.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO) – Eu acho que as informações foram prestadas, tanto da minha parte quanto a do Relator, e é exatamente isto, quer dizer, o que nós temos são dados que estão disponibilizados. Quem quiser pode trabalhar à vontade. O Relator está trabalhando e foi por isto que eu disse que nesta parte da Relatoria já há um trabalho sendo edificado. Agora, é evidente – como disse bem o Relator: ele não pode estar, aqui, anunciando qualquer mínima descoberta, qualquer dado que, de repente, pode não corresponder num momento final e o que, em **prima facie**, poderia demonstrar. Então, são situações de cautela necessária.

Nós temos, aqui, vários requerimentos que serão lidos. Em seguida, nós chamaremos o depoente.

Passo a palavra ao Relator para ler os Requerimentos e dar seus pareceres.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – Requerimento nº 347, de 2005, do Sr. Senador Rodolpho Tourinho, que solicita ao Exmº Sr. Renan Calheiros, Presidente do Congresso Nacional, a autorização de acesso para pesquisa a todos os documentos da extinta CPMI do Banestado, para fins de identificação

daqueles que possam ser de interesse da CPMI da Compra de Votos e objeto de posterior Requerimento de transferência de custódia a essa CPMI.

É um Requerimento de acesso a dados da CPMI do Banestado, tendo em vista a possibilidade de requisição dos mesmos.

Segundo Requerimento: Requerimento nº 575.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – RJ) – Sr. Relator, nós vamos votar os requerimentos, individualmente, ou todos, em um bloco?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Aí é quebra de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO) – É quebra de sigilo nesse primeiro Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO) – Vamos, então, votar um a um para facilitar e não perdermos mais tempo.

Em votação a matéria.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordarem com a proposta do Relator – com parecer favorável, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT-SP) – Sr. Presidente, só para adiantar: esse de nº 247 não está aqui. Eu sou favorável mas ele não está nesta lista.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO) – Ele já foi aprovado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Ele realmente não está.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO) – Agora já foi aprovado. Vamos ao subsequente.

Peço que passem a lista ao Deputado Devanir Ribeiro porque ele não a tem.

Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – Requerimento nº 575, de 2005:

“Requer a aprovação de preferência para votação do Requerimento nº 462 que requer que seja solicitado o acesso aos HDs, apreendidos pela Polícia Federal, na sede do Banco Opportunity.”

“Sr. Presidente, requeiro, nos termos regimentais, a votação em regime de preferência do Requerimento 462, de 2005, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa.”

Eu não identifiquei o nome do primeiro signatário.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – O importante é o número do Requerimento – está aqui: nº 462.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – Temos o Deputado Odair Cunha e, em seguida, a Senadora Ana Júlia Carepa e, finalmente, uma assinatura também ilegível.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Antes de votarmos, queria, inclusive, pedir ao Relator para fazermos uma....

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO) – Nós não temos quorum para deliberação de matéria de sigilo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – Nós não sabemos o que é isto aqui. Cabe à Senadora Ana Júlia Carepa explicar, agora, qual é o conteúdo do seu Requerimento?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – O Requerimento é o de nº 462 – todos o têm.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não tem aqui.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – É claro que está na sua lista, Deputada. Está aqui na sua lista – de uma olhada aqui.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PcdoB. BA) – Presidente, só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO) – Com a palavra o nobre Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PcdoB-BA) – É porque a confusão é a seguinte: o que o Relator leu foi o Requerimento de Preferência.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO) – Perfeito.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PcdoB-BA) – E pede que seja aprovado o Requerimento nº 462.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO) – O que interessa é a aprovação do 462. É evidente. O de nº 462 está na relação. Vamos conduzir o processo? Está na relação. Evidente que está uma síntese apenas.

Se os nobres Parlamentares desejarem ter o teor, nós poderemos fornecê-lo.

Eu concedo a palavra ao nobre Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, pelo que eu entendi, o Sr. Relator está lendo um requerimento de autoria... – que é um requerimento, é de preferência, mas é um requerimento. Então, esse requerimento, pelo Regimento Interno, parece que só pode ser apreciado – eu consultaria a Mesa – não sei se vinte e quatro horas posteriores a sua apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não, não. O que ela poderia agora...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas, acho que era bom consultar a assessoria da Mesa. Se for...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, Relator, eu já apresentei na semana passada um requerimento de preferência sobre este requerimento. Então, se é por isto, está resolvido o problema do Deputado José Rocha. Eu apresentei desde a se-

mana passada um outro requerimento de preferência sobre o mesmo requerimento.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não há necessidade de preferência, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não haveria necessidade de preferência. Poderíamos ir logo à votação da matéria.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – É só a senhora explicar o que deseja.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Pronto. Se deixarem, eu explico.

Um requerimento semelhante a este foi aprovado ontem na CPMI dos Correios. Mas esse aqui foi apresentado antes, até. Por quê? Na operação Chacal da Polícia Federal, que estava investigando as escutas telefônicas ilegais da Kroll, foi apreendido, por ordem da Justiça Federal, o HD do Banco Opportunity, banco este que é controlador de várias empresas e, também, que tem uma relação com o outro objeto desta CPI que é a questão da compra de votos, que foi a questão das privatizações.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A senhora está requerendo o quê?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Então, eu estou requerendo o seguinte, que aí está faltando uma palavra, inclusive: tem que ser nos termos...

Eu vou ler o requerimento cuja cópia tenho aqui:

“Sr. Presidente, requeiro, nos termos regimentais, seja quebrado o sigilo do HD do banco Opportunity e expedido ofício ao Juiz Titular da 5ª Vara Federal da Criminal da Justiça Federal de São Paulo, solicitando o acesso desta CPMI, a fim de proceder à perícia necessária aos HDs dos computadores apreendidos pela Polícia Federal na sede do Opportunity, por ocasião do Processo nº 2004.61.81009148-9, originário do IPL nº 120352/04”.

Tem um erro porque precisou colocar, precisa, é necessário colocar quebra do sigilo, porque é uma quebra de sigilo, visto que esse documento a Polícia Federal apreendeu mas não pôde ser periciado pela Polícia Federal. Nós estamos pedindo a quebra do sigilo para fazer esta perícia.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Exª sustenta, com a sua autoridade de Senadora, que essa documentação tem relação com a compra de voto?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Tem relação com as duas compras de voto, inclusive.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Baseado, então, na confiança de V. Exª, sou obrigado a dar parecer favorável.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Mas, Sr. Presidente, isso aqui não requer **quorum** porque é quebra de sigilo?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Sim, mas eu estou apenas dando o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Ele deu o parecer favorável. Eu só...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Não temos ainda **quorum**?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Nós não temos presença e aqui precisa presença, **quorum** presente.

Nós temos aqui...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Foi votado e aprovado ontem nos Correios, por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Não há **quorum** presente para a votação de quebra de sigilo.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Poderia colocar em votação outros e se, ao final da votação dos requerimentos, chegarem outros parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Por isso que eu já falei anteriormente: não teremos condições de quebra de sigilo neste momento. Então, devolvo a palavra ao Relator para que ele apresente o rol dos relatórios mas... pode dar o parecer favorável à quebra de sigilo, só que não teremos como votar.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Relator, vamos voltar, então, às do Senador Rodolpho Tourinho...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– A do Senador Rodolpho Tourinho já foi aprovado.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, só um. Só um.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Só o primeiro.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Por favor.

Aqui nós temos: votação de requerimento que não envolve quebra de sigilo.

“Justificativa:

Sr. Osmir Lima, Chicão Brígido e Zila Bezerra foram deputados federais na ocasião da aprovação da PEC da reeleição. Foram investigados pelo Ministério Público e pelo Banco Central por envolvimento na suposta compra de votos de parlamentares, haja vista a longa lista de requerimentos, etc, considere urgente apreciação e deliberação do citado requerimento.”

O requerimento diz respeito...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– 429.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– 429.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Convocação dessas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Convocação de quem?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Chicão Brígido, Osmir Lima e Zila Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Já foi aprovada a convocação.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Já? Então, está prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Está prejudicado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Pronto. Passa.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Requer a aprovação da preferência para votação do requerimento de convocação do Sr. Osmir Lima, Chicão Brígido e Zila Bezerra.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Esse já está passou.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Está prejudicado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Este é quebra de sigilo. Aprovado.

Requer a aprovado de preferência para votação de requerimento de quebra de sigilo bancário. Adiado.

Requer a aprovação de preferência para votação de requerimento de convocação do Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Isso.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Requerimento de preferência, de autoria do Sr. Deputado Odair Cunha, Senador Sibá Machado.

Ricardo Sérgio de Oliveira.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É o Requerimento nº 57.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Cinquenta e sete. Ex-Diretor Ricardo Sérgio de Oliveira, ex-Diretor da área internacional do Banco do Brasil, para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Também relacionado à compra de votos?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Isso. Exatamente.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu quero contestar. Eu quero contestar, porque esse Ricardo Sérgio de Oliveira não tem nada a ver com compra de votos.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Tem, tem e muito.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Tem tudo a ver.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)**O SR. PRESIDENTE** (Amir Lando. PMDB – RO)

– A matéria está em discussão. A Deputada Zulaiê, para discutir.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, eu também me inscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vou dar a inscrição a V. Ex^a, em seguida.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Esse pedido, Sr. Presidente, Sr. Relator, do Ricardo Sérgio de Oliveira, que é ex-Diretor da área internacional do Banco do Brasil, é da data antiga, do Governo Fernando Henrique Cardoso. Uma coisa muito antiga. Ele foi inclusive investigado, porque teria dado dinheiro para campanha, caixa 2, que é a mesma coisa que acontece, hoje, na campanha do Lula, que é caixa 2. Então não vejo envolvimento dele com compra de votos, nem na época de 1997, que é o caso específico de certos requerimentos aqui e, muito menos, agora, envolvimento da atual questão 2003/2004.

Portanto, o Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira foi já investigado nas questões de caixa 2 da campanha lá atrás, de 94, e talvez a campanha de 98. Não tem nada a ver com a questão de compra de votos, da reeleição do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Portanto, para mim, ele não tem nada a ver com essa questão da compra de votos e muito menos o mensalão.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao nobre Deputado Daniel.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, há farta documentação, notícias de mais de uma década dando conta do possível envolvimento do Ricardo Sérgio no processo de campanha eleitoral, de caixa 2 da campanha eleitoral em 94. Depois como elemento importante nas negociações que envolveram a votação da Emenda nº 01, que instituiu a reeleição para cargos executivos no Brasil, farta documentação também a respeito do seu envolvimento no processo de privatização, posterior à votação, que aconteceu posterior à votação da Emenda nº 01, que aconteceu em 97, e tem também elementos que envolvem o caixa 2 ou transações que participou o Sr. Marcos Valério. Há informação que o prédio que funciona uma das empresas do Marcos Valério, em Belo Horizonte, é de propriedade do Sr. Ricardo Sérgio.

Então, o Sr. Ricardo Sérgio frequenta todas as denúncias, informações, desde 94 até a possível compra de voto ou as intermediações feitas pelo Sr. Marcos Valério, agora, envolvendo o próprio Delúbio e outros elementos que já foram trazidos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Portanto, não há razão para não ouvirmos o Sr. Ricardo Sérgio. Ele estaria envolvido tanto na compra de votos ou poderia prestar esclarecimentos tanto no período da compra de votos para a reeleição quanto nesses episódios atuais que envolvem a intermediação do Sr. Marcos Valério. Portanto, é absolutamente oportuna a convocação do Sr. Ricardo Sérgio.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, o Sr. Ricardo Sérgio e o Sr. Eduardo Jorge, assim como Sr. Daniel Dantas, foram figuras enigmáticas e ativas na política brasileira durante um bom tempo. Basicamente em quase todos os escândalos brasileiros recentes houve o envolvimento de um dos três: os grampos do BNDES, a compra de votos para a reeleição, o arranjo societário que possibilitou o Banco Opportunity montar um esquema de compra das empresas de telefonia no Brasil, o financiamento de campanha.

O próprio ex-Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, como tesoureiro da campanha do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, em depoimento a alguns jornais na época, falou que houve uma sobra de US\$10 milhões da campanha do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Deputado, V. Ex^a me permite uma interrupção?

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr.

Relator, o que estou falando está escrito neste livro. Não é novidade.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não é mesmo novidade. O Deputado Valverde tem razão. Eles sendo investigados há cinco anos.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Há cinco anos. E todas as CPIs foram obstadas nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Asseguramos a palavra ao Deputado Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Em todas as CPIs que foram engendradas para apurar isso não foi possível fazer a investigação, foram arquivadas ou sequer foram instaladas. Temos a oportunidade de resgatar essa parte da história brasileira neste momento. A convocação do Sr. Ricardo Sérgio é importante para conhecermos a história e o funcionamento da política brasileira.

Acho que, evidentemente, haverá oposição a essa convocação. É natural que a Deputada Zulaiê Cobra se oponha. Mas, na verdade, ela não quer lembrar esses fatos. Nós queremos fazer com que haja investigação que à época deveria ter ocorrido e não o foi.

Podemos fazê-la agora pela transparência por que o Brasil hoje passa e também para satisfazer a opinião pública que quer saber toda a verdade.

Por essa razão, defendo o requerimento. Tere-mos oportunidade de ouvir figuras enigmáticas que ficaram à sombra há uma década e foram os gestores dos mais rumorosos escândalos da política brasileira nos últimos quinze anos.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Pre-sidente, quero falar porque fui citada.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando.PMDB – RO) – Não. Há uma inscrição.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presi-dente, só quero explicar. É importante só para rebater duas questões.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando.PMDB – RO) – Não posso.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Ouvi de maneira silenciosa o depoimento da Deputada.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ele falou meu nome, e eu preciso rebater.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando.PMDB – RO) – Perfeito.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Em pri-meiro lugar, quando dei razão ao Deputado Valverde, que tem até o nome no livro... Estou falando o seu nome para dizer que o senhor está falando a verdade. Agora, eles estão sendo investigados há cinco anos pelo Mi-nistério Público e pelo Judiciário. O Sr. Eduardo Jorge, inclusive, foi absolvido em onze inquéritos policiais, os quais foram arquivados, e o Sr. Ricardo também está sendo investigado há mais de cinco anos.

Estamos em um momento em que esta CPI ser-ve aos anseios desta CPI e trazer coisas do passado para serem analisadas não compete a nossa CPI, que tem um limite, uma fronteira, que é muito nítida. É claro que o PT, é claro que os Partidos de Base gostariam de desviar a atenção da atual CPI para coisas do pas-sado. É normal, é a política.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando.PMDB – RO) – Nobre Deputada.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O Depu-tado Devanir Ribeiro veio com um discurso muito bom de que não devíamos discutir política dentro dos obje-tivos da CPI. Concordo com o Deputado Devanir Ribe-iro. Não estamos aqui para discutir passado, temos de discutir o presente. Concordo que a compra de votos dessa emenda de 1997 faz parte desta CPMI.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É por isso mesmo, Deputada.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Portanto, estamos ouvindo todas as pessoas vinculadas.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando.PMDB – RO) – Nobre Deputada Zulaiê, V. Exª já teve oportunidade de falar sobre o tema.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Agora eu gostaria que ficasse claro um ponto.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando.PMDB – RO) – Eu entendi que V. Exª iria rebater...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Peço, então, votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – No momento certo, V. Exª poderá pedir.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, há denúncias e documentos que provam que o Sr. Ricardo Sérgio foi uma das pesso-as fornecedoras de recursos para compra de voto na emenda da reeleição. Está lá a denúncia. Inclusive, há vinculação nesse sentido. Fala-se até que foi publicada pela imprensa a presença dele. É preciso ouvir este homem porque a CPI também está investigando desde 1997. Temos de investigar. Ricardo Sérgio é fundamen-tal para nos dizer sobre o dinheiro que ele arrecadou para a compra de voto de Parlamentares para votar na emenda da reeleição.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Posso emitir o parecer, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes, o Vice-Presidente terá a palavra, assim como outros Parlamentares que ainda desejam falar.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Sr. Pre-sidente, imagino que estejamos aqui, com tranqüilida-de, para investigarmos tudo. A questão aqui não são os Partidos, mas a investigação. O objeto desta CPMI tem o passado e o presente – não podemos negar isso: a compra de votos para a emenda da reeleição do Fernando Henrique Cardoso e agora, atualmente, eventualmente.

Convocamos o Sr. Daniel Dantas. A rigor, pode-mos dizer que se trata do passado, da privatização. Mas o convocamos e o inquirimos. Precisamos trabalhar também as fontes de financiamento tanto da emenda da reeleição do ex-Presidente Fernando Henrique Car-doso, como das fontes de financiamento, eventualmente do mensalão, compra de votos, caixa dois.

Portanto, não devemos blindar ninguém. Se não deve, não teme e não treme. Devemos convocar com tranqüilidade. Se ele está sendo investigado e se há realmente denúncias de que fazia parte, suposta e eventualmente, da fonte de financiamento que pagou a reeleição...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não. Pagou o caixa dois.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Não. A reeleição do Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Chamo a atenção da nobre Deputada Zulaiê. Há orador com a palavra. V. Exª pode lhe pedir aparte se houver.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Há suspeita. Portanto, seria até prejudicial a ele se nós o blindássemos e não lhe déssemos a oportunidade – já que ele tem até investigado e, provavelmente, segundo alguns, até inocência – de vir aqui provar sua inocência.

Não devemos blindar nem o Governo atual, nem o Governo passado, nem as pessoas supostamente envolvidas no financiamento atual ou no passado. Devemos ter um critério único, mesmo peso e mesma medida para todos. Investigaremos. Ele vem e confere. Se não houver nada, não há nada, e as coisas caminham com tranquilidade.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Permito perfeitamente.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – As investigações, naquela oportunidade – eu estava na Casa em 1997 –, foram com relação ao Sérgio Motta. Ele foi chamado à Comissão de Justiça e foi investigado como sendo o homem que teria arrumado dinheiro para essa compra.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Se vamos fazer discussão, quero me inscrever.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Mas o Ricardo diz respeito à campanha de caixa dois. Ele virá aqui para nada. Ele já foi investigado, mas não tem nada a ver com essa...

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Não sei por que essa blindagem do Sr. Ricardo Sérgio.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Mas aqui há até uma convocação do Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Mas essa talvez não vamos aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos assegurar a palavra ao Deputado Paulo Baltazar.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Deputada, da mesma maneira que não acreditam que seja um homem só, o Delúbio Soares, que tenha feito o que está sendo feito, as pessoas têm o direito de não acreditar que seja o Sérgio Motta – que, aliás, já até

morreu – o único responsável por questões levantadas naquela época.

Falo isso para se evitar a blindagem e para haver o mesmo critério. Como há suspeitas, denúncias e informações – tanto o é que há investigações –, que tenhamos o mesmo critério com tranquilidade. Ele conseguirá, certamente, se não tem nenhuma culpa, poder se explicar, como todos que estão sendo convocados. Alguns que estão sendo convocados atualmente, eventualmente, não terão culpa e serão inocentados.

Não podemos, a priori, impedir a convocação. Essa é a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, como última inscrita, e, em seguida, darei a palavra ao Relator para o parecer e passaremos à votação.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, tem sido uma praxe, nas diversas CPIs, fazer-se uma proposta que todo mundo vote. Por exemplo, esse requerimento de quebra de sigilo do HD do Opportunity foi aprovado ontem na CPI dos Correios por unanimidade. Todos votaram favoravelmente.

Não estamos aqui para acobertar A ou B, mas, sim, para investigar tudo, absolutamente tudo. E vou dar mais uma relação, a que o Sr. Ricardo Sérgio, no processo de privatização, coincidentemente no mesmo ano também da emenda da reeleição. Então, não vamos aqui tentar investigar só uma parte da história, que é objeto da nossa CPI. A nossa CPI é: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar denúncia de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 01/95, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos. Ou seja, não vamos aqui querer só achar que estamos investigando a questão atual. Nós temos que, sim, investigar, é obrigação nossa investigar essa questão, e de onde veio. Assim como estamos investigando de onde veio o dinheiro para o Sr. Marcos Valério, assim também nós vamos investigar de onde veio o dinheiro para a suposta compra de votos na época do Fernando Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – A matéria vai à votação.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Ah, não, o voto do Relator. Perdão.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Desejo comunicar à Comissão que o Relator não levará em consideração para seu relatório absolu-

tamente nenhuma revelação, por mais contundente que seja, que não diga respeito às duas finalidades específicas desta Comissão. A primeira é a compra de votos para aprovação de matérias do interesse do Governo atual. A segunda, o levantamento e a entrega de recursos destinados a aprovar a Emenda da Reeleição, em 1997.

Nenhuma revelação referente à privatização ou qualquer outro problema que seja aqui suscitado será objeto de preocupação ou referência do Relator. As Comissões Parlamentares de Inquérito só se estabelecem para fins determinados, e a nossa tem dois fins determinados. Segundo: não se trata de bloquear pessoas, mas de evitar que pessoas que não tenham relação possível com os acontecimentos sob análise sejam sentadas nesta cadeira e apresentadas ao País com possibilidades de equívocos e de comentários malévols sobre a sua participação nos fatos. De qualquer sorte, tendo em vista o fato de que a pessoa referida neste debate foi objeto anteriormente de citações referentes a possíveis participações suas na questão da aprovação da emenda da reeleição, a despeito da oposição da ilustre Sub-Relatora, Deputada Zulaiê Cobra, meu parecer é favorável no sentido de ouvi-lo. Ouvi-lo especificamente sobre as determinações desta Comissão de Inquérito. É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Com o parecer favorável, a matéria já foi discutida, levaremos à votação.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que concordarem...

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Antes da votação, eu queria votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu tenho que fazer a votação. A nominal só poderá...

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu tenho que continuar a votação. V. Ex^a poderá requerer a verificação. Aí será nominal, não é? Porque a matéria...

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Porque aí...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, porque a matéria não envolve matéria cujo procedimento seja votação nominal. Ela pode acontecer da seguinte maneira, nobre Deputada.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Mas se eu peço a votação nominal, aí pode cair a nossa reunião. É isso que eu queria evitar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, mas se V. Ex^a pedir a verificação...

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Deixa para o fim, então, essa votação.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Mas aí, se vota, cai a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) –

Aí não vamos votar mais nada. Ou então, proponho...

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu proponho, então, uma outra coisa...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Proponho a mudança da pauta para que pudéssemos avançar naquilo que for considerado. Em seguida, levarei à votação.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, não se pode votar a matéria que é de conveniência de Parlamentar. Nós estamos aqui dando uma seqüência lógica.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, tudo bem. Nós poderemos submeter à votação, e aí ficam prejudicadas quaisquer outras apreciações em curso.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu queria colocar que há um requerimento do Senador José Jorge para a convocação do Sr. Ademar Palocci.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Temos vários requerimentos do Sub-Relator Tourinho.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, vamos votar essa matéria, porque, daqui a pouco, começa a haver ...

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Se nós votarmos os dois juntos, aí está tudo bem.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Não existe troca.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Está em pauta, sim. É convocação.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não há acordo para inversão de pauta.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Não. Não. Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pensei se haveria acordo para inversão de pauta. Acordo, não há. Então, vou colocar a matéria em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que concordarem com o voto permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Verificação. Agora, farei o chamamento nominal.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Requerimento nº...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Relator, infelizmente, terei que fazer chamada nominal.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sr. Presidente, posso fazer uma proposta?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Agora, neste momento, em processo de votação...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Deixem que ele faça a proposta.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Não, mas poderíamos retirar o pedido de verificação se nós concordássemos com o requerimento que prevê a oitiva de Adhemar Palocci.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Aí é a politização da politização. Aqui é a troca. Não existe isso.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Não é troca, não. É o mesmo peso e a mesma medida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Está vendo o que o PFL e os tucanos fazem?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Iniciado o processo de votação... Não tenho mais nenhuma proposta, nenhum acordo. Não posso fazer mais nada, a não ser a votação.

Passo logo à chamada nominal.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Tentei fazer o acordo, mas ele não quis...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há agora mais condições.

Senador José Jorge. (Pausa.)

Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Com o Relator.

Senador Rodolpho Tourinho; Senador Almeida Lima. (Pausa.)

Senador Leonel Pavan; Senador Luiz Soares (Pausa.)

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Espere um pouco, Sr. Presidente. O PSDB vai votar como?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não posso parar agora o processo de votação.

Senador Maguito Vilela (Pausa.)

Senador João Batista Motta; Wellington Salgado de Oliveira (Pausa.)

Senador Ney Suassuna (Pausa.)

Senador Sibá Machado. (Pausa.)

Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Voto “sim”, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Senadora Fátima Cleide.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não vai haver **quorum**, mas tenho que fazer a chamada. Infelizmente, essa é a formalidade necessária.

Senador Augusto Botelho (Pausa.)

Senador Sérgio Zambiasi; Senador Valmir Amarel.

Não há nenhum Senador suplente aqui.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, estou sendo convencida. Não quero criar problemas para a CPI. Muito pelo contrário, não tenho nada a ver com esse Ricardo Sérgio Oliveira. Só queria juntar, nesta CPI, o livro que foi citado pelo Deputado Valverde – este aqui – para juntar... O meu é este aqui.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos receber os dois.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Abro mão, até porque, Sr. Presidente, respeito muito o raciocínio do Relator. Se o Relator Ibrahim Abi-Ackel deu um parecer para ouvir, então, retiro a verificação de presença. Depois, quero colocar outro requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a V. Exª. Devolvo a palavra ao Relator. Há outros requerimentos a serem apreciados.

Está, então, prejudicada a verificação e, automaticamente, aprovada a convocação.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Requerimento – requer a aprovação de preferência para votação do Requerimento nº 28, de convocação do Sr. Orleir Cameli e Amazonino Mendes.

Essas duas pessoas já estão...

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço aos presentes que ouçam o Sr. Relator, senão não poderemos dar continuidade.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, pela ordem. É sobre os trabalhos. Temos os requerimentos do Sub-Relator, que são requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O Sr. Relator está agora apresentando uma ordem. V. Exª quer inversão?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não é inversão, é que o Sr. Relator priorizasse os requerimentos do Sub-Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Qual é o requerimento do Sub-Relator?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Todos esses.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O requerimento já foi aprovado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Todos? Um.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sim, mas estou em busca do outro e não estou achando.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – São muitos, são 22, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Estão grampeados, desculpem-me. Pensei que fosse um só, acompanhado de documentação. Peço desculpas.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Eu queria fazer um apelo ao Deputado Luiz Couto para retirar o seu requerimento de preferência para o Sr. Orleir Carmeli e o outro seu companheiro porque pretendo incluí-los na pauta imediatamente após o dia 26 de outubro, que é quando deveremos ouvir o Sr. Marcos Lacerda.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nós colocamos porque a questão não estava ainda discutida, mas, se V. Ex^a afirma que já estão convocados, então, acompanho o Relator.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Acompanhamos o Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Voltemos aos requerimentos do ilustre Senador Rodolpho Tourinho.

Nos termos regimentais, requer o Sr. Senador Rodolpho Tourinho que a CPMI dos Correios coloque à disposição desta CPMI da Compra de Votos os relatórios de fiscalização realizados pelo Tribunal de Contas da União em contratos públicos firmados por órgãos e entidades das Administrações Direta e Indireta, decorrentes de ações de iniciativa daquele órgão a partir dos fatos levantados pela CPI dos Correios ou Compra de Votos ou originadas de representação ou denúncias disponibilizadas pelo Exm^o Sr. Ministro-Presidente Adilson Mota, recentemente, bem assim as planilhas e consolidações acerca das irregularidades ou impropriedades apuradas até a data da entrega desses trabalhos pelo Tribunal. V. Ex^a vai colocar em votação?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Entendo que essa matéria, até ia pedir para o Sr. Relator uma metodologia mais rápida, que fizesse a síntese dos requerimentos para votarmos logo, para

isso não acumular. São pedidos de informações ao TCU absolutamente procedentes, pertinentes. O período está aí, ele já leu. É sobre fatos determinados, não tem período.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Tem um que tem período, porque até já vi, mas não é esse requerimento. Vou falar quando chegar o momento.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que concordarem com o parecer favorável do relator queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 549, do Sr. Senador Rodolpho Tourinho. Requer sejam colocados à disposição desta CPI de Compra de Votos documentos de números tais e tais. São numerosos os documentos e eu queria indagar do Senador Rodolpho Tourinho se esses documentos já estão na nossa Comissão.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Não, estão na CPI. É para trazer para cá, só isso.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Então, o que deseja o requerimento é que a CPMI dos Correios coloque à disposição desta CPMI os documentos relacionados sob os respectivos números. O parecer é pela aprovação.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem. Não tenho aqui a cópia desse negócio, desse requerimento.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mas V. Ex^a está ouvindo um requerimento feito ao vivo, integralmente. O requerimento está sendo lido integralmente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em votação o parecer favorável do Sr. Relator.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que concordarem com o parecer queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento nº 559, do Sr. Senador Rodolpho Tourinho. Requer seja encaminhado ao Ministro da Previdência e Assistência Social o seguinte pedido de informação: considerando as atribuições deste Ministério, mais especificamente inseridas na esfera da Secretaria de Previdência Complementar pela Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, e pela Lei Complementar nº 109, de 27 de maio de 2001, solicita ao órgão competente que seja esclarecida a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, pelos fundos de previdência fechados: Petros, Previ e Funcef, se a Empresa Angra Partners atua ou atuou como intermediária em

negociações envolvendo investimentos de recursos nessas fundações.

Parecer.

Tendo em vista que a Empresa Angra Partners figura repetitivamente em noticiários referentes às negociações do Sr. Marcos Valério, o parecer é pelo deferimento do requerimento.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Queria só que fosse aí questão temporal. É isso, que fosse colocado nos últimos oito anos. Sou favorável, mas acho que deveria ter isso: nos últimos oito anos, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pergunto ao autor se concorda com a complementação.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Ouço a respeito do Sr. Senador autor do requerimento.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Não tem o menor problema.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PPB – MG) – Limitado aos últimos?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Oito anos. Só. Oito.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não, porque...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Estou falando para poder colocar de 97 para cá, Sr. Relator, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Cinco anos, cinco anos.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O requerimento só pode dizer ao período objeto da nossa investigação. Não tem nenhum interesse em conhecer os negócios da Angra Partners de dez anos atrás.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Perfeitamente, a partir de 1997, que é a data da emenda constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Com o adendo proposto pela Senadora Ana Júlia e acatado pelo Relator, submeto à votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordarem com o requerimento e parecer favorável queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Requerimento nº 551, do mesmo Sr. Senador Rodolpho Tourinho. Nos termos regimentais, requeiro seja encaminhado ao Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles, pedido de informações que esclareçam as contas CC5 dos Bancos: Rural, Trade Link Bank e Rural Europa S.A., registram transações

feitas pelos Bancos Espírito Santos e MT Bank. O seu parecer é favorável.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Sr. Presidente, no caso de quebra de sigilo bancário não seria o caso de quorum de votação nominal?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, porque são informações.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não, porque são informações.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Queria acrescentar que fosse também de 97 até agora.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Muito obrigado a V. Exª pela sugestão. Faço o acréscimo que seja a partir de 1997.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos fazer uma leitura de todos. Vamos ver se não podemos aprovar em bloco.

O SR. (Orador não identificado) – Acho que tem razão a sugestão do Deputado Devanir.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Fazer a leitura em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pergunto se há consenso. Se há consenso, V. Exª fale o número dos requerimentos. Vamos então aprovar em bloco.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Só porque tem um requerimento, que eu já tinha lido, que especifica relação das operações de empréstimo realizadas nos últimos dois anos. Por exemplo, aqui no Requerimento nº 554.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Vota tudo desde 97, Exª.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Pela ordem.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Com prazer.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Só para esclarecer. Evidentemente, lutamos contra o tempo. Não é? E se a gente vai buscar coisas que até não existem, porque são fatos recentes lá para traz, nós vamos perder tempo. Eu não tenho nenhum problema que se verifique de 1997, só que leva muito mais tempo. Porque às vezes, para se buscar o nada, se vai perder tempo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu proporia o quinquênio, os últimos cinco anos, se fosse o caso.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas aí prorroga a CPMI, Presidente. Aí se prorroga até o ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu entenderia que poderíamos buscar os últimos cinco anos. Aí se tem um retrato. Cinco anos. Vamos

fazer tudo cinco anos, porque é o retrato do passado e do presente.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Mas aí como vamos investigar...

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Senadora, é difícil buscar coisas do século passado. Há consenso de cinco anos?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Queremos do período da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas esses fatos não dizem respeito à compra de votos de 95.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pode ser que tenha problema de 97.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Temos que ser lógicos.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Da questão das empresas do Marcos Valério, penso que pode ser. Eu tinha feito uma emenda aqui, no meu documento, para cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Cinco anos.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu tinha proposto cinco anos. Agora, em algumas questões deve ser de 97. Vamos ver.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas temos que aprovar em bloco.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu tinha colocado cinco anos.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Temos uma ponderação. Sr. Presidente, o autor do requerimento acabou de ponderar. Tudo bem, mas o problema nosso é que vamos ficar olhando, cinco anos está bom. Pega dois e meio agora e pega mais três para trás.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu não vejo necessidade de nós aqui fazermos uma devassa.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – O MT Bank foi um banco que movimentou as contas Depo e Bacon Hill.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas nos últimos cinco anos, V. Exª não acha que...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – E foi o *(inaudível)* também que recebeu recursos para o Opportunity Fund – Banco de Oportunidades das Ilhas Cayman. Então, é uma conta complicada, vai exigir investigação. Certo?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Mas já está complicado.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Então, cinco anos está bom.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Cinco anos está bom.

Vou fazer a ponderação. O relator colocará em votação todos os requerimentos. Evidente, o prazo é de cinco anos.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quero comunicar à Secretaria que os requerimentos do Senador Rodolpho Tourinho, de nºs 547 e seguintes, todos eles têm a limitação de até cinco anos passados.

Requerimento nº 552, requerimento ao Sr. Antonio Palocci, buscando informações do Instituto Resseguros do Brasil.

Requerimento nº 553, do Sr. Senador Rodolpho Tourinho, requerendo ao Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, lançamentos constantes referentes às empresas SMP&B e DNA. E relações de lançamentos em nome da Garanhuns Empreendimentos, Export Trading, nas contas CC5, etc.

Requerimento nº 554 do mesmo Sr. Senador ao Sr. Henrique Meirelles, buscando relações de operações de empréstimos dessas mesmas empresas.

Requerimento nº 555, do Sr. Senador Rodolpho Tourinho, requerendo ao Sr. Henrique Meirelles relação de operações de empréstimo realizadas nos dois últimos anos – há aqui uma exceção quanto ao tempo –, inclusive, de cuidadas renovadas de responsabilidade de Marcos Valério, SMP&B, DNA, 2S Participações, Multiaction, ou de quaisquer outras a ele ligadas.

Requerimento nº 556, do mesmo autor, requerendo ao Sr. Presidente do Banco Central relação de conta CC5 do Banco Rural Europa S.A.

Requerimento nº 557, do mesmo autor, requerendo ao Presidente do Banco Central pedido de informações e levantamento das contas CC5 do banco Trading Link Bank e apuração de onde elas foram abertas, com detalhamento de suas respectivas movimentações.

Requerimento nº 558, do mesmo autor, requerendo ao mesmo Presidente do Banco Central relação de operações de crédito realizadas nos últimos dois anos – outra exceção quanto ao tempo –, das empresas do Marcos Valério, as empresas SMP&B, DNA, 2S Participações e Multiaction.

Requerimento nº 559, do mesmo autor, que, nos termos regimentais, requer ao Sr. Nelson Machado, Ministro da Previdência e Assistência Social, relação de carteiras de aplicações do sistema em títulos de renda fixa dos Bancos Rural e BMG. Fornecimento de informações da carteira de aplicações da Sistel. Listagem das corretoras que operam no sistema financeiro com as quais a Sistel trabalha em negociações em mercados e os respectivos valores. Relação de todos os diretores e conselheiros das empresas em que a

Sistel tenha participação. Fornecimento da relação das doações de campanha feita pelas empresas citadas na eleição anterior.

Requerimento nº 560, de 2005, do mesmo autor, requerendo ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social relação da carteira de aplicações do Geap em títulos de renda fixa nos Bancos Rurais, mês a mês; informações sobre a carteira de aplicações da Geap nos casos em que houve administração terceirizada; listagem de corretoras que operam no sistema financeiro com as quais o Geap trabalha nas negociações em mercado e os respectivos valores por ela transacionados; relação de todos os diretores e conselheiros de empresa em que o Geap tenha participação; fornecimento da relação de doações de campanha feitas pelas empresas citadas na questão anterior; detalhamento por parte do Geap das suas carteiras de ações e investimentos em fundos.

Requerimento nº 561, do mesmo autor, requerendo ao Ministro da Previdência Social relação das carteiras do Fundo de Pensão Centrus, carteira de aplicação da Centrus etc.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É tudo igual.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Requerimento do mesmo autor ao mesmo Sr. Ministro, fazendo os mesmos requerimentos com relação ao Fundo de Pensão Eletros.

Requerimento nº 563, do mesmo autor, requerendo ao mesmo Sr. Ministro as mesmas relações referentes ao Fundo de Pensão Serpros.

Requerimento do mesmo autor, ao mesmo Sr. Ministro, fazendo as mesmíssimas requisições no que diz respeito ao Fundo de Pensão Portus.

Requerimento do mesmo autor, ao mesmo Sr. Ministro, fazendo as mesmíssimas requisições pertinentes ao Fundo de Pensão Real Grandeza.

Requerimento do mesmo autor, ao mesmo Sr. Ministro de Estado, fazendo as mesmíssimas requisições no que diz respeito ao Fundo de Pensão Funcef.

E requerimento do mesmo autor, ao mesmo Sr. Ministro, fazendo as mesmíssimas requisições ao Fundo de Pensão Petros.

E, finalmente, requerimento do mesmo autor, Senador Rodolpho Tourinho, ao mesmo Sr. Ministro da Previdência Social, requerendo as mesmíssimas informações pertinentes ao Fundo de Pensão da Previ.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. MORONI TORGAN (PSDB – CE) – Encerrando na seqüência, no Requerimento nº 568. Seria isso. Só para informar os números.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Quero só registrar para que votemos dessa forma. Que os

itens de todos os requerimentos dos itens nº 1, 2, 3, 4 e 5, que são idênticos, sejam referentes aos últimos cinco anos.

O SR. MORONI TORGAN (PSDB – CE) – Está bom, está certo.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – É onde tem os dois últimos anos, é isso, Senadora?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Não, querida.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Ficou estabelecido que, em gênero, a distância, no passado, de cinco anos, com exceção daqueles em que o próprio Sr. Requerente fixe o prazo de dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É só um.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Não, então... Não, Sr. Presidente, mas é exatamente... O autor concordou que fossem os cinco anos!

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Peço destaque.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas se o próprio Relator acha que a matéria do nosso interesse está no documento de dois anos para cá.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas eu acho que a nossa também está de cinco anos. É a posição dele com a nossa. Eu peço destaque, Sr. Presidente.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – É sim, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Está bom. Não tenho objeção nenhuma desde que o requerente...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eu peço destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não há destaque.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – O Relator disse que não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não, é para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Já está acertado. Todos serão cinco anos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não, do 558 em diante, é apenas os dois últimos anos. Ou nós votamos cinco anos ou nós não votamos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Serão todos cinco anos, nobre Deputado Luiz Couto.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Do Requerimento nº 558 para frente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Exceto aqueles já votados anteriormente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Do 547 para frente.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Do 558 para frente.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Não, não, Deputada, perdão. Tem mais, desde o 550.

O SR. MORONI TORGAN (PSDB – CE) – É do 548 até o 568, porque o 547 já tinha sido votado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Do 550 ao 568.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – A Mesa vai esclarecer.

Nós tínhamos votado em separado dois requerimentos. Eu vou ler.

A partir do subsequente...

A votação, neste momento, é do Requerimento nº 551, de 2005. O teor é exatamente as informações solicitadas ao Banco Central relativas à Conta CC-5 do Banco Rural.

Desses, para frente, é cinco anos... Até o final, 568.

Aqui, temos matérias que envolvem sigilo. Por isso, farei logo a primeira votação nominal. Começo desde logo.

Senador José Jorge.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, só para entender. Qual é essa votação?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Desde o primeiro, que é exatamente o 551. Começo aqui.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – É quebra de sigilo?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Envolve quebra.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Tudo bem. Então, proponho que comecemos por aquele que estava separado...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, eu vou começar pela primeiro. Depois, votarei todos. Vou começar por este, porque é a ordem natural.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

Sim?

O voto de V. Exª? Sim. Com o Relator.

Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Claro.

Senador Almeida Lima; Senador Maguito Vilela; Senador João Batista Motta (Pausa.)

Como é votação nominal, eu voto também.

Senador Wellington Salgado de Oliveira (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Senador Sibá Machado (Pausa.)

Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Senador Eduardo Suplicy (Pausa.)

Senadora Fátima Cleide.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Senador Augusto Botelho; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Valmir Amaral (Pausa.)

Agora, a suplência.

Senadora Serys Slhessarenko.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O PT está OK. Não, ainda tem uma ausência. Há alguns Senadores suplentes aqui? Não. Nenhum. Então, encerrei a votação com os Senadores.

Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente..

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Deputado Devanir Ribeiro.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Deputado João Correia.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Deputado Gastão Vieira; Deputado Wladimir Costa (Pausa.)

Temos alguns suplentes do PMDB. Deputado Mauro Lopes; Deputado José Divino; Deputado Darcísio Perondi (Pausa.)

PFL.

Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Deputado Júlio Redecker; Deputada Zulaiê Cobra; Deputado Agnaldo Muniz (Pausa.)

Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Deputado Arnaldo Faria de Sá; Deputado Agnaldo Muniz; Deputado Luiz Antonio Fleury; Deputado José Carlos Araújo; Deputado Fernando Coruja (Pausa.)

Deputado Paulo Baltazar.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos ver se temos alguns suplentes.

(Interferências simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

Já coloquei “sim”.

Deputado Fernando Ferro; Deputado Eduardo Valverde (Pausa.)

Mas, no PT, votaram os três, automaticamente, não temos nenhum.

Ausências no PMDB:

Deputado Mauro Lopes, Deputado José Divino, Deputado Darcísio Perondi. Já chamei e não tem ninguém.

No PFL, todos.

No PSDB, todos presentes.

PP.

Deputado João Pizzolatti; Deputado Pedro Canelo (Pausa.)

PTB.

Deputado Carlos Dunga; Deputado Marcus Vicente;

Deputado Neucimar Fraga (Pausa.)

Deputado Fernando Coruja, “sim”.

Não temos mais nenhum suplente a ser chamado. Vou fazer a soma.

O Senador Eduardo Suplicy vota “Sim”, em segunda chamada. Vou escrever aqui para não deixar dúvida.

Então, faço a soma. Presentes: 8 Senadores com voto “Sim”. Farei uma conferência. (Pausa.)

Temos uma suplente. Agora, titulares são 8 Senadores; com uma suplente, são 9 Senadores.

Como vota o Senador Wellington...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, temos 10 votos “Sim”.

Vamos para os Deputados. São 9 Deputados – nenhum suplente dos Deputados aqui presentes? Felizmente, temos ainda mais um voto. Foram 11 Senadores. Onze com oito...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Já temos votos. São 12 Deputados e 11 Senadores. São 23 votos.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – V. Exª não tinha posto 09 Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas eu estava somando os suplentes também.

Então, temos o seguinte: 11 Senadores, com 11 votos “Sim”; 12 votos “Sim”... São 23 votos “Sim”.

Portanto, aprovado.

Não houve nenhuma abstenção. Também não houve nenhum voto “Não”.

Então, foi aprovado o primeiro requerimento.

Vamos prosseguir naquele sistema que é infalível.

Então, vamos para o Requerimento nº 552.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – É o 462, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É o 552...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – V. Exª fala de todos do Senador Rodolpho Tourinho, é isso?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, há um que dei entrada agora sobre a quebra de sigilo do homem que veio ontem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não está aqui ainda.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Está sim. Está na mesa. Tem que quebrar, e nós temos que votar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campanha.*) – Um momento! Vamos pela sequência, senão...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu tenho o 483...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campanha.*) – Eu agora tenho esses

que já foram lidos, que já foram discutidos, do Exmº Sr. Sub-Relator. Eu gostaria de submetê-los à votação, que será nominal, na forma típica aqui da Comissão.

O Requerimento nº 552.

Os Srs. Senadores e Deputados que votaram “Sim” no requerimento anterior digam “Sim”. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 553.

A todos os Srs. Parlamentares que votaram “Sim”, eu pergunto se repetem o voto no Requerimento nº 553? (Pausa.)

Aprovado.

Da mesma maneira no Requerimento nº 554: todos os Srs. Parlamentares que votaram “Sim” repetem os seus votos? (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 555.

Todos os Srs. Parlamentares que votaram nominalmente “Sim” repetem os seus votos nominais? (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 556.

Todos os Srs. Parlamentares que já votaram nominalmente “Sim”, nos requerimentos anteriores, repetem no Requerimento nº 556? (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 557.

Da mesma maneira, os Srs. Parlamentares que votaram nominalmente “Sim” repetem os seus votos no Requerimento nº 557? (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Parlamentares que votaram “sim” nominalmente repetem seus votos com relação ao Requerimento 558? (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Parlamentares que votaram “sim” nominalmente repetem seus votos com relação ao Requerimento 559? (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Parlamentares que votaram “sim” nominalmente repetem seus votos com relação ao Requerimento 560? (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Parlamentares que votaram “sim” nominalmente repetem seus votos com relação ao Requerimento 561? (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Parlamentares que votaram “sim” nominalmente repetem seus votos com relação ao Requerimento 562? (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Parlamentares que votaram “sim” nominalmente repetem seus votos com relação ao Requerimento 563? (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Parlamentares que votaram “sim” nominalmente repetem seus votos com relação ao Requerimento 564? (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Parlamentares que votaram “sim” nominalmente repetem seus votos com relação ao Requerimento 565? (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Parlamentares que votaram “sim” nominalmente repetem seus votos com relação ao Requerimento 566? (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Parlamentares que votaram “sim” nominalmente repetem seus votos com relação ao Requerimento 567? (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Parlamentares que votaram “sim” nominalmente repetem seus votos com relação ao Requerimento 568? (Pausa.)

Aprovado.

Portanto, todos os requerimentos foram aprovados.

Concedo a palavra ao Relator. Existem outros requerimentos sobre a mesa.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu tinha o Requerimento nº 483, convocando o Sr. Adhemar Palocci. Peço ao Relator que seja dada prioridade à sua votação.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu só estou pedindo preferência.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Ele está apresentando requerimento. Não coloquei em votação. Vamos por partes.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Será que não posso nem pedir preferência?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Deputado é a mesma coisa. Fui Deputado dezesseis anos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Acho que o título de Deputado também nos honra. O

equivoco não é desonroso. V. Ex^a, então, apresenta esse requerimento, para o qual pede destaque especial?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não, eu já apresentei. Trata-se do Requerimento nº 483. É um caso que não foi discutido em nenhuma CPI.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Devolvo agora a palavra ao Relator para dar seqüência a uma série de outros requerimentos.

Como ainda temos que ouvir o depoente, peço para darmos uma certa celeridade e evitarmos as discussões para avançar. Em seguida, será apreciado, inclusive, esse pedido de preferência do requerimento de autoria do nobre Deputado José Jorge.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Requerimento do Sr. Deputado Moroni Torgan: requer preferência para apreciação dos requerimentos.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, quero apenas um esclarecimento, porque está havendo uma dúvida.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Requerimentos nºs 547, 548...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Relator, está prejudicado, porque são exatamente esses que já foram votados.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Peço um esclarecimento. O número 462, que também era de quebra de sigilo, foi votado, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Foi votado. Os Requerimentos nºs 462 e 463 foram aprovados unanimemente.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Muito obrigada.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Requerimento de autoria da Sr^a Deputada Zulaiê Cobra: requer a transferência a esta Comissão dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Manoel Severino dos Santos, que ontem depôs nesta Comissão.

Requerimento de autoria da Sr^a Senadora Ana Júlia Carepa: requer o acesso aos HDs apreendidos pela Polícia Federal. Esse já foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Sr. Relator, casualmente, esse requerimento não foi votado, porque, naquele momento, não tínhamos quórum. Vamos votá-lo imediatamente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Primeiramente, há o requerimento de autoria da Deputada Zulaiê Cobra.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O requerimento de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa é anterior. Em seguida, votaremos o outro.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O parecer é favorável.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O requerimento de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa é para quê? É quebra de sigilo de quem?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – De HDs apreendidos pela Polícia Federal na sede do Banco Opportunity. S. Ex^a declarou que há relação com os objetivos desta Comissão e eu fio-me na palavra da Sr^a Senadora e dou parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pergunto se há necessidade de repetirmos a votação nominal no requerimento de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, porque evidentemente ouvi algumas observações.

Como não há, vou adotar o mesmo critério.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que confirmarem seus votos nominais nos requerimentos anteriores digam “sim”.

“Sim”.

Aprovado como na forma anterior.

Temos agora outros requerimentos de quebra de sigilo, na seqüência.

Passo a palavra ao nobre Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Aprovado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Requerimento da Sr^a Deputada Zulaiê Cobra, pedindo a transferência a esta Comissão dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Manoel Severino dos Santos...

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Já foi votado agora, junto com o dela.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não, não, foi o anterior. Não, não!

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Primeiro ele leu o meu, depois leu o dela, e o dela foi votado primeiro?

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Mas não tem problema. Vota agora.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Esquisito!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Deputada, é que o requerimento dela estava em suspenso. Agora vai o de V. Ex^a.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Está certo, está bom, está bom. Então vamos lá!

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, agora, então, submeterei o parecer favorável.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– É que, antes da votação, houve uma interferência, aí não pudemos dar sequência. Então, faremos agora.

Em votação o parecer da nobre Deputada Zulaie Cobra, que trata de quebra de sigilo bancário do Sr. Manoel Severino dos Santos.

Os Srs. Parlamentares que votaram nominalmente “sim” nos demais requerimentos repetem seus votos “sim”? (Pausa.).

Aprovado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento do Sr. Deputado Júlio Redecker. Requer cópia de depoimento prestado à Polícia Federal por Victor Hugo Travassos. O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Essa matéria, evidentemente, não é de quebra de sigilo bancário.

Os Srs. Parlamentares que concordarem com o voto do Relator permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento de preferência para votação da convocação do Sr. Osmir Lima, Chicão Brígido....

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Isso já foi.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Peço que retire, porque já é objeto das minhas preocupações incluir na pauta.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Está prejudicado, e o depoimento já está até marcado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Um momento, por favor. Temos de fazer as anotações.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Já está prejudicado. Voto arquivado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requerimento do Sr. Deputado Luiz Couto e outros subscritores, pedindo a transferência do sigilo bancário de todas as contas dos partidos políticos com representação no Congresso Nacional nas quais há movimentação de recursos financeiros advindos do fundo partidário.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vamos estabelecer um critério. Não vejo relação alguma com a investigação, a não ser aqueles partidos que, diretamente, receberam recursos do Marcos Valério. Agora, quem recebe do fundo partidário são todos. Não vejo motivos para isso. Evidentemente que submeterei a discussão ao Plenário, concedendo, inicialmente, a palavra à nobre Deputada Zulaie Cobra; e, em seguida, a V. Exª, Deputado Eduardo Valverde.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – V. Exª

mesmo acabou de falar, Sr. Presidente – aliás, o Deputado Paulo Baltazar fez aqui um belo discurso, e vários outros Deputados também –, não estamos aqui discutindo questões partidárias, estamos discutindo os limites e os objetivos desta CPMI. Esta CPMI está investigando os partidos que estão envolvidos com esse dinheiro, que não é pouco, que veio de Marcos Valério para esses partidos. Até então, não temos ainda essa nitidez de onde veio o dinheiro, para que partido e qual a quantia. Agora, querer fazer com que todos os partidos abram seus sigilos bancários, sigilos de fundo partidário, para poder justificar um trabalho que estamos fazendo com determinados partidos, é uma situação partidária, é uma briga partidária para poder dizer: “Bom, também o PSDB, o PFL e os outros partidos vão abrir também.”. Estamos aqui muito objetivados nestes partidos, que já não são poucos: PP, PL, PTB e o PT. São quatro partidos que estamos aqui analisando.

Então, não vejo motivo algum para fazer com que todos os partidos sejam investigados, neste momento, por esta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr.

Presidente, não há uma questão bem clara, o Sr. Marcos Valério apresentou duas relações de doações: uma que foi divulgada, que até a Deputada Zulaie já nomeou os partidos. E uma segunda relação que é parte de um processo que está no STF, cuja cópia foi distribuída. E é parte integrante dos documentos que compõem o acervo desta CPMI.

Eu concordo de que todos os partidos... eu quero fazer um reparo em relação ao requerimento, porque devem ser todos os partidos que são citados nas listas do Sr. Marcos Valério. Nas listas e não em uma lista, porque inclui o também o PSDB, o PFL e o PDT. Está lá na lista que compõe... Certo? Então, as listas. Aí é coerente com a lógica da nossa investigação.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Se V. Exª me permite um esclarecimento, em nenhuma lista do Sr. Marcos Valério há referência de transmissão de recursos a partidos políticos; há pessoas, não há partidos.

De maneira, Sr. Presidente, que eu vou adiantar o meu parecer, se V. Exª me permite.

Trata-se da transferência do sigilo bancário das contas dos partidos políticos, nas quais há movimentação de recursos financeiros advindos do fundo partidário. O fundo partidário foi instituído exatamente para pagar conta dos partidos.

O parecer é pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Todos os partidos. Todos.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra por uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– O parecer do Sr. Relator é pela rejeição.

Mas, antes, concedo a palavra a V. Ex^a, nobre Deputado Redecker.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, naquela solicitação que V. Ex^a fez ao Sr. Delúbio Soares, solicitando que ele esclarecesse para quem e quais partidos ele deu numerário, ele acrescentou dois outros partidos senão me engano, que foram...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nós temos a resposta e foi distribuída.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Foi distribuída. Então, eu acho que se tem que fazer alguma coisa em relação aos partidos que receberam e ainda tem mais dois partidos incluídos. Então, eu gostaria que fosse observada a resposta assinada por escrito do Sr. Delúbio Soares, retratando os partidos para os quais ele repassou o dinheiro.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Ele não repassou dinheiro para partido. Ele repassou o dinheiro para pessoas citadas com o nome inteiro. Agora, não me importa que ele pertença ao PT ou qualquer outro partido. O partido... Não há absolutamente nenhuma referência a dinheiro recolhido em caixa de partido; o dinheiro foi recolhido por pessoas que eram os tesoureiros do partido. É outra coisa, e o parecer é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nós temos o parecer contrário.

Eu gostaria de colocar em votação logo essa matéria. Nós temos aqui um depoente a ser ouvido.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que concordarem com o voto contrário do Relator queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Com os votos contrários dos Deputados Luiz Couto e Júlio Redecker.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eu acho que... E a razão é a seguinte: é que nós...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– A matéria está aprovada, e matéria vencida não há mais o que se discutir.

Passemos ao requerimento subsequente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pelo menos, eu gostaria de dizer o seguinte: é que nós estamos, Sr. Deputado, investigando também Parlamentares que também... E não foram partidos, mas foram Parlamentares que se envolveram na compra de votos para a emenda da reeleição.

Então, não são partidos, são Parlamentares. Então, se têm Parlamentares que receberam devem, sim, ser investigados.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Se foi a Parlamentares, não foi a partidos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Passo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Requer aprovação de preferência para a votação do Requerimento dos Srs. Orleir Cameli e Amazonino Mendes.

Sr. Luiz Couto, informo a V. Ex^a que eles já são objeto de inclusão da pauta. O parecer, portanto, é pela prejudicialidade.

Requer aprovação de preferência para a votação do Requerimento nº 294, de transferência e quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira.

Como já houve aprovação no sentido de que ele seja ouvido, o parecer então é favorável para seguir a quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico do Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Já chamamos para vir depor, vai quebrar o sigilo antes que ele venha? Todo mundo que veio aqui ninguém quebrou o sigilo antes. O Delúbio veio aqui e não tinha sido quebrado o sigilo dele; ontem veio o Manoel Severino, aquele metido para burro, que chegou aqui ontem, e nós também não quebramos o sigilo bancário dele. Vamos quebrar o sigilo antes de ele vir?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nós queremos sigilo, quebra. Claro.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Primeiro ele vem se explicar. Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campanha.*) – Concedo a palavra a V. Ex^a para se posicionar a respeito.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Aqui, hoje, eu até abri da verificação da votação nominal, porque havia aqui um consenso – até o Deputado Paulo Baltazar falou muito bonito – de que ele viria aqui para dizer o que aconteceu. Agora quebrar o sigilo bancário, o sigilo fiscal e o sigilo telefônico antes que ele venha, isso para mim já é mais do que aquilo que foi pedido. Eu até abri mão, concordei, a minha posição é que ele venha depor. Acho que ele deve vir aqui se explicar, mas sem quebrar o sigilo dele antes dele vir, porque todo mundo que veio aqui e com acusações seriíssimas, como o Sr. Marcos Valério, não tinha o sigilo quebrado ainda, e ele veio aqui com **habeas corpus** do Supremo Tribunal Federal. O Sr. Delúbio veio aqui com **habeas corpus** e sem sigilo quebrado. Agora que nós estamos quebrando.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campainha.*) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Valverde e ao Deputado Luiz Couto, os dois. Primeiro, V. Ex^a.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É o seguinte. Aqui nós tivemos quebra de sigilo fiscal antes de convocação de pessoas. Pode olhar o apanhamento taquigráfico que tem. Hoje, inclusive, foi reclamado pelo Deputado José Rocha e pelo Deputado João Correia de que, muitas vezes, as pessoas vêm e como nós não temos as informações do sigilo fiscal, bancário e telefônico, não temos argumentação para contrapor.

Então, é fundamental que, ao convocar a pessoa, também nós tenhamos a quebra do sigilo fiscal e telefônico, porque aí será um elemento para confrontar na oitiva se aquela pessoa está ou não dizendo a verdade.

Então, é uma razão mais plausível para que nós tenhamos elementos para que, no confronto da oitiva, nós não sejamos enganados pela pessoa, porque não temos informações. Por que esperar? Vamos convocar outra vez a pessoa?

Então, a argumentação é esta: de que nós devemos ter a quebra do sigilo fiscal e telefônico das pessoas que forem convocadas.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu quero apenas dizer o seguinte: **modus in rebus**, é preciso ter cautela contra essa questão. Imagine que alguém venha aqui a prestar um múnus público de depor, de prestar um depoimento; quer dizer, nós vamos convocar uma testemunha e, primeiramente, quebra-se o sigilo da testemunha. Realmente não é um critério, não pode ser generalizado; não é um critério que sirva como uma linha de conduta da Comissão. A quebra deve acontecer caso a caso.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Escreva, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – A quebra deve acontecer. Quer dizer, eu tenho que emitir aqui para conduzir o processo; senão nós vamos chamar uma testemunha... O sujeito se dispõe a vir aqui prestar uma informação e vamos quebrar...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Não é qualquer testemunha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, quer dizer, nós temos que quebrar daquelas

pessoas que realmente... Com critério, que tenham indício.

Era essa a questão preliminar, mas eu, evidentemente, quero estabelecer uma linha de conduta legal aqui da Comissão e, no mínimo, de bom senso. Agora, é evidente que vamos quebrar os sigilos bancário, telefônico e fiscal, de todos aqueles que forem necessários, mas que tenham indícios, que tenham algum ponto em que a gente diga não, aqui é necessário. Porque não pode ser uma preliminar, nós estamos propondo aqui uma proposta preliminar. Eu acho que deve ser um recurso final; senão final, pelo menos um recurso...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Ouço V. Ex^a, nobre Deputado Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Eu vou dar um exemplo aqui da... Não são pessoas comuns. Os que estão sendo convocados é Ricardo Sérgio, Eduardo Jorge, o Daniel Dantas, não são pessoas singelas, são personagens da nossa História recente.

Eu vou dar um exemplo do depoimento do Sr. Daniel Dantas. Indagado a ele se tinham brasileiros no Fundo de Investimento Opportunity Fund ele negou. E fatos há, e esses fatos serão elucidados com HD, aquela do HD, e iremos ver que há brasileiros que têm investimentos no Opportunity Fund nas Ilhas Cayman. Se nós já estivéssemos naquele momento o HD na mão, essa resposta negativa dele seria elucidada, seria desmascarada.

Então, esse personagem é tão importante, é muito interessante que nós tenhamos elementos na mão, de convicção, porque ao indagar um cidadão e ele postergar ou negar a informação, nós temos como fazer a contradita; senão será novamente um movimento inócuo se nós não tivermos um elemento de convicção e comprovação para saber se o depoente está falando a verdade. Certo? Não são pessoas comuns, são pessoas enigmáticas, são pessoas que ocuparam o espaço político no Brasil em cargos importantes e não podemos tratá-los de maneira como se nós ouvíssemos outras pessoas de menor importância.

Então, aquele exemplo do Sr. Daniel Dantas é um exemplo sintomático. Toda a Comissão ficou, na verdade, sem poder fazer elevadas indagações, porque ele acabou negando todas as acusações e nós não tínhamos nenhum elemento de confrontação. Então, a quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal do Sr. Ricardo Sérgio é medida que se impõe para apurar a verdade.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Igualmente do Sr. Delúbio, que veio aqui sem quebra de

sigilo, e do Sr. Marcos Valério, que até hoje não foram presos. Sequer foram presos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu gostaria de passar a palavra. Peço à nobre Deputada Zulaiê...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campanha.*) – Passo a palavra ao nobre Deputado Júlio Redecker.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Quando veio aqui, não.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Terei de suspender a reunião. Nós vamos perder tempo.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Júlio Redecker.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, eu vejo aqui, em função da citação do Deputado Eduardo Valverde, que ele, reiteradamente, fala no nome do Dr. Eduardo Jorge Caldas Pereira. E ele tem o Ofício de Convocação 432, a respeito do Dr. Eduardo Jorge Caldas Pereira. Quero dizer aqui que a Bancada do PSDB tem todo interesse em ouvir o Dr. Eduardo Jorge. Se quiserem aprovar a convocação dele aqui...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – A do PFL também, Deputado.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – ... nós somos favoráveis.

Então, sempre que nomina uma pessoa... Ele já foi inocentado judicialmente, o Ministro José Dirceu pediu desculpas publicamente por todas as acusações que fez a ele, e eu quero dizer: se o senhor continua a nominá-lo, eu gostaria que convocássemos o Dr. Eduardo Jorge aqui para que ele pudesse não se defender, porque ele não deve nada, mas que ele viesse aqui depor para acabar com essa disputa partidária, que não nos interessa. Queremos aqui é chegar a alguma conclusão.

Eu queria aditar ainda, Sr. Relator e Sr. Presidente, que fico olhando aqui a lista de convocações que está em nossas mãos. Há pessoas aqui fundamentais, que deveriam ser ouvidas e que não foram ouvidas ainda. Por exemplo, por que não ouvimos o Sr. José Francisco Rego, que é um requerimento do Senador José Jorge, que é o Tesoureiro da agência do Banco Rural aonde todo mundo ia? Por que não ouvimos aqui também outras pessoas, como o Sr. Jair dos Santos, que é motorista do ex-Presidente do PTB e foi aqui solicitado pelo Senador Sibá Machado, que é um homem que distribuía o dinheiro? Quer dizer, nós estamos falando em mensalão, as pessoas dizem que

não, não existia mensalão, e pessoas fundamentais não foram faladas. Ninguém chamou ainda o patrão daquele rapaz que carregava os dólares na cueca, o Sr. José Nobre Guimarães, de quem tem aqui também um pedido de convocação.

Acho que essas coisas também têm de ser feitas, senão...

O ex-Deputado, Vice-Governador, Benedito Domingos também está aqui numa solicitação do Senador José Jorge, quer vir depor, quer esclarecer os fatos quanto ao mensalão, e nós estamos aqui, fugindo muitas vezes dos objetivos em discussões, e não vamos trabalhar no sentido de apurar pessoas fundamentais.

Será que o Gerente de Expediente da agência do Banco Rural que pagava, mediante autorização por telefone ou por fax – nem sempre por meios legais para autorização de distribuição de dinheiro porque é preciso a firma – nós não convocamos?

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu gostaria aqui, Sr. Presidente, de solicitar que nós fizéssemos uma revisão.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O que está em discussão, Sr. Deputado, é a questão do sigilo bancário do Sr. Ricardo Sérgio. Essa é a questão que estamos discutindo.

V. Ex^a requeira o que lhe parecer conveniente agora. Quero dizer a V. Ex^a que não darei parecer favorável para ouvir absolutamente nenhum sujeito que foi pego no aeroporto com dinheiro na cueca porque isso tem relação com o Ceará, não tem relação com as questões parlamentares que V. Ex^a chama de mensalão. É outro problema. Nossa grande dificuldade é nos mantermos contidos dentro dos nossos limites.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex^a poderia, então, emitir parecer sobre o tema em questão?

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes, concedo a palavra ao Deputado Paulo Baltazar.

Peço desculpas ao nobre Relator.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Sr. Presidente, penso que, nessa questão específica da quebra do sigilo bancário, precisamos desarmar um pouco os espíritos. Na verdade, é uma questão de critério. Se estabelecermos critério – e o critério era que todo

mundo que viesse aqui tivesse quebrado o sigilo bancário –, tudo bem.

Penso que é preciso ouvir, não há nenhuma razão para atropelarmos. Podemos ouvi-lo aqui com tranquilidade. Se, ao levantarmos as questões, entendermos que há situações que não foram explicadas, como aconteceu ou vai acontecer com o Sr. Manoel Severino, nós poderíamos quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico. Digo isso com tranquilidade, Deputado Moroni Torgan, Presidente da CPI do Narcotráfico, porque a gente tinha quase que como regra a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico.

Agora, se o critério não for estabelecido para todos, vamos acabar provocando essa disputa político-partidária que não interessa à Comissão e não há nenhuma perda de valor se o ouvirmos e, depois de ouvi-lo, quebrarmos os sigilos fiscal, bancário e telefônico. Acho que é uma questão de bom senso. Nós podemos ouvi-lo com tranquilidade e depois avançar, porque há uma questão específica de 1997, a da reeleição, a da fonte de financiamento, pode ser que sim ou que não, mas podemos ouvi-lo e depois quebrar. Acho que ficaria melhor fazermos isso e levarmos tranquilidade, neste momento, porque não fizemos isso com todos os outros; não fizemos isso com todos os outros. Penso que podemos avançar se tivermos esse critério.

O SR. (Orador não identificado) – O Delúbio veio com o sigilo quebrado.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Ele o ofereceu.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Deputado Paulo Baltazar, só um aparte. Quero aqui dizer que nada nos impede de mudar o critério. Se para mudar o critério hoje é necessário que se quebre o sigilo bancário do Sr. Ricardo Sérgio, inclusive voto favoravelmente, então que todos aqueles que já foram convocados, de agora em diante, tenham a premissa de que o seu sigilo bancário será quebrado. Se esse for o critério a partir de hoje, acho excelente, acho que poderíamos adotar esse critério.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Mas não foi critério no passado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Fiz uma ponderação e temos que ter critérios para a quebra de sigilo, não se pode generalizar. Não se pode pensar que qualquer pessoa que venha aqui... E citei casos extremos. Evidentemente, sempre que houver indícios de que um determinado depoente tiver problema nessa área e que desvendar o seu sigilo é importante para esclarecer um fato, tudo bem. Estamos, inclusive, quebrando hoje cerca de 20 requerimentos nesse sentido.

Então, neste momento, darei a palavra ao Sr. Relator para emitir o parecer sobre o tema.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Entendo que as questões referentes às quebras de sigilo telefônico, bancário, fiscal de uma pessoa exigem a maior prudência e cautela. Se adotarmos como regra que toda pessoa que for por nós convocada para prestar um esclarecimento, um auxílio, uma ajuda à nossa Comissão tiver os seus sigilos bancário, fiscal e telefônico previamente quebrados ele já senta nesta cadeira como indiciado, como acusado e nós não podemos fazer isso com pessoas cujo depoimento não podemos avaliar, cujo grau de interveniência naquilo que estamos examinando possa ser devidamente examinado.

Então, **data venia**, dou parecer contrário e sigo o precedente criado por um requerimento da Deputada Zulaiê Cobra. Se a pessoa inquirida revelar, no seu depoimento, intuito de esconder a verdade, se ela revelar-se mentirosa ou afastada da verdade, justifica-se buscar a quebra do sigilo para até a hipótese de um novo depoimento. Mas, neste caso, o parecer é no sentido da rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Em votação o parecer do Exmº Relator.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordam...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Já foi discutida a matéria longamente; agora é a votação.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, é uma proposta de encaminhamento no sentido de sustar esse requerimento, de adiá-lo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Concordo com V. Exª. Modifico o parecer no sentido de retirar o requerimento de pauta e de discuti-lo na hipótese de o depoimento do Sr. Ricardo vier a sugerir a sua conveniência.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Isso. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Precisamos encerrar. Eu peço ao Sr. Relator que encerremos logo essa fase, porque temos um depoente esperando.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, há duas inversões de pauta. E são duas convocações.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, tem uns requerimentos que eu apresentei.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O último requerimento é do Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, tem o do INSS; são mais dois requerimentos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu tenho um requerimento também. (Pausa.)

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Há seis requerimentos dos Deputado José Rocha pedem substancialmente o seguinte: que, nos termos regimentais, a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico das pessoas físicas e jurídicas indicada: Destilaria de Álcool e Aguardente da Barra LTDA; João Carlos Rego Mendes, Eliana Célia da Silva; quebra de sigilo bancário de Schahin Engenharia LTDA, Salim Taufic Schahin, Milton Taufic Schahin; quebra de sigilo bancário de Unital LTDA, Domingos Gonçalves de Oliveira Fonseca...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – De onde é isso, Sr. Presidente? Qual o número?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – ... Rosângela Lurbe Fonseca, Roberta Lurbe Fonseca. Maiuri Lurbe Fonseca e numerosas outras pessoas.

Eu gostaria de pedir ao Deputado José Rocha que nos permita pelo menos o tempo necessário para estabelecermos...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Vou esclarecer, Sr. relator. Essas pessoas são as que foram identificadas na ponta de recebimento da Garanhuns, Marcos Valério Garanhuns, após a quebra do sigilo bancário do Sr. Marcos Valério. Essa mesma quebra de sigilo foi pedida à Comissão dos Correios, para sabermos realmente o destino daqueles recursos da Garanhuns, como chegaram a essas pessoas e o seguimento e o rastreamento para onde esse dinheiro foi. Nesse sentido é que são os nossos requerimentos.

Todas essas pessoas são fruto da quebra de sigilo do Sr. Marcos Valério.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Se o senhor quiser examinar...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eu pediria ao Deputado José Rocha que me desse o tempo necessário para verificar a conveniência porque são dezenas de pessoas. Então, renovo a minha preocupação com a quebra de sigilo bancário das pessoas. Essa é a coisa da maior seriedade. Tenho confiança no critério do Deputado José Rocha, excelente Deputado, grande membro desta Comissão, mas o relator precisa de tranquilidade, segurança para dar o parecer. Vou verificar e prometo a V. Exª que, na próxima reunião da Comissão, eu mesmo...

O SR. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, só duas questões que foram levantadas aqui: um requerimento do Senador Sibá Machado, que não foi aprovado, porque o Jair dos Santos, motorista do

ex-presidente do PTB, José Carlos Martinez. V. Exª está fazendo um rol para ouvir todo mundo. Então, teria esse que o número 60 dos requerimentos e os números 139, que é o José Francisco Rego, ex-tesoureiro da agência do Banco Rural de Brasília, que o Deputado Júlio Redecker levantou. São dois depoimentos. Esse aqui foi do Senador José Jorge. Realmente, não tínhamos atentado para esses dois depoimentos. São importantes.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Deputado, aventei, mas acontece que é o motorista de um Deputado morto, infelizmente falecido, grande figura que todos conhecemos. Eu entendi que era inútil, porque ela vai dizer que entregou o dinheiro para a pessoa que já faleceu.

O SR. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E o Sr. José Francisco Rego, tesoureiro da agência do Banco Rural em Brasília?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Entendi que a D. Simone Vasconcelos, ao prestar seus depoimentos, esclareceu todas essas questões da agência. Ela declarou todas as pessoas que receberam.

O SR. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Mas ele era o tesoureiro do Banco, ele que dava dinheiro para ela.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Está bem, concordo com V. Exª. Não me cabe absolutamente estorvar nada. Então, recomendo à Secretaria da Comissão que inclua na pauta no Sr. José Francisco Rego.

O SR. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – José Francisco Rego, ex-tesoureiro do Banco Rural, porque ele foi mandado embora.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, o relator anunciou que os últimos requerimentos de preferência seriam esses do Deputado José Rocha. Encaminhei à mesa um requerimento de preferência, pedindo votação hoje dos Requerimentos 480 e 481. Até tratei com o relator sobre o conteúdo do requerimento.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Deputado, infelizmente, esses requerimentos não chegaram às minhas mãos.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Entreguei pessoalmente a V. Exª e conversei com V. Exª.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Desculpe-me, são tantos os requerimentos, que não chegaram em minhas mãos. Eles não se encontram aqui.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – E o requerimento de preferência para o 483, que é de minha autoria?

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Eu então reitero, Sr. Presidente, nobre Relator. Eu conversei com V. Ex^a, que até me ponderou se era um requerimento relacionado ao INSS.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Esse requerimento, Sr. Deputado, já foi votado.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Não, não foi votado, não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – É aquele que diz respeito à Unesco?

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Isso.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Bom, e o Senador José Jorge até fez considerações a respeito; e ele foi rejeitado.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Não, ele consta aqui na relação dos requerimentos ainda a serem apreciados, nessa relação que foi distribuída pela Secretaria, e eu fiz hoje um requerimento de preferência para a votação desses dois.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Pelo que eu me lembro...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu também acho que ele foi rejeitado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Pelas considerações feitas pelo Senador José Jorge, o requerimento foi rejeitado, porque a matéria está na Justiça e envolve problemas com a Unesco.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Exatamente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E entendemos não ter relação com a nossa Comissão.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Secretaria vai avaliar se houve a rejeição.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Não, está aqui. Consta aqui na relação. Não foi rejeitado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A Secretaria vai avaliar se houve a rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Passo a palavra ao Deputado Odair, que pediu primeiro. Depois ao Senador José Jorge.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu queria dialogar com a Comissão, nobre Presidente, e com o nosso relator no seguinte sentido. Com relação à presença do tesoureiro do Banco Rural, nós poderíamos sobrestar ou retirar de pauta, lógico com a vênua da Deputada Zulaiê Cobra, e analisarmos esse requerimento após a acareação, visto que, se restar dúvidas na acareação, eu entendo que seria...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Exato. Se restarem dúvidas no que diz respeito à acareação, eu acho que um elemento que pode ajudar a elucidar os fatos é a vinda do tesoureiro. De outra forma, acho que, neste momento, isso ainda não é necessário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra o Deputado José Rocha. Depois, o Senador.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente e Sr. Relator, quero chamar a atenção em relação a essas questões das oitivas. Estamos aqui e vamos perder muito tempo nesta Comissão. E temos pouco tempo para ouvir pessoas que não vão aqui trazer realmente dados importantes para a relatoria da Comissão. O que o tesoureiro do banco vai chegar aqui e dizer? Que recebeu ordens, entregou e acabou. E estaremos aqui por doze horas inquirindo o tesoureiro. Devemos chamar é o Presidente do banco, que é o responsável pelo banco. A exemplo desse auxiliar do ex-Ministro Anderson Adauto que vamos aqui ouvir hoje, que é o Sr. José Luiz Alves.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E tudo indica que ele vai ficar para amanhã.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Que já fez um ofício a esta Comissão, confirmando que ele recebeu, que entregou ao Sr. Anderson Adauto, que já confirmou que recebeu o dinheiro. Então, a pessoa que deve ser ouvida aqui é o Sr. Anderson Adauto, e não o Sr. José Luiz Alves. Estamos aqui perdendo tempo precioso nesta Comissão para não termos resultados objetivos a que a Comissão se propõe.

Portanto, quero aqui fazer esse alerta à Mesa Diretora desta Comissão, para que possamos centrar mais o foco dos nossos trabalhos, se não vamos aqui chegar ao final da nossa CPI sem ter os resultados que todos nós desejamos e que a população deseja.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Deputado José Rocha, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com licença... Deputada Zulaiê, tem V. Ex^a a palavra.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O que eu coloquei ao Relator é que S. Ex^a vai analisar. S. Ex^a possui um elenco de nomes que S. Ex^a vai marcar ou não para nós ouvirmos. Se V. Ex^a achar, no seu raciocínio, que não, V. Ex^a trará na próxima reunião, dizendo “Olha, nós não vamos ouvir por causa disso, disso e daquilo.”

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Eu queria combinar com as Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, para ouvir o depoente e mais três pessoas. Trata-se do Senador José Jorge, do Deputado Fernando Coruja e do Deputado Luiz Couto.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Eu necessito de um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Esclarecimento... depois de ouvirmos esses três Parlamentares, para que possamos ouvir o depoente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, posso falar ou não? Já fui citado e a minha vez é sempre passada adiante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Pois, não. Passo a palavra ao Senador e, depois, ao Deputado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, tenho o Requerimento de n. 483. O Deputado Moroni Torgan inclusive pediu preferência, e ele está nas mãos do Relator, que é convocando o Sr. Adhemar Palocci. O Sr. Adhemar Palocci foi acusado de participar de um esquema de coleta de recursos para a eleição, particularmente no Estado de Goiás. Mas, hoje, o Sr. Adhemar Palocci exerce um cargo nacional, ele é Diretor da Eletronorte. Acho que, mesmo ele sendo irmão do Ministro Palocci – na realidade é um ministro responsável por uma área importante do Governo –, nós não deveríamos deixar de ouvi-lo, mesmo para que ele tenha oportunidade de se defender das acusações de tráfico de influência e também pelo fato de ele exercer um cargo em comissão de uma estatal importante, como a Eletronorte. Eu acho que seria bom para ele e para a Comissão que nós o ouvíssemos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu queria retomar essa questão naquilo que é consensual, senão nós não avançamos mais nada hoje.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Mas, Sr. Presidente, eu queria fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu tenho aqui...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Nós tínhamos coisas...

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Eu queria fazer um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu tenho aqui uma série de requerimentos que eu entendo que seriam consensuais. É exatamente a quebra de sigilo daquilo que foi quebrado... Das corretoras que já foram quebradas na CPMI dos Correios. Eu queria, se isso fosse consensual, que nós dêssemos preferência a essa matéria consensual, para podermos avançar; senão nós vamos ficar, agora, numa...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas eu acho que o do irmão do Ministro Palocci é consensual também. Eu acho que...

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, eu queria...

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não. Não é não.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Eu também acredito que seja consensual, como o Luiz Sérgio foi consensual.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Eu queria um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É óbvio que não é.

Então, eu peço... eu peço... eu peço...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Não. Aí não tem roubalheira no Governo para botar caixa... não tem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Olha, quando não há consenso, não é motivo de...

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, eu queria que a gente...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há consenso. Não há consenso. É óbvio que não há consenso.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Um esclarecimento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, eu gostaria só de...

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Essa generalização da questão de roubalheira é muito complicada, porque realmente nós temos muita roubalheira neste País há tantos anos e por isso tem que limpar tudo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas eu tenho consenso nesses aqui e gostaria de avançar.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Deputado Daniel Almeida.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Há no mínimo doze anos.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Eu queria, Sr. Presidente, esclarecer. Eu informei que encaminhei à Mesa um requerimento pedindo preferência para os Requerimentos nºs 480 e 481. O Relator encontrou o requerimento que se encontra na mesa desde o início da reunião. Esses dois Requerimentos nºs 480 e 481 não foram votados.

Sr. Presidente, trata-se de solicitar...

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Nobre Deputado Moroni, trata-se de solicitar cópia de um processo administrativo disciplinar...

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vamos manter a palavra ao orador e eu quero assegurar a palavra ao próprio. Pode continuar.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, há ou não há consenso para votar esse...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Sr. Presidente, V. Exª tem razão.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Porque ninguém se pronunciou contrariamente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– O seu requerimento não foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Vamos ver se há consenso.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Ele estava na mesa envolvido em outros papéis.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Claro. Eu entendo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Está aqui ao meu lado. Se V. Exª me permitir eu me manifestarei.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Vamos logo! Vamos logo ao teor dele, para ver se há consenso.

Com a palavra o Relator, para dar conhecimento ao Plenário do teor dos requerimentos.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– O Sr. Deputado Daniel Almeida requisita, por meio de duas petições com números sucessivos, 480 e 481, em primeiro lugar, uma cópia ao Instituto Nacional do Seguro Social, integral, inclusive apensos, do Processo Administrativo Disciplinar nº tal – Unesco – ou de qualquer outro procedimento administrativo instaurado no âmbito do INSS destinado a investigar contratos celebrados pelo INSS com a Unesco, órgão da ONU, da Organização das Nações Unidas.

O último requerimento, de nº 481, requer cópia, requisita ao Ministério Público Federal, através da Procuradoria Geral da República, cópia de todos os procedimentos, investigações, inquéritos, averiguações porventura instaurados, inclusive com sigilos de dados que contiverem destinados a investigar os fatos narrados no Processo Administrativo Disciplinar número tal – Número do processo anterior, Unesco – do Instituto Nacional de Seguro Social, que se destinou a apurar irregularidades na contratação de pessoal através de convênios com entidade internacional – Unesco – ou sobre qualquer outro procedimento instaurado no âmbito daquela autarquia.

Esses são todos os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Há consenso? Como não há consenso, não vou nem submeter à discussão. Vamos ao nobre Relator. Não há consenso, não vamos perder tempo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu quero saber se há consenso ou não há consenso para convocar o irmão do Ministro Palocci.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Não. Também não houve.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Há ou não há? Quem é que é contra?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Quem é contra? Já tivemos várias manifestações.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Não vai votar nenhum desses requerimentos em que não há consenso. Vamos a esses requerimentos?

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Então, eu acho que está na hora de votar.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, o do Ricardo Sérgio não tinha o consenso e foi votado.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Então, eu acho que está na hora de votar o do Palocci.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– O problema é o seguinte: eu peço agora... Depois vamos voltar à Sessão.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, só uma informação ao Relator. Nós votamos hoje a acareação...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Eu vou cancelar...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – ... Do Sr. Sérgio Emerson Palmieri.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Eu vou cancelar a nossa presente discussão de matéria para chamar o depoente que está aí.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É só a questão da acareação. Se foi feita a transferência e a quebra de sigilo fiscal do Sr. Emerson Palmieri.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Não vamos mais discutir...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então, pronto. Uma informação que eu estou pedindo ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Ah, uma informação. Porque essas matérias que já foram aprovadas retornavam... Eu teria aqui...

O SR. (Orador não identificado) – Senador Amir, mão-de-ferro aí...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Eu teria aqui uma questão que é importante: é a quebra de sigilo das corretoras, que já foi procedida pela CPMI dos Correios. Depois, V. Exªs terão acesso a esses dados. Eu tenho absoluta certeza de que esta é uma matéria consensual aqui.

Eu pergunto a todos os presentes: é consensual? Para nós dispormos dos dados já disponibilizados na CPMI dos Correios? Então, eu vou dar... O Relator que deu o parecer...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Certamente, o parecer é favorável. Desculpe, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Vamos começar um por um porque infelizmente eu vou ter que fazer...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Solicita à esta CPMI a requisição de transferência do sigilo bancário da agência e distribuidora de títulos e valores mobiliários.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Votamos este logo, nobre...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Transferência do sigilo bancário da ...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) –
Vamos começar a votação um por um para não perdermos mais tempo. Infelizmente, teremos que fazer...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Não precisa ler?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Não. V. Ex^a lê só a ementa de cada um.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– A ementa de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– É a ementa de cada um.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Sigilo bancário da Bônus Banval, Corretora de Câmbio. Quebra do sigilo contra... Requisição dos dados do sigilo bancário da Clit trade, Corretora de Câmbio. A mesma providência com relação à Dillon Sociedade Anônima e Distribuidora de Títulos e Valores. A mesma providência sobre a Elite Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários. A mesma providência com relação a Euro Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. A mesma providência com relação à Millenium, Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários. A mesma providência pertinente à transferência de sigilo bancário da Nominal, Distribuidora de Títulos Mobiliários. O mesmo com relação à Planner CV S.A. A mesma coisa, idem, ibidem, com relação à distribuição da Quantia, Distribuidora de Títulos e Valores. Também com a SOCOPA, Sociedade Corretora Paulista Social. Também sobre a Walpires S.A. CCTVM, com vistas... E, finalmente, a convocação do Sr. Helmut Schwartz... Não, essa não entra.

Todos esses requerimentos são de autoria do Sr. Deputado Moroni Torgan, e o parecer é favorável à aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– É, exatamente. Então eu vou submeter à votação nominal.

Em primeiro lugar, o requerimento relativo à quebra de sigilo da Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que votaram nominalmente “sim” repetem os seus votos positivos? (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Aprovado.

Da mesma maneira, com relação à empresa Walpires S.A., CCTVM, as Sr^{as} e os Srs. Parlamentares confirmam os seus votos nominais anteriores? (Pausa.)

Aprovado.

Com relação à Socopa (Sociedade Corretora Paulista S.A.), as Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que votaram nominalmente “sim” nos requerimentos anteriores confirmam os seus votos? (Pausa.)

Aprovado.

Com relação à Quantia Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., cujas características já estão no corpo do requerimento, as Sr^{as} e os Srs. Parlamentares confirmam os seus votos “sim”? (Pausa.)

Aprovado.

Com relação ao sigilo bancário de Planner CV S.A., da mesma maneira, as Sr^{as} e os Srs. Parlamentares votam nominalmente “sim” e confirmam os seus votos anteriores? (Pausa.)

Aprovado.

Com relação à Corretora Nominal Distribuidora de Títulos Ltda., da mesma forma, consulto as Sr^{as} e os Srs. Parlamentares e peço a votação nominal se confirmam os seus votos. (Pausa.)

Aprovado.

Com relação à Millenium Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., as Sr^{as} e os Srs. Parlamentares confirmam os seus votos “sim”, confirmando a quebra do sigilo? (Pausa.)

Aprovado.

Com relação à Euro Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários S.A., as Sr^{as} e os Srs. Parlamentares confirmam os seus votos nominais “sim”? (Pausa.)

Aprovado.

Com relação à quebra de sigilo da Elite Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda., as Sr^{as} e os Srs. Parlamentares confirmam os seus votos nominais repetindo-os da mesma maneira? (Pausa.)

Aprovado.

Com relação à Dillon S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, as Sr^{as} e os Srs. Parlamentares

confirmam os seus votos nominais quebrando o sigilo bancário da referida empresa? (Pausa.)

Confirmado.

Aprovado.

Com relação à quebra de sigilo bancário de Clit Trade Corretora de Câmbio e Títulos e Valores Mobiliários, V. Ex^{as} confirmam os seus votos nominais anteriores? (Pausa.)

Aprovado.

Finalmente, com relação à quebra de sigilo bancário da Bônus-Banval Corretora de Câmbio e Títulos e Valores Mobiliários, as Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que votaram nominalmente “sim” confirmam os seus votos? (Pausa.)

Aprovado.

Encerrada essa fase, não havendo consenso sobre os demais requerimentos, peço à Secretaria que faça introduzir na sala o depoente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, tem algum documento que o depoente encaminhou para esta CPI com informações?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pode distribuir... peço à Secretaria que faça a distribuição. Há documento, Senador – fui informado disso agora –, e será distribuído a V. Ex^{as}.

Peço à secretaria que introduza o depoente na sala de reuniões.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Inicialmente, informo a todos os presentes que o depoente comparece aqui na condição de testemunha e, em razão disso, firmou termo de compromisso, comprometendo-se a dizer a verdade – na forma do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, sob pena de perjúrio – do que souber ou lhe for perguntado, não sendo obrigado a responder a qualquer pergunta que o auto-incrimine, na forma do art. 5º, inciso LIII, da Constituição Federal.

Inicialmente, informo que o nome completo do depoente é José Luiz Alves, Carteira de Identidade numerada expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, idade 48 anos, CPF numerado.

É evidente que os senhores terão acesso a esses documentos.

Estado civil: casado. Endereço residencial, rua aqui já referida. Cidade de Uberaba. Profissão: funcionário municipal. Ele trabalha na Prefeitura Municipal de Uberaba.

O senhor é parente em algum grau da parte envolvida ou das partes envolvidas? Não. Responde que não.

Concedo inicialmente a palavra ao depoente, pedindo que informe os nomes dos advogados que o acompanham.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – A advogada é a Dr^a Carmem da Costa Barros.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Quem mais o acompanha?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Carlos Hosts.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. V. S^a pode usar da palavra pelo prazo de 20 minutos se quiser, se não, passaremos a palavra ao Sr. Relator.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes que continue, gostaria de saber a OAB dos respectivos advogados. Podem falar ao microfone.

A SR^a CARMEM DA COSTA BARROS – OAB 1875-A, DF.

O SR. CARLOS HOSTS – OAB 4530-E, DF.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. Novamente concedo a palavra ao depoente.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Saúdo os Srs. Senadores, as Sr^{as}. Ex^a Senadoras, os Srs. Deputados e as Sr^{as} Deputadas. Coloco-me à disposição. Quero ratificar as informações que prestei junto a esta Comissão em atendimento ao Ofício do Exm^o Sr. Presidente Amir Lando perante todos. Coloco-me à disposição dos senhores para quaisquer outros esclarecimentos que sejam do interesse dos senhores e das senhoras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra o Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. José Luiz Alves, o senhor, espontaneamente, enviou documento a esta Comissão relacionando quantias que recebeu e as respectivas datas do recebimento, mas elas não coincidem, infelizmente, com as informações que, por duas vezes sucessivas, nos foram prestadas pelo Sr. Marcos Valério, que é o autor dos repasses. Esta é uma das razões pelas quais insistimos em que o senhor comparecesse perante esta Comissão.

Inicialmente, desejo indagar a razão pela qual, depondo na Polícia Federal, o senhor insistiu em manter um silêncio tão obstinado sobre todas as perguntas que lhe foram feitas. Qual foi a razão pela qual o senhor, perante a Polícia Federal, optou pelo silêncio em todas as questões, em todas as perguntas que lhe foram feitas?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sr. Relator, na oportunidade em que estive na Polícia Federal atendendo ao convite da mesma, eu me fiz acompanhado de um advogado com o qual a gente tem relação há algum

tempo, o Dr. João. Por uma questão de estratégia jurídica, ele me recomendou, apesar de eu não concordar com a orientação jurídica dele. Eu, naquele momento, acatei a orientação jurídica que ele me deu, porque ele é que me assistia naquele momento e a orientação que ele me deu foi aquela.

Volto a dizer, apesar de eu não concordar com a orientação jurídica que me foi transmitida, eu, por respaldo do advogado que eu tinha naquele momento, acabei acatando a orientação que me foi dada por ele.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E depois, espontaneamente, no dia 27 de setembro, o senhor enviou então o Ofício 0075, de 2005, a esta Comissão, relacionando as quantias que recebeu e as respectivas datas?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sim, isso foi em atendimento ao ofício que me foi expedido pelo Presidente da Comissão, Senador Amir Lando, e eu, espontaneamente, o declarei e aqui o ratifico.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor ratifica essas declarações?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Ratifico as declarações, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Há uma discrepância, como lhe disse a princípio, entre o seu documento escrito e as informações prestadas a esta Comissão pelo Sr. Marcos Valério. A soma das importâncias que o senhor recebeu chega a R\$200 mil?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Perfeito.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Recebidos em parcelas de R\$100 mil, R\$50 mil, R\$25 mil mais R\$25 mil. No entanto, o Sr. Marcos Valério relaciona aqui várias parcelas, que totalizam um milhão de reais.

No dia 3 de agosto de 2003, ele registra R\$50 mil. No dia 9 do mesmo mês e ano, mais R\$50 mil. No dia 18 do mesmo mês e ano, mais R\$50 mil. No dia 24 do mesmo mês e ano, mais R\$50 mil. Em 9 de setembro do mesmo ano, R\$100 mil. E assim sucessivamente, até uma parcela última de R\$50 mil, no dia 28 de janeiro de 2004, o que totaliza a importância de R\$1 milhão.

Gostaria que o senhor explicasse essa discrepância, se tanto lhe for possível.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sr. Relator, como disse, ratifico aquilo que eu declarei e assinei. As demais informações prestadas por ele não condizem com aquilo que eu, José Luiz, recebi por orientação do Sr. Anderson Adauto, nas vezes em que eu estive no Banco Rural, as vezes em que eu estive lá estão aqui declaradas.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quem foi que transmitiu ao senhor a informação de que o senhor devia receber a importância?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Eu fui orientado pelo então Ministro Anderson Adauto, com quem eu trabalhava na condição de chefe de gabinete, a retirar esses recursos junto à agência do Banco Rural.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Em todas as vezes que o senhor esteve no Banco Rural quem o orientou foi exclusivamente o Sr. Anderson Adauto?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sim, eu estive, por orientação dele, algumas vezes, acho que uma ou duas vezes, a própria Srª Simone me ligou, dizendo que estaria liberado, disponível, e que era para eu ir ao Banco retirar.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Algumas vezes o Sr. Anderson Adauto tomou a iniciativa de determinar ao senhor que fosse lá receber e outras vezes, o senhor não sabe quantas, a Srª Simone Vasconcelos?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não sei quantas. Coloquei para o senhor uma ou duas vezes em que ela me ligou.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Ela ligou para o senhor em Brasília?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Ela me ligou aqui em Brasília, onde eu trabalhava.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor trabalhava onde em Brasília?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Eu trabalhava no Ministério dos Transportes, na condição de chefe de gabinete.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E o Ministro dos Transportes era o senhor?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Anderson Adauto.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Bom, então na condição de chefe de gabinete que o senhor se dirigiu então à Srª Simone Vasconcelos e recebeu as importâncias que o senhor registra?

Em todas as vezes que o senhor recebeu foi a Srª Simone Vasconcelos que lhe pagou?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não, em nenhuma das vezes ela me passou nada. Eu fui orientado a ir a agência do Banco Rural procurar um funcionário de nome Renato...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Nome Renato?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Renato.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor não tem mais nenhum nome de família dele? Somente Renato?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não, não tenho.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– É funcionário do Banco Rural em Brasília?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Funcionário do Banco Rural em Brasília. Fui orientado a procurá-lo no Banco. Lá fui e ele me entregou os valores que aqui estão declarados.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– De que forma ele entregava os valores, em cheques ou em espécie?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Em espécie.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Eles vinham acondicionados em algum pacote ou eram entregues mesmo em espécie, visivelmente um maço de dinheiro?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Todas as vezes que fui lá me foi entregue de forma visível como recurso financeiro.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– V. Sª deu algum recibo?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Em duas oportunidades e que foram exatamente as primeiras duas vezes em que fui ao banco; sim, assinei recibo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Há um dado aqui importante, Sr. José Luiz, é que o V. Sª, ao responder à solicitação do Presidente, coisa que fez com rapidez e com precisão, no dia 8 de setembro de 2003, foi orientado para ir ao Banco Rural procurar o funcionário Renato, que me solicitou que eu deveria retornar no dia seguinte.

V. Sª foi orientado para ir ao banco. Foi orientado por quem, pelo Sr. Ministro Anderson Adauto?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– No dia seguinte, portanto, dia 9, V. Sª lá esteve e recebeu a quantia de R\$100 mil?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Perfeito.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Daí para frente, 16 de setembro, 16 de janeiro de 2004, dia 3 de fevereiro de 2004, V. Sª recebeu as indicações, uma vez pela Dona Simone, não é isso?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E as outras pelo próprio Ministro Anderson Adauto?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– V. Sª recebeu esse dinheiro, levou-o consigo e entregou-o ao Sr. Ministro Anderson Adauto?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Entregou pessoalmente?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– V. Sª esclarece, finalmente, que não era servidor de

gabinete de qualquer Parlamentar. V. Sª pegou esses recursos e entregou-os ao Sr. Anderson Adauto.

V. Sª recebeu alguma explicação ou tem alguma explicação a dar sobre o motivo pelo qual esse banco rural transferia dinheiro em espécie ao Ministro Anderson Adauto, a razão dessa transferência de recursos?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sr. Relator, o ex-Ministro Anderson me disse que tinha procurado o Sr. Delúbio, que era o tesoureiro do partido, e tinha feito a ele um pedido de uma ajuda, de forma a permitir pagar as contas que lhe sobraram do período eleitoral de 2002. O Sr. Delúbio Soares prometeu-lhe ver a forma de ajudá-lo. **A posteriori**, o Sr. Delúbio orientou que o Sr. Marcos Valério iria providenciar essa ajuda. Essa é toda a informação que tenho e que sei.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O Sr. Ministro Anderson Adauto disputou as eleições de 2002 como candidato a Deputado Federal?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Perfeito.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Pelo Partido Liberal?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Pelo Partido Liberal.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quando ele recebeu esses recursos já estava no Ministério?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Já estava no Ministério.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– A informação que V. Sª tem é a de que ele recebeu esses recursos para pagar contas da campanha de 2002?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sim. Na verdade, quando o próprio Sr. Anderson Adauto, ex-Ministro, assumiu publicamente, perante a imprensa nacional, que havia recebido a ajuda, ele inclusive o fez mostrando a sua própria declaração de Imposto de Renda do ano de 2002, onde registrava as dívidas pelas quais ele solicitou ajuda do Sr. Delúbio, então tesoureiro nacional do PT.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Perfeitamente. Mas o Ministro Anderson Adauto, depois que saiu do Ministério, foi candidato a Prefeito de Uberaba e se elegeu.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Perfeito.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Nessa campanha de 2004 ele não solicitou ajuda do Sr. Delúbio Soares?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Nem o Banco Rural, nem o PL, nem o Sr. Delúbio Soares contribuíram para a campanha?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– A campanha de 2004 não teria sido facilitada por alguma transferência de recursos da parte do seu presidente, o então Deputado Valdemar Costa Neto?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– V. S^a, após a saída do Ministro Anderson Adauto, continuou servindo ao Deputado Anderson Adauto?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Após a saída dele do Ministério, eu ainda continuei na condição de chefe de gabinete por um mês. Só após um mês é que me desliguei do Ministério e fui servi-lo, por um período de dois meses, aqui, na Câmara, quando, então, desliguei-me para poder participar da campanha eleitoral dele na cidade de Uberaba.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– E o senhor hoje continua trabalhando com o Prefeito Anderson Adauto?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Perfeito.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) –

Qual é a função que o senhor exerce na prefeitura?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sou secretário municipal de Governo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. José Luiz, o Ministro, o Prefeito Anderson Adauto, tem relações próximas com o Delúbio Soares, não é verdade?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – É, eu diria para o senhor que, pelo menos no momento em que aqui estava, eu sabia de relações dos dois. Não vou dizer o tamanho da proximidade, mas sei que os dois mantinham contatos, tinham relações.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Isso pode não ter importância ou ter importância apenas adicional, mas o certo é que o Sr. Delúbio Soares passa as férias na casa de praia do Ministro Anderson Adauto na Bahia.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não tenho essa informação. A única informação que tenho é de que o Sr. Anderson Adauto esteve, num período de fim de semana, ou de carnaval, não sei – acho que num período de carnaval –, não sei se na casa do Duda Mendonça, na praia, onde me parece que o Sr. Delúbio estava junto. É só isso. Quanto à ida do Sr. Delúbio à casa de praia que o Anderson Adauto aluga no sul da Bahia, nunca tive essa informação.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor, então, recusa a informação do Sr. Marcos Valério... Veja bem, pelo Sr. Marcos Valério, o senhor recebeu uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, quatorze, quinze, dezesseis contribuições, na maioria, de R\$50 mil; e uma, duas, três, quatro de R\$100 mil, o que totaliza R\$1

milhão, entre 3 de junho de 2003 e 28 de janeiro de 2004. As suas declarações contestam esse número, essas parcelas?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quero que o senhor fique avisado – devo essa explicação ao senhor – de que vamos promover em breve uma acareação com o Sr. Marcos Valério para apurarmos exatamente essa questão das divergências de quantidades. De maneira que, se o senhor tiver algum documento, alguma informação, algum recibo a respeito disso, seria conveniente que o senhor trouxesse, para que pudéssemos apurar exatamente qual foi a importância transmitida ao senhor pelo Sr. Marcos Valério.

Uma última pergunta: esse dinheiro que o senhor captou do Banco Rural, por ordem do Ministro Anderson Adauto e por chamada da Sr^a Simone Vasconcelos, foi empregado em quê? Esse dinheiro foi empregado em quê, o dinheiro que o senhor recebeu?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Foi passado ao Sr. Anderson Adauto para que ele acertasse contas que ele fez no período de campanha. Essas contas, eu poderia dizer ao senhor que algumas foram empréstimos bancários, outras foram pela utilização do próprio cheque especial e algumas coisas que ficaram pendentes até na condição de empréstimos de companheiros ou de prestador de serviço. Então, esses recursos, ao que me consta, foram utilizados para saldar essas contas.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor tem documentação referente a esses pagamentos? Porque talvez a checagem das datas do recebimento pelo senhor e o pagamento das contas pudessem explicar o verdadeiro volume de recursos.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Posso tentar levantar. Na verdade, guardamos por um determinado período, até por instrução da Justiça eleitoral, toda a movimentação da campanha. Posso fazer um trabalho de averiguação, de levantar algumas informações de forma a compatibilizar com as informações que aqui estou prestando.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Vou lhe fazer uma pergunta: o senhor era chefe de gabinete do Ministro?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Pois não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PPB – MG)

– Uma das acusações feitas pelo Deputado Roberto Jefferson, com todas as letras, foi de que, num determinado encontro no gabinete do Ministro, em que estava presente o Sr. Delúbio Soares, houve uma distribuição de dinheiro em espécie. O senhor, como chefe de gabinete, naturalmente tinha conhecimento do que ocorria no gabinete. O senhor tem alguma informação

a prestar a respeito dessa declaração do Sr. Roberto Jefferson?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sr. Relator, em primeiro lugar, pelo que acompanhei na imprensa, essa declaração foi atribuída ao ex-Ministro e Deputado Miro Teixeira e que, na oportunidade em que foi questionado o Sr. Roberto Jefferson, o Sr. Miro Teixeira teria dito que o Roberto Jefferson é que falou. E quando o Sr. Roberto Jefferson foi inquirido a respeito disso, ao que me consta ele negou essa informação. Particularmente, posso lhe afiançar, dentro dos meus conhecimentos, que isso jamais existiu.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PPB – MG) – Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Concedo a palavra ao Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, há uma grande discrepância entre as suas entradas no banco e as entradas que o Marcos Valério disse que o senhor fez no banco. O senhor sempre recebeu esse dinheiro no Banco Rural?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sim, senhor.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Como o senhor faz quando entra no Banco Rural?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – O senhor identifica na portaria lá embaixo.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Identifica na portaria.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Perfeitamente.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Então, não tem perigo de encontrar mais 12 vezes o senhor indo à portaria?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – De maneira alguma.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Não tem esse risco de encontrar?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Então, isso é mentira do Marcos Valério? Ele embolsou R\$800 mil aqui e disse que tinha dado aos senhores.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Deputado, eu não quero dizer que ele embolsou; não me compete isso. Quero dizer que não condiz com a realidade dos recursos que eu recebi dele, que eu, José Luiz, tenha recebido dele.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Ele disse que o senhor recebeu – colocou no seu nome, inclusive – R\$1 milhão; o senhor diz que recebeu R\$200 mil. Há uma diferença de R\$800 mil, que alguém embolsou.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Deputado, eu estou dizendo ao senhor que todas as vezes que se vai ao Banco Rural se registra a entrada na portaria.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Isso. Agora, me explique uma coisa. Uma coisa que eu acho estranha. O senhor foi chefe de gabinete de um Ministro de Estado, uma posição altíssima dentro do País.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Que muito me honrou, por sinal.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sem dúvida, deve honrar mesmo. Agora, o que eu acho estranho é um chefe de gabinete de Ministro de Estado ir pegar quantia em um banco e não assinar recibo. O senhor já viu isso em algum canto?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Eu, como disse aqui anteriormente, nas duas primeiras vezes que lá fui, eu assinei recibo. Só agora, nas duas...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sim, que assinou eu sei, mas nas duas últimas como é que o senhor, chefe de gabinete de um Ministro, entra em um banco pega um dinheiro e não assina nada?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Deputado, me foram entregues os valores e não me foi pedido para assinar recibo nas duas últimas vezes, agora, no ano de 2004.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Mas veja que o senhor, sendo chefe de gabinete, vai dentro de um banco, dentro da agência bancária, o senhor pega um dinheiro e como é que o banco vai dar a saída daquele dinheiro?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Deputado, essa explicação quem pode dar ao senhor é o próprio banco. Eu, quando fui chamado a assinar os recibos das duas primeiras vezes que lá estive, eu o fiz prontamente.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Nas duas outras, o senhor pediu: “Cadê o recibo para eu assinar aqui?”

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não. Não, eu não pedi, por que eu iria pedir?

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Pela legalidade; ninguém pega dinheiro assim, sem assinar nada. É uma questão de legalidade.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Deputado, eu acho que caberia a quem está me pagando entregar o recibo para eu assinar.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Mas ao senhor também.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Ao que eu me lembro...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Imagina se o pessoal, depois, diz que aquele foi dinheiro de traficante que lhe passaram. Se o senhor assinou

recibo, está dizendo que pegou na agência bancária, que não foi traficante que lhe passou.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Eu peguei na agência bancária.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Ou sequestrador, ou ... Sim, mas não tem recibo.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – E estou inclusive informando ao senhor o nome do funcionário que me entregou. Não tem...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – E basta ele dizer que não, nunca entreguei isso a ele.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Bom, isso até me livraria, não é verdade?

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Mas veja como é estranho isso.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Eu estou colocando ao senhor os fatos como ocorreram. Exatamente como ocorreram.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – É muito estranho. De qualquer jeito, o senhor pode ter pegado R\$25 mil, como pode ter pegado R\$250 mil. Não tem nada que prove o contrário.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Eu acho que esse fato quem poderia explicar para o senhor, as razões de ser assim, eu acho que é o próprio banco.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – É muito estranho, e eu quero entender outro fato. Esse dinheiro, o senhor estava pagando para cobrir dívida que foi declarada no Imposto de Renda pelo Ministro, é isso?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Perfeitamente. Volto a repetir: quem foi ...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Pior ainda, quer dizer, um Ministro de Estado recebendo dinheiro sem recibo de um banco para cobrir suas dívidas pessoais! Será que ninguém vê que isso é grave demais? Será que isso é uma coisa tão simples para a gente? Eu não consigo entender que isso seja uma coisa simples: um Ministro de Estado ganhando dinheiro sem registro algum para pagar suas dívidas! E ainda diz: “Não, isso aí era para pagar minhas dívidas”. Quer dizer, quem diz que isso aí não foi favorecimento ilícito? Quem diz que isso aí não foi corrupção? Porque não está registrado, não se sabe do que veio e de onde veio. É muito grave.

O senhor talvez não perceba a gravidade disso, mas se o senhor fosse pego no dia, iria ser preso em flagrante, porque acima de R\$10 mil tem de se declarar de onde vem e para onde vai. O senhor iria estar contrariando normas do Sistema Financeiro hoje. Iria ser preso em flagrante, e talvez o Ministro fosse preso junto, na hora em que o senhor entregasse o dinheiro.

E o senhor entregava lá, no ministério mesmo?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sim. Teve vez que levei no apartamento dele.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Teve vez que levou...

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sim.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Quantas vezes foi no ministério e quantas vezes foi no apartamento?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Que eu me lembre de ter levado no apartamento dele foi uma vez; nas outras vezes, eu entreguei direto no ministério.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – No ministério mesmo?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sim. Até passei no carro, na saída, passei o recurso para ele.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Quer dizer, é movimento de um dinheiro sem origem, sem destino, porque não tem nem origem, nem destino...

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Deputado...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – ... feito por um Ministro de Estado, autorizado... Autorizado por quem? Quem ele disse que autorizava isso?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Deputado, volto a dizer ao senhor: o ex-Ministro solicitou uma ajuda ao então Tesoureiro Nacional do PT como forma de ajudar a sanar as pendências financeiras que ele tinha.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sim, e por que não fizeram empréstimo, como fizeram para o Lula?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – A origem que nos cabe e que nos consta neste momento é que o Sr. Delúbio Soares, Tesoureiro do PT, orientou o então empresário, Sr. Marcos Valério...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O que levou o Ministro a falar com o Delúbio? Por que o Ministro não falou com o Presidente, por exemplo?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Porque o Sr. Delúbio era Tesoureiro Nacional do PT, era a pessoa que movimentava as finanças do Partido.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – E o Ministro tinha afinidade com o Delúbio?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Tinha, sim. Eu coloquei para o senhor que ele tinha contatos com o Delúbio.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Quer dizer, quem mandava na base eleitoral do Governo era o Delúbio?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não, não digo quem mandava na base eleitoral. Eu não coloquei essas palavras.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sim, mas estou dizendo porque...

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Coloquei que ele procurou...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Porque se um Ministro de Estado,...

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – ... ele procurou o Sr. Delúbio...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – ... em vez de procurar os canais competentes, vai direto para o secretário financeiro para pedir o dinheiro, para dizer “olha, me dá o dinheiro”, e aí o Delúbio diz: “Olha, esse dinheiro vem por baixo do pano, fica quietinho”. Foi isso?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sr. Deputado, pelo que me consta, o então Ministro solicitou ajuda ao Tesoureiro Nacional e, quando o Sr. Delúbio determinou que eu fizesse a ajuda, acho que não cabia, pelo menos a mim... Eu fui lá como portador, mas mesmo a condição do Sr. Ministro...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Ele solicitou ao Delúbio?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sim, solicitou ao Delúbio.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Aí, o Delúbio indicou a Simone, foi?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – O Sr. Delúbio indicou, determinou que o Sr. Marcos Valério repassasse essa ajuda a ele.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Determinou ao Marcos Valério?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sim.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Então, o Marcos Valério trabalhava para o Delúbio?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não sei se trabalhava. Não tenho essa... Não detenho essas informações. Quero dizer para o senhor que a ajuda foi solicitada ao então Tesoureiro Nacional do PT.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sim. Quem lhe indicou a Simone?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não, eu não fui indicado. A Simone é que, efetivamente, ligou e falou: “Olha, tem uma ajuda aí que é para o Ministro e vai estar à disposição no banco. O senhor pode procurar no banco”. Foi só isso.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sim, mas ela disse recomendada por quem?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não, as informações que me foram passadas pelo então Ministro era de que ele tinha pedido ajuda ao Delúbio. Tempos depois, ele disse que o Sr. Marcos Valério o havia contactado e que estava providenciando a ajuda para ele. Então, eu acredito que quem determinou à Srª Simone a proceder e a orientar na retirada dos recursos deve ter sido o ex-patrão, o Sr. Marcos Valério.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Acho que o que mais me impressionou em tudo isso, Sr. Presidente, é um Ministro falando com um secretário do Partido do Presidente e eles fazendo o acordo totalmente ilícitamente. Totalmente! Acho até que o Dr. José Luiz estava lá cumprindo ordens que lhe foram dadas...

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Perfeitamente.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – ...mas uma coisa totalmente ilícita e ainda no meio disso tudo – e veja: é o Partido do Presidente e o Ministro do Presidente –, fazendo um negócio de um dinheiro por fora, pois o senhor nem assinou recibo lá na metade das vezes em que foi lá, para pagar conta pessoal. Quer dizer, já estavam usando o dinheiro não mais para negócio de conta de campanha, mas para pagar conta pessoal, porque inclusive negócio de campanha não se registra no Imposto de Renda. Quer dizer, o Imposto de Renda para pagar conta pessoal.

Isso, para mim, é terrível. Isso, para mim, não tem uma justificativa para isso aí. E, depois, tem mais: ainda tem uma maracutaia aí no meio, porque um diz que mandou R\$1 milhão, o outro diz que recebeu R\$200 mil. Aí a probabilidade é o quê? Ou a Simone ficou com R\$800 mil, ou o Marcos Valério ficou com R\$800 mil, ou o senhor ficou com R\$800 mil, ou o Ministro pegou mais R\$800 mil e não declarou em canto nenhum também. Agora, fica a dúvida, porque o senhor não assinou, o senhor não tem registro de nada do que pegou e tal; é a sua palavra contra a palavra do Marcos Valério. Ele vai lhe dizer que deu R\$1 milhão; o senhor vai ter de mostrar ao Ministro onde enfiou R\$800 mil.

Isso é uma coisa terrível. Olha, em qualquer país do mundo, isso daria um problema muito grande para o Presidente, porque é o Partido do Presidente e o Ministro do Presidente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Concedo a palavra à Deputada Zulaiê Cobra.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, acho que não tivemos ainda essa possibilidade de chegar àquilo a que precisamos chegar, que é o *impeachment* do Presidente Lula. Mas eu acho que as coisas estão caminhando para isso.

Hoje, aqui, temos o depoimento de um homem importante, o Dr. José Luiz Alves, que era chefe de gabinete de um Ministro dos Transportes, um ministro importante, um ministro forte.

O senhor falou aqui nessa sua petição que o senhor esteve lá no dia 8 de setembro. Está aqui; eu tenho uma lista de visitas suas, do dia 8 de setembro; o senhor falou em 9 de setembro, está aqui; 16 de setembro, está aqui.

Agora, o senhor foi no dia 18 de setembro, e não está na sua conta. Tem aqui que o senhor foi 18 de setembro – duração em minutos 5 horas e 25 minutos. A do dia 16 de setembro foram 9 horas e 05 minutos; outro, 9 horas e 16 minutos, e o outro 19 horas e 10 minutos. Duração em horas e minutos.

Nesse dia, 18 de setembro, o senhor ficou pouco tempo. No dia 13, está aqui, está confirmado o seu, 13 de janeiro de 2004; depois, 3 de fevereiro, está aqui.

O senhor também não colocou dia 27 de julho. O senhor esteve lá dia 27 de julho, 17 horas e 10 minutos. Está aqui marcado também.

O tipo do documento é do SSP/MG. O senhor tem aqui um documento, esse documento que o senhor pegava lá. Não é esse? Está aqui:

“Autorizamos o Sr. José Luiz Alves, 720.795 SSP-MG [é o seu CEP]...”

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Perfeito.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – “...a receber a quantia de R\$100 mil, referente ao cheque tal, [está aqui o número do cheque], da SMP&B Propaganda Ltda, que se encontra em nosso poder. Favor colher assinatura. Atenciosamente.” Aqui, assinam Luiz Carlos Barbosa e aqui Marcos Antonio de Carvalho.

Esse documento é do dia 23 de setembro, aquele que o senhor não colocou na sua relação. Na sua relação, o senhor colocou cinco: 8 de setembro, 9 de setembro, 16 de setembro, 13 de janeiro e 3 de fevereiro. Este aqui é do dia 23 de setembro. Está aqui. Não tem secretário aqui para levar para o senhor ver. Está aqui, Sr. Presidente, Sr. Relator. Este aqui está aí, e o senhor também não falou. Este aqui é outro, do dia 3 de fevereiro, o senhor deu como teria ganho vinte e cinco mil. Está aqui. “Autorizamos a Srª Simone Reis Lobo Vasconcelos a receber a quantia de cinquenta mil”. E aqui é o dinheiro que o senhor fala que foi até lá e recebeu vinte e cinco mil. Então esse aqui é autorizando a Srª Simone, é da Simone passando para o senhor.

Agora aqui temos outras ligações. O senhor fala aqui, nessa sua listinha aqui do Marcos Valério... Quem é o Sr. Edson Pereira de Almeida?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – É irmão do Ministro Anderson.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP) – É irmão do ministro. Porque o Marcos Valério dá dois nomes: José Luiz Alves, e dá os seus telefones, 3117005 e 3117006. E embaixo põe o seu CPF e depois põe Edson Pereira de Almeida e também põe o CPF. Quer dizer, o dinheiro ficaria responsável pelos dois. Então o que o senhor está falando, que não recebeu, talvez o irmão do ministro teria pego. Porque se esse Edson

Pereira de Almeida é irmão do Sr. Anderson, é isso? Do ministro?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Exatamente.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP) – Então ele teria também tido essa oportunidade de ter ido lá. Então temos aqui essa autorização, do dia 3 de fevereiro de 2004. Agora, engraçado que aqui na lista do Marcos Valério termina no dia 28 de janeiro de 2004, e a sua lista vai até 3 de fevereiro de 2004. Quer dizer, ele termina com cinquenta mil no dia 28 de janeiro de 2004, e o senhor vai até o dia 3 de fevereiro de 2004, que está no nome da Simone. Esse último pagamento que o senhor tem no seu relacionamento aqui está no nome da Simone, a Simone deve ter passado para o senhor esse aqui. Porque esse está no seu nome, esse que entreguei aí, esse está no nome da Simone. Passar para o Sr. Relator, por favor.

Aliás, todos esses aqui, do dia 18, que o senhor não deu e nem o do dia 27 de julho, que está aqui, são as suas visitas registradas no Banco Rural. Então no Banco Rural tem uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, e o senhor nos deu cinco. Então duas não fazem parte aqui do seu elenco aqui de idas ao Banco Rural.

Tem uma série de ligações recebidas. O senhor já recebia ligações nesse seu telefone, 3117005? De várias pessoas? O senhor recebeu ligações do SMP&B?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Como afirmei aqui, cheguei a receber ligações.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP) – Várias ligações, são várias ligações, são muitas ligações. Aqui temos várias. Temos quatorze ligações do SMP&B. Tem mais ligações aqui ainda, também para esse mesmo telefone, mais três ligações. São dezessete ligações. São dezessete saques. E aqui tem as datas. Vamos ver as datas: 8 de setembro de 2003 é a primeira data da ligação. O saque foi dia 9; 1º de outubro de 2003. Em 27 de outubro há duas ligações. Depois tem uma outra ligação dia 4 de dezembro de 2003.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – No dia 10 de dezembro houve um saque de 100 mil.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Depois tem uma outra ligação no dia 5 de dezembro. Têm duas ligações seguidas, 4 e 5.

Em 22 de dezembro há três ligações – é o 100 mil.

Em 23 de dezembro há duas ligações. Depois nós temos dia 6 de janeiro, nós temos uma ligação. 22 de janeiro...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Dia 6 de Janeiro, dia 7 de Janeiro, houve um saque de 350 mil.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E outro saque dia 9 de janeiro.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Dia 14 de janeiro houve um saque de 250 mil. (Pausa.)

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – A minha lista aqui do Marcos Valério consta 6 de janeiro e 9 de janeiro, dois saques. Depois teve um outro dia: 13 de janeiro. Tem uma ligação... Bom, as ligações são 6 de janeiro, 22 de janeiro e depois uma outra ligação dia 10 de fevereiro e uma outra ligação que é dia 2 de dezembro, de dezembro e dezembro. São três ligações de dezembro.

Bom, então nós temos aqui as ligações que foram feitas, nós temos aqui as visitas dele que eu quero juntar então. O senhor quando ia lá... Teria outra pessoa que poderia ir no seu lugar? Vamos dizer, o Ministro está lá, o senhor. está ocupado, teria outra pessoa que o Ministro mandava?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Srª Deputada, ao que me conste, não. Eu fui orientado por ele, não tem nenhuma...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor é o homem de confiança dele. Para pegar o dinheiro, trazer em dinheiro, dar na mão dele em dinheiro: era o homem de confiança dele.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Eu acredito que sim.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Tanto que até hoje o senhor. trabalha com ele.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Perfeitamente.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Lá na Prefeitura de Minas Gerais.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Perfeitamente.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Na Prefeitura de...?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Uberaba.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Uberaba.

O senhor foi indiciado, em Minas Gerais, por lavagem de dinheiro?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Eu fui indiciado, como eu disse aqui, na minha apresentação. Num convite para prestar esclarecimentos na Polícia Federal, por orientação do advogado, que me acompanhou, ele entendeu por bem que eu devesse permanecer calado, para que usasse da prerrogativa de falar nas peças processuais. Apesar de eu não concordar com a orientação, mas a gente tem que confiar em alguém, eu segui a orientação dele.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Está certo. Quem foi indiciado com o Senhor nessa mesma época? O outro suspeito. É o Rodrigo Barroso Fernandes?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Ao que me consta é um assessor...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – É um ex-tesoureiro da campanha do Prefeito de Belo Horizonte?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Do Prefeito de Belo Horizonte, acredito...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Do Fernando Pimentel?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Isso. Nós não estávamos juntos, não. Mas os depoimentos foram no mesmo...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Foram em dias diferentes, mas ele também está...

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – No mesmo dia. Exato.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – ...no mesmo processo que o Senhor.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Deputada, nosso tempo...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – É, eu ainda teria algo a perguntar, mas eu vou ter que terminar. É, então está bom, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra o Deputado Fernando Coruja.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Bom, Srs. Parlamentares, Sr. Presidente, Sr. Depoente, para repetir, quantas vezes o Senhor esteve no Banco Rural, Sr. José Luiz Alves, para pegar dinheiro?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Eu estive lá para pegar dinheiro quatro vezes. Na verdade, pelos meus registros, pela minha memória, eu estive lá durante cinco vezes. Uma...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – E essas outras vezes registradas que o Senhor entrou com documento?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Eu não tenho lembrança. Inclusive, estou vendo aqui um documento datado de... Cadê a data dele? Não. 23 do 9, está aqui. Está batendo. 3 do 2 também está batendo.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Bem, mas há registro de outras vezes que o Senhor esteve lá.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sim.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O Senhor nega essas idas?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Eu, particularmente, não tenho lembrança disso, Sr. Deputado. Eu tenho registro do que eu recebi, nas datas que eu aqui declarei. Isso eu tenho plena convicção.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O Senhor que pagava as contas de campanha do Sr. Anderson Adauto?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Também. Normalmente tinha, período de campanha tinha o tesoureiro, mas logo que passava a campanha às vezes algumas coisas que ficaram para trás...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas o dinheiro foi utilizado para pagar contas de campanha ou conta pessoal do Ministro?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não. Não é. Na verdade, em um processo de campanha. Ele recorreu, às vezes, a empréstimos de amigos e de pessoas. Colocou na campanha, mas ficou com aquela dívida para trás e acabou se valendo disso para acertar. No meio disso, tinha contas de fornecedores.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Então, era caixa dois de campanha, não é?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não. Eu não sei. No período em que passou a campanha, e que ele...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas se você faz uma campanha e não declara...

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – ...utilizou – ele pegou empréstimo, colocou na campanha, e está lá declarado como dinheiro próprio dele. Então, ele ficou devendo e assumiu isso inclusive no seu Imposto de Renda; quer dizer, é uma dívida que ele contraiu no período da campanha, mas que foi declarada como recurso dele e, **a posteriori**, ele se valeu desse expediente para quitar essas dívidas.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Tem um fato nesse episódio do ministério, da distribuição de dinheiro. O ex-Ministro Miro Teixeira nenhuma vez afirmou que isso teria ocorrido no Ministério dos Transportes. Ele inclusive negou...

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sim.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – ...dizendo que não iria fazer uma afirmação que poderia ser negada, depois, por quem teria visto, que era o Deputado Roberto Jefferson.

Como o senhor sabe que foi o Ministro Miro Teixeira quem afirmou isso?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Deputado, nós acompanhamos a imprensa, não é? Eu tenho acompanhado alguns depoimentos...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas o Ministro negou. Ele negou no depoimento dele no Conselho de Ética.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não. Eu, particularmente... – se ele negou é porque essa conversa saiu de que alguém teria atribuído a ele. Não é verdade? Tanto que foi perguntado ao Sr. Roberto Jefferson, e

o Sr. Roberto Jefferson negou, que em momento algum teria dito isso.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas o senhor levava dinheiro para o Ministério?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não. Levava dinheiro para o Sr. Anderson Adauto. Só. Nenhuma – nenhuma – vez existiu nenhuma reunião que envolvesse qualquer Deputado.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O Sr. Delúbio Soares freqüentava o ministério?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não. Ele esteve lá algumas vezes, mas não eram visitas freqüentes.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – E as reuniões que eram feitas na Casa Civil, do Ministro com o Sr. Delúbio? Também saíram várias vezes na imprensa, dizendo que eram para acertar contratos. O senhor sabe dessas reuniões?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não. Ao que me consta, Sr. Deputado,...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Estava na agenda do José Dirceu?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Ao que me consta – inclusive foi motivo de matéria de jornal, matéria da imprensa, porque quiseram atribuir uma pseudo-reunião do Ministro com o Sr. Delúbio Soares e do empresário Tito, que é Vice-Presidente Aneor, lá na Casa Civil. Na verdade, eu até acompanhei o Sr. Tito até a Casa Civil para encontrar o Ministro Anderson Adauto e, naquele momento, se discutia o pagamento de dívidas dos empreiteiros nos “Resto a Pagar” inscritos, que nós recebemos quando chegamos ao Ministério. Para ser mais claro ao senhor, quando chegamos no Ministério, tinha inscrito em “Restos a Pagar” algo em torno de R\$700 mil.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Em torno de R\$700 mil ou R\$700 milhões?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Em torno de R\$700 milhões, que, num primeiro momento, pelas dificuldades financeiras que o País atravessava e pelo contingenciamento feito naquele momento...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas houve a reunião?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Hein?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Houve a reunião?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Houve a reunião do Ministro Anderson Adauto com o empresário Tito, que é Vice-Presidente da Aneor, e, naquele momento, representava a classe. Parece-me que isso ocorreu numa segunda ou terça-feira – não sei exatamente – e, na quarta ou quinta-feira, houve, inclusive, uma audiência pública ou uma reunião pública no prédio da

Fiemg, em Belo Horizonte, onde se tratou disso numa reunião consensual.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor trabalha com o ex-Ministro Anderson Adauto há quanto tempo, Sr. José Luiz?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Desde 1994.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Quando o Ministro foi prefeito pela primeira vez ou não?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não. Ele nunca foi prefeito. É a primeira vez agora. Ele foi deputado estadual por quatro mandatos, chegando à condição de presidente da assembléia legislativa. Na última eleição em 2002, elegeu-se deputado federal.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – A SMP&B tem contratos em Uberaba?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Nenhum.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não tem contrato em Uberaba.

A nossa Comissão tem a finalidade de investigar a compra de votos. O senhor ouviu falar em mensalão no período em que o senhor estava no Ministério?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Nunca.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Nunca.

Ouviu falar de pagamento a partidos políticos?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Também não.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor não sabe de nenhum pagamento feito ao PL?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não tenho conhecimento.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Naquela época...

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Naquela época, não. Tou acompanhando...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O Ministro Anderson Adauto ligava para os deputados nos dias das votações?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Deputado, Senador... desculpe... Deputado, desculpe. Não teve nenhuma prática comum do Ministro ligar pra deputados pra pedir votos. Não.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Ele nunca ligou?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não. Que eu saiba, que eu tenha conhecimento, não. Tá? Eu, particularmente, não tenho conhecimento disso.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não, mas o senhor como chefe de gabinete essa é uma coisa que é fácil de ver, né? O Ministro não ligou, assim, por exemplo, no dia da votação do salário mínimo, no dia da votação da previdência?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Eu, particularmente... que eu tenha conhecimento, eu nunca vi.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Que outros ministros ligavam...

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Eu tou colocando pro senhor... tou dizendo aquilo que eu sei. Eu, particularmente, não tenho conhecimento que ele tenha se valido dessa prática.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor conhecia seu Marcos Valério lá de Minas Gerais?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Eu conheci... ah... no período eleitoral de 2002, porque ele desenvolveu a criação da campanha do Deputado Anderson, do então candidato Anderson Adauto, como também de outros deputados. Fez a criação, **lay-out**, nos entregou num CD, e nós produzimos a campanha em Uberaba.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – E esses contatos... recebeu dinheiro. As ligações eram feitas pro senhor, então? Ou eram pro Ministro?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não, eu recebi, como coloquei aqui...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas o Marcos Valério ligava pra quem, a Simone? Pro senhor ou pro Ministro?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Eu recebi ligações dela; agora, se ela ligou para o Ministro, se ela falou com o Ministro outras vezes...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Essas vezes que ia pegar o dinheiro, ela ligava direto pro senhor? Não era pro Ministro?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não, eu, particularmente, recebi ligação dela com orientação de ir ao banco. Foi o que gerou essas idas minhas ao banco.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Quem passou seu nome para a Simone, o Marcos Valério foi, então, o Ministro?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sim.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O Ministro passou o seu nome para que recebesse esses recursos.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Perfeito.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Aqui, temos aqui questões desconexas, a Deputada Zulaiê já levantou... e nós não vamos aqui conseguir... já dá pra perceber que o senhor José Luiz é do meio político, do ramo... é do ramo...

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não, não sou nada. Eu só trabalho administrativamente. Jamais...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas está no meio político há muito tempo?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Tenho... desde 94... trabalhando como assessor dele...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – E que não vai, aí, contar nada daquilo que não queira

contar, da história que previamente está preparada para contar. Agora, é evidente que há muitas questões desconexas entre as afirmações do Sr. Marcos Valério e as suas. Vamos tentar esclarecer.

Obrigado.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, só queria alertar uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra a Srª Relatora.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O Sr. José Luiz Alves veio aqui hoje, ele prestou depoimento, ele prestou compromissos de falar a verdade; portanto, ele está bem acompanhado, com dois advogados e, se ele mentisse, comprovasse as mentiras, ele pode ser processado por falso testemunho, falsidade ideológica. Então, é bom que ele saiba disso: que temos comprovações depois de que essas mentiras hoje poderão mais tarde dar a ele um procedimento criminal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com certeza.

Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. José Alves, o senhor em algum momento teve a sensação de que estava fazendo alguma coisa errada?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sr. Senador, naquele momento, não. Eu, particularmente, não tinha a menor consciência do que estava acontecendo; não sabia nem por que eu tava buscando aquele recurso, donde ele tava vindo. Não tinha consciência. Na verdade, o que eu tinha consciência naquele momento é que o Sr. Ministro pediu uma ajuda ao tesoureiro nacional, essa ajuda lhe foi dada, e ele pediu que eu fosse lá buscar. Meu papel se encerra nisso. Então... não me cabia questionar e... ainda até então, não tinha nenhuma...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu acho que se encerra, aí, de uma forma muito simples. Eu acho que... Eu digo ao senhor uma coisa: eu, hoje, tenho vergonha de estar aqui. Tenho vergonha. Acho que eu e a Nação inteira assistimos a isso envergonhado. Chefe de gabinete, um Ministro de Estado...

Por tudo isso, acho que não tenho nem o que perguntar ao senhor, apenas deixar aqui registrado também... o senhor já disse em relação ao que depôs na Polícia Federal, todas as perguntas, o senhor veio confirmar hoje, aqui, o senhor ficou calado na Polícia Federal.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Se o senhor me permite, eu até por uma orientação da Drª Carmem, eu... As declarações que eu prestei perante esta CPMI, eu quero pedir que sejam juntadas à peça processual, como complementação à...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Bom, o que eu quero dizer é o seguinte, mas... Quer dizer, o

que se trata, claramente, isso é caixa 2 de campanha. Não tenha dúvida nenhuma. Absolutamente, claramente caracterizado. E eu acho aí, Sr. Presidente, que cabe mais investigação nesse caso. Esse foi um dos casos de que nós tratamos hoje aqui quando é que se deve quebrar sigilo bancário, telefônico e fiscal. Eu acho claramente necessário que ainda seja ouvido a outra pessoa, que estaria envolvida aqui, o Sr. Edson Pereira, e que também se verifique essa questão de sigilo bancário, fiscal e telefônico dos três envolvidos.

Mais uma vez, a gente vem para cá, não vai colher absolutamente nada de informação aqui, e o único caminho é esse. Mas eu volto a dizer que o que sinto nesse momento, realmente, é uma repulsa, uma vergonha. Não tenho nem mais o que perguntar. Cedo o meu tempo para outra pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Ok.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu só quero avisar o depoente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra, a Deputada Zulaiê Cobra.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Hoje ele mente. Na Polícia, ele não depôs isso e se isentou, de acordo com a lei. Agora, hoje, ele veio aqui e mentiu. Esse depoimento dele aqui, hoje, prejudica-o em termos de defesa.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Deputada, estou aqui, se a senhora me permite, vim espontaneamente, prestei as declarações, estou aqui na condição de ajudar e estou afirmando aquilo que eu tenho de consciência, aquilo que eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Ok.

Com a palavra, o Deputado João Correia, por dez minutos.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, Sr. Depoente, a impressão que passa é a de que o senhor realmente é um homem darwinista: está evoluindo. Na Polícia Federal, V. Sª não disse nada, mas era fácil depreender, quando o senhor dizia, “fico silente”, que as respostas eram positivas, eram afirmativas, quando o senhor dizia; quando o senhor não sabia, o senhor dizia “não sei.” Depois o senhor trouxe esse documento, mandou esse documento aqui, para a CPI. Acho que o senhor evoluiu da Polícia Federal para a vinda na CPI. E acho que, se o senhor desejar, o senhor evolui mais ainda, dizendo uma série de questões, uma série de informações que, certamente, o senhor tem, mas, dentro da estratégia de informação que o senhor escolheu, o senhor só vai confessar onde tem o seu dedo de assinatura.

Deputada Zulaiê, eu gostaria um pouco da sua atenção, tentando desdobrar um pouco o que a senhora começou em relação ao nosso depoente.

No dia 09 de setembro, o senhor tem uma assinatura do procedimento de R\$100 mil.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Perfeito.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Correto?

No dia 16 de setembro, o senhor tem assinatura também aqui de R\$50 mil. Sua assinatura. Mas aí começa o problema no dia 23 de setembro. A Geisa Dias, da SMP&B, de Minas, diz para o senhor o seguinte, manda dizer, aliás, para o Bruno, funcionário do Banco Rural, em Brasília: que as pessoas que irão procurar o Renato – esse Renato que o senhor se referiu –, em Brasília, para o saque são: Jacinto Lamas, o velho Jacinto Lamas, que aqui veio e disse que não sabia de nada, sacaria então R\$100 mil, com identidade, e José Luiz Alves, saque também no valor de R\$100 mil no dia 23 de setembro.

Há um documento do Banco Rural que diz o seguinte: “Autorizamos o Sr. José Luiz Alves a receber a quantia de R\$100 mil, referente ao Cheque nº 745.834, da SMP&B”, coincidindo com a informação que Geisa, da SMP&B, mandou de Minas para o Banco Rural.

Há também uma autorização para o Banco Rural, e começa o primeiro problema. Este cheque de R\$100 mil não tem a sua assinatura. Ele tem a assinatura do Sr. Jair dos Santos.

Que tramóia foi essa? O senhor passou o cheque que era para o senhor para o Sr. Jair dos Santos, que é o motorista do finado Presidente do PL.

Primeiro, quero que o senhor me explique essa história do Sr. Jair dos Santos, conforme os dados que tenho em minhas mãos e que posso passar para V. S^a e também para a CPMI. V. S^a omitiu a existência desse cheque como de seu recebimento.

Essa é a primeira pergunta que eu gostaria de fazer ao senhor.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sr. Deputado, quero colocar com toda clareza, primeiro, que não conheço o Sr. Jair dos Santos, não tenho informação de quem seja, não tenho a menor informação de quem seja, não passei recurso para ele, não autorizei ninguém a utilizar do meu nome ou buscar recursos que eventualmente estivessem no meu nome.

Afirmo isso perante esta Comissão, perante qualquer juízo, porque isso nunca aconteceu. Se alguém fez uma relação destinando recursos para mim e que foram entregues a outro, honestamente, não tenho informação, não tenho como esclarecer ao senhor.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Não tem como esclarecer à CPI.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Perfeitamente.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Por conseguinte, o senhor nega que conheça o Sr. Jair e que também recebeu dinheiro no dia 23 de setembro.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Perfeitamente.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Então, vamos seguir em frente. No dia 13 de janeiro de 2004...

Antes de desdobrar esses dois cheques, eu gostaria de saber do senhor o seguinte aspecto: que o senhor de mula, com respeito – é o que dizem na linguagem popular –, que o senhor recebia para entregar ao Sr. Anderson Adauto, Ministro de Estado. É realmente grave.

Deputada Zulaiê, acabei de fazer o pedido da convocação imediata do Sr. Anderson Adauto para que V. Ex^a venha explicar o mensalão que ele deve ter pagado ao PL. Eu quero que ele explique por que, apenas em setembro, um ano depois da eleição, os credores ficaram com essa paciência toda. Ou eles ficavam arranhando a porta do seu gabinete e do gabinete do Ministro dos Transportes Anderson Adauto? V. S^a conhecia pressões, buscas e recebimentos de credores? Por que apenas um ano depois?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sr. Deputado, fiz uma colocação de forma até muito clara. O Sr. Ministro, à época da campanha eleitoral, se valeu de empréstimos bancários, de empréstimos de amigo e até de credores que também são da relação dele e que o conhecem.

Posso afirmar perante os senhores que o Sr. Anderson Adauto desfruta de um bom nome na cidade, nome de uma pessoa honrada, pagador de suas contas, cumpridor de suas obrigações. Não foi nessa, mas, às vezes, em outras oportunidades, em que ele acabou se valendo, se cercando de amigos, de empréstimos bancários.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, desculpe-me, mas o tempo é cruel, joga contra nós.

Quero que o senhor faça um exercício de memória para o dia 13 de janeiro de 2004. Congresso parado, em recesso. No dia 13 de janeiro de 2004, o senhor confessa que recebeu R\$25 mil?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sim.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – O senhor assinou o documento de que recebeu R\$25 mil?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não me lembro de ter assinado, não, Sr. Deputado.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – O senhor não lembra, não é? No dia 13 de janeiro, o senhor esteve no Banco Rural, e a Dona Simone Vasconcelos recebeu, em nome próprio, R\$300 mil, dos quais entregou ao senhor, conforme ela está dizendo no verso,

R\$50 mil. Ela passou ao Sr. José Luiz – com “z” – R\$50 mil e ao Sr. João Cláudio Genu, R\$200 mil.

O que o senhor tem a dizer sobre esse cheque, sobre esse recebimento no dia 13? O senhor se encontrou com a Dona Simone no Banco Rural conforme o senhor diz? O senhor confessa que esteve lá?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Eu declarei realmente que estive lá, recebi R\$25 mil e não foi nem da mão dela, Sr. Deputado. Eu recebi do Sr. Renato, que era ou é funcionário do banco. Eu não estive com a Dona Simone no banco.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Então, o senhor nega que tenha recebido esses R\$50 mil do dia 13 das mãos da Dona Simone?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Nego. Eu recebi da mão do Sr. Renato R\$25 mil declarados.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Então, no dia 03 de fevereiro, perto do carnaval, a Dona Simone Vasconcelos novamente recebe R\$50 mil no dia em que V. S^a esteve no Banco Rural e confessa ter recebido apenas R\$25 mil. Ela novamente diz que o Sr. José Luiz recebeu outros R\$50 mil e não R\$25 mil. V. S^a nega também essa informação?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Volto a dizer ao senhor que eu nunca estive...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Estou falando do dia 03 de fevereiro.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Está aqui declarado. Volto a dizer ao senhor que nunca estive com a Dona Simone no Banco Rural. Se ela fez saques lá, eu fui autorizado a receber do funcionário do banco o dinheiro que aqui está declarado.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Perfeito. Mas o senhor esteve com a Dona Simone em hotéis, em *halls* de hotéis, em apartamentos funcionais, enfim, onde os delinquentes tratam de suas peraltices? O senhor esteve com ela fora do Banco Rural em algum acontecimento?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Eu estive com a Dona Simone uma única vez no *hall* do Hotel Mercure, quando ela me passou a orientação de que eu deveria procurar o Sr. Renato no Banco Rural. Foi a única vez que eu a vi na vida.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, para concluir.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, sou o próximo inscrito e cedo meu tempo inteiro, os dez minutos, ao eminente Deputado João Correia.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Não, não, não, Gastão.

Na verdade, hoje, a Deputada Zulaiê colocou um pouco o caminho das pedras. Ela chega aqui com o

depoente, com o material que temos lá embaixo, na Bat Caverna, com as ligações feitas e com os cheques articulados. É importante para que consigamos desmascarar.

Há uma orientação, uma lei de bronze, Deputado Gastão, que vem desde o Presidente da República, a história do caixa dois, recurso não contabilizado, que vai do maior até o menor. No seu caso, estou apenas dizendo ao senhor que a Deputada Zulaiê trouxe informações.

Temos outras informações, no caso, desses dois cheques da Simone, que foram mortais. No caso do Genu, foi a mesma coisa. Haverá uma acareação da Dona Simone, do Sr. Marcos Valério.

Sugiro, agora, Sr. Presidente, que inclua V. S^a para desvendemos esse fato, só para o final por uma questão apenas de justiça.

V. S^a tem adversários obviamente em Uberaba, como todos temos no regime democrático. Isso é normal. V. S^a declara um patrimônio bastante modesto para quem acompanha o poder já há bastante tempo. Seu patrimônio, de fato, é muito modesto, confessado na perspectiva da Polícia Federal. V. S^a confirma que tem uma casa muito bonita no centro de Uberaba e que tem um Cherokee também?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Bom, primeiro eu tenho uma casa, que, inclusive, está financiada junto à Caixa Econômica Federal. Dentro da minha modéstia, dentro da minha humildade, eu me sinto feliz com a casa que eu tenho. E eu tenho um Cherokee, que é 97, modelo 98, um carro hoje bastante desvalorizado no mercado de automóveis.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Mas é Cherokee.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Deputado Gastão, por gentileza...

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Não, Deputado, pergunta para ele, mas é Cherokee. Quer dizer...

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sim, Cherokee, e é tida como 2005...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Como é que é?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – É tida, mas isso aí com... Não, não, veja, veja... Eu quero colocar para o senhor o seguinte...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Mas eu não quero fazer pergunta...

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Eu estou fazendo uma colocação...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Não, espera aí.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – ... porque hoje na verdade, e eu coloco ela, inclusive, à disposição de quem quer comprar.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Não, dê licença. Sr. Presidente, dê licença. Eu não estou afirmando, eu não estou acusando. Quando eu acuso é quando a gente tem prova, assim como eu fiz aqui com o documento. Eu estou dizendo que há informações, há informes – para usar a linguagem da antiga ditadura, lá do SNI – de que V. S^a teria essas coisas: uma mansão no centro da cidade, como é que o senhor explicaria, etc., mas eu não estou dizendo que o senhor tem e nem tampouco que seu carro é isso. Não, não estou dizendo isso. Eu só quero que o senhor explique por que é que no dia 13... em janeiro, no dia 13 de janeiro, no dia 3 de fevereiro, o senhor esteve, recebeu da mão de D. Simone 50 mil reais, e não 25, conforme V. S^a declarou no vosso documento.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Eu volto a afirmar ao senhor: eu nunca estive com a D. Simone no banco, não recebi dela recursos, das mãos dela; eu recebi do funcionário do banco; se ela eventualmente tirou parte desse recurso, pagou outro, eu não sei explicar ao senhor. Eu recebi do funcionário do banco, não sei se continua trabalhando lá, mas estou dando, inclusive, nome ao senhor. O funcionário se chama Renato.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Eles estão todos aqui no...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – O Renato eu não sei se é realmente peixe muito pequeno, o coitado deve ser um trabalhador, mas o Renato está um pouco quase em todos esses documentos aqui porque ele era o operador, ele era o pagador. Eu não sei se vale a pena convidá-lo até para a CPI, Sr. Presidente. Eu estou passando ao Deputado Gastão o bastão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Deputado Gastão Vieira, o senhor passou tempo para o Deputado João Correia. O senhor dispõe ainda de 6 minutos e 31 segundos, se quiser usá-los.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Vão me aborrecer muito as respostas do nosso depoente. Eu prefiro não usar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – OK. Senador José Jorge. (Pausa.) Ausente. Deputado José Carlos Araújo. (Pausa.) Ausente. Senador Arthur Virgílio. (Pausa.) Ausente. Deputado Daniel Almeida. (Pausa.) Ausente. Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.) Ausente. Deputado Devanir Ribeiro. (Pausa.) Ausente. Deputado Zico Bronzeado. (Pausa.) Ausente. Deputado Agnaldo Muniz. (Pausa.) Ausente. Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, quero cumprimentar aí o depoente. O

depoente é uma pessoa moradora de Minas Gerais, perfeito?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sim.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – É cidadão de Minas Gerais, um mineiro?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Perfeito.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Evidentemente, deve, como assessor de gabinete do Ministro Anderson Adauto, como atual Secretário de Governo da Prefeitura de Uberaba, ser uma pessoa que conhece a política de Minas Gerais. Tem conhecimento como assessor, evidentemente tem que dispor de conhecimento necessário. O senhor conhece o Senador Eduardo Azeredo?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Perfeito.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Tem conhecimento?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Foi, inclusive, nosso Governador.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Ex-Governador. E o atual Governador não é Aécio Neves?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não, o atual Governador... O Sr. Aécio Neves, conheço.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Você tem ciência de que tanto o Senador Eduardo Azeredo como o atual Governador Aécio Neves tiveram suas contas também financiadas pela SBP&M. Tem conhecimento disso?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Pelo que eu vi pela imprensa.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – E também está no Tribunal Superior, no STF, uma ação de improbidade administrativa contra o Senador Eduardo Azeredo, uma ação civil pública por ato de improbidade administrativa, ajuizada pelo Ministério Público Federal contra Eduardo Brandão de Azeredo, atualmente Senador da República, e outros dez réus. Nesse processo que tramita no Supremo Tribunal Federal, aparecem contribuições não contabilizadas, que foram, naquele momento, também intermediadas pelo Sr. Marcos Valério. O senhor tem ciência disso?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Pelo que ouvi na imprensa, sim.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – O senhor conhece o Sr. Custódio de Matos?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não, senhor.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Ele é do PSDB. Ele recebeu, em sua conta corrente, na agência do Banco Rural – O Banco Rural também é um banco conhecido, ele movimenta a conta da DNA e SMP&B, certo? No dia 22 de outubro de 1998, recebeu R\$20 mil do Banco Rural, enviados pela agência de publicidade SMP&B. Junto com o Sr. Custódio de

Matos, que era o Líder do PSDB na Câmara à época, outros Deputados do PSDB também receberam para a sua campanha, e também do PFL. Vou citar alguns nomes, em valores até bem rígidos. Do PLF: Candidata Araci de Paula, Bilaque Pinto, Geraldo Martins, Geraldo Santana, Jaime Martins, José Santana. Falei dos principais. Também no PSDB, tem o Sr. Aécio Neves, no valor de R\$657 mil e pagos R\$657 mil.

Sabe como era feito esse processo, esse esquema? Vou dizer-lhe, para que até, nos próximos depoimentos, o senhor tenha mais conhecimento. A SMP&B fazia contratos de publicidade com o Governo de Minas Gerais; eram contratos de publicidade. Um desses contratos era para dar divulgação ao Dia da Independência, o Rally da Independência. Deixe-me ver o nome correto para que possa constar dos Anais.

Na verdade, nesse contrato, R\$53 milhões foram repassados para o Sr. Governador, na época candidato a Governador, Eduardo Azeredo. O objetivo era o recurso para a campanha e, na promoção do Enduro da Independência, na qual participaram desse financiamento, dessa publicidade da Independência, algumas empresas estatais de Minas Gerais, como a Cemig, Copasa, Bemge, Crédito Real, Loteria e a Comig, num total de R\$8,5 milhões foram utilizados das empresas estaduais de Minas Gerais para financiar, simulando um contrato de publicidade, a divulgação do Enduro da Independência. Sabe para onde foram esses recursos? Não foi para financiar a publicidade do Enduro da Independência, mas para financiar o caixa dois da campanha do Senador Eduardo Azeredo, candidato, na época, ao governo do Estado de Minas Gerais. Também em 2002, não foi muito diferente.

Digo isso para chamar a atenção do PSDB, do PMDB também e do PFL de que os fatos dos quais o PT está sendo acusado não são novos. Passo às suas mãos para que você conheça algumas assinaturas interessantes. O Deputado Moroni Torgan, do PFL... Nenhuma das notas de crédito aqui colocadas tem recibo, ou assinatura de quem quer que seja. Há uma quantidade imensa de ordem bancária, que deveria ter recibo, pois é um ato formal. Há um monte aqui: R\$25 mil, R\$30mil. Por que a quantia certinha? É mensalão isso aqui? É caixa dois? É uso da máquina do Estado para fazer campanha?

Então, fatos esses imputados agora ao Ministro Anderson Adauto, em Minas Gerais, não é nada novo. Isso é feito com frequência. Aonde está a hipocrisia do nosso momento aqui? Cadê?

Nesta oportunidade, antes de crucificar quem quer que seja neste momento, temos de fazer uma reflexão da nossa prática política – o PSDB, o PFL e todos os partidos. Não vou apenas colocar os dois, por-

que o João Correia é do PMDB. Porque também tem do PMDB. Aqui tem, em Minas Gerais, tá? Aqui tem. Tem muita gente aqui também, João Correia. PMDB também está aqui na relação. Isto aqui não é nada de indício. Isto é um processo que tramita no Supremo Tribunal Federal. É reportagem da revista **Veja**. Não é reportagem de fundo de quintal ou de conversa de esquina. Isto é um processo de improbidade administrativa que tramita no Supremo Tribunal Federal, envolvendo dez réus. E, nos documentos que a SMP&B e a DNA apresentaram neste processo, consta a relação de diversos políticos, que se valeram de procedimento, **modus operandi** similar a este, que era imputar a Delúbio Soares e a Marcos Valério, que era um operador antigo lá em Minas Gerais. Afinal de contas, o Marcos Valério era o homem do seu Daniel Dantas. Era o homem que operava o Daniel Dantas, o esquema do seu Daniel Dantas. E Daniel Dantas é uma obra do PSDB. O homem foi criado para privatizar as empresas estatais de telefonia no Brasil e constituir dois fundos de investimento. Um lá nas Ilhas Cayman, com recursos de brasileiros, que não era para ter, contrariando resoluções da Comissão de Valores Imobiliários, que fez uma investigação muito mal elaborada. Vamos chamar a CVI para explicar por que não consegui apontar brasileiros nessa transmissão de fundos para um fundo que deveria tão-somente ser de estrangeiros, porque se valeu da isenção fiscal, isenção tributária, porque não paga tributo para fazer investimento no Brasil, mas o Brasil teria que pagar.

Então, temos aqui a oportunidade. A sala está vazia. Não vejo aqui o pessoal do PFL ou do PSDB, só do PT. Não estamos isentando-nos das nossas responsabilidades. Vamos pagar um preço caro pelo nosso erro. Mas vocês também não podem vestir o vestal de inocentes e de ingênuos, como se nada fora feito no passado.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Nós não somos petistas, não.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Vocês estão com um discurso agora de moralização, quando, na verdade, é uma simples fachada para encobrir uma década de malversação de recurso público. Eu perguntaria ao Sr. José Luiz, que foi Chefe de Gabinete do Ministro Anderson Adauto e que certamente encontrou lá no Ministro dos Transportes alguns esqueletos, esqueletos do DNER e do Dnit.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – (*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, quero falar. Está-me interrompendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)
– Deputada Zulaiê Cobra, vamos garantir a palavra ao Deputado.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Nós sabemos que, ao adentrar no Dnit, herdado pelo Governo Lula, se for fazer uma investigação correta dos esqueletos que há com empreiteiras... O Dnit é o único órgão que tem 70% do seu quadro funcional de empreiteiras. Não tem servidor público o Dnit. Extinguiram o DNER. Fizeram o Dnit. Contrataram empresa para fazer o trabalho que deveria ser feito por servidor público, sabe por quê? Pela interferência das grandes empreiteiras. Inclusive há uma aqui que financiou. Aqui: a Queiroz Galvão também fez parte.

Então, minha cara Deputada – não vou nem citar o nome para não pedir o direito de resposta, já aprendi a fazê-lo... Você falou meu nome aí. Vou pedir direito de resposta.

Houve uma moralização no Ministério dos Transportes. Pela primeira vez se vai fazer concurso público para contratar servidor. Pela primeira vez.

As empreiteiras tinham gente dentro do Dnit para poder direcionar contrato de construção, de reparação, de conservação de estradas. Esse é o interesse da elite brasileira, que privatizou o interesse republicano do Estado nacional. Agora essa situação começa a ruir, começa a se fortalecer o Estado republicano, e há essa vontade de revanchismo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)
– Deputado, tempo esgotado.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu fui citada, Sr. Presidente, eu podia ter 5 minutos para rebater? (*Fora do microfone. Inaudível.*) – Olha aqui, tem prova.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – A prova está aqui, minha cara Deputada. Quer prova maior do que um processo que está no Supremo Tribunal Federal, do Ministério Público? Será que há prova melhor do que essa aí? Será que isso não é prova?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)
– Sr. Deputado, vamos...

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)
– Deputado, tempo esgotado, vamos...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Eu quero... Acho que já tem esse documento aqui na CPMI, mas, de qualquer forma, está aqui na minha pasta, está pesado à beça. Eu quero entregar, de maneira gentil, à CPMI, esses documentos. Tem o nome aqui de muita gente boa, muita gente boa.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – (*Fora do microfone. Inaudível.*) Aí tem do Ministro Adauto?

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Não tem, só tem do Aécio Neves.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) (*Fora do microfone. Inaudível.*) – Isso é esqueleto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)
– Vamos...

Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá, por 10 minutos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, Sr. José Luiz Alves, quero saber quem são os seus advogados.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Drª Carmem da Costa Barros e Dr. Carlos Hosts.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Carlos?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Hosts.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Quem está patrocinando seus advogados?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sou eu.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Qual é a atividade atual do senhor?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sou Secretário Municipal de Governo na cidade de Uberaba.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quando o Ministro Anderson Adauto exerceu a função, de que Partido era o Presidente da República?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Do Partido dos Trabalhadores, o PT.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O PT coligou com o Anderson Adauto na campanha dele a Prefeito de Uberaba?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sim, o PT e outros 17 Partidos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O Vice-Prefeito é de que Partido?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Do PMDB.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quando o senhor foi receber recursos para o Ministro Anderson Adauto, era determinação dele, ele sabia que era isso que o senhor ia buscar lá no Banco Rural?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Perfeitamente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ele chegou a comentar com o senhor para quê eram esses recursos?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Como eu coloquei aqui anteriormente, para saldar as dívidas que haviam ficado da campanha de 2002.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Campanha de quê, Sr. José Luiz?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Campanha que ele disputou para Deputado Federal. Ele foi eleito por Minas Gerais.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não era da campanha presidencial, então?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Era da campanha dele para Deputado?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Isso, campanha dele para Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– O senhor presenciou alguma conversa dele com o Delúbio Soares?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Que eu tenha participado, não. Às vezes, sei lá, duas, três, quatro vezes, não sei, sei que o Sr. Delúbio esteve no Ministério conversando com ele, mas não sei o que conversaram.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E quando estourou esse escândalo todo, qual foi a sua preocupação se a pessoa que tinha ido retirar esses recursos para o Ministro Anderson Adauto era V. S^a?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – É evidente, Sr. Deputado, que a gente fica preocupado. Eu, particularmente, procurei ter a minha vida toda pautada com muita honradez, com muita correção. Sempre fui merecedor de todo o respeito na minha cidade, e a partir do momento em que estoura um escândalo e que a gente buscou o histórico disso, e aí sem nenhum conhecimento, eu não tinha nenhum conhecimento dos fatos que são discutidos hoje, era uma situação única e exclusiva da relação ali, mas, evidentemente, que isso me causou preocupação sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E, além da preocupação, lhe causou algum problema?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não, problema nenhum, a não ser o constrangimento, não é? Deputado, sobretudo depois que os fatos se tornaram públicos. Para um homem que procura honrar o nome que me foi legado pelo meu pai e pela minha mãe, evidentemente que isso traz muito constrangimento.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual foi a reação do Ministro Anderson Adauto quando soube desse problema?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – A partir da divulgação desses eventos, o Sr. Anderson Adauto acho até que foi um dos primeiros que foi, de forma pública, a entrevista coletiva aos diversos órgãos do País, assumindo que realmente havia recebido ajuda do Sr. Delúbio Soares. Os jornais inclusive, vários jornais aqui, **Folha de S. Paulo**, em que ele afirma que realmente recebeu ajuda e me coloca na condição única e exclusivamente de mensageiro *handrey*.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Atualmente, você é secretário do Governo Municipal de Uberaba, foi chefe de gabinete do Ministro quando esteve no Ministério dos Transportes, no Governo

Lula, do PT, e antes disso qual foi a atividade exercida pela sua pessoa?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Na área pública, estou como assessor parlamentar dele, enquanto Deputado Estadual, desde 1994 para cá. Anteriormente a isso, já fui editor de revista agropecuária, já fui empresário do ramo de montagem, de construção, de manutenção.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Qual foi o total dos recursos recebidos por intermédio desse acordo do PT com o Ministro Anderson Adauto?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – O que eu tenho conhecimento são os R\$200 mil declarados e assinados aqui perante a CPMI.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– E o resto que Marcos Valério disse que chega a R\$1 milhão?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Deputado, atribuo isso talvez a uma tentativa de acobertar outras pessoas. Quero, inclusive, o Deputado João Correia fez menção aqui de dinheiro que, num relatório, estaria atribuído a mim, mas que foi entregue a um motorista. Então, particularmente, estou assumindo com os senhores aquilo que, efetivamente, fiz, certo? De repente...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Será que parte foi recebida pelo Sr. Edson Pereira de Almeida?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não sei, acho que ele é quem poderia responder isso para o senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Quem é Edson Pereira de Almeida?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – É o irmão do Ministro Anderson Adauto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor trabalha com o Ministro Anderson Adauto?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Então, o senhor não sabe se nessas conversas em que ficou definido que o senhor iria receber parte do dinheiro, uma outra parte do dinheiro teria sido retirado por alguém ligado ao Ministro Anderson Adauto?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Eu não tenho conhecimento, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A informação que temos na CPI é que para o Ministro Anderson Adauto, através de José Luiz Alves e Edson Pereira de Almeida, teria sido destinado ao Ministro R\$1 milhão. Você tem conhecimento dessa informação?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Vi pela imprensa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, seria bom mostrar para o depoente uma cópia da relação que o Marcos Valério informou a esta

CPI de que foi entregue R\$1 milhão ao Sr. Anderson Adauto, e a pessoa indicada aqui é José Luiz Alves.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Sr. Deputado, nosso Relator já fez comentário a respeito disso, mas eu posso passar de novo às mãos do depoente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Gostaria que fosse mostrado ao depoente documento do Marcos Valério Fernandes de Souza, em que informa que, sobre o 25º, José Luiz Alves, do PL, inclusive tem o número do telefone celular e o fixo e uma carteira de identidade. Essa carteira de identidade é do senhor?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Perfeito.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– É sua?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Então, através daqui ele informa R\$1 milhão.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Como disse aqui anteriormente, não reconheço esses valores, não reconheço; a maioria das informações aqui contidas não reconheço, não assumo e não concordo com elas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Dessas que estão listadas, quais o senhor reconhece como suas?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – No dia 9 de setembro, eu recebi, no Banco Rural, R\$100 mil.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Nove de setembro.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – No dia 16 de setembro, eu recebi R\$50 mil. No dia 13 de janeiro de 2004, R\$25 mil. E, no dia 03 de fevereiro de 2004, R\$25 mil.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– R\$25 mil ou R\$50 mil. Está R\$50 mil.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – R\$25 mil.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – No dia 13 de janeiro, R\$25 mil?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Em 13 de janeiro e em 03 de fevereiro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O dia 03 de fevereiro não consta aqui. Peço a atenção da Relatoria para o fato de ele mencionar uma parcela de R\$25 mil que não está...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Consta nas visitas dele ao Banco Rural.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Na lista do Marcos Valério, não consta essa retirada de fevereiro que o José Luiz Alves está confirmando.

Quando o Ministro Anderson Adauto soube que o senhor tinha sido intimado a vir aqui, ele chegou a dar

alguma orientação, sugestão ou indicação de como deveria ser sua postura e sua presença nesta CPMI?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não. Conversamos de forma muito rápida e muito superficial.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O que conversaram?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – A respeito da minha vinda, porque na minha primeira ida à Polícia Federal, por orientação do advogado de Belo Horizonte, eu permaneci calado, permaneci em silêncio. Depois, eu coloquei para ele que eu não concordava com a estratégia adotada e que eu não tinha efetivamente razões para estar ocultando aquilo que efetivamente se constitui na verdade. Razão pela qual eu prestei esclarecimentos espontaneamente, por escrito, a esta CPI. Estou aqui ratificando os esclarecimentos por mim prestados.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Vou concluir, Sr. Presidente.

Qual seu tempo de assessoria política, de trabalho político com Anderson Adauto ou antes de Anderson Adauto? Qual a somatória de seu tempo de vivência na atividade política?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – De 1994 para cá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Mais de dez anos.

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Sim. Onze anos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Nesses onze anos, tirando este caso, o senhor já vinha outro caso tão escabroso como este?

O SR. JOSÉ LUIZ ALVES – Não. Acompanhando a vida nacional, é evidente que, pela imprensa, a gente já ouviu muita coisa, não é? Transferência de recursos para as Ilhas Cayman, questão do Collor, questão da venda das estatais na época do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Quer dizer, várias coisas já vimos na vida nacional como cidadão.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Mas dinheiro para o chefe de gabinete de Ministro? (Risos.)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Com a palavra, o Deputado Luiz Couto. Ausente.

Não havendo mais Parlamentares para inquirição, agradeço a presença do Sr. José Luiz Alves, das Srªs Deputadas e dos Srs. Deputados, das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores, da advogada e do advogado.

Declaro encerrada a presente oitiva.

(Levanta-se a reunião às 15h21min.)

ATA DA 25ª REUNIÃO

REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2005

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, às doze horas e um minuto, na sala

06, da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Amir Lando e ainda com as presenças dos Senadores Romeu Tuma, Ney Suassuna, Sibá Machado, Ana Julia Carepa, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Augusto Botelho, Sérgio Zambiasi, Heráclito Fortes e César Borges; e dos Deputados Luiz Couto, Odair Cunha, João Correia, Gastão Vieira, José Rocha, Júlio Redecker, Zulaiê Cobra, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, Luiz Antonio Fleury, José Carlos Araújo, Fernando Coruja, Paulo Baltazar, Daniel Almeida, Eduardo Valverde, Pedro Canedo, Mauro Lopes e Marcus Vicente, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 01/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS”. Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 25ª reunião, informando que a pauta da presente reunião se destina a apreciação e votação de proposta da contratação de Empresa de auditoria externa, já aprovada através do **Requerimento nº 396/2005**, em 03.08.2005, e à oitiva dos senhores Gustavo Marin e Sérgio Spinelli. A presidência submete à votação simbólica o nome do Consórcio Moore Stephens/Villas Rodil (Aprovado), registra-se o voto contrário dos Deputados Luiz Couto e Eduardo Valverde e das Senadoras Fátima Cleide e Ana Júlia Carepa, e a abstenção do Deputado Gastão Vieira. O senador Amir Lando lê para o plenário o requerimento do deputado Ronivon Santiago solicitando adiamento da oitiva marcada para amanhã, dia 19.10.2005, alegando problemas médicos, ao qual anexou o respectivo atestado. O presidente submete ao plenário a avaliação do pedido, que é aceito por unanimidade. O Presidente convida os Senhores Gustavo Carlos Marin Garat e Sérgio Spinelli Silva Junior e lhes concede a palavra para que prestem seus esclarecimentos iniciais. Em seguida, passa a palavra ao Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel e aos seguintes parlamentares: José Rocha, Fernando Coruja, Moroni Torgan, Heráclito Fortes, Ana Julia Carepa, Zulaiê Cobra, Julio Redecker, Eduardo Suplicy, João Correia, Rodolpho Tourinho, Luiz Couto, Arnaldo Faria de Sá, Paulo Baltazar, José Carlos Araújo, Eduardo Valverde e Odair Cunha. Como reinscritos falam os seguintes parlamentares: Ana Julia Carepa, Luiz Couto e José Carlos Araújo. Nada mais havendo

a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e treze minutos, convocando-se a próxima reunião para amanhã, dia dezanove de outubro. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia Baraviera, Secretária da Comissão*, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 7, de 2005, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à reunião administrativa e à oitiva dos Srs. Gustavo Marin e Sérgio Spinelli Silva Júnior.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Com a palavra a Deputada Zulaiê Cobra.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, estamos aqui há muito tempo e somos vários. Acho que nós devíamos entrar naquilo que é o objetivo maior da Comissão e deixarmos essa parte administrativa para depois do depoimento ou, se for o caso, para amanhã, porque já é meio-dia, e nós estamos atrasados.

Só uma correção: é vigésima quinta reunião ou vigésima sexta?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Vigésima quinta.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Na minha, está vigésima sexta, Sr. Presidente, portanto só estou querendo consertar; na minha, está vigésima sexta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Peço à Secretaria que faça a avaliação.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– com a palavra pela ordem ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Em relação a essa questão administrativa, eu gostaria de chamar a atenção de V. Exª que há um assunto que é muito importante que é a aprovação, relativamente

simples, acho, das auditorias. Nós só podemos avançar qualquer ponto se tivermos a aprovação do plenário. Então eu pediria pelo menos isso, na questão administrativa fôssemos colocando, Sr. Presidente, porque, para todo o processo, junto com a outra Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Quero aqui esclarecer que o nosso Presidente, que está envolvido em questões da MP, pediu que tocássemos nossa reunião, e certamente S. Exª vai chegar daqui a pouco, e podemos dirimir a dúvida em relação à administrativa. Penso que, neste momento, o melhor e mais sensato é que fizéssemos realmente a oitiva e, assim que o Presidente chegar, deliberaríamos a respeito da administrativa, que é fundamental para que levemos a cabo os trabalhos.

Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, a pauta que recebi apenas fala de oitiva, não há reunião administrativa; é a pauta que nós recebemos aqui. Então acho que devemos ouvir e amanhã convocaríamos uma reunião administrativa para discutir. Não é um dia ou outro que vai atrapalhar. Então que amanhã tenhamos uma reunião administrativa antes da reunião da oitiva para discutir isso aqui. Agora hoje não dá porque temos duas pessoas para serem ouvidas, e é um assunto que vai demandar uma série de questões, e não vai dar para fazer outra reunião administrativa hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– A Secretaria informa que a reunião é a vigésima quinta. Houve certamente um equívoco, e essa foi a reformulação. A discussão seria do nome da empresa que faria a aprovação da contratação da empresa de auditoria externa e seria administrativa. Portanto, o que nós vamos poder fazer, no máximo, até amanhã, essa...

O SR. RODOLPHOTOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu só queria deixar claro que o plenário decide, V. Exª decide, mas nós tínhamos combinado com a Secretaria que havia uma reunião administrativa hoje pela urgência do assunto. Acho que estamos postergando um assunto para amanhã que vai atrasar a contratação pelo Senado dessas duas empresas. Acho que é um assunto relativamente simples, então ele está sendo aprovado pela outra Comissão. Não vejo por que não. É uma ratificação do nome dessas empresas que foram já nesse processo todo.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Então faz, Presidente. Tem os nomes aí?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Com a palavra...

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – É o seguinte, com relação... Eu pergunto ao Presidente quan-

tos documentos ou requerimentos há sobre a mesa para decisão assim de imediato, porque, de repente, sobre a mesa pode haver requerimentos que podem ser decididos de pronto.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, com todo respeito ao Deputado, nós estamos falando de algo que é imediato, que é a contratação de técnico. Estamos precisando disso. Os outros requerimentos são todos importantes – e há vários, inclusive meus –, mas vamos deixar para amanhã e passemos à votação deste para contratarmos, o mais depressa possível, os técnicos; que é o que precisamos nesta CPI.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – A minha pergunta foi a seguinte: quais os documentos que se encontram sobre a mesa? Essa é a minha pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Queria, só para esclarecer, que o nome da empresa que deveremos discutir a respeito da contratação está com o Presidente, que deve chegar a qualquer momento. Então gostaria de pedir um pouco de calma.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Deputado Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, acho que devíamos ter um pouco de cautela. A aprovação de nomes de empresas de auditoria, sem conhecê-las, sem antes promovermos um debate profundo, é colocar os pés sobre as mãos, até porque me parece que os nomes das duas empresas já foram aprovados na outra comissão. Ninguém sabe o resultado desse trabalho. Além do mais, temos aí órgãos de fiscalização e controle que poderiam fazer igual procedimento, igual fiscalização. Temos aí técnicos do TCU que poderiam ser chamados a esta Comissão, técnicos da Unafisco; enfim, servidores pagos pelo Estado que poderiam fazer essa auditoria sem gastar dinheiro da União, para fazer aquilo que se supõe existir.

Por esta razão, espero que o bom senso prevaleça, e não creio que deva ser, de plano, tomada essa decisão sem uma discussão preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra o Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Apenas sugiro a V. Exª que encerre essas preliminares, até porque estamos discutindo o que vamos discutir adiante, lá na frente. Então, não adianta nada nós continuarmos aqui discutindo, discutindo, discutindo sem, efetivamente, termos condições de deliberar.

Por isso sugiro a V. Exª que iniciemos as oitivas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)
– Vamos esperar o Presidente para confirmar os nomes.

Portanto, acho que podemos colocar em votação, rapidamente, para atender ao Senador Tourinho e a todos nós, dando agilidade ao processo.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Sr. Presidente, eu perguntei quais os requerimentos que estavam sobre a mesa; porque, de repente, há algum para o qual podemos pedir preferência entre aqueles que estão aí para serem apreciados pela Comissão.

Em que pese a ponderação da nobre colega, qual seja, a de que não se trata de uma questão importante, considero de suma importância essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Informo que temos três requerimentos, para atender ao seu pedido, São eles: adiamento do depoimento do Sr. Ronivon Santiago. É um documento aqui acompanhado de atestado médico: Pede adiamento do depoimento agendado para o dia 19 do corrente, às 11h30min, tendo em vista atestado médico em anexo.

Portanto temos esse requerimento sobre a mesa.

Outro requerimento...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– O requerimento do Sr. Ronivon Santiago vem acompanhado de um atestado médico que o declara inativo por 48 horas.

Como se se trata de atestado médico devidamente firmado, o parecer é no sentido do deferimento, isto é, do adiamento do depoimento do Deputado Ronivon Santiago para fase posterior àquela em que o médico o considera inativo.

O segundo requerimento sobre a mesa é da nobre Deputada Zulaiê Cobra, que requer seja ouvido por esta Comissão o ex-Ministro Anderson Adauto, atual Prefeito de Uberaba, em Minas Gerais, e o seu irmão, citado pelo Sr. José Luiz Alves, quando da sua última inquirição.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)
– Há ainda um requerimento da Deputada Zulaiê Cobra, vazado nos seguintes termos: “Requer a transferência à Comissão dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Anderson Adauto e de Edson Pereira de Almeida.”

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– O parecer é favorável.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, posso encaminhar?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, assim vamos ter de abrir para a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)
– Esse é o parecer. Não votamos. Só dissemos qual é o requerimento, e o Relator já indicou seu parecer. Não estamos votando esses requerimentos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu poderia ser o primeiro...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Se não, nós vamos discutir, e aí...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)
– Haverá outros requerimentos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Assim, não poderemos ouvir os convidados de hoje, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente,...

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – O Presidente apenas respondeu a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)
– Sim; respondi a questão de ordem. Evidentemente que a oitiva do Deputado Ronivon Santiago, prevista para amanhã, precisa ser decidida hoje para que não fiquemos sob...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, esse caso não precisa ser votado. É uma questão médica, já deferida pelo Relator. Não há por que votar. Não vamos discutir atestado médico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)
– Se a Comissão concorda, assim será feito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL–PI) – Sr. Presidente, V. Ex^a analisou dois requerimentos. Solicito ao Relator que, se puder, também analise o requerimento que tenho em mãos. Tendo em vista o assunto ser o depoimento de hoje, ajudaria na agilização dos objetivos desta Comissão.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– O requerimento está sobre a mesa, Sr. Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)
– Para que avancemos, peço a V. Ex^a que o encaminhe à Mesa a fim de que o Relator faça uma análise. Depois, avaliaremos se é para colocar em votação ou não.

Queria, só para avançar...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL–PI) – Sr. Presidente, se não for para colocar em votação como os outros dois foram...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)
– Não, não; eles o serão.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Senador Heráclito Fortes, não foi colocado em votação nenhum deles.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)
– Nenhum requerimento foi colocado em votação; nenhum deles. Foram só informados os requerimentos que estavam sobre a mesa para que o Relator pudesse tomar conhecimento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Faço o encaminhamento à Mesa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Coloco em votação a contratação da empresa de auditoria externa para que possamos apreciar: Consórcio Moore Stephens e Villas Rodill.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES) – Esse assunto é polêmico.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Um minuto, Excelências.

Peço ao Relator que dê seu parecer a respeito para possamos, depois, dar prosseguimento.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, senhores membros da Comissão, esse problema da contratação de empresas especializadas em perícias contábeis vem sendo adiado em virtude da manifestação do Sr. Presidente do Congresso Nacional no sentido de, oportunamente, tomaria as providências necessárias para contratá-las. S. Ex^a, finalmente, transferiu essa responsabilidade para a Comissão.

Temos como Sub-Relator especialmente incumbido da análise dos documentos contábeis, da conferência das quebras de sigilo e de todos os documentos técnicos; enfim, toda essa questão está subordinada hoje ao Senador Rodolpho Tourinho, que compôs uma Comissão, em acordo conosco, e está trabalhando a todo vapor nesse sentido.

Chegamos à conclusão de que é imprescindível e urgente a contratação dessa empresa para dirimir certas questões cujas especificidades estão acima da nossa compreensão.

O parecer, portanto, é no sentido da aprovação, mesmo porque confiamos que o Senador Rodolpho Tourinho tenha feito uma análise consciente da competência e da isenção das empresas.

Pediria que a Comissão examinasse com urgência essa questão a fim de que possamos partir agora para as conclusões que serão objeto do relatório.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, a escolha de uma consultoria ou de uma auditoria nasceu da própria Presidência do Congresso, que colocou à disposição esse auxílio a mais para se tentar descobrir alguma coisa.

Quanto à aprovação dessas consultorias ou auditorias, o que se discute neste momento é se queremos efetivamente investigar mais ou não. Se quisermos investigar mais, é fundamental que isso passe por uma consultoria ou por uma auditoria, porque não temos

gente especializada para tratar desse assunto da forma e no tempo que se requer. Todas as grandes empresas de auditorias foram consultadas. Havia uma série de choques, de impossibilidades em relação a algumas delas por conterem cláusulas que não poderiam contratar empresas, por terem empresas que foram consultoras ou são consultores. No final, restaram, então, três empresas, que é a Ernest Yang, a Moores Stephen e Vilas e Rodil. As duas últimas mencionadas fariam um consórcio, são empresas menores para tratar da movimentação financeira, sobretudo, com a questão no exterior aqui na Comissão do Mensalão.

A Ernest Yang trabalharia com os fundos de pensão, com as fundações. Isso na CPI dos Correios. O que acho que era importante era se tomar essa providência de imediato porque é a única forma de tentarmos sistematizar essa análise e se buscar resultados que não estamos tendo até o presente momento. Essa é a verdade. Então, entendo a colocação e penso dessa forma. Essas empresas foram as que, no final, puderam ser contratadas por não terem conflitos de interesse com todas as outras empresas que estavam listadas aqui. Imagino que, a partir delas e da contratação delas, tenhamos outra condição de buscar resultados. Se vamos obter ou não é outro problema, mas esse é o caminho, é o único caminho neste momento junto com pessoal nosso interno do Senado, junto com o pessoal do Tribunal de Contas da União, do Banco do Brasil e da Polícia Federal. Que isso venha ser apreciado e votado.

Era o que tinha colocar, a considerar. Deixo claro que isso não é uma solicitação minha nem de um lado desta Comissão. Isso representa a vontade ou não de se continuar as investigações.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem, vou conceder a palavra ao Deputado João Correia.

Queria alertar a Comissão de que essa matéria já foi votada nas duas outras Comissões. Quer dizer, as relatorias, sobretudo o relator-geral e os subrelatores estão trabalhando nessa matéria. Ninguém mais do que eles estão habilitados a emitir juízo. É um trabalho difícil, cada dia que a gente perde, vamos perder mais tempo para proceder às investigações necessárias. Entendo que uma empresa de consultoria renomada que já passou pelo crivo de duas comissões não teria necessidade aqui de estabelecer aqui uma larga, longa e demorada discussão.

Concedo a palavra ao Deputado João Correia.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, sem embargo do trabalho extremamente rele-

vante que o Senador Rodolpho Tourinho está fazendo, temos visto, eu pelo menos acompanhei um pouco na imprensa, alguns problemas acerca da contratação dessas empresas. Inclusive, há uma possibilidade de o Ministério Público Federal fazer sua intervenção no sentido de que as empresas não seriam contratadas obedecendo aos critérios dos processos licitatórios.

Sinceramente, acho que o Senador colocou a questão básica: queremos ou não aprofundar as investigações? Se desejarmos aprofundar essas investigações, acho que V. Ex^a, inclusive, tem em mão a solução simples, que é a busca do pessoal de estado da Receita Federal, aquele pessoal que na CPI do PC Farias, os 60 auditores, ofereceram à CPI todas as informações com a mais alta e relevante competência que se pode coletar no Brasil hoje.

Sinceramente, acho que a requisição por parte desta CPI de Auditores Fiscais da Receita Federal, de elementos do Banco Central e do Tribunal de Contas da União, estão à nossa mão. Não é preciso mexer com questões jurídicas acerca de um processo licitatório.

Por conseguinte, gostaria de colocar essa possibilidade da requisição imediata de pessoal de estado, não é de pessoal de governo, é pessoal de estado, especialmente os mananciais da Receita Federal, inclusive, para pesquisas de natureza internacional.

É essa a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Valverde e, em seguida, a V. Ex^a, Deputado Gastão Vieira.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, no tocante às três CPIs, em regra geral, elas acabam tendo o mesmo objeto. Corremos o risco de contratar uma nova auditora para investigar e auditar o mesmo objeto. Além do mais, parte dos nossos dados, dos nossos dados de convicção, hoje já foram acumulados pela CPMI do Banestado, que reuniu uma grande quantidade de informações que podem ser úteis a esta CPMI. O que se busca aqui são as transações realizadas no exterior. Todas essas transações foram conhecidas com a quebra do sigilo bancário das principais contas, como a conta Beacon Hills, a MTB Bank, contas que já eram de amplo conhecimento do Ministério Público e do Juizado Federal de lavagem de dinheiro lá em Foz do Iguaçu.

Assim, temos um acúmulo muito grande de informações aqui. Eu não sei se seria de serventia a presença de uma consultora para avaliar e analisar tudo que já está analisado pela Justiça Federal e pelo Ministério Público.

Concordo com o João Correia no sentido de que isso é desnecessário. Eu não sei se elas teriam condições, no prazo que queremos, de prestar es-

sas informações. Isso porque é muita coisa. A CPMI do Banestado, por exemplo, ficou um ano coletando e auditando informações. Os órgãos de Governo, de Estado, como o Ministério Público Federal e a Justiça Federal têm informações sobre todas as transações ocorridas com a lavagem de dinheiro no Brasil, se é isso que estamos buscando conhecer.

Por essa razão, acho isso prematuro. Concordo com o João Correia. Precisamos tão-somente capturar, naquilo que já está conhecido, aquilo que nos interessa. Para isso aí os técnicos da Receita Federal e os auditores do Tribunal de Contas fariam um trabalho melhor para nós e mais barato para os cofres da União do que a contratação de uma.... Por ser uma situação emergencial, não haverá licitação e o preço que podemos pagar a essas empresas poderia ferir o interesse público.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Gastão Vieira e, em seguida ao Deputado José Carlos Araújo. Depois disso estarão encerradas as manifestações, que já foram quatro. Após isso, vamos passar à decisão.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, quero algumas informações para orientar o voto que devo dar com relação a essa questão.

Com relação à publicidade: como essas empresas estão sendo contratadas? Embora esse seja um mercado altamente especializado, em que a inelegibilidade de licitação é uma prática às vezes corriqueira, há dinheiro público envolvido. Qual é a experiência dessas empresas? Elas deveriam mandar um portfólio para nós, para verificarmos se elas já trabalharam, se elas têm experiência nesse setor, qual o valor desse contrato. Esta Comissão tem que dar o exemplo até nessas coisas. Eu coloco muito em dúvida os critérios, até por não conhecê-los, de contratação dessa auditoria. Quero conhecê-los, até porque estou passando um atestado de que esta Casa, que tem um dos concursos mais difíceis, salários altamente adequados, comparativamente com outros do mercado, é incapaz de dar conta disso, precisa terceirizar o seu trabalho de fiscalização.

Portanto, gostaria de ter informações sobre o valor do contrato, se houve licitação, se não houve licitação, qual a experiência dessas empresas, qual o trabalho que elas já fizeram e que justifica uma inelegibilidade de licitação, etc.

Essa é a minha intervenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Araújo.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu pensei que essa questão fosse uma unanimidade. A Comissão não vai contratar ninguém.

Quem vai contratar é o Senado. Quem tem que tomar os cuidados com a licitação, com a forma de contratar não é esta Comissão, não é o Sr. Presidente. Nós vamos apenas autorizar a contratação.

Como não há consenso, se formos discutir isso agora, a oitiva está aí, os convidados já chegaram... Vamos deixar isso para a reunião administrativa de amanhã. Vamos tratar desse assunto amanhã, ou então votamos logo. Se formos abrir a discussão, vamos levar uma hora discutindo, e as pessoas vão ficar esperando para serem ouvidas.

Era isso que dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu queria informar à distinta Comissão que, em requerimento aprovado por esta Comissão, o de nº 296, de autoria do Deputado Mendes Thame, foi aprovada a contratação de auditoria. Isso já foi aprovado. Quer dizer, nós estamos quase que num **bis in idem**. O que houve agora evidentemente foi o nome de uma empresa, que já passou pelo crivo das duas Comissões. Deputado Gastão Vieira, gostaria de alguns elementos. Vou passar a palavra ao Senador Tourinho, que talvez possa melhor esclarecer, mas gostaria de dizer o seguinte: isso já era, não podemos voltar atrás no que já foi decidido. Já foi decidido isso, já foi aprovado esse requerimento. Então, quer dizer, vamos ou não vamos contratar? Temos de ter coerência: ou quer, ou não quer. Se não quer, não vejo que essa questão licitatória, do processo licitatório, seja um empecilho. Também não vejo nenhum prejuízo à proposta do nobre Deputado João Correia. Entendo que deveremos reforçar as nossas equipes técnicas requisitando. Tivemos algumas dificuldades até agora. As requisições foram feitas, houve uma certa demora no atendimento, certas evasivas. Vejo que a Comissão precisa urgentemente de pessoal técnico para auxiliar a relatoria, senão os relatores não vão poder fazer esse relatório. Há um manancial de dados até hoje intocáveis. O nobre relator, esses dias, falou que está trabalhando, está trabalhando muito. Agora, se não tiver uma equipe técnica para lhe dar suporte, esses dados vão ficar aí paralisados e vamos repetir aqui a síndrome do Banestado: um monte de documentos sem análise.

Então, quero deixar muito claro. Ou vamos arriscar, ou esse custo não é tão elevado...

Passo a palavra ao Senador Tourinho para dar as últimas informações, após o que submeterei a votos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – A questão, Sr. Presidente, da contratação não compete a esta Comissão, compete ao Senado, que é quem vai contratar com relação à questão de ser possível a inexigibilidade, se não, se está dentro da Lei nº 8.666, se não está, se o valor é aquele, se não é. Isso é outro

problema. O que acho, neste momento, o que estamos discutindo aqui, porque já foi aprovada, em tese, a contratação de uma consultoria. Com base nessa aprovação, saíram atrás as duas Comissões, em conjunto a dos Correios e a do Mensalão, para buscar essas empresas com base num acordo que foi aprovado aqui. Então, buscou-se essa empresa porque não há conflito de interesses. O grande problema que existia era o conflito de interesses.

Uma coisa que é preciso deixar claro é que existem muitos dados já coletados nesta CPI e na outra. Agora, não existem dados analisados. É uma coisa completamente diferente. A partir da análise é que você descobre as coisas. Então, o que coloco claramente na minha cabeça é que, se a gente quiser apurar, teremos de buscar esse caminho. Talvez não traga os resultados que a gente pretende. Não sei. É uma interrogação, mas, se não quiser contratar, não contrate. É um caminho ou outro. Se não quiser apurar, não contrate. Agora, para apurar, tem de contratar.

Nessa questão, de por que aprovar o nome aqui é porque a Presidência do Senado achou, do ponto de vista jurídico, que era preciso que se aprovasse o nome na Comissão para que amanhã não se tivesse nenhum tipo de contestação. Essas são as minhas razões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Entendo que a matéria já foi suficientemente discutida. Vou submetê-la a votos.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que concordarem com a indicação da empresa Ernest Yang queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, é a Moore Stephen e a Vilas e Rodil. A Ernest Yang também vai mexer conosco. Melhor as três.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, submeterei a Moore Stephen e a Vilas e Rodil.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que concordarem com a indicação das outras duas empresas queiram permanecer sentados (Pausa.)

Aprovado, com os votos contrários...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, só estou perguntando se é a mesma empresa concernente às outras Comissões. Meu voto é favorável.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É só registrar o voto contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vou registrar o voto contrário do Deputado Luiz Couto.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Eu vou me abster, porque não conheço nenhuma dessas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a abstenção de V. Ex^a, Deputado Coruja, da Senadora Fátima Cleide, da Senadora Ana Júlia.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Abs-tenção também, Sr. Presidente. Fui procurada pelos técnicos da Receita, isso já foi discutido. Eu acho que deveriam ser os técnicos públicos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Deputado Valverde, Deputado Odair e Deputado Daniel.

O SR. (Orador não identificado) – Abstenção também, Sr. Presidente, por não conhecer as empresas.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, aprovado por maioria.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – E eu, por achar que deveriam ser os servidores públicos para fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos seguir. Chamo agora os depoentes para iniciarmos a oitiva de hoje. Quero dizer que têm procedência as colocações feitas pelo Deputado João Rocha. Vamos buscar mais gente e vamos fazer isso com urgência. Vamos exigir. E mais: temos que fazer diligências, ir atrás e arrancar as pessoas à força, senão a coisa vai continuar num pé de não acatamento e vamos continuar essa lengalenga que não adianta, é infrutífera.

Por isso, vou agora pedir à secretaria que faça introduzir aqui o Sr. Gustavo Marin e o Sr. Sérgio Spinelli Silva Júnior.

Esclareço, preliminarmente, que os depoentes aqui comparecem na condição de testemunha, ou seja, prestaram compromisso de dizer a verdade. As qualificações já estão aqui e pode-se passar cópia a todos os presentes. Evidente que há a hipótese, conforme previsto no art. 203 do Código de Processo Penal, de dizer a verdade. Por outro lado, de acordo com o art. 5º, inciso 58, da Constituição Federal, eles poderão silenciar em alguma resposta que poderá, eventualmente, haver auto-incriminação. Isso é da lei, eu não posso alterar o que está escrito na Constituição.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, em primeiro lugar gostaria que houvesse a qualificação de advogados e assessores.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou fazê-lo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Segundo, saber exatamente em que condições o Dr. Spinelli se encontra.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Já disse que na condição de testemunha. Prestou o compromisso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, não, não é isso. De acordo com a convocação ele...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Ah, a qualificação dele.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Se como advogado ou como Diretor Presidente da Telecom Investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – A qualificação dele foi com a profissão de advogado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, não é isso. A convocação dele...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – A representação dele, evidentemente quando foi convocado, como advogado que havia conduzido a operação de aquisição das ações dos fundos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Então, nessa condição, ele se mantém.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nessa condição.

É evidente que hoje ele está numa outra posição, nada impede que os senhores façam perguntas dentro da sua competência, explicações, informações que sejam úteis à Comissão. Não há limite de perguntas com referência a um ou outro cargo. Nesse momento em que comparecem, eles certamente estarão aqui para prestar esclarecimentos sobre todas as questões, evidentemente, exceto naqueles pontos que eu acabei de ressaltar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estou querendo resguardar aqui o meu companheiro Eduardo Suplicy, que não se encontra. Foi o autor do requerimento. Queria apenas fazer o registro para que ficasse bem claro.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Inicialmente, pergunto aos depoentes agora que declinem os nomes dos advogados e dos demais assessores que os acompanham para que a Comissão tome conhecimento.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, até onde eu sei, o Sr. Spinelli foi chamado inclusive porque representa o Fundo. Na verdade, desse Fundo, ele é como se fosse o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Acabei de esclarecer esse ponto.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – O Fundo estrangeiro que foi criado, uma representação do Banco. É isso.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-ackel. PPB – MG) – Sr. Presidente, peço licença a V. Exª. Essas questões todas poderão ser levantadas, suscitadas, diretamente ao depoente. Ele está aqui para esclarecer sua posição. De sorte que o Sr. Presidente está sendo convidado a esclarecer situações das quais deverão ser esclarecidas exatamente por quem se chamou aqui para fazê-lo. De maneira que requeiro a V. Exª, como Relator, Sr. Presidente, que comece...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Só queria, Sr. Presidente, pela ordem, eles estão como investigadores ou como depoentes?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Como depoentes.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Então, prestarão o compromisso de falarem a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Já foi feito esse compromisso.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu sei, mas eu vi o senhor falando, mas eu não vi a prestação de compromisso que eles assinaram.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Está aqui.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Então, não pode mentir. Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu disse, passarei a V. Exªs cópia.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Bem, eu só quero que decline o nome dos advogados e demais assessores, se forem assessores ou advogados. Não sei.

Pode falar.

O SR. GUSTAVO MARIN – Boa tarde, Sr. Presidente, me acompanha o Dr. Eduardo Ferrão, o Dr. Dayan Miranda...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Queira repetir, porque foi prejudicado pela interferência dos demais membros.

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Presidente, estão me acompanhando o Dr. Eduardo Ferrão, o Dr. Dayan Miranda e o Dr. Marcos Joaquim.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. Todos advogados atuantes, inscritos na OAB.

Então, concedo logo a palavra ao depoente, primeiro ao Sr. Gustavo Marin. Se quiser fazer alguma explanação inicial ou logo iremos às perguntas?

O SR. GUSTAVO MARIN – Muito obrigado, Sr. Presidente, vou fazer um pronunciamento inicial, se me permitir.

Exmº Sr. Presidente desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Senador Amir Lando; Exmº Sr. Relator Deputado Ibrahim Abi-Ackel; Exmºs Srªs e Srs. Parlamentares, integrantes desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito; Senhoras e Senhores, agradeço o convite desta CPMI. Estou à disposição para prestar os esclarecimentos que me forem solicitados.

O português não é a minha língua materna e me esforcei, dentro das minhas possibilidades, para ser claro na minha fala.

Gostaria de iniciar o meu pronunciamento traçando um breve histórico da atuação do Citigroup no Brasil. O Citigroup acaba de completar 90 anos de presença no Brasil e nos orgulhamos muito da parceria que firmamos com o País nessas nove décadas. Estabelecemos aqui um forte compromisso com os nossos clientes, funcionários e parceiros, que se reflete na participação da organização em momentos históricos e de singular importância para o desenvolvimento econômico do Brasil.

O estabelecimento da indústria automotiva brasileira, da Ponte Rio-Niterói, de Itaipu, de Tucuruí, da Telebrás e do Complexo Rodoviário Anchieta e Imigrantes, são apenas alguns exemplos de importantes conquistas brasileiras, nas quais o Citigroup teve um papel de destaque. Destaco também a atuação do Citigroup na condução do Comitê de bancos para renegociação da dívida externa brasileira na década de 80 e no começo da década de 90. O nosso objetivo é dar continuidade a esse trabalho, contribuindo ainda mais para o crescimento do Brasil.

Hoje, o Citibank é um dos maiores bancos em atividade no Brasil no segmento corporativo com presença crescente no segmento que atende a pessoas físicas. Empregamos diretamente quatro mil pessoas e nossos planos são de expansão. Pretendemos encerrar o ano com 134 agências em atividade, 62 delas inauguradas apenas em 2005.

Um investimento de mais de R\$700 milhões para adquirir o controle da Credicard, em parceria com o Itaú, também mostra que continuamos a investir no Brasil e que queremos estreitar ainda mais os laços iniciados em 1915, quando inauguramos a nossa primeira agência no Rio de Janeiro, então capital federal.

Assim, em nome do Citigroup, reafirmo o nosso compromisso e o nosso orgulho de fazer parte da história deste País, que consideramos altamente promissor e estratégico para o desenvolvimento dos nossos negócios.

Sou atualmente o Presidente do Citigroup no Brasil e nessa capacidade tenho o prazer de me encontrar com os senhores parlamentares para atender às suas perguntas da melhor maneira possível. Caso eu não disponha de qualquer informação que me for solicitada, terei prazer em providenciar respostas com a maior brevidade possível.

Como Presidente do Citigroup no Brasil e do Citibank S. A, sou responsável por todas as operações brasileiras do banco e represento o Citigroup perante as autoridades.

Sou também responsável por preservar nossos negócios e nossa imagem no Brasil. Devo informar que, entre minhas atribuições, não se enquadra qualquer responsabilidade operacional pelo Fundo CVC. O relacionamento entre o Citigroup o Fundo CVC e o Opportunity sempre foi negociado, estruturado e monitorado pela área de fundos de participações privadas de Nova York, o Citigroup Venture Capital, que tem independência operacional em relação à organização brasileira que presido. No entanto, tenho todo o interesse em atender aos Srs. Parlamentares da melhor forma possível. Com esse intuito, tenho procurado me informar sobre esse investimento nas últimas semanas.

O Citigroup é o único investidor no Fundo CVC, no qual investiu mais de US\$750 milhões ao longo de oito anos, a partir de 1997. Esses investimentos foram direcionados para adquirir participações de controle acionário em várias empresas, no curso do Programa Nacional de Desestatização promovido pelo Governo Federal brasileiro.

As empresas em que investimos incluem a Brasil Telecom S.A, Telemig Celular S.A, Amazônia Celular S.A, Telemar Participações S.A, Metrô do Rio de Janeiro, a Santos Brasil, que opera o Porto de Santos, e a Sanepar S.A, que oferece serviços de saneamento básico no Estado do Paraná. São empresas importantes para muitas pessoas, e estamos cientes de nossa responsabilidade como investidores.

Inicialmente confiamos nossos investimentos no Fundo CVC à administração do Banco Opportunity e ao Sr. Daniel Valente Dantas. O Citigroup era o sócio limitado do Fundo CVC, o que significa que o Citigroup era o investidor passivo, sem autoridade para representar o fundo. O Opportunity era o administrador do Fundo CVC, o que significa que o Opportunity tinha autoridade para representar o fundo e responsabilidade por gerir os investimentos do Fundo CVC.

Os poderes e responsabilidades de um administrador de fundos de participações privadas seguem um modelo estabelecido e consolidado no mercado internacional. Sobre esse modelo, o Opportunity deveria administrar o Fundo CVC como fiduciário, agindo com

zelo no interesse exclusivo do Citigroup, único investidor do Fundo CVC.

Em 9 de março deste ano, decidimos descontinuar o serviço do Opportunity como administrador do Fundo CVC e designamos uma subsidiária do Citigroup como seu administrador. Naquele momento, como era de se esperar, firmamos um acordo com nossos principais sócios nas empresas investidas, que são, ainda hoje, os fundos de pensão brasileiros.

Nosso acordo com os fundos de pensão brasileiros foi altamente positivo para todos os sócios. Os contratos dão aos fundos de pensão o direito de venda conjunta de seus investimentos nas empresas, o que significa que todos poderão vender suas ações simultaneamente e pelo mesmo preço.

Os acordos também permitem uma gestão conjunta das empresas, o que é a garantia de que nenhum sócio terá seu investimento desvalorizado por não ter voz sobre as decisões importantes que afetam as empresas.

O próximo passo é a finalização do processo de troca da administração das empresas. A tomada da administração é indispensável para o exercício do controle sobre as empresas e assegurará que nós e os fundos de pensão brasileiros possamos realizar um prêmio de controle na venda de nossas participações.

Agora começamos a preparar a venda das empresas, o que deve ocorrer tão logo surjam compradores dispostos a pagar um preço adequado. Nesse período de preparação para a venda das empresas, elegemos uma administração altamente capacitada e profissional, que deve elevar o valor de nossos investimentos, para o benefício de todos os acionistas das empresas.

Com essas informações iniciais, espero ter-lhes oferecido uma breve visão da longa e orgulhosa história do Citigroup no Brasil e dos eventos recentes envolvendo o Fundo CVC. Fico satisfeito de poder esclarecer às suas perguntas e me coloco à disposição das senhoras e dos senhores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu pergunto ao Dr. Sérgio Spinelli se pretende também fazer algum esclarecimento.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Sr. Presidente, eu só gostaria de me apresentar à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pois não. V. S^a tem a palavra.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Boa tarde, senhoras e senhores. O meu nome é Sérgio Spinelli Silva Júnior. Eu sou brasileiro, advogado, casado e integro a firma de advocacia Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Júnior e Quiroga Advogados há 19 anos – firma de qual sou sócio desde 1993.

Sou formado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na Faculdade de Direito. Recentemente, a partir de setembro de 2003, fui contratado pela Divisão de fundos de Participações, também denominada Private Equity, de Nova York, do Citigroup Venture Capital, para acompanhar os trabalhos relacionados ao Fundo CVC e ter um entendimento da situação que se colocava. Com a descontinuidade dos serviços do Opportunity a partir de março deste ano, assumi também a posição de representante legal desse fundo estrangeiro no Brasil.

Recentemente, em 30 de setembro passado, fui eleito, como Representante do Fundo CVC, Presidente do Conselho de Administração da Brasil Telecom.

Coloco-me à disposição desta Comissão e dos senhores para qualquer esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Hoje quero abrir uma exceção na nossa cronologia de questionamentos. A inquirição é feita, normalmente, em primeiro lugar, pelo Ex^o Sr. Relator, mas peço licença a todos os presentes para fazer uma deferência especial ao Senador Heráclito Fortes, autor deste requerimento. S. Ex^a tem que se ausentar já, por compromissos anteriormente assumidos.

Vou conceder a palavra a S. Ex^a, por 10 minutos – o prazo legal de cada um –, e, em seguida, passarei a palavra ao Relator. Entendo que isso pode acontecer numa emergência com qualquer Parlamentar.

Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e cumprimento os senhores depoentes, o Dr. Gustavo Marin e o Dr. Sérgio Spinelli.

Em primeiro lugar, gostaria de pedir ao Dr. Marin que enviasse a esta Comissão cópia dos contratos que ele acaba de mencionar na sua oitiva inicial, não só do PUT. Esta Comissão não tem conhecimento do PUT na sua totalidade, embora isso já tenha sido pedido algumas vezes. Gostaria que V. S^a o remetesse, assim como o contrato firmado que acaba de citar.

Solicito também ao Dr. Sérgio Spinelli o seu contrato de prestação de serviços com o Citibank, conjuntamente com os contratos advocatícios da Angra Partners, cujo montante vai a US\$20 milhões, assinado entre as partes.

Dr. Marin, por que os funcionários do Citibank recebem as suas indenizações ou comissões – os funcionários brasileiros – em paraísos fiscais e não no Brasil?

O SR. GUSTAVO MARIN – Desculpe, Sr. Senador. Poderia repetir a pergunta?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Por que os funcionários brasileiros do Citibank recebem as suas

indenizações ou comissões em paraísos fiscais e não no Brasil? Para facilitá-lo, temos dois casos concretos: o Dr. Candiota e o ex-Presidente do Banco do Brasil, que depôs na CPI do Banestado, foram acusados de aplicação em paraísos fiscais. Na defesa, alegaram que receberam indenização do banco que V. S^a dirige em Nassau ou Caymã – salvo engano, em uma das duas. O nome do ex-Presidente do Banco do Brasil é Cássio Casseb.

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Senador, eu posso lhe garantir que a compensação de todos os nossos funcionários está dentro do marco da legislação brasileira, dentro do marco da lei brasileira. Isso eu posso lhe garantir.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu gostaria que V. Ex^a remetesse a esta Comissão informações com mais clareza sobre esses pagamentos.

O SR. GUSTAVO MARIN – Eu vou investigar esses casos a que V. Ex^a está se referindo e vou poder lhe responder.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quais são os fundos exclusivos que o banco de V. S^a mantém com o fundo de pensão? São os fundos de investimentos exclusivos.

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Senador, nós temos relacionamento com vários fundos de pensão que não produzem resultados econômicos, ou seja, materiais para a dimensão do banco, para as atividades do banco no Brasil. Detalhes das operações que a gente tem com algum desses fundos, que o banco tem, V. Ex^a sabe que estão protegidos pela Lei do Sigilo Bancário.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, eu gostaria apenas dos fundos exclusivos, somente os fundos exclusivos, Dr. Marin, são os fundos exclusivos mantidos com os fundos de pensão. Somente os exclusivos.

O SR. GUSTAVO MARIN – O relacionamento que nós temos com nossos clientes é protegido pela Lei do Sigilo Bancário, mas estou à sua disposição para proporcionar essa informação...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, solicito a quebra do sigilo bancário dessas informações.

Sr. Dr. Marin, eu tenho em mãos um livro que, infelizmente, não foi publicado no Brasil, envolvendo o relacionamento do Citibank na Argentina.

Eu gostaria de perguntar se V. S^a, como um homem importante do banco em todo o continente, sabe por que o Senado dos Estados Unidos resolveu investigar as operações do Citibank na Argentina.

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Senador, o livro a que o senhor faz referências... Escutei que havia um livro publicado na Argentina, eu não li esse livro...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Vou passá-lo a V. S^a, eu lhe darei de presente... Lamentavelmente, só tenho este, mas espero conseguir um segundo. Mas é um livro que circulou muito, inclusive no mercado financeiro, não só no brasileiro como também no argentino. Eu o passarei às mãos de V. S^a.

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Senador, eu sabia da existência desse livro, mas me foi informado que estava cheio de alegações e acusações sem fundamento, e não achei que...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não há fundamento que o Congresso americano tenha investigado as operações na Argentina?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Senador, reconhecemos que houve problemas de controle em algumas das nossas atividades; os mesmos foram devidamente atacados, tomamos as medidas necessárias para que não houvesse recorrência.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. S^a conhece a atuação do Federal Bank na Argentina?

O SR. GUSTAVO MARIN – Não tenho conhecimento da atuação do Federal Bank.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas sabe que o próprio diretor do Citibank confessou no Senado americano que o Citibank é o dono oculto do Federal Bank?

O SR. GUSTAVO MARIN – Não tenho conhecimento dessa informação; sim, sei que houve um depoimento, um testemunho do Citigroup em relação a alguns temas da Argentina.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O senhor conhece o Sr. Raúl Moneta?

O SR. GUSTAVO MARIN – Não, não conheço o Sr. Raúl Moneta.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É o homem que movimentou uma grande quantia de recursos em toda essa crise argentina.

Sr. Presidente, para facilitar, eu estou com dois requerimentos que gostaria de ler e pedir a esta Comissão que...

“Nos termos regimentais, requero a V. Ex^a, ouvido o Plenário desta CPMI, que seja encaminhado, através dos canais competentes – já fizemos contato com a embaixada –, um pedido para que a Comissão de Assuntos Bancários do Senado dos Estados Unidos, presidida pelo Senador Richard Chelen, investigue a existência de indícios de tráfico de influência, corrupção, evasão de divisas, lavagem de dinheiro e outros ilícitos que contrariem a legislação brasileira e norte-americana na atuação do Citibank no Brasil.”

V. Ex^a quer que eu leia a justificativa ou é dispensada a leitura?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* até porque esse requerimento será recebido e apreciado oportunamente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O outro requerimento: “Nos termos regimentais, requero a V. Ex^a, ouvido o Plenário desta CPMI, que seja solicitada, através dos canais competentes, audiência com o Senador Richard Chelen, Presidente da Comissão de Assuntos Bancários do Senado dos Estados Unidos da América, para tratar de assunto referente à atuação do Citibank no Brasil.”

Fica dispensada a leitura também?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O mesmo procedimento será adotado com relação a esse segundo requerimento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ainda tenho dois minutos e meio.

Dr. Marin, qual foi o lucro que o Citibank teve no Brasil nos últimos cinco anos?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Senador...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Se puder, os três últimos...

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Senador, nós temos resultados em livros locais, em livros brasileiros, que são de conhecimento público. Nos últimos anos, temos tido, nos livros brasileiros, perdas. Isso é consequência da política do Citi, que tem de fazer a cobertura do seu capital investido no Brasil. Nós temos um capital investido de US\$1,5 bilhão. Em processos em que existe, como aconteceu nos últimos dois anos no Brasil, um câmbio indo de R\$3,20, R\$3,30 a R\$2,30, o custo de proteção desse capital faz com que tenhamos na contabilidade brasileira, nas normas contábeis brasileiras, importantes perdas.

Na contabilidade americana, que utiliza princípios contábeis americanos, que se chama US Gap, essa perda que aparece de custo de cobertura de capital é “netada” com a apreciação do capital investido e fica, na contabilidade americana, só o lucro. Nós temos tido resultados altamente positivos no Brasil, e isso inclusive é que tem motivado, incentivado continuar investindo no Brasil, como eu mencionei no meu pronunciamento inicial – estamos somente este ano duplicando o número de agências no País; abrimos 62 agências –, e também nos motivou a incentivar a fazer a compra, junto com o Itaú, do grupo Credicard, investindo R\$700 milhões na expansão de nossas atividades.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas esse prejuízo, de acordo com a metodologia que o banco faz, está aumentando ao longo do tempo ou está diminuindo?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Senador, se no dia de amanhã o câmbio passa de R\$2,30 a R\$3,00, o Citigroup vai no Brasil mostrar um lucro enorme. Na realidade, na contabilidade americana, esse lucro na verdade não existe.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Gustavo, eu estou falando já dos resultados realizados de anos anteriores; não ao que vai acontecer daqui pra frente.

O SR. GUSTAVO MARIN – Os resultados acumulados do Citigroup têm sido muito bons. Na contabilidade gerenciada, na contabilidade americana, o Citigroup tem tido resultados altamente promissores, o que faz com que, agora, permanentemente estejamos procurando continuar expandindo nossa presença no Brasil, investindo organicamente ou, como no caso da Credicard, adquirindo empresas para expandir nossa presença.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu gostaria de passar uma publicação ao Dr. Gustavo, lamentando, inclusive, que o Citibank, que é uma organização poderosa, não tenha lido essa publicação, que, pedagogicamente... Não é que o senhor concorde ou discorde dela, mas eu acho que deveria pelo menos ter conhecimento.

O SR. GUSTAVO MARIN – Foi minha falta. Eu recebi o livro, mas me falaram... Não me falaram muito bem, por isso eu não o li.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ah, então o senhor tem o livro?

O SR. GUSTAVO MARIN – Eu tenho o livro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ah, então me poupe dessa situação.

O SR. GUSTAVO MARIN – Prometo que vou ler.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Então, nesse caso, vou passá-la para o Relator Ibrahim Abi-Ackel, que tem uma extraordinária biblioteca e, tenho certeza, fará bom uso desse livro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Aberta essa exceção, devolvo agora o ritmo normal dos trabalhos e passo a palavra ao Exmº Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, sem limite de tempo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PTB – MG) – Sr. Depoente, creio que desde 1997 a Previ, fundo de pensão do Banco do Brasil, aprovou uma participação de um fundo de investimento com o Banco Opportunity, inicialmente denominado fundo nacional. Desse fundo nacional participava o Citigroup, embora a direção geral de todos os assuntos pertencesse ao Sr. Daniel Dantas.

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Relator, os fundos de pensão nacionais investiram no fundo nacional. O Citigroup investiu no Fundo CVC, que era um fundo que coinvestia com o fundo nacional. É um fundo separado. No Fundo CVC, o Citigroup era o único cotista. Era um fundo separado do fundo nacional. No fundo nacional, investiram os fundos de pensão e o Bndespar.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas o Citigroup, pergunto ao senhor, participou do processo de privatização das teles, por meio desse fundo nacional?

O SR. GUSTAVO MARIN – Do Fundo CVC.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E investiu recursos desse fundo nacional?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Só um minutinho. Quero, só por uma questão de metodologia, que o depoente, sempre que fosse responder, respondesse no microfone, porque a gravação daí é feita. Se não for no microfone, a gravação acaba sendo...

O SR. GUSTAVO MARIN – Peço desculpas, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A partir de um determinado momento, estabeleceu-se uma divergência entre o Citigroup, a Previ e o Banco Opportunity. Isso é verdade?

O SR. GUSTAVO MARIN – Foi uma relação complexa. Tenho entendido que... Foi informado que o fundo nacional decidiu, em 2003, trocar o seu gestor, e o Citigroup manteve ainda o mesmo gestor. Nós tínhamos um gestor em comum, que era o Banco Opportunity; e o Sr. Daniel Valente Dantas era o gestor tanto do fundo nacional como do Fundo CVC. Em 2003, acho que em setembro, outubro de 2003, o fundo nacional trocou seu gestor, o Citi ainda manteve o seu gestor. O Citi trocou o seu gestor em março de 2005, este ano.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quais foram as razões que levaram a esse dissídio entre o Banco Opportunity e esse fundo nacional, que era também integrado pela Previ e pelo Citigroup? Foram desmandos de administração? Foram orientações que se chocaram? Quais foram as razões que levaram a esse cisma, a essa separação, que resultou na destituição do Sr. Daniel Dantas da chefia do grupo?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Relator, como falei, em termos cronológicos, primeiro veio a destituição do Sr. Dantas por parte do fundo nacional pelos fundos de pensão. O Citigroup começou, em 2003, na segunda metade de 2003, frente à quantidade de litígios e de conflitos que estavam em torno do nosso investimento; inclusive também em consequência da medida que tinham tomado nossos co-investidores, o

Citi decidiu aprofundar o seu conhecimento que tinha do fundo, porque, em fundo de participações privadas, é de praxe que o investidor passivo não participe de nenhum ato de gestão, confia no gestor, e o gestor é que tem plena autoridade e autonomia de gestão, de administração. Mas havia muito conflito, muita briga, a ponto, por exemplo, nesse imbróglio societário, de haver mais de 100 ações judiciais.

O Citigroup decidiu aprofundar seu conhecimento, decidiu contratar um escritório de advocacia no Brasil, que foi a Mattos Filho, decidiu contratar um escritório de advocacia nos Estados Unidos, que era a firma (*inaudível*), para fazer uma avaliação de todos os acordos, os contratos assinados. Foi um processo longo, complexo, difícil, porque era realmente uma situação, um imbróglio bem complexo.

Num processo dessa revisão de contratos, de acordo, chegamos à conclusão de que tinham sido feito coisas que não estavam no melhor interesse do Citi como acionista, como único investidor no fundo. Tentamos resolver de forma negociada com nosso gestor as diferenças que nós tínhamos, as reclamações que nós tínhamos. No final, comprovamos que não foi possível ser feito de forma negociada e terminamos trocando o gestor do fundo, e isso aconteceu em março de 2005, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Uma questão que eu gostaria de ver explicada pelo senhor, uma vez que não conseguimos obter clareza nas explicações do Sr. Presidente da Previ, que é o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, é a questão do contrato celebrado entre o Citigroup e a Previ, denominado PUT, um contrato especial do Direito brasileiro, segundo o qual a Previ se responsabilizou por readquirir do Citigroup ou vice-versa papéis já com preços prefixados para 2007, o que pode significar um risco de grande prejuízo para a Previ. Não sei se fui bastante claro a respeito.

Gostaria que o senhor nos explicasse quais as garantias a Previ tem para se arriscar no futuro num clima financeiro e econômico instável, como o que estamos vivendo.

O SR. GUSTAVO MARIN – Peço desculpas, Sr. Relator. Tenho em mão a cópia do contrato. Tendo em vista o requerimento do Senador Heráclito Fortes, gostaria de passar à Comissão cópia do contrato PUT para que fique, desde já, disponibilizado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O resumo ou o completo?

O SR. GUSTAVO MARIN – Completo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Do PUT?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eu recebo o relatório, por meio do Sr. Presidente, do qual mandarei tirar cópia para os Srs. Membros da Comissão. Mas a simples posse do relatório não exige o depoente de prestar os esclarecimentos que lhe foram solicitados neste momento.

O SR. GUSTAVO MARIN – Muito obrigado, Sr. Relator, pela oportunidade que me dá de poder ajudar a esclarecer a controvérsia em torno do prêmio de controle no preço contratado na opção de venda assinado entre o Fundo CVC e os fundos de pensão.

Em primeiro lugar, o que é um prêmio de controle? Prêmio de controle é a diferença entre o valor pago por um bloco de ações que transfere o controle de uma empresa e o valor de mercado, o valor em bolsa, de ações minoritárias. É isso o que é o prêmio de controle.

Por que existe um prêmio de controle? Por que existe essa diferença de preço? Existe um prêmio de controle porque são dois ativos diferentes que dão direitos diferentes. Um exemplo: vamos imaginar que existe uma empresa com uma marca muito boa, um produto bom, mas que penso que não tem estratégia comercial correta e não tem a gerência correta; e vamos imaginar que 80% das ações dessa empresa estão na mão de um só proprietário e que 20% estão cotadas em bolsa. Eu vou comprar os 80% do único proprietário, esse bloco de controle. Comprando 80% das ações, eu passo a assumir o controle da companhia. Assumindo o controle da companhia, o que eu vou fazer? Partindo de uma análise de que a empresa está mal gerenciada, vou trocar a gerência e vou mudar a estratégia comercial, a estratégia de *marketing*, de venda, de distribuições, etc. Se eu estava certo na minha avaliação inicial, vou gerar mais lucro. Se vendia mil, vou vender mil e quinhentos. Eu consegui fazer isso porque eu comprei o controle da companhia. Mas imaginemos que eu não quisesse comprar o controle da companhia, tivesse ido à bolsa e pedido ao meu corretor que comprasse cem ações dessa empresa. Não tenho esse direito de trocar a gerência. O máximo direito que tenho é receber um dividendo e esperar que o controlador da empresa faça as coisas certas, que vão me permitir, no dia de amanhã, que o valor das minhas ações vão para cima. São ativos diferentes que dão direitos completamente diferentes. No mundo dos negócios, essas diferenças e prêmios de controles são de praxe.

Sr. Relator, eu trouxe uma apresentação com exemplos que podem ajudar a esclarecer e validar o conceito de prêmio de controle. Com a autorização da Mesa, gostaria de poder distribuir aos Parlamentares e projetar essa apresentação simples no telão, para

poder acompanhá-la, apresentando os exemplos que podem ajudar a esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Consulto o Relator se acha útil a projeção. Em caso afirmativo, procederemos à projeção.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Acho interessante, Sr. Presidente, porque, pelo menos o Relator, desde o depoimento aqui prestado pelos Srs. Presidentes dos fundos de pensão, não conseguiu ainda sentir-se esclarecido a respeito dessa opção de venda chamada PUT, e é do nosso maior interesse estabelecer que riscos de prejuízo pode correr a Previ elaborando uma opção de venda para 2007, já com preço fixo. Desejo saber quais são as vantagens recíprocas que presidiram esse negócio, de sorte que, se a projeção porventura explicar parte desse problema, já nos estará prestando um bom esclarecimento.

O SR. GUSTAVO MARIN – Na primeira página

– página 1 – desta apresentação, aparece... A BrasilTelecom foi adquirida no leilão de privatização feito pelo Governo Federal em julho de 1998. A operação foi aprovada pelo Tribunal de Contas da União, e, nessa operação da privatização da BrasilTelecom, foi comprado o controle da empresa do Governo Federal por quem ganhou nesse leilão, que foi o grupo dos fundos de pensão, o Citigroup e o Opportunity. Naquele momento, foi pago um preço de R\$32,10.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Foi pago um preço...

O SR. GUSTAVO MARIN – De R\$32,10 a ação.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– R\$32,10 naquele momento.

O SR. GUSTAVO MARIN – Naquele momento,

por ação, pelo bloco de ações que dava o controle da companhia.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Qual companhia?

O SR. GUSTAVO MARIN – BrasilTelecom. Então,

o primeiro quadro mostra, na segunda coluna, esse mesmo preço pago simplesmente corrigido pelo indexador dos impostos, pela taxa Selic, ou seja, que era o custo de oportunidade. Isso dá, a preço de 28 de fevereiro, R\$100 com 50 centavos. Então, se nós comparamos com o preço contratado, que é a terceira coluna, na opção de venda, temos um preço de R\$91 com 08, Sr. Relator. Isso mostra que o preço contratado é inferior ao preço corrigido do que foi inicialmente investido.

Na página 2, e já indo diretamente ao tema do ágio, o prêmio de controle, estou comparando o ágio pago no momento da privatização, ágio recebido pelo Governo Federal e pago pelo Citi, pelo Opportunity e pelos fundos de pensão. No momento da privatização,

as ações da BrasilTelecom, as ações minoritárias cotadas em Bolsa, valiam R\$6 com 60. Nós, o grupo que ganhou o leilão, pagou R\$32 com 10; ou seja, pagou um ágio de 386%; naquele momento, o ágio recebido pelo Governo Federal.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor me permite uma interrupção?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Qual a razão pela qual o Citigroup, uma empresa competente em termos financeiros, concedeu esse ágio de 386% no valor de uma ação?

O SR. GUSTAVO MARIN – Porque – isso tentei explicar no começo – é o que vale. Porque, quando uma pessoa compra uma ação na Bolsa de Valores, ele não tem os direitos que nós, quando compramos o controle da companhia, adquirimos. Nós adquirimos o direito de trocar toda a gerência, o que foi feito; nós adquirimos o direito de definir uma nova estratégia comercial, por exemplo, uma expansão em telefonia móvel, ou seja; nós adquirimos o direito de fazer uma nova campanha de posicionamento de imagem. Esses direitos que nós adquirimos nos permitiram, por exemplo, gerar lucros muito superiores ao que historicamente gerava essa empresa.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Sr. Relator, sobre esse ponto, eu gostaria de esclarecer: quer dizer, R\$6.6 foi o valor da avaliação.

O SR. GUSTAVO MARIN – Não, R\$6.6 era o valor da ação na Bolsa, das ações minoritárias.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu pergunto: e o valor da avaliação, daquilo que foi avaliado, qual é?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Eu posso esclarecer, Sr. Presidente, desculpe-me. Foi R\$30 reais, se minha memória não falha, e seis centavos. Houve um pequeno ágio, que fez com que as ações fossem adquiridas a R\$32,10.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, o valor da avaliação...

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – O valor da avaliação feita pelo consórcio contratado pelo BNDES para realizar o trabalho de privatização chegou a um valor de R\$30,60 – peço desculpas dos centavos – por ação, da BrasilTelecom.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, a partir da variação, houve um ágio bem menor.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Pequenininho.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Quer dizer, 30 para 32.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR –

Sim.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Obrigado, é um assunto antigo, mas é bom esclarecer.

O SR. GUSTAVO MARIN – E, depois, compara-se com o ágio, que (*inaudível*) no preço contratado: 319.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Ou seja, o ágio embutido no contrato PUT é menor, inclusive, do que o mesmo ágio pago pelo mesmo ativo oito anos atrás, à época da privatização.

Só para mostrar um dado e também para esclarecer – acho importante esclarecer a esta Comissão; acredito que seremos inquiridos, inclusive, mas já vou me adiantar –: houve uma representação feita ao TCU em relação a esses contratos. Nessa representação feita ao TCU, o valor do ágio apontado foi de 240%. Nós corrigimos essa informação. Não foi de 240%; foi de 319%, porque é importante calcular o valor da dívida embutido dentro da empresa. É um valor maior, é um valor de 319%. Assim mesmo, Sr. Relator e Sr. Presidente, menor do que o ágio pago à época da privatização.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Se o Sr. Presidente me permitir, eu gostaria de pedir ao Dr. Spinelli que deixasse o Presidente fazer a sua exposição, porque ele também vai ser objeto de interrogatório. Então, ele prestaria, na ocasião oportuna, os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Perdão.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Temos aqui, Sr. Presidente, que o preço da ação da Brasil Telecom sofreu um ágio de 6,6 para 32,1. Na bolsa de valores, valendo 21,09, o preço por ação da BRtp subiu para 91,8. E assim sucessivamente, nas páginas subseqüentes, verifica-se que ação da Telesp, que na bolsa de valores valia R\$10, teve um ágio de 795%. O Banespa: 60 na bolsa de valores; depois, um ágio de 946%, 627,8.

Permito-me fazer-lhe a seguinte indagação: por que o Citigroup pagou assim preços tão elevados por ações cotadas na bolsa, portanto submetidas à análise de todos esses especialistas no estabelecimento do valor dos acervos? Qual era o interesse do Citigroup em pagar assim tão caro, acima de todo o valor da bolsa, o preço dessas ações ordinárias... nominativas?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Relator, o Citi não tinha... o consórcio que ganhou não tinha opção de comprar via bolsa o preço que existia, ou seja, o que era transacionado em bolsa era um volume de ações minoritárias do bloco de controle, com um bloco de

ações muito pequeno, que não dava o controle da companhia. O que nós compramos do Governo federal, que era o dono da empresa, foi ações de controle.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Os senhores compraram do Governo federal pagando um preço muito mais alto do que o preço de bolsa para adquirir o controle da empresa?

O SR. GUSTAVO MARIN – Exatamente. E do mesmo jeito, as outras privatizações...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– É isso que explica, então, o PUT, o preço estabelecido então pela Previ? A Previ participou de um interesse do Citigroup de adquirir o controle dessas companhias.

O SR. GUSTAVO MARIN – Claro!

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– A Previ, na verdade, auxiliou o Citigroup a adquirir o controle dessas companhias.

O SR. GUSTAVO MARIN – A Previ e o Citigroup investiram quantias importantes, ou seja, para adquirirem, em conjunto, o controle das companhias.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Há uma coisa que eu gostaria de esclarecer: em 2007, o Citigroup terá que devolver... a Previ, em 2007, terá que repor dinheiro ao Citigroup decorrente da diferença do preço de algumas ações? Porque o preço já está estabelecido para 2007.

O SR. GUSTAVO MARIN – Eu tenho... Se o Sr. Relator me permite, para finalizar esse exemplo, podemos, então... Já ficou, temos diferentes exemplos... Inclusive, se eu pudesse... Há um exemplo, que está na página 6 da apresentação que está nas mãos dos Srs. Parlamentares, que reflete o preço pactado por uma transação, que tem importância, porque foi o preço pactado no acordo entre a Telecom Itália e as ações da Opportunity da Brasil Telecom, que foi feito 50 dias mais tarde da transação do contrato de PUT fechado com o Citi. E o Opportunity e o Telecom Itália, dois investidores profissionais. E o preço pactado no acordo deles, que é informação pública, é de R\$80,00 com 60, que se compara com o preço da ação minoritária na bolsa, no dia em que esse acordo foi pactado. Então, esse preço (*inaudível*) já tinha um ágio de 320%, em comparação com o ágio de 319%, pactado. Ou seja, mostra uma avaliação balizadora de mercado do que valia o prêmio de controle, o bloco de controle da Brasil Telecom.

Na página sete, simplesmente para mostrar que esse conceito de ágio cai. Ou seja, valia quando o acordo foi fechado com os fundos de pensão, tinha um ágio de 319%. Depois, com as mudanças no controle societário ou na administração da Brasil Telecom, o mercado tem tido uma avaliação positiva dos fatos recentes, e o preço da ação da Brasil Telecom foi de

21,9 a R\$29 com 30 – são dados de 13 de outubro. Então, esse mesmo preço já representa um ágio muito menor. Um ágio que era de 319% já hoje representa um ágio de 213%.

Agora eu gostaria de ir ao segundo ponto da questão. Assumamos que o prêmio de controle está certo. Concorro com o preço, mas – agora, sim, Presidente, a questão: os fundos asseguraram ao Citi um preço mínimo nas suas ações aqui, em 2007, mas que receberam em troca? Deram a garantia ao Citi de que vão vender a um preço mínimo, porque é isso que quero remarcar: nós e os fundos de pensão estamos convencidos de que vamos vender essas empresas a um preço muito superior ao preço mínimo. Vamos imaginar o que está aí. O que receberam em troca? E aí eu tenho que dizer que os fundos de pensão receberam muito valor. Onde está esse valor?

Esse contrato de opção de venda, Sr. Relator, é parte de um conjunto de contratos. Não está isolado. Outros contratos entregam, dão, aos fundos de pensão, direito de venda conjunta e dão direito a 100% do prêmio de controle. Eles não tinham esse direito. Eles tinham o direito de lei de 80% do prêmio de controle. Então, esse valor que eles recebem: essa diferença entre 80% e 100%. É isso que nós tentamos exemplificar nesse quadro.

Vamos imaginar que o valor da Brasil Telecom esteja pautado, por exemplo – como exemplo só –, o preço ofertado pelo Opportunity ao Citi por nossas ações de controle. Isso também é informação pública e está no processo que corre em Nova Iorque. Preço, inclusive, que foi rejeitado pelo Citi, porque era baixo. A gente não queria vender por esse preço. Era muito baixo. Mas, aos efeitos desse exemplo, vamos tomar esse preço. Vamos imaginar que eu tivesse vendido a esse preço, os fundos teriam que ter vendido a 80% do preço que eu fechei. Utilizando como exemplo, se eu vendesse a R\$91,00, eles teriam recebido R\$73,00. Essa diferença entre 80% e 100% do prêmio de controle só na BrasilTelecom representa R\$458 milhões. Na Telemig Amazônia, representa R\$137 milhões. E assim pela frente, chegando (*inaudível*) a R\$682 milhões. Esse é o valor concreto que os fundos receberam em troca de dar ao Citi a garantia de um preço mínimo. Como reitero, vamos vender a um preço superior.

Para tentar dar outro esclarecimento adicional, solicitamos à Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo, que fizesse uma avaliação independente e nos analisasse a existência do prêmio de controle em transações, em negociações de empresas, tanto no Brasil como no mundo, analisasse o preço de venda contratado e analisasse se o preço de venda contratado era um preço justo.

Sr. Presidente, Sr. Relator, aqui tenho comigo cópias do parecer da Fundação Getúlio Vargas preparado a respeito, que deixamos à disposição da Mesa. A análise da Fundação Getúlio Vargas finaliza, dizendo que ele confirma, baseado em técnicas financeiras utilizadas pelas áreas acadêmicas do mercado financeiro, que o preço do PUT é justo e perfeitamente razoável do ponto de vista econômico-financeiro.

Sr. Relator, espero ter podido responder e esclarecer as suas dúvidas.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Permita-me, então, uma pergunta para esclarecimento do Relator.

Considerado isoladamente o negócio do PUT, ele não é aceitável, recomendável ou lucrativo para a Previ. Pelo que deduzi da sua exposição, os valores embutidos nos vários contratos é que colocam, na sua declaração, a Previ em uma boa posição no PUT. Talvez não tenha me feito...Tenho aqui uma anotação.

Os contratos de opção de venda são exercíveis e executáveis no futuro?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sim, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Os valores embutidos nos contratos, nos vários contratos do Citigroup com a Previ, foram baseados em avaliações que levaram em conta o prêmio do controle das ações, não é isso?

O SR. GUSTAVO MARIN – Exatamente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quer dizer, as garantias – peço ao Senador Rodolpho Tourinho que me auxilie no caso de uma mancada de natureza financeira – quer dizer, as vantagens, ou lucro, ou segurança da Previ decorrem não especificamente do caso do PUT, mas levando em conta que o PUT abarca vários valores embutidos.

O SR. GUSTAVO MARIN – O benefício dos fundos de pensão, Sr. Relator, vem do conjunto de contratos assinados com o Citigroup, que dão uma série de direitos que antes ele não tinha. O exemplo mais direto é esse de venda conjunta de 80% que eles tinham antes e que, agora, passam a ter direito de venda conjunta de 100%.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Permita-me interrompê-lo. Não estou me referindo propriamente a garantias. Estou me referindo ao potencial de ganho.

Sr. Depoente, estamos tratando de fundo de pensão, que envolve interesses sagrados de dezenas de milhares de pessoas que têm suas pensões, suas aposentadorias dependentes da boa gestão dos fundos.

Desejo saber se, nessa negociação feita através do PUT com o Citigroup, a Previ ou os demais fundos de pensão que negociaram com o Citigroup valeram-

se dos instrumentos necessários em todos esses controles, nessas cláusulas que estão embutidas a fim de que eles não corram o risco de prejuízo quando, em 2007, tiverem que realizar a operação no preço pre-estabelecido. É isso que desejo saber: o potencial de ganho, o potencial de risco, o potencial de prejuízo. Deve haver um potencial de risco porque é negócio. Qual é a sua opinião a respeito?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Relator, a minha opinião é que esse tem sido... Isso vai nos permitir assumir a gestão conjunta das empresas, vai nos permitir fazer a venda conjunta das empresas e que vamos conseguir maximizar o retorno para as trezentas mil famílias que estão atrás do fundo de pensão e o retorno para os acionistas do Citi.

Como falei, os ativos são muito bons. Os preços contratados estão, em nossa avaliação, muito abaixo do preço. Efetivamente, as empresas, no final do dia, vão ser vendidas para um terceiro.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Em síntese, pode-se dizer, então, que a destituição do Sr. Daniel Dantas, a BrasilTelecom e a realização do *put* com esses valores todos embutidos, pode ser considerado então um negócio lucrativo para os fundos de pensão?

O SR. GUSTAVO MARIN – Concordo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor o afirma?

O SR. GUSTAVO MARIN – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Tenho ainda algumas perguntas e, quero pedir desculpas à Comissão pois vou demorar alguns minutos, mas tenho que fazê-lo.

Os negócios do Citigroup no Brasil vão além da atividade bancária tradicional?

O SR. GUSTAVO MARIN – Os negócios do Citi estão focados, no Brasil, no negócio bancário tradicional. Inclusive, essas áreas de *privaty equity* já no mundo financeiro internacional são consideradas também parte das atividades, sendo foco dos bancos.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor considera todo o leque de atividades do Citigroup no Brasil como passível dessa definição? É atividade bancária toda ela?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O Citigroup, se não me engano, é o maior credor do Brasil.

O SR. GUSTAVO MARIN – Foi no passado, Sr. Relator, ou seja, isso foi na década de 80, na qual o banco era que emprestavam aos países.

A partir já da década de 90, os mercados de capitais substituíram os bancos, ou seja, os governos,

as empresas, o que emitem são bônus de dívida externa, e os detentores dessas dívidas são fundamentalmente investidores institucionais, inclusive pessoas físicas do exterior.

Já os bancos são, no perfil de credores do país, como categoria, um grupo muito menor. São basicamente detentores de títulos da dívida externa, investidores institucionais.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não houve nenhum abalo nas relações do Citigroup com o Governo brasileiro depois de divulgado que o Citibank tinha conhecimento de que a Kroll estava investigando membros do Governo, entre eles o ex-ministro Luiz Gushiken, a pedido da Brasil Telecom?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Relator, não teve nenhum, porque sempre ficou claro, desde o começo, que o Citigroup não teve nenhuma participação nem na contratação nem na administração dos serviços nem na compensação dos serviços da Kroll. O Citigroup não teve nenhuma participação. O Citi era o investidor passivo no Fundo CVC, que tinha como único gestor e único administrador o Banco Opportunity.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Por favor, o negócio feito pelo Citibank com a Previ, que resultou nesse PUT, atendeu as exigências de registro e de concordância de todos os órgãos determinados pela legislação brasileira como responsáveis pelo exame dessas negociações?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Relator, fui informado que todas as aprovações necessárias tinham sido solicitadas.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas o senhor tem conhecimento de que o Tribunal de Contas da União recusou registro a essa negociação, por considerá-la irregular?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Relator, fui informado de que teve uma medida cautelar emitida pelo Ministro Benjamin Zymler. Também fui informado de que o Ministro-Relator, depois de escutar as defesas apresentadas pelos fundos de pensão, propôs a revogação dessa medida cautelar. Isso não foi julgado, porque entendo que o Ministro pediu vista do processo. Mas que pode julgar a qualquer momento.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eu lamento dizer ao senhor que o Tribunal de Contas considera irregular essa transação. Embora não haja julgamento definitivo, os pareceres são todos nesse sentido. Mas como não há ainda julgamento, vamos passar sobre essa questão.

Foram os fundos de pensão que procuraram o Citibank para realizar esse conjunto de negócios?

O SR. GUSTAVO MARIN – Como eu estava falando no começo, nesse processo... Nós tínhamos ini-

ciado, em 2003, um processo de revisão de contratos, de revisão de acordos, para melhor entender os conflitos que estavam em torno dos nossos investimentos. Também tentamos, na medida em que começamos a ver situações que não eram completamente do nosso agrado, começamos a procurar e a alinhar os interesses das diferentes partes que participavam dos interesses, conversamos com, mantínhamos claramente negociações com o Opportunity, mas começamos a conversar com os fundos de pensão, conversamos com a Telecom Itália, tentando alinhar os interesses e chegar a uma coisa, de forma negociada, a um acordo que satisfizesse todas as partes.

E aí foram abertos canais de comunicação com os fundos de pensão. Eu não tenho conhecimento exato de com que fundo de pensão foi que esse diálogo foi iniciado. Mas eu fui informado de que o maior canal de contato era o próprio gestor, o novo gestor que tinha sido designado pelos fundos de pensão.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Um último esclarecimento, se o senhor puder pres-tá-lo.

O atual Governo teve numerosas discrepâncias, teve várias questões com o Citigroup no início da sua instalação, não é verdade. O Governo manifestou severas restrições aos negócios do Citigroup no Brasil. Desejo saber, afinal de contas, se essas reservas ainda continuam, se os senhores se adaptaram às exigências do novo governo e que tipo de convivência existe hoje entre ambos.

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Relator, o Citi nunca teve nenhum problema com o novo governo, nunca tivemos nenhum problema com nenhum governo brasileiro. Faz 90 anos que o Citigroup está no Brasil, e estou desde o ano de 1998 no Brasil mas o Citi sempre tem sido visto, pela sua longa associação com o Brasil, amigo do Brasil. Remonto à posição que teve o Citi na renegociação da dívida externa, na década de 80 e 90. Um exemplo mais recente é a posição que teve o Citi na crise de 99, na desvalorização anterior governo, em que o Citi tomou a liderança, estruturando a abertura das linhas de financiamento ao comércio exterior para o Brasil. Então, o Citi sempre foi olhado como amigo do Brasil, e essa foi a mesma atitude que teve o novo governo quando assumiu há 30 meses atrás.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mas em todo esse longo passado, a atividade do Citigroup era apenas bancária. Agora, a partir de 1997, foi que o Citigroup associou-se aos fundos de pensão, ao Banco Opportunity e passou a ser um co-gestor de grandes empresas brasileiras, principalmente após o processo de privatização.

O SR. GUSTAVO MARIN – Mas o governo atual sempre diferenciou o que era o Citigroup e o era o CVC Opportunity, ou seja, sempre ficou claro para o Governo que o City era um investidor passivo, que essa não era uma operação gerenciada desde o Brasil, era um investidor passivo e que o Banco Opportunity era o único gestor, administrador, desse investimento.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Muito obrigado, Sr. depoente. Sr. Presidente, peço desculpas pela demora, pelo número de perguntas e espero que os Srs. membros da Comissão possam completar esse quadro complicado, complexo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Passo a palavra ao Deputado José Rocha por dez minutos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Depoente Gustavo Marin e Sérgio Spinelli, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, quais os bancos em que V. S^a já trabalhou, Gustavo Marin?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Deputado, tenho quase 25 anos de Casa. Antes de finalizar a minha universidade, entrei para trabalhar no Citibank no Uruguai, depois fui promovido como Presidente do Banco no Paraguai, fui depois Presidente do Banco no Peru e desde 1998 estou no Brasil, primeiramente dirigindo o banco de atacado e depois como Presidente do Banco.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Qual o relacionamento que V. S^a mantém com o Sr. Gushiken?

O SR. GUSTAVO MARIN – Não conheço o Sr. Gushiken.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Qual o motivo para que o Citibank retirasse o seu apoio ao Banco Opportunity e passasse para o lado dos fundos de pensão na briga acionária pela BRT?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Deputado, o motivo foi o nosso próprio interesse. Começamos em 2003 uma revisão de todos os acordos fechados por nosso gestor, fizemos uma revisão das ações judiciais que existiam – como falei, eram mais de cem ações com todo o imbróglio societário. Eram situações contrárias aos novos interesses. Tentamos uma saída negociada com o banco Opportunity para resolver essas diferenças que tínhamos com ele, nossas reclamações. Como isso não foi possível, não ficou outra opção a não ser a troca dos gestores.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – De acordo com as notícias veiculadas pela imprensa, a Brasil Telecom contratou a agência internacional de investigação, a Kroll, com o intuito maior de investigar a Telecom Itália, Companhia com a qual o banco Opportunity, de propriedade de Daniel Dantas, disputava o controle da Brasil Telecom. No entanto, a espionagem extrapolou

o mundo empresarial e atingiu membros do Governo Lula acerca do episódio em Davos. O que V. S^a saberia a respeito disso?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Deputado, o Citi não participou na contratação, não participou na administração dos serviços prestados pela Kroll, não participou na remuneração. Então, repito, somos investidores passivos nesse fundo, quem tem, quem tinha total autoridade na gestão dos investimentos era o Banco Opportunity,

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas V. S^a tinha conhecimento dessa contratação?

O SR. GUSTAVO MARIN – Não, não, eu soube pessoalmente, fui informado quando surgiu na imprensa. Eu informei, com a minha responsabilidade, o Citigroup em Nova Iorque e recebi a informação de que o Citigroup não tinha nada a ver com essa contratação.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a está dizendo a verdade?!

O SR. GUSTAVO MARIN – Sim. Claro!

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – De acordo com as notícias veiculadas pelo **Valor Econômico**, o acordo entre os fundos de pensão e o Citigroup teria sido firmado em reação à estratégia que estaria sendo montado por Daniel Dantas e que teria culminado com a tentativa de venda do controle da Telemig Celular para Vivo, sócia da Portugal Telecom, que, desde 2003, estaria tentando comprar a Telemig. O que V. S^a saberia dizer a respeito disso?

O SR. GUSTAVO MARIN – V. Ex^a poderia repetir a pergunta por favor?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Foi veiculado pelo **Valor Econômico** que havia um acordo entre os fundos de pensão e o Citigroup, firmado em reação à estratégia que estaria sendo montada por Daniel Dantas e que teria culminado com a tentativa de venda do controle da Telemig Celular para a Vivo, sócia da Portugal Telecom, que desde 2003 estaria tentando comprar a Telemig.

Queria saber de V. S^a se tem fundamento e qual foi a reação dos fundos e do Citigroup.

O SR. GUSTAVO MARIN – Se estou entendendo corretamente, V. Ex^a se refere à proposta de venda da Telemig?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Correto.

O SR. GUSTAVO MARIN – Em março de 2005?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Em 2003. A venda do controle da Telemig Celular para a Vivo.

O SR. GUSTAVO MARIN – Não tenho conhecimento dessa transação que V. Ex^a me refere. Mas, Sr.

Presidente, V. Ex^a poderia deferir essa pergunta para o Sr. Spinelli?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Sim.

Sr. Spinelli com a palavra.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – V. Ex^a indaga as razões que levaram à destituição do Opportunity. As razões que levaram à destituição do Opportunity foram comentadas pelo Dr. Gustavo Marin. Foi uma decisão tomada exclusivamente no âmbito do CVC, em Nova Iorque, na medida em que as diferenças não puderam ser solucionadas amigavelmente. V. S^a também questionou sobre a potencial venda da Telemig para a Vivo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Correto.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Foi uma negociação que, tenho o entendimento, ocorreu durante os meses de abril ou maio de 2004 até o período de setembro, outubro. Essa negociação foi conduzida pelo Opportunity – à época era o gestor do fundo, ainda ocupa posições na gestão da empresa Telemig e Teleamazonas – e essa venda para a Vivo não acabou sendo concretizada por decisões tomadas pelo gestor de então. Não levou a cabo a negociação. Eu não sei se compreendi bem, mas estou à disposição.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a acredita que o real objetivo da negociação em torno da venda da Telemig para a Vivo era a obtenção de recursos para a compra por parte do Citibank na Brasil Telecom?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Houve uma discussão feita entre o Opportunity e os representantes do time do CVC, em Nova Iorque, que buscava, a partir da venda da Telemig, propor uma compra da participação do Citi na Brasil Telecom. É verdade. Isso está inclusive posto na ação judicial, em Nova Iorque, que corre contra o Opportunity e o Sr. Daniel Valente Dantas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Como está o andamento dessa ação em Nova Iorque?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Meu entendimento é houve, agora, uma apresentação da petição inicial da ação. Nós tivemos oportunidade de apresentar algumas questões adicionais, o que os americanos chamam de uma petição adicional aditada. Em seguida, o Opportunity teve oportunidade de apresentar sua defesa. Também apresentou questões adicionais em sua defesa, elementos novos na defesa e, agora, estamos em um processo de produção de provas entre as partes.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a poderia ser mais claro em relação à destituição do Sr. Daniel Dantas como gestor do negócio?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Vou buscar ser mais claro. Durante o curso do processo de revisão e discussão do relacionamento entre o Citi e o Opportunity, algumas questões surgiram, principalmente contratos celebrados pelos representantes do Opportunity em nome do Fundo CVC, ou seja, em nome do Citibank, em nome do Opportunity Found, que transferia valores do Fundo CVC para o Opportunity Found. Esses contratos foram objeto de conversas, de discussões na busca de uma solução amigável. Isso não foi possível. Não chegamos a um bom termo em relação a essa questão, daí por que houve a decisão de descontinuar os serviços do Banco Opportunity; em seguida, tendo em vista a resistência colocada pelo Opportunity de sair da gestão do fundo, foi necessário o ajuizamento de uma ação judicial em Nova Iorque, e, então, essas questões, essas diferenças são colocadas e discutidas em Nova Iorque.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quais os contratos que o Citibank manteve com a Kroll?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Não tenho conhecimento de nenhum contrato entre o Citibank e a Kroll. Não disponho de nenhuma informação nesse sentido.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Os representantes do Citibank nunca se encontraram com a Kroll em nenhuma oportunidade?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Eu tenho conhecimento de que ocorreu uma ou duas reuniões sobre o tema a pedido, inicialmente por sugestão do gestor das empresas do fundo, que foi o Opportunity.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Sr. Deputado, o seu tempo está encerrado.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E esses encontros versaram sobre o quê?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Eu não estava presente nesses encontros, não participei desses encontros. Não gostaria de especular sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Sr. Deputado, tempo esgotado.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Só para concluir na resposta.

O Sr. Gustavo Marin tem como responder?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Deputado, eu não participei desses encontros, não estou a par do que foi dito.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Que representantes do Citi participaram desses encontros?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Sr. Deputado.

O SR. GUSTAVO MARIN – Fui informado, Sr. Deputado, que representantes do CVC participaram desse encontro, que foi sugerido pelo Sr. Daniel Valente Dantas e fui informado que tinha a participação do Sr. Valente Dantas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Portanto, V. S^a sabia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Sr. Deputado.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a sabia do encontro?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Quero passar a palavra...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E sabia desses contatos com a Kroll?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Sr. Deputado, tempo esgotado.

Com a palavra o Deputado Fernando Coruja.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – *(Fora do microfone.)* Deixe-o responder. Ele já ia responder...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Estou falando três vezes. É a terceira pergunta, em que comunicamos...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – *(Fora do microfone.)* Ele já ia falar, e o senhor cortou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Então, com a palavra o Sr. depoente para dar a última resposta ao Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – *(Fora do microfone.)* A resposta que ele ia dar à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Sim, mas então vamos dar o tempo a todo mundo independente... Então, vamos atribuir isso, decidir isso, para que depois essa disputa entre nós mesmo.

Sr. depoente, com a palavra, para a resposta final ao ilustre Deputado José Rocha.

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Deputado, agradeço a oportunidade para esclarecer esse ponto.

Eu fui informado com muita posterioridade ao momento do encontro, quando... Como foi a cronologia? Surgiu na imprensa que o Opportunity estava sendo investigado, reporte à área do Citigroup Venture Capital que isso estava sendo acontecendo. Naquele momento, fui informado que, meses atrás, tinha acontecido esse encontro que foi referido pelo Sr. Spinelli e que também foi mencionado por mim. Que tinha acontecido um encontro, à *(inaudível)* do Sr. Dantas, e com a presença do Sr. Dantas no passado. Isso foi. Eu soube isso **a posteriori**, meses depois, quando isso já era notícia pública, via jornais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Com a palavra o Deputado João Correia, para uma questão de ordem.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – É apenas uma questão de ordem, para organizar o procedimento.

O Sr. Sérgio Spinelli deu uma resposta bastante interessante e importante ao Deputado José Rocha, mas ele ainda não fez a sua exposição preliminar, inicial. Eu gostaria de saber da Mesa se iremos ouvir, primeiro, o Sr. Gustavo Marin e, em sequência, o Sr. Sérgio Spinelli ou se ambos vão ser misturados, ou seja, se cada um de nós pode inquirir simultaneamente a ambos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Vou ouvir o Relator a esse respeito.

Vamos ouvir individualmente um depoente e, depois, o outro, ou se podemos ouvi-los juntos, por economia de tempo processual?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-ackel. PP – MG)

– Eu iniciei na suposição de que eles seriam ouvidos isoladamente. Tomei até a liberdade de pedir ao ilustre advogado que aguardasse a sua vez. Porém, se a comissão entender que deve fazer a inquirição simultaneamente, o Relator não tem nenhuma objeção a fazer e solicita o obséquio de, ao final, fazer algumas perguntas que já estavam programadas ao advogado do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Eu queria ouvir rapidamente duas pessoas a respeito dessa situação abordada e, depois, então, passar a palavra ao Relator, para que S. Ex^a possa fazer as perguntas, uma vez que ele tem...

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, partindo-se do pressuposto de que o Sr. Sérgio Spinelli não fez a apresentação dele; ele não falou ainda. Ele, agora, foi chamado às falas, mas não falou ainda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Muito bem. Vamos fazer o seguinte...

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Mas parece que ele abriu mão. Foi isso? Parece-me que o Sr. Sérgio fez a sua qualificação e, posteriormente, abriu mão.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – (*Fora do microfone.*) É, só qualificou.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Ele abriu mão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Eu queria perguntar ao depoente se ele abriu mão.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Eu abri mão e estou aqui na qualidade de representante

legal do Fundo CVC para responder imediatamente às questões que forem colocadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Então, eu queria imediatamente passar a palavra ao Relator, que deseja inquirir o depoente...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-ackel. PP – MG)

– Por enquanto, não. Sr. Presidente. Eu dispenso a inquirição. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Então, passamos a palavra ao Deputado Fernando Coruja por dez minutos.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sr.

Presidente, Srs. Depoentes, Srs. Parlamentares, Sr. Marin, quem marcou as suas duas audiências com o Ministro José Dirceu?

O SR. GUSTAVO MARIN – Eu marquei as reuniões com o Ministro José Dirceu. Eu tinha uma na minha memória. A segunda não estava clara, mas pode ser.

As reuniões... Minhas responsabilidades como Presidente do Citigroup no Brasil é manter contato com autoridades governamentais e, quando temos visitantes do exterior, membros da alta gerência do Citigroup que vêm regularmente visitar...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O

senhor ligou para a secretária e...?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sim. Minha secre-

tária ligou para a secretária e pediu para marcar um encontro.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Ele

agendou?

O SR. GUSTAVO MARIN – Imagino que deve ter

tido problemas normais de marcar...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O

senhor não se lembra se foram duas audiências ou foi uma audiência?

O SR. GUSTAVO MARIN – Não, eu me lembro

que, nos últimos anos, tenho tido... Sim, podem ser duas. Acho que, uma vez, foi uma reunião com o representante do CVC e, outra vez, foi com outro membro da alta gerência. Acho que foi o Sr. Holtz, que veio aqui e tivemos uma reunião com o Sr. Dirceu, mas nem me lembro, na verdade – teria que consultar a minha agenda –, em que data isso aconteceu, Sr. Deputado. Mas o processo é o mesmo: minha secretária liga para a...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O

senhor vai a uma reunião com o número dois do banco no mundo, segundo relatos, e não lembra da reunião com detalhes?

O SR. GUSTAVO MARIN – A qual reunião o Sr.

Deputado se refere?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O

senhor não lembra que foram duas reuniões?

O SR. GUSTAVO MARIN – Agora que você me lembra, sim. Ou seja, Sr. Deputado, temos regularmente visitantes que vêm ao Brasil e regularmente vamos para Brasília visitar os Ministro de Estado e Presidente do Banco Central, que tem vinculação direta com a nossa atividade como Banco.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor telefonou ou recebeu algum telefonema do Sr. Marcos Valério?

O SR. GUSTAVO MARIN – Eu não conheço o Sr. Marcos Valério e nunca recebi nenhum telefonema do Sr. Marcos Valério, Sr. Deputado.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor teve algum contato com o Sr. Ministro da Fazenda, Sr. Antonio Palocci?

O SR. GUSTAVO MARIN – Na minha posição como Presidente do Citigroup no Brasil, eu tive contatos regulares com o Ministério da Fazenda, incluindo o Ministro Palocci.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Tratou do negócio dos fundos com o Ministro Palocci ou com o Ministro José Dirceu?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Deputado, o tema fundos de pensão e imbróglcio societário foi tratado algumas vezes com o Ministro Palocci. Me lembro de uma reunião que aconteceu em setembro, olhando pelos meus registros. Me lembro porque foi realmente a primeira vez que realmente conversamos sobre esse tema, em que o Ministro Palocci me comunicou que tinha sido informado pelos fundos de pensão que eles iam proceder a remover, a trocar, o seu gestor. Ele não parecia conhecer a fundo esse tema. Eu tampouco conhecia, porque, como falei no meu pronunciamento inicial, a responsabilidade operacional pela supervisão dos investimentos em um fundo não estava no Brasil, estava em Nova York. Agradei e simplesmente reiterei que o Citi era um investidor passivo e que eu ia transmitir essa informação para Nova York.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – E o Sr. Mike Carpenter...

O SR. GUSTAVO MARIN – Depois aconteceu. Eu marquei uma reunião com o Sr. Mike Carpenter, que é presidente do CVC, da área de fundos de participação privadas. Eu tentei marcar para o próprio Sr. Palocci, que ele não conhecia... Não foi possível por motivo de agenda. Marquei com o Ministro Dirceu. Isso foi na segunda metade de 2003...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas o Sr. Carpenter veio para discutir os fundos?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sim, veio para conversar dos nossos investimentos...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Basicamente, dos investimentos em relação à Brasil Telecom.

O SR. GUSTAVO MARIN – Nos investimentos, no Fundo CVC, no qual o Citigroup tinha investido 750 milhões de dólares, e ele era responsável por esses investimentos.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Então, os negócios dos fundos... É evidente, um negócio feito entre o Citi e os fundos de pensão.

Isso foi tratado?

O SR. GUSTAVO MARIN – Em conjunto. Exatamente. Então, naquele momento...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O Ministro Palocci e os outros Ministros todos negam que esses assuntos eram um assunto de Estado. Os assuntos dos fundos são assuntos dos fundos.

O SR. GUSTAVO MARIN – Nessa reunião, isso foi conversado. Nós viemos conversar que tínhamos investido 750 milhões de dólares. Havia um monte de litígios. E a resposta do Ministro Dirceu que isso foi que a remoção do Opportunity tinha sido uma decisão dos fundos de pensão, que o Governo via esse tema como assunto entre privados, uma disputa entre privados e que tinha que ser resolvido no fórum adequado e que era a posição.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Nessa ação em Nova Iorque, o Advogado do Citibank fala que os fundos de pensão contaram com o apoio de uma autoridade do mais alto nível do Governo brasileiro.

Essa autoridade quem seria?

O SR. GUSTAVO MARIN – Desculpe, quem foi que falou isso?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O advogado fala que o acordo com os fundos de pensão contou com o apoio de uma autoridade do mais alto nível do Governo brasileiro.

Isso está na petição ou na peça...

Quem sabe o Sr. Spinelli, que conhece ...

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Essa afirmação não está contida em nenhuma alegação feita pelo Citibank em Nova Iorque. Posso confirmar a V. Exª. Não foi feita pelo Citibank.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Não. Pelo Citibank não.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Foi relatado pelo Sr. Leonardo de Souza na **Folha de S. Paulo**, no dia 18 de setembro de 2005. Afirma que faz parte do texto da decisão tomada pela justiça americana.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Nobre Deputado, vou buscar a informação. Encaminharei à Comissão essa informação que V. Ex^a está mencionando. Não tenho conhecimento.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não do Citi. A alegação não foi dos advogados do Citi, mas dos advogados do Opportunity.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Afirmação dos advogados do Opportunity?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – É.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Esse processo, neste momento, nobre Parlamentar, deve contar com mais de...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas está na peça da ação.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Deve constar de mais de trezentas mil folhas. Não tive condições de ler as trezentas mil folhas. É possível que tenha sido mencionado, mas não pelo Citibank.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Muito bem.

Sr. Marin, V. S^a conhece, já telefonou ou já entrou em contato com o Sr. Naji Nahas?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Deputado, nunca conversei com o Sr. Naji Nahas. Não conheço o Sr. Naji Nahas.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Esse acordo feito em abril entre o Sr. Daniel Dantas e a Telem com Itália surpreendeu o Citibank?

O SR. GUSTAVO MARIN – O Sr. Daniel Dantas, naquela data, já teria sido removido como gestor do Fundo CVC. Estamos em um processo de remoção das gerências, das administrações, que tinham sido indicadas por S. S^a na sua antiga posição de gestor nas diferentes empresas do controle, processo que foi completado na última remoção do dia 30 de setembro, da Brasil Telecom. Quando aconteceu essa transação, fui informado de que, na opinião do novo gestor do Fundo CVC – uma subsidiária do Citi –, acharam não ser uma ação correta, que estariam entregando direitos, entregando ativos, sem autoridade. Foi por isso que...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Está bom. Só uma última pergunta.

As negociações feitas com os fundos. São fundos independentes. O Sr. Spinelli poderia responder. Essas negociações foram feitas com os três fundos em conjunto ou com o Sr. Sérgio Rosa?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – As negociações foram conduzidas por representantes da Angra Partners. Foram contratados para representar os fundos nessas negociações. Já são os gestores do fundo nacional, onde investem...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O Sr. Sérgio Rosa não participava?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – O Sr. Sérgio Rosa não participou de negociações sobre os termos do contrato.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas das negociações certamente.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Acredito que tenha tido contatos com o seu contratado, que foi a Angra Partners. Participei diretamente das negociações e nunca tive uma negociação com o Sr. Sérgio Rosa sobre os contratos celebrados.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Ele possuía autonomia para tomar as decisões em relação aos negócios do fundo?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Perdo.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Ele tinha autonomia para tomar as decisões em relação aos negócios do fundo?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Imagino que a Angra Partners – e não posso afirmar – deve consultar o seu cliente, como o faço e sempre fiz com meu cliente.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Dá para repetir o nome dessa associação. Não a conheço.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Angra Partners, sócios.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Concedo a palavra ao Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Gustavo Marin, nesta Comissão foi apresentado documento, pelo Senador Eduardo Suplicy, que comprova que o Opportunity ofereceu pela posição do Citi na Brasil Telecom um valor superior ao fechado pelo Citi com os fundos de pensão no acordo de PUT. V. S^a confirma?

O SR. GUSTAVO MARIN – Confirmo que recebemos uma proposta do Banco Opportunity por nossa posição de controle no Fundo CVC.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – O senhor confirma também que esse valor, além de maior, previa pagamento à vista?

O SR. GUSTAVO MARIN – Está me informando o Dr. Spinelli que o valor não era maior, o valor era menor. Era menor ao preço (*inaudível*) simplesmente aos efeitos de (*inaudível*).

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Então o senhor me confirma que o valor não era maior do que o que foi negociado com os fundos.

O SR. GUSTAVO MARIN – Se o senhor me der um minuto, por favor, vou conferir essa informação.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Pois não. Eu pediria só que me descontasse o tempo do minuto. (Pausa.)

Bom, quando acharem o documento, vocês me passam depois.

Por que foi feita a opção pelos fundos com valor menor e a prazo maior?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Deputado, a oferta apresentada pelo Sr. Daniel Dantas e pelo Banco Opportunity, fui informado, foi rejeitada, em primeiro lugar, porque o preço foi considerado muito baixo. A informação de que disponho é que o preço que ofertou o Banco Opportunity por toda a participação no Citi, no Fundo CVC, foi de 591 milhões de dólares, foi 591 milhões de dólares...

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Mais um ganho potencial, na hipótese de venda, sob determinadas condições.

O SR. GUSTAVO MARIN – Foi 591 milhões de dólares. E, como eu falei no meu pronunciamento inicial, o Citi tinha investido, 8 anos atrás, 750 milhões de dólares. Então não era um preço que a gente considerava bom, esse foi o primeiro motivo. Também fui informado que eles tinham algumas dúvidas em torno da estrutura apresentada, da legalidade da estrutura proposta pelo Banco Opportunity. Por fim, porque, já na época em que foi apresentada essa proposta, a confiança em relação ao Banco Opportunity já estava minada. Então não confiamos.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – O senhor é um executivo importante do maior banco do mundo. Como Presidente do Citibank no Brasil, imagino que uma das suas funções seja zelar pelo bom desempenho da instituição. Um banco como o Citi deve realizar uma série de procedimentos, de segurança, salvaguardas, antes de emprestar dinheiro ou escolher um parceiro para algum negócio. Imagino que os critérios devam ser muito rígidos.

Por isso, pergunto o seguinte: o senhor emprestaria dinheiro ou faria negócio com alguém acusado e, em alguns casos, até condenado por crimes como corrupção, fraude, lavagem de dinheiro, envolvimento com o narcotráfico, tráfico de influência, espionagem e discriminação racial?

O SR. GUSTAVO MARIN – Acharia um pouco difícil.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Como é que os fundos de pensão fazem negócio com um banco como o Citibank, uma vez que, em 6 de outubro de 2005, as autoridades financeiras italianas decidem suspender, por um mês, as atividades do Citi-

bank no mercado telemático por conduta desonesta e antiética, durante negociações com títulos do governo alemão?

E mais:

No dia 17 de março de 2005, o Federal Reserve, o banco central americano, proíbe o Citigroup de participar de quaisquer operações envolvendo compras de controle ou fusão de empresas, enquanto não resolver suas pendências legais dentro e fora dos Estados Unidos;

Em 23 de março de 2005, multado em US\$26 milhões, pelas autoridades financeiras nos Estados Unidos, por práticas impróprias nas vendas e transações de fundos mútuos;

Em 9 de março de 2005, multada em US\$350 mil, pela bolsa de Nova York, por ter um corretor do Citigroup enviado *e-mails* para clientes com informações enganosas;

Em 31 de março de 2005, quatro executivas entraram com ações na Justiça contra o Citigroup, por discriminação racial e desrespeito à igualdade entre homens e mulheres;

Em 97, outras trabalhadoras do Citigroup já haviam entrado com ação na Justiça, vítimas de assédio sexual e intimidação. O caso ficou conhecido como (*inaudível*);

No dia 31 de março de 2005, o Presidente da China Construction Bank é processado. Acusação: recebimento de propina em operações realizadas em parceria com o Citibank;

No dia 12 de maio de 2005, a Procuradoria de Roma abre processo para investigar 6 dirigentes do Citibank na Itália, após receber informações do Governo britânico. Acusação: prática de agiotagem;

Em 10 de maio de 2005, as autoridades financeiras da Bélgica iniciam investigação contra o Citibank. Acusação: crime de manipulação do mercado de *bonds*. Também investigam o Citibank, pelo mesmo motivo, autoridades financeiras da Espanha, Inglaterra, Itália e Portugal;

No dia 15 de março de 2005, um relatório do Senado dos Estados Unidos comprova que o Citigroup lavou dinheiro ao ajudar o ditador chileno Augusto Pinochet. O Senado descobriu que são mais de US\$15 milhões de dólares escondidos em 125 contas bancárias, 64 das quais são do Citibank;

Em 27 de maio de 2004, o Federal Reserve, o Banco Central dos Estados Unidos, aplicou multa de US\$70 milhões contra o Citigroup. Infração: realização de empréstimos considerados ilegais pelas entidades financeiras dos Estados Unidos;

Em 29 de setembro de 2004, autoridades financeiras do Japão obrigam o Citigroup a fechar seus es-

critérios no país. Infração: múltiplas violações de leis e regulamentos, entre os quais empréstimos para clientes proibidos de operar no mercado financeiro;

Em novembro de 1999, a Justiça mexicana descobre o envolvimento do Citibank com lavagem de dinheiro proveniente do narcotráfico. Entre 1998 e 1999, mais de US\$300 milhões pertencentes a traficantes de drogas mexicanos transitaram por contas do Citibank, através de depósitos feito por Raúl Salinas, irmão do ex-Presidente Carlos Salinas. A Justiça descobriu que o Citibank ajudou Raúl Salinas a transferir milhões de dólares para fora do México, principalmente para Nova Iorque, Londres e Suíça;

Em 10 de maio de 2004, o Citibank pagou a indenização de US\$2,65 bilhões para investidores lesados em transações com papéis da empresa de telecomunicações WorlCom;

No dia 20 de outubro de 2003, o Citibank é multado em US\$1 milhão pela bolsa de Nova Iorque por falha na supervisão das ações da WorlCom, empresa que faliu devido a fraudes contábeis;

Em 28 de julho de 2003, o Citibank é multado em US\$132 milhões pelo departamento de justiça e autoridades financeiras dos Estados Unidos por transações ilegais, envolvendo papéis da empresa de energia Enron e má conduta no caso também da companhia de energia (*inaudível*);

Em 20 de dezembro de 2002, o Banco Salomon Smith Barney, controlado pelo Citigroup é multado em US\$1,4 bilhão, envolvido no escândalo conhecido como o caso Twins ou esquentamento de ações da empresa de telecomunicações a AT&T;

Em 03 de dezembro de 2002, o Salomon Smith Barney, o banco controlado pelo Citigroup, é obrigado pelas autoridades financeiras dos Estados Unidos a pagar multa de US\$1,65 milhão por violação de conduta de retenção de *e-mails*;

Em 23 de setembro de 2002, o Banco Salomon Smith Barney, controlado pelo Citigroup, é multado em US\$5 milhões pelas autoridades financeiras dos Estados Unidos por publicação de relatórios com informações enganosas relativas a ações da AT&T;

Em 19 de setembro de 2002, a Associates Corporation of North America e a Associates First Capital and Corporation, duas empresas de crédito direto ao consumidor, controladas pelo Citigroup, são multadas de US\$215 milhões pelas autoridades financeiras dos Estados Unidos, por uso de práticas predatórias nos empréstimos aos consumidores;

Em 2 de março de 1990, reportagem publicada no jornal **Financial Time**, de Londres, revela que o Citibank ajudou o ex-Primeiro Ministro da Grécia a lavar US\$200 milhões obtidos através de fraudes bancárias;

Em 10 de dezembro de 2000, relatório do Governo dos Estados Unidos sobre a máfia russa revela a participação do Banco Salomon Smith Barney, controlado pelo Citigroup, em esquema de lavagem de dinheiro. A investigação revelou que US\$1,4 bilhão provenientes de atividades ilegais passaram pelo Citibank de Nova Iorque;

Em 1º de março de 2001, investigação do Senado dos Estados Unidos revela que o Citigroup participou de esquema de corrupção e lavagem de dinheiro na Argentina;

Em 5 de novembro de 1999, investigação do Senado dos Estados Unidos revela o envolvimento do Citibank em lavagem de dinheiro para ditadores e dirigentes de países africanos, entre eles, Gabão e Nigéria.

Por que o Federal Reserve, o xerife do mercado financeiro dos Estados Unidos, decidiu em março deste ano que o Citigroup não poderia mais comprar ou participar de fusões de empresas?

Essa foi uma decisão surpreendente, principalmente porque ela foi tomada depois de comprovado o envolvimento do banco em dezenas de crimes como corrupção, lavagem de dinheiro, fraudes, manipulação de mercados, envolvimento com narcotráfico – a lista de crimes, como já li, é enorme.

Aquí no Brasil, o Citi é conhecido não apenas como personagem das páginas policiais dos jornais internacionais, como vimos, mas também como o maior credor da dívida externa brasileira.

O mais interessante é que, gente que até bem pouco tempo era inimiga fidalga do Citi, gente que preferia encarar o diabo ao Citibank, gente que sempre disse que o Citi roubava o Brasil, hoje faz vista grossa e nem quer ouvir falar do lado podre do Citi! O diabo virou santo do dia para noite!

É com base nessa surpreendente transformação que eu faço a minha segunda pergunta. Embora tendo praticado crimes graves como corrupção, fraude, lavagem de dinheiro, o Citi é o principal parceiro da Previ, Petros e Funcef, os três maiores fundos de pensão do País, que são controlados por pessoas ligadas ao PT.

Como o Citi tornou-se um grande parceiro desses fundos? Que tipo de negociação foi feita para que ex-inimigo virasse amigo, quase irmãos? Qual a relação do banco com o PT? O Citi ajudou o PT a mandar dinheiro para fora do Brasil? Quando? Quanto? Como?

Eu gostaria que o senhor explicasse qual foi a lógica para se tornar, de uma hora para outra, companheiro do PT e do Governo. Eu gostaria que V. S^a me mandasse, via Comissão, todas essas informações.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pergunto se o Deputado Lupion é membro titular ou suplente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Suplente. Ele está no lugar do Moroni Torgan.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pela ordem, são os titulares, suplentes e depois os que não são membros, e eu gostaria que fosse respeitada a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – O acordo feito com o Presidente Amir Lando...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas não pode contrariar esse acordo, que é o acordo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Doravante não será mais contrariado.

O SR. ABERLARDO LUPION (PFL – PR) – Foi um acordo feito porque o Deputado Moroni Torgan não viria na Comissão hoje, abriria mão para um membro desta Comissão. Mesmo que suplente, na ausência do titular, faço parte desta Comissão, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Nós não vamos mais permitir essa inversão.

O SR. ABERLARDO LUPION (PFL – PR) – Se não se respeitar acordo partidário, vai ficar complicado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Concedo a palavra à Deputada...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, ficaram várias perguntas no ar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Vamos permitir ao Sr. depoente responder rapidamente as perguntas colocadas, mas queremos respeitar o horário de todos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, é claro que todos nós gostaríamos que fosse respeitado o horário de cada um. Entretanto, dado que o Deputado Lupion usou inteiramente o seu tempo, a maior parte do qual e, sobretudo, a parte final, mais de cinco minutos, para uma afirmação muito séria sobre a história Citigroup, acredito que, por consenso, é o sentimento de todos os Senadores e Deputados que se permita ao Sr. Gustavo Marin que possa responder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Está permitido.

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Deputado, reconhecemos que tivemos problemas e que esses problemas tiveram impacto na nossa reputação. O Citigroup é o maior banco do mundo, tem presença em mais de cem países, mais de trezentos mil funcionários. Ocorrências ocorrem, problemas ocorrem. É nossa responsabilidade, com nossos acionistas e reguladores, funcionários investigar essas ocorrências, tomar as medidas cabíveis

e botar e implementar os controles para prevenir qualquer recorrência sobre esse tema.

Em relação à segunda parte das suas perguntas, vinculadas ao processo de troca do nosso gestor, foi consequência de que ficou comprovada a má-fé do nosso gestor. Ficou comprovada durante o processo de revisão de documentos que ele tinha sido um gestor infiel e, por isso, ele foi demitido e ainda por esse motivo está sendo processado em Nova Iorque...

O SR. ABERLARDO LUPION (PFL – PR) – Isso já lhe foi perguntado e o senhor não havia respondido. Estamos aqui até (*falha na gravação*) pergunta, e V. S^a não respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Vamos garantir a palavra ao depoente.

O SR. GUSTAVO MARIN – Ele está sendo processado (*inaudível*), foi demitido por ser um administrador infiel, e está sendo processado por fraude, má-fé, quebra de dever fiduciário. Então, foi simplesmente por esse motivo. Em nenhum momento, o Citigroup recebeu, em seu processo decisório, em nenhum momento, recebeu nenhum tipo de pressão de nenhuma autoridade do Governo. Eu posso dar fé que sempre a posição que nos foi transmitida para nós pelo Governo era que esse era um assunto privado, que tinha que ser resolvido nos fóruns adequados. Isso é o que nós fizemos. Chegamos a essa conclusão por moto próprio depois de uma análise em que ficou claro o comportamento do nosso gestor.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Sr. Presidente, pela ordem, eu poderia completar a resposta em alguns temas?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Sim, Sr. Spinelli. Tem a palavra o Sr. Spinelli.

O SR. ABERLARDO LUPION (PFL – PR) – Não. Eu não lhe perguntei. Eu perguntei para o Presidente do (*inaudível. Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Então, ele não deseja. Passo a palavra à Senadora...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, queremos ouvir o Dr. Sérgio Spinelli.

O SR. ABERLARDO LUPION (PFL – PR) – Eu tenho prazo para depois fazer interpelação ao Dr. Sérgio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Ex^a usou o tempo todo.

O SR. ABERLARDO LUPION (PFL – PR) – Eu estou interpelando o Sr. Gustavo Marin. O Dr. Sérgio depois vai ser o problema dele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Sérgio quer falar. Nós queremos ouvi-lo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Sr. Deputado, na hora em que o senhor tiver oportunidade de perguntar, o senhor pode...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – (*Fora do microfone. Inaudível.*) Conjuntamente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Sim, mas, na hora em que o senhor estiver perguntando, o senhor vai reindagá-lo, para que possamos ouvir a Senadora no seu tempo. Já permitimos a V. Ex^a ultrapassar o tempo. Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Vou tentar. Primeiro, queria aqui fazer um registro: nós estamos nesta CPMI tentando verificar a origem dos recursos que deram motivo à criação desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre compra de votos tanto daquilo que é chamado como mensalão como também compra de votos na reeleição, processo de reeleição do Sr. Fernando Henrique Cardoso. E que eu acho que aqui estão situações que têm relação com as duas situações de compra de votos ou prováveis compra de votos, vamos fazer dessa forma, tanto que hoje a **Folha de S. Paulo** cita: “Dantas fez contrato de 50 milhões com Valério”, contratos não explicados. Está na matéria da **Folha de S. Paulo** de hoje que Daniel Dantas fez... “Brasil Telecom, então administrada pelo Opportunity, suspendeu acordos após as primeiras denúncias sobre o mensalão”, mas havia feito já que só de mensalidade para não precisar fazer nada era quase R\$200 mil, só de mensalidade. Isso que é um mensalão.

Bom, mas quero também fazer um registro: em 2002... Eu queria fazer uma pergunta ao Sr. Gustavo Marin e depois vou me dirigir ao Dr. Sérgio Spinelli, porque sei que o senhor está representando aqui o Fundo CVC, e é isso que interessa para nós. Em 2002, o Citibank sofreu uma grande mudança com uma incorporação junto com outra empresa, mudança profunda, inclusive, na sua direção, que o atual Presidente declarou, na imprensa, que é preciso sim ganhar dinheiro, mas ganhar dinheiro de forma correta e com ética, reconhecendo, talvez, que, até antes dessa grande mudança, vários desses problemas aqui que foram citados estivessem, realmente, presentes. Então, houve uma mudança na direção do banco, e eu quero só a sua confirmação, com a União, com a empresa... Perdoe-me, agora fugiu o nome. E que o atual Presidente, inclusive, é egresso dessa empresa e que fez essa declaração, que foi pública, publicada na imprensa brasileira.

Queria fazer uma pergunta ao Sr. Sérgio Spinelli, se o senhor me permite...

O SR. GUSTAVO MARIN – Poderia confirmar.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Só confirme essa minha afirmação.

O SR. GUSTAVO MARIN – Confirmo isso aqui. O nosso novo Presidente é o Sr. Charles Prince, que realmente está embarcado numa cruzada para estabelecer o que eu falei na minha resposta, ou seja, estabelecer controles que eliminem a probabilidade ou, pelo menos, que minimizem a probabilidade de que em uma instituição tão grande como o Citi, essas ocorrências e problemas que, sim, aconteceram, e que nós lamentamos, sejam evitados.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – As condenações de agora tratam de situações ocorridas antes dessa grande alteração. Certo?

O SR. GUSTAVO MARIN – Exatamente.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu queria perguntar ao Sr. Sérgio Spinelli como foi que ocorreu essa aproximação entre o Citibank e o Opportunity para a criação do Fundo CVC? Por que isso? Nesta CPMI, o Sr. Daniel Dantas declarou em depoimento que ele procurado pelo Citibank. Eu quero saber se isso é verdade.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Senadora Ana Júlia...

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O Citibank procurou outros gestores? Quais foram?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Senadora Ana Júlia, eu gostaria de encaminhar a sua resposta no seguinte sentido. Eu não estava, mas vou responder a sua indagação. Eu não participava da equipe do CVC em 1997, quando esse fundo foi formado. O que eu me informei é que é praxe, existem diversos casos em que o grupo CVC, os investimentos do Citigroup Venture Capital sejam feitos e administrados por terceiros gestores independentes. Tive a informação – posso estar errado aqui nos números – de que somente na Europa esse valor chega a US\$5 bilhões de investimentos de proprietários do CVC, administrados por terceiros. Esse é um exemplo. São valores significativos que terceiros também administram.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Quer dizer que é uma prática?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Nesse sentido, não me surpreenderia que tenha ocorrido esse contato – acredito, imagino aqui, Senadora. Estou aqui fazendo uma ilação, Senadora. Deve ter ocorrido contato com outros gestores e um processo de seleção, como se faz nesse tipo de negócio.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Certo. Então, eu perguntaria: o senhor tem conhecimento da atuação do Sr. Pérsio Arida no convencimento do Citibank de contratar o Opportunity? Essa

foi uma decisão adequada? O senhor tem conhecimento disso?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Eu não tenho conhecimento. Nunca lidei com o Sr. Pérsio Arida.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Não, mas se o senhor tem conhecimento na época da formação do CVC.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Não, não detenho essa informação. Ela já não é tão contemporânea.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Certo. Bom, mas também corre uma informação no mercado de que o Sr. Ricardo Sérgio foi Diretor do Citibank e também foi Diretor do Banco do Brasil; foi ex-Tesoureiro da campanha do então candidato ao Senado, José Serra; trabalhou junto ao Opportunity na montagem desses consórcios para a privatização, leilão, tanto da Companhia Vale do Rio Doce quanto das telecomunicações. Coincidentemente, os mesmos ativos que o Citibank investiu. O Sr. Ricardo Sérgio, e isso se tornou público também, fez ingestões, muitas injunções, aliás, junto aos fundos de pensão, para que esses investissem nesses consórcios. Essas gravações foram expostas na mídia e são várias fitas que mostram isso.

Eu queria saber qual a atuação do Sr. Ricardo Sérgio junto ao Citibank; se houve alguma promessa ou garantia para o Citibank de que os fundos de pensão participariam desses investimentos, já que houve, declaradamente, comprovadamente, uma pressão explícita até do ex-Presidente da República para que os fundos de pensão fizessem esses investimentos. Mas eu queria saber se na negociação com o Citibank isso foi prometido pelo Sr. Ricardo Sérgio, que foi ex-Diretor do Citibank.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Senadora, fico inclusive constrangido. Esses fatos se referem ao período de 1997, 1998, e eu definitivamente não tenho essa informação. A informação que tenho, para colorir um pouco aqui o tema é que o objetivo do investimento feito à época era de que fazer um investimento em venda de blocos de controle de empresas que estavam sendo privatizadas em um programa de desestatização que teve curso; e, especificamente em relação ao CVC Opportunity, que esse investimento fosse feito com investidores, no caso, fundos de pensão.

Aproveito a sua indagação para trazer um dado que é muito importante para o conhecimento, pela Comissão, dos fatos. O bloco, pegar o bloco de controle da Brasil Telecom, e que se estende para quase todas as empresas. O valor investido entre os fundos

de pensão e o CVC, lado a lado, representa em média algo próximo a 90% do bloco de controle. Por que esse dado é importante? Por que, como colocado aqui, até foi feita a indagação e aproveito para responder, o Banco Opportunity não possui, por exemplo, na Brasil Telecom, participação societária suficiente para eleger um único membro de conselho de administração de qualquer das empresas da cadeia societária da Brasil Telecom. Há uma certa confusão entre os papéis. Ele agiu como mandatário, como gestor indicado. Terminado o contrato, ele se retirou ou deveria ter se retirado imediatamente da gestão das empresas. Ele nunca foi controlador das empresas. Ele geriu as empresas a partir de um mandato outorgado em 1998 pelos fundos de pensão e pelo Citibank.

E aproveito para responder aquela pergunta: por que nos aproximamos dos fundos de pensão?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Posso concluir, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com certeza.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Por que nos aproximamos? Porque era natural que nos aproximássemos, buscássemos ter um alinhamento de interesses com aqueles que investiram conjuntamente conosco em 1998, mais do que na média, 90% dos blocos de controle das empresas privatizadas.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor tem conhecimento dos acordos que foram assinados em dezembro de 1997, entre o Citibank e o Opportunity?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Se a Senhora estiver se referindo a um contrato chamado *operating agreement*, um acordo operacional, tenho conhecimento do acordo.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Exatamente. É porque ele está aqui na minha mão e quero inclusive passá-lo à CPI. O Senhor poderia dizer o seguinte: na sua opinião esse acordo garantiu esse investimento conjunto e a recuperação do prêmio de controle pago na aquisição das empresas?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Esse acordo foi firmado entre o Opportunity, na qualidade de gestor do Fundo CVC, do Citigroup; entre o Opportunity, na qualidade de gestor do Opportunity Found, o qual ele é até hoje, e o Opportunity na qualidade de gestor do fundo nacional do CVC. Desculpe, na época ele chamava CVC Opportunity Found de Investimento em Ações. Hoje ele é denominado Investidores Institucionais fundo de Investimento em Ações, que nós, com singeleza, denominamos de fundo nacional. Então existia um único gestor para os três fundos; esse acordo foi

firmado nessa capacidade. O Citibank também é parte nesse acordo. Esse acordo estabelecia a obrigação de os investimentos serem realizados conjuntamente. A expressão usada no acordo que foi firmado em inglês é *side by side* e os desinvestimentos também. Nessa linha, como os investimentos deveriam ser firmados e realizados conjuntamente, eles, no meu entendimento, previam essa hipótese. Só que...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Mas foi dado conhecimento dos acordos entre o Citibank e o Opportunity aos cotistas do fundo nacional?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Era exatamente esse o ponto que eu iria completar.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Era isso que eu queria. Isso é fundamental para que entendamos.

Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Já foi concedido um minuto a V. Exª.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Um minuto só que peço, exatamente porque outros também tiveram. Isso é importante. Foi muito colocado aqui, diversas vezes criticaram-se os acordos do fundo de pensão com os bancos. Só que – sei que esse não é um assunto simples – o que as pessoas desconhecem talvez, e isso é natural, é que quando os fundos de pensão foram pressionados e obrigados a assumir e a fazer o acordo junto nas privatizações; eles não tinham garantido o acordo que eles têm hoje de desinvestimento conjunto; o acordo de prêmio de 100%; de vender as ações ao mesmo tempo.

Gostaria de deixar este documento com a CPI, que é a prova cabal de que, na verdade, os fundos de pensão não tinham esse direito. Eles estão apenas tentando recuperar recursos que eles foram obrigados a investir em valores até maiores do que os do Citibank porque, tanto no fundo nacional, quanto nos fundos de pensão, eles investiram mais de um bilhão de dólares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Concedo a palavra a Deputada Zulaiê Cobra. E vou conceder mais dois minutos às pessoas, aos Deputados, porque foi essa a média concedida...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Ele ficou de responder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Agora ele não vai poder responder. Depois ele responderá, com certeza.

Deputada Zulaiê Cobra.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Depoentes, estamos aqui num momento muito importante de uma CPI que está mostrando ao Brasil o que acontece hoje: Governo Lula,

mensalão. Todo mundo quer voltar ao passado, quando estamos com dificuldades no presente.

Estamos discutindo aqui que se trata de um grupo grande que é o maior credor da dívida externa. Quer dizer, é um banco enorme que tem aí 300 mil funcionários no mundo todo. Portanto, nós temos aí algo que eu, quando era estudante lá atrás, eu tinha o Citibank como um bicho papão. Nós éramos todos do mesmo grupo. José Dirceu, todo mundo. Todo mundo. Nós estávamos juntos e o Citibank era uma coisa horrível para nós. Só que nós crescemos, hoje nós conhecemos, o Dr. Sérgio Spinelli fez a Católica, que eu fiz, somos colegas de faculdade. Aqui tem mais colega de faculdade que outra coisa. Mas, na verdade, é que nós estamos aqui hoje para indagar sobre esse acordo. É o acordo que foi feito agora com o Banco do Brasil, com a Previ, com essa empresa que mete medo até no nome: Angra Partners, que nós não sabemos e está aqui, sai nas revistas que o fundo de pensão administra o investimento de 140 bilhões e escolheram, para administrar essa jóia preciosa da coroa, da coroa, hoje, que é coroada pelo Lula, uma empresa chamada Angra Partners, fundada há apenas dois anos e que tem como principal executivo o carioca Alberto Guth. É isso que eu quero saber, porque nós estamos lidando aqui com uma coisa muito fragilizada. Os senhores têm aqui uma assessoria jurídica maravilhosa. E esse acordo aqui foi feito no dia 9 de março de 2005 e eu questiono: o valor desse acordo é altíssimo. O ágil, qual foi o ágil? Vai ter que pagar... 2007. O Banco do Brasil vai ter que pagar. E o que nós estamos vendo pelas reportagens todas, de todas as revistas, é que o Banco do Brasil vai perder; vai perder feio. Como é que vai pagar um ágil enorme no mercado? Então essas são as perguntas que eu quero fazer. A nossa preocupação é que o TCU vai julgar amanhã. Amanhã já vai ser julgado o mérito e nós estamos aqui hoje ouvindo os senhores, e nós esperamos um tempo para ouvi-los até porque houve viagens importantes lá atrás e nós adiamos por duas semanas estes depoimentos. O Brasil todo quer ouvir, quer saber. É um assunto complicado, difícil para nós. Imagine para o cidadão brasileiro que está ouvindo? “Mas esses homens aí são muito ricos! Gente pomposa, bem assessorada!” Então, eu quero saber: esse acordo que fale em autoridade importante... É claro que tem autoridade importante atrás do acordo! Porque a Previ não teria, é claro, se não tivesse a presença do ex-Ministro José Dirceu; se não tivesse a presença do Ministro Palocci. Todos eles estão a par desse acordo. O Gushiken também. Então, eu queria saber, por parte dos senhores, no caso específico, do Dr. Gustavo Marin, depois, do Dr. Sérgio Spinelli, essa representatividade dessa empresa, como é que eles

foram? Como é que foi feito isso? Qual é a assessoria jurídica dessa empresa?

O SR. GUSTAVO MARIN – Senhora Deputada...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E ainda puseram o nome de PUT. Que coisa feia, não é? Mas como é que colocam um nome tão feio? Um acordo tão importante com um nome tão feio! O Sr. Relator não concorda?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Concorde, concorde.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E para quem está nos assistindo, parece que é lei ordinária. Quando falam em lei ordinária é a lei do dia-a-dia. Todo mundo fica horrorizado porque ninguém quer lei ordinária. Mas ordinária quer dizer: é o dia-a-dia. Esse PUT, para mim, é muito feio.

O SR. GUSTAVO MARIN – Senhora Deputada, eu vou começar respondendo à primeira pergunta que a senhora fez em relação ao gestor do fundo nacional. O Citigroup não participou da seleção, do processo de seleção que fez o fundo nacional para escolher o seu gestor. Então, como foi escolhido, nós não temos a informação. Simplesmente, Ele nos foi apresentado como gestor. Em relação ao tema do contrato de opção de venda, não falemos mais de PUT, falemos de opção de venda. Foi o que eu tentei explicar, no começo, respondendo as perguntas do Sr. Relator, tentando dividir a minha resposta em duas partes. A primeira parte, tentando demonstrar que o preço de controle e valor de ação minoritária são dois ativos diferentes, que têm valores diferentes, Srª Deputada; que o bloco de ações que dá a seu titular o direito de controlar uma empresa tem um valor muito superior. As ações que a senhora ou eu poderíamos comprar via corretor quando se compram cem ações de uma empresa “X”... Quem compra um bloco de ações de controle, quem compra o controle de uma empresa tem o direito de nomear, trocar toda a sua gerência e mudar isso aí. Então ações têm um ágio, e esse ágio se justifica, é praxe comum de mercado. Quando você compra uma empresa, você tem que pagar um preço superior, qualquer empresa, simplesmente, ao da compra de cem ações de um corretor. Então o valor, o preço de controle existe, é praxe. Tentei também demonstrar, comparando outros ágios, outros preços de controle que foram transacionados no mercado, tentei demonstrar que o ágio embutido no preço do acordo contratado com fundos é perfeitamente, inclusive é muito inferior a preços ágios, por exemplo, contratados quando botei um exemplo da compra do Grupo Santander quando comprou o Banespa: pagou um ágio que era mais de duas vezes superior ao ágio que está contratado, e assim pela frente, quando foi

o outro, o Banespa. Um exemplo que veio agora na minha cabeça – tenho a apresentação aqui – tentei demonstrar o preço de controle.

E depois a segunda pergunta, a segunda parte que tentei demonstrar dizendo o que receberam os fundos em troca de garantir um preço mínimo e insisti dizendo que é um preço mínimo porque realmente nós achamos que vamos vender essas empresas em conjunto por um preço muito superior, e tentei demonstrar que o valor que os fundos de pensão receberão por agora terem direito a cem por cento desse prêmio de controle, cheguei a um número de R\$642 milhões, usando simplesmente como exemplo o preço ofertado pelo Opportunity pelas ações nossas. Então eu tentei, via esses exemplos, validar isso.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Tudo bem, o senhor explicou. Agora por que o TCU diz que esse contrato descumpra ou ignora a legislação vigente? Por que essa afirmação de que o Citibank, a Previ e os fundos pactuaram, que ainda que a lei impeça, restrinja ou limite a concretização na transação, os fundos estarão obrigados a pagar o valor de um bilhão e quarenta e cinco milhões? Qual é essa acusação?

O SR. GUSTAVO MARIN – Srª Deputada, se a senhora não tem nenhum inconveniente, vou passar essa parte ao Dr. Sérgio que ele está acompanhando de perto todo o processo do TCU.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Nobre Deputada Zulaiê, antes de mais nada, quero esclarecer que a assessoria jurídica do banco, pela qual fui responsável, não denominou o contrato de PUT, denominou “opção de venda de ações”; esse é o jargão que a imprensa pegou no mercado a partir da singularidade da denominação. Mas concordo inteiramente com a senhora que não é feliz.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Como é o nome mesmo então?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Opção de venda de ações.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Opção de venda de ações. E esse PUT não tem nada a ver com isso?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Esse é o jargão utilizado no mercado. É um jargão da imprensa. Mas concordo totalmente com a senhora que não é feliz.

Na segunda questão que a senhora colocou, é muito importante destacar um dado que é o seguinte: esses acordos não só possibilitaram aos fundos de pensão serem reintegrados ao bloco de controle, participar da co-gestão das empresas, como também participar em igualdade de condições, não há contrato que possa ser modificado em relação a isso. Se o PUT

a que o TCU – e quero chegar nesse aspecto – tem feito críticas for cancelado, a obrigação do Citibank de vender a sua participação nessas empresas com os fundos de pensão e assegurar a eles igualdade de condições, está imutável – isso é importante que fique bem esclarecido –, e o valor investido corrigido aos valores de hoje nesse portfólio de empresas pelos fundos de pensão, pela correção do custo da moeda, taxa de impostos, eu lhe afirmo que é de R\$4 bilhões.

Portanto, o que fizemos foi resgatar um investimento que a valor de livros é de R\$4 bilhões. Independentemente de PUT para lá, PUT para cá – peço desculpas –, opção de venda e de todas as críticas, esse valor foi resgatado, o que demonstra clara a nossa boa-fé.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Mas isso é o poder de convencimento do banco, não é? O banco convence porque banco é uma desgraça. Quando o banco quer convencer, convence.

Então o senhor está convencendo que a Previ fez um bom negócio, o Banco do Brasil, com esse futuro. É para 2007, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Srª Deputada, vou lhe conceder mais dois minutos.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Uma última pergunta: Os senhores contrataram a Trevisan Associados? Diz que há uma fala aqui, uma notícia do Cláudio Humberto, que o senhor teria contratado essa empresa, Trevisan Associados, do Sr. Antonino Marmo Trevisan?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Ocorreu uma contratação em... – estou tentando precisar a data – ... entre dezembro de 2004 e janeiro de 2005, iniciamos, dentro do que estava estabelecido dentro do regulamento do fundo estrangeiro uma auditoria do Fundo CVC. Queríamos entender em detalhes as atitudes praticadas, as questões praticadas.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Você contratou então a Trevisan Associados?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Contratamos para nos auxiliar.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Que é de um homem que é amigo do Presidente da República, que está aí também acusado da Telemar, nesse negócio da Gamecorp, etc.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – V. Exª tem mais um minuto, Deputada.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não tenho mais nada. Depois do livro que o senhor vai ler agora, porque aquele livro... Quando a coisa não serve, a gente não lê, a gente tem um pouco de raiva... Mas o senhor precisa ler o livro, Sr. Gustavo, porque esse

é um livro forte nessas acusações todas, porque nós queremos aqui é ligar dinheiro do Marcos Valério.

É isto que estamos procurando: de onde surgiu o dinheiro do Marcos Valério? Fácil não foi, porque banco não dá dinheiro para ninguém. O senhor concorda? E quando dá cobra juros. Dar dinheiro e não cobrar juros é muito suspeito.

Então, estamos vendo de onde vem esse dinheiro: é esta a nossa preocupação. Porque, aqui, esta CPI tem esta função: origem do dinheiro. Por isso vocês estão aqui hoje.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, só queria pedir a minha reinscrição, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Está reinscrita Senadora.

Senadora Fátima Cleide. (Pausa.)

Concedo a palavra o Deputado Júlio Redecker.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Certamente, se fizeram investimentos no Brasil, associados aos fundos de pensão é porque acreditavam que seriam lucrativos como realmente o são. Esse é o caminho de uma instituição financeira.

Mas o que nós queremos saber, e por isso vou dizer que não há nenhum juízo de valor, é como poderia ter sido utilizado esse relacionamento do Citigroup Venture Capital, juntamente com os fundos de pensão para financiar a corrupção que o Governo Lula e o Partido dos Trabalhadores estabeleceram nesta legislatura, dentro desta Casa, comprando parlamentares, alguns já renunciaram, outros vão para o julgamento do Plenário e também financiamento de campanha.

Sabemos que é muito difícil, na contabilidade, de uma empresa como Citigroup ou de um fundo, retirar dinheiro para financiar essas modalidades, seja de financiamento de campanha, ou mesmo corrupção, como foi praticada pelo Governo Lula na compra de Parlamentares aqui dentro.

Gostaria de saber se o Citigroup usa, ou tem feito financiamento de campanha no Brasil?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Deputado Júlio Redecker, o Citigroup tem como política nunca fazer contribuições de campanha para nenhum partido político no Brasil e também no resto do mundo. O Citigroup proíbe esse tipo de financiamentos.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Claro que se não faz diretamente pode fazê-lo indiretamente.

Quando há um rol de irregularidades praticados no mundo inteiro, por uma instituição que tem 300 mil empregados e é o maior banco do mundo, automaticamente queremos crer que se acontece lá fora pode acontecer aqui dentro. Não estamos fazendo juízo de

valor, ou prejudgando; como havia por parte do Citigroup, o seu fundo, um acordo para dar ao gestor dos fundos, escolhidos por vocês e pelos fundos de pensão para gerir essa nova empresa para o Sr. Daniel Dantas, houve uma quebra de confiança e nessa quebra de confiança quero saber se alguns dos motivos foi há época em que o Sr. Daniel Dantas estaria envolvido com financiamentos de campanha irregular, ou mesmo com aportes de dinheiro a partidos políticos, no caso, o Partido dos Trabalhadores.

Isso chegou ao conhecimento do Citibank?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Deputado, como foi mencionado por mim e pelo Dr. Sérgio Spinelli, a quebra de confiança no Sr. Daniel Dantas e no Banco Opportunity surgiu como consequência da revisão de todos os acordos feitos e de todas as análises. Foi um projeto longo, como falamos. Foi um processo que começou em 2003, no início de 2003, longo, exaustivo, portanto, também não conseguido com uma solução negociada. Foi por isso que, em março, o banco Opportunity foi demitido. Estamos agora no processo de tomada de controle das empresas, parte mais demorada. A parte operacional foi feita somente dia 30 de setembro. Informou-me o Dr. Spinelli, como Presidente do Conselho, que ele instruiu a fazer uma revisão de todos os contratos com todos os serviços contratados. Acho que é uma revisão está em curso, Dr. Spinelli?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Sim.

O SR. GUSTAVO MARIN – Ou eu poderia dar um pouco mais de informação.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Gustavo Marin, nós sabemos que, muitas vezes, meios transversos são utilizados para financiamento da corrupção e de campanha política: o caixa 2 tão comentado hoje no Brasil ou, para alguns, dinheiro não contabilizado. Há um sentimento das pessoas e da própria imprensa de que poderia ter havido, por intermédio da contratação de assessoria jurídica por valores elevados, o repasse desses valores para financiamento de campanha ou mesmo corrupção praticada pelo Governo. Eu perguntaria ao senhor: é normal, nos contratos de prestação de serviços jurídicos com o Citibank, haver honorários elevados? Quanto o Citibank pagou de honorários advocatícios para aqueles que atuaram no caso da Brasiltelecom?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Deputado, não tenho essa informação, mas vou providenciar com os meus assessores, a informação dos honorários pagos aos advogados.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – A Srª Mônica Gross e Ana Maria Reis trabalharam como contratadas do Citibank nesse caso?

O SR. GUSTAVO MARIN – Não tenho informação a respeito, mas eu gostaria de deferir essa pergunta ao Spinelli, pois ele, como representante do fundo, tem acompanhado isso de perto.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Repassando ao Dr. Spinelli, pergunto: se pagaram honorários, qual o valor dos honorários repassados neste caso?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Deputado Júlio, começo respondendo a sua primeira indagação, que é importante. Os honorários de assessoria jurídica pagos pelo Citigroup em relação a este caso são pagos por hora trabalhada, como é coloquial, costumeiro na advocacia empresarial. Não há advogados de honorários fixos ou valores elevados. Todo mês apresenta-se uma nota com o detalhamento das pessoas e das horas trabalhadas. Em relação à questão que o senhor fez, da Srª Mônica – acho que houve mais uma pergunta...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Mônica Gross e Ana Maria Reis.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Ana Maria Reis e Mônica Gross são advogadas. Já tive contato com elas. Elas trabalham na assessoria jurídica coordenada pelo Sr. Paulo César Pinheiro Carneiro, advogado contratado para coordenar toda a parte de litígios por parte dos fundos de pensão. O Citigroup nunca contratou essas senhoras, mas já tive contato com elas. São advogadas capacitadas que têm feito um trabalho muito bom.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Quando falamos aqui que eu gostaria de que me repassasse os valores dos custos judiciais com a operação do caso BrasilTelecom, ouvi falar sobre o fundo Angra Partners e sei, por informações, lógico, por isso quero confirmar com os senhores, que ele pediu um aumento de receita de R\$20 milhões para despesas judiciais. Isso ocorreu? É verdadeiro? São esses os valores?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Essa é uma questão afeta ao fundo nacional administrado pela Angra Partners. Não tenho conhecimento dessa informação que V. Exª aborda, mas me prontifico, desde já, a fazer uma verificação do tema.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – A informação que temos é de foram solicitados R\$20 milhões para despesas judiciais. Imaginem o que pode passar pela nossa cabeça: um honorário repassado para despesas judiciais, ou valores repassados, de R\$20 milhões daria para financiar boa parte de toda a estrutura de corrupção que o Sr. Delúbio Soares montou a mando da Executiva Nacional do PT e também sob o comando do ministro José Dirceu e do Presidente Lula para comprar Parlamentares aqui. É importante que nós saibamos de onde vêm os recursos. Pode até

o banco ter pago esses recursos e não ter sabido o destino desse dinheiro.

Gostaria também que me fosse informado se esses valores foram usados apenas para pagamento de honorários advocatícios.

Queria também, Sr. Sérgio Spinelli, sem juízo de valor, mas tenho que fazer as perguntas aqui que me chegam, tenho o maior respeito por V. S^{as}, pelos cargos e as responsabilidades que exercem, mas este é o foro adequado para que prestemos conta ao Brasil e à CPI sobre os fatos envolvendo as pessoas que são aqui chamadas como depoentes e o faço com o maior respeito.

O senhor, por acaso, tem como nos explicar por que seu nome aparece na Operação Topázio, que foi realizada a pedido do Ministério Público e destinada a apurar envolvimento de advogados com antecipação de decisões judiciais? O senhor tem alguma notícia sobre isso?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Desconheço sequer o que é Operação Topázio; acho que deve haver algum engano. Realmente, não tenho nenhuma informação sobre o tema.

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – Vou requerer, Sr. Presidente, que a nossa CPI solicite à Polícia Federal que encaminhe a esta Comissão os resultados dessa investigação da Operação Topázio porque recebemos a informação – quero dizer que é uma informação, não é nenhuma conclusão, não há nenhum juízo de valor, deixo bem claro – da participação do Sr. Sérgio Spinelli. E não vai aqui, de minha parte, nenhum pré-julgamento.

Quero também perguntar uma última coisa – tenho ainda uns dois minutos e meio – ao Sr. Gustavo Marin.

Quando houve a dissolução com o Sr. Daniel Dantas da gestão que era compartilhada com autorização dos fundos de pensão e do Citigroup que no CVC é o único investidor, já que é um fundo pessoal do próprio banco que faz carteira para fazer os investimentos que acha adequado.

V. S^{as} acreditam que hoje há algum tipo de animosidade expressa pelo ex-gestor do fundo diretamente contra o Citigroup e, por isso, apareceram, por exemplo, todas essas denúncias internacionais, já que denúncias internacionais do banco não têm nada a ver com o caso específico aqui nosso de examinar os fundos que foram destinados para a corrupção por meios desconhecidos por nós, em muitos casos. Por isso, a nossa desconfiança – e é uma palavra que nós aqui queremos dizer com clareza – desconfiança de que podem ter sido utilizados recursos que foram pagos para honorários profissionais, inclusive com a

contratação de empresas que a Deputada Zulaiê Cobra nomeou, dirigida na assessoria pelo Sr. Antoninho Marmo Trevisan, que foi aquele que fez a pesquisa para que a Telemar pudesse ter comprado uma empresa de fundo de quintal que tinha capital social de R\$10 mil, por R\$2,5 milhões, 33% do capital social da Gamecorp – e depois pago mais R\$2,5 milhões para que essa empresa produzisse exclusivamente para a empresa Telemar os frutos da genialidade desse trabalho. Casualmente, um dos sócios é o filho do Lula, com mais dois sócios, que são os filhos do Sr. Jacó Bittar.

Há algum conhecimento, neste caso, de que poderia ter havido o pagamento de honorários desse caso, nos valores aqui citados, e que poderia ter havido rumores de que teriam sido mal utilizados pelos gestores do fundo, no caso de proporcionar suporte para os atos de corrupção praticados no Brasil pelo Governo do Presidente Lula e pelo seu Partido?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Deputado, em relação à última parte da sua pergunta, não tenho conhecimentos e informações sobre esse tema. Em relação à primeira parte, que é a atitude do Sr. Daniel Dantas, tampouco não tenho conhecimento do estado de ânimo do Sr. Daniel Dantas em relação ao Citigroup, então eu não poderia opinar sobre o tema. Faz mais de dois anos que não tenho conversa com o Sr. Daniel Dantas.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Sr. Presidente, V. Ex^a me concederia a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Por mais um minuto.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Nobre parlamentar, Presidente, não sei se posso fazer uma solicitação, mas já fazendo nesse meu minuto: eu gostaria de ter acesso à investigação, uma vez que seja encaminhada à Casa, porque meu nome nunca esteve envolvido em nenhuma investigação. O maior interessado em saber em detalhes esse assunto sou eu mesmo. Se fosse possível, através da minha assessoria, ter acesso ao material, seria muito importante para mim.

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, acho extremamente justo que isso seja levado ao conhecimento do Sr. Sérgio Spinelli, até porque nós devemos, com toda a clareza, esclarecer esses fatos, porque são fundamentais. São informações que nos chegam até esta CPI, são informações a que nós não tivemos acesso na Polícia Federal. Nós queremos ter acesso a elas para comprovar, ou não, que tenha havido isso. Fique tranqüilo V. S^a, porque nós as encaminharemos a V. S^a, para seu conhecimento, até para protegê-lo.

O que acontece aqui? Muitas coisas são ditas aqui. Se ninguém as esclarece, a pessoa fica pagando um preço que não deve, e eu acredito que possa ser o seu caso com toda a tranqüilidade.

Então, para preservar não só a sua honra profissional, o seu trabalho, como também a legitimidade deste Parlamentar que está na CPI para investigar, devemos aproveitar esta grande oportunidade para que esclarecer quaisquer dúvidas que tenham vindo a esta CPI pelas fontes que nos abastecem com informações e dar a V. S^a condições de se defender. Se não tiver nada, nós aqui diremos, com toda a tranqüilidade, que realmente, era uma informação que não procedia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Eu quero dizer ao Deputado Júlio Redecker que faça o requerimento, para que seja votado depois e encaminhado para que recebamos a investigação.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Será apresentado daqui a pouco, Sr. Presidente, ainda durante a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy, por dez minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Senhor Presidente, Sr. Relator, senhores depoentes. Eu gostaria, em primeiro lugar, de reiterar que considere importante, também, a convocação do Sr. Sérgio Spinelli Silva Júnior, na medida em que, tendo sido feito o convite ao Sr. Gustavo Marin para aqui prestar depoimento, notamos que foi o Sr. Sérgio Spinelli Silva Júnior, como procurador legal do Citigroup Venture Capital Internacional Brazil LLC... Peço que esclareça o que é o LLC...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Como? Não entendi.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Não era comigo?

O SR. (Orador não identificado) – Não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Está bom. Minha primeira questão ao Presidente Gustavo Marin é: por que o Citigroup tem este grupo? Onde ele é sediado? Ou seja, por que o Citigroup Venture Capital Internacional Brazil LLC seria sediado, se assim o for de fato, nas Ilhas Cayman? Será que, se as suas operações dirigidas, inclusive um procurador que é brasileiro, não seria próprio que estivesse, também, sediado no Brasil? Que razões levam o Citigroup a ter essa instituição sediada, por exemplo, nas ilhas Cayman? Que vantagens há para o Citigroup? Será que

não seria melhor, já que é dirigido por um brasileiro, que tivesse sido instituído no Brasil? Se, porventura, a razão da existência desse grupo é a de fazer parte de associações no Brasil, será que não seria adequado fazer isso no Brasil?

V. S^a poderia nos explicar as vantagens de ter sede fora do Brasil?

Esta pergunta se relaciona com o esclarecimento que V. S^a deu ao Deputado Ibrahim Abi-Ackel nas indagações iniciais, pois V. S^a mencionou que o Citicorp no Brasil tem tido resultados não positivos nos últimos três anos. Eu pediria que confirmasse em qual período os resultados têm sido negativos.

Explicou V. S^a que esses resultados, quando – digamos – contabilizados no Citicorp, nos Estados Unidos, transformam-se em resultados altamente positivos. Então, eu acho que até o nosso Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, irá fazer a pergunta que agora vou formular.

Poderia explicar-nos como é que um resultado negativo no Brasil se transforma em resultado positivo na contabilidade norte-americana? Eu imagino, prezado Deputado Ibrahim Abi-Ackel, que uma pergunta vem à mente, ou seja, se o Citicorp tem resultado operacional negativo no Brasil, por exemplo, como instituição financeira, não pagará Imposto de Renda... Mas se de alguma maneira o resultado negativo brasileiro se transforma em resultado positivo, lá na contabilidade norte-americana, até a Receita Federal norte-americana vai receber um pagamento de Imposto de Renda. Não sei como é a legislação lá. Aqui a instituição financeira que tem um resultado positivo tem uma responsabilidade perante a Receita Federal.

Eu agradeceria a V. Ex^a se pudesse nos explicar como funciona isso.

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Senador, vou tentar ser claro na explicação da segunda parte. A primeira parte da sua pergunta eu vou deixar, se não houver inconveniente, para o doutor, que, como representante do Fundo CVC no Brasil, tem conhecimento muito mais direto dos seus representados. O que eu quis explicar ao Sr. Relator é o seguinte: o Citigroup tem um investimento muito importante aqui. Temos US\$1,5 bilhão investido no País. Nós fazemos proteção do nosso capital. Como fazemos essa proteção? Nós compramos uma posição dolarizada, para proteger porque, na contabilidade americana, esse investimento, nos livros americanos, está em dólares, mas quando o dinheiro vem para o Brasil, o capital é convertido em reais. Imaginem: se eu não tenho nenhum tipo de proteção, Sr. Senador... Imagine a situação da desvalorização cambial, quando o câmbio chegou perto de quatro. Se esse dinheiro não estivesse protegido, ocorreria

uma perda muito importante no capital na contabilidade americana.

O que fazem os bancos internacionais em geral? Eles têm uma posição comprada protegendo o seu capital. Quando aconteceu a desvalorização no Brasil, nós estávamos nessa situação. Nós tínhamos o capital devidamente protegido naquele momento. Quando o câmbio foi até 4, nesses anos, o Citigroup, no Brasil, na contabilidade local, mostrou lucros enormes, porque tínhamos US\$1 bilhão, que passaram a valer US\$3 e 3 e tanto. Na contabilidade americana, esse lucro enorme, sobre o qual pagamos impostos, não existiu, porque o capital que tínhamos investido no Brasil, em termos de dólares, continuava sendo o mesmo dólar. Assim, esse lucro no processo de desvalorização foi compensado; ou seja, o que seria uma perda por desvalorização ficou em zero.

O mesmo acontece quando o câmbio vai para o outro lado; ou seja, quando o câmbio, em vez de se desvalorizar, se valoriza, ou seja, na contabilidade americana, eu passo a ter um, como se diz em inglês, um ganho de translação – *translation gain* –, que é compensado pelo custo de se ter uma posição em dólares. Eu estava com uma posição comprada em dólares a US\$3,30; esses dólares passaram a valer US\$2,30, tive uma perda enorme na contabilidade brasileira. Na contabilidade americana, esses dois efeitos da mudança de câmbio se (*inaudível*.) O que fica (*inaudível*), o resto das operações do Brasil, as operações comerciais tradicionais, de emprestar, de depositar, de prestar serviços, de prestar assessoria, em vista do que sou avaliado pelos meus chefes, que é o resultado como aparece.

Esse resultado, como tentei explicar, tem sido muito positivo. Para nós, o Brasil é muito importante. É um dos mercados que o Citigroup identificou como um dos cinco mercados prioritários no mundo e no qual queríamos expandir nossas atividades. Fora o México, a Coréia e a Índia, o Brasil e a Rússia são os grandes mercados. Por esse motivo, estamos investindo na expansão do nosso número de agências. Por esse motivo, compramos, em conjunto com Itaú, o Banco Credicard e vamos continuar investindo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Vou formular mais uma pergunta antes de ouvir a resposta. Eu gostaria de saber se, nos diálogos mencionados que teve o Sr. Gustavo Marin, seja com o Ministro José Dirceu, seja com o Ministro Antonio Palocci, houve o diálogo sobre a decisão do Citicorp de se tornar parceiro dos fundos Previ, Funcef e Petros. Qual foi, em um e em outro caso, o tipo de diálogo havido?

Segundo, qual foi o resultado efetivo das operações com Previ, Petros e Funcef do ponto de vista do Citicorp e do ponto de vista dos três fundos?

Se V. S^a puder sintetizar. Vamos supor que eu seja um cotista de um desses três fundos e queira saber, perante os presidentes e diretores desses três fundos, que são de grande interesse público, pelo menos de todos os cotistas: desde que se iniciou essa associação entre o Citicorp e os três fundos, para o Citicorp, que resultado houve? E para os três fundos? Se o senhor puder nos informar isso – porque acredito que o senhor, como sócio, sabe qual o resultado para eles, se esse resultado foi positivo, se puder ser mensurado –, em complemento às perguntas que formulei, eu o agradeceria.

Encerro, Sr. Presidente, solicitando a oportunidade de eles responderem a essas questões.

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Senador, tentarei responder às suas perguntas. A primeira parte de suas perguntas é sobre a conversa com o ex-Ministro Dirceu, em que se fala de uma visita que fizemos com os representantes do (*inaudível*). Isso aconteceu no ano de 2003; nesse momento, nosso gestor era o Opportunity, não tinha havido nenhuma mudança.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Não se tratou, portanto, dessa ação com os três fundos, o que, depois, veio a ocorrer.

O SR. GUSTAVO MARIN – Não, naquele momento, o Ministro Dirceu falou muito claramente que a decisão de remoção dos fundos do Sr. Dantas e do (*inaudível*) tinha sido uma decisão dos fundos de pensão, e que o Governo tinha tomado uma posição de imparcialidade no assunto, que ele via esse tema como um assunto privado, que tinha que ser resolvido no fórum adequado.

Nas reuniões com o Ministro Palocci que me vêm à memória... Creio que o senhor está se referindo a uma visita que fizemos também com representantes do Fundo CVC, que acompanhei, em dezembro de 2004, basicamente para informar o Ministro dos esforços que o Citi estava fazendo para alinhar os interesses dos diferentes interessados nos investimentos – o Opportunity, os fundos de pensão e o próprio Citi. Naquela época, ainda achávamos que íamos resolver nossas diferenças com o Opportunity de uma forma negociada. Tenho a informação que se investiu muito tempo e esforço para tentar um acordo negociado. E foram informados ao Ministro os esforços que estávamos fazendo. Depois de escutar, o Ministro Palocci também foi muito claro, ou seja, numa linha que manteve durante todo o tempo, ele agradeceu, mas disse que a posição do Governo era a de ser imparcial nesse assunto, pois

o considerava um assunto privado que tinha que ser resolvido nos fóruns adequados.

Dessa forma, o nosso processo de negociação de uma saída negociada com o nosso gestor continuou e, quando não foi possível resolver os nossos conflitos, ele foi demitido.

A segunda parte da sua pergunta – peço desculpa – era?...

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – O resultado para os três fundos e o Citicorp da parceira que fizeram. Então, se puder nos informar, foi algo positivo para o Citicorp e para Petros, Previ e Funcef, se pode nos dar uma informação. Ah, isso foi ótimo do ponto de vista dele, se associarem a nós foi uma boa coisa ou então não foi um bom resultado. Qual foi, afinal esse resultado?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Senador, eu acho, ou seja, do ponto de vista do Citigroup e do ponto de vista dos outros sócios, nossa impressão é que tem sido bom, porque nós assumimos o direito, pegamos, restabelecemos o direito de gestão das empresas, o direito de venda conjunta. Em nossa visão tem sido positivo para ambas as partes. Efetivamente, vamos somente ver isso quando conseguirmos vender a companhia e realizar esse prêmio de gestão que agora, sim, recuperamos para nós. E que esse prêmio gestão é o que vai permitir que esse investimento que sai nos livros, segundo o Dr. Spinelli informou, está nos livros o fundo de Pensão no valor de quatro bilhões de reais, seja convertido, seja materializado, e não simplesmente fique como anotações em livros, como os próprios fundos disseram que tinha risco de ser convertido em pó.

Passarei a palavra, se não tem inconveniente, ao Dr. Spinelli, que tem contato com os gestores dos fundos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – E para complementar as informações solicitadas, por que lá em Grand Cayman?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Ok.

Vou começar pela primeira pergunta, Senador Suplicy. Por que Cayman? Originalmente, em empresas transnacionais, multinacionais com operações que chamam além da fronteira, *cross border* – termo usado em inglês –, é muito comum se buscar a melhor estrutura do ponto de vista fiscal para fazer o investimento. Daí porque em 1997 o fundo foi estabelecido em Cayman: era benéfico, do ponto de vista fiscal, esse investimento. Hoje ele é desastroso, é a maior a tributação desse fundo estabelecido em Cayman do que em Nova Iorque, dos que em qualquer local dos Estados Unidos. Tanto é verdade – desculpe, vou complementar o raciocínio

–, que buscamos fazer o que se chama redomiciliar o fundo, tirá-lo de Cayman, em função de termos litígios judiciais com o Opportunity em Cayman e nos Estados Unidos, isso não foi possível.

Recentemente, os investimentos feitos pelo Citigroup, no portfólio de empresas do CVC têm sido feitos por uma empresa constituída no Brasil com esse objetivo.

E aí eu gostaria de responder à questão relativa aos resultados para os fundos.

Senador Suplicy, a questão chega a ser singela. Imagine que tínhamos um zelador, e esse zelador estava colocando fogo na casa. Tínhamos uma situação em que os fundos de pensão tinham mais de uma centena de litígios em curso, contra o zelador da casa. Fizemos uma análise e verificamos que aquele zelador, que deveria cuidar da nossa casa, acabou realizando atos e fatos que levaram a uma constatação, ele foi infiel à zeladoria que a ele foi colocada. Em adição a isso, digo ao senhor, imagina que o investimento dos fundos custou quatro bilhões de reais, imagina que o investimento do Citigroup, há oito anos, custou mais de 750 milhões de dólares. Imagina mais, que resolvemos retirar o zelador, fazer o seguinte: vamos arrumar a casa e vendê-la conjuntamente, sem o zelador, que não contava mais com a nossa confiança.

Em números, o senhor ainda não tinha chegado, fizemos um exercício muito simples, recebemos uma oferta, dia 22 de fevereiro deste ano, para vender o nosso fundo ao zelador, no caso o Opportunity. Recusamos, era muito baixa, porque o ativo daquela forma já não estava trazendo, dado o grau de conflitos, não havia terceiros interessados em comprar essa casa. Era necessário, entrar, assumir a casa, reformar a casa para colocá-la à venda. Fizemos um exercício rápido, muito singelo, só o fato de juntos gerirmos a casa e nos comprometermos com os fundos de pensão, de vender conjuntamente, o valor por aquela proposta que não aceitei, aquela proposta de liquidação, é de R\$682 milhões, de valor recuperado imediatamente para os fundos de pensão, valor esse que saiu... Eu poderia ter realizado imediatamente, poderia ter realizado em fevereiro. Não estava em ações judiciais. Não estaríamos envolvidos em investigações. Não estaríamos envolvidos em mais de uma centena de ações judiciais. Hoje nós temos, de março para cá, Senador Suplicy, mais de 113 incidentes judiciais só no Brasil, fora Nova Iorque, fora Cayman Islands.

O que nós fizemos? Nós nos juntamos àquele que comprou a casa originalmente. E vamos vender esse artigo pelo melhor valor possível, que será muito superior ao que nos foi ofertado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Inicialmente, quero chamar o Deputado Agnaldo Muniz. (Pausa.)

Ausente.

Deputado João Correia.

Mas antes queria suspender essa audiência pública para que os depoentes possam atender algumas demandas privadas.

(A reunião é suspensa às 15h19min e reaberta às 15h32min.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado João Correia, pelo tempo de dez minutos...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* o Sr. José Rocha, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pois é, eu olhei aqui...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não vai ficar difícil, não?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, mas é que o José Rocha saiu. Então, vou conceder a palavra a V. Ex^a, nobre Deputado João Correia. Está iniciado o tempo.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. depoentes, inicialmente, eu gostaria de saber se a defenestração do grupo Opportunity foi feita em março de 2005 e se foi no dia 09.

Queria fazer a pergunta ao Sr. Gustavo Marin.

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Deputado, nós tentamos, ao longo de 2004, resolver nossas diferenças nos conflitos.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Não, perfeito. Queria só saber se foi 09 de março de 2005.

O SR. GUSTAVO MARIN – O fato que desencadeou a demissão foi informado, que foi o...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – OK.

O SR. GUSTAVO MARIN – Foi quando o Opportunity botou à venda a Telemig, Isso foi em que data? Um minuto, por favor.

Foi, efetivamente, 09 de março.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Está OK.

Porque, inclusive, Deputada Zulaiê, V. Ex^a me desculpe, mas eu acho que “tucanaram”, como disse o Zé Simão, a demissão e o confronto. Eu gostei muito do termo, descontinuar. É muito interessante, colocado por ambos os depoentes.

Então, o Sr. Daniel Dantas foi descontinuado. O Opportunity foi descontinuado. Então, “tucanaram” a

demissão, “tucanaram” o confronto. Eu acho até que até se o Zé Simão....

O SR. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Não, a descontinuação.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. depoentes, esta CPMI se divide muito entre o grupo do Daniel Dantas e o grupo adversário do Daniel Dantas, do grupo ligado aos fundos de pensão, esses, sim, agentes e o grupo também do Citibank, Citigroup. E, às vezes, esse confronto pode dificultar determinadas compreensões desse processo. O que houve ao longo dos últimos 30, 40 dias?

Esta CPMI convocou, informalmente, os presidentes dos três fundos mais importantes das estatais – da Previ, da Funcep e, me parece que, da Petros. Depois fizemos uma oitiva formal, porque havia a idéia inicial de que nós fizéssemos apenas uma oitiva a quatro paredes. Depois de feita a oitiva dos três presidentes dos três fundos, então, nós ouvimos, juntamente com a CPMI dos Correios, o Sr. Daniel Dantas. E agora estamos ouvindo aqui o Sr. Gustavo Marin, não sem antes ter havido determinadas dificuldades de viagem, etc, e o Sr. Sérgio Spinelli Júnior.

Gostaria, por conseguinte, de pegar a história do PUT, da preferência de compra futura de ações. O senhor pega um dado – vou pegar aqui o gráfico de V. S^a. –: na bolsa de valores, de 28 abril de 2005, os valores eram de 19,2

O SR. GUSTAVO MARIN – Que página, Sr. Deputado? Desculpe-me.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Estou na página seis. Em março de 2005, o período em que foi descontinuado o Sr. Daniel Dantas, esse valor subiu para 21,9.

O SR. GUSTAVO MARIN – Sim...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Por conseguinte, o ágio... 21,9.

O SR. GUSTAVO MARIN – São datas diferentes.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sim, os preços da Bolsa de Valores. E agora, na vinda, em vosso depoimento, ela dá um salto para 29,3, quando as titularidades já se modificaram e todos os *(inaudível)* extremamente afirmativos da retomada ou da tomada do controle para se fazer o que quiser, foram então apenas para 29,3. No entanto, o valor negociado era de 90, em 2007. Então, o primeiro elemento que gostaria de saber é o seguinte: o grupo Opportunity fez proposta ao Citigroup para figurar como os fundos de pensão passaram a figurar a partir de março.

Eu gostaria de saber quais são as diferenças centrais entre as propostas que foram feitas do Opportunity para o Citigroup e das propostas que foram feitas dos fundos de pensão para o Citigroup.

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Deputado, a proposta recebida pelo Citigroup do Opportunity, como falamos, ou seja, foi rejeitada. Primeiro, porque foi considerada uma oferta muito baixa. E estamos convencidos de que podíamos vender a um preço superior. Foi rejeitada também porque, isso foi informado, a estrutura que tinha sido proposta para executar a venda tinha uns reparos, ou seja, tinham dúvidas em relação à legalidade da mesma. E o terceiro motivo também por que foi rejeitada é que, já naquela época, em fevereiro, o CVC já não confiava mais no Opportunity.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Perfeito. Na verdade, Sr. depoente, o interesse desta Comissão nessa questão dos fundos, e de quem a eles está vinculado, é verificar se dos investimentos que os fundos fazem em várias empresas haveria drenagem de recursos para o pagamento do mensalão. É essa a questão básica que se coloca para nós, bem como a questão do Sr. Daniel Dantas, do Opportunity, e também do próprio Citigroup, Citibank.

Ora, eu gostaria de perguntar: se o preço mínimo de 2007 é tão vantajoso, em vossa compreensão, em vossa análise em perspectiva, por que, então, nesse contrato fez-se tanto desdém da legislação brasileira que regulamenta os contratos? No tal do capítulo III está escrito que os fundos de pensão se obrigam a assumir o bilionário compromisso financeiro, mesmo que o contrato venha a ser considerado ilegal por organismos como a Agência Nacional de Telecomunicações, a Comissão de Valores Mobiliários, a Secretaria de Previdência Complementar e o próprio Banco Central.

Se esses valores são tão pacíficos na perspectiva de 2007, então por que essa retaguarda tão nociva e tão danosa aos interesses públicos, haja vista o fato de que os controladores dos fundos de pensão são entidades públicas? É a pergunta que faço a V. S^a.

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Deputado, não sou advogado, então não vou poder entrar num detalhe aprofundado dessa cláusula, mas fui informado que o único objetivo dessa cláusula era deixar claro que competia aos fundos de pensão vir a tomar todas as medidas necessárias para que seus investimentos e rendas variáveis sempre estivessem enquadrados dentro das normas determinadas pela Secretaria de Previdência Complementar. Também fui informado, somos conscientes de que a redação de uma dessas não foi feliz, e, por esse motivo, foi assinado um aditivo entre as partes que esclarece definitivamente esse ponto. Como quem assinou esse aditivo, tentando esclarecer

esse ponto, foi o Dr. Sérgio Spinelli, se o Sr. Deputado não achar inconveniente, eu passaria a pergunta a ele para que explicasse os detalhes.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB - AC) – É um minuto, mais três minutos que ainda tenho, pois tenho duas questões importantes, mas o Dr. Sérgio, ao final, poderá levantar essas informações.

Por exemplo, a impressão que nós temos, como elementos de segundo grau, é que, do ponto de vista aritmético, do ponto de vista das regras da matemática financeira, esse acordo, na verdade, é uma espécie de acordo entre a guilhotina e o pescoço. O pescoço são os fundos de pensão e as suas dezenas de milhares de filiações; a guilhotina, o Citibank, que na verdade não perde absolutamente nada. Pois bem, passo à pergunta final que eu gostaria de fazer, aproveitando o meu tempo aqui: gostaria de saber se o senhor faria exatamente o inverso, ou seja, se o senhor poderia, por exemplo, para demonstrar à sociedade brasileira, especialmente aos filiados aos fundos de pensão, se o Citibank, se o Citigroup faria uma cláusula inversa, dando a garantia que os fundos de pensão dão ao Citibank na lata. O senhor faria exatamente o inverso, garantindo-lhes a rentabilidade do PUT lá em 2007, na base de 90? Essa é uma questão que eu gostaria de colocar.

A segunda questão é a seguinte: o senhor trocou de lado? O Sr. Gustavo Marín trocou de lado? As vossas razões já foram explicitadas, e elas também não me interessam diretamente. Não vou entrar nesses méritos, mesmo porque havia uma luta de controle acionário de um fundo bastante expressivo. Agora, tome-se o fato de o Citibank ser a meca do imperialismo americano, assim como a Coca-Cola o é também. Lembre-se também que o Governo do PT abominava, satanizava primeiro o setor financeiro, especialmente o Citibank. O Citibank era realmente a encarnação do demônio. Essa troca de lado que V. S^a fez, vinculado-se aos três fundos de pensão mais importantes do Brasil, obedece a uma intenção de se aproximar do epicentro do Poder? Porque esta divisão que está aqui nesta CPI – os danielistas e os marinistas, digamos assim, ou os fundistas – existia no Palácio do Planalto. Todos nós sabemos, e a imprensa acompanhou que o Ministro Luiz Gushiken venceu o Ministro Antonio Palocci e o Ministro José Dirceu juntos, tal era a importância dos interesses dos fundos de pensão.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB - RO) – O tempo de V. Ex^a já acabou.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB - AC) – Então, pergunto, só para finalizar, se essa aproximação da meca do imperialismo, do grande capital financeiro obedeceu a critérios de conveniência política de se

vincular a um processo de poder que estava na cara, digamos assim, que seria hegemônico, inclusive em relação a poderosíssimos homens como são o Ministro Palocci e o ex-Ministro José Dirceu, na relação que haveria com o Ministro Luiz Gushiken, vinculadíssimos aos esquemas dos fundos.

Só para concluir, Sr. Presidente, os três presidentes dos fundos vieram aqui e se proclamaram, todos os três, filiados e representantes do PT. Era até aquilo que nós chamávamos, que o Professor Chico de Oliveira chama de o ornitorrinco, aquele animal que é mamífero, tem nadadeira, bota ovo, enfim, é um animal meio esquisito.

Então, eu gostaria de saber se a opção pelos fundos de pensão obedeceu a critérios pragmáticos de poder a opção pelos fundos de pensão.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB - RO) – Eu peço que o senhor seja breve nas suas respostas, que elas sejam muito objetivas, porque nós temos que dar andamento, e há outros oradores inscritos.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria que não fosse tão breve. O Senador Eduardo Suplicy perguntou o tempo que quis, as respostas foram muito boas e esclarecedoras. Agora também nós gostaríamos que as respostas fossem assim.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB - RO) – É que eu tenho...

O SR. (Orador não identificado) – Há também uma coisa: acho que nós temos de ter um tempo marcado.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu sei, mas quebrou agora para o Senador Eduardo Suplicy, quebre um pouco aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB - RO) – De qualquer maneira, concedo a palavra aos depoentes.

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Deputado Correia, entendo que o senhor fez duas perguntas, a primeira vinculada se o Citi trocava de lado, se estaria do outro lado, do lado dos fundos de pensão. Se eu estivesse na situação em que estavam os fundos antes do acordo, eu o faria correndo. Faria correndo esse acordo. Os fundos estavam com seus investimentos, ou seja, alguém chegou a utilizar com o risco de ser micado em grande medida. No mínimo, eles tinham um direito de venda conjunta só por 80%, só por 80% do valor do prêmio de controle.

Se eu só tivesse direito a 80%, e alguém viesse me oferecer 100% do prêmio de controle, dizendo que me daria o direito de gestão conjunta com essas empresas e que poderia controlar o momento em que eu

quisesse vender essas empresas, eu o faria correndo, Sr. Presidente.

A segunda pergunta era se...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sim, mas agora não, né? O senhor não faria? No momento atual? A pergunta era nesse aspecto. Desculpe...

O SR. GUSTAVO MARIN – É, mas... fizemos acordo naquele momento, ou seja, hoje a situação é diferente. Hoje eu já tenho, graças a esse acordo, já tenho 100% do prêmio de controle. Mas eles tiveram 100% porque nós, o Citi, assinou esse acordo, Sr. Deputado.

A segunda pergunta, parte da sua pergunta, foi se a mudança de gestor ou se esse novo alinhamento, em termos, ocorreu em razão de necessidade pragmática de poder. Minha resposta é: pragmática de dinheiro, ou seja, uma vez que decidimos que não confiávamos no nosso gestor e queríamos removê-lo, nós nos juntamos aos nossos sócios naturais, com os quais em conjunto nós temos 90% do controle das empresas. Nós tínhamos 45; os fundos de pensão tinham 45; o Opportunity tinha 10, como falou o Dr. Spinelli. O Opportunity tinha votos suficientes para designar um diretor.

Naturalmente, nós olhamos para nossos parceiros naturais pra montar um acordo que nos permitisse a gestão conjunta das empresas e nos permitisse a venda conjunta das empresas.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Rodolpho Tourinho e, na condição de Sub-Relator, vou lhe conceder mais cinco minutos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Não quero. Não quero. Vou ficar dentro do tempo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – V. Exª é gentil sempre.

Sr. Presidente Amir Lando, evidentemente que essas explicações sobre o PUT foram muito claras. Quando foram colocadas as questões de preço de controle, pelo Dr. Gustavo Marin, a correção do Selic, as comparações que são feitas, eu acho que tudo ficou muito claro. Mas isso não leva a que tenha ficado claro, por exemplo, a posição do TCU. O Tribunal de Contas julga que talvez houvesse necessidade – ainda que ele não tenha julgado, ele coloca o talvez – de autorização prévia dos patrocinadores, ou seja, do Banco do Brasil, da Caixa e da Petrobras, e talvez a necessidade de parecer da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência. O TCU coloca dúvidas em cima desse processo, as quais levam a algumas questões simples que podem ser feitas. Eu tenho uma

idéia porque li alguma coisa já do documento. Mas quando se faz essa correlação do preço pago, na primeira página, para o preço corrigido, evidentemente que nessa correção tem alguma coisa de indexação que foi colocada aqui, que seria Selic. Quando se tem o preço do PUT, não há nenhuma consideração sobre indexação, pra baixo ou pra cima.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Posso esclarecer, Senador?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Claro.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – O preço foi corrigido até a mesma data. Então, nós estamos comparando com a mesma data.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Não, para 2007. Então, quando se chega em 2007...

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Há um indexador. Há um indexador.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Tem uma cláusula de indexador.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – IGP mais 5%.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Esse indexador, então, já não é a Selic; é o indicador diferente daquela comparação dali.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Correto.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu só estou esclarecendo determinados aspectos.

O segundo ponto: haveria alguma corretora envolvida nessa transação?

O SR. GUSTAVO MARIN – Não. Não tenho nenhum conhecimento de nenhuma corretora envolvida.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – E o terceiro ponto: por que, então, se há toda essa diferença de indexação, se há o questionamento da sociedade, se isso interessa a milhares de pessoas que são pensionistas e aposentados, se há essa dúvida do TCU, por que não fazer, então, um documento de venda conjunta? Não teria sido mais fácil? Teria sido menos oneroso politicamente. Teria sido mais transparente do que se fazer um contrato de PUT. Eu acho que seria muito mais fácil e talvez, hoje, os senhores nem estivessem aqui tendo que explicar essa posição. Deixaria mais tranqüilo todo o mercado.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Senador, vou pegar sua colocação. Importante o senhor ter feito essa colocação. O acordo de opção de venda de ações, também singelamente aqui colocado como PUT, mas o nome não é legal mesmo, ele foi celebrado, na mesma data, como parte de um bojo de um grupo

de contratos. Dentre os contratos, há um acordo chamado acordo de investimento conjunto.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sei, mas esse é um PUT. O PUT traz obrigação de fazer.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – O PUT...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Para um lado.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Sem dúvida nenhuma, mas ele foi celebrado na mesma data, dentro de um bojo de uma série de contratos, inclusive esse a que o senhor se referiu.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Mas eu acho que deveria ter um só...

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Porque ele foi celebrado...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – ...porque era mais fácil, mais fácil para todo mundo.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – O senhor tem toda razão, e eu insisto num dado, e peço desculpas em interrompê-lo, Senador...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Não, não.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Ainda que... Há discussões sobre a legalidade do acordo. Ainda que ele venha, amanhã, declarado ilegal, por hipótese, o investimento conjunto continua obrigando as duas partes e será honrado. Daí por que nós colocamos o valor mínimo, aquele preço mais baixinho possível de restabelecer, de R\$688 milhões.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – De qualquer forma, eu acho, volto a esse ponto, que teria sido mais fácil... Eu acho, inclusive, esses contratos de PUT, de (*inaudível*), são contratos absolutamente rotineiros no mercado.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – O senhor tem razão.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Acho que ninguém questiona. Cada um que se defenda do seu lado num contrato desse, que é absolutamente legítimo, não tenho dúvida. Agora, o que eu questiono, sim, é que uma fundação, um fundo de previdência possa fazer esse tipo de contrato; fundo de previdência, sobretudo fundo de previdência estatal, porque, no fundo, ele tem uma natureza jurídica privada, mas ele é estatal. No fundo, a natureza jurídica dele, ainda que não seja jurídica, é estatal.

Eu acho que não deveria ser permitido a essas empresas fazer isso, daí esse tipo todo de questionamento que está sendo feito aqui nesse momento. Acho, inclusive, que lições ficam; uma das lições é que nós devemos, de alguma forma, modificar essa liberdade que os fundos de pensão hoje têm em relação a in-

vestimentos de médio e longo risco. Eu acho que eles não devem ter essa liberdade.

Eu estou encaminhando, inclusive, Presidente, um projeto de lei, proibindo essa inversão no sentido de conter ou limitar essa inversão em alto risco, mesmo na área de investimentos de renda fixa, porque eu acho que as fundações têm que ter um limite nisso tudo.

E o outro ponto, que eu acho que é muito importante, é colocar uma coisa que o Deputado João Correia já colocou aqui: quando os três presidentes chegaram aqui, todos eles eram filiados ao PT, a um partido político. Eu acho que não devem ser. Acho que isso também devia ser proibido. Acho que são interesses de milhares e milhares e milhares de pessoas em jogo, e nós não podemos admitir nenhum tipo de aparelhamento dessas instituições.

Entendo que não há a menor condição de podermos aceitar isso. Acho que isso devia ser mudado. Acho que não podemos ter nenhum tipo de envolvimento político na condução de uma coisa tão sensível e que uma medida que é pensada, que é tomada hoje, ela vai ter reflexo daqui a vários anos.

Então, são dois aspectos que eu acho que são lições importantes em todo esse processo que estamos discutindo hoje, o dia inteiro aqui, essa questão de que os fundos de pensão não deveriam ter a permissão de fazer essas operações de alto risco, tipo *put* ou (*inaudível*), e também que suas direções não poderiam pertencer a quadros políticos.

Era o que tinha a considerar, Sr. Presidente, e agradeço pelo tempo que V. Ex^a tinha me concedido a mais.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero, antes de passar a palavra, manifestar uma idéia sobre essa questão. Realmente a questão dos fundos precisa ser repensada no Brasil. V. Ex^a pegou o filão importante. Como Ministro da Previdência, eu tive oportunidade exatamente de analisar, embora não tivesse nenhuma interferência porque havia indicações políticas.

Em primeiro lugar, temos de profissionalizar e despolitizar os fundos. É muito importante dizer que os fundos não podem ser massa de manobra de qualquer governo porque eles têm um escopo societário e devem ficar a ele ligados. O sucesso e o êxito devem seguir exatamente o objetivo maior de propiciar a satisfação dos benefícios dos associados. Infelizmente, esses vícios não vêm de agora nem do governo anterior. Eu diria que eles já estão incrustados nos fundos há muito tempo. Realmente são ativos importantes e que deviam ter uma relação muito próxima, inclusive, à política econômica porque eles podem fazer mudanças importantes na economia no sentido de vínculos não

de submissão, mas de um processo de programa econômico de qualquer governo democrático no país.

Por isso, tentamos criar a Previ, que, infelizmente, não foi possível. É preciso fiscalizar mais. É preciso normatizar menos em alguns pontos e, em outros, é preciso também normatizar.

Por isso, entendo que ou os fundos...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a falou que a Previ não foi criada. Mas, independente de criar ou não a Previ, V. Ex^a, que foi Ministro da Previdência, teve um antecessor a V. Ex^a neste governo dois e teve outro sucessor no governo anterior. Nenhum deles conseguiu mudar o Secretário de Previdência Complementar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Foi o que eu disse a V. Ex^a. Embora sem nenhuma interferência política, procurei atacar o pentágono pelo sexto lado, o lado da legislação, modificando tanto quanto possível e sugerindo essas modificações que o Senador Rodolpho Tourinho acaba de sinalizar.

Esse é o caminho porque os fundos são importantes como previdência complementar. A sociedade precisa acreditar na estrutura, na firmeza, na musculação, na autonomia, na independência, na eficiência porque, senão, vamos arcar novamente com a previdência complementar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor tentou mudar o Secretário de Previdência Complementar e não conseguiu?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex^a sabe que minha interferência na Previdência foi muito restrita. Eu apenas nomeei cinco pessoas. Nada mais do que isso. Mas lancei idéias em vários encontros, lancei idéias novas e revolucionárias para que os fundos tomassem outro rumo. V. Ex^a é testemunha.

O SR. (Orador não identificado) – É bom lembrar também que os fundos de pensão são fiscalizados pela CVM.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Isso demonstra que este Governo é muito politizado. Este Governo foi o mais politizado. O aparelhamento dele foi total.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, siga o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu usei os três minutos. V. Ex^a há de convir que, na condição de Presidente, eu poderia fazer pergunta.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O Presidente tem o tempo que quiser.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Sempre renunciarei, mas, sobre este tema, ou mudamos todo este cenário legal ou os fundos sempre serão

objeto de exploração financeira, política, desvios, que se repetem desde há muito. Esse é o ponto.

No caso específico – não quero manifestar meu ponto de vista –, mas os fundos se encontravam, nesse processo de privatização, encurralados.

Eles foram aprisionados a um processo nefasto, que não serviu aos interesses dos fundos e que não serviu aos interesses do País.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Infelizmente, aconteceu isso. Eu, na condição de Relator da CPMI das Privatizações, analisei parte desse processo. Conheço. A mim ninguém engana porque conheço, no fundo, o que se passou. Não estou aqui para revolver o passado. Estou pensando no futuro.

Devemos corrigir o cenário legal para que, sobretudo, os fundos tenham capacidade de fiscalizar com independência e que não se submetam sempre a um processo político em que as vantagens espúrias botam a vontade e a sociedade não.

A questão é muito complexa e difícil. Estamos aqui indagando essas relações, e V. Ex^{as} vêem que pouco se extrai porque a complexidade do tema não permite que se entre no âmago dele.

Desculpem minha intervenção, mas não posso permanecer calado eternamente.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Senador, V. Ex^a me permite um ponto de esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pois não.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – As colocações são importantes. A colocação feita pelo Senador Rodolpho Tourinho traz à baila uma pergunta que não tive oportunidade de responder quanto à famigerada Cláusula 302. Antes de mais nada, dou a mão à palmatória...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Por que famigerada?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Perdão, nobre Deputado. Porque ela já foi objeto de matérias de revistas e jornais. É nesse sentido. V. Ex^a me desculpe a colocação. Ela é conhecida. Desculpe-me a colocação. Ela é conhecida, desculpa, foi a forma de colocar. Desculpe-me a expressão. Senador, é importante colocar esse tema, porque esta cláusula... Primeiro, eu tenho que dar a mão à palmatória: quem fez a redação infeliz da cláusula fui eu. Então, se alguém errou na mão, fui eu. Mas qual foi o objetivo? Isso ficou esclarecido no aditivo. O objetivo foi garantir o ato jurídico perfeito, Senador Lando. Por que o ato jurídico perfeito é fundamental aqui? Conversamos com... E temos vários juristas, e o senhor já sabe, eu não

preciso nem responder para o senhor. É fundamental porque, se ocorrer uma mudança legislativa, como os senhores estavam debatendo, o que tem que ser debatido, que é o papel dessa Casa, o direito contratado fica prejudicado, e o objetivo da cláusula foi única e exclusivamente proteger o ato jurídico perfeito. Errei na mão, errei na redação, Senador Lando, mas fizemos um aditivo deixando isso claro. Jamais sugeriria, jamais aceitaria qualquer estipulação contratual que levasse a cabo uma ilegalidade. Jamais!

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Mas admitiu que errou na redação.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Admiti. Admiti. E quanto ao tema do PUT, é muito importante colocar essa questão também: o tema do PUT, que também não é uma palavra feliz, eu gostaria de destacar um aspecto para a Comissão, que traz tantas conclusões importantes para a melhoria da vida da sociedade. Este não é o primeiro acordo envolvendo fundos de pensão, que, como o Senador Tourinho colocou, PUT, (*inaudível*), opção de compra, opção de venda, são rotineiros na vida das negociações e de investimentos de fundos de participações. Rotineiros. Na Vale do Rio Doce, Senador Lando, existia um contrato de opção de venda. Nos negócios feitos agora com a Arcelor – estou dando dados públicos, divulgados ao mercado –, existia uma opção de venda de ações, um PUT. Em outras várias negociações relacionadas a bloco de controle, esse tipo de ajuste, de negócio foi celebrado. E veja o senhor... Vamos pegar o exemplo da Vale do Rio Doce, se outros exemplos não são tão felizes... Acho que estamos aqui todos sujeitos às críticas, construtivas, e é nossa obrigação vir aqui prestar esclarecimento. Vamos pegar o exemplo da Vale do Rio Doce. É uma empresa espetacular. Eu não tenho dúvida em afirmar para o senhor que o que os fundos de pensão ganharam em estar sentados no bloco de controle da Vale do Rio Doce é espetacular. Então, existem exemplos bons e exemplos não tão positivos. E é esse debate que é importante para a gente melhorar as questões.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Dito tudo isso aqui, é inconcebível que os fundos investissem tanto nesse processo de privatização e ficassem fora da gestão. Isso é inconcebível. Foi um modelo inconcebível, é inaceitável, quero dizer. É exatamente este o ponto. Infelizmente, não se consertam as coisas de um dia para outro. Tentei na Previdência, mas quem saiu foi o Ministro, e os fatos continuaram como estavam. Infelizmente. Vamos passar...

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Entre o acordo e a retificação, quanto tempo?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – O acordo e o aditivo?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O aditivo foi feito quanto tempo depois da assinatura do acordo? Porque o acordo foi dia 3 de março de...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Estamos chegando ao final de...
Deputado Valverde.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – O aditivo foi, acho, 60 dias após... Deputada, eu vou prestar os esclarecimentos depois. Eu não tenho de cabeça.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Depois, posteriormente, V. Exª se apressa em declarar.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Ele foi apresentado à CVM, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu chamo o Deputado Mauro Lopes. (Pausa.) Ausente.

Deputado Luiz Couto. Presente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, a bem da verdade, dos três, apenas dois têm vinculação. O terceiro que veio aqui, do fundo de pensão, não tem qualquer vinculação partidária. É bom dizer, porque a mentira tem pernas curtas. É importante, daqui dos fundos de pensão, são os três... não, dois têm vinculação; o terceiro afirmou aqui que não tem qualquer vinculação.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Qual deles?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O Sérgio, ele não tem qualquer vinculação.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – (*Fora do microfone.*) Nossa! O Sérgio é petista! É o mais petista dos três!

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Num primeiro momento, é o seguinte. Em primeiro lugar, é o seguinte: é importante perceber que tem muita gente que não quer revolver o passado, quer esconder, como se essas coisas acontecessem e fossem resultado do que está acontecendo aqui. Então, é um processo aí que vamos ter que investigar e muita coisa vai chegar à tona.

Eu pergunto ao Sr. Gustavo Marin: o Sr. Daniel Dantas, quando esteve numa oitiva, disse que a Secretaria de Previdência Complementar fez pressões sobre a Fundação 14, que é um fundo de pensão da própria Brasil Telecom, para que essa vendesse suas cotas, no fundo nacional, para uma empresa do Citibank. O senhor tem conhecimento dessa afirmação e se isso ocorreu?

O SR. GUSTAVO MARIN – O Sr. Deputado poderia repetir exatamente o que...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O Sr. Daniel Dantas informou que a Secretaria de Previdência Complementar pressionou a Fundação 14, que é uma fundação de fundo de pensão da Telecom para que esta vendesse suas quotas do fundo nacional, do Sr. Daniel Dantas, para uma empresa Citibank.

Em primeiro lugar, eu gostaria de saber se o senhor tem conhecimento disso e se isso ocorreu de fato.

O SR. GUSTAVO MARIN – Não tenho conhecimento sobre essa situação.

Sérgio, você acompanhou isso de perto?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Deputado Luiz Couto, participei diretamente da negociação das cotas da Fundação 14. Não houve nenhum contato, nenhuma pressão, nenhum ato nesse sentido. É importante destacar que também aqui foi benéfico para a Fundação 14: é superação, ou seja, possibilitou a entrada imediata nos cofres dessa fundação de mais de R\$210 milhões; ficou preservado o direito de a Fundação 14 participar do ganho da operação quando ela terminar, na venda da Brasil Telecom; resgatou-se o direito de venda conjunta também para a Fundação na Telemig e na Brasil Telecom, das quais também ela era uma investidora direta. Jamais aconteceu qualquer ato dessa natureza.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Durante muito tempo, o relacionamento do Sr. Daniel Dantas com o Citibank foi cordial, normal. Depois, houve desavenças, brigas, e o Sr. Daniel está sendo processado em Nova Iorque.

Eu queria saber se é verdade que o Citibank está solicitando o ressarcimento de US\$300 milhões do Sr. Daniel Dantas e se, na acusação, ele é acusado de estelionato, enriquecimento ilícito e fraude.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – A ação pede um ressarcimento de, no mínimo, US\$300 milhões. Não há nenhuma acusação com relação a estelionato. Há um *claim*, como eles falam, uma acusação relacionada à fraude na ação judicial.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O Sr. Dantas, por sua vez, tem acusado o Citibank, na corte de Nova Iorque e na imprensa brasileira, de ser o responsável pela contratação da Kroll para espionar o Governo Federal, e de ter encaminhado, através de correios eletrônicos, para executivos do Citibank, no caso o Sr. Paulo Caldeiras e a Srª Mary Lynn Putney, do Citibank...

O senhor pode explicar essa relação, ou seja, por que o Sr. Daniel Dantas encaminha, através de correios eletrônicos, dois deles com relação a esses executivos do Citibank?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Deputado Luiz Couto, não há essa afirmação na ação em

Nova Iorque. Eu não detenho essa informação. O que testemunhei, porque assisti pela televisão, foi uma afirmação do Sr. Daniel, nesta Comissão, esclarecendo que o Citibank não participou da contratação da Kroll, enfim, não teve participação no evento.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O Fundo CVC movimentou com contas de doleiros?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Não, de forma alguma. Não detenho essa informação de forma alguma.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não. O Sr. Daniel Dantas também informou que o fundo que ele administrava não tinha movimentado com contas de doleiros. Temos informação que ele movimentou cerca de US\$18 milhões em 29 contas de doleiros nos paraísos fiscais.

Então, o senhor afirma que o CVC não fez qualquer movimentação com doleiros?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Eu afirmo para o senhor que não há qualquer movimentação com doleiros.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Um outro aspecto: o senhor conheceu o Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira quando?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Nunca... Não conheço o Sr. Ricardo Sérgio. O nome... O meu contato com o nome é pelas informações que deu na imprensa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o Sr. Gustavo Marin?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Deputado, não conheço o Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ele trabalhou no Citibank?

O SR. GUSTAVO MARIN – Eu cheguei ao Brasil em março de 1998. Tenho entendido que ele trabalhou no fim da década de 80, mas não tenho... E acho até que nem foi no Citibank. Foi no Crefisul, que era uma empresa associada ao Citibank. Mas não conheci; pessoalmente, não o conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pelas informações que temos, ele teria sido responsável por essa parceria com o Citibank. O senhor não tem informação sobre isso, não?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Deputado, como eu falei no começo, eu não participava... na administração... Procurei-me informar em relação a este tema, mas não me aprofundei em fatos de oito anos atrás.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. É verdade que o Citibank foi obrigado a mandar embora o Sr. Daniel Dantas por justa causa, porque seria impossível ao banco se adequar à lei com a sociedade que ele tinha?

O SR. GUSTAVO MARIN – Poderia repetir, por favor, Sr. Deputado?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ...que o Sr. Daniel Dantas foi mandado embora por justa causa, porque o Citibank teria decidido que seria impossível se adequar à lei, tendo uma relação com o Sr. Daniel Dantas.

O SR. GUSTAVO MARIN – Como informei na outra pergunta, Sr. Deputado, era nosso direito, como sócio investidor, demitir nosso gestor. Nós tentamos resolver nossas diferenças com o gestor de forma negociada, porque éramos conscientes de que uma solução não negociada ia ser litigiosa, mas depois, quando ficou evidente que ele, como gestor, não tinha respeitado os melhores interesses nossos, não ficou outra opção a não ser demiti-lo, Sr. Deputado,

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Posso esclarecer, nobre Deputado?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois não.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Na ação em Nova York, há a causa de término de contrato de trabalho do Opportunity com o Sr. Daniel Dantas ou da remoção, que é justa causa. Isto está posto e colocado numa ação em Nova York.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Justa causa, no caso, é má-fé? E haveria outras razões?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Quebra de dever fiduciário..

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Fraude.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Fraude.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – E algumas outras alegações que são objeto ainda – é importante dizer – de conhecimento.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Alguma vez o Sr. Daniel Dantas disse para algum executivo do Citibank ter dado dinheiro – e a informação é que ele teria dado 10 milhões – para não ser preso no caso Kroll? Vocês ouviram, alguma vez, o Sr. Daniel Dantas falar isso para algum executivo? Ele disse alguma vez para o senhor que teria pago US\$10 milhões para não ser preso no caso da Kroll?

O SR. GUSTAVO MARIN – Eu não tenho conversado com o Sr. Daniel Dantas em quase três anos, ou seja...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então ele não falou isso para o senhor?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – A informação que eu detenho sobre isso foi o que eu li na imprensa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Na imprensa. Certo. O senhor foi também advogado do Sr. Daniel Dantas, não foi, Sr. Sérgio?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – A firma da qual sou sócio, o escritório Mattos Filho, prestou serviços de advocacia para o Banco Opportunity. Isso é verdade.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – No caso da Telemig Celular, que tinha um contrato com o Sr. Marcos Valério, também o senhor fez a revisão desse contrato da Telemig com o Marcos Valério?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Deputado Luiz Couto, nós infelizmente, por questões judiciais, apesar de termos o controle majoritário, sem qualquer questionamento, ainda não conseguimos tomar o controle da Telemig. Então, a nossa capacidade de chegar à Telemig ainda vai demorar algum tempinho. Estamos dependentes de recursos judiciais. Então, não fizemos essa análise ainda.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Para concluir, Sr. Presidente. O senhor tem alguma informação sobre encontros coordenados pelo Sr. Daniel Dantas de executivos do Citibank com políticos brasileiros?

O SR. GUSTAVO MARIN – Não tenho nenhum conhecimento dessa matéria. Como eu falei, como de praxe, quando vêm executivos da alta gerência do Citigroup ao Brasil, e eles querem fazer visitas de cortesia aos Ministros de Estado, fundamentalmente aos da área econômica, essa coordenação, esse pedido de entrevista é feito via meu escritório. Não tenho conhecimento de nenhuma reunião que tenha sido organizada. Pelo menos não chegou ao meu conhecimento reuniões organizadas diretamente pelo Sr. Daniel Dantas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O Sr. Daniel Dantas teria sido parceiro e agendado reuniões de executiva do Citibank com políticos brasileiros. Não tem nenhuma agenda do Sr. Daniel Dantas agendando encontros, em nome do Citibank, de executivos, com políticos brasileiros?

O SR. GUSTAVO MARIN – Não tenho conhecimento dessas reuniões a que o senhor faz referência.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra o Deputado Gastão Vieira. (Pausa). Ausente.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá, por dez minutos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu gostaria de saber quem é o advogado do Sr. Gustavo Marin.

O SR. GUSTAVO MARIN – Meus advogados são o Dr. Eduardo Ferrão, o Dr. Daniel Miranda e o Dr. Marcos Joaquim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E quem é o advogado do Sr. Sérgio Spinelli?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – O Dr. Eduardo Ferrão.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor é do escritório de advocacia que trabalha para o Citibank?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Sem dúvida.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor está aqui na condição de advogado ou na questão de gestor de CVC?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Deputado, eu estou aqui na condição de representante do CVC, que é uma entidade estrangeira e que precisa de um representante legal para poder operar no Brasil.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor se afastou do escritório Mattos Filho?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Não, sou sócio do escritório Mattos Filho.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor continua na dupla condição?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Perdão?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor está na dupla condição?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Eu estou na condição de representante legal e tenho conhecimento, peço perdão, só para esclarecer um pouco mais, de fatos em função da função que assumi, de trabalho, a partir de 2003.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que havia interesse inicial do fundo de impedir a vinda do Sr. Gustavo Marin a esta CPI?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Essa pergunta...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qualquer um dos dois.

O SR. GUSTAVO MARIN – De impedir a minha vinda? Eu estou à disposição desta Comissão, estive à disposição da Comissão. Eu solicitei que a data que foi inicialmente marcada fosse remarcada porque eu tinha compromissos já assumidos no exterior, começando com a reunião, em Washington, do Fundo Monetário Internacional e, depois, de simples (*incompreensível*) na América Latina.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual é a sua naturalidade?

O SR. GUSTAVO MARIN – Eu sou uruguaio.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor tem algum processo no Uruguai?

O SR. GUSTAVO MARIN – Não tenho nenhum processo no Uruguai.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não está respondendo a nenhum processo no Uru-guai?

O SR. GUSTAVO MARIN – A nenhum processo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– É coincidência o fato de o Citibank ter tido, nos seus quadros, Cássio Caleb, Ricardo Sérgio? Isso é coincidência ou é a linha de ação do Citibank?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Deputado, o Citigroup, o Citibank tem noventa anos no Brasil, tem sido tradicionalmente uma escola de bancos. Grandes... muitos nomes hoje atuantes em posições de liderança na indústria financeira e na atividade comercial trabalharam no Citi. Simplesmente, a ver o exemplo, o atual presidente do ABN-Amro trabalhou muitos anos no Citi, o atual presidente do Itaú trabalhou no Citi, ou seja, teve uma experiência de trabalho no Citi, o Unibanco tem muitas pessoas que trabalharam no Citi. O Citi se orgulha de ser sempre uma escola de bancos. Então, não é estranho encontrar muitos executivos em muitas posições na indústria...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O Daniel Dantas, durante muito tempo, foi um parceiro do Citi. A partir de um determinado momento, virou inimigo do Citi. Já foi dito aqui que houve uma troca de informações com o Palocci, com o José Dirceu, na posição de mudança. E Gushiken foi comunicado?

O SR. GUSTAVO MARIN – Eu não conheço o Ministro Gushiken e nunca conversei com ele.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Alguém do Citi ou da CVC, alguém comunicou o Gushiken dessa mudança de posição?

O SR. GUSTAVO MARIN – Não tenho conhecimento de que ninguém no Citigroup ou no CVC tenha tido alguma reunião, alguma conversa com o Ministro Gushiken.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O Citibank pagou alguma coisa ao Sr. Luiz Roberto de Marco Almeida?

O SR. GUSTAVO MARIN – Não tenho conhecimento em relação a essa matéria. Não tenho conhecimento.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por intermédio de alguma outra pessoa, o Citibank fez algum agrado, algum repasse de recursos ao Partido dos Trabalhadores?

O SR. GUSTAVO MARIN – O Citigroup, no Brasil, tem como política não fazer nenhum tipo de contribuição para nenhum partido político.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O Sérgio Spinelli respondeu agora há pouco que,

infelizmente, ainda não assumiu a Telemig? Por que infelizmente?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Por que nós somos detentores, nós e os fundos de pensão, somos detentores, no topo da cadeia, de 99,9% do capital da *holding*, que se chama Futuaretel; portanto, detemos quase 100% das ações ordinárias. Nós detemos, conjuntamente, na cadeia de controle praticamente, números dessa magnitude, e por uma questão regulatória, na minha visão, Deputado Arnaldo, inapropriadamente colocada perante o Judiciário, de forma incompleta, esse assunto ainda está parado no Judiciário.

Foi mais uma barreira colocada para que nós não possamos avançar e chegar ao controle da Telemig. Eu lamento essa situação, mas respeitamos o Judiciário, vamos aguardar as decisões judiciais, e lá chegaremos e lá poderemos chegar, melhorar a gestão, verificar o estado das coisas e alienar a empresa, em conjunto com os fundos de pensão.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Em mais de uma oportunidade aqui nesta audiência ficou demonstrado que houve interferências superiores para que o Citi mudasse de lado, largasse o Daniel Dantas e tomasse outra posição.

Por que surgiu essa posição, com quem do Governo vocês conversaram?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Na sua ausência, Deputado Arnaldo, nós deixamos... Eu negocieei diretamente os acordos com os fundos de pensão, a negociação foi toda realizada com profissionais da empresa...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Pela oportunidade. Eu participo de mais de uma CPI, por isso eu não estava aqui.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Desculpe, com todo o respeito, Deputado, por favor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu só estou justificando a minha ausência.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Não, desculpe. Com todo o respeito, por favor, desculpe.

Eu já comentei aqui nesta sessão que nós fizemos toda a negociação com os representantes da firma de gestão de recursos chamada Angra Partners, que foi contratada para os fundos de pensão a partir do momento em que o Opportunity deixou de prestar serviços para os fundos de pensão.

Peço desculpas mais uma vez.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não, não. À vontade.

Eu gostaria de ouvir do Gustavo Marin ratificação da afirmação de que não existiu nenhuma opinião de Governo para que o Citi deixasse de continuar atuando.

do como estava, com o Daniel Dantas, e passasse a atuar em conjunto com os fundos, e por que o Citi tomou essa posição.

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Deputado, eu posso falar das reuniões das quais participei, acompanhando os representantes do CVC que visitaram o País, ou das reuniões comigo em que aconteceu alguma referência a esse tema, e eu posso afirmar que em todas essas reuniões o Governo sempre deixou claro que era um tema de competência exclusiva dos fundos, que era um tema que ele via como assunto privado...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem do Governo?

O SR. GUSTAVO MARIN – Falamos de uma reunião que eu tive com o Ministro Palocci, na qual ele me reafirmou...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Com quem mais?

O SR. GUSTAVO MARIN – Eu tive uma reunião em 2003 com o Ministro Dirceu, com os representantes do CVC. E nessas reuniões foi sempre dito que era um assunto privado, que tinha que ser resolvido no fórum adequado, e que o Governo não ia tomar nenhuma posição a respeito, e que, na realidade,...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Se nada do que o Governo falou lhe valeu, por que o senhor falou com o Governo?

O SR. GUSTAVO MARIN – Falamos, ou seja, estamos falando de reuniões que tivemos... Que eu me lembre, tivemos uma reunião em 2003, com Palocci, tivemos uma reunião com o Ministro Dirceu, em 2003, tivemos uma reunião em dezembro de 2004. Acho que não são... Num prazo de dois anos e meio é um número de reuniões suficiente, mas o tema sempre foi a posição do Governo, que foi sempre a mesma.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Srª Presidente, eu queria solicitar que a Comissão extraísse parte das declarações nesta CPMI e que fosse enviada ao Congresso americano, para tomar providências.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Está bom, Deputado, assim será feito.

Deputado Paulo Baltazar.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Srª Presidente, Srs. Deputados, Srs. depoentes, eu queria perguntar ao Sr. Spinelli a respeito do acordo. O Citi fez o acordo com os fundos de pensão. Os dois. Um o senhor falou que tinha por volta de 90%. Se o Citi tivesse feito o acordo com o Opportunity, o que aconteceria com os fundos de pensão? Que vantagens ou desvantagens teriam os fundos de pensão se o acordo fosse feito com o Opportunity? Se não houvesse a

briga e fosse feito com o Opportunity, qual a vantagem ou a desvantagem para os fundos, para inverter a lógica das perguntas?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – A vantagem para os fundos, Deputado, é no seguinte sentido: os fundos tinham um histórico de mais de mais de 24 meses de disputas judiciais com o seu antigo gestor. Os fundos postulavam direitos econômicos fundamentais, como o direito de vender as empresas e participar do ganho nos mesmos valores econômicos que o Citi... e que o Opportunity. Os fundos, no cálculo que fizemos e apresentamos aqui na tela, só pelo *tag along*, só por permitir aos fundos participar no mesmo valor, na mesma forma que o Citi na venda das empresas, imediatamente é uma estimativa muito baixa, tomando por base a oferta feita pelo Daniel Dantas e que não foi aceita pelo Citi. Não foi aceita porque era muito baixa e, pelas razões que o Gustavo já colocou, não tínhamos mais confiança no relacionamento. Nesse, imediatamente, são R\$680 milhões.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Os fundos perderiam?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Numa hipótese, que seria a hipótese que imagino a mais provável, que seria a de pagar aos fundos, no futuro, valor em bolsa das posições minoritárias, tomando mesmo essa avaliação bastante baixa, o prejuízo iria ali para monta de R\$2,3 bilhões. Se imaginarmos que foram investidos quatro, isso só de prejuízo pelo valor, pela diferença de valor entre o que eles agora detêm, com a participação e controle conjunto com o Citi, e o que seria o valor de mercado: R\$2,280 bilhões, tomando por base aquela proposta não aceita.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – O senhor está dizendo que se o Citi tivesse feito o acordo com o Opportunity, os fundos perderiam isso?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Certamente, a não ser que o Opportunity decidisse pagar esse valor **sponte propria**, ou por vontade própria.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Não era obrigado.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Não teria obrigação contratual. Isso ia ser objeto de contínuo litígio.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Esta CPI tem preocupações e está investigando a questão de compra de votos – em dois momentos específicos, mas compra de votos – e quer saber a fonte. E suspeita-se que uma das fontes seja os fundos de pensão, que, de alguma forma, pudessem ter sido manipulados através de empresas de propaganda e *marketing*, através de pagamentos advocatícios, por exemplo, superestimados.

O senhor tem idéia de quanto o Opportunity pagava de advogados, despesas advocatícias, quando ele estava no controle da Brasil Telecom? O senhor tem idéia disso aí, por exemplo, de algum valor?

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Deputado Baltazar, eu não tenho esse dado, mas quero adicionar uma informação sobre o tema. Eu não tenho esse dado, não gostaria de dar uma informação imprecisa a esta Comissão. O que posso colocar para o senhor é que, na ação judicial que temos em Nova Iorque contra o Opportunity, uma das acusações dos clientes – que precisa ser provado, quero deixar isso claro – é de que foram utilizados recursos do Fundo CVC, de forma inapropriada, para pagamentos de despesas de honorários de advogados do fundo Opportunity Found, do Banco Opportunity.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – De que montante, o senhor tem idéia?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Eu vou precisar pesquisar esse valor. São valores significativos. Estamos falando de milhões de dólares. Eu não tenho condições de neste momento, peço a falha, de dar este dado, mas encaminharei à Comissão.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Só uma pergunta: é possível, através desse tipo de pagamento, sair dinheiro para pagar compra de votos, pagar deputados lá ou cá, no momento anterior e no momento atual?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Deputado Baltazar, eu não acredito. Eu acredito que esses recursos tenham sido utilizados para despesas legais. São grandes, são importantes, mas não acredito que a finalidade, não tenho por que imaginar que a finalidade seja essa... tenha sido essa – perdão.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – O Citi usou serviço da DNA e da SMPB?

O SR. GUSTAVO MARIN – Nunca.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Nunca usou?

O SR. GUSTAVO MARIN – O Citi não utiliza essas agências e nunca utilizou essas agências como agência de publicidade, Sr. Deputado.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – A Brasil Telecom usou, tem contratos com a SMP&B e a DNA?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – A Brasil Telecom, há uma informação no jornal hoje, celebrou contratos com essas duas agências de publicidade. Nós tomamos a gestão da empresa no último dia 30 de setembro, portanto a gestão compartilhada tem 18 dias, a diretoria foi nomeada no próprio dia 30 de setembro. Eu determinei, como Presidente do Conselho de Administração da companhia, que fosse feita

uma apresentação para o Conselho de Administração da companhia, que fosse feita uma apresentação para o Conselho por parte da Diretoria na próxima reunião para que seja informado o estado das coisas na Brasil Telecom. Se houver irregularidades relacionadas a esse tema, ele certamente será reportado ao Conselho de Administração.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – O senhor podia encaminhar para a CPMI, depois de feitos, evidentemente, os últimos cinco anos, se a SMP&B, a DNA tinham contratos, de que valores são esses contratos, para a CPMI?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Deputado, a Brasil Telecom certamente proverá esta Comissão de todas as informações que forem solicitadas, certamente.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Uma última pergunta. Quais são as acusações que o Citi fez ao Opportunity na Justiça de Nova Iorque? Quais são as acusações que entraram na Justiça contra o Opportunity? O juiz disse que o Opportunity lembra o velho oeste. Quais são as acusações formuladas formalmente?

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Formalmente, na ação que está posta em Nova Iorque, foram colocadas diversas alegações de violação de contrato, de dois contratos, o contrato que é o regulamento do fundo e esse contrato, que é o acordo operacional, que a Senadora Ana Júlia mencionou quando de sua fala a esta Comissão; foram feitas colocações, diversos exemplos de quebra de dever fiduciário; há uma acusação de fraude também; acusação de prestação de declarações enganosas; de má conduta profissional; há pedidos de declaração de nulidade de ineficácia de contratos que foram celebrados pelo Opportunity na capacidade de gestor do Opportunity Found e do Fundo CVC e que transferiram valores significativos, em termos contratuais, do Fundo CVC para o Opportunity Found; e, por fim, há também ainda a acusação de enriquecimento sem causa; há uma acusação de apropriação indébita e também há um pedido de que seja pago a indenização de no mínimo US\$300 milhões que está posto nas cortes de Nova Iorque. Esse processo é público, pode ser acessado pela Internet.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Só para concluir, Srª Presidenta, o senhor também concorda que o Sr. Daniel Dantas é um gângster, bandido?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Eu não gostaria de fazer nenhum julgamento de valor. Todas as acusações estão postas na Justiça em Nova Iorque, serão objeto de um processo de conhecimento e eu não gostaria de fazer um juízo de valor, não acho

apropriado fazer um juízo de valor sobre uma pessoa. Peço vênha aqui, peço a V. Exª que ...

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Deixa para o juiz em Nova Iorque.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Vamos deixar para a disputa judicial em curso.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Muito obrigado, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Com a palavra o Deputado José Carlos Araújo.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Deputada Zulaiê Costa, que preside...

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Costa não, Cobra.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Cobra, desculpe, V. Exª não entendeu, e eu também não. Mas tudo bem. Sr. Relator, meu querido Deputado Vice-Presidente, Srs. depoentes, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, primeiro, quero fazer dois registros, Srª Presidente.

Primeiro, entendo que o Citibank, no Brasil há 90 anos, contribuiu muito para o desenvolvimento do País nesses 90 anos, disso não tenho a menor dúvida. Também tenho consciência de que o fez visando lucro; como estamos em um país capitalista, visa-se ao lucro. Isso é natural, é normal. Mas, quando se fala em Citibank, vimos a sua trajetória pelo mundo. E me foi passada por algumas pessoas, tenho em mão, a trajetória do Citibank nos Estados Unidos, na Alemanha, no Japão, na Itália. Não foi uma trajetória de um banco que todos pensavam ser o Citibank. Veja aqui, por exemplo, que, em 6 de outubro de 2005, as autoridades financeiras italianas decidiram suspender por um mês as atividades do Citibank no mercado temático, com infração de conduta desonesta, antiética durante negociações com títulos do governo alemão. O banco central americano também proibiu o Citibank de quaisquer operações. E aí vem: na Alemanha, na Itália, no mundo inteiro. O Citibank foi palco de escândalos em todo o mundo!

Eu queria fazer algumas perguntas. Falamos na questão, o nobre Vice-Presidente, Paulo Baltazar, falou sobre as questões que envolvem o Citibank e o Sr. Daniel Dantas. Quantas ações transitadas em julgado existem contra o Opportunity, que o Citibank moveu, ou quantas ações transitadas em julgado já existem contra o Opportunity?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Deputado, eu gostaria de comentar sobre sua primeira pontuação. Reconhecemos que temos cometido erros...

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Não, do que eu falei sobre o mundo todo mundo sabe, não precisa o senhor comentar, porque o Brasil inteiro,

todos nós conhecemos isso. Eu queria que o senhor respondesse a pergunta que eu lhe fiz: quantas ações transitadas em julgado têm contra o Opportunity?

O SR. GUSTAVO MARIN – Não tenho essas informações. Vou ter que conseguir com meus assessores.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Os advogados estão aí. Podem responder.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Nobre Parlamentar José Carlos Araújo, o Citibank possui, salvo uma falha de memória que, dado o cansaço, pode acontecer, uma única ação judicial contra o Opportunity e o Sr. Daniel Valente Dantas. Temos três decisões judiciais nesse processo, com medidas liminares dadas.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Nenhuma transitado em julgado.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Esse processo deve demorar cerca de três anos, e por isso fiz questão de frisar que há um processo de conhecimento no caso.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – A falta de memória, realmente, é um forte no Citibank, porque sobre o livro que o Senador Heráclito Fortes colocou neste instante, o Sr. Gustavo Marin não conhecia o livro e logo depois passou a conhecer, a se lembrar que tinha o livro guardado e não o leu. Recomendando que o leia. E agora recomendo que V. Sª leia o livro. Vai achar interessante, porque também tem um sobre... eu não tenho aqui, mas tem um outro sobre as peripécias do Citibank na Argentina, que eu já vi.

Por que o Citigroup está sendo processado pela Parmalat, que o acusa de fraude, ou digamos, sobre uma maracutaia de US\$10 bilhões, a qual acabou colaborando decisivamente para a falência da empresa?

A Parmalat alegou na Justiça que executivo do Citi desempenha um papel crucial no colapso da Parmalat. Eu gostaria de lembrar a V. Sª que a Parmalat, com a quebra, trouxe nefastas situações aqui no Brasil. Botou à bancarrota várias empresas que trabalhavam para a Parmalat. Isso foi muito ruim para o Brasil. Por isso esse tema que pergunto a V. Sª.

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Deputado Araújo, tenho informação fragmentária sobre esse tema. O conhecimento que tenho é de uma quebra fraudulenta da Itália, que cobre múltiplas geografias. A Parmalat era uma multinacional de atuação em muitos países e que anos atrás deu quebra. Sei que esse processo envolve muitos processos, muitas ações judiciais de um lado e de outro. Realmente não está na minha área de competência acompanhar esse processo, mas fico... se esta Mesa entender, posso solicitar informação para informar.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Eu gostaria. Sr. Gustavo Marin, o senhor falou em processo e eu tenho boa memória. O senhor responde a algum processo judicial no Uruguai, ou no Paraguai?

O SR. GUSTAVO MARIN – Não, não. Nenhum processo que eu conheça...

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – O senhor está sob juramento.

O SR. GUSTAVO MARIN – Do meu conhecimento, não estou em nenhum processo judicial.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Não está.

Por que o Governo do Japão, em 29 de setembro do ano passado, mandou o Citibank fechar seus escritórios? O que houve de tão grave? Houve algum crime de corrupção? Foi lavagem de dinheiro? Houve fraude? Violação grave das leis do Japão? Ou foi uma mera perseguição das autoridades japonesas?

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Deputado Araújo, como eu reconheci, teve erros na nossa operação japonesa, que nosso Presidente reconheceu. A consequência desses erros, o órgão regulador entendeu que, realmente, era realmente cabível o fechamento de uma parte de nossas atividades no Japão. Nós temos uma operação muito grande no Japão...

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Em setembro de 2004, a maior autoridade financeira do Japão, FSA, mandou cancelar as licenças do Citibank, depois que descobriu uma série de irregularidades e crimes. A resolução sobre o caso do Citi diz o seguinte, em um dos seus trechos: “O banco não impediu que fosse feita lavagem de dinheiro e ofereceu empréstimos a clientes envolvidos com atividades ilegais.” Quem pode garantir que o Citibank não pode cometer os mesmos crimes no Brasil?

Vou fazer algumas perguntas, porque, senão, vou perder meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – V. Exª tem dois minutos.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Há depósitos de brasileiros no Citibank Internacional? O Citibank capta depósitos para aplicações internacionais no Brasil? O senhor pode garantir que não existem depósitos? Vou encaminhar requerimento, solicitando a quebra de sigilo do Citibank, com objetivo de identificar depósitos de brasileiros no exterior.

Tenho uma pergunta aqui que é muito importante. Quanto o Citibank lucrou em 2003 e em 2004? Qual a previsão para este ano?

A dívida externa do Brasil dá US\$220 bilhões. A parcela do Citibank nessa dívida é em torno de US\$9,7 bilhões. O Citi já recebeu R\$73 milhões nesses três anos, de juros.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Na sua exposição, o senhor disse que a parte contábil do banco no Brasil não dá lucro, mas essas mesmas operações feitas, levadas para a contabilidade do Citi nos Estados Unidos, dão um lucro razoável. O que quer dizer com isso? Ou a legislação brasileira favorece as operações aqui, já que na contabilidade não dão lucro, não pagam os impostos ao Brasil. Porque, se dá prejuízo, não pagam imposto de renda. Pelo menos, é o que sabemos, quem conhece um pouco de contabilidade sabe que só se paga imposto de renda sobre o lucro. Então, se na contabilidade do Citibank para o Brasil dá prejuízo, não paga imposto. Mas essa mesma contabilidade, levando para os padrões dos Estados Unidos, dá um lucro satisfatório, tanto é que o Brasil já pagou R\$73 bilhões de juros.

O Senador Eduardo Suplicy não está aqui, mas S. Exª tinha em mãos, até recentemente, uma cópia da proposta que o Opportunity teria feito ao Citibank, no valor superior ao do PUT. Isso é verdade? Se é verdade, por que recusaram uma proposta de venda para receber à vista e aceitaram outra que levaria dois anos para ser paga?

Aproveito também para apresentar o requerimento, solicitando que o Citibank encaminhe – coisa que parece que já foi feita, só que eu estranhei. O senhor entregou o contrato do PUT aqui e tinha mais ou menos cem páginas. A notícia que vimos nos jornais, na **Folha de S.Paulo**, nas revistas, é que a de esse contrato tinha mais de mil páginas. O que foi entregue aqui não chega a cem. Então, queremos saber se todos os anexos, todas as coisas estão ali, ou somente um extrato do contrato. É isso que queremos saber. Queremos o contrato **in totum**, todo, as mil páginas, se é que ele tem mil páginas, como a mídia noticiou.

Infelizmente, Sr. Presidente, eu não tenho mais tempo. Se houver uma nova inscrição, eu quero me colocar nessa lista.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Posso responder sobre a questão dos contratos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – OK. O senhor tem mais um minuto.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Os contratos celebrados entre o Citi e os fundos de pensão são todos, sem nenhuma exceção, públicos, foram entregues na Comissão de Valores Mobiliários...

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Não! Públicos não são, porque não foram entregues. Todo mundo sabe, reclamamos tudo isso nas comissões da Câmara dos Deputados, reclamamos que não foram entregues. A própria Anatel, no caso da Celular,

fez o pedido e o Citibank não entregou. Então, não foi público.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Nobre Deputado José Carlos Araújo, eles podem ser acessados pela Internet. Mas, certamente, encaminharemos a esta Comissão uma correspondência com todos os contratos, para que não fiquem mais dúvidas sobre o tema, com seus respectivos anexos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Pode responder, Sr. depoente.

O SR. GUSTAVO MARIN – O Sr. Deputado José Carlos Araújo fez várias perguntas e vou começar pelo tema dos resultados do Citigroup no Brasil. Como tentei explicar ao Senador Eduardo Suplicy, as diferenças que surgem, surgem pelas diferenças que existem nos princípios contábeis americanos e os princípios contábeis brasileiros. São situações que o Banco Central, que é nosso regulador, entende e acompanha muito de perto. Nós temos muitos diálogos fluídos.

Também expliquei que isso acontece do lado contrário. Ou seja, quando teve o processo de desvalorização do real, o Citi teve enormes lucros na contabilidade local, porque tínhamos todo o nosso capital protegido em dólares, dolarizado. Então, passamos a ter enormes lucros, sobre os quais logicamente foram pagos todos os impostos locais. Mas, na realidade, não eram lucros verdadeiros, porque na contabilidade americana isso se volta contra o que é pela perda, a perda pela desvalorização.

No caso contrário, na outra situação, quando o tipo de câmbio no Brasil se aprecia e vai de R\$3,30 a R\$2,30 isso registra perda, porque temos efetivamente uma posição comprada, temos uma posição dolarizada. Então, essa perda efetivamente existe. Na contabilidade americana temos um capital investido que estava em reais, na contabilidade americana esse capital estava em reais, valem mais dólares. Então, os encargos, a perda que mandamos para a casa matriz se compensa com esse lucro de *translation*, o nome em inglês, que compensa os dois. Ou seja, eu, como gerente dessa franquia, não recebi nenhum prêmio pela desvalorização, pelos lucros que o Citigroup demonstrou quando aconteceu no Brasil e tampouco isso se nota quando se analisa quando se analisa a performance da sucursal, da filial, no caso de revalorização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde, por 10 minutos.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Sr. Presidente, apenas quero registrar que as minhas perguntas não foram todas respondidas, só algumas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – O senhor está reinscrito, Sr. Deputado.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, parece que a burguesia brasileira esquece os seus aliados passados, porque até pouco tempo atrás o Citibank era uma entidade muito bem-vinda no Brasil. Ajudou a reestruturar a dívida brasileira em 99, quando houve a quebra em função da crise econômica e foi um dos bancos que ajudaram na privatização, no modelo de economia liberal do Governo passado – esse banco junto com os fundos.

E nós estamos, nesse uso dos fundos, dois personagens importantes que têm de ser muito bem conhecidos. Um já esteve aqui sentado, o Sr. Daniel Dantas e o outro é o Sr. Ricardo Sérgio. Um operava para a Telemar e o outro, para a Brasil Telecom. O Ricardo Sérgio tinha uma interferência. Ele era o diretor da área internacional do Banco do Brasil e tinha uma forte relação com o Sr. João Bosco Madeira, que era filiado ao PSDB e também diretor-financeiro da Previ, que era o principal fundo de pensão do Brasil.

No escândalo do grampo – o Daniel Dantas mandou grampear o BNDES e algumas autoridades do Governo –, nesse grampo se descobriu, se descobriu de que forma estavam operando o Sr. Ricardo Sérgio e o Daniel Dantas, em confronto por espaço político e influência dentro do Governo.

No uso do fundo de pensão brasileiro – isso é importante. Infelizmente, o pessoal do PSDB e do PFL não está aqui, porque o Ricardo Sérgio é ligadíssimo... foi tesoureiro da campanha do Fernando Henrique Cardoso e depois do Serra. O Daniel Dantas era uma pessoa intimamente ligada ao PFL. Ambos operavam em conflito, ora em acordo.

No caso das privatizações, nos parecia, pelos dados que se tinha na época ou pela reportagem, que ambos conflitavam em certo momento, mas houve, logo em seguida, um acordo. O acordo foi como utilizar de maneira passiva, e os fundos de pensão brasileiros foram utilizados como mula para garantir aporte de investimento estrangeiro para a privatização das empresas de telefonia no Brasil em cima desses acordos acionários nos quais os fundos de pensão sequer tinham a condição de gestor. Eram os maiores investidores, um dos maiores investidores, mas não tinham nenhum controle. Esse é que era o ato lesivo. Os pensionistas, os beneficiados dos fundos de pensão que me ouçam neste momento. Até 2003, os fundos de pensão não tinham qualquer controle sobre as empresas nas quais eram majoritários, mas não tinham controle acionário.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Essa é uma parte, Senador. Quero dizer que os associados dos fundos de pensão teriam imenso prejuízo se não fosse feito esse acordo. Não só porque não podiam gerir

as empresas, mas principalmente porque não podiam vender as ações pelo mesmo valor, ganhando 100% do prêmio. Se o Citibank, em vez de fazer um acordo com os fundos de pensão, tivesse feito com o tamborete do Opportunity, porque aquilo é um tamborete, simplesmente quem iria sair perdendo mais uma vez eram os associados dos fundos de pensão.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Exatamente, Senadora. Agradeço a intervenção de V. Ex^a.

Essa máscara tem que cair, no Brasil. Temos a bancada de Ricardo Sérgio; de Daniel Dantas. Inclusive, os discursos que foram feitos aqui rompem com as relações de classe porque pertencem ao mesmo setor. Endeusavam o Citibank há pouco tempo. Agora, o demonizam. Que conversão é essa de burgueses que não gosta de capital, que não gosta de banqueiros.

Outra coisa estranha. Obviamente, naquele momento o Citibank, talvez em função do aporte dos fundos de pensão e pela facilidade como foram utilizados esses fundos de pensão... naquele momento o Tribunal de Contas não se manifestou. A Bancada do PSDB, do PFL, também não se manifestou a um acordo lesivo. O Citibank fez um acordo com o Opportunity Found. Esse Opportunity Found, nas Ilhas Cayman, era para atrair investidores estrangeiros. Na verdade, era um aporte de capitais brasileiros que se refugiavam por contas CC-5. Eram depositados nesse bando de investimentos burlando a Resolução nº 4, da Comissão da Valores Imobiliários.

A pergunta que eu faria é por que o Citibank resolveu fazer um acordo com um fundo que era de investidores estrangeiros, mas sabidamente de brasileiros que se desviavam, por meio de contas CC-5? Não seria um risco para esse acordo acionário? A qualquer momento, o Ministério Público Federal não poderia questionar esse acordo de acionistas, de gestão das empresas privatizadas, do CVC com o Opportunity Found? Esse acordo foi feito para ter o controle de gestão, deixando de fora o fundo nacional. Será que isso não poderia causar um transtorno, como causou posteriormente, por que quem montou esse fundo mais tarde mostrou que não tinha idoneidade moral nem ética para fazer acordos? Tanto que o Citibank o acionou por descumprimento de contrato, por malversação, por perda do dever fiduciário, uma série de irregularidades que foram motivo de ações que o banco movimentou lá em Nova Iorque. Isso foi em função de quê? Foi em função de pressão do Governo brasileiro de exigir que o CVC fizesse esse acordo acionário com o Opportunity Found e deixasse de fora do contrato de acionista os fundos de pensão, que só foi a público, meu caro Deputado, em 2003? Esse acordo foi secreto, ficou cinco anos secreto. Ninguém sabia que havia esse acordo entre o

CVC e o Opportunity Found. Só foi descortinado logo após as eleições do Lula. Aí passamos a ver como é que foram deixados de fora os principais acionistas, os fundos de pensão brasileiros.

É bom lembrar que na disputa entre a Telemar e a Brasil Telecom, entre Ricardo Sérgio, representante da Telemar e algumas empresas importantes, como a La Fonte, do Senador Tasso Jereissati, a Andrade Gutierrez, Inepar e Macal, arremataram a Telemar por R\$361 milhões, cada um. O lance vencedor foi de R\$349,3 milhões. Cada um desses grupos deu R\$12 milhões a mais de ágio ao Sr. Ricardo Sérgio. Sabe para onde foi esse dinheiro, cara Senadora? Foi financiar a campanha. Um grande mensalão, de R\$50 milhões, para financiar a reeleição do Governo Fernando Henrique Cardoso.

A pergunta que faço, mais como um desabafo: o senhor foi hipocritamente aqui questionado pela Bancada do PSDB e do PFL, como se não conhecesse a atuação do Citibank no Brasil. Como se não conhecesse, fosse uma surpresa, certo? Foram hipocritamente questionados. Como se não tivessem nada com isso aí, como se as privatizações não fossem com eles, como se não lesassem aí os interesses nacionais.

Só a título de lembrete, o Ricardo Sérgio foi um alto executivo do Citigroup. Não foi um contínuo, foi um alto executivo do Citigroup, pode ser que pertencente a uma empresa do grupo, mas foi um alto executivo que conhecia o mercado financeiro, tanto que atuou de maneira muito ágil nesse negócio.

Com relação ao Sr. Cantidiano. O Sr. Cantidiano pertencia a uma banca de advogados que montou o plano de privatização das telefônicas no Brasil, contratado pelo Governo brasileiro. Posteriormente, o Sr. Cantidiano foi ser advogado do Sr. Daniel Dantas e, depois, foi ser Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, na qual mandou arquivar o processo de investigação daquele fundo de investimento do Opportunity nas Ilhas Cayman, na qual o sócio do Sr. Daniel Dantas, Demarco, denunciou como um fundo de brasileiros. Então, veja a correlação de interesses privados e públicos. Ou seja, o Sr. Cantidiano, contratado pelo Governo brasileiro para articular o plano de privatização, depois, torna-se automaticamente advogado do Sr. Daniel Dantas e, posteriormente, recebe como brinde um cargo de Presidente de uma agência reguladora, a CVM, que não investiga os investimentos feitos pelo Opportunity Found no Brasil. Veja aí a implicação....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Sr. Deputado, V. Ex^a tem mais dois minutos.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Perfeito, Sr. Presidente. Eu ouvi, de maneira muito silenciosa,

todos os Deputados do PSDB e do PFL, que atacaram o PT como se tivessem a mão limpa, tivessem a mão limpinha, cristalina, quando, na verdade, estão até o pescoço envolvidos com o maior escândalo de corrupção no Brasil, que foi a privatização das empresas de telefonia brasileira. E agora se posam como vestais, atacando um parceiro, atacando um aliado, um aliado íntimo, um aliado de classe – não é aliado de oportunidade, um aliado de momento –, o banco, o Sistema Financeiro Internacional, que estourou a crise brasileira, em 99, em função daquela valorização descabida entre real e dólar, aquela paridade que fez com que lucrasse o Citibank com a desvalorização, porque tinha todos os seus ativos dolarizados.

Cadê essa moçada que não aparece aqui na televisão para responder a esses fatos? Mas vamos fazer uma acareação. Estou entrando com um requerimento para sentar: vamos fazer um chamamento do Citibank, do Ricardo Sérgio e do Daniel Dantas, para fazer esse cruzamento. Temos de saber o que foi feito com os ágios das privatizações, das empresas de telefonia do Brasil e o que foi feito, de 97 até 2003, com a utilização política – aí, sim –, utilização política da Brasil Telecom beneficiando aí alguns interesses muito bem determinados. O Sr. Daniel Dantas, de fato, fez uma gestão ruim na Brasil Telecom, poderia ter dilapidado aí o patrimônio dos fundos de pensão, colocando em risco a solvência desses fundos.

Vamos conversar, de maneira correta, quem na verdade, no Brasil, defende os interesses públicos e quem defende os interesses que, há décadas, há décadas, há décadas, teimam, teimam, teimam em se manter no poder e, quando são apeados do poder, teimam em retornar por meio de toda uma trama mentirosa e urdida, visando tão-somente a enganar a opinião pública para fazer uma disputa equivocada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Obrigado, Sr. Deputado.

Com a palavra o Deputado Odair Cunha, por dez minutos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, tenho de pegar a oportunidade da fala do nobre Deputado Eduardo Valverde e pedir ao Sr. Sérgio Spinelli e ao Dr. Gustavo Marin que nos digam como foi o relacionamento do Citi e do Opportunity exatamente nesse período de 97 a 2005. Porque essa é uma história – e sei que V. Ex^{as} já repetiram isso aqui por algumas vezes – que tem início exatamente por ocasião das privatizações, e há um dado momento em que há um desentendimento entre o Citi e o Opportunity. Há acusações de fraude, há acusações de diversas questões na gestão das empresas.

Eu queria que V. Ex^{as} marcassem para nós, no curso, no tempo, de 97 até agora, quais foram os momentos em que houve confluência, em que houve divergência nas ações dos fundos com o Citigroup. Até porque, se V. Ex^{as} quiserem fazer alguma referência à fala do Deputado Eduardo Valverde, têm oportunidade também.

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Deputado Odair Cunha, eu não tenho informação ao período que vai de 1997 até essa constituição. Eu cheguei ao Brasil em 1998. Quando eu cheguei, em 1998, o fundo já estava operando, já tinha feito os seus investimentos. O Citigroup era um investidor limitado, como eu falei, era um investidor passivo. Quem tinha plenos poderes de gestão e administração era o Opportunity e o Sr. Daniel Dantas. Essa é uma estrutura comum no mundo do que se chama inglês de *private equity*, no mundo de participações privadas, que se baseia na confiança. Há investidores, e o gestor do fundo que é o responsável por fazer todos os atos de gestão e proporciona informes a todos os investidores.

Em 2003, defrontados com uma quantidade muito grande de ações judiciais, de litígios e confrontos entre os sócios nas empresas investidas, o Citigroup decidiu aprofundar o seu conhecimento de toda essa situação. Aí que foi contratado o estúdio de advocacia de Mattos Filho, foi contratado o estúdio de advocacia de Cleary Gottlieb nos Estados Unidos, e foi refeito, começou todo esse processo longo, exaustivo, demorado, dos acordos, dos contratos, das ações judiciais, e se chegou à conclusão de que tinham sido feitas ações ou tinham sido assinados contratos prejudiciais aos nossos interesses, os únicos investidores no fundo estrangeiro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Essa decisão foi em que período?

O SR. GUSTAVO MARIN – **A decisão de começar a aprofundar o conhecimento foi na segunda metade de 2003. Aí que foi contratado o escritório Mattos Filho.**

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E que tipo de irregularidade foi encontrada nesse processo, na gestão? Porque o problema está na gestão das empresas. O que V. S^a identifica como problema na ação? E por que V. S^{as} recorreram também à Justiça de Nova York? Há uma questão de fraude. Eu queria saber dessa fraude. Era uma fraude lesiva ao Citi? Era lesiva também aos fundos de pensão, a Previ, a Petros e a Funcef? Em que medida? Não sei se deve responder o senhor ou o Dr. Spinelli.

O SR. GUSTAVO MARIN – Eu vou passar a palavra ao Dr. Spinelli, mas todas as reclamações que nós temos estão resumidas na ação que temos em Nova

York, que aí detalha todas as acusações que temos contra o nosso antigo gestor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas talvez a mais grave era importante que ouvíssemos de V. S^{as}.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Deputado Odair Cunha, eu não qualificaria – peço desculpas – uma mais grave e uma menos grave. Isso é um processo longo de ações judiciais, de posturas, de verificação dos contratos, dos porquês do que tinha acontecido, e chegamos à conclusão de que, principalmente contratos – aqui é uma avaliação minha, mas sem prejuízo; está tudo postulado em uma discussão em Nova York, e eu vou explicar por que para o senhor já, já –, uma série de contratos assinados entre o Opportunity Found e o Fundo CVC, tendo a assinatura sido feita exclusivamente pela mesma pessoa, pelo mesmo gestor, transferia interesses importantes do Fundo CVC para a Opportunity.

Buscou-se conversar, eliminar a diferença de uma forma amigável, fazer um acordo. Isso não foi possível, e aí se chegou ao entendimento de que era importante terminar com a relação de trabalho do Opportunity e do Sr. Valente Dantas.

A questão do foro de Nova York é simples. O regulamento do Fundo CVC prevê que as disputas entre as partes devem ser levadas para conhecimento das cortes de Nova York. Isso foi estabelecido em 1997, no regulamento do fundo, quando ele foi feito.

Em relação aos fundos de pensão, estaria arriscando numa seara que não conheço em profundidade mas tenho entendimento de que já existem diversas ações judiciais propostas ao longo dos últimos meses, em que são questionadas as atitudes tomadas pelo gestor dos fundos de pensão.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Estou querendo que V. S^a nos ajude mais no sentido de identificar mais objetivamente quais são problemas na gestão que V. Ex^{as} já postulam na justiça.

O SR. (Orador não identificado) – Deputado Odair, só para contribuir, gostaria de perguntar se o Dr. Spinelli não poderia encaminhar o processo ou cópia do processo que está sendo feito em Nova Iorque com o conjunto das acusações.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Tenho ela aqui traduzida para o português e estou entregando à Comissão.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Se o Citi ou o CVC tomou essa ou aquela decisão que entendeu melhor, como fundo privado, não temos que nos preocupar porque é uma opção dos senhores e os lucros e prejuízos são de V. S^{as}. O que nos interessa é exatamente a opção que foi feita com o benefício social para os pensionistas dos fundos da Previ, da Petros

e da Funcef. Por isso, identificar a gestão temerária que foi realizada é uma questão importante, até para identificarmos se alguma gestão temerária beneficiou algum tipo de financiamento de campanha de forma irregular. Esse é o objetivo da análise que temos aqui. Agradeço Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra o Senador Sibá Machado. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Daniel Almeida. (Pausa.)

Com a palavra ao Deputado ACM Neto. (Pausa.)

Aos reinscritos, com um período de três minutos, concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Pedi reinscrição porque gostaria de colocar uma posição e tentar esclarecer para a sociedade questões que muitas vezes tentam se confundir, principalmente nesta CPMI.

Quero dizer que não tenho a menor simpatia por nenhum banqueiro e estou sendo muito clara e honesta. Sou bancária e não tenho simpatia por banqueiro, mas procuro, na minha atividade como pessoa pública, como Senadora, não demonizar ninguém e sim ter uma avaliação correta e isenta das questões, principalmente das que dizem respeito a esta CPMI.

Esta Comissão investiga origem de recursos que tanto abasteceram o chamado valerioduto, as empresas do Sr. Marcos Valério e do Sr. Cristiano Paz, como também se chegou ao que se disse muitas vezes que os fundos de pensão estariam envolvidos, fossem investigando os fundos de pensão e logicamente se chegou nessa situação que envolve os fundos de pensão.

Hoje parece que fica mais claro, Deputado Valverde, que quem mais abasteceu essas contas parece ser o Sr. Daniel Dantas. Quero até pedir uma preferência de requerimento, que depois vou apresentar convocando a ex-gestora do grupo, Sr^a Carla Cico, que também é processada no processo de escuta ilegal da Kroll, que está claro que foi feito por ele. Não tendo simpatia por banqueiro nenhum e, portanto, não tenho por que defender banqueiro “a” ou “b”, mas tendo por obrigação defender os interesses dos trabalhadores brasileiros, em especial dos trabalhadores dos fundos de pensão, dos associados dos fundos de pensão, os aposentados e dos que ainda vão se aposentar, quero dizer que se chegou num ponto que dói: por que os fundos de pensão foram lesados nas privatizações. Foram lesados – essa é a verdade. E quero pedir, Sr. Presidente, que solicite aos fundos de pensão todas as correspondências que foram feitas entre os fundos, antes da privatização, e o Sr. Daniel Dantas. Este senhor que, tão jovem, apenas por ter sido assessor de um político do PFL, conseguiu

o feito de organizar mais de U\$1 bilhão para participar de processos de privatização neste País, mandando, sem conseguir ter investido sequer 10% desses recursos. Muito menos, porque a parte dele teve muito de financiamento do BNDES, já que foi presidido por aquele que foi seu sócio também.

Então, as relações íntimas do Sr. Daniel Dantas com o Governo anterior nos levam a crer que, neste processo de privatização, está, Sr. Relator, grande parte do financiamento de uma provável compra de votos para a reeleição. Nós não vamos falar de financiamento, mas de compra de votos para reeleição sim. Quero dizer que, entre os males de um banqueiro do Citibank, que é considerado o maior banco do mundo, mesmo reconhecendo a mudança a partir de 2002, quero dizer que, só aqui no documento da (*inaudível*), o Daniel Dantas é acusado de tantas ações ilegais, é condenado por tantas ações ilegais que só em gastos de advogado – doze, né? – são quase R\$50 milhões que ele fez as empresas pagarem para defendê-lo, enquanto ele acusa os fundos de pensão de terem gasto, em cinco anos, para se defender, R\$15 milhões. Em cinco anos. Ele gastou mais de 5... e tem aqui gastos não computados ainda. Então, o que eu quero dizer é que, entre um banqueiro e outro banqueiro, acho que todos têm defeito, mas, sem dúvida nenhuma, para um senhor que é dono de um tamborete como o Opportunity, que tomou uma posição tão forte neste País tão grande, tão importante, graças à influência, à pressão que foi feita para que ele fosse beneficiado no processo de privatização, infelizmente, nós estamos vendo que ele está por trás tanto da situação atual quanto da situação da compra de votos. E quero fazer essa defesa dos fundos de pensão, que estão tentando apenas recuperar os recursos que foram obrigados a fazer pelo Governo Fernando Henrique sem garantia para os seus associados – tanto que brigam com o Sr. Daniel Dantas desde o ano de 2000. Não é de agora que eles brigam. Quero só fazer este registro que, entre um superbanco como o Citibank, que tem tantos defeitos, e um banqueiro de um tamborete como o Opportunity, a gente vê o quanto esse senhor é tão processado e tem tantas ações também tão negativas neste País e quanto ele se aproxima...

A Senadora Ideli foi chamada de mentirosa por conta de dizer... apenas comentar que a filha do Serra tinha uma associação com a irmã do Daniel Dantas. Está aqui a prova. Não é mentira. E não é nada errado, como se tenta colocar em relação ao filho do Presidente Lula. Quer dizer, os filhos de uns podem. Será que alguns filhos só porque são de operários não podem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Ok. Eu quero conceder a palavra ao Sr. Relator. Depois, concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Dr. Sérgio Spinelli, não tive oportunidade de inquiri-lo da primeira vez porque supunha que haveria uma sucessão de depoimentos. No entanto, o senhor foi simultaneamente indagado com o Sr. Presidente do Citibank. Restam, portanto, algumas poucas perguntas que eu necessito fazer ao senhor. O senhor foi o representante legal do Citigroup. O senhor teve, como advogado, um papel primordial na celebração do contrato, e esse mesmo contrato que o Tribunal de Contas da União reputa lesivo aos fundos de pensão. O senhor participou da elaboração do contrato?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Eu participei da elaboração do contrato, participei. Se o senhor permitir, depois gostaria de comentar também.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Embora não haja definição completa do TCU, embora não haja ainda julgamento final, o Tribunal de Contas se recusou a proceder ao registro deste contrato por julgá-lo lesivo aos fundos de pensão, não é verdade?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – O parecer de que eu tenho conhecimento, ilustre Relator, de lavra do Dr. Lucas Furtado, representante do Ministério Público junto ao TCU, coloca que existe um potencial de dano às patrocinadoras dos fundos de pensão. Nessa medida, ele sugere que cautelas sejam adotadas.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor pode me afirmar, Dr. Spinelli, que, nas duas outras instâncias de registro obrigatório de contratos desses tipos, esse contrato foi admitido e registrado?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Eu posso afirmar ao senhor que esse contrato passou pelos trâmites de aprovação necessários e que todas as aprovações necessárias foram obtidas. Inclusive recebemos opiniões legais de terceiros – obviamente não do escritório do qual sou sócio – nesse sentido.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Eu queria que o senhor nos explicasse – provavelmente há uma carência de conhecimento técnico da nossa parte – como foi que o Citibank conseguiu uma opção ou uma saída para os seus investimentos, sem pagar o prêmio necessário para tanto. Ou pagou?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Ilustre Relator, não há um desembolso realizado, mas a demonstração, a explicação feita demonstra que a série de contratos, inclusive o contrato “put”, resgataram investimentos dos fundos de pensão nas cadeias de controle administradas pelo Opportunity de monta de

R\$4 bilhões. E ficou também demonstrado que o direito outorgado pelo Citi, contratualmente, aos fundos de pensão, em uma estimativa, neste valor oportunista que foi oferecido em 22 de fevereiro para o Citi pelas empresas, que era muito baixo e não nos interessava, significa uma transferência imediata de valor de R\$680 milhões aos fundos de pensão. Então, o prêmio está representado pelo direito de *tag along*, pelo direito de venda conjunta nas mesmas condições do Citibank, da mesma forma que está representado pela proteção do patrimônio das 350 mil famílias dos fundos de pensão foram beneficiadas por esses acordos e pelo direito de venda conjunta, que é um contrato chamado “Acordo de Investimento”, que foi celebrado na mesma data.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Eu não duvido que os resultados da execução do contrato tenham sido favoráveis. Talvez por deficiência minha, eu não consigo compreender que, feito o contrato, o Citibank não fez a segurança do prêmio. Ou fez? O senhor está se referindo aos resultados da execução final. Eu não tenho condições de contestá-lo. Não tenho condições de dizer que eles não foram favoráveis. Mas houve um contrato. Houve a saída. E a regra, nesses casos, é que empresas na situação do Citigroup paguem o prêmio de garantia. E eu não vi, na exposição que foi feita, demonstração que me convencesse do oferecimento desse prêmio. O prêmio é de saída para os investimentos. Se o senhor puder nos explicar isso eu lhe ficaria grato.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Muito obrigado pela oportunidade, Ministro Abi-Ackel. O Citigroup tinha condições de alienar os seus investimentos, de tal forma que os fundos de pensão, contratualmente, com base no que está previsto na lei, não poderiam participar do resultado da venda com mais de 80%, se fosse seguir os estritos termos do que estava previsto na lei, na melhor das hipóteses. Se a nossa alienação fosse feita de acordo com a oferta que recebemos, a situação seria muito pior.

Então, um comprador, quando avalia uma empresa, ela vale cem. Se ele tem de dividir por três investidores ou por dois investidores, é uma decisão para o comprador que não tem significado. Ele vai pagar só cem pela empresa. Na prática, o que fizemos foi transferir parte do valor que iríamos receber na venda, que poderíamos fazer sozinhos, para os fundos de pensão. Essa diferença representa, na pior das hipóteses, R\$682 milhões, uma oferta que não aceitaríamos fazer. Posso dar um exemplo para o senhor de como o preço é justo. O Exemplo mais claro disso é o que projetamos na tela. Cinquenta dias após o nosso contrato com os fundos foi celebrado um contrato, por uma posição minoritária, de 10%, que não dá um

único acento de conselho para o Opportunity, com a Telecom Itália. O preço acordado entre as partes foi o mesmo preço, tem a mesma diferença entre valor de mercado e o valor da venda do que aquele que nós celebramos.

Em 1999, Ministro, nós realizamos a compra de uma participação no bloco de controle da Telemar. Pagamos um ágio de 451%. As ações foram compradas ao equivalente a R\$89, se não me engano, – estava aqui na apresentação – e elas valiam dez em Bolsa. Por que isso? Porque representa bloco de controle. O que fizemos foi restabelecer a posição dos fundos de pensão no bloco de controle dessas empresas, o que é algo muito importante para as 350 mil famílias.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Perdoe-me, eu não me dou por satisfeito, mas como o senhor prestou declarações que estão gravadas e vão ser degradadas...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Permitte-me, Relator, a somente fazer um comentário que pode ajudar.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Com o maior prazer.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – É o seguinte sobre os fundos de pensão: quanto a esse direito que eles falam, de que os fundos garantiram o direito de vender, eles não tinham antes desse acordo. É isso. Essa é a questão. Como eles não tinham esse direito, não poderiam vender as suas ações, porque são donos de uma empresa chamada Zae. O senhor já ouviu falar de uma empresa chamada Zae?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Já. Estou informado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – As suas ações não estão contadas na Bolsa e não são negociáveis ali. Então, os fundos de pensão...

Por isso eu solicitei, ainda há pouco, que nós fizéssemos o pedido às empresas dos fundos de pensão para que nos enviassem as comunicações, os e-mails, as cartas que eles fizeram à época, antes da privatização. Eles alegam o seguinte: não deu tempo de fazer esse contrato. Mas em 2003 se tomou conhecimento de que tal contrato existia entre o Opportunity e o Citibank mas não existia entre o Opportunity e os fundos de pensão. Então, a única saída dos fundos de pensão, para não perderem esses investimentos – não saírem perdendo – era tentar o quê? Qual era a melhor solução? Entre um banqueiro e outro banqueiro, eles foram e tentaram um acordo com um banqueiro que lhes desse condições de pelo menos reaver o seu investimento e ter lucros, porque é esse o papel do fundo de pensão quando faz um investimento.

Quando se diz que eles passaram a recuperar e tiveram lucro é porque eles não tinham antes. O Opportunity jamais deu. O único momento em que o Opportunity apresentou uma proposta que estava distante da feita com o Citibank, e eles sabem disso, foi à véspera da assembléia dos quotistas do fundo nacional, que iria destituir o Sr. Daniel Dantas. O Opportunity, na gestão do fundo nacional.

Ele apresentou uma proposta que tinha como condicionante que eles poderiam ter alguns direitos, contanto que o Opportunity continuasse como gestor. Então, somente para colocar essa questão, que é a questão de fundo. O problema é que os fundos de pensão não tinham direito nenhum. Essa é a verdade. E passaram a ter.

Como eu falei, não simpatizo com nenhum banqueiro. Agora, se os fundos de pensão com um tipo de banqueiro não tinham direito e com esses aqui eles passam a manter o direito e garantir os recursos de milhares de famílias de que são associados, eu defendendo que eles façam acordo e contrato com aqueles que garantam os direitos das milhares de famílias dos seus associados.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Em suma, Srª Senadora, o Citigroup pagou ou não a opção?

Eu não compreendi a intervenção de V. Ex^a. Eu, simplesmente, não compreendi a intervenção de V. Ex^a. Já estou tendo dificuldades de entender a explicação de um técnico e advogado competente. V. Ex^a interveio para aduzir alguma coisa que tornou mais confusa a situação para mim. Mas, como a senhora é bancária e S. S^a é banqueiro, provavelmente ambos vão se entender bem. O Relator, não.

Então, volto à pergunta. V. Ex^a me desculpe.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Deputado, indo direto aos fatos, não houve nenhum cheque pago a título de prêmio para os fundos de pensão. Houve contratos que asseguraram valores significativos, arriscaria a dizer na casa de bilhões de reais. Peguei o valor de investimento, corriji, e deu R\$4 bilhões para os fundos de pensão. Isso significa que o valor que o Citi poderia realizar na venda desses ativos será diminuído na medida em que vendemos nas mesmas condições com os fundos de pensão. Há uma transferência de valor do Citi para os fundos de pensão. Não há dúvida em relação a isso.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Dr. Spinelli, por favor, responda, se lhe for possível, sim ou não.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Pois não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O Citigroup pagou opção para garantir aos fundos de pensão a retirada dos seus investimentos?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Perdão, Deputado, pensei que tivesse respondido. A resposta é que não houve nenhum cheque, não houve nenhum pagamento imediato, não houve.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não pagou o prêmio. Era o que desejava saber. Ele teve uma opção de saída para os seus investimentos sem a garantia do prêmio. Não é isso? Se deu lucro depois, tanto melhor. E isso fica plenamente justificado. Mas essa era uma pergunta que o Relator entendeu necessário fazer.

Permita-me ainda: quando começaram os entendimentos entre o Citibank e o Previ? Em que época começaram?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Os entendimentos que tivemos não foram com a Previ. Os entendimentos foram com os gestores da Angra Partners, nomeados pela Previ para gerir o fundo Investidores Institucionais, pela Previ e por todos os outros onze fundos de pensão que compõem esse fundo nacional.

Sr. Presidente, não gostaria de cometer uma imprecisão, mas arriscaria a dizer que foi em setembro de 2004. Pode ter acontecido uma reunião ou outra no mês de agosto. Precisaria consultar meus registros.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não estou compreendendo, então. Quer dizer que a Previ, um fundo de pensão dessa importância, negociou um contrato desse montante com o Citigroup sem ter participado, quer dizer, ele tinha um intermediário tratando com o Citigroup?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – O meu conhecimento do assunto, Relator, é que a Previ contratou a Angra Partners para realizar esse serviço na qualidade de assessor financeiro. Não houve nenhuma negociação direta; não realizei nenhuma reunião direta com a Previ. Todas as discussões, conversas, desenvolvimentos foram feitos com a Angra Partners.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Esse acordo com a Angra Partners, que supunha ter sido feito diretamente com o fundo de pensão, consta de um relatório volumoso, não? Deve haver um documento referente a isso.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Claro, inclusive submetemos a esta Comissão o contrato de opção de venda. O grupo de contratos está disponível, e vamos encaminhá-lo também, com todos seus anexos, a esta Comissão.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O acordo celebrado entre o Citibank e a Previ, que

agora ficamos sabendo que foi celebrado por um intermediário – coisa que até agora não sabíamos; nenhum dos presidentes dos fundos de pensão revelou isso aqui –, foi objeto de um relatório; deve ter sido. Mas esse relatório nunca foi publicado. Por mais que procurasse, nunca tive notícia dele.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – O senhor deve estar se referindo a um relatório interno da Previ. Nunca tive acesso a nenhum. O que fiz foi negociar...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não, desculpe-me interromper, mas não é um relatório interno da Previ. É um relatório em um negócio público, que, como a ilustre Senadora acaba de acentuar, envolve interesses sagrados de dezenas e milhares de famílias.

Queríamos conhecer o relatório do acordo.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Na verdade, o que negociamos foram contratos, não reproduzimos um relatório. Acho que internamente... Já ouvi falar que em um processo interno dos fundos de pensão se produz uma análise técnica, uma nota técnica, e eu aqui faria um juízo de que deve se aproximar de um relatório. Mas, em relação aos contratos, são todos públicos. Vamos encaminhar cópia do que está faltando a esta Comissão. Mas eles podem ser todos obtidos no *web site* da CVM. Estão todos depositados na CVM, porque envolvem companhias públicas.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O contrato envolve necessariamente duas partes. É bilateral, sinalagmático etc, como V. S^a pode nos ensinar. O senhor acha razoável que apenas uma das partes tenha o teor do acordo e a outra parte não o tenha? O Citigroup não tem o relatório desse acordo?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – O Citigroup tem o acordo, tem a cópia do contrato, e as opções de venda foram disponibilizadas aqui nesta Comissão. Nós temos e encaminharemos.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Dr. Spinelli, não abuse da paciência do seu modesto colega. O senhor é um hábil discutidor. Começa a responder a pergunta, mas, a partir de um determinado trecho do caminho, o senhor entra em uma encruzilhada e me deixa sem explicações. Houve um acordo entre dois grandes grupos financeiros, um de grande significação mundial, e outro de grande significação para o nosso País. Obviamente, esse acordo que envolve milhões e milhões de reais, interesses de dezenas de milhares de famílias e interesse do maior Banco do mundo tem que ser objeto de um relatório, de um acordo, de um contrato, em que todas as obrigações recíprocas devem estar minudentemente descritas. O senhor me respondeu dizendo que a Previ deve ter.

É claro que a Previ tem, mas eu acho que o Citigroup também deve ter a cópia. Mas nunca conseguimos pousar os olhos nesse documento, que explica certas particularidades do acordo, como essa falta de prêmio para a retirada da parte do Citigroup. Seria possível ao Citigroup fornecer a esta Comissão esse relatório integral? Chame-se contrato, relatório, o documento, afinal de contas, intermediado por essa empresa a que o senhor se referiu e que se concluiu num acordo entre a Previ e o Citigroup.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Deputado Abi-Ackel, antes de mais nada, quero pedir desculpas. Talvez seja um pouco o cansaço que tenha me dado uma peça. Estou passando às suas mãos o relatório, o acordo... A única peça que temos são esses contratos, esses valores significativos, a opção de venda, o também denominado “put”. Estou passando às mãos da Comissão e peço desculpas por não ter compreendido.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Muito obrigado. Não, talvez eu não tenha me explicado com clareza. Então, eu quero deixar claro o seguinte, a bem da verdade: o Citigroup afirma, por intermédio do senhor, que não teve nenhum relacionamento com pessoas do Governo nem mesmo com pessoas representativas do fundo de pensão. Tudo foi intermediado pela empresa...

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Angra Partners. Todas as negociações foram realizadas com a Angra Partners. O que eu comentei, Relator Abi-Ackel, foi que as negociações foram todas realizadas com a Angra Partners. Eu não disse – quero deixar isso muito claro – que nunca me encontrei com representantes dos fundos de pensão. Não disse porque não é verdade. Eu me encontrei com representantes dos fundos de pensão. O que eu afirmei, e reafirmo, é que todas as negociações foram realizadas exclusivamente com os representantes da Angra Partners.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A Angra Partners foi quem tomou, então, a iniciativa de propor os negócios? Quer dizer, a Angra Partners foi quem procurou o fundo de pensão e o Citigroup para depois desenvolver negociações sem que as partes se encontrassem?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – A Angra Partners, na qualidade de gestora do Fundo Investidores Institucionais (FIA), o fundo nacional, e na qualidade, entendo eu, de assessora financeira contratada dos fundos de pensão, estabeleceu contatos conosco e, a partir daí, houve um alinhamento de entendimentos que culminaram com a celebração dos nossos contratos.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Pode ser que haja aí uma homonímia, e, se for o caso, o senhor me desculpe. Mas o senhor já fez parte da direção dos fundos de pensão.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Não.

Nobre Deputado Abi-Ackel, Relator, eu sou advogado, milito no escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados há mais de 19 anos e nunca tive nenhuma outra atividade profissional. Nunca militei na gestão de qualquer fundo de pensão.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor nunca foi eleito presidente de nenhum fundo de pensão?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Nun-

ca. Nunca fui eleito para nenhum cargo em qualquer fundo de pensão brasileiro.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– E das companhias ou de alguma companhia de fundo de pensão, exemplo: Petros, Funcef, Brasil Telecom.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Depu-

tado, eu fui eleito presidente do conselho de administração das empresas Zain Participações, Invitel Participações, Techold Participações, Solpart Participações, Brasil Telecom Participações e Brasil Telecom S.A., que formam a cadeia de controle da Brasil Telecom, cujos acionistas controladores são: o Fundo CVC e os fundos de pensão. Fui nomeado para essa posição por designação do Fundo CVC...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Por designação do...

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR –

...Fundo CVC, do Citigroup.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sim, isso é o que eu desejava fazer. Quer dizer, o senhor nessas empresas representava os interesses...

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Nes-

sas empresas, tenho deveres fiduciários para com os acionistas da companhia.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor nunca teve nenhum relacionamento nem dependência com fundos de pensão?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Nun-

ca.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Ajudou apenas a administrar empresas que pertenciam simultaneamente aos fundos de pensão e ao Citigroup?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Eu

tenho posições no conselho de administração dessas companhias a partir – diria para o senhor, tentando precisar – de maio deste ano. Posso estar enganado, alguma coisa em abril, alguma eleição em abril. Mas eu diria que a partir de maio desse ano, talvez até ju-

nho, comecei a ser eleito para posições em conselho por designação do Fundo CVC.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Está bem. Naturalmente, no tempo em que a Brasil Telecom é que comandava todo esse em conjunto de empresas?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – A

Brasil Telecom era comandada pelo conjunto de empresas. Nós estávamos fazendo um processo de tomada de controle, que só terminou na Brasil Telecom dia 30 de setembro deste ano.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– É só para situar no tempo: no princípio, a Brasil Telecom era a senhora de barão e cutelo de todas as empresas resultantes do acordo entre o Citigroup e os fundos de pensão porque a administração das empresas foi toda ela entregue à Brasil Telecom, ou seja, ao Sr. Daniel Dantas, não é isso?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Não

é exatamente isso.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Contraria tudo o que apuramos até agora.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – É só

um pequeno detalhe, eu gostaria de esclarecer.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Contraria tudo o que apuramos até agora.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Depu-

tado Abi-Ackel, o Sr. Daniel Dantas, na qualidade de gestor dos fundos, estava na presença do controle, ele e seus representantes, em várias empresas: Brasil Telecom – vamos falar as operadoras...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não, todas elas, afinal de contas.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – ...Te-

lemig, exatamente, nesse sentido...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– A Telemig etc.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Mas

elas nunca foram controladas pela Brasil Telecom; elas foram geridas pelo mesmo gestor.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Geridas pelo Sr. Daniel Dantas.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Pes-

soas, ele e seus...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Daí, a partir de um determinado momento, o Citigroup e a Previ começaram a acusar o Sr. Daniel Dantas de várias irregularidades administrativas: compra de avião, contratos de advogados, uma maneira um pouco egoísta de administração dos lucros etc. Estou apenas relatando as acusações que foram postas em letras de fôrma, não as estou abonando nem demitindo.

O senhor participava dessas empresas à época em que o Sr. Daniel Dantas era o comandante de todas essas ramificações?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Não, eu fui indicado para o conselho dessas empresas em substituição dos representantes do Opportunity.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quando se deu o dissídio, não é isso?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – A partir do dissídio.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A partir do dissídio, quando o Citigroup e a Previ resolveram destituir o Sr. Daniel Dantas, o que afinal se verificou há poucos dias, foi nessa época então que o senhor, a serviço do Citibank, passou a gerir...

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – A compor o conselho de companhias.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Desculpe-me. Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Por favor, estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra, por três minutos, o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, em primeiro lugar, nós vamos apresentar um requerimento solicitando que nós ouçamos novamente o Sr. Daniel Valente Dantas e vamos dizer por quê. O Sr. Daniel, no momento em que fazemos a sua oitiva só com esta Comissão, que fomos prejudicados quando da outra vez porque no momento em que nós iríamos desmascará-lo de uma série mentiras, ele foi adoecido, adoeceram o Sr. Daniel para não responder às mentiras que ele tinha dito, e uma delas é a seguinte: ou seja, ele não explica que é o mesmo endereço do Banco de Investimento, é o mesmo endereço das Zai Investimentos e também da Telecom, ou seja, da Brasil Telecom. O mesmo endereço, mostrando que naquela época o Sr. Daniel Dantas tinha uma relação muito próxima. Ele disse, na sua fala aqui da outra vez, que não conhecia todos os acordos firmados entre os fundos de pensão e o Citibank. Ou seja, todas as cópias dos acordos foram publicadas. Todas foram publicadas. E não procede de forma alguma a suspeição que ele levantou de que haveria mil páginas – essa tal de mil páginas do acordo. De acordo com ele, só teriam sido publicadas 400 páginas. Então foi desmascarado também pelos fundos de pensão.

Depois o Sr. Daniel Dantas tem que explicar aqui a relação dele com o Governo do Senhor Fernando Henrique Cardoso. Participou do grupo que preparou o programa, tendo se dedicado pelo PFL. Daniel Dantas também precisa explicar que foi cogitado para ser Mi-

nistro da Fazenda do Governo Collor e depois sacou recursos nas vésperas do Plano Collor, sabendo de antemão...E o Sr. Dantas vai ter que explicar por que o medo que ele tem de que o HD que a Polícia Federal apreendeu...Ele consegue não abrir esse HD. Toda vez ele consegue em todas as esferas.

Então é preciso que ele venha aqui. Ou seja, é porque há de fato uma relação promíscua do Sr. Daniel Dantas com doleiros, com contas de brasileiros que são depositadas nas Ilhas Cayman. Enfim, mostra que ele precisa vir aqui dar explicações.

Nesse sentido, Sr. Presidente, vou apresentar este requerimento e espero que possamos ouvi-lo aqui nesta Comissão, porque parece – e ainda foi dito aí pelo Sr. Sérgio Spinelli Silva Júnior – que não conseguiu ainda ter acesso à Telemig, porque não conseguiu revisar aquilo porque não teve ainda acesso. Então é preciso que ele explique, porque parece que na Telemig, ali, estaria uma das fontes de financiamento de campanha de caixa 2 ou de qualquer outro nome.

Queria apenas perguntar ao Sr. Gustavo Mari, primeiro, se o Citibank tinha conhecimento de que o banco do Sr. Daniel Dantas apresentava o Fundo CVC – talvez o Sérgio possa explicar – aos investidores brasileiros como uma iniciativa conjunta do banco dele e do Citibank. Se vocês tinham conhecimento dessa apresentação. Ele chegava para os investidores brasileiro e dizia: – Esse CVC, esse fundo é uma ação conjunta minha e do Citibank.

O SR. GUSTAVO MARIN – Deputado Luiz Couto, não tenho. O senhor está se referindo a fatos que aconteceram no período de formação do fundo que foi no ano de 1997. Como falei, vim ao Brasil no ano de 1988. Procurei me informar sobre os temas, mas basicamente aprofundei meu conhecimento nesse tema vinculado ao objeto da convocação. E não achei que iam ser discutidos, que iam ser relevantes fatos que aconteceram oito anos atrás. Não tenho informações a respeito.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Gostaria, se fosse possível, que o senhor como Presidente do banco que pudesse nos enviar informações sobre o relacionamento entre o Citibank e o banco do Sr. Daniel Dantas, entre 1997 até o momento em que V. S^a assumiu a direção do banco. Então era importante que tivéssemos essas informações; e elas são fundamentais para que possamos, na oitiva do Sr. Daniel Dantas – que espero seja aprovada – reinquiri-lo sobre essas relações.

O SR. GUSTAVO MARIN – Vou obter essa informação e vou comunicar à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra o Deputado José Carlos Araújo.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Sr. Presidente, antes de entrar no meu tempo, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – V. Exª dispõe de três minutos.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Antes do meu tempo, quero dizer ao Deputado Luiz Couto que o requerimento que ele quer fazer, eu quero fazer em conjunto com ele, mas sugerindo que, em vez de trazer somente o Sr. Daniel Dantas, possamos trazer também o Sr. Gustavo Marin. Poderíamos, nesta Comissão, conversar com os dois tête-a-tête para esclarecer todas as nossas dúvidas. Não devemos trazer somente o Daniel Dantas, mas também o Sr. Gustavo Marin. Se V. Exª concordar, faremos juntos esse requerimento.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Um para a aca-reação e o outro porque ele deve explicações, pois, na outra oitiva, ele mentiu descaradamente. E precisa explicar.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Fazíamos tudo aqui.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Depois nós viremos...

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Sr. Presidente, finalizando a questão de ordem, está acabando o meu tempo, lembro que a pergunta que fiz anteriormente ao Sr. Gustavo Marin não foi respondida. Há depósitos de brasileiros no Citibank Internacional? O Citibank capta depósito para aplicação internacional no Brasil? O senhor pode garantir que não existe ou que existe? Bom, o Sr. Gustavo Marin conhece o Sr. Sérgio Andrade da Telemar? O Sr. Sérgio Spinelli já advogou para a Andrade Gutierrez? Em que período? Estou fazendo a pergunta ao Sr. Sérgio Spinelli.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – É para responder agora?

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Eu gostaria...

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Perdão. Nunca advoguei para a Andrade Gutierrez nem para qualquer pessoa da Andrade Gutierrez. Não.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Houve algum acordo no sentido de repassar a operação Brasil Telecom para a Telemar, conforme foi noticiado amplamente na imprensa?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Não, não há qualquer acordo nesse sentido.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – No Put há uma cláusula de confiabilidade e de segredo. Então, o Put ficou em segredo de março até 28 de julho, quando, por uma ação judicial da Telecom Itália, foi obrigado a revelar. Foi aí que ficou sabendo que,

no acordo que seria público, havia uma cláusula – isso é importante, Sr. Relator –, havia não, há uma cláusula de confiabilidade que não pode ser revelada em hipótese alguma. Está escrito lá. É só procurar. Há essa cláusula. Então, se esse acordo é público, por que fizeram essa cláusula? Por que fizeram questão dessa cláusula.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Posso responder?

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Pois não. Existe a cláusula?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Deputado, existe uma cláusula de confidencialidade estabelecida nos contratos de opção de venda que foi inserida por uma razão muito simples: porque o preço, entendemos, é um preço muito baixo pelo valor do ativo. Entendemos, naquele momento, que, mantendo isso apenas entre os contratantes, entes privados, que deveriam ter maior interesse ao tema, não dariam uma informação comercial valiosa para terceiros num processo de negociação conosco. Foi essa a razão.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Sr. Presidente, antes de encerrar, quero dizer que notei, nesta tarde, Sr. Relator, como disse o Deputado Valverde, que havia a bancada de Daniel Dantas e também a bancada do Citibank nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra, o Deputado Eduardo Valverde por três minutos.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT–RO) – Sr. Gustavo Marin, quantas vezes o Citibank se reuniu com o Ministro Pedro Malan?

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – O depoente ainda não respondeu se há o depósito ou não? Eu ainda tinha tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – O tempo já havia se esgotado, mas vou permitir ao depoente que responda em um minuto, para depois restituir a palavra ao Deputado Valverde.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Sr. Deputado José Carlos Araújo, duas perguntas V. Exª fez. Quanto à pergunta se há depósitos de brasileiros no exterior, em primeiro lugar, quero dizer que não é ilegal brasileiros terem depósitos no exterior sempre que esse dinheiro tenha sido declarado e sempre que essas remessas de dinheiro tenham sido feitas de acordo com a lei, de acordo com as disposições estabelecidas pelo Banco Central. Então, se um cliente nosso nos pede para transferir o que está constituindo, um depósito, para o exterior, de acordo com a lei brasileira, conferimos o Imposto de Renda do cliente e fazemos

a remessa ao exterior dentro do que estabelece, do processo definido pelo Banco Central.

Não sei, não tenho informação comigo de quais são os nossos clientes lá fora.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Nem pedi isso, claro.

O SR. GUSTAVO MARIN – Mas, sim, fazemos um negócio válido, legal e que o Banco Central reconhece.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Então, o senhor capta depósitos para aplicações internacionais?

O SR. GUSTAVO MARIN – É uma operação perfeitamente legal e permitida pelo Banco Central.

A segunda pergunta foi se conhecia o Sr. Sérgio Andrade, da Telemar.

Lembro-me de ter conhecido um irmão Andrade, na verdade, mas não sei exatamente quem foi, quando visitei – acho que em 1999 – Minas Gerais. Fui visitar o Andrade Gutierrez e me encontrei com um dos irmãos Andrade. Não sei exatamente qual, Sr. Deputado, mas posso conseguir essa informação e comunicar à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde por três minutos.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Gustavo Marin, quantas vezes o representante do Citibank... V. S^a falou que chegou aqui em 1998, mas, evidentemente, antes de 1998 havia um outro representante do Citibank aqui no Brasil. Quantas vezes esse representante sentou com o Ministro Pedro Malan?

Segunda pergunta: o que levou o Citibank a optar em fazer uma parceria com o banco Opportunity, se ele só iria contribuir com não mais do que 10% dos investimentos para a privatização? Não seria melhor fazer um acordo de acionário com os fundos de pensão? O que levou o Citibank a fazer essa parceria? Que vantagem obteria ou pensou em obter o Citibank ao fazer essa parceria com o Sr. Daniel Dantas e não com o fundo de pensão, onde teria um aporte maior de investimento?

A pergunta para o Sr. Sérgio Spineli: se o senhor estivesse na condição de presidente de fundo de pensão, faria esse investimento da forma que foi feito, pelo fundo de pensão? E se o fizesse, seria por livre e espontânea vontade ou por livre e espontânea pressão de quem detém o controle acionário?

O SR. GUSTAVO MARIN – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Da privatização.

Essas três perguntas são para matarmos, porque, se não compreendermos o **modus operandi** disso, não compreenderemos o que se passa hoje em relação a esse acordo, essa possibilidade de reverter uma coisa mal feita no passado.

O SR. GUSTAVO MARIN – Sr. Deputado Eduardo Valverde, quantas vezes me encontrei com o Sr. Pedro Malan? Como falei no começo, é da responsabilidade do Presidente do Citigroup manter canais de comunicação comuns, abertos, com as autoridades do Governo, o Ministro da Fazenda, do Planejamento, o Presidente do Banco Central, o Presidente do BNDES. É uma parte do nosso trabalho.

Eu assumi a Presidência do banco em 2001. Vim primeiro ao Brasil não como Presidente, mas como responsável da área de atacado do banco; assumi a presidência em 2001. Lembro-me de ter tido encontros com o Dr. Pedro Malan similares ao que tive com o Ministro Antonio Palocci, geralmente acompanhando visitantes da alta gerência que visitam o Brasil regularmente. Ou seja, a alta gerência do Citigroup visita o Brasil, pela própria importância que tem essa franquia, de forma muito regular, uma vez por trimestre, e fomos visitá-lo naquele momento.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Foi tratado de participação do Citigroup no processo de privatização? Nessas reuniões com o Sr. Pedro Malan foi tratado esse assunto da participação? O Citibank seria um avalista, seria uma maneira de dar credibilidade ao processo de privatização brasileira. Isso foi tratado nessas reuniões oficiais, normais, existentes entre representantes de banco estrangeiro com autoridade monetária brasileiras?

O SR. GUSTAVO MARIN – Quando assumi a Presidência do Banco, em 2001, o processo de privatização já tinha acabado.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – A pergunta que faço é em relação não só a V. S^a mas também a outros representantes de igual quilate do Citigroup naquele momento em que se debatia no Brasil a privatização.

O SR. GUSTAVO MARIN – Não tenho informação a respeito, Dr. Deputado. Como falei, o Citigroup participou no processo de privatização via Fundo CVC, no qual era o investidor passivo, e toda a gestão administrativa era do Dr. Daniel Dantas, ou seja, o Citigroup, então, toda a gestão...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sim, mas o que levou o Citigroup a tomar essa posição passiva? Ou seja, se era um dos principais acionistas podendo fazer um acordo com acionista também de igual potencial, que era o fundo de pensão, por que fez com um acionista majoritário?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Sr. Deputado, vamos concluir?

O SR. GUSTAVO MARIN – Não tenho informação a respeito de como foi o processo que levou o Citi a escolher o Grupo Opportunity. Não tenho informação. O Sr. Spinelli falou que, provavelmente, deveria ter sido um processo conversado com vários potenciais administradores, mas isso aconteceu muito antes da minha chegada ao Brasil. E, como falei, realmente, não aprofundei meu conhecimento nesses fatos. Concentrei-me em pegar informações vinculadas ao sistema da convocação. Mas vou tentar descobrir o que aconteceu nesses anos de 97 e transmitir.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Spinelli, vai responder?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Respondendo, Deputado Eduardo Valverde. A questão é se eu faria acordo se fosse presidente dos fundos de pensão?

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – É, nos termos do que foi feito à época, em 97?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Estamos fazendo um exercício especulativo porque acho que jamais serei eleito presidente de um fundo de pensão.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – O senhor é um experiente advogado.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Eu, com a minha experiência, não tenho todos os detalhes. Eu não gostaria de fazer um juízo de valor sobre algo que eu não estava presente e não conhecia o contexto. O que eu posso dizer para o senhor, e falo com absoluta segurança, é que o acordo feito em 9 de março desse ano restabeleceu os direitos, colocou os fundos de pensão no bloco de controle das empresas do portfólio, e há um acordo excelente para os fundos. Não teria dúvidas em recomendar a qualquer presidente de fundos de pensão a fazer esse acordo.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Mas não faria, na época, se fosse presidente?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Eu não gostaria... Eu não estava lá, é difícil...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – ...como rasga dinheiro... O senhor não rasga dinheiro, evidentemente. E não rasgaria dinheiro, na época.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– A Senadora Ana Júlia Carepa acaba de me esclarecer por uma mensagem muito gentil que o prêmio não é obrigatório ser pago anteriormente, mas é resgatado no contexto do contrato. De sorte que quero

fazer essa retificação porque parti de um pressuposto enganoso.

Dr. Spinelli, o senhor deixou claro, há pouco, que presidiu, fez parte do conselho de algumas companhias, na época em que se deu o dissídio do Citigroup e da Previ com o Sr. Daniel Dantas. Uma delas foi a Brasil Telecom, (*inaudível*), Telemig também?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Telemig, ainda não chegamos lá. Não pudemos ainda nomear nossos conselheiros para essa companhia.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Além dessas duas empresas, mais alguma?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Deputado Abi-Ackel, estou tomando posição de conselho, como representante legal do Fundo CVC em todas as empresas da cadeia de controle Telemig, Santos, Brasil, Amazônia Celular, Brasil Telecom e Metrô, sem dúvida, do Rio de Janeiro.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Com essa amplitude de poderes, o senhor alguma vez teve negócios com o Banco Rural de Minas Gerais?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Não, nunca tive qualquer negócio com o Banco Rural.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– O senhor, ao assumir a direção dessas empresas, conhecendo a sua escrituração, teve notícia de que alguma delas teve contrato de publicidade feito com a SMP&B de Minas Gerais?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – A única empresa que tenho conhecimento que firmou contratos de publicidade com essas duas empresas é a Brasil Telecom S.A., empresa da qual faço parte do conselho desde 30 de setembro, portanto, há 18 dias. Determinei à diretoria da companhia que fizesse uma avaliação de todos os contratos da empresa e reportasse na próxima reunião do conselho de administração.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– O senhor não pode afirmar, então, se existiu ou não contrato de publicidade com a SMP&B ou com a DNA?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – A informação que detenho, que está nos jornais hoje, não tenho condições de afirmar peremptoriamente para o senhor, preciso checar essa informação, mas, na próxima reunião de conselho, que deve ocorrer em duas semanas, esse assunto deve ser objeto de discussão. Mas já me comprometi, Sr. Relator...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Dada a confiança que V. Ex^a, Sr. Presidente do Citigroup, merece, não vou fazer um requerimento a respeito, mas peço que, tão logo obtenha essa informação, nos mande por escrito.

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Era o que eu ia esclarecer. Já nos comprometemos a fazer o encaminhamento dessa informação para a Comissão.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Dr. Spinelli, com todas essas ramificações empresariais, tendo em vista costume já aceito há alguns anos no Brasil, a contribuição de algumas dessas empresas era feita aos partidos em quantias financeiras iguais ou havia preferências por pessoas, por candidatos ou por alguma legenda? Os financiamentos de campanha?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Sr. Relator, eu não tenho conhecimento de nenhuma doação ou financiamento de campanha por conta dessas empresas. Tenho as informações de jornais, de contratos de publicidade da Telemig. Não chegamos ainda à Telemig. Nas demais empresas – de novo –, chegamos à operacional da Brasil Telecom, no dia 30 de setembro, há dezoito dias. Esses fatos estão sendo levantados. No metrô do Rio de Janeiro, não localizamos nenhuma contribuição partidária feita pela companhia.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor nunca ouviu falar nisso no mundo empresarial, dentro da área de interesse do Citigroup?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Dentro da área de interesses do Citigroup, não.

O SR. GUSTAVO MARIN – Em relação ao Citigroup, Sr. Relator, se me permite, a política do Citigroup, no Brasil, é proibido. É proibido fazer contribuições a partidos políticos.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E a candidatos pessoalmente?

O SR. GUSTAVO MARIN – A partidos políticos, a candidatos,... A contribuições de campanhas. Toda contribuição para atividade política é proibida.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor pode garantir que o Citigroup e todas as empresas que lhe são afetas estão inteiramente fora dessa atmosfera de financiamento de campanha política?

O SR. GUSTAVO MARIN – Das empresas do Citigroup e das gerenciadas diretamente pelo Citigroup, que fazem parte do conglomerado financeiro do Citigroup, eu dou garantia. Como falou o Dr. Spinelli, as empresas investidas do CVC são outra coisa.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor falou que isso é proibido. Isso consta de estatuto? É orientação, decisão de diretoria?

O SR. GUSTAVO MARIN – Na política do Citigroup, em nível mundial, está esse tipo de... No vocabulário em inglês, diz que é extremamente “desincentivado” e que tem que passar por níveis de autorização

extremamente altos. Na prática, no Brasil, especificamente, isso sempre foi proibido.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Contudo, o senhor não pode fazer essa afirmação no que diz respeito a pequenos fundos de pensão que direta ou indiretamente estão agregados a essa questão das empresas dirigidas pelo Sr. Daniel Dantas.

O SR. GUSTAVO MARIN – Não. Claramente, como falou o Dr. Spinelli, a nova diretoria está fazendo um levantamento de todas essas informações neste momento.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Já pedi ao Dr. Spinelli o obséquio de me mandar isso por escrito. Estou dispensando a necessidade do requerimento por confiar que o senhor prestará essa colaboração à Comissão.

Muito obrigado pelas respostas às perguntas feitas.

Sr. Presidente, de minha parte, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra – vamos recuperar, hoje é o dia das exceções – ao Deputado Daniel Almeida, que quer fazer algumas indagações. Espero que o faça com muita objetividade.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Pois não, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^a, ao vice-Presidente, ao Relator, ao Sr. Gustavo Marin e ao Sr. Sérgio Spinelli.

Talvez algumas indagações sejam repetitivas, mas acho que seria conveniente explorarmos um pouco mais algumas questões. Consta que, nos documentos ou nas petições encaminhadas à Justiça dos Estados Unidos, o Citibank constatou que o Sr. Daniel Dantas, do Opportunity, teria cometido fraude na gestão dos interesses do Citibank no Brasil. Isso é verdade?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Uma das acusações na ação em Nova York é de fraude.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – De fraude? Enriquecimento indevido também na gestão dos interesses do Citigroup?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Enriquecimento sem causa.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Nesse desvio, nessas fraudes – elas provavelmente foram identificadas –, alguns desses recursos que foram desviados, essas fraudes puderam ser rastreadas, para fundamentar que isso existiu. Não se constatou desvios para campanhas, partidos políticos... Há algum indício nessa direção?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Deputado, no sistema do processo judicial americano – estou me arriscando aqui a falar sobre algo de que não detenho completo conhecimento –, o autor da ação

propõe a ação, coloca as acusações que entende que deve colocar, que ele tenha indícios ou entendimento dessas acusações e, a partir daí, é desenvolvido um procedimento chamado “descoberta”, ou seja, onde os fatos virão à tona. Esse é o momento em que nos encontramos nesse processo em Nova Iorque.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Por que mesmo foi necessária essa ação em Nova Iorque? Podia explicar melhor a respeito? A justiça brasileira não poderia dar conta de proteger as partes envolvidas nesse litígio?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Certamente, a justiça brasileira poderia fazê-lo, teria competência e capacidade para tanto, não há dúvidas quanto a isso. No entanto, em 1997 ou 1996, quando o fundo foi formado, o regulamento do fundo estabeleceu como Cortes exclusivas para conhecer de disputas entre as partes as Cortes de Nova Iorque. Então, não haveria outra opção para o Citibank a não ser levar a ação às Cortes de Nova Iorque.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Esse é um procedimento normal? V. S^a, que lida nesse setor, tem conhecimento de que isso é um procedimento normal ou foi uma exceção que se fez nesse processo de privatização?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – É um procedimento... No meu entendimento, é que, no estabelecimento de fundos de participação privada, esse tipo de ajuste no regulamento do fundo é normal, é padrão,...

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Estabelecer foro...

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – É *standard* dessa indústria.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, gostaria só de uma última indagação a respeito do relacionamento com os fundos brasileiros, a Previ, a Funcef, a Petros, que são parceiros do Citibank nesses empreendimentos. Qual foi o relacionamento do passado e qual é o relacionamento hoje? Há uma alteração? Há um tratamento diferenciado? Como é esse relacionamento? Como foi no passado e como é hoje?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Claro. Deputado, a situação no passado é que o relacionamento era todo feito – talvez esteja aqui a origem de toda a disputa, de todo o desentendimento – por intermédio de um gestor nomeado pelos fundos de pensão, que era o Opportunity. Os fundos de pensão substituíram esse gestor, e nomearam outro. O Citibank substituiu também esse gestor, e nomeou uma própria subsidiária. Naturalmente, esse relacionamento se estreitou. Ambos tínhamos delegado, tanto o Citibank

quanto os fundos, tínhamos delegado a gestão a um terceiro. Nesse momento, o fundo faz a gestão diretamente. Portanto, o relacionamento passa a ser direto com o gestor nomeado pelos fundos de pensão, por um outro gestor nomeado. Então, naturalmente, houve um estreitamento...

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – No passado, não havia contato?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Não, ele era feito por terceiros, por intermédio de terceiros.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Isso. Não havia contato direto?

O SR. SÉRGIO SPINELLI SILVA JÚNIOR – Não havia contato direto.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, o tempo concedido. Meu tempo se esgotou, e agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex^a ainda tem 22 minutos. Se quiser fazer uma última pergunta...

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Mas, como V. Ex^a foi generoso em me conceder o tempo, eu chegando já um pouco atrasado, eu não poderia abusar da boa vontade de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a presença de todos, sobretudo a da imprensa, que ficou aguardando notícias até agora, e talvez possa ter colhido muito pouco. Mas, enfim, a CPI tem a mesma angústia, gostaria de colher fatos novos, esclarecimentos novos. Infelizmente, o tema é árido e não conseguimos muita coisa. Agradeço, sobretudo, neste momento, a presença do Dr. Gustavo Marin, do Dr. Sérgio Spinelli Silva Júnior e dos advogados que os acompanham...

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – ...a colaboração prestada. Esperávamos que trouxessem mais fatos, mas, de qualquer maneira, as perguntas foram respondidas. Isso que é importante. Importante é esclarecer a verdade. Sempre fizemos esse apelo a todos os depoentes, que digam a verdade, porque, sobretudo os fatos, as provas materiais que não se pode destruir, também não se pode deixar de falar sobre elas. Então, dizer a verdade, muitas vezes, é o caminho mais curto para demonstrar a inocência ou qualquer procedimento não legal, exatamente a não-prática de procedimento ilícito.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Pedi a palavra pela ordem só porque o Sr. Relator me disse que mandou buscar os documentos em relação a

esses contratos. Mesmo assim, vou apresentar um requerimento que havia feito.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pois não, o requerimento já... Não posso submeter à votação.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – De preferência. Não é para...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não posso submeter à votação, mas...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – De jeito nenhum. Só de preferência de um requerimento que eu já havia apresentado, que podemos avaliar e discutir se chamamos a Srª Carla Cicco, ex-Presidente da Brasil Telecom, e dizer que ainda bem que eu já me entendi com o Relator, que já compreendeu o que eu quis dizer naquele momento.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Já deixei registrado, Senadora.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Muito obrigada, Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-ackel. PPB – MG) – O requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa é sobre a convocação da Srª Carla Cicco, ex-Presidente da empresa Brasil Telecom.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Para encerrar, faço um último apelo. Os senhores se comprometeram aqui, com o Relator, com a Comissão, com vários requerimentos, que... V. Sªs se comprometeram a trazer, a informar, a prestar esclarecimentos e, sobretudo, a colocar à disposição documentos importantes para o esclarecimento dos fatos. Peço que o façam, na responsabilidade dos dois depoentes, com muita rapidez, com urgência extrema, a fim de que não haja necessidade de reiterar o pedido. Espero que a colaboração demonstrada continue da melhor maneira.

Agradeço a V. Sªs e pergunto se há algo a acrescentar.

O SR. GUSTAVO MARIN – Simplesmente, quero agradecer, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares. Muito obrigado pela atenção dispensada. Vamos prover as informações o mais rápido possível. Esperamos ter ajudado a esclarecer as dúvidas e a esclarecer o tema central, o tema dessa convocação, que era a opção de venda.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Convoco a Comissão para uma reunião administrativa, já que não teremos o depoimento do Deputado Ronivon Santiago em razão de seu estado de saúde, justificado na Comissão, com o que o Relator assim já concordou, no momento próprio em que foi oferecido o atestado médico; e não há como se manifestar em contrário, a não ser que tivéssemos aqui pedido uma

junta médica para analisar o laudo. De qualquer maneira, isso já foi aceito, já é matéria superada. Convoco, então, para amanhã reunião administrativa. Há vários requerimentos a serem apreciados.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – No horário em que seria a oitiva?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Às 11h30min.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, uma sugestão. Se V. Exª assim entender, a reunião poderia ser às 14h, porque às 11h30min, já que não haverá a oitiva...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Às 11h30min é um momento bom. É que 14h temos...

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – É que a boa saúde recomenda que alcemos. Penso que não há necessidade...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Acredito que a reunião administrativa não irá até às 13h. Vamos marcar então às 11h.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – É que a sala só estará disponível às 11h30min.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, fica marcada para às 11h30min mesmo, conforme já estabelecido.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h13min.)

ATA DA 26ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2005

Aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, às onze horas e trinta minutos, na sala 06, da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Amir Lando e ainda com as presenças dos Senadores Romeu Tuma, Rodolpho Tourinho, Sibá Machado, Ana Julia Carepa, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Álvaro Dias; e dos Deputados Luiz Couto, Odair Cunha, Devanir Ribeiro, José Rocha, Moroni Torgan, Júlio Redecker, Zulaiê Cobra, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, José Carlos Araújo, Paulo Baltazar, Daniel Almeida, Zico Bronzeado e Marcus Vicente, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 01/1995,

QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS”. Havendo número regimental a Presidenta declara abertos os trabalhos da 26ª reunião. A Presidenta informa que a pauta da presente reunião se destinava à oitiva do Deputado Ronivon Santiago. Contudo, esse Deputado apresentou atestado médico que declara sua impossibilidade de comparecimento. Portanto, sua oitiva deverá ser remarcada para a próxima semana. São feitas discussões a respeito de como será organizada a acareação que ocorrerá na próxima semana. É apresentada proposta de reconvocação do Sr. Delúbio Soares para participar da acareação, a qual é aprovada. Usam da palavra os seguintes parlamentares: Fernando Coruja, Zulaiê Cobra, Júlio Redecker, José Carlos Araújo, Daniel Almeida, João Correia, Odair Cunha, Luiz Couto, Gastão Vieira, Eduardo Valverde, Eduardo Suplicy e Agnaldo Muniz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e dois minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia vinte de outubro, às dez horas. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia Baravieira*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO)

– Embora não haja número para deliberação, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Compra de Votos destinada a apreciar requerimentos e assuntos da administração desta Comissão.

Inicialmente, concedo a palavra ao Relator, em caráter preliminar, para suas considerações.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, conseguimos, com o auxílio dos assessores técnicos da Comissão, fazer um trabalho de depuração da enorme quantidade de material técnico-contábil à nossa disposição e colocar, também, em ordem os requerimentos que já estão prejudicados para serem submetidos ao Plenário da Comissão e aqueles que ainda deverão ser ouvidos.

A primeira questão que desejo ponderar com o Sr. Presidente é a seguinte: o Deputado Ronivon Santiago, que devia ter sido ouvido hoje, apresentou uma petição de adiamento da oitiva acompanhada de um atestado médico, que o proíbe de atividades durante 48 horas – ele o apresentou ontem. Não é da nossa alçada discutir a veracidade do atestado médico. O atestado, de profissional registrado, teve que ser aceito sem debate, sem discussão. Esse prazo vence hoje.

Portanto, o Sr. Presidente, naturalmente, designará data próxima para que ele seja ouvido.

A outra pessoa que deveria ser ouvida hoje, cujo depoimento é tido como importante, porque se supõe que essa pessoa tenha tido atividade marcante na questão da aprovação da emenda constitucional da reeleição, não foi encontrada pela Polícia, a quem foi incumbida...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO) – (*Fora do microfone. Inaudível.*) Na reunião de amanhã.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – Ah, sim. Esse seria ouvido amanhã, mas não foi encontrado. Os órgãos policiais identificaram o endereço dele tarde demais para que ele fosse cientificado. De sorte que não será possível ouvi-lo amanhã.

Uma questão que tem propiciado grandes temores aos membros desta Comissão é a referente ao depoimento conjunto, à acareação de numerosas pessoas, o que se tornou necessário em virtude da grande disparidade de quantias financeiras mencionadas nos diversos depoimentos.

Essas quantias se opõem de maneira muito clara. Enquanto o Sr. Marcos Valério declara, por escrito, em documento por ele assinado, com firma reconhecida, que entregou a alguém determinada importância; a pessoa que a recebeu prestou declarações aqui dizendo que a importância era muito menor do que aquela mencionada pelo Sr. Marcos Valério. Isso se repetiu por quatro ou cinco vezes sucessivas.

Agora que estamos iniciando a seleção de elementos necessários para elaboração do relatório da Comissão, é necessário tentarmos o máximo esforço possível para esclarecer essas disparidades. Podem estar tranquilos que vou elaborar um roteiro para essa acareação. De forma alguma, deveremos permitir que os acareados se dirijam uns aos outros, estabelecendo, como aconteceu em lastimável precedente verificado nesta Casa, troca de insultos e acusações entre eles.

A acareação que aqui será feita não será apenas de duas pessoas, mas de várias outras ao mesmo tempo. Contudo, segundo proporei à aprovação do Sr. Presidente, o acareado não poderá se referir nem se dirigir a outro qualquer acareado; ele terá que responder, exclusivamente, ao Deputado que formular a inquirição. Dessa forma, podemos tentar esclarecer essas disparidades, tendo presentes todos os acareados e, ao mesmo tempo, estarmos prevenidos quanto à hipótese de se estabelecer entre eles uma discussão pouco recomendável. Exerceremos esse papel de polícia no andamento do processo, dentro das normas estabelecidas pelo Código de Processo Penal.

Quanto a essa questão, desejo tranquilizar os Srs. membros da Comissão.

De todos os nomes referidos no curso dos depoimentos tomados ao longo do tempo em que existe esta Comissão, sobraram alguns nomes que não foram ouvidos. Em primeiro lugar, porque alguns se impuseram, pela sua importância, para serem ouvidos antes dos outros. Outros, porque supúnhamos que, ouvindo determinadas pessoas, pudéssemos aferir ou coletar informações que tornassem dispensáveis esses depoimentos.

No modo de ver do Relator, o que obviamente será submetido ao Sr. Presidente e aos Srs. membros da Comissão, há ainda alguns depoimentos, cujas tomadas são necessárias, porque há, claro, algumas dúvidas que devem ser dirimidas. Por exemplo, das listas do Sr. Marcos Valério constam nomes de Deputados. Todos eles estão sendo objeto de processo regular já agora no Código de Ética. Mas existem nomes que podem trazer esclarecimentos a respeito de outros possíveis nomes que, por ventura, estejam envolvidos na questão, como, por exemplo, Raimundo Ferreira da Silva Júnior, Vilmar Lacerda, Marcelino Pias, Paulo Antonio Bassoto, Carlos Magno, Rodrigo Barroso Fernandes, Sinval Monteiro Melo e Carlos Cotegoso.

Todos esses nomes constam de documentos em posse desta Comissão como recebedores de importâncias que lhes foram atribuídas pelo Sr. Marcos Valério. Alguns – a maior parte desses nomes –, como intermediários de outras pessoas; uns poucos, como representantes de diretórios estaduais de partidos; e outros, cuja finalidade não sabemos, ou seja, que destino foram dados aos recursos que receberam.

Entendo, portanto, que temos pela frente, então, 3 séries de providências que vou resumir a final.

O Sr. Presidente, naturalmente, remarcará, a nosso requerimento, os depoimentos do Deputado Ronivon Santiago e da pessoa que iria depor amanhã, que está sendo chamada para explicar questões relativas à emenda da reeleição; e estabelecerá o calendário para a audiência das pessoas cuja lista acabei de ler.

Há, ainda, outra questão. Solicito à Assessora da relatoria que me forneça os nomes daquelas pessoas mencionadas pelo Deputado João Correia como passíveis de prestar esclarecimentos sobre a aprovação da emenda da reeleição, ao tempo do Presidente Henrique Cardoso. São elas: Orleir Cameli, Amazonino Mendes, Narciso Mendes, Eládio Cameli e mais as pessoas cujos depoimentos já têm data marcada.

(Pausa.)

Já têm data designada os seguintes: Roberto Costa Pinho, que deveria ser ouvido amanhã, mas não foi encontrado para ser intimado.

No dia 25 do corrente mês, terça-feira, Osmir Lima e Chicão Brígido, que são depoimentos relacionados com a aprovação da emenda da reeleição ao tempo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

No dia 26, quarta-feira, oitiva do Sr. Márcio Lacerda.

Aguardando determinação da Presidência: Sérgio Ricardo de Oliveira, diretor da área internacional do Banco do Brasil; Zila Bezerra e Ronivon Santiago.

Resumindo, Sr. Presidente, submeto à V. Ex^a, para designação de audiências, os seguintes nomes: Roberto Costa Pinho, que não poderá comparecer amanhã; Ronivon Santiago, que, por atestado médico, não compareceu hoje.

Já estão designados os depoimentos para o dia 25 de Osmir Lima e Chicão Brígido.

Para o dia 26, quarta-feira, o Sr. Márcio Oliveira.

Falta, então, designar data para Sérgio Ricardo de Oliveira, diretor da área internacional do Banco do Brasil; Zila Bezerra, Ronivon Santiago, Raimundo Ferreira da Silva Júnior, Vilmar Lacerda, Marcelino Pias, Paulo Antonio Bassoto, Carlos Magno, Rodrigo Barroso Fernandes, Sinval Monteiro Melo, Carlos Cortegoso.

Finalmente, a designação de data para a acareação que já foi aqui mencionada.

Aqui está, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO)

– Sr. Relator, eu gostaria de fazer uma... Sei que isso já está marcado, mas tivemos, nesta semana, a frustração com relação a dois depoimentos. Isso é grave para esta Comissão porque já remarcamos uma vez para o Deputado Ronivon Santiago, e não foi possível novamente. Então, temos que colocar um fim nesta questão. Ou ele vem, ou a gente o dispensa. Não podemos ficar nesta situação de ter sempre... Até uma justificativa existe, mas, na primeira vez, era uma razão; agora é outra; depois, outra.

Eu gostaria aqui de fazer a seguinte proposta para ver se V. Ex^a concordar com ela. Como houve esse prejuízo na semana, proponho que retomássemos, na sequência, na próxima semana, aquilo que foi frustrado no dia 19, hoje; e, do dia 20, amanhã.

Eu proporia, na terça-feira, iniciarmos com a acareação. Na quarta-feira, então, automaticamente, iríamos jogar para as datas subseqüentes – poderíamos trabalhar na próxima sexta-feira ouvindo o Sr. Chicão Brígido.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sr. Presidente, eu queria entender a questão da acareação. Pelo que entendi agora, todos seriam colocados juntos. Não tem muito sentido todos ficarem juntos. Se eles todos juntos tivessem ido receber ao mesmo tempo o

dinheiro, até acreditava que eram todos juntos. Mas, sendo diferente, acho que tem que ser com quem...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – Vou explicar a V. Ex^a. V. Ex^a é um delegado da Polícia Federal com grande experiência nesta questão, e o Relator é um modesto advogado já com alguns anos de prática...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Que só foi Ministro da Justiça.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – Não. Um advogado durante muitos anos, advogado de pé no chão.

Se fizermos acareações diferentes, teremos que manter o Sr. Marcos Valério em Brasília pelo menos por 15 dias porque ele terá que ser acareado com cada um deles.

Então, a forma da acareação, V. Ex^a pode estar tranqüilo que nós a adotaremos na conformidade das circunstâncias. Ou as pessoas ficam isoladas, como é comum quando se toma o depoimento de testemunhas numa mesma assentada – e cada qual virá para defrontar-se com o Sr. Marcos Valério, é uma forma... Sentá-los todos aqui também e colocar um por um à frente da declaração do Sr. Marcos Valério, desde que eles não possam se dirigir uns aos outros porque, em acareação, não há absolutamente debate entre acareados – a primeira vez na vida que assisti a um debate parlamentar entre acareados foi na Câmara dos Deputados há alguns dias.

Nós saberemos fazer acareação, e até convido V. Ex^a, com sua grande experiência, para nos auxiliar a respeito. Não tem problema quanto ao **modus faciendi**.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Mas existe um...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – Já que o Sr. Presidente adiantou, peço licença para fazer hoje, ainda, um requerimento.

Deputado, pode falar, gostaria de ouvi-lo.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Estou falando que, tecnicamente, por exemplo, vamos dizer, os Deputados vão ter a possibilidade de acarear. Se os 8 estiverem aqui, em 10 minutos, ninguém faz acareação, não. Tem que ter cada um com os dois que deram dinheiro. Cada um com os dois que deram dinheiro.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – Os acareados com o Sr. Marcos Valério ficarão...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Não, não...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – ...em um ambiente reservado sem contato um com

o outro, a fim de que eles não possam estabelecer nenhuma combinação.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – E virão um por um aqui?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – Não poderão estabelecer nenhuma combinação. Já fiz milhares de acareações na minha vida, já fiz 1.300 e tantos júris na minha vida.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Não, porque vai levar muito tempo isso, não vai ser num dia.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – Leve o tempo que levar, estamos aqui para trabalhar.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Mas não é o dia todo, isso vai levar uns 10 dias.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – Eles serão isoladas em salas diferentes. O Sr. Marcos Valério virá aqui para frente. Testemunha por testemunha será chamada e colocada diante dele, e V. Ex^{as} farão as perguntas que quiserem.

Uma vez terminado o primeiro, entre o segundo, entra o terceiro, entra o quarto entra o quinta, entra o sexto, entrarão quantos tiverem que ser ouvidos.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Perfeito.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – Agora, não ofereceremos ao País o espetáculo de debate entre acareados um com o outro. Isso nunca existiu.

Quanto a essa questão, V. Ex^a pode ficar tranqüilo que saberemos conduzi-la.

Quanto à questão do calendário, peço licença ao Sr. Presidente, então, para dirigir-lhe hoje um requerimento escrito com a relação dos nomes para esgotarmos essa questão. S. Ex^a, então, designará, hoje, as datas necessárias. Uma, S. Ex^a já designou, é terça-feira.

Agora chamo a atenção para o fato de que, até terça-feira, teremos que intimar todas as pessoas que vão ser acareadas.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO) – Serão intimadas hoje.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra, também pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO) – Inicialmente, queria concluir essa proposta para semana que vem exatamente nessa linha. Recuperaremos a oitava...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – É sobre isso, Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO) – Pela ordem, sobre essa questão... Mas não há o que me corrigir; vou fazer a proposta e, em seguida, V. Ex^a me corrige.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO) – Eu proporia, então, na terça-feira, a acareação da forma que o relator acabou de expor; é o entendimento que me parece correto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Em seguida, na terça-feira, vamos ouvir o Sr. Ronivon Santiago. Na quarta-feira, aliás, na quinta-feira, o Sr. Roberto Pinho. Na sexta-feira, os Srs. Osmir Lima e Chicão Brígido.

Então, a minha proposta, agora, pela ordem, ao Deputado...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, V. Ex^a deveria colocar uma alternativa porque pode ser que o Sr. Ronivon Santiago ainda esteja com o atestado médico.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO) – Não quero mais saber. Ou ele vem ou não vem mais. Ou ele vem ou vamos mandar buscá-lo sob varas. Não temos mais como adiar...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, eu pedi pela ordem anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO) – Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Júlio Redecker.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS) – Sr. Presidente, se não houver organização, não chegaremos a lugar nenhum.

Eu queria só saber da organização das acareações e também por que o Sr. Delúbio Soares, que era aquele que autorizava para que o Sr. Marcos Valério distribuisse os valores, não está junto na acareação, porque ele deveria estar permanentemente junto com o Marcos Valério, sob pena de invalidar todo o nosso esforço.

Acho que tínhamos que tomar uma posição nesse sentido, senão ficaríamos aqui apresentando um espetáculo que não terá resultado nenhum.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – Sr. Presidente, sou obrigado a protestar. O Deputado não tem o direito de fazer alegações nesse sentido. Não estamos aqui fazendo coisa sem sentido.

O Sr. Delúbio Soares não entregou dinheiro a ninguém. Ele autorizou o Sr. Marcos Valério a entregar. Quem entregou foi o Sr. Marcos Valério. E o Sr. Marcos Valério disse que entregou, por exemplo, ao Deputado

Valdemar Costa Neto R\$10,6 milhões. O Sr. Valdemar Costa Neto sustenta que recebeu apenas seis. O Sr. Delúbio Soares não está envolvido nessa negociação, ele autorizou a entrega do dinheiro.

De sorte que, expor aqui o Sr. Delúbio Soares, aí, sim, é colocar um personagem que a única coisa que ele vai dizer é o seguinte: eu autorizei que fosse financiado. Agora, precisamos saber se realmente o dinheiro foi entregue nessa quantia.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Posso fazer uma observação?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – Agora, eu quero chamar a atenção para o seguinte fato: alguém poderá alegar, com justa razão, que pouco importa a pessoa ter recebido seis milhões ou dez milhões porque, se porventura “delituar” na entrega de recursos financeiros para a finalidade proposta, tanto faz que tenham entregue dez milhões ou seis milhões, o delito está caracterizado. Não tenham dúvida que quanto a isso eu também estou tranquilo. Mas nós desejamos saber o volume de dinheiro. Nós desejamos saber o volume de recursos de que o Sr. Marcos Valério se utilizou. Se há alguma proposta referente a esse assunto, vamos examinar. Agora, dizer que é um acontecimento sem importância, quanto a isso eu quero formular o meu protesto.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu concedo e asseguro a palavra ao Deputado Júlio Redecker, para concluir a sua questão.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, eu quero dizer aqui ao Sr. Relator que, embora respeite a sua manifestação, eu discordo veementemente dela. Há casos em que o Sr. Delúbio Soares autorizou diretamente, como no caso Valdemar Costa Neto, e pela palavra do Sr. João Carlos Batista, que aqui esteve.

Então, é fundamental que compareça aquele que protagonizou todo esse esquema de corrupção, autorizando as transferências, manipulando os valores para que eles fossem distribuídos, porque não foi o Sr. Marcos Valério. Se ele não estiver presente aqui, Sr. Presidente, fica prejudicado o nosso trabalho. Eu volto a reafirmar a minha posição.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Eu até gostaria de reforçar somente dizendo o seguinte, Sr. Presidente: **Data venia** as considerações contrárias, o Delúbio é importante por quê? Porque se uma pessoa que fez o contato com o Delúbio para pegar o dinheiro e depois o pegou com o Marcos Valério, se ele disser que não pegou, teremos o Delúbio dizendo que autorizou pegar e o Marcos Valério dizendo que pegou.

Serão dois testemunhos sobre o mesmo fato contra a mesma pessoa. **Data venia** é verdade.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu também pedi pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu tenho pela ordem. Em seguida, darei a palavra a V. Exª, nobre Deputada Zulaiê Cobra.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Dois já falaram antes de mim. Ele e ele falaram, e não tinham pedido pela ordem. Pedimos pela ordem eu e o Deputado Júlio Redecker.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, eu concederei a palavra a V. Exª.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – É porque eu estou muito passiva e não gosto de ficar assim, até porque eu sou mulher, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, não, não. Passiva, não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V.

Exª sempre foi ativa.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu te-

nho que ser ativa vinte e quatro horas por dia, porque nasci mulher. Quando se nasce mulher, já é uma desgraça. O senhor sabe disso, Sr. Presidente. V. Exª talvez nem saiba.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não. Eu tenho o maior respeito.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Nem sabe

porque o senhor não é mulher. Ele deveria saber porque é um feminista. Se não é, deveria ser feminista.

Mas a verdade é a seguinte: eu concordo plenamente...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu tenho profundo respeito e admiração pelas mulheres.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu sei

que V. Exª me admira, e eu fico muito contente com a sua admiração, mas eu sei também que o senhor preside hoje uma CPI, mista, do Mensalão, que tem conflitos. Claro. Todo mundo quer falar. Aqui todos têm muita personalidade; muita, demais até!

Então, o que eu queria dizer é o seguinte: Deputado Ibrahim Abi-Ackel, eu concordo plenamente com a acareação do jeito que o senhor falou. Acho perfeita a acareação. Acho que tem que ser um por um, até porque nós já ouvimos o Marcos Valério duas vezes, assim como já ouvimos todos os que virão. Portanto, temos de ser objetivos nessa acareação, Sr. Presidente. Aqui precisaremos ter objetividade. Aqui ninguém vai perguntar o que foi perguntado. Os dois foram

ouvidos, bem como todos os sacadores e também o Marcos Valério.

Agora, eu acho que aqui nós temos uma questão que ninguém entende, Relator Ibrahim Abi-Ackel e nosso Presidente Senador Amir Lando. Por quê? Porque todos perguntam: vão ser ouvidos o Sr. Marcos Valério e todos os sacadores, mas vai ficar de fora justamente o Delúbio, que é a ligação do Marcos Valério, um homem que não tem nada a ver com o Governo, um homem fora, um homem a quem é dado apenas arrumar dinheiro, e o Delúbio Soares, que é um elo importante nessa nossa Comissão do Mensalão, vai ficar de fora?

Então, é esta a questão que eu proponho: devemos até ter razões para não chamá-lo, mas eu acho que faz parte do jogo, faz parte de tudo aquilo que corresponde ao objetivo desta Comissão.

Delúbio Soares não pode ficar fora desse entrançamento entre o Mensalão, que é o Marcos Valério e os sacadores.

Era só isto, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO)

– Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Sr.

Presidente, são duas colocações que eu queria fazer.

V. Exª acabou de afirmar que não estão todos intimados. Se não estão todos intimados, pode acontecer de alguém não ser intimado. Então, acho que em vez de terça-feira, seria bom marcar para outro dia para dar prazo maior para todos estarem intimados.

Data vênica do Sr. Relator, mesmo que o Sr. Delúbio Soares esteja numa posição passiva, eu acho que ele deveria estar presente, até para evitar a fuga do Sr. Marcos Valério: “Ah, isto eu não sei porque o Delúbio é quem autorizou”, ou “Isto eu não sei porque o Delúbio...”

Então, não sendo passivamente, Sr. Relator, eu acho que nós deveríamos aprovar a convocação do Sr. Delúbio Soares para esta acareação.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO)

– Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Sr. Pre-

sidente, peço também a palavra para uma questão de ordem.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – Sr. Presidente, espero que haja entre os nobres membros desta Comissão alguém que tenha feito o curso ginasial no tempo em que se estudava latim: **quod abundat non nocet lat** – o que é abundante não prejudica.

De sorte que eu estou de acordo com que o Sr. Delúbio Soares compareça e permaneça durante as acareações.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO)

– Concedo a palavra ao Deputado Devanir Ribeiro, em seguida.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mas a acareação, para a tranquilidade do ilustre Deputado, será feita como deve ser feita. Quer dizer, as testemunhas, as pessoas ficarão isoladas. Nós teremos que providenciar locais para que elas fiquem. Não poderão ficar em contato umas com as outras, evidentemente. O Sr. Delúbio Soares e o Sr. Marcos Valério ficarão aqui, e entrarão uma por uma, de acordo com a chamada. Nós vamos conferir. Para que isto? Para quê? Vou repetir para não ser objeto de crítica indevida: não tem a menor importância para caracterizar o delito que a importância tenha sido 10 milhões ou 6 milhões. O delito houve. Não se modifica em virtude do volume. Mas nós precisamos saber – eu acho que devemos saber – quanto, afinal de contas, somam todas essas parcelas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Parabéns, Sr. Relator. Parabéns.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – É só isto. Agora, se, por ventura também, a Comissão achar que essa acareação é dispensável, para mim não tem problema nenhum. Eu estou em condições.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, senhor. É o ponto alto da nossa Comissão.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG)

– Então, o Sr. Presidente já determinou quais as audiências serão feitas na semana que vem. Eu vou fazer um requerimento a S. Exª, por escrito, com os demais nomes, para que S. Exª possa, também, elaborar calmamente o seu calendário e, com isso, nós partiremos para o final dos trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO)

– Concedo a palavra ao nobre Deputado Devanir Ribeiro. Mas, antes, um detalhe: é evidente que nós teremos que, então, convocar o Sr. Delúbio Soares para que ele compareça. E, depois de toda essa discussão – eu acho que a questão está maturando –, nós vamos propor uma modificação dessas datas.

Ouçõ o Deputado Devanir Ribeiro e, em seguida, o Sr. Luiz Couto.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT-SP) – Sr. Presidente, eu acho que nós, aqui, voltamos àquilo que a Deputada Zulaiê Cobra falou: que temos que ser objetivos. Nós não somos objetivos. Imagino que, no dia da acareação, vai ser pior ainda, por mais que nós queiramos ser objetivos. Por quê? O Delúbio já foi objeto de discussão no dia em que nós aprovamos os

nomes da acareação. Por que, agora, voltou à tona? Ela foi voto vencido. O Delúbio Soares não consta aqui na relação. Aquela que foi aprovada, não.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO)

– Ele foi excluído. O requerimento é meu, e ele foi excluído. Ele não foi votado. Ele foi excluído.

Eu vou dar uma explicação sobre este ponto porque a idéia naquele momento, o escopo da acareação era saber exatamente quem entregou, e quem entregou foi o Sr. Marcos Valério e a Secretária Simone.

Então, essas pessoas vieram aqui, na frente “Não. Entreguei no lugar tal e no dia tal...” “V. Sª estava vestido assim ou acolá?” Isso são detalhes que possam enriquecer e formar elementos de convicção de quem entregou. “Entreguei, sim, em 10 pacotes ou em 5 pacotes.” São detalhes. Acho que, nesse dia, é importante que o Relator faça as perguntas. Se houver algumas perguntas próprias, V. Exªs, então, farão perguntas. Não vamos fazer discursos, não vamos fazer libelos políticos. Vamos fazer uma acareação objetiva. Quem tiver uma pergunta, faça-a. Não vamos repetir perguntas. Eu vou ser rígido nesse dia. Não vou admitir perguntas repetidas. V. Exªs vão me desculpar.

Eu vou concluir. É por isto que eu estou dando essa explicação a V. Sª

Como, agora, vem a necessidade e, em alguns pontos, o Sr. Delúbio Soares poderá esclarecer, a Comissão vai decidir, soberanamente, se quer ou não a presença. Haveremos de apresentar um requerimento neste sentido. O Relator, certamente, está propondo um requerimento para que nós possamos votá-lo. Não, é preciso votar. É preciso votar a convocação deles.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT-SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO)

– Não, é preciso; e eu não vou abrir mão disto: votaremos.

Com a palavra o Deputado Devanir Ribeiro a quem dei as informações.

O SR. JAMIL MURAD (PSDB – SP) – Sr. Presidente, é só para informar que daqueles que já foi aprovada a convocação é para quantas vezes...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO)

– **Eu devolvo a palavra ao nobre Deputado Devanir Ribeiro.**

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT-SP) – Sr. Presidente, eu acho isso um absurdo. Cada um tem uma interpretação. Eu até concordo. Se for o caso de haver um acordo... porque essa convocatória foi feita em um acordo. Não foi votado, mas foi um acordo de consenso. Tudo bem. Mas o nome do Delúbio Soares foi discutido naquela época, e nós achamos que não deveria ter.

Agora volta à tona. Agora, a interpretação do Murad é que ele interpreta assim: “Uma...”

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Inclusive, o Senador Álvaro Dias foi contrário...

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT-SP) – “...vez, sempre.” Não é assim. A interpretação é outra.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO) – Eu concedo a palavra asseguro a palavra ao nobre Deputado Devanir Ribeiro.

Nobre Deputado Moroni Torgan, peço a V. Ex^a...

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Quando V. Ex^a fala, eu ouço. Eu gostaria que V. Ex^a me ouvisse. O senhor tem um pensamento, e eu tenho outro pensamento. Eu acho que não é assim. Porque, se nós formos fazer dessa forma, daqui a alguns dias... E eu estou me preocupando pelo seguinte: o Relator, com toda a clareza, como advogado, como jurista e tal, fez uma proposta para a acareação. Tudo bem, nas melhores das boas intenções. Mas imaginem: se nós não chegamos a um acordo sobre aquilo que nós discutimos há 15 ou 20 dias – que o Delúbio não tinha que estar –, e agora já está a interpretação de que, uma vez convocado, é sempre convocado, é outra interpretação.

Eu não acho que seja bicho de sete cabeças vir um a mais ou um a menos. Não é este o problema. Mas nós temos que colocar as regras, porque, aqui, é o seguinte: o cara dorme hoje e amanhã ele vem e diz: “Não é bem isto. Eu quero mais aquilo”. Não é assim. Se for para isso, então, temos que votar. Temos que pôr os pingos nos “is”, se não, não dá para fazer. Cada um tira da sua cartola uma idéia e uma sugestão, e nós passamos a discutir. Eu acho que não pode ser assim. Ter que ter respeito ao Presidente, ao Relator e a todos nós que estamos aqui como membros desta Comissão, mas, também, temos que respeitar aquilo que nós aprovamos ou acordamos. Não votamos, mas acordamos. É mais do que votar, muito mais.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO) – Devo informar a V. Ex^a que, por meio de um acordo, foi votado e consta da Ata que foi aprovada a reconvocação.

Da mesma maneira, nós vamos fazê-lo agora. Haverá uma votação de reconvocação; vamos fazer assim, porque assim foi procedido com relação aos demais. E terá que ser procedido com relação ao Sr. Delúbio Soares.

Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, a acareação era em cima da lista que o Sr. Marcos Valério entregou...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO) – Perfeito.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – E aquela lista das pessoas que foram ouvidas. Então, a acareação é que alguns disseram não terem recebido aquela quantia que o Sr. Marcos Valério disse ter entregue. Então, não vejo razão de nós convocarmos o Sr. Delúbio porque, na realidade, é o Sr. Marcos Valério que vai dizer...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – Acontece que a audiência resolveu convocar. Eu fui vencido.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Pois é, mas ainda não decidimos porque tem que ter...

O SR. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Qual é o medo de convocar?

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – É o que nós votamos naquele dia.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO) – A palavra está assegurada ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Então, a cada momento... esse pessoal do PFL não quer escutar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Sempre respeito e escuto... Então, escuta o que eu digo também, tá? Pelo menos tem que respeitar aqui... parece que palavra não vale nada aqui.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex^a está com a palavra, pode continuar.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Eu acho o seguinte: estamos, agora, a cada momento... votamos um requerimento onde o nome de Delúbio estava, e foi retirado, porque era para fazer acareação entre os que dizem quem pagou e os que receberam. Foi isso o que foi votado. Então, não vamos aceitar, ou seja, que, a cada momento, nós tenhamos... e vamos pedir verificação, ou seja, verificação... vamos pedir assim, e pronto. Eu quero o seguinte: que nós façamos a acareação entre quem pagou e quem recebeu. É isso que é importante.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Vamos votar, Sr. Presidente, vamos votar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nós temos que ter método, Sr. Presidente. E temos que deixar as questões políticas de lado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu não lhe concedi a palavra, mas eu vou lhe conceder agora.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Olha aqui, Sr. Presidente, agora eu vou ficar brava! Agora eu vou ficar brava! Quem é o Deputado Odair Cunha para vir aqui falar que nós temos de deixar de lado as questões políticas?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E quem é a Deputada Zulaiê para tomar a palavra do Odair Cunha?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Nós estamos falando em questões sérias. Delúbio Soares é um homem sério. Nós temos que ter ele aqui. É uma questão de vida ou morte desta Comissão!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Deputada Zulaiê Cobra, eu concedo ao Odair Cunha... S. Exª abriu mão da palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Abriu mão da palavra.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

Eu vou submeter ao Plenário...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas, infelizmente, não há quórum ainda para votação.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sr. Presidente, não há quorum para a verificação. É diferente. Para votação, há.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nós, para votação, temos que ter a maioria mais um presente.

Nesse momento, a consulto a Secretaria. Não há quórum neste momento. Isto é, podemos abrir a reunião, discutir as matérias, mas não poderemos votar.

Eu concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, eu gostaria de deixar claro que as propostas que fiz tem por objetivo organizar o término dos trabalhos da nossa Comissão.

Estou convencido de que essas providências exaurem todas aquelas diligências necessárias à compreensão do fenômeno que deveremos descrever no nosso relatório. Eu gostaria de suscitar a hipótese de alguma outra providência que pudesse ser tomada, porque, da minha parte, entendendo que essas providências saneiam completamente o processo, não estarei inclinado, daqui para frente, a apoiar novos pedidos de depoimentos.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes de conceder a palavra V. Exª, nobre Vice-Presidente, eu quero fazer uma reconciliação, um reajuste, porque eu vejo que nós temos, para o dia 25 já, a convocação dos ex-deputados Osmir Lima e Chicão Brígido. Manteríamos esses depoimentos para terça-feira;

na quarta-feira, o Deputado Ronivon; na quinta-feira, a acareação, porque assim daremos maior tempo para que se possa fazer a acareação; na sexta-feira, então, vamos ouvir o Sr. Roberto da Costa Pinto. Vamos até a sexta-feira trabalhando na semana que vem.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, permita-me só uma indagação a V. Exª. É que, por ventura, se algum dos convidados apresentar atestado médico, mais uma vez, V. Exª tomará que tipo de providência?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu mandarei buscar sob varas. Eu já estou cansado dessas eternas evasivas, justificativas... Isso está desmoralizando a Comissão.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Posso dar uma sugestão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. Nem que seja de padioló.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Uma sugestão, nesse caso, principalmente com atestado médico, tem, V. Exª, a possibilidade de fazer uma junta médica e ir buscar...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Claro. Faremos isso como providência preliminar.

Mas eu concedo a palavra ao nobre Vice-Presidente Baltazar.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu gostaria de saber como é que ficou... Porque a minha casa foi assaltada, foi roubada, e eu estou aqui no telefone vendo um assalto em São Paulo... E, aqui, o que decidiram agora?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não podemos decidir agora porque não há quórum para tomar qualquer decisão.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, eu quero saber como ficou para terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Terça-feira, vamos manter, para não alterar, o Sr. Osmir Lima...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, acareação ficou para outro dia?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Acareação na quinta-feira.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Então está bom. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Agora vamos votar o Sr. Delúbio. Se houver número...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas se nós formos prorrogar isso, eternamente, perdo de todo o sentido.

Nós vamos ver se conseguiremos, aqui, quórum. Aqui, o que eu vou olhar é o quórum do livro; havendo quórum do livro, poderemos votar. Quer dizer, quem se ausentar já emprestou o seu nome e a sua contribuição para o quórum. Então, eu vou tomar a decisão, não tem nenhum problema.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PDMB – RO) – Então, só para concluir a informação a V. Ex^a: na sexta-feira, nós iríamos ouvir o Sr. Roberto Costa Pinto. Perfeito?

Concedo a palavra a V. Ex^a... mas eu já tinha concedido ao nobre Vice-Presidente. Fique à vontade.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria esperar um pouquinho aqui...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Sr. Presidente, o Sr. Relator colocou a questão do encaminhamento para o final desse processo todo a que a CPI precisa chegar, a algum ponto. E falou da questão das últimas convocações.

Eu queria lembrar algumas questões fundamentais, e eu queria pedir a atenção para isso, porque uma das questões sobre o que a CPI tem que se debriçar, e está buscando se debriçar, é as fontes de financiamento, que são fundamentais: o mensalão, a compra de votos.

E existem requerimentos... Eu gostaria só, para que a gente pudesse... Agora que nós teremos a auditoria.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – É o requerimento de quem?

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – O requerimento que eu fiz, 458.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Refere-se a quê?

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – À quebra de sigilo bancário, à transferências, a operações da BMF com os fundos de pensão: Portos, Postalis, Serpro, Eletros.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Vice-Presidente, o que nós tentamos disciplinar aqui foi o calendário da tomada de depoimentos.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Eu não tenho dúvida disso.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Nós não fizemos nenhuma referência restritiva à continuidade de discussão de documento de quebra de sigilos. Tudo isso continua sendo feito com muita

competência pela assessoria, sob a presidência do Senador Tourinho. O que era preciso colocar em ordem, era o calendário de depoimento. O resto prossegue como vem sendo...

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Eu não tenho dúvida, Sr. Relator dessa colocação de V. Ex^a. Eu estou lembrando que, como o final do processo vai chegar aí, e nós vamos ter as assessorias, e a sugestão do Deputado, ontem aqui, João Correia, de que tivéssemos até (*inaudível*) a Receita Federal, eu estou propondo que a gente pelo menos aprove... porque isso aqui não foi nem aprovado. Está colocado o requerimento, devem existir outros, que são as operações de 1998 a 2005, na BMF, que tem suspeitas claras. Existem relatórios apontando a questão das corretoras com esses fundos de pensão. Portanto, a quebra dos sigilos das operações é fundamental.

Só estou lembrando que a gente não pode deixar para muito ao final, senão nós não vamos concluir e vamos deixar por fora algo extremamente importante. Só estou contribuindo, é claro que V. Ex^a tem colocado e está fazendo trabalhos nos depoimentos, mas esta questão eu penso que é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu apenas queria esclarecer a V. Ex^a, nobre Vice-Presidente, que nós queríamos hoje tomar decisões sobre uma série de requerimentos, limpar a pauta. Inclusive, eu queria fazer uma proposta preliminar que os autores dos requerimentos – isso já fiz anteriormente – lessem a relação e reafirmassem o desejo ou a vontade de que esses requerimentos fossem ou não à apreciação. Se não forem por iniciativa própria exclusiva, autônoma, independente, de cada autor, nós iríamos dispensá-los e eles iriam para o arquivo desde logo.

Agora, no demais, se nós tivéssemos quórum, hoje, nós iríamos tentar limpar a pauta. Infelizmente, eu não posso fazer milagre. E tem um momento também que a CPI tem que ter um pouco de moral de auto-estima. Se nós não tivermos as presenças necessárias, durante mais algum tempo, não tem sentido permanecermos aqui sem poder tomar nenhuma decisão. Esclarecimentos foram feitos, o Sr. Relator fez propostas. Tomamos a decisão de marcar a agenda porque não depende de decisão do Plenário, mas tudo que depender do Plenário precisamos refazer. Quer dizer, eu entendo que nós teremos, na próxima terça-feira ainda, essa oitiva e, naquele momento, poderemos tomar alguma decisão de caráter administrativo.

E eu pediria que tivéssemos aqui um consenso, se possível, quanto à presença do Sr. Delúbio Soares. Temos que esclarecer. A presença do Sr. Delúbio Soares poderá esclarecer mais algum fato? Ele já veio, já foi inquirido. As inquirições serão mínimas. Não haverá

inquirição propriamente. O que ele vai dizer é se alguém recebeu ou não recebeu. E vai dizer “Recebi tanto.” O Sr. Marcos Valério, “Não, entreguei X; entreguei X mais Y. Entreguei no dia tal e nas condições tal.” A Secretária Simone vai estar “Não, eu estava, você foi lá e tal.” Quer dizer, de repente, nós poderemos esclarecer.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor me permite só um aparte, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu proporia que, sobretudo, o partido de apoio ao Governo concordasse logo para evitar maior demanda...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Pela oportunidade, Sr. Presidente, porque fica pensando, para nós... O senhor viu, ontem, a matéria que saiu em **O Globo** falando que nós não estamos servindo para nada, que esta CPI é uma CPI que não tem sentido? Se nós não chamarmos o Delúbio... eu também, antigamente, pensava que não precisávamos do Delúbio. Eu mudei de opinião, Sr. Presidente, Sr. Relator, por causa da pressão, porque eles estão achando que nós estamos aliviando justamente o homem que é um homem importante nesse esquema. E é só por isso! E ele não vai acrescentar muita coisa, mas se nós abirmos mão dele, vão achar que nós estamos pegando Marcos Valério, a Ivone, e nós vamos votar...

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu peço a V. Exª, porque essa matéria já foi discutida... Eu vou colocar em votação. A matéria já foi devidamente discutida.

Vou colocar em votação. É o requerimento do Sr. Relator que acabou assumindo... concordou...

Então, eu quero submeter à votação a reconvocação do Sr. Delúbio Soares para participar da audiência de acareação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordarem com a reconvocação queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, com os votos contrários...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, peço verificação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem pediu verificação? O Sr. Odair Cunha?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu queria fazer um apelo ao Deputado Odair Cunha de evitarmos essa verificação. Nós sempre agimos aqui de comum acordo. Eu pediria que nós sempre fizéssemos um acordo...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Vejam que a nobre Deputada Zulaiê abriu mão do Ricardo Sérgio porque queria justamente que continuassem as

investigações. Eu lamento se esse exemplo da Deputada Zulaiê não for seguido pelo PT.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Se não for aprovado o Delúbio... *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pelo pedido de verificação, a sessão da oitava não aconteceria porque a sessão seria encerrada.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Olha, eu lamento. Lamento profundamente porque o discurso é de um jeito, e a prática é de outro.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu quero fazer um apelo ao nobre Deputado Odair, se mantém ou não... No entendimento que sempre tivemos, eu não vejo nenhum prejuízo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É uma piada de salão. Eu não vejo nenhum impedimento para o Sr. Delúbio. É uma piada de salão! Tem razão o Delúbio.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Seguindo, qual será o procedimento seguinte?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O procedimento será apenas isso, nobre Deputado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Aí nós encerramos a reunião?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Hoje, sim, é só essa votação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Acho que ela tem razão de ser, Sr. Presidente, então, vou abrir mão.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então, depois nós encerramos essa reunião?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordarem queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O nobre Deputado Odair Cunha retirou o pedido de verificação.

Portanto, está aprovada a reconvocação.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h42min.)

ATA DA 27ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO 2005

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, às doze horas e quatorze minutos, na sala 06, da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência da Deputada Zulaiê Cobra e ainda com as presenças dos Senadores Romeu Tuma, Rodolpho Tourinho, Sibá Machado, Ana Julia Carepa, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Paulo Octávio, Valdir Raupp, João Alberto de Souza; e dos Deputados Luiz Couto, Odair Cunha,

João Correia, Gastão Vieira, Wladimir Costa, José Rocha, Júlio Redecker, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, Luiz Antonio Fleury, José Carlos Araújo, Daniel Almeida, Eduardo Valverde, Pedro Canedo e Marcus Vicente, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 01/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS”. Havendo número regimental a Presidenta declara abertos os trabalhos da 27ª reunião. A Presidenta informa que a pauta da presente reunião se destina à oitiva do ex-Deputado Osmir Lima. O Deputado Ibrahim Abi-Ackel esclarece que o Deputado Chicão Brígido não foi localizado pela comissão, nem pela Polícia Federal. A Presidenta convida o Ex-Deputado Osmir Lima a sentar-se a mesa e concede-lhe a palavra para seus esclarecimentos iniciais, passando, em seguida, a palavra ao Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, para o início da inquirição. O senador Amir Lando assume a presidência e, ato contínuo, passa a palavra aos seguintes parlamentares: Fernando Coruja, Zulaiê Cobra, Júlio Redecker, José Carlos Araújo, Daniel Almeida, João Correia, Odair Cunha, Luiz Couto, Gastão Vieira, Eduardo Valverde, Eduardo Suplicy e Agnaldo Muniz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e seis minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia vinte e seis de outubro deste ano. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia Baraviera*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 7, de 2005, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional com a finalidade de aprovar as matérias do Poder Executivo e as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de

Emenda à Constituição nº 1/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva do Sr. ex-Deputado Osmir Lima.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB-SP) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Srª Presidente, de acordo com a agenda definida na semana passada, deveríamos ter oitiva na sexta-feira, que é dia do servidor público e não tem expediente. A questão que levanto é se vamos antecipar ou colocaremos a oitiva da sexta-feira para a terça-feira que vem.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – A sua colocação é pertinente, Deputado Luiz Couto.

Concedo a palavra ao nosso Relator, para que ele se manifeste.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – BA) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Srª Presidente, esse é um assunto pertinente, que o Deputado Luiz Couto levanta, e temos que deliberar a esse respeito. Estava programada a oitiva também do Sr. Chicão Brígido...

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – É para isso que vou dar a palavra ao Sr. Relator.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Ah, vai ter um esclarecimento a esse respeito.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – É por isso que, em seguida, já dou a palavra para ele, e ele já discute as duas matérias.

O SR. WLADIMIR COSTA (PMDB – PA) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Concedo a palavra ao digníssimo Deputado.

O SR. WLADIMIR COSTA (PMDB – PA) – Muito obrigado, Presidente Zulaiê.

Deputado Ibrahim Abi-Ackel, eu gostaria de solicitar, através de um requerimento de minha autoria, aos nobres Pares, à Srª Presidente e ao Relator que, nas oitivas desta quinta-feira, quando intermediários, quando os financeiros aqui envolvidos e também o Presidente Valdemar Costa Neto, que houvesse uma divisão, até para a gente... Haja vista que a matéria é um tanto quanto complexa e os depoimentos vão ser muito demorados e os colegas estão bastante atentos, peço o apoio de todos os membros desta

Comissão para que nas oitavas desta quinta-feira nós façamos uma divisão dos depoimentos. Eu gostaria de pedir o apoio de V. Ex^{as}. Já estou ultimando a nossa redação para impetrar esse requerimento.

A SR^a PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Deputado, o senhor não esteve na última reunião nossa, na semana passada. Já discutimos a matéria e já vai haver essa maneira intercalada.

Vou conceder a palavra ao Relator porque ele vai esclarecer a questão de ordem do Deputado Luiz Couto, a questão do Deputado Daniel Almeida e a sua questão também, Deputado...

O SR. WLADIMIR COSTA (PMDB – PA) – Eu só gostaria de concluir, Presidenta, sobre a importância de aprovarmos. Não somos contra a acareação, em hipótese alguma. Achamos até de fundamental importância para o enriquecimento das nossas investigações, do trabalho. Ficará bem melhor se dividirmos quatro e quatro, haja vista que são oito, e outros Presidentes...

A SR^a PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Já há a divisão. Já há uma divisão.

O SR. WLADIMIR COSTA (PMDB – PA) – Mas são oito num único dia. E o Relator, inclusive, se demonstrou sensível para fazer uma análise.

A SR^a PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Vou dar a palavra... Já tínhamos deliberado e votado na semana passada.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Se o Deputado me permitisse, eu gostaria de dar uma explicação. Se a explicação não for satisfatória, se forem suscitadas outras questões, examinaremos com a maior boa vontade.

Em primeiro lugar, quero esclarecer à Comissão e à imprensa, principalmente, nossa grande colaboradora, que estamos iniciando hoje a tomada de depoimentos pertinentes à segunda atribuição dada à esta Comissão, que é a de apurar a possível doação de vantagens para a aprovação da emenda da reeleição.

Isso, absolutamente, não significa que os depoimentos referentes à primeira parte, isto é, àquela possível doação de recursos para aprovação de matérias do interesse do atual Governo, já tenham sido concluídas. Não foram. Há uma relação de oito a nove pessoas ainda a serem ouvidas, já requeridas, inclusive pela ilustre Presidente, que se encontra na dependência do Presidente Amir Lando, para que ele submeta à apreciação do Plenário da Comissão. São testemunhas referentes ao primeiro caso, são testemunhas referentes à doação de recursos pelo Sr. Marcos Valério a partido no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, em Pernambuco. Há ainda a audiência do Sr. Ministro Anderson Adauto, e outros, requerida

pela Deputada Zulaiê Cobra, que dependem, ainda, do calendário para que eles sejam ouvidos.

Simultaneamente, vamos continuar ouvindo as pessoas supostamente envolvidas na alegada compra de votos para a aprovação da emenda da reeleição. Quero deixar isso claro para que não se suponham duas coisas: primeiro, que já se esgotou a primeira parte e, segundo, que está havendo mistura de matéria. Não está. Não podíamos era alongar mais ainda o início da tomada de depoimentos quanto a esse segundo objetivo.

Quanto à questão do servidor público, se não vai haver expediente na sexta-feira, não haverá como reunir a Comissão. Então, o meu parecer é no sentido de que a Sr^a Presidente marque a data de segunda ou terça-feira subsequente para a tomada do depoimento marcado para sexta-feira.

Quanto à acareação, desejo dar uma explicação tão minuciosa e clara quanto possível. A acareação se destina a estabelecer exclusivamente a clara e provada diferença relacionada com as quantias transmitidas por uns a outros.

Por exemplo, o Sr. Marcos Valério e a Sr^a Simone Vasconcelos asseguram que passaram ao Partido Liberal, através do seu Presidente, Deputado Valdemar Costa Neto, e do seu tesoureiro, Jacinto Lamas, a importância de dez milhões e pouco. O Sr. Jacinto Lamas, de comum acordo, não combinadamente, mas simultaneamente com o Deputado Valdemar Costa Neto, afirma que o PL recebeu apenas R\$6 milhões. Temos aí uma diferença de R\$4 milhões.

O Sr. Carvalho Genu sustenta que recebeu na boca do cofre do Banco Rural, em Brasília, a quantia de R\$700 mil. O Sr. Marcos Valério sustenta, por escrito, que pagou ao Sr. Carvalho Genu a importância de R\$4.1 milhões.

Outro exemplo. O Sr. Emerson Palmieri afirmou aqui, diante de todos nós, que jamais recebeu um centavo do Sr. Marcos Valério. O Sr. Marcos Valério dá uma declaração escrita de que pagou a ele R\$2.2 milhões.

E assim, sucessivamente, temos uma série de discrepâncias entre as quantias ditas que foram pagas e as quantias ditas que foram recebidas. Isso, no final, dá uma volumosa importância de cerca de R\$20 milhões. É natural que esta Comissão queira saber onde foram aplicados os R\$20 milhões ou se as partes que receberam as importâncias não estão falando a verdade no que diz respeito ao montante da quantia recebida.

Nós, então, requeremos uma acareação. Essa acareação será feita de acordo com o Código de Processo Penal, matéria do farto e minucioso conhecimen-

to da nossa ilustre Presidente, Deputada criminalista. Ela se destina a colocar, de um lado, o Sr. Delúbio Soares, que mandou pagar, o Sr. Marcos Valério, que levantou o dinheiro, e a D^a Simone Vasconcelos, que entregou o dinheiro.

Cada um daqueles que foi ao Banco Rural receber a importância será acareado com os três, isoladamente. Não haverá debate entre os acareados. Eles não trocarão explicações entre si, nem criticarão declarações recíprocas por ventura feitas no decurso da acareação. Eles responderão apenas às perguntas que lhes forem dirigidas pelos Deputados que resolverem inquiri-los. É assim que se faz acareação.

Estabelecido esse processo de acareação, verifiquemos quais são as pessoas que devem ser acareadas. Devem ser acareados com o Sr. Delúbio, com o Sr. Marcos Valério e com a D^a Simone Vasconcelos, de um lado, aqueles que receberam importância. Por exemplo: tem surpreendido o fato de que apenas um Presidente do partido tenha sido convidado ou intimado para acareação, que é o Deputado Valdemar Costa Neto. Por quê? Porque ele recebeu, pessoalmente, em São Paulo, segundo declarou aqui, na sua casa, recursos de maneira direta, além do Sr. Jacinto Lamas, que foi ao banco receber recursos.

O Presidente do PP não foi convidado porque ele nunca foi ao banco para receber recursos; quem recebeu foi o Sr. João Cláudio de Carvalho Genu. Não me adianta nada trazer aqui o Sr. Pedro Corrêa, porque ele vai dizer: eu recebi aquilo que o Sr. João Cláudio de Carvalho Genu apanhou e trouxe para mim. Ele não foi lá receber.

Então, elaborei a lista daqueles que receberam, quer dizer, daqueles que puseram a mão no dinheiro, transportaram o dinheiro e entregaram o dinheiro. Esses é que têm que ser acareados. Se, por ventura, a Comissão entender que deve ouvir outros, obviamente, a Comissão, por sua maioria, decidirá da melhor maneira possível e o Relator terá que se dobrar a essa conveniência.

Essa alegação de que, porque ouviu um Presidente de partido, tem que ouvir todos não é procedente, porque temos que ouvir pessoas não porque sejam presidentes de partido, mas porque tenham recebido importâncias em espécie. É a explicação que estou dando para as pessoas que foram por mim selecionadas e aprovadas pela Comissão como aquelas que deverão ser objeto da acareação.

São essas, Sr^a Presidente, senhores membros da Comissão, as explicações que devo dar a respeito.

A SR^a PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– E a ausência do Sr. Chicão Brígido?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O Sr. Chicão Brígido foi procurado pela Secretaria desta Comissão. Foi procurado pela Secretaria desta Comissão e não foi encontrado. Num dos telefonemas chegaram a avisar da casa dele que ele mandou avisar que não estava.

Apelou-se para a Polícia Federal, que o procurou em Brasília e na sua residência no Estado e não o encontrou. De sorte que estou propondo ao Sr. Presidente da Comissão que determine a sua vinda a esta Comissão na forma conceituada em lei, que se chama “debaixo de vara”. Não há outra solução. Estou propondo ao Sr. Presidente que tome essa providência junto à Polícia Federal.

A SR^a PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Com as explicações do nosso Relator, Deputado Vladimir Costa, V. Ex^a quer acrescentar? Ele já falou que vai ser feito tudo num dia só, porque é muito rápido e não vai exigir que possamos fazer em vários dias.

O SR. WLADIMIR COSTA (PMDB – PA) – Não, é só concluir dizendo que não sou contra a acareação, nenhum de nós é. Aliás, entendemos de fundamental importância para todos nós. Só pedimos que V. Ex^{as} fiquem sensíveis na divisão: primeiro os tesoureiros, os intermediários, e em seguida o Valdemar Costa Neto e outros Presidentes, se a Comissão entender que é importante que outros Presidentes envolvidos ou intermediários, se pegaram na boca do cofre, se pegaram na boca do caixa, se não pegaram, se receberam dos seus respectivos partidos.

A SR^a PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– A sua colocação é que haja no momento uma mudança de entrada, quem entra. Isso podemos decidir no dia.

O SR. WLADIMIR COSTA (PMDB – PA) – Não, não é isso, não. Os tesoureiros e os intermediários num dia e, **a posteriori**, pode ser até no dia seguinte...

A SR^a PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Não, não, já tínhamos marcado tudo num dia só, Deputado. Acho que podemos fazer tudo. Se não houver tempo suficiente, aí sim. Se no dia, quinta-feira, pelo adiantado da hora, notarmos que não haverá possibilidade, Sr. Relator, aí sim poderíamos deixar. Agora, estamos todos voltados a um dia só. Já há pauta, já foram todos intimados para o mesmo dia, até porque na semana passada discutimos a matéria de maneira exaustiva e assim foi decidido.

Eu gostaria, Srs. Deputados, de darmos início ao depoimento.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Sr^a Presidente, eu queria uma questão...

A SR^a PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Pois não, Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Quería ainda uma questão, Srª Presidenta. Parece-me que essa ausência do Sr. Chicão Brígido é muito grave. Já tivemos que adiar outros depoimentos aqui em função da ausência dos depoentes por razões, justificativas, viagens. Tivemos o exemplo do Citicorp, depois o Ronivon Santiago, que apresentou um atestado médico falando da sua impossibilidade de comparecer, e, agora, a situação do Sr. Chicão Brígido. Se nós não vamos ter audiências na sexta-feira, em função da impossibilidade de funcionamento da Casa e a semana que vem é uma semana atípica – há um feriado no meio da semana, na quarta-feira –, podemos até funcionar na segunda e na terça-feira, mas dificilmente teremos ritmo para funcionar durante toda semana. Teríamos que providenciar a oitiva do Sr. Chicão Brígido ainda esta semana. Ou amanhã ou depois de amanhã. Como quinta-feira é um dia de grande dificuldade, porque teremos o dia inteiro com a acareação – seguramente entraremos na noite com essa acareação –, sugiro que providenciemos a convocação do Sr. Chicão Brígido ainda para amanhã, que determinemos as providências junto à Polícia Federal.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Desculpe, mas talvez V. Exª não estivesse presente...

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Eu estou sempre presente em todas as reuniões.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O Sr. Chicão Brígido fugiu à intimação.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Eu ouvi a explicação de V. Exª.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A única providência que cabe a esta Mesa é pedir à Polícia Federal que o traga sob vara, sob coação. Não há mais nada o que fazer.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Mas é isso que estou propondo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Aqui está a declaração da Polícia Federal: “Informo a V. Sª que foram realizadas diligências no sentido de localizar o Sr. Chicão Brígido na cidade de Rio Branco, não sendo possível localizar o nominado. Os telefones disponíveis prováveis com que se poderia falar com o nominado encontram-se desligados. Foi obtido de um funcionário da farmácia Ouro Preto, de nome Jorge, que o Sr. Chicão Brígido está em Brasília e que estaria retornando a Rio Branco no sábado próximo, dia 29/10/2005. Procurado em Brasília, não foi encontrado.”

É a afirmação da Polícia Federal, do agente da Polícia Federal Jean Claude Gama Parente para o Superintendente Regional. É uma informação oficial.

A única coisa que podemos fazer é marcar uma nova data e pedir à Polícia Federal que o intime. Essa providência já foi tomada.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – É exatamente isso, Sr. Relator. Acho que V. Exª está também indignado com esse procedimento, buscando adotar todas as providências. Não é culpa desta Comissão, nem do relator, nem da Presidência, sem dúvida alguma, nem da Polícia Federal. Mas deveríamos indicar uma nova data e um novo horário que, na minha opinião, deveria ser amanhã, e dar conhecimento. O advogado do Sr. Chicão Brígido estava dando entrevista, segundo informação, ainda há pouco aqui. Então, se o advogado comparece, vem a público dar entrevista e o Sr. Chicão Brígido não aparece, devemos absorver isso como uma atitude de desrespeito a esta Comissão.

Temos que marcar uma nova data e solicitar mais uma vez à Polícia Federal que adote as providências.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O advogado tem prerrogativas asseguradas em lei federal, ele não é parte, e não vou tomar conhecimento das declarações que ele prestou. O fato é que o Sr. Chicão Brígido não foi encontrado. Eu acho perigoso marcar para amanhã porque podemos fazer outra tentativa frustrada.

Temo porque, pelo Regimento, ele tem que ser convocado com 48 horas de antecedência. Então, só pode ser mesmo na semana que vem. Nós tomaremos todas as providências, é evidente, quanto mais democráticas possíveis, para que ele compareça. Terá que ser através da Polícia Federal porque a Secretaria da Comissão não o encontra, não tem como, nem a Polícia Federal o encontrou.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Srª Presidente, salvo engano, ou salvo melhor juízo, parece que o vi nos corredores da Câmara.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB-SP) – Mas o homem está foragido. O senhor pode ter encontrado com ele, mas ele está foragido.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Parece que o vi passeando na Câmara ontem.

O SR. PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Deputado Valverde, nós não vamos prendê-lo.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Eu não sabia que ele estava foragido. Se soubesse, teria dado ordem de prisão.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mesmo que ele esteja nos corredores da Câmara, nenhum de nós tem autoridade para forçá-lo fisicamente.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Eu também. Não sabia que haveria esse incidente hoje. Mas o vi passeando pela Câmara.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Infelizmente, senão o senhor teria... Deputado Wladimir.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Eu vou seguir o seu conselho da próxima vez.

O SR. WLADIMIR COSTA (PMDB – PA) – Presidente, o que me preocupa, não sei se pelo fato de o Deputado Chicão Brígido ter sido diplomado no seu Estado, aguardando somente a sua nomeação aqui, não incorreríamos... Desculpe, não sou advogado, não tenho embasamento jurídico, mas estamos muito bem servidos aqui de advogado. Mas como o Brígido é um parlamentar que está passando por extremas dificuldades aqui, foi diplomado, ganhou todos os recursos, só está aguardando mesmo a sua diplomação. Talvez esteja aguardando que a Casa proceda a seu favor, porque ele foi diplomado, ganhou em todas as instâncias no Supremo Tribunal Federal e, talvez, esteja aguardando para poder usufruir das prerrogativas de parlamentar.

Sinceramente, não concordo que sejam usados estes métodos assim: debaixo de vara, ou algemá-lo, ou arrastá-lo ou jogá-lo no camburão. Porque o que interpretamos do termo “debaixo de vara”... É um colega do PMDB, do meu Partido, eu também tenho obrigação de defender os parlamentares do meu Partido.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – V. Exª já fez a defesa dele, e o Deputado Valverde já está com a “mãozinha”, chateado por não ter pego ele no corredor. Mas, de qualquer maneira, o Deputado Odair pede a palavra. (Pausa.)

O SR. WLADIMIR COSTA (PMDB – PA) – Já que se fala em justiça, vamos diplomar o Chicão Brígido na próxima. Já que se está querendo fazer tanta justiça, vamos diplomá-lo parlamentar. Assim que terminar a oitiva do Chicão, vamos chamar o Presidente da Casa e vamos diplomar o Chicão aqui, para fazer justiça.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Deputado Wladimir, o senhor já se explicou suficientemente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quero apenas registrar que concordo com o encaminhamento de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Vamos ao depoente, o ex-Deputado Osmir Lima, que está acompanhado de advogado.

Qual é o nome do advogado?

O SR. JORGE LIMA – Jorge Lima.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Qual a inscrição na OAB?

O SR. JORGE LIMA – Inscrição 20.837, DF.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – O nome completo, Sr. Osmir. O senhor poderia se qualificar para nós agora, no termo de compromisso?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Osmir de Albuquerque Lima Filho, brasileiro, casado, residente em Rio Branco, aposentado.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – O seu RG?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – RG nº 1.428.859, aqui do Distrito Federal.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – CPF?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – CPF nº 021.325.592-87.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Residência?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Fica na Chácara Ipê, Alameda das Paineiras, 269, Distrito Industrial, Rio Branco, Acre.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – O senhor tem algum parentesco com as partes envolvidas?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Não, nenhuma.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – O senhor se compromete, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade, no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso 58, da Constituição Federal?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Vou conceder a palavra inicialmente ao senhor. Se quiser fazer um breve histórico, o senhor tem um tempo para fazer uma declaração, antes de darmos a palavra aos Deputados e ao Sr. Relator.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Srª Presidente Zulaiê Cobra, Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, Srªs e Srs. Congressistas, inicialmente, quero lamentar estar aqui. Eu pensei que o constrangimento que passei durante o ano de 1997, com esse fato ele já teria sido concluído com a minha absolvição por esta Casa. Mas estou aqui para ajudar esta Comissão no que for possível.

Quero, para os que não estavam aqui à época, fazer alguns pequenos esclarecimentos e dizer por que a Câmara dos Deputados me inocentou, não da denúncia, porque eu não fui aqui denunciado. Eu fui apenas citado de uma forma imprecisa, numa gravação anônima. E a Câmara dos Deputados me inocentou, Srª Presidente, porque, primeiro, não encontrou ne-

nhuma prova contra minha pessoa. Segundo, como fui citado – quero apenas aqui citar recortes da **Folha de S. Paulo** – apenas pelo Deputado Ronivon Santiago, não pelo Deputado João Maia, que jamais falou meu nome, e essa citação é de uma forma tão imprecisa, que em alguns momentos ele faz citação dos duzentos, e em outros momentos ele diz: “Eu não sei de nada, eu não vi. Não sei se foi duzentos, eu sei que parece que prometeu lá. Eu sei que ele tinha que dar duzentos para Zila, duzentos para o Osmir, duzentos para o João Maia, duzentos para nem sei quem e finalmente só me deu cem”.

Em outro trecho dessa imprecisão, ele diz: “O Amazonino marcou o dinheiro para dar duzentos para mim, duzentos para o Maia, duzentos para Zila e duzentos para o Osmir”. Em outro trecho da gravação da **Folha de S. Paulo** ele diz: “Eu não sei de nada, eu não vi nada”.

Diante desses fatos é que a Câmara me inocentou. E mais, Sr. Presidente, um esclarecimento apenas político: naquela época, eu era chefe da Casa Civil do Governador Orleir Cameli e primeiro suplente de Deputado Federal. O Governador Cameli, necessitando de um parlamentar de sua mais absoluta confiança perguntou-me se eu queria vir para a Câmara dos Deputados, pois ele estava convidando um Deputado Federal para assumir uma vaga no Tribunal de Contas do Estado. Isso foi feito. E assim eu vim para cá. Então eu não precisaria, sob hipótese alguma, que o Governador Cameli, para atender um pedido dele, de votar a favor ou mesmo contra o projeto de reeleição, precisasse ele me pagar. Eu era uma pessoa da absoluta confiança, vim aqui para atuar junto ao Governador, nos interesses do Estado, notadamente para a liberação de verbas para a BR-364, que estava sendo feita no Estado, e amigo pessoal dele. É inconcebível que ele tivesse que me propor dinheiro para atender a um pedido dele. Por tudo isso foi que a Câmara me inocentou.

Assim, Sr. Presidente, com esses esclarecimentos, coloco-me à disposição desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Com a palavra o Exmº Sr. Relator para fazer as perguntas que entender.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Deputado Osmir Lima, na época em que se aprovou na Câmara a Proposta de Emenda Constitucional que inseriu a permissão para a reeleição do Chefe do Poder Executivo, houve um verdadeiro escândalo com base em que numerosas denúncias foram publicadas – de suborno – supostamente pago a alguns Deputados para votar a favor da Emenda. Todo o escândalo começou com a revelação, pela **Folha de S. Paulo**,

de todo o teor de uma conversa telefônica na qual se fazia referência não só ao valor do suposto suborno como à pessoa que mobilizara os recursos e fizera os pagamentos.

O senhor poderia esclarecer a esta Comissão a respeito entre que pessoas se travou a conversa objeto da gravação? Quais foram os interlocutores do telefonema gravado?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Pelo que eu li na **Folha de S. Paulo**, Sr. Relator, as gravações foram feitas com o ex-Deputado João Maia e com o Deputado Ronivon Santiago. Foram os dois gravados....

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Uma conversa gravada entre os dois?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Entre os dois. E um senhor anônimo, chamado Sr. “X”, que não sabemos exatamente quem poderia ser.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quem foi que relatou o fato de que estava sendo procurado para receber a importância? Foi o Deputado Ronivon Santiago ou o outro interlocutor?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Eu não entendi exatamente....

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Um dos dois personagens, um dos dois interlocutores tomou a iniciativa de fazer a revelação de que estava sendo sondado, ou de que estava negociando, ou de que tinha recebido, como fruto da negociação, a importância necessária para votar a favor da Emenda. Eu estou perguntando qual dos dois foi o autor dessa declaração. Um falou e o outro ouviu.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Pelo que eu sei....

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG)

– Sim...

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– ...e o que eu sei está tudo dentro do que foi estampado na **Folha de S. Paulo**. Quem falou foram esses dois Deputados e quem fez citação, por exemplo, de nomes, foi o Deputado Ronivon Santiago.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Ronivon Santiago. Citou os nomes de quais Deputados?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Ele citou o meu nome.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Citou o nome de V. Ex^a.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Citou o nome da Deputada Zila Bezerra, do Deputado Chicão Brigido. Até onde eu sei, fez a citação desses três Deputados e, também, citou o nome do Deputado João Maia.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Ele disse que essas pessoas haviam recebido, por interferência do Governador Orleir Cameli, a importância de R\$200.000,00 cada um para votar a favor da Emenda da Reeleição.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Não. Ele foi de uma imprecisão absoluta. Em alguns momentos, ele dizia que “sim”, que teria sido. Em outros, dizia que o Amazonino marcou de dar, como me referi anteriormente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não o Governador Orleir Cameli?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Não. Está lá na gravação: “O Amazonino marcou dinheiro para dar duzentos.” Em outros momentos, ele diz: “Eu não vi nada, eu não sei de nada.” E em outros momentos ele diz também: “Parece que prometeu lá. Eu sei que ele tinha que dar” – o Orleir – “eu sei que tinha que dar duzentos para a Zila e duzentos para o Osmir.”

Então, foram várias citações extremamente imprecisas, inclusive revelando em alguns momentos que não tinha visto nada e que não sabia de nada.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não foi propriamente impreciso. Foi contraditório. Ora afirmou, ora apenas supunha.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Exatamente. E na Comissão de Sindicância que V. Ex^a presidiu....

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Fui Relator.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Aliás, foi Relator, ele desmentiu tudo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mas V. Ex^a tem conhecimento de que foi aberto o processo na Câmara dos Deputados contra todos os Deputados mencionados nesse telefonema?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quais foram os Deputados inocentados no Relatório final da Comissão? V. Ex^a se lembra?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Lembro sim: eu, inocentado na Comissão de Constituição e Justiça e no Plenário da Câmara, bem como a Deputada Zila Bezerra e o Deputado Chicão Brígido.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Os três foram inocentados, tanto na Comissão de Constituição e Justiça quanto no....

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Até porque, Sr. Relator, não renunciemos. Tínhamos a convicção de que o fato não tinha ocorrido e não renunciemos.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Embora o Relatório da Comissão, do Relator, tivesse pedido a abertura do processo.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– É, que haveria indícios.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mas um deles renunciou. V. Ex^a se lembra?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Dois deles.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Dois? Quais foram?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Renunciou o Sr. João Maia e renunciou o Sr. Ronivon Santiago.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Porque a conclusão foi no sentido, igualmente, da cassação, como foi o relatório também com relação aos senhores, mas os senhores foram inocentados e os dois não quiseram se submeter ao julgamento.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Exatamente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Deputado, o nome do Ministro Sérgio Motta foi citado nesse telefonema?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Foi citado parece que, se não me engano, por um dos acusados. Não sei precisar bem quem – se foi o Sr. João Maia ou se foi o Sr. Ronivon Santiago ou se foram os dois. Não sei precisar.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Que participação teve nessa gravação ou nesses acontecimentos o então Deputado, o ex-Deputado na época, Narciso Mendes?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Não sei lhe precisar, com absoluta certeza. Havia comentários, à época, de que ele poderia ser o Sr. “X”. Comentários não só aqui, mas comentários também dentro do Estado de que, eventualmente, ele poderia ser o Sr. “X”. A sua esposa, em depoimento na Comissão de Constituição e Justiça negou, taxativamente que fosse ele o Sr. “X”.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O Sr. “X” era denominado como o autor da gravação?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– É, como autor ou pelo menos o que levou o gravador lá para gravar.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Isto, contudo, jamais ficou apurado?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Acredito que não, não sei lhe precisar. Acredito que não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor sabe que essa gravação teve a sua legitimidade contestada. Os Deputados cujas vozes figuram na gravação negaram que tivessem feito aquelas locuções, mas a fita foi submetida à perícia no Instituto de Campinas e o técnico, na época, mais conhecido da Universidade de Campinas chegou à conclusão de que a fita era verídica no sentido de que as vozes eram realmente dos interlocutores citados.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Ele confirmou que as vozes foram dos interlocutores, mas também declarou que o texto publicado pela **Folha de S. Paulo** era consideravelmente diferente do constante da transcrição feita pela Unicamp. O trecho publicado pela **Folha** era diferente da transcrição. A **Folha** publicou, na sua denúncia, diferentemente do que estava na transcrição. Isso também ficou comprovado durante o processo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não como uma declaração oficial, mas apenas um apelo à lembrança, a diferença que se constatou era de que o texto da **Folha** era incompleto

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Exato.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Deputado, V. Ex^a foi absolvido, saiu-se muito bem do episódio, e nós desejamos do seu patriotismo uma colaboração: além dessa gravação, além das referências feitas, seguidas vezes, ao Ministro Sérgio Motta, também o Governador do Acre, Orleir Cameli, foi envolvido como provável autor do pagamento dessas importâncias. É verdade? Teria sido envolvido nas conversas da época como o provável pagador dessas importâncias ou o emissário para o pagamento das importâncias?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Olhe, eu vou dar apenas uma opinião pessoal: eu acho que, com relação ao Ministro Sérgio Motta, foi uma tremenda injustiça que fizeram ao Ministro. Eu, pessoalmente, estive uma vez, e ele declarou isso aqui, eu li recentemente, tratar... porque ele era um Ministro influente do Governo. E como o Presidente Fernando Henrique Cardoso não vinha cumprindo 100% o compromisso da liberação das verbas, liberava 30%, 40%...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– *(Fora do microfone. Inaudível.)* o problema?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Da BR – 364. Nós fomos fazer um apelo a ele – a única vez que estive com o Ministro Sérgio Motta – para que ele também pedisse ao Presidente que fosse mais generoso com o Estado. Até onde eu sei, o Ministro Sérgio Motta jamais se envolveu com qual-

quer tipo de negociação que envolvesse – até onde eu sei – qualquer um dos Parlamentares.

Com relação ao Sr. Orleir Cameli, a mim... eu nunca vi, Sr. Relator, ele tratar desse assunto com nenhum Parlamentar, não vi ele entregar nenhum dinheiro e nem comentar comigo. O que ele me pediu, uma vez, é que eu votasse a favor da reeleição. Isto ele me pediu uma vez, em conversa normal do dia-a-dia. Mas nunca ele – pelo menos a mim – se o fato ocorreu, não foi na minha presença que esse fato possa ter ocorrido. Nenhum comentário ele fez neste sentido a minha pessoa.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Eu voltei ao texto da **Folha de S. Paulo**, antes de lhe dirigir as perguntas que lhe estou fazendo e há um fato singular. Realmente, o Deputado Ronivon Santiago oscila na manutenção de determinadas afirmativas que ele fez a princípio, logo no início do telefonema. Mas há uma parte que ele não chegou a contestar, que é aquela em que ele disse que o Governador Amazonino Mendes tinha contado e separado o dinheiro para dar, em montes diferentes, aos Deputados que V. Ex^a já citou. O senhor tem alguma informação a prestar a esta Comissão a respeito da participação do Sr. Amazonino Mendes neste episódio?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Eu acho essa história extremamente... de contagem de dinheiro... bem, eu não presenciei. Eu não vou aqui, de repente, dizer que o fato não possa ter acontecido. Agora, eu não presenciei. O único encontro que eu tive com o Sr. Amazonino Mendes foi um encontro eu diria que até casual. Eu estava almoçando na Academia com o Governador Orleir Cameli e ele disse: “Olhe, o Governador Amazonino se encontra hospedado aqui. Vamos fazer uma visita a ele.” Depois do almoço, nos dirigimos e conversamos. Eu não tive nenhuma reunião – como disseram aqui muitas vezes – nenhuma reunião formal para discutir esse assunto, até porque eu não tenho nada a ver com o Governador Amazonino Mendes. O meu entendimento sempre foi com o Governador Cameli. Eu era a pessoa – volto a repetir, Sr. Relator – da absoluta confiança dele. Vim para cá, eu diria quase como beneplácito dele, e o pedido que ele me fizesse eu atenderia – como ele me pediu para votar. Então, não tinha por que conversar – pelo menos esse tipo de assunto – com o Governador Amazonino Mendes. E quero crer que, pela experiência política do Sr. Amazonino Mendes, ele não faria uma bobagem destas, de separar dinheiro e ficar nas mãos dos Deputados, porque ele ficaria nas mãos de Deputados se fizesse isso. Eu até acho que, se ele tivesse de fazer, ele poderia fazer até por intermediário mas nunca ele,

pessoalmente, fazer isto porque seria de uma infанти-
lidade e de uma imaturidade a toda prova.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– V. Ex^a era representante do Acre.

**O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FI-
LHO** – Sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Estava em Brasília e recebeu a visita do Governador
do seu Estado – o Governador Orleir Cameli.

**O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FI-
LHO** – Sempre que ele vinha para cá, eu ia buscá-lo
no aeroporto.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Após o almoço na academia, V. Ex^a e o Governador
se dirigiram, então, ao Governador Amazonino Mendes,
que se encontrava hospedado no mesmo local.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO
– É, na academia, em um dos apartamentos.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– E esse encontro se deu nos dias em que se realiza-
va a votação da Emenda da Reeleição?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO
– Não sei precisar, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Não se lembra se foi na fase de negociação, de de-
bate?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO
– Não, não me lembro porque são oito anos decorri-
dos e eu não poderia lhe precisar se foi durante essa
fase, ou se foi quando já passou a votação, ou se al-
guns meses antes. Não me recordo exatamente. Eu
só lhe digo com absoluta convicção que, durante essa
conversa que tivemos lá, não estava nenhum dos Srs.
Parlamentares. Até onde eu me recordo, não estaria
nenhum dos Parlamentares, notadamente o Sr. João
e o Sr. Ronivon Santiago, e foram várias conversas.
Eu, hoje, não tenho grandes recordações de todas as
conversas, mas eram conversas políticas, do interes-
se do Estado, e eu não me recordo se tocaram nesse
tipo de assunto.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Sr. Deputado, já ficou claro que V. Ex^a foi absolvido
pelo Plenário, de acordo com o parecer da Comissão
de Constituição e Justiça, que lhe foi favorável. A que
atribui o senhor o envolvimento do seu nome no pro-
cesso?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO
– Bem, essas citações eu cheguei a perguntar, na oca-
sião. Na ocasião, eu ia processar o Sr. Ronivon, fazer
uma interpelação judicial, para ele confirmar à Justiça
a minha participação. Não o fiz porque ele negou na
Comissão de Sindicância aberta pela Câmara. A cita-
ção – eu não sei se pela proximidade que tinha com o

Governador e pelo boato que corria porque nós temos
que considerar que corriam boatos, também, na oca-
sião, de que estavam comprando votos, tanto de um
lado como de outro, tanto para votar a favor da reelei-
ção como para votar contra a reeleição. E de repente,
nessa citação, como ele disse aqui: “Não, o Osmir es-
tava lá.” Eu até cheguei a ver um depoimento dele em
que ele se referiu à bolsa. Eu não sei que bolsa é essa.
Poderia ser a bolsa do hóspede de lá e se referiu que
a bolsa seria minha. Então, não sei. Eu perguntei para
ele por que a citação, e ele, na ocasião, chegou a me
afirmar: “Não, você me conhece, sabe que eu brinco
muito.” Não sei se era brincadeira o que o levou a fazer
essa citação. Sinceramente, não sei.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto. PT – PB) – Ter-
minadas as perguntas do Relator, que também poderá
perguntar no decorrer da inquirição dos Parlamentares,
passo a palavra, então, ao Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Sr.
Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto. PT – PB) – Con-
cedida a questão de ordem.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Eu já
tinha conversado com a Presidente naquele momento,
a Deputada Zulaiê Cobra, que houve uma troca entre
o Deputado José Rocha e este parlamentar que vos
fala. Houve a inversão entre mim e o Deputado José
Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto. PT – PB) – Sem
problema.

Passo a palavra, então, ao Deputado José Car-
los Araújo.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Mui-
to obrigado, Sr. Presidente.

Nobre Relator, Sr. Osmir Lima, Sr. Advogado, Srs.
Deputados e Srs. Senadores, vou direto ao assunto: Sr.
Osmir Lima, em 1997, V. S^a votou a favor da emenda
que permitiu a reeleição do então Presidente Fernando
Henrique Cardoso? Indago ainda: que motivo orientava
a decisão de V. S^a na época? V. S^a recebeu, na época,
algum tipo de benefício?

**O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FI-
LHO** – Não.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Mas
o senhor votou pela reeleição?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO
– Votei a favor da reeleição. Primeiro, se o senhor me
permite, eu, pessoalmente, tinha convicção de que o
melhor para o País era o projeto de reeleição. Se o
Governo está dando certo, nada mais do que conti-
nuá-lo. Eu acho que quatro anos são insuficientes. O

primeiro ano é para arrumar a casa, e o segundo ano é... O último ano é campanha. Teriam dois anos para administrar. Eu tinha convicção. Houve algum momento – e eu quero dizer isso a bem da verdade – que eu fiquei até indeciso. Mas por que essa indecisão? Porque o Governador Orleir Cameli, em algum momento, também se manteve insatisfeito, porque o Presidente Fernando Henrique Cardoso não liberava os recursos necessários para a construção da BR-364, que ainda hoje os dois grandes vales do Acre não estão com estrada interligada. É o único Estado da Federação brasileira em que os seus Municípios não têm estradas se interligando.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Após o seu voto, o Presidente liberou os recursos para a construção da estrada?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Não. Continuou liberando sempre pela metade.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Então não foi em troca do seu voto que liberou.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Não. Também não.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Mas V. Sª também afirmou que era primeiro suplente de deputado federal.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Exato.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Então, com a ida de um deputado federal para o Tribunal de Contas, o senhor foi alçado, então, a deputado.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Isso.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Já na condição de Deputado Efetivo e não mais como suplente, assumindo...

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Como titular.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Como titular. Então, a partir daí, V. Sª estava como deputado e não tinha mais nada que se pudesse fazer para o senhor retornar, deixar de ser Deputado. Então também não foi na condição de votar na reeleição que o senhor veio para a Câmara.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Não, porque isso ocorreu em 1995, no começo da Legislatura. E eu vim para cá – como eu disse, eu era o Chefe da Casa Civil – com a missão de, junto com os demais...

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Então, muito antes do evento da reeleição...

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Muito antes. A reeleição foi em 1997, e eu vim em 1995.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Então, não há como fazer a vinculação de uma coisa com outra.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Nenhuma. Nenhuma.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Na época, V. Sª se submeteu à investigação? Indago ainda: de que tipo? E a que conclusão chegou essa investigação?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Da compra de votos?

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Sim.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Submeti, como me considerava injustiçado, citado indevidamente. O senhor sabe, Deputado, que um fato desse aniquila com a vida de qualquer político, independentemente de ser absolvido ou não, como aconteceu comigo. Então, eu não renunciei para provar a minha inocência aqui dentro. A Câmara entendeu, me inocentou do fato. E eu, depois, prometi que não retornaria mais à vida pública.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Então, a investigação da Câmara foi através da Corregedoria ou foi através do Conselho de Ética, na época?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Não. Não existia Conselho de Ética à época. Foi através, inicialmente, da Comissão de Sindicância. O Relator foi o Ministro e Deputado Abi-Ackel. Como na sindicância houve indícios envolvendo lá os cinco, foi para a Comissão de Constituição e Justiça. O Relator, na época o Deputado Nelson Otch, pediu uma cassação política em virtude de não ter encontrado provas diretas que nos incriminasse. Não só a Comissão de Constituição e Justiça não aceitou a cassação política, como o Plenário da Casa também não.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Quer dizer que é a segunda vez que o senhor encontra nessa situação o nobre Relator Ibrahim Abi-Ackel. Da outra vez, na CCJ da Câmara, e agora aqui na CPI da Compra de Votos.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Primeiro, para mim é uma satisfação, uma honra voltar a encontrar-me com um homem público da qualidade do Ex-Ministro e Deputado Ibrahim Abi-Ackel. Só lamento que nessas condições.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Sr. Presidente, eu esgotei as minhas perguntas e parabéns ao nobre Relator, porque é conhecedor já dos problemas de muito antes. Então S. Exª pode realmente colocar no seu relatório, como sempre o faz, a verdade que, tenho certeza absoluta, vamos apurar nesta Casa. Portanto, fico feliz mais uma vez de ter votado

no Deputado Ibrahim Abi-Ackel para Relator desta Comissão. Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao nobre Deputado Wladimir Costa.

O SR. WLADIMIR COSTA (PMDB – PA) – Sr.

Presidente, o segundo na lista sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Estava falando aqui o Deputado José Carlos Araújo, mas como houve uma permuta agora – acabo de ser informado –, então realmente o segundo inscrito não é o Deputado Wladimir. Aliás, não estamos no sétimo, estamos no segundo, que é o Deputado Fernando Coruja, a quem concedo a palavra.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sr.

Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Relator, Sr. Osmir Lima, o assunto é requeitado, já foi investigado por esta Casa, e não me parece tenham surgido fatos novos que possam apontar para a necessidade de uma nova investigação. Na verdade, essa investigação veio apenas para fazer um contraponto político à questão da investigação do mensalão. E não sei se nós vamos... Nós não vamos, nem na CPI do Mensalão, chegar a lugar nenhum para descobrir quem realmente recebeu o mensalão. Estamos aí com as pessoas que foram ao banco pegar dinheiro, mas a quem recebeu o mensalão eu acho que não vamos conseguir chegar, porque não há evidências. É evidente que, nesse episódio acontecido em 1997, muito menos.

Vou fazer umas perguntas rápidas a título de esclarecimento.

O senhor falou que tinham, na época, boatos de que se negociariam votos para votar em favor da reeleição e contra a reeleição. Esses boatos para votar contra a emenda da reeleição é... Quem, naquela ocasião... De quem se falava que pagaria dinheiro para votar contra a eleição?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Deputado, o tempo e a minha idade não colaboram muito para responder com precisão a sua questão.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas

o senhor está com boa memória.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FI-

LHO – Sim, mas para alguns fatos que eu anotei. As conversas eram feitas no plenário, entre vários parlamentares. Comentários diversos. Faziam uma rodinha no plenário, no cafezinho, e se comentava muito. Mas precisar quem comentava hoje, com o tempo, seria um pouco complicado para mim. Peço que o senhor entenda isso.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Em

relação ao falecido Sérgio Mota, o senhor fala que ele

nunca... Com o senhor, houve apenas uma discussão sobre a BR-364, e nunca, com o senhor, houve qualquer discussão a respeito de liberação de recursos para votar em qualquer projeto. Mas, na época, era comum se comentar que o Governo liberava emendas parlamentares em função de apoio no Congresso. Comentário esse que persiste, passando por todos os governos. Eu cheguei aqui em 1999. Na época, eu não estava aqui. O comentário de que havia liberações de emendas por votações no Congresso era forte, na época, também.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FI-

LHO – Também. Eu acho que em todos os governos esses comentários são sempre fortes. Eu cheguei a esta Casa na Constituinte. Eu fui Constituinte de 1987 a 1988. Votamos todas as matérias de interesse da Nação. Muitas vezes se comentava também isso: de que haveria liberação de emendas. Eu acho, com toda a sinceridade, Deputado, que a coisa mais justa, mais correta é se fazer reivindicação para que se libere bancada; pedir que se libere bancada. Eu não vejo nenhum problema. Não em troca de votos! Mas como um papel que o parlamentar deve desempenhar, notadamente em regiões esquecidas e pobres como a nossa.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Eu também concordo. Eu acho que não... O que não pode é vincular uma coisa a outra.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Claro que sim.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas,

na época – só fazendo um contraponto da época com a situação atual –, todos os apontamentos são de que o falecido Ministro Sérgio Mota estaria para o Governo como estaria, neste Governo, pelo menos na fase inicial, o ex-Ministro José Dirceu. Era o executor do Governo. Era o...

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Nem se compara...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Olha...

Eu não estou analisando aqui... Nenhum julgamento...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vamos assegurar a palavra ao nobre Deputado.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Era

voz corrente de que o falecido Ministro Sérgio Mota... O senhor deu a entender nas suas respostas que ele não tinha uma atuação na coordenação política do Governo. Era essa a sua impressão mesmo?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Aqui se criou um...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – É a

mesma coisa que o José Dirceu diz hoje. Ele não...

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Aqui há uma figura pejorativa – com a qual eu não concordo –, que é “deputados do baixo clero”. Não. Eu, talvez, na época, fosse um deputado do baixo clero e não tivesse esse acesso ao Sr. Ministro Sérgio Mota para saber a importância, o desempenho do papel dele nesse particular. A única vez, volto a repetir, que eu estive como Ministro foi para – porque esse era o nosso trabalho aqui – liberação de verba para a construção da BR-364. E eu, pode ser até que de uma forma inoportuna, tenha ido pedir ao Ministro das Comunicações, pela amizade que ele tinha ao Presidente, que intercedesse junto à Presidência para liberar totalmente os nossos recursos. A única vez.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas o senhor sabia, então, que ele era quem liberava.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Não. Eu sabia que ele era amigo do Presidente.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Eu sei. Mas, evidentemente, ele tinha esse papel.

Eu até não quero fazer muitas perguntas mais, porque acho que não vai levar a nada. Eu só tenho uma curiosidade a respeito de como nos comportamos nesta Casa. Na semana passada, eu estava na Comissão de Justiça, e um Deputado tinha pedido vista de uma emenda constitucional que ele tinha considerado, quinze dias atrás, inconstitucional. “Essa emenda é inconstitucional”. Então, ele tinha pedido vista. Aí, quando chegou a emenda para ele votar de novo, perguntaram se ele iria apresentar o voto em separado, ele disse o seguinte: “Não, fulano de tal, meu amigo, me pediu que vote a favor, pela admissibilidade, e eu passei a considerar constitucional a emenda.” E assim me parece que... O senhor fala que, se o Governador pedisse que o senhor votasse, votaria.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Votaria.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Votaria. O senhor falou que é a favor da reeleição.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Pessoalmente, sim.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas votaria naquilo que o Governador...

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Sim. Na ocasião, sim.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – E um pouco isso do que fazemos aqui. Quando eu digo “nós”, estou me incluindo porque é um processo político, não que eu o faça. Mas é um pouco assim do que se faz aqui: votar por influências outras que não sejam a nossa consciência na hora de votar. E isso chegou ao fundo do poço aqui neste Congresso Nacional, quando, ao que parece – e eu tenho convicção

de que isso aconteceu –, se começou a votar aqui não mais por emenda, não mais por pedido do Governador, não mais por pedido de um amigo, que já são coisas um pouco difíceis de se compreender se se quer votar de forma adequada, mas por um recebimento mensal ou periódico não sei de quanto, que é o chamado mensalão. Isso produziu neste Congresso Nacional o que está colocado aí na sociedade hoje. Não sei se nós vamos conseguir mostrar aqui, ou provar isso. E muitos dizem: “Não há prova contra o mensalão; não há prova contra o mensalão”. Mas cada Parlamentar aqui, no seu íntimo, mesmo que não tenha visto, não tenha visto com os olhos, não estivesse na reunião, tem uma sensação, um *insight* de que esse mensalão houve. E o ex-Deputado Osmir Lima sabe que aqui quem é político tem sensações nessa seara que geralmente são a verdade ou se aproximam dela. Então, chegamos ao fundo do poço nessa questão do relacionamento do Congresso Nacional com a sociedade e com o Executivo. Esperamos que melhore. Eu acho que essa crise pode produzir algumas melhoras. Não vamos conseguir evidenciar coisas do mensalão, muito menos coisas que aconteceram no passado.

Eu estou satisfeito com as suas respostas e agradeço.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Algo a responder?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, passo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho. (Pausa.) S. Ex^a está ausente. Passo a palavra à Deputada Zulaiê Cobra.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Sr. ex-Deputado Osmir Lima, eu acho que o seu depoimento hoje traz bem a medida de que é uma volta ao passado. O senhor foi averiguado, o senhor foi investigado, o senhor teve a coragem de passar por todos os momentos de uma investigação junto à Comissão de Justiça, no Plenário. Eu participei. Eu estava aqui. Eu vi. Eu sei de tudo. E ainda tem mais: o senhor sabe, também, que o Ministro Sérgio Mota, na época, requereu ao Supremo Tribunal Federal uma abertura de procedimento contra o Deputado Ronivon,...

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Sei.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – ...contra o Deputado Maia. Mas aí eles renunciaram. Portanto, o Supremo Tribunal Federal arquivou, extinguiu a ação. O senhor sabe também que os três, tanto o senhor

como o Chicão e a Zila Bezerra, foram inocentados na Comissão de Justiça, e também o Procurador-Geral da República arquivou a representação que Ministério Público tinha aberto contra o senhor e os outros Deputados citados agora. E também, na época – agora eu faço uma pergunta a V. Exª –, o senhor teve as contas abertas, o senhor teve tudo investigado. Eu queria que o senhor afirmasse isso.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Sim. Foi aberto um inquérito na Polícia Federal, onde nós fomos depor. Transformado em processo, o juiz determinou a quebra de sigilo bancário e não sei se telefônico ou fiscal. Em todos os sigilos, nós autorizamos. E assim mesmo esse processo foi arquivado. Daí, Deputada – não leve a mal, Sr. Presidente –, a minha incompreensão por eu estar aqui.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu também concordo. Deputado, o senhor está aqui porque houve, junto com essa nossa investigação do mensalão, que o Deputado Fernando Coruja acabou de dizer que nós estamos vivendo um processo muito difícil e que o Legislativo não é o culpado, que a culpa é do Executivo... Mas nós estamos levando na cabeça. Todo mundo acha que nós somos os corruptos, quando houve aqui corrompidos. Mas a corrupção partiu de lá. E eu também não concordo com essa aproximação entre o falecido ex-Ministro Sérgio Mota e o hoje também ex-Ministro – não morto, vivo, e muito vivo – José Dirceu. Quer dizer, nós temos aí duas atitudes completamente diferentes. O senhor, hoje, aqui, deu bem a medida que o senhor nem conhecia muito o Ministro Sérgio Mota nem sabia o que era o papel dele no Governo. Havia muita fala, mas pouca realidade. Porque o Ministro Sérgio Mota era muito falante, era um homem de falar. Bem diferente do ex-Ministro José Dirceu, que fala – quando fala – por metáforas. O Ministro Sérgio Mota era um homem de coragem, falava a verdade. Até falava muito. Mas não tinha nada a ver com esse procedimento hoje sendo investigado, do ex-Ministro José Dirceu.

Portanto, o senhor está aqui hoje cumprindo um papel desta nossa Comissão Mista de Inquérito para nós resolvermos a questão da compra de voto, também, de 1997. O senhor acabou de dizer que não houve nada. Tudo não passou de uma série de mal-entendidos. Mais do que isso, o senhor sofreu uma violência muito grande, e isso teve uma repercussão muito grande na sua vida política. Hoje o senhor vem aqui muito bem acompanhado do filho, um advogado. Para nós, pais, é um orgulho muito grande termos os nossos filhos advogando. Eu me sinto orgulhosa porque também tenho um filho advogando e fico muito orgulhosa de ver seu filho acompanhando o senhor

neste momento. Demonstra a sua integridade moral, a sua dignidade, trazer o filho aqui a esta Comissão. O senhor vem com a dignidade...

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Muito obrigado.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – ... que sempre teve.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Muito obrigado.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor enfrentou um procedimento contra o senhor, na época, difícil, complicado. A imprensa muito atrás e em cima, como sempre. Mas o senhor vem hoje para resgatar definitivamente. Para mostrar aos nossos Deputados desta Comissão, que requereram a sua vinda aqui, que o senhor realmente não teve nada com aquele procedimento, aquela fala e calúnia que fizeram contra o senhor de que haveria compra de votos naquela oportunidade e votação.

Eu gostaria de perguntar ao senhor apenas e tão-somente – outra questão que não ficou provada – se houve alguma lesão aos cofres públicos. O problema nosso é o dinheiro do povo. O senhor passou por todas aquelas informações e investigações. Qual foi o arquivamento? Esse arquivamento final comprovou se houve alguma lesão aos cofres públicos, tanto no âmbito do Poder Executivo quanto no Governo do seu Estado?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Até onde eu sei não ficou provado nada, nenhum tipo de lesão.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Porque a Corregedoria-Geral abriu dois processos. O senhor se lembra. Na época foram abertos dois processos. A Corregedoria-Geral da União. E esses dois processos foram arquivados. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Não. Sinceramente, não estou nem tomando conhecimento do arquivamento desses processos. O que eu sei é que, ao menos pelas denúncias citadas, não eram recursos públicos que estavam envolvidos, eram recursos... é o que parecia. Pelo menos, o que deram a entender essas gravações é que eram recursos de terceiros, de pessoas, não de poder público, pelo menos pelas gravações que foram feitas.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Daí por que, então, o senhor está sabendo agora que a Corregedoria-Geral da União arquivou esses dois processos que foram abertos no órgão, para que pudesse ser feita essa análise. O senhor está sabendo agora...

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Estou sabendo agora.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E tem a informação de que não houve lesão aos cofres públicos.

O senhor já falou que houve também um inquérito, pela Polícia Federal,...

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Sim.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – ...a pedido do Procurador da República no Acre.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Sim.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Houve também ali um pedido?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Eu fui depor por um delegado vindo aqui de Brasília.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Certo. Em todos esses momentos todos esses procedimentos foram arquivados?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Até onde eu sei, sim.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Está certo.

Somente isso, Sr. Presidente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes de conceder a palavra ao próximo inscrito, eu gostaria somente de esclarecer, dada a reclamação feita pelo depoente, que a vinda de V. Sª, nobre ex-Deputado, foi em razão, primeiro, de um requerimento, um procedimento formal; em segundo lugar, porque V. Sª poderia esclarecer como participou ao menos daquele momento político e até respondeu a procedimentos; poderia esclarecer os fatos. Nós queremos a verdade. Eu não quero dizer que a verdade esteja a favor da compra ou contrária à compra de votos naquele momento. Nós não temos nenhum preconceito. Mas V. Sª poderia saber de algum fato e trazer aqui uma versão, ao menos com relação a V. Sª, de que não houve nada, a não ser esses comentários que V. Sª acabou de fazer, referindo-se à Constituinte, certamente no momento em que houve aquela discussão da prorrogação de mandatos. Enfim, tudo isso é muito importante que se possa esclarecer. Portanto, não tome como qualquer ofensa. V. Sª vem prestar o múnus público para eventualmente nos auxiliar nas investigações. Somente um esclarecimento.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há nenhuma **capitis diminutio** nisso.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Sr. Presidente, é somente para esclarecer, porque quem viveu um problema dessa natureza... O senhor

sabe, como um homem público, que pior do que o fato é a versão. Na medida em que fomos colocados publicamente como pessoas que tenham vendido um voto, isso nos causou um mal...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – À época.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – ...indelével.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há a menor dúvida.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Eu ainda me lembro aqui, se o senhor me permitir,...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pode continuar.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – ...que o Senador Humberto Lucena, que foi um homem público da maior grandeza deste País – o senhor sabe muito bem –, que colaborou com a luta pelas liberdades democráticas, no momento em que houve um problema com ele no Senado, do calendário, quando ele morreu, os jornais colocaram: morreu o homem do calendário, e não o homem importante que o Brasil teve. Então, é por isso um certo... Quando voltamos... Por exemplo, ontem eu estava lendo a **Folha de S.Paulo**, que tinha denunciado como vendedor... É sempre constrangedor. É nesse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas tenha certeza de que nós estamos aqui para ouvi-lo, e sem nenhum constrangimento. É evidente que revolver esses fatos talvez não seja agradável a V. Sª, mas, infelizmente, são os deveres do ofício.

Antes de passar a palavra, quero apenas fazer um anúncio, de que V. Exªs terão cópia. O Supremo Tribunal Federal, por intermédio do Relator, o Ministro Celso de Mello, concedeu, em caráter, claro, preliminar, uma medida liminar no sentido de garantir a atuação de advogados nas Comissões Parlamentares de Inquérito. O teor e a extensão não vou, neste momento, ler. V. Exªs terão cópia, se quiserem. Quero apenas ressaltar que aqui o Supremo realça, com base na lei, que é o Estatuto do Advogado, a Lei nº 8.906, de 1994, a capacidade de atuação perante qualquer tribunal, qualquer instância judicial do advogado. E ressalta especialmente o inciso X e XI: “usar da palavra pela ordem, em qualquer juízo ou tribunal, mediante intervenção sumária, para esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos, documentos ou afirmações que influam no julgamento, bem como para replicar acusação ou censura que lhe for imposta” – a ele, advogado.

Então, realmente, o Supremo nada mais faz do que aplicar a lei. É claro que, na audiência, a interven-

ção do advogado é muito restrita. Estamos aqui em uma audiência, num processo; estamos aqui diante da defesa. Aliás, não estamos no momento de alegações finais. É o momento apenas da audiência, na qual a intervenção poderá ser feita quando há um equívoco no encaminhamento. Quem é advogado sabe que, em uma audiência, o advogado pode intervir, por exemplo, quando o juiz entende que o que foi dito é diferente, porque foi reduzido a termo do que foi declarado, seja pela testemunha, seja pelo autor ou réu da ação; então, nessas circunstâncias, o que fica ressaltado aqui é essa intervenção do advogado. Ele pode reclamar verbalmente ou por escrito, perante qualquer juízo, tribunal ou autoridade, contra inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento. Seria também uma espécie de questão de ordem ou pela ordem, no caso, pela ordem, para mostrar que a condução dos trabalhos não está seguindo a devida e expressa letra da lei. Nessas circunstâncias, o advogado tem essa competência e o Supremo acaba de definir em caráter liminar, é evidente, mas, de qualquer maneira, já é uma orientação. V. Ex^{as} terão oportunidade de ler todo o voto e de conhecer a extensão. Mas, fundamentalmente, seriam essas duas hipóteses em que poderiam intervir aqui o advogado. Ou seja, para evitar equívoco ou erro ou, então, para reclamar a aplicação da lei, do regimento ou regulamento.

Era essa a questão.

Passo a palavra ao próximo orador, o Deputado Júlio Redecker.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado, ex-Deputado Osmir Lima.

Veja como é a vida, meu caro Presidente: o ex-Deputado Osmir Lima penou todo um processo de investigação dentro desta Casa com os prejuízos inerentes, em função de uma gravação apócrifa, que até hoje não se sabe o autor, que é o Sr. Xis. Esteve no exame de sua conduta pela Comissão de Constituição e Justiça da Casa, foi ao Plenário, e foi absolvido. Logicamente, isso trouxe muito desgosto familiar, muito desgosto pessoal, desencanto com a vida pública. Nunca se provou nada contra a sua lisura no trato da coisa pública. Pois uma CPI que deveria tratar dos casos presentes, fruto da corrupção praticada por um Partido do Governo, o Partido dos Trabalhadores, onde estavam patrocinando essas ações de corrupção o Presidente do Partido, o Secretário-Geral e o Tesoureiro, fazendo financiamento de caixa dois, fruto de financiamentos junto ao prestígio que utilizavam pelo comando principalmente das empresas vinculadas ao Governo, traz aqui alguém que não tem nada a ver com isso, para fazer vendeta política, querendo dizer: “Olha, vamos

examinar aquilo que já foi examinado, porque pode ter alguma sujeira embaixo do tapete”.

Em consonância a isso, vemos aqui que faltam muitas coisas a serem esclarecidas. O episódio daquele cidadão, assessor do irmão do Deputado José Genoino, com US\$100 mil na cueca – e isso parece que não abala a República. Mas convocar o Sr. Osmir Lima, sim, isso é mais importante.

O assessor da Deputada Neide Aparecida disse que foi buscar US\$200 mil – estamos falando em dólares –, lá em São Paulo, para a campanha. Isso não abala a República. Agora, o Sr. Osmir Lima abala a República. Tem que vir aqui depor por aquilo tudo que já pagou.

O filho do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva devia estar sentado aqui, não V. S^a, pois tinha uma empresa de fundo de quintal, a Gamecorp, com capital social de R\$10 mil, e recebeu R\$5 milhões da Telemar, cujos acionistas são fundos de pensão presididos por petistas.

Os empréstimos que o Partido fez ao Senhor Presidente da República para passagens particulares da família do Presidente, de Ministros, verbas de fundo constitucional, inclusive com empréstimo para o próprio Presidente da República, isso não é função de Partido político, é de banco. São fundos constitucionais, dinheiro público. Mas isso não é importante.

O Sr. Vavá, irmão do Presidente da República, que fazia *lobby* junto às empresas estatais para levar vantagens – isso foi levantado pela imprensa brasileira –, devia estar sentado aqui, não V. S^a. Mas isso não é importante, porque, hoje, o que tem aqui nesta CPI não é apenas sobre o aspecto de algumas pessoas, a investigação profunda de uma corrupção praticada por um Governo que teve comprometida a atuação do seu Chefe da Casa Civil, de poderosos dentro da estrutura do Governo. Mais de 40 já perderam seus cargos. Aqui, seis Parlamentares renunciaram, um foi cassado. Os que renunciaram, inclusive o Presidente desta Casa, deveriam estar aqui, muitos deles sentados, prestando contas à sociedade brasileira, por questões de corrupção. Não V. S^a. Mas nós sabemos que para o Partido do Governo o que está hoje valendo aqui, não importa a reputação da pessoa, não importa o comprometimento dela, o sofrimento dela, é dizer: “Nós praticamos corrupção. Nós fizemos caixa dois. Nós fizemos tudo. Mas outros já fizeram, então, justifica aquilo que nós estamos fazendo”.

Nada, em nenhum Partido político do Brasil, até o momento, tem justificativa, ex-Deputado Osmir Lima, e o Partido dos Trabalhadores montar uma ciranda financeira em cima de profissionais que prestavam serviços ao Governo para financiamento de campa-

inha do Presidente da República, como dois cheques do Marcos Valério pagaram lá no Rio Grande do Sul duas gráficas. E têm lá R\$900 mil, que ainda não foram explicados pelo PT do Rio Grande do Sul e de outros PTs dos Estados. Como vemos, dinheiro utilizado para comprar votos aqui dentro para Parlamentares que passeavam, desfilavam na frente do Banco Rural, aqui no Brasília Shopping, para buscar dinheiro, dinheiro esse que muitos querem dizer que não viram, não sabem como aconteceu. Era para pagar campanha. Dinheiro de caixa dois, dinheiro de corrupção, dinheiro para comprar mandato de Parlamentares para fidelizar o seu voto. E estes, muitas vezes, não são ouvidos aqui, mas o Sr. Osmir Lima tem que vir aqui para que todo mundo foque na sua pessoa aquele sofrimento por que ele já passou, foi absolvido por esta Casa, por seus pares, pela Comissão de Constituição e Justiça, pela Justiça brasileira, para dizer: “Olhe lá atrás o episódio da reeleição”.

Eu era Deputado naquela época, era Suplente, e era da tese contrária à reeleição, embora da Base do Governo. Eu me neguei a votar, fui substituído. Veio o titular lá do Rio Grande do Sul, votou, com desgaste pessoal, até porque o Governador teve que me tirar, um Governador amigo, companheiro, que eu admirava muito, admiro até hoje, e depois retornei a esta Casa. Nunca ouvi por parte de Luís Eduardo Magalhães, meu grande amigo, que Deus o tenha, qualquer assunto no sentido de dar dinheiro para comprar, para isso, para aquilo. Nesta Casa, votou-se a tese de que muitos eram contrários, mas hoje se beneficiam dela e querem ir à reeleição. Por quê? Porque não eram contra a tese. Eram contra não se beneficiar da tese. Eu ainda acho que a tese é ruim.

Ex-Deputado Osmir Lima, V. S^a presta, pode ter certeza, neste momento, um serviço à Nação, porque vem aqui novamente dizer para o País, para seus colegas Parlamentares, muitos deles que ainda têm assento nesta Casa, que V. S^a foi investigado, foi virado do avesso, que não tinha nada contra V. S^a, e que nesse episódio da reeleição, muitas vezes, as pessoas, por falarem bobagem, por dizerem as coisas, querem incriminar pessoas, inclusive induzindo o Ministro Sérgio Motta, que não era o articulador político do Governo. O próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso fazia toda a articulação do Governo, trabalhava, jamais teria coragem, tenho certeza, de falar qualquer coisa com qualquer Parlamentar nesse sentido. O Governo tinha um trabalho de relacionamento com a sua Base, não precisava – nunca fez isso – comprar votos da Base, pessoas que respeitavam a democracia aqui dentro, com as vitórias e as derrotas que o Governo conseguiu nesta Casa, porque não ganhou sempre.

Mas o novo Governo do PT não pode perder. Não podia perder. Montou uma maquinação nesta Casa, comprando Parlamentares, comprando votos, para que nós víssemos aqui uma desgraça muito grande sobre o conceito de toda a Casa, não de alguns Parlamentares que se prestaram a isso. Parece que a crise mora dentro desta Casa apenas, quando, na realidade, os atos de corrupção, a motivação, a produção do dinheiro, dos atos de corrupção, são todos do Executivo. E se discute no País se o Presidente sabia ou não. O Presidente Lula dizia, à época em que era Oposição, que era impossível um Presidente não conhecer o que estava acontecendo ao lado de sua sala. O Ministro-Chefe da Casa Civil, homem de sua confiança, seu companheiro, sabia de tudo. Ele acabou tendo que aceitar a saída de José Dirceu, que está esperneando aqui, legitimamente, aproveitando o contraditório, as leis, mas nós sabemos que o PT montou uma máquina de corrupção sob um único pretexto: não melhorar a vida do povo brasileiro, fazendo com que tivesse desenvolvimento econômico e emprego, porque, se comparados os índices de desenvolvimento do Brasil com outros países, são muito menores. Agora, com eles próprios, melhoraram. Porque o mundo melhorou. Nós estamos há cinco anos com um céu de brigadeiro na economia mundial. Mas o PT utilizou a máquina do Estado para se perpetuar no poder. A que custo? Ao custo de falta de atendimento médico nos hospitais, melhor educação para o País, obras de infra-estrutura.

Lá em meu Estado, ex-Deputado Osmir Lima, as estradas são disputadas entre o Governo do Estado e o Governo Federal para ver quem tem a responsabilidade da conservação. Os buracos estão no acostamento esperando vez para entrar no leito das estradas. É isso que está acontecendo.

Enquanto isso, nós aqui – vamos falar, Sr. Presidente e Relator, com toda a sinceridade – perdemos nosso tempo ouvindo, não pela presença de V. S^a, que é grata a nós, mas perdendo tempo porque já sabemos tudo o que V. S^a passou, tudo o que sofreu, e que foi isentado de tudo, não deve nada a esta Casa, não deve nada à Justiça, não deve a ninguém, para que possamos assistir, desviar a atenção do foco principal, que é a corrupção que o Presidente Lula deve explicar à Nação e que até hoje não deu uma coletiva para se submeter ao contraditório com a imprensa brasileira.

A entrevista que o Presidente Lula deu, contratada lá na França, foi para mandar recados para o Brasil. Mas não explica como é seu filho, com uma empresa de R\$10 mil, recebe R\$5 milhões. É um gênio! Nunca pronunciou uma palavra para explicar isso. O filho dele deveria se sentar no lugar de V. S^a.

Quando o irmão do Lula, o Vavá, fez *lobby* junto a empresas do Governo para beneficiar interesses privados, deveria se sentar aqui também. O Presidente deveria dizer como é que tomou dinheiro emprestado do seu Partido, de fundos constitucionais.

O Presidente não tem moral enquanto não responder sobre as responsabilidades do exercício da Presidência da República em relação aos seus atos e aos de seus familiares, fazendo com que pessoas como V. S^a sejam submetidas, muitas vezes, ao constrangimento de vir aqui, nesta situação, quando poderiam vir com a tranquilidade de visitar seus colegas com a cabeça em pé, como V. S^a está aqui.

Sinceramente, entendo o seu lamento, porque certamente esse não era o seu objetivo. Não tenho pergunta a lhe fazer porque conheço o seu caso, acompanhei – temos tudo – os acontecimentos relatados nesta Casa. Foi um prazer revê-lo, mas lamento as circunstâncias, porque V. S^a não deveria ser submetido a isso.

Existe uma lista de homens do Governo, do Partido dos Trabalhadores e dos Partidos da Base aliada, que deveriam fazer fila para se sentar na sua cadeira hoje e prestar contas à Nação, mas como somos minoria nesta Comissão, muitas vezes somos impedidos de trazer essas pessoas aqui para que deponham à Nação e mostrem toda a face oculta deste Governo, que enxovalha o nome da Nação e não permite a investigação, embora diga que quer fazer investigação. É aquela história: “dá o tapa e esconde a mão”. O Governo diz: “Vou fazer investigação”, mas, na realidade, faz tudo para obstruir. E nós sabemos a dificuldade que temos para recolher os dados.

Seja feliz, meu caro ex-companheiro, colega desta Casa, Osmir Lima. Lamento profundamente que tenha revisto V. S^a nessas condições, porque, se tinha alguma coisa a prestar a esta Casa, já o fez.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Wladimir Costa. (Pausa.) Ausente. Deputado Daniel Almeida, pelo prazo de dez minutos. Vou anotar.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Pela ordem.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Há uma permuta, não sei se continua sendo possível, entre o Deputado Wladimir Costa e eu, neste caso.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Poderemos fazê-la, sem nenhum problema.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Se o Deputado Daniel...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Se V. Ex^a já acordou, então entra o Deputado João Correia no lugar do Deputado Wladimir Costa, um no lugar do outro.

Outra questão, antes de passar a palavra. Infelizmente, quero explicar à Comissão o porquê de minha ausência nas últimas reuniões. Sou Relator da MP 255, e estamos consolidando a MP do Bem, que foi a 252, na 255, o que está dando um trabalho exacerbado, são muitas demandas, muitos interesses, há interesse público sobretudo, este que nos comanda e nos governa, no sentido de promover medidas de alívio tributário para incrementar o desenvolvimento econômico do País. É por isso que deverei me ausentar em seguida, porque haverá uma reunião de Líderes, e a matéria deverá ser votada hoje. Amanhã, estaremos livres.

Antes disso, há uma discussão se na sexta-feira haverá ou não reunião. Eu prefiro deixar marcada. Possivelmente, amanhã já teremos o quadro definido, e tomaríamos a decisão. Claro que, se houver a translação do feriado de 28 para segunda-feira, automaticamente não haverá reunião. Se não houver essa mudança, nós faremos a reunião, porque na próxima semana não vamos ter a oportunidade de ter a reunião. Segunda é feriado. Terça... Quarta é feriado, a semana ficará numa situação muito difícil.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Deputado João Correia, por permuta com o Deputado Wladimir Costa.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Parlamentares, Deputado Osmir Lima, que se faz acompanhar do Dr. Jorge Lima, seu filho, que conheço desde adolescente – é realmente uma honra, Jorge, tê-lo aqui –, queria dizer e até explicar ao depoente que há uma situação mais ou menos complicada neste momento na presença de V. S^a aqui. Esta Comissão, por uma natural correlação de forças, se coloca em um confronto permanente entre governistas e oposicionistas, e às vezes um se perfila ao lado do outro. O caso do próprio nome da CPI, que até hoje não se resolveu – há uma esquizofrenia nisso –, se é CPI da Compra de Votos ou se é CPI do Mensalão, isso ainda não está muito claro, mas o fato é que V. S^a está aqui por convocação que eu fiz. Eu fiz a convocação de todos os membros que tiveram ou não, direta ou indiretamente, inocentes ou não, relação com aquele episódio. Então, eu fiz a convocação de todos os possíveis implicados, e deixei como reserva para a Presidência e a Relatoria utilizarem da forma mais apropriada.

Da mesma forma que eu, por exemplo, fiz a convocação do Presidente Lula, logo que o publicitário Duda Mendonça disse que recebeu dinheiro da campanha que fez para o Presidente Lula através de divisas, de

recursos enviados ao exterior de forma fraudulenta. Achei de uma gravidade extrema. E também coloquei a convocação do Presidente para apreciação do Relator e do Presidente da Comissão.

Assim também foi feito com o Sr. José Genoino. Fiz a convocação dele, fiz a convocação do Ministro Ciro Gomes, pela vinculação que um assessor seu importante teve com o chamado valerioduto, enfim, com essas fraudes que alimentaram o mensalão. Assim foi feito também com Delúbio Soares, com o ex-Ministro e hoje Prefeito em Minas Gerais, Anderson Adauto, dentre outros. Eu os coloquei para apreciação da Presidência e da Relatoria. Mas não me perfilo nem como defensor nem como acusador. Aqui tínhamos, Sr. Osmir Lima, a bancada favorável ao Daniel Dantas e a bancada favorável aos fundos de pensão. Eu tenho, graças a Deus, a liberdade que o povo acreano me deu para fazer as perguntas que acho que devam ser apropriadas.

E nesse aspecto eu gostaria de iniciar, numa questão que já foi levantada por V. S^a, até para rememorar um pouco aqueles tempos, que também eram tempos tensos, que também eram tempos muito tensos e difíceis. V. S^a falou na compra de votos de um lado e falou na compra de votos do outro lado. Se eu posso depreender do que li antes desta oitiva, havia possível compra de votos pelo lado do PSDB do Presidente Fernando Henrique Cardoso e também por um aspirante permanente à Presidência da República chamado Paulo Maluf. Isso procede? Havia, no conhecimento de V. S^a, no cafezinho, enfim, nos contatos em plenário ou não, essa informação de que havia compra de votos de um lado e havia compra de votos do outro lado? Ou seja, a ilegitimidade, neste caso, pode estar de um lado e de outro? A primeira questão que eu faço a V. S^a.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Havia comentários diversos entre Parlamentares de compra de voto de um lado e de outro. Antes de concluir, eu gostaria só, que eu não tive oportunidade, de agradecer as palavras generosas do Deputado Júlio.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Bom, Deputado Osmir Lima, então, na leitura também que eu fiz dos elementos que compuseram o painel, a moldura daquele momento, na revista **ISTOÉ**, V. S^a diz que a Bancada do Acre se articulava, numa relação com o Governador, de modo a gerar determinadas dificuldades para buscar as facilidades que seriam determinadas pela busca de recursos para a construção da infra-estrutura no Estado do Acre. V. S^a confirma essas informações que teria prestado à revista **ISTOÉ** Senhor?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Confirmo, mas ressaltando que no bom sentido. A

difficuldade não é para obter nada escuso nem espúrio, naquilo que era de interesse do Estado.

V. Ex^a sabe, talvez melhor do que eu, que os Estados pobres da Nação só têm como forma de buscar os pleitos para combater essa desigualdade regional injusta e permanente a sua Bancada, com o apoio que pode, muitas vezes, ser dado ao Executivo. E isso nós utilizamos, sim, fazendo a política de pressão para que o Acre fosse beneficiado com recursos para promover, pelo menos, o início do seu desenvolvimento. Naquela ocasião, durante a Constituinte, Deputado João Correia, basta dizer que o Acre era o único Estado da Federação que sequer era integrado aos demais Estados. Eu fiz, inclusive, aqui, uma emenda que foi extremamente polêmica, e fui criticado. O próprio Dr. Ulysses Guimarães, eu era do PMDB à época, chamou para que eu retirasse essa emenda da Constituinte, propondo a separação do Acre do resto do Brasil, anulando o Tratado de Petrópolis, como um protesto pela forma com que a Nação tratava um Estado que se incorporou a ela através de luta armada. Foi Acre por opção, brasileiro por opção. E eu considerava, naquele momento, que tínhamos sido enganados pela Nação e fiz essa proposta. Alguns levaram a sério, outros chegaram a ridicularizá-la, mas era uma forma de protesto e disse ao Dr. Ulysses. Daí, Deputado João Correia, continuo achando que a única forma de pressão que os Estados pobres têm para combater essa desigualdade que nunca vai tornar esta Nação uma grande nação, enquanto não resolvermos o problema das desigualdades sociais, e, acima de tudo, regionais, eu continuo defendendo que temos que fazer o possível, dentro da ética, evidentemente, para que se sensibilize o Governo Federal na liberação dos recursos. Isto nós fizemos, sim: política de pressão de toda ordem.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Deputado Osmir, V. S^a confirmou aqui que existiam comentários de que poderia haver compra de votos de um lado e poderia haver compra de votos de outro. O que eu quero perguntar a V. S^a, quase em termos finais, porque meu tempo já vai se esgotando, é se havia também comentários de que isso fosse sistemático, como era o mensalão, como “é” o mensalão. Eu, particularmente, não tenho a menor segurança de que o mensalão acabou; eu não tenho a menor segurança, devido à forma da tentativa de obscurecer e de impedir as investigações. Essa desgraça, essa chaga, esse câncer do mensalão ainda deve estar, por outras formas e outras vias, fluindo no Parlamento brasileiro a partir da visão do Executivo. Eu quero perguntar a V. S^a o seguinte – a pergunta final, Sr. Presidente –: se havia algum outro comentário de algum outro tipo de suborno de fidelização, com foi dito aqui, dos votos dos

Parlamentares em relação a emendas ou a projetos de natureza polêmica, porque isso lança uma suspeição muito grande, especialmente sobre o Governo atual, porque várias pessoas que defendiam, por exemplo, uma postura em relação aos funcionários públicos, aos trabalhadores, mudaram completamente de lado aqui, e há uma suspeita se isso foi irrigado pelo mensalão, pelos recursos do mensalão. Eu queria, então, perguntar se havia algo similar, algo analógico em relação a isso.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Não. De forma permanente, não havia esse comentário. O comentário que havia era de que estaria havendo compra de votos para que Deputados votassem contra a reeleição e de que haveria compra de votos para que Deputados votassem a favor da reeleição. Esses comentários, sim, ocorriam, mais para aquele... aquela questão pontual.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto. PT – PB) – Com a palavra o Deputado... Era o Deputado Daniel Almeida, que permutou com o Deputado Odair Cunha...

Com a palavra o Sr. Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Osmir Lima, eu já me sinto contemplado com muitas das perguntas que o nobre Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, fez. Então, vou me permitir fazer duas questões, sobre as quais tenho ainda um pouco de dúvida, para V. Ex^a colaborar conosco. Primeiro, o senhor sabe informar se realmente o Deputado Ronivon Santiago recebeu aqueles ditos R\$200 mil para votar a favor da PEC da reeleição? V. Ex^a tem algum outro elemento que possa afirmar a sua convicção?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Não, não tenho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Ex^a conheceu o fato?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Conheci. Se ele eventualmente recebeu, eu diria apenas que eu não testemunhei esse fato. E depois que esse fato surgiu na imprensa, eu cheguei a indagar o Governador Orleir Cameli se esse fato teria ocorrido. Ele chegou a responder para mim que não. Pelo menos, S. Ex^a respondeu a mim que não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor atribui a que o fato dele ter citado o seu nome naquelas gravações?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Pelo tipo de comentário que haveria, é possível que ele tenha citado o meu nome pelo envolvimento que eu teria com o Governador. Mas eu diria que eu procurei,

logo depois do fato, o Sr. Ronivon e perguntei: Deputado Ronivon, você – na ocasião, pois era tratamento na intimidade –, por acaso, me viu recebendo algum recurso do Governador Orleir Cameli, de Amazonino Mendes? Ele disse “Não, não vi.” Perguntei Você me viu em algum momento recebendo esse recurso? “Não.” Indaguei E por que você me citou? O que ele me respondeu na ocasião foi “Não, você sabe o meu jeito; eu tava brincando.” Foi isso que ele me respondeu taxativamente. Eu cheguei a dizer: Olha, eu vou lhe interpelar judicialmente, para você me confirmar onde foi que você me viu recebendo esse recurso, em que ocasião, em que local. Ele, quando chegou na Comissão de Sindicância, negou o fato e eu realmente não fiz a interpelação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Ex^a está aqui exatamente porque algumas questões, à época, não foram bem resolvidas, não foram bem esclarecidas. Mas, V. Ex^a vem a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque se criou uma idéia de que todas as pessoas que estão aí sentadas ou prestando algum tipo de esclarecimento necessariamente são culpadas. Não são. É preciso que nós retomemos o princípio do direito que diz que a presunção é pela inocência; e não o contrário. E temos de tomar cuidado quando fazemos qualquer tipo de ilação ou de afirmação. Então, tenho clareza e muita tranquilidade, e nosso Relator tem assim nos conduzido, com bastante imparcialidade, para que as verdades venham à tona e as questões fiquem esclarecidas. Mas eu não posso deixar de registrar que, à época, foi tentada a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, porque tenho a impressão de que o problema não é V. Ex^a; que a questão especialmente da PEC da Reeleição, da compra de votos à época, não tem a ver necessariamente com a citação do nome de V. Ex^a. V. Ex^a pode ter sido vítima daquele processo. Mas é que se criou, durante o Governo Fernando Henrique, um instrumento de abafa. Não se deixou, de forma nenhuma, realizar as investigações que precisavam ser realizadas a seu tempo. Quando foi falado aqui que por Parlamentares que todas as investigações foram concluídas, não é verdade. Corre, na Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, uma Ação Cautelar que até hoje não conseguiu avançar na busca de outras provas, de quebra de sigilo de outras pessoas que poderiam estar envolvidas naquele processo, àquele tempo.

Então, é preciso que as coisas fiquem claras, porque nós temos dois focos aqui objetivos, que é investigar o que não foi investigado, porque o Governo Fernando Henrique não deixou investigar naquele momento; criou-se um sistema de obstrução permanente, não deixando com que Comissões Parlamentares de

Inquérito fossem instaladas nesta Casa. Essa é a verdade. Por isso, V. S^a está aqui, novamente, para que nós possamos avançar no processo de investigação, seja do PT, que é o meu Partido, seja do PSDB. E, neste momento, essa sensação de que existe mensalão é ruim para todos nós. O que não se percebe é que a dúvida que paira, no passado e agora, com relação à compra de votos, e mesmo com as investigações, alguns insistem em dizer que existe uma sensação de compra de votos. Ora, isso pesa sobre todos nós. Nós todos, envolvidos ou não, do partido “a” ou do partido “b” temos que dar explicações à sociedade, nas nossas casas, nas nossas cidades. E parece que quanto pior melhor. É preciso que nós tenhamos essa clareza de que nós temos que investigar.

Agora, quando quer investigar o PSDB, o PSDB fica nervoso, não quer deixar que as investigações avancem também para o Governo Fernando Henrique, que deve muitas e muitas explicações, e tenho certeza de que, através desta Comissão Parlamentar de Inquérito, através do Ministério Público Federal que não engaveta, ao contrário, realiza todos os procedimentos necessários para viabilizar as investigações, nós vamos tirar as dúvidas que pairam sobre esta gestão e sobre a gestão anterior, porque sobre elas pairam dúvidas.

É isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto. PT – PB) – Obrigado.

Por permuta, o próximo orador era o Senador Eduardo Suplicy, mas S. Ex^a concedeu o seu tempo para que o Deputado Daniel Almeida pudesse falar.

Com a palavra o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Pois não, Sr. Presidente. Cumprimento V. Ex^a, o nobre Relator e o deponente, Sr. Osmir Lima.

Sr. Osmir, V. S^a afirmou que abandonou a vida pública. Não tem mais nenhuma filiação partidária ou mantém filiação partidária?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Mantenho filiação partidária.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – A qual Partido?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Atualmente estou no PTB.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – No PTB.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Isso.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – V. S^a informou que esteve numa oportunidade num encontro do qual ou no qual esteve presente o então Governador do Acre e o Governador do Amazonas na Academia

de Tênis. Qual a relação que existia entre os dois Governadores? Era uma relação de intimidade, de convivência, qual era o nível de relacionamento que os dois Governadores tinham naquela oportunidade?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Ao que me parece, relação de amizade. Ao que me parece.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Esses encontros eram freqüentes?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Aí não saberia lhe dizer.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – O Senhor só teve a oportunidade de...

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Só fui uma vez.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Uma vez, mas, no dia-a-dia, convivendo com o Governador do Acre, o que V. S^a percebia da relação dos dois Governadores?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – De amizade.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – De amizade.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – De amizade, sim.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Pergunto isso porque há, existem informações de que os dois Governadores participavam ativamente das negociações, das tratativas naquele período da reeleição. Tanto o então Governador do Acre, o Sr. Orlei Cameli...

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Orlei.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Orlei Cameli e o Sr. Amazonino Mendes.

V. S^a na intervenção inicial informou que houve um momento de indecisão a respeito do voto na reeleição ou não, e que essa indecisão era em função de insatisfações do Governador do Acre, e que posteriormente essa definição se deu, a insatisfação com o Governo de Fernando Henrique, de que posteriormente essa definição se deu pelo voto na reeleição. Eu gostaria que V. S^a explicasse melhor isso. Houve algum momento que essa insatisfação fosse superada, houve alguma reunião entre o Governador do Acre e o Governo Federal para que essa insatisfação fosse superada? Houve algum... V. S^a já afirmou aqui que não houve conclusão da obra que tanto interessava ao Governo do Acre, mas houve algum compromisso, houve algum acerto? Em algum momento, isso se deu? Essa insatisfação foi até quando e qual o momento que ela deixou de existir?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – A insatisfação foi gerada, evidentemente aqui já expliquei, pela não liberação total dos recursos que possibilitassem a construção da BR-364.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – E o Governo Federal se comprometeu a liberar esses recursos? Houve algum entendimento nessa direção?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Não nesse sentido de votar.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Não, mas houve algum entendimento nessa direção, em algum momento?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Sempre que nós vimos a Bancada como um todo, Senadores e Deputados, ir ao Governo fazer essa cobrança, evidentemente que ele se comprometia, mas os recursos, talvez problema de orçamento, problema de caixa do Governo, eram liberados apenas uma parte. Essa insatisfação foi superada quando, também aqui já afirmei, o Governador Orleir disse: “mesmo com esse problema, nós vamos votar a favor da reeleição”, e também até por uma certa convicção que eu tinha de que era o melhor.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Pois não. V. S^a falou aqui que existiram boatos, de um lado e de outro, de compra de votos naquela oportunidade. V. S^a podia identificar núcleos que produziram esses boatos, pessoas a quem era atribuída responsabilidade por esses mecanismos de compra de votos de um lado e de outro? De onde partiram esses boatos? V. S^a poderia identificar a origem desses boatos? Existiam comentários que esses boatos vinham de um ou de outro setor, de uma ou outra personalidade que atuava no Congresso Nacional ou do Governo? Poderia dar uma identificação?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Não, identificação... Isso eram conversas – eu já falei aqui também – eram conversas esparsas, dentro do plenário, rodinhas aonde se chegavam. Havia comentários de diversos Deputados, que o tempo não me permite mais lembrar, evidentemente, de que estaria havendo isso: compra de um lado e compra de outro, mas precisar quem seriam os Deputados, que núcleo, aí não. Não haveria um núcleo organizado de compra, pelo menos até onde tomei conhecimento, não haveria esse núcleo organizado. Eram conversas diversas dentro do plenário.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – V. S^a acredita que pode ter havido compra de votos naquela oportunidade? Na percepção de V. S^a, V. S^a acredita que pode ter havido esse mecanismo?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Deputado, eu fui vítima de uma injustiça. Eu não que-

ro cometê-la. Então, ficaria para mim muito difícil dizer que houve, porque prova eu não tenho.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – V. S^a nunca recebeu nenhuma proposta que pudesse ser lida, que insinuasse compra de votos?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – A mim, pessoalmente, não. Eu volto a lhe lembrar, Deputado Daniel, que o meu compromisso era com o Estado e o seu Governador. Nós lutávamos pelo interesse do Estado. Evidentemente que nós estávamos sempre pedindo recursos para o Estado e ficava restrito a esse campo. Não aceitaria nenhum outro tipo de vinculação que não fosse dentro desse campo: o que interessa para o Estado e o que não interessa.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Nunca ninguém lhe disse que recebeu também? V. S^a não soube de ninguém que tenha recebido algum tipo de proposta?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – A mim eles não teriam coragem de fazer isso.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Pois não. Eu gostaria... V. S^a aqui informou que, na oportunidade da investigação, inclusive com a participação da Polícia Federal, teria sido quebrado o sigilo bancário e fiscal de V. S^a. Acho que seria útil que esses documentos chegassem a esta CPMI para que fosse analisado, apreciado, fizesse parte do arsenal. Então, se V. S^a pudesse oferecer esse material ou a própria Comissão requisitar caso V. S^a não tenha disponível esse material.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Não. Eu tomei conhecimento da quebra de sigilo pela **Folha de S.Paulo**, no ano de 2000, que a juíza teria decretado a quebra do sigilo. Parece-me que eles também quebraram o fiscal. Não sei se quebraram. Sei que tomei conhecimento pela imprensa. Eu não tive acesso a nenhum desses documentos.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Pois não. Então, sendo assim, quero requerer, no momento oportuno, que esses documentos cheguem à CPI caso existam, porque não temos a prova de que eles existem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto. PT – PB) – Há um requerimento que já foi aprovado solicitando da Mesa Diretora da Câmara toda a documentação que estava na Comissão de Sindicância e no Conselho. Não sei se essa documentação...

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Eu não sei se esse documento, porque, pela informação que se deu aqui, teria sido quebrada a partir da investigação da Polícia Federal e do Poder Judiciário. Pode ser que não conste desses documentos da sindicância interna. O Deputado João Correia está dizendo

aqui que não consta da sindicância interna. Então, acho que seria útil complementar essa documentação, mas, Sr. Presidente, estou satisfeito aqui com as respostas. Queria apenas reafirmar o que já foi dito aqui, que esta CPMI foi instalada para investigar os fatos do presente e os fatos do passado que deram origem a denúncias de compra de votos na PEC da reeleição, em 97. Portanto, a presença do Sr. Osmir e de outros que estiverem envolvidos naquele episódio é útil, é necessária a presença dessas pessoas para que esses esclarecimentos sejam feitos. E esses esclarecimentos nós temos que ir ao passado para atuarmos melhor no presente e prepararmos melhor o futuro. Nós temos que investigar esses problemas de corrupção de uma forma mais ampla possível para indicar modificações. Nós temos necessidade de alterar a legislação político-eleitoral neste País. Esta Casa está sob suspeição. A política brasileira está vivendo esse processo, que não começou ontem, que já vem de algum tempo e nós precisamos ir à raiz dele. Nós temos já a identificação que mecanismo exatamente igual ao que foi utilizado nesses setores do PT, por Delúbio, foi utilizado na campanha de 98, em Minas Gerais, que teve como articulador as mesmas pessoas. O Sr. Marcos Valério, que aparece agora como grande articulador dos recursos envolvendo o Delúbio Soares, transportou essa tecnologia da campanha de 98, que lá mobilizou 13, 15 milhões para a campanha do Governador de então, que se candidatava à reeleição, o Sr. Eduardo Azeredo, que hoje é Presidente do PSDB. Tudo isso tem que ser investigado – os fatos de hoje, os fatos do passado – para que esse esclarecimento possa ser feito e as pessoas sejam devidamente punidas. Eu não sei por que alguns ficam nervosos quando se fala desses temas. Talvez seja a percepção de que o processo eleitoral está indicando que esse projeto que o Brasil está construindo é um projeto que vai ser mantido, que o Governo Lula, o Presidente Lula está isento desse processo, está preocupado com os interesses do Brasil e está dirigindo a sua ação, ação do Governo Federal exatamente para a moralização do nosso País. Portanto, Sr. Presidente, é importante que esses esclarecimentos todos sejam feitos e que outros depoimentos possam trazer novas informações para que a investigação seja produzida com o conteúdo necessário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto. PT – PB) – Muito obrigado, Deputado Daniel Almeida. O próximo inscrito é o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, muito obrigado. Júlio Redecker, peço a sua permissão para poder fazer inquirição porque S. Ex^a queria... Sr. Presidente, esse é um rumoroso caso

que, na época... Quero elogiar o Deputado Ibrahim Abi-Ackel, hoje Relator desta Comissão e, à época, Relator da Comissão de Sindicância, pelo seu trabalho. S. Ex^a, no seu relatório final, coloca o seguinte: as conversas dos Deputados Ronivon Santiago e João Maia, gravadas e divulgadas pela **Folha de S. Paulo**, contendo elementos de convicção sobre a prática de crimes de corrupção por eles expressamente atribuídos aos Governadores do Amazonas, Amazonino Mendes, PFL, e do Acre, Orleir Cameli – abro aspas e cito –, “pertencentes ao PFL”, bem como o Sr. Eládio Cameli, diretor da empresa Marmud Cameli e, ainda de que maneira imprecisa, ao Ministro Sérgio Motta. Conclui o Sr. Relator, propondo as seguintes providências:

1 – seja instaurado na Comissão de Constituição, Justiça e de Redação, mediante representação da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, o devido processo legal para apuração da conduta atribuída aos Deputados Osmir Lima, Zila Bezerra, Chicão Brígido, representantes do Estado do Acre, na Câmara dos Deputados, na forma do art. 240, § 1º e 3º, inciso I, II, III, IV do Regimento Interno da Câmara;

2 – sejam enviadas cópias da presente sindicância, respectivo relatório Assembléia Legislativa do Estado do Acre e do Amazonas;

3 – sejam enviadas cópias da presente sindicância, respectivo relatório aos Procuradores Gerais da Justiça do Acre e do Amazonas e ao Procurador Geral da República, tendo em vista a competência privativa do Ministério Público para promoção da ação penal.

Não creio que os Procuradores Gerais da Justiça do Estado do Acre e do Amazonas tenham feito alguma coisa, mas o Geral da República fez. Ele arquivou o processo, como o fez com todos os processos que envolvessem o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, tão bem defendido aqui pelo Deputado Júlio Redecker e pela Deputada Zulaia Cobra.

Na época não se tinha nenhuma intenção de apurar nada, acho que o trabalho isento feito pelo relator não foi avante, em função da maioria. Na verdade, esta Casa age por maioria e naquele momento a maioria e o Governo de então não tinham qualquer interesse em investigar esse nebuloso caso.

Vamos entrar agora, já que temos a oportunidade de, após oito anos, nove anos praticamente, em mais alguns detalhes nesta investigação. Como é que saia o dinheiro para o compradão de votos? Da liberação de emenda de bancada. Como é que podemos fazer essa ilação com o que estou afirmando? Com as fitas, com a degravação das fitas, que esteve em poder da Comissão de Sindicância, que certamente deve estar arquivada em algum canto. Já requiero, verbalmente,

que possamos, ao final desta sessão ouvi-la para tirarmos nossas conclusões. Essas fitas apontam que a liberação de recursos de bancada era o elemento, a fonte, a mala que ia fazer com que houvesse o pagamento desse aliciamento para a Emenda da reeleição, cuja proposta de emenda constitucional já tramitava. Era uma esquecida, uma emenda que ninguém dava valor a ela. Mas, de repente, num súbito, numa ânsia de voltar à tona, de voltar aí a sua vitalidade ela foi regenerada de uma forma um pouco equivocada, tanto que os índices da pesquisa de opinião que fora feito meses antes nesta Casa, ela seria redondamente derrotada, até porque existiam vários governadores que não queriam a sua aprovação. De uma hora para outra, num passe de mágica, ela é aprovada com uma margem muito larga de votos.

A pergunta que faço ao Sr. Osmir Lima, se ele conhece a empresa CM Engenharia?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Não.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – A CM Engenharia é uma construtora que fez uma obra no Acre, a BR-317. Ela ganhou essa licitação em 1995, salvo engano, deu início à obra e a bancada do Acre aprovou uma emenda de bancada para a conclusão dessa rodovia. Essa emenda era no valor de R\$5,2 milhões, beneficiando a empreiteira CM Engenharia, que, segundo depoimento do Sr. Ronivon Santiago, ficou de lhe pagar R\$100 mil para aprovação pela reeleição, a empresa fez esse adiantamento, se recebesse essa emenda. E essa emenda foi liberada, no valor de R\$3,2 milhões.

Pelo senhor, como chefe da Casa Civil do Governador Cameli, evidentemente deve ter participado dessa reunião de bancada que definiu como prioritária a conclusão de uma rodovia de extrema importância para o Estado do Acre, liga divisa do Acre com Amazonas, Rio Branco/Brasília.

O senhor não conhece essa empresa, a CM Engenharia?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Volto a reafirmar que não.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – O senhor não participou dessa reunião de bancada que definiu o aporte de recursos para essa empresa?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Em primeiro lugar a bancada do Acre não se reunia para aportar recursos para nenhum tipo de empresa. Ela se reunia para aportar recursos específicos destinados a uma obra. A questão de vinculação com empresa era questão lá do Estado. Nosso papel era de obra para a BR-364. Agora, o que se fazia lá no Estado

era de competência dos órgãos responsáveis pelo fato. A bancada nada tinha a ver com isso.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Mas ela portou essa emenda, colocou.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Não, colocar a emenda, eu desconheço. Eu não coloquei. Eu votava emenda de aporte de recursos.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Conhece a CM Engenharia? É uma empresa de Goiânia.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Eu não conheço. Desconheço completamente esse fato.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Pois é, ela fez uma obra importante no seu Estado, uma obra de importância.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Mas eu não obrigado a conhecer quem está trabalhando nas estradas. Não é minha área. Até por que, como chefe da Casa Civil, eu ficava restrito às atribuições da Casa Civil.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Ela foi liberada logo após a aprovação da emenda a reeleição.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Eu volto a reafirmar que não conheço essa empresa, Deputado. Volto a lhe dizer.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – A Marmud Engenharia o senhor conhece?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – A Marmud é uma empresa, se não me engano, da família Cameli.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Isso.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Essa aí eu tenho conhecimento dela. Se não me engano sediada até em Cruzeiro, não sei.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Quantas vezes o senhor e a bancada, ou o senhor com o governador, já que o senhor era um homem de confiança, se reuniu com ex-Ministro Sérgio Motta?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – De bancada eu não estou lembrando bem quantas reuniões tivemos. Tivemos uma ou duas, não recordo. Agora, pessoalmente, eu tive uma com o Ministro Sérgio Motta, apenas uma.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – E o assunto foi liberação?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – BR-364, eu fui pedir...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Antes ou após a emenda da reeleição, da aprovação?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Também, sinceramente eu não me recordo agora qual é a data precisa disso.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – O senhor teve alguma reunião com o Governador Amazonino Mendes?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Reunião não. Eu voltei aqui a afirmar que, uma vez, almoçando na Academia de Tênis, na companhia do Governador Cameli, ele me convidou, dizendo que o Sr. Amazonino estava hospedado em um dos apartamentos da Academia. E nós fomos lá fazer uma visita a ele. Não em termos de uma reunião formal, convidar para uma reunião. Terminamos de almoçar e fomos lá fazer uma visita a ele.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Antes ou após a aprovação da emenda.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Sinceramente, também não recordo da data precisa.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – O senhor esteve em alguma reunião intermediando uma reunião entre o Sérgio Motta com o Governador Orleir Cameli?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Eu não.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Nunca participou dessa reunião?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Eu não, pessoalmente não.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Mas o ex-governador Orleir Cameli participou de reuniões com o Ministro Sérgio Motta. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Eu tenho o conhecimento de que fizemos sim reuniões de bancada e o governador, acho que sim.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Mas com o Ministro Sérgio Motta?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Não, aí eu não sei se ele teve isoladamente com o Ministro Sérgio Motta, eu desconheço.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Numa das falas do atual Deputado Ronivon Santiago, ele afirma que houve essa reunião. Houvera essa reunião entre a bancada e o ex-Ministro Sérgio Motta.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Então, ele deve ter presenciado. Eu não.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Gravado, por sinal.

E Pauderney Avelino, o senhor teve alguma reunião com ele, na época pertencente ao PTB?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Reunião não, tive conversa com ele no plenário – ele é um Deputado do Amazonas –, mas reunião específica eu nunca tive.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Mas aquela fase, embora com todos os jornais divulgando a existência dessa fita, e após uma sindicância, após o senhor ter sido inquirido pela comissão de sindicância, o senhor não conhece nada sobre essa matéria?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Repita, por gentileza, a pergunta?

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Conhecimento de compra de votos para a aprovação da reeleição?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Já falei aqui que havia inúmeros comentários, quer de compra para reeleição, quer contra a reeleição. E alguns detalhes de fato ocorrido eu vim tomar conhecimento através da fita, quando foi degravada e publicada pela **Folha de S.Paulo**.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – A emenda de Bancada do Acre, qual foi o total de emenda que a bancada propôs no orçamento de 96, em execução em 97?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Nove anos depois é seria difícil para mim lembrar.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Não se lembra.

Sr. Presidente, é interessante nós ouvirmos a fita, porque a fita é muito esclarecedora. Ajudaria ao depoente a relembrar de fatos, já que boa parte das nossas inquirições ele não soube precisar, até pelo tempo, são nove anos. Seria interessante que nos ouvíssemos a fita, que é elucidativa. Foram retirados alguns trechos para nós não descortinarmos a existência do senhor Sr. X, mas esse fato precisa ser relembrado, porque ele foi arquivado na Procuradoria-Geral da República. A Casa aqui não aprovou a continuidade dessa investigação. E temos a oportunidade, nove anos após, de tomar conhecimento desse nebuloso caso de compra de votos no Congresso Nacional. Esse fato precisa ser esclarecido. Peço a V. Ex^a que, antes da conclusão desses trabalhos, possamos ouvir as fitas que estão arquivadas aqui na Casa.

Para concluir, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Já esgotou o seu tempo.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Eu me reinscrevo. Tem mais coisa aqui...

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Está feita a reinscrição, nobre Vereador, desculpe-me, Deputado Valverde.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – É que está voltando tanto no passado, que talvez ele volte a ser Vereador.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Não é tão longe, minha cara. São apenas 9 anos, é muito pouco para...

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Eu fui 14 anos Vereador, ainda estou com esse hábito.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Os fantasmas ainda persistem em andar pelos corredores.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu só queria acrescentar que eu acho que estamos fazendo um exercício de busca do passado, que, com todo o respeito, nós estamos analisando com muita seriedade. Agora, essas fitas já foram motivo de análise por técnicos na época. Eu estava aqui, participei disso tudo e essas fitas foram arquivadas porque não se chegou a nenhuma conclusão.

E mais, nós estamos ouvindo aqui um ex-Deputado, um homem que veio até aqui, cumprindo a sua obrigação, por ter sido intimado para isso. É um senhor depoente que está aqui pelo fato de ter sido chamado pela Comissão. Ele veio, explicou tudo, todas as situações pelas quais passou. Foi tudo arquivado. Nós estamos aqui trabalhando com seriedade. Não dá para ficarmos analisando outras situações que querem impor. Nós estamos analisando aqui o Deputado Osmir Lima. Ele passou pela Comissão de Justiça, passou pelo plenário e não renunciou – esse é o caso dele, da Zila Bezerra, e do Chicão Brígido. Nós estamos analisando esses casos. O Sr. Ronivon Santiago ainda virá depor aqui. Ele virá e, aí, sim, será o caso de discutirmos a fita com ele.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Pois não, nobre Deputado.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Acho que devemos ter um pouco de respeito ao ex-Deputado Osmir Lima.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – O Deputado está só como testemunha. Temos aqui que descobrir quem é o corruptor; quem é o corruptível nós já sabemos.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Como nós também queremos saber do PT.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Temos que saber quem é o corruptor.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Deputada Zulaiê e Deputado Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Nós temos que saber quem é que corrompeu os Deputados. Essa é a nossa missão aqui, neste momento. O renunciante já está assumindo a sua culpa.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Nobres Deputados.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Aliás, os corrompidos nós já sabemos.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Nobre Deputada Zulaiê, nobre Deputado Eduardo Valverde, a fita pode ser requisitada desde que se faça o requerimento e a Comissão dê a devida apreciação do requerimento. V. Exª, Deputado Valverde, faz verbalmente o requerimento e pode fazer ...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Verbalmente não, por escrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – A Presidência está com a palavra.

E pode fazer por escrito e, naturalmente...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – A Presidência, pelo seu poder de definição, até para instruir o processo de investigação, pode passar as fitas.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Nobre Deputado Valverde, naturalmente, esse pode ser um caminho ou, a critério do Relator, que tendo possibilidade de ter acesso à fita, podemos ter outras formas de fazê-lo e, então, dar a destinação pertinente. O nobre Relator quer usar a palavra.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu pedi pela ordem antes, gostaria de ser respeitado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A informação que eu tenho é de que a fita está apenas ao processo, ela integra o processo e qualquer requerimento, de qualquer um dos Srs. Membros que requisitem a fita merecerá parecer favorável do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Pois não, nobre Deputado Redecker, pela ordem.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Solicitaria ao Deputado Valverde, sempre tão prestimoso no acolhimento das provas, que democratizasse a degravação da fita, que ele já possui aqui; ele já tem a degravação completa. Então, solicitaria que democratizasse a degravação, assim poderíamos ler, já que há toda a especificação ali.

Quanto à questão do ex-Deputado Osmir Lima, quero dizer que o Deputado Osmir Lima não é o Depu-

tado Paulo Rocha, pois ele não renunciou; ele enfrentou o julgamento até o fim e foi absolvido. Nós estamos aqui com uma pessoa que enfrentou todas as fases do processo, a quem eu peço o maior respeito. Se quiserem revirar a vida dele de novo, tenho certeza de que não encontrarão nada, porque esta Casa já fez o seu trabalho e ele está aqui na condição de depoente.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – O.k. Vamos ao próximo inscrito.

A Senadora Ana Júlia não se encontra presente.

Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, ninguém quer reconhecer que a academia da corrupção se dá lá pelos anos de 97, que é o tempo da Emenda da Reelection. Isso está muito mais do que comprovado, que os mesmos professores, Ricardo Sérgio, Sérgio Motta e companhia estavam lá naquela origem. Não querem reconhecer. E aí é um problema de falta de memória ou de não querer reconhecer.

Sr. Presidente, no depoimento que foi prestado pelo Sr. Osmir Lima, na Comissão de Sindicância, de que V. Ex^a era Relator, ele declarou que as reuniões havidas – não uma – na Academia de Tênis de Brasília, entre Deputados do Acre e o Governador Amazonino Mendes, destinavam-se a discutir programas e projetos de interesse da Amazônia.

Por que o senhor discutia com o Amazonino se o Governador era amigo seu, o Orleir Cameli? Por que essa discussão? E aqui aparece não só uma reunião, mas várias reuniões.

O que o senhor diz dessa declaração dada aqui? Porque o senhor disse que somente uma vez esteve lá.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Mantenho que somente uma vez. E tem o plural aí, não sei se estendi a outros Deputados que foram lá. A única vez que eu fui lá, volto a reafirmar, foi tratando de conversas de interesse realmente do Estado e tal, que é uma coisa normal entre Governadores de uma mesma região. É absolutamente normal.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A reunião com o Amazonino Mendes.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Não. Nunca houve reunião com o Sr. Amazonino, reunião no sentido formal. O que nós tivemos, volto a reafirmar, foi esse tipo de conversa. Se os Deputados também estiveram lá em outras ocasiões, eu realmente não sei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É uma declaração.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Eu escutei a declaração. Agora, eu não sei se na ocasião foi entendido assim ou se eu me expressei dessa forma. Mas nunca houve reunião.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Outra coisa que o senhor disse. O senhor afirmou, finalmente: “O Deputado Osmir Lima que nunca teve conhecimento de qualquer entendimento ou conversa destinada a conquistar votos favoráveis à proposta de reeleição”. Mas o senhor disse aqui que era comum, nos corredores, no cafezinho, no plenário, onde estivessem, Parlamentares conversarem sobre compra de voto para a reeleição. Certo?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – O senhor está fazendo, permita-me, uma confusão. Isso eu disse e reafirmo. Uma coisa é procurar para tentar comprar voto, outra, é conversas dispersas. Eu disse claramente que jamais participei, nem vi ninguém tentando comprar votos. Agora, boatos e comentários “sim”.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Uma coisa não tem a ver com a outra.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É que o senhor disse aqui que ouviu diversas rodadas, ou seja...

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Não é rodada, é conversa em plenário, conversa natural que ocorre em plenário, comentando que estão comprando aqui, comprando lá, conversa desse tipo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E os boatos vão se revelando...

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Agora é diferente, Deputado, de você chegar e pedir: “Olha, nós queremos aqui uma reunião para comprar voto”. Há uma diferença muito grande.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo, num relatório do Deputado Abi-Ackel, ele é claro nas conclusões quando diz assim: “As conversas dos Deputados Ronivon Santiago e João Maia, gravadas e divulgadas pela **Folha de S. Paulo** contêm ainda elementos de convicção sobre a prática do crime de corrupção por eles expressamente atribuído aos Governadores do Amazonas e do Acre, bem como ao Sr. Eládio Cameli, Diretor da Empresa Marmud Cameli e, ainda que de maneira imprecisa, ao Ministro Sérgio Motta”.

Essa é a afirmação do Relator. É tanto que o Relator solicitou que fosse instalado – naquela época não havia Comissão de Ética – um processo disciplinar na Comissão de Justiça, onde alguns foram colocados como não sendo responsáveis.

De fato, o processo que se dá na Comissão de Ética – hoje, no Conselho de Ética – tem todo um contraditório. Na época, era um Relator que dava o parecer,

mostrando o que havia. E a prova de que isso acontecia é a fala do Sr. Fernando Henrique Cardoso, em que diz assim: “que havia muita sujeira e podridão entre nós, entre eles, e que tudo deveria ser apurado”. E, na realidade, não foi apurado; foi tudo abafado, abafado na Comissão de Justiça, abafado também no...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não foi, na Justiça não foi porque eu votei, senhor.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Na época. Pronto, foi abafado...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, não pode; não pode falar uma coisa dessas. Que é isso?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não se investigou.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Nós votamos. O que é isso?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não se investigou, o Procurador, que era abafador também, não levava nenhum. Então não se foi.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Vem aqui e fala o que quer? O que é isso, Sr. Presidente?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eu falo o que quero porque eu também ouvi o que a senhora quis dizer.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, eu estava presente lá. Como é que o senhor pode falar uma coisa dessas?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eu quero que V. Exª escute.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Deputada Zulaiê, a palavra está com o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ela não quer ouvir porque é autoritária e arbitrária assim, pronto.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Mas eu votei, como é que o senhor pode dizer que não se votou?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eu quero falar, se a senhora não quiser ouvir, a senhora sai e não escuta.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não saio, não, senhor. Eu não estou fazendo coisa errada. Por que eu vou sair daqui?

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Deputada Zulaiê, a palavra está com o Deputado Luiz Couto.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu não vou admitir que o Parlamentar...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eu peço à ilustre Deputada que me respeite.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ele que me respeite.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ela pensa que é cobra; eu não tenho medo de cobra não.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ele que me respeite. Que raio de Comissão de Justiça era essa naquela época? É a mesma de hoje. Eu exijo respeito à Comissão de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Deputada Zulaiê.

O SR. (orador não identificado) – Não pode ser no grito, não, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não foi investigado.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ele foi investigado e foi julgado.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Deputada Zulaiê, a palavra está com o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A Deputada está muito nervosa.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Foi julgado. A Comissão de Justiça é a mesma de hoje, que está lá julgando o caso do José Dirceu. É a mesma Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Vamos garantir a palavra ao Deputado Luiz Couto.

Deputada Zulaiê, todos aqui têm o direito de usar o seu tempo e não há censura às opiniões que cada um expressa.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Deputada Zulaiê, a Presidência está com a palavra. V. Exª conhece o Regimento e, sem dúvida nenhuma, tem colaborado com esta Comissão.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Deputada Zulaiê, V. Exª tem colaborado com esta Comissão, tem usado a palavra no momento adequado e devido e deve considerar que o mesmo direito que V. Exª tem de usar da palavra no seu espaço, a mesma democracia, vale para o respeito a outro Deputado quando está usando a palavra.

Então, passo a palavra ao Deputado Luiz Couto, descontando o tempo...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Deputada Zulaiê,...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eu ouvi, por dez minutos o Deputado Júlio, que falou uma série de coisas e eu não intervim.

Claro, eu estou dizendo o seguinte, que é preciso ouvir.

No relatório do Deputado Abi-Ackel, na Comissão de Sindicância, ele diz que as reuniões da Academia de Tênis de Brasília, com o Amazonino Mendes e Deputados do Acre – foi dito – destinavam-se a discutir programas e projetos de interesse da Amazônia.

O sigilo bancário, fiscal e telefônico de vocês foi quebrado na Comissão de Sindicância e na Comissão de Constituição e Justiça?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Nós autorizamos na Comissão de Constituição e Justiça. Perguntado se nós autorizaríamos, nós autorizamos, mas, ao que me parece, não quebraram ali, foi quebrado na Justiça.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não quebraram. Então esse é mais um sinal de que não se investigou.

O Molina diz que as fitas eram...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ora, não se pode... Era uma Comissão de Ética.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Novamente, está querendo atrapalhar, só atrapalhar.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Era Comissão de Ética.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Não era Comissão de Ética, era Comissão de Justiça.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas fazia o papel de Conselho de Ética.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. (Orador não identificado.) – *(Fora do microfone.)* Autorizou a quebra de sigilo. Foi autorizado.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP.) – *(Fora do microfone.)* O sigilo foi quebrado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A voz do Sr. Ronivon Santiago e de João Maia foram reconhecidas como vozes que estavam lá. E era dito que a prática de corrupção era atribuída aos Governadores Amazonino Mendes, Orleir Cameli, do Acre, e o empresário Eládio Cameli, Diretor da empresa Marmud Cameli e, de maneira imprecisa também, com relação ao Ministro Sérgio Motta. E foi solicitado Comissão de Ética.

Mas o Deputado Paulo Bernardo, no seu voto em separado, diz o seguinte: “Há fortes indícios de que este

crime não está restrito àquela fronteira, nem tampouco a representantes do Poder Legislativo”.

Fatos caracterizados como corrupção, não havendo dúvida do envolvimento dos Deputados nos fatos denunciados.

Na fala do Deputado João Maia, há a afirmação de que o Ministro Sérgio Motta, em articulação com os Governadores Amazonino Mendes e Orleir Cameli, participava do esquema de compra de votos dos Parlamentares em favor do projeto da reeleição. Ou seja, é um voto em separado que está no relatório. Diz ainda que a compra de votos se deu.

E o próprio Presidente à época disse que havia muita sujeira e podridão e que era preciso apurar. Só que não foi apurado.

Eu queria saber, Sr. Osmir, se o senhor respondeu algum processo no STF, por descontar uma nota promissória quando era Presidente do Banco do Acre.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Sim, mas não por descontar uma nota promissória.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Por quê?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Nós fizemos um empréstimo para uma empresa tradicional do banco, que já estava habilitada a fazer desconto de duplicata. Essa duplicata, no prazo, não foi paga. Quando houve uma interpelação para a Diretoria que lá estava de por que a Pirelli era descontada contra uma multinacional de venda de borracha, a Pirelli respondeu que não pagou porque não tinha feito o pedido da mercadoria. Mas para o banco essa duplicata estava revestida de todos os aspectos legais. Havia nota fiscal e nota de embarque do produto. Em virtude disso, o Ministério Público considerou essa nota descontada no banco como nota fria e abriu um processo contra nós. Apenas isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Em conversa com a revista **ISTOÉ**, o senhor deu detalhes de como Cameli usava a Bancada no Congresso para negociar verbas para o Estado.

Aí o senhor diz assim: “Nós costumamos dizer que somos contra as propostas do Governo Federal e autorizamos o Governador a barganhar nossos votos”.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Para concluir, nobre Deputado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O que o senhor quis dizer com essa palavra “barganhar”, “barganhar os votos”?

Porque o senhor mandava, autorizava, mas aqui é “barganhar”. A palavra “baganhar” sempre tem um sentido de troca.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Nós temos que, primeiro, afirmar o que muitas vezes se diz e muitas vezes o que publica a imprensa. Nem

sempre o que a imprensa publica é exatamente a palavra que usamos. O que nós falamos foi isso que repeti aqui, que nós fazíamos política de pressão para que o Governo liberasse recursos para o Estado. Primeiro ponto. Então, isso é fundamental.

Antes, eu gostaria de dizer, com todo o respeito que eu tenho pelo Deputado Luiz Couto, pelo papel que ele desempenha nesta CPI, que eu fui investigado, sim, Deputado. Eu fui investigado pela Comissão de Sindicância, cujo Relator foi o Ministro Abi-Ackel; eu fui investigado pela Comissão de Constituição e Justiça, que me parece ser uma Comissão formada de Deputados idôneos; eu fui investigado pela Polícia Federal; eu fui investigado pela Justiça Federal. Então, eu fui investigado, Deputado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eu disse que os fatos da compra de voto não o foram, porque havia uma CPI e foi abafado...

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Deputado, o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Solicito a reinscrição.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Pois não.

Passo a palavra agora ao Deputado Gastão Vieira.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, nobre ex-Deputado Osmir Lima, utilizando aqui uma frase que foi dita, nós devemos investigar o que não foi investigado.

V. Ex^a já foi absolvido por esta Casa, mas quero aproveitar a oportunidade para esclarecer esse episódio que nunca consegui entender. Nunca consegui entender por que se tem que “comprar” parlamentares numa votação difícil, numa votação cujo resultado seja imprevisível e que o Governo tenha medo de perder, de pôr em risco essa coisa – com a qual não concordo –, chamada de governabilidade.

Nessa eleição, o Governo teve, no primeiro turno, 336 votos “sim”; 17 “não”; a Bancada do PT entrou em abstenção e, portanto, foi folgadíssimo no primeiro turno.

No segundo, 368 votos. A Bancada do PT aí vota e vai para 112 votos “não” e o resto abstenção.

Fico pensando também – e confirmaram aqui – que tanto o Paulo Maluf, quanto o Sérgio Motta desejavam comprar votos a favor e contra a reeleição. E só a Bancada do Acre entra nessa confusão. É evidente que quase todos não se deixaram vender, mas muitos devem ter sido abordados, senão não faria sentido dois pesos pesados da política brasileira estarem aqui tentando comprar votos.

Eu queria fazer a primeira pergunta ao senhor: Como é que votava a Bancada do seu Estado antes da votação da PEC da Reeleição? Votava contra ou a favor do Governo?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – No que eu me recordo, em grande maioria, a favor do Governo.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Em grande maioria a favor do Governo.

E o Governo não dava à Bancada nenhuma retribuição, porque para a estrada mais importante o Governo não liberava os recursos.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – É verdade, o Governo não foi tão generoso.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Mas mesmo assim a Bancada continuava votando a favor do Governo?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Olha, em algumas questões não. Eu teria que consultar.

Eu ainda me lembro que houve algumas questões polêmicas em que votamos contra. Inclusive chegamos a derrubar – hoje eu não me recordo bem, Deputado – uma das medidas polêmicas que surgiu lá, em que houve uma diferença de três votos, e nós votamos contra o Governo.

Então, nem sempre se votava a favor de Governo. Agora, em grande maioria, em grande parte, sim.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – V. Ex^a declarou que o Governador procurou o Ministro Sérgio Motta por entender que era o mais próximo do Presidente, e que o objetivo da conversa era a liberação dessa emenda da estrada, a BR – eu não sei o nome...

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – A 364.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – A BR-364.

Eu quero recordar que este é um assunto do Ministério dos Transportes. O Ministro dos Transportes era do meu Partido e era um operador político do Governo, era o Deputado Eliseu Padilha.

Não passou pela cabeça do Governador que, sendo um operador político do Governo, que mobilizava Bancadas, quando o Governo desejava em votações ter o apoio de determinados Estados, não poderia o Ministro Eliseu Padilha resolver essa questão ou encaminhá-la para o Governador do seu Estado e, consequentemente, para a Bancada?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Deputado, nós estivemos várias vezes com o Ministro dos Transportes, estivemos várias vezes com o Presidente da República. Inúmeras vezes tratamos mais do assunto da BR com o Ministro dos Transportes. Como

a situação não se concretizava como desejávamos, fizemos, pelo menos de que me recordo, uma vez um apelo ao Ministro, que nós pelo menos imaginávamos ser amigo do Presidente.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Não era lícito imaginar então que, em uma votação crucial para o Presidente – a história mostra que o Presidente Fernando Henrique se perde exatamente no segundo Governo na luta pela reeleição –, não seria o momento adequado para a Bancada fazer um protesto e não votar a emenda da reeleição a não ser que o Governo Federal olhasse com mais carinho – como olhava, por exemplo, para as reivindicações do Tocantins – para aquilo que a Bancada do Acre estava solicitando?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Chegou-se a pensar nisso, mas não se concretizou.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Mesmo assim a Bancada votou a favor da reeleição?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Em sua maioria, sim.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Essa história apareceu no jornal **Folha de S.Paulo**, se não me engano pelo jornalista Fernando Rodrigues e havia o Sr. Garganta Profunda, que se chamava Mister X. A PEC já estava no Senado, já havia sido aprovada na Câmara e encaminhada para o Senado. Pergunto: o senhor que viveu esses episódios até como vítima absolvida pela Casa, portanto, repito, nem deveria estar aí hoje, não tem a quem atribuir que essas gravações de Mister X tenham ido à imprensa exatamente contra um único Estado, em cima de uma única Bancada em um País que tem tantas representações nesta Casa, mais de 500 Deputados. Além do Ministro Sérgio Motta, não poderia ter sido o Sr. Paulo Maluf querendo melar a legitimidade da votação da PEC ou alguém interessado em atingir o Governador Amazonino Mendes, que, parece-me, à época havia outras acusações contra o seu Governo na imprensa. Em nenhum momento o senhor poderia atribuir uma outra lógica nessa denúncia que não fosse a lógica do Governo Federal e do Sr. Sérgio Motta porque a votação foi tão folgada que não entendo como o Governo veio aqui comprar votos para uma votação tranqüila em que ganhou com facilidade? O senhor não tem outra teoria para justificar que o assunto tenha vindo pelo jornal **Folha de S.Paulo**, repito, atingindo um único Estado e uma única Bancada?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Se eu soubesse com absoluta convicção quem seria o Senhor X, eu poderia até lhe responder com mais precisão sobre esse fato, mas, como desconheço – pelo menos até hoje não se assumiu quem seria ele

–, para mim fica difícil imaginar por que o envolvimento da Bancada do Acre, qual o sentido que teria, se era uma questão política contra os Governadores, se era uma questão política contra o Presidente da República, se era uma questão política de pessoas insatisfeitas com atitudes tomadas pelo Governo. Fica difícil em eu não sabendo de quem se trata. Sinceramente, eu diria para V. Exª que, se eu soubesse com convicção – poderíamos ter até suspeitas – quem seria esse Senhor X, eu lhe diria exatamente a causa por que fez essa gravação.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Vou concluir. Evidentemente nenhum de nós vai ter paciência de esperar que o Senhor X envelheça, que tenha mais de 80 anos e que um dos seus filhos precise de grana para finalmente revelar sua identidade. O Deputado Ronivon Santiago virá a esta Comissão. Sem usurpar o direito que é mais do que legítimo do Deputado João Correia, quero dizer que estou inteiramente à sua disposição para fazer em seu nome ao Deputado Ronivon as perguntas que talvez o senhor não tenha feito na época. Nestes oito anos deve ter amadurecido na sua cabeça uma consciência da verdadeira história.

Se o senhor quiser me utilizar para fazer determinados questionamentos ao Sr. Ronivon Santiago, coloco-me inteiramente à sua disposição. Quero lhe dizer só uma coisa, com todo respeito: a sua reação perante ele foi muito tímida, depois de ele ter lhe metido numa confusão que lhe custou – tenho a mais absoluta certeza – muito sacrifício perante sua família, encerrou sua carreira política etc. Então, se o senhor quiser questioná-lo oito anos depois, coloco-me à sua inteira disposição.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Deputado, só gostaria de dizer que minha reação foi dentro daquilo que achei ser o aspecto legal. Eu poderia ter tido uma outra reação que, talvez, não fosse a mais conveniente. Qual foi a minha reação? Eu o procurei para que ele confirmasse ou não se me viu recebendo alguma vantagem. Mais do que isso, eu iria fazer uma interpelação judicial e disse isso a ele. Não o fiz porque ele negou o fato na Comissão de Sindicância. Aberta a Comissão de Sindicância, ele foi depor – está presente o Deputado Abi-Ackel, que era o Relator – e negou que tivéssemos ouvido. Na hora em que ele negou... A minha interpelação seria para ele confirmar ou não se eu recebi, onde, como, quem me entregou. Como ele negou, eu não tinha por que ter outra reação a não ser a reação da agressividade, que é incompatível com a minha índole.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – O Deputado Agnaldo Muniz está ausente.

Encerrados os titulares inscritos, passam-se aos suplentes.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sou titular, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Mas V. Ex^a está como suplente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Mas eu sou titular. Há erro no registro.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – A correção será feita. V. Ex^a terá dez minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Não fui eu quem fez o “x”, Sr. Presidente. (Risos.)

Sr. Presidente, Deputado Daniel Almeida, Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, quero formular uma pergunta ao ex-Deputado Osmir Lima para esclarecer algo que foi objeto de manifestação minha. Ontem, ao sair da reunião do Conselho Superior da Fiesp, jornalistas me perguntaram a respeito de diversos episódios e inclusive sobre a questão relativa ao Deputado José Dirceu. Eu expressei algo que quero deixar claro: considero, inclusive do ponto de vista do esclarecimento e da defesa do Deputado José Dirceu, que seria até interessante se ele pudesse comparecer às CPIs que estão examinando os diversos episódios, tanto da compra de votos, a CPI do Mensalão, como também a CPI dos Correios e, eventualmente, as outras.

Sr. Presidente, quero esclarecer que avalio, se o próprio Deputado José Dirceu considerar importante que a qualquer momento deva contribuir para o desvendar completo da verdade sobre todos os fatos que são objetos desta CPI, importante que ele possa aqui comparecer e que esta Comissão deve estar aberta a esta possibilidade.

Ex-deputado Osmir Lima, é possível que V. Ex^a já tenha expressado aqui, mas eu gostaria que V. Ex^a expusesse, se puder e à luz de tudo aquilo que aconteceu desde 1995, 1996 e 1997 até hoje, inclusive no que diz respeito à situação política vivida hoje, como considera o direito de reeleição? Se o senhor avalia que, do ponto de vista da realidade brasileira, de fato foi positivo o direito à reeleição ou se considera, à luz do debate que temos tido, que seria melhor na Constituição brasileira deixar de haver o direito à reeleição?

Quando aqui foi votada esta matéria, tendo inclusive conhecimento de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso era um admirador de Alexis de Tocqueville, expressei da tribuna do Senado que seria importante que ele considerasse as considerações de Alexis de Tocqueville, que dizia que poderia até ser considerado de bom senso o direito de um povo que tivesse tido um bom governante de poder reconduzi-lo ao poder. Mas pergunta Alexis de Tocqueville se as

vantagens do direito de reeleição não seriam mais do que compensadas pelas grandes desvantagens do direito à reeleição. E aí descreve que, normalmente, até nas democracias, no sistema eletivo, quando há o direito de reeleição, muitas vezes o Chefe do Poder Executivo acaba abusando dos poderes que tem e utilizando aquilo que seriam vantagens indevidas ou até mesmo a corrupção, a compra de votos, fazendo uma descrição notável do que temos observado em diversos países.

Na ocasião fiz uma visita à África do Sul e perguntei a um Senador muito amigo de Nelson Mandela como estava a questão, por volta de 97, quando aqui estávamos decidindo o direito de reeleição. O Senador McQuay, que por 25 anos tinha estado preso com Nelson Mandela, portanto companheiro e amigo do mesmo Partido, o Congresso Nacional Africano, disse que ele e alguns amigos recomendaram ao Presidente Nelson Mandela, por ser uma pessoa de extraordinária popularidade e tão querida na África do Sul, que ele fosse novamente candidato e se quisesse, até por causa da sua idade, que ele ficasse um tempo e depois, como ele certamente seria reeleito, assumisse uma pessoa que ele escolhesse, um Vice-Presidente da sua inteira confiança. Disse-me o Senador McQuay que, passadas duas semanas, Nelson Mandela chamou a ele e a seus amigos e disse o seguinte: “Eu pensei muito sobre aquilo que vocês recomendaram a mim, mas o que tenho observado é que, sobretudo aqui na África e em outros lugares, os Chefes de Estado que desejam tanto continuar no poder acabam se desgastando muito, por isso prefiro concluir o meu mandato com o povo querendo muito que eu continue. E, portanto, eu não serei, ainda que a Constituição Sul-Africana permitisse o direito a uma reeleição”.

A Constituição é de 1996, portanto, muito recente, mas ele preferiu não ser candidato. Assim, Thabo Mbeki conseguiu uma votação superior a de Nelson Mandela. Salvo engano, Mandela tinha tido 65%, e ele obteve 67%. Como tantos, pudemos observar que sua eleição foi caracterizada por atos de alegria, com o povo dançando e eles próprios, nos estádios. Essa imagem ficou muito forte, porque os meios de comunicação transmitiram isso.

Por outro lado, o Presidente Nelson Mandela continuou a ser considerado um estadista de enorme influência que volta e meia é chamado a resolver crises no seu País, a África do Sul, bem como em outros países africanos. Isso me vem muito forte à mente.

Cito tanto Alexis de Tocqueville quanto essa reflexão sobre Nelson Mandela porque, na oportunidade do debate em plenário, muito o mencionei. Acredito tenha também V. Ex^a, à luz de tudo aquilo que viu, percebido

e ouvido, e aqui nos descreveu, pois mencionou que nas rodas do Congresso se falava muito a respeito de procedimentos que não eram os mais adequados.

Portanto, eu gostaria de pedir a V. Exª que aqui nos dissesse a sua convicção antes de 1994, 1995, à luz dos episódios que o senhor viveu, e que recomendação tem hoje com respeito ao direito de reeleição para Prefeitos, Deputados e Presidentes da República?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Senador Suplicy, primeiro quero manifestar o meu respeito e o meu apreço por V. Exª, que é um dos homens que dignificam o Parlamento brasileiro. Em segundo lugar, ainda hoje estou convicto de que a reeleição é necessária a menos que tenhamos um período maior para a Presidência. Quatro anos, Excelências, é muito pouco para o que está aí na política brasileira. No primeiro ano, normalmente o governante arruma a casa que recebe do adversário ou não, mas tem que dar seu toque pessoal. E o último ano já é de campanha política. Ele teria dois anos para administrar. É muito pouco. Ou o Congresso aprova o número de seis anos, que seria razoável para o candidato, e acaba com a reeleição, ou a reeleição se torna necessária sob o ponto de vista político e administrativo.

Temos de fazer ao mesmo tempo, Senador Suplicy, porque os fatos – desculpe-me, Sr. Presidente, por fazer esse comentário – que vêm ocorrendo, que ocorreram naquela época, se ocorreram, e os fatos que estão ocorrendo agora, se ocorreram, – não vou criar juízo de valor para nenhum dos fatos – só ocorrem, desculpe-me a sinceridade, porque o quadro político nacional está deteriorado e cada vez se deteriorando mais.

Faço política, Senador Suplicy, há quarenta anos. O Deputado João Correia sabe que sou um dos autonomistas do meu Estado. E o que é isso? Um homem que lutou pela elevação do Acre à categoria de Estado em 1962. E de lá para cá, com a influência financeira na política – basta dizer a V. Exª que hoje, alguém para ser Deputado Federal precisa de ter, Ministro Abi Ackel, uma economia ou arrecadar R\$1 milhão –, as verdadeiras vocações políticas estão sendo desestimuladas.

O Congresso precisa tomar, Senador Suplicy, uma medida urgente para coibir a influência extremamente grandiosa nas eleições. Ainda me lembro – desculpe-me, Sr. Presidente. Só para concluir. – que houve um Deputado, um cidadão que não pertencia ao meu Estado, um Estado pobre, de pessoas vulneráveis na sua pobreza, que levou caminhões de dinheiro para o meu Estado. Sem ninguém conhecê-lo, foi eleito Deputado Federal.

Então, isso precisa acabar, Senador. Nós temos que criar aqui uma reforma eleitoral, uma reforma partidária que permita que tudo isso se acabe.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Se V. Exª me permite, apenas para... Eu sei que a comparação não é propriamente para os seres humanos normais, mas há, pelo menos, um exemplo de pessoa, não era como os demais, que se preparou trinta anos e depois transformou por mais de 2000 mil anos a História do Mundo e com o exercício de mandato que é de três anos apenas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Muito obrigado, Senador.

Tem a palavra o Senador Sibá Machado. (Pausa.) Ausente.

Passamos então às inscrições.

Parece-me que a praxe aqui é a de que as inscrições são de três minutos. E há três inscrições: o Deputado Eduardo Valverde, o Deputado João Correia e o Deputado Luiz Couto.

Passamos a palavra, imediatamente, ao Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Osmir Lima, o senhor sabe que o ex-Governador Orleir Cameli tinha quatro CPFs?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Se ele tinha quatro CPFs a culpa é da Receita, que mandou... Não cancelou uma e deixou... Porque quem...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sabe muito bem que o Ex-Governador Cameli estava envolvido com um escândalo...

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Porque até onde eu sei, Deputado, permita-me, quem expede o CPF é a Receita Federal.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Com dados informados pelo contribuinte. Se ele falsear os seus dados, a Receita vai emitir o outro CPF com base nessas informações. Certo?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Agora, ele é que tem que justificar esse fato.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Agora, evidentemente, hoje, com o cruzamento de informações, está sendo mais fácil para a Receita exatamente usar essa burla.

Eu citei esse fato porque o senhor foi homem de confiança do Governador Orleir Cameli, que, na época, se envolveu com diversos escândalos nacionais e teve um avião dele preso, aqui em Brasília, com contrabando. Perfeito?

Para colocar... O senhor falou uma coisa interessante: É necessário que o Brasil passe por uma reforma política. Certo? Nós tivemos uma outra legislação, outro patamar jurídico eleitoral... É lógico, um País que passou 50 anos sob ditaduras, tanto civis como militares, se recente de uma nova ordem democrática para consolidar a sua democracia. Estamos engatinhando no processo democrático. E o processo eleitoral acaba crivando a eleição dos verdadeiros representantes da população, ora por uso do poder econômico, ora por uso do poder político, ora por uso dos dois elementos, e dá essa distorção que nós estamos assistindo aqui, nesta Casa, de representantes de setores que, durante anos a fio, representaram esses interesses e agora pousam de vestais da moralidade. E não gostam... Gostam de atacar, gostam de acusar, mas não gostam de ouvir algumas verdades.

E a pergunta que faço, Sr. Osmir Lima – e a Deputada Zulaiê Cobra não gostou –, é exatamente enfatizar isto: o Procurador da República Marcos da Penha Souza Lima tentou, por três oportunidades, investigar pelo Ministério Público o escândalo da reeleição, e teve todos os procedimentos, todas as representações arquivadas pelo Sr. Geraldo Brindeiro. Então, na verdade, naquele momento, existia uma cortina de fumaça. O ex-Ministro Sérgio Motta, falecido, teve que ir para Portugal e ficou lá um mês a mais para tentar se esconder desse burburinho que se criou naquele momento. Porque não se ouve interesse... Na verdade, talvez, o grande problema que hoje estamos ressentindo neste País é: “Eu discordo da Emenda da Reeleição” ou “Não creio que ela seja um instrumento adequado para um País que não modernizou a sua democracia”. Porque quem está no Governo, necessariamente, utiliza-se da máquina ou faz por onde a máquina ser utilizada em seu favor. Isso nós vimos em 98, com a reeleição, onde a máquina do Governo Federal foi colocada para dar andamento ao processo de privatização das empresas de telefonia no Brasil, e boa parte das empresas de telefonia foram a grande financiadora das campanhas eleitorais no Brasil, de maneira direta e indireta, através de empresas de publicidade. Nesta Casa, nós chegamos a descobrir que a Brasil Telecom, através de uma empresa chamada SMPB, foi o grande valerioduto, naquele momento, que ajudou a reeleição do atual ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A última pergunta que faço a V. Sª já que...

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – O tempo de V. Exª já se esgotou, nobre Deputado.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Eu não saberia se após as fitas ou ao ouvir das fitas ou... Eu faria essa pergunta porque, como faz nove

anos, houve alguma reunião com o Presidente Fernando Henrique Cardoso com a Bancada do Acre, naquele momento?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Várias reuniões.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – E nessas reuniões foram tocadas ou mencionadas a posição da bancada em apoio à reeleição?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Das que eu participei, não.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Todas as reuniões da bancada com o Presidente foi para a liberação de emendas?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Liberação notadamente de recursos para a BR-364.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Liberação antes da emenda aprovada ou após a emenda aprovada?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Antes e depois.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – E após essa reunião as emendas foram liberadas?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Sempre pela metade.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Mas foram liberadas?

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Deputado Eduardo Valverde, a Mesa já foi tolerante com V. Exª.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Eram liberadas antes e eram liberadas depois, mas sempre pela metade.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, não caberia... Porque eu ainda teria, com base nessa resposta, uma série de perguntas a ser indagada ao Relator, porque ele abriu uma porta interessante, porque o esquema foram as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Já é a reinscrição, nobre Deputado.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Na verdade, a caixa que pagava os R\$100 mil dos citados Deputados Ronivon Santiago e João Maia foram as liberações de emendas de bancadas, foi através dessas emendas liberadas que as construtoras faziam repasse tanto ao ex-Governador Orleir Cameli, como ao ex-Governador Amazonino Mendes; era através desse triângulo, que não é o amoroso, que se fez a compra de vários Deputados. Evidentemente que não dá para afirmar em relação a sua pessoa. Está certo? Não tem como fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Nobre Deputado Valverde...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Mas, com toda a segurança, o Deputado Ronivon Santiago e o João Maia foram beneficiados, tanto que renunciaram, graças ao trabalho persecutório do Deputado Ibrahim Abi-Ackel como Relator à época. E tanto é verdade que o PFL expulsou-os também. A convicção é tão forte que o PFL também os expulsou.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Eu recomendo a V. Exª que mantenha a inscrição para os próximos ex-Deputados da Bancada do Acre que virão a esta Comissão, ainda esta semana e podem, naturalmente, complementar as indagações de V. Exª.

Algum comentário sobre as colocações finais?

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Concedo a palavra ao nobre Deputado João Correia.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, Sr. Depoente, eu acho que o Deputado Valverde trouxe uma idéia muito feliz: a de fazermos as investigações das emendas de bancada, até emendas individuais, mas especialmente as emendas de bancada, que são recursos maiores, são recursos mais substantivos. E exatamente continuarmos na linha da investigação das emendas dos recursos do Governo Federal para a construção da BR-317 e BR-364.

Hoje mesmo, Deputado Eduardo Valverde, o Tribunal de Contas da União, está considerando várias irregularidades graves na gestão dos recursos com o governo atual, o Governo Jorge Viana, acerca da Construmil, que é o trecho entre Tarauacá e Feijó e do trecho de Brasília para Assis Brasil, inclusive a ponte. Eu acho extremamente pertinente que nós façamos uma investigação desde aquela época, porque, ao que me parece, essa chaga permanece sangrando o tempo inteiro, a sangria, a hemorragia me parece que vem desde antes, passa talvez pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, como suspeita o Deputado Eduardo Valverde – eu também concordo com ele –, passa pelo Governo atual do PT, do Sr. Jorge Viana, inclusive reconhecido pelo Tribunal de Contas da União.

Mas o que eu queria colocar, na verdade – e aí é uma pergunta –, é que vários personagens daquele momento aparecem no momento atual, em uma posição bastante airosa o nosso Relator, que foi também o Relator da Comissão de Sindicância, haja vista o fato da inexistência do Conselho de Ética. E também o Líder do PT, José Genoino, dizia o seguinte, diagnosticava o seguinte, segundo a **ISTOÉ** aqui: “Eles perderam o discurso da ética”. Dizia à época. Vejam que ironia. Olhem, vejam que ironia. Até o nosso Arnaldo

Faria de Sá, que era vinculado ao Malufismo à época; o Presidente da Casa, à época, Michel Temer. Enfim, nós temos vários personagens ainda vinculando, de fato, aquele momento a este.

Eu quero fazer um apelo ao Deputado Chicão Brígido, pois ele está cometendo um erro muito grave, já que ele tinha que vir hoje para dizer o que V. Exª disse ou não, ou aduzir algum fato se ele tenha a aduzir. Mas, sinceramente, acho que não vou me desculpar com V. Exª, Deputado Osmir, porque acho que V. Exª contribuiu sim com esta Comissão. Agora é necessário talvez inverter Relator, ou seja, talvez fosse melhor ter ouvido o Ronivon Santiago antes dos Deputados Osmir, Chicão Brígido e os demais.

Mas, enfim, quero apenas colocar que vários personagens ainda estão aí, alguns até como cadáveres insepultos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Muito obrigado, nobre Deputado João Correia. Passo a palavra ao nobre Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Osmir, o senhor conhece o ex-Diretor do Banco do Brasil, Ricardo Sérgio de Oliveira?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Não só de nome.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – De nome? Nunca teve nenhum contato com o Sérgio?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Não, porque a figura quando surgiu eu já era aposentado do Banco do Brasil.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo! E Luiz Carlos Mendonça de Barros?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Também de nome. Não tive nenhum acesso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Uma outra questão que eu gostaria de saber é se o senhor teve algum encontro em Brasília, no ano de 1997, com o Sr. Eládio Cameli?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Encontro não, eu não sei precisar o ano, mas as vezes em que ele esteve aqui em Brasília se encontrava com o irmão, algumas vezes se encontrou e eu também estive presente lá com ele e tal. Não sei qual o ano, mas estive com ele aqui em Brasília.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Os demais Deputados da Bancada do Acre também participaram desse encontro, dessa reunião em que ele estava?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Que eu saiba não, até onde eu sei não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor deve ter tido conhecimento de que em algumas licitações

que foram feitas lá para o Acre, e que tinha a empresa Marmud Cameli, havia empresas laranjas que ganharam a concorrência. E a Polícia Federal conseguiu inclusive identificar as máquinas, ou seja, as máquinas da Marmud, que as outras empresas como a Coetesco, a Enpa, a Ensa não tinham. Então, a Polícia Federal identificou que por detrás do adesivo dessas empresas estavam as máquinas do Sr. Orleir Cameli.

Na fala do Sr. Ronivon Santiago ele diz que recebeu R\$100 e que os outros saíam de uma possibilidade de o Sr. Eládio Cameli, que é irmão do Governador da época, trazer esse dinheiro.

O senhor na época tomou conhecimento disso? Dessa conversa?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Não. O que eu tomei conhecimento, através até da imprensa, é deste primeiro fato que o senhor relata: a questão das máquinas... Até a imprensa publicou esse fato todo.

Agora, com relação a esse segundo assunto, eu quero dizer a V. Exª que sou amigo do Sr. Eládio desde criança, ele é da minha cidade natal, onde tenho um relacionamento de amizade de muitos anos e tal. Mas, sobre o fato, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O Deputado Ronivon Santiago teria algum interesse em divulgar informações falsas, que o senhor disse, acerca do senhor e de outros Parlamentares? Por que isso?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Eu volto a lembrar a V. Exª eu que fiz uma interpelação pessoal, conversei com ele sobre isso. Ele respondeu aquilo, que ele não tinha a intenção de me incriminar em nada. Ele chegou a dizer – pelo menos foi a resposta que ele me deu: Não, você me conhece, porque o Sr. Ronivon, diferentemente do Sr. João Maia, é conhecido lá no Estado, em alguns momentos, de inventar determinadas histórias ou algumas brincadeiras que são extremamente danosas às pessoas, algumas impublicáveis. Eu não sei se levado por isso ou que sentimento. A mim ele disse que seria uma brincadeira e negou na...

O SR. LUIZ COUTO (PTB – PB) – Uma última questão.

O senhor, alguma vez, recebeu alguma concessão de rádio e teve federal?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Concessão nos recebemos de televisão em sociedade com mais quatro pessoas.

O SR. LUIZ COUTO (PTB – PB) – Foi em que época, foi em que Governo?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – Foi no Governo Fernando Henrique senão me engano. Não foi no Governo Sarney.

O SR. LUIZ COUTO (PTB – PB) – Quando muitos deputados receberam concessões...

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO – O Ministro das Comunicações era o Antonio Carlos Magalhães.

O SR. LUIZ COUTO (PTB – PB) – Certo. E o senhor tem conhecimento de outros parlamentares do Acre que também receberam concessão de tevê e de rádio.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Nessa concessão eram três parlamentares em sociedade. Eu, Narciso Mendes, o Deputado Francisco Diógenes e Aécio Dias.

O SR. LUIZ COUTO (PTB – PB) – O senhor tem conhecimento de que o senhor Ronivon Santiago também recebeu concessões de rádio e tevê em 1997.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Em 1997, não. Eu vi alguma coisa publicada na Imprensa. Quer me parecer de uma televisão.

O SR. LUIZ COUTO (PTB – PB) – E os outros parlamentares da bancada do Acre também teriam concessão de rádio e tevê, ou alguns tinham e outros não tinham?

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Eu desconheço se outros teriam.

O SR. LUIZ COUTO (PTB – PB) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Muito obrigado nobre Deputado Luiz Couto.

O nobre Relator dispensa qualquer indagação. Indago do depoente, o Sr. Osmir Lima se V. Sª deseja fazer algum outro esclarecimento que possa contribuir para esta Comissão.

O SR. OSMIR DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO

– Não. Só quero agradecer a forma com que fui tratado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Sendo assim, nós concluindo os trabalhos desta reunião, daremos por encerrada e convocaremos a próxima para amanhã, quando teremos oportunidade de ouvir o Deputado Ronivon Santiago.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h26min.)

ATA DA 28ª REUNIÃO

REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2005

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, às doze horas e quatorze minutos, na sala 06, da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência da Deputada Zulaiê Cobra e ainda com as presenças dos Senadores Romeu Tuma, Sibá Machado, Ana Julia Carepa, Fátima Cleide, Paulo Octávio, Valdir Raupp, João Alberto de Souza e Alberto Silva; e dos Depu-

tados Luiz Couto, Odair Cunha, Gastão Vieira, Wladimir Costa, Júlio Redecker, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, Luiz Antonio Fleury, José Carlos Araújo, Daniel Almeida, Eduardo Valverde, Pedro Canedo e Marcus Vicente, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 01/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS”. A Presidenta declara abertos os trabalhos da 28ª reunião e informa que não há número regimental para deliberação. Consulta os presentes sobre a possibilidade de mudar o local da reunião da CPMI prevista para amanhã, para a sala 19 da Ala Alexandre Costa, na qual ocorrerá a acareação entre os recebedores e fornecedores de recursos que estão sendo objeto de investigação por parte desta CPMI. Havendo concordância dos presentes e nada mais a deliberar, o presidente encerra a reunião às doze horas e trinta e oito minutos, convocando os membros da Comissão para a reunião de amanhã, na Sala 19, às dez horas. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia Baraviera*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* – reunião, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais ou não, a CPMI da Compra de Votos.

Não há número para deliberação.

Preliminarmente, comunicamos que amanhã teremos a acareação, de um lado, dos fornecedores de recursos, que são: Marcos Valério, Delúbio Soares e Simone, que era a pessoa que operava essas entre-gas.

Talvez teremos que fazer uma consulta a dados permanentes. Então, proponho à Comissão – isto não é uma deliberação por maioria, podemos ter o entendimento dos presentes – que façamos essa reunião na Sala 19, que fica próxima do Arquivo, porque, pos-

sivelmente, teremos que buscar elementos no Arquivo. Dessa forma, ficaríamos próximos do setor para trazermos os dados diretamente do Arquivo para a Comissão, pois a Sala 19 fica no andar superior ao do Arquivo.

Se todos estiverem de acordo fica aprovada a proposta do local da reunião de amanhã. (Pausa.)

Não seria necessária essa deliberação, mas entendendo que esta é uma solução que visa à economia de tempo, enfim, a uma economia processual que facilita os trabalhos da CPMI. Inclusive, o advogado do Sr. Marcos Valério fez algumas indicações. Então, os senhores inquiridores poderão buscar elementos nos arquivos, que estarão à nossa disposição. Já estou mandando separar aqueles que têm pertinência mais direta com a matéria, mas cada um poderá requerer o que bem entender...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, eu só queria solicitar...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª tem a palavra, Deputado Júlio Redecker.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – ...que, junto com os documentos, seja disponibilizada a resposta do Sr. Delúbio Soares a esta Comissão indicando os partidos políticos que foram beneficiários de recursos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeitamente. Peço à Secretaria que distribua imediatamente... Se é que foi respondido esse requerimento...

O SR. (Orador não identificado) – Já respondeu, Sr. Presidente. Está aqui à disposição...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, peço que distribua a todos os membros da Comissão...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, apenas uma questão de entendimento: o senhor acabou de falar que o advogado do Sr. Marcos Valério...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, eu mandei distribuir ontem exatamente uma receita em que ele prestou algumas informações. Entendo que todos receberam... Penso que a CPMI deveria buscar alguns dados. Os jornais de hoje publicaram essa notícia. Há algumas dicas, por exemplo, “Olhem os registros de entrada do Banco Rural, quem entrou, quem saiu, etc.” Então, está-se dizendo assim, verifiquem os depoimentos tais e tais que esclarecem... Por outro lado, há outras dicas e algumas referências bancárias da contabilidade. Então, é claro que essas inquirições...

Eu tenho dito uma coisa e vou repeti-la publicamente: se o Sr. Marcos Valério não tivesse dado a lista

dos implicados, daqueles que receberam recursos, talvez estivéssemos ainda diante das denúncias genéricas dos que propiciaram esse evento político. Penso que o Sr. Marcos Valério tem a chave secreta do que aconteceu. Se ele esclarecesse mais... Vamos fazer um apelo para que amanhã ele possa esclarecer muito mais, porque temos que terminar... Se são apenas esses, serão só esses; se tiver mais, tem que ser examinado porque, realmente, teve gente que recebeu recursos, quantias expressivas de recursos. Por exemplo, o próprio Deputado Jefferson disse o seguinte: “Olha, espero que me devolvam, aqueles que receberam os recursos referentes a quatro milhões – porque não são só quatro –; espero que me devolvam.” Então, isso significa que para alguém foi dado... Não sei para quem, pode ser que não seja nenhum parlamentar, pode ser que sejam pessoas estranhas ao Parlamento...

O SR. (Orador não identificado) – Algum companheiro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É, companheiro. Então, se ele esclarecesse isso, teríamos – vamos dizer assim – desvendado um segredo que só ele sabe... Eu até entendi que seria interessante que ele voltasse aqui... Talvez até que alguém fizesse uma consulta – o Relator ou o Vice-Presidente – para ver se ele tem alguma coisa a esclarecer, porque assim terminaria esse capítulo. Se ele esclarecer quem mais recebeu, terminaria o capítulo. Só ele sabe. Eu não sei. Evidentemente que temos as notícias que lemos nos jornais de que faziam fila para buscar dinheiro lá, mas são notícias de jornal sem qualquer comprovação.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, o Roberto Jefferson disse a quem entregara os recursos, mas disse que não diria os nomes, que eram candidatos nas eleições passadas. Então, ele disse que não revelaria quem tinha recebido. Então, havia parlamentares que foram candidatos e outros, do PTB, que não eram parlamentares e que também receberam. Então, ele disse que não revelaria o nome dessas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É. Mas depois que ele esteve aqui, nobre Deputado Luiz Couto, ele deu algumas declarações que foram mais adiante. Ele disse “Olha, espero que aqueles que receberam os recursos, que o distribuíram, me devolvam...” Se puder, devolvam-me, como diz a música. Então, exatamente, se pudessem, que o devolvessem porque ele iria devolver ao PT...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É. A ele. Mas, resumindo a história, nós teríamos que trabalhar nesse sentido para apurar o destino, sem perder de vista o trabalho que será feito quan-

to à origem, quanto aos que realmente repassaram esses recursos. Nosso papel fundamental é acabar com essa questão e ver quem mais recebeu, se é que recebeu... Eu não estou fazendo acusação contra ninguém, mas devíamos esgotar... Olha, ninguém mais recebeu. Ponto final. Agora, talvez os senhores analisando essas questões de entradas de saídas e os elementos, poderão... acho que o advogado deu as pistas. E quem sabe, quem conhece o segredo, é o Sr. Marcos Valério. Ponto final.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, em relação a esse tema, eu pediria a V. Ex^a que nós amanhã observássemos o prazo de início da reunião para que pudéssemos ter uma reunião com tranquilidade, porque nós estamos atrasando muito o início das reuniões e acabamos prejudicando os trabalhos. Então, eu pediria...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Amanhã não haverá nenhuma reunião administrativa. Vamos entrar direto na acareação.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu queria dizer que amanhã, a Comissão... Acho que essa acareação poderia ser muito objetiva, sem discurso político amanhã. Não que eu seja contra, não sou sensor de ninguém, cada um é livre. Mas entendo que, para que haja uma funcionalidade mais rápida e, sobretudo, para que haja lógica, nós deveríamos fazer o seguinte, que fossem feitas perguntas... o Relator faz as primeiras perguntas. Estarão aqui na frente os três que repassaram os recursos, sobretudo, porque, é claro, o Sr. Marcos Valério já declarou... Quanto aos demais, o máximo que disseram foi que não sabiam. A Simone declarou “Eu entregava o dinheiro para a, b e c.”

Então, vão ficar os três aqui na frente: Delúbio, Simone e Marcos Valério. Devemos fazer perguntas objetivas amanhã para esclarecer...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, para o conhecimento, a organização é: primeiro, vamos ouvir os três...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não vamos ouvir ninguém. Não vamos ouvi-los.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Não, nós vamos perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É. Eles sentarão aqui...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Os três?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Dez minutos para cada um?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, não, não...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – E como será feita a acareação?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, eu não vou dar tempo nenhum, nobre Deputado Júlio Redecker. Os trabalhos...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Como serão feitos os trabalhos aqui? Qual a ordem dos ouvidos?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– A ordem será a que eu vou estabelecer no requerimento. É uma ordem aleatória. Evidentemente, vamos seguir a ordem do requerimento, ou, se tiver alguma sugestão, poderemos... mas sem delongas. A ordem é a ordem das figuras nominadas aqui. Poderemos, na hora, estabelecer alguma prioridade, mas fundamentalmente será essa ordem, que é uma ordem aleatória. Por outro lado, estará, aqui na frente, o acareado. E vai exatamente ser feita... serão feitas, uma por uma, as perguntas. Primeiro, pelo Relator. Depois, olha, “O senhor recebeu quanto?” Porque a discussão são as discrepâncias. “Não, eu só recebi...”

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, não tem o que falar. Eu vou dizer por que não tem o que falar amanhã: nós já os ouvimos, a não ser que, evidentemente, durante a acareação... ou se alguém disser “Não, eu tenho um fato esclarecedor”. Se quiser falar, eu darei a palavra... É evidente, nessa circunstância de alguém dizer “Não, eu tenho alguma coisa a colocar que é importante para esclarecer.” Agora, fazer discurso aqui de que não viu nada, que não sabe de nada, esse discurso é dispensado. Vamos fazer objetivamente.

Então, as perguntas serão feitas por V. Ex^{as}. As perguntas que já foram feitas, eu vou indeferi-las. Amanhã, vou ter que indeferir, se não vamos ficar eternamente aqui. As perguntas que não tenham pertinência com o fato, por exemplo, eu vou indeferi-las para dar uma dinâmica mais eficiente e rápida porque teremos que ouvir várias pessoas.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Vai haver inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Inscrição, sim. Faremos uma inscrição, nobre Deputado, uma só inscrição para...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Todos terão direito a perguntar?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu não posso negar as perguntas. Mas que sejam perguntas objetivas e perguntas que não foram feitas.

As que já foram feitas não tem sentido repetir. Perfeito? Concordam? Acho que amanhã temos que dar – vamos dizer assim – uma formatação de audiência, a mesma prevista no Código de Processo Penal para acareação.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – V. Ex^a colocou aí uma informação que todos são acareados, não apenas aquele que vem e que recebeu. Os acareados são o Marcos Valério, o Delúbio, a Simone e aquele outro que teria recebido recursos. Todos são acareados, não apenas a pessoa que recebeu...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Apenas para ponderar, Presidente, pela ordem. Algumas questões, algumas perguntas podem ser repetidas no seguinte diapasão: se houver contradição entre eles. Por exemplo, o Sr. Marcos Valério diz o seguinte: passei ao fulano de tal tanto... Aí ele diz que não. Como fica essa história? Essa é a questão básica da acareação.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O Relator fará todas as perguntas. É evidente. E ele vai constatar e vai tentar dirimir exatamente essas diferenças. Mas é evidente que todos os Parlamentares que tiverem perguntas objetivas... dessa vez serão feitas perguntas objetivas.

Agora eu quero conceder a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Peço a palavra após o Senador, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Amir Lando, tenho dúvida de como vai funcionar; aliás, temos. Se cada um de nós tiver o direito de fazer uma pergunta a cada um que vier aqui, não sei a que horas termina isso, quando termina e se isso terá objetividade. Eu só estou querendo entender como é que vai funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Senador Rodolpho Tourinho, é evidente que uma pergunta que não foi feita... Eu não vou admitir perguntas repetitivas ou perguntas impertinentes. Eu vou indeferi-las exatamente para dar uma dinâmica processual mais rígida. Então, se tiver uma pergunta inteligente, uma pergunta que não foi feita, uma pergunta que não passou pela cabeça do Relator... O Relator não é onipresente nem onisciente, quer dizer, pode escapar... Mas certamente vai escapar muito pouca coisa. Ele fará à exaustão... Esclarecido o fato, não tem mais sentido continuarmos. Apenas eu terei que ter uma ordem de inscrição porque, se eu não a tiver, eu não saberei como distinguir aqui como entende V. Ex^a...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Essa ordem valerá de que forma?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Valerá para todos. Todos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Acho que o papel principal tem que ser do Relator. Ele é que deve conduzir. Não sei como V. Exª vai distinguir a pergunta inteligente da pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não, não. Eu não falei inteligente. É pertinente. A pertinente, nobre Senador; inteligente, não. Eu estou falando o seguinte: se houver uma pergunta que não foi feita, que não é repetitiva, é evidente que vamos ouvir a resposta dela. Acho que, com bom senso, temos pessoas aqui extremamente preparadas, pessoas que chegaram aqui pela sua capacidade, e tenho absoluta certeza de que farão perguntas objetivas, se houver, não repetindo aquelas já feitas... Numa circunstância de se ter uma dúvida sobre uma situação, pode-se repetir para que a resposta seja melhor dada. É só isso.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Muniz.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero parabenizar V. Exª por esse entendimento de trabalhar no sentido da celeridade porque, às vezes, as perguntas se tornam tão repetitivas que acaba por perdemos um tempo muito precioso que poderia dar celeridade ao processo. Então, quero parabenizar V. Exª pela forma que está trabalhando para conduzir o processo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Por meio do Código...

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – O segundo ponto é o seguinte: é que hoje não temos quorum para os trabalhos. Então, quero sugerir a V. Exª... temos essa questão do quorum. E temos a questão do depoente, o Ronivon, que está também respondendo a um processo junto à CCJ, de cassação do seu mandato junto à CCJ. A pessoa não tem condições psicológicas para estar sentado numa cadeira aqui hoje respondendo perguntas durante o dia todo, mesmo porque o mandato dele está sob julgamento.

Então, eu sugiro a V. Exª que dê por encerrada a reunião, mesmo porque não há número regimental. Coloco a V. Exª, mesmo porque há um requerimento dele também fazendo o pedido...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nem posso deferir ou apreciar requerimento porque não há quorum para qualquer deliberação.

Concedo a palavra ao Relator; após a palavra do Relator, se não houver quorum, vou encerrar a reunião. E vou dizer o seguinte: a responsabilidade é nossa se não estamos dando a devida atenção às investigações; em segundo lugar, evidentemente, do próprio depoente que também (*incompreensível*.)

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, pela ordem, eu gostaria de falar antes do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pois não.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu estou preocupado, Presidente, com a estrutura da acareação amanhã, porque o senhor se coloca, na condição de Presidente – e nós o respeitamos muito por isso – numa posição de censor. Se o Deputado, regimentalmente, tem o seu tempo para fazer perguntas, e o senhor censurá-lo porque a pergunta não é pertinente, ou não é inteligente, isso vai criar algumas dificuldades aqui.

Então, temos que ter um critério muito bem construído, porque o que não pode acontecer nesta CPI é a censura ao Parlamentar, que está garantido, regimentalmente, para exercer os seus direitos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas a lei, assim como o Código de Processo Penal e o Código de Processo Civil, que se aplicam subsidiariamente, me garante o direito de indeferir perguntas impertinentes e perguntas repetitivas.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Bom, o senhor pode indeferir a pergunta; o senhor não pode indeferir o tempo a ser utilizado pelo inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É evidente que não. Eu falei a pergunta. Para ser objetivo, nobre Deputado, V. Exª poderá fazer as perguntas; se não, vamos fazer uma reunião de 20 horas para um depoente. E nós teremos aqui vários acareados. O bom senso. A compreensão. V. Exª sempre foi compreensivo e certamente, amanhã, haverá de entender. Se V. Exª gastar 10 minutos com perguntas inusitadas e pertinentes, é evidente que poderá gastá-los... Eu não posso aqui fazer o redutor. É evidente que estamos tentando um entendimento.

Concedo a palavra ao Relator, que está aguardando há muito tempo. Depois, vou encerrar esta reunião porque não há quorum.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu quero falar também.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. membros da CPMI. Noto que a acareação vem despertando entre os membros desta Comissão uma grande preocupação. Eu gostaria de tranquilizá-los dizendo que a acareação é um recurso formal, comum, nas delegacias de polícia e nas varas criminais apenas para reafirmar as declarações de cada uma das partes. No nosso caso, nunca foi intenção do Relator apurar a verdade das declarações conflitantes entre as partes. O que o Relator deseja é exatamente que eles

mantenham as declarações conflitantes para que, no relatório que já começa a ser elaborado, ao qual estive dedicado toda esta manhã, eu possa caracterizar as partes que estiverem em conflito no que diz respeito à percepção de recursos e ao delito de obstrução da Justiça e, conforme o caso, ao crime de perjúrio. É absolutamente necessário ouvi-los para que eles tenham outra oportunidade de retificarem-se ou de manterem as suas declarações. Se as mantiverem, tanto melhor, porque elas estarão dentro da linha de raciocínio do Relator, decorrente do exame das declarações anteriormente prestadas. A mecânica no processo de acareação não oferece absolutamente nenhuma dificuldade.

Nós colocaremos, de uma parte, três pessoas que são uma espécie de santíssima trindade do mensalão: o Sr. Delúbio, o Sr. Marcos Valério e a Dona Simone. São três pessoas em uma só, porque um levantou o dinheiro, o outro distribuiu o dinheiro, e terceira pagou.

Portanto, são três pessoas em uma só. Elas ficarão diante de apenas um depoente, que comparecerá. Assim: “Quanto a “santíssima trindade” pagou ao senhor?” Ele vai dizer: “Pagou R\$750 mil.” “Quanto a “santíssima trindade” diz que pagou a ele?” “R\$4,100 milhões.” Está registrado. Para mim, não precisa mais de absolutamente nada porque, no final, somando as quantias declaradas pela “santíssima trindade” e as quantias somadas pela totalidade dos receptores, vamos encontrar a importância de R\$21,700 milhões, que não tem explicação. O Relator já tem técnicos em busca do destino desse dinheiro. O que não podemos é encerrar os nossos interrogatórios com um buraco negro dessa importância sem ter tido a preocupação de procurar seu destino.

Então, os ilustres membros da Comissão podem ficar inteiramente tranquilos. A acareação pode ser extremamente rápida no que diz respeito aos interesses da Comissão. Queremos apenas que eles confirmem as importâncias que eles dizem ter pago e ter recebido. Então, estaremos diante de declarações conflitantes que nos permitem classificá-los todos: se indiciados, como obstrutores da Justiça; se testemunhas, como autores do delito de perjúrio.

Em seguida, queremos saber para onde foram destinados R\$21 milhões, que é o quanto importa a diferença entre o pagamento que se alega ter sido feito e a diferença entre as quantias que se declara terem sido recebidas.

A acareação é de fundamental importância para isso. Nunca tive a ilusão juvenil de que cada um desses personagens iria chegar aqui e dizer assim: “Descul-

pem-me os senhores membros, eu realmente menti, eu recebi foi quatro milhões mesmo, eu recebi foram 10 milhões. Eu estava mentindo...” Nenhum deles vai dizer que mentiu. Todos eles vão manter as suas declarações. E é o quanto basta.

Eu quero que eles confirmem as suas declarações para que eu possa classificá-los nas leis penais em razão do comportamento que tiveram. Eu não queria fazer essas declarações publicamente, mas são tantas as dúvidas suscitadas a respeito da acareação que sou forçado a dizer qual foi o móvel do Relator ao requerer, e insistir, a necessidade de confrontar essas pessoas, umas contra as outras. O que desejo é que elas mantenham mesmo as declarações anteriores.

A segunda explicação, Sr. Presidente, que desejo dar – aliás, são três – é a seguinte: nós recebemos ontem, o Sr. Presidente e eu, uma sentença de medida cautelar expedida pelo Ministro Celso Melo, assegurando aos advogados o exercício pleno das suas faculdades legais quando no exercício profissional em defesa das pessoas que vierem aqui prestar os seus depoimentos.

Esclareço, com o devido respeito ao Ministro Celso Melo, que, tanto no que diz respeito ao Presidente da nossa Comissão, quanto no que diz respeito a todos os membros da Comissão, nunca um advogado sofreu, nesta Comissão, nenhuma espécie de desdouro. Foram todos respeitados na plenitude das suas garantias profissionais, mesmo porque essas garantias profissionais constam de uma lei federal, o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, cujo art. 7º, incisos X e XI, asseguram aos advogados, não apenas a presença, mas o direito de protestar, se por ventura estiver havendo abuso no exercício da faculdade parlamentar nas comissões parlamentares de inquérito.

Eu estou dando conhecimento dessa decisão cautelar do Ministro, mas, ao mesmo tempo, estou tranquilizando o Supremo Tribunal Federal e a Ordem dos Advogados do Brasil, que, nesta Comissão, principalmente sob o comando de um homem da ilustre formação jurídica do Presidente Amir Lando, jamais ocorreria qualquer ofensa aos direitos dos profissionais.

Finalmente, é constrangedor ter que anunciar, como Relator, que, mais uma vez, o Deputado Ronivon Santiago escapou à nossa inquirição, dirigindo-se ao Presidente da Comissão dizendo que a Comissão de Constituição e Justiça está votando hoje matéria de seu interesse pessoal. Eu diria até que é de seu profundo interesse pessoal, que, na verdade, o que a Comissão de Constituição e Justiça está decidindo é sobre o seu mandato, sobre a validade de seu mandato. Ele, sob a alegação de que não pode ser prejudicado no direito de se defender perante aquela Comissão, prefere

correr o risco das sanções desta nossa Comissão, e não pode comparecer mais uma vez.

Então, a questão está em aberto para manifestação dos senhores membros da Comissão. Se V. Ex^{as} julgarem que a alegação dele tem alguma procedência ou merece algum respeito, tudo o que nos resta é o Sr. Presidente marcar uma nova data. Se tanto não for possível, o que nos resta é mandar buscá-lo hoje ou a qualquer hora para prestar o depoimento perante esta Comissão.

São essas as explicações, Sr. Presidente, que me vejo na obrigação de prestar, tranquilizando a Comissão quanto ao **modus faciendi** da acareação. Era será tanto mais longa quanto maior o número de perguntas. Isso é inevitável. Não tem como evitar. Mas, tendo em vista a finalidade da acareação, acho que ela pode ser até rápida.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Entendo que os esclarecimentos feitos pelo excelentíssimo Sr. Relator põe por terra qualquer dúvida.

Por outro lado, quero ressaltar, quanto à menção que fez à minha pessoa, que somos servos da lei. Tanto o Deputado quanto qualquer outro membro desta Comissão sempre tem a lei como guia. E a lei é realmente quem comanda o Governo. O governo democrático é o governo das leis, não é o governo de pessoas.

Então, é claro que as leis têm que ser respeitadas com a rigidez necessária, sem ofender direitos, mas sem beneficiar ninguém com a complacência. Nesse particular, temos nos conduzido. Por isso, quando chegamos aqui quaisquer **habeas corpus**, nem os vemos: já afastamos **in limine**... O que é absolutamente desnecessário. Se houver aqui a prática de um crime em flagrante delito, vamos tomar providência, independentemente de **habeas corpus**, ou o que for dado. Então, essa questão pode ser...

Com relação aos advogados, aqui não houve nenhum incidente. É evidente que a intervenção em qualquer audiência é restrita. O advogado não pode responder, mas pode conduzir perguntas feitas às testemunhas, aos depoentes, e pode, evidentemente, esclarecer algum ponto, corrigir os rumos, se os procedimentos estão sendo equivocados. Então, a intervenção, nas audiências, é muito restrita. Eles poderão peticionar, como o fizeram, etc, não há ninguém impedido.

Eu queria dizer o seguinte: estamos diante, Sr. Relator, Srs. membros da Comissão, de uma situação um pouco vexatória. Primeiro, não temos quorum para qualquer decisão, que exige maioria absoluta.

Indago à Secretaria se tem alguma informação sobre se sexta-feira haverá, ou não, expediente na

Casa. (Pausa.) Ah, ainda não foi definido. Então, à tarde, teremos essa... Farei uma proposta... Não adianta agora... Temos que trabalhar na sexta-feira, porque a próxima semana será uma semana morta. Então, peço a todos um esforço para trabalharmos na sexta-feira. Se permitirem, fazemos...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O Presidente da Câmara já convocou sessão para segunda-feira e terça-feira. Serão sessões deliberativas.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Então, na sexta-feira, haverá...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não, na segunda-feira e na terça-feira, teremos, na Câmara, por convocação do Presidente, sessões deliberativas, com desconto...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Então, vamos fazer o seguinte: vamos manter... Sr. Relator, a única providência que podemos tomar hoje à tarde, às 17h, é mandar buscar o Sr. Ronivon, pedir auxílio à Polícia Federal para que tomem providências para que ele venha sob varas, ou, então, marcaríamos para sexta-feira, porque amanhã é um dia impossível.

Eu queria exatamente discutir com a Comissão, embora não pudéssemos deliberar, seria uma deliberação administrativa, mas poderemos ouvir V. Ex^{as}.

O primeiro que me requereu a palavra foi o Deputado Odair Cunha. Concedo a palavra a V. Ex^a, Deputado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, creio que tem que imperar o bom senso nesse caso do Deputado Ronivon. É lógico que temos que fazer valer a lei. Efetivamente, não podemos ser levados com a barriga.

No entanto, também não precisamos que a Polícia vá buscar...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Pois é, mas se ele não vem, o que podemos fazer?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pois é, mas acho que temos que fazer contatos com ele agora e estabelecer um prazo último para que ele venha depor a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É a terceira vez que estamos dando um último prazo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu teria que falar, mas não é relativo a essa questão, tem a ver com a outra matéria.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Concedo a palavra ao Deputado Daniel Almeida; em seguida, ao Deputado Agnaldo Muniz.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, parece-me que deveríamos evitar programar qualquer coisa para a sexta-feira, já que é Dia do

Funcionário Público. A Esplanada, o Congresso vai parar, vai haver muita dificuldade de funcionamento. Nós estaremos correndo o risco de programar e não ter condições de viabilizar até por falta de estrutura para o funcionamento do Congresso Nacional. Corremos o risco de mais um prejuízo do ponto de vista da imagem desta Comissão.

A Câmara convocou sessões para segunda-feira e terça-feira. É provável...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Permite-me, V. Ex^a?

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Pois não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– É que vi a convocação... Desculpe-me...

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – O Relator tem preferência sempre.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– É um ajutório. Convocou para segunda-feira à tarde e terça-feira pela manhã.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Exatamente: segunda-feira à tarde e terça-feira pela manhã. Na terça-feira, será pela manhã, porque a intenção do Presidente da Câmara é abrir a sessão da terça-feira e prorrogar essas sessões até o final da tarde para votar matérias que constam da Ordem do Dia, levando em conta que, à noite, na terça-feira, ninguém ficará em Brasília, mas, durante o dia da terça-feira, a expectativa é de que exista funcionamento, quorum.

Então, deveríamos, se quisermos ouvir depoentes aqui, programar para segunda-feira à tarde, na minha opinião. Também ficarmos aqui até a próxima semana sem programar nada é muito ruim, é um prejuízo enorme para o funcionamento desta Comissão.

Ontem, o Chicão Brígido não compareceu. Hoje, o Ronivon, pela terceira vez. Devemos ter uma conversa definitiva para ver se é possível ainda trazer o Ronivon no dia de hoje e, se não for possível, ver o que podemos aproveitar para segunda-feira, já que amanhã haverá a acareação, que tomará o tempo inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Quanto à questão aqui no Senado, vamos seguir a rotina da Casa. Em verdade, o que está previsto, aqui no Senado, é a transferência do feriado de sexta-feira para segunda-feira.

Então, trabalharíamos na sexta-feira. Eu ia pedir aos Srs. Parlamentares, sobretudo da Câmara, que fizessem um esforço para trabalharmos na sexta-feira.

Vejo o seguinte: no dia de hoje, realmente, essa é uma questão complicada. Vou marcar e, aí, até à tarde, teremos uma definição. Será uma decisão da mesa. Se confirmado o feriado, eu marcaria para sexta-feira e já pediria a autorização dos presentes, que

dariam a sua anuência, visto que é um entendimento, não é uma autorização porque não há nem quorum para decisão.

Em segundo lugar, se não houver esse feriado na sexta, faríamos, então, na segunda-feira à tarde. E vamos trazer o Sr. Chicão Brígido e o Sr. Ronivon, agora em caráter de ultimato. Vou requerer à Polícia Federal para que providencie o traslado para cá. Não vou mais tolerar, não vou mais em conversa nenhuma, o advogado está aqui, e a Comissão já pediu o ofício à Polícia Federal para trazer esses dois senhores, o Sr. Deputado e o Sr. Chicão Brígido.

Ponto final e acabou-se a brincadeira.

Vou trazê-los na sexta-feira. Se não houver, evidentemente, a transferência do feriado de sexta para segunda. Se não, será na segunda. Até à tarde, terei o ofício expedido. Não vou mais solicitar, não vou mais rogar, implorar. Ou a Comissão exerce o seu poder ou ela renuncia à sua competência.

Então, isso será uma decisão da mesa porque não posso... mas eu queria a anuência de V. Ex^{as}.

Para encerrar... Vou encerrar esta reunião, mas antes vou ouvir ainda o Deputado Júlio Redecker e o Deputado Agnaldo Muniz. Porém, peço que sejam rápidos, para encerrar, porque estamos aqui sem nenhuma função...

O SR. AGNADO MUNIZ (PP – RO) – Sr. Presidente, quero apenas trazer um esclarecimento, porque fica parecendo que o Ronivon não está querendo vir. Mas, em primeiro lugar, ele enviou um requerimento. É o princípio da ampla defesa e do contraditório. A pessoa está respondendo a dois processos na mesma data e no mesmo momento...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Todos os dias que nós marcamos ele está respondendo ao mesmo processo?

O SR. AGNADO MUNIZ (PP – RO) – É que a CCJ tem adiado o julgamento dele lá porque há o problema também do José Dirceu. Aí, vira aquela confusão. Isso tem trazido problemas para o próprio Ronivon.

Quero esclarecer que ele está à disposição para vir aqui e que, agora, nesse período...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Agora, sexta-feira, ele virá de qualquer maneira. Ou ele virá espontaneamente ou ele virá forçado. Só isso. Não tem nada. Nem posso deferir esse requerimento, porque não há quorum para apreciá-lo.

Concedo a palavra ao Deputado João Correia.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, é o seguinte: infelizmente, estamos tomando decisões – inclusive, V. Ex^a – baseados em hipóteses. Por exemplo, sexta-feira, quem garante que vamos ter...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu já falei: ou sexta ou segunda.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Veja só...

Perfeito. Eu quero apenas dizer que o Presidente da Câmara Federal convocou reuniões deliberativas com efeitos administrativos para segunda e sexta-feira, mas sou cético em relação a isso: elas seguirão o mesmo destino da semana passada. Não haverá quorum para deliberação porque o feriado da quarta-feira, Presidente, é um feriado respeitável no Brasil, quer dizer, é Dia de Finados, é dia dos mortos. Então, esse feriado não pode ser antecipado. E nem vai ser. Sejam concretos. Sejam sensatos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) –

Mas não é o de quarta-feira. É o do Dia do Servidor.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sim, mas

quarta-feira que vem é o Finados...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, mas eu estou falando de agora, é o de amanhã. O feriado de amanhã é que seria transladado para segunda...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Creio

que esta Comissão será madura, Sr. Relator, Sr. Presidente, se fizer um calendário absolutamente rígido, de chumbo, em que, se o Ronivon não vier, ele virá debaixo de varas, porque, infelizmente, a Comissão não pode ficar na dependência da CCJ. Até imaginei que seria uma boa idéia, mas não é. Essa Comissão, como disse aqui o Deputado, ela não pode ser desmoralizada. Então, penso que devemos fazer um calendário rígido e, sinceramente, para depois do Finados.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Quero dizer a V. Ex^a que não estou mudando, não estou trabalhando com a idéia de mudar o feriado de quarta-feira. Temos o feriado do servidor público. Se o do servidor público for transferido para segunda-feira, evidentemente, isso prejudicaria. Aí não teríamos nenhum apoio aqui no Senado, porque os servidores estariam evidentemente, não com ponto facultativo, é feriado mesmo. Estariam ausentes do Senado. Por isso que propus a V. Ex^{as} que, se sexta-feira não houver expediente normal, jogamos para segunda; se houver... quero pedir a V. Ex^{as} um esforço para estarmos aqui na sexta-feira para terminar esse capítulo.

Vou deliberar mais tarde, ainda hoje, sobre isso...

O SR. AGNADO MUNIZ (PP – RO) – Sr. Presi-

dente, o Presidente da Câmara convocou para a próxima semana, em que tem o feriado de Finados, sessão deliberativa. Como ele descontou de todo mundo da última vez em que ele convocou, ou seja, quem não veio perdeu, é provável que o número de parlamentares na segunda seja muito grande. Só que, provavelmente,

não vamos votar nada. Então, poderíamos fazer um esforço na segunda e na terça também da semana que vem. Porque vamos vir para cá de qualquer forma para não fazer nada! Vamos trabalhar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– A única questão que quero expor a V. Ex^{as} é que temos que seguir a rotina do Senado. Se a Casa trabalhar na sexta, teremos a disponibilidade de toda nossa infra-estrutura na sexta; se não trabalhar na sexta, ficaremos sem chance. Se não trabalhar na segunda, em vez de sexta, teríamos então a segunda-feira prejudicada. É isso.

Vou trabalhar até hoje à tarde para definirmos: ou trabalhamos na sexta ou na segunda. Até a tarde terei essa definição.

O SR. AGNADO MUNIZ (PP – RO) – Sr. Presi-

dente, é ponto facultativo. Na Câmara, é sempre ponto facultativo, e muitas atividades ocorrem. Será que no Senado também não é ponto facultativo? Porque na Câmara não é feriado, é ponto facultativo, e algumas atividades são realizadas na Câmara no ponto facultativo.

Então, eu queria que V. Ex^a considerasse isso também.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, eu vou verificar e até a tarde terei essa decisão. Se houver sessão, haverá expediente e faremos audiência.

Concedo a palavra ao Deputado Júlio Redecker.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr.

Presidente, quero deixar registrado que, nas sextas-feiras, a maioria dos Parlamentares tem compromissos em seus Estados.

Sugiro a V. Ex^{as} que marcássemos os trabalhos na segunda e na terça-feira porque não vai haver confrontação com nenhuma outra atividade desta Casa e que o Deputado Ronivon Santiago e o Chicão Brígido fossem ouvidos nesses dias.

Quero dizer, Sr. Presidente, que alguém que está...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO.

Fazendo soar a campainha.) – Peço para encerrar.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Quero,

Sr. Presidente, só para fazer um juízo aqui: realmente, o Deputado Ronivon Santiago e o Chicão Brígido, que não estavam aqui, estavam presentes na Comissão de Constituição e Justiça hoje. Eles estão julgando o futuro parlamentar deles: um para ser deputado e o outro para perder o seu mandato. Então, é lógico que, eles estando aqui e tendo que estar lá para se defender é uma situação que temos que avaliar.

Então, deixemos sexta-feira porque a maioria dos Parlamentares... O Deputado Daniel não vai estar aqui, assim como eu, em razão de compromissos assumidos. Podemos marcar para segunda e terça-feira e ouvimos todos esses, e ainda teremos tempo para fazer uma reunião administrativa, Sr. Presidente.

Essa é a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a sugestão de V. Ex^a. Tomarei a decisão de acordo com a disponibilidade dos trabalhos nas duas Casas. E teremos que compatibilizar exatamente o funcionamento do Senado e da Câmara.

Declaro definitivamente encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h38min.)

**ATA DA 29ª REUNIÃO
REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2005**

Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, às dez horas e trinta e sete minutos, na sala 19, da Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Deputado Paulo Baltazar e ainda com as presenças dos Senadores José Jorge, Romeu Tuma, Rodolpho Tourinho, João Batista da Motta, Sibá Machado, Ana Julia Carepa, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Sérgio Zambiasi, Paulo Octávio e Heráclito Fortes; e dos Deputados Luiz Couto, Odair Cunha, Devanir Ribeiro, João Correia, Gastão Vieira, Wladimir Costa, José Rocha, Moroni Torgan, Júlio Redecker, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, Luiz Antonio Fleury, José Carlos Araújo, Fernando Coruja, Paulo Baltazar, Daniel Almeida, Eduardo Valverde, Darcísio Perondi, Ivan Ranzolin, Pedro Canedo e Neucimar Fraga; e ainda do Parlamentar não-membro Coronel Alves, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 01/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS”. Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 29ª reunião, propondo a dispensa da leitura ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). Presidente informa que a presente reunião se destina à realizar acareação entre os senhores: Marcos Valério Fernandes de Souza, Simone Vasconcelos, Waldemar

da Costa Neto, Jacinto Lamas, Emerson Palmieri, Manoel Severino dos Santos, João Cláudio de Carvalho Genu e Delúbio Soares. A presidência informa que a acareação se dará com a presença simultânea na sala de reuniões dos senhores Marcos Valério, Simone Vasconcelos e Delúbio Soares, e que os outros depoentes serão chamados um a um para a inquirição. Em seguida convida o deputado Waldemar da Costa Neto a iniciar a acareação. O Presidente concede a palavra ao Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, para o início de seus questionamentos. Em seguida, passa a palavra aos seguintes parlamentares: José Rocha, Júlio Redecker, Rodolpho Tourinho, Arnaldo Faria de Sá, Fernando Coruja, Agnaldo Muniz, Zulaiê Cobra, Daniel Almeida, João Correia, Roberto Freire, Gastão Vieira, Daniel Almeida. O presidente convida o senhor Jacinto Lamas para prestar seus esclarecimentos. Após a inquirição do relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, falam os seguintes parlamentares: José Rocha, Arnaldo Faria de Sá, Zulaiê Cobra, João Correia, José Carlos Araújo, Daniel Almeida, Moroni Torgan, Siba Machado, Ana Júlia Carepa, Mendes Thame e Ivan Ranzolin. O presidente convida o senhor Emerson Palmieri para prestar seus esclarecimentos. Após a inquirição do relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, falam os seguintes parlamentares: José Rocha, Zulaiê Cobra, Fernando Coruja, João Correia, Gastão Vieira, Daniel Almeida, Eduardo Valverde, Agnaldo Muniz, Eduardo Suplicy, Odair Cunha, Paulo Baltazar, Ana Júlia Carepa, Antônio Carlos Mendes Thame e Ivan Ranzolin. O presidente convida o senhor João Cláudio Genu para prestar seus esclarecimentos. Após a inquirição do relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, falam os seguintes parlamentares: José Rocha, Júlio Redecker, Rodolpho Tourinho, Fernando Coruja, Zulaiê Cobra, João Correia, Gastão Vieira, Daniel Almeida, Luiz Couto, Odair Cunha, Moroni Torgan, Siba Machado, Ana Júlia Carepa, Antônio Fleury Filho e Ivan Ranzolin. O presidente convida o senhor Manoel Severino para prestar seus esclarecimentos. Após a inquirição do relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, falam os seguintes parlamentares: Rodolpho Tourinho, Fernando Coruja, Zulaiê Cobra, João Correia, Gastão Vieira, Odair Cunha, Antônio Fleury Filho, Antônio Carlos Mendes Thame, Ivan Ranzolin. Nada mais havendo a tratar a reunião é encerrada à uma hora e quinze minutos do dia 28.10.2005, convocando-se a próxima reunião para o dia trinta e um de outubro deste ano. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia Baraviera*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com

as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* – reunião, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais ou não, a CPMI da Compra de Votos.

Não há número para deliberação.

Preliminarmente, comunicamos que amanhã teremos a acareação, de um lado, dos fornecedores de recursos, que são: Marcos Valério, Delúbio Soares e Simone, que era a pessoa que operava essas entregas.

Talvez teremos que fazer uma consulta a dados permanentes. Então, proponho à Comissão – isto não é uma deliberação por maioria, podemos ter o entendimento dos presentes – que façamos essa reunião na Sala 19, que fica próxima do Arquivo, porque, possivelmente, teremos que buscar elementos no Arquivo. Dessa forma, ficaríamos próximos do setor para trazermos os dados diretamente do Arquivo para a Comissão, pois a Sala 19 fica no andar superior ao do Arquivo.

Se todos estiverem de acordo fica aprovada a proposta do local da reunião de amanhã. (Pausa.)

Não seria necessária essa deliberação, mas entendendo que esta é uma solução que visa à economia de tempo, enfim, a uma economia processual que facilita os trabalhos da CPMI. Inclusive, o advogado do Sr. Marcos Valério fez algumas indicações. Então, os senhores inquiridores poderão buscar elementos nos arquivos, que estarão à nossa disposição. Já estou mandando separar aqueles que têm pertinência mais direta com a matéria, mas cada um poderá requerer o que bem entender...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, eu só queria solicitar...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª tem a palavra, Deputado Júlio Redecker.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – ...que, junto com os documentos, seja disponibilizada a resposta do Sr. Delúbio Soares a esta Comissão indicando os partidos políticos que foram beneficiários de recursos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeitamente. Peço à Secretaria que distribua imediatamente... Se é que foi respondido esse requerimento...

O SR. (Orador não identificado) – Já respondeu, Sr. Presidente. Está aqui à disposição...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, peço que distribua a todos os membros da Comissão...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, apenas uma questão de entendimento: o senhor acabou de falar que o advogado do Sr. Marcos Valério...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, eu mandei distribuir ontem exatamente uma receita em que ele prestou algumas informações. Entendo que todos receberam... Penso que a CPMI deveria buscar alguns dados. Os jornais de hoje publicaram essa notícia. Há algumas dicas, por exemplo, "Olhem os registros de entrada do Banco Rural, quem entrou, quem saiu, etc." Então, está-se dizendo assim, verifiquem os depoimentos tais e tais que esclarecem... Por outro lado, há outras dicas e algumas referências bancárias da contabilidade. Então, é claro que essas inquiries...

Eu tenho dito uma coisa e vou repeti-la publicamente: se o Sr. Marcos Valério não tivesse dado a lista dos implicados, daqueles que receberam recursos, talvez estivéssemos ainda diante das denúncias genéricas dos que propiciaram esse evento político. Penso que o Sr. Marcos Valério tem a chave secreta do que aconteceu. Se ele esclarecesse mais... Vamos fazer um apelo para que amanhã ele possa esclarecer muito mais, porque temos que terminar... Se são apenas esses, serão só esses; se tiver mais, tem que ser examinado porque, realmente, teve gente que recebeu recursos, quantias expressivas de recursos. Por exemplo, o próprio Deputado Jefferson disse o seguinte: "Olha, espero que me devolvam, aqueles que receberam os recursos referentes a quatro milhões – porque não são só quatro –; espero que me devolvam." Então, isso significa que para alguém foi dado... Não sei para quem, pode ser que não seja nenhum parlamentar, pode ser que sejam pessoas estranhas ao Parlamento...

O SR. (Orador não identificado) – Algum companheiro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É, companheiro. Então, se ele esclarecesse isso, teríamos – vamos dizer assim – desvendado um segredo que só ele sabe... Eu até entendi que seria interessante que ele voltasse aqui... Talvez até que alguém fizesse uma consulta – o Relator ou o Vice-Presidente – para ver se ele tem alguma coisa a esclarecer, porque assim terminaria esse capítulo. Se ele esclarecer quem mais recebeu, terminaria o capítulo. Só ele sabe. Eu não sei. Evidentemente que temos as notícias que lemos nos jornais de que faziam fila para buscar dinheiro lá, mas são notícias de jornal sem qualquer comprovação.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, o Roberto Jefferson disse a quem entregara os recursos, mas disse que não diria os nomes, que eram candidatos nas eleições passadas. Então, ele disse que não revelaria quem tinha recebido. Então, havia parlamentares que foram candidatos e outros, do PTB, que não eram parlamentares e que também receberam. Então, ele disse que não revelaria o nome dessas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É. Mas depois que ele esteve aqui, nobre Deputado Luiz Couto, ele deu algumas declarações que foram mais adiante. Ele disse “Olha, espero que aqueles que receberam os recursos, que o distribuíram, me devolvam...” Se puder, devolvam-me, como diz a música. Então, exatamente, se pudessem, que o devolvessem porque ele iria devolver ao PT...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É. A ele. Mas, resumindo a história, nós teríamos que trabalhar nesse sentido para apurar o destino, sem perder de vista o trabalho que será feito quanto à origem, quanto aos que realmente repassaram esses recursos. Nosso papel fundamental é acabar com essa questão e ver quem mais recebeu, se é que recebeu... Eu não estou fazendo acusação contra ninguém, mas devíamos esgotar... Olha, ninguém mais recebeu. Ponto final. Agora, talvez os senhores analisando essas questões de entradas de saídas e os elementos, poderão... acho que o advogado deu as pistas. E quem sabe, quem conhece o segredo, é o Sr. Marcos Valério. Ponto final.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, em relação a esse tema, eu pediria a V. Exª que nós amanhã observássemos o prazo de início da reunião para que pudéssemos ter uma reunião com tranquilidade, porque nós estamos atrasando muito o início das reuniões e acabamos prejudicando os trabalhos. Então, eu pediria...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Amanhã não haverá nenhuma reunião administrativa. Vamos entrar direto na acareação.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu queria dizer que amanhã, a Comissão... Acho que essa acareação poderia ser muito objetiva, sem discurso político amanhã. Não que eu seja contra, não sou sensor de ninguém, cada um é livre. Mas entendo que, para que haja uma funcionalidade mais rápida e, sobretudo, para que haja lógica, nós deveríamos fazer o seguinte, que fossem feitas perguntas... o Relator faz as primeiras perguntas. Estarão aqui na frente os três

que repassaram os recursos, sobretudo, porque, é claro, o Sr. Marcos Valério já declarou... Quanto aos demais, o máximo que disseram foi que não sabiam. A Simone declarou “Eu entregava o dinheiro para a, b e c.”

Então, vão ficar os três aqui na frente: Delúbio, Simone e Marcos Valério. Devemos fazer perguntas objetivas amanhã para esclarecer...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, para o conhecimento, a organização é: primeiro, vamos ouvir os três...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não vamos ouvir ninguém. Não vamos ouvi-los.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Não, nós vamos perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É. Eles sentarão aqui...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Os três?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Dez minutos para cada um?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não, não...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – E como será feita a acareação?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, eu não vou dar tempo nenhum, nobre Deputado Júlio Redecker. Os trabalhos...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Como serão feitos os trabalhos aqui? Qual a ordem dos ouvidos?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – A ordem será a que eu vou estabelecer no requerimento. É uma ordem aleatória. Evidentemente, vamos seguir a ordem do requerimento, ou, se tiver alguma sugestão, poderemos... mas sem delongas. A ordem é a ordem das figuras nominadas aqui. Poderemos, na hora, estabelecer alguma prioridade, mas fundamentalmente será essa ordem, que é uma ordem aleatória. Por outro lado, estará, aqui na frente, o acareado. E vai exatamente ser feita... serão feitas, uma por uma, as perguntas. Primeiro, pelo Relator. Depois, olha, “O senhor recebeu quanto?” Porque a discussão são as discrepâncias. “Não, eu só recebi...”

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não tem o que falar. Eu vou dizer por que não tem o que falar amanhã: nós já os ouvimos, a não ser que, evidentemente, durante a acareação... ou se alguém disser “Não, eu tenho um fato esclarecedor”. Se quiser falar, eu darei a palavra... É evidente, nessa

circunstância de alguém dizer “Não, eu tenho alguma coisa a colocar que é importante para esclarecer.” Agora, fazer discurso aqui de que não viu nada, que não sabe de nada, esse discurso é dispensado. Vamos fazer objetivamente.

Então, as perguntas serão feitas por V. Ex^{as}. As perguntas que já foram feitas, eu vou indeferi-las. Amanhã, vou ter que indeferir, se não vamos ficar eternamente aqui. As perguntas que não tenham pertinência com o fato, por exemplo, eu vou indeferi-las para dar uma dinâmica mais eficiente e rápida porque teremos que ouvir várias pessoas.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Vai haver inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Inscrição, sim. Faremos uma inscrição, nobre Deputado, uma só inscrição para...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Todos terão direito a perguntar?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu não posso negar as perguntas. Mas que sejam perguntas objetivas e perguntas que não foram feitas. As que já foram feitas não tem sentido repetir. Perfeito? Concordam? Acho que amanhã temos que dar – vamos dizer assim – uma formatação de audiência, a mesma prevista no Código de Processo Penal para acareação.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – V. Ex^a colocou aí uma informação que todos são acareados, não apenas aquele que vem e que recebeu. Os acareados são o Marcos Valério, o Delúbio, a Simone e aquele outro que teria recebido recursos. Todos são acareados, não apenas a pessoa que recebeu...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Apenas para ponderar, Presidente, pela ordem. Algumas questões, algumas perguntas podem ser repetidas no seguinte diapasão: se houver contradição entre eles. Por exemplo, o Sr. Marcos Valério diz o seguinte: passei ao fulano de tal tanto... Aí ele diz que não. Como fica essa história? Essa é a questão básica da acareação.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O Relator fará todas as perguntas. É evidente. E ele vai constatar e vai tentar dirimir exatamente essas diferenças. Mas é evidente que todos os Parlamentares que tiverem perguntas objetivas... dessa vez serão feitas perguntas objetivas.

Agora eu quero conceder a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Peço a palavra após o Senador, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Amir Lando, tenho dúvida de como vai funcionar; aliás, temos. Se cada um de nós tiver o direito

de fazer uma pergunta a cada um que vier aqui, não sei a que horas termina isso, quando termina e se isso terá objetividade. Eu só estou querendo entender como é que vai funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Senador Rodolpho Tourinho, é evidente que uma pergunta que não foi feita... Eu não vou admitir perguntas repetitivas ou perguntas impertinentes. Eu vou indeferi-las exatamente para dar uma dinâmica processual mais rígida. Então, se tiver uma pergunta inteligente, uma pergunta que não foi feita, uma pergunta que não passou pela cabeça do Relator... O Relator não é onipresente nem onisciente, quer dizer, pode escapar... Mas certamente vai escapar muito pouca coisa. Ele fará à exaustão... Esclarecido o fato, não tem mais sentido continuarmos. Apenas eu terei que ter uma ordem de inscrição porque, se eu não a tiver, eu não saberei como distinguir aqui como entende V. Ex^a...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Essa ordem valerá de que forma?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Valerá para todos. Todos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Acho que o papel principal tem que ser do Relator. Ele é que deve conduzir. Não sei como V. Ex^a vai distinguir a pergunta inteligente da pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não, não. Eu não falei inteligente. É pertinente. A pertinente, nobre Senador; inteligente, não. Eu estou falando o seguinte: se houver uma pergunta que não foi feita, que não é repetitiva, é evidente que vamos ouvir a resposta dela. Acho que, com bom senso, temos pessoas aqui extremamente preparadas, pessoas que chegaram aqui pela sua capacidade, e tenho absoluta certeza de que farão perguntas objetivas, se houver, não repetindo aquelas já feitas... Numa circunstância de se ter uma dúvida sobre uma situação, pode-se repetir para que a resposta seja melhor dada. É só isso.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Muniz.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero parabenizar V. Ex^a por esse entendimento de trabalhar no sentido da celeridade porque, às vezes, as perguntas se tornam tão repetitivas que acaba por perdermos um tempo muito precioso que poderia dar celeridade ao processo. Então, quero parabenizar V. Ex^a pela forma que está trabalhando para conduzir o processo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Por meio do Código...

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – O segundo ponto é o seguinte: é que hoje não temos quorum para os trabalhos. Então, quero sugerir a V. Ex^a... temos essa

questão do quorum. E temos a questão do depoente, o Ronivon, que está também respondendo a um processo junto à CCJ, de cassação do seu mandato junto à CCJ. A pessoa não tem condições psicológicas para estar sentado numa cadeira aqui hoje respondendo perguntas durante o dia todo, mesmo porque o mandato dele está sob julgamento.

Então, eu sugiro a V. Exª que dê por encerrada a reunião, mesmo porque não há número regimental. Coloco a V. Exª, mesmo porque há um requerimento dele também fazendo o pedido...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nem posso deferir ou apreciar requerimento porque não há quorum para qualquer deliberação.

Concedo a palavra ao Relator; após a palavra do Relator, se não houver quorum, vou encerrar a reunião. E vou dizer o seguinte: a responsabilidade é nossa se não estamos dando a devida atenção às investigações; em segundo lugar, evidentemente, do próprio depoente que também (*incompreensível*.)

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, pela ordem, eu gostaria de falar antes do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pois não.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu estou preocupado, Presidente, com a estrutura da acareação amanhã, porque o senhor se coloca, na condição de Presidente – e nós o respeitamos muito por isso – numa posição de censor. Se o Deputado, regimentalmente, tem o seu tempo para fazer perguntas, e o senhor censurá-lo porque a pergunta não é pertinente, ou não é inteligente, isso vai criar algumas dificuldades aqui.

Então, temos que ter um critério muito bem construído, porque o que não pode acontecer nesta CPI é a censura ao Parlamentar, que está garantido, regimentalmente, para exercer os seus direitos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas a lei, assim como o Código de Processo Penal e o Código de Processo Civil, que se aplicam subsidiariamente, me garante o direito de indeferir perguntas impertinentes e perguntas repetitivas.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Bom, o senhor pode indeferir a pergunta; o senhor não pode indeferir o tempo a ser utilizado pelo inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É evidente que não. Eu falei a pergunta. Para ser objetivo, nobre Deputado, V. Exª poderá fazer as perguntas; se não, vamos fazer uma reunião de 20 horas para um depoente. E nós teremos aqui vários acareados. O bom senso. A compreensão. V. Exª sempre foi compreensivo e certamente, amanhã, haverá de

entender. Se V. Exª gastar 10 minutos com perguntas inusitadas e pertinentes, é evidente que poderá gastá-los... Eu não posso aqui fazer o redutor. É evidente que estamos tentando um entendimento.

Concedo a palavra ao Relator, que está aguardando há muito tempo. Depois, vou encerrar esta reunião porque não há quorum.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu quero falar também.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. membros da CPMI. Noto que a acareação vem despertando entre os membros desta Comissão uma grande preocupação. Eu gostaria de tranquilizá-los dizendo que a acareação é um recurso formal, comum, nas delegacias de polícia e nas varas criminais apenas para reafirmar as declarações de cada uma das partes. No nosso caso, nunca foi intenção do Relator apurar a verdade das declarações conflitantes entre as partes. O que o Relator deseja é exatamente que eles mantenham as declarações conflitantes para que, no relatório que já começa a ser elaborado, ao qual estive dedicado toda esta manhã, eu possa caracterizar as partes que estiverem em conflito no que diz respeito à percepção de recursos e ao delito de obstrução da Justiça e, conforme o caso, ao crime de perjúrio. É absolutamente necessário ouvi-los para que eles tenham outra oportunidade de retificarem-se ou de manterem as suas declarações. Se as mantiverem, tanto melhor, porque elas estarão dentro da linha de raciocínio do Relator, decorrente do exame das declarações anteriormente prestadas. A mecânica no processo de acareação não oferece absolutamente nenhuma dificuldade.

Nós colocaremos, de uma parte, três pessoas que são uma espécie de santíssima trindade do mensalão: o Sr. Delúbio, o Sr. Marcos Valério e a Dona Simone. São três pessoas em uma só, porque um levantou o dinheiro, o outro distribuiu o dinheiro, e terceira pagou.

Portanto, são três pessoas em uma só. Elas ficarão diante de apenas um depoente, que comparecerá. Assim: “Quanto a “santíssima trindade” pagou ao senhor?” Ele vai dizer: “Pagou R\$750 mil.” “Quanto a “santíssima trindade” diz que pagou a ele?” “R\$4,100 milhões.” Está registrado. Para mim, não precisa mais de absolutamente nada porque, no final, somando as quantias declaradas pela “santíssima trindade” e as quantias somadas pela totalidade dos receptores, vamos encontrar a importância de R\$21,700 milhões, que não tem explicação. O Relator já tem técnicos em busca do destino desse dinheiro. O que não podemos é en-

cerrar os nossos interrogatórios com um buraco negro dessa importância sem ter tido a preocupação de procurar seu destino.

Então, os ilustres membros da Comissão podem ficar inteiramente tranquilos. A acareação pode ser extremamente rápida no que diz respeito aos interesses da Comissão. Queremos apenas que eles confirmem as importâncias que eles dizem ter pago e ter recebido. Então, estaremos diante de declarações conflitantes que nos permitem classificá-los todos: se indiciados, como obstrutores da Justiça; se testemunhas, como autores do delito de perjúrio.

Em seguida, queremos saber para onde foram destinados R\$21 milhões, que é o quanto importa a diferença entre o pagamento que se alega ter sido feito e a diferença entre as quantias que se declara terem sido recebidas.

A acareação é de fundamental importância para isso. Nunca tive a ilusão juvenil de que cada um desses personagens iria chegar aqui e dizer assim: “Desculpem-me os senhores membros, eu realmente menti, eu recebi foi quatro milhões mesmo, eu recebi foram 10 milhões. Eu estava mentindo...” Nenhum deles vai dizer que mentiu. Todos eles vão manter as suas declarações. E é o quanto basta.

Eu quero que eles confirmem as suas declarações para que eu possa classificá-los nas leis penais em razão do comportamento que tiveram. Eu não queria fazer essas declarações publicamente, mas são tantas as dúvidas suscitadas a respeito da acareação que sou forçado a dizer qual foi o móvel do Relator ao requerer, e insistir, a necessidade de confrontar essas pessoas, umas contra as outras. O que desejo é que elas mantenham mesmo as declarações anteriores.

A segunda explicação, Sr. Presidente, que desejo dar – aliás, são três – é a seguinte: nós recebemos ontem, o Sr. Presidente e eu, uma sentença de medida cautelar expedida pelo Ministro Celso Melo, assegurando aos advogados o exercício pleno das suas faculdades legais quando no exercício profissional em defesa das pessoas que vierem aqui prestar os seus depoimentos.

Esclareço, com o devido respeito ao Ministro Celso Melo, que, tanto no que diz respeito ao Presidente da nossa Comissão, quanto no que diz respeito a todos os membros da Comissão, nunca um advogado sofreu, nesta Comissão, nenhuma espécie de desdouro. Foram todos respeitados na plenitude das suas garantias profissionais, mesmo porque essas garantias profissionais constam de uma lei federal, o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, cujo art. 7º, incisos X e XI, asseguram aos advogados, não apenas a presença, mas o direito de protestar, se por ventura estiver ha-

vendo abuso no exercício da faculdade parlamentar nas comissões parlamentares de inquérito.

Eu estou dando conhecimento dessa decisão cautelar do Ministro, mas, ao mesmo tempo, estou tranquilizando o Supremo Tribunal Federal e a Ordem dos Advogados do Brasil, que, nesta Comissão, principalmente sob o comando de um homem da ilustre formação jurídica do Presidente Amir Lando, jamais ocorreria qualquer ofensa aos direitos dos profissionais.

Finalmente, é constrangedor ter que anunciar, como Relator, que, mais uma vez, o Deputado Ronivon Santiago escapou à nossa inquirição, dirigindo-se ao Presidente da Comissão dizendo que a Comissão de Constituição e Justiça está votando hoje matéria de seu interesse pessoal. Eu diria até que é de seu profundo interesse pessoal, que, na verdade, o que a Comissão de Constituição e Justiça está decidindo é sobre o seu mandato, sobre a validade de seu mandato. Ele, sob a alegação de que não pode ser prejudicado no direito de se defender perante aquela Comissão, prefere correr o risco das sanções desta nossa Comissão, e não pode comparecer mais uma vez.

Então, a questão está em aberto para manifestação dos senhores membros da Comissão. Se V. Ex^{as} julgarem que a alegação dele tem alguma procedência ou merece algum respeito, tudo o que nos resta é o Sr. Presidente marcar uma nova data. Se tanto não for possível, o que nos resta é mandar buscá-lo hoje ou a qualquer hora para prestar o depoimento perante esta Comissão.

São essas as explicações, Sr. Presidente, que me vejo na obrigação de prestar, tranquilizando a Comissão quanto ao **modus faciendi** da acareação. Era será tanto mais longa quanto maior o número de perguntas. Isso é inevitável. Não tem como evitar. Mas, tendo em vista a finalidade da acareação, acho que ela pode ser até rápida.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Entendo que os esclarecimentos feitos pelo excelentíssimo Sr. Relator põe por terra qualquer dúvida.

Por outro lado, quero ressaltar, quanto à menção que fez à minha pessoa, que somos servos da lei. Tanto o Deputado quanto qualquer outro membro desta Comissão sempre tem a lei como guia. E a lei é realmente quem comanda o Governo. O governo democrático é o governo das leis, não é o governo de pessoas.

Então, é claro que as leis têm que ser respeitadas com a rigidez necessária, sem ofender direitos, mas sem beneficiar ninguém com a complacência. Nesse particular, temos nos conduzido. Por isso, quando chegamos aqui quaisquer **habeas corpus**, nem os lemos: já afastamos **in limine**... O que é absolutamente des-

necessário. Se houver aqui a prática de um crime em flagrante delito, vamos tomar providência, independentemente de **habeas corpus**, ou o que for dado. Então, essa questão pode ser...

Com relação aos advogados, aqui não houve nenhum incidente. É evidente que a intervenção em qualquer audiência é restrita. O advogado não pode responder, mas pode conduzir perguntas feitas às testemunhas, aos depoentes, e pode, evidentemente, esclarecer algum ponto, corrigir os rumos, se os procedimentos estão sendo equivocados. Então, a intervenção, nas audiências, é muito restrita. Eles poderão peticionar, como o fizeram, etc, não há ninguém impedindo.

Eu queria dizer o seguinte: estamos diante, Sr. Relator, Srs. membros da Comissão, de uma situação um pouco vexatória. Primeiro, não temos quorum para qualquer decisão, que exige maioria absoluta.

Indago à Secretaria se tem alguma informação sobre se sexta-feira haverá, ou não, expediente na Casa. (Pausa.) Ah, ainda não foi definido. Então, à tarde, teremos essa... Farei uma proposta... Não adianta agora... Temos que trabalhar na sexta-feira, porque a próxima semana será uma semana morta. Então, peço a todos um esforço para trabalharmos na sexta-feira. Se permitirem, fazemos...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O Presidente da Câmara já convocou sessão para segunda-feira e terça-feira. Serão sessões deliberativas.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, na sexta-feira, haverá...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não, na segunda-feira e na terça-feira, teremos, na Câmara, por convocação do Presidente, sessões deliberativas, com desconto...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, vamos fazer o seguinte: vamos manter... Sr. Relator, a única providência que podemos tomar hoje à tarde, às 17h, é mandar buscar o Sr. Ronivon, pedir auxílio à Polícia Federal para que tomem providências para que ele venha sob varas, ou, então, marcáramos para sexta-feira, porque amanhã é um dia impossível.

Eu queria exatamente discutir com a Comissão, embora não pudéssemos deliberar, seria uma deliberação administrativa, mas poderemos ouvir V. Ex^{as}.

O primeiro que me requereu a palavra foi o Deputado Odair Cunha. Concedo a palavra a V. Ex^a, Deputado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, creio que tem que imperar o bom senso nesse caso do Deputado Ronivon. É lógico que temos que

fazer valer a lei. Efetivamente, não podemos ser levados com a barriga.

No entanto, também não precisamos que a Polícia vá buscar...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pois é, mas se ele não vem, o que podemos fazer?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pois é, mas acho que temos que fazer contatos com ele agora e estabelecer um prazo último para que ele venha depor a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É a terceira vez que estamos dando um último prazo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu teria que falar, mas não é relativo a essa questão, tem a ver com a outra matéria.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Daniel Almeida; em seguida, ao Deputado Agnaldo Muniz.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, parece-me que deveríamos evitar programar qualquer coisa para a sexta-feira, já que é Dia do Funcionário Público. A Esplanada, o Congresso vai parar, vai haver muita dificuldade de funcionamento. Nós estaremos correndo o risco de programar e não ter condições de viabilizar até por falta de estrutura para o funcionamento do Congresso Nacional. Corremos o risco de mais um prejuízo do ponto de vista da imagem desta Comissão.

A Câmara convocou sessões para segunda-feira e terça-feira. É provável...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Permita-me, V. Ex^a?

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Pois não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – É que vi a convocação... Desculpe-me...

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – O Relator tem preferência sempre.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – É um auxílio. Convocou para segunda-feira à tarde e terça-feira pela manhã.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Exatamente: segunda-feira à tarde e terça-feira pela manhã. Na terça-feira, será pela manhã, porque a intenção do Presidente da Câmara é abrir a sessão da terça-feira e prorrogar essas sessões até o final da tarde para votar matérias que constam da Ordem do Dia, levando em conta que, à noite, na terça-feira, ninguém ficará em Brasília, mas, durante o dia da terça-feira, a expectativa é de que exista funcionamento, quorum.

Então, deveríamos, se quisermos ouvir depoentes aqui, programar para segunda-feira à tarde, na minha opinião. Também ficarmos aqui até a próxima semana

sem programar nada é muito ruim, é um prejuízo enorme para o funcionamento desta Comissão.

Ontem, o Chicão Brígido não compareceu. Hoje, o Ronivon, pela terceira vez. Devemos ter uma conversa definitiva para ver se é possível ainda trazer o Ronivon no dia de hoje e, se não for possível, ver o que podemos aproveitar para segunda-feira, já que amanhã haverá a acareação, que tomará o tempo inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Quanto à questão aqui no Senado, vamos seguir a rotina da Casa. Em verdade, o que está previsto, aqui no Senado, é a transferência do feriado de sexta-feira para segunda-feira.

Então, trabalharíamos na sexta-feira. Eu ia pedir aos Srs. Parlamentares, sobretudo da Câmara, que fizessem um esforço para trabalharmos na sexta-feira.

Vejo o seguinte: no dia de hoje, realmente, essa é uma questão complicada. Vou marcar e, aí, até à tarde, teremos uma definição. Será uma decisão da mesa. Se confirmado o feriado, eu marcaria para sexta-feira e já pediria a autorização dos presentes, que dariam a sua anuência, visto que é um entendimento, não é uma autorização porque não há nem quorum para decisão.

Em segundo lugar, se não houver esse feriado na sexta, faríamos, então, na segunda-feira à tarde. E vamos trazer o Sr. Chicão Brígido e o Sr. Ronivon, agora em caráter de ultimato. Vou requerer à Polícia Federal para que providencie o traslado para cá. Não vou mais tolerar, não vou mais em conversa nenhuma, o advogado está aqui, e a Comissão já pediu o ofício à Polícia Federal para trazer esses dois senhores, o Sr. Deputado e o Sr. Chicão Brígido.

Ponto final e acabou-se a brincadeira.

Vou trazê-los na sexta-feira. Se não houver, evidentemente, a transferência do feriado de sexta para segunda. Se não, será na segunda. Até à tarde, terei o ofício expedido. Não vou mais solicitar, não vou mais rogar, implorar. Ou a Comissão exerce o seu poder ou ela renuncia à sua competência.

Então, isso será uma decisão da mesa porque não posso... mas eu queria a anuência de V. Ex^{as}.

Para encerrar... Vou encerrar esta reunião, mas antes vou ouvir ainda o Deputado Júlio Redecker e o Deputado Agnaldo Muniz. Porém, peço que sejam rápidos, para encerrar, porque estamos aqui sem nenhuma função...

O SR. AGNADO MUNIZ (PP – RO) – Sr. Presidente, quero apenas trazer um esclarecimento, porque fica parecendo que o Ronivon não está querendo vir. Mas, em primeiro lugar, ele enviou um requerimento. É o princípio da ampla defesa e do contraditório. A

pessoa está respondendo a dois processos na mesma data e no mesmo momento...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Todos os dias que nós marcamos ele está respondendo ao mesmo processo?

O SR. AGNADO MUNIZ (PP – RO) – É que a CCJ tem adiado o julgamento dele lá porque há o problema também do José Dirceu. Aí, vira aquela confusão. Isso tem trazido problemas para o próprio Ronivon.

Quero esclarecer que ele está à disposição para vir aqui e que, agora, nesse período...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Agora, sexta-feira, ele virá de qualquer maneira. Ou ele virá espontaneamente ou ele virá forçado. Só isso. Não tem nada. Nem posso deferir esse requerimento, porque não há quorum para apreciá-lo.

Concedo a palavra ao Deputado João Correia.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, é o seguinte: infelizmente, estamos tomando decisões – inclusive, V. Ex^a – baseados em hipóteses. Por exemplo, sexta-feira, quem garante que vamos ter...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu já falei: ou sexta ou segunda.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Veja só... Perfeito. Eu quero apenas dizer que o Presidente da Câmara Federal convocou reuniões deliberativas com efeitos administrativos para segunda e sexta-feira, mas sou cético em relação a isso: elas seguirão o mesmo destino da semana passada. Não haverá quorum para deliberação porque o feriado da quarta-feira, Presidente, é um feriado respeitável no Brasil, quer dizer, é Dia de Finados, é dia dos mortos. Então, esse feriado não pode ser antecipado. E nem vai ser. Sejam concretos. Sejam sensatos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas não é o de quarta-feira. É o do Dia do Servidor.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sim, mas quarta-feira que vem é o Finados...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, mas eu estou falando de agora, é o de amanhã. O feriado de amanhã é que seria trasladado para segunda...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Creio que esta Comissão será madura, Sr. Relator, Sr. Presidente, se fizer um calendário absolutamente rígido, de chumbo, em que, se o Ronivon não vier, ele virá debaixo de varas, porque, infelizmente, a Comissão não pode ficar na dependência da CCJ. Até imaginei que seria uma boa idéia, mas não é. Essa Comissão, como disse aqui o Deputado, ela não pode ser desmoralizada. Então, penso que devemos fazer um calendário rígido e, sinceramente, para depois do Finados.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Quero dizer a V. Exª que não estou mudando, não estou trabalhando com a idéia de mudar o feriado de quarta-feira. Temos o feriado do servidor público. Se o do servidor público for transferido para segunda-feira, evidentemente, isso prejudicaria. Aí não teríamos nenhum apoio aqui no Senado, porque os servidores estariam evidentemente, não com ponto facultativo, é feriado mesmo. Estariam ausentes do Senado. Por isso que propus a V. Exªs que, se sexta-feira não houver expediente normal, jogamos para segunda; se houver... quero pedir a V. Exªs um esforço para estarmos aqui na sexta-feira para terminar esse capítulo.

Vou deliberar mais tarde, ainda hoje, sobre isso...

O SR. AGNADO MUNIZ (PP – RO) – Sr. Presidente,

o Presidente da Câmara convocou para a próxima semana, em que tem o feriado de Finados, sessão deliberativa. Como ele descontou de todo mundo da última vez em que ele convocou, ou seja, quem não veio perdeu, é provável que o número de parlamentares na segunda seja muito grande. Só que, provavelmente, não vamos votar nada. Então, poderíamos fazer um esforço na segunda e na terça também da semana que vem. Porque vamos vir para cá de qualquer forma para não fazer nada! Vamos trabalhar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– A única questão que quero expor a V. Exªs é que temos que seguir a rotina do Senado. Se a Casa trabalhar na sexta, teremos a disponibilidade de toda nossa infra-estrutura na sexta; se não trabalhar na sexta, ficaremos sem chance. Se não trabalhar na segunda, em vez de sexta, teríamos então a segunda-feira prejudicada. É isso.

Vou trabalhar até hoje à tarde para definirmos: ou trabalhamos na sexta ou na segunda. Até a tarde terei essa definição.

O SR. AGNADO MUNIZ (PP – RO) – Sr. Presidente,

é ponto facultativo. Na Câmara, é sempre ponto facultativo, e muitas atividades ocorrem. Será que no Senado também não é ponto facultativo? Porque na Câmara não é feriado, é ponto facultativo, e algumas atividades são realizadas na Câmara no ponto facultativo.

Então, eu queria que V. Exª considerasse isso também.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, eu vou verificar e até a tarde terei essa decisão. Se houver sessão, haverá expediente e faremos audiência.

Concedo a palavra ao Deputado Júlio Redecker.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr.

Presidente, quero deixar registrado que, nas sextas-feiras, a maioria dos Parlamentares tem compromissos em seus Estados.

Sugiro a V. Exªs que marcássemos os trabalhos na segunda e na terça-feira porque não vai haver confrontação com nenhuma outra atividade desta Casa e que o Deputado Ronivon Santiago e o Chicão Brígido fossem ouvidos nesses dias.

Quero dizer, Sr. Presidente, que alguém que está...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço para encerrar.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Quero, Sr. Presidente, só para fazer um juízo aqui: realmente, o Deputado Ronivon Santiago e o Chicão Brígido, que não estavam aqui, estavam presentes na Comissão de Constituição e Justiça hoje. Eles estão julgando o futuro parlamentar deles: um para ser deputado e o outro para perder o seu mandato. Então, é lógico que, eles estando aqui e tendo que estar lá para se defender é uma situação que temos que avaliar.

Então, deixemos sexta-feira porque a maioria dos Parlamentares... O Deputado Daniel não vai estar aqui, assim como eu, em razão de compromissos assumidos. Podemos marcar para segunda e terça-feira e ouvimos todos esses, e ainda teremos tempo para fazer uma reunião administrativa, Sr. Presidente.

Essa é a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Agradeço a sugestão de V. Exª. Tomarei a decisão de acordo com a disponibilidade dos trabalhos nas duas Casas. E teremos que compatibilizar exatamente o funcionamento do Senado e da Câmara.

Declaro definitivamente encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h38min.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 07/2005, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição de 1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à acareação entre os Srs. Marcos Valério Fernandes de Souza, Simone Vasconcelos, Valdemar Costa Neto, Jacinto Lamas, Emerson Palmieri, Manoel Severino

dos Santos, João Cláudio de Carvalho Genu e Delúbio Soares.

Comunico aos presentes que estou abrindo a reunião porque o Presidente, por motivos pessoais, está-se encaminhando para a Comissão e deve chegar a qualquer momento.

Em respeito a tudo que foi combinado, estamos abrindo a reunião.

Inicialmente, havia uma expectativa de a reunião que fosse às 11 horas e 30 minutos, como o Sr. Relator confidenciou-me. Portanto, talvez seja por isso que as coisas tiveram início um pouco atrasado.

Com a palavra, o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Membros da CPMI...

Qual é o problema, Deputado? Pode falar. (Pausa.)

Eu já pedi que liberassem a segunda fila para os jornalistas. Eles estão em pé, não tem nenhum sentido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Eu apenas quero alertar que, em virtude da reunião, se chegarem os Deputados, depois eu gostaria... A ocupação é provisória. Se não houver Deputados, não teremos o problema, mas se houver, vou pedir para...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– A mídia faz parte da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– De todas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Estão liberadas as duas últimas fileiras.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Antes de iniciarmos os trabalhos, eu desejo resumir o máximo possível a causa e os objetivos desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ.

Fazendo soar a campanha.) – Por favor.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Já tive oportunidade de afirmar, anteriormente, que aqueles que prodigalizaram os recursos afirmam ter entregue aos beneficiários determinadas importâncias. Essas importâncias...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Se fosse possível fazer silêncio na sala... Estou fazendo exatamente a explicação do ato que vamos ter. Se ele não for ouvido...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– ... vamos ser questionados durante toda a reunião sobre aquilo que estamos fazendo.

Já o Relator tem deficiências naturais para fazer explicações corretas, portanto, peço, por favor, além do silêncio, um pouco de atenção.

Muito obrigado a V. Ex^{as}.

O objetivo desta reunião é o de estabelecer as diferenças existentes entre as quantias que os fornecedores dizem ter entregue e as quantias que os beneficiários dizem ter recebido. Essa é a finalidade da CPMI.

É lógico que, para fazer essa colocação, está, **a priori**, constatado que há diferenças essenciais em torno dessas quantias. Alguém objetará que pouco importa a diferença de quantias, uma vez que, tendo sido entregue e recebida qualquer quantia com finalidade ilícita, o ilícito está provado. Aceito essa interpretação. Acontece, no entanto, que a soma dos quantitativos que dizem ter sido entregues e a soma dos quantitativos que dizem ter sido recebidos registra uma diferença ponderável de milhões de reais e a CPMI tem interesse natural em saber que destino foi tomado por essa importância.

Não tenho ilusões quanto àquilo que vamos obter aqui. Provavelmente, cada depoente vai reafirmar aquilo que disse anteriormente, mas isso é necessário para que se qualifique o comportamento ou a conduta em face da lei.

Se as quantias não se harmonizam, obviamente há uma mentira dupla e, nesse caso, uns serão colocados no relatório, se porventura forem indiciados ou se porventura forem testemunhas, no primeiro caso como objetadores ou perturbadores da produção da prova e, no segundo caso, no delito de perjúrio.

Para se fazerem colocações desse tipo, é preciso ter-se certeza e, por isso, requeri que a Comissão fosse exposta a este ato, que alguns dizem destinar-se exclusivamente à mídia e que nós reputamos essencial para estabelecermos, afinal, a verdade a respeito das quantias que dizem ter sido pagas e recebidas.

Em segundo lugar, desejo esclarecer que o Sr. Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, concedeu à Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Brasília, uma medida cautelar assegurando aos advogados de todas as pessoas aqui trazidas aquelas prerrogativas fundamentais do advogado que estão insitas no art. 7º, incisos X e XI, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

No que diz respeito a esta Comissão, advogado algum foi alvo ou vítima de qualquer restrição ou de demonstração de má-vontade quanto à sua presença. O advogado pode intervir no sentido de protestar; o

advogado pode fazer o registro do seu protesto em Ata. As suas prerrogativas estão nos incisos X e XI do art. 7º do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e foram sempre obedecidas por esta Comissão.

Dito isso, Sr. Presidente, o Relator não tem mais considerações a fazer e se, em virtude das dúvidas quanto ao horário, as pessoas que vão participar desta diligência estiverem presentes, o Relator está em condições de iniciar o seu interrogatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)
– Obrigado, Sr. Relator.

Convido, então, a tomar assento à Mesa...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)
– Pela ordem, Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eu queria uma informação: se amanhã nós vamos ter oitiva, porque vários Parlamentares já informaram que não estarão presentes. Então, nós vamos ter reunião na segunda e na terça. Vamos ter isso amanhã?

O próprio Relator coloca a dificuldade que existe, aqui, para haver Parlamentares na sexta-feira. Então, eu queria saber se está mantida a oitiva ou se nós a adiaremos para segunda-feira à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)
– Deputado Luiz Couto, eu gostaria que esperássemos o Presidente, que está a caminho, porque a discussão foi feita com a Mesa, para que elucidássemos, depois, essa parte.

Convido, então, para tomarem assento à Mesa, o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza, a Srª Simone Vasconcelos e o Sr. Delúbio Soares, à minha esquerda. (Pausa.)

Solicito ao Partido a que pertence o Sr. Valdemar Costa Neto – que já está presente, mas um pouco distante do local – o obséquio de providenciar a vinda ao local do ilustre Presidente do PL, Valdemar Costa Neto. (Pausa.)

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Educação é uma coisa que a gente aprende ou não aprende, também.

O SR. EDUARDO SUPICZY (PT – SP) – As pessoas do PT são civilizadas, Deputada Zulaiê.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – A maioria não é.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu digo que educação é uma coisa que a gente aprende ou não, não é Senador?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, a Comissão recebeu, no início da semana, uma carta do Dr. Marcelo Leonardo, advogado de Marcos Valério Fernandes de Souza, a respeito das

informações de registro de entrada ou presença nos hotéis Gran Bittar, Nacional; Blue Tree, em Brasília; Blue Tree; Sofitel; Intercontinental; e Paulista Plaza, em São Paulo, no período entre outubro de 2002 e outubro de 2005.

Então, solicito que a referida documentação seja encaminhada à CPMI por meio eletrônico. A indicação desses registros comprova os encontros de representantes de empresários ligados a essa questão e foi sugerida à CPMI pelo advogado do Sr. Marcos Valério, Dr. Marcelo Leonardo.

Esse é o requerimento que entrego a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá, muito obrigado. Essa informação ainda não havia chegado à Comissão.

Com a presença do nosso Presidente, Senador Amir Lando, passo a Presidência a S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Peço à Secretaria que conduza à sala dos trabalhos o Sr. Valdemar Costa Neto.

Em primeiro lugar, quero pedir desculpas aos senhores, mas essa missão que concluí ontem, de relatoria da Medida Provisória nº 255, realmente foi exaustiva, longa e tenebrosa. Eu até poderia dizer, como Relator: **Ave, Senado, morituri te salutant.**

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria que V. Exª informasse à Mesa a respeito do HC que teria sido concedido pelo Supremo a alguns dos depoentes.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Eu não tomei conhecimento, mas para mim é irrelevante. Eu já disse e sempre repito...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não, não, eu gostaria de saber se algum dos depoentes está com HC. Era isso o que eu gostaria de saber.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Tem alguém?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V. Exª poderia perguntar diretamente?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Qual é o problema, Sr. Deputado?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu quero saber qual dos depoentes está com HC.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– A medida a que fiz referência não foi requerida por nenhum dos advogados aqui presentes.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Não, há a informação de que parece que um dos depoentes que está com HC.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– O Relator não a recebeu e, **data venia**, não há a

menor importância se há ou não HC. Esta Comissão jamais ferirá direito de qualquer pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu vou verificar.

É evidente, o Sr. Delúbio já tinha um HC e ainda é titular dele, quer dizer, o HC que ele tem é aquele de se manter calado em caso de resposta que possa auto-incriminá-lo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Mas a informação que eu queria saber é se do advogado de cada um dos três...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, não, não. O que há é aquela decisão de que V. Exª já tomou conhecimento, de que já distribuímos cópias e sobre a qual o nobre Relator, ontem, fez uma longa exposição. É exatamente aquele ponto que garante o exercício da advocacia, inclusive diante das CPMIS.

Evidentemente, na audiência, a participação do advogado é muito restrita. Ele pode consultar e protestar, por exemplo, quanto ao andamento equivocado dos trabalhos, em termos de se ferir o Regimento – fundamentalmente, o Regimento Comum da Câmara e do Senado –, o Código de Processo Penal ou a Constituição.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu li na imprensa, Sr. Presidente, que o Sr. Delúbio Soares teria conseguido um HC específico para a reunião de hoje. Era essa a confirmação que eu queria.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– É o mesmo teor do anterior, quer dizer, ele o renovou, mas é o mesmo teor. V. Exª sabe que, na condição de indiciado, ele pode-se manter calado. Isso está no Código, não precisava **habeas corpus**, nós já temos dito aqui, mas vou passá-lo para V. Exª.

Peço à Mesa que o passe ao nobre Deputado.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – A informação, Sr. Presidente, do Deputado Arnaldo Faria de Sá, é do **habeas corpus**. Ele entrou, sim, com **habeas corpus**, no dia 26 de outubro. Era isso o que queríamos saber, só isso.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – De novo, ele foi buscar o **habeas corpus**.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Ele, de novo, repetiu os mesmos termos do anterior.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Exatamente, exatamente. Quer dizer, não precisava nem ter ido, mas foi.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, essa é uma questão em que cada depoente tem a sua técnica de defesa.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vamos fazer o seguinte: não há nada pela ordem. Vamos começar os trabalhos. Essa questão de **habeas corpus** não temos que ver. Para mim, é dispensável e nem vou ler, nem tomo conhecimento.

Eu peço que o Sr. Valdemar Costa Neto esteja presente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente, ainda que a Mesa tenha essa postura liberal, eu queria saber se a Simone e o Marcos Valério também têm esse mesmo salvo-conduto do Delúbio Soares.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu não tenho conhecimento de que tenha sido renovado qualquer **habeas corpus** preventivo, nem para a Srª Simone.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem; não é nem pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Tem V. Exª a palavra para uma questão de ordem. Qual é o fundamento da questão de ordem?

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, como serão os trabalhos? Como será a inquirição?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Isso já foi devidamente esclarecido ontem; eu não vou repetir hoje.

Quero dizer que acabou de chegar do Supremo Tribunal Federal outro **habeas corpus**, com o mesmo teor do anterior, concedendo os mesmos direitos ao Sr. Marcos Valério, portanto, quem quiser lê-lo, para tomar conhecimento, está aqui, à disposição.

Nobre Deputado, já foi explicado, ontem, como seriam os trabalhos de hoje.

Vamos iniciar os trabalhos, porque senão nós não vamos avançar.

Concedo a palavra ao Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, Srªs e Srs. Membros da CPMI; Srs. Depoentes, esta diligência foi requerida para dirimir apenas uma questão. Ela não tem nenhuma complexidade. Não visa a nada mais do que esclarecer o seguinte: as pessoas que forneceram recursos a membros de Partidos ou Parlamentares afirmam ter repassado determinadas quantias fixas, quantias explicitamente contabilizadas no documento oferecido a esta Comissão pelo Sr. Marcos Valério de Souza. As pessoas que receberam as quantias, todas elas, sem exceção, registram o fato de que receberam muito menos do que lhes foi repassado ou negam, terminantemente, ter recebido.

Peço paciência à Comissão para retornar a uma explicação dada anteriormente. Pouco importa que essas importâncias divirjam no seu quantitativo. Porque, se há ilícito, o simples fato de ter repassado e recebido recursos financeiros já configura o ilícito. Mas, estabelecida a diferença entre o que se diz ter sido pago e aquilo que se diz ter sido recebido, há uma importância considerável de milhões de reais, que a CPMI está na obrigação de procurá-la para tentar estabelecer o seu destino. Então, esta chamada, impropriamente, acareação se destina a estabelecer exatamente isso: quanto as pessoas dizem ter destinado e quanto as pessoas efetivamente receberam.

Finalmente, antes de formular a pergunta, eu de-sejo esclarecer que a Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Distrito Federal, pediu ao Supremo Tribunal Federal uma medida... Vou esperar que o ilustre Assessor termine a sua conversa para eu poder continuar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero fazer uma solicitação. Hoje, temos que trabalhar com muita técnica e competência, por isso, peço, a todos, silêncio. Esse apelo é extensivo aos Parlamentares, às Assessorias e a todos os aqui presentes, pois esta sala tem muita gente e, portanto, qualquer fala atrapalha, motivo pelo qual o Sr. Relator foi prejudicado em seu raciocínio.

Tem a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Distrito Federal, requereu ao Supremo Tribunal Federal uma medida cautelar, a fim de que os advogados pudessem desenvolver no curso desta reunião as prerrogativas que lhes são próprias, uma vez que outorgadas por lei federal contida no Estatuto dos Advogados.

Esta Comissão tem a honra de dizer que jamais criou para os ilustres advogados, e quaisquer pessoas que aqui estiveram, qualquer constrangimento. Elas puderam assistir inteiramente e não fizeram intervenções, porque a direção desta Comissão nunca avançou nos direitos das partes. Por isso, elas não se sentiram na obrigação de fazer intervenção. Esses direitos estão consagrados explicitamente, minudentemente, nos incisos X e XI do art. 7º do Estatuto dos Advogados. E nós temos, sempre, a atenção necessária, o Sr. Presidente e eu, para que esses princípios não sejam violados.

Quero pedir aos que participam dessa diligência o seguinte: nós não permitiremos nenhum debate entre as pessoas que aqui estão para prestarem esclarecimentos. O diálogo entre as ilustres pessoas que aqui se encontram para colaborar com esta CPMI é expressamente proibido. As partes responderão exclusivamente às perguntas que lhes forem feitas pelos

membros desta Comissão, ficando vedado o diálogo, o aparte e o contra- aparte entre as pessoas que aqui se encontram, a fim de evitar que se estabeleçam quaisquer controvérsias menos adequadas às regras da boa educação.

Se houver alguma questão preliminar, estou às ordens para tentar esclarecê-la.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Deputado Ibrahim Abi-Ackel, apenas para esclarecer e colaborar. Veio-me à mente o que se passou ontem na acareação entre os Srs. Gilberto Carvalho, Bruno e João Francisco. Houve momentos em que se tornou relevante que fosse lembrado pelas partes alguns episódios do encontro mantido entre eles, o que levou, por exemplo, os irmãos de Celso Daniel a perguntarem ao Sr. Gilberto Carvalho se ele se lembrava desse detalhe. Então, caso ocorra uma situação como essa, qual o procedimento? Pergunta-se ao Relator para que este transmita o questionamento? Apenas para deixar claro, que é exatamente o propósito de V. Exª.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A pergunta pode ser feita ao Relator ou ao Sr. Presidente da reunião, e, por intermédio de um nós, será feita, então, à pessoa que porventura for indagado. Haverá sempre a interlocução no sentido de evitar a controvérsia, a pergunta e a resposta direta, pois caso seja admitida essa prática, a Mesa Diretora perde, absolutamente, o controle da situação, e podemos ficar horas seguidas sem apurarmos a razão pela qual aqui estamos reunidos.

Se não houver nenhuma outra questão, pediria licença ao Sr. Presidente... (Pausa.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ilustre Relator, indago de V. Exª se vamos ficar firmes em algo que já havíamos dialogado. Tem a ver com perguntas já respondidas; se essas perguntas serão impugnadas. Se a pergunta já foi feita, indago se os acareados terão que respondê-la novamente.

Outra questão: para que não haja novo interrogatório aos Depoentes, tendo em vista eles já terem sido interrogados nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, já que a acareação vai se dar no contraditório, na divergência, a pergunta fora do contexto poderá ser realizada?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Deputado, ontem, nós já respondemos a todas essas questões. Portanto, entendo que V. Exª está a par, porque V. Exª estava presente ontem, oportunidade em que explicamos que nós vamos intervir no processo. Discutimos longamente para evitar perguntas repetitivas e não pertinentes, para que haja maior objetividade nesta acareação.

Com a palavra o nobre Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Posso iniciar o questionamento, Sr. Presidente? (Pausa.)

Sr. Marcos Valério, o senhor afirma ter passado ao Deputado Valdemar Costa Neto a importância de R\$10.837.500,00, por intermédio de dezenove repasses diferentes. O primeiro datado de 26 de fevereiro de 2003 e o último em 03 de agosto de 2004?

O Deputado Valdemar Costa Neto, depondo perante esta Comissão, afirmou que a importância recebida do senhor foi de R\$6,5 milhões. Temos, aí, uma diferença de R\$4 milhões. V. Ex^{as} não de compreender que, ao termo de 20 ou 30 pessoas, diferenças não iguais a essa, mas diferenças não tão expressivas acabam, no final, dando um montante que chama a atenção da Relatoria, obrigando-a a buscar a finalidade dos recursos.

Sr. Marcos Valério, o senhor confirma ter repassado esta importância de R\$10,837 milhões ao Deputado Valdemar Costa Neto?

A questão toda é de valor. Só. Essa a questão.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Primeiramente, quero agradecer a oportunidade de estar novamente nesta Comissão. Estarei disponível a hora que precisarem, da forma que precisarem, no momento em que precisarem, a esta ou a qualquer outra Comissão do Senado ou da Câmara Federal.

O acordo político que chegou ao meu conhecimento foi com o PL. Então, quando a gente menciona “repassa” ao Deputado Valdemar, não é ao Deputado Valdemar, mas, sim, ao Partido Liberal. E eu confirmo que passei ao Partido Liberal esse valor. E o representante – eu estive praticamente por três vezes com ele, vou chamá-lo de Deputado Valdemar Costa Neto –, ele representava o PL; foi um acordo político com o PL. E, logo em seguida, ele me apresentou o Tesoureiro, o Sr. Jacinto Lamas. Então, eu confirmo o repasse dos R\$10.837.500,00, senhor.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Toda essa importância foi repassada por intermédio de apenas duas pessoas: Valdemar Costa Neto e Jacinto Lamas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O Sr. Antônio Lamas também foi portador de algum recurso.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Desejo saber do senhor se houve uma terceira pessoa no Partido Liberal que tivesse recebido importâncias?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não tenho conhecimento. O contato era

o Sr. Jacinto Lamas, depois que o Deputado Valdemar me apresentou.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Essas importâncias entregues – não importa quanto com referência a cada um – ao Deputado Valdemar Costa Neto e ao Sr. Jacinto Lamas, foram feitas pessoalmente pelo senhor, ou pela Sr^a Simone Vasconcelos, ou por qualquer outro funcionário do Banco Rural?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Outra coisa que eu gostaria de salientar: esses recursos foram oriundos de empréstimos bancários, em que eu estou sofrendo execução, e tive os meus bens penhorados. Isso eu quero deixar claro: da iniciativa privada. Segundo, foram repassados, através de uma empresa chamada Garanhuns Empreendimentos, alguns; outros, foram entregues pessoalmente ao Sr. Jacinto, e outros ao Sr. Antônio Lamas, e, se não me engano, uma vez ao Deputado Valdemar.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Pagos por quem? Entregues por quem? Verifique o senhor que nós temos aqui numerosos saques, todos eles datados, de importâncias diferentes. O que significa que houve numerosas presenças, numerosos contatos das pessoas que recebiam as importâncias. A primeira foi de R\$2 milhões, a segunda de R\$1,5 milhão, a terceira de R\$2,537 milhões, depois há vários saques de R\$100 mil, um de R\$200 mil, outro de R\$350 mil, de R\$150 mil, de R\$200 mil, de R\$500 mil, de R\$900 mil, de R\$1,5 milhão. Estou perguntando apenas se essas importâncias eram pagas por meio de cheques, ou eram pagas por intermédio de volume em dinheiro, e quem, da parte do senhor, efetuou o pagamento?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Através da Garanhuns; eram depósitos em conta e cheques nominais à Garanhuns.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Todos da Garanhuns?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Todos da Garanhuns. Eram cheques nominais à Garanhuns, ou TED, transferência direta. O restante eram pagamentos feitos ao Banco Rural, com a presença do Tesoureiro e do Sr. Antônio Lamas. Uma vez, se eu não me engano, eu mesmo entreguei pessoalmente ao Deputado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Eu não vou entrar nessa questão, porque o Deputado Valdemar Costa Neto já deixou claro que parte dessas importâncias lhe foram entregues em São Paulo, no seu apartamento, na sua residência; outra parte, ao Sr. Jacinto Lamas.

Quero confirmar com o senhor, então, que a importância repassada ao PL foi de R\$10.837.500,00.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNADES DE SOUZA – Sim, senhor, eu confirmo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– A Srª Simone Vasconcelos poderia, por favor, teria alguma informação que pudesse nos esclarecer a respeito dessa questão da quantia?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Bom-dia a todos.

Em relação ao Deputado Valdemar, eu nunca estive com ele. Nunca repassei valor algum a ele. A pessoa de contato do PL era o Sr. Jacinto Lamas. Estivemos algumas vezes no Banco Rural, em Brasília. Nos encontramos também em Belo Horizonte, quando ele foi buscar alguns cheques nominais à Garanhuns. Estivemos também na sede da SMP&B, em Brasília, e uma vez em um hotel. Foi a única vez que eu entreguei valores em hotel. Eu confirmo esses valores que estão aqui nesta minha listagem.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– A senhora confirma os valores?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Muito obrigado, a senhora.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Pois não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Sr. Delúbio Soares, foi o senhor que autorizou o repasse...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone.)* Qual o hotel?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– S. Exª está querendo saber em qual o hotel?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Foi o hotel Grand Bittar.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Sr. Delúbio Soares o senhor confirma ou nega ter autorizado o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza a repassar essa importância de R\$10.837.500,00 ao Sr. Valdemar Costa Neto?

O SR. DELÚBIO SOARES – Bom-dia Sr. Relator, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares membros desta Comissão.

Se o Relator me permite, eu queria me dirigir às CPMIs, Compra de Votos e Mensalão, e às demais CPMIs instaladas no Congresso um pedido, pois foi usado o meu nome em uma frase publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** na segunda-feira, há quinze dias, em que me atribuíram uma frase que eu não disse; eu não dei aquela entrevista, não tenho dado entrevistas. Então, como envolveram o meu nome – sei que vários Parlamentares também se sentiram constrangidos –, o constrangimento foi muito grande para mim e para

minha família. Aquele texto publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, em que um repórter, eu estava visitando os meus pais, no final de semana, um feriado, com os meus irmãos todos, que foram visitar os meus pais, estávamos lá, em uma situação como a daqui de Brasília e no interior de Goiás, uma seca profunda, tivemos aquele episódio do caminhão do carro-pipa, que todos vocês ficaram sabendo, e a fotografia. Também não conversei com o repórter, não dei entrevista. Como qualquer pessoa que chega a minha casa é bem-vinda, é bem recebida, o meu pai o convidou para almoçar conosco. Ficou junto com a gente e fez aquela matéria, tentando incompatibilizar a minha pessoa com os Parlamentares, com a sociedade, com o meu Partido, Partido do qual eu fui desfilado, fui expulso no último domingo. Inclusive, aquela reportagem ajudou muito a minha desfiliação. Então, quero, em meu nome e em nome da minha família, pedir desculpas à CPMI e ao Congresso Nacional. Se algum Parlamentar se sentiu ofendido, mais ofendido eu me senti. Não dei aquela entrevista. Não estou dando entrevistas. Expliquei ao repórter que quando fosse dar entrevista o meu advogado, o Dr. Arnaldo Malheiros o procuraria para a dar entrevista. E ele usou a intimidade que nós lhe permitimos.

Quero registrar ao nosso Presidente, ao Relator e a todos os Parlamentares e a toda a sociedade brasileira que esse episódio, lamentavelmente, influenciou muito, inclusive naquilo que eu ajudei a construir e acredito, de 25 anos, e que causou a minha expulsão neste final de semana.

Vou ser direto na resposta. Nós autorizamos em torno de R\$12 milhões – números gerais – ao PL. Então, está aí na lista do Sr. Marcos Valério a quantia – ele já explicou – ao Sr. Valdemar, mas também há outros companheiros do PL, que estavam na mesma lista, o Bispo Rodrigues e o Zé Luiz, que está na lista também; eles são membros do PL. Então, foram autorizados nesse montante, como foi feito, como foi repassado e o Sr. Marcos Valério e a Simone já explicaram. Era isso que teria a confirmar. Obrigado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Sr. Delúbio Soares, o senhor autorizou o repasse de 12 milhões.

O SR. DELÚBIO SOARES – Está autorizado o repasse de 12 milhões porque temos uma listagem de 55 milhões e estava autorizado a fazer em torno disso.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Eu compreendo, mas foram repassados 10 milhões dos 12.

O SR. DELÚBIO SOARES – É o que ele já explicou como foi feito.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Valdemar Costa Neto, V. Ex^a teve a oportunidade de ouvir as declarações das pessoas à sua frente e gostaria que V. Ex^a nos desse as explicações pertinentes.

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Sr. Presidente Amir Lando, Sr. Relator Dr. Ibrahim Abi-Ackel, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, quero cumprimentar o meu advogado, Dr. Marcelo Bessa, quero cumprimentar a Sr^a Simone Vasconcelos, o Sr. Marcos Valério e o Sr. Delúbio Soares.

Reafirmo meus depoimentos anteriores, Sr. Relator. O valor foi de R\$6.500.000,00, sendo que foram repassados totalmente a mim como pessoa física. Explico: nós tínhamos um acordo de participar no caixa da campanha presidencial, na proporção de nossos Deputados Federais. O PT tinha 59 Deputados Federais e nós tínhamos 23. Então, eles ficariam com 75% do caixa e nós ficaríamos com 25% do caixa de campanha.

Esses valores nós iríamos contribuir para o caixa de campanha também. Por isso, era justo que pudéssemos participar desse caixa de campanha. Isso por uma série de motivos que já dei várias explicações, o Tesoureiro Delúbio não teve condições de atender durante a campanha. Volto a repetir – quando eu ia cobrar do Delúbio, ele tinha milhares de pessoas, de candidatos ao governo do estado, ao Senado, pedindo recursos para ele. Naquele momento, percebi que não ia receber o dinheiro, mesmo quando o nosso Vice-Presidente da República fez, através de suas empresas, as doações.

Quando o Vice-Presidente José Alencar fez a doação, sendo a primeira de R\$1 milhão, fui atrás do Delúbio: “Delúbio, pelo menos, me passa esse dinheiro”. O Delúbio falou: “Valdemar, não tenho condições, não estou conseguindo vencer o caixa”. Então, assumi diversos compromissos de material de campanha em São Paulo e, com o decorrer do tempo, logo após as eleições, a partir de 2003, o Delúbio começou a autorizar os repasses para que eu pudesse cumprir os compromissos que assumi, diferentemente do que tinha me comprometido na campanha. Como o dinheiro não veio na campanha, tive que tomar outra atitude, outras providências durante a campanha para que eu pudesse daí dirigir a campanha em São Paulo de maneira diferente.

E a situação do Lula era uma situação muito difícil na capital – temos 8 milhões de eleitores na capital e o Lula só ganhou o segundo turno por 100 mil votos de diferença do Serra. Foi uma diferença muito pequena

e tivemos que fazer um investimento muito grande na capital e na região metropolitana.

Então, reafirmo os valores de R\$6.500.000,00.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Ex^a, no seu primeiro depoimento muito claro, já deixou explícito que utilizou esses recursos no segundo turno da campanha do Presidente Lula. V. Ex^a confirma que recebeu R\$6.500.000,00.

Verifica a Comissão que, somente num repasse, temos uma diferença de R\$4.337.000,00. Da minha parte, Sr. Presidente, julgo-me devidamente esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Passaremos à lista de inscrição. (Pausa.)

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Às vezes, algum membro da Comissão deseja fazer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, neste momento, vou passar a palavra ao primeiro Deputado inscrito que é o Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. depoente, ex-Deputado Valdemar Costa Neto, Srs. acreados, Sr^a Simone Vasconcelos, inicialmente, dirijo-me ao Sr. Marcos Valério, para que ele informe a esta Comissão qual foi realmente o montante de recurso autorizado pelo PT para que fosse distribuído às diversas pessoas.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O total dos empréstimos que tomei junto ao Banco Rural e ao BMG, que está devidamente contabilizado. O Banco Central mandou... Dei essa informação para CPMI, os contratos desses empréstimos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Qual o valor?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – R\$55,9 milhões, se não me engano.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Delúbio Soares, V. S^a confirma esse valor?

O SR. DELÚBIO SOARES – Ao longo de aproximadamente dois anos, solicitei ao Sr. Marcos Valério, junto ao Banco de Minas Gerais – BMG – e ao Banco Rural, empréstimos em torno desse montante de R\$55 milhões, via empresas Marcos Valério. O pagamento, ao longo do tempo, distribuímos da maneira que está sendo trabalhada. Então, confirmo os empréstimos, a meu pedido, em torno de R\$55 milhões junto às duas instituições financeiras.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Porque V. S^a, Sr. Delúbio, assume o compromisso com o BMG – só com o BMG –, por meio de um documento dirigido ao banco, nos seguintes termos:

“Pelo presente, assumo, junto a esse banco, o compromisso irretratável e irrevogável de garantir, como

avalista e devedor solidário, todas as operações de empréstimos firmadas por V. S^{as} com Rogério Lanza Toletino Associados Ltda., inscrita no CNPJ (...); Graffiti Participações Ltda., inscrita no CNPJ (...); SMP&B Comunicações Ltda., inscrita no CNPJ (...); DNA Propaganda Ltda., inscrita no CNPJ (...) e Partido dos Trabalhadores inscrito no CNPJ (...)"

Assinado: Delúbio Soares.

Isso no dia 1º de julho de 2004.

Então V. S^a assumiu todas as operações de empréstimos, independentemente de valor.

É isso que o documento assinado por V. S^a autoriza ao BMG, em Belo Horizonte, essa sua responsabilidade.

V. S^a confirma isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Estou sem o documento em mãos, mas é um documento...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Está às suas ordens. (Pausa.)

O SR. DELÚBIO SOARES – É um documento que fiz ao BMG um período; garantimos empréstimo nessa operação ao Partido dos Trabalhadores...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não é o que o documento diz, Sr. Delúbio.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sim, então pode ter empréstimo solidário, eu era avalista solidário dos empréstimos. Quando fala empréstimo ao Partido dos Trabalhadores...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Um dos empréstimos.

O SR. DELÚBIO SOARES – ...do qual já sou avalista, independentemente... Nos demais empréstimos, não sou avalista, dei uma carta responsabilizando pelos empréstimos que o Partido dos Trabalhadores solicitou ao Sr. Marcos Valério e às suas empresas. Foi esse conteúdo da carta que escrevi naquele momento... Isso está dando uma outra impressão...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DELÚBIO SOARES – Todos empréstimos...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – É o que está escrito no documento.

O SR. DELÚBIO SOARES – Pode ter tido uma falha, mas foi isso que...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas V. S^a tão experiente como é...!

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente isso não é interrogatório da acareação. Isso é interrogatório novo.

Peço desculpas ao Deputado José Rocha.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, o Deputado José Rocha é um eficiente parlamentar, a quem respeito muito, mas gostaria de

lembrar que essa diligência tem propósitos definidos; ela se destina a esclarecer um fato definido, que é a questão da diferença.

Lamento informar que, da parte da relatoria, ela não pode concordar com a ampliação do interrogatório para terrenos que já foram objetos de interrogação. É claro que se aparecer alguma lacuna, ou a necessidade de esclarecimento de algum fato adicional, que não tenha ainda sido objeto de esclarecimento, teremos que concordar, porque estaríamos diante de um imprevisto, mas não podemos permitir que os interrogatórios já feitos sejam renovados nesta ocasião. O objeto desta diligência é estabelecer as diferenças de quantias.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sr. Presidente, não podemos cercear a palavra. Todos nós somos juízes. Não existe hierarquia entre nós. Aqui todos são juízes e nenhum juiz pode cercear a palavra do outro.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Ex^a me desculpe, mas pode.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Não, não pode. Nunca vi isso.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Pode.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Qual é o dispositivo legal que permite isso?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Pode. Pelo Código de Processo Penal. Nós estamos obedecendo ao Código de Processo Penal, que estabelece as diretrizes processuais e procedimentais do ato que estamos praticando.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Nenhum dispositivo do Código de Processo Penal fala isso.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Desculpe-me, mas V. Ex^a está tumultuando a reunião. Tomamos tanto cuidado para que os depoentes não tumultuassem a reunião, agora um juiz tumultua a reunião.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Esta é a diferença que V. Ex^a não está considerando: não existe somente um juiz. Somos um colegiado de juízes. Portanto, não existe hierarquia de um juiz sobre o outro.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Existe. A Mesa que está aqui tem hierarquia. Se não tiver, é uma desordem.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Nunca vi o Presidente do Supremo cercear a palavra de um membro do Supremo. Nunca vi.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Se ele fugir à lei, ele pode e deve intervir.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Nunca vi. Então, bom, diga que dispositivo legal foi infringido pelo Deputado José Rocha, porque não vi nenhum.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Afinal de contas, o que V. Ex^a deseja?

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Que dê liberdade de expressão ao Deputado José Rocha.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sobre todos os assuntos?

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Ele tem liberdade. Não existe cerceamento. Qual é o dispositivo legal que manda cercear a palavra de um Deputado? Nenhum.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Então, não estamos mais diante de uma acareação.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – É garantia constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Gostaria que agora deixássemos essa discussão. O nobre Deputado José Rocha...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, gostaria de completar a minha resposta ao ilustre Deputado Moroni Torgan. Nós estamos diante de uma acareação. A acareação é regulada pela lei processual penal. A lei processual penal estabelece os diversos procedimentos referentes à matéria e é claro, é explícito, é elementar: quem quer que tenha feito um curso de direito sabe perfeitamente que as perguntas não podem se referir senão ao objeto da acareação. Insisto em que a matéria seja contida nos limites da acareação.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O Código de Processo Penal, nos arts. 229 e 230, regulamenta a acareação e não diz nada disso. Está aqui. Se quiser, poderemos ler os arts. 229 e 230 do Código de Processo Penal.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Todos sabem que acarear significa confrontar. E a confrontação somente se opera quando determinadas declarações são divergentes. Obviamente, quando se fala em acarear, defrontar, confrontar e esclarecer – fica esta aula adicional para V. Ex^a – só pode se referir à matéria controversa.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sr. Presidente, para colaborar...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Dirigirei agora os trabalhos.

Sem criar constrangimento a ninguém – falei ontem que entrevistaria –, informo que a pergunta formulada pelo nobre Deputado José Rocha eu não pude ouvir. V. Ex^a pode repeti-la.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não vou permitir a questão de ordem. Quero saber a pergunta de S. Ex^a para ver se é impertinente. Eu

estava falando com a secretária naquele momento, recebendo informações e não ouvi a pergunta. Qual foi a pergunta de V. Ex^a?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, primeiro quero que V. Ex^a desconte o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Descontarei. Fique tranquilo. Serão devolvidos oito minutos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Primeiro queria que V. Ex^a não permitisse, com todo o respeito ao Relator, que o Relator censurasse minhas perguntas, mesmo porque a direção dos trabalhos é da Presidência e não da relatoria ou da vice-presidência. Somente V. Ex^a pode orientar os trabalhos. Posto isso, digo a V. Ex^a que a pergunta foi embasada em um documento assinado pelo Sr. Delúbio Soares aos diretores do BMG se responsabilizando por todas as operações financeiras realizadas por todas as empresas ali nominadas do Sr. Marcos Valério, inclusive o Partido dos Trabalhadores.

A minha pergunta foi se ele confirmava aquele documento. Estamos fazendo uma acareação entre o Sr. Delúbio, a Sr^a Simone, o Sr. Marcos Valério e o ex-Deputado Valdemar Costa Neto.

Portanto, considero que minha pergunta foi pertinente, não fugiu, de maneira nenhuma, ao *script* aqui colocado pela Mesa desta douta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– A Presidência entende e V. Ex^a confirma o inteiro teor desse documento, e queria se referir a quê? A todas as empresas? Que relação V. S^a tinha...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Peço, Sr. Presidente, que o meu tempo pare, porque V. Ex^a está fazendo a inquirição.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, estou apenas, para que ele responda objetivamente,...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Que o meu tempo pare, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– ...confirmando que essa pergunta pode ter pertinência.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Presidente, já falei tanto na CPMI dos Correios como nesta CPMI sobre esse documento. Reafirmo o que falei na CPMI anteriormente aqui com todos os Parlamentares sobre este documento. E dei a versão que hoje também aqui já falei sobre isso. Então, era o que eu tinha a falar sobre o documento.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– V. S^a está satisfeito, nobre Deputado?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não, não estou satisfeito porque ele dá uma versão diferente da que está escrita no documento. Então, fica no julgamento de todos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Fica no julgamento de todos, não tem por que eu...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Darei a V. Ex^a o desconto de um minuto pela minha breve intervenção para sairmos desse impasse.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Em entrevista à Revista **Época** – dirijo-me agora ao Sr. Valdemar Costa Neto – V. S^a declarou que teria mandado o seu tesoureiro Jacinto Lamas até a SMP&B em Belo Horizonte para buscar a primeira parcela de recursos que o PT iria dar ao PL. Afirmou ainda que o Sr. Jacinto Lamas teria recebido um envelope com inúmeros cheques da SMP&B para a Garanhuns e que mais tarde emissários do Sr. Delúbio teriam feito a troca dos cheques por dinheiro vivo. Tal procedimento teria se repetido duas ou três vezes, totalizando 3,2 milhões.

Indago a V. S^a: o que V. S^a contou sobre os recursos advindos do PT para o PL ao Sr. Jacinto?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – O Sr. Jacinto foi um mero portador das minhas ordens no Partido. Eu pedi para que ele fosse para SMP&B, a pedido do Sr. Delúbio Soares, para que ele fosse ver a forma de pagamento que eles iam começar a me repassar. E aí ele foi surpreendido com o cheque, com o envelope. Eu disse a ele que trouxesse o envelope e que depois eu conversaria com o Delúbio.

Quando cheguei a São Paulo, tive a oportunidade de ver esse cheque. O Jacinto se dirigiu a São Paulo, eu fui falar com o Delúbio Soares. Delúbio, tem um cheque nominal! Vi que o Delúbio ficou surpreso, não sabia o motivo se de nominar o cheque. E aí ele fez um telefonema – acredito que tenha sido para o Marcos Valério – e mandou que fosse resgatar o cheque comigo no dia seguinte, no meu apartamento.

E o total dos cheques não foi de três milhões e duzentos; três milhões e duzentos foram em pagamentos que recebemos entre fevereiro e abril de 2003. O total de valor que eu recebi da Garanhuns foi de R\$1 milhão e duzentos mil, mediante cheques da Garanhuns.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Pergunto ao Sr. Delúbio Soares se confirma essa versão do ex-Deputado Valdemar Costa Neto.

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado, o Deputado Valdemar Costa me procurou, pedi a ele um tempo e foi resolvido da maneira como ele explicou.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – De que maneira foi resolvido?

O SR. DELÚBIO SOARES – A troca do cheque. Pedi ao Sr. Marcos Valério que resolvesse o assunto. Não sei se foi ele ou outra pessoa, mas foi a empresa dele que resolveu, para atender o pedido do ex-Deputado Valdemar Costa Neto.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O Sr. Marcos Valéria confirma?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não confirma.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então, qual seria a versão de V. S^a?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A versão, com todo o respeito ao Deputado, com todo o respeito ao Delúbio, eu não contato algum com a Garanhuns, não conheço o dono da Garanhuns, nunca estive com ele, esse nome foi apresentado pelo Sr. Jacinto Lamas, e os cheques foram nominais a Garanhuns, a pedido do Dr. Jacinto Lamas. E, nas quebras dos sigilos bancário e telefônico, vão encontrar os cheques depositados na conta da Garanhuns. Não tenho relacionamento algum com a Garanhuns. Nunca vi o dono. Não sei quem é. E meu sigilo telefônico também prova isso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Marcos Valério, a Sr^a Simone, em um de seus depoimentos, afirma que os pagamentos eram feitos inicialmente a terceiros e que, a partir de 2004, houve uma orientação no sentido de que os pagamentos fossem feitos por meio tanto da Garanhuns quanto da Bônus-Banval. V. S^a confirma isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. A Garanhuns não foi determinação para fazer pagamento – volto a falar. A Garanhuns foi uma indicação do Sr. Jacinto Lamas e os cheques foram nominais a ela ou, quando não foi cheque, foi transferência eletrônica. Logo depois, em 2004, se eu não me engano, foi utilizada a Corretora Bônus-Banval, só para fazer pagamentos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Indicação de quem?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A indicação partiu do Tesoureiro e a apresentação foi feita pelo PP, Partido Popular.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Delúbio Soares, confirma que a orientação a ser paga via Bônus-Banval foi sua orientação, orientação de V. S^a?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, a maneira desse montante, autorizei o Sr. Marcos Valério a fazer o montante ao PL, como um todo, em torno de dois milhões. A maneira como se tratou entre as partes. Autorizei a fazer o montante – que eu já falei de 12 milhões – ao PL. A maneira como foi feita e as formas, não participei. Então, tanto a Garanhuns quanto a Bô-

nus-Banval, só conheci também quando a autorização era para efetuar os pagamentos junto ao PL, junto ao PP, que, no caso aqui, é o PL, que é a Garanhuns. Então, foi isso. Quando o Deputado Valdemar falou comigo sobre o assunto, falei: “Resolva com o Marcos Valério”. Liguei, pedi para resolver e encontraram lá uma maneira de resolver essa pendência.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas quem indicou a Garanhuns e quem indicou a Bônus-Banval?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não fui eu.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então, V. S^a não confirma a afirmação do Sr. Marcos Valério?

O SR. DELÚBIO SOARES – No caso da Garanhuns, que está em debate com o Deputado Valdemar Costa Neto, a Garanhuns não é de responsabilidade minha. O meu compromisso era com o PL e o Presidente do PL era o Deputado Valdemar Costa Neto.

Com todo o respeito, nós trabalhamos nesse processo juntos e estamos aqui para responder da melhor maneira possível. Então, a indicação da Garanhuns ou de outra empresa não é de responsabilidade minha. A minha responsabilidade foi disponibilizar os montantes dos acordos eleitorais que fizemos. E assim foi feito. E a maneira de fazer, não participei.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr^a Simone, a senhora confirma o depoimento que V. S^a deu nesse sentido?

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim, na minha listagem, constam dois milhões e quatrocentos, que teria sido por meio de repasses na agência do Banco Rural lá em Brasília.

Na realidade, os repasses sempre foram para o Jacinto Lamas, nesses locais que eu já citei, tanto do banco quanto no hotel ou dentro da agência. E, em relação à Garanhuns, o Jacinto Lamas nos passou essa empresa e pediu que os cheques fossem nominais à Garanhuns. Isso com certeza.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E em relação à Bônus-Banval?

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – A Bônus-Banval, quem me disse sobre ela foi Marcos Valério, porque, de um período, depois de 2003, a partir de 2004, como eu já declarei anteriormente à CPI, à Polícia Federal, eu me retirei desse processo. Eu estava muito incomodada de estar nisso tudo. E foi por meio da Bônus-Banval que os repasses eram feitos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então, o Sr. Marcos Valério confirma que, por orientação...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero dizer a V. S^a que o seu tempo se esgotou e não posso hoje ser complacente.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Vou concluir. Fui interrompido por diversos...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas vou devolver-lhe todo o tempo necessário. Fique tranquilo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a. Só para arrematar minha participação, ficou claro que o Sr. Marcos Valério confirma que o Sr. Delúbio Soares foi quem determinou à Bônus-Banval para que fossem repassados os recursos. E o Sr. Delúbio Soares nega essa afirmação.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Isso já está nas notas taquigráficas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que me reinscreva porque meu tempo não foi o suficiente para que eu pudesse fazer minhas perguntas. Apenas fiz uma pergunta ao Sr. ex-Deputado Valdemar Costa Neto porque o meu tempo foi muito exíguo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não haverá reinscrição hoje.

Passo a palavra ao segundo orador inscrito, que é o Deputado Júlio Redecker. Peço que seja objetivo e que o seu tempo não seja superior a dez minutos.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, depoentes, vou fazer uma introdução porque trago, na minha opinião, uma matéria gravíssima. O Sr. Valdemar Costa Neto, quando de seu depoimento, faz algumas respostas, e vou lê-las antes de entrar no tema.

Ele diz: “É isso que queria dizer, esqueci de falar isso aqui, já poderia ter colocado. A CPMI dos Correios já pediu abertura das contas da Garanhuns, e nós vamos saber para onde foram esses cheques, porque o Marcos Valério alega que me deu R\$6 milhões pela Garanhuns e não deu. Deu R\$1,2 milhão”.

Aí, Valdemar diz: “Foi tudo recurso de campanha, pois não tem periodicidade”.

O senhor confirma isso? (Pausa.)

Confirma. “Não podemos [diz o Sr. Valdemar Costa Neto] acusar o João Paulo, o Luizinho, o Paulo Rocha, o Borba de estarem envolvidos com o mensalão. Ninguém pagou esse dinheiro para pôr no bolso, não. É gente de bem, gente séria. Foi tudo recurso de campanha [repete o Sr. Valdemar] porque não tem periodicidade, até no caso de pessoas que não são aliadas”.

Mais adiante, o Sr. Valdemar diz que recebeu o dinheiro, os R\$6,5 milhões, em 18 meses – palavras textuais do senhor:

“Todo esse material foi encomendado junto aos fornecedores. O meu pessoal é que tinha responsabilidade de mandar. Eu fechei a conta para o Delúbio em R\$6 milhões; apresentei para ele a nossa despesa toda, e ele ficou de me repassar esse dinheiro num

curto espaço de tempo. E me repassou em 18 meses via Sr. Marcos Valério.”

O senhor também confirma?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Também confirmo.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Segundo as análises, Sr. Presidente, das informações do Marcos Valério e do sigilo bancário, o primeiro pagamento foi feito em 11/02/2003 e o último em 04/08/2004. Assim, pode-se dizer que o período de pagamento vai de fevereiro de 2003 até julho de 2004 – 18 meses. Está aqui: o Sr. Valdemar diz que o último pagamento foi em janeiro de 2004.

Leio:

O Sr. Relator Ibrahim Abi-Ackel: “O senhor já recolheu documentos dos pagamentos que fez com esse dinheiro que lhe era posto na mesa em São Paulo e que lhe era entregue pelo Sr. Jacinto Lamas?”

O Sr. Valdemar Costa Neto: “Terminei todos os pagamentos em janeiro de 2004, final de janeiro de 2004.”

Contradição: disse, anteriormente, que o Delúbio lhe havia repassado os recursos – e confirmou agora – em 18 meses.

O Sr. José Rocha, nosso Colega Deputado: “E os R\$6,5 milhões que V. S^a recebeu?”

Valdemar diz: “Recebi parceladamente, depois de 18 meses.”

O Sr. José Rocha: “Recebeu os R\$6,5 milhões? Tomou um calote de R\$13,5 milhões?”

O Sr. Valdemar diz o seguinte: “Como não recebi o dinheiro, Deputado José Rocha, apresentei para o Delúbio, depois das eleições, o que eu tinha gasto na campanha. Nem me preocupei e nem queria gastar mais do que pudesse gastar, porque eu já tinha, eu estava preocupado com o recebimento. Então, nossas contas em São Paulo, de todo o material que compramos, chegou a R\$6,5 milhões. Ele pagou esse dinheiro em 18 meses e acabou de me pagar em janeiro de 2004.”

Não fecha essa conta, Presidente, porque ele começou a receber em janeiro ou fevereiro de 2003 e levou 18 meses para receber. Então, o último pagamento não poderia ter sido em janeiro de 2004, mas por volta de julho, agosto de 2004.

Sr. Presidente, feitas essas afirmações, quero trazer a esta CPMI – acredito eu – uma matéria da maior gravidade. Não é justo dizer que esta CPMI da Compra de Votos é a CPMI do Mensalão. É a CPMI da semanada ou semanão, porque tenho aqui um estudo de todos os depósitos que foram feitos na Garanhuns na conta da favorecida.

Fizemos um estudo, Sr. Presidente, e quero dizer que, além desses estudos – depois vou comprovar –, temos aqui também, pela quebra do sigilo telefônico, que foram feitas ligações para liberação desse dinheiro – vou provar porque é semanada – para o Sr. Jacinto Lamas, para o Sr. Delúbio Soares, para a Simone Reis, feita pelo Jacinto Lamas; da Simone Reis para o Jacinto Lamas, e assim por diante, antecedendo essas liberações.

Para minha surpresa, temos aqui um material da maior gravidade. Se a Garanhuns serviu ao PL, a Bônus-Banval ao PP, necessitamos de tempo, porque esses estudos são extremamente demorados e levamos tempo trabalhando. E temos de chegar com os dados concretos. E quero dizer que cheguei a uma terrível constatação da semanada produzida. Se diz o Sr. Valdemar Costa Neto que, por não haver periodicidade, não se constitui mensalão ou na semanada, automaticamente, se provarmos aqui que havia periodicidade, está comprovado o mensalão e vamos, com esta CPMI, ter de ir adiante, porque tenho aqui fatos graves e acredito que temos uma linha de investigação para o Sr. Relator.

Por exemplo, o primeiro pagamento semanal ao Sr. Valdemar Costa Neto, feito por meio da Garanhuns pela empresa do Sr. Marcos Valério, foi de R\$500 mil na semana. Foram R\$100 mil, mais R\$50 mil, mais R\$200 mil, mais R\$150 mil, perfazendo R\$500 mil, Sr. Presidente.

Na segunda semana, foram mais R\$500 mil, feitos em depósitos de R\$70 mil, R\$80 mil, R\$90 mil mais R\$120 mil mais R\$140 mil. Quer dizer, espertamente, eles dividiram em valores diferentes os depósitos dentro do mês, mas perfazendo um valor único: fechava todo mês o valor de R\$500 mil.

E, assim, foi na primeira série de R\$500 mil, que foi até o dia 6 de março de 2003, quando foi reduzido esse pagamento para R\$300 mil semanais.

Aí, no dia 12 de março de 2003, no Banco Itaú para a Plataforma Corporation, foram lá valores de R\$65 mil, R\$85 mil, R\$150 mil, R\$300 mil mensais.

Na semana seguinte, 17 de março, segunda-feira, mais R\$300 mil mensais em quatro depósitos.

Na segunda série de R\$300 mil, na terceira semana, foram pagos mais R\$300 mil, em depósitos de R\$96 mil – e aqui tem um depósito vindo do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, agência de Guaíba – não entendi isso aqui, vou averiguar porque é o meu Estado –, mais R\$48 mil, R\$69 mil, R\$87 mil – R\$300 mil.

O quarto pagamento: mais R\$300 mil; o quinto pagamento: mais R\$300 mil na semana. Quer dizer, mais periodicidade do que essa semanada aqui não tem.

Depois, entra na terceira série, Presidente. É incrível. Está aqui. São dados, são depósitos, Sr. Relator, que esta CPMI não pode deixar de ver.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – (Inaudível. Fora de microfone.)

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Muito bem, Sr. Relator. Estou trazendo aqui e quero pedir outras providências.

Tenho ainda também a terceira série, que são depósitos semanais de R\$200 mil – o primeiro pagamento foi no dia 04/06, uma quarta-feira; o segundo, dia 11/06, outra quarta-feira; mais R\$200 mil, outra quarta-feira; outra quarta-feira, dia 25/06; e assim por diante.

Chegamos, Sr. Presidente, quando entramos na quarta série. Há uma quarta série. Isso aqui é uma coisa programada, com periodicidade, feita com extremo talento e arditamente. Entramos aí nos depósitos de R\$200 mil. Foge à regra um único depósito em tudo isso de R\$37 mil, feito por meio do Banco Sudameris, de R\$37,5 mil.

Sr. Presidente, vamos até o fim na quinta série, iniciando uma sexta série de R\$100 mil, que foi no dia 27/08, que encerra os R\$6,037 milhões.

Sr. Presidente, Sr. Relator, quero dizer a V. Ex^{as} que, fruto dos dados que produzimos – e são dados que demandam tempo para serem produzidos –, temos de produzir também na Bônus-Banval, e acredito que a história não será muito diferente. Há nomes de beneficiários que não sabemos quem são. Isso quer dizer que o Sr. Delúbio Soares nos mandou uma carta dizendo para quem ele mandou dinheiro e cita os partidos – Partido dos Trabalhadores, Partido Liberal, Partido Progressista, Partido Social Brasileiro, Partido Comunista, PCdoB e parte do PMDB.

Quero fazer o seguinte exercício com V. Ex^a e depois gostaria de ouvir a respeito os depoentes que estão aqui envolvidos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O tempo de V. Ex^a está se encerrando.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Encerro, Sr. Presidente. Esses valores para nomes não conhecidos exigiriam que esta Casa tivesse a altivez de que todos os Parlamentares oferecessem o nome dos membros de seus gabinetes para que pudéssemos comprovar a relação dos depósitos, o que poderia aumentar o número dos envolvidos. Temos de fazer esse trabalho; do contrário, não temos como chegar à conclusão de quem são os demais beneficiados.

Há outros exercícios de matemática aqui feitos que não vou inferir, porque eu estaria fazendo julgamento, mas que são gravíssimos. E todos esses valores, essa semana que obedece a uma periodicidade, Sr. Valdemar Costa Neto, diz aqui que houve,

sim, o mensalão, ou agora já está superado pelo semanão. É um semanão para o seu Partido, para a sua presidência, por meio da Garanhuns, de valores fixos de R\$500 mil, R\$300 mil, R\$220 mil.

Quer dizer, essa é uma prova cabal, Sr. Presidente, de que aqui houve pagamento fixo, que não foi dinheiro de campanha e que necessitamos hoje aqui de um esclarecimento dos envolvidos.

Passo à Mesa e peço cópia à Secretaria, para que os meus colegas de Comissão possam ter acesso a esses documentos que produzimos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex^a não pôde fazer nenhuma pergunta, infelizmente...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, posso fazer uma colocação?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu passo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Desejo tranquilizar o Deputado Júlio Redecker quanto ao conhecimento que a Comissão possui de 19 parcelas repassadas pelo Sr. Marcos Valério, por meio da Garanhuns e do Sr. Jacinto Lamas. Quero tranquilizar V. Ex^a quanto ao conhecimento que a Comissão já possui de 19 parcelas registradas, subscritas pelo Sr. Marcos Valério, que forma o total da importância transmitida ao Sr. Deputado Valdemar Costa Neto.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Com o maior respeito, Sr. Presidente, não vai aqui nenhuma desconsideração ao trabalho do Relator. Mas, como não havia feito nenhuma menção a isso e também estamos trabalhando nesse sentido, acho que é válido trazer essa contribuição.

E mais: se tivermos os nomes dos funcionários dos gabinetes para cruzarmos aqueles nomes que não temos com quem associar, eu gostaria de fazer isso até para deixar claro que muitos parlamentares terão oportunidade de dizer que não têm nada a ver com isso.

E o Sr. Delúbio Soares também aqui, na relação que manda, cita dois partidos que não foram trabalhados, investigados, que é o PCdoB e o PSB, que eu gostaria também que dissessem quais recursos passaram, para quem e quais os objetivos.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quero dizer a V. Ex^a, finalmente, que, no que diz respeito ao PL, já está apurado pela Comissão que os interlocutores do dinheiro foram o Sr. Jacinto Lamas e a Garanhuns Empreendimentos Ltda. Não chegamos à conclusão de que haja uma terceira pessoa como portadora dos recursos. Beneficiário já sabemos que é o PL. V. Ex^a falou em funcionários de gabinete. Isso...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu falei... Sr. Presidente, quero esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Gostaria que, agora, deixássemos essa questão para depois; do contrário, não vamos prosseguir com a investigação.

Entendo que teremos, em primeiro lugar, a resposta, se tem alguma coisa a falar, sobretudo sobre essa discrepância entre o que teria recebido por intermédio da Garanhuns, que V. S^a declarou – ficou implícito na pergunta – e aquilo que foi levantado: R\$6,037 milhões contra os R\$1,5 milhão que V. S^a falou.

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Reafirmo, Sr. Presidente, meu depoimento anterior: foram R\$6,5 milhões, repassados no período que já indiquei.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas essa diferença que V. S^a falou, entre a Garanhuns exatamente e aquilo que agora as contas eventualmente apontam. V. S^a teria alguma explicação?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Isso quem tem de explicar acho que é o Sr. Marcos Valério, porque precisa ver o dinheiro que ele passou para a Garanhuns se foi todo para o PL. Não tenho conhecimento disso. Só temos conhecimento de R\$1,2 milhão.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Só R\$1,2 milhão, por meio da Garanhuns.

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – R\$1,2 milhão.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O Sr. Marcos Valério.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É importante salientar que os valores eram passados, o total, pelo Sr. Delúbio. Quem fazia os pagamentos era eu, a minha pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – A autorização dele? A operação...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A autorização do Dr. Delúbio, ele dava o montante que teria que passar, e esse montante era repassado. Eu acho que... a minha opinião pessoal – eu vou falar ‘pessoal’, não estou aqui para fazer nenhum...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – A pergunta objetiva, sem opinião: quanto V. S^a repassou, através da Garanhuns para o PL?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Mas eu gostaria de falar. Primeiro porque eu não acredito no mensalão. Segundo, eu passei para o PL esse valor total que está depositado na conta da Garanhuns.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – E mais um excedente?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Mais um excedente que foi passado de acordo com o que está na lista. Eu confirmo a minha lista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, através da Garanhuns, V. S^a repassou cerca de seis milhões?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Seis milhões zero trinta e sete.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu acho que as respostas foram aí realizadas. Quanto ao comando, seria repetitivo pedir ao Sr. Delúbio porque ele já disse que mandou repassar ao PL, como um todo, doze milhões. Não temos mais o que perguntar.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Abi-Ackel, eu quero inicialmente fazer uma afirmação ao Sr. Marcos Valério: eu tenho absoluta certeza de que existe o mensalão. Porque se não existisse, Sr. Marcos Valério, o senhor não teria começado aqui afirmando que “os recursos repassados, no caso específico, para o PL e outros partidos eram oriundos de empréstimos bancários e da iniciativa privada”. Então, eu acho que o senhor deve acreditar no mensalão. E mensalão não é coisa que se pague todo mês. Eu acho que esse conceito ficou um pouco deturpado, mas é, efetivamente, algum tipo de pagamento que seja feito a alguém com qualquer periodicidade. E eu quero me deter, para depois fazer a pergunta aos senhores, exatamente nessa afirmativa de que me soou um pouco como uma certa proteção, dizer: olha, o que eu vim dizer aqui é que esses recursos são oriundos de empréstimos bancários e da iniciativa privada. Eu acho que o senhor estava dizendo que não era da iniciativa pública. É a única coisa que sobra.

Eu queria lembrar aqui e queria já saber se houve alguma interferência ou alguma participação do Sr. Delúbio Soares. Se nós analisarmos o volume de faturamento das empresas de V. S^a nos últimos cinco anos – 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005 –, esse volume atinge cerca de um bilhão, cento e cinquenta milhões. Refiro-me a contratos de publicidade, Sr. Relator. Desse total, 65% foram obtidos nos anos de 2003, 2004 e 2005. Desse total, metade foi no ano de 2004. E, com isso, metade desses valores foi obtido através praticamente de alguma ligação com empresa pública, nos seus recursos. Com o Banco do Brasil, 239 milhões; Opportunity – e aí estamos nos referindo também a fundos de pensão públicos –, 83 milhões; Visa, que tem a participação do Banco do Brasil, 67 milhões; Banco Rural, a que o senhor se referiu, 43 milhões;

BMG, 37 milhões; 37 milhões; Eletronorte, 20 milhões; Usiminas, 17 milhões; Correios, 37 milhões; e Câmara dos Deputados, 10 milhões.

Então, nesse caso, não é possível que não tenha, de alguma forma, havido algum tipo de controle, porque com esses volumes atingidos, com essa periodicidade pagamento, seja mensal, seja de uma vez só, seja semanal, como foi apontado pelo Deputado Júlio Redecker, tem que ter algum tipo de controle.

Eu pergunto ao Sr. Marcos Valério se não teria nenhum tipo de controle desse que pudesse ser fornecido, porque há uma relação entre o Sr. Delúbio Soares e o Sr. Marcos Valério, entre o autorizador e o controlador, para que isso seja pago ao usuário. Não é possível que não houvesse algum tipo de controle que não fosse melhor do que essa lista que foi fornecida. Não é possível que não existisse. Esses valores são muito altos. Eu entendo que deve ter alguma coisa atrás ainda e acho que seria importante que o senhor pudesse esclarecer isso.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu tenho assistido, Sr. Senador, as suas declarações na imprensa. Segundo, eu acho uma irresponsabilidade dos números, de bilhões, pondo em risco a minha família, pondo em risco a minha vida neste País. Porque a minha empresa tem 25 anos, a SMP&B, e a outra tem 23 anos. Passaram vários governos federais, vários governos estaduais, e eu tive o prazer de ter amigos em todos os partidos, e falo: desde o PFL até o PT. O número não é este, está declarado na minha contabilidade, que está em poder da CPI, o lançamento da conta empréstimo PT, e ali tem todos os volumes que foram movimentados pelo PT. Segundo, o número que fica para a empresa, em termos de faturamento, está devidamente registrado e a receita não chega a bilhões. Então, a minha vida foi exposta de uma maneira que eu considero – desculpe o termo – criminosa, e esses números foram colocados de uma maneira estratosférica. Isso não existe. Quando eu falei que eu tomei na iniciativa privada foi para deixar bem claro que eu nunca utilizei dinheiro público. E nunca utilizei dinheiro do Sr. Daniel Dantas, como eu vi na imprensa, nunca utilizei dinheiro de outras empresas.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu gostaria, em primeiro lugar, Sr. Presidente, de afirmar que eu, de forma nenhuma, expus o Sr. Marcos Valério, Sr. Relator, a essa situação. Quem se expôs foi ele, eu não. Apenas estou registrando aqui e fazendo uma pergunta se existe algum tipo de controle, porque esses números foram extraídos da quebra de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu gostaria inclusive que o depoente retificasse as

suas afirmações, porque parece que ficou imputado ao Senador Tourinho essas declarações, que já estão na imprensa rolando há meses, há quase um ano. Quer dizer, não há nenhuma...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Em momento algum eu imputei ao Senador Tourinho, a quem eu respeito e tenho a maior admiração, e tenho acompanhado todos os artigos dele.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu apenas perguntei ao senhor, como estendo a pergunta ao Sr. Delúbio, se não existia algum tipo de controle nisso aí, porque não é provável que, nesse fluxo de caixa todo, ao longo de tanto tempo, não existisse absolutamente nada. Essa foi a pergunta feita.

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas a resposta tem que ser objetiva. Ele fez uma pergunta, V. S^a responda objetivamente.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Senador, está lançado no razão da empresa e no CD-Rom.. Os valores todos foram movimentados para a conta PT.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Do lado do PT, Sr. Delúbio, haveria algum tipo de controle que pudesse ser fornecido à Comissão?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já me pronunciei nesta CPMI sobre os recursos não-contabilizados. Eram recursos... na relação de confiança, conforme declarei no Ministério Público Federal. Foi isso que aconteceu. Então, já respondi isso na CPMI, como foi feito.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Então, para encerrar, Sr. Presidente, na lista fornecida pelo Sr. Marcos Valério, nós chegamos à conclusão outro dia, Sr. Relator, de que existiam alguns nomes difíceis de ser localizados, como por exemplo, aparece Terezinha. Evidentemente que é muito difícil que alguém vá buscar para depor aqui, ou para informar, a Terezinha. Pergunto se seria possível, não aqui neste momento, a reconstituição. São cerca de dez ou quinze nomes que estão colocados desta forma: Silvana, Luiz, Terezinha, Carlos. É possível o senhor reconstituir essa lista, dando nome, ou telefone, ou identificando?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Senador, se eu fui... deixei transparecer que foi o Senador o culpado de alguma coisa, eu peço desculpas e peço desculpas aos eleitores dele e à Mesa Diretora. Segundo, eu me coloco à disposição, à hora que o senhor quiser, de sentar com os membros da CPI, individualmente, para explicar cada caso. Não fujo a essa responsabilidade. À hora que o senhor me convocar e à hora que a CPI me convocar, eu venho,

individualmente, ou em portas fechadas, ou do jeito que vocês quiserem.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu entendo que essa talvez fosse uma providência a julgar. Quem deve julgar isso é o Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos fazer com a maior brevidade possível.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – ... junto com o Sr. Relator, já que se encontra em Brasília.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Mas acho que essa seria uma providência de forma a pelo menos nós fecharmos a lista do Sr. Marcos Valério.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá pelo prazo improrrogável de dez minutos. Aqui nós tivemos até um ganho de um minuto e vinte e nove.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Deputado Valdemar, quem é o seu advogado?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Dr. Marcelo Bessa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não há necessidade de perguntar o nome dos advogados dos outros depoentes, porque já são conhecidos e já estiveram aqui nesta casa.

Eu quero saber do Sr. Marcos Valério se ele está com HC.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Hoje não, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A Simone?

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A Mesa já informou que o Sr. Delúbio está com HC.

A Comissão recebeu esta semana uma carta do Sr. Marcelo Leonardo, advogado do Sr. Marcos Valério. Essa carta, Sr. Marcos Valério, aponta um dois, três, quatro, cinco itens em que a Comissão poderia ter algum resultado positivo. Por que na carta chama a atenção o sistema de acesso do shopping da agência Brasília do Banco Rural, Sr. Marcos Valério?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Excelência, o Shopping Brasília tem sistema de Câmera, tem sistema de controle de entrada e saída de pessoas. É por isso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E por que também – chamo a atenção para o item 4 da

carta – os registros de entrada nos hotéis Gran Bittar, Nacional, Blue Tree Brasília, Blue Tree, Sofitel, Intercontinental e Paulista Plaza, em São Paulo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Também tem entrada de câmara, controle de câmara e entrada de pessoas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sim, mas qual a razão pela qual está sendo chamada a atenção da Comissão para esses detalhes da carta do Dr. Marcelo Leonardo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Porque vai confirmar toda a listagem que eu apresentei. Porque muitas das coisas que estão aqui não têm documentos, têm registros, indícios, evidências.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Além da lista que o senhor já forneceu às CPMS, alguém que recebeu algum recurso não consta dessas listas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor. Não tenho mais nenhuma lista a apresentar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu gostaria de saber do Sr. Delúbio Soares: na lista apresentada pelo Marcos Valério, aparece o PT Nacional recebendo quatro milhões, novecentos e trinta e dois mil Reais. Qual foi a destinação desses recursos?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu encaminhei ao Presidente da CPMI um relatório dizendo dos recursos que chegaram ao PT. Os do PT foram distribuídos aos diretórios regionais, com exceção de quatro Estados: Acre, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Sul. Foi isso que eu respondi ao nosso Relator, à Comissão.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Relator, V. Ex^a chegou a ter acesso a essa informação do Sr. Delúbio Soares, da destinação desses quatro milhões, novecentos e trinta e dois mil?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Destinado a quem, Sr. Deputado?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É que ele diz que informou a V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Perguntando quatro milhões destinados a quem?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ao PT Nacional.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Ao PT Nacional?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É, das listas do Marcos Valério.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Nós temos tudo isso registrado, tem sido objeto das nossas análises técnicas. Os levantamentos estão feitos. Eu desejo esclarecer a V. Ex^a que os únicos dados

que nos faltam são aqueles referentes às importâncias que não têm destino tranqüilamente registrado. Os demais nós estamos aptos a informar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Eu gostaria de saber do Sr. Marcos Valério: na sua lista nº 3 aparece Paulão, PT Nordeste. O senhor tem alguma outra informação ou só isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Na verdade, eu só tinha essa informação, mas os meios de imprensa divulgaram que é do Sergipe... Sergipe não, minto. Alagoas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Tem aqui, no item 8, Marcelino Pies, Diretório Nacional do PT, tesoureiro PT-RS. O senhor tem outra informação?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Também já declararam na imprensa e confirmaram o valor. É o PT do Rio Grande do Sul, Diretório do Rio Grande do Sul.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Manoel Severino, PT-RJ: dois milhões, seiscentos e setenta e seis mil.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É o PT do Rio de Janeiro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Item 16: Raimundo Ferreira Silva Júnior, PT-DF, 370 mil Reais. Para quem foi esse dinheiro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Para o PT do Distrito Federal.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Item 20: José de Araruana, PT-SC. Para quem foi esse dinheiro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Para o PT de Santa Catarina.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Delúbio Soares, algumas das informações trazidas a esta Comissão pelo Sr. Marcos Valério, o senhor contesta?

O SR. DELÚBIO SOARES – Uma pergunta genérica como esta tem que ver informação por informação para responder “sim”, “não”. Então, não consigo responder a questão que o senhor fala porque não dá uma questão genérica...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É pelo seguinte: a carta que V. S^a encaminhou a esta Comissão diz de vários partidos que receberam. E nesta lista do Marcos Valério consta pagamento para o PT, PL, PTB, PP, PMDB, e não consta pagamento para o PSB e para o Pcdob. Por quê? A carta que veio para a Comissão, assinada por Delúbio Soares, diz que PSB e Pcdob receberam e na relação do Marcos Valério não acusa pagamento em nome desses partidos.

O SR. DELÚBIO SOARES – Ao PSB já é público, na relação do Deputado Paulo Rocha. Quando ele apresentou os R\$920.300,00 era para pagar uma dívida de um candidato do PSB do Estado do Pará.. Isso já foi...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. DELÚBIO SOARES – Não lembro. O Pcdob foi em 2003, ao Diretório Nacional do Pcdob, feito dentro dos recursos que vieram ao PT e o PT repassou ao Pcdob no valor de trezentos mil reais em três parcelas de cem mil Reais, ao Diretório Nacional do Pcdob. Foi isso o que aconteceu.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Deputado Valdemar, Marcos Valério, na relação, informa que o PL recebeu dez milhões, oitocentos e trinta e sete. O Delúbio fala que o conjunto do PL recebeu doze milhões e o Deputado Valdemar está falando que só recebeu seis milhões. Onde está essa diferença?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Essa diferença, nós só temos recibos, Deputado Arnaldo Faria de Sá, nós só assinamos recibos de um milhão e setecentos mil reais. Se eu quisesse declarar um milhão e setecentos mil reais, eles não teriam como comprovar que me repassaram o dinheiro, a não ser pela palavra. Eu procurei levantar todos os recursos que nós recebemos, para que não deixasse dúvidas, para que não aparecesse um cidadão depois e falasse: levei o dinheiro para o Deputado Costa Neto. Esses valores, nós chegamos em seis milhões e quinhentos mil Reais.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então, quem está mentindo? O PL, o Delúbio, o Marcos Valério ou a Simone?

Com a palavra Marcos Valério.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu acho que cabe à CPMI ou aos órgãos competentes rastrear os recursos para onde foram.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Delúbio, confirma que o acordo com o PL foi de doze milhões?

O SR. DELÚBIO SOARES – O acordo geral com o PL foi uma pendência de dez milhões na campanha e, depois, com as necessidades, mais dois milhões para... as despesas foram maiores. Foi isso o que aconteceu, tá? Como só as investigações estão em curso, não há como dar *(Incompreensível.)* resposta a isso, se tiver alguma distorção, tem de ser acertada, porque era na base de uma relação de confiança, como o Deputado Valdemar falou, que criamos entre nós para resolver o assunto. Então, se tiver alguma discrepância temos que resolvê-la a contento.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– A Simone confirma que a Garanhuns foi apresentada pelo PL?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Foi apresentada pelo Jacinto Lamas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Do PL?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim. Confirmo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Marcos Valério. Então, sobre esse total de que o Delúbio fala, de R\$12 milhões do PL: somando Jacinto Lamas, José Luiz, Bispo Rodrigues, mais Wandervaldão os R\$12 milhões?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É. O que eu passei, Deputado, é o que está estritamente nesta lista.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, logo após V. Exª, peço o obséquio de um esclarecimento ao Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– V. Exª pode intervir no momento que desejar, como agora.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá, desejo informar a V. Exª e também à Comissão que as demais pessoas a que V. Exª se referiu já foram devidamente identificadas pela Relatoria. E são: Anderson Aduato, Marcelino Pies, Paulo Antônio Bassoto, Carlos Magno, Rodrigo Barroso Fernandes, Sinval Monteiro Melo, Carlos Cortegoso, Raimundo Ferreira da Silva Jr. e Vilmar Lacerda. Já requeri ao Sr. Presidente, Amir Lando, que estabeleça o calendário para o interrogatório dessas pessoas.

Ainda falta para estabelecer a identidade e a residência das pessoas a que se referiu o ilustre Senador, que são: Francisco de Assis Novais Santos, Nilton Vieira Filho e Fernando César Rocha Pereira. Essas pessoas estão sendo identificadas, por solicitação nossa, pela Polícia Federal, para apenas estabelecer a residência, a fim de que possamos convocá-las.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Porque sumiu dinheiro nesse meio.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Como?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sumiu dinheiro.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não. Essas pessoas todas estão aqui relacionadas como tendo recebido recursos. Alguns até em quantidades inferiores. No entanto, o objetivo desta acareação é estabelecer exatamente as diferenças. Somente no

primeiro interrogatório do ilustre Deputado Valdemar Costa Neto, já temos uma diferença de R\$4,337 milhões. Levando em conta que o montante do valor repassado é de R\$55 milhões, já temos R\$4 milhões, ou seja, quase 10% do valor só no primeiro depoimento. Daí a necessidade da acareação.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Gostaria de chamar a atenção, porque temos de aproveitar o momento para fazer a acareação.

Enquanto isso, vamos conceder um pequeno intervalo para o Sr. Marcos Valério atender a umas demandas pessoais.

Não há dúvida de que temos que aproveitar aqui o momento da acareação. Entendo que estamos perdendo esta oportunidade – e não quero fazer nenhuma censura – para ver onde está essa diferença. A pergunta é exatamente esta: onde está essa diferença? Se é que ela existe. É evidente que não quero, aqui, formar nenhum juízo, mas estão faltando a nós dados e informações para ver se formamos a convicção de quem está certo.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não quero fazer nenhuma censura. Mas vamos aproveitar este momento.

Pergunto ao próximo Deputado, que é o Deputado Fernando Coruja, se podemos prosseguir com os presentes...

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Porque V. Exª poderia ter as primeiras perguntas da acareação.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, podemos aproveitar...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pela ordem, tenho o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, depois, o Deputado Luiz Couto.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, entendemos exatamente no sentido das suas lúcidas colocações, ou seja, de aproveitar ao máximo a acareação.

Entendi que uma das respostas a uma pergunta objetiva de um dos nossos parlamentares, resposta dada pelo Sr. Marcos Valério, foi no sentido de que estaria à disposição para sentar e apresentar os nomes dos demais sacadores. E é nesse sentido que tomo a liberdade, **data venia**, de solicitar ao nosso Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, uma informação: vai ser

tomada alguma providência no sentido de, o mais rapidamente possível...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ele se propôs a esclarecer os nomes da lista.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Todos os nomes que compõem a relação. No caso de alguns, já identificados e com endereço já verificado, os respectivos depoimentos já foram requeridos, faltando estabelecer apenas o calendário. Quatro outras pessoas não foram ainda identificadas, mas, no caso delas, o serviço de identificação está a cargo da Polícia Federal. Não há nenhum outro nome além desses.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Desculpe. Eu havia entendido que, diante da diferença revelada com a quebra do sigilo bancário, que é muito maior do que os 55 milhões, havia a disposição do Sr. Marcos Valério de esclarecer quais são os demais sacadores cujos nomes ainda não foram fornecidos por ele a esta CPI. Entendi mal?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Deputado, até este momento não há dúvidas quanto à relação de sacadores. A relação de sacadores apresentada pelo Sr. Marcos Valério, sob assinatura, não foi contestada por quem quer que seja. Alguns desses sacadores, no entanto, por terem sido mencionados apenas com o prenome, foram objeto de investigação por parte desta Relatoria a fim de identificar o seu nome completo e a sua residência. Desse, já estão devidamente identificados, com pedido de data para depoimento, os Srs. Anderson Aduato, Marcelino Pies, Paulo Antônio Bassotto, Carlos Magno, Rodrigo Barroso Fernandes, Sinval Monteiro de Melo, Carlos Cortegoso, Raimundo Ferreira da Silva Júnior e Wilmar Lacerda. Não foram ainda identificados os Srs. Francisco de Assis Novaes Santos, Nilton Vieira Filho e Fernando César Rocha Pereira.

Então, solicitamos à Polícia Federal que procurasse saber o endereço dessas pessoas a fim de que também sejam convocadas.

Com a convocação dessas três pessoas, esgota-se a lista de sacadores tida e havida como certa até este momento.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Perfeito. Muito obrigado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra o Deputado Fernando Coruja.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Está correto. Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, quero que a Mesa decida se amanhã terá ou não oitiva, porque alguns Parlamentares não estarão aqui e outros, que estiverem, deverão fazer reserva. Preciso dessa informação porque as empresas colocam até uma hora da tarde para quem vai viajar amanhã. Nesse sentido, preciso ter essa decisão logo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Estão confirmadas as oitivas de amanhã. Serão ouvidas as seguintes pessoas: o Sr. Chicão Brígido, Ronivon Santiago e Roberto Costa Pinto. O feriado passou de sexta-feira para segunda-feira. Essa é a informação que nos chega neste momento.

Com a palavra o Deputado Fernando Coruja.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A informação de que dispomos é que na Câmara vai haver sessão na segunda-feira. Essa informação está equivocada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Nós, aqui, acompanhamos...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eu preciso ter essa informação confirmada, porque ontem o Presidente da Câmara informou, após contato com o Presidente, que não teria ponto facultativo na sexta-feira e que haveria sessões na segunda e na terça-feira. Quero, portanto, que essa informação seja confirmada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – A informação é que o Senado tem outra direção em relação à Câmara.

Presidente Amir Lando, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou dar as informações.

Nobre Deputado, na segunda-feira e na terça-feira não haverá expediente aqui – na segunda-feira é feriado; terça, enforcado; quarta, feriado; quinta, enforcado. Portanto, teremos na semana que vem um prejuízo muito grande. E o feriado de amanhã, aqui no Senado, está sendo transferido para segunda-feira.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas na Câmara está tudo ao contrário.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas é o que está aqui no Senado e, como estamos trabalhando no Senado, temos que contar com o apoio do Senado. Então, o que vai valer é que vamos trabalhar amanhã.

Estou fazendo uma proposta para que amanhã façamos as oitivas que estavam programadas. Até entendendo que, lá na Câmara, uma vez votadas as matérias que têm que ser votadas, na segunda-feira ninguém vai ter expediente. O que quero dizer é que, aqui, estamos mantendo o nosso cronograma de sexta-feira.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Coruja pelo prazo de dez minutos.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sr. Delúbio, quanto o senhor repassou para o PL? Quanto o senhor autorizou a passar para o PL?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já disse.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas faça o favor de repetir. Quanto?

O SR. DELÚBIO SOARES – Doze milhões.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sr. Marcos Valério, o senhor recebeu a ordem de repassar quanto para o Sr. Delúbio?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Para o PL, temos que fazer uma divisão: uma por intermédio do Deputado Valdemar Costa Neto, que são esses dez milhões oitocentos e trinta e sete e quinhentos; a outra por intermédio do Bispo Rodrigues; e a terceira, por intermédio do Sr. Anderson Adatao.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Doze milhões?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sr. Valdemar, quanto o senhor recebeu?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – R\$6,5 milhões.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sr. Delúbio, o senhor falava com alguma outra pessoa no PL, além do Sr. Valdemar, para repassar recursos?

O SR. DELÚBIO SOARES – O acerto geral era com o Deputado...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas o senhor falava com alguma outra pessoa?

O SR. DELÚBIO SOARES – Falava com o Deputado Valdemar.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas falava com alguma outra pessoa?

O SR. DELÚBIO SOARES – Do PL?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sim.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sempre falei com várias pessoas do PL...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Para passar recursos?

O SR. DELÚBIO SOARES – A orientação vinha do Deputado Valdemar...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Então os R\$12 milhões foram passados para o Deputado Valdemar?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. Não foram repassados para o Deputado Valdemar.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Então, sob orientação dele?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sob orientação, como se trabalhava essa questão.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor recebeu R\$12 milhões ou dei orientação para passar dinheiro para outras pessoas?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – R\$6,5 milhões.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor orientou para passar para o Deputado Bispo Rodrigues?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Não, não tinha conhecimento.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor orientou para o Pastor Vanderval?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – O Vanderval não recebeu.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – José Luiz?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Não tinha conhecimento.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor orientou para passar para mais ninguém?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Não tinha conhecimento.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Vocês passaram R\$12 milhões, ele disse que só recebeu R\$6 milhões. Então, há uma diferença de R\$6 milhões. Dois milhões foram para o Adatao, mas quatro milhões... É uma diferença... Esses quatro milhões, que são essa diferença, vocês repassaram para o Deputado Valdemar Costa Neto?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Essa diferença foi repassada por intermédio da empresa Garanhuns. A CPMI e os órgãos competentes vão rastrear e vão chegar onde...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas o dinheiro era para o Deputado Valdemar?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O dinheiro era para o PL; não diria que era para a pessoa do Deputado...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas era ele que orientava, ele que dizia... Não tinha nenhuma outra pessoa?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O Deputado Valdemar nos apresentou o Sr. Jacinto Lamas. E os contatos eram feitos por intermédio do Sr. Jacinto Lamas.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Nenhuma outra pessoa no PL conversava para receber dinheiro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Eu não conversei com nenhuma outra pessoa, Deputado.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Era tudo com o Deputado Valdemar?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – E estive com o Deputado Valdemar três vezes.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O dinheiro foi passado para a Garanhuns e foi passado, pessoalmente, para o Deputado Valdemar.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. O dinheiro foi repassado para a Garanhuns, com cheques ou transferências eletrônicas direto para a conta, e o dinheiro foi passado também para o Sr. Jacinto Lamas e também para o Sr. Antônio Lamas, e uma vez para o Deputado Valdemar.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Nessa vez que foi passada para o Deputado Valdemar, quem repassou os recursos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu mesmo, em São Paulo.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor recebeu recursos diretamente das mãos do Sr. Marcos Valério?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Recebi de várias pessoas...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas do Sr. Marcos Valério?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Não. Com o Marcos Valério... Encontrei com ele em São Paulo, no L'Hotel uma vez, e não recebi recursos.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas o senhor repassou, pessoalmente, Sr. Marco Valério?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor se lembra do local?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – No hotel que o Deputado Valdemar mencionou.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor repassou quanto, em dinheiro, naquela ocasião?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não me lembro, Deputado, infelizmente.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas repassou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Repassei.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor não recebeu?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO (PL – SP) – Não. Do Marcos Valério, não.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas o senhor repassou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Nós queremos saber se houve ou não repasse de dinheiro para outros Parlamentares. Já temos uma diferença: na passagem do Sr. Marcos Valério para o Sr. Valdemar há uma diferença de quatro milhões.

Quanto ao destino desse dinheiro que o Sr. Valdemar recebia: o senhor não sabia para onde ele destinava o dinheiro ou o senhor sabia?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Então, como o senhor tem a convicção de que ele não repassou para outros Deputados do PL?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não falei que eu tinha convicção. Eu falei que ...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor falou que tem convicção de que não tem mensalão, porque o mensalão... Não é que o senhor pagava o mensalão, o senhor entregava para o PL, para o PP, e os presidentes dos partidos é que repassavam o dinheiro.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Posso esclarecer? Nas conversas que eu tive com o Sr. Delúbio Soares, as colocações sempre eram que era campanha política e dívidas do passado.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sei, mas o senhor não sabe aonde foi o dinheiro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor. O senhor está com a verdade.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Nós precisamos aqui esclarecer é se esse dinheiro chegou às mãos de outros Parlamentares. O Deputado Valdemar Costa Neto renunciou e nos deixou pendurados no pincel.

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Não.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Nós queremos saber aonde foi o dinheiro. Há fortes evidências de que esse dinheiro chegou às mãos de Parlamentares. Investigar isso é a missão desta Comissão. V. S^a disse que pagou, lá em São Paulo, umas contas de financiamento de campanha no valor de seis milhões – explicou que foi no segundo turno, inclusive disse que foi a campanha do Presidente Lula.

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Foi.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor afirmou aqui: “A campanha que eu paguei com esse dinheiro foi a do Presidente Lula”.

Foi a campanha do Presidente Lula?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – É verdade.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Então, na campanha do Presidente Lula, tinha dinheiro não-declarado?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Esse dinheiro eu paguei de material da campanha do Presidente Lula que eu encomendei na eleição no segundo turno.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – E o senhor acertou com o Sr. Delúbio isso?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Eu não acertei nada com o Sr. Delúbio. Eu só disse que eu precisava de material, e que eu iria mandar rodar material em São Paulo; eu não recebia nem material direito.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas, como era do segundo turno, era para a campanha do Presidente Lula?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Do Presidente Lula e do Vice-Presidente José Alencar, dos dois.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sr. Delúbio, o senhor repassou o dinheiro para a campanha do Presidente Lula, no segundo turno, para o Sr. Valdemar?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado Fernando Coruja, eu já expliquei essa questão.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas o senhor repassou entre o primeiro e o segundo turno?

O SR. DELÚBIO SOARES – Nós fizemos um acordo com o PL e nós não conseguimos honrar o acordo no período; depois foi apresentada a demanda pelo Deputado, e nós efetivamos a demanda.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Veja bem: o ex-Deputado Valdemar fala que pediu dinheiro para o senhor para a campanha do Presidente Lula no segundo turno e que o senhor repassou...

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Ele não disse que era para a campanha anterior; ele disse que era para a campanha do Presidente Lula.

O SR. DELÚBIO SOARES – Nós fizemos um acordo, e esse acordo foi afirmado por mim aqui na CPI anterior...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Ele pediu dinheiro para a campanha do Presidente Lula?

O SR. DELÚBIO SOARES – Nós fizemos um acordo com o PL em torno de dez milhões de reais... (Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, é preciso deixar o depoente responder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra, o Deputado Fernando Coruja.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor recebeu um pedido do ex-Deputado Valdemar para repassar dinheiro para a campanha do Presidente Lula?

O SR. DELÚBIO SOARES – Nós fizemos um acordo...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor recebeu ou não o pedido?

O SR. DELÚBIO SOARES – Depois eu fui cobrado, pelo Deputado Valdemar Costa Neto, quanto ao acordo que nós não conseguimos efetivar e arrumamos o empréstimo.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não, não. Independentemente do acordo, houve um pedido dele para a campanha no segundo turno? Ele falou que fez um pedido de dinheiro para a campanha do segundo turno.

O SR. DELÚBIO SOARES – Na campanha do segundo turno, vários partidos que não estavam na campanha do primeiro turno entraram, e cada um usou os instrumentos que achava necessários para fazer a campanha do segundo turno.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Então, ele não pediu dinheiro para a campanha do Presidente Lula?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu já expliquei a situação na questão anterior, Deputado.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas ele pediu dinheiro para a campanha do Presidente Lula ou não?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado, nós fizemos um acordo. Vamos relembrar os fatos: nós fizemos um acordo de dez milhões...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O acordo foi antes do primeiro turno?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sim, mas por nós não termos conseguido efetivar com o PL o acordo firmado, o Deputado Valdemar Costa Neto, o PL, por sua iniciativa própria, fez algumas despesas e depois apresentou a conta. Foi isso que aconteceu. Disseram: "Há esses pagamentos". Foi isso que aconteceu, Deputado.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Então, apresentou a conta para a campanha do segundo turno?

O SR. DELÚBIO SOARES – Apresentou a conta do que faltava pagar para o PL, do buraco que tinha no PL, e nós procuramos corrigir. Foi isso que aconteceu. Por isso é que há esse montante alto de R\$10 milhões e os R\$2 milhões complementares que foram para as pessoas que estão na lista aí.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – É evidente que há uma discordância. Nós temos que investigar.

Eu só lamento que o Deputado Agnaldo, que saiu do meu partido, o PPS, e passou para o PP, faça uma defesa tão forte do Sr. Delúbio.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente, porque eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – V. Exª tem a palavra.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – A minha interpelação foi no sentido de que estamos aqui esclarecendo os fatos e, quando é feita uma pergunta, como foi dito no início, nós temos que esperar o depoente responder para fazer a próxima. Se assim não for, até nós ficaremos com dificuldade de entender o que eles estão dizendo. Trata-se de uma atitude de respeito ao próprio depoente.

Quero dizer que a minha passagem pelo PPS foi uma passagem tranquila. Vim para o PP e estou tranquilo neste partido também. Não tenho nada de mal para falar nem do PPS nem do PP.

O que estamos fazendo neste momento é uma investigação, e isso precisa ser feito nos moldes corretos. Nós temos que respeitar o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Vamos passar adiante.

Concedo a palavra à Deputada Zulaiê Cobra por dez minutos.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Srs. Senadores, eu gostaria de lembrar ao Sr. Delúbio Soares que tudo aquilo que ele fala repercute de maneira difícil para o ele próprio, para sua família e para todos nós.

O senhor não imagina o desastre que causou a sua fala, na segunda-feira, no Estado de São Paulo. Esse desastre atinge a todos. O senhor já pediu desculpas, mas não deve pedir isso a nós, deve pedir desculpas ao Brasil. O senhor não sabe como, para nós, Deputados e Senadores, enfim, para nós, políticos, fica difícil, responder às pessoas nas ruas. As pessoas ficam falando assim: “Deputada, para que serve a senhora lá? A senhora não serve para nada, porque o Sr. Delúbio vai lá, tira sarro, fala bobagem, e a senhora não reage”. Eles não sabem que nós não podemos reagir a toda hora, em todo momento, de toda maneira.

Eu quero que o senhor saiba que o desastre é para o senhor, para sua família e para nós também. Nós ficamos aqui, todos os dias, dizendo: “Não, não, ele falou aquilo, mas ele vai pagar! É um absurdo o que ele falou!” Piada de salão é uma coisa forte mesmo! Eu tenho certeza de que o senhor não falou: o jornalista foi lá, comeu e bebeu em sua casa, aproveitou a oportunidade e falou aquilo. O senhor põe a culpa no jornalista que foi a sua casa e que aproveitou um momento de fraqueza sua e pôs aquilo nos jornais. E nós todos pagamos a conta!

Eu quero dizer também ao Sr. Marcos Valério de Souza que o desastre total não é só com relação à sua família, é com relação a nós todos também. Não é só o senhor que está pagando por tudo aquilo que aconteceu. Nós também estamos pagando. A partir do momento em que existem essas acusações e que estamos aqui averiguando, todos os partidos estão sendo prejudicados. Nós todos corremos o risco de sermos cassados. Essa é a grande verdade. Cassados pelo povo, porque o povo está entendendo que alguma coisa feia aconteceu e, se não tivermos a possibilidade, a capacidade de chegarmos a uma conclusão...

Não é fácil a conclusão, o Relator está aqui para não me deixar mentir. Aqui tivemos vários depoimentos nesse sentido. É muito difícil rastrear contas, é muito difícil ficarmos aqui num papel que, muitas vezes, não é papel do legislador. Nós viemos aqui para legislar. Eu vim aqui para legislar, para fazer leis. Há um montão de coisas de que nada entendo. Ficar fazendo perguntas ao Daniel Dantas, ao pessoal do Citigroup, do Citibank, é uma coisa complicada.

Assim, nós estamos aqui num papel muito importante, muito difícil e muito sério. Se a sua família está sendo prejudicada, nós também, a mim também. O meu escritório já foi invadido, os meus computadores já foram também violados. Então, todos estamos pagando muito caro por tudo isso.

Agora, as perguntas: Deputado Valdemar, o senhor conhecia essa empresa, a Garanhuns? Porque toda vez que falam que se passou dinheiro para o senhor, passou para a Garanhuns. Aí o senhor fala que não aceitou o cheque da Garanhuns. O senhor conhecia essa empresa?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Nunca tinha ouvido falar.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Nunca tinha ouvido falar. E o Sr. Antonio Lamas, ele sabia que empresa era essa?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Não. O Antonio Lamas foi só uma vez receber dinheiro no Banco Rural pela ausência do Jacinto Lamas. Ele é irmão do Jacinto Lamas.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E o Jacinto, ele sabia que empresa era a Garanhuns?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – De jeito nenhum. Jacinto Lamas não tomou conhecimento disso. Ele me trouxe o envelope fechado, nunca tinha ouvido falar, só depois ouviu falar pela imprensa. Nunca soube disso, nunca comentei com ele.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O Sr. Marcos Valério falou aqui que deu um cheque para a empresa Garanhuns a pedido do Sr. Jacinto Lamas.

É verdade, Sr. Marcos Valério?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É verdade, Deputada.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E ele, então, nega, Sr. Presidente. V. Exª quer que a gente pergunte. Então, preste atenção, porque estamos perguntando sério aqui. Então, o senhor nega que conhecesse a empresa Garanhuns, não sabe que empresa é essa, e devolveu os cheques. O Sr. Marcos Valério confirma que deu os cheques, a pedido do Sr. Jacinto Lamas, para a empresa Garanhuns, a pedido do Sr. Jacinto Lamas. É isso? O cheque foi dado a pedido do Sr. Jacinto Lamas.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhora, é verdade.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E o senhor nega que conhece, muito menos o Sr. Jacinto Lamas conhecia essa empresa.

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – O Jacinto não teve participação nenhuma, ele só me trouxe os envelopes.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor nem sabe quem são os donos dessa empresa?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Só soube depois, nunca me passou pela cabeça, nunca vi.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E quem são os donos, o senhor sabe?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Um cidadão que fez um depoimento aqui na CPI. José Carlos... Não sei o nome completo dele.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor falou agora, de novo, na pergunta do Deputado Fernando Coruja, que o dinheiro foi gasto com o segundo turno da campanha do Lula.

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – É verdade.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Só que quando o senhor veio depor aqui perante a Comissão, o senhor ficou de trazer comprovantes daquelas notas que o senhor pagou. O senhor não conseguiu ainda?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Não consegui ainda.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E o Senhor Marcos Valério, quando esteve aqui... Aliás, não é o Sr. Marcos Valério, é o Sr. Delúbio Soares, que ficou também de trazer comprovantes das empresas que o senhor pagou, de campanhas. O senhor não tem ainda esses comprovantes também?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputada, agradeço a pergunta para esclarecer um fato. Os recursos que foram do Partido dos Trabalhadores, informei às instituições do Partido que receberam e enfrentei todo um processo interno no PT, que concluiu na semana passada, e a direção do PT é quem tem de responder sobre esse assunto. Procurei fazê-lo, mas o processo

de debate interno do PT, sobre a minha permanência ou não no PT, eu já expliquei anteriormente o fato, e concordo totalmente com a senhora, o fato lamentável que aconteceu e foi publicado com aquela frase que não disse. Eu não penso aquilo. Quero esclarecer à senhora. Obrigado.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Tudo bem, o senhor até já pediu desculpas.

Sr. Marcos Valério, o Senhor conhece o Sr. José Luiz Alves?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor. Perdão, sim, senhora.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Muito obrigada, porque sou uma mulher.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Desculpe.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O Sr. José Luiz Alves era chefe de gabinete do Sr. Anderson Adauto?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Verdade, senhora.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E o senhor passou dinheiro vivo para ele?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhora.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E o senhor, Deputado Valdemar Costa Neto, nega que o Sr. José Luiz, do PL, recebeu esse dinheiro?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Nunca tive conhecimento, somente com a apuração do caso na CPI.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Mas o senhor confirma que passou, em dinheiro, para ele várias quantias?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, não só para o Sr. José Luiz como para o Sr. Edson.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O Sr. Edson Ferreira de Almeida. O senhor sabe quem é?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Irmão do ex-Deputado Anderson Adauto.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor sabia que nós não sabíamos? Que só ficamos sabendo quando o Sr. José Luiz Alves veio depor na Comissão? Que ele era chefe de gabinete do Ministro ficamos sabendo, é claro. Agora, que o Sr. Edson Pereira de Almeida era irmão do Ministro não sabíamos. O senhor agora confirma que deu dinheiro na mão também do Sr. Edson Pereira da Silva?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, e tem recibo.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Essas quantias que estão aqui nessa listinha, foi o senhor quem mandou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Devo salientar que a lista de repasses... quem apresentou a primeira lista, ou a única, foi através da minha pessoa...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Está certo. E totaliza aqui um milhão de reais. O senhor concorda?

A SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Concorde, afirmo.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Agora, o Deputado Bispo Rodrigues, também do PL, o senhor confirma que passou dinheiro para ele?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Confirmando, sim, Deputada.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – A quantia que tem aqui, 30 de setembro, 17 de dezembro de 2003, as duas R\$400 mil. Está na listinha.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, Deputada.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Deputado Valdemar Costa Neto, confirma ou não confirma?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Vou fazer uma retificação aqui. O Bispo Rodrigues chegou para mim... Não apoiou Lula no primeiro turno, no segundo turno ele veio falar comigo que iria apoiar o Lula. Houve a pressão grande do PT e de todos os dirigentes do PT para que ele apoiasse o Lula no Rio de Janeiro. Aí ele me perguntou: Valdemar, tem alguma estrutura para a campanha? Eu falei: não tem nenhuma, você vai ter que viabilizar a campanha aí. Eles não vão te mandar nenhuma camiseta e nenhum papel, porque já tive esse problema aqui no primeiro turno.

Depois – eu não sabia do saque – ele recebeu esses recursos para pagar as despesas que ele teve no segundo turno.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Marcos Valério, o senhor falou que mandou recursos para diversos diretórios do PT do Brasil, por intermédio do Sr. Delúbio Soares. Uma pergunta do diretório de Sergipe, todo mundo pergunta: o senhor mandou para o PT de Sergipe?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhora.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Quais os três Estados para os quais o senhor não mandou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu não tenho... A lista é essa que está aqui.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O Sr. Delúbio tem essa informação para nós?

O SR. DELÚBIO SOARES – Informe-me por escrito, Deputada, os diretórios do PT que receberam recursos não contabilizados desse montante que foi ao PT. É importante frisar que os recursos do PT são maiores do que os quatro milhões, que o PT do Rio Grande do Sul, o PT de Alagoas, o PT de Brasília, os diretórios isso tudo da máquina do PT, inclusive também pagamento de fornecedores que estão aí na lista, que foram orientações fornecidas pelo PT e com as quais trabalhamos.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E para São Paulo?

O SR. DELÚBIO SOARES – Todos os diretórios.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Todos os diretórios, inclusive o de São Paulo.

O SR. DELÚBIO SOARES – Com exceção do Maranhão, Mato Grosso do Sul, Acre e Piauí.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Os demais todos receberam?

O SR. DELÚBIO SOARES – Que não sobram...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Os demais todos receberam?

O SR. DELÚBIO SOARES – Todos receberam do diretório nacional, e os diretórios regionais vão trabalhar, de certa maneira, para...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Brasília, ele acabou de falar Brasília. Brasília recebeu, ele falou dos quatro que não receberam, está gravado agora.

Sr. Delúbio, o senhor pediu ao Sr. Marcos Valério para colocar na lista de sacadores o nome do Bob Marques.

O SR. DELÚBIO SOARES – O nome do Bob Marques eu fiquei sabendo pela imprensa. Nunca tive nenhuma participação com o Bob Marques e essa confusão... Não pedi para que colocasse nenhum nome... o nome do Bob Marques eu não pedi.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não pediu.

Sr. Marcos Valério, o senhor colocou o nome do Bob Marques na lista dos sacadores e depois retirou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Essa pergunta eu já respondi, Deputada, mas vou respondê-la novamente. O nome do Bob Marques, não sei, Roberto Marques, foi-me passado, agora não sei se é o Roberto Marques do Ministro José Dirceu. Depois, esse nome foi substituído pelo Sr. Luiz Carlos Mazano.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu só queria isso. Esse nome foi substituído pelo nome de quem?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Luiz Carlos Mazano.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Luiz Carlos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Mazano.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Mazano. E quem pediu para trocar?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não lembro, Deputada, infelizmente.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Aí dá um a amnésia desgraçada, mas não tem importância.

Sr. Presidente, encerro. Eu teria mais perguntas, mas têm outros Deputados para perguntarem.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, para contribuir com a ordem dos trabalhos, se V. Exª permitir. É que temos uma lista de inscrição, vários Deputados e Senadores já usaram o tempo de dez minutos e temos uma relação de acareados ainda: o Palmieri, Jacinto Lamas e outros. Queria indagar de V. Exª se vamos considerar esse tempo para todas as acareações ou se a cada uma das acareações voltaremos a utilizar dez minutos. Cada inscrito terá a possibilidade de utilizar mais dez minutos? Porque isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Já responderei a V. Exª. Fiz um apelo ontem no sentido de que cada um fizesse perguntas objetivas, diretas. Posso pedir a compreensão. É evidente que aqueles que não quiserem não posso, aqui, impedir que o façam, mas os que não quiserem fazer inquirições a esses acareados, poderão fazê-lo na outra.

Eu queria fazer esse apelo, porque, se cada um gastar dez minutos – temos 23 inscritos – vamos gastar exatamente quatro horas por acareado, e sempre alguém ultrapassa. Então, não vamos ter condições de levar esse trabalho adiante.

Quero fazer um apelo aos senhores inscritos, Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, que se quiserem perguntar no outro, se acharem mais importante, cada um poderia estar preparado para um acareamento ou uma acareação como queira. Poderíamos ganhar um tempo. Quero fazer esse apelo.

De qualquer maneira chamo o próximo inscrito, Deputado João Correia.

Agora, vou cuidar mais, porque é difícil também... Estou aqui na frente e estou sempre instado a atender um e outro Deputado. Jamais poderei deixar de atender. Então, vou ver se controlo um pouco e evitar as perguntas que já foram feitas.

Com a palavra, por dez minutos, o nobre Deputado João Correia.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, Srs. acareados, esse é um outro neologismo muito estranho, eu gostaria, inicialmente, de perguntar ao Sr. Delúbio Soares o seguinte.

Ele disse que, em resposta ao Presidente Amir Lando, repassou recursos, que repassou dinheiro a vários diretórios do PT, do PL, ao PTB, ao PP, ao PSB, ao Pcdob e à parte do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB. Eu gostaria de esclarecer esse fato, Sr. Delúbio, porque aqui temos o Sr. Valdemar Costa Neto, ex-Presidente do PL. E o Presidente do meu Partido continua sendo Michel Temer. Eu gostaria de saber a quem do PMDB o senhor passou recursos, se foi para o Presidente do PMDB, alguém da direção do PMDB ou se foi para um Deputado avulso, enfim, eu gostaria, inicialmente, que V. Sª me explicasse isso.

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado João Correia, eu já expliquei à CPMI, anteriormente, que foi sob a orientação do Deputado José Borba.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – José Borba, à época em que o senhor repassa o primeiro recurso, não era sequer Líder do PMDB.

O SR. DELÚBIO SOARES – Mas era o interlocutor que foi designado pelo Líder da época. Eunício Oliveira era o Líder na época.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Isso.

O SR. DELÚBIO SOARES – E designou o Deputado José Borba para dialogar sobre as necessidades que o PMDB encontrava naquele momento.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Então, o senhor está dizendo que o José Borba era interlocutor do ex-Líder...

O SR. DELÚBIO SOARES – Isso, não neguei isso.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – ...Eunício de Oliveira.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DELÚBIO SOARES – Foi apresentado o Deputado José Borba como responsável para dialogar sobre as necessidades que estava precisando. E assim foi feito e foi resolvido com José Borba.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Perfeito, isso para mim é novo, inteiramente novo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Queria dizer que a pergunta é impertinente.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Não é impertinente, absolutamente, porque eu vou fazer outra.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Para V. Exª é...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Ela é absolutamente pertinente.

Quero, inclusive, perguntar também, quer dizer, o senhor está dizendo que o Deputado José Borba, que à época não era Líder, era o interlocutor designado pelo então líder Eunício de Oliveira. Foi assim que eu entendi.

O SR. DELÚBIO SOARES – Então, posso...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Claro.

O SR. DELÚBIO SOARES – O Deputado José Borba nos procurou, colocando a necessidade que ele tinha junto ao PMDB e que precisava de determinados recursos. E foi feito assim, tanto é que não sei se ele confirmou no depoimento dele o que aconteceu. Eu não acompanhei todo o depoimento. Mas aí eu solicitei ao Marcos Valério que fizesse com o Deputado José Borba esse procedimento, e assim foi feito.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Mas ele estava realmente designado pelo então Líder?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não sabemos. Não é PMDB, porque tanto é que no documento...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – O senhor dá dinheiro a quem lhe procura?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, no documento, Deputado João Correia, eu afirmo: parte do PMDB.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Pois é, é exatamente isso que eu quero saber. Eu quero tirar isso a limpo, Sr. Delúbio.

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu, inclusive, afirmei na Procuradoria-Geral da República, afirmei na CPMI, nas duas CPMIs a que eu fui, e reafirmei por escrito, de haver escrito ao Presidente e ao Relator sobre essa questão.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Então, o senhor não confirma que o Borba era designado pelo Líder Eunício de Oliveira.

O SR. DELÚBIO SOARES – Pelo Presidente, o Michel Temer, não. Pelo Presidente Michel Temer nunca falei, assim como falei aqui sobre o PV, sobre o PDT, não é? Vamos fazer as coisas como elas aconteceram, como elas são. Então, foi isso que aconteceu. Então, fui procurado pelo Deputado José Borba, que representava um conjunto do PMDB e fez uma solicitação, explicou a solicitação...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Não. Não. Não. Dê licença, o Deputado José Borba não representava absolutamente o conjunto do PMDB. Ele não me representava, Sr. Delúbio.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. Não, não, uma parte. Eu entendi.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Ele não me representava. Por isso que eu quero tirar isso a limpo.

O SR. DELÚBIO SOARES – Se o senhor me permite, eu não posso entrar em critérios de cada partido.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Claro, eu estou dizendo isso.

O SR. DELÚBIO SOARES – Respeito todos os partidos com a maior honra.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Como disse o Deputado, o Senador lá do Rio de Janeiro: “Uma ova!”. Representava o conjunto do PMDB, uma ova, está certo?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu gostaria que...

O SR. DELÚBIO SOARES – Não quero entrar núcleo do PMDB...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Não. Não. Eu quero colocar isso... Tirar isso muito claramente. Não aceito isto. Não aceito esse tipo de insinuação.

E daí, eu só quero saber, Sr. Presidente, só quero saber se o Sr. Borba representava o Sr. Eunício Oliveira?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. Não foi isso não.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Foi interlocução... E, aliás, quero, Sr. Presidente, fazer a convocação, neste momento, do Sr. José Borba, para que ele explique isso ao Brasil. Esse é o primeiro dado.

O segundo dado, quero saber se o Sr. Márcio Lacerda, ao que me parece Assessor do Ministro Ciro Gomes, que recebeu R\$457 mil, se ele também representava o PPS ou não ou que “dança de rato” é esta?

Ao Sr. Delúbio novamente.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, eu já expliquei na CPI anterior essa questão do Sr. Márcio Lacerda: ele já veio depor, fez um depoimento aqui...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Essa pergunta já está respondida e eu a indefiro. Eu inclusive retifiquei e mandei registrar a resposta. Esta pergunta está prejudicada.

Nova pergunta.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Pois muito bem, então o Sr. Delúbio... é porque eu não sou muito aberto e também não sou muito inteligente, mas eu nunca ouvi o Presidente, nem V. S^a e nem ninguém falar sobre essa questão que envolve o Ministro Ciro Gomes.

O SR. (Orador não identificado) – É verdade.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Eu nunca ouvi isso.

O SR. (Orador não identificado) – É verdade.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Então, eu não aceito esta censura do Presidente da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Deu a resposta. A resposta já foi dada pelo...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Não aceito esta censura. Sabe, não aceito a censura do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– A resposta já foi dada e eu, inclusive, fiz as indagações e já estão respondidas.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Não aceito. Não aceito.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Ou nós vamos manter a ordem ou eu vou suspender os trabalhos, porque a ordem nós combinamos que seria dessa maneira. Ele já respondeu. E eu vou dar a resposta: ele respondeu aqui que...

O SR. (Orador não identificado) – Deixe ele responder.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Ele já respondeu. Está escrito. Mas vamos responder todas as perguntas.

O SR. (Orador não identificado) – O senhor vai responder por ele, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Mas já escrito isso. V. Ex^a... Eu, eu, eu... Olha, eu não aceito. Já está respondida. Outra pergunta. Já indeferi, quem quiser recorra.

(Risos.)

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Mas não é assim. Presidente, não é assim também não. Não é assim, não.

O SR. (Orador não identificado) – Que conversa é essa? Que conversa é essa?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– V. Ex^a, V. Ex^a, V. Ex^a não me pode contestar nada.

O SR. (Orador não identificado) – Quem conversa é essa? Que conversa é essa?

O SR. (Orador não identificado) – Estão querendo esconder partidos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– V. Ex^a não pode contestar porque eu estou agora... Neste momento, vou exercer a autoridade. Eu já disse que teria que indeferir as perguntas já feitas. Essa pergunta já foi feita e está registrada nos Anais, onde o Sr. Delúbio disse... Não permitem que eu leia.

Mas eu... Eu já... Vamos à pergunta subsequente.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Várias perguntas já foram respondidas aqui, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Deixa o Presidente dizer o que ele disse.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Ele disse aqui exatamente que repassou esses recursos ao PP para atender dívidas de campanha...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – PP ou PPS?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Do... Do PPS, perdão. PPS, PPS, é que...

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – PE) – PPS, não, espera aí!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– À época, à época, à época, à época ele era do PPS. À época...

O SR. (Orador não identificado) – Ele era do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Mas ele falou que dívidas de campanha do Presidente Lula. Não tinha nada a ver. Ele recebeu, ele recebeu para essa finalidade. Está escrito...

O SR. (Orador não identificado) – V. Ex^a está respondendo e complicando, está vendo?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Está bem.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Exatamente, houve um tumulto. A resposta está isso e está nos Anais.

O SR. (Orador não identificado) – Claro, vai ter que responder!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não. Foi o que ele disse em nome, ele representando as contas de campanha do Lula.

O SR. (Orador não identificado) – Então, é do PPS mesmo.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Campanha presidencial do Sr. Ciro Gomes. Eu gostaria de perguntar...

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – PE) – Ciro Gomes, não.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Do Presidente Lula.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Eu gostaria, então, de perguntar e quero que o meu tempo, por gentileza, seja recuperado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Será restaurado.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Quero perguntar a D. Simone e ao Sr. Marcos Valério se eles conhecem o Sr. Orlando Martins, funcionário da SMP&B.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Conheço sim, senhor. Foi meu funcionário.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – V. S^{as} utilizavam um telefone no nome do Sr. Edson Martins? Orlando Martins, desculpe.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Já disse que sim.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Muito bem. Então, o Sr. Vadão fez várias ligações para esse telefone do Sr. Orlando Martins, de São Paulo, e o Sr. Vadão disse que nunca teve contato com V. S^a e tampouco com a D. Simone, que o único contato que teve foi no enterro do Sr. José Dumont, que vinha a ser dono ou diretor do Banco Rural, que faleceu. Logicamente nesse enterro ele teria tido esse contato.

V. S^{as} confirmam isto, que houve contatos do Sr. Vadão com V. S^{as}?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu confirmo toda a lista que eu apresentei, Sr. Deputado, e o Sr. Vadão consta na lista.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Perfeito. Bom, em relação ao Sr. Valdemar Costa Neto, Sr. Presidente, eu acho que o objeto, aqui, desta questão é o seguinte: eu gostaria de que – não vou refazer, uma vez que o Deputado Coruja foi muito feliz quando identificou as contradições, as diferenças abissais entre o que o S. S^a disse ter recebido e o que o Sr. Delúbio e Marcos Valério disseram ter autorizado e pago.

Essa empresa Garanhuns ficou marcada um pouco no Brasil como uma espécie de empresa do PL. Da mesma forma que a Bônus-Banval era empresa do PT, a Garanhuns era empresa do PL. E essa Garanhuns recebeu vários cheques – inclusive aqui nós temos um – em que a Garanhuns teve cheques administrativos destinados à Destilaria de Alcool e Aguardente da Barra Ltda., que é uma empresa, na verdade, a rainha dos cítricos, porque sequer ela é reconhecida pela Receita Federal.

V. S^a tem conhecimento deste cheque? Aliás, um cheque bastante expressivo, de R\$300 mil?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não tenho conhecimento. Nunca tive.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Eu gostaria de ouvir acerca deste fato o Sr. Marcos Valério e a Dona Simone.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Deputado,...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Pois não.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Volto a esclarecer. Eu não tenho contato nenhum e a quebra de sigilo, telefônico prova: eu não conhecia ninguém da Garanhuns. Os donos da Garanhuns – isso foi publicado na imprensa – eram outros e entre esses outros donos da Garanhuns não havia o Sr. José Carlos Batista. Então, eu não tenho contato nenhum, não sei quem é. Eu só sei o seguinte: eu fiz

os depósitos nas contas da Garanhuns. Os cheques eram nominais e a transferência era eletrônica.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Perfeito. Então, acerca do fato de a Garanhuns ter feito um depósito administrativo com um cheque administrativo na conta de uma empresa que, na verdade, é a rainha dos cítricos, nem o senhor nem a Dona Simone têm nada a informar.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu tenho a informar ao senhor que se o senhor pegar todos os cheques que a SMP&B emitiu...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – É o que estou fazendo aqui.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – ... vai estar dentro da conta da Garanhuns.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Está aqui. Exatamente.

Bom, Sr. Presidente, eu gostaria de, para finalizar um pouco essa minha intervenção inicial, perguntar a Dona Simone por que vários saques, quase todos os saques – e o Relator deve estar muito atento a isso – têm a identificação de fax? Eles têm a identificação dos fax (não sei qual é o plural de fax. Sinceramente, desculpem a minha ignorância).

No entanto, em muitos desses saques, e surpreendentemente dos maiores, alguns não têm a identificação por fax. Então, na Comissão, ninguém localizou esses faxes. Eu dou aqui como exemplo um cheque de R\$500 mil, depois posso passar a senhora – se a Presidência permitir –, dando conta de que foram sacados R\$500 mil da empresa SMP&B e não existe fax algum referido a esse cheque, avisando o recebimento.

Aí eu pergunto a senhora o seguinte: não há a possibilidade – a Comissão não teve acesso a toda documentação, inclusive com os faxes – de a senhora estar escondendo ou protegendo alguém? Ou o Sr. Marcos Valério também? Por quê?

E para encerrar, Sr. Presidente, eu acho que o Sr. Marcos Valério é muito modesto. Essa lista que o senhor ofereceu ao Brasil é o índice do mensalão. Todos estão questionando se está no valor certo, se está no valor errado, se foi a menos, se foi a mais, no entanto, é o que comprova cabalmente, para quem tem a boa vontade e lisura, a existência desse mensalão.

Gostaria de perguntar, então, a senhora se o fato de não fazer acompanhar por fax alguns desses saques, e normalmente os maiores, não dá ensejo a que alguns elementos sejam protegidos?

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Pois não, Deputado. O que eu posso esclarecer ao senhor é o seguinte: na maioria dos saques...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Desculpe, mas não estou vendo o senhor aqui para responder...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Desculpe, desculpe.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Na maioria dos saques feitos por mim, o Banco não precisava ter essa informação da agência da SMP&B, em Belo Horizonte, para eu mesma chegar à agência e assinar o documento. Quando era o nome de uma outra pessoa, aí, sim, eram fornecidos o nome e a identidade. Justamente por alguns sacadores não quererem se identificar ou até por uma questão de segurança nossa e minha, porque nem sempre a gente pegou recibo mesmo, de várias entregas que eu fiz, pessoalmente, dentro do Banco Rural, eu me responsabilizei pelo saque. Daí não havia necessidade de que fosse passado um fax. O fax era quando era alguém estranho, vamos dizer, à casa.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Esgotou o tempo de V. Exª, Deputado.

Eu passo a palavra ao Deputado Gastão Vieira.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– V. Exª tem a palavra.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – PE) – Serei muito rápido. Para que não reste nenhuma dúvida, em função daquilo que julgo que foi um pouco precipitação da Mesa, acho que o depoente, o acareado Delúbio, poderia melhor esclarecer, até porque já tinha esclarecido...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu peço que ele declare...

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – PE) – Claro, deixe eu explicar o porquê. Porque V. Exª colocou, inadvertidamente, o PPS em algo que o PPS não está envolvido. Esse problema do Márcio Lacerda e do Ciro Gomes é da campanha de Lula, algo que o Delúbio Soares já falou, que era relação direta e que não tem nada a ver com o PPS.

Por acaso eu estava aqui, mas num bom momento, até para que isso fique esclarecido mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Perfeito, nobre Deputado e Presidente do PPS. Nós vamos fazer essa informação, porque, no curso de um tumulto, as coisas não se esclarecem devidamente.

Então, eu peço ao Sr. Delúbio exatamente aquela resposta. Eu fiz essa intervenção, nós estamos aqui numa acareação entre o PL...

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, não, eu vou só explicar. Entre o Presidente do PL, os recursos repassados para o PL, uma discrepância entre as duas cifras: uma de quem, eventualmente, repassou e outra de quem recebeu.

Então, a nossa proposta objetivamente era fazer a pergunta para ver se elucidada esse ponto. Agora, se formos passar em revista, quando cita os outros Partidos eventualmente envolvidos... Não no caso do PPS, que não houve nada. Isso já foi esclarecido. Volto agora com maior clareza a dizer e vamos ouvi-lo.

Aqui apenas o Sr. Delúbio disse o seguinte: “repassamos para então candidato, mas já para fazer face à despesa do segundo turno com a campanha do Presidente Lula.”

Eu elucidei isso, porque, num primeiro momento, parecia que era da campanha do então candidato Ciro Gomes, e ficou explícito aqui, nas palavras do Sr. Delúbio, que não era do Ciro Gomes, mas um compromisso por ele assumido.

Agora vamos ouvi-lo para que não fique dúvida.

V. Exª tem toda razão porque, no meio do tumulto, não se podem dar as razões necessárias de maneira clara e inofismável sobre esse ponto.

O SR. DELÚBIO SOARES – Agradeço, Sr. Presidente.

A carta que encaminhei ao senhor e à Comissão no dia 24 de agosto não cita o PPS. O que aconteceu...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nobre Deputado, o PPS não consta dos partidos que eventualmente receberam.

O SR. DELÚBIO SOARES – Fiquei sabendo depois da campanha eleitoral que houve um gasto de imagem feito pelo publicitário Einhart, que era o publicitário da campanha do Ciro, fez com o Ciro várias imagens usadas no segundo turno e apresentou as despesas. Fui procurado pelo Márcio Lacerda e foi feito. Tanto o Einhart já depôs sobre os gastos. Foi isso que aconteceu. Não tem nada a ver com o PPS e com a campanha do Ciro. Foi uma despesa feita de que só fiquei sabendo depois, que achei por bem honrar e assim foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu queria exatamente depois desse fato mostra que nós queríamos aproveitar – e nisso eu tenho que conduzir os trabalhos para que haja objetividade no propósito dessa acareação porque, se forem pedidos aqui dados com relação a outros partidos, vamos chegar a outros dados estranhos à acareação e não chegaremos a lugar nenhum. Por isso, fiz esse apelo e

vou conduzir agora. Resolvi que daqui para frente vou realmente intervir para que alcancemos o propósito. Isso me outorga, como disse, o Código de Processo Penal, que especialmente outorga isso ao juiz e aqui estou no papel de juiz.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Gastão Vieira pelo prazo de dez minutos, que passo a contar.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores acareados, primeiro quero fazer a seguinte colocação: essa acareação foi convocada para que o Sr. Relator esclarecesse um ponto. O Sr. Delúbio disse que autorizou doze, o Sr. Marcos Valério disse que entregou dez e o Sr. Valdemar disse que o senhor entregou seis. Portanto, quem quer ficar na linha que foi acordada ontem terá de ser repetitivo e, por favor, na hora de cassar a palavra lembre-se de qual é o objetivo concreto desta acareação.

Sr. Delúbio, o senhor disse que autorizou R\$12 milhões; o senhor Marcos Valério entregou R\$10 milhões, entregou R\$12 milhões, e o nosso ex-colega Valdemar disse que só recebeu R\$6,5 milhões, com recibo só de R\$1,2 milhão. Quero lhe fazer a seguinte pergunta, já que V. S^a participou ativamente da campanha do Presidente Lula: não havia uma centralização na produção do material de campanha do Presidente para todo o Brasil?

O SR. DELÚBIO SOARES – A campanha presidencial do segundo turno – quem já participou ou apoiou sabe como é uma campanha de segundo turno – toma volumes e depois é apresentado, perdendo ou ganhando as eleições, o que no segundo turno. Foi isso que aconteceu na campanha eleitoral. O segundo turno é sempre uma campanha que agrega gente e agrega uma série de contatos políticos que não estavam previstos no primeiro turno, tanto na campanha vitoriosa quanto na derrotada. Trabalhei em duas, uma derrotada e outra vitoriosa e todas foram assim.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Essa desorganização da campanha passa porque o nosso objetivo aqui é outro. Era o senhor que dava autorização ao Sr. Marcos Valério. Pelo que vi, dava no partido para o Presidente, no outro partido para o líder e em outro partido até para quem não era líder, conforme colocou o nobre Deputado João Correia. Queria lhe fazer a seguinte pergunta: foi o senhor que autorizou o Marcos Valério a passar dinheiro para o Bispo Rodrigues e para o tesoureiro Jacinto Lamas, do PL?

O SR. DELÚBIO SOARES – Essa é uma discussão que fizemos com o PL e foi apresentado a outras pessoas e resolvido por elas.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Quem apresentou foi o Deputado Valdemar?

O SR. DELÚBIO SOARES – O Deputado Valdemar. Todo mundo sabe que o Bispo Rodrigues teve um comportamento correto no segundo turno. No primeiro turno, ele não apoiou o candidato Lula, mas no segundo turno. O Valdemar explicou a situação.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Quer dizer que o senhor recebeu orientação da Presidência do PL para repassar recursos, além do Presidente Valdemar, para o Sr. Lamas e para o Bispo Rodrigues.

O SR. DELÚBIO SOARES – O Sr. Lamas é a relação que o Valdemar me apresentou do conjunto das despesas que foram realizadas. Então, o Bispo Rodrigues fez algumas despesas e foi ressarcido depois. Não sei as datas – não estou com a lista nas mãos –, mas é a lista que vocês têm nas mãos aí.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Mas o Sr. Lamas foi indicado como uma pessoa que poderia receber esses recursos. Isso é o que eu quero que o senhor confirme.

O SR. DELÚBIO SOARES – O Jacinto Lamas era o responsável pelo PL e muitas das relações que nós tivemos tanto na campanha, como depois da campanha.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Mas sempre por intermédio da Presidência do Partido?

O SR. DELÚBIO SOARES – Da direção do PL.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Sr. Marcos Valério, esta pergunta agora lhe é dirigida. O Sr. Lamas lhe indica a Garanhuns. O senhor não tinha relação com a Garanhuns. Provavelmente, dizia: “Olha, é melhor passar o dinheiro via uma empresa. Eu estou lhe indicando a Garanhuns”. O Deputado Valdemar diz que não sabia da Garanhuns. O Sr. Lamas, no depoimento que prestou aqui, disse que foi a Belo Horizonte especificamente para encontrar com o senhor e que lá, em vez de receber dinheiro vivo, recebeu um envelope com um cheque dentro. Aí o nobre Deputado Valdemar diz: “Não. Cheque não! Nós queremos recurso”. Ora, se o Sr. Lamas é capaz de indicar uma empresa para que os recursos fossem repassados, o senhor acredita que todo o dinheiro dado pelo PL foi somente R\$6,5 milhões, como diz o Sr. Valdemar, ou o senhor tem uma explicação clara para o saldo desse dinheiro que não foi entregue?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sr. Deputado, eu confirmo a lista e confirmo os valores.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Doze, sendo uma parte entregue ao Deputado Valdemar e outra parte, ao Sr. Lamas via Garanhuns, e o Bispo Rodrigues? É isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Bispo Rodrigues...

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – E o Ministro Anderson Adauto?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ministro. Eu confirmo a lista integral que eu passei.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Nobre Deputado Valdemar, V. Ex^a quer comentar essa afirmação.

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Deputado, reafirmo todos os depoimentos que já prestei. Todos os nossos pagamentos foram devidamente checados. Nós não conseguimos chegar a um valor maior do que R\$6,5 milhões. Volto a repetir que tínhamos recebido que o Jacinto tinha assinado no Banco Rural de R\$1,7 milhão. Os outros pagamentos não têm nenhum comprovante. Nós declaramos porque nós fomos fazer o levantamento para que não deixássemos nada fora desses valores, para a gente não ser acusado amanhã de um depoimento que não fosse verdadeiro.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Tenho certeza de que nosso nobre Relator irá resolver esse não avanço da acareação com relação a essa questão central.

Mas há uma coisa que me chama a atenção desde que entrei nesta CPMI, Sr. Delúbio Soares: é a Bônus-Banval. Ela operou com os fundos de pensão; operou na BM&F; operou na Bovespa. Quando nós chegamos ao estudo da quebra das operações realizadas nessas bolsas, no mercado futuro principalmente, por essa corretora, muita coisa pode vir à tona.

O senhor confirma que a Bônus-Banval foi a empresa indicada para os repasses pelo Sr. Marcos Valério para o PT?

O SR. DELÚBIO SOARES – Repete a pergunta, por favor.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – A Bônus-Banval foi a empresa indicada pelo senhor para receber os recursos destinados aos diretórios do PT?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, senhor. Nunca afirmei isso. Fiquei sabendo da Bônus-Banval e da Garanhuns no processo, inclusive, da CPMI dos Correios e aqui mais detalhadamente. Então, o PT nunca teve contato nenhum com Bônus-Banval nem com a Garanhuns. Foi de responsabilidade das pessoas que indicaram: ou o PL, no caso, por meio do Jacinto, a Garanhuns; e, no caso do PT, a Bônus-Banval. Não foi nenhuma indicação do PT. Nunca operei. Não tenho nenhuma relação com essas duas empresas. Só conheci socialmente e vi os detalhes aqui na CPMI com a quebra do sigilo bancário. Eu autorizava, combinava os valores e falava para o Marcos Valério efetuar. As pessoas procuravam e acertavam o modo de fa-

zer. Então, eu não tinha nenhuma participação nesse processo.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Quer dizer que a participação...

O SR. DELÚBIO SOARES – O que é de responsabilidade do PT, quando eu era dirigente do PT, assumi e assumo minha responsabilidade enquanto pessoa física, hoje eu sou só pessoa física, não tenho mais nenhum vínculo partidário, e vou assumir aquilo que eu tratei, que eu combinei com as pessoas, que foi realizado, e tenho minha responsabilidade e que vou... não a estou negando. Então, eu não estou... quero dizer ao senhor que o PT não tinha nenhuma relação, no meu período, com a Bônus-Banval nem com a Garanhuns. Elas foram indicadas e foram feitas as coisas...

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Indicadas diretamente, então, para o Sr. Marcos Valério.

O SR. DELÚBIO SOARES – Através das pessoas indicadas.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Sr. Marcos Valério, assim como a Garanhuns foi indicada diretamente para o senhor pelo Sr. Lamas, a Bônus-Banval também foi indicada ao senhor para os repasses para o PT, ou esses repasses eram feitos diretamente para o tesoureiro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – PP.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Direto para o PT?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, PP.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Ah, pelo PP.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Partido Progressista.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Isso.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Eu queria, finalmente, já que não vamos ter uma posição clara com relação a essa acareação, já dá para sentir exatamente isso, eu quero dizer ao Sr. Delúbio Soares, que, ao contrário do que o senhor afirmou aqui, há uma denúncia do próprio tesoureiro do PT de que recursos foram encaminhados para o Diretório Estadual do PT do Maranhão, sim. Inclusive o senhor já foi chamado em São Paulo para depor no inquérito que a Polícia Federal do Maranhão abriu para verificar esse recurso. Além disso, existem muitas dívidas na praça já claramente cobradas pelos credores do PT. Eu fiquei sem entender, quer dizer, mandou ou não mandou dinheiro? O senhor está na Polícia Federal, já fez um

depoimento lá, e o senhor colocou o PT do Maranhão como iniciação. Eu queria esclarecer uma coisa que interessa a mim e ao meu Estado, peço desculpa aos outros, mas não posso sair daqui sem esse esclarecimento da sua parte.

O SR. DELÚBIO SOARES – Já declarei ao senhor na CPI anterior – acho que o senhor é do Maranhão, não é isso?

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Sim.

O SR. DELÚBIO SOARES – O senhor estava sentado aqui.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Exatamente.

O SR. DELÚBIO SOARES – Aqui, ao lado aqui. Que o Maranhão foi uma exceção, as disputas internas do PT do Maranhão levaram o PT do Maranhão à Polícia Federal por denúncia encabeçada pelo Deputado Estadual Domingos Dutra, uma afirmação, uma suposição “que ouviu falar que”, é assim que está na afirmação. A Polícia Federal ouviu o Deputado Genoino, me ouviu, que nós fomos citados na matéria, nós prestamos as informações corretas à Polícia Federal, e nós não participamos de nenhuma colaboração de recurso não contabilizado ao PT do Estado do Maranhão. Isso foi o que nós afirmamos na PF e citamos uma informação de um recurso que nós transferimos do PT nacional ao PT do Maranhão ou próximo das eleições – eram recursos acho que de 50 a 60 mil reais, que eu passei ao delegado, passei por escrito ao delegado sobre isso, na Polícia Federal. Então, não teve participação no Maranhão, justamente por causa das disputas internas do PT, e os senhores sabem que as opções partidárias do Maranhão e a campanha eleitoral feita foi tumultuada, como é que foi feita no Maranhão a campanha eleitoral do Presidente da República, vários Partidos apoiando o Presidente da República, e não só o PT.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Araújo.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, serei muito breve. Até porque eu pensei até que o Deputado Gastão, que chegou mais perto do que eu ia perguntar, tinha feito essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes, eu tenho uma necessidade imperiosa do Sr. Delúbio que eu não posso deixar de deferir. Portanto, concedo... Quer dizer, se V. Ex^a entender que pode continuar aqui e eu lhe devolverei o tempo, se quiser fazer a ...

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Sr. Presidente, eu preferia esperar porque justamente o Sr. Delúbio...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Começa por ele. Então, vamos esperar pela lógica das suas perguntas. Então, eu vou suspender esta reunião por cinco minutos.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Sr. Presidente, talvez eu possa adiantar uma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – BA) – Sim, sim.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Quando o Delúbio chegar, eu faço a pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Inverte, inverte.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vou devolver o tempo: um minuto.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Sr. Presidente, o Deputado Valdemar Costa Neto, disse aqui, e nós ficamos atentos, que ele mandou o Jacinto Lamas a Belo Horizonte receber uma importância, e lá o Jacinto recebeu uma encomenda, que era um envelope. E ele telefonou para o Valdemar, e o Valdemar não estranhou que fosse um envelope com um cheque. Mas, mesmo assim, o Valdemar mandou que esse envelope fosse para São Paulo. Ao chegar em São Paulo, constatou que era um cheque para a Garanhuns. E ele ligou para o Delúbio estranhando o cheque da Garanhuns. E Delúbio ligou para o Sr. Valério, que mandou trocar o cheque.

Aí pergunto ao Sr. Valério: é verdade isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – O senhor não mandou trocar o cheque?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor. O cheque está na conta da Garanhuns.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – O senhor não mandou trocar o cheque e nem pagou o cheque, mas o senhor recebeu o telefonema do Delúbio falando sobre o cheque.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A empresa, eu falei com o Sr. Delúbio que foi indicada pelo Sr. Jacinto.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Certo. Mas o... Então, Sr. Presidente, o que quero dizer...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu gostaria que ele fosse mais explícito, porque do jeito que está sendo não dá para entender nada. “Não”, “Sim”, “Não”, “Sim.” Como aconteceu o fato, explica

exatamente os detalhes, porque é isso que interessa; é o que o Deputado está perguntando.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Mais uma vez, a empresa foi indicada pelo Sr. Jacinto. Os cheques foram...

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Eu não perguntei quem indicou a empresa. O senhor se limite a responder o que estou perguntando. Eu não perguntei quem indicou a empresa.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Exatamente. Faça a pergunta de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Agora que o Sr. Delúbio chegou, farei a pergunta. Sr. Delúbio, o Deputado Valdemar Costa Neto me telefonou, dizendo que estava com um cheque da Garanhuns em São Paulo e o senhor ligou para o Valério estranhando o cheque e mandando trocar. É verdade isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu já respondi isso anteriormente. Aconteceu o seguinte, a forma que eu pedi para o Deputado Valdemar acertar com o Marcos Valério, o Valdemar estava pedindo para substituir. Eu pedi que fosse substituído. A maneira como foi feita não tenho os detalhes.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Sr. Presidente, se o Valdemar fosse íntimo da Garanhuns, não teria essa necessidade. Então, o Valdemar estranhou o cheque da Garanhuns; ligou para o Delúbio. O Delúbio ligou para o Valério. O Valério mandou trocar o cheque. A triangulação ficou formada. Agora, o Valério nega que não mandou trocar. Quem mente agora é o Valério ou o Delúbio? Um dos dois está mentindo. Porque o Valdemar e o Delúbio estão certos de que houve o cheque da Garanhuns, que o Valdemar estranhou e pediu para o Delúbio, queria saber o que acontecia. Ele imediatamente ligou para o Valério e o Valério mandou trocar esse cheque.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sr. Relator, Sr. Presidente, Sr. Deputado, com toda educação, eu não troquei o cheque, eu não mandei dinheiro em troca do cheque. O cheque está depositado na conta da Garanhuns. É só quebrar o sigilo bancário. Todos os cheques foram depositados lá. É só quebrar o meu sigilo telefônico. Eu não tinha contato nenhum com a Garanhuns.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – O fato de o cheque estar na Garanhuns não quer dizer nada, porque a Garanhuns pode ter ficado com o cheque e ele ter mandado outro dinheiro – é aí que queremos chegar – para o Valdemar. O fato é que o Deputado Valdemar estranhou o cheque da Garanhuns. É um fato relevante neste depoimento de hoje aqui. Se o Deputado Valdemar estranhou o cheque da Garanhuns, como seria, o Jacinto Lamas foi apenas um

mero transportador de encomendas e de recursos, teria capacidade de indicar uma empresa. Se essa empresa foi indicada, teria de ser pelo Deputado Valdemar e não pelo Jacinto Lamas, que era apenas um transportador que foi buscar os recursos.

Então, alguém neste banco aqui está mentindo, Sr. Presidente. Essa Garanhuns tem de ser investigada, porque as ligações da Garanhuns estão neste banco ou do Valério; do Delúbio, parece que não porque se não ele teria ligado diretamente para a Garanhuns, ele ligou para o Valério, estranhando o cheque. E o Valério foi que ligou para a Garanhuns, para trocar.

Então, Sr. Presidente, a única dúvida que tive de todo este depoimento era essa.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pois, não. Vamos ouvi-lo.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Um, eu não tenho nenhum contato com a Garanhuns. Dois, quem indicou foi o Sr. Jacinto Lamas. Três, a minha palavra vale tanto quanto a de qualquer outra pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Sobre o fato, quando V. S^a diz “está depositado”, ele foi depositado na Garanhuns e sacado da empresa?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ele foi depositado na conta da Garanhuns. Os cheques foram nominais à Garanhuns e entregues ao Sr. Jacinto Lamas ou depósito direto na conta. Assim foi feita a transferência.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Por que, então, o Valdemar reclamou do cheque, e o cheque voltou?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Fiz esse questionamento apenas para registrar...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Comigo ele não reclamou.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. Fiz esse questionamento apenas para registrar e saber qual foi o procedimento, segundo a versão do Sr. Marcos Valério, segundo a versão dele.

Para sabermos do restante, basta examinarmos as contas e verificarmos quem está falando a verdade.

Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Daniel Almeida, pergunto aos nobres Parlamentares, aos acareados e também aos advogados se querem ou não fazer um lanche agora. (Pausa.)

Suspendo a reunião por cinco minutos.

(A reunião é suspensa às 13h30min e reaberta às 13h56min.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Senhores da imprensa, eu gostaria de pedir-lhes, para que possamos recomeçar o trabalho, que desocupem o espaço, a fim de que o processo se faça dentro da normalidade combinada. Srs. Fotógrafos, por obséquio.

Reiniciando os nossos trabalhos, concedo a palavra, por dez minutos, ao Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PcdoB – BA) – Sr. Presidente, nobre Relator, Srs. acareados, nós, nesta Comissão, temos a responsabilidade de investigar o que se chama de compra de votos, mensalão, a possibilidade de ter havido compra de votos na PEC que decidiu sobre a reeleição de cargos executivos.

Estamos já há três meses neste processo de investigação, juntamente com outras Comissões que funcionam no Senado ou no Congresso Nacional, buscando dar as respostas que o eleitor brasileiro deseja. Afinal de contas, são cinco meses de denúncias sobre compra de votos, intermediação de favores, repasse de dinheiro para partidos políticos, o que tem levado, naturalmente, a opinião pública a cobrar, cada vez com maior intensidade, respostas que possam trazer os esclarecimentos que as Comissões, particularmente esta, têm a responsabilidade de fazer.

Percebo que a opinião pública aumenta a cada dia a desconfiança de que nós não vamos produzir os resultados esperados, necessários – investigar com profundidade, identificar pessoas responsáveis por atos ilícitos, indicar as penas e assegurar que os inocentes sejam inocentados e os responsáveis sejam devidamente punidos. Esse é o desafio de todos nós, e a acareação que estamos promovendo hoje tem o objetivo de esclarecer dúvidas a respeito de depoimentos já prestados a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Outras acareações foram feitas nesta Casa. O que percebemos, Sr. Presidente, é que, após cada uma dessas acareações, fica a sensação de que a mentira prevaleceu. É o que a mídia reflete. É o que as pessoas comentam nas ruas. Não se conseguiu avançar.

Esta acareação hoje mantém este ambiente. O Sr. Marcos Valério afirma, com muita firmeza, demonstrando documentos, dados, que repassou R\$10,837 milhões para o PL. O Sr. Valdemar Costa Neto afirma, também com muita firmeza, contundência, que recebeu apenas R\$6,5 milhões.

A opinião pública tem razão de perguntar: “Para onde foi o resto do dinheiro?” Nós vamos ficar sem respostas. O Relator terá um grande trabalho, um enorme desafio para, analisando os dados, fazer uma demonstração convincente de que esses recursos existiram, ou não, e de quem está falando a verdade nos depoimentos aqui prestados.

Mas eu acho isso insuficiente, Sr. Presidente.

Não é o primeiro caso denunciado neste Congresso Nacional. Tivemos casos anteriores e, a cada momento, surgem novos indícios, novas possibilidades. Parece-me oportuno, urgente, necessário, nós, ao analisarmos esses fatos de hoje, não perder o foco, mas não deixar de tratar da questão da legislação político-partidária nesse País. Não é possível mais continuar fazendo campanha eleitoral neste País nessas condições, com os mesmos mecanismos que prevalecem hoje.

Seria uma irresponsabilidade muito grande nossa não conseguirmos avançar no sentido de modificações. Eu defendo o financiamento público de campanha. Se tivéssemos uma única fonte de financiamento, recursos repassados aos partidos, sociedade acompanhando as campanhas eleitorais, teríamos condições de identificar aquilo que não conseguimos fazer até então: quem financiou, quem são os corruptos e os corruptores; quem financiou, de onde veio o dinheiro? Esta é uma dúvida que permanece e não se consegue chegar lá.

No máximo, evoluímos aqui nos mecanismos de intermediação. A intermediação, quem passou, quem mandou passar etc. Mesmo assim, de forma incompleta, totalmente incompleta, com dados que produzem dúvidas à opinião pública brasileira e a esta Casa. Portanto, esse é um desafio que não devemos perder de vista. Devemos perseguir o desafio e acho que ainda é tempo. Temos ainda alguns dias para o fim desse período legislativo e deveríamos perseguir esse objetivo, sem perder o foco da investigação e das respostas necessárias que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem que apresentar.

Fica difícil, portanto, fazer perguntas. Cada um afirma a sua convicção de forma peremptória e não é possível percebermos quem tem maior ênfase na explicitação das suas convicções; as dúvidas permanecem. Mas queria, para finalizar, para não dizer que não fiz pergunta, me dirigir ao Sr. Marcos Valério.

Sr. Marcos Valério, V. S.^a, em um depoimento que fez ao Ministério Público no dia 02 de agosto, se não estou enganado, informa que o **modus operandi** da SMP&B e da DNA não é diferente de outras empresas do ramo que operam com instituições públicas, governo federal e governos estaduais e até cita exemplos de outras empresas que teriam prática semelhante. Cita o exemplo da Propeg, na Bahia, que teria um mecanismo de operação semelhante às empresas que V. S.^a dirige.

Eu queria perguntar a V. S.^a o que o leva a fazer esse tipo de afirmação; quando começou a intermediação que V. S.^a fez em relação ao PT; e também se já

ficou provado que fez em 98 com o PSDB, na campanha de Minas Gerais; se tem mais dados que nos pudesse apresentar a respeito da inclusão de outras empresas; e que empresas poderiam estar operando em situação semelhante à feita pela SMP&B e pela DNA.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Primeiramente, eu queria explicar que a semelhança é que a minha empresa tinha 23 anos e a outra 25 e que fazia propaganda. Num dado momento, ela tomou recursos em bancos privados e repassou isso a um partido político – 98, já é público e todo mundo sabe o que aconteceu.

Em relação às outras empresas de relacionamento com o Governo, não tenho como esclarecer, não tenho nome de outras empresas a citar e de outros empresários a citar.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Naquela oportunidade, V. S^a citou algumas empresas. Consta do depoimento no Ministério Público. O que levou então...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O depoimento no Ministério Público eu confirmo. Eu falei das empresas que trabalhavam na área de propaganda.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – E que teriam mecanismo semelhante ao adotado pela SMP&B e pela DNA.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – De financiamento eu seria leviano se eu falasse, porque eu não conheço o caixa e nem conheço a contabilidade delas.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Era só, Sr. Presidente, para respeitar o tempo que me foi oferecido.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Agnaldo Muniz.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, nobres depoentes, Deputado Valdemar Costa Neto, Delúbio, Marcos Valério, Dr^a Simone, acho que este momento que estamos atravessando é muito delicado, principalmente aqui na Comissão.

Desde o início, não fui favorável à acareação, porque geralmente não traz fatos novos. Espero que, ao final deste trabalho de hoje, consigamos trazer resultados positivos para o relatório que estamos fazendo.

Acho que é importante a apuração dos fatos de forma consistente, porque a sociedade brasileira merece uma resposta clara e concisa com relação aos fatos que estão aí sendo veiculados na mídia a todo instante.

Mas eu quero aqui ser objetivo e fazer poucas perguntas. Quero fazer a primeira ao Sr. Delúbio Soares. Sr. Delúbio, os acordos de que V. S^a fala foram feitos pelas direções partidárias ou em nível pessoal? Eu digo esses acordos entre os partidos que apoiaram, esses acordos foram feitos na instância partidária ou foram realizados de forma pessoal, com deputados, com tesoureiros ou nas direções partidárias?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado Agnaldo, os acordos políticos são feitos... É público e notório como eles são feitos, não é? Nós fizemos um acordo político no primeiro turno e um acordo político no segundo turno das eleições de 2002. Esses acordos foram trabalhados entre os partidos nas eleições de 2004. Também já relatei isso nesta CPI, foi assim que foram feitos.

As execuções das estruturas para que esses acordos possam ser trabalhados, porque campanhas eleitorais nós sabemos, no Brasil, como elas são feitas, eu, pelo menos, vivi essa experiência, a de 2002 e ajudando a de 2004, que foi realizada em 5.500 municípios, em mais de 5.500 municípios, nós sabemos, quem participa da vida política, como são feitas as eleições.

Você faz um acordo político-eleitoral, e esse acordo político-eleitoral implica também campanhas eleitorais, e campanhas eleitorais têm gastos. Estruturação dos partidos foram feitas, e cada partido designava para uma pessoa nós relacionarmos e ver o que poderia ser feito.

Então, esses recursos que eu solicitei ao Sr. Marcos Valério – vou falar mais uma vez e espero que fique bem registrado – foram para quitar débito de campanha de 2002 do nosso partido nos Estados – várias campanhas ficaram com déficit – e dos partidos aliados. E preparamos os partidos que ajudaram a eleger o Lula para 2004, para uma eleição em 2004, para ter uma participação e representação dos partidos da base aliada no *(Inaudível)*.

Foi isso o que aconteceu. Cada partido designava uma pessoa. Discutiu-se o acordo eleitoral entre as direções, e a execução ficava restrita, no caso do PT, à minha pessoa. Tomei essa iniciativa, como expliquei para todo mundo e ao partido de que participei. Agora, estou sem partido. Foi isso que aconteceu.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Foram feitos acordos para pagar contas, despesas de campanha? Então, esses valores incluíam despesas de campanha?

O SR. DELÚBIO SOARES – As despesas ficaram para trás. Isso eu já falei na CPI anterior.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Por que a lista não cita o repasse de R\$4 milhões feito em

julho de 2004 ao PTB, reconhecido por aquele partido? Inclusive, é importante ressaltar que os valores que constam daquela lista e repassados ao PTB não guardam relação com o repasse de R\$4 milhões. Basta checar as datas naquela lista que vamos verificar. Além disso, V. S^a reconheceu o repasse ao PTB, mas eles não reconhecem.

O SR. DELÚBIO SOARES – No depoimento que fiz ao Ministério Público, assumi repasse ao PTB em conversas que tivemos com o Deputado Roberto Jefferson. Não a ele diretamente, mas solicitei ao Marcos Valério que fizesse o repasse. Foram aproximadamente R\$4 milhões, mas, inclusive, quero reafirmar o meu depoimento. Fizemos repasse ao PTB não naquele numerário e não na forma que o Deputado Roberto Jefferson afirmou – em duas malas, uma de R\$2,2 milhões e outra de R\$1,8 milhão. Está na contabilidade, vamos ter acareação com o Emerson Palmieri daqui a pouco e essa questão pode ser esclarecida lá. Mas o que confirmo é que tínhamos um compromisso com o PTB e realizamos em 2002, que foi pago ao Deputado Martinez, que está na lista, e depois os repasses que fizemos ao Emerson Palmieri e ao Deputado do PTB. Então, foi isso que aconteceu com o PTB – não do jeito que o Roberto Jefferson falou.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Sr. Marcos Valério, a lista entregue à CPMI por V. S^a, no que se refere ao Partido Progressista, quanto ao sacado por João Cláudio Genu, fala em R\$4,1 milhões. O Partido Progressista reconhece tão-somente os saques comprovados e inclusive assinados pelo assessor João Cláudio Genu – o valor de R\$700 mil, que foi inclusive usado para o pagamento de honorários advocatícios do Dr. Paulo Goyaz, que estava defendendo o Deputado Ronivon Santiago.

Os comprovantes de acesso ao Banco Rural comprovam a afirmação do assessor do PP, Sr. João Cláudio Genu, e do próprio Partido Progressista, que também reconheceu que foi apenas esse valor de R\$700 mil. Na lista apresentada, constam repasses feitos pela corretora Bônus-Banval, que foram veementemente negados pela citada corretora e, evidentemente, pelo próprio Partido Progressista, que também não reconheceu. O PP reconhece, portanto, o valor de R\$700 mil e nenhum valor a mais.

Pergunto: com relação aos valores, V. S^a pode afirmar com absoluta certeza a veracidade daquelas anotações ou pode ter havido algum equívoco nos dados dessa lista?

A segunda pergunta é a seguinte: podem aquelas anotações conter equívocos quanto a valores atribuídos – não digo apenas ao PP – a outros Partidos? Pode

haver algum equívoco com relação aos valores que constem delam repassados a outros Partidos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Deputado, o Sr. João Cláudio Genu representava a cúpula do PP e a mim foi assim apresentado. Eu confirmo integralmente essa lista. Agora, vou usar o nobre Relator; sou humano, não quer dizer que sou um homem perfeito. Se eu fosse perfeito, não teria feito o que fiz: fazer esses empréstimos aos bancos e repassar aos Partidos. Como humano posso errar, agora, dentro da minha visão, eu confirmo toda a lista.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Ah, bom! Então, o senhor confirma que pode ter havido equívocos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não é isso, não.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Não. Ele disse que, como humano, pode ter-se equivocado. Por outro lado, pergunto ao Delúbio Soares: V. S^a mandou algum recurso, naquele período, para o Estado de Rondônia?

O SR. DELÚBIO SOARES – Nesse período, o Estado de Rondônia... O senhor falou o Diretório do PT?

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – O PT.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, está na nossa afirmação: tem que discutir com a nova direção, (*Incompreensível.*) com a direção anterior de Rondônia, mas que foram recursos não-contabilizados em Rondônia foram.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Obrigado. Sem mais perguntas, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra, o Sr. Marcos Valério.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu queria deixar claro o seguinte: eu confirmo integralmente essa lista, mas, volto a falar, não sou uma máquina. Mas confirmo integralmente essa lista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Muito obrigado.

Com a palavra, o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado, o Sr. Marcos Valério diz que, pela Garanhuns, depois pela Bônus-Banval Participação Ltda. também foram entregues – uma vez, pessoalmente – recursos ao Sr. Valdemar Costa Neto e que também teria entregue dinheiro ao Jacinto Lamas e ao Sr. Antônio Lamas. O senhor diz que ele tinha R\$10.837.500,00. Pergunto: tem recibo de todos esses repasses, Sr. Marcos Valério?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não tenho recibo de todos e também não tive reclamação de nenhum.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nenhum.

Dona Simone, aqui no Banco Rural, era a senhora que entregava o dinheiro a esses tesoureiros, ao Jacinto Lamas e ao Antônio Lamas?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Também, em Minas Gerais, a primeira vez, foi a senhora que entregou o envelope?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Dos cheques da Garanhuns?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Eu vi o Jacinto lá na agência, mas foi um entendimento dele com o Marcos Valério.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi entregue para o Marcos Valério lá em...

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – O Marcos Valério solicitou ao setor de tesouraria, de emissão de cheques, que fossem feitos os cheques, todos nominais à Garanhuns.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Em alguns depoimentos é dito que, algumas vezes, o dinheiro vinha em envelope e que, outras vezes, era repassado e colocado numa mala. A senhora, alguma vez, lá no Banco Rural, viu se algum desses tesoureiros pegou dinheiro, colocou numa mala e trouxe? A senhora presenciou alguma vez?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Nas ocasiões em que eu estava presente, nunca houve mala.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nunca houve mala?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O Sr. Valdemar Costa Neto diz que apenas recebeu R\$6,5 milhões. Se os recursos foram repassados para a Garanhuns, alguém recebeu. E aí é preciso buscar o Sr. José Carlos Batista, que era o proprietário da Garanhuns, para que explique quem é, porque, segundo o Dr. Marcos Valério, a indicação da Garanhuns foi feita pelo Sr. Jacinto Lamas. Correto?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Correto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Correto. Então é preciso que o dono da Garanhuns venha explicar o dinheiro que foi repassado e que o Sr. Valdemar diz que só recebeu R\$6,5 milhões.

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – No total.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – No total. O senhor disse que não tem contato com a Garanhuns. É verdade isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Agora, eu queria o seguinte: o senhor, no seu depoimento ao Ministério Público Federal, disse que esclarece que, na época, foi firmado um contrato entre a SMP&B e a empresa Garanhuns. Quem fez esse acordo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Se o senhor ler na íntegra, é o Sr. Jacinto Lamas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É ele que faz?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu entreguei à Polícia Federal o fruto desse acordo e não contabilizei dentro da minha empresa, porque os meus advogados não aceitaram.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas o contrato era feito entre quem, entre Jacinto e a Garanhuns?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Entre SMP&B e Garanhuns.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ele usou indevidamente, sem autorização do senhor?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Era a maneira que ele queria que saísse o recurso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas quem fez, ou seja, quem preparou o termo desse acordo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Já veio pronto para mim. Se o senhor ler o relatório, o depoimento, o senhor vai ver. Já veio pronto para que eu...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quer dizer que foi o Sr. Jacinto que trouxe e o senhor apenas assinou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu assinei, mas não contabilizei e...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas que... Então está explicado...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – E o fruto desse contrato são títulos que foram entregues à Polícia Federal. Eu mesmo entreguei pessoalmente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Eu queria, como não temos tempo de ler tudo porque o tempo é pequeno, uma explicação se esse acordo firmado, quer dizer, era um acordo que já vinha tudo preparado pelo Sr. Jacinto Lamas, o senhor assinava e não contabilizou isso como coisa da SMP&B. Correto?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Havia vários erros, e os advogados não aceitaram.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Eu queria perguntar o seguinte: além daqueles partidos que o senhor cita aqui, recursos que foram repassados, há outros partidos que receberam recursos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Dentro do que eu tenho de lista, é essa. Esta é a lista.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Mas o senhor disse que tinha uma outra lista, mas como o senhor não tinha recibo e nenhum documento, o senhor não poderia citar o nome das pessoas que também teriam recebido recursos.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Volto a afirmar: só existe uma lista, e esta é a lista.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quer dizer, quanto ao PSB, o senhor não entregou pessoalmente dinheiro ao PSB?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E ao PPS?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Pessoalmente, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não, não. PPS era o Sr. Márcio Lacerda. Ele era o contato, mas a entrega não foi para ele. A entrega foi para o Sr. Einhart Jacome.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Que era o proprietário de uma empresa...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É, eu fiquei sabendo que era um publicitário, mas não tenho nenhuma intimidade...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Eu pergunto para a D^a Simone: o Sr. José Luiz Alves diz assim: “Fui orientado, no dia 08 de setembro de 2003, para ir ao Banco Rural procurar o funcionário Renato, que me solicitou que eu deveria retornar no dia seguinte”. Renato era o contato no Banco Rural quando V. S^a não estava lá e deixava remessa de recursos para que alguém fosse buscar?

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Perdão, Deputado. Não entendi, o rapaz do Banco que ligou para ele?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Do Banco Rural. Ele foi orientado para ir ao Banco Rural procurar o funcionário Renato.

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Provavelmente, nesse caso, eu deixei autorizado no Banco que o Sr. José Luiz pudesse apanhar o valor. Se ele não foi naquele dia, o Banco não pode ficar com valor no cofre, eles não podiam ficar com altas quantias no cofre. Então eles sempre buscavam as

pessoas que eu havia deixado o nome. Pode ter sido esse um dos casos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Ele disse que o Renato solicitou que deveria retornar no dia seguinte. E, no dia seguinte, ele recebeu a quantia de R\$100.000,00.

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas, segundo depoimento de V. S^a, em momentos em que V. S^a não estava lá, pois há momentos em que V. S^a entregava pessoalmente.

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo?

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas, em outros momentos, V. S^a não estava presente e deixava para que alguém do banco pudesse fazer o repasse.

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – É, a partir de uma autorização minha.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sua?

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Era uma pessoa indicada ou era qualquer funcionário do banco?

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não, sempre foram duas pessoas que se disponibilizaram para isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem eram as pessoas?

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – O Renato e o Francisco.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O Renato e o Francisco?

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Está o.k.

O senhor disse que não tem recibos de todos. Há uma relação que o senhor repassou, recursos e recibos. Outros não tem: foram telefonemas... Mas, no dia em que esteve aqui, Sr. Marcos Valério, o senhor disse que teria outra lista e que não ia indicar os nomes, porque não ia ser leviano; que não tinha... mas que teria uma lista de quem teria recebido dinheiro de V. S^a. Como V. S^a poderia resgatar alguma informação, pergunto se, a partir daquele momento, fez alguma ação para resgatar algumas informações dessas outras pessoas que também teriam recebido recursos da sua empresa.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Deputado, a lista é essa, e não existe outra

lista. Esse episódio se refere em 1998, mas não é palco da CPMI aqui. Mas a lista integralmente é essa, e reafirmo essa lista, com muita responsabilidade.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Dona Simone, a senhora nunca esteve com o Dr. Valdemar Costa Neto?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Não. Hoje, aqui, é a primeira vez.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A primeira vez?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O relacionamento era feito com o Jacinto Lamas?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Sr. Jacinto Lamas. Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Isso, em Minas Gerais, em Brasília...

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– No Banco Rural, na agência do Banco Rural.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E também no hotel?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– E uma vez no hotel, sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eu não sei quem falou, mas alguém disse que a senhora estava no hotel, que foi contactada para ir e que... Ou seja, a senhora estava dentro do quarto, e ele nem conseguiu entrar. Ele ficou de fora, e a senhora entregou-lhe o envelope. Aconteceu algum fato, ou seja, a senhora estava dentro do hotel, no quarto, ele ficou no corredor, a senhora abriu a porta e repassou o envelope para essa pessoa?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– O senhor há de convir que é uma situação muito constrangedora.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois é.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Não era um simples quarto de hotel, era um apartamento, onde tinha uma ante-sala.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Ali, eu entreguei mesmo a quatro pessoas valores, procurando alternar os horários, para que elas não se encontrassem. Ali foram entregues os valores e, enfim, nunca mais utilizei...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nunca a senhora entregou envelope nem dinheiro no corredor do hotel? Foi na ante-sala?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Foi na ante-sala, com certeza.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)
– Sr. Deputado...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Vou concluir, Sr. Presidente. Só mais uma pergunta.

Todos os cheques foram nominais, Dr. Marcos Valério?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Eram nominais à empresa e endossados nas costas. Alguns eram nominais à empresa Garanhuns, e alguns, direto, depósito na conta da Bônus-Banval.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E as pessoas que receberam e que não eram empresas? Por exemplo, os outros que receberam no Banco Rural...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eles recebiam em espécie?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Em espécie.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – No caixa?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)
– Muito bem.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy. Ausente.

Com a palavra, o Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, quero apenas registrar que me dou por satisfeito com as inquirições feitas até agora, especialmente no que diz respeito ao que foi feito pelo ilustre Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, porque aquilo a que estamos assistindo aqui – e tentei fazer essa reflexão no início da minha fala, no início das inquirições e não pude fazê-lo –, o que nós estamos promovendo novamente é a inquirição das testemunhas. Precisamos ter regras, normas e procedimentos claros, mas não estamos seguindo esses procedimentos claros; nós estamos inquirindo novamente as pessoas sobre fatos e situações em que elas já foram inquiridas em outras oportunidades e continuamos repetindo as perguntas.

Agora, eu ouvi os outros parlamentares e gostaria que fosse ouvido, escutado com atenção pelos nobres Pares, pois quero manifestar o meu descontentamento. Não é justo, não é correto, os acareados não vieram

aqui para serem inquiridos novamente; eles vieram aqui para serem acareados.

Quero ler o art. 229 do Código de Processo Penal:

“Art. 229.

Parágrafo Único: Os acareados serão reperguntados, para que expliquem os pontos divergentes, reduzindo-se a termo o ato de acareação.”

Eles não estão sendo perguntados e reperguntados sobre pontos divergentes. Eles estão sendo perguntados e reperguntados em situações em que eles já foram, em outras oportunidades, inquiridos; eles já se manifestaram em outras oportunidades sobre esse mesmo tema.

Sr. Presidente, nós podemos reperguntar nos pontos de divergência, mas estamos abrindo um leque, nós estamos fazendo questões que não são divergentes, que não são pontos divergentes, que eles já disseram diversas vezes.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Deputado Odair Cunha, V. Exª vai usar o seu tempo todo assim para falar...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deputada Zulaiê Cobra, estou nos meus 10 minutos e quero usar os 10 minutos para fazer este registro que se constitui num protesto ao método que estamos usando aqui para acareação.

Não vamos ter fim nisso. Estamos sendo criticados, muitas vezes, com razão, nos tribunais, por juristas, porque nós não temos técnica.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Não estamos preocupados com juristas e nem com os tribunais.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deputada Zulaiê Cobra, V. Exª está presidindo e peço que V. Exª se conduza como tal.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – V. Exª fica falando que estamos sendo criticados pelos juizes. Qual é o nosso problema com juiz? Não temos nenhum problema com juiz.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora tenho que brigar com a nossa Presidente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O Vice-Presidente está na mesa, quando da ausência do Presidente, é o Vice-Presidente quem preside.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Mas ele está saindo e me pediu para ficar no lugar dele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deputada Zulaiê Cobra, estou usando os meus 10 minutos.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – O senhor pode falar o que quiser, mas não fica fa-

lando que juiz fala mal de nós. Juiz não tem que se meter conosco aqui.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Posso falar o que eu quiser e como entender no meu tempo.

Agora, nós precisamos ter método, não estamos tendo método, não estamos tendo procedimento. E o que estamos fazendo aqui, do ponto de vista da investigação, é ineficaz e ineficiente para os objetivos de investigação que queremos.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Baltazar. Foi por isso que ele passou a Presidência à minha pessoa.

V. Exª dispõe da palavra por 10 minutos.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Eu queria – cumprimentando a todos e todas – perguntar ao Sr. Valdemar Costa Neto, em relação aos seis milhões e meio que o senhor recebeu, quanto foi que o senhor recebeu da Garanhuns?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Recebi R\$1.200.000,00.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Somente R\$1.200.000,00?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Somente R\$1.200.000,00.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Da Garanhuns. E o senhor recebeu... O Sr. Marcos Valério disse que recebeu alguma coisa que ele teria... Além da Garanhuns, ele passou algum outro recurso...

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Todos os repasses vieram através da SMP&B.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Sim, mas pela Garanhuns só R\$1.200.000,00?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Só R\$1.200.000,00.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Queria perguntar ao Sr. Marcos Valério a respeito desses R\$6.037.000,00 que o senhor depositou, ou depositaram em cheque ou em ordem, na Garanhuns.

O senhor tinha algum depósito na Garanhuns para político ou não político, além daqueles que o senhor passou para o PL? Tudo que o senhor depositou na Garanhuns o senhor disse que não conhecia, era para o PL?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Era, sim senhor.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Todos os R\$6.037.000,00? O senhor confirma... Não, os seis milhões e trinta e sete mil, que estão confirmados aqui. Foram para o PL?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Sim. Portanto, os quatro milhões e alguma coisa devem estar dentro da Garanhuns. Se o Sr. Valdemar Costa Neto... Essa diferença que está voando por aí, muito provavelmente, está nesse confronto do um milhão e duzentos mais seis milhões que o senhor confirma que entregou. O senhor não teve nenhum movimento na Garanhuns com nada? Nem comercialmente? Nada? Só com o PL?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Só. Nem conheço o dono.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – O rastreamento da Garanhuns, o rastreamento do cheque, do dinheiro, vai mostrar quem pegou na ponta esse dinheiro. Correto?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Correto.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Então, Sr. Relator, acho que é um caminho de investigação de quatro milhões e alguma coisa, via Garanhuns, que deve estar registrado. O que foi entregue na mão não tem registro, mas essa diferença tem. Se rastreada for, muito provavelmente vai resolver.

A outra questão... Só para a gente entender um pouquinho o chamado mensalão, acho que ninguém aqui tem nenhuma dificuldade em entender mensalão. É uma questão temporal. Nossa questão é saber quem financiou e quem recebeu na ponta. Que é mensalão no sentido de que foi repetidas vezes repassado, ninguém precisa ficar preocupado, porque isso é verdade. É uma questão temporal. Para quem e para fazer o que é outra questão que precisa ser detectada. Mas essa é uma questão temporal. Não indica absolutamente nada, a não ser que foi repassado várias vezes no tempo.

Agora, a preocupação... foi repassado para diretórios estaduais do PT, Sr. Delúbio Soares. É verdade? Para vários diretórios? Só para confirmar. Foi repassado, correto? É só dizer correto.

O SR. DELÚBIO SOARES – Recursos do PT?

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – É.

O SR. DELÚBIO SOARES – Desses recursos, parte foi para diretórios regionais e/ou municipais.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Do PT?

O SR. DELÚBIO SOARES – Isso, conforme está na minha correspondência.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Evidentemente, não era para comprar Deputado do PT. Se já era do PT! Então, o que fica bastante claro é que há uma mistura. A questão passada aos Partidos, se eventualmente foram repassadas para Deputados, é preciso – aí é uma questão de avançar a investigação – quebrar o sigilo bancário e fiscal dos Deputados e dos

assessores dos Deputados, para saber se realmente foi repassado dinheiro para Deputados. Repassaram para o Diretório Estadual do Acre; repassaram para a campanha. Não acredito que ia ao Acre para voltar ao Deputado Federal, até porque não viria. Chegando lá, todo mundo tem problemas, dificuldades. Há uma mistura nessa questão. Penso que, ao investigar isso... Porque está uma mistura de caixa dois não-contabilizado para partido e, também, eventualmente, para Deputados, se isso se confirmar. Mas isso não vai avançar, se a CPI não tiver a coragem de fazer a quebra do sigilo fiscal, telefônico e bancário dos Deputados – na minha avaliação, tinha que ser de todos, para que ninguém fique com alguma preocupação, e de seus assessores. Assim, poderemos chegar, finalmente, à questão.

Sr. Marcos Valério, V. Ex^a entregou duas listas à CPI. A questão da CPI não é apenas a questão atual, mas é a questão atual fundamentalmente. É questão de como se financiou esse processo todo ao longo do tempo, desde a compra de votos do Governo anterior e do chamado mensalão atual, que é o mais polêmico.

Quando o senhor entregou a lista aqui, como disse o Deputado Luiz Couto... Não sei a tecnologia que o senhor usava em 98. O senhor entregou uma lista de um milhão e alguma coisa. Eu tenho aqui o nome. Inclusive, que receberam recursos em 1998, há dois Deputados Federais. Não vou citar nome, não é o caso. Há seis Deputados Estaduais de Minas, no exercício do mandato ainda em Minas, mais três, de 1999 a 2002, e, de 1995 a 1999, mais dois Deputados. Não vou citar os Partidos. E o senhor trouxe recibo bancário. E o nome da SMP&B, do Deputado e das pessoas que receberam. O senhor disse que tinha uma outra lista e que não diria, não traria, porque não tinha recibo. O senhor sabia, mas não tinha recibo. Essa, de 2002, o senhor trouxe – e disse que pode ter errado – também sem recibo. É uma das anotações, dos convencimentos que o senhor tem de que... alguns com informação e sem informação. Por essa tecnologia... A tecnologia que o senhor adotou não foi agora; o senhor a domina. Por que o senhor regrediu? Primeiro o senhor usava recibo mesmo, recibo bancário, depois não quis mostrar a outra lista, porque disse que não tinha o recibo e agora traz uma lista sem o recibo de depósito. O que evoluiu nesta tecnologia de buscar empréstimo? Porque é a mesma tecnologia. A tecnologia que o senhor usou em 1998 e a que usou agora são as mesmas. Aprimorou. O que aconteceu? Como o senhor evoluiu nesse processo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Primeiramente, nós devemos deixar claro para a sociedade brasileira e acabar com a hipocrisia:

eu não sou a única empresa que ajudou e ajudará políticos. Segundo, em 1998, o financiamento foi feito, repassado, e a lista é aquela que passei, com os devidos “docs”. O restante foi passado em dinheiro para o Sr. Cláudio Mourão, e ele falou isso aqui no depoimento dele. Aí ele passou para outras pessoas.

Outra coisa é importante deixar claro: o Marcos Valério não é detentor de tecnologia para ajudar campanhas políticas. Isso já acontece no Brasil desde Rui Barbosa.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – É o nosso contemporâneo.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Está certo? E é importante também a gente lembrar algumas reportagens de 1995, da própria **Folha de S. Paulo**, que cita várias empresas que ajudaram em campanhas políticas.

Então, o Marcos Valério, a SMP&B, da qual sou um dos sócios, e a DNA não podem ser crucificadas como as únicas. Daí nós vamos ter que voltar no passado e pegar as reportagens do jornais e da imprensa, que fez várias denúncias.

Eu assumo aqui o que fiz: peguei, através do Banco Rural, empréstimo e repassei ao Partido dos Trabalhadores e a outros Partidos, a pedido do Tesoureiro. E, em 1998, peguei o empréstimo e repassei, de acordo com o depoimento do próprio Cláudio Mourão aqui. O que fiz eu assumo. Agora, não sou o único e não deveria nunca ser crucificado como único, porque, então, vamos enterrar tudo que foi escrito e tudo que divulgado pela imprensa no passado.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Só para concluir: o senhor disse que não foi o único, e eu acredito no senhor. Todos nós acreditamos que não é o único, que o senhor não começou. Eu queria só que o senhor citasse, já que vive nesse meio, qual é a outra empresa que faz a mesma coisa ou que fez a mesma coisa, que o senhor conhece, e qual a campanha... O senhor diz que desde sempre, que desde Rui Barbosa se efetiva isso: qual é a outra campanha? O senhor contribuiu por fora, na campanha do Presidente Fernando Henrique Cardoso, como publicou a **Folha de S. Paulo**?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor, não contribuí. Outra coisa muito importante: a única lista que serviu de base para a investigação fui eu que apresentei. Em 1998, eu apresentei a lista também. Quero deixar claro que...

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – E qual a outra empresa?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não conheço outras empresas.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – O senhor falou que não é o único.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu leio nos jornais, é só a gente pegar, eu entreguei uma reportagem para o nobre Relator, onde cita várias reportagens sobre o assunto. Estou certo relator?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Perfeitamente.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – O senhor não conhece?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Ou não quer dizer?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não sou a palmatória do mundo.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Muito obrigado, Sr^a Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Agora, eu vou dar a palavra...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, posso dar uma explicação ao Sr. Deputado Paulo Baltazar?

O SR. PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Pois não, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – S. Ex^a fala de uma necessidade eventual de se quebrar sigilo bancário para fazer prova de repasses feitos a Deputados Federais. A lista dos Deputados Federais contemplados pelo Sr. Marcos Valério é a seguinte: Bispo Rodrigues, admitiu ter recebido e renunciou ao mandato para não responder ao processo; João Magno de Moura, admitiu ter recebido e está se defendendo no processo; João Paulo Cunha, admitiu ter recebido e está se defendendo no processo; José Borba, se eu não me engano, renunciou ao mandato. Renunciou o mandato numa confissão explícita; José Janene, recebeu e está apresentando documentos referentes a possível ou suposta aplicação dos recursos; Sr. José Mentor, recebeu, alega que recebeu como Deputado e está fazendo prova nesse sentido no curso do processo; Sr. Josias Gomes da Silva, admite que recebeu e está se defendendo no curso do processo; Sr. Paulo Rocha, admitiu que recebeu como contribuição à campanha do PT no Pará e renunciou ao mandato; Sr. Pedro Corrêa, admitiu que recebeu e que aplicou o dinheiro no pagamento de advogados incumbidos da defesa do Deputado Ronivon Santiago; Professor Luizinho, admite que recebeu; Roberto Brant, admite que recebeu, não do Sr. Marcos Valério, mas da Usiminas através do Sr. Marcos Valério; O Sr. Vadão Gomes diz

que não recebeu; Sr. Valdemar Santos são os únicos Deputados citados.

As pessoas que vêm figurando abaixo desses nomes são de funcionários ou de pessoas incumbidas pelo Deputado de ir e buscar o recurso. Portanto, são transportadoras de recursos.

Se o Sr. Marcos Valério diz que pagou e a pessoa diz que recebeu, nós não temos que questionar o transportador. Portanto, não vi necessidade de quebrar sigilo bancário de funcionário de gabinete.

As únicas dúvidas existentes nessa relação referem-se à diversidade de importâncias. Mas, pelo visto, os Srs. Membros da Comissão não querem se deter nessa questão. Esta acareação foi especialmente requerida para dirimir essa dúvida. Mas como nós temos muito tempo e muitas pessoas a serem ainda inquiridas, eu estou certo de que com paciência nós chegaremos a atingir os fins dessa diligência processual.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Sr. Relator, eu quero apenas contribuir com uma questão. Da mesma forma que queremos saber qual a origem do dinheiro, e muitos de nós não acreditamos que seja empréstimo bancário, queremos saber que fontes são, nós também precisamos saber não só os recebedores. O Sr. Roberto Jefferson fez a denúncia de que o dinheiro era recebido por liderança e repassado a parlamentares. É a denúncia de que alguns eram comprados. Há até valores descritos. Para que não parem dúvidas sobre os inocentes todos, já que queremos punir os culpados e não punir os inocentes, penso que é de bom alvitre que nós possamos avançar. Claro que essa é uma questão bastante polêmica, mas eu estou no sentido de poder avançar as investigações, senão os recebedores disseram que receberam e não querem dizer mais nada, as coisas vão parar nesse patamar e parece que não avança. É no sentido de contribuir, se for possível, se essa linha de investigação for aceitável.

Obrigado.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Pela ordem, Srª Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – O Deputado Paulo Baltazar já falou bastante e vou passar a palavra agora...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Srª Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Pois não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Essa é outra questão. O Deputado Paulo Baltazar estava-se referindo ao primeiro passo do drama, que é aquele do dinheiro que foi dado e que foi recebido pelo Deputado. S. Exª não se referiu à quebra de sigilo

bancário dos Deputados que teriam recebido de outros Deputados. Essa é outra questão.

O SR. PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Passarei a palavra agora ao Deputado Moroni Torgan... Pela ordem, Deputado...

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Srª Presidente, desde que se marcou esta acareação vimos debatendo a mesma coisa. Se nós temos dúvida quanto às pessoas que estão aqui, porque algumas perguntas ficaram sem resposta, nós devíamos fazer requerimento e trazê-las de volta para inquirir...

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Pois não.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Não é nesta reunião, que é apenas, única e exclusivamente, para acareação, que vamos tirar nossas dúvidas.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Está certo.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – E estamos caminhando para um caminho diferente daquele que foi traçado para o dia de hoje. Eu disse ao Sr. Relator que essa acareação iria terminar no que está acontecendo, disse ao Presidente. E já estamos aqui há quase cinco horas, quatro horas e meia, e não extraímos quase nada porque saímos da rota que foi traçada pelo Relator para a reunião do dia de hoje. Se continuarmos desse jeito, vamos acabar isso duas horas da manhã. Temos que dar um basta nisso.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Deputado José Carlos Araújo, V. Exª tem suas razões, mas...

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Só para concluir, Srª Presidente. Ou a Presidência desta reunião coloca o trem nos trilhos e estabelece que vamos caminhar para a acareação, única e exclusivamente para acareação, as dúvidas quanto a depoimentos dos que estão aqui poderão ser tiradas numa outra convocação, ou então não vamos acabar isso nunca.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Deputado José Carlos Araújo, vamos terminar a hora que tiver que terminar, e cada Deputado vai fazer o que quiser.

Aliás, quando fiquei um pouco brava com o Deputado Odair Cunha, peço desculpas, Deputado, V. Exª tem todo direito de falar o que quiser.

E cada um vai fazer o que quiser, até porque nós somos todos juizes aqui, e para falar mal de juiz, então vamos falar mal de juiz porque todo mundo aqui é juiz.

Então, V. Exª me desculpe, mas todo mundo vai falar, vamos dar a palavra. E se for até uma hora da manhã, vai, e se tiver que ir até as duas, vai, e se tiver

que voltar, vai ter que voltar, e os advogados estão todos felizes da vida, e nós também.

Concedo a palavra agora ao Deputado Moroni Torgan e passo a Presidência ao Deputado Paulo Baltazar.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Estou estranhando o modelo de comportamento de V. Ex^a.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Muito obrigado, Sr^a Presidente.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Uma hora um fala, outra hora fala.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Tenho a palavra? Sr. Presidente, já está correndo o tempo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A Deputada Zulaiê Cobra aprendeu cedo aqui com o Senador Amir Lando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra o Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Peço para reiniciar o tempo.

Sr. Presidente, em primeiro lugar eu queria aproveitar, sou, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o Relator do processo de Vadão Gomes. O senhor já disse, Sr. Marcos Valério, que o senhor confirma que deu os R\$3 milhões e 700 para o Deputado Vadão Gomes. Eu queria saber a mando de quem o senhor deu esse dinheiro. Por orientação de quem?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Tudo, a lista toda que está aqui foi a mando do Dr. Delúbio Soares.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Dr. Delúbio, o senhor confirma que mandou dar esse dinheiro ao Deputado Vadão Gomes?

O SR. DELÚBIO SOARES – Essa lista que eu passei para o Marcos Valério corresponde à realidade que aí está.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O senhor teve contato nesses telefonemas, porque há alguns telefonemas entre o senhor e o Vadão, aí é que houve essa solicitação?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, eu tive esse contato com o Deputado Vadão ao vivo e em cores, também falei com ele por telefone.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – E era para pagar dívida de campanha também?

O SR. DELÚBIO SOARES – Acho que não é o motivo da nossa acareação aqui, agora, vai ter a do Genu, mas não há problema nenhum eu confirmar isso.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Confirmou isso.

O senhor se lembra de algum detalhe de como mandou esse dinheiro para ele?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Foi em espécie, Sr. Deputado.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Foi em espécie?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Foi.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Foi em algum local específico?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Acho que foi num hotel em São Paulo.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Se o senhor puder se lembrar depois e me mandar seria importante.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, Sr. Deputado.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Esses detalhes serão muito importantes no processo de que sou Relator.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu me coloco a sua disposição, Deputado.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Muito obrigado.

Feitas essas ressalvas.

Ele teve contato inclusive com aquele funcionário da sua empresa, algumas vezes, na quebra de sigilo telefônico apareceu.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Era o celular que eu usava.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Isso. Está bem.

Agora deixe-me fazer outra pergunta: esse dinheiro...

Com o celular que o funcionário usava? Ah, que o senhor usava.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Para esclarecer, o nome do funcionário, só para ajudar.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Orlando Martins, Sr. Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – E, se puder...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Fique à vontade, eu só peço para descontar o tempo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Porque já que é o mesmo celular, ele poderia pelo menos confirmar o número do celular. Não precisa.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Então vou continuar.

Deixe-me perguntar agora especificamente sobre essa questão dos 10 milhões, esses 4 milhões. Quero perguntar para todos: onde ficaram esses quatro milhões?

Não vejo muita razão de o ex-Deputado Valde-
mar dizer que recebeu seis e não recebeu dez, porque
tanto faz seis ou dez. Em função do que ele tinha, se
não me engano, tinha documento de 1.6 milhão, 1.7
milhão. Então, a diferença para seis milhões ou para
dez ia ficar igual. Então, não vejo muita razão de di-
zer que não recebeu os dez. Agora, Marcos Valério
explica que deu os dez para ele, onde está essa dife-
rença? Onde ficou? Porque foram seis milhões para
Garanhuns, é isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – E os ou-
tros quatro foram para onde?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Todos os seis milhões estão dentro das
contas da Garanhuns, Sr. Deputado.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sim,
mas o senhor teria repassado dez. Onde estão os
outros quatro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Os outros quatro estão sendo, foram repas-
sados de acordo com a listagem abaixo.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Ah, foi
repassado pessoalmente? A Srª Simone participou
desse repasse?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Isso, e isso tem comprovante.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Ela pode
falar, por favor?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ah, desculpe, Deputado.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Não, fi-
que à vontade.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– Do montante de 12 milhões, do período de feverei-
ro de 2003 a agosto de 2003, foram cheques à Ga-
ranhuns. A partir daí foi solicitado que fosse mudado
o formato de pagamento. E aí sim comecei a fazer os
pagamentos diretamente ao Jacinto no Banco Rural.
E depois disso foi através da Bônus-Banval.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Então,
foram seis milhões para o Jacinto?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– De que eu participei diretamente da entrega ou de
que deixei autorizado no Banco para que o Jacinto, e
uma única vez o irmão dele, o Antonio Lamas,...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Quantas
vezes o Sr. Jacinto foi pagar...

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS
– ...2,4 milhões. Somou a quantia de 2,4 milhões; 2,4
milhões que eu entreguei em dinheiro. Seis milhões
e alguma coisa – teria que somar aqui – foi para Ga-

ranhuns. Cheques administrativos para a Garanhuns,
que assim foi solicitado pelo Jacinto. E o restante foi
pela Bônus-Banval.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Quero
saber outra coisa. Esse dinheiro, Sr. Marcos Valério,
o senhor acredita que foi para pagar contas de cam-
panha?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Acredito sim, senhor.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Quer
dizer, contas de campanha inclusive do Presidente
Lula?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não tenho esse conhecimento, se-
nhor.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Mas de
quem seria?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Do PL, do Partido Liberal.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Não,
não, fora desse aí. Aquele, por exemplo, que o senhor
pagou para o Duda Mendonça.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ah, aí, não tenho conhecimento, Sr. Deputado.
Se eu tivesse, eu te falaria. Não tenho conhecimento.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Mas o
senhor acredita que faz parte de um repasse natural,
ou foi uma dívida de campanha que está sendo cum-
prida?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, aí eu vou fazer suposição. Eu não te-
nho...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Quando
lhe deram a ordem, não lhe deram a ordem?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Quando
lhe pediram para fazer os empréstimos, era para quê?
Para pagar dívida de campanha?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Era para pagar dívida de campanha, sim,
senhor.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Dívida
de campanha do PT e do outros partidos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – De outros partidos.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – E do PT
também, porque...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, de outros partidos. Estava confirman-
do, sim, senhor..

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Quero
saber do Sr. Delúbio, aquele dinheiro que foi para o

Márcio, 457 mil, foi para pagar conta do segundo turno de participação da campanha, é isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado Moroni Torgan, já falei aqui, falei na CPI ...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – É só dizer sim ou não.

O SR. DELÚBIO SOARES – ... mantenho a resposta anterior.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – É sim. Aqui para o Deputado Valdemar, esse dinheiro, seis milhões foram para pagar conta do segundo turno da campanha presidencial do Lula, é isso

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Campanha presidencial do Lula e do José Alencar.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Fico pensando aqui se estamos aqui brincando porque parece que se tivessem os três dizendo isso sobre um Deputado, tinha uma representação no Conselho de Ética contra o Deputado, porque os três dizem que mandaram dinheiro de caixa dois para pagar conta da campanha do Lula. Os três. Os três estão dizendo. Se dizem isso de um Deputado, o que acontece? Representação no Conselho de Ética, imediatamente. Então, caixa dois é ruim para Deputado, e para Presidente não vale, para Presidente não vale. Quer dizer, estamos brincando? Se os Deputados são responsabilizados pelo caixa dois – e já vi vários artigos, várias coisas, várias pessoas, vários juristas se manifestando sobre isso. Aqui tem três testemunhas dizendo que o Presidente usou caixa dois na campanha dele.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O Partido. O Presidente não.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Mas para a campanha dele. Os Deputados também podem dizer que foi o partido, foi o partido, mas foi para a campanha dele. E o que nós vamos fazer com ele? Nós vamos fazer o seguinte... Não, olha, caixa dois para Deputado é um horror. Nós temos que representar, temos que cassar, temos que tudo mais, tudo bem. Agora, caixa dois para Presidente, não. Aí é diferente. Aí vamos ver se a gente passa a mão por cima, se dá um jeitinho. Qual é a diferença? Eu não consigo ver diferença nenhuma. Vejam, aqui nós temos três testemunhas – um líder partidário, Presidente de partido; um que pagava as contas do partido; outro que era tesoureiro do partido –, todos mantendo que foi muito dinheiro para pagar conta do caixa dois do Presidente, do caixa dois do Presidente, sim, senhor, da campanha do Presidente. E aí nós fazemos de conta que para Presidente não vale. Agora, para Deputado, aí vale. Eu acho que nós estamos pensando pequeno. Eu acho que, se isso é um dinheiro ilícito para Deputado, também é um dinheiro ilícito para Presidente. E nós temos que

representar contra o Presidente. Nós estamos diante de três testemunhas que confirmam o caixa dois na campanha presidencial no segundo turno, três testemunhas. O que precisa mais? Porque uma testemunha é suficiente para um Deputado. Quer dizer, quantas testemunhas nós vamos querer mais para a cassação, para, pelo menos, instaurar um processo que avalie a cassação do Presidente, porque acho que vale para todo mundo. Se nós queremos passar a limpo, realmente, o País, se nós queremos mudar essas regras, as regras não podem valer para um e não valer para outro, porque aqui, durante todo esse tempo em que estivemos arguindo, parece que passamos ao largo do Presidente e parece que não constata aquilo que todo mundo está vendo, que três testemunhas confirmam que botaram dinheiro de caixa dois na campanha do Presidente Lula no segundo turno. Sr. Presidente, V. Ex^a é responsável por isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, vamos ao que interessa a esta CPMI. Esta CPMI foi criada para apurar, exclusivamente, a prática da compra de votos de interesse governamental de 98 até agora. Este é o caráter desta CPMI. É pública e notória para toda a Nação brasileira a utilização de ilícitos, e nós estamos aqui tentando encontrar os caminhos que culminaram com esses fatos. Então, em diversos momentos, o Delúbio Soares foi apresentado, e assumiu isso publicamente, como uma pessoa que fazia a negociação e autorizava os repasses financeiros. Isso nós já sabemos, a Comissão já sabe. Marcos Valério cumpriu o papel de repassar estes recursos e Dona Simone, que está aqui presente, operava essas autorizações. Isso nós também já sabemos. As formas desses transportes se davam ou via empresa, depósito em cheque, boca de caixa, seja lá como foi. São os mecanismos utilizados. Também já sabemos. Os Presidentes e os Líderes partidários eram os receptores e repassadores para a verdadeira finalidade, o usuário final deste recurso. Isto nós estamos com quase todos já no conhecimento também desta Comissão. Mas há perguntas que as três – duas CPMIs e uma CPI – CPIs se confundem em realizar, e teremos de resolver qual delas vai encontrar essa resposta. E vejo aqui um pouco a ansiedade de muitos Parlamentares. A pergunta primeira: os valores já revelados são os totais? Há outros? Quem responde por essa pergunta? A segunda: os nomes já revelados são esses? Existem outros nomes? A terceira: as fontes pagadoras já reveladas são únicas? Existem outras? E qual a verdadeira finalidade de todo esse sistema?

Assim sendo, acho que esta CPMI está diante, de fato, de duas perguntas. A primeira: todo o recurso utilizado até agora, denunciado, esclarecido, exposto e conhecido de todos aqui foi para o financiamento de campanha eleitoral ou foi para pagar posição de Parlamentares diante de votações no Congresso Nacional? Porque é claro que são dois eixos completamente distintos. E quem é da área jurídica, sabe muito bem disso. Portanto, confio na palavra do nosso Relator. Se o recurso for de caixa dois, isso não é novidade, porque Delúbio já assumiu isso também, de público.

Então, esse trabalho não tem mais para aonde avançar, porque se essa é uma resposta que interessa, ela já foi dada. Se o recurso foi para pagar o mensalão que o Deputado Roberto Jefferson anunciou aqui, desde o começo, faço aqui as seguintes indagações. O Deputado Roberto Jefferson disse que recebeu R\$4 milhões; diz que foi para pagar campanhas dos Parlamentares do Partido que ele presidia, e que há 23 anos é Deputado, e o único Partido que ele diz que não pratica caixa dois é o P-Sol, porque ele é recém filiado e não participou de nenhum processo eleitoral. Esse foi o argumento dele no dia daquela inquirição.

Portanto, ele não revela quem recebeu. Valdemar Costa Neto, ex-Deputado, fala em todos os momentos que recebeu R\$6,5 milhões; que foi, segundo ele, em um primeiro momento... Quero entender, depois vou fazer essa pergunta ao ex-Deputado, se foi para pagar as campanhas dos Parlamentares. Ele diz que, como o dinheiro chegou atrasado – foi isso que ouvi da vez passada –, a campanha já havia se encerrado e não havia mais 1º turno. Os Deputados eleitos já estavam decretados. Portanto, ele, por decisão pessoal – e aí faço essa pergunta se foi isso mesmo – destinou recursos, ao arbítrio dele, para campanha de 2º turno do Presidente Lula, na cidade de São Paulo, porque ele imaginava que, se não fizesse assim, não haveria força política. Se o Presidente da República, Lula, perdesse a eleição, o Partido dele estava fadado ao esgotamento. Foi isso que ouvi. Peço ao Deputado que possa dizer para nós se foi isso mesmo.

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Senador Sibá, a decisão de investir em São Paulo foi minha, pessoal. Nós tínhamos feito uma programação, quando fechamos a aliança com o PT, de repassar recursos para os Estados. O recurso não veio. Quando chegou no 2º turno, nós vimos que a tendência em São Paulo era de que o Lula perdesse a eleição na capital. E na região metropolitana também nós tínhamos de investir. Investi cem por cento desses recursos por minha vontade pessoal, por causa dos meus correligionários, dos meus companheiros de política e de Partido que não tinham recebido nenhum material durante a

eleição; investi na cidade de São Paulo e na região metropolitana, no 2º turno. Quando procurei o Delúbio para ver se eu ia conseguir, porque eu não conseguia nem material no PT, e fazia parte do Conselho Político, estava reunido com eles toda semana, eles não tinham condições de me dar nada, pois mal estavam atendendo o PT; não estavam conseguindo atender a todos os pleitos que eles tinham de material. E o meu pessoal estava passando constrangimento nessas cidades, principalmente na capital. O PT tinha estrutura para fazer a campanha, porque a candidatura era deles, direta da Presidência, e o nosso pessoal do PL não tinha o material, não tinha um papel, não tinha um adesivo, uma camiseta, não tinha nada. Então, tomei a providência de investir para valer, para defender os nossos interesses, os interesses do nosso pessoal que estava na campanha.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Deixe-me olhar para o meu tempo.

Sr. Presidente, seguindo nesse raciocínio, os Deputados ligados ao Partido dos Trabalhadores que receberam, na boca do caixa – Banco Rural e BMG, segundo os recibos que inclusive Marcos Valério apresentou –, todos apresentariam, vou acreditar, para saldar suas dívidas de campanha.

Até pergunto ao Delúbio: algum dia, algum Deputado do PT que possa ter te telefonado, pedindo algum dinheiro, falou, em algum momento, em dinheiro, para votar matéria de interesse do Partido ou do Governo, no Congresso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Senador Sibá Machado, pessoa que prezo muito, vou pegar um exemplo: o Deputado Professor Luizinho é considerado o Deputado mais governista da Casa, de todos os Partidos. Ele tem esse troféu e está na lista de R\$20 mil.

Um assessor dele me solicitou para ajudar na preparação da campanha, na região do ABC, e está na cota do Luizinho. Ficou na cota do Luizinho porque é um funcionário dele, é um militante do PT da região. Ele me pediu, e pedi que assim fizesse.

Obviamente, todos os Deputados do PT que estão nesse processo têm livre convicção para votar em quem acha que deve no nosso Partido. O nosso Partido sempre teve essa convicção, e os demais partidos também.

A tese – agradeço a pergunta do senhor – de compra de votos não existiu, não há, nunca houve. O que existiu foram compromissos partidários eleitorais que assumimos e que só conseguimos efetivar em 2003; e, uma parte, em 2004.

Queria lembrar novamente, aproveitando este momento, que, em 2003, na maioria das teses polêmicas votadas, a Oposição votou em bloco, majoritariamente,

nas teses apresentadas naquele momento, que foram a reforma da Previdência e a reforma tributária. Tivemos, no Partido – que é do meu coração, mas ao qual não estou mais filiado –, que expulsar quatro Parlamentares, porque descumpriram as resoluções do Partido. Ficou tudo claro sobre isso.

Então, não houve compra de Deputados.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, eu queria, ainda, faltando meio minuto, lembrar outra frase do ex-Deputado Valdemar Costa Neto: é que ele via, no PT, antes das eleições, um Partido de extrema organização. E, segundo ele, depois que começou a campanha, ele teve uma outra visão do PT: uma tremenda bagunça.

Então, pode ficar aqui a grande pergunta que faço: entre o valor negociado, o valor autorizado, o valor transportado e o valor recebido, há diferença. Como há diferença, será que isso é resultado, Deputado, da bagunça que V. Ex^a percebeu na administração? Ou seja, o Delúbio é desorganizado, não consegue ter o controle das contas do Partido?

Antes, porque o meu tempo está encerrando, eu gostaria de falar isto, para não ter que voltar mais: no momento do teor da conversa e antes, num depoimento de Marcos Valério, você falou que havia mais nomes. Só que, por motivos de não ter recibos, você não ia arriscar a falar de mais nomes, porque não tinha o recibo comprobatório. Quero saber se, de lá para cá, V. S^a tem se lembrado de algum nome que possa ter algum tipo de documento comprovador?

Encerro a minha palavra, dizendo ao nobre Relator: o meu entendimento, Sr. Relator, é o de que, embora apaixonada, a tese do Deputado Moroni Torgan parece-me mais uma paixão política e precipitada. Não estou aqui querendo eximir-me de culpa coisa nenhuma. Mas, aqui, houve uma decisão pessoal do ex-Deputado Valdemar Costa Neto de utilização de recursos em campanha de segundo turno e, no meu entendimento, houve uma negociação com os partidos para, ou compromisso de 2002, ou compromisso de 1994 para campanhas eleitorais.

Se é nesse sentido, acho que V. Ex^a, pela cátedra e pelo conhecimento que tem na área jurídica, vai discernir muito bem o que é mensalão e o que é campanha eleitoral.

Gostaria de encerrar ouvindo o ex-Deputado Valdemar Costa Neto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – O tempo de V. Ex^a está esgotado, mas vou conceder um minuto ao ex-Deputado Valdemar Costa Neto.

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Quando conheci o PT nunca conheci tanta organização partidária na minha vida. O PT é organizado. Acontece

que a campanha do Lula, como tomou um vulto muito grande e com a perspectiva de ele vencer as eleições, eu notava isso no PT – sou de fora e não tinha que dar palpite nisso, mas eu, quando ia falar com o Delúbio, para resolver o problema dos meus recursos, porque era um acordo de campanha, eu via 20, 30 candidatos ao governo de Estado, ao Senado, atrás de recursos no PT. E via que o Delúbio não estava dando conta disso. Isso não foi desorganização, foi falta de dinheiro mesmo. Faltou dinheiro, ele ia deixar quem de fora? Ia atender primeiro o PT, que ele tinha as obrigações dele, oficiais, como deve ter atendido o Pcdob, que foi um atendimento oficial, e deixou o PL para depois. Não quis... O Delúbio falou para mim, em certo momento da campanha: “Valdemar, eu não vou poder assumir o compromisso que tive com você, que nós tivemos com o PL, não tenho a menor condição de pagar”. Aí, reuni o pessoal, em Brasília, e avisei aos Deputados. E o problema, Senador, é que nós não iríamos atingir os 5%. E foi o que aconteceu: fizemos 4,3% e prejudicou a campanha do PL.

Então, não me restava outra alternativa, e não investir na campanha do Lula foi uma decisão pessoal minha. Esse dinheiro não transitou pelo Partido. Eu, quando recebia do Delúbio, pagava os fornecedores em São Paulo.

Então, foi uma luta muito grande, que, pelo menos, não atingimos 4,3%, mas eu sabia que, se nós fizéssemos parte do Governo Lula, nós conseguiríamos levantar o Partido, como conseguimos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Concedo a palavra ao Deputado Neucimar Fraga.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Senador Sibá, reafirmo a lista toda, e é a única lista. Reafirmo tudo que está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra, o Deputado Neucimar Fraga. (Pausa.) Ausente.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.) Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde, 1º Suplente.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Obrigado, Sr. Presidente. Acho que esta acareação é de todo desnecessária, porque não se trata de apurar quem recebeu mais, quem recebeu menos. Trata-se de apurar o **modus operandi**, como isso se deu, no passado e no presente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Ex^a me permite um aparte, com solicitação ao Sr. Presidente para descontar o seu tempo?

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Pois não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Muito obrigado a V. Ex^a.

A razão desta acareação é tentar descobrir para onde foram vários milhões de reais cujo destino nós não encontramos. Ela não é inútil. Ela pode se tornar inútil se, ao termo dela, não se perseguir o ideal a que ela se propõe. Estou vendo que V. Ex^a é adepto dessa última convicção, porque já começa negando a importância da acareação. E, no entanto, pede a palavra para participar dela. É estranho.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – **Data venia**, meu caro Relator, por quem tenho uma grande amizade e estima pela sua competência enquanto jurista no Direito Penal, mas, no aspecto político e no aspecto da investigação, ela pouco poderá acrescentar alguma coisa à luz dos fatos já anunciados, até porque boa parte das comprovações daquilo que foi anunciado deveríamos comprovar através de outros meios de prova, que são as informações em face da quebra do sigilo fiscal, telefônico e bancário. Aí, iríamos checar as informações.

No entanto, aproveitando esta oportunidade de tentar descortinar o **modus operandi** de todo esse procedimento de financiamento de campanha, porque é nisso que temos que nos ater, é para isso que os dados apontam, é como foram financiadas as campanhas eleitorais, de que forma. É à origem dos recursos para esse financiamento que quero me ater neste momento.

Perguntaria ao Sr. Marcos Valério, porque ele fez um depoimento na Polícia Federal em que ele disse que a agência de publicidade tinha uma forma peculiar de funcionamento. A relação dela com o governante era uma questão fundamental para a sua viabilidade econômica. Disse ainda que, desde 1998, a SMP&B e a DNA mantinham relações com os governos estaduais e, através dos contratos de publicidade, mantidos com órgãos de governo, elas financiavam campanhas emprestando dinheiro, ou seja, davam seu nome e a sua vinculação contratual com uma entidade de governo. Em face desse nome e dessa vinculação contratual, elas obtinham financiamento de diversos Bancos (BMG, Banco Rural, etc). E que, este **modus operandi** atual, se deu, também, em 1998.

Eu tenho aqui, Sr. Marcos Valério, uma Ação Civil Pública por ato de improbidade, agilizado pelo Ministério Público Federal, contra o Senador Eduardo Brandão Azeredo. Nesse documento, que se encontra no Supremo Tribunal Federal, constam diversos Partidos que se utilizaram dos favores dessa triangulação: empresa-publicidade, contrato com o governo e campanha política. Dentro desses partidos figuram o PFL,

o PRN, PTB, PSL, PSB, PSDB, PSN, PDT, PP (que antes era o PPB e hoje é PP), PPS – não sei como está o Deputado... que hoje é Presidente do PPS, se ele não está aqui. Porque ele achou que o PPS nunca tinha participado disso e o PPS aparece na relação de partidos que receberam recursos à época, 98, nesse esquema – e, também, o PFL. Também recebeu o PFL! Tenho vários recibos aqui e eu perguntaria ao Sr. Marcos Valério se o Sr. Aécio Neves – o PMDB aparece aqui, João Correia, aparece também aqui –, o Sr. Aécio Neves recebeu à época, 1998, para a sua campanha a Deputado Federal, a quantia de R\$647 mil. Se ele recebeu isso ou não. Este é um documento que está naquele processo judicial que está no Supremo Tribunal Federal. E é fruto de uma ação civil pública.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sr. Deputado, com todo o respeito, a SMP&B e a DNA nunca se utilizaram de recurso público para financiar campanhas políticas, senão não teria feito empréstimo em Banco.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Eu não afirmei isso. Eu afirmei a triangulação.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Outra coisa. É importante deixar claro que os financiamentos de campanha não começaram comigo. Eu não tenho o *know how* de ser o financiador número um do Brasil de campanhas. É uma hipocrisia a sociedade achar que uma empresa de Minas Gerais é a maior financiadora de campanhas políticas do País. Segundo, o Sr. Aécio Neves nunca recebeu nenhum centavo de mim.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Então, esse documento que está no Supremo Tribunal Federal é falso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não tenho conhecimento e não são da minha empresa.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Parece que é um processo que está arrolado no Supremo. Estão aqui os documentos que eu tenho cópia em minha mão. Mas eu quero ir um pouco mais além. O Sr. Senador Eduardo Azeredo recebeu recurso da SMP&B ou DNA para a sua campanha de 1998? Através de empréstimo, não estou falando que seja recurso público, através de empréstimo que a sua empresa contraiu junto à rede bancária e o fez e o ajudou para financiar sua campanha?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Houve um empréstimo. E este empréstimo foi repassado, de acordo com as declarações do tesoureiro, na época, Sr. Cláudio Mourão. Uma parte foi para pagar o Sr. Duda Mendonça; outra parte foi em

espécime e a outra parte foi em DOC para o Deputado, de acordo com a lista que eu apresentei.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Perguntá-lo se esse recurso foi contabilizado o senhor não saberia dizer? Contabilizado junto à Justiça Eleitoral.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não, senhor Deputado.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Vou citar alguns nomes aqui do PFL, que constam, nesta lista aqui, também como recebedor em 98 para campanha, que são candidatos a Deputados: Araceli H. de Paula, Bilac Pinto, Geraldo Martins, Geraldo Mariana, Jami Martins, José Santana... São valores de R\$1 milhão, R\$100 mil, R\$60 mil... Mário Assad Júnior, Paulo Curi, Renato Fraga, Sebastião Costa... Então, o senhor conhece esses cidadãos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu entreguei uma lista ao Sr. Relator, de 1998. É aquela lista.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – É aquela lista.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Se as pessoas estão nessa lista, eu não tenho ela aqui, Sr. Relator, eu não poderia confirmar.

Agora, como mineiro e como pessoa que frequenta o Estado e Belo Horizonte há muitos anos – nasci, cresci e fiz a minha vida empresarial lá –, posso dizer que conheço essas pessoas, sim. Mas hoje em dia, falar se eu conheço um Deputado – tem pessoas que eu conheço nesta mesa –, se eu falar isso, estou jogando lama em cima desse Deputado. Eu conheço, sim. Eu conheço essas pessoas.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Mas o senhor ajudou na campanha?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Dentro de Belo Horizonte, dentro de Minas Gerais, eu não sou uma pessoa que não tem relacionamentos. Eu tenho relacionamentos, e volto a falar, com todos os partidos dentro de Minas Gerais. E dentro desta Câmara Federal.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Todos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu tenho relacionamentos com todos os partidos. Conheço pessoas de todos os partidos, mas isso não quer dizer que é um relacionamento escuso.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Eu não afirmo isso.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Um relacionamento de...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Eu não afirmo isso.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, perdão, Deputado. É um desabafo, não estou lhe criticando e não lhe estou jogando essa pecha. Perdão, se o senhor acha isso, eu não estou fazendo. Estou simplesmente fazendo um desabafo.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – O Sr. Custódio de Matos recebeu a quantia de R\$200 mil da sua empresa?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu estou sem a lista. Se tiver na lista, Deputado.

O SR. (Orador não identificado) – Tem aqui um recibo de um depósito bancário.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Qual é o Deputado?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Se tiver, é.

O SR. (Orador não identificado) – Só Júnia Marise, que foi candidata ao Senado em 1998, do PFL.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Olha essa aqui na minha mão aqui.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Se tiver o documento.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Está aqui, não tem.

Só fiz essa pergunta, Sr. Marcos Valério, Sr. Relator, é para acabar com a hipocrisia que reina aqui nesta Comissão, de alguns partidos – hipocrisia, certo? – que fazem sérias acusações ao Partido dos Trabalhadores. Sérias acusações, com relação à forma como ele buscou o financiamento para a campanha de 2004. E, no entanto, fizeram condutas similares, utilizando o mesmo esquema de financiamento.

Será que a lei só vale agora? Será que a honra e ética só valem agora nesse momento? Será que não há ética no passado? Será que no passado não há honra, não há comprometimento, não há comprometimento, não há correteza, retidão na conduta partidária e política?

Eu vi pela televisão alguns discursos acirrados, inclusive um que pediu até *impeachment* do Lula, como se o seus partidos, o PFL e o PSDB, não tivessem no passado praticado condutas similares. E, muitas vezes, sem essa transparência que temos hoje, de estarmos hoje em todo o Brasil com várias CPIs investigando um partido e um Governo. Como se todos os demais fossem isentos, fossem imunes, nunca tivessem praticado ou pensado fazer coisas similares.

E um esquema muito simples, para concluir, meu caro Presidente, e vou fazer uma última pergunta ao Sr. Marcos Valério, com relação à Brasil Telecom.

A Brasil Telecom tinha um contrato de publicidade com a DNPM e a SPNM.

O SR. PRESIDENTE (José Carlos Araújo. PL – BA) – Tempo.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Esse contrato foi firmado em 1998 – para concluir, Sr. Presidente – e agora em 2003, 2004. Logo após esses fatos, esse contato foi suspenso. Qual o seu relacionamento com o Sr. Daniel Dantas e com a Brasil Telecom?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É uma boa oportunidade para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (José Carlos Araújo. PL – BA) – Sr. Marcos Valério, por favor, o senhor aguarda a Presidência. O Relator quer esclarecer alguma coisa?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Carlos Araújo. PL – BA) – Bom, um minuto para responder a pergunta.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Obrigado, Sr. Presidente, desculpe eu não ter prestado a atenção.

Boa oportunidade, Deputado, para que se esclareça isso definitivamente. A DNA Propaganda começou a atender a Telemig Celular quando ela ainda era do Governo Federal. Depois ela foi privatizada e passou um grupo a controlar, um grupo que era chamado T&W. Depois o Sr. Daniel Dantas assume a Telemig Celular e a DNA Propaganda continua atendendo.

A Brasil Telecom fez uma concorrência e ganhamos, se não me engano, isso foi em 2004. E logo depois que estourou esse escândalo, essa concorrência foi anulada e os contratos anulados. Então, praticamente não cheguei a atender a Brasil Telecom. A Telemig eu atendi e a Amazônia Celular, que é do mesmo grupo, por mais de dez anos.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – E V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (José Carlos Araújo. PL – BA) – Deputado Eduardo Valverde, por favor.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Está incompleta a resposta, Sr. Presidente. Todos os demais fizeram réplica...

O SR. PRESIDENTE (José Carlos Araújo. PL – BA) – Esta Presidência tem cumprindo o horário. Portanto, não vou abrir mão.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Então me reinscrevo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Carlos Araújo. PL – BA) – Está bom, não tem reinscrição, mas V. Exª fica aí e, no final, vamos ver se o Presidente que estiver sentado dará a palavra a V. Exª ou não.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, por dez minutos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Carlos Araújo. PL – BA) – Qual o artigo, Sr. Deputado?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço à Secretaria da Mesa, se V. Exª exige essa rigidez. É no sentido de que o Deputado Valverde não é membro efetivo. O Senador Suplicy é que é membro efetivo, e o Sr. Deputado Valverde falou primeiro que o efetivo, que é o Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (José Carlos Araújo. PL – BA) – Deixe-me explicar, Sr. Deputado. O Senador Eduardo Suplicy tinha conversado com a Mesa, porque S. Exª estava numa outra reunião, e nos pediu que fizéssemos uma substituição. Portanto, foi feito em comum acordo com o Senador Suplicy, a quem retorno a palavra.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Gostaria, inclusive, de me dirigir ao Deputado Ibrahim Abi-Ackel e solicitar a sua atenção para a reflexão que passo a fazer, assim como gostaria que os três depoentes pudessem aqui refletir sobre o que vou expor, à luz do debate havido há pouco – a veemência do Deputado Moroni Torgan e do Deputado que acaba de falar, Deputado Valverde –, e de tudo que foi dito ainda anteontem no pronunciamento do Presidente do PSDB que deixou a Presidência, o Senador Eduardo Azeredo, que falou inclusive que deveríamos deixar de utilizar de tanta hipocrisia aqui no País.

Ora, há cerca de três semanas, o professor Renato Janine Ribeiro, no jornal **Valor Econômico** fez um artigo que chamou muito a minha atenção, sugerindo ao Brasil, aos brasileiros, que quem sabe devêssemos seguir um exemplo havido na África do Sul, quando, em 1995, o Presidente Nelson Mandela propôs fosse instituída uma Comissão de Verdade e Reconciliação, presidida pelo Bispo Desmond Tutu. Depois de tantos anos de crime contra a pessoa humana, crime de morte, inclusive, crime de tortura, crime de corrupção e atentados contra os direitos da pessoa humana, sugeriu o Presidente Nelson Mandela que, através dessa Comissão de Verdade e Reconciliação, as pessoas que porventura estivessem envolvidas naqueles episódios pudessem simplesmente dizer a verdade toda; e, na medida em que o fizessem, haveria como que uma atenuação das penas. Não sei os detalhes da legislação. Isso contribuiu enormemente para a pacificação da África do Sul e a instauração da democracia. Cerca de vinte mil pessoas foram ouvidas. O prazo previsto em lei da Comissão de Reconciliação e Verdade inclu-

sive foi prorrogado por algum tempo – salvo engano, foi de 1995 a 1998 –, e com resultados considerados altamente positivos.

Fico aqui pensando, do ponto de vista inclusive dos três depoentes: Deputado Valdemar Costa Neto, que deixou seu mandato; o Delúbio Soares, Diretor-Tesoureiro do PT, que no domingo foi expulso do partido que ajudou a construir nesses 25 anos; e o Sr. Marcos Valério – e a Sr^a Simone, que com ele aqui cooperou –, que tem dito aqui se sentir como um dos únicos injustiçados, diante daquilo de que ele tem conhecimento – essas são suas palavras –, de que a prática da qual ele participou e pela qual assumiu a responsabilidade é também a de muitos outros empresários e empresas no Brasil.

Ora, há poucos dias, o Senador Arthur Virgílio propôs a instalação da CPI do caixa dois, dizendo que seu Partido está agora disposto a revelar tudo o que se passou efetivamente, inclusive a partir do episódio relacionado ao Senador Eduardo Azeredo, que deixou a Presidência de seu Partido esses dias.

Gostaria de pedir a reflexão, se for possível, do próprio Relator a esse respeito. Quem sabe estejamos no ponto de considerar fazer algo assim.

Aproveito a oportunidade, portanto, para pedir a opinião dos três depoentes sobre uma situação como essa, inclusive do próprio Deputado Valdemar Costa Neto, que passou pelas agruras do que foi a revelação completa e que conhece muitos fatos da vida como parlamentar, inclusive do que se passou com os outros partidos, na medida em que houve ocasiões em que era aliado do governo, dos partidos que agora são oposição ao Governo do Presidente Lula. Pediria que cada um dos três pudesse se manifestar sobre o que acabo de registrar.

O Relator pode escolher se prefere falar antes ou depois dos depoentes. Como S. Ex^a tem o direito de falar a qualquer momento, pediria que falasse depois, porque, assim, meu tempo será destinado aos três depoentes. O Presidente escolhe quem fala primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra, o Sr. Valdemar Costa Neto.

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Senador Eduardo Suplicy, é um momento difícil o que estamos atravessando no País, eu concordo. Nós tínhamos que ter boa vontade de todos os partidos para resolver os nossos problemas de campanha.

Campanha eleitoral não tem controle. Quem diz que tem não fala a verdade, porque, mesmo involuntariamente... O senhor chega numa cidade do interior – V. Ex^a que tem prestígio no Estado de São Paulo, aliás, em todo o Brasil, mas tem muito prestígio no Estado de São Paulo –, às vezes, o senhor se depara com um

cabo eleitoral, com um fã ou com um correligionário, seja lá o que for, seu, que fez um material para o senhor, fez um papelzinho, dizendo: “Eu apóio o Suplicy”, para mostrar para o senhor, para mostrar que ele está do seu lado. Campanha não tem controle.

Nós tínhamos que ter uma reflexão nacional para isso. Ao contrário do que muitos pensam, de liberar, de flexibilizar os gastos eleitorais, limitando os gastos, como showmícios, camisetas, brindes. Deixar só papel, só papel. Televisão, limitar cenas externas.

Quer dizer, o grande problema da eleição é que prestar conta de maneira correta é impossível para quem tem uma campanha de deputado estadual, prefeito. Vereador, até pode ser que controle, um vereador de uma cidade pequena. Então, quer dizer, nós tínhamos que enfrentar tudo isso. Mas, acontece, Senador Eduardo Suplicy, o senhor sabe, eu não fiz parte, eu não fiz... Eu não me envergonho de nada do que eu fiz na vida, mas eu não fiz parte do governo anterior. Fiquei oito anos na oposição ao Governo Fernando Henrique. Não tenho nada pessoal. Tem muita gente boa no PSDB, sempre repito isso. Mas acontece que o PT também tem culpa nisso, porque tinha uma oposição muito violenta contra o Fernando Henrique. Agora, estamos enfrentando o PSDB e o PFL na oposição, o que não é fácil, porque são partidos estruturados, têm gente altamente qualificada e que estão lutando para voltar ao governo.

Então, o senhor é um homem de respeito, um homem de bem, e, se pudéssemos fazer com que todos os partidos, com que todos nós fizéssemos uma grande reflexão para a gente mudar o sistema eleitoral no País, para a gente poder educar melhor o nosso povo, em primeiro lugar... Porque não adianta a gente mudar o sistema eleitoral, e o nosso povo, que não tem instrução, não saber votar. Nós temos que enfrentar tudo isso. E este é o País que nós enfrentamos.

Eu acho que a colocação do senhor foi muito correta e tenho certeza que isso, de sua parte, mesmo se fosse no governo passado, no Governo do PSDB, o senhor teria essa posição; mas é uma posição difícil de ser acompanhada por todos nós, porque não há um entendimento nacional ainda. O País não vai bem, mas não vai bem não é de hoje. Então, há um descontentamento muito grande. E as críticas no Brasil são muito fáceis, porque é fácil criticar no Brasil. A situação não vai bem para ninguém.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – O Sr. Marcos Valério poderia, então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Concedo a palavra ao Sr. Marcos Valério.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sr. Senador, a posição do senhor é uma

posição coerente, uma posição serena. Acho que, dentro do Senado e dentro da Câmara Federal, tem homens de peso e de envergadura para decidirem o que fazer neste momento de encruzilhada que o País está vivendo.

Temos Deputados sérios e temos Deputados competentes, e temos Senadores competentes que vão sentar e vão resolver com muito mais competência do que eu.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – A Srª Simone Vasconcelos.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Pois não. É lógico que o que está sendo dito aqui é o puro desejo de todos nós, cidadãos comuns, e nos resta acreditar muito no Congresso. Que o Congresso, sim, consiga resolver todas essas questões que estão aí tanto incomodando a nós todos, pessoas comuns, no País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra, o Sr. Delúbio Soares.

O SR. (Orador não identificado) – Igualdade para todos aqui, Sr. Presidente, absoluta igualdade!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Está certo.

Concedo a palavra ao Sr. Delúbio Soares, por um minuto.

O SR. DELÚBIO SOARES – Afirmei à Procuradoria-Geral da República que a legislação brasileira, os partidos políticos têm grande dificuldade em financiar, com exclusividade, formais... Então, essa preocupação. Por isso que fiz uma reflexão, nós que fazíamos parte da direção do Partido dos Trabalhadores, e assumi os recursos não contabilizados. Isso para nós foi uma decisão muito difícil. A gente sabia das dificuldades, mas foi a maneira que encontramos para revelar à Nação como trabalhar.

Viu, Senador Eduardo Suplicy, acho que uma reforma política, um novo processo de financiamento das campanhas se faz necessário, porque o uso de recursos não contabilizados é ruim para nós.

Então, eu queria só concordar com meus... com as pessoas que me antecederam da necessidade de uma reforma política, na minha opinião. Quem achar que está bom o sistema, não tem problema nenhum. Não sou Deputado. É a opinião de um brasileiro que vê um processo e acha que é importante a reforma política.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Se o Deputado Ibrahim Abi-Ackel quiser usar da palavra, S. Exª terá o direito na hora que quiser.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem. (Pausa.)

Ou nós daremos um tempo excedente ao Senador Eduardo Suplicy, ou nós instituiremos para todos o mesmo tempo. Todos têm sido disciplinados. Por que o Senador não será?

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Estou sendo disciplinado. Cumpri o meu tempo, e V. Exª está querendo impedir a resposta dos depoentes. Usei do meu tempo disciplinadamente.

Sr. Presidente, pela ordem.

Peço respeito ao meu colega da CPI. Eu respeitei o meu tempo, não abusei, terminei na hora certa e ele tentou impedir as respostas dos depoentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Vamos passar adiante.

Vou suspender a reunião por um minuto.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

Srs. Senadores, Srs. Deputados, vou suspender por um minuto, para acalmar os ânimos e desarmar os espíritos. (Pausa.)

Vou suspender a reunião por cinco minutos, para que os depoentes possam eventualmente usar o tempo como melhor lhes convier.

(A reunião é suspensa às 15h46min e reaberta às 15h48min.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, há momentos em que precisamos ser assertivos para sermos respeitados, Sr. Presidente.

Só quero dizer que, ao ter me levantado, não quis fazer qualquer ameaça ao Deputado João Correia, quis apenas dizer, assertivamente, da necessidade de todos aqui nos respeitarmos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Está registrado.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, a grande vantagem é que o senhor permitiu que eles fossem satisfazer as necessidades deles.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Exatamente, todas elas, inclusive as espirituais, emocionais...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Valeu esse minuto que o senhor concedeu.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Foram concedidos cinco minutos aos Srs. Depoentes, para que pudessem satisfazer as suas necessidades formais.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Vamos, então, reiniciar nossos trabalhos.

Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Neucimar Fraga. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Ivan Ranzolin, por dez minutos.

O SR. IVAN RANZOLIN (PP – SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar V. Ex^a e cumprimentar toda a Comissão, que marcou essa reunião de acareação, para que se possam esclarecer alguns assuntos que estão em dúvida.

E quero concordar com o Deputado Abi-Ackel, Relator, sobre a importância de reuniões iguais a esta. Isso é muito comum no Poder Judiciário, nos tribunais, durante a instrução dos processos, trazer para acareação testemunhas que deram depoimentos divergentes, com uma diferença: lá os juízes têm, numa fase do processo, o que se chama de despacho saneador; eles saneiam, retiram as partes que não interessam, para chegar ao veredicto. Eu acho que V. Ex^a vai ter muito trabalho nesse sentido, porque há muitas falas, muitas coisas que não vão servir para o seu relatório. Mas, se não fizermos reuniões iguais a esta, não chegaremos a um denominador comum e ao objetivo e ao fato determinado desta CPML.

Assim, quero procurar me ater à questão, ao objetivo para o qual esta reunião foi convocada e foram convocados os depoentes.

Quero começar, Sr. Relator, onde terminou a Deputada Zulaiê Cobra. S. Ex^a fez uma pergunta que eu queria renovar, primeiramente ao Sr. Marcos Valério. Refiro-me à destinação dos recursos, de todos os recursos que foram encaminhados para Deputados ou para partidos. Eles tinham como orientador o Sr. Delúbio ou havia outra pessoa que indicava para V. S^a o destinatário desses recursos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, exclusivamente o Dr. Delúbio Soares.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – A Deputada Zulaiê fez uma pergunta sobre recursos repassados ao Sr. Roberto Marques. Depois ficou esclarecido que ele não recebeu esse dinheiro, mas que foi o Sr. Mazano que recebeu esse dinheiro.

Essa alteração de um para outro foi comandada pelo Sr. Delúbio Soares ou foi alguém que indicou? Ele fez uma referência aqui no sentido de que não pediu para passar dinheiro para o Sr. Marcos.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sr. Deputado, o nome do Sr. Roberto Marques aparece na listagem e, logo em seguida, é trocado pelo Sr. Luiz Carlos Mazano, que é a pessoa que sacou os recursos. Eu tenho até o número do cheque.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Mas V. S^a autorizou? Como é que isso passou de um para outro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Veio a informação de que era para o Sr. Luiz Carlos Mazano retirar o recurso.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – O Sr. Delúbio autorizou a passar o recurso para o Sr. Roberto Marques ou a transferência para o Sr. Mazano?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já respondi, anteriormente, que não, Deputado.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Então alguma outra pessoa, algum outro líder passava informações para V. S^a passar recursos. Se ele não autorizou V. S^a a passar para o Sr. Marques e depois para o Sr. Mazano, alguém o fez. V. S^a se lembra?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, excelência. Era exclusivamente o Sr. Tesoureiro.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – V. S^a se lembra de quem deu a informação para V. S^a passar o recurso para o Sr. Marques ou para o Sr. Mazano?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, era um valor tão... Dentro do movimento tão grande!

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Então eu chego à conclusão de que não era só o Sr. Delúbio Soares que dava essa autorização. Poderia ter mais alguém, porque ele disse que não deu. Poderia haver mais alguém que encaminharia autorização para V. S^a destinar os recursos. Poderia?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Muitas vezes eu tinha por escrito, vinha informações de pessoas, através do Sr. Delúbio, mas de pessoas que trabalhavam com ele. Mas a informação era sempre dada pelo Dr. Delúbio.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Essa é uma questão a ser investigada, Sr. Relator. Se todas as autorizações partiram do Sr. Delúbio, e ele disse que não de autorização, é evidente que alguém passou para ele uma autorização para repassar esses recursos para o Sr. Marques, posteriormente, recebidos pelo Sr. Mazano.

Gostaria ainda de perguntar: se todos os recursos autorizados eram para o Sr. Delúbio, ele passava para V. S^a uma lista para distribuir para os Estados e para distribuir para as Lideranças. V. S^a recebia essa listagem ou era por telefone? Como isso se consolidava?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Encontros pessoais, raramente por telefone, mais por encontros pessoais. Isso pode ser comprovado no Edifício Varig...

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – V. S^a falou aqui que repassou recursos para os Estados – Rio Grande do Sul, Santa Catarina. V. S^a lembra quem recebeu esses recursos no Estado de Santa Catarina? O nome?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – José Adelar Nunes.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Obrigado.

Outra indagação. A questão mais polêmica que se deu aqui, hoje, nesta acareação, foi a seguinte: foram repassados R\$12 milhões para o Sr. Valdemar, ex-deputado, e ele disse que recebeu R\$6,5 milhões.

A pergunta que quero fazer ao Sr. Delúbio, ao Sr. Marcos, ao Sr. Valdemar Costa Neto é a seguinte: depois que os senhores souberam, que o senhor soube que não chegaram esses recursos às suas mãos, só chegaram 6,5 milhões e faltaram mais de 5 milhões, os senhores não tiveram a preocupação de investigar onde estava esse dinheiro? O senhor, a quem eles disseram que passaram o dinheiro, não teve a preocupação de saber quem é que ficou com esse dinheiro?

O SR. VALDEMAR COSTA NETO – Não, não tive essa preocupação, porque tínhamos acertado, no caixa de campanha presidencial, no caixa comum de campanha que constituímos, que o PL teria uma participação de R\$10 milhões dos seus deputados federais. Quando o dinheiro não veio na eleição, ele veio atrasado. Quero dizer ao Sr. Deputado Ivan Ranzolin, que nunca tive preocupação em receber dinheiro da SMP&B nem do Delúbio Soares. A SMP&B era uma empresa respeitada em todo o País, tinha participado de todos os governos. Então, nunca tive essa preocupação. A minha preocupação era só pagar a quantia que fiquei devendo na eleição, que não chegava a 10 milhões; eram 6,5 milhões.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Pergunto ao Sr. Marcos Valério. O senhor diz que foi repassado – inclusive à Sr^a Simone, dando os detalhes, dizendo que foi autorizado pelo Banco Rural, que o restante foi em cheques repassados à empresa Garanhuns –, mas o senhor não teve a preocupação de verificar para onde foi esse dinheiro, se ele não recebeu, sendo um montante de aproximadamente 6 milhões?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Confirmo a lista e também nunca recebi nenhum tipo de reclamação, Deputado.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Mas agora que o senhor sabe, ou melhor, depois que o senhor soube, não ficou preocupado em saber onde é que foi parar esse dinheiro? Porque é verdade, tem um envolvimento, os três estão envolvidos. Esse dinheiro está

na mão de alguém. O senhor não se interessou em verificar onde está agora esse dinheiro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Acho que esse dinheiro vai ser verificado através dos órgãos competentes ao se rastrear. Esse dinheiro está depositado nas contas da empresa Garanhuns.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Sr. Delúbio, o senhor teve essa preocupação? Porque o senhor determinou o repasse desse dinheiro, que não foi repassado. O senhor não está preocupado em saber com quem ficaram esses recursos? É um montante elevado.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, como já depus no Ministério Público Federal, reafirmo que era uma relação de confiança. Orientei o montante, ninguém reclamou do montante, eu fiquei sabendo que eram 6,5 milhões no depoimento do Deputado Valdemar à CPI, e, a partir daí, eu já estava num processo de afastamento. Estou respondendo ao processo. Há que se verificar. Eu não tenho como... Na época em que autorizei o repasse não houve reclamação. Ouvi a reclamação no depoimento, na entrevista do Deputado Valdemar à revista *Época*. Isso foi o que aconteceu.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Bom, eu gostaria de fazer mais uma indagação a V. S^a. É o seguinte: o senhor é tesoureiro do Partido dos Trabalhadores desde quando? Quantos anos o senhor ocupou esse cargo?

O SR. DELÚBIO SOARES – De março de 2000 a 6 de julho de 2005.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – E, durante o tempo todo em que o senhor esteve lá, o Partido praticou o caixa 2, nas eleições do Presidente Lula e nas eleições...

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu assumi a responsabilidade do dinheiro não contabilizado do Partido dos Trabalhadores para pagar despesas eleitorais dos Estados, em 2002, e preparação do nosso partido, dos partidos da base aliada, e preparação da campanha eleitoral de 2004. Isso foi o que aconteceu. Assumo essa responsabilidade. Anteriormente, não tenho responsabilidade, porque não era tesoureiro antes de 2000.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Sr. Marcos Valério, se fala que a sua empresa, nos últimos cinco anos, faturou, ou repassaram por suas empresas, cerca de 1 bilhão e 50, outros falam em 1 bilhão e 200. O senhor sabe dizer quanto passou pelas suas empresas nos últimos cinco anos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É importante salientar que essas empresas trabalharam para diversos governos. Uma tem vinte e três anos; a outra tinha vinte e cinco. Tinha, não tem

mais. Essas empresas trabalharam em diversos governos no Estado de Minas Gerais e trabalharam em diversos governos federais. Então, não caímos de pára-quedas e não é uma empresa que foi montada para ser uma lavanderia. Foi uma situação onde tomamos um empréstimo aos bancos e repassamos ao Partido, como aconteceu em 98 e aconteceu em 2003, 2004.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Sr. Deputado, seu tempo está esgotado. Eu permito o acréscimo para que ele pudesse responder à pergunta.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Sr. Presidente, eu tinha mais uma pergunta a fazer; porém, se o tempo esgotado, temos de respeitar para evitar...

Obrigado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Com a palavra o Sr. Relator, que sempre tem precedência.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Peço desculpas por prolongar a reunião, mas para um breve esclarecimento. O Deputado Valverde fez uma declaração a respeito de uma lista de doações existente no Supremo Tribunal Federal. Eu não pude esclarecer a matéria porque o clima logo se exaltou e eu preferi esperar uma ocasião mais propícia.

Quero declarar à Comissão que só existe uma relação de pessoas e de quantias, assinada pelo Sr. Marcos Valério, em poder desta Comissão. Uma outra lista que surgiu repentinamente numa das reuniões desta Comissão era ilegal, não tinha origem, não tinha assinatura, foi dada como apócrifa e imediatamente afastada. Quero deixar claro a esta Comissão que essa notícia, reiteradas vezes anunciada de que há uma lista no Supremo Tribunal Federal, não é procedente. Nenhuma lista foi localizada por este Relator no Supremo Tribunal Federal. Nem seria o caso de existir lista, porque não há demanda alguma referente a esse assunto em trâmite no Supremo Tribunal Federal.

É o esclarecimento que quero prestar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Para concluir, com a palavra, por cinco minutos, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Antes, para uma questão de ordem, tem a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, as pessoas que são chamadas e não estando presentes deixam de falar naquele momento. Já aconteceu isso comigo: eu não estava presente e não fui autorizado

a falar, porque já tinha passado a minha vez. Quando há uma permuta, como temos ainda outras pessoas que serão ouvidas, espero que o nosso Thame possa também nas próximas, como estou sugerindo inclusive ao Relator e ao Presidente... Que possamos, depois, colocar os três tesoureiros que estão aí, porque as perguntas seriam dirigidas àquele tesoureiro que nós deveremos fazer a indagação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Deputado Luiz Couto, tem razão o Deputado José Rocha: quando V. Ex^a pediu a palavra para uma questão de ordem, era preciso que citasse o artigo. Da mesma forma como disse a ele, não foi cobrado o artigo, mas vamos passar neste momento. Só para ganharmos tempo, não vamos repetir isso, já falei aos Deputados que têm que estar inscritos e avisados. Não acontecerá mais.

Vamos passar a palavra ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame rapidamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME

(PSDB – SP) – Sr. Presidente, para ser sucinto, a primeira pergunta é dirigida tanto ao Sr. Delúbio como ao Sr. Marcos Valério.

Há uma afirmação taxativa do Sr. Marcos Valério de que colocou o Sr. Roberto Marques na lista dos sacadores a pedido do Sr. Delúbio. Isso foi afirmado aqui. Disse ainda que, depois, foi retirado o nome, substituído por outro, a pedido do Sr. Delúbio. Hoje, respondendo a uma das perguntas na acareação, o Sr. Marcos Valério afirmou que não se lembrava mais de quem solicitou a retirada do nome do Sr. Roberto Marques. Gostaria de reiterar a pergunta para que afirmasse, afinal, a acareação é para aumentar o nosso conhecimento e não para diminuir o que tínhamos. Se confirma que foi o Sr. Delúbio que pediu que colocasse e que retirasse.

Em segundo lugar, quem é o Sr. Roberto Marques?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Com a palavra quem?

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME

(PSDB – SP) – Ambos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Sr. Marcos Valério com a palavra.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE

SOUZA – Todas as autorizações partiam do Sr. Delúbio Soares. Vinham por escrito, ou era pessoalmente ou um telefonema. Todas as autorizações eram assim. Essa especificamente eu não posso falar, taxativamente, que foi ele ao vivo que me deu. Mas todas as autorizações, de acordo com o meu depoimento, partiram do Sr. Delúbio Soares.

Outra situação, eu não posso afirmar literalmente que Roberto Marques é o Roberto Marques que a imprensa colocou, que é ligado ao ex-Ministro José Dirceu. Eu não posso afirmar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)
– Com a palavra o Sr. Delúbio Soares.

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu mantenho a resposta anterior. Eu já falei sobre isso várias vezes. Então é isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)
– Sr. Deputado.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Em nenhuma oportunidade foi perguntado quem é o Sr. Roberto Marques, isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)
– Sr. Delúbio.

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu conheço o Sr. Roberto, o Bob, que trabalha na Assembléia Legislativa, há bastante tempo, inclusive é meu amigo. Agora, eu nunca pedi ao Bob – não teria por que pedir – para buscar no Banco Rural a quantia que está aí anunciada de R\$50 mil. Eu nunca fiz isso. Não pedi, não autorizei, não pedi ao Marcos Valério. Então, não tenho responsabilidade nenhuma.

Agora, que eu conheço o Bob, eu conheço, é meu amigo.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Foi o senhor que autorizou colocar o nome do ...

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. Já falei, Deputado, aqui: não, não.

O SR. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Então, foi o José Dirceu mesmo.

O SR. DELÚBIO SOARES – Conclusão da Deputada, eu não posso interferir. Aqui eu sou depoente e respondo as coisas que eu sei. O que eu não sei eu não posso falar, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)
– Com a palavra o Deputado Mendes Thame.

O SR. ANTONO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – É o seguinte, alguns deputados do PL, como o Bispo Rodrigues, receberam diretamente, outros foram pagos via Garanhuns. Qual o critério para que alguns deputados recebessem diretamente da conta no Banco Rural e outros através do Garanhuns, recebessem através do Deputado Valdemar Costa Neto? A primeira pergunta ao Sr. Delúbio, depois Sr. Marcos Valério.

O SR. DELÚBIO SOARES – Num acordo que fizemos, tinha várias questões. Era uma das questões apresentadas. Inclusive o Deputado Valdemar explicou anteriormente, por que a necessidade de uma obrigação que ficou pendente com o Deputado

Bispo Rodrigues. Foi assim feito, foi assim orientado e foi direto. Foi isso.

O SR. ANTONO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – E os demais deputados receberam por intermédio da Garanhuns?

O SR. DELÚBIO SOARES – A informação é do senhor. Tive uma relação com o Deputado Valdemar, com o PL, e ele me orientou que fizesse um repasse direto ao Deputado Bispo Rodrigues, para cobrir uma despesa no Rio de Janeiro, que ele tinha assumido. E assim foi feito, não tem outro, Deputado. O que o senhor está falando aí não é responsabilidade minha. Nós fizemos um acordo com o PL para pagar dívidas de campanha de 2002 e ampliar os partidos para 2003 e 2004.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A lista que está aqui eu reafirmo ela. E o pagamento foi através da Garanhuns. E o pagamento do Bispo foi feito em espécie.

O SR. ANTONO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Perfeito.

Uma última pergunta, para encerrar, é a seguinte: de acordo com as...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Infelizmente, o tempo de V. Ex^a acabou. Como não há mais perguntas nessa fase, vamos em seguida dispensar, mas o Relator antes quer usar da palavra.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Obrigado a V. Ex^a.

São quatro os tesoureiros presentes: os senhores Jacinto Lamas, Emerson...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Sr. Relator, tem alguma coisa a ver com o depoente Valdemar o o assunto que nós vamos tratar na próxima...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Eu vou agradecer já a contribuição do Deputado Valdemar Costa Neto.

Estão presentes três tesoureiros. Sr. Jacinto Lamas, João Cláudio Carvalho Genu e o ex-Presidente da Casa da Moeda Manoel Severino dos Santos, que também figura na relação de pessoas agraciadas com recursos financeiros.

Proponho ao Sr. Presidente que sejam ouvidos de dois a dois, mesmo porque as perguntas são de natureza comum. Nós poderíamos ouvir, em primeiro lugar, os dois tesoureiros, em comum, que seriam os senhores Jacinto Lamas e o Sr. Emerson Palmieri. É uma proposta que faço ao Sr. Presidente.

Quanto ao Sr. Valdemar Costa Neto, como Relator, quero agradecer a firmeza com que ele fixou definitivamente a diferença existente entre as quantias que

dizem ter sido pagas e a que ele efetivamente recebeu – matéria de grande importância para a Relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Evidentemente, a idéia que tínhamos inicialmente era ouvir individualmente aqueles que receberam quantias maiores era para tornar essa reunião mais eficiente. Mas não vejo que haja prejuízo, porque são situações...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu acho que pode haver prejuízo, porque são dois, são duas pessoas, estão em salas separadas. Nós os colocamos todo esse tempo em salas separadas porque havia um objetivo. É que o cansaço está batendo, e todo mundo está começando a soltar o corpo. Mas eu acho que não podemos abrir mão dessa nossa primeira idéia, que era ouvir separadamente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eu retiro. Eu retiro a sugestão.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – É rápido. É só sermos mais rápidos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É. É muito difícil.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Fiz a sugestão porque achei que as perguntas são sempre as mesmas...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Exatamente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – ... e os que respondem são sempre os mesmos, mas, se há objeção, eu não quero ser acusado amanhã de nulidade ou irregularidade.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Em contrapartida. quero fazer um apelo. Vamos...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Reduzir o tempo, Presidente. Cinco minutos para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pode ser feito... Então, vamos dispensar agora a presença do Sr. Valdemar Costa Neto. E talvez, não sei, eu ia fazer um apelo para que aguardasse ainda um pouco, porque, de repente, pode haver um fato relevante. O Relator também entende assim. Eu entendo que não há nenhuma ofensa. É que, de repente, podem fazer até uma imputação, e o senhor estaria aqui para eventualmente esclarecer. Perfeito? Já veio até agora, mais um pouco não seria nenhum desdouro.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Sr. Presidente, nós já estamos imputando. O único Presidente de Partido que veio aqui.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Exatamente.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Ficou aqui de dez e meia até essa altura.

Agora, vamos ouvir os tesoureiros.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. Mas agora ouvindo exatamente o Sr. Lamas, ele pode fazer algumas declarações que seriam importante para esclarecer. Não vejo nenhum prejuízo pessoal. Pode aguardar na Liderança, não há problema nenhum. Pode. Pode. Pode levar.

Então, peço que venha o próximo, que é o Sr. Lamas.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Emerson.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não seria o Lamas, porque tem relação direta?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Ah! Está bem. Não quem tem relação com ele é o Sr. Jacinto Lamas.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Jacinto.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Jacinto Lamas. Jacinto Lamas.

Uma questão de ordem o Deputado João Correia.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Eu quero apenas saber, Sr. Presidente, se nós vamos manter o mesmo modo como nós fizemos com

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nós temos que manter as mesmas regras.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – ...com o Presidente ou não. Porque, veja só, Presidente, eu estou aqui desde o começo, não fui almoçar, etc, e gostaria.. Acho que a Comissão avançou, sim, nesse debate. Eu particularmente discordo inteiramente daqueles que acham que estamos sendo repetitivos e tal. Eu acho que a Comissão tem a oportunidade agora de avançar muito ao que ela retroagiu ou não avançou nos últimos tempos. Então, eu sinceramente acho que nós devemos manter as regras do jogo.

Essa é a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu só quero fazer um apelo. Eu só quero fazer um apelo. Quero fazer um apelo a todos que sejam mais céleres e mais objetivos nas suas perguntas.

Jacinto Lamas.

É Jacinto Lamas agora. Viriam os dois, mas então... Porque ele tem uma ligação direta com o depoimento anterior, com a acareação anterior, quero dizer. (Pausa.)

Para não permanecermos aqui, nesse aguardo, suspendo por alguns minutos a presente reunião.

(A reunião é suspensa às 16h15min e reaberta às 16h20min.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Declaro reaberta a presente reunião. Inicialmente,

quero informar a todos os membros desta CPMI que está credenciado, por procuração, o Dr. Délio Lins e Silva, na condição de advogado do depoente.

Já concedo, de imediato, a palavra ao Exmº Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Jacinto Lamas, já tive oportunidade de inquiri-lo anteriormente. Se, porventura, eu cometer aqui um equívoco, o senhor, por favor, queira corrigi-lo.

O senhor admitiu que é tesoureiro do PL. Foi tesoureiro do PL. (*Falha na gravação.*) Nessa condição, o senhor recebeu orientação do Presidente do seu Partido, Valdemar Costa Neto, para ir ao Banco Rural receber determinadas quantias destinadas ao Partido. E o senhor, obedecendo a essa recomendação, dirigiu-se, em Brasília, ao Banco Rural e lá, realmente, recolheu pacotes ou envelopes contendo recursos financeiros, destinados ao PL.

O senhor confirma essas declarações inicialmente prestadas?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Confirmo. Confirmo, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Nós estamos fazendo esta acareação, Sr. Jacinto Lamas, para determinar quais quantias foram realmente apanhadas, obtidas, e quais as que foram realmente entregues às pessoas mencionadas na relação apresentada pelo Sr. Valdemar Costa Neto.

O Sr. Marcos Valério, em documento assinado, declara que repassou ao Sr. Valdemar Costa Neto a importância de R\$10.650.00,00.

O Sr. Valdemar Costa Neto declara, já repetidas vezes, que recebeu apenas R\$6.500.000,00.

Está também esclarecido nos autos desta CPI que o senhor foi uma das pessoas que, a mando do Sr. Valdemar Costa Neto, recolheu parte desse dinheiro, seja R\$10 milhões, seja R\$6,5 milhões, e levou lá ao Sr. Valdemar Costa Neto.

Sr. Jacinto Lamas, quanto coube ao senhor apanhar no Banco Rural dessa importância, a fim de levá-la ao Sr. Valdemar Costa Neto?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Sr. Relator, eu renovo aqui o que disse no meu depoimento. Confirmo que não fiz a contagem desses valores e confirmo o meu depoimento.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Muito bem. O seu depoimento o senhor já confirmou quando respondeu às perguntas que eu resumi e que contêm todo o seu depoimento. O que eu pergunto: quanto em espécie, que valor em espécie o senhor apanhou no Banco Rural para levar para o Presidente do PL?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não sei, Sr. Relator. Como disse, não contei. Confirmo o que disse no depoimento anterior.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Como? Eu não estou entendendo.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Eu não contei o que apanhei no Banco Rural e confirmo o que disse no meu depoimento anterior. Eu não tive noção desse valor.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor confirma que apanhou os recursos, mas não contou. Quantas vezes o senhor esteve no Banco Rural para apanhar esses recursos?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Segundo o registro da portaria, eu estive oito vezes no Banco Rural.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Oito vezes no Banco Rural. Permita-me confrontar o número de saques havido no Banco Rural só para esclarecê-lo da melhor forma possível.

No documento a que já me referi, firmado pelo Sr. Marcos Valério, são nove os saques feitos. O senhor pode estar enganado, oito e nove. Agora, o senhor fez todos esses saques no Banco Rural ou lhe entregaram dinheiro também em Belo Horizonte?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Segundo o meu depoimento, eu não apanhei dinheiro em Belo Horizonte. Confirmo o que disse no meu depoimento anterior.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor confirma o nosso depoimento. Como não temos o seu depoimento aqui, o senhor poderia nos fazer o favor de esclarecer aquilo que já declarou. O senhor recebeu recursos aqui no Banco Rural várias vezes. O senhor também recebeu recursos em Belo Horizonte?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Eu reafirmo o que disse no meu depoimento anterior, Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – No seu depoimento anterior – permita-me aclarar a sua memória –, o senhor declara que foi a Belo Horizonte receber recursos.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Então, eu reafirmo: fui a Belo Horizonte.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – É importante assinalar o seguinte: o senhor está dando a entender que não sabe quanto apanhou.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor foi oito vezes ao banco apanhar recursos, entregou os recursos ao seu Partido e não sabe quanto apanhou e quanto entregou?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Reafirmo o que disse no meu depoimento, Sr. Relator. Já reafirmei isso.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Está bem. Aceitamos o seu depoimento como expressão da sua verdade. Quero deixar claro – porque estamos diante de pessoas que não ouviram o seu depoimento – que o senhor confirma este fato singular: o senhor foi oito vezes sucessivas ao Banco Rural, apanhou recursos e entregou ao Partido, mas nunca contou quanto o senhor estava apanhando e entregando.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Reafirmo o meu depoimento, Senador.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sei que o senhor confirma o seu depoimento, mas estamos apenas esclarecendo o seu depoimento. O senhor pode declarar com toda tranqüilidade. Estamos aqui apenas para estabelecer fatos pelos quais o senhor não é responsável. O senhor foi um apanhador no campo de dinheiro, não é verdade?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Confirmo o meu depoimento, Sr. Relator. É o que eu posso...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Jacinto Lamas, quer dizer que o senhor não tem idéia de quanto o senhor transmitiu, de quanto o senhor recebeu do Banco Rural e do quanto passou ao Sr. Valdemar Costa Neto.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Confirmo o que disse no meu depoimento, Sr. Relator. Não fiz a contabilidade desses valores.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Como o senhor sabia que era dinheiro?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Confirmo o que estava dito no meu depoimento anterior, Sr. Relator. Eu disse tudo eu sabia ali.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Procure me compreender. Peço-lhe que fique calmo. Vamos ter um diálogo natural, de esclarecimento da verdade. O senhor sabia que era dinheiro?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Sim. Confirmo o que disse no meu depoimento.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor confirma o que disse no depoimento ou confirma se era dinheiro?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Confirmo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Confirma o quê? O depoimento?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Confirmo o meu depoimento e no meu depoimento está dito isso.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Jacinto Lamas, o senhor foi ao Banco Rural e apanhou um determinado volume, digamos assim, no Banco Rural. O Banco Rural, como banco que é, só entrega dinheiro no caixa, não é verdade? Só recebe e só entrega dinheiro, não é isso? O senhor esteve no caixa do Banco Rural?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Recebeu pacote, envelope ou dinheiro em espécie, visível?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Confirmo o que disse no meu depoimento, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, entrego a testemunha a melhores capacidades da Comissão.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente. Só para dizer à testemunha que o próprio Relator havia dito anteriormente que não está com interesse em quem foi o intermediário, quem foi o levador do dinheiro, para ele ficar tranqüilo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – É verdade. Vou continuar um pouco mais.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Para ele ficar tranqüilo. Não é nosso interesse aquele que foi pegar o dinheiro e entregou para o outro. O Relator disse isso antes.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Como Relator, Sr. Jacinto Lamas – rogo a sua atenção –, assumi uma responsabilidade e tomei uma deliberação: a de não nos preocuparmos com os funcionários dos Deputados ou Presidentes de Partidos que, obedecendo à ordem dos Deputados, foram a determinado lugar apanhar alguma coisa que o Deputado mandou apanhar. Não seria justo, como é o caso do senhor, que responsabilizássemos o senhor criminalmente, quando o senhor não estava recebendo dinheiro nem estava envolvido em campanha. O senhor estava apenas cumprindo ordens do seu chefe.

Portanto, o senhor pode responder, com toda a clareza e com toda a minudência, tudo aquilo que lhe perguntarem porque o senhor não é parte. O senhor é apenas uma testemunha, que é tida como uma colaboradora da Justiça. Esta CPMI tem foros de Justiça e semelhança com um tribunal.

Pergunto-lhe: o senhor, no Banco Rural – porque o senhor já admitiu que foi até lá –, recebeu importâncias destinadas ao Presidente do Partido do qual o senhor era tesoureiro?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Confirmo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Confirma. O senhor recebeu esses recursos em

envelopes, pacotes ou superpostos nota por nota de forma que o senhor pudesse ver e contar?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Como eu disse no depoimento anterior, pacotes. Confirmo para o senhor. Em pacotes.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Pacotes.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço que fale mais perto do microfone. Caso contrário, não grava.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Pacotes. Do lado de fora desses pacotes, estava declarada a importância do pacote, quer dizer, uma cinta ou uma etiqueta que declarasse qual o volume de dinheiro que estava dentro do pacote?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Como eu disse no meu depoimento, não havia. Eu confirmo o meu depoimento anterior. Não havia nada escrito nos pacotes.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não havia nenhuma indicação?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Nos pacotes, não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não havia?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não? Fale mais alto, por favor, por causa da gravação. Não estão ouvindo. Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Fale mais perto do microfone.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Está bom, Presidente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Esse pacote estava fechado?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Confirmo o meu depoimento, Sr. Relator. Pacote, às vezes, fechado; às vezes, aberto.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Do lado de fora do pacote – responda, por favor, mais próximo do microfone para que os Parlamentares possam ouvi-lo –, não havia nenhuma indicação, nenhuma etiqueta, nenhuma alça de papel, indicando a importância que estava dentro do pacote?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não, senhor. Confirmo o que eu relatei no meu depoimento anterior.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Que não tinha?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quer dizer que o senhor foi oito vezes, pegou oito pacotes, não é isso? Responda, por favor.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Pegou oito pacotes, mas o senhor não sabe quanto havia em cada pacote?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não. Regularmente, não. Confirmo o que eu disse no meu depoimento anterior.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. O depoente está sem a mínima condição de depor. Ele diz: “Confirmo o que disse no meu depoimento anterior, confirmo o que disse no meu depoimento anterior, confirmo o que disse no meu depoimento anterior”. Como haverá outros depoimentos, temos de suspender este, Sr. Presidente, até que ele se acalme e depois volte. É clara a intranquilidade do depoente, que não tem a mínima condição de continuar aqui, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Também concordo, Sr. Presidente. Considero o encaminhamento pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem, concedo a palavra ao ilustríssimo senhor advogado.

O SR. ADVOGADO – Nós fomos convocados para uma acareação, que, como todos nós sabemos, visa a dirimir conflitos de coisas registradas, passadas. Ele está confirmando o depoimento por entender que não deve contrariar o que ele disse. Não há por que ele concordar com o que o Sr. Delúbio disse ou a D. Simone. É uma acareação. Se o nobre Deputado quer inquiri-lo de novo, que a CPI o convoque, o inquiria e, se conflito, de novo, houver – a critério exclusivo da CPI –, o chame para nova acareação. Não há motivo... Ele está respondendo, não está se furtando a responder e está confirmando o depoimento dele porque ele não vê nenhuma necessidade de retificar.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, um momentinho, por favor.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Este é o rumo que o Relator está tomando: fazer a acareação.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Nós estamos aqui desde de manhã...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos, pela ordem, eu vou dirimir esta questão.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – ...e o depoente ficou aqui, falou a manhã inteira, a tarde inteira...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – E o Relator está no rumo de fazer justamente esta contraposição.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – ...os três estão lá falando e estão falando de novo quantas vezes forem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vou responder.

O SR. ADVOGADO – Não, não importa, não importa. Não importa, o meu cliente vai confirmar e pronto.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Um minuto.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eu quero tornar claro que o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, no seu art. 7º, incisos X e XI, permite aos advogados auxiliar as partes e permite formular protestos e dirimir dúvidas, mas não permite aos advogados fazer críticas à orientação do ato processual que está sendo bem conduzido, segundo o Código Processual.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vou responder a essa questão de ordem a V. Ex^a e penso que agora já usou. Não vejo nenhum desvio de conduta nem do Regimento, nem do Código nesta acareação o fato de o Relator, exatamente aqui, indagar, inquirir fatos que são os fatos para exatamente podermos confrontar com os demais. Quer dizer, aqui se estabelecerá o que fez o depoente, o que realizou, e ele – repetindo isso – não vejo que seja nenhuma ofensa ao Código, ao Regimento, a coisa alguma. Portanto, indefiro essa questão de ordem formulada por V. Ex^a e devolvo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A razão pela qual estou fazendo essas perguntas ao Sr. Jacinto Lamas se deve ao fato de que o depoimento dele é um depoimento escrito, inserto nos autos. Grande parte da Comissão, muito menos os Srs. depoentes, conhecem o depoimento, e eu estou tentando, em vez de proceder a uma leitura enfadonha do depoimento, eu estou destacando os pontos essenciais que devo colocar em confronto com as declarações dos três depoentes ali sentados. Não há nisso absolutamente nenhum exagero. De forma que eu, mais uma vez, repilo a interveniência do ilustre colega, a quem, contudo, reconhecemos, como manda a lei, o direito de intervenção nos limites desta.

Então, Sr. Jacinto Lamas, o senhor poderia nos prestar um grande favor se o senhor, confirmando seu depoimento, esclarecesse as questões que o senhor já declarou. Porque, senão, eu vou ter que buscar o seu requerimento, destacá-lo, lê-lo em toda a inteireza, com todas as perguntas feitas pelos Parlamentares – durou

quase 8 horas! –, para que eles possam responder duas ou três perguntas. Então, eu lhe pergunto: o senhor foi lá oito vezes; o senhor confirma?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Confirmo, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor chegou, eram oito vezes, o senhor recebeu oito vezes sucessivas um pacote de dinheiro?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Confirmo, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Confirma?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Confirmo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor não sabe qual é o valor do dinheiro que se encerrava dentro de cada um desses pacotes?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Confirmo, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor não sabia?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Confirmo que eu disse que...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não, o senhor não sabia se tinha dinheiro ou não?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – O valor que havia nos pacotes, eu disse no meu depoimento, que eu não sabia. Eu confirmo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Em suma, o senhor não sabe quanto no total apanhou do Banco Real para entregar ao Dr. Valdemar Costa Neto.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não, não tinha...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não sabe?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não. Confirmo o meu depoimento.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – E antes de passar a palavra ao próximo inquiridor, eu agora – desculpe, Ex^{mo} Sr. Relator, imagino a paciência de V. Ex^a e que foi esgotada neste momento. Mas eu gostaria do seguinte: de fazer umas perguntas. Eu me sinto hoje na obrigação de fazê-lo e posso regimentalmente. Só para iniciar a conversa, o Sr. Jacinto Lamas recebeu esses recursos de quem, no Banco Rural? O senhor recebeu de quem? Alguém lhe entregou.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Sr. Presidente, eu reafirmo o que disse em meu depoimento da mesma forma: a primeira vez foi com a D. Simone e

depois com funcionários do banco. Eu reafirmo o que eu disse no meu depoimento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Só uma vez com a Srª Simone?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Uma ou duas vezes. Eu reafirmo o que disse no meu depoimento. Não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Só?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – É.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Das oito vezes, apenas uma ou duas vezes...

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Reafirmo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Srª Simone, a senhora...

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– A senhora entregou alguma vez recursos e o valor de cada vez para o Sr. Jacinto Lamas?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, confirmo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) –

Eu gostaria que V. Sª dissesse aqui todos os dados.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – O valor global, como consta na minha lista aqui, perfaz um total de R\$2,4 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Em quantas vezes assim procedeu?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Em 14 datas diferentes, nem todas foram dentro da agência do Banco Rural em Brasília. A maioria foi lá sim. Uma vez foi no Hotel Grand Bittar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vamos uma por uma, com toda riqueza de detalhes, para ver se realmente isso nos convence de que a senhora entregou mesmo.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O senhor gostaria que eu fosse falando as datas e os valores?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu, como Presidente, tenho o direito de inquirir e não aceito qualquer protesto. Eu tenho essa prerrogativa e vou agora inquirir. Eu entendi que o Sr. Relator esgotou aqui porque cavou em pedra, por isso que eu agora gostaria de saber. Eu quero toda riqueza de detalhes. A primeira vez.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Dia 16/09/2003, R\$100 mil.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Onde foi?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– No Banco Rural.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– E quem compareceu?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sempre o Jacinto. Não quero dizer que dessas vezes todas eu estive com ele. Eu deixei autorizado a ele.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nessa primeira data foi a senhora.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu não tenho essa memória se nessa data ou naquela eu estive com ele ou não. Garanto ao senhor que eu estive nessas datas no Banco Rural autorizando ou entregando pessoalmente a ele esses valores.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Aí vamos ficar sempre no genérico. Quero exatamente saber quantas vezes a senhora entregou pessoalmente dinheiro, ou seja, recursos em espécie mesmo.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Todas as vezes foram recursos em espécie que eu entreguei ao Jacinto. Todas essas 14 vezes que estão listadas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vamos à primeira vez. Nesse dia, como a senhora entregou? Faça um exercício de memória. A senhora disse quanto estava entregando?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Com certeza, eu sempre disse o valor que eu estava entregando.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– E entregava dentro de quê? De uma sacola, uma mala preta, o que era?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Num envelope, provavelmente, a maioria das vezes. Em algumas vezes, o próprio Jacinto chegou com uma sacolinha, como se fosse um presente, e ali a gente acondicionou um pacotinho.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Uma sacola de papel?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim. Nunca uma mala executiva.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Um leve disfarce.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Uma sacola de presente, um envelope, sempre algo assim, porque os valores, o banco sempre procurava me entregar em cédulas de 100 para que o volume não fosse muito grande. Quando a gente fazia essa provisão no banco, o meu financeiro na agência já pedia que fosse em notas maiores para que o volume não fosse muito grande, justamente para que quem fosse receber não saísse com um pacote muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, V. S^a lembra-se de uma vez de R\$100 mil. E o Sr. Jacinto estava assim nervoso, como se encontra hoje aqui? Como era o estado de espírito dele?

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O Jacinto sempre foi uma pessoa muito agradável. A gente teve uma relação sempre muito boa, de amizade ali dentro do contexto. Eu entregava, eu ia embora, e ele também para o lado dele.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Ele não estava nervoso como hoje aqui?

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, ele nunca estava nervoso dessa forma, não.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Ele vinha com uma missão predeterminada, confiante, seguro do que estava fazendo.

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim. Agora, tenho que dizer que ele jamais conferiu. O que eu entregava e dizia que era, ali ficava, ele condicionava na embalagem que ele levou; enfim, nunca presenciei ele conferindo nada realmente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Agora peço ao Sr. Jacinto Lamas, exatamente, se o senhor recebeu, ao menos dessa primeira vez, R\$100 mil. E se recebeu, ela exatamente lhe dizendo a quantia que estava lhe entregando.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Sr. Presidente, não tenho discrepância do que ela falou, confirmo na forma que ela falou. E foi da forma que falei no meu depoimento, eu não conferia valores.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Mas sabia o que estava recebendo, que era dinheiro e não um pacote aleatório. O Relator fez-lhe essa pergunta agora, e V. S^a disse: “Não, nem sabia quase se era dinheiro”. É algo um pouco grave. O senhor precisa ter um compromisso com a verdade, senão o senhor está fazendo esta Comissão realmente... ou admitindo que nós todos estamos abaixo da média da inteligência mínima do ser humano, sobretudo com a idade e com a experiência que cada um tem.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Desculpe-me interrompê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– A minha pergunta é exatamente a seguinte: o senhor sabia que se tratava de recursos e tinha anunciado o valor do que estava carregando, do que estava levando para a Presidência do PL?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Sr. Presidente, eu não discordo do que ela falou, e desculpe-me se houve um momento... Eu apenas acho que ela confirmou o que eu falei. Eu não conferia os valores e, às vezes, até assinava, mas não há discrepância entre o que ela falou e o que eu falei.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, para resumirmos o assunto e para eu concluir a minha inquirição, o senhor confirma que recebeu das mãos da Sr^a Simone ou de alguém por ela designado esse valor total de R\$2 milhões...

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Dois milhões e quatrocentos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Dois milhões e quatrocentos.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Como ela disse, Sr. Presidente, eu nunca conferi esses valores.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Mas ao menos foi-lhe dito que o senhor receberia a soma...

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Nem todas as vezes me foi dito. Eu não conferia os valores. Então, eu não posso afirmar ao senhor esse valor. Apenas não conferia.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Perfeito. Não conferia, mas sabia que estaria recebendo, somando cada vez que ela lhe falava: “Aqui tem R\$100 mil”. Quantos eram ou algumas vezes?

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Cem mil, R\$200 mil, R\$350 mil, R\$150 mil, R\$500 mil.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Inclusive R\$500 mil?

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– O senhor percebia que havia diferença entre um pacote e outro pelo peso? Sabia pelo menos isso?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Confirmo. Sim, Sr. Presidente, percebia, mas não registrava os valores. Dessa forma, eu não conferia.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Quero deixar claro que o senhor não precisa, evidentemente, ter nenhum medo dizer o que recebeu e que transportou esses valores. A verdade que queremos é essa.

Eu não tenho mais nada a perguntar, estou satisfeito. Não vou fazer as inquirições antes de todos. Sei que todos querem fazer perguntas, mas precisávamos abrir uma fenda, uma porta de entrada para que a verdade pudesse aflorar.

Convoco o primeiro orador inscrito, nobre Deputado José Rocha. O nome de S. Ex^a não está nesta relação. Peço que me dêem a relação anterior.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Srs. acareados, farei uma pergunta à Sr^a Simone.

A senhora acaba de informar que o Sr. Jacinto Lamas não conferia os pacotes de dinheiro que lhe eram entregues, mas V. S^a confirma que teria dito a ele os valores que estavam sendo entregues?

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, sempre estava sendo dito, mesmo porque isso já vinha de uma combinação, de uma determinação do meu chefe, Marcos Valério: “Simone, tanto para Fulano, no dia tal”.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então, V. S^a dava ciência ao Sr. Jacinto Lamas do quanto ele estava recebendo naquele momento?

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, com certeza.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ele tinha conhecimento de quanto estava recebendo por informação de V. S^a?

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Jacinto Lamas, V. S^a confirma o que a Sr^a Simone está relatando?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Sr. Deputado, eu estive uma ou duas vezes com ela, como falei, e não conferia os valores. Provavelmente, ela tenha me falado, como ela disse, nas primeiras vezes em que ela esteve comigo. Confirmo. Uma ou duas vezes, ela esteve comigo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então, V. S^a passava a ser responsável por aquela importância dita pela Sr^a Simone. Na medida em que V. S^a não conferia, V. S^a estava assumindo a responsabilidade daquele valor que ela lhe estava repassando?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não, senhor. O responsável era o Deputado Valdemar, a quem eu entregava imediatamente sem conferir.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a entregava imediatamente ao Sr. Valdemar?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – De quem eu nunca recebi nenhuma reclamação a respeito.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a entregava...

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Imediatamente.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Diretamente ao Sr. Valdemar.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Como disse no meu depoimento anterior.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, não está dando para ouvir aqui atrás.

Sr^a Simone, quanto de recursos ou cheques nominais à Garanhuns foi entregue ao Sr. Jacinto Lamas?

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Olha, em valores, eu posso dizer para o senhor que 2,4 milhões, como eu já expliquei aqui.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Todos?...

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Em espécie.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Em espécie?

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Em espécie, sim. Uma dessas vezes foi para o irmão dele, Antonio Lamas. Eu não o conheci. Eu deixei autorizado ao banco que quem iria era o Antonio Lamas. Agora, de cheques, é nessa relação de Marcos Valério e que...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então, eu perguntaria ao Sr. Marcos Valério quantos cheques e em que valores foram entregues ao Sr. Jacinto Lamas nominais à Garanhuns?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Foram cheques que foram feitos do dia 26 de fevereiro de 2003 ao dia seis de março de 2003, perfazendo dois milhões. Depois, do dia 12 de março de 2003 ao dia sete de abril de 2003, perfazendo 1,5 milhão. Depois, quatro de agosto de 2003 a 14 de agosto de 2003, 2.537.500. Aí foi depósito bancário direto na conta.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a entregou esses cheques pessoalmente ao Sr. Jacinto Lamas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Uma vez, sim. E as outras vezes, foram entregues direto a ele pela Simone, se não engano, ou foram depósitos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não, os cheques entregues a ele nominais à Garanhuns?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Uma vez, sim. O resto foi depósito na conta.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não, eu me refiro aos cheques nominais...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – À Garanhuns.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Cheques nominais à Garanhuns.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, uma vez foi cheques que foram entregues a ele. Outras vezes, foram depósitos...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Vários cheques.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É. Outras vezes foram depósitos direto nas contas da Garanhuns.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a confirma, Sr. Jacinto Lamas, o que acaba de ouvir do Sr. Marcos Valério?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Eu recebia os envelopes dele fechados e entregava ao Deputado Valdemar, em São Paulo. Eu confirmo que recebia esses envelopes, mas nunca conferi.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Marcos Valério, o senhor confirma que eram entregues esses cheques em envelopes ou abertos ao Jacinto Lamas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Em envelope, sim, senhor.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Envelopes fechados?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Fechados.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Lacrados?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a, Marcos Valério, afirmou nesta Comissão que o Sr. Jacinto Lamas foi quem disse ao senhor que deveria receber esses recursos através de cheques nominais à Garanhuns, é isso? Confirma?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Confirmo, sim, senhor.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a confirma, Jacinto Lamas?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Eu confirmo o que disse no meu depoimento. Eu não informei... Eu não tenho conhecimento dessa empresa. Não conheço essa empresa.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a confirma o que acaba de ouvir do Sr. Marcos Valério ou não?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não, senhor.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não confirma?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não confirmo. Foi o que eu disse no meu depoimento: eu não tenho conhecimento dessa empresa.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Um de frente ao outro com posições totalmente divergentes. Eu volto à pergunta ao Sr. Marcos Valério.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu reafirmo a minha lista e reafirmo tudo o que está escrito aqui e o método que foi usado.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor reafirma que foi o Sr. Jacinto Lamas que disse a V. S^a para receber os cheques nominais à Garanhuns?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O que diz V. S^a, Sr. Jacinto Lamas?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Eu confirmo o meu depoimento. Eu não dei essa informação. Eu confirmo o meu depoimento.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não foi V. S^a...

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não fui eu.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – ...quem indicou a Garanhuns para que fosse...?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não, senhor.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – ...a empresa destinada a receber esses recursos?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não, senhor.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quem fala a verdade: V. S^a ou o Sr. Marcos Valério?

Eu acho que a proteção excessiva do seu advogado, do seu constituinte está prejudicando o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Délio Lins e Silva, ele pode absolutamente responder “eu estou falando a verdade”.

O SR. ADVOGADO – Não, Sr. Presidente, com uma pressão dessa, é bem capaz dele dizer “estou mentindo”. Isso quem vai avaliar é a Comissão.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O Sr. advogado está excessivamente preocupado em proteger o seu cliente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Estamos admitindo a sua interveniência, mas dentro dos limites da lei.

V. Ex^a pode repetir a pergunta, Deputado, porque não vejo nenhum prejuízo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então, a pergunta é se V. S^a... Quem está com a verdade? V. S^a ou o Sr. Marcos Valério?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Reafirmo o meu depoimento. Eu não disse isso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O depoimento de V. S^a não foi hoje, não está sendo hoje. O depoimento de V. S^a já ocorreu.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – No meu depoimento, eu disse que não informei a essa empresa.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O anterior. Ele está reafirmando o anterior.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sim, mas a pergunta é sobre a resposta, a afirmação do Sr. Marcos Valério. A minha pergunta é nesse sentido.

O SR. ADVOGADO – Sr. Presidente, o meu cliente já respondeu. Ele está falando a verdade, mas *[Fora do microfone. Inaudível.]*

O SR. (Orador não identificado) – O advogado vai responder duas vezes, Presidente? Aí é brincadeira!!!

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, acho que o advogado deveria responder a todas as perguntas. Sr. Presidente, acho que deveria o Sr. advogado responder no lugar do Sr. Jacinto Lamas.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vou admitir a sua interveniência, mas quando realmente houver aqui um desvio de conduta.

Neste momento... Se a cada momento, a qualquer pergunta, V. Sª intervir, realmente ele fez a pergunta e a pergunta está respondida. O que o nobre Deputado quis complementar? Se há relação com essas afirmações, ele responderá “sim”. É o óbvio.

Pronto. Continua V. Exª com a palavra e vou descontar o tempo de um minuto.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Está ficando difícil! Se o Sr. advogado resolver interferir todas as vezes, eu passo a perguntar a ele.

Sr. Jacinto Lamas, quem era responsável pela entrega do dinheiro a V. Sª?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Onde, senhor?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Onde o senhor o recebeu.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Eu já disse em meu depoimento. A Srª Simone Vasconcelos e, posteriormente, o funcionário que ela habilitou para isso. Eu confirmo o que eu disse anteriormente.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E o Sr. Marcos Valério? Quantas vezes o senhor recebeu do Sr. Marcos Valério?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Eu nunca recebi dinheiro do Sr. Marcos Valério.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Nunca recebi dinheiro do Sr. Marcos Valério?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Eu confirmo o meu depoimento. Não, eu nunca recebi dinheiro do Sr. Marcos Valério.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Nem cheque?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não, ele... Não há discrepância entre nós e, como ele afirmou aqui, ele entregou, parece que uma vez, um envelope.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então, o senhor recebeu um envelope do Sr. Marcos Valério?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Um envelope, uma vez, dele.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Recebeu?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Uma vez.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Uma vez, um envelope?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – É.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Cheio de cheques?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não sei.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não sabe?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não tinha conhecimento. Não abri.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Esses recursos que o senhor recebeu, tanto da Srª Simone quanto do Sr. Marcos Valério, o senhor sabe a que se destinavam?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não, senhor. Repito o que eu disse em meu depoimento anterior. Segundo o Deputado Valdemar, destinavam-se a compromissos de campanha assumidos por ele.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Campanha...?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – De 2002.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Para a Presidência da República?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Isso, confirmo o que disse em meu depoimento.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então, V. Sª confirma que esses recursos não foram contabilizados?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não, senhor. Repito: o que disse em meu depoimento foi isso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Jacinto Lamas, não estou aqui a reinquirir V. Sª em relação ao seu depoimento anterior. Estamos aqui em uma acareação para tirar as dúvidas do depoimento anterior. Portanto, solicitaria que V. Sª não se referisse ao que disse no depoimento anterior e respondesse as perguntas que estão sendo dirigidas a V. Sª, a exemplo do que está sendo respondido por outras pessoas.

Então, a minha pergunta é se V. Sª confirma... Esses recursos se dirigiram a que tipo de aplicação?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – A pergunta já foi respondida. Mas...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A que tipo de aplicação?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Como disse ao senhor, a saldar compromissos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Ele acabou de responder.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Acabei de responder, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Dizendo que era para a campanha...

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Confirmo que era para a campanha do...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Gastos de campanha do Presidente Lula.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Saldar compromissos de campanha anterior.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Que campanha anterior?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – A de 2002.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A de 2002. Presidência da República?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Isso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Só para isso?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Só para isso.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Deputado, infelizmente dei uma tolerância de 1 minuto e o tempo de V. Ex^a se esgotou.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então o Sr. Jacinto Lamas disse que foi para a campanha para a Presidência da República,...

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Exatamente.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – ...somente para a Presidência da República de 2002.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Foi.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então, confirmando, Sr. Presidente, mais aquilo que disse aqui o Deputado Moroni Torgan: recursos que foram não contabilizados, portanto, caixa dois da campanha presidencial do Sr. Lula.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem, só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Sr. Presidente, eu queria aqui chamar a atenção do Sr. Jacinto Lamas.

O Valdemar Costa Neto esteve aqui, ficou 5 horas sentado, respondeu todas com a verdade, não se referiu, nenhuma vez, a depoimento anterior. Disse claramente tudo o que foi perguntado a ele com a verdade, todos os Deputados saíram satisfeitos, não tem nenhum sentido ele ficar com essa história de “de acordo com o meu depoimento”. Ele tem que falar a

verdade, claramente, e tudo bem, não tem nenhum problema. Esse é o caminho, é o caminho pelo qual o Valdemar foi, é o caminho pelo qual ele tem que ir.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. Eu também faço esse mesmo apelo para que o depoente diga a verdade. Não há nada a esconder. Inclusive agora passo a palavra ao Relator.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu passo a palavra ao Relator, porque ele quer...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Só um minutinho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O que é? Não posso lhe conceder a palavra agora se não for pela ordem, para nós...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – É sobre o assunto. Eu só quero dizer que as pessoas não são iguais. É visível o estado nervoso do depoente. Não adianta ficar aqui querendo forçar as pessoas a serem iguais. Um tem uma personalidade e o outro tem outra, temos que respeitar isso. Eu só pediria que se ele está à vontade para falar, que fale, se não está, que não fale. Mas vamos deixar as pessoas como elas são.

Era isso que eu queria.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O que deixa igual é a verdade. A verdade deixa igual todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Exm^o Sr. Relator, que faz uma pequena intervenção, ou pelo tempo que quiser. Como Relator, ele pode voltar a inquirir no momento que julgar necessário.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O depoente tem feito várias referências ao seu depoimento anterior. Tem se valido dele para se esquivar de respostas específicas.

No seu depoimento anterior, tomado logo no início das averiguações dessa questão, portanto muito mais minucioso, o Relator lhe fez a seguinte pergunta: consta num determinado documento, ou numa determinada relação de saques do Banco Rural, em Brasília, que o senhor recebeu R\$10.837.500,00 em várias parcelas (nós estávamos ainda pouco informados a respeito dos detalhes):

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu peço silêncio por parte do plenário porque o Relator está com a palavra e (*Inaudível.*) jurídico não pode ser interrompido.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – ...em várias parcelas: seriam 2 milhões e pouco, seriam 6 milhões e pouco ou seriam 10 milhões e pouco? E o senhor informou que R\$10,600 milhões o senhor

seguramente não tinha recebido, mesmo porque pelo valor, pelo peso do pacote, o senhor perceberia que era uma importância muito maior do que aquela que o senhor recebeu. E o senhor confirmou ter recebido R\$2,350 milhões em vários saques. Esse foi o seu depoimento.

Eu queria saber se o senhor confirma essa parte do seu depoimento?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Confirmando sim, Sr. Relator. Eu disse para o senhor na época, eu não tinha condições de... Eram tantos os valores que informavam que eu não tinha essas informações precisas. Mas eu confirmo o que senhor acabou de ler.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Declaração essa, confirmação essa que está perfeitamente de acordo com as informações prestadas pela Srª Simone Vasconcelos, não é isso?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Ela acabou de...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor não tem a informação que nós desejamos, que é a respeito da diferença de recursos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Então concedo a palavra, na sequência, já que está ausente o Deputado Júlio Redecker, que teve outros compromissos, ao Senador Rodolpho Tourinho. (Pausa.)

Como S. Exª também não está presente, concedo a palavra ao próximo orador, que é o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Jacinto Lamas, quem é seu advogado?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – É o Dr. Décio Lins, que está aqui do meu lado.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu já cheguei. Mas pode continuar o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Em seguida, será V. Exª.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E quem mais?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Dr. Décio Lins Júnior.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E mais quem?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – E o Dr. Carlos Magno, que está aqui atrás.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que o senhor está tão nervoso?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Deputado, eu não sou um parlamentar e sempre estive sob autoridade dos senhores. É uma situação – naturalmente, todos hão de convir comigo – que me deixa assim,

sobretudo pelo que eu passei no outro depoimento e, aliás, pelo inusitado da situação. Eu jamais frequentei ambientes de debates e essa situação me deixa realmente... É uma situação de exposição, não é?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Só gostaria de dizer para V. Sª ficar tranqüilo, porque a responsabilização não será sua. V. Sª pegou recursos a mando de alguém. Então, a responsabilidade será dessa pessoa e não sua. Pode ficar tranqüilo, porque V. Sª não será responsabilizado por nada. Na verdade, nós estamos, por meio da sua participação, buscando eventual responsabilidade que nunca será sobre V. Sª. Então, fique tranqüilo, porque o seu nervosismo acaba prejudicando V. Sª – que não é, na verdade, quem pretendemos atingir. Desse modo, fique tranqüilo e calmo, relaxe. O problema não é com V. Sª, que foi um mero agente que foi buscar recursos para um fim que se está apurando. A eventual responsabilidade nunca será sobre V. Sª. Fique calmo.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Na outra vez, até me descontraí demais e fui duramente punido, Sr. Presidente, porque, muito nervoso, fizeram uma brincadeira no Plenário e eu acabei me integrando, entendendo que estava com direito de relaxar tanto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas pode relaxar. Fique tranqüilo e à vontade, porque V. Sª, à vontade e menos nervoso, ficará fora de qualquer responsabilidade. Posso garantir-lhe que ninguém aqui quer buscar qualquer forma de punição em relação a V. Sª.

Há um detalhe que creio ser extremamente importante. Quanto ao Sr. Marcos Valério e à Srª Simone, em todas as vezes que estiveram informando a esta Comissão, nunca foi colocado em dúvida essa condição de que eles forneceram as pessoas a quem foi dado o dinheiro. Não foi a Comissão que chegou a essa lista a ela fornecida. Então, não há razão, por exemplo, para o Sr. Marcos Valério ou para a Srª Simone, terem mentido, porque, na verdade, todas as vezes em que fomos atrás de alguma informação fornecida por ele, “bateu”.

Desse modo, não adianta V. Sª acreditar que, tomando essa ou aquela posição, estará defendendo o seu parlamentar até porque o que de pior pode acontecer a um parlamentar é a perda do mandato. E o Sr. Valdemar Costa Neto já renunciou. Fique tranqüilo. V. Sª não tem culpa de nada. Foi simplesmente um agente que foi ao Banco Rural ou a outro lugar buscar recursos, porque estava cumprindo uma determinação. A responsabilidade não é sua. Fique tranqüilo. Não queremos aqui, de forma nenhuma, buscar algo que possa tentar incriminá-lo.

Pare com essa história de “reafirmo meu depoimento anterior” e “conforme disse anteriormente”, até porque não estamos confrontando o seu depoimento anterior com o de agora. O problema não é V. S^a aqui. V. S^a está apenas sendo conduzido de algo que nos fará buscar a responsabilidade de alguém – que não será V. S^a. Fique tranqüilo, pois não queremos nada de V. S^a. Não pretendemos culpar-lhe nem responsabilizar-lhe por nada.

A partir de agora, V. S^a está mais calmo e tranqüilo?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Certamente, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V. S^a já conhecia o Sr. Delúbio Soares?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não conhecia?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Conhecia a Sr^a Simone?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não antes desses eventos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Nesses eventos, V. S^a conheceu – nessas vezes em que foi buscar os recursos?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Foi.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E o Sr. Marcos Valério V. S^a conheceu também por causa dessa situação?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Foi.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V. S^a sabe que, entre o total que o Sr. Marcos Valério informa que foi dado ao PL e o que o Valdemar admitiu ter recebido, há uma diferença. V. S^a tem conhecimento dessa diferença ou não?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Pelo noticiário, eu tenho conhecimento.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Com quem teria ficado essa diferença?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não posso responder ao senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Marcos Valério, há um depoimento aqui do Paulino Alves Ribeiro Júnior que era seu funcionário, lá na Polícia Federal, em que fala que fez um saque de 150 mil no banco Rural situado em São Paulo e que ele entregou esses recursos ao Sr. Marcos Valério, e que ele fez um saque de 150 mil e outro de R\$500 mil no banco Rural do Rio de Janeiro e que também entregou esse dinheiro ao Sr. Marcos Valério. Esses valores que ele

sacou e entregou em dinheiro, o senhor sabe qual foi a destinação desses recursos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O de São Paulo foi para o PT Nacional e o do Rio de Janeiro foi para o PT do Rio de Janeiro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Delúbio Soares, você lembra desses recursos?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, no Rio de Janeiro foi ao Diretório Regional e ao Nacional, foram feitos vários, são volumes em geral, mas o dia não lembro, eu não usava dinheiro diretamente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Nenhum desses recursos que foi dado para o PT Nacional foi por seu intermédio? Foi para outra pessoa, então?

O SR. DELÚBIO SOARES – Pedia para deixar o PT Nacional e deslocava aos fornecedores na época, ou destinava aos diretórios regionais do Partido dos Trabalhadores para despesas que já afirmei antes.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você conhecia o Jacinto Lamas?

O SR. DELÚBIO SOARES – De nome, algumas vezes já o vi, mas nunca tive oportunidade de dialogar com o Jacinto não. Conheço, mas não sou amigo, nunca conversei com o Jacinto nada sobre política.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Na inquirição anterior, Jacinto, que o Deputado José Rocha lhe fez, ele fez uma contraprova entre a sua posição e a do Sr. Marcos Valério. Marcos Valério disse que os depósitos da Garanhuns foram feitos a Garanhuns porque você teria indicado. E você disse que não lembra disso. Agora, mais calmo você lembra de ter feito a indicação da Garanhuns para que Marcos Valério fizesse a entrega de algum depósito?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não, senhor. Confirmo o que disse anteriormente. Não sei.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Marcos Valério, diante dessa negativa do Sr. Jacinto Lamas, quem lhe disse então para depositar na Garanhuns.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Senhor Jacinto Lamas, a quebra do sigilo telefônico da Garanhuns é um caminho e a quebra do sigilo bancário também é um caminho para se desvendar o mistério.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Se não há responsabilidade sua em ser imputado em qualquer condição criminal de ter recebido esse dinheiro e Marcos Valério está reafirmando que as vezes em que deu dinheiro você aceita que foi Marcos Valério ou foi a Simone, quando ele diz que você que disse

para depositar na Garanhuns, você diz que não... Não estou entendendo o porquê da negativa?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Confirmo o que disse, Deputado. Eu não tenho essa informação da Garanhuns, não fiz essa indicação, não tenho essa indicação, não tenho nem contato.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ainda que você não tenha indicado, você sabe que parte do dinheiro destinado ao PL foi depositado na Garanhuns?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Soube quando aqui se abriu essa revelação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Antes você não sabia disso?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não, não sabia.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você não era tesoureiro do PL?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então se você era o tesoureiro do PL, parte do dinheiro você recebeu diretamente do Marcos Valério e da Simone e aquela parte que foi depositada na Garanhuns serviu ao PL e você como tesoureiro do PL não sabia?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Eu reafirmo o que disse anteriormente, Sr. Deputado, esses recursos foram contabilizados exclusivamente pelo Deputado Valdemar Costa Neto, eu não tive conhecimento do andamento desses recursos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Há quanto tempo você trabalha no PL?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Desde a fundação. Há muito tempo, há 20 anos, acho que o PL tem hoje.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então você não pode alegar desconhecimento de que parte dos recursos do PL transitaram pela Garanhuns.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Sr. Deputado, esses recursos não foram para o PL, foram para o deputado Valdemar Costa Neto, como disse. Está registrado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ah, então, esse dinheiro da Garanhuns não foi para o PL, foi para Valdemar Costa Neto?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Foi exclusivamente como ele reafirmou no depoimento dele aqui.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É, pelo fato de ter sido destinado ao Deputado Valdemar, e não ao PL, você não tinha conhecimento?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não, senhor. Não, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E além desse dinheiro da Garanhuns, teve outro recurso que foi direto para o Valdemar sem o conhecimento do PL?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Que eu saiba, só os recursos que o Relator afirmou, que discutimos aqui... que o Relator relatava aqui...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu peço que o Relator tenha esse cuidado depois de pegar o depoimento anterior e confrontar com as declarações do depoente, porque ele realmente está muito intranquilo, muito nervoso, sem condição inclusive de continuar...

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não, não, Deputado, não estou. Eu apenas pedi a confirmação, o assentimento do Relator. Eu estava, desculpe, eu o interrompi, perdão.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – À vontade.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Eu estava pedindo apenas o assentimento do Deputado porque eu não queria deixar vaga a... porque o senhor falou apenas os recursos da Garanhuns, e o Relator relatava aqui os recursos em espécie, que foram recebidos. Foi apenas por isso que eu quis fazer a assertiva e pedir a anuência dele.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Independente da nossa discussão, já fico contente porque o senhor está mais calmo. Já até me interrompeu.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Coruja. (Ausente.)

Concedo a palavra a V. Exª, nobre Deputada Zulaê Cobra.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB - SP) – É, o senhor tinha prometido que seria eu de novo.

Eu estou aqui, Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. acareados, com o depoimento do Sr. Jacinto de Souza Lamas. Está aqui o depoimento seu, Sr. Jacinto. Em seu depoimento, o senhor fala que tinha um contato com o Sr. Delúbio Soares, que ligava...

Está assim: “Eu não tinha contato com o Sr. Delúbio, que ligava para o Sr. Deputado Valdemar Costa Neto, que me mandava apanhar os recursos.”

Bem, Sr. Delúbio Soares, vou começar com o senhor.

O senhor, alguma vez, recebeu alguma queixa de alguém que não recebeu dinheiro? O senhor dava ordem ao Sr. Marcos Valério. “Sr. Marcos Valério, o senhor vai entregar R\$100 mil para o Sr. Valdemar

Costa Neto, do PL.” Aí o Sr. Marcos Valério ligava para a Srª Simone Vasconcelos, e a Srª Simone entregava o dinheiro.

Alguém telefonou para o senhor dizendo: “Escuta, o dinheiro não veio!”?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputada Zulaiê, eu afirmei no meu depoimento ao Ministério Público, porque o Procurador perguntou para mim como se dava isso, na relação de confiança. Todas as vezes que eu orientei a fazer determinado pagamento, a ponta não reclamou. Então, dava-se como resolvido o assunto.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB - SP) – Quer dizer que então o senhor não precisa ter nenhum receio porque não houve reclamação nenhuma por parte do Deputado Valdemar Costa Neto de que o Sr. Jacinto Lamas não tivesse entregado todo o dinheiro.

Aqui nós temos uma listagem enorme que acabou de confirmar... Foi a Srª Simone Vasconcelos que a entregou. Começa no dia 26 de fevereiro, vai 6 de março, R\$2 milhões; 12 de março e 7 de abril, R\$1,5 milhão.

Agora tem uma quantia aqui, de 4 de agosto de 2003 a 14 de agosto de 2003, R\$2.537.500,00 que o Sr. Marcos Valério falou que foi depositado, é isso?

Essa quantia de agosto de 2003 foi depósito?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Depósito bancário, senhora.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB - SP) – Depósito bancário em que banco?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Banco... Está na conta da Garanhuns. É só quebrar o sigilo.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB - SP) – Garanhuns, que banco?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu tenho aqui. Só um minuto.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB - SP) – Porque aqui eu não tenho.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu tenho.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB - SP) – São R\$2.537.500,00.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – São vários cheques.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB - SP) – Ah, são vários cheques que totalizaram isso? Do dia 4 de agosto ao dia 14 de agosto... Quer dizer que é semanal mesmo, hem? Do dia 4 de agosto ao dia 14 de agosto são 10 dias. Quer dizer, em 10 dias, vários cheques.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu vou lhe emprestar, depois você me devolve.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB - SP) – Não, eu, se pegar da sua mão, eu não devolvo nunca mais. (Risos.) Esse negócio de pegar da sua mão é suspeito, porque tem um Deputado aí que foi afastado da Comissão porque pegou das suas mãos.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Por favor...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB - SP) – De público, agora, aqui, eu pego. Não, na garagem. (Risos.)

Pega aí, Deputado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Deputada, eu confirmo. Tenho em mãos aqui a relação.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB - SP) – Tem em suas mãos?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Entre o dia 4 de agosto de 2003 a 14 de agosto de 2003: R\$2.537.500,00.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB - SP) – Então, eu também tenho isso. Agora, eu quero saber quantos cheques. O senhor tem aí, Relator?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Tenho.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB - SP) – Foram quantos cheques?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Vou contar. São muitos. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 saques. Não sei se todos por cheques, porque algumas quantias...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB - SP) – Entre 4 de agosto a 14 de agosto?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – R\$2.537.500,00.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB - SP) – Quer dizer, em dez dias, foram catorze cheques?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – 14 cheques.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB - SP) – Semanal mesmo... Diário, não é?

O SR. (Orador não identificado) – (Fora do microfone. Inaudível.)

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB - SP) – Agora, diga-me uma coisa. Hoje, os três estão tranquilos. Que beleza. Nossa Senhora, nunca vi coisa mais linda na minha vida. Todo mundo tranquilo porque já viram que não adianta ficar nervoso, porque nós vamos chegando... A Srª Simone Vasconcelos estava muito brava no dia – até nem vim à CPMI dos Correios, mas saiu em todos os jornais que a senhora estava muito brava. Hoje, a senhora está ótima, bem acompanhada, com grandes advogados. O Sr. Marcos Valério está tranquilo. O Sr. Delúbio Soares está ótimo, tranquilo.

Nas duas vezes em que veio aqui, nas duas vezes, estava intranquilo. Deu muito trabalho para o Deputado Arnaldo Malheiros Filho, porque ele estava mais nervoso do que o senhor. Hoje, estamos chegando à conclusão de que tudo isso tem de ser dito porque tem aqui... temos os cheques, os senhores estão falando a verdade. Por isso, o senhor não precisa ficar nervoso, nem os advogados.

Eu só queria saber o seguinte: além do senhor, Sr. Delúbio Soares, tinha outra pessoa que autorizava também nessa lista? O senhor indicava: vai dar o dinheiro para o PL, vai dar o dinheiro para o PP, vai dar o dinheiro para o fulano do PT. Havia outra pessoa que pudesse também indicar, além do senhor?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, Deputada. As informações eram de minha responsabilidade, tanto interna, no PT, quanto na relação com os partidos da base aliada. Os recursos – que nós solicitamos que as empresas de Marcos Valério pegassem o empréstimo bancário no BMG e no Banco Rural – ficavam sob a minha orientação, sob a minha responsabilidade.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Da sua orientação, da sua responsabilidade. Mas o senhor conversava com alguém. Para o senhor chegar à conclusão de mandar X ou Y para algum partido, o senhor conversava, trocava idéia com alguém? Trocava idéia com os Partidos, com outras pessoas? Como é que era isso, Sr. Delúbio? Agora, o senhor está tranquilo para poder falar.

O SR. DELÚBIO SOARES – Tranquilo...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor já foi até expulso do PT, já mandaram embora do PT.

O SR. DELÚBIO SOARES – Isso.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Portanto, o senhor não tem mais agora essa coisa com o PT. O PT já não quer saber mais do senhor. O senhor, agora, tem de ser duro com o PT, como eu gostaria que todos fossem.

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputada Zulaiê, respeito seu ponto de vista, mas gostaria que respeitasse o meu ponto de vista quanto à minha...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Fidelidade ao PT.

O SR. DELÚBIO SOARES – Quanto à minha concepção política. Então, sob esse assunto, peço para não comentar. A senhora pode falar o que quiser, qualquer Deputado pode falar o que quiser. Eu não vou comentar minha expulsão do PT.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Está certo.

O SR. DELÚBIO SOARES – Estamos aqui para responder a um processo de um dinheiro em que solicitamos um empréstimo e que esse empréstimo foi

pago... despesas não contabilizadas do nosso Partido e dos Partidos da base aliada. Esse é o assunto que nos traz aqui. Eu já afirmei, nos meus depoimentos anteriores, todo o procedimento. Aqui, como é uma acareação, quero reafirmar...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, tudo bem. Eu só queria saber rapidamente: então, o senhor mantém que o senhor é responsável por tudo?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sim.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não tem mais ninguém que poderia ter... outra pessoa...

O SR. DELÚBIO SOARES – De acordo com o depoimento anterior.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E a origem do dinheiro? A origem do dinheiro é essa origem que o senhor confessa?

O SR. DELÚBIO SOARES – É empréstimo que eu solicitei aos dois bancos, ao Banco Rural e ao BMG, via as empresas do Sr. Marcos Valério. Foram feitas... dinheiro com origem conhecida e que pagamos despesas não contabilizadas, de acordo com as necessidades, já feitas em meus dois depoimentos anteriores.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E o que o senhor deu para todos os Partidos coincide com os empréstimos feitos?

O SR. DELÚBIO SOARES – Os empréstimos feitos são na ordem de R\$55 milhões.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – R\$55 milhões, e isso dá bem nessa distribuição?

O SR. DELÚBIO SOARES – Se nós, na listagem geral... Se tem discrepâncias, são pequenas. Na lista geral, deve ser, mais ou menos, R\$30 milhões ao PT, R\$12 milhões ao PL, aproximadamente R\$8 milhões ao PP, quase R\$4 milhões ao PTB. Está na lista, é só somar os valores aí.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Somando chega a essa quantia de R\$55 milhões.

O SR. DELÚBIO SOARES – A R\$55 milhões.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Agora, diga-me uma coisa, Srª Simone Vasconcelos: a senhora entregou ao Sr. Jacinto Lamas dinheiro em outro local que não no Banco?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim. Aconteceu uma vez em um hotel, também num *shopping*, sem subir ao Banco. Eu desci com o valor e entreguei no *shopping* a ele.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – *Shopping?* Que *shopping?*

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Porque o Banco Rural, aqui em Brasília, ele fica no Shopping Brasília.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Qual *shopping?* Eu não conheço bem Brasília. Qual *shopping?*

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Brasília Shopping.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ah, Brasília Shopping.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ah, está bom. Eu pensei que fosse o Shopping Brasília. É Brasília Shopping. O nome é Brasília Shopping.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O nome é Brasília Shopping? Está bem. Brasília Shopping e uma vez no hotel, como já falei. Foi isso, e as outras vezes no Banco Rural.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E o senhor confirma que o senhor pegou das mãos da Srª Simone?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Confirmando, sim, senhora.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – No hotel uma vez e no *shopping* outra vez e as outras vezes no Banco?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Isso, confirmo. Confirmo, sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– E em Belo Horizonte, com quem que ele apanhou?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Em Belo Horizonte, Sr. Relator, não houve entrega de dinheiro em espécie.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Como?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não houve entrega de dinheiro em espécie em Belo Horizonte, como o Sr. Marcos Valério disse.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor não foi a Belo Horizonte apanhar recursos?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não, dinheiro em espécie, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Em espécie, mas houve em cheque.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Essa entrega de envelopes, que o Sr. Marcos Valério acabou de confirmar.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Deputada Zulaiê Cobra, é uma informação importante. Antes de apanhar esses recursos aqui, ele apanhou recursos em Belo Horizonte também, mas só que lá os recursos lhe foram entregues em cheque?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Mas não foi pela Srª Simone Vasconcelos.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Às vezes, ela entregava.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E quem que entregou para ele lá em Belo Horizonte?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Na maioria das vezes, a Srª Simone.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Também em Belo Horizonte?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Também em Belo Horizonte.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ah, é? E quantas vezes, lá em Belo Horizonte? A Srª Simone pode dizer quantas vezes?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Quem entregou o envelope para ele, em Belo Horizonte, fui eu, Excelência.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Foi o senhor?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhora.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Quer dizer que, lá em Minas, foi o senhor que entregou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O envelope com cheques.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Com cheques?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nominais a Garanhuns.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Agora eu quero fazer essa derradeira e última pergunta, Sr. Presidente, porque agora ninguém entende ainda essa Garanhuns. Essa Garanhuns surgiu... O Sr. Marcos Valério fala que foi o Sr. Jacinto Lamas que indicou para dar o cheque em nome da Garanhuns. Ele diz que não é verdade, é isso? O senhor não conhece a Garanhuns.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não conheço a Garanhuns.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Nunca viu na sua vida.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Nunca vi.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Também o ex-Deputado Valdemar Costa Neto disse que nunca viu a Garanhuns. O Sr. Marcos Valério fala que foi a Garanhuns que eles indicaram. Então, da onde surgiu a Garanhuns?

O senhor nega. Não foi o senhor que mandou ele dá para a Garanhuns o cheque.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não, senhora.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O Deputado falou que devolveu o cheque quando viu que o cheque era da Garanhuns. O Sr. Delúbio pegou o che-

que e quem que tirou o cheque da Garanhuns e deu em dinheiro vivo? O Sr. Marcos Valério?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Deputada, o Sr. Deputado Valdemar falou, em parte, que tinha recebido R\$1,2 milhão. Se eu tiver enganado, se eu tiver transcrevendo o depoimento dele aqui...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Certo. Ele falou R\$1,2 milhão.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Da Garanhuns?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Da Garanhuns.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu acho que uma investigação minuciosa do sigilo bancário e do sigilo telefônico dos donos e dos verdadeiros donos vão checar.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, mas a pergunta não é essa. A pergunta é que Deputado Valdemar Costa Neto falou que, quando ele recebeu em cheque, ele devolveu. Ele devolveu e exigiu em dinheiro. O senhor falou isso no seu depoimento, não foi isso? O senhor levou em cheque para o Deputado Valdemar Costa Neto, ele viu que era em cheque e não gostou e devolveu. Esses cheques foram trocados. O senhor não trocou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O cheque está depositado na conta da Garanhuns.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – A Deputada me permite? Permite, Deputada?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Pois não.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Na verdade, na verdade, o Valdemar disse aqui claramente o seguinte: quando ele recebeu o envelope, que o Jacinto ligou para ele em Belo Horizonte e disse: é envelope. Ele estranhou e disse: “Traga assim mesmo.” Quando chegou a São Paulo e viu que era cheque, ligou para Delúbio e reclamou que era em cheque. O Delúbio ligou para Marcos Valério. E Marcos Valério teria mandato trocar o cheque por dinheiro. Marcos Valério não confirma essa troca, mas o Delúbio confirma que o Valdemar ligou e que reclamou.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Era isso o que queria...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campanha.*) – O tempo está encerrado.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Então, o senhor já está adiantando. O Sr. Delúbio Soares confirma que houve um telefonema do Sr. Valdemar Costa Neto para o senhor dizendo que era cheque?

O SR. DELÚBIO SOARES – Pedi para que Valdemar e Marcos Valério se entendessem e nunca mais falaram comigo.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Nunca mais falaram com o senhor?

O SR. DELÚBIO SOARES – Ele falou “Tem uma reclamação para ser feita.” “Então, procure Marcos Valério e acerte. Resolva o assunto.” Aí, encerrou-se o assunto.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E o Sr. Marcos Valério confirma que depositou o cheque no banco na...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Os comprovantes estão com V. Exª aí.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Está certo... Não, não tenho comprovante nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Estão aí na CPI.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Esses aqui?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Vão ficar aqui agora?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Já foram entregues ao Relator.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Precisamos tirar uma cópia.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, a conversa está boa, mas não há tempo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado João Correia.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Tem cópia de tudo isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Está tudo com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Tire uma cópia e dê para a Deputada.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Tire uma cópia e dê a mim. Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado João Correia.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Embora tenha sido um pouco tumultuado, com a intervenção de vários... Mas creio que foi produtiva a inquirição. Por isso, deixei andar um pouco além do tempo.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AP) – Aliás, se S. Exª desejar um pouco mais de tempo terei o maior prazer em cedê-lo.

Creio o seguinte, Sr. Presidente, Srs. depoentes, falarei sobre a questão do PL, sobre a qual ouvimos recentemente o Presidente, Valdemar Costa Neto. Ficou mais ou menos claro que o Sr. Jacinto Lamas era um dos operadores, para o PL. Tinha vinculação. Pegou, ao menos, os cheques da Garanhuns, que era outro elemento, bem como o próprio Valdemar Costa Neto. Fora disso, apenas o Sr. Antonio Lamas aparecesse nessa lista, nesse sumário do mensalão.

Eu queria, então, fazer a primeira pergunta a dona Simone. O Sr. Antonio Lamas foi sugerido, já que disse à senhora que ou entregava pessoalmente os recursos ou os deixaria autorizados. O Sr. Antonio Lamas foi sugerido por quem? Pelo irmão ou pelo Sr. Valdemar Costa Neto?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Não, foi apenas uma solicitação de Jacinto, já que estava viajando e não poderia comparecer. Eu já havia feito a provisão dos valores no banco. O banco não fica com aqueles valores de um dia para o outro. Ele falou-me: “Simone, por favor, autorize que seja meu irmão, Antônio Lamas.” Deixei no banco anotado que quem iria era Antônio Lamas. Só isso. Nem estive com ele pessoalmente.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AP) – Ok. Pergunto ao Sr. Jacinto Lamas se, na verdade, a sua relação com o irmão é muito íntima ao ponto de substituí-lo em uma operação dessa envergadura, dessa natureza?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Deputado João Correia, é meu irmão. Trabalhava conosco, também. Foi lá porque eu não estava.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AP) – Trabalhava convosco?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Trabalhava conosco também.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AP) – No PL?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Trabalhava na assessoria do PL. Lá foi porque eu não estava aqui. Disse em meu depoimento.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AP) – Perfeito.

A segunda questão que gostaria de desdobrar, Sr. Presidente, é a seguinte: o Líder do PL, Deputado Sandro Mabel, chegou a se posicionar e a dizer que os recursos que o Deputado Valdemar tinha obtido eram de caixa dois para a campanha do Presidente Lula, naquele mesmo diapasão já bem explorado, por sinal, pelo Deputado Moroni Torgan. Quero, no entanto, perguntar ao Sr. Delúbio Soares. Veja só minha tentativa de encadeamento. O Sr. Valdemar disse que recebeu esse dinheiro não-contabilizado, já acertado bem an-

tes, na casa do Deputado Paulo Rocha, na presença do Sr. Delúbio, que seriam então os recursos dos dez milhões de reais.

O Sr. Valdemar afirma que esse recurso não foi utilizado para pagamento do mensalão a Deputados do PL. E diz o Sr. Valdemar Costa Neto, em seus depoimentos, que estava sendo muito assediado pelos credores. O senhor Jacinto Lamas disse, em seu depoimento, que nunca conheceu nenhuma criatura, nenhuma viva alma como credora do PL. O senhor confirma isso, senhor Jacinto Lamas.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Confirmo. O que eu disse foi isso: nunca conheci credores que o Deputado...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Perfeito. E aí o Sr. Valdemar Costa Neto diz que os recursos eram para o pagamento dos credores, cujo tesoureiro do PL, por muito tempo, desconhecia, inteiramente, qualquer um deles. Bom, e aí a questão que eu quero colocar para o Sr. Delúbio Soares é que na Revista Época, o Sr. Valdemar Costa Neto diz o seguinte: que no contato com o Sr. Delúbio Soares, pressionando-o pelo pagamento desses recursos, que o Sr. Delúbio Soares tinha dito o seguinte: Valdemar eu vou pagar. Você pode assumir com os deputados, eu vou atrasar, mas pago. Então, eu quero perguntar ao Sr. Lamas e ao Sr. Delúbio Soares se de fato existia algum conhecimento, porque essa declaração do ex-Deputado Valdemar Costa Neto, se for confirmada, ela pode induzir, ela pode ser bastante perigosa em relação aos destinos dos recursos dados utilizados pelo PL. Quer dizer, o Sr. Delúbio teria dito: Valdemar, eu vou pagar. Você pode assumir com os deputados. Eu vou atrasar mais pago. Eu gostaria de ouvir o Sr. Delúbio sobre esta afirmação do Sr. Valdemar Costa Neto.

O SR. DELÚBIO SOARES – A afirmação do Deputado Valdemar Costa Neto, ele responde por ela. Eu respondo pelo que eu falo. Eu assumi o meu compromisso com o PL, para a gente ficar aqui. Reiterar várias vezes o que eu já falei em todos os momentos em que eu estive na CPI. Assumimos um compromisso com o PL de 25% dos recursos do orçamento da campanha do Presidente Lula, que dava em torno de R\$40 milhões, não efetivamos esse compromisso; o PL assumiu despesa, o próprio Deputado Valdemar detalhou como foram feitas as despesas, aqui, hoje. E nos solicitou. Passada a eleição, nós não tínhamos recursos, foi um dos motivos que nós fomos aos bancos pegar os recursos para cumprir compromissos anteriores com vários diretórios. Eu também só fiquei sabendo da dívida do PT após as eleições, no começo de 2003, e tomei essa iniciativa. Elas podem não ter sido as mais corretas, mas foi a que eu encontrei

na época para saudar compromissos assumidos em uma relação de confiança entre nós.

Então, isso foi feito e depois nós nos organizamos para preparar os partidos para a disputa de 2004. Foi isso que aconteceu e foi nessa direção que foi feito.

Então, o compromisso de gastos pelos partidos e despesas oriundas do segundo turno, porque tem, porque ninguém tem controle. Depois que passam as eleições é que as pessoas vêem que ficou isso e aquilo outro. Foi o que aconteceu e já muito bem explicado e os dados e as informações estão à disposição da CPI, e o Relator vai fazer o seu relato e esta Comissão vai julgar como deve se proceder.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Perfeito. Sr. Delúbio eu tenho pleno conhecimento de que as respostas ou os posicionamentos do Sr. Valdemar Costa Neto a ele, exclusivamente e unicamente, dizem respeito. O que eu quero saber é diferente. Eu quero saber se ele teve esse diálogo com V. S^a, com V. S^a dizendo isso: Valdemar eu vou pagar, você pode assumir com os deputados. Eu vou atrasar, mas pago.

É apenas isso que eu estou perguntando a V. S^a.

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado João Correia, eu já afirmei aqui, nós fizemos um compromisso com o PL e procuramos cumpri-lo quando foi possível, e a maneira possível de assumir o compromisso foi solicitar empréstimos. Fizemos dessa forma e os empréstimos se fazem de uma vez. Foi feito ao longo do ano de 2003 e um pouco de 2004. Foi isso o que aconteceu. Foi nessa direção.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Mas, acerca desse diálogo, o senhor não ...

O SR. DELÚBIO SOARES – Essa afirmação pode ser uma figura de linguagem do Deputado, porque todos os compromissos que as pessoas fazem elas procuram honrar e se não tiverem condição de honrar, ora não é possível honrar e vamos renegociar nova base. Como nós encontramos essa forma, cumprimos o compromisso que tínhamos feito com o PL em 2002, efetuado em 2003 e 2004.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, eu tenho que ser absolutamente rigoroso...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Entendo. Vou aqui reafirmar, a pergunta, Sr. Delúbio, é muito simples. Se o senhor, em algum momento, afirmou isso que a revista retrata para o Sr. Valdemar Costa Neto?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Essa é a pergunta.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– O senhor não afirmou para ele?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Que, olha, vai atrasar, diga aos Deputados que vai atrasar.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Essa... É importante essa...

O SR. DELÚBIO SOARES – Não afirmei.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O senhor não afirmou dessa forma?

O SR. DELÚBIO SOARES – Dessa forma não, eu falei que nós assumimos o compromisso com o PL.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Muito bem, muito obrigado, Sr. Presidente.

Para concluir, exatamente porque já houve um pequeno incidente aqui por conta de tempo, eu quero perguntar ao Sr. Jacinto Lamas o seguinte fato:

O Sr. Valdemar Costa Neto é o primeiro da lista, do índice do Sr. Marcos Valério e da Sr^a Simone. Podem observar, está lá: nº 1 Valdemar Costa Neto – PL. O Sr. Jacinto Lamas vem logo em seguida. Não, vem a Garanhuns antes. Depois, vem o Sr. Jacinto Lamas. E o Sr. Valdemar Costa Neto foi o primeiro Deputado a renunciar nesse caso.

Não vou julgar, não quero fazer julgamento sobre a decisão do Deputado de renunciar. No entanto, está ficando um pouco claro que os Deputados que renunciavam, previamente assumem suas dificuldades.

Quero perguntar ao senhor, se o senhor ouviu, em algum momento, o Sr. Valdemar Costa Neto dizer que ia renunciar para proteger os Deputados do PL, para não expô-los como partícipes e comensais do mensalão.

É essa pergunta que faço ao Sr. Jacinto Lamas.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Absolutamente não, Sr. Deputado João Correia. Nunca ouvi o Deputado pronunciar sobre isso.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito...

Já que o Deputado Gastão Vieira está ausente, concedo a palavra ao Deputado José Carlos Araújo.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Sr. Presidente, eu vou ser muito econômico dentro daquilo que nós previamente conversamos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradecemos antecipadamente.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Eu tenho apenas duas perguntas. Primeiro, Sr. Marcos Valério, os recursos repassados, que nós vimos aqui de todo jeito, era cem, duzentos, trezentos, quinhentos, um

milhão, e há um repasse que me chamou a atenção. Por que ele repassou ao PL R\$2.537.000,50? Por que essa fração quebrada, já que os recursos eram todos passados em números grandes e inteiros?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Primeiramente, devo ressaltar, e o Relator eu gostaria que concordasse, que essa lista aqui serviu de base, desde o início, para todas as investigações e ela foi-se confirmando no decorrer do tempo.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO (PL – BA) – Eu perguntei outra coisa.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Vou responder. É o valor que foi pactuado com o PL.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO (PL – BA) – É o valor que foi pactuado com o PL.

Então, veja, Sr. Presidente, foi dito aqui, que o que foi passado para o PL foi o acordo político pelo PL participar da campanha do Presidente Lula, que era em torno de 40%. Fizeram as contas, e o Delúbio acabou de falar que orçado em quarenta milhões, o que dá mais ou menos dez milhões. Exatamente dez milhões!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – São 25%.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – É, 25% daria isso aí exatamente.

E aí vejam os senhores o seguinte: o Valdemar diz que é 6,5; que recebeu 6,5. Não tinha por que Valdemar dizer que... Aliás, ele podia até dizer que era menos, 1.700 é a quantia que ele tinha com recibo. Mas ele fez o esforço e, dentro da contabilidade dele – só dele, não era do PL, era do Valdemar –, do que ele pagou das propagandas e de tudo que mandou fazer em São Paulo e da Grande São Paulo dava 6,5 milhões, que foi o valor que ele achou. Então, tendo a acreditar nisso.

Valdemar disse aqui, voltando a esse episódio, que ele recebeu... Jacinto Lamas, ao ir a Belo Horizonte buscar recursos, recebeu um envelope e de lá teria ligado para Valdemar, dizendo “Olha, eu recebi um envelope”. Ele mandou que o levasse. Ao chegar, constatou que eram os cheques – voltando aqui à mesma conversa, repetindo, mas é interessante voltar a essa coisa –, ligou para o Delúbio e Delúbio ligou para o Marcos Valério.

Então, mostra claramente que a Garanhuns tinha outro endereço. E ele aqui, quando o Jacinto Lamas não estava, disse que o Jacinto teria indicado à Garanhuns. O Jacinto mostrou, e nós vimos pelo depoimento do Jacinto, que Jacinto apenas era o transportador e o recebedor de todos as quantias que recebiam.

A Dona Simone confirmou que ele recebia o pacote, o que não é razoável, mas que ele recebia o pacote. Ela até dizia a ele os valores, ele não se interessava, mas como estava ele recebia e do jeito que recebia ele entregava. Não contava, não procurava saber o que estava levando. Até corria um grande risco de chegar e ter recebido uma quantia a menor e lá daria confusão.

Mas o Valdemar diz que recebeu apenas os 6,5 milhões, faltando 4 milhões aí. Aí fica a pergunta: Valdemar diz que recebeu e pagou esse dinheiro. Aí faço uma pergunta. Será? O Sr. Delúbio disse que mandou pagar 12 ao PL e com as contas que estavam aí, e o Delúbio mandou que pagasse. Quem fazia as contas para pagar era o Marcos Valério. Será que realmente ele passou os 10 ou só passou os 6,5; e está cobrando 10 de quem deveria cobrar?

O Delúbio dizer que ninguém reclamou não é verdadeiro. Não é verdadeiro. Vimos aqui, nos depoimentos de muitos Deputados aí, Sr. Delúbio, que afirmam... Afirma o Marcos Valério que passou uma quantia e eles dizem que receberam a menor. Não foi nem um, nem dois. A CPMI já apurou, e no próprio Conselho de Ética e Decoro Parlamentar também aparece isso, muitos Deputados a quem o Marcos Valério diz que pagou tanto, 920, só receberam 700. Então, essa reclamação não veio só do Valdemar, outros Parlamentares reclamaram que foi pago a menor.

Esse dinheiro, o Sr. Marcos Valério diz que tomou emprestado e que teria de pagar. Então, quem teria de pagar a conta era o PT. A conta, quem vai ter de pagar é o PT. E Marcos Valério diz que passou o dinheiro e V. S^a teria de pagar se estivesse ainda no PT. Na verdade, ele pagou uma quantia e está cobrando outra. É isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado José Carlos Araújo, estou sabendo dessa reclamação agora, no processo. Quando eu dei o depoimento...

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Mas só uma pergunta: não se reclamou antes porque é uma conta a acertar, no final das contas teriam de acertar, porque, pelo que estou vendo, vai-se passando o dinheiro, em determinado momento tem de parar para acertar. Ninguém reclamou porque não chegou a conta para fazer a conta final do dinheiro. Então, é o encontro de contas.

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu acredito que isso seja uma questão já julgada e transitada para mim. Eu estou agora totalmente separado desse processo, encerrou o meu processo quando deixei de ser Tesoureiro do PT. Até então não houve reclamação de nenhuma das partes. É isso que afirmei e afirmo. Se

tem discrepância entre os números e os valores, as investigações vão...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. DELÚBIO SOARES – Agora pela informação da CPI, do processo, desse processo aberto. Até então não tinha reclamação, isso o que eu quero dizer, tá? Se têm as reclamações, tem que acertar e ver como vai resolver.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – O Sr. Jacinto Lamas afirmou categoricamente aqui, tanto quanto ao Valdemar, que não conhecia a Garanhuns e que a Garanhuns surgiu daqui. Não foi o senhor, tanto é verdade isso que, quando o Valdemar reclamou do cheque da Garanhuns, o senhor ligou imediatamente para Marcos Valério: “Olha, o Valdemar está reclamando, acerte com ele”. Então, se Valdemar estava reclamando do cheque da Garanhuns, logicamente ele não estava concordando em receber pela Garanhuns.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Por favor, respeito o raciocínio do Deputado, com todo o respeito, mas não procede. O Sr. Valdemar recebeu 1,2 milhão, de acordo como ele afirmou aqui. O restante está depositado nesta empresa. A quebra de sigilo bancário e a quebra de sigilo telefônico vão provar quem está falando a verdade.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Por último, o senhor só pagou pela Garanhuns ao PL ou pode ter pago a outros?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O PL foi pago de acordo com a lista que apresentei.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – O senhor não respondeu se pagou a outros partidos ou a outros parlamentares que não fossem do PL, através da Garanhuns.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu não conhecia ninguém na Garanhuns, não conheço ninguém na Garanhuns, nunca liguei para ninguém da Garanhuns e nunca vi ninguém. Agora, uma coisa interessante...

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Sr. Relator, ninguém conhece a Garanhuns.

O SR. MARCOS VALÉRIO DE SOUZA – Não, não, não, eu vou... Eu fiz uns quesitos, com todo o respeito a essa CPMI, para que ela verificasse... E uma das coisas interessantes era saber o seguinte: se recebeu 1,2 milhão, quem entregou? Como entregou? Quem da Garanhuns? Através de dinheiro à Garanhuns, entregou como e por que motivo? É só verificar ou rastrear. Com todo o respeito ao Deputado, ele garante que recebeu 1,2 milhão. Quem entregou da Garanhuns? Ele ligou para a Garanhuns? A Garanhuns ligou?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero dizer que temos todos esses dados, os elementos estão disponíveis, esse rastreamento é possível. Esse me parece que é o mapa que vai demonstrar o que aconteceu.

Mas V. Ex^a encerrou. Agradeço V. Ex^a e convoco o Deputado Daniel Almeida para usar da palavra.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Parece que...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* do Senado, com muita brevidade, peço ao Deputado Odair que presida a reunião.

Vou começar zerando o tempo, concedo a palavra ao nobre Deputado Daniel Almeida, pelo prazo de dez minutos.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Obrigado, Sr. Presidente. Queria fazer algumas reflexões a respeito de algumas questões levantadas durante os debates no dia de hoje. Em primeiro lugar, quero afirmar que não podemos conceber a idéia de que se todos cometeram erros, as coisas se equivalem, se equilibram e ficam minimizados os crimes. Crime é crime. Quem cometeu crime, independente de que posição esteja, na Oposição ou na Situação, tem que passar por processo de averiguação, de investigação e de adoção das medidas necessárias. As coisas não ficam minimizadas em função da origem de quem possa ter cometido algum ato ilícito.

Também, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma reflexão sobre uma tese que tentaram expor aqui de que tudo se resumiu à campanha para a Presidência da República. Isso também não é verdade. Em 2002, aconteceu eleição para a Presidência da República, Governadores, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais. Pelo que sei, a campanha da Presidência da República prestou contas, teve suas contas aprovadas pelo Tribunal Superior Eleitoral daquilo que gastou, dos recursos que utilizou para a campanha da Presidência da República. E muitas alianças foram formadas entre partidos que estavam na campanha da Presidência da República e, às vezes, em campanhas diferenciadas em Estados. As alianças extrapolaram a campanha da Presidência da República. Acertos partidários foram feitos. O próprio Valdemar Costa Neto dizia aqui que um dos objetivos do PL era alcançar os 5%. Portanto, a campanha ou os acordos partidários não se restringiam à campanha da Presidência da República. Portanto, atribuir todos os gastos, os acordos à campanha da Presidência da República me parece uma distorção, um exagero, uma “forçação de barra” por parte de alguns que tentam fazer dessa forma.

Sr. Presidente, gostaria de fazer uma reflexão sobre esse debate, dizendo que não dá para acreditar que o Sr. Jacinto Lamas, que afirmou aqui, no depoimento anterior, ter relações históricas com o PL, desde a fundação do PL, ocupando cargo de direção, tendo sido tesoureiro do PL, gozou da confiança do fundador do PL, o Sr. Álvaro Valle, atuou com o Sr. Valdemar Costa Neto, durante esse período extenso aqui, na Câmara dos Deputados, e também na gestão do PL, que não saiba de nada, que tenha apenas conduzido encomendas por solicitação do dirigente do PL, Sr. Valdemar Costa Neto. Não dá, ninguém pode acreditar nessa simples ação de ser porta-voz, ser transportador de encomendas em nome do Sr. Valdemar Costa Neto.

Eu acho que ele podia acrescentar mais, esclarecer mais sobre a sua participação como dirigente importante e histórico do PL nesse processo, mas já vi que não vamos evoluir. As posições estão fixadas. Há uma lacuna aí, que é o papel da Garanhuns. Ninguém quer ter contato, ninguém se identificou com a Garanhuns. Acho que é necessário, efetivamente, que o rastreamento seja feito. O Relator, seguramente, fará isso por meio da quebra do sigilo bancário, telefônico, fiscal, dos documentos que já estão presentes nas Comissões. Nós precisamos, nós temos necessidade de esclarecer esses aspectos, que recursos a Garanhuns movimentou, intermediou, como ele entrou na Garanhuns e para onde foi. Esse é um rastreamento que pode esclarecer parte daquilo que não foi esclarecido até então: quatro milhões e alguma coisa, que estão vagando por aí, pararam em algum lugar. Seguramente, ninguém jogou fora. Temos que identificar, descobrir. Não sei se o nobre Relator já adotou essas providências. Seguramente, se não adotou, adotará no sentido de fazer esse rastreamento mesmo que seja necessária a quebra do sigilo bancário e fiscal.

Pois, não. Concederei um aparte com o maior prazer a V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-ackel. PP – MG)

– Posso prestar uma informação a V. Ex^a?

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Pois, não, nobre Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-ackel. PP – MG) – A equipe técnica que nos assessora vem perseguindo, com muita obstinação, um traço qualquer de ligação da Garanhuns Participações com as pessoas envolvidas no problema. Até agora, o que posso afirmar a V. Ex^a, sem receio de contradita, é que não foi encontrada nenhuma ligação entre o Sr. Jacinto Lamas e a Garanhuns Ltda. Obrigado a V. Ex^a.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Nem entre a Garanhuns e a SMP&B, do Sr. Marcos Valério.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-ackel. PP – MG) – Continuamos pesquisando. Até agora, o que posso afirmar com segurança, é que, no que diz respeito ao Sr. Jacinto Lamas, esgotamos todas as possibilidades de investigação e não identificamos nenhum traço, nenhuma relação, entre ambos.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Pois não, Sr. Relator. Eram essas as reflexões que eu gostaria de fazer, porque efetivamente, nas condições em que os depoimentos estão postos, cada um afirmando a sua posição anterior, não temos condições de produzir...eu, pelo menos, não encontro elementos para buscar esclarecimentos naquilo que é essencial, naquilo que é o objeto central desta acareação, que seria esse esclarecimento.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-ackel. PP – MG) – Se me permite, eu lhe diria que o essencial nessa acareação, aliás, o objeto único dessa acareação, é estabelecer as causas se tanto nos fosse possível entre as diferenças existentes entre os pagamentos feitos e os pagamentos recebidos. Mas as perguntas infelizmente, durante dez horas de inquirição, não querem se voltar para esse aspecto. Até agora, o que temos provado é que há um déficit ou uma quantia inexplicada de R\$4 milhões 337 mil. Isso está definitivamente assentado. Há essa diferença. Espero que até o fim da madrugada, nós tenhamos possibilidade de chegar pelo menos, pelo que presumo, a uns quatorze, quinze milhões. Se as perguntas estivessem focalizadas nessa questão, certamente teríamos adiantado mais no que diz respeito a esse déficit, que me parece é um buraco negro.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Pois bem. Encerro por aqui, Sr. Relator, também constatando esse fato. Todas as negações que foram feitas ao Sr. Jacinto Lamas e ao Sr. Marcos Valério, Delúbio e Simone Vasconcelos que pudesse esclarecer esse buraco negro não produziram novidades, não produziram elementos novos. Então, fico por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG) – O próximo orador inscrito é o Deputado Agnaldo Muniz. S. Ex^a está ausente.

Passo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, a primeira questão é feita para a Dr^a Simone. A senhora entregou ao Sr. Jacinto Lamas, Antonio Lamas quanto? Qual o total?

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Dois milhões e quatrocentos mil.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Agora, fazendo a conta, dá dois milhões e quatrocentos. Agora, eu queria saber desse último depósito aí que não está na Bônus Banval nem na Garanhuns de um milhão e quinhentos mil. Quem entregou esse dinheiro para o Sr. Jacinto Lamas ou para o Sr. Valdemar Costa Neto?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – V. Exª está falando do valor de um milhão e quinhentos do dia 3 do oito?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, de 3 de agosto de 2004.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Aí quem vai ter de responder é o Marcos Valério, que está na listagem dele.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois então o Sr. Marcos Valério pode responder.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Em espécie, Sr. Deputado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Em espécie. Então, não foi um milhão e duzentos. Foi um milhão e quinhentos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu entreguei, em espécie, um milhão e meio, Sr. Deputado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Está bem. Isso mesmo. Esse dinheiro da Garanhuns Empreendimentos e Intermediações, somando tudo, dá aquilo que o senhor diz: Dez milhões oitocentos e trinta e sete e quinhentos. Eu queria saber se esse dinheiro depositado na conta da Garanhuns foi depositado na conta que tinha aqui, em Brasília, e era do Banco Real também.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Como foi?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Foi depositado na conta da Garanhuns, em São Paulo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E esse da Bônus Banval?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Foi depositado na conta da Bônus Banval.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois, é. O senhor disse que quem apresentou a Garanhuns foi o Sr. Jacinto Lamas.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Inclusive trazendo já uma cópia de um contrato que V. Sª disse que estava cheio de erro, mas trazendo para assinar porque o dinheiro deveria ser depositado. Sr. Jacinto, o senhor levou uma cópia de um contrato para que o Sr. Marcos Valério assinasse, para que o dinheiro fosse depositado na conta da Garanhuns?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não, senhor.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor continua confirmando que ele fez isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Confirmo, sim, senhor.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Onde foi que ele entregou essa...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Belo Horizonte, senhor.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Belo Horizonte. O senhor ficou com cópia desse contrato?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu entreguei à Polícia Federal.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Entregou. Mas tem?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Está com a Polícia Federal.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É importante que V. Sª possa encaminhar para esta CPML.

Então, está explicado. Por tudo aqui, dá essa quantia que V. Sª diz ter repassado para o PL. Agora, eu queria saber o seguinte: V. Sª disse que quem indicou a Bônus-Banval foi o tesoureiro do PP. E por que aqui aparece também um depósito na conta da Garanhuns que seria para o PL?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não é na conta da Garanhuns, é na conta da Bônus.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Da Bônus?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – E a Bônus-Banval pagou ao PL.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pagou ao PL.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Pagou ao PL.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Está certo.

Uma outra coisa que eu queria que o senhor explicasse é por que num dia em que o Sr. José Carlos – e, Sr. Presidente, se não foi quebrado os sigilos fiscal, telefônico e bancário da Garanhuns, isso tem de ser feito, do Sr. José Carlos Batista também, da Bônus-Banval Participação e de seu dono, para que efetivamente tenhamos a verdade aqui –, esteve aqui, tem um contrato particular de promessa de intermediação de aquisição de ativos financeiros e outras avenças, um contrato assinado. O senhor disse que não tinha nenhuma vinculação, é um contrato assinado pela SMP&B Comunicação Ltda. e a Garanhuns Empreendimentos Intermediações e Participações Ltda. Como é que o senhor explica esse contrato?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Está na Polícia Federal. Eu falei que não contabilizei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não contabilizou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Isso. E entreguei até os títulos oriundos desse contrato à Polícia Federal.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, o senhor mantinha alguma relação com a..

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, quem me entregou foi o Sr. Jacinto Lamas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi o Jacinto Lamas também que entregou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É, é, falei isso desde o início.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Uma outra coisa que eu queria também que o senhor me esclarecesse é que a Drª Simone disse que entregou dinheiro diretamente, outras vezes deixou autorização, uma vez para o Sr. Antônio Lamas receber, e que, uma vez, a senhora desceu e entregou no térreo do Brasília Shopping para o Sr. Jacinto Lamas, e uma vez, ele foi pegar esse dinheiro lá no apartamento do Gran Bittar.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Exatamente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

A senhora entregou esse dinheiro na ante-sala do apartamento.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Exatamente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Era lá que estava o Sr. Jacinto Lamas.

Sr. Jacinto Lamas, o senhor confirma que esteve na ante-sala do apartamento da Srª Simone Vasconcelos?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Como eu disse em meu depoimento, eu estive no hotel sim. Estou confirmando.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

Uma outra coisa que eu queria entender é com relação ao item 2: Srª Zilmar Fernandes da Silveira, Duda Mendonça, Antônio Kalil, Davi Rodrigues. Num depoimento, o Sr. Duda Mendonça disse que o Sr. Marcos Valério colocava esse dinheiro numa conta que tinha num paraíso fiscal. Era isso ou o senhor passava diretamente, por intermédio do Banco Rural, para que a senhora Zilmar Fernandes ou essas pessoas que estão aqui indicadas recebessem?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Bom, primeiramente, devo salientar novamente que essa lista quem fez fui eu e serviu de base para o Relator. E foi a única que apareceu.

Segundo, é uma prova da minha colaboração com a Procuradoria-Geral da República e com as investigações da CPML.

A D. Zilmar Fernandes recebeu uma parte em recursos, em espécie, por São Paulo. Depois, ela sofreu um assalto, em São Paulo, e ela indicou o Sr. Jader Calid, e entreguei esses cheques ao Sr. Jader Calid. E o Sr. Jader Calid sacou esses cheques e remeteu esses cheques para a conta – de acordo com o que já é público e já está na imprensa – para a conta do Sr. Duda Mendonça...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quer dizer que o senhor nunca depositou dinheiro em conta de paraísos fiscais?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nunca. E, como está provado – quero deixar claro –, também não mandei ele abrir conta nenhuma em paraíso fiscal. E está provado que ele tinha outras contas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E esse item nº 6? No nº 5, o Senhor disse que Francisco Borges Cavancanti era ligado ao PPS. Isso é verdade, no seu depoimento?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Era contato dessa Terezinha e do Francisco Borges, até o telefone celular da pessoa está embaixo para contato.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sei. Certo. E esse item nº 6, de José Carlos Martinez, do PTB, e Jair dos Santos, porque a utilização de um carro forte, em Belo Horizonte...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Por que ele foi receber dentro da SMP&B e EU não iria transportar isso. Transporte em carro forte.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Esse dinheiro foi levado para o Paraná?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei para onde ele levou. Sinceramente, não sei. Entreguei o dinheiro a essa pessoa. E tenho o recibo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Em carro forte?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – E tenho recibo da pessoa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tem recibo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Tenho recibo assinado pelo Sr. Jair dos Santos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Sr. Presidente, acho importante que tenhamos, ou seja, seria importante se pudéssemos hoje ter aqui o Sr. José Carlos Batista, porque, no depoimento dele na Polícia

Federal, ele ficou calado, não disse nada. E teriam, no caso dessa acareação, algumas informações de como, de quem foi que o procurou para fazer esse contrato, por que tinha que colocar, ou seja, é algo importante para decifrar essa questão da Garanhuns. E acho que, nesse sentido, temos que fazer a quebra – se não foi feita ainda... Já foi feita? Então, nesse sentido, mas, do Sr. José Carlos Batista também?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Posso prestar uma informação a V. Exª?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Essa questão da Garanhuns tem sido uma das preocupações máximas da Comissão Técnica que assessorava a relatoria-geral. Posso afirmar a V. Exª que essas investigações estão adiantadas e, como adiantei há pouco, até agora a única conclusão a que chegamos é a de que não há relação entre a Garanhuns Participações Ltda. e o Sr. Jacinto Lamas. As investigações que dizem respeito a outros protagonistas desse caso continuam em andamento.

As providências que V. Exª acabou de reclamar já foram todas tomadas, algumas até há mais de 60 dias. Não basta fazer a quebra do sigilo telefônico. Muitas vezes, você tem 300 páginas e tem que ser conferido número por número. Temos trabalhado exaustivamente nesse sentido, juntamente com uma comissão técnica, que vem se revelando cada vez mais capaz e dedicada.

Essas providências, asseguro a V. Exª, estão em andamento. O que queremos obter hoje – e vamos prosseguir nesse sentido – é saber a diferença de pagamentos para a diferença de recebimentos, porque, na ponta, ou seja, lá na ponta do recebimento, há enormes divergências de quantias. Essa providência de hoje, essa diligência, foi requerida para esclarecer esse caso. E, até agora, dez horas de depoimentos depois, somente conseguimos encontrar a diferença de um caso: R\$4 milhões, 330 mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG)

– Deputado Luiz Couto, seu tempo terminou.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É, mas porque o Sr. Relator utilizou uma parte do tempo nosso, eu só queria dizer o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG)

– Não, não, senhor. O seu tempo já tinha sido concluído.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, é isso. Só para dizer que há uma parcela significativa de recursos que foram depositados na Garanhuns que precisam ser explicados, porque, segundo o Sr. Valdemar, não recebeu; segundo o Sr. Jacinto Lamas, também não

recebeu; segundo o Sr. Marcos Valério, pagou. Então, saber onde esse dinheiro está e quem recebeu.

O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG) – Próximo orador inscrito, Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.) Ausente.

Deputado Paulo Baltazar. (Pausa.) Ausente.

Deputado Moroni Torgan, V. Exª tem a palavra.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Obrigado Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Parlamentares. Em primeiro lugar, indago ao Jacinto Lamas se esse dinheiro que recebia, tanto da Simone quanto do Marcos Valério, era registrado em algum canto?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não, senhor. Eu entregava imediatamente ao Deputado Valdemar Costa Neto; tão logo podia encontrá-lo.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Quando o senhor pegava esse dinheiro, o senhor assinava recibo toda vez?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – No meu depoimento anterior, Deputado Moroni, parece que eu disse que, algumas vezes assinei, rubriquei recibos realmente.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Nas outras vezes, não?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Creio que nas outras vezes, não. Acho que não, tanto que, às vezes, não batem os recibos com os valores que a Dona Simone relatou aqui, Deputado.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Então, há recibos assinados e não assinados?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Parece que há recibos de R\$1,700 milhão e, pelo que ela disse, foram entregues R\$2,400 milhões.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Dona Simone, esse empréstimo todo que foi feito, ele foi feito de maneira legal, teoricamente, não é? Com avalista, com tudo direitinho?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Os empréstimos bancários?

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Isso.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, como manda a lei.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Agora, esses empréstimos vinham para a sua firma?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Para a SMP&B.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Eles foram jogados na contabilidade da firma?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, sim.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Os empréstimos?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Todos.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – E a saída deles? Como era contabilizado?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Também lançados como empréstimo ao PT. Lançados, contabilmente, em uma conta sobre a rubrica de empréstimos ao PT.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Empréstimos ao PT?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Então, vamos para o outro campo. O Sr. Delúbio disse que o empréstimo... Nós solicitamos o empréstimo, quer dizer que o senhor e o Marcos Valério – o senhor estava plenamente de acordo – o que dá cobertura, pelo menos, para o pagamento do empréstimo depois, mas qual é a entrada que dava no partido desse dinheiro?

O SR. DELÚBIO SOARES – Foi o empréstimo de dinheiro contabilizado para pagar dívida não contabilizada.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sim.

O SR. DELÚBIO SOARES – Todas as dívidas não estavam contabilizadas, então, tinha que pagar fornecedores, as pessoas, tinham os fornecedores que estavam cobrando...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sim. Tudo isso eu sei. Eu quero entender como era a justificativa. Por exemplo, a firma da Dona Simone dizia que o empréstimo era para o PT. Então, se o Imposto de Renda, a Receita Federal, por exemplo, ou até o Coafi, for fazer um levantamento desse dinheiro, ele ia chegar no Banco e aí: o Banco emprestou R\$55 milhões à SMP&B, se não me engano". Então, ele chega na SMP&B e a SMP&B diz: "Bem, eu tirei esse dinheiro, mas emprestei para o PT". E aí, o que o PT vai dizer? Que a SMP&B mentiu ou vai ter alguma coisa para dizer?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado, ao assumir a responsabilidade pelos empréstimos na época, em nome do Partido dos Trabalhadores, eu assumi a responsabilidade pelos empréstimos e as responsabilidades jurídicas sobre o que aconteceu. Então, nós tínhamos várias despesas não contabilizadas do nosso partido...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Não, tudo isso eu sei. Mas, a Receita Federal chegando lá, ou o Coafi, o senhor iria dizer o quê? Qual é a justificativa que o senhor iria dar para o uso de R\$55 milhões que a SMP&B tirou e lhe repassou?

O SR. DELÚBIO SOARES – Empréstimos que foram feitos, empréstimos legais...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Tudo isso está legal. A parte inicial...

O SR. DELÚBIO SOARES – empréstimos legais, em dois bancos, pagando a despesa não contabilizada...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Ah, o senhor ia dizer para a Receita Federal que era despesa não contabilizada.

O SR. DELÚBIO SOARES – São despesas não contabilizadas, que têm agora, veio aplicação da Receita...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Não, não. Veja que vocês se preocuparam com a origem, mas no destino do dinheiro vocês têm que mentir. Não tem como dizer a verdade. Não tem como um técnico da Receita chegar no seu Partido e dizer: olha, não, a origem está aqui. A origem é SMP&B que nos deu, tudo lícito. A SMP&B começou ganhando como? Ganhou lá no Banco, mas o destino... Veja que aqui o Lamas mesmo está dizendo que não assinou várias vezes, que não tem documento. Agora, o técnico da Receita ou auditor da Receita ia chegar no PT, ou do TRE, ou dos Tribunais, ia chegar e perguntar: e esse dinheiro, R\$55 milhões, vocês usaram em quê? Aí o senhor ia dizer para eles: em recursos não contabilizados. Não dá. E eles iam embora? Porque é o Partido do Presidente. Nós estamos falando do Partido do Presidente da República. O Partido do Presidente da República ia dizer para um técnico da Receita o quê? O que ele ia dizer?

Se o técnico da Receita, agora, fosse falar com o senhor. O senhor ia dizer o quê? Ia dizer que era recurso não contabilizado, porque a outra saída sabe qual era: era mentir.

Então, o Partido do Presidente ia ter que dizer que era recurso não contabilizado ou então mentir para a Receita e para o Coafi, porque até eu estou vendo eles dizendo a verdade. Até aqui eles passaram a bola para o PT. Seguraram a bola do Banco, chegaram neles, e está lá lançado, segundo Dona Simone disse, na contabilidade está lançado como empréstimo ao PT. Quando chegar ao PT, aí diz o quê?

O SR. DELÚBIO SOARES – O senhor está me perguntando. Vou responder.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – É estou.

O SR. DELÚBIO SOARES – Nós, ao assumir que os recursos não contabilizados, assumimos essa responsabilidade legal, fiscal, e sabemos das implicações.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Então, o senhor está me dizendo que o Partido do Presidente da República, que recém ganhou eleição para Presidente

da República, em 2003 – ganhou em 2002, assumiu no início de 2003, que em 2003 começou a fraudar a Receita, o Coafi e tudo aquilo que existe de legislação de recursos financeiros e capitais no nosso País. É isso que o senhor está me dizendo?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, Sr. Deputado. Eu estou afirmando ao senhor, afirmei ao Ministério Público, às CPIs e nessa acareação que o PT solicitou empréstimos formais, para pagar despesas que não estavam contabilizadas. Pagamos essas... Passamos os recursos...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Veja que não bate, Delúbio.

O SR. DELÚBIO SOARES – Bate.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Não bate no seguinte: tu dás origem lícita do dinheiro, mas tu não dás o destino lícito para o dinheiro. O destino é ilícito. Tu não podes dizer diferente.

O SR. DELÚBIO SOARES – O destino tem uma irregularidade que tem que ser corrigida.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Não tem como. O destino é ilícito. Então, não adianta nada dizeres que a origem foi lícita se o destino é ilícito. Fica tudo muito comprovado, e a tua própria declaração comprova tudo isso.

Quer dizer, o PT pegou um dinheiro, bolou um plano para uma origem lícita, mas está sem saída para o destino, porque o destino é ilícito.

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O destino não tem nada...

O SR. DELÚBIO SOARES – Nessa CPI, o próprio Deputado Fleury, na CPI anterior, na CPI que teve aqui, chamou a atenção por que não retificou as contas não só do PT como dos demais Partidos que receberam, não é? Por lei pode ser feita e será feita no momento correto.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Não tem como fazer. Eles não assinaram nada.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sim.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Eles não assinaram nada. Um diz que ganhou R\$6 milhões, outro diz que pagou R\$10 milhões. Como é que tu vais acertar entre o dez e o seis?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado, só concluindo o meu raciocínio, e aí a conclusão do senhor eu não posso discutir, porque...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – A conclusão é da CPI.

O SR. DELÚBIO SOARES – Da CPI como um todo.

Solicitamos um empréstimo bancário, já explicamos aqui as pressões que estavam em cima, ou dos

partidos aliados, ou do próprio Partido, de compromisso que foram efetuados em 2002, pelos diretórios estaduais...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – E pelo nacional também? Está na lista aqui.

O SR. DELÚBIO SOARES – A pressão em 2003 para organizar o partido, a pressão para preparação da campanha de 2004...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Mas tudo isso nós sabemos, Delúbio. Vai terminar o meu tempo.

O SR. DELÚBIO SOARES – O partido pode pedir uma retificação junto ao Tribunal e vai ter que pagar multa ou não.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Só quero dizer o seguinte: não tem como dar saída legal – talvez até uma enrolação em nível eleitoral dê para fazer –, mas em nível fiscal e em nível de Coaf, não dá. Não tem enrolação, porque não tem como checar isso se isso não teve registro. Então, não adianta dizer que a origem do dinheiro é lícita se o destino é ilícito. Caiu por terra toda e qualquer licitude que poderia acontecer. Não adianta de prender.

Mas o empréstimo foi lícito! Sim! Mas o destino não foi lícito.

O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG) – Deputado Moroni Torgan, muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Obrigado Sr. Presidente. Sr. Jacinto, a presença de V. S^a...

O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG) – Senador Sibá Machado, o Sr. Marcos Valério precisa se retirar um pouquinho. Vamos suspender a reunião por cinco minutos.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa às 18h23min e reaberta às 18h29min.)

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria que a Mesa distribuisse para os Parlamentares a Constituição Federal, para se saber o que é imunidade tributária, quais são as entidades que têm imunidade tributária, para evitar esse tipo de discurso.

O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG) – Os Parlamentares têm acesso à Constituição.

Peço que os nossos acareados, na medida do possível, retornem, para darmos continuidade à acareação.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem rapidamente.

Como o meu nome foi citado pelo Sr. Delúbio Soares, eu gostaria apenas de esclarecer que, quando do depoimento dele a esta CPI, eu perguntei a ele se

não seria muito mais fácil fazer a retificação, já que a lei permite a retificação das contas de campanha até o julgamento dessas contas. E ele admitiu que não havia lhe ocorrido no momento que isso fosse feito. Apenas para ficar claro, porque o empréstimo foi contabilizado pela SMP&B. Então, era isso, para ficar bem claro, porque houve essa referência.

O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG) – Feita a sua observação, vamos passar a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero destinar a palavra ao Sr. Jacinto, explicando que a sua vinda até aqui foi provocada – repito mais uma vez – porque entre o valor dito pela dona Simone, o valor dito pelo ex-Deputado Valdemar Costa Neto e os valores que V. S^a diz somem cerca de R\$5,5 milhões. Sei que são diferentes as contas do Relator. Diante disso, fiz até um organograma para detectar o seguinte: se estavam autorizados R\$12 milhões; Valdemar Costa Neto diz que só recebeu R\$6,5 milhões; a Dona Simone diz que lhe entregou os R\$12 milhões; e V. S^a diz que não contava o dinheiro.

A senhora entregou ou não entregou ao Partido Liberal os R\$12 milhões negociados?

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Talvez estejam fazendo uma confusão. Eu pessoalmente entreguei R\$2,4 milhões.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Certo. E o Marcos Valério? São R\$12 milhões ou quanto, de fato, foi passado?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não. Aí está somando também o Bispo Rodrigues, o Anderson Aduato e o José Luiz Alves.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então os R\$12 milhões são para três Partidos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, mesmo Partido.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mesmo Partido. Eu quero tirar essa dúvida porque aqui tem uma confusão na hora do trâmite de dinheiro.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eu pretendo desfazer a dúvida, porque, se prosseguirmos desta forma, a audiência, em vez de esclarecer, confunde mais.

Estamos partindo do pressuposto de que foram transmitidos ao PL, na pessoa do Sr. Valdemar Costa Neto, a importância de R\$10.837.500,00. O Sr. Valdemar Costa Neto afirma ter recebido apenas R\$6,5 milhões. Esta é a dúvida a ser esclarecida. A questão do Bispo Rodrigues e de outros personagens porventura pertencentes ao PL será objeto de outras indagações em outro tempo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então, a diferença, de 12, cai para 10. É isso. E o Sr. Valdemar Costa Neto afirma que só recebeu R\$6,5 milhões. Eu pretendo chegar naquilo que estou querendo construir.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A fonte pagadora afirma ter transmitido R\$10.837.500,00. A ponta recebedora afirma ter recebido R\$6,5 milhões. Essa é a questão.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então, é nisso que quero chegar. Esqueçamos R\$12 milhões e vamos para R\$10.800.000,00. Então, de R\$10,8 milhões, a dona Simone diz que passou integralmente. V. S^a diz que jamais contou quando ia lá, e o Deputado Valdemar Costa Neto diz que só recebeu R\$6,5 milhões.

As minhas perguntas são: ou a Dona Simone dizia que lhe entregava um valor e, já que V. S^a não contava, esse valor não estava integral; ou V. S^a recebia o valor que ela passava, dito, e era integral, e V. S^a mexia na sacola; ou o Sr. Valdemar Costa Neto recebia o valor que V. S^a entregava e criou um outro caixa que não está dito. Em última hipótese, a Guaranhus acabou sumido com alguma coisa.

Então, no meu entendimento, essa é a nossa dúvida. Que V. S^a deixe muito claro: V. S^a se sente a pessoa da extrema confiança do ex-Deputado Valdemar Costa Neto?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Essa pergunta talvez fosse mais apropriada para o Deputado Valdemar Costa Neto, não é verdade?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Ele não está aqui, e estou fazendo essa pergunta sobre como V. S^a se sente.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Em momento algum, ele jamais reclamou de diferenças dos meus trabalhos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Dona Simone, em algum momento, a sua consciência pesa quanto ao valor dito a ele e o que foi entregue? V. S^a mexeu em alguma coisa nos valores?

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Senador, declarei aqui que entreguei R\$2,4 milhões, e ele confirmou que entreguei os R\$2,4 milhões.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Então, Sr. Relator, na minha tese, a Guaranhus precisa explicar o sumiço de alguns milhões de reais.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Senador, não confirmei o valor, eu confirmei ter recebido. Informe-me, inclusive, que havia discrepância entre os recibos assinados...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Estou entendendo. V. S^a recebeu, mas não contou; e ela confirma que em vários momentos, realmente, V. S^a não contou esse dinheiro na presença dela.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não, senhor.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Estou fazendo a minha pergunta para chegar ao raciocínio final que é: Sr. Relator, detecto que a Garanhuns precisa explicar o que fez do dinheiro que era depositado em nome dessa empresa. No meu entendimento, essa empresa tem que explicar o sumiço desse valor que V. S^a e os demais já detectaram.

A outra coisa: quanto às preocupações de alguns parlamentares que, em vários momentos, reiteram uma forma de argüir os nossos – não sei qual o nome que o Relator está chamando – acareados, levando à indução de que estamos fazendo aqui também um palco político, gostaria de ser muito claro.

A SMP&B fez ou não retificações dessa contabilidade, desses R\$55 milhões?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A SMP&B fez dentro da lei, antes de sofrer a abertura de fiscalização da Receita Federal. Ela fez a retificação dentro da lei.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Vai negociar todos os passivos, tributários, coisa parecida?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Declarou-se tudo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Quanto a isso, a origem está em processo de declaração e legalização.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – E a retificação está dentro da contabilidade toda que foi entregue à CPMI.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A Deputada Zulaiê Cobra já falou até em prisão. Fico aqui dizendo que, nas nossas consultas... Até o Deputado Eduardo Valverde pediu que lêssemos a Constituição... É muito claro que o programa de refinanciamento fiscal, que já é do governo Fernando Henrique Cardoso e depois o Paes, que é outro tipo de refinanciamento fiscal do Governo Lula, atribuem que qualquer pessoa que tenha saldo devedor com o fisco, seja com a Previdência ou com relação a qualquer outro tipo de contribuição tributária ou de obrigação tributária, pode fazer sua refitificação de contabilidade, reconhecer, negociar suas dívidas e entrar em legalização.

Nesse caso, quero até sugerir aqui ao tesoureiro do PT que encaminhe isso de imediato, resolva esse problema, para que não parem dúvidas mais aqui.

Pergunto, Delúbio, enquanto você estava lá, como membro dessa contabilidade, não passou isso pela sua cabeça, de esclarecer o destino do dinheiro, de fazer também a retificação de contabilidade?

O SR. DELÚBIO SOARES – Senador, apresentei, no processo de Comissão de Ética, ao PT e falei

tanto na CPI dos Correios quanto nesta CPMI que a idéia nossa era fazer este ano, foi aprovado pelo Diretório Nacional. A crise política não permitiu um levantamento de fundos legais, a devolução desses fundos às empresas do Marcos Valério, para que ela pudesse pagar aos bancos e a legalização das contas. Como o processo foi interrompido, não tive condições de fazê-lo e espero que a nova direção o faça.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Foi oficialmente iniciado dentro do PT?

O SR. DELÚBIO SOARES – Foi iniciado um processo de recuperação das finanças do Partido para pagar as dívidas – essa é uma dívida; há outras dívidas do PT que são públicas, para que pudéssemos resolver esse assunto. Não o fizemos ano passado em função dos gastos das campanhas municipais, que foram bastante noticiadas pelos jornais. Os senhores sabem disso. Foi isso que aconteceu.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, Sr. Relator, quero voltar à idéia anterior da inquirição ao Deputado Valdemar Costa Neto, porque, de novo, volta ao meu entendimento a tese do pressuposto desta Comissão: se estamos investigando contabilidade de caixa dois de campanha ou se estamos julgando pagamento a Deputados, o chamado mensalão.

Quero dizer a V. Ex^a que, a cada dia, fico mais convencido de que a tese do mensalão está por terra. E como está por terra, vamos fazer aqui algumas comparações.

Na inquirição anterior foi perguntado ao Delúbio sobre a posição das votações de interesse do Governo no período de 2003/2004, que já foi muito bem respondido. E eu queria ainda acrescentar o que sucedeu na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Como se sustenta uma tese de pagamento a parlamentares se esses parlamentares, a maioria deles, foram um problema e perdemos a eleição? Houve uma clara, uma flagrante derrota na Câmara dos Deputados.

Queria só dizer que, se é maior ou menor o tamanho do crime, não quero discutir. Só estou levantando que, dependendo da tese, há a forma da condução da relatoria, a forma da condução do pedido de condenação futura. É a isso que queria me reportar.

Para encerrar de vez, ainda tenho alguns segundos, Sr. Presidente, ouvimos aqui, em alguns momentos – considero uma exaltação –, que os parlamentares estão falando aqui em *impeachment*. Eu também pedi *impeachment*, pedi *impeachment* do Collor, do Fernando Henrique e pedi de um monte de gente. Há aqui um fervor, digamos assim, da animação que está sendo colocada no decorrer das CPIs.

No meu entendimento, a tese está posta, está entendida, e eu acho que a nossa Comissão já sabe o que fazer daqui para a frente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Devo responder a V. Exª que a condução das perguntas, a condução das investigações são de responsabilidade de todos nós, sobretudo da maioria como membros, inclusive de V. Exª.

Sobre essa questão de *impeachment* ou não ninguém está falando. Estamos fazendo hoje esta acareação para ver se se confirmam ou não os dados, as discrepâncias que existem entre as cifras recebidas pelos Partidos PL, PTB e PP. Então, é isso que estamos esclarecendo.

Não houve nenhum aspecto nesse sentido. Por que estamos fazendo isso? Para saber exatamente se alguém recebeu essas quantias maiores, se isso foi desdobrado, se esses valores foram desdobrados para outras pessoas. Temos que fazer isso e vamos chegar a uma conclusão.

É evidente que há outro ramo das investigações, que V. Exª bem sabe, que é da compra de votos para a emenda da reeleição.

De modo que entendo que não há motivo para preocupação. Estamos continuando com a maior tranquilidade.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas, Presidente, só para esclarecer que, por conta do fervor do debate, houve um momento em que V. Exª não estava presente, e os ânimos aqui, mesmo com a reunião suspensa, a televisão ligada, muita gente em sua casa assistiu a tudo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Incidentes acontecem. Por uns segundos não estava presente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Só estou fazendo uma elucidação dos fatos, para que as pessoas em sua casa ou onde quer que estejam, não fiquem achando que o apocalipse já está decretado para amanhã, às 8h da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu devo dizer, claro, que me retirei por vários momentos porque estávamos acompanhando ainda essa questão da MP nº 252. Estava prestando alguns esclarecimentos, pois fui Relator da MP nº 255, que incorporou a MP nº 252.

Então, tive que me retirar para dar algumas informações, alguns esclarecimentos.

Mas chamo agora a próxima oradora, que é a Senadora Ana Júlia.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente.

Queria me deter um pouco mais na questão da origem dos recursos, que é uma outra linha que esta CPI decidiu investigar.

Primeiro, esta parece mais uma CPI não para avaliar se houve ou não realmente recebimento de vantagens por parte de parlamentares deste Congresso, para que votassem matérias em favor do Executivo. Parece mais uma CPI que discute caixa dois, financiamento de campanha.

E eu perguntaria ao Sr. Jacinto Lamas primeiro o seguinte: é a primeira vez na vida que o senhor trata... O senhor já é tesoureiro do PL há algum tempo, não é? É a primeira vez que o senhor ouve falar de caixa dois?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Sim, senhora.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Em toda a sua vida, V. Sª nunca ouviu falar disso?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Essa é uma novidade?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Para mim, sim, senhora.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Está certo. Eu só fiz essa pergunta porque eu tinha certeza da resposta. Essas acareações aqui, infelizmente, Relator, apesar de toda a boa vontade que estamos tendo para tentar elucidar algumas questões, elas são difíceis e serem elucidadas.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Se V. Exª me permite uma interrupção...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Pois não, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eu só gostaria de dizer que, porque elas são difíceis, é que estamos aqui há onze horas, sentados, tentando prosseguir na investigação. Conseguimos muito pouco porque as perguntas não revelam a essência do que se busca. Mas V. Exª pode estar certa, Senadora Ana Júlia Carepa, de que nós vamos chegar lá. Faremos duas, três, quatro, cinco, seis acareações e chegaremos ao nosso objetivo. CPI é aquilo que a soma das perguntas dos Deputados produz. O Relator e o Presidente podem indicar a direção. A pergunta de V. Exª é que indica o rumo da CPI.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Obrigada, Sr. Relator. Eu sei o esforço que V. Exª tem feito exatamente para investigar o objeto da CPMI. Mas como esta CPMI decidiu também investigar a origem dos recursos...

Eu recebi aqui uma lista – isso já foi até colocado por um Senador – sobre os maiores depositantes nas contas das diversas empresas do grupo. Em 2005,

não vejo aqui contabilizado... Aqui se fala em R\$12,798 milhões, quase R\$12,800 milhões. Mas a **Folha de S.Paulo**, publicou, outro dia, notícia de que foram assinados dois contratos com a DNA e a SMP&B pela Brasil Telecom e que, estranhamente, não foi assinado pela Diretoria de *marketing* da empresa, nem passou pela discussão dessa diretoria de *marketing*, mas sim pela presidente da empresa. Cada um desses contratos tem o valor de R\$25 milhões. Eles foram assinados em 2005. É lógico que eles não foram todos pagos, mas, em tese, em vez de R\$12 milhões, seriam R\$50 milhões para este ano de contratos assinados.

Eu gostaria de fazer essa pergunta. Eu sei que não foi V. S^a que assinou. Eu sei que pela SMP&B foi Cristiano de Melo Paz e pela DNA foi Francisco Castilho Santos, pela Brasil Telecom a ex-presidente Sr^a Carla Cicco.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Esse contrato não chegou a entrar em vigor. Ele foi cancelado logo depois que estourou o problema na CPMI e as denúncias... Eu não gostaria de ter só esse contrato. Eu gostaria de não ter assinado só esse. Eu queria ter assinado muito mais, porque, como empresário e com uma empresa que tem vinte e cinco e outra que tinha vinte e três, eu gostaria de ter assinado muito mais. Esse contrato estava rigorosamente dentro da lei. É uma empresa privada e, além disso, nenhum relacionamento escuso.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu até agradeço a V. S^a, porque isso contribui exatamente para o esclarecimento que vou fazer agora. Aqui foi colocado o grupo Opportunity como o segundo maior depositante nas contas das suas empresas. Se contássemos os R\$50 milhões, se esse valor não tivesse sido cancelado por conta do que aconteceu, seriam quase R\$200 milhões. Não seriam só R\$152 milhões. Eu sei que as suas empresas já trabalham para o Banco do Brasil há muito anos. Não é verdade?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Desde 1994.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Portanto, não foi a partir de agora que as suas empresas começaram a trabalhar para o Banco do Brasil, junto com outras agências, inclusive, não é isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Mais duas agências.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Outras diferentes agências, por licitação, certo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ok.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Obrigada. V. S^a colocou que realmente os contratos são

com empresas privadas. E quero colocar apenas para esclarecer – eu sou insistente nesses esclarecimentos – que essas empresas não têm absolutamente nada de controle de nenhum fundo de pensão – apesar de eles serem sociedade privada, alguns acham que são públicas –, porque os fundos de pensão não mandavam absolutamente nada em nenhuma das empresas gerenciadas pelo Sr. Daniel Dantas, do Banco Opportunity.

Isso já foi provado, comprovado, mais do que provado, inclusive aqui, nesta CPMI, por documentos. Lembro até que um deputado fez uma pergunta a um presidente de fundo. Mas aqui está o nome do Sr. Fulano de Tal e o Sr. Sicrano de Tal, representante do conselho de administração da empresa tal. E aí ele diz assim: Deputado, já falei aqui umas três ou quatro vezes, mas vou falar de novo. A Anatel proibiu que os fundos de pensão tivessem... Ou seja, os fundos de pensão não mandavam nada – eu ia falar uma palavra, mas, em respeito ao povo brasileiro, eu não vou falar de forma alguma – nessas empresas, apesar de pagarem tudo, quase tudo, pelo menos. Eram donos de quase tudo, mas não pagavam absolutamente nada.

Portanto, quero dizer que já fui chamada aqui até de representante de bancada por conta do acordo feito entre os fundos de pensão e o Citibank. Quero dizer que faço parte de uma bancada. Além da bancada do povo do Pará, faço parte da bancada, sim, e com muito orgulho, que defende os associados dos fundos de pensão. Podem até dizer amanhã que estou fazendo uma defesa em causa própria, porque sou uma delas, mas faço, sim, parte dessa bancada que defende os interesses dos milhares de trabalhadores e das famílias desses milhares de trabalhadores, por tanto tempo enganados pelo Sr. Daniel Dantas, por esse dono desse tamborete de que já falei aqui, o Opportunity, que tão rapidamente enriqueceu, mas também tão rapidamente fez tantas irregularidades.

Queria colocar essa questão, e V. S^a até me ajudou quando colocou que são realmente contratos com empresas privadas, mesmo que se possa achar estranho contratos com toda essa soma, com esse objetivo. Mas essa é uma questão que esta CPI pode investigar, se esses contratos têm ou não, se a atual administração da Brasil Telecom vai ter ou não de investigar. Acho que não cabe aqui, nesta CPI...

Quero só fazer uma proposta ao Presidente, clara, concisa. É o seguinte: Sr. Presidente, já que tenho visto esta CPI tentar investigar, ao invés de tentar saber se realmente houve recebimento de vantagens para a votação de matéria, independentemente de o Governo ter ganhado ou não, como outro dia vi numa tese aqui... Ah, o Governo Fernando Henrique não precisa

va, ganhou com folga, não precisava pagar ninguém. Essa tese pode ser estendida, então, no caso agora. Por que o Governo iria pagar para que Deputado do PT votasse nas propostas do Governo? Tem uma lógica aí que, se for a lógica que ouvi de um deputado aqui, anteontem, é a mesma. Mas, independente disso, todo mundo sabe que caixa 2 é irregular no País, mesmo que 99,9% faça.

O que eu queria propor, Sr. Presidente, é que esta CPI também solicitasse o depoimento que foi dado, por coincidência, nesta sala, porque se tratava de uma Subcomissão da Comissão de Assuntos Econômicos, a Subcomissão que trata das instituições financeiras que foram liquidadas. Esse depoimento foi dado pelo ex-presidente do Banco Bamerindus, o Sr. Eduardo Andrade Vieira. Ele é muito esclarecedor em relação a vários pontos que podem nos colocar, Sr. Relator, em relação à origem de recursos, em relação à possível compra de votos na época da reeleição, porque o Sr. Eduardo Andrade Vieira foi tão claro aqui. Ele disse, com todos os “s” e “r”, que houve caixa 2, sim, na campanha do ex-presidente Fernando Henrique. Ele não escondeu, não fez em sessão reservada. Inclusive, perguntei a ele se ele queria que fosse em sessão reservada e ele não o fez. Está gravado. Gostaria que fosse solicitado todo esse depoimento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campanha.*) – V. Exª fará o requerimento oportunamente. Neste momento, infelizmente, nenhuma pergunta. E aí vamos ficar achando que é inútil a acareação. Não é censura, mas tenho que dizer isso, porque ...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Mas eu declarei isso já, antes.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, o que eu estou dizendo, exatamente, é que se todos nós fizermos discurso, eles serão inúteis. Eu acho que nós temos que despolitizar esta Comissão, não adianta ficar dizendo que é 98, 2002, 2004, 2006. Vamos investigar o que é, e ponto final, se não não chegaremos a lugar nenhum. É um apelo humilde que faço.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Antonio Fleury.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Parlamentares, vou ser extremamente breve. Queria apenas a confirmação: Sr. Jacinto Lamas, o senhor afirmou que esteve com a Srª Simone Vasconcelos, direta ou indiretamente, ou através de prepostos por ela indicada, cerca de oito ou nove vezes.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Certo.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – A Srª Simone de Vasconcelos disse que foram 14 vezes.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Foram 14 repasses. E em nem todos eu estive pessoalmente com ele.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Em 12 a senhora esteve pessoalmente?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não, não, não estou dizendo que em 12 eu estive com ele. Eu deixava autorização.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Sim, mas isso pouco importa. Eu só queria saber o seguinte: em todas as oportunidades a senhora afirmou que recebeu pacotes fechados. O senhor confirma?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – A princípio, fechados.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Como a princípio?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Alguns, alguns certamente abertos também.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Não entendi.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Alguns estavam abertos.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Alguns abertos?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – É.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Nesses que estavam abertos, o senhor pôde verificar que se tratavam de recursos, de dinheiro vivo?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Pude, pude.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Todas as vezes?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Às vezes, nem olhava, mas algumas vezes...

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – O que me chamou a atenção é o seguinte: o senhor esteve uma vez em Belo Horizonte onde o senhor recebeu um pacote também?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não, senhor, não, Sr. Deputado, eu não recebi pacote em Belo Horizonte...

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Mas o Sr. Marcos Valério afirmou que teria entregue ao senhor um pacote em Belo Horizonte.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Um envelope?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Envelope, ah, o senhor disse um pacote.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)

– Não, é pacote, envelope...

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Foram envelopes fechados que recebi.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Foram envelopes fechados?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Isso, isso.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – O senhor disse também que, de vez em quando, o senhor assinava recibos. Nessa vez, o senhor assinou recibo, quando recebeu o envelope?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não, senhor.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Como o senhor sabia que era cheque se estava fechado?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Eu nunca afirmei que eram cheques, Deputado.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Não, o senhor acabou de afirmar, desculpe. O senhor afirmou aqui...

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não, senhor.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – O senhor afirmou aqui que recebeu o envelope e que era cheque.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não, recebi envelopes em que estavam documentos. Eu nunca afirmei que...

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Ah! Documentos?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Documentos.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – O senhor afirmou que foi cheque.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Eu me corrijo, o senhor pode ver as notas taquigráficas.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Não, não, o senhor pode ver as notas taquigráficas que eu anotei isso, porque foi a única vez que o senhor mencionou que era cheque.

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não, senhor. Não confirmo. Não confirmo. Não confirmo.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – O senhor se enganou? Era cheque ou era documento?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Eram documentos que eu recebia fechados, como disse o Sr. Marcos Valério aqui.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Sim, mas o senhor disse que recebia fechados envelopes... era dinheiro; depois o senhor disse que era cheque; e agora são documentos?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não, senhor, não disse. Não disse, não. Eu disse que nos repasses de Brasília eram envelopes com numerário.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Mas o senhor esteve em Belo Horizonte?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Em Belo Horizonte, eram envelopes fechados com documentos.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Com documentos?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Conforme reafirmou aqui o Sr. Marcos Valério.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – O senhor não sabia que era cheque?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não, senhor.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Sr. Marcos Valério, quando o senhor entregou, o senhor disse a ele que era cheque?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor entreguei o envelope para ele, para entregar ao Dr. Valdemar. Mas na minha opinião, ele já sabia que era cheque, porque a empresa foi apresentada por ele.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente, eu encerro as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Devanir Ribeiro. Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado suplente, Eduardo Valverde, suplente na Comissão...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele está ocupado falando ao celular.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Ausente. (*Risos.*) O ausente foi brincadeira.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, já estamos aí começando a entender o mecanismo de como se financiam as campanhas no Brasil. Temos uma empresa, temos o governo e temos o partido. A empresa calça os empréstimos com os contratos e, através dos contratos, faz empréstimos aos partidos.

O problema é não se um deu 40, e outro recebeu 29. Não é isso que estamos buscando, porque isso pouco importa para essa investigação. É se a origem do dinheiro é correta, se, de fato, é empréstimo mesmo, e se o que foi dado foi aplicado, efetivamente, em campanha eleitoral. Esse é o deslinde da nossa questão e é objeto aqui dessa investigação. Se o uso foi para pagar campanha eleitoral ou se foi para pagar mensalão. Esse é o nosso objeto investigativo.

As empresas do Sr. Marcos Valério, que pertenciam anteriormente a ele e ao Sr. Clésio Andrade, que na época ele era ligado ao PFL e foi candidato a vice-governador na chapa do Sr. Eduardo Azeredo. Certo? E o Sr. Clésio Andrade tinha uma participação nessas empresas e, posteriormente, repassou, transferiu parte das suas ações ou das suas cotas para o Sr. Marcos Valério. E as empresas do Sr. Marcos Valério, na campanha de 98, ajudaram diversos partidos, todos eles. Todos em Minas Gerais, na relação que temos aqui.

E a pergunta que faço ao Marcos Valério, quanto às pessoas que tinham contratos com o Banco do Brasil, com as empresas estatais mineiras, se, em 2002, esse mecanismo funcionou. Em 2002, quais foram os partidos ou pessoas que o senhor ajudou na campanha de 2002?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Todas as doações da empresa foram devidamente registradas e entregue à Procuradoria-Geral numa carta paralela.

É importante salientar que, em 2002, nós não ajudamos nenhum partido. É importante salientar – a Senadora Ana Júlia tocou no assunto da Telemig Celular – que a Telemig fez uma licitação – o jogo é muito pesado e tudo – maior do que os depósitos que constavam nas minhas contas. E quem ganhou foi uma empresa de São Paulo, que atende ao Banco do Brasil. Não estou falando que isso é nada. Só estou querendo mostrar que, empresarialmente, é assim que acontece: a minha empresa perdeu, e a outra ganhou.

Aí estão propagandas que já tinham sido feitas pela Telemig Celular, campanha das mães, campanha do Dia dos Pais e tudo. É isso que eu gostaria de deixar claro aqui. Desculpa ter gastado o seu tempo nisso.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Perfeito.

O Enduro da Independência de que o senhor fez a publicidade foi custeado por quais empresas estatais de Minas Gerais?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Esse Enduro acontecia há 15 anos. Foi um sócio meu o fundador desse enduro. Ele chegou a ser patrocinado por vários governos do Estado de Minas Gerais, porque divulgava o nome do Estado. Era uma largada que acontecia no Rio de Janeiro e vinha pela Estrada Real, que está aí agora sendo divulgada pelo Estado de Minas Gerais, e foi patrocinado por vários governos de vários partidos. É pedir ao Governo do Estado de Minas Gerais que ele manda os patrocínios que foram feitos nesse Enduro.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Marcos Valério, quantas vezes o senhor sentou e discutiu com o Sr. Cláudio Mourão, em 98 e 2002?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Deputado, em 2002, nada. Em 98, várias vezes, Deputado.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Várias vezes? O senhor foi procurado por ele?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor, Deputado.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – E nessa conversa tratativa, qual foi a garantia que lhe foi oferecida como condição de restituição aos empréstimos feitos pelo Sr. Cláudio Mourão? Qual foi a garantia que ele lhe deu?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O Sr. Cláudio Mourão detinha uma procuração, por escrito, do Sr. Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Tinha uma procuração?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É, e foi a palavra dele e que não foi cumprida.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – O senhor teve para cobrança dessa fatura, dessa dívida impaga, o senhor teve alguma reunião com o Sr. Eduardo Azeredo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É, essa reunião foi a posteriori da eleição. Sim, aconteceu.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Antes da eleição, não?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Antes, não.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Ele nunca lhe recebeu no Palácio Piratininga ou Palácio... eu acho que é Tiradentes, não é, em Minas Gerais?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Da Liberdade.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Da Liberdade. Da Liberdade.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Nunca me recebeu no Palácio da Liberdade.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Ou em caráter informal em alguma parte da cidade, na casa dele ou em sua casa? Na Pampulha, não sei... Nunca houve uma reunião com o Sr. Eduardo Azeredo para tratar desse assunto?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ele, Governador, não, senhor.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Não? Mas com Cláudio Mourão, que tinha procuração?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com Cláudio Mourão...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – O senhor disse no seu depoimento na Polícia Federal que era muito importante para sua empresa e para a publicidade no Brasil essa relação muito próxima com político e governante. O senhor confirma essa declaração que o senhor fez à Polícia Federal?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Tudo que eu disse à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal eu confirmo na íntegra.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Na íntegra, não é?

O senhor poderia afirmar ou não afirmar de que foi essa influência, a proximidade com o Governo Eduardo Azeredo lá em Minas Gerais que foi, talvez, a responsável pelos seus contatos de publicidade?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Eu vou, eu vou sugerir alguns exemplos. Ok?

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Pois não.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – E aí a dedução não é minha. Vou sugerir alguns exemplos. No Governo Fernando Henrique Cardoso, quem fez a campanha foi a DM-9, e ela atendeu as melhores contas do Governo. No Governo Lula, quem fez a campanha foi o Duda, e ele atendeu as melhores contas.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Quer dizer que a DM-9 fez campanha para o Fernando Henrique Cardoso e, de fato, ficou com a fatia maior durante o Governo FHC, é isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É só pegar os registros de pagamentos.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sim. Não, eu estou só... Eu tenho essa ilação também.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Deputado Valverde, V. Exª não quer fazer nenhuma pergunta exatamente para esta acareação?

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Não. Eu quero só conhecer o **modus operandi**. É só isso. Eu não vou atentar se um recebeu quarenta e disse que recebeu trinta. Isso pouco importa num processo de investigação. Até porque os sigilos bancário, fiscal e telefônico poderiam nos dar essa informação. Eu queria ir um pouco mais a fundo, conhecer essa trama. Certo? Porque isso não ocorreu tão-somente em Minas Gerais. Outros Estados brasileiros poderiam ter também mecanismo similar de disputa eleitoral. Nós temos o caso, podemos citar o caso de São Paulo. Nós podemos pegar os dados de São Paulo. Certo? Os contratos de obras e serviços, o Rodo-Anel, mas não quero entrar nesse detalhe porque o objeto de investigação aqui é esse aqui.

Sr. Marcos Valério, a pergunta da Senadora Ana Júlia Carepa foi em função de que, no depoimento do Sr. Daniel Dantas e nas reportagens das grandes revistas, como a **Veja** e **ISTOÉ**, apontavam que havia um relacionamento antigo entre V. Sª com o empresário dono do Banco Opportunity. O senhor confirmaria esse relacionamento comercial ou se houve um relacionamento político com o Sr. Daniel Dantas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Estive com o Sr. Daniel Dantas apenas uma vez, e rapidamente.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, não tem uma pergunta do Deputado Valverde com relação à acareação.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Minha cara Deputada Zuailê Cobra, você também faz pergunta desfocada, eu quero...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não. Eu não fiz pergunta desfocada, não, senhor. Me respeite. Não pense que eu sou igual ao senhor, não. Não me meça pelas suas regras.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Ao afirmar... Sr. Presidente, eu estou com...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Deputada Zulaiê Cobra,...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Está fazendo pergunta do passado e está...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Eu não sei por que esse tabu aqui nesta Casa ao citar o Daniel Dantas, essa reação... Eu não sei o porquê.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não. Nobre Deputada Zulaiê Cobra... Eu espero a tolerância de V. Exª como...

(Superposição de intervenções dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Eu quero que me restitua o tempo, Sr. Presidente.

(Superposição de intervenções dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não. Não. Eu espero a tolerância de V. Exª. Está assegurada a palavra a V. Exª, Deputado Valverde.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Deputado Valverde, V. Exª está reinquirindo, não é verdade?

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Eu estou reinquirindo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Então, o tempo de V. Exª é de cinco minutos. V. Exª já falou oito e meio.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Não. Estou... É o segundo bloco, Sr. Presidente. Pedi a minha

reinscrição. Falou que queria um outro bloco de pergunta. Outro bloco de pergunta são dez minutos.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Ele é reinscrição. Reinscrição.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – (*Inaudível. Fora do microfone.*) para falar do outro, para falar do passado?

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Por que não? O passado está tão vivo quanto o presente, minha cara Zulaiê Cobra.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – (*Inaudível. Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu peço, eu peço à nobre Deputada: vamos manter a ordem na Casa.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Eu não sei por que, Sr. Presidente, esse tabu de falar em Daniel Dantas, Ricardo Sérgio, essa reação?

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – É falta de respeito a nós todos da CPI. Nós estamos aqui, são dezenove horas,...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Deputada, nobre deputada, nobre Deputada...

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – ...nós vamos ficar até às duas da manhã, e ele fica perguntando coisa fora?

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Fizeram acusações levianas ao meu Partido aqui dentro várias vezes. Eu ouvi silenciosamente a sua posição. Ouça também.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Foi assegurado a todos dizer o que bem entenderem. Ele pode dizê-lo, desde que não seja a terceiros.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Ouça também. Aprenda a ouvir.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu não estou preocupada com acusação ao meu Partido, rapaz.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vou dar mais um minuto a V. Ex^a. Pode concluir.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Voltando aqui à conversa, à inquirição.

Sr. Marcos Valério, o seu relacionamento com o Sr. Daniel Dantas fora meramente comercial?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu vi o Daniel Dantas rapidamente, e foi num corredor.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – E como é que o senhor disputava... bem, lá é uma empresa privada e não há licitação. Obviamente, a contratação de empresa de publicidade por empresa privada se dá muito mais ou pelo trabalho que ela tem – o senhor falou que tem uma empresa que tem 29 anos de ex-

periência – ou pelo conhecimento pessoal. No caso, é serviço público. Tem que licitar. Há impessoalidade. No caso, um contrato de publicidade entre uma empresa privada e uma empresa de publicidade é (*Inaudível.*) relacionamento comercial, de confiança. Isso é fato?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não, senhor. No caso da Telemig Celular...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Telemig Celular, que foi privatizada.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – E da Amazonas Celular... Vamos ao caso da Telemig Celular, a SMP&B atendia a Telemig Celular desde que pertencia ao Governo Federal. Depois, ela foi privatizada e quem controlava não era o Sr. Daniel Dantas, era uma empresa canadense chamada TIW. Nós continuamos atendendo ainda a Telemig Celular. Depois, ela foi novamente... Houve um problema acionário e o Sr. Daniel Dantas assumiu. Até aí eu não conhecia o Sr. Daniel Dantas. Eu estive uma vez só com o sócio dele, Sr. Carlos Rodenburg.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O tempo de V. Ex^a... Não, eu dei mais um minuto.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Eu estou acompanhando aí, Sr. Presidente. Falta um minuto ainda. Não deu.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu já dei o minuto para V. Ex^a.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Última pergunta. Para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Última pergunta.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Daquela relação que consta lá no STF, relação de pagamentos efetuada pela SMP&B em 98, constam diversos nomes. Perfeito? Campanha majoritária, dinheiro para o candidato a governador.

Algum candidato proporcional a deputado federal ou estadual recebeu recurso da SMP&B para fazer campanha?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Em 98?

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Isso.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Todos os “DOCs” que eu apresentei ao Sr. Relator já estão na lista.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Perfeito. É isso aí. Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu concedo a palavra ao último orador inscrito, que é o Deputado Mendes Thame. Agora, eu quero só fazer uma declaração. Ainda temos o Ivan Ranzolin.

São os dois que ainda temos. O Mendes Thame, que é suplente, e V. Ex^a, que não é sequer suplente, mas que está inscrito.

Eu apenas quero dizer o seguinte: quando tentei aqui conduzir o processo, foi uma gritaria geral. Quando eu tentei conduzir o processo e coibir perguntas impróprias, foi um protesto generalizado. Então, a partir daí, não posso mais censurar ninguém. Chamaram-me de censor. Eu não sou nenhum capitão, mas tentei exatamente censurar um pouco.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – (*Inaudível. Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, V. Ex^a também, nobre Deputada Zulaiê, na hora V. Ex^a também protestou. Vários protestos, inclusive do Deputado José Rocha.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, quem protestou foi o Moroni Torgan.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, me engano. Mas V. Ex^a teve o desejo de protestar.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não tive desejo nenhum.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Posso falar, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Mendes Thame.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não põe na minha boca o que eu não disse.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Está bem. Mas no pensamento só.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Que em pensamento o quê? Agora aqui até pensamento contra mim? Que é isso? Um complô?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu sei da rigidez de V. Ex^a na defesa do direito das pessoas.

Eu concedo a palavra ao Deputado Mendes Thame.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Senador Amir Lando, Sr^{as} e Srs. Deputados, a primeira pergunta é para o Sr. Marcos Valério.

No período de fevereiro a agosto de 2004, a empresa Callia Assunção, que hoje já mudou de nome – chama-se D+ Brasil –, sacou R\$2.89 milhões das contas da SMP&B. Estes saques foram ordenados pelo tesoureiro do PT, Sr. Delúbio?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Callia Assunção e D+. Eu não saberia responder essa pergunta se eu não estivesse com a contabilidade. É só abrir...

A Callia Assunção atende a conta do Banco do Brasil. Eu não vejo nenhum relacionamento dela com a SMP&B. Eu teria que ver a contabilidade.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – A quebra de sigilo da CPMI dos Correios revelou saques que perfazem R\$2.892.491,00 no período de fevereiro a agosto.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não estou duvidando, Deputado. Eu teria que ver, mas acho muito difícil.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Ou seja, não está na relação dos ordenamentos, das ordens que o senhor recebeu do Sr. Delúbio para executar esses saques?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Em hipótese alguma. Tudo que eu recebi do Sr. Delúbio está nessa lista.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – O que significa que essa empresa Callia deve ter prestado algum serviço à SMP&B.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza. Ou então algum encontro de contas com algum cliente, mas eu acho muito difícil que ela tenha feito algum saque nas contas da SMP&B. Desculpa, eu não estou questionando os dados que o senhor tem na mão, mas eu acho muito improvável.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Essa empresa Calha faz parte do Grupo Total, que, por sua vez, produz o programa TV CUT. Também organizou um grande evento, o 4º Enacom, em São Paulo, com palestras proferidas pelo Presidente da D+ Brasil, Mauro Motoryn. O senhor conhece o Sr. Mauro Motoryn?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor. Conheço o Sr. Mauro Motoryn.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Tiveram algum negócio relacionado com financiamento de campanhas ou recursos para financiar partidos ou ação política?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, nenhum negócio de campanha, nem para financiar partidos políticos. Ele representava a empresa que atendia uma das contas do Banco do Brasil.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Na relação de sacadores das contas da SMP&B aparece o Sr. Einhart Jacome da Paz.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Esse é o caso Márcio Lacerda, que está na minha lista.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Perfeito. Os recursos que o senhor a ele destinou foram ordenados pelo Sr. Delúbio?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Perfeito.

Próxima pergunta é a seguinte: há um fato aqui que nos parece, por mais que haja uma tentativa de explicação, absolutamente inverossímil. Remeter recursos para o exterior numa conta aberta no exterior para receber recursos aqui do Brasil, recursos que depois terão que ser repatriados para o Brasil, com imensas dificuldades de justificar isso perante a Receita, pagamento de tributos.

No entanto, as afirmações reiteradas que o senhor faz é de que os pagamentos para o Sr. Duda Mendonça foram executados aqui, no Brasil, enquanto que o Sr. Duda Mendonça afirma que abriu uma conta no exterior a seu pedido. O que o senhor poderia afirmar a respeito?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu emiti cheques e esses cheques entraram... Esses cheques foram rastreados, do Sr. Duda Mendonça. Eles ficaram no Brasil. Quem fez o pagamento ou fez algum depósito na conta do Sr. Duda Mendonça no exterior não fui eu. Em momento algum eu remeti ou fiz alguma evasão de divisas.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – A pergunta é para o Sr. Delúbio.

Como sabe, o senhor tem direito constitucional, independente de **habeas corpus**, o senhor tem direito ao silêncio. Ou seja, a Constituição lhe permite não depor contra si mesmo. No entanto, tem sido muito misturado o direito ao silêncio com o direito de mentir. Na realidade, não há esse direito de deixar de dizer a verdade; o que o senhor pode é deixar de responder, calar-se e não responder à minha pergunta. Mas, na realidade, o senhor não pode mentir. A legislação não permite que alguém minta. Não há, no nosso Direito Penal, no Direito Processual Penal, o direito à mentira. É o direito ao silêncio.

A pergunta é a seguinte: o senhor abriu contas do PT no exterior?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, com todo o respeito, eu tenho procurado colocar a verdade dos fatos em todos os lugares a que eu tenho ido. Quero registrar isto perante a Comissão. Não vou discutir a opinião que o senhor possa ter.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Mas não é uma opinião, é uma pergunta.

O SR. DELÚBIO SOARES – Respondendo à pergunta, não abri conta do PT no exterior. Não tem conta do PT, na minha gestão, no exterior.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Nenhuma das oito contas no exterior que abasteceram a conta do Sr. Duda Mendonça, das quais provieram os recursos para a conta do Sr. Duda Mendonça perfazendo R\$10 milhões, era gerida, gerenciada, administrada diretamente pelo senhor ou pela tesouraria do PT?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, senhor, nenhuma das contas.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Perfeito.

Os depósitos realizados via Bônus-Banval e Garanhuns foram todos eles ordenados pelo senhor?

O SR. DELÚBIO SOARES – A Bônus-Banval e a Garanhuns fiquei sabendo que essas empresas existiam nesse processo. Nós orientamos os partidos políticos que o Marcos Valério deveria fazer o depósito. Quem trouxe as empresas até o Marcos Valério foram as pessoas indicadas para receber os recursos. Eu não sabia nem da existência da Bônus-Banval nem da existência da empresa Garanhuns. Fiquei sabendo nesse processo. Então, eu não orientei nada disso.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Marcos Valério, os depósitos...

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, na quebra do sigilo bancário e fiscal o senhor vai ver que não tem uma ligação minha, nem telefonema, nem relação minha com essas empresas. O sigilo fiscal e o bancário estão quebrados e todo mundo sabe para quem eu liguei, quem ligou para mim. Até para quem eu não liguei já tem ligação.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Marcos Valério, a resposta é justamente sobre isso. Os depósitos... É um tanto inverossímil a razão. Não conseguimos entender por que não pagar diretamente esses políticos indicados pelo PT? Por que pagar a eles via Bônus-Banval e Garanhuns? O senhor reafirma que a ordem para que fizesse os cheques para ambas as empresas, Bônus-Banval e Garanhuns, foi recebida do Sr. Delúbio?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – As ordens da Garanhuns foram dadas pelo PL, através do Sr. Jacinto Lamas, e quem me apresentou o Sr. Jacinto Lamas foi o Sr. Valdemar Costa Neto. Ok? A Bônus-Banval foi-me apresentada pelo PP. Pelo PP. Já respondi a essa pergunta.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Perfeito.

Farei a última pergunta. Não vou usar todo o tempo.

O senhor está processando o PT. O senhor já entrou com uma ação contra o PT no fórum de São Paulo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor. Já entrei com a notificação e contratei um advogado, o Dr. Rodolfo Grouping, que já com um processo de execução contra o PT.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Que quantia o senhor está reclamando? Qual o valor que o senhor reclama que o PT lhe deve?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O valor de R\$55 milhões, corrigido de acordo com os bancos, o que foi noticiado pela imprensa.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Quando foram feitos esses empréstimos? Que garantias o Sr. Delúbio lhe ofereceu?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – As cartas que o senhor viu do BMG – e tinha uma no Rural – e a palavra dele, que ele me deu, e o conhecimento que as pessoas da cúpula sabiam e o conhecimento que o então Ministro sabia.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Então, não há garantias reais, só fiduciárias. É essa a sua cobrança?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra...

O senhor quer responder alguma coisa? É a conclusão exatamente do que ele acaba de dizer.

Concedo a palavra ao último orador, Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar o nobre Presidente, meu conterrâneo lá de Piratuba, terra bonita.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Estudamos no mesmo colégio.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Estudamos no mesmo colégio. Boa referência.

Sr. Presidente, vou começar por onde terminei: a diferença de R\$4.337.500,00. Estou tirando os recursos pagos ao Bispo Rodrigues e outros, de acordo com os cálculos trazidos à tona pelo nobre Relator.

O Sr. Delúbio autorizou o Sr. Marcos Valério a fazer o pagamento de R\$10.837.500,00 ao ex-Deputado, que aqui esteve depondo. Desses, foram recebidos R\$6,5 milhões. O Deputado Costa Neto disse: “Só recebi R\$6,5 milhões”. Portanto, R\$4.337.500,00 desapareceram, e há cinco pessoas envolvidas direta ou indiretamente, ou todas diretamente.

Sr. Jacinto, quero lhe fazer uma pergunta: o senhor, que era o transportador, porventura ficou com esses R\$4.337.500,00?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não, senhor.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Não ficou?

O SR. JACINTO DE SOUZA LAMAS – Não, senhor.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Sr. Delúbio Soares, esse dinheiro ficou com o senhor?

O SR. DELÚBIO SOARES – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Não ficou?

Pergunto à Srª Simone Vasconcelos, que fez alguns pagamentos: a senhora se beneficiou de parte desse dinheiro?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Com certeza, não.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Com certeza, não.

E o Sr. Marcos Valério, que fez vários pagamentos, com certeza, não?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza absoluta.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Com certeza absoluta. Então, se há cinco pessoas – acompanhem meu raciocínio – e há R\$4.337.500,00, fora os outros que foram pagos e que não foram dirigidos a Valdemar Costa Neto, alguém ficou com esse dinheiro. Ou o Sr. Valdemar ficou, ou o Jacinto ficou, ou o Delúbio, ou a Srª Simone ou o Marcos Valério. E o PT vai pagar a conta porque isso está contabilizado.

Quero saber se o Presidente e a nova diretoria do PT vão pagar uma conta que não foi paga para ninguém. Alguém ficou com esse dinheiro no bolso e o PT tem de pagar. Essa é uma questão. O dinheiro foi surrupiado e não foi pago para ninguém. Se esse dinheiro fosse pago para um dos partidos, como disse aqui Costa Neto que pagou saldo de campanha, ele tem de provar para quem ele pagou. Tudo bem! Mas se ninguém recebeu, o PT está dormindo em não fazer uma investigação séria para saber quem ficou com esse dinheiro.

Ponto nº 2. Srª Simone, quanto, mais ou menos, as empresas do grupo Marcos Valério faturaram ou passou pelas empresas nos últimos cinco anos? A senhora tem os dados aproximados? Perguntei para a Srª Simone.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Deputado, eu não gostaria de falar um número de

que não tenho certeza. Eu não trouxe uma planilha que eu poderia...

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – O senhor sabe mais ou menos? Faço, então, a pergunta ao Sr. Marcos Valério.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – De acordo com a contabilidade, que está em poder da CPMI, com o Sr. Relator, aproximadamente 200 milhões numa e cento e poucos milhões na outra.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Trezentos e poucos milhões?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Em 2004.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Desse montante, quanto era de contrato de empresas públicas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – DNA, em torno de 50% – público – e, na SMP&B, em torno de 30%, de que estão de posse também.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Com esse dinheiro que o senhor arrecadou, o senhor não teria um saldo para fazer o financiamento para o PT? O senhor teve que ir aos bancos? Não haveria uma sobra para o senhor fazer diretamente da sua empresa o empréstimo? O senhor teve de se socorrer ao banco?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É importante salientar – há muito equívoco em termos de propaganda –, que a maioria dos recursos transita pela conta da agência de propaganda e é depositada aos veículos. Desse valor, aproximadamente 10% ficam com a agência.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Muito bem.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É importante que isso seja salientado.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Temos de esclarecer a origem do dinheiro e se houve ou não o mensalão.

Quero fazer uma pergunta ao Sr. Delúbio. O Sr. Delúbio autorizou pagamentos para o PL, que era aliado do PT nas eleições. Então, tinha de destinar recurso porque estavam trabalhando. Pergunto por que foram destinados recursos para o PP, para o PTB, para parte do PMDB – houve pessoas do PMDB que também receberam recursos. Por que destinar recursos para esses partidos, se eles, na maioria, não estavam do lado, não apoiaram o Governo Lula? Por que esse pagamento destinado aos partidos? Qual o objetivo? Por que pagar conta de campanha, por exemplo, de parte do PMDB, que não acompanhou o Lula?

O SR. DELÚBIO SOARES – As eleições de 2002, nós sabemos que o segundo turno teve um leque de partidos que...

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Estavam com outros candidatos?

O SR. DELÚBIO SOARES – Ou apoiava o Garotinho, ou apoiava o Ciro Gomes, e vieram apoiar a candidatura do Presidente Lula. Isso é público e notório. Onde vem parte significativa do PP, do PTB integral, parte do PMDB já apoiou o Lula no primeiro turno, parte do PMDB, uma parte significativa apoiou o Lula no primeiro turno, embora tendo um vice na candidatura do Serra, nós sabemos como aconteceu na campanha, foi isso que aconteceu, Deputado.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Mas o Partido Progressista lá do sul, dos Estados do sul, não apoiou o Lula.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sim, nem no primeiro nem no segundo turno.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Então, qual é o objetivo de destinar esses recursos?

O SR. DELÚBIO SOARES – Houve despesas, e as pessoas apresentaram e nos procuraram e resolvemos...

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Então, o PT resolveu pagar contas até de adversários.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, não é de adversários. De adversários, não. De adversários nós deixamos para os adversários discutir. Nós pagamos aquelas contas que achamos que eram justas, depois de um amplo processo de negociação. Foi isso que aconteceu com os partidos da Base aliada. Nunca neguei Partido da Base aliada. Isso envolveu o PT...

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Ah, então está certo, então eu me equivoquei. Partido da Base, aliada depois que o Presidente Lula assumiu o Governo.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, não só isso. No segundo turno, várias pessoas que não estavam na coligação do primeiro turno passaram a apoiar o candidato Lula no segundo turno.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Está bom.

O SR. DELÚBIO SOARES – E depois não integrou a Base de apoio política no Congresso Nacional.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Quer dizer, que todos os recursos destinados aos outros Partidos é por que estavam na Base aliada já na eleição? Note bem a pergunta que eu fiz.

O SR. DELÚBIO SOARES – A Base aliada do segundo turno...

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Eu quero só fazer a diferença: Base aliada no Congresso, depois de o Lula assumir, ou Base aliada na eleição?

O SR. DELÚBIO SOARES – Base aliada que veio com... Veio tendo um processo gradativo de crescimento da candidatura do Lula.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Certo.

O SR. DELÚBIO SOARES – No primeiro turno, era uma candidatura restrita, de cinco partidos.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Está bom.

O SR. DELÚBIO SOARES – Depois, teve uma ampliação para o segundo turno. E a partir daí veio o processo da Base política que sustenta o Governo Lula e que disputou as eleições por vários acordos com o PT, agora em 2004, acordo que anteriormente não era possível fazer. Por exemplo, o PTB na eleição em Goiânia, em São Paulo, eleição no Rio...

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Então, o senhor já indicou sua resposta. Gostaria que ficasse registrada. Gostaria também de lhe fazer a seguinte pergunta: o senhor deu uma declaração há poucos dias, o pessoal criticou muito, a imprensa criticou muito, o senhor até acho que se retratou, mas o senhor deu uma declaração dizendo o seguinte: “Eles que não me provoquem muito, porque toda a cúpula sabia disso. Ou eles achavam que o dinheiro vinha daquele homem vestidinho de vermelho?” O que é que o senhor quis dizer com isso? Que toda a cúpula do PT sabia das operações?

O SR. DELÚBIO SOARES – Primeiro, não há essa direção que o senhor está interpretando, não sei se o senhor leu a defesa...

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Eu li, eu li a matéria e tirei essa conclusão.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, a defesa que eu fiz junto ao Partido dos Trabalhadores, porque é um processo interno no Partido dos Trabalhadores, onde, na minha defesa, eu faço referências – isso foi publicado em frases encontradas na **Folha de S. Paulo** dois dias antes do depoimento que fiz na Comissão de Ética, onde explicava que algumas pessoas não sabiam da origem do dinheiro porque nunca me perguntaram. Foi dado o problema para resolver e eu resolvi da maneira que foi. Tanto é que as pessoas não entenderam assim, que me expulsaram do Partido justamente com esse argumento: que ninguém sabia.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Mas o senhor disse assim: eles que não o provocassem porque... “Ou será que toda a direção achava que vinha do Papai Noel?”

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, não é essa direção.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Faço a última pergunta, pois ainda tenho 46 segundos. O senhor tem falado a verdade aqui, o senhor não tem omitido nada.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, senhor.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Então, por que é que o senhor procurou o Procurador-Geral duas vezes e o senhor disse a ele que, se ele o protegesse e se o senhor tivesse os benefícios da lei, teria muitas coisas a revelar? O que é que o senhor poderia revelar lá que não pode revelar aqui?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, já revelei tudo. Eu não falei isso com o Procurador, não.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Mas toda a imprensa disse.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – O Procurador não aceitou...

O SR. DELÚBIO SOARES – A imprensa pode falar o que quiser, eu não falei isso para o Procurador, não.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Mas o senhor, quando saiu da Procuradoria, deu uma entrevista à imprensa e disse o seguinte: “Não, eu tinha algumas declarações, mas o Procurador não aceitou”. Aí, o Procurador veio e explicou que o encaminhamento da investigação era outro, e não era esse de o senhor falar lá tudo que o senhor sabia.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, senhor. Eu fui lá ao Procurador, prestei toda a declaração, e em todas as minhas entrevistas deixei claro que estou revelando tudo. E a prova disso é que a Procuradoria confirmou toda essa lista que está aqui.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Vou entregar ao Relator essas declarações que seguem em toda a imprensa para V. Exª verificar isso. Aconteceu ou estou inventando?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a V. Exª também.

Neste momento, vou dispensar o Sr. Jacinto Lamas e também o Sr. Valdemar Costa Neto, que, se está em alguma dependência, também está livre, porque eventual acareação entre ele e o Sr. Jacinto ficou prejudicada, porque – o Relator pode me corrigir – não houve necessidade em nenhum momento de acareá-los.

Agradeço a colaboração e digo a V. Sª que, quando voltar, volte tranqüilo, diga toda a verdade. A verdade não assusta ninguém. Com isso, está dispensado e agradecemos a sua presença.

O SR. DELÚBIO SOARES – Obrigado pela paciência.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSB – SP) – O próximo que vem é também ligado ao Deputado...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Pela ordem de intimação, o próximo a ser ouvido é o Sr. Emerson Palmieri.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– **Vamos suspender por cinco minutos, enquanto se promove o deslocamento do depoente para cá.**

(A reunião é suspensa às 19h34min e reaberta às 19h51min.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Declaro reaberta a presente reunião.

O Sr. Jacinto Lamas já foi dispensado e, agora, ouviremos o Sr. Emerson Palmieri.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME

(PSDB – SP) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que me inscreva, nem que eu seja o último.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vou inscrevê-lo.

Passo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Rodolpho Tourinho. S. Ex^a é o primeiro inscrito, porque os demais oradores não se encontram nesta reunião. Então, resolvi passar logo a palavra aos Parlamentares presentes.

Perdoe-me, Sr. Relator. O primeiro a inquirir é o Relator, mas aviso ao Senador Rodolpho Tourinho que V. Ex^a é o primeiro orador inscrito.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Emerson Palmieri, esta acareação destina-se a estabelecer esclarecimentos a respeito da divergência de quantias entre a fonte pagadora, ou seja, o que alega ser a fonte pagadora, e o outro terminal, que é o dos recebedores.

Já constatamos, nos depoimentos tomados hoje, que há uma divergência com relação ao Partido Liberal. O Sr. Marcos Valério, em documento assinado, afirma ter-lhe repassado a importância total de R\$10,853 mil, mas o Sr. Valdemar Costa Neto e o Sr. Jacinto Lamas, este último Tesoureiro do Partido, afirmam que receberam apenas R\$6 milhões.

O senhor foi convidado a depor nesta assentada, porque talvez possa fornecer-nos alguns esclarecimentos a respeito do assunto.

No depoimento anterior que prestou a esta Comissão, ao responder às questões que lhe formulei, o senhor afirmou, de maneira muito peremptória, que não havia recebido quaisquer recursos do Sr. Marcos Valério. É verdade?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Não, eu, diretamente, não. Foi levado ao Partido.

Eu queria dizer boa-noite ao Sr. Deputado, boa-noite ao Senador, boa-noite às Deputadas e Senadoras, aos Deputados e Senadores, à imprensa, boa-noite a todos.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quem levou ao Partido a importância ou as importâncias?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – O Sr. Marcos Valério.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Levou pessoalmente?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Pessoalmente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mais de uma vez?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Duas vezes.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Duas vezes. E o total das importâncias levadas dá quanto?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Quatro milhões.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quatro milhões. Mas o senhor não recebeu pessoalmente quatro milhões?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – O Roberto Jefferson recebeu.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Tem aqui uma relação de transferência de recursos feitos pelo Sr. Marcos Valério, em documento assinado, no qual está registrado que o senhor recebeu sete parcelas diferentes: quatro de R\$100 mil, duas de R\$1 milhão cada uma e uma última de R\$68,6 mil. É bem verdade que, sobre o nome do senhor, há dois outros: Alexandre Chaves e Luiz Carlos de Miranda Faria. Luiz Carlos de Miranda Faria nós conhecemos porque foi candidato a Prefeito em Minas Gerais, acho que em Ipatinga ou em Usiminas, uma coisa assim. Então, eu queria saber do senhor se, além dos R\$4 milhões que o Sr. Marcos Valério levou pessoalmente à sede do PTB, o senhor também recebeu essa importância de R\$2.468.600,00.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Eu gostaria de explicar a V. Ex^a essa relação.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sim.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Essa relação que consta o meu nome realmente não tem absolutamente nada a ver e vou explicar um por um.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sim.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Dia 16 de dezembro de 2003, R\$100 mil não foram entregues. Dia 19 de dezembro, esses R\$100 mil não foram entregues. Foram entregues R\$145 mil em Minas Gerais ao Sr. Alexandre, para pagar a televisão do Sr. Cacá Moreno.

Foi entregue não no dia 19, mas no dia 18 de dezembro de 2003. Então, não é R\$100 mil, é R\$145 mil.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Um momento. Luiz Carlos... Foi pago ao Sr. Alexandre Chaves...?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Cento e...?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Quarenta e cinco mil. Não cem. Que ele entregou diretamente ao Sr. Cacá Moreno, para pagamento de televisão lá em Minas. Quatorze de janeiro de 2003, não... não... não aconteceu. Não foi entregue. Esse 7 de janeiro de 2004 está repetido com a relação da D. Simone. Dia 7 de janeiro de 2004 e dia 14 de janeiro, esses R\$200 mil foram entregues ao Sr. Alexandre, sim. Esses foram entregues. Não foi para o Partido, foi para o seu Alexandre, numa conversa que o Roberto Jefferson teve com o Delúbio, Sr. Delúbio, e esse dinheiro foi direto para ele para ele entregar para a filha dele, como já está dito aí nos meus... anteriormente.

Esses dois milhões e mais 68 milhões o Sr. Luiz Carlos de Miranda Faria... esse Sr. Luiz Carlos de Miranda Faria ele é presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga. Ele se “desfilou” do PT em 2002, do PTB em 2002, em 2002, e foi candidato a prefeito na eleição passada pelo PDT, lá em Ipatinga, candidato a vereador. Desses 68 mil que estão aqui e 600, foi passado para ele 68,4 mil, não 600, como doação da SMP&B para o sindicato, para ele pagar um show do Zezé Di Camargo e Luciano, no dia 1º de maio de 2004. [sic]

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– É verdade.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Então, eu tenho o telefone do Sr. Luiz Carlos aqui, que eu não vou dizer em público. Se os senhores quiserem, eu posso passar depois para...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Essa doação está confirmada na documentação do Sr. Marcos Valério.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Então, então, então...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Agora, então, eu desejo passar...

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Então, então, então não... não é nossa.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Por favor. Então, do que lhe é atribuído, ou seja, R\$2.468.600,00, o senhor confirma que realmente R\$200 mil foram repassados ao...

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Duzentos mil e cento e quarenta e cinco.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Depois mais R\$145 mil e 68 ...

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Não, 68 foi para o Sr. Luiz Carlos de Miranda Faria também.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Então, o senhor confirma R\$340 mil?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Duzentos e quarenta e... R\$345 mil.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Trezentos e quarenta e cinco. De R\$2.466.000,00, faltam R\$2.321.000,00.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Na verdade, foram entregues R\$4 milhões, entregues para o Roberto Jefferson, mais esses... que não foram para o PTB, foram para o Sr. Alexandre e que foi para o Sr. Cacá Moreno.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Vamos passar a limpo: os R\$4 milhões a que V. Ex.^a se refere são aqueles que ficaram na posse pessoal do Deputado Roberto Jefferson?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Na pessoa física.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Então, essa questão está comprovada, porque o próprio Deputado Roberto Jefferson confirmou publicamente, mais de uma vez, que realmente recebeu os R\$4 milhões.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – E inclusive foi cassado por isso.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Muito bem. Sobram, então, segundo a lista assinada pelo Sr. Marcos Valério, R\$2.468.600,00, dos quais o senhor reconhece ter recebido R\$345 mil; não recebido, mas reconhece o destino dado a R\$345 mil.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – O destino.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Esta acareação, que já podia ter terminado, foi convocada exatamente para buscar uma explicação para essas diferenças. E eu queria saber se o senhor reitera a declaração de que não lhe foram repassados nem R\$2.468.600,00, excetuadas aquelas importâncias que o senhor já esclareceu, nem muito menos o saldo de R\$2.321.000,00.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor afirma peremptoriamente?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Firmo. Não foram passados.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Eu queria lhe avisar que não estamos permitindo interlocução direta das pessoas, umas com as outras,

qualquer dúvida que o senhor tenha ou o seu advogado, tenha a bondade de se dirigir ao Presidente ou ao Relator e ele fará a pergunta as pessoas, para evitar um diálogo, porventura, crispado entre ambos.

Sr. Marcos Valério, o senhor acaba de ouvir o Sr. Emerson Palmieri.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Como homem de empresa sem dificuldade de registro de quantias, eu lhe pediria então que fornecesse as explicações que possam satisfazer essa discrepância de declarações.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É muito simples. Primeiramente, com todo o respeito ao Sr. Emerson Palmieri, a quem tenho um certo apreço apesar de todos os acontecimentos, ele mente, porque eu não entreguei R\$4 milhões ao Sr. Roberto Jefferson. Nunca, aqui em Brasília. Nunca. O.k.? Segundo, reafirmo a lista que está aqui.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Muito bem. Sr. Delúbio Soares, o senhor autorizou o Sr. Marcos Valério a realizar pagamentos ao Partido Trabalhista Brasileiro?

O SR. DELÚBIO SOARES – Confirmo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor pode nos explicar, apelando para a sua memória, quais foram as importâncias transmitidas por ordem sua, que o senhor autorizou que fossem entregues ao Partido Trabalhista Brasileiro, seja por intermédio do Presidente Roberto Jefferson, seja por intermédio do seu tesoureiro, Sr. Emerson Palmieri?

O SR. DELÚBIO SOARES – Autorizei o Marcos Valério a fazer repasse ao PTB em torno de R\$3,8 milhões...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Em torno de?

O SR. DELÚBIO SOARES – Três milhões e oitocentos.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Três milhões e oitocentos mil?

O senhor autorizou que fossem pagos?

O SR. DELÚBIO SOARES – Uma parte foi direto ao Sr. Emerson Palmieri, outra parte ao Deputado Romeu Queiroz, outra parte que foi ao José Carlos Martinez, que está escrito aí. Então, foi isso que aconteceu e foi isso que foi feito.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O problema todo é que na lista do Sr. Marcos Valério essas quantias estão separadas daquelas atribuídas ao Sr. Emerson Palmieri. Aqui consta que o Deputado Romeu Queiroz realmente recebeu, que o Deputado José Carlos Martinez também recebeu, mas quantias

em epígrafes separadas daquelas que dizem respeito ao Sr. Emerson Palmieri.

Queria que, se fosse possível, o senhor nos desse explicações mais minuciosas quanto às importâncias repassadas a essas pessoas.

O SR. DELÚBIO SOARES – O interlocutor do PTB, no início, era o Deputado José Carlos Martinez.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor podia falar mais alto, por favor?

O SR. DELÚBIO SOARES – O interlocutor do PTB, no início, era o Deputado José Carlos Martinez, que veio...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Veio a falecer.

O SR. DELÚBIO SOARES – Lamentavelmente, ausentou, faz falta, até hoje, para todos nós, o Deputado José Carlos Martinez. Depois, passamos a ter uma relação... O Emerson acompanhou uma parte e, principalmente, com Roberto Jefferson, e fizemos esses repasses, conforme está autorizado aí, de em torno de R\$3,800 milhões. Os números, juntando toda a malha do PTB, foi isso que autorizei o Marcos Valério a repassar.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quer dizer que o senhor nega que tenha repassado a Roberto Jefferson a importância de R\$4 milhões?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já afirmei isso na Procuradoria, reafirmei aqui na CPI e quero reafirmar na acareação também. Os numerários são diferentes, ao PTB, e não naquela forma que o Deputado Roberto Jefferson anunciou na televisão.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quer dizer que há também uma discrepância entre as declarações do Deputado Roberto Jefferson e as do senhor?

O SR. DELÚBIO SOARES – Há uma discrepância. Nós estamos vendo aqui: alguns, falta dinheiro; outros, passa dinheiro. Pelo informe do acareado Sr. Emerson, passa dinheiro. Nós estamos falando que é três e oitocentos, e ele dizendo que é quatro, mais o dinheiro do Martinez, mais não sei o quê, não sei o quê. Passa dos valores. Mas o que aconteceu, a autorização foi de três milhões e oitocentos.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor autorizou o senhor Delúbio Soares a passar ao Sr. Emerson Fittipaldi a importância de...

(Risos no plenário.)

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Ao Sr. Emerson Palmieri...

Eu gostaria que o Fittipaldi fosse invocado no momento em que os Deputados fizessem perguntas, porque aí nós teríamos economizado muito tempo.

O senhor autorizou que ele recebesse, que o Sr. Marcos Valério lhe repassasse a importância de R\$2,468 milhões?

O SR. DELÚBIO SOARES – Ao Sr. Emerson Palmieri foi esse valor que pedi que passasse, em torno de dois milhões, quase dois milhões e meio.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Nessa importância, o senhor inclui as importâncias que deviam ser repassadas ao Deputado Romeu Queiroz e ao Deputado...

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. É separado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Fora?

O SR. DELÚBIO SOARES – Foi separado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Foi por fora.

O SR. DELÚBIO SOARES – Foi separado. R\$350 mil...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Então, Sr. Emerson Palmieri, o senhor está sendo contraditado por ambas as pessoas.

E eu gostaria, finalmente, de perguntar à Srª Simone Vasconcelos se ela participou da entrega de algum desses recursos ao Sr. Emerson Eloy Palmieri?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim. Pela minha listagem aqui, como o senhor pode ver, foram duas entregas de R\$100 mil. E eu conheci o Sr. Emerson Palmieri. Ele está dizendo ali que foi pelo Alexandre, que ele reconhece essas duas datas, que ele reconhece esses dois valores, mas que foram entregues para o Alexandre. Então, provavelmente esse Alexandre foi ao banco.

Mas aí eu pergunto, me bateu aqui: como eu o conheço? Eu o conheço, eu já estive com ele anteriormente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E a senhora repassou a ele, pessoalmente, R\$200 mil. A Emerson?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Em algum momento eu devo ter repassado algum valor para ele sim, um desses aqui, pelo menos, porque eu o conheço.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – A senhora me conhece de onde?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Um momento. O senhor não pode se dirigir à pessoa.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Desculpe. Desculpe.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O que o senhor tem a dizer, por favor?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Me conhece de onde?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A senhora afirma que o conheceu, naturalmente, no banco, porque foi onde lhe repassou os recursos, não é isso?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Pois é, para mim estava muito claro que pelo menos em uma dessas duas vezes foi o Sr. Emerson que foi ao banco pegar comigo. Provavelmente, como ele está dizendo, talvez a outra tenha sido o Alexandre que eu tenha deixado autorizado lá. Mas eu já estive com o Sr. Emerson.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Perfeito. De qualquer maneira, eu quero acentuar perante os companheiros que as desconfiças do Relator quanto às importâncias repassadas persistem, cada vez com mais ênfase.

No primeiro interrogatório, tivemos uma diferença de quatro milhões, e, agora, temos uma diferença de R\$2,321 milhões. Já que ambas as partes reafirmam aquilo que haviam declarado anteriormente, a relatoria toma por base o fato de que as importâncias não coincidem; portanto deverão ser objeto de investigação quanto ao seu destino. Estou satisfeito, Sr. Presidente.

Estamos agora, desculpe, Sr. Presidente, com uma diferença, em dois depoentes, de seis milhões...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Antes de passar a pergunta para o próximo Deputado ou Senador, não seria conveniente que o Dr. Emerson Palmieri pudesse, já que foi contraditado, manifestar-se a respeito das últimas declarações? Faço essa indagação a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não. O Relator não está satisfeito com as perguntas. Poderá responder certamente essas questões em outras perguntas que serão feitas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, surgindo ocasião, nós responderemos. Senão, requeremos mais uma oportunidade para que possa ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Já concedi a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho. Certamente, ele terá oportunidade de responder e esclarecer todos esses fatos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Até proporia, Sr. Presidente, Senador Amir Lando, e Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, ceder parte do meu tempo se o senhor quiser explicar – e se não tomar todo o meu tempo.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – No depoimento da Srª Simone, o Senador César Borges perguntou-lhe se ela conhecia José Carlos Martinez, Jair dos Santos, Emerson Eloy Palmieri, Raimundo Ferreira da Silva Júnior e João Cláudio de Carvalho

Genú: “A Senhora conhece todos esses nomes? Não é porque assinou?”. “De nome, sim” – ela respondeu. “Pessoalmente, não. Nunca estive no Banco. Nunca entrei no Banco Rural, nunca assinei absolutamente nada com a Srª Simone. Nunca recebi. Não.” Ela diz que, de nome, me conhecia, mas que, pessoalmente, nunca nós nos vimos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Está com a palavra V. Exª.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Quero voltar, Sr. Presidente, a uma ponderação, apenas para esclarecer, feita pelo Deputado Ivan Ranzolin sobre a questão de faturamento. A pergunta é para o Sr. Marcos Valério, porque eu não entendi. O Deputado Ivan Ranzolin referiu-se a cinco anos. O senhor, quando falou, referiu-se a 2004.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim. Eu dei um exemplo de 2004.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – O senhor poderia dar, nesses cinco anos, aproximadamente?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Aproximadamente, cada empresa... uma deve ter faturado, em cinco anos... (Pausa.) em torno de R\$800 milhões a R\$900 milhões.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Quero até voltar um pouco quando falei aqui em R\$1,150 bilhão. Até o senhor se surpreendeu – talvez –, mas está muito próximo dos R\$900 milhões se tomarmos esses dados, nossos, já contábeis. Não afirmo que sejam contábeis. Já foram levantados conforme a documentação fornecida.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Cinco anos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Cinco anos. Foi aquela divisão que fiz entre os bancos, começando com o Banco do Brasil, Opportunity, Visa. Está tudo aqui.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Então, o senhor vê que eu sou uma agência pequena. Se o senhor analisar as quatro maiores agências do Estado, verá que elas devem ter faturado, nos últimos cinco anos, em torno de R\$5 bilhões a R\$6 bilhões.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Efetivamente, não entrei na questão da ordem de grandeza ou relativa. Estamos centrados numa análise, e eu, especificamente, que tive essa delegação, do Relator e também do Presidente, de ser Sub-Relator, busco, na frieza dos números, tentar verificar o que tem acontecido.

Os R\$55 milhões que estão na sua lista são o correspondente, teoricamente, ao que o senhor diz e

àquilo que foi tomado, que também é, mais ou menos isso, dos dois bancos.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – E que valem, hoje, cerca de R\$100 milhões.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Pelas taxas bancárias em vigor, o que significa também que, se o PT não pagar, o senhor terá um prejuízo sem tamanho.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Já estou com os bens penhorados e estou tendo prejuízo. As empresas tiveram de mandar seus quadros de funcionários embora.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – É todo este, Sr. Presidente, o enigma que está atrás de tudo isso e que procuramos decifrar: por que o senhor se arriscou tanto. O Banco também se arriscou. Os dois bancos também se arriscaram muito em fazer essa operação. Por que o Banco Central não se pronunciou nas constantes reformas feitas dessas operações? É disso que estamos atrás que se identifica aqui como se fosse um tipo de esquema utilizado pelo PT para viabilizar o caixa dois ou o dinheiro não-contabilizado, como eles andam chamando. Mas, na verdade, existem outros esquemas que também estamos verificando tais como o esquema lá fora, que é o esquema do Sr. Duda Mendonça, que aí é pagamento direto lá fora ou é mandado daqui para lá. E pode existir também, nesta acareação que estamos fazendo aqui, um outro esquema que tenha permitido também os quatro milhões de Roberto Jefferson. Porque se ele não está nessa conta e não está nos três milhões e oitocentos que estão apontados aqui pelo Sr. Marcos Valério e negados pelo Sr. Emerson Palmieri isso pressupõe que existe também um terceiro esquema.

E pode existir um quarto esquema de operações junto com fundação, podem existir vários outros esquemas que foram montados, aliás, objeto daquele organograma todo que forneci a V. Exª. Estamos buscando essas informações, esse é efetivamente o nosso objetivo. E o que realmente não entendemos é por que tanto risco foi assumido pelo senhor, tanto risco foi assumido pelos bancos. Que o senhor pudesse dar ainda uma visão rápida sobre isso. Não quero tomar muito tempo. Eu agradeceria muito Sr. Marcos Valério.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Entenda bem, nós, num dado momento, a empresa SMP&B e DNA propaganda, quando nos foi solicitado o empréstimo, achamos que era uma boa estratégia empresarial e solicitamos esses emprésti-

mos junto aos bancos onde tínhamos crédito. Foi um erro empresarial que custou a essas empresas o fechamento delas. Empresas que tinham 23, e a outra, 25 anos.

Senador, com a toda a liberdade e com toda a franqueza que eu vou dizer: foi uma estupidez.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Estou satisfeito, até pela admissão do fato e está dentro dos nossos objetivos, do Relator.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Fernando Coruja.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sr. Palmieri, o senhor estava junto quando o ex-deputado Roberto Jefferson recebeu os quatro milhões?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Estava, sim, senhor.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Quem entregou?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – O Marcos Valério.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Marcos Valério entregou os quatro milhões. O senhor entregou os quatro milhões para o...?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, nunca.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – E foi a que horas? De tarde, de noite, de manhã?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Foi no início da semana de julho, me parece que depois do almoço.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Foram os quatro milhões de uma vez só?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Não, dois dias. No primeiro dia, dois e duzentos, e no segundo dia, um e oitocentos.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – E estavam em que lugar esses quatro milhões? Em sacolas?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Malas.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Numa mala. O senhor lembra como o Sr. Marcos Valério estava vestido no dia?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Terno, não lembro a cor, não lembro nada, mas estava de terno, normal. Um terno escuro.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – E era de manhã, de tarde?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Depois do almoço.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Depois do almoço.

Nessa viagem a Portugal, que V. S^{as} foram juntos, qual era o objetivo que lhe falava o Sr. Marcos Valério sobre... ?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Eu posso até dar uma explicação. O Roberto Jefferson me disse que tinha conversado com o ...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não, tudo bem, que tinha conversado para ir lá a gente sabe tudo.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Com o José Dirceu.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas ele dizia o quê? O que ele iria propor lá em Portugal?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Não me disse. Disse que ia ter uma conversa com a Portugal Telecom. Não me disse detalhes.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Nenhum detalhe?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Nenhum detalhe.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não falou sobre fundo de pensão?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Nada disso, me falou que Portugal Telecom tinha interesse em algumas teles e em especial a Telemig. Só isso que ele me disse. Mais nada. Ele, me parece que tinha as contas da Telemig e tinha interesse em permanecer com as contas da Telemig. Foi isso que ele me disse.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas o senhor que o senhor Marcos Valério era um emissário do Deputado José Dirceu então?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Perfeitamente.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Ele estava cumprindo ordens do Deputado José Dirceu?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Provavelmente do Delúbio, porque sempre via ele conversar com o Delúbio, nunca vi ele conversar com o José Dirceu, sempre com o Delúbio.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sr. Delúbio, o senhor orientou o Sr. Marcos Valério para ir a Portugal?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor recebeu orientação para ir a Portugal?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nunca. A orientação do Governo brasileiro, ou de qualquer autoridade brasileira, ou de qualquer autoridade brasileira, ou do Partido dos Trabalhadores, nunca.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – E por que motivo o Sr. Palmieri foi junto então?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O Dr. Palmieri...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor disse que ele estava estressado da outra vez.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O Dr. Palmieri e eu tivemos um conhecimento, um relacionamento...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Foi um convite pessoal então?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Eu vou explicar, e gostaria de, como já expliquei essa história, vou explicá-la novamente.

O Dr. Palmieri e eu tivemos um relacionamento que eu considero até um pouco fraterno, e eu tenho o maior respeito por ele. Entendo a pressão que ele está sofrendo e sofreu. Não vou entrar no mérito disso.

Eu estava indo a Portugal defender a conta de publicidade que eu tinha da Telemig Celular. Por quê? Havia uma boataria no mercado que ela estaria sendo vendida à Portugal Telecom.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Isso, na verdade, o senhor já explicou. A pergunta é: então, o senhor convidou o Sr. Emerson Palmieri?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, o Dr. Emerson Palmieri se convidou a ir comigo.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Ele se convidou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É, e ele foi comigo.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Não, senhor. Eu recebi uma orientação do Roberto Jefferson, que tinha recebido uma orientação do José Dirceu que era para acompanhar, testemunhar se havia realmente essa reunião porque ele estava cansado de bater à porta e de receber um não, receber um não, receber um não...

Então, eu fui como testemunha dessa reunião.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor não estava estressado?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Se eu quisesse descansar do estresse, eu faria outra coisa. Não faria uma viagem de doze horas e voltar no outro dia.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Em relação ao dinheiro, o tesoureiro Delúbio Soares fala que pagou a campanha dos partidos da base aliada. Esta base aliada foi formada depois da eleição, porque a base aliada são aqueles que apoiavam aqui no Congresso. É essa a base aliada de que o senhor flava?

O SR. DELÚBIO SOARES – Já expliquei, na questão anterior, que a base aliada, no nosso entendimento, é a base aliada do primeiro turno e a base

aliada do segundo turno, porque, hoje, uma parte da base aliada do segundo turno não está mais apoiando o Presidente Lula, que é o caso do PDT, que apoiou o Lula no segundo turno. A base aliada quando nominamos os partidos são os partidos que apoiaram o Lula no segundo turno com quem viemos fazendo um processo de discussão desde o segundo turno e que, depois, nas disputas municipais que nós fizemos.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas esses partidos, se não houve uma negociação prévia, e V. S^a falou que não houve uma negociação prévia em termos de recursos com esses partidos – apenas o caso do PL, mas com outros, não houve uma negociação prévia –, por que motivo, depois da eleição, V. S^a pagou a esses partidos a campanha política?

O SR. DELÚBIO SOARES – Parte, né, Deputado? Parte.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas por que motivo?

O SR. DELÚBIO SOARES – Porque os partidos...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Foi porque eles se aliaram ao Governo?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. Os partidos foram encontrando dificuldades, solicitou ao partido majoritário, o PT...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas qualquer partido que tivesse dificuldade?...

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, o senhor sabe que não é assim. Foi feito todo um processo de debate, de discussão, com os Presidentes de partido...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas, veja bem, era depois da eleição.

O SR. DELÚBIO SOARES – Sim, depois da eleição.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Então, de uma coisa que já tinha acontecido. Então era uma troca de apoio no Congresso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. Não era uma troca de apoio no Congresso, como já expliquei.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não havia esse pedido? Pagamos a conta anterior...

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, não era pagar a conta anterior, Deputado. Nós fizemos uma discussão, os partidos que ficaram com dificuldades com as campanhas de 2002... Apresentaram, nós discutimos; apresentaram resultado. Já expliquei isso aqui. Nós fomos reduzindo, mas chegamos a um número. O próprio Partido dos Trabalhadores, nos Estados onde o PT disputou eleições, ficou com déficit e apresentou, foi cobrando, cobrando, e nós tomamos essas iniciativas de fazer os empréstimos e os pagamentos. Discutimos

também com esses Partidos a preparação dos Partidos para enfrentamento da eleição de 2004.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Os que apoiavam no Congresso Nacional?

O SR. DELÚBIO SOARES – Muitos Partidos que apóiam no Congresso Nacional disputaram as eleições conosco em algumas cidades, como é o caso do PTB.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Algum partido que não apoiava no Congresso Nacional, mas que era aliado do PT recebeu apoio, ajuda?

O SR. DELÚBIO SOARES – Como assim?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Algum Partido que não era aliado aqui... O PDT. De repente, não era aliado aqui...

O SR. DELÚBIO SOARES – O PDT saiu da base do Governo lá para junho, mais ou menos, quando Brizola deu aquela declaração. Miro era Ministro e saiu do Governo.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Em relação à questão da fonte dos recursos. Sr. Palmieri, o pagamento estava atrasado, não vinha o dinheiro que estava acertado. Ia vir uma pressão grande para receber os R\$20 milhões. Em algum instante, foi falado ao senhor ou ao Deputado Roberto Jefferson que estava esperando um empréstimo do banco?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Não. O que foi combinado...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – De onde eles diziam que ia vir o dinheiro, então?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – O que foi combinado com o Roberto com o Deputado Genoino é que viria um recurso de cinco vezes de quatro milhões para o PTB, que seriam R\$20 milhões. Isso já foi dito.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas de onde?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Viria do PT, provavelmente, porque, segundo informações, o PT tinha um caixa de R\$50 milhões que ia dobrar porque estava no poder, de contribuições, de doações. Ou do PT ou doações de empresários, que esse recibo viria para o Roberto.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Então, isso que foi combinado com o Deputado Genoino. O Roberto estava aguardando isso.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Em nenhum instante, foi falado que ia ter um empréstimo?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Não, em nenhum instante. Por isso mesmo que o Roberto estava esperando o recibo.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Então, o senhor não acredita na tese do empréstimo?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Empréstimo? Estou vendo aí pela imprensa. O que eu acho estranho nisso tudo é que o Marcos não entregou para o Roberto os quatro milhões. O Delúbio não entregou. O José Dirceu disse que não entregou. O Genoino não entregou. E o Roberto foi cassado pelos R\$4 milhões.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Crime impossível.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – E eu presenciei a entrega. Então, é uma coisa difícil.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – É claro que, na Justiça comum, essa tese vai prevalecer. É um crime impossível. A pessoa não pode ter recebido uma coisa que ninguém...

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

Não tem o cadáver.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Se me permite, o Roberto usava até a expressão: “Se nós não recebermos o recibo, nós estamos com um defunto no nosso colo”. Era bem específico do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Para respeitar o tempo, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Só aproveitando a pergunta: o que foi feito com o defunto?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Depois de entregue esse dinheiro para o Roberto Jefferson, passados dois, três dias... Porque o PTB é muito fácil de entrar...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O senhor sabe de tudo.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Eu cheguei a ele, dois dias depois, e disse: “Roberto, precisamos pôr uma segurança aqui”, porque eu não tinha visto o tanto de dinheiro lá, guardado. Ele disse o seguinte: “Esse dinheiro já não está mais aqui”.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Ele falou, logo que saiu daqui, o seguinte: “Se para quem eu entreguei me devolver esses recursos, vou devolvê-los ao PT”. Ele quis, com isso, dizer o quê? O senhor que era íntimo, amigo dele, poderia interpretar?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Eu acredito que ele não passou para ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Não, ele quis dizer que entregou, que repassou para pessoas.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – É minha opinião pessoal. Acredito que ele não entregou para ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– O senhor não viu, nenhuma vez, distribuição de recursos lá no PTB?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– É porque vimos... O senhor deve ter lido essas notícias já na imprensa.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Não vi, nenhuma vez, entregar no PTB, não.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Não viu a entrega para ninguém?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Nós vamos descobrir.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, que é a Deputada Zulaiê Cobra.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Deputados, Sr. Emerson Palmieri, perdi um pouco do seu depoimento, esses da lista aqui o senhor concorda, afirma que esse dinheiro aqui, de 6 de dezembro de 2003, 100 mil, totaliza 2 milhões, 468 mil e 600 reais. O senhor confirmou isso?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Não. A senhora permite que eu explique?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Pode explicar.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Esses primeiros 100 mil não foram entregues, não passou por nós. Esse do dia 19/12 – 100 mil, não foram 100 mil, foram 145 mil entregues ao Sr. Alexandre, em Belo Horizonte, para pagar o Sr. Kaká Moreno, que era televisão.

14/01/2003 – não existe.

07/01 – 100 mil, coincidem, estão repetidos com a lista da Dª. Simone Reis Vasconcelos. A Dª. Simone Reis Vasconcelos repassou para o Sr. Alexandre no dia 7 e no dia 14, aqui, se não me engano, em um banco de Brasília, que o Alexandre foi sacar e que ele admitiu o saque já – o Sr. Alexandre – R\$200 mil.

Então, estou trazendo dados novos. E o restante do Sr. Luiz Carlos Miranda – que não é nem mais do PTB, é do PDT –, esses 2 milhões e mais 68 mil e 400 não foram repassados para nós.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E o Sr. Marcos Valério, a lista é sua, Sr. Marcos Valério, o senhor confirma?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Plenamente.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Plenamente. Quer dizer, então, temos aqui um confirmando e um negando.

O senhor falou em estupidez quando foi perguntado por que fez tantos empréstimos para dar o dinheiro para o PT e agora está nessa situação.

Quando o senhor foi perguntado a respeito do porquê deu esse aval, quer dizer, eles não deram aval nenhum e o senhor deu tanto dinheiro. O senhor falou que tinha a palavra do Sr. Delúbio e, além da palavra do Sr. Delúbio, tinha a palavra de líderes – a expressão foi cúpula. Quem é cúpula? Quer dizer, qual é esse aval de cúpula?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Isso está no meu depoimento que consta na Procuradoria. Cito o nome do Sr. Sílvio Pereira e cito o nome que o Sr. Delúbio tinha me falado que o ex-Ministro sabia da operação.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sílvio Pereira e Delúbio só? Isso é cúpula? Quem mais?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Do ex-Ministro José Dirceu.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Do ex-Ministro José Dirceu? Fala alto, ex-Ministro José Dirceu tem que falar alto porque aqui estamos todos com vontade. Fala alto, do ex-Ministro José Dirceu.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O Dr. Delúbio me falou que o ex-Ministro José Dirceu sabia dessa operação.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sabia. Então, está explicado. A palavra do Sr. Delúbio juntamente com o envolvimento do ex-Ministro José Dirceu. Era isso que eu queria saber.

Agora, o Sr. Delúbio falou que tinha uma base aliada no primeiro turno, tinha uma base aliada no segundo turno e não tinha uma base aliada de Plenário? Pergunto ao senhor.

O SR. DELÚBIO SOARES – Tem uma base política que apóia o Governo – nem todos os deputados dos partidos apóiam e nem todos da Oposição votam, sistematicamente, contra o Governo.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sistematicamente, mas somos uma Oposição diferente. O senhor nem pode imaginar que Oposição somos.

Estou falando da base aliada do Plenário, existia uma base aliada do Plenário, que era o PT, o PL e o PTB?

O SR. DELÚBIO SOARES – E parte do PMDB que apóia o Governo.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Parte do PMDB... e essa base aliada que era a base sustentada pelo Governo...

O SR. DELÚBIO SOARES – Apoiou no segundo turno.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Essa base aliada que estamos aqui nessa missão danada, desgraçada, nesta CPI, que é o mensalão que agora descobrimos que não é nem mensalão, nem semanão, é diário – porque é diário. Constatamos aqui, com o nosso Marcos Valério, que o dinheiro era por dia.

Em 10 dias, tivemos aqui 2 milhões – 14 cheques, do dia 4 ao dia 14, em 10 dias muito dinheiro, portanto, dá para perceber que havia dinheiro no Plenário – não tenho a menor dúvida de que havia dinheiro no Plenário. Isso depois da eleição, em 2003 e 2004.

O senhor disse que o Sr. Roberto Jefferson não recebeu os R\$4 milhões. E ele foi cassado pelos R\$4 milhões. Aí, ele pegou os R\$4 milhões e pôs no armário. Depois, evaporou os R\$4 milhões.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Na verdade, eu disse o seguinte...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Onde estão os R\$4 milhões?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Devem estar com Roberto Jefferson. Não sei. Entreguei a ele.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Está cantando com os R\$4 milhões? Não é possível.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Eu disse o seguinte: dinheiro que ninguém deu. O Sr. Marcos Valério...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O Sr. Marcos Valério nega que deu.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – O Sr. Delúbio nega que deu; o Sr. José Dirceu nega que deu.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Simone, também, nunca passou por perto do Sr. Roberto Jefferson.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Nunca passou por ela. O Sr. Genoino nega que deu. Vimos chegar o dinheiro juntos. Eu estava lá.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor estava lá.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Eu estava presente com o Deputado Roberto Jefferson. Ele foi cassado pelos R\$4 milhões, que até agora ninguém disse que deu. Essa lista que está aqui não é verdadeira, não foi para o PTB nem para mim. Meu nome aqui está, na verdade, errado. Não consta. O que constam são esses valores que eu já lhe passei. Esses R\$2 milhões, o Sr. Luiz Carlos de Miranda Faria nega. S. Exª

só aceita os R\$68.400,00 que devem estar na contabilidade do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga, que foi usado para pagar o show de Zezé de Camargo e Luciano. Quer dizer, meu nome consta aqui, mas não entrei em nenhum banco. Não tem meu registro em nenhum banco.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Quem falou em Miro Teixeira? Quem falou do Ministro Miro Teixeira agora?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Não.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ouvi uma história sobre Miro Teixeira.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Não, senhora.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Por que Miro Teixeira saiu do Governo Lula? Por causa do mensalão. Isso nós sabemos. Contou ao Presidente que havia o mensalão, o Presidente não acreditou, não deu bola. Ele saiu do Governo. O Ministro Miro Teixeira saiu do Governo por causa do mensalão. E confessa isso hoje. Depois saiu, foi ser líder de Governo. Saiu também da liderança do Governo e até saiu do bloco de apoio ao PT.

Então, temos aí muita gente que sabe da história do mensalão. Por falar em mensalão, só queria confirmar aqui que o Sr. Delúbio Soares, porque está todo mundo atrás de mim para falar sobre isso.

Esse pagamento do PT do Ceará, tem aqui na listinha dele – quero que o senhor confirme – para o Deputado Estadual Guimarães. Esse dinheiro foi mesmo para ele? O senhor autorizou dar esse dinheiro? Só que existe uma diferença que preciso saber. Por partes, agora. Aqui, nessa sua lista grande, falam em R\$200 mil. Cento e cinquenta mil e R\$50 mil. E o cheque está aqui, de R\$200 mil. Na outra lista, nesta lista aqui, são R\$250 mil. Qual foi o dinheiro dado ao PT do Ceará por meio do Deputado Estadual Guimarães? São esses R\$250 mil, no dia 7 de abril, ou os R\$200 mil? Vou perguntar primeiro ao Sr. Delúbio.

O SR. DELÚBIO SOARES – Autorizei a pagar dívida de campanha, no segundo turno, de Zairton, que foi nosso candidato. Guimarães era o coordenador de campanha. Guimarães era do Diretório Nacional e cumpria as funções de presidente e de coordenador político e financeiro da campanha de Zairton. Não sei se existia esse cargo formalmente. Mas foi para isso que foram esses recursos, nesse rubrica para...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E qual foi o recurso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Creio que em torno de R\$250 mil.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Duzentos e cinquenta.

O SR. DELÚBIO SOARES – O PT do Ceará, o responsável...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – É o irmão de Genoino.

O SR. DELÚBIO SOARES – É irmão de Genoino.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Aqui em sua contabilidade há R\$200 mil, Sr. Marcos Valério. Por quê? (Pausa.)

É uma lista que o senhor me deu agora: documentos relativos ao repasse ao Deputado Estadual Guimarães/PT – CE.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Quarenta e um...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Quarenta e um?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Quarenta e um, quarenta e dois. Tem um tal de Gui, R\$150 mil, e R\$50 mil para o P. Rocha.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Tudo bem, Deputada. Se a senhora pegar aí, está escrito “saída”. Desse cheque, R\$150 mil seria para o Deputado Guimarães e R\$50 mil para o Deputado Paulo Rocha. Então, perfazeria os R\$200 mil. E o restante foi de outro cheque, outro recibo, que não está aqui.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Quer dizer, houve um outro recibo de R\$250 mil só para o Deputado Guimarães.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Se a senhora vir a entrevista do Deputado, ele reconhece os R\$250 mil.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ele reconhece os R\$250 mil, além desses R\$50 mil que o senhor deu também. Quer dizer, são R\$300 mil. Não, R\$150 mil, Paulo Rocha. E o Guilherme é ele.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É o Gui, Guimarães.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Então, esse Gui é R\$150 mil mais R\$250 mil.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ah! Faz parte.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Faz parte. Ok?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Então está explicado. Mas totaliza R\$250 mil que foram fiados para o Deputado Estadual Guimarães, que é irmão do José Genoino, para a campanha dele, para pagar dívida de campanha, no dia 7 de abril de 2003. É isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Diretório do PT do Ceará.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E de São Paulo? Mandaram para São Paulo? Ninguém pergunta de São Paulo aqui. Porque o senhor falou que só quatro Estados não receberam. São Paulo recebeu, não é?

O SR. DELÚBIO SOARES – São Paulo faz parte dos 23 Estados que receberam.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Dos estados que não receberam?

O SR. DELÚBIO SOARES – Que receberam.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ah! Que receberam.

O SR. DELÚBIO SOARES – São quatro Estados que receberam. Eu já nomeiei os quatro. E cabe ao PT explicar agora, não a mim, porque...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu só queria saber se de São Paulo é para o Paulo Maluf.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado João Correia.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, eu gostaria de resolver algumas questões da minha relação com esta CPI. Eu tenho tido uma participação direta e gostaria de acertar contas. Então, veja o senhor, eu acho que o Sr. Marcos Valério ameniza um pouco a fantasia do caixa 2 e dos empréstimos quando confessa o termo “estupidez”, coisa de asno, estúpido. Porque, na verdade, Sr. Marcos Valério, o senhor tomar empréstimos de R\$52 milhões, baseado em um documento de 1º de julho de 2004, enviado ao Banco MG SA, Belo Horizonte, em que há o seguinte texto: “Prezados senhores, pela presente, assumo junto a esse banco o compromisso irrevogável e irretroatável de garantir como avalista e devedor solidário todas as operações de empréstimos firmados por V. Sªs com a Rogério Tolentino (...)” Aí vem, então, todas as empresas. Assinado: Delúbio Soares de Castro.

Então, o senhor não vai receber esse dinheiro porque, de fato, isso aqui compõe a fantasia. Eu gostaria de colocar essa opinião.

A segunda questão com a qual gostaria de acertar um pouco as contas é a seguinte. Eu quero lembrar do Senador Eduardo Suplicy, ontem. O Senador é um homem erudito. Na oitiva anterior, ele falou de Alex De Tocqueville, séc. XIX, que escreveu aquele livro extraordinário, **Democracia na América**. Depois ele foi para a África do Sul, já como agente, conversou com personalidades da importância de Mandela e de substitutos, etc.

Eu gostaria de fazer uma analogia. E aí eu fiquei com saudade da academia, da sala de aula, como aluno e às vezes até como professor. Eu fiquei com um pouco de nostalgia e quero falar um pouco para o Sr.

Delúbio Soares. Ele disse à Deputada Zulaiê Cobra que não discutiria a questão ideológica do seu comportamento e do seu pensamento. Disse a mesma coisa para o Deputado Ivan Ranzolin. Mas eu acho que a figura do Sr. Delúbio é pública. Eu estou muito lembrado, quando estudava um pouco da teoria marxista, da história da revolução russa, da similitude distante que há entre o senhor e Nicolai Bukharin. Ele era um economista brilhantíssimo, aliás do campo majoritário, ele era bolchevique. Do politburo do comitê central do Partido Comunista Russo, ele foi então preso, como agente do imperialismo a serviço das potências estrangeiras que o Stalin então definia. E antes de ele ser fuzilado, liquidado, fez a confissão de tudo isso. Disse que era um agente do imperialismo, ele que era um brilhante economista. É uma grande pena. Eu acho que, guardando as proporções éticas, morais, etc., há alguma coisa em relação ao Sr. Delúbio. Nada contra o senhor, Sr. Delúbio, mas não dá para calar acerca do documento da sua defesa em relação ao PT. Por quê? Aí é o terceiro ponto que eu quero ajustar contas, Sr. Presidente. Todas as cúpulas sabiam, Sr. Relator, todas elas: a do PL sabia, a do PP sabia, todas elas sabiam, a do PT sabia, todos sabiam. O Sr. Roberto Jefferson veio, descortinou, e, na sua defesa, o senhor diz o seguinte, o senhor diz que será expulso como “única forma possível de purgar culpas coletivas”. Isso está aqui na **Folha de S. Paulo**, da quinta-feira, dia 20 de outubro de 2005. Aí, o senhor diz um pouco mais à frente que os que o acusam de gestão temerária “querendo esquecer que a gestão nunca foi somente minha; ao contrário, meus atos se deram para resolver problemas criados por decisões da direção do Partido, onde não escapa nem o Presidente Lula. Não escapa. Mais à frente, o senhor diz no seu documento que o caixa dois, “é prática antiga e habitual no Partido, pela qual jamais se viu uma punição”.

E a **Folha** continua colocando aqui, “Dedos em Riste” é até o subtítulo que ela dá. Nomes, essa é fundamental. “Tranqüilizem-se os que foram beneficiados pelo meu trabalho [diz o senhor na sua defesa], pois seus nomes não brotarão de minha boca, ainda que o meu não saia das deles.” E, quase ao final, o senhor diz o seguinte: que o PT, “se transformara numa floresta de dedos em riste, duros, dedos duros como pedra, apontados contra companheiros e muitos deles contra mim.” E, ao final, nessa pequena resenha, diz o seguinte: “Alguns de nossos comandantes pensam que é possível fazer a glória futura recusando a cruz vermelha para os combatentes caídos em luta”.

Ou seja, Sr. Presidente, desculpe-me. Realmente, sei que é até um pouco impertinente, mas as cúpulas sabiam. O Sr. Delúbio está aqui, do ponto de vista da

omertà, sendo leal e coerente; absolutamente leal e coerente. Só temo, disse até à Senadora Ana Júlia Carepa, que todos os deuses permitam que o senhor não acabe como Nicolai Bukharin.

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado, espero que o senhor não esteja desejando o meu fuzilamento. Isso no Brasil é banido. Então...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Deus me livre. Eu convivo com o PT do Acre. Então, tem que ficar muito claro: eu desejo que o senhor não acabe como o Sr. Nicolai Bukharin.

O SR. DELÚBIO SOARES – Obrigado.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Aí, Sr. Presidente, “para não dizer que não falei de flores”, eu gostaria de fazer apenas uma pergunta então ao Sr. Palmieri...

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, quero apenas explicar o contexto. O senhor leu trechos com a defesa, que a defesa tem toda uma... Aí a **Folha de S. Paulo** pegou trechos, o que é natural de qualquer imprensa jornalística, trechos que achou mais convenientes. Em todo momento, quando eu dizia dos recursos não contabilizados do PT que nós pagamos, que eu arrumei os recursos para pagar, foram recursos, as pessoas sabiam, porque as despesas não foram criadas por mim, as despesas do Ceará que eu acabei de confirmar para a Deputada Zulaiê, as despesas do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, que já estão públicas. As demais vão aparecer nas investigações em que o PT tem de dar os nomes de R\$4 milhões e pouco que estão no PT. Essas despesas não foram feitas por mim. Eu não fui candidato no Ceará, não fui candidato em Alagoas, não fui candidato no Rio Grande do Sul, não fui candidato em Brasília.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Na Base aliada.

O SR. DELÚBIO SOARES – Na Base aliada, é de gente do PT. E essas mesmas pessoas diziam que não tinham participação e me acusaram. A gestão temerária do relatório da Comissão de Ética se refere às finanças formais do Partido porque o Partido saiu, no ano passado, na prestação de contas, com uma dívida de R\$20 milhões em função do investimento que nós fizemos na campanha eleitoral, e a Comissão de Ética achou por bem chamar isso de gestão temerária, e aí, na minha resposta, eu mostrei que na gestão de que eles estavam falando todas as minhas contas foram aprovadas pelo Diretório, tanto de 2003, de 2004 e de 2005. E propus uma campanha de finanças para resolver os problemas do PT.

Como a Comissão de Ética resolveu tomar uma posição política, com a nossa saída, a minha saída, a do Silvio, do Genoino, do Marcelo Sereno e de ou-

tros companheiros que se afastaram, tomou um decisão política: “nós vamos refundar o PT e expulsar ou desligar as pessoas anteriores”. Fez um processo político do qual posso discordar, mas acato, e foi isso que aconteceu.

A gestão temerária que está nesse texto é referente à gestão do PT, que sempre foi aprovada pelo Diretório como um todo e pela Comissão Executiva. Então foi isso.

E outra coisa que eu falo no meu relatório é que durante os cinco anos em que fui tesoureiro do PT nunca houve um questionamento das gestões financeiras. Veio essa crise, apresentou-se o problema, e...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DELÚBIO SOARES – ... lamentavelmente, eu fui expulso do PT. E já expliquei aqui que não quero tratar desse assunto agora. Espero que todos vocês entendam esse processo.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, apenas para fazer, então, um questionamento ao Sr. Palmieri. Esta CPMI separou e tornou estranhos amigos. O Sr. Marcos Valério e o Sr. Palmieri, ao que parece, eram mais do que conhecidos, eram amigos. E essa questão da viagem não está bem explicada. Não está explicada porque *stress* não funciona. Em menos de 24 horas ir a Portugal e voltar, dá até impressão de que foi num jatinho do Banco Espírito Santo. Foi em avião de carreira, Sr. Palmieri, ou foi num jato de uma empresa?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Avião de carreira. Em avião de carreira, pago pelo PTB.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Avião de carreira, pago pelo PTB. É isso que o senhor está dizendo.

Então veja: eu acredito, apenas para passar um pouco essa informação para o Sr. Marcos Valério, que o senhor, na verdade, tem-nos servido com muitas informações verdadeiras aqui, hoje, mas o senhor ainda está escondendo muito. O senhor poderia realmente aproveitar a sugestão de seu advogado, que traçou um perfil, que traçou um roteiro extremamente interessante, e o senhor poderia aproveitar essa oportunidade porque é uma oportunidade ímpar – não sei nem se o senhor voltará a ser acareado – para o senhor abrir para o Brasil boa parte, o essencial do que o senhor sabe porque várias das questões que o senhor está colocando de fato são verdadeiras; noutras, o senhor está numa relação toda articulada, de fato, entrando num processo de não-revelação, de omissão, de nãoclareza, de obscuridade. Essa questão do caixa dois, essa questão dos empréstimos...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Mendes Thame. PSDB – SP) – Deputado...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – ... tudo isso é pantomima, todos nós sabemos. Não abusem da inteligência do povo brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Mendes Thame. PSDB – SP) – Está ótimo.

Na sequência...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não gravou a fala dele ali porque o microfone está sem nada, o microfone dele não funciona. Ele falou que ele foi pago pelo PTB, mas não registrou.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Mendes Thame. PSDB – SP) – Faltou som?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ainda perguntei se foi de executiva, de primeira classe ou foi de econômica.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Executiva.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Mendes Thame. PSDB – SP) – Muito bem. Antes de passar ao Deputado Gastão Vieira...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Mendes Thame. PSDB – SP) – Passo a palavra ao Deputado Gastão Vieira, mas antes gostaria de colocar uma questão de ordem, solicitada pelo Senador Amir Lando, quanto ao funcionamento desta CPMI no dia de amanhã. Gostaria de ouvir a opinião dos Deputados a respeito do assunto, em função de muitos já terem viajado, para tomar uma decisão a respeito do funcionamento no dia de amanhã.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O Senador Amir Lando vai seguir a orientação do Senado de que não tem nada amanhã e nem segunda-feira. Estamos perdidos, Sr. Presidente, porque a Câmara decidiu uma coisa e o Senado decidiu outra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Mendes Thame. PSDB – SP) – Há uma decisão de que amanhã teremos expediente normal tanto na Câmara como no Senado.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Então está bom, vamos tocar o barco.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Mendes Thame. PSDB – SP) – Dependendo da hora em que terminar esta inquirição. Provavelmente, nem todos terão condições de comparecer às 10 horas da manhã, porque isso vai longe.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente. V. Exª poderia ler os inscritos? Quantos são os inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Mendes Thame. PSDB – SP) – Quatorze inscritos, mas muitos

não estão presentes. Na seqüência, Deputado Gastão Vieira.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, depois de quase nove horas de depoimento, fico com a impressão de que a Srª Simone deseja falar a verdade, é a que mais se aproxima da verdade, no meu entendimento.

Aqui, nega-se com muita elegância, acho que aquela dona da Socila, que era uma loja, quando eu era jovem no Rio de Janeiro, que ensinava as pessoas a serem bem comportadas, elegantes, etc, andou dando umas aulas aqui nesta acareação. Não quero descobrir a verdade com relação a dinheiro porque sei que não sai. Quero uma questão mais pueril, uma questão mais ingênua, mas que para mim vai ter grande significado. A senhora declarou que viu o Sr. Palmieri, falou com ele, em uma das vezes em que ele foi ao banco. Ele negou de uma forma veemente, até insistiu em falar, “não, eu quero falar”.

Para não sair daqui com uma sensação da mais absoluta inutilidade da utilização do meu tempo, gostaria que a senhora explicasse, como ouviu, o que falou com ele, o que trataram. Enfim, queria que pelo menos essa verdade fosse colocada aqui. Ela tem um valor simbólico para mim muito grande. Mesmo que não envolva quantias, o que é a preocupação do Relator. Gostaria que a senhora esclarecesse efetivamente a sua afirmação de que o conhece, diante de sua negativa.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Pois não, Deputado. E aí eu vou precisar da ajuda mesmo do Sr. Emerson. Uma conversa franca. Ele confirmou os dois saques de 100 mil, datados do dia 7/1 e do dia 14/1, dizendo que quem foi, foi o Sr. Alexandre Chaves sacar esse valor no Banco Rural.

O SR. (Orador não identificado) – (Fora do microfone. Inaudível.)

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Pode ter sido, sim, pode ter sido sim o Sr. Alexandre que, autorizado provavelmente por ele, porque pelo telefone com certeza conversei com o Sr. Emerson, e autorizou que o Sr. Alexandre Chaves que fosse sacar esses valores. Quanto a conhecê-lo, tenho certeza absoluta que eu o conheço. Se ele está dizendo que não foi dentro do Banco Rural, está bem, não foi dentro do Banco Rural, foi dentro da Agência da SMP&B?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Nunca fui.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– O senhor não... É permitido isso?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Mendes Thame. PSDB – SP) – Não convém.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, o senhor não me conhece? O senhor nunca tinha me visto?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Não, senhora. Não, senhora.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sr. Emerson, nunca estivemos pessoalmente?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Não, senhora.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Dona Simone, vamos, vamos.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Pois é...

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Não, senhora.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Olha que situação!

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Dê mais detalhes, Dona Simone, por favor.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Deputado, quem autorizou esse saque do Alexandre foi um telefonema do Roberto Jefferson, do Delúbio, que o Roberto lhe passou que tinha esse duzentos mil no banco, e nós estávamos com um problema para resolver, e esse dinheiro foi passado ao Alexandre, que foi entregue para a filha dele. Eu nunca conversei com a D. Simone, eu nunca encontrei com a D. Simone pessoalmente. E se a conheço foi por fotografia, por revista, e ela deve ter pensado... A sensação de conhecer, mas nunca conversamos pessoalmente. Nunca.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– E por telefone, Sr. Emerson, já nos falamos. Eu já liguei...

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Nunca. O sigilo está quebrado. Podemos ver, mas com a senhora não.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu já liguei para o senhor lá na Embratur...

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Eu trabalhei na Embratur.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim, eu liguei para lá algumas vezes, conversamos, e eu tenho certeza absoluta de que eu já estive com o senhor...

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Não. Eu nunca estive com a senhora...

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Se não foi na agência do Banco Rural ou foi na agência da SMP&B...

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Eu nunca entrei na agência do Banco Rural. Não tenho um recibo assinado. Quem sacou esse dinheiro foi o Alexandre. Ele já confessou isso. Não tem registro. Eu não encon-

trei com a senhora. A senhora me desculpe. Não tive esse prazer de conhecer a senhora antes.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– E eu tive o prazer de conhecê-lo. Pois é.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) –

O diálogo foi permitido porque se tornou muito gentil.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Gentil,

claro. Eu disse, Sr. Relator...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) –

Se tivesse saído da linha, o Relator teria intervindo.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – É como

eu disse: a aula de elegância, a velha Socila doutrinando, porque gentileza igual a essa eu nunca vi. Dona Simone, eu insisto: eu imagino como a senhora não deve estar se sentindo nestes depoimentos. A senhora chegou cedo aqui. Já vamos aqui para 21h, vamos até 23h, meia-noite. Eu imagino como a senhora não está se sentindo. Eu insisto: se a senhora o conhece e afirma com tanta convicção, eu tenho absoluta certeza de que a senhora tem detalhes sobre o Sr. Palmieri, de onde o viu, pode ter sido naquele hotel. Teve um hotel lá que alguém recebeu, no corredor tal, o dinheiro. Não me lembro. Esses depoimentos são tantos, as palavras vazias que se perdem no vento também tantas, que, às vezes, eu não me lembro. Mas gostaria de insistir com a senhora: não me deixe sair daqui com a sensação da mais absoluta inutilidade. Como eu não estou falando em valor – foi tanto, foi tanto, tal, que a turma está evitando –, mas isso é um encontro casual. Mas se a senhora consegue provar que conhece o Palmieri, que o viu, desarma muito do que ele disse aqui. Eu acredito muito mais na senhora do que nele. Portanto, se a senhora tem algum detalhe para dar, eu gostaria que a senhora desse.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Pois é, Deputado, eu não gostaria de frustrá-lo não. Quanto a valores, não teríamos nem preocupação, porque já ficou claro que os valores aqui declarados foram passados para o Alexandre. Ou seja, poderia estar assim: minha parte está feita, os valores estão aí. Agora, quanto a conhecê-lo, no hotel, eu não acredito, porque foi uma única vez que eu recebi as pessoas no hotel, e foi uma experiência péssima. Pergunto: Sr. Emerson, no hotel? (*Risos.*)

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Não, se-

nhora. Dona Simone, eu queria deixar claro para a senhora que eu deveria até ter conhecido. A senhora é muito simpática, mas eu quero lhe dizer o seguinte: se eu tivesse lhe conhecido, eu teria admitido porque, mesmo assim, eu não teria recebido absolutamente nada. Não entrei em banco com a senhora, não peguei dinheiro com a senhora, em absoluto. Se eu tivesse lhe conhecido, eu teria admitido: “Conheci sim, senhora”.

Não tenho por que negar que não lhe conheci. Então, não tem por que negar.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, não quero criar nenhum tipo de crise política ou qualquer outro tipo de crise. Encerro e agradeço.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Já criou uma crise horrível, Sr. Presidente. Acabou a CPI. A crise foi horrível. Colocou a mulher contra o homem e o homem contra a mulher.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Quando entra nessas questões bíblicas do conhecimento, realmente é complicado. Concedo a palavra ao nobre Deputado Daniel... S. Exª não se encontra... Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, depois da grande acareação do Deputado Gastão Vieira, eu abro mão.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, passo a palavra – agora está difícil de encontrar – à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Realmente, está ficando difícil, Sr. Presidente, essas acareações.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª tem a palavra. (Pausa.)

Abdica do uso da palavra?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Não, eu não disse que iria abdicar, Senador. Por que tanta ansiedade para eu abdicar?

Eu só queria perguntar ao Sr. Palmieri, até porque, na última vez em que o senhor esteve nesta CPMI, infelizmente eu estava resolvendo várias situações para o Estado. Nós somos Parlamentares, representamos os interesses dos nossos Estados. Pois bem, o senhor falou – disso eu me lembro, pois assisti a parte do seu depoimento – que tinha preocupação com esses quatro milhões, porque eram recursos não contabilizados. Havia sido entregue o recurso ao Partido, e o senhor não tinha como contabilizá-lo. Mas o próprio Deputado Roberto Jefferson, nesta CPMI, respondendo a mim e ao Deputado Fernando Coruja, disse que distribuiu o dinheiro, que esse dinheiro não mais existia. Até o Deputado Fernando Coruja perguntou se ele iria devolver – V. Exª se lembra, Deputado? E ele disse que não. O senhor disse que tinha uma preocupação grande, porque não tinha como contabilizar. Ou seja, o senhor demonstrou não ter conhecimento, como se fosse a primeira vez na vida que o senhor estivesse tratando com recursos dessa forma, não contabilizados. O senhor nunca tinha tratado dessa forma?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Não, senhora.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Por que, então, no Ministério Público no Paraná, há um processo em que o senhor é acusado de organizar caixa dois do Prefeito Cassio Taniguchi?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Graças a Deus que a senhora me fez essa pergunta. V. Exª me permite que eu a responda? Graças a Deus.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Claro. E não só dele; de outros.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Aqui está o processo do caixa dois do Sr. Cassio Taniguchi, em que me acusaram de ter participado de caixa dois. Eu nem fui citado. Nem fui citado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – A imprensa toda então...

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Está aqui o processo. A senhora vai entender o porquê. Aí me saiu em jornal apócrifo.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Foi.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Um jornal apócrifo, citando nomes de deputados federais que hoje estão aqui, de vereadores, de presidentes de partido, de deputados estaduais.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Que hoje estão aqui nesta Casa?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – E politicamente só pegaram o meu nome. Mas estão aqui todos os nomes dos deputados, em um jornal apócrifo; e eu nem fui citado no processo. Eu quero agradecer essa sua pergunta.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Ah, obrigada.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Eu nunca participei do caixa dois.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Isso que o senhor coloca. Quer dizer que o senhor não conhece esse processo?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Conheci pela imprensa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Mesmo assim, o que o senhor acha de o Deputado Roberto Jefferson dizer que, mesmo não tendo recibo, ele distribuiu? Ele disse que só não iria dizer para quem para não comprometer ninguém. Ele disse aqui, nesta CPI. O senhor acha que ele mentiu?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Acho engraçado que ele distribuiu o que não recebeu, pois todo mundo diz que não deu?! É engraçado isso.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Bom, então, o senhor está dizendo para mim que ele mentiu? O senhor está dizendo aqui, na CPMI, que Roberto Jefferson mentiu?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Na minha opinião – eu estava junto, e vi ele receber –, na minha opinião, pessoal, eu acho que ele não distribuiu. Eu. Posso até estar prejudicando ele.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Então, ele mentiu a mim e ao Deputado Fernando Coruja? Ele mentiu a mim e a V. Exª, Deputado, porque ele disse aqui, nesta CPMI, que distribuiu a todos. O senhor disse inclusive que não falava com o Deputado há muito tempo. Coincidentemente, o seu advogado não é o mesmo advogado também do Deputado?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Ele é advogado do PTB, e, para não termos custo, ele tem me ajudado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Mas é o mesmo?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – É o mesmo.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – O senhor falou naquele dia também que não falava com o Deputado há muito tempo, não é isso?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Eu não falo com o Deputado há muito tempo, por um único motivo: estou com os meus pais doentes no interior do Paraná, e passo o tempo lá.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Certo. Mas o senhor não teria contato com ele e tal; mas, por coincidência, o seu advogado é o mesmo dele?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Sim. É meu amigo há vinte anos, e ele é advogado do PTB.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu não estou questionando aqui nenhum tipo de amizade. Eu só estou constatando que o senhor tem o mesmo Advogado.

O SR. ADVOGADO – Sr. Presidente, data vênica, se V. Exª me permite, isso é uma deselegância com o advogado. Sr. Presidente, na condição de advogado, eu tenho o direito de defender o Deputado Roberto Jefferson e o Sr. Emerson Palmieri. Agradeço a V. Exª.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, o advogado não está aqui para responder as perguntas. O senhor não está aqui para responder as perguntas. Quem está aqui...

O SR. ADVOGADO – Nem V. Exª para me agredir.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu estou, simplesmente, perguntando se é o mesmo. O senhor se sente agredido por ser o mesmo advogado do Sr. Emerson Palmieri ou do Sr. Roberto Jefferson?

O SR. ADVOGADO – A ironia de V. Exª ofende a mim e a todos os advogados do Brasil.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Ah, bom. Acho que, talvez, o senhor se incomoda com isso. Então,

isso é um problema seu. O senhor não está aqui para responder a ninguém e nem para faltar com respeito a ninguém. Nós estamos aqui cumprindo a nossa função, que é descobrir. O senhor, por favor, mantenha-se na sua posição de advogado, porque aqui quem está sendo inquirido é o Sr. Emerson Palmieri. Portanto, por favor, mantenha-se na sua posição.

Sr. Presidente, V. Ex^a estava ao telefone quando o advogado pegou a palavra para dizer que nós, que somos Parlamentares, é que o estamos aqui ofendendo. Por favor, é o senhor que está nos ofendendo e ofendendo a toda a sociedade, porque foi colocado aqui claramente – eu fiz apenas uma pergunta de uma situação que aconteceu aqui na CPI! Por favor, de uma declaração dada a mim e ao Deputado Fernando Coruja, de que o Deputado é testemunha e confirmou.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – V. Ex^a fez uma referência que o advogado julgou desairosa e, como é do direito dele, ele fez o protesto, que foi registrado. Peço a V. Ex^a que dê o incidente como encerrado a fim de que possamos continuar no interrogatório.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu quero dizer a V. Ex^a que eu não tive nenhum tipo de intenção de fazer absolutamente nenhum comentário desairoso. Eu não entendi porque ele se sentiu assim, simplesmente porque eu perguntei se o advogado era o mesmo. Aliás, essa pergunta foi feita aqui – e V. Ex^a é testemunha, Deputado –, por vários Parlamentares – o Deputado João Correia está confirmando –, em várias situações, para várias pessoas que vieram depor sobre os advogados, se eram os mesmos. Portanto, as pessoas, aqui, têm de respeitar – aprenderem, isto sim, a respeitarem – e que nós não estamos aqui, de forma alguma... Aliás, eu tenho tratado a todos aqui com respeito. Agora, nós não vamos admitir que as pessoas tentem colocar situações: “Eu não falo com fulano, mas aqui ao meu lado é o fulano que advoga para pessoa com quem não falo”.

Então, não vamos, dessa forma, tentar agredir a nossa inteligência, tentar agredir a inteligência do povo brasileiro. Por favor. Eu acho que não fica esclarecido. Essa é a verdade. Foram recebidos recursos. O Sr. Emerson Palmieri disse que foi de uma forma e o Sr. Marcos Valério disse que foi de outra, que não foi dessa forma. Existe, aí, uma situação que, realmente e infelizmente, não fica esclarecida. Mas ficam, para mim, esclarecidas outras situações que precisavam ser esclarecidas aqui por conta do desvio que, muitas vezes, se tenta colocar quando se pergunta, por exemplo, para o Sr. Delúbio Soares – como se perguntou, ainda há pouco –, por que ele pagava questões de dívidas anteriores.

Há poucos dias, Sr. Deputado, tivemos esta situação: pessoas que perderam a eleição e que pagaram dívidas com cheques de dívidas de quatro anos atrás. Então, amnésias seletivas parece que, infelizmente, acontecem no Congresso.

Então, quero dizer, Sr. Presidente, que eu não poderia deixar de fazer esse registro porque sou membro desta CPI e, infelizmente, para atender aos interesses do meu Estado, eu não pude fazer essa pergunta ao senhor com toda a tranquilidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Devo dizer, com relação a esse pequeno incidente, que somos instados aqui, a todo momento, a dar informações. Naquele momento, eu estava dando informações e não percebi o que aconteceu. Mas a pergunta de V. Ex^a, saber se o advogado é o mesmo, não representa nenhuma ofensa a ninguém. Casualmente, eu mesmo não vejo. O protesto tem de ser feito se há um desvio de procedimento, ou então, diante de uma resposta dada, que não fique clara, que haja uma interpretação diferente do que foi a vontade do cliente, ele poderá dizer: “Olha, a resposta não é bem essa, é diferente”. Isso é o que se faz numa audiência. Ninguém, em uma audiência, consegue fazer coisa diferente disso, não há o que fazer. De qualquer maneira, vamos relevar essa questão e entendo que vamos prosseguir.

Mas, antes de prosseguir, tenho que definir uma coisa: como falei anteriormente, a semana que vem é complicada e teríamos trabalho amanhã e na próxima semana.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, só para dar uma informação que recebi do Senado, que terá expediente amanhã e terá expediente segunda-feira e terça-feira também. Recebi essa informação. O Diretor-Geral distribuiu para os gabinetes; então, meu gabinete já informou.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, temos um depoimento para amanhã e vamos marcar outro depoimento para terça-feira ou para segunda-feira e terça-feira. Quero decidir aqui com o Plenário como vamos fazer.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, amanhã a que horas?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não é melhor marcarmos para segunda-feira, Sr. Presidente? Segunda-feira à tarde e terça-feira pela manhã?

Sr. Presidente, se houver expediente no Senado segunda e terça, sugiro, então, a V. Ex^a que marque essas oitivas para segunda-feira à tarde e terça-feira pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. Acho que está bom. E amanhã?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, amanhã, vamos até às duas horas da manhã hoje.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem. Vou ouvir V. Ex^{as}.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Sr. Presidente, acho que temos que ter muita sensatez, muito sentimento de responsabilidade com o nosso trabalho aqui. Acho que hoje está sendo muito bom, essa é a minha avaliação. Agora, amanhã é dia do funcionário público. Dificilmente esta Comissão terá **quorum**. Muitos viajarão ainda hoje. Segunda e terça são momentos que precedem o Dia dos Finados, o Dia dos Mortos, ninguém estará aqui também. Acho que deveríamos, sinceramente, quero ter... O Deputado Aldo falou que vai descontar, mas, não teremos, como na semana passada. Então, preferiria que intensificássemos, sem nenhum problema, segunda, terça, quarta, quinta e sexta da outra semana, essa que é a realidade, do que tentarmos marcar uma reunião amanhã, segunda ou terça, porque não a faremos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, mas, entendo que, como disse anteriormente, teremos um prejuízo muito grande se não trabalharmos nem amanhã, segunda ou terça. Teremos um prejuízo considerável, porque temos uma série de depoimentos que estão sendo jogados para frente. Por exemplo, amanhã, teríamos aqui o depoimento do Sr. Roberto Costa Pinho.

Então, pergunto, faremos amanhã? Mas, daí, teremos que fazer segunda-feira. O que precisamos ter? Maioria absoluta dos membros na segunda-feira. Peço até licença aos senhores aqui, mas, é um tema importante. Então, teremos que ter segunda-feira. Qual é a próxima oitiva já marcada? (Pausa.)

Na sequência, tínhamos o Sr. Chicão Brígido, futuro deputado ou não deputado, não sei, e o Deputado Ronivon Santiago. Então, como não conseguimos ainda fisgá-los de maneira definitiva para comparecerem a esta Comissão, proponho – na sequência, o Relator tem uma série de nomes – um destes nomes para terça-feira. Temos aqui: Anderson Adatao, Marcelino Pies, Paulo Antônio Bassotto, Carlos Magno, Rodrigo Barros Fernandes. Chamaria aqui o Sr. Relator, para que ele fizesse uma indicação. Se existir algum deles que seja necessário um certo preparo, uma certa antecipação para que a Comissão esteja devidamente preparada para que o depoimento seja útil... Passo a palavra para que ele faça uma indicação, dentro da lógica das investigações. Um nome, pelo menos, para terça-feira. Vamos marcar, vamos marcar...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Só uma pergunta, aqui, Sr. Presidente, o Deputado Ronivon Santiago...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu prefiro marcar pela manhã, pela manhã.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o de sexta, nós vamos colocar na segunda, correto?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o ex-Deputado Chicão Brígido?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, já que não foi possível, nós vamos dar um tempo para marcar, para que a Comissão não seja mais desmoralizada.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Porque esta questão do Deputado buscar sob varas é, de certa forma, um pouco de fantasia. É um pleonasmo, talvez.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão, estão previstas para depor nesta Comissão as seguintes pessoas, e já devidamente citados ou intimadas: o Sr. Roberto Costa Pinho, que foi já devidamente citado para comparecer amanhã, sexta-feira. E estão previstas as oitivas do Sr. Sérgio Ricardo de Oliveira, diretor da área internacional do Banco do Brasil; da Sr^a Zila Bezerra (não é Zilá, é Zila Bezerra), do Sr. Deputado Ronivon Santiago, que não compareceu à última reunião e, finalmente, do ex-Deputado Chicão Brígido, que não foi encontrado para ser citado. Pelo calendário da Comissão, são essas as pessoas...

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – É. São essas as pessoas previstas. O Sr. Roberto Costa Pinho está devidamente citado para amanhã. Se for necessário ouvi-lo segunda-feira, nós tomaremos as providências necessárias para avisá-lo do adiamento. Enquanto isso, se faz a citação dos demais. Além disso, eu requeri ao Sr. Presidente a oitiva daquelas pessoas, cujos nomes ele leu. Eu acho que ainda não foram colocadas em calendário.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – A pergunta que eu faço é exatamente: amanhã fica mantido o Pinho?

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Amanhã fica mantido o Pinho.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Para às 9 horas?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, 10 horas.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Para amanhã?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Para às 10 horas, 11 horas!

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Para amanhã?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, Presidente. Não é lógico!

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Depende da hora que acabar.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – É melhor marcar 11h30min amanhã.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Depende da hora que acabar esta reunião.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, Presidente. Não é lógico nós fazermos reunião amanhã. É melhor fazermos segunda e terça.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, lógico é amanhã.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Aí a senhora propõe o quê, então?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Nós já estamos aqui, vamos continuar...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Fazemos amanhã?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Fazemos amanhã...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E segunda e terça?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Segunda e terça não faz.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Aí fica complicado não marcarmos segunda e terça, porque teremos ...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não vai vir ninguém, não. Pode pôr. Se quer pôr, pode pôr.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu proponho, então, amanhã, segunda e terça.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Então, põe segunda, de novo o Brígido, o Chicão Brígido, a Zila...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não foi encontrado. O problema todo...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – É quem?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O problema todo é que se esbarra com as exigências regimentais. A pessoa tem que ser citada com 48 horas de antecedência. E, até agora, somente está citado o

Sr. Pinho, para amanhã. Os demais, moram no Acre. Não há como citá-los amanhã para que eles compareçam na segunda-feira. Por exemplo, a ex-Deputada Zila Bezerra é Prefeita de Cruzeiro do Sul, no Acre, fronteira com Bolívia. Não tem como fazê-la chegar aqui segunda-feira.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)

– Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Ouço V. Exª, nobre Deputado Luiz Antonio Fleury.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Exatamente. Terça-feira pode ser o Ricardo Sérgio, Sr. Presidente. Tem o nosso apoio.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Sr. Presidente. Eu proponho...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu quero definir...

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Sr. Presidente, ...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Vamos definir só para amanhã. Para semana que vem, é complicado definir porque tem que ser intimado 48 horas antes.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Por isso nós temos que definir hoje para, amanhã, na primeira hora, comunicar.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nobre Deputado Antonio Fleury.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) –

Sr. Presidente, gostaria de dar uma sugestão que me parece extremamente prática. Continuemos... Dependendo do horário que terminar, nós fazemos amanhã; senão, nós adiamos os depoimentos de quem já foi citado para segunda ou terça-feira.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Muito bem, Deputado Fleury.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, vamos prosseguir...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Vamos prosseguir.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Mas fica já a questão posta para a decisão futura.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Vamos prosseguir. Eles estão todos aí e ninguém tem interesse em saber o que nós vamos fazer. Vamos tocando o barco.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu concedo a palavra ao próximo orador inscrito e presente, que é o Senador, aliás, é o Deputado Mendes Thame. Está ausente também?

Tem a palavra o Deputado Ivan Ranzolin, último orador inscrito. (Pausa.)

V. Ex^a também está inscrito, Deputado Fleury?

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Eu estava, mas abro mão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, é porque não estava aqui.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Eu pensei que valesse a inscrição anterior.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, é que os avulsos, aqueles que não se inscreveram no rol inicial, dependeriam sempre de inscrição.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Eu me inscrevi, mas...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, V. Ex^a...

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Não, não. Eu abro mão.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu abro primeiramente...

Com a palavra o Deputado Luiz Antonio Fleury.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Eu abro mão, Sr. Presidente, em nome da brevidade.

Obrigado.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – V. Ex^a insiste, hein, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É que parece que ele teria sido preterido pela Mesa. Eu quis dar essa chance.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Realmente fui, mas abro mão. *(Risos.)*

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL - SC) – Sr. Presidente, vou começar por onde terminei. Não tive a oportunidade de detalhar alguns pontos; quero detalhar com o Sr. Marcos Valério.

Perguntei a ele se ele estava aqui omitindo alguma verdade, ou se estava faltando com a verdade. Ele disse que não, que não omitiu nada, que está dizendo a verdade.

Perguntei a ele, Marcos Valério, se ele foi à Procuradoria-Geral da República e pediu a delação premiada ao Procurador. Gostaria de perguntar novamente.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O senhor não falou delação premiada – podemos pegar as notas taquigráficas. O termo “delação premiada”, não. V. Ex^a falou que eu dei uma entrevista...

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL - SC) – Eu disse os benefícios da lei, caso o senhor fosse condenado.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Fiz o pedido à Procuradoria independente de prestar o depoimento que eu prestei, onde forneci todos os dados ao Procurador-Geral, e todas as listas.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL - SC) – Mas o que o senhor poderia dar a ele a mais, que o senhor foi pedir? O senhor não pediu os benefícios da lei?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Pedi e forneci a ele, independente de ele me dar ou não.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL - SC) – Mas o senhor disse que não! O senhor disse a mim que não pediu nada.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não! O senhor me falou... Espere aí.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL - SC) – Está nas notas. Eu ainda disse... Vou trazer comprovantes ao Relator.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O senhor...

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL - SC) – Aí eu disse: “Mas os jornais publicaram”.

E o senhor disse: “Não, os jornais então mentiram”.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O senhor falou de uma entrevista minha, na saída da Procuradoria,...

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL - SC) – Falei, porque o senhor deu essa declaração.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – ...e que eu tinha dado a declaração, não de delação premiada, e que eu estava escondendo alguma coisa e que eu teria mais informações para dar à Procuradoria-Geral.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL - SC) – Não, não, não. O senhor não coloque as suas palavras na minha boca.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Então, o senhor desculpe...

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL - SC) – Quero que o senhor consulte as notas taquigráficas. Perguntei o seguinte:

“O senhor está omitindo alguma coisa? Está falando a verdade aqui?” Aí o senhor disse assim: “Estou falando toda a verdade.” “E o que o senhor poderia acrescentar para nós que o senhor acrescentaria se o senhor tivesse os benefícios da lei, caso o senhor fosse condenado na Procuradoria?” O senhor disse: “Nada.” Aí eu disse “Mas eu ouvi o senhor declarando, na saída, numa entrevista, depois ouvi o Procurador-Geral dizendo, que não era aquele o encaminhamento do processo.”

Isso foi o que perguntei. Mas quero lhe perguntar agora de novo: o senhor foi pedir os benefícios da delação premiada na Procuradoria?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL - SC) – Por quê?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Por orientação dos meus advogados.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL - SC) – Eles lhe deram?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O Procurador-Geral, na primeira entrevista que tive com ele, falou comigo que era muito cedo, que eles estavam começando a investigação.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL - SC) – E na segunda vez?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Na segunda vez, fui independente de qualquer coisa, de delação, e dei todas as informações que ele queria.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL - SC) – Sr. Presidente, quando a gente coloca uma coisa aqui, a gente tem que provar o que diz. Ele, na realidade, faltou com a verdade quando me respondeu a primeira vez. Quando insisti – e que ele me viu lendo os documentos –, ele deu uma volta, como costuma fazer, e agora diz isso aqui.

Tenho aqui todos os jornais, vou passar às mãos de V. Ex^a. Vou passar todos os jornais que comprovam o que falei. No primeiro e no segundo depoimento. Todos eles. “Procurador sinaliza que não atenderá o pedido de Valério”. São todos os jornais: jornal **O Globo**, **Folha** online, todos eles dizem aqui – a não ser que estejam mentido – que o Marcos Valério procurou a Procuradoria e pediu a delação premiada. “Valério faz pedido oficial para a delação premiada. Os advogados de Marcos Valério Fernandes de Souza protocolaram hoje, na Procuradoria da República, um documento ratificando o pedido de delação premiada.” Quer dizer, eles protocolaram o documento.

Então, Sr. Presidente, quero entregar a V. Ex^a, para que passe ao Relator, todos esses documentos de que ele foi pedir a delação premiada porque tinha coisas a relevar. Como não foi concedido, ele não revelou tudo que sabe. Por isso, acho que ele tem oportunidade de revelar aqui, porque, na verdade, ele revelaria lá, mas a Procuradoria não aceitou.

Por isso, depois entregarei ao Relator para que confirme as minhas palavras, porque não vim aqui inventar uma coisa – como ele disse que não sabia disso – só para ratificar a minha posição. Não estamos brincando, estamos procurando a verdade, e vamos buscá-la onde ela estiver.

Com relação à acareação, V. Ex^a viu que tenho procurado me manter com as testemunhas que aqui estão.

Quero perguntar novamente: Sr. Delúbio, o senhor autorizou o Sr. Marcos Valério a passar 4 milhões para o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. DELÚBIO SOARES – Autorizei o Marcos Valério a repassar ao PTB, ao longo desse período, 2003 e 2004, aproximadamente, R\$3,8 milhões. Foi isso que autorizei – R\$3,8 milhões –, e que foi R\$1 milhão entregue ao Deputado José Carlos Martinez, em torno de R\$2,5 milhões, que ficou sob a responsabilidade do Emerson, e R\$350 mil ao Deputado...

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL - SC) – Muito bem. Estou satisfeito. O senhor já disse isso, só queria a confirmação.

O SR. DELÚBIO SOARES – Confirmo isso.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL - SC) – Sr^a Simone, a senhora por acaso passou ao Deputado Roberto Jefferson R\$4 milhões?

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não, nunca nem estive com ele.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL - SC) – Sr. Marcos Valério, o senhor passou para o Dr. Roberto Jefferson R\$4 milhões?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nunca.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL - SC) – Então, eu gostaria, Sr. Presidente, de apresentar um requerimento a V. Ex^a, porque, na realidade, o Deputado Roberto Jefferson foi cassado nesta Casa, no plenário, com encaminhamento do Conselho de Ética, porque recebeu e foi réu confesso de R\$4 milhões. Esse é o tal do crime impossível. Como é que ele foi cassado por isso e, agora, as pessoas de quem ele disse que recebeu negam?

Na realidade, quem sabe não precisamos fazer uma revisão desse processo, porque ele foi cassado por ser réu confesso – e aqui confirmado. Gostaria que V. Ex^a confirmasse como é que foi recebido esse dinheiro e quem pagou.

O SR. (Orador não identificado) – Em duas vezes, no PTB, pelo Sr. Marcos Valério.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL - SC) – Na realidade, isso precisa ser desvendado, porque custou o mandado de um Deputado que até pode ser inocente, porque não teve mais nenhum motivo. Ele foi cassado por falta de decoro parlamentar porque recebeu R\$4 milhões. Foi réu confesso. Não recorreu, aceitou o julgamento da Casa. Agora, temos um crime impossível. É um assunto para ser analisado lá na frente, e não é por nós, mas faço questão de registrar isso.

Também gostaria de dizer que observei aqui uma palavra do Sr. Delúbio, escrita em um jornal, uma frase sua, em que ele disse que os vários integrantes de seu partido estavam de dedo duro em cima dele. O

Deputado até fez uma leitura aqui sobre esse assunto. Quero saber o seguinte: quando o senhor foi relator no processo da Senadora Heloísa Helena, que pediu a expulsão dela do Partido, o senhor não usou o mesmo dedo duro que usaram contra o senhor agora?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, já expliquei a questão anterior sobre isso e sobre a Senadora Heloísa Helena. Não fui relator do processo dela. Eu era membro do Diretório Nacional e, como ela e mais 3 Deputados votaram contra a orientação do Partido, nós definimos pela expulsão da Heloísa Helena e de mais 3 Deputados – Babá, Luciana Genro e João Fontes – do Partido dos Trabalhadores.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL - SC) – Vou concluir minhas indagações, Sr. Presidente, fazendo uma afirmação, e uma afirmação muito minha. Entendo que, além dos empréstimos feitos para destinar os recursos para o Partido dos Trabalhadores, no meio disso, por triangulação, tem recurso público. E, se tiver, se a Comissão chegar a esse ponto, aí se trata de peculato e outros crimes previstos no Código Penal ou encaminhamento para o Código de Processo Penal.

Como não quero fazer nenhuma afirmação sem ter certeza das coisas, como há pouco fiz, acho que este é um assunto que a Comissão tem que trabalhar. Mas quero dizer também aos depoentes que estão aqui, o Delúbio, a Simone, o Marcos Valério, o Sr. Emerson Palmieri, que não estamos aqui para fustigar nem para perseguir ninguém, estamos aqui para tentar salvar a imagem do Congresso Nacional, a imagem da classe política em todo o País, porque todos estão sob suspeita.

Por isso, como os senhores são as pessoas que participaram desse processo, é através de vocês que vamos procurar restabelecer uma verdade, porque, hoje, toda a classe política do Brasil, a partir do Vereador até o Presidente da República, está sob suspeita.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Para encerrar essa fase do depoimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pergunto ao Sr. Emerson Palmieri se reafirma o fato de que não recebeu os recursos mencionados na lista do Sr. Marcos Valério.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Reafirmo que só recebi aqueles que já tinha dito. Não fui eu quem os recebi, foi o Sr. Alexandre.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E o Luís Carlos, que dá um montante de...

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – O Sr. Luís Carlos não. O Sr. Luís Carlos também não recebeu,

porque ele é do PDT, não é do PTB. Só afirmo esses valores.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Ok! Que dá um montante de...

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Duzentos mil do Alexandre mais 145 do pagamento de televisão, dá R\$345 mil.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Duzentos e quarenta e cinco mil reais, enquanto a relação do Sr. Marcos Valério lhe atribui o recebimento de dois milhões e trezentos e tantos mil reais. O senhor não recebeu esses dois milhões e trezentos mil reais?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – E tem mais os quatro milhões que não foram doados.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não, esse é objeto de outra indagação.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – De outra indagação?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor não recebeu?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Não recebi.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Marcos Valério, o senhor pagou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Paguei.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A Dona Simone Vasconcelos pode confirmar ou não se o pagamento foi feito?

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Posso confirmar a parte na qual eu tive participação direta, que foram os duzentos mil.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Que a senhora fez diretamente?

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Delúbio Soares, por favor, o senhor autorizou esse pagamento ao Sr. Emerson?

O SR. DELÚBIO SOARES – Em torno de dois milhões e meio.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Dois?

O SR. DELÚBIO SOARES – Dois milhões e meio.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quanto?

O SR. DELÚBIO SOARES – Em torno de dois milhões e meio.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Dois milhões e meio?

O objetivo desta audiência era exatamente este: estabelecer essas discrepâncias, não é? Já temos aí mais uma quantia importante. Agora, quero lembrar ao Sr. Emerson que o Deputado Roberto Jefferson, ao ser interrogado nesta Comissão pela Senadora Ana Júlia Carepa, ela perguntou: “Só autorizou na segunda que fizessem despesas em função do que foi tratado, ou o senhor guardou num cofre?” A pergunta não é muito inteligível. É claro que no contexto da reunião ela fazia sentido. E o Sr. Roberto Jefferson respondeu: “Claro, é claro que o Dr. Emerson Palmieri me ajudou a pensar a divisão. A distribuição fiz só, não comprometi o Partido nem o Tesoureiro do Partido”. A Srª Ana Júlia Carepa: “Mas, então, o senhor distribuiu os recursos?” O Sr. Roberto Jefferson: “Claro que sim, Deputado”. “O senhor, na Comissão de Ética, diz que guardou. Então, não é verdade o que o senhor falou na Comissão de Ética?”. “É claro que guardei, não podia deixar esse dinheiro sem guardar.” A Srª Ana Júlia Carepa: “Mas o senhor distribuiu ou guardou?”. O Sr. Roberto Jefferson: “Distribuí. Só não digo a quem distribuí”.

Então, o senhor, que se declarou testemunha do recebimento do dinheiro, também ajudou o Deputado Roberto Jefferson a pensar uma distribuição?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Distribuição, não senhor. Ele me pediu que separasse em 150 e 200 mil; em montes de 150 e 200 mil. Distribuição, não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Ele não disse que V. Sª participou. Pelo contrário, ele o isenta de qualquer responsabilidade. Ele disse que V.Sª o ajudou a pensar...

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Ele me pediu que separasse.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel-PP-MG) – Quer dizer, V. Sª ajudou a fazer uma operação matemática, tanto para cada um ou alguma coisa assim?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel-PP-MG) – O que significa “pensar a divisão”? A divisão nós sabemos o que é. O que significa, nas palavras do Deputado Roberto Jefferson, “pensar” a divisão? É claro que o Sr. Emerson Palmieri o ajudou a “pensar a divisão”. “A distribuição eu fiz só. Não comprometi o partido nem o tesoureiro do partido.” Ele declara expressamente que V. Sª não está comprometido com a divisão e que apenas ajudou a pensar na distribuição. Naturalmente, a formular um critério para a distribuição. Deve ter sido isso.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – O que ele me pediu, Sr. Relator, foi: “divida em R\$150 e R\$200 mil. Separe e guarde”. Somente isso.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – Em pacotes separados?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Separados.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel-PP-MG) – Uns de R\$150 e outros de R\$200, até totalizar a quantia de R\$4 milhões?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – De R\$4 milhões.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Aqui está provado pelo Sr. Roberto Jefferson que ele tinha o dinheiro, os R\$4 milhões. V. Sª está declarando que viu o Sr. Marcos Valério entregar o dinheiro em duas parcelas. V. Sª teve esse dinheiro nas mãos e separou-o em grupos, em montes de R\$150 mil e R\$200 mil.

Sr. Marcos Valério, V. Sª não fez a entrega desse dinheiro ao Deputado Roberto Jefferson?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não fiz e provei documentalmente que era impossível eu fazer essa entrega.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – Não entendi. V. Sª fez a entrega desse dinheiro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não fiz e provei documentalmente que eu não poderia fazer essa entrega.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – Estou satisfeito, Sr. Presidente. A razão da acareação era exatamente esta, ou seja, estabelecer essas imensas discrepâncias na documentação oferecida.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO) – Sr. Relator, uma questão me deixou aguçado, acho que há um enigma. Nós estamos diante de um enigma. O Sr. Palmieri dividiu em mais ou menos quantos pacotes os R\$4 milhões? V. Sª se lembra?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO) – Se V. Sª colocasse uma média de R\$150 mil e R\$200 mil, R\$4 milhões...

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Era R\$150 e R\$200.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO) – Se fossem de R\$200 seriam vinte pacotes.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Seriam vinte pacotes.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO) – Se fossem de R\$150 isso daria algo como trinta.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Foi dividido assim, a pedido dele.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO) – Em que dia V. Sª fez isso? Está lembrado?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Dois dias depois de ter feito a última entrega. Não me lembro exatamente do dia.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO)

– Onde teria ocorrido essa entrega? Esses recursos foram levados à sede...

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – À sede do partido.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO)

– À sede do partido. Pelo Sr. Marcos Valério?

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO)

– Isso é impressionante, porque de qualquer maneira o Sr. Marcos Valério operava um fundo, por ordem do Sr. Delúbio. Ele não ordenava a distribuição. Aqui apenas o Sr. Delúbio disse que autorizou alguma coisa como R\$2,5 milhões. Autorizou ao Sr. Marcos Valério?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sim, o Marcos Valério a passar para o Emerson mais R\$1 milhão que já tinha sido repassado ao ex-Deputado Martinez e mais R\$350 mil ao Deputado Romeu Queiroz. Foi isso que foi autorizado, a pedido da direção do PTB. Foi isso que foi feito naquele período. Algo em torno de R\$3,8 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO)

– Só quero fazer mais uma perguntinha, porque realmente isso está me deixando um pouco... Eu estou ávido de uma informação final. O que causa um pouco de estranheza foi o fato de V. S^a ter dito aqui que tem como provar que não tinha condições de fazer esse repasse?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu entreguei alguns documentos da semana que o Deputado Roberto Jefferson falou que eu teria entregue. Baseando-se na entrevista da **Folha de S.Paulo**, ele fala que fez uma reunião no início de julho com a Bancada do PTB. Uma semana depois – estou me baseando na entrevista que ele deu à Renata Lo Prete – veio a primeira remessa. Depois, quatro dias, três dias. Ele fala assim, nesse depoimento da Câmara: uma semana depois veio a segunda remessa. É isso que ela fala. Vamos nos basear nos fatos. E, nesse período, eu estava viajando fora do país.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Mas as suas empresas poderiam fazê-lo.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não fui eu quem entregou. A declaração, ao que eu saiba, foi entregue, pessoalmente, por mim.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pessoalmente?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A declaração é essa.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Na contabilidade dos 55 milhões, não cabe os 4 milhões?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não cabem os 4 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– É essa a questão?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza absoluta, Senador. Está no CD ROM.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– De que outra fonte poderiam ter vindo esses recursos? Porque ninguém declara, mas o Sr. Roberto Jefferson declarou, com todas as letras, que recebeu 4 milhões. O Sr. Palmieri afirma que tinha 4 milhões que foram entregues pelo senhor. Por outro lado, ele afirmou mais, que recebeu mais 1 milhão para pagamento da mídia, na época do então presidente Martinez, ele afirma, e mais 200 mil ainda para pagamento da fita.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Sr. Presidente, o Martinez eu desconhecia. Nem conhecia o Dr. Delúbio na época. Nem o Marcos Valério conhecia, na época do Martinez.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, não era do Delúbio. Ele não falou que viesse do (inaudível) o que ele teria recebido...

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Nem o Marcos Valério conhecia, na época do Martinez.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Era uma dívida que tinha com a mídia, um compromisso com a mídia, propaganda.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– (*Fora do microfone. Inaudível.*) a respeito do programa de televisão em Belo Horizonte.

O SR. EMERSON ELOY PALMIERI – Esse sim, 145 mil.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Além do dinheiro, 65 mil e 400... É o presidente do sindicato Ipatinga.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Mas ele falou em um milhão, àquela época, se não estou enganando, no depoimento que ele fez. Ele falou que havia compromissos anteriores e que teria recebido 200 e depois esses 4 milhões, mas não disse que o milhão era...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sr. Presidente, gostaria de colocar alguma coisa. Voltando à verdade, estou falando só a verdade, conheci o Sr. Martinez há muitos anos. Inclusive, fiz o programa do PTB. Está aqui o Deputado Fleury, que sabe disso, há muitos anos. Eu tinha amizade com o Sr. Martinez há muitos anos, de freqüentar a casa dele que, se não engano, era ainda no Park Way.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, eu gostaria de

sugerir a V. Exª a audiência do Sr. Manoel Severino dos Santos para testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Imediatamente. É evidente que vamos, então, encerrar, mas fiquei numa situação, e nós todos estamos perplexos. Alguém recebeu e quem teria pago disse que não pagou. Então, de qualquer maneira, o dinheiro existiu. Vamos ter de saber qual é a origem desses recursos para melhor esclarecer.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas V. Exª verifica que o relator tem o dever de apresentar um relatório objetivo, conclusivo, e era necessário colocar essas discrepâncias diante da opinião pública para que ela se certifique das dificuldades que cercam a investigação dessa história. Vamos prosseguir.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero agradecer a presença do Sr. Emerson Palmieri, do seu advogado e das demais pessoas que o acompanham. Infelizmente, não esclarecemos muita coisa, mas, de qualquer maneira, ouvimos V. Sª. Esperamos que possa colaborar, talvez, com outras informações oportunas para que a verdade seja toda esclarecida.

Muito obrigado. Uma boa noite ao senhor.

Convido o Sr. João Carlos de Carvalho Genu para que tome assento na reunião, no lugar apropriado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É o Sr. Manoel Severino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Quem está aí é o Sr. Genu.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Manoel Severino também está, Sr. Presidente.

(A reunião é suspensa às 21h40min e reaberta às 21h49min.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Declaro reaberta a presente reunião e concedo, desde logo, a palavra ao Exmº Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. João Cláudio de Carvalho Genu, peço-lhe o obséquio de responder as perguntas ao Sr. Presidente da Comissão ou ao Deputado que, porventura, o inquirir. Peço-lhe que não se dirija diretamente às pessoas que estão sendo acareadas com o senhor.

Sr. João Cláudio de Carvalho Genu, peço ao senhor que não se dirija diretamente aos demais acareados para se evitar a possibilidade de uma controvérsia. Quando perguntado, responda, por favor, ao Deputado que o estiver inquirindo.

Feitas essas cautelas, vou dirigir ao senhor umas poucas perguntas. No relatório apresentado pelo Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza, o senhor consta como tendo recebido a importância de R\$4 milhões e 100 mil, entre 17 de setembro de 2003 a 5 de julho de 2004, mediante sete saques seguidos: um saque de

R\$1 milhão e duzentos mil; dois saques de R\$1 milhão cada um; um saque de R\$300 mil; e três saques de R\$200 mil. Não sei se recebidos em espécie ou se recebidos mediante cheques.

O senhor confirma ter recebido esta importância, ou seja, R\$4 milhões e 100 mil?

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quanto foi que o senhor recebeu do Sr. Marcos Valério de Souza ou de qualquer outra pessoa a ele ligada, para satisfazer despesas que, segundo o Presidente do PP, teriam sido pagas com recursos que o senhor obteve do Banco Rural?

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU – Eu reconheço a quantia de R\$700 mil, sempre recebida por intermédio da dona Simone.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor recebeu R\$700 mil no total?

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU – No total.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor não acha que uma diferença dessa ordem, de R\$4 milhões para R\$700 mil, comporta uma explicação? A que o senhor atribui uma diferença tão grande?

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU – Sr. Relator, as minhas idas ao Banco Rural somam quatro vezes.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Aqui consta que são sete.

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU – Eu estive no Banco Rural, de acordo com registros, quatro vezes.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quatro vezes.

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU – Que foram no dia, salvo engano, 17 de...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Setembro.

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU – Setembro.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – De 2003.

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU – De 2003.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Está confirmado.

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU – 24 de setembro de 2003. Nessas duas, em cada uma, eu peguei R\$300 mil, no qual assinei...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Dia 25 aqui. O senhor está falando 24; aqui está

registrado 25, R\$300 mil. Não importa, a diferença é de um.

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU

– R\$300 mil. E mais duas idas no mês de janeiro, no dia 13 de janeiro – até me desculpe o Deputado para quem falei, não estou vendo ele aí – houve uma dúvida de quatorze e treze.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não, treze.

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU

– E a dúvida que há é porque a carta que o Partido me deu estava escrito quatorze, não é quatorze. Depois eu fui conferir em anotações, em reportagens de jornais e materiais que eu tinha e realmente é treze.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Treze.

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU

– Até queria pedir desculpa a ele que eu reafirmei dia quatorze.

Eu não sei confirmar, mas em uma das duas idas, eu peguei mais R\$100 mil.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Aqui consta duzentos no dia 13 de janeiro.

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU

– R\$100 mil, fora do Banco Rural, entregue por dona Simone, num envelope, num hotel de Brasília que, salvo engano, era o Hotel Gran Bittar. E, em uma das outras idas, eu estive no banco, havia recebido comunicado para ir ao banco. Cheguei lá tive a notícia de que a dona Simone não estava e que não haveria nada a resgatar naquele instante.

Feito isso, voltei, comuniquéi e não levei nada. Então, se somar as duas vezes do ano anterior mais as vezes, essas duas vezes, uma que eu não retirei nada e a vez em que eu estou afirmando, porque a D^a. Simone me deu um recibo ao qual foi rubricado por mim e que não consta ainda, não apareceu, de mais R\$100.000,00. Os outros valores – se o senhor me permite, eu gostaria de considerar, porque eu fui rever com mais detalhe os jornais, as informações e notícias – a lista consta de alguns detalhes que eu queria que fossem considerados até por outras formas. Existem asteriscos na relação, essas listas foram transcritas para os jornais, que dizem que foram remetidos à Bônus-Banval. Então, já é um primeiro indício de que não passou pela mão. O segundo indício é que tem uma retirada que consta do dia 5.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG)

– Cinco de julho de 2004.

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU

– No valor de R\$1.200.000,00 – se não me engano.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG)

– Um milhão.

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU

– Um milhão. Esse valor e o dia é o mesmo em que dizem que foi dado ao Deputado Vadão – porque, na relação, vem logo em baixo. Então, isto já outro equívoco que existe. Esses equívocos é que nos levam... por exemplo: existe um asterisco, que foi mandado para a Bônus-Banval. Eu não posso ser responsabilizado por isto. Então, para não faltar com a verdade, eu estou reconhecendo aquilo que eu fiz. Até por uma questão de não interpretar que eu agi de má-fé ou nada, existe a minha carteira de identidade lá porque eu recebi um pedido do Partido para ir lá retirar alguma coisa, e se fosse alguma coisa ilícita ou eu houvesse a intenção ou tivesse a desconfiança eu não o teria feito.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG)

– Realmente, diante da data, 26 de abril de 2004, entre aspas, existem dois asteriscos correspondentes à coluna de R\$1.200.000,00. O senhor atribui a esses asteriscos uma espécie de distintivo da Bônus-Banval?

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU

– Eu não atribuo, Sr. Deputado. Isto está escrito no fim da lista. Na lista da qual eu tive conhecimento, isto seria uma simbologia dizendo que as coisas marcadas com dois asteriscos foram... estão escritas no fim da lista, pelo menos na lista na qual eu tive acesso.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG)

– E a última importância de R\$1.000.000,00 V. Ex^a está dizendo que devia ser debitada à pessoa que vem logo embaixo?

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU

– Não. Eu não estou dizendo que deveria ser debitada. Eu, com certeza, não apanhei, mas gera uma dúvida.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG)

– Mas aí é uma suposição.

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU

– Uma suposição.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG)

– Então, vamos afastar as suposições porque nós precisamos de fatos ou de coisas que o senhor tenha conhecimento ou, por si próprio, tenha ouvido – vou afastar essa questão.

Então, o senhor recebeu ao todo – R\$700.000,00?

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU

– Exatamente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG)

– Em quatro visitas sucessivas, três das quais completas e uma frustrada?

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU

– Isto.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG)

– Nessas três visitas, o senhor recebeu as importâncias da Sr^a Simone Vasconcelos?

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU

– Em todas elas eu recebi da D^a Simone.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG)

– Muito bem.

D^a Simone, cabe agora à senhora, por favor, prestar os esclarecimentos a respeito.

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Pois não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG)

– Cabe agora à senhora confirmar ou contraditar ou confirmar as declarações do Sr. Genu. Peço-LHE o obséquio de fazer a declaração.

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS –

Pois não. Só lembrando que nós temos duas listagens e a minha foi retirada dos valores que o Marcos listou. Os valores que constam na minha listagem, onde, aqui, eu identifiquei que foram repassados ao João Cláudio ou a quem ele possa ter mandado ou quem o Deputado José Janene possa ter mandado para retirar no Banco, perfaz um total de 1.600.000, que estão dentro dos valores que Marcos Valério colocou aqui na lista dele e que dão 4.100.000. Desses 4.100.000, quando eu estabeleci que 1.600.000 foi porque eu tive uma participação direta dentro daquele formado que eu já coloquei aqui, com outras pessoa. Três formatos: eu ia ao Banco, deixava autorizado no Banco o nome de quem ia buscar.

Então, nesse caso, as pessoas não precisavam assinar recibo porque eu já havia ido fisicamente ao banco e assinado; e os dois funcionários do banco, por já conhecerem as pessoas, sabiam: ah, fulano, que a Simone deixou aqui autorizado, e pagavam a essas pessoas. Esse é um formato.

A outra forma: eu me encontrar com as pessoas dentro do banco e eu ali assino e passo imediatamente para elas o valor. Em outras, por uma impossibilidade, por não coincidir de eu estar em Brasília porque, já falei em outro momento, eu vinha a Brasília muito mais pela minha atividade do que por essa colaboração, esse trabalho junto ao PT, a gente passava um fax para banco com o nome da pessoa e a identidade. Por isso que algumas pessoas tiveram que necessariamente assinar um recibo dentro do banco, por uma exigência, por segurança do banco. Quando eu não podia estar lá assinando, me comprometendo, essa pessoa era obrigada.

Então, dentro desses três formatos, eu me responsabilizei aqui por R\$1,6 milhão. Tanto que do João Cláudio, quando ele assinou, ele não precisaria ter assinado se eu estivesse lá. Então, se ele assinou foi

porque eu não estava. Das outras vezes, ele recebeu das minhas mãos e eu que assinei.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Ele declara ter assinado um recibo no valor de R\$100 mil. Quer dizer que, quando do pagamento dessa importância, a senhora não estava presente. É isso? E por isso ele foi obrigado a deixar...

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Agora eu quero que a senhora deixe bem claro o seguinte: a senhora, por suas mãos, de corpo presente, entregou quanto ao Sr. João Cláudio Genu, seja lá quantas vezes ele tenha ido?

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu só poderia dizer ao senhor com certeza a partir de um relatório do banco. Quando eu prestei o meu depoimento à Polícia Federal, eles foram me mostrando diversas folhas que o Banco Rural forneceu a eles de todos os dias que eu assinei, que eu recebi e das vezes que eu assinei e no verso da folha eu listei o nome de quem ia buscar. Então eu não saberia dizer. Eu sei que nessas datas aqui foram repassados os valores, mas eu não sei precisar em qual data eu estava lá ou eu apenas autorizei.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Agora, a senhora fez referência...

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Agora, os documentos sempre...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Agora, a senhora fez referência a R\$1,6 milhão...

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– R\$1,6 milhão...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Foi que a senhora repassou ao Genu?

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Bom, nós estamos agora diante de três quantias diversas. O Sr. Marcos Valério diz que repassou R\$4,1 milhões; a Sr^a Simone Vasconcelos confirma que ela pessoalmente repassou R\$1,6 milhão e o Sr. Genu diz ter recebido apenas R\$700 mil.

Sr. Delúbio Soares, qual foi a importância que o senhor liberou ou que o senhor autorizou o Sr. Marcos Valério a passar para a direção do Partido Progressista – PP? O senhor tem essa informação?

O SR. DELÚBIO SOARES – Acredito que em torno de R\$8 milhões.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

–

O SR. DELÚBIO SOARES – R\$8 milhões.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quanto?

O SR. DELÚBIO SOARES – R\$8 milhões.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Oito?

O SR. DELÚBIO SOARES – É.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Então temos uma quarta quantia. R\$8 milhões, R\$4,1 milhões, R\$1,6 milhão e R\$700 mil.

O SR. DELÚBIO SOARES – Posso esclarecer, Sr. Relator?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mas não há aqui prova alguma de que tenham sido passados R\$8 milhões.

O SR. DELÚBIO SOARES – Tem a parte do Deputado Adão, que era para o PP, e...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não, por favor, desculpe interromper.

O SR. DELÚBIO SOARES – O senhor perguntou o PP.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Nós estamos tratando aqui do Sr. Cláudio Genu. Eu separaria para que ele não ficasse envolvido com a obtenção de somas com as quais ...

O SR. DELÚBIO SOARES – É outra confusão do depoimento anterior também, de R\$3,6 milhões, que no do Emerson era R\$2,5. Então, em torno de R\$4 milhões, números gerais, eu não sei foi 4, se foi 4 e pouco, se foi menos. Porque tem R\$3,5 do Deputado Adão.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. DELÚBIO SOARES – Ao partido. Tomaram como partido, como foi feito. É isso, Deputado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Marcos Valério, quanto foi, na sua opinião ou de ciência própria, repassado ao PP por intermédio do Sr. João Cláudio de Carvalho Genu?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Primeiro tenho que deixar claro que o Deputado Janene representava a cúpula do partido PP.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quem?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Deputado Janene.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Ah, Deputado José Janene.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É. Ele era o contato da cúpula do PP. O Sr. João Cláudio, eu o conheci no gabinete do Deputado, e ele era assessor do PP e era a pessoa responsável pela direção do PP, através do Sr. Janene, de buscar os recursos.

Bom, falando estritamente a verdade, nós começamos a ver na **Folha de S.Paulo**, do dia 23 de julho de 2005, que o Coafi já apresentava uma preliminar de um milhão, cento e cinquenta, em nome do Sr. João Cláudio. Está aqui, na **Folha de S.Paulo**. E, dentro dessa listagem aqui, aparece a Bônus-Banval, que foi depositado direto da conta a pedido do PP. Quem a Bônus-Banval entregou, eu não posso te precisar. Agora, que foi repassado ao Partido PP quatro milhões e cem, foi.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Nesses quatro milhões e cem, está envolvida essa quantia que o senhor disse que foi repassada a Bônus-Banval, no valor de R\$1,2 milhão?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – De R\$1, 2 milhão. Sim, senhor. Verdade.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Qual é a explicação da presença da Bônus-Banval nessa intermediação, se o senhor, como acabou de afirmar, tinha relações diretas com o Sr. Deputado José Janene e com o Sr. João Cláudio de Carvalho Genu. Por que surge a Bônus-Banval como intermediária entre pessoas que tinham relações diretas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Num dado momento, se o senhor pegar dezessete a 2003, nós passamos R\$1 milhão em dinheiro.

Num dado momento, de 26/04, a Bônus-Banval tinha que fazer pagamentos fora de algumas praças, aonde o Banco não poderia atuar. E a Bônus fez esses pagamentos, sob orientação... A Bônus, se quebrar o sigilo telefônico e o sigilo bancário e tudo, o senhor vai ver que ela só começa a se relacionar com a SMP&B depois da presença... Em 2004, quando nós paramos de entregar recursos pessoalmente e a Bônus foi utilizada para fazer esses pagamentos para o PP e outros Partidos.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor utilizou a Bônus-Banval para fazer esse último pagamento ao PP, R\$1,2 milhão?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, indicação do próprio PP.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Qual foi a impossibilidade que surgiu de o senhor fazer o pagamento diretamente?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não estávamos mais querendo sacar em recursos, em dinheiro vivo. A Simone também não queria mais, então a indicação da Bônus foi uma boa indicação, e nós fizemos esses depósitos direto na conta da Bônus, que pode ser comprovado via quebra de sigilo.

O SR. RELATOR (Ibraim Abi-Ackel. PP – MG) – A Srª Simone Vasconcelos já não queria mais, como o senhor diz. A Srª Simone Vasconcelos já estaria desconfiada da ilicitude dessas transferências?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– De forma alguma. Ilicitude para mim, não. De forma alguma.

O SR. RELATOR (Ibraim Abi-Ackel. PP – MG)

– Por que a senhora já não queria fazer mais?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Uma questão de segurança até pessoal. As tantas idas minhas ao Banco Rural, como eu até já prestei, há três meses, quando eu fui na CPI dos Correios. Eu tinha a sensação e a certeza de que até o guarda do Banco sabia que eu estava indo ali sacar quantias de dinheiro. Muito desagradável. Teve aquele episódio do hotel, que me incomodou bastante...

O SR. RELATOR (Ibraim Abi-Ackel. PP – MG)

– Compreensível.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Fugia totalmente à minha atividade dentro da agência. Conversei com o Marcos Valério, ele compreendeu, e aí foi feita outra forma.

O SR. RELATOR (Ibraim Abi-Ackel. PP – MG)

– Compreendo. Mas, Sr. Marcos Valério, se o senhor tinha um Banco como intermediário, por que o senhor e a Dona Simone já não queriam correr risco de possuir, de transferir, o que é perfeitamente compreensível na situação que estamos vivendo, por que o senhor não passou isso por cheque através do Banco Rural para esse representante do PP ou para o Deputado José Janene? Por que a Bônus-Banval serviu de intermediária para o senhor se havia um Banco e destinatário identificado, importância determinada?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A Bônus-Banval já tinha relacionamento com o PP.

O SR. RELATOR (Ibraim Abi-Ackel. PP – MG) – A Bônus-Banval já tinha feito isso com o PT?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, já tinha relacionamento com o PP

O SR. RELATOR (Ibraim Abi-Ackel. PP – MG)
– Porque PT e PP...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A Bônus-Banval, ela foi me apresentada pelo PP.

O SR. RELATOR (Ibraim Abi-Ackel. PP – MG)
– Partido Progressista.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Justo. E isso aí está noticiado na imprensa, as ligações.

O SR. RELATOR (Ibraim Abi-Ackel. PP – MG)
– Bom, mas eu sou obrigado a lhe perguntar ainda, por

que razão ficou identificada apenas uma remessa pela Bônus-Banval se o senhor anteriormente já tinha feito transferências para a direção do PP pela Bônus-Banval? Note o senhor que, desses sete saques, apenas um tem o registro dos asteriscos.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Se o senhor reparar, um aconteceu no dia 26, o do PT, e o do próprio PP aconteceu também no dia 26. O PL também aconteceu no dia 26. Então, a transferência para a Bônus foi feita em depósito em conta direto na Bônus e depois ela distribuiu direto para os Partidos políticos.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mas – desculpe-me pela minha insistência – eu não consigo entender por que surge um intermediário como a Bônus-Banval numa relação de natureza bancária. O senhor fez um empréstimo no caso do Banco Rural destinado a repassar quantias para partidos, para pessoas jurídicas. Grande parte dessas transferências foi feita diretamente, principalmente pela Srª Simone Vasconcelos. No momento em que a senhora Simone Vasconcelos se sente em risco, dado o volume da quantia, o senhor, em vez de fazer o pagamento pelo banco ou por outro funcionário seu, utiliza-se da Bônus-Banval. Permita-me fazer a seguinte pergunta: a utilização da Bônus-Banval teria sido um expediente destinado a confundir ou fazer desconhecer a remessa da importância?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor. Em momento algum para confundir nem para desconhecer. Era uma empresa que dava segurança na entrega dos recursos.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Por favor, esclareça à Comissão como funciona essa empresa Bônus-Banval, qual a sua atividade específica, a sua especialização.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não saberia explicar a atividade específica da Bônus. A única coisa que posso determinar – e isso é fácil de comprovar – é que o dinheiro era depositado na conta da Bônus-Banval, e a Bônus-Banval entregava os recursos onde era determinado. São Paulo, Brasília, onde fosse determinado, eles tinham como entregar esses recursos.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A mesma coisa acontecia com a Garanhuns Empreendimentos quando, porventura, ela era intermediária?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor. A Garanhuns foi uma indicação do PL, e a única coisa que eu fiz foi depositar, em cheque, na conta da Garanhuns, e a entrega do recurso ou para onde ia o recurso o PL é que sabe dizer.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. João Cláudio de Carvalho Genu, diante das explicações de R\$1,6 milhão pagos diretamente pela Srª Simone Vasconcelos, o senhor concorda com ela ou mantém a sua primeira versão de que recebeu apenas R\$700 mil?

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU

– Eu mantenho a primeira versão e queria lembrar à Dona Simone – não duvidando...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Fale mais alto, por favor.

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU

– ... não duvidando absolutamente – que as duas que fui, no ano de 2003, ao Banco Rural, ela estava no banco, presente comigo. Estou falando isso até para avivar a memória dela para ver se ela se lembra. Ela estava presente comigo, e eu assinei o recibo com ela presente e junto comigo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Isso no valor de R\$100 mil?

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU

– Não. De R\$300 mil todos dois. Nas duas vezes em que fui, em 2003, ao Banco Rural, ela estava comigo, presente, junto, e foi assinado o recibo. Não estou querendo contradizê-la, absolutamente, mas talvez ela tenha se esquecido. Ela estava comigo e eu assinei o recibo. As outras duas vezes de janeiro, realmente, eu estive no banco; uma foi frustrada. E a outra vez encontrei com ela no hotel, ela me repassou, e também assinei o recibo que ela me deu para assinar. Confirmo apenas isso. Nunca peguei – e gostaria até que o senhor retransmitisse a pergunta a eles –, nunca, nenhuma quantia com o Sr. Marcos Valério e, nunca, nenhuma outra quantia que não sejam essas que eu falei com a Dona Simone. Ela citou que pode ter sido por terceiros ou não, mas eu gostaria que o senhor perguntasse, por favor, a eles.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não vejo necessidade, porque o próprio Sr. Delúbio já nos esclareceu que foram passados recursos pelo PP por intermédio de outras pessoas. A Srª Simone declara que lhe repassou pessoalmente R\$1,6 milhão, e o senhor declara que recebeu apenas R\$700 mil.

Declaro à Comissão que, até agora – houve ainda apenas três testemunhas –, e já há uma diferença de R\$10,058 milhões na diferenciação da fonte pagadora e da ponta destinada a receber.

De minha parte, Sr. Presidente, estou satisfeito; satisfeito não, para mim, está demonstrado o que eu procurava demonstrar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Na seqüência, concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr.

Presidente, Senador Amir Lando; Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, na vez anterior, estudando o PTB, ficaram faltando R\$4 milhões. Estou tentando, Sr. Relator, chegar a esses R\$10 milhões a que chegamos aqui. Por aqui, creio que não chegamos. Desses R\$4 milhões, faltou nos fundos...

Darei uma pequena volta para perguntar ao Sr. Delúbio e retornarei ao Item 2 da lista do Sr. Marcos Valério, que é Zilmar Fernandes da Silveira – parece-me – ou Duda Mendonça, que tem o valor pago de R\$15,5 milhões. Esse valor foi autorizado pelo senhor?

O SR. DELÚBIO SOARES – Confere.**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) –

Esse valor foi pago, Sr. Marcos Valério, ao Sr. Duda Mendonça, ou Zilmar, ou Antonio Cury ou os que estão aqui?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Esse valor foi pago à Dona Zilmar, uma parte foi sacada pelo Sr. Kalil Cury e outra parte foi sacada por essas duas pessoas através do consultor financeiro delas, Sr. Jader Kalid.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Senhor?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Jader Kalid.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Esses pagamentos foram feitos em reais, no País, em espécie talvez...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O Sr. Jader foi em cheques, que ele sacou na boca da caixa.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Aquele pagamento feito e declarado pelo Sr. Duda Mendonça de ter recebido no exterior tem alguma coisa a ver com esse daqui ou é um pagamento extra?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sobre a situação de Duda Mendonça no exterior é de extrema responsabilidade dele. Eu autorizei um acerto de contas final no ano 2003. Tinha essa diferença com Duda Mendonça. Eu autorizei o pagamento de aproximadamente R\$15 milhões e pouco. Autorizei o Marcos Valério a transferir os empréstimos que nós recebemos do Duda Mendonça. Da forma feita entre o Marcos Valério e o Duda Mendonça não participei. Fiquei sabendo na CPI que o Duda Mendonça tinha remetido esse dinheiro para o exterior. Eu não tenho nenhuma participação quanto a isso.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Quero colocar essa questão...

O SR. DELÚBIO SOARES – Senador, desculpe-me. Só para ter claro: pelo dinheiro do Duda Mendonça no exterior não tenho responsabilidade nenhuma. Eu

tinha responsabilidade por um déficit que ficou com o Duda Mendonça, uma parte de 2002 e por uma prestação de serviço que ele fez em 2003 ao Partido dos Trabalhadores, que dava esse valor. Eu pedi que pagasse aqui no Brasil. Como não tenho nenhuma operação fora do Brasil – o PT nunca teve –, então, pedi para fazer aqui. A forma que ele fez não é de minha responsabilidade.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Em hora nenhuma e de forma nenhuma, eu disse que o senhor tinha feito isso. Não é isso. O que quero dizer é o seguinte: isso pode caracterizar que haja outra fonte de pagamento, além dessas que estamos vendo. Estou querendo ser até coerente com o que eu tinha falado antes. Já faz tanto tempo que estamos aqui, mas, pelas minhas anotações, falei em esquema 1, esquema 2 e pontilhado outros esquemas.

Sr. Presidente e Sr. Relator, nós não esgotamos aqui essa verificação de fontes. O problema é muito maior do que parece ou do que está restrito a esta sala. Essa é uma conclusão a que eu queria chegar. Fica muito claro quanto aos R\$4 milhões que foram muito colocados. Creio que dificilmente alguém colocaria como fez o Sr. Roberto Jefferson, que disse que tinha recebido. E esse foi, inclusive, como foi dito aqui, o motivo da sua perda de mandato.

Então, eu não tenho dúvida de que ele recebeu, porque foi colocado por ele mesmo, e, como o Sr. Relator também buscou informações, foi cortado e separado em montinhos. Nós não sabemos se foram 20 ou 30 montinhos. Foi alguma coisa entre 20 e 30. Então, o dinheiro efetivamente existiu.

O dinheiro do Sr. Duda Mendonça também existiu lá fora, não apenas por ele falar, mas porque ele pagou 4 milhões de imposto. Ele foi lá, no dia seguinte às suas declarações aqui, ele pagou e recolheu à Receita Federal esse valor do imposto, que, efetivamente mostra que ele recebeu lá fora. Não sei se mandado daqui para fora ou se de fora para fora. Mas que ele recebeu, recebeu.

O que eu quero caracterizar é que existem vários esquemas, e nós estamos analisando aqui um deles. Dificilmente, vamos chegar a essas diferenças apontadas pelo Sr. Relator, na medida em que é complicado checar valores onde os números não batem, como está ocorrendo aqui, nesta acareação que estamos fazendo.

Mas eu queria deixar esse caminho, que me parece claro, absolutamente claro, de vários esquemas feitos pelo PT.

E quanto à Bônus-Banval, eu acho que nós devemos apurar mais, porque ela não me parece apenas um Sedex do Caixa 2 do PT; não é isso só. Ela é

alguma coisa a mais do que o Sedex. Mas isso terá que ser objeto de verificação.

Eu paro aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Na sequência, concedo a palavra ao Deputado Fernando Coruja.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, Srs. acadêmicos, uma dúvida importante que ficou foi a respeito da quantia que o Sr. Genu recebeu.

D. Simone, a senhora se lembra de quantas vezes entregou dinheiro para o Sr. Genu? Foram mais de três, não foi?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim, sim.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – A senhora entregou pessoalmente mais de três vezes?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim, e, pelo próprio depoimento de que eu tenho a cópia aqui, que o Sr. João Cláudio Genu prestou à Polícia Federal, tem aqui alguns trechos que eu poderia ler, onde ele diz que “realmente recebeu quantias em dinheiro a pedido da Direção do Partido; que não sabe dizer quem informava Barbosa da necessidade de buscar as quantias com a Simone; que Barbosa falava para o declarante ligar para a Simone para combinar o recebimento das quantias...”

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Isso nós já vimos aqui. Mas a senhora lembra das vezes que entregou dinheiro para ele?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – “...que realmente se encontrava na sede...”

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas a senhora se lembra? Não, não, esse é o depoimento dele. Isso eu conheço. Quero saber se a senhora lembra de quantas vezes...

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Essas vezes todas que estão aqui na minha listagem.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Quantas vezes, mais ou menos, a senhora se lembra de ter ...?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Uma, duas, três... Bom, de 17/9 a 15/10, eu não vou saber precisar em quantas vezes este valor de um milhão foi...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – A senhora se lembra de detalhes dessas vezes? Detalhes? Lembra-se? Foi de tarde, de manhã? Como é que ele estava vestido? A senhora se lembra?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não, não, detalhes, não. Posso lembrar de coisas assim: que uma vez ele me deu uma carona, nós sa-

imos juntos do banco, ele me deu uma carona até onde eu estava; uma outra vez ficou autorizado a ele de pegar o dinheiro porque eu não fui ao banco, eu deixei autorizado para que ele buscasse; tem uma outra funcionária da agência que já buscou um valor no banco e levou à agência da SMP&B em Brasília a pedido meu, e ele recebeu esse valor lá, dentro da agência da SMP&B...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Lá em Minas Gerais?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não, não. Em Brasília, na filial aqui de Brasília.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Na filial aqui?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Ele foi lá.

O senhor foi lá? (Pausa.)

Nunca foi à agência?

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU – Eu nunca fui à agência SMP&B. Eu não sei nem onde é, só vi depois, recentemente, que funcionava naquele edifício ali do lado da Catedral.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Foi na sede anterior, no prédio CNC.

O SR. JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU – Ah, então lá eu nunca fui. E, no banco, Deputado, é só ver os registros, não tem como furar o registro do banco. Se ela deixou lá e eu fui... As vezes que eu fui...

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Além do prédio CNC, eles têm o registro de entrada das pessoas.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Dá para verificar?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – De repente, poderia ser verificado.

Além do Sr. Janene, mais alguém do PP conversava sobre essa questão do dinheiro? Como chegou o dinheiro no Sr. Vadão, Sr. Marcos Valério?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O Sr. Janene representava a cúpula do PP.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mais alguém do PP falava com o senhor?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Eu conheci o Sr. Pedro Henry, o Sr. Pedro Corrêa, mas nunca tive esse tipo de relacionamento. Quem representava a cúpula do PP era do Deputado Janene.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor não sabe para quem o dinheiro ia dali para frente?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Esse empréstimo que foi feito, Sr. Delúbio, o senhor se lembra do dia que foi acertado o empréstimo?

O SR. DELÚBIO SOARES – Nos bancos?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – É.

O SR. DELÚBIO SOARES – Nós começamos a discutir esses empréstimos a partir de fevereiro.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor se lembra do dia que assinou esse documento?

O SR. DELÚBIO SOARES – Esses documentos do empréstimo?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor assinou onde?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não tem assinatura nenhuma minha nesses empréstimos.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Essa carta?

O SR. DELÚBIO SOARES – Fiz uma carta...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Onde o senhor assinou?

O SR. DELÚBIO SOARES – Em São Paulo.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Entregou para o Sr. Marcos Valério onde?

O SR. DELÚBIO SOARES – Em São Paulo.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor que recebeu a carta?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Enviei ao banco BMG a cópia da carta.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor recebeu a carta em São Paulo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O Banco BMG não queria mais, estava preocupado com as renovações dos empréstimos, e aí ele solicitou esta carta. O Banco BMG tem o original desta carta.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – E quando o senhor acertou os empréstimos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Em 25 de fevereiro de 2003, SMP&B e Banco BMG.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor se lembra onde o senhor acertou com o Sr. Delúbio esse empréstimo? Em que lugar foi?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Geralmente a gente conversava ou no Edifício Varig, no PT, ou dentro do próprio PT, na Silveira Martins, em São Paulo. Creio que esse primeiro foi

na Silveira Martins, em São Paulo, esse do dia 26 de fevereiro.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Esse dinheiro ficava...?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Na minha conta; e ele ia me passando o nome das pessoas que eu teria que pagar.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas se o empréstimo era para o PT, por que o dinheiro não ia para o PT?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ficava nas minhas contas e da SMP&B, como está contabilizado. Tem uma conta de cheques emitidos dentro da minha contabilidade e era passado para as pessoas que ele indicava.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Em relação à Bônus-Banval, o senhor falou que não era só para o PP, para outros partidos também?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza, Deputado.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Aí os outros partidos... Foi o senhor que acertou o esquema da Bônus-Banval? Quem representou foi o PP.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas depois o PL e o PT, que o senhor também repassou dinheiro através da Bônus-Banval, que o senhor falou em R\$1 milhão para cada um, no mesmo dia, 26, quem acertou esses detalhes para repassar? Para quem era esse dinheiro do PT da Bônus-Banval?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A Bônus-Banval passou, do dia 26 ao dia 30, R\$900 mil para o PL.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas quem acertava isso? Quem pedia para passar pela Bônus-Banval?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu utilizei a Bônus-Banval a partir do momento ...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor disse para o Valdemar: vai lá na Bônus-Banval pegar o dinheiro que agora é lá.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. O pessoal da Bônus-Banval entregava diretamente onde estava a pessoa. Entrega em domicílio, justamente, Deputado.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas era para o ex-Deputado Valdemar?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – E o dinheiro do PT era para quem?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Era entregue na sede da Silveira Martins.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas esse da Bônus-Banval era passado para lá, mas já dizia para quem entregar.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ele entregava no financeiro.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas entregou a quem do PT?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – No financeiro. Lá, havia várias secretárias de confiança do...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Então, era para o Sr. Delúbio o dinheiro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não era para o Sr. Delúbio, não.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas se era para o financeiro. O Delúbio era Tesoureiro.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, sim. Desculpa, perdão.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Para quem foi esse dinheiro, Sr. Delúbio?

O SR. DELÚBIO SOARES – Esse recurso da Bônus-Banval, não só da Bônus-Banval, no item 17, de R\$4.932.647,14, faz parte daquela relação que ...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Dos diretórios estaduais?

O SR. DELÚBIO SOARES – Dos diretórios estaduais, com despesas do Diretório Nacional, que devem ser especificadas a partir de agora, porque, nesse processo todo, eu não consegui fazer o levantamento, o que é totalmente justificado, em virtude da função que exerci no PT nesse período. Foi isso que aconteceu.

Nessa correspondência que está aqui – desculpem-me – e que os senhores têm em mão, está explicado para onde foi o dinheiro, não apenas esses R\$457 da Bônus-Banval...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Eu sei. Foi para os diretórios, então.

O SR. DELÚBIO SOARES – R\$445 mil. Como toda essa parcela que está aí, o dinheiro foi encaminhado nessa direção por um dos motivos que estão explicados na minha carta.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Farei uma pergunta à Srª Simone. Nesse dia no hotel, que a senhora chama de tragédia, quais as pessoas que foram lá receber o dinheiro?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Tenho anotado aqui: João Cláudio, R\$100 mil; Jacinto Lamas, R\$200 mil; Roberto Pinho, que virá a esta Comissão amanhã, R\$100 mil; e José Luís Alves, R\$250 mil.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Quem é esse?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – José Luís Alves é ou era um assessor do Ministro Anderson Adauto. Esse valor é exatamente de um valor que eu solicitei a um carro forte, porque...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Foi o único dia em que se pagou em hotel?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Por mim, sim, com certeza.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O resto era sempre no banco?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sempre no banco. Da minha parte, sim.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O Deputado Roberto Jefferson disse que recebeu – não sei bem se foi o Roberto Jefferson – do senhor no hotel também.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Valdemar Costa Neto.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Valdemar Costa Neto.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Isso é importante, por isso solicitei à CPMI... Há alguns documentos na Polícia Federal que facilitariam o trabalho. Eu até dei uma sugestão à CPMI: ficaria muito fácil se a Simone mostrasse, porque está escrito, nas costas do documento, com a letra dela, o nome das pessoas.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Nós temos esses documentos aí, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Sim. Já há esses elementos aqui.

Percebo que há muitas pistas a serem palmilhadas. Creio que devemos avançar. Precisamos ir a esse banco para falar com quem ajudava a Srª Simone e talvez convidá-la para ir ao banco e explicar melhor a situação. É preciso fazer diligências. Se não fizermos essas diligências,...

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Senador, eu estou às ordens. Os dois funcionários do Banco Rural, Renato e Francisco, também foram ouvidos pela Polícia Federal e podem confirmar tudo o que eu estou dizendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Dessa forma, seria possível esclarecer melhor os fatos. Serão três testemunhas, pessoas que entregaram o dinheiro e que dirão: “Compareceram aqui beltrano e sicrano”. Eles devem ter algumas anotações. Ninguém vai entregar R\$200 mil, R\$300 mil, R\$500 mil sem nenhuma anotação, sem nenhum registro. É muito fácil averiguar os fatos. Esta Comissão realmente deve investigar essas questões para chegarmos às

conclusões; senão as declarações que hoje são dadas de maneira espontânea – vamos dizer assim –, as confissões que acontecem por acaso, não vão acontecer mais. Ninguém quer se prejudicar, envolvendo-se nesse processo.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito aqui presente, Deputada Zulaiê Cobra.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, nesta Comissão há algo assim: de lá para cá, daqui para lá. De lá para cá, vem tudo direitinho. Chega aqui, não bate. Esta ala de cá nunca bate. Está sempre faltando dinheiro, com todo o respeito, Sr. João Cláudio de Carvalho Genu, porque chega aqui, não dá. O senhor fala em R\$700 mil. Falam em R\$1,6 milhão. O Sr. Marcos Valério fala em R\$4,1 milhões. O Sr. Delúbio Soares fala em R\$4 milhões, e o senhor fala em R\$700 mil. Lá vem assim, de montão, o rodão, dinheiro. Aqui, epa! Não recebi nada.

Quando a senhora pagou para ele no hotel, a senhora deu recibo para ele ou não hotel não tinha recibo?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Eu daria um recibo?! Não.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não? No hotel não tinha recibo?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não, de forma alguma.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – A senhora deu dinheiro para ele no hotel?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Entreguei.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – No Gran Bittar?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Mas não deu recibo?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não. Não, porque talvez...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu sei, mas pegou recibo?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não peguei recibo, não peguei recibo lá.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – No hotel não tinha recibo, só no banco?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – E ele confirmou esse valor. Sim.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Quer dizer que lá no hotel...

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não, não. No banco, se ele assinou, foi porque eu não estava. Então, foi necessário que o banco pegasse a assinatura dele.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ele falou que assinou, mas no hotel não assinou.

O senhor falou, Sr. Delúbio, que todo o dinheiro dos empréstimos não ia para conta do PT, que não dava tempo. O dinheiro chegava, o senhor já mandava esse dinheiro ser empregado em algum lugar, é isso? Por exemplo, chegava um empréstimo lá feito pelo Sr. Marcos Valério. O senhor já mandava distribuir esse dinheiro, é isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputada, eu já expliquei isso várias vezes, mas posso explicar novamente e esclarecer.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – É porque eu não estou me lembrando mais.

O SR. DELÚBIO SOARES – Certo.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor depositava na conta?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não. Lá na conta do PT, não, porque era um dinheiro...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Era isso que eu queria saber.

O SR. DELÚBIO SOARES – Era um dinheiro de empréstimo que nós utilizamos para pagar dívidas...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Tudo. Já era direto para as dívidas.

O SR. DELÚBIO SOARES – Não contabilizadas ou acordos eleitorais que foram feitos nesse período.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, eu só queria saber se passava?

O SR. DELÚBIO SOARES – Pela conta do PT, não.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Nada?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Já ia direito para todos aqueles que pediam, para poder fazer frente a todas as despesas, é isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – É.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Então, está bom.

O SR. DELÚBIO SOARES – Aproximadamente assim.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Srª Simone Vasconcelos, qual sua função na empresa?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – A minha função era, porque eu estou demitida, eu era diretora administrativa financeira.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – A senhora ganhava por mês?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E, para fazer essas entregas de dinheiro, a senhora tinha algum bônus, ganhava alguma coisa extra?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Não, de forma alguma.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Fazia parte do seu trabalho ficar entregando dinheiro?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Embora seja um volume enorme e seja dessa importância, não me ocupava, sabe, Senadora, porque eu...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Senadora, não. Eu sou Deputada infelizmente, ainda. Daqui a uns anos. Daqui a uns anos.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Pois é, na CPI anterior, eu dei a mancada ao contrário. Então, agora, na dúvida...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, não. Na dúvida, sempre bota para cima.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Lógico.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu já falei para os meus assessores: “Chamem de doutor para cima”. Na dúvida, é melhor ser doutor, senhor, Senador do que não ser nada.

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Na realidade, as vezes que eu vinha a Brasília, sempre, a maioria das vezes, sempre pelo meu trabalho, próprio da minha atividade como diretora...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Da sua atividade na empresa. Qual é a empresa?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – SMP&B. E que tem a filial...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – É só nessa empresa?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim, há seis anos.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Duas empresas ele tinha? A senhora trabalhava numa só?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Só na SMP&B, com a filial aqui em Brasília, que era sob responsabilidade também.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Agora eu queria fazer uma pergunta para os três: Por que pararam?

O SR. DELÚBIO SOARES – Por quê?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Pararam? Por que parou? Parou por quê?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Os pagamentos?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Como?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Os pagamentos?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – É, os empréstimos, os pagamentos, essa coisa toda.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Os créditos junto aos bancos acabaram e houve a denúncia do Deputado Roberto Jefferson.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Então, parou por causa da denúncia do Roberto Jefferson.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – E os créditos junto aos bancos acabaram. Os bancos já não emprestavam mais. O meu risco já era muito elevado.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Quantos anos então? Ficaram 2003, 2004 e 2005? Parou quando? Que mês, que ano?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O último empréstimo foi 14 de julho de 2004.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Em 14 de julho de 2004? Mas a denúncia do homem foi em junho de 2005.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O último empréstimo.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ah, o último empréstimo, mas continuou ainda distribuindo dinheiro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A última distribuição foi em 2004, Deputada.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Quer dizer que mesmo parando ninguém reclamou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Comigo, não.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – A reclamação surgiu por causa daquele negócio dos R\$3 mil nos Correios, que gravaram lá o Roberto Jefferson, e foi isso?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Abriram o bico.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Um saiu e abriu o bico?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Para ser exato, é 9 de 2004.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Setembro de 2004?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A maior parte dos pagamentos foi feita em 2003.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – A maior parte?

Em 2004, começou a diminuir.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Até princípio de julho de 2004 houve pagamento.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ele falou que até setembro de 2004.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não, não consta aqui. 24 de setembro de 2004. Daí os pagamentos eram mais...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – 24 de setembro de 2004.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Já eram mais espaçados.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eram mais espaçados, ficou uma coisa mais rala.

Agora, uma pergunta: Sr. Marcos Valério, por que o Vadão?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei, como não sei a maioria dos casos. A ordem era dada e eu pagava.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Como surgiu o Vadão, Sr. Delúbio Soares? Quem indicou? O PP?

O SR. DELÚBIO SOARES – Indicação do PP. O PP indicou o Vadão.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Por que o Vadão?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Por que o Vadão? Estou perguntando.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não era líder, não era da cúpula do partido, não é membro do diretório.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Por isso que estou perguntando. O Sr. Genu ia em nome do Deputado Janene que era o líder, o Presidente do partido.

O SR. DELÚBIO SOARES – Em nome da direção do partido.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Em nome da direção do partido, José Janene.

O SR. DELÚBIO SOARES – Pedro Correia era o Presidente do partido.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Era o Presidente do partido.

O SR. DELÚBIO SOARES – Pedro Henry era o líder e o Deputado Janene...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Os dois simbolizavam o partido, líderes, o Presidente. E o porquê o Vadão Gomes?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Principalmente, se a senhora me permite, Deputada, porque o Deputado Vadão Gomes foi contra o PT nas eleições em 2002, em São Paulo. Nós estamos querendo saber qual é a razão dessa transferência de recursos para o Deputado Vadão.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Por isso estou perguntando.

O SR. DELÚBIO SOARES – A orientação que o partido fez e nós...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Quando o senhor fala o partido, quem falou?

O SR. DELÚBIO SOARES – O diálogo com o partido sempre fiz com o Deputado José Janene.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O Sr. Janene falou que era o Vadão, o homem que tinha que receber o dinheiro?

O SR. DELÚBIO SOARES – Esse numerário que está explicado que o depoente está na mesma condição que eu, Sr. José Paulo... Genu, está dizendo e não tenho aqui “ah, foi tanto”.

Foi o que foi autorizado fazer e só uma investigação pode comprovar isso. Então, como foi autorizado um montante ao PP, não sei se ele retirou, se foi seiscentos, se foi quinhentos, se foi mil, um milhão. Não tenho essa precisão porque não participei e tenho que fazer as investigações da lista.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor falou que para o PP foram R\$4 milhões.

O SR. DELÚBIO SOARES – Foi autorizado isso.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E para o Deputado Vadão foram R\$4 milhões, quero dizer, R\$3,7 milhões.

É isso, Sr. Marcos Valério, o senhor confirma?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Confirmando, sim, senhora.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E a data do Deputado Vadão foi julho de 2004 e agosto de 2004, em plena campanha municipal?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhora.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Quer dizer que esse dinheiro foi para o Paulo Maluf?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não sei, senhora.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não sabe. Aliás, ninguém sabe nada.

Agora, tenho uma pergunta aqui. Rondônia, Sr. Delúbio? Foi para a direção do PT?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não entra nessa lista dos Estados que foi contemplado com recurso não contabilizado.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sim, mas foi para a direção do PT de Rondônia?

O SR. DELÚBIO SOARES – Direção do PT de Rondônia.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Quanto foi?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não; tem que fazer o levantamento, e eu não fiz o levantamento.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Aliás, o senhor prometeu uma lista para nós e até hoje não trouxe, não é?

O SR. DELÚBIO SOARES – O que tive condições de fazer com segurança está por escrito.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Aí nessa carta?

O SR. DELÚBIO SOARES – Está. Eu não consegui porque não consegui chamar as pessoas...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – A carta é aquela carta que ele mandou?

O SR. DELÚBIO SOARES – Está nessa carta. Eu não consegui porque eu não consegui chamar as pessoas...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – A carta é a que ele mandou?

O SR. DELÚBIO SOARES – É. Eu não consegui, Deputada, em função do quadro que eu vi no PT, chamar as pessoas que são os porta-vozes e conversar...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E agora o senhor não está conversando muito com o PT.

O SR. DELÚBIO SOARES – É. A senhora entende a situação.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Nós o justificamos.

Sr. Presidente, não há mais o que fazer. Nós estamos aqui numa situação em que de lá para cá vem muito e daqui para lá vem nada.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado João Correia.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, no caso do Sr. João Cláudio, como a D. Simone o designa, porque o nome Genu é relativamente expressivo, ou, pelo menos, diferente, mas a D. Simone o chama de João Cláudio. E a senhora tem determinadas assinaturas, referências com seu nome em alguns cheques, alguns deles, inclusive, não são específicos para o Sr. João Cláudio. A senhora o designa como João Cláudio. A senhora sempre se refere ao Genu quando escreve João Cláudio? (Pausa.)

Quando a senhora escreve João Cláudio, a senhora sempre está se referindo a João Cláudio Genu?

A SRª SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – Sim, nesse contexto, eu não conheço outro João Cláudio.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Está o.k.

A empresa Bônus-Banval tornou-se uma empresa muito cosmopolita, porque, por exemplo, a Garanhuns foi quase que leal e fiel a um determinado Partido.

Mas a Bônus-Banval começou com o PP e depois espalhou-se no conjunto. Inclusive eu queria iniciar perguntando ao Sr. Delúbio quem, especificamente, indicou a Bônus-Banval? Ao Sr. Marcos Valério também.

Ao Sr. Delúbio, explico a razão. É porque, depois, o senhor tornou-se um dos principais operadores dessa Bônus-Banval.

Segundo os dois asteriscos aqui, temos: “repasse através da Bônus-Banval Participação Ltda., R\$3,515 milhões, por orientação de Delúbio Soares”.

O Sr. Marcos Valério escreve isso aqui no índice desta lista. Então eu queria, inicialmente, ouvir sobre isso.

O SR. DELÚBIO SOARES – Primeiro, essa explicação de que a Bônus-Banval pagou por minha orientação, Marcos Valério vai dar explicações que ele achar conveniente.

Eu não participei, não conheço... Conheci, encontrei o Enivaldo Quadros, que depois se tornou uma pessoa bastante conhecida pela imprensa, que é o Diretor, Presidente, ou dono da Bônus-Banval, eu o conheci no aeroporto, uma vez cruzei com ele. Não tenho nenhuma relação de amizade nem de contato com ele.

A quebra do sigilo telefônico vai expressar isso. Só falei com ele uma, duas vezes, por telefone; minha assessoria acho que nunca falou com ele. Não tenho essa segurança, tenho que ver o sigilo telefônico. Então, não tenho relação nenhuma com a Bônus-Banval, assim como com a Garanhuns.

Agora, segundo as explicações que estão aqui nesta lista, já dadas pelo Marcos Valério, ele solicitou à Bônus-Banval que fizesse a entrega... Depositou na conta da Bônus-Banval para que ela fizesse a entrega aos determinados, sob minha responsabilidade.

O que eu gostaria de afirmar e reafirmar a esta CPI, para evitar mais tarde o cansaço de todos nós, é que os recursos de solicitação de empréstimo foram 55 milhões, distribuídos dessa maneira. Pode ter alguma discrepância que tenha que ser corrigida. Se tiver, ela será corrigida, sem nenhum problema; tenho segurança disso, e terá a compreensão de todos vocês. Mas o montante do valor do empréstimo que eu articulei junto aos três bancos, enquanto eu tive crédito, a esses bancos, via as empresas de Marcos Valério, foi nesse valor.

Essa é a verdade dos fatos.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Delúbio, observe bem. A Bônus-Banval começou com o PP, mas, depois, ela tornou-se eleita pelo PT nacional, quando o senhor coloca, quando receberam Delúbio, Silvio Pereira, Marcelo Sereno, Edilene, Lucas Bizzato, Aristides Junqueira, etc. Tem aqui um valor de 545

mil. Depois, o Sr. João de Carvalho Genu, 1 milhão e 200 mil.

Depois, aqui, o Sr. Valdemar Costa Neto, 900 mil. Depois, o Sr. Manuel Severino, do PT, do Rio de Janeiro, 750 mil. Depois, o Sr. Raimundo Ferreira da Silva, do PT do DF. Parece-me que, por razões de segurança ou não, ela foi absorvida um pouco para fazer o atendimento ao PT.

Eu acho, Sr. Presidente, que o caso do Sr. João Carvalho Genu, de todos os casos, é aquele onde há a maior desfaçatez, onde as coisas estão mais claras, mais escrachadas. O Sr. João Cláudio Genu colocou os 700 mil porque foi o que ele assinou. Ele assinou, então eles organizaram o álibi. Troféu Pinóquio. Organizaram o álibi para os 700 mil. Se fossem 500, ou 200, ou 1.500, eles teriam feito nesse valor exato para, exatamente, contrastar com os recursos que ele recebeu da D. Simone, das demais fontes, inclusive aqui excluindo o Sr. Vadão.

E aí vem aquela história do pagamento do advogado. Quer dizer, ninguém, realmente, consegue acreditar naquilo. É algo absolutamente fora de propósito, de órbita.

Sinceramente, nesse ato do Sr. Genu, quando eu provei, no dia, aqui – eu provei, no dia, que ele tinha recebido mais, bem mais –, foi quando eu passei a ter a mais absoluta certeza e segurança do mensalão.

Por quê? Porque, na verdade, é escarnecer, é zombar. É zombaria da inteligência, da competência, da dedicação, enfim, da população, dos Deputados. Por quê? Porque foi feito um ajustamento, usaram o Ronivon Santiago, para tentar justificar – o Pedro Corrêa esteve aqui – o que é absolutamente injustificável.

Eu sei que o cansaço já está chegando para muita gente, até para a D. Simone.

É bastante claro que a senhora realmente teve um dos... Uma das cópias de cheque que a senhora colocava, inclusive, o João Cláudio, com a sua letra, SV ao lado. Porque disse a senhora que quando a senhora entregava diretamente, ele não assinava nada, porque, normalmente, era entregue em espécie. Ele não tinha que passar recibo.

Quando, no entanto, não era a senhora diretamente, a senhora ou dava as ordens ou... Aí, então, eles armaram esse álibi dos 750 mil, está certo? Dos 700 mil. No hotel, foi 100 mil que a senhora passou para ele, não é?

Então, eu sinceramente acho que, no caso específico do Sr. Genu, é onde realmente a maior fragilidade de todas as explicações se coloca, Sr. Presidente. Eu acho que não é preciso uma análise muito criteriosa, não é preciso muita inteligência, não é pre-

ciso muita dedicação para perceber que isso é uma imensa falácia.

E aí, como diz a Deputada, dali para cá a coisa está vindo mais ou menos correta. E aqui até ao Sr. Delúbio eu quero dizer isso. Eu acho que o senhor não obistou. Não está obstando, nesse caso específico. Mas, do lado de cá, realmente é muito frágil.

Eu quero só recordar um pouco aqui a questão do Sr. Vadão, que teve contatos com o senhor, por telefone, inclusive utilizando um funcionário da SMP&B.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Correto?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Correto.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Quer dizer,...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Comigo.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Com o senhor, não é?

Foi. E é uma coisa meio complicada, me disse aqui um pouco o Deputado Gastão o seguinte: o caso do Deputado Vadão é um pouco parecido com o caso do Deputado José Borba, porque ele é sacado especificamente. O Borba não era nem líder nem absolutamente nada, então o Sr. Vadão, segundo o nosso Relator, era até adversário, foi adversário em algum momento na disputa eleitoral. Mas o fato é que está configurado, está definido. Então, lamento muito isso, eu fico um pouco envergonhado, eu fico envergonhado numa situação, estou me sentido constrangido em relação à situação do Sr. João Cláudio Genu e às informações que vêm daqui. Acho que aqui a munição...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Não, munição, não, Sr. Presidente, só para falar politicamente correto, a questão do não, pelo amor de Deus, não estou falando de munição, não, estou dizendo que as informações são muito mais substantivas.

Acho muito frágil, e fico com pena do papel que o senhor, Sr. Genu, está sendo forçado a representar, com tanta tristeza, eu fico envergonhado do papel que o senhor está representando.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao próximo orador, que é o Deputado Gastão Vieira.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, parece que a ponta do *iceberg* aqui da Bônus-Banval começa a aparecer. A Bônus-Banval operava para os fundos de pensão, comprava ativos de baixa liquidez, esquentava e es-

friava no mercado, os fundos tomavam um prejuízo e o comprador tinha um grande lucro. Não estou aqui dizendo que era o PT.

Fiz várias perguntas para entender a Bônus-Banval; fiz para o Sr. Genu, só consegui saber que uma filha do Deputado Janene trabalhava lá. Fiz nesta reunião ao Sr. Marcos Valério, que disse: olha, não tenho nada com a Bônus-Banval. Agora ele está dizendo que a Bônus-Banval foi uma boa indicação do PP porque dava segurança. O Delúbio Soares: também não conheço a Bônus-Banval. Mas tem aqui três milhões, quinhentos e quinze pagos pela Bônus-Banval por orientação de Delúbio Soares.

Tenho impressão, Deputado João Correia, de que a Bônus-Banval não recebia, ela dava; não entrava dinheiro na Bônus-Banval, pelo contrário, a Bônus-Banval é que dava dinheiro para a sustentação desse esquema, trabalhando em cima dos fundos de pensão.

Aqui o Presidente do Fundo de Pensão da Petrobras disse que o Fundo teve um prejuízo de cinco bilhões, que o Governo vai precisar ressarcir.

Portanto, fico querendo saber, primeiro, do Delúbio, não, do Marcos Valério: a Bônus-Banval foi indicada pelo PP?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Primeiro, o senhor me dá o direito de discordar. Ela não dava o dinheiro. Pela quebra do sigilo bancário da Bônus-Banval, serão encontrados os cheques que estão depositados.

Segundo, eu vou responder a sua pergunta bem objetivamente. Foi apresentado pelo PP.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Muito bem. Quero lhe esclarecer que acho que a Bônus-Banval era uma operadora na obtenção de recursos. Não estou dizendo que o senhor deu ou não deu. Estou colocando a Bônus-Banval também além como uma operadora de recursos, ela captava recursos. É isso que eu quis dizer.

Por que o senhor considera a Bônus-Banval uma boa indicação? O senhor não falou isso da Garanhuns: não conheço, estava lá, a Garanhuns foi lá, não sei o quê. Mas, a Bônus-Banval o senhor qualificou: foi uma boa indicação. Por quê?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Duas coisas completamente diferentes. A Garanhuns foi uma empresa apresentada pelo Sr. Jacinto Lamas, que foi utilizada para pagar o PL, exclusivamente o PL. A Bônus-Banval que foi apresentada e ela fazia pagamentos em outras praças, como ela fez no Rio de Janeiro, e as pessoas nunca reclamavam, ela entregava em domínio. O Senador Rodolpho Tourinho, é o nome do Senador, e S. Ex^a foi muito feliz na

sua declaração que era entrega direta e não expunha nenhum dos meus funcionários e não me expunha.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – AC) – Senhor Marcos Valério, é difícil acreditar que uma corretora que operava na Bolsa de Valores, na Bovespa, em São Paulo, na Bolsa de Mercadorias & Futuros se prestasse a ser simplesmente uma empresa para entrega de dinheiro em domicílio. É claro que ela tem um papel muito mais importante. Ela era uma empresa pequena em São Paulo, parece que o capital todo era detido por estrangeiros, uruguaios, e foi comprada aí por 1%. Essa história foi contada aqui.

Portanto, eu gostaria que o senhor me explicasse o seguinte: por que a Bônus-Banval dava segurança?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Outra confusão. O capital dela não é uruguaio e nem foi comprada a 1%. Essa era a Garanhuns, que eu li no jornal... ou ela foi comprada, eram duas mulheres que compraram 90% e o Sr. José Carlos Batista ficou com 5%. Essa é a Garanhuns.

A Bônus-Banval era de três sócios. Também li isso no jornal. Acompanhei direto.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Por que ela dava segurança?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Porque entregou o recurso e ninguém nunca reclamou.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Sim, mas a Garanhuns também entregou e ninguém do PL nunca reclamou.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não tinha nenhuma intimidade com a Garanhuns, nunca liguei para a Garanhuns, não fui apresentado ao dono da Garanhuns. A única coisa que eu fiz da Garanhuns foi depositar na conta da Garanhuns a pedido do PL; mais nada.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Só isso. Diferentemente, então, da Bônus-Banval.

Eu gostaria de perguntar para o Delúbio Soares, quando ele autoriza a Bônus-Banval entregar três milhões, quinhentos e quinze, ele confirma que esses três milhões, quinhentos e quinze eram oriundos de empréstimos desse esquema de empréstimo, ou era um outro recurso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Sr. Deputado, vou pedir ao Relator que consulte o acareado Sr. Marcos Valério porque essa informação que está aqui “repasse através do Bônus-Banval por autorização de Delúbio Soares” não corresponde.

Esse valor era orientado pelo partido; o meio que ele usou não é de minha responsabilidade, que é uma oportunidade, inclusive, agradeço...

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Há dois asteriscos aqui “repasse através da Bônus-Banval”.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Deixa eu deixar claro uma coisa. Tem que ficar muito claro. Nós temos que perseguir a verdade, e eu vou colaborar sempre e vou-me colocar à disposição sempre, sempre.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nós vamos usar a boa vontade de V. S^a.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Vou deixar uma coisa clara. A Bônus-Banval foi apresentada pelo PP e ela pagava a quem o Sr. Delúbio passava para mim. Por isso que eu coloquei “sob orientação do Sr. Delúbio Soares.”

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Esses três milhões, quinhentos e quinze?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É. O valor. É só somar os valores do PL, tudo, do valor do PT, do valor do PP, exclusivamente isso. Nada mais que isso. O Sr. Delúbio Soares diz a verdade quando fala que não teve contato com a Bônus-Banval. O senhor, quando fez o depoimento Sr. Genu, o João Cláudio, o senhor sabe das ligações que a Bônus tinha, Deputado.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Olha, na CPI dos Correios, acho que o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto está encarregado, ele é Sub-relator dos Fundos de Pensão. Eu não tenho nenhuma dúvida de que a verdadeira história da Bônus-Banval vai aparecer. Eu solicitei, mas errei porque não fiz um requerimento, porque eu gostaria que fosse quebrado o sigilo das operações feitas por corretora, dentre as quais a Banval, com os Fundos de Pensão. Isso, para mim, parece um caminho absolutamente claro, que vamos chegar a ele rapidamente.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu gostaria de... O senhor está me dando a oportunidade de explicar a toda a imprensa, eu gostaria que isso fosse divulgado. Eu nunca falei com nenhum presidente de fundo de pensão, eu nunca tive nenhum fundo de pensão, eu nunca tive relacionamento com nenhum fundo de pensão. Isso aí eu quero deixar bem claro, o próprio sigilo telefônico, se vão quebrar, ele já está quebrado, vão chegar à conclusão de que eu nunca falei com ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nós temos que ver porque quebramos uma série de sigilos nesse sentido. Isso que V. S^a fala, se já não foi feito, faremos na próxima...

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Eu acho que não vamos chegar a nenhuma conclusão...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O problema é trabalhar com os documentos que já

estão aí, porque é uma montanha de documentos até agora inútil. O Relator é que vem trabalhando.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, quebrar o sigilo dos fundos de pensão não é exatamente o que eu gostaria que fosse feito. Eu gostaria de quebrar o sigilo das operações.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Por exemplo, o da Bônus-Banval já foi quebrado; da Garanhuns, já foi quebrado. O que eu posso dizer é o seguinte: se analisarmos esses dados, poderemos avançar mais.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Não quero ser chato. Eu quero dizer para o senhor o seguinte: o que eu gostaria que fosse quebrado o sigilo...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, vamos ver o que tem...

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – AC) – Não, deixe eu explicar o que eu gostaria. Eu gostaria que fosse quebrado o sigilo das operações feitas pelas corretoras na Bovespa e no Mercado de Futuros. É outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Desculpe. Eu entendi Bônus-Banval e...

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – AC) – Com isso, talvez chegássemos a conclusões bastante interessantes sobre as operações dessas empresas – repito -, que compravam ativos de baixa liquidez e, depois, revendiam-nos. Se dava lucro, não ia nunca para o fundo de pensão, mas, se dava prejuízo, com certeza, ia para o fundo de pensão.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. Entendi-o em tempo. Talvez a CPMI já disponha desses elementos, porque já passou um requerimento mais ou menos nesse sentido. Vamos ver o que temos. Se não houver, na próxima reunião administrativa, mediante aprovação, claro, da maioria, daremos encaminhamento ao requerimento de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Muniz.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Deputado Agnaldo Muniz, V. Ex^a me permite uma interrupção, só para completar a inquirição do ilustre Deputado Gastão Vieira?

Sr. Delúbio Soares, sobre esses dois asteriscos referentes à Bônus-Banval, o senhor afirmou que a Bônus-Banval foi feita por indicação do PP, Partido Progressista.

O SR. DELÚBIO SOARES – Quem afirmou foi o Marcos Valério e não eu. A Bônus-Banval é apresentada ao Marcos Valério, o Marcos Valério utilizou as empresas... Transferência de recursos dos empréstimos que eram do PT e que estavam nas suas empresas para

fazer determinadas entregas via Bônus-Banval. É isso é que eu deduzo do conhecimento da Bônus-Banval.

Peço a V. Ex^a ou para o Sr. Presidente para dialogar diretamente com o outro inquirido, que eu não sou responsável pela Bônus-Banval. O Sr. Marcos Valério é que teve contato com Bônus-Banval. Com o asterisco que está aqui, parece que está escrito que eu que indiquei a Bônus-Banval. Eu autorizei os empréstimos gerais. Como eles chegaram à ponta... Vários deles, esses R\$3,515 milhões, o Marcos Valério utilizou a estrutura da Bônus-Banval, depósito na conta da Bônus-Banval, para que ela fizesse a entrega. Foi isso que aconteceu. Então, quero fazer esse esclarecimento.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Foi dito aqui que a interveniência da Bônus-Banval tinha se dado por indicação do PP. Não é isso, Sr. Marcos Valério?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – No entanto, tem aqui dois asteriscos do PT nacional – agora, não é PP –, Partido dos Trabalhadores nacional para pagamento de Aristides Junqueira. Têm os mesmos dois asteriscos que caracterizam a Bônus-Banval na coluna que diz respeito...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu não diria que é o Aristides Junqueira. Ali, estão listadas as pessoas que foram receber no PT nacional. O que eu passei... Essa lista desses R\$4,9 milhões não tem relacionamento direto nessas colunas. Essas pessoas do PT nacional é que receberam lá. O Aristides Junqueira, se não me engano, foi R\$185 mil. Se não me engano. Tem até o recibo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Aristides Junqueira, R\$545 mil.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não..

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eu quero saber do senhor...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – R\$545 mil foi a Bônus-Banval.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Aristides Junqueira e Pedro Fonseca. É a relação que o senhor ofereceu.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não, não, não. R\$545 mil... A leitura não é assim.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Dá licença, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não, senhor. A leitura não é assim, Deputado. Perdão. Isso é informação que eu...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Isso aqui não corresponde...?

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Diante de cada nome, há um quadro com parcelas *(Inaudível.)* Quando se trata de pessoas como o Dr. João Carvalho Genu e outros *(Inaudível.)*, a coluna corresponde ao nome. Agora, quando se trata do Sr. Aristides Junqueira, o nome dele aqui não... Este quadro não corresponde *(Inaudível.)*

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – V. Exª me permite?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não foi à toa que o Relator insistiu tanto na necessidade...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – V. Exª me permite?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – ... desta audiência de acareação.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – V. Exª me permite?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – ... dessa audiência de acareação.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – V. Exª me permite, Sr. Relator?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Vou adiante.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Depois, o senhor responderá.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não é o fato de defender o Sr. Carvalho Genu. Mas acontece que o senhor identificou a Bônus-Banval, quando diz respeito ao Sr. Carvalho Genu, por causa de dois asteriscos. No entanto, no PT Nacional, o Sr. Aristides Junqueira tem os dois asteriscos, O Sr. Raimundo Ferreira da Silva Júnior, do PT do Distrito Federal, tem os dois asteriscos correspondentes a R\$120 mil. O Sr. Aristides Junqueira tem, no dia 26 de abril de 2004, dois asteriscos, R\$545 mil. O senhor disse que esse quadro não corresponde aos nomes que estão aqui. Por que é que no caso dos outros depoentes o quadro corresponde às importâncias que foram colocadas?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor. Serei muito franco com V. Exª. O PL não corresponde. O asterisco está lá embaixo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Então, estamos perdendo todo o nosso tempo. As perguntas que estamos fazendo estão todas vincu-

ladadas, sediadas, na relação existente entre o nome e a quantia que vem adiante como correspondente ou não. As perguntas que fiz com relação a todos os depoentes tiveram por base essa relação e foram satisfatoriamente reconhecidas e afirmadas por eles. Só esta do Sr. Aristides Junqueira é que é negada, como se não houvesse absolutamente nenhuma relação. Se não há relação qual é a razão dessa localização geográfica das importâncias que aqui se tem, referem-se a quem, afinal de contas, se não a essas pessoas? Não se referem a ninguém. Os senhores têm cópia. Confiram, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Sr. Marcos Valério para prestar as informações requeridas pelo nobre Relator.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sr. Relator, com todo respeito, é importante salientar que o PT recebeu, dentro do departamento financeiro, esse valor de R\$4,932 milhões.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Então, o quadro corresponde ao PT Nacional.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Esse quadro é do PT Nacional.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Por que o senhor negou há pouco?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não estou negando. Estou falando que o Sr. Aristides Junqueira não recebeu R\$545 mil. Foram entregues R\$545 mil na sede do PT Nacional pela Bônus-Banval. É o que estou falando, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O importante é assinalar que essa quantia de R\$545 mil, do dia 26 de abril de 2004, tem os dois asteriscos indicativos da Bônus-Banval.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim. Ela entregou na sede do PT.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quer dizer que a Bônus-Banval também foi usada para entregar dinheiro ao Partido dos Trabalhadores.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim. Deixe-me explicar.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Era o que eu queria positivar. Não foi uma característica do PP.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Gostaria de explicar. Poderia só explicar?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Exª me desculpe, Sr. Deputado.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Vou falar um pouco sobre a Bônus-Banval e acabamos de elucidar esse caso. A Bônus-Banval cobrava uma comissão para entregar o recurso. Se V. Exª

quebrar o sigilo bancário dela, vai encontrar um valor de 3%, que ela cobrava para entregar os recursos.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O que significa que esses R\$4.932.467,14 foram distribuídos aos Srs. Delúbio, Sílvio Pereira, Marcelo Sereno, Edilene, Solange Pereira de Oliveira, Lucas Bizato, Aristides Junqueira, Pedro Fonseca e à campanha de São Bernardo e Osasco.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Justamente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Uma quantia dessas de R\$545mil foi destinada a esse grupo de pessoas ou uma das pessoas desse grupo por meio da Bônus-Banval.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Está esclarecido, Sr. Relator?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sim. Desculpe-me a veemência.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– É evidente que todos nós estamos exaustos.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Nós estamos aqui para esclarecer. Com veemência ou sem veemência, estamos aqui para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Estamos todos aqui, apesar do cansaço, buscando com paciência a verdade.

Concedo a palavra ao Deputado Agnaldo Muniz. Contarei o tempo a partir deste momento.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, nobres acareados, estou vendo com clareza que há uma série de contradições, principalmente na lista apontada pelo seu Marcos Valério, pelas declarações do próprio Delúbio. Uma hora fala que passou a mais, e as pessoas dizem que não receberam aquela quantia. Outra hora as pessoas reconhecem que receberam dinheiro e o outro lado nega. Então, há uma série de contradições. Essa lista, na verdade, deixa claro que muitos problemas precisam ser esclarecidos. E uma coisa está cristalina: ela não reflete a verdadeira realidade dos fatos narrados nessa lista. Essa é a clareza, porque não fecha a conta. Se formos analisar o tanto de dinheiro que passou, só aqui já tem uma diferença de R\$10 milhões. Mas quando levamos ao final dá uma diferença de mais de R\$20 milhões. Então, é muito dinheiro para ter uma contradição numa lista tão pequena como essa.

E eu estou vendo uma coisa interessante: parece que o PP virou um partido que contrata empresa para passar dinheiro para o PT, passar dinheiro para os outros partidos. Virou piada e não é por aí! Pessoas passando dinheiro sem recibo, falando de quantias enormes, mas não aparece recibo. Só na conversa, só no diálogo. Quer dizer, é uma confiança, uma boa-fé que é de admirar. Eu fico impressionado, porque no mundo de hoje ninguém passa dinheiro sem recibo, sem nada. Desculpe-me a franqueza, mas essa é a realidade que estamos observando aqui. É palavra contra palavra. No mundo de hoje, ninguém passa R\$50 para o outro, se não pega um recibo. E as pessoas falam que passaram milhões para o outro, sem um recibo! Isso é uma coisa interessante. É palavra contra palavra e fica difícil de entender, Sr. Presidente.

Essa acareação está sendo bastante esclarecedora, está deixando claro que essa lista é uma farsa, não reflete a verdadeira realidade dos fatos.

Por outro lado, Sr. Presidente, quando estive aqui o Sr. Palmieri, ele falou muito claro: o PTB declara veementemente que recebeu R\$4 milhões. Falou que recebeu dinheiro, disse o local, falou até de dias e não reconhece. O Sr. Delúbio não reconhece; Marcos Valério não reconhece, ninguém reconhece esse dinheiro repassado para o PTB. Quer dizer, vai daqui para lá, chega lá e esbarra. Tem hora que vem de lá para cá... Eu estou vendo ir daqui para lá e não acontecer nada lá. Vem de lá para cá, mas não tem recibo, não tem prova.

Eu acho que os fatos têm que ser esclarecidos na íntegra. A sociedade merece respeito e merece um esclarecimento. Aparece agora essa empresa Bônus-Banval dizendo que o PP a apresentou ao PT para o Partido sair distribuindo dinheiro para os outros. E o PP apresenta ao Marcos Valério. É um assessor do Marcos Valério agora? Onde já se viu isso?

Sr. Presidente, muitas contradições me deixam impressionado. Outra hora até a lista começa a dar diferença nos locais dos nomes. Então, não é por aí.

Quero me referir à primeira palavra de hoje do Marcos Valério: o ser humano não é uma máquina. O ser humano comete equívocos. Eu quero fazer apenas uma pergunta: por que essa lista não cita o repasse de R\$4 milhões feito em julho para o PTB? Reconhecido pelo Partido, o homem falou que recebeu, perdeu até o mandato, foi cassado e por que não consta nessa lista, Sr. Delúbio?

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu nunca neguei que passamos recursos ao PTB. Desde o primeiro depoimento ao Ministério Público, afirmei que não era com os numerários nem com a forma que o Deputado Roberto Jefferson tinha anunciado, de R\$4 milhões em

duas malas. Então, o que foi autorizado – eu não lembrava os números – ao PTB como um todo – já afirmei –, em torno de R\$13,8 milhões, uma parte quantia do Presidente, outra parte sob orientação do PTB via o Emerson Palmieri, que ele negou aqui, de R\$2,5 milhões, e ao Deputado de Minas Gerais, Romeu Queiroz, R\$350 mil. Isso que aconteceu com o PTB.

Não aparecem os R\$4 milhões que o Roberto Jefferson fala porque não autorizamos fazer e não feito. Então, não tem jeito de aparecer na lista, porque nós não fizemos. Ele anunciou isso, se ele foi cassado por isso ou por ter mensalão e não provou não é... O Plenário do Congresso tomou a decisão, não cabe a mim aqui julgar. É uma realidade.

Só para explicar a lista do PT, esses nomes que estão aqui, esses não são de responsabilidade do Sr. Marcos Valério, a responsabilidade desses nomes é minha. Eu quero informar que esses nomes do PT a responsabilidade é minha. Colocou aqui alguns nomes porque ele lembrou, da Solange, da Edilene, do Aristides, e ao Aristides Junqueira e ao Pedro Corrêa, ao Pedro Fonseca – perdão –, Pedro Corrêa é o Presidente do PP, Deputado que respeito muito, ao Aristides Junqueira e ao Pedro Fonseca foram três saques de R\$150 mil, de R\$450 mil, que está à disposição da CPMI, que está assinado pelo Pedro Fonseca, em nome do escritório do Aristides, e que eu assumi, esse pagamento foi autorizado e foi feito justamente...

Então, essa lista de R\$4,9 milhões é a que está entregue aqui. O PT assume os R\$15 milhões do Duda. Então...

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Sr. Delúbio, por que não consta nesta lista aqui os R\$4 milhões do mês de... Os R\$4 milhões, então, do PTB, que eles reconheceram?

O SR. DELÚBIO SOARES – Deputado Agnaldo, porque isso não existiu.

Só o PT nacional...

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Então há uma contradição entre o que estão dizendo e o que está sendo declarado.

O SR. DELÚBIO SOARES – O PT nacional assume a responsabilidade dessa lista.

Só para V. Ex^a ter uma idéia, os R\$15,5 milhões do Duda Mendonça...

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Agora que era a hora de usar a Bônus-Banval aqui para saber se tinha passado, ou a Garanhuns...

O SR. DELÚBIO SOARES – Mas não cruzava.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – ... se tinha passado esse dinheiro.

O SR. DELÚBIO SOARES – Infelizmente, Deputado, não foi assim.

O PT assume a responsabilidade de R\$30 milhões: os R\$15,5 milhões do Duda estamos botando na conta do PT, esses R\$5 milhões que estão aqui, os dois milhões e pouco do Rio de Janeiro, que é do PT, um milhão e pouco do Rio Grande do Sul, o de Santa Catarina, e outros que estão aqui e de que o PT assume a responsabilidade, o de Brasília, que dá aproximadamente R\$30 milhões para o PT. Nos empréstimos de R\$55 milhões, aproximadamente R\$30 milhões foram para o PT e assumidos pelo PT. Nós estamos assumindo aqui.

Então foi isso que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Mais alguma pergunta, nobre Deputado?

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Sr. Presidente, para mim já está clara essa contradição e que essa lista aqui não reflete a verdadeira realidade dos fatos.

Então, sem mais perguntas, Sr. Presidente.

O SR. DELÚBIO SOARES – E provando que não corresponde, tem que ser retificada. Eu concordo plenamente com o Deputado. Temos que procurar a verdade para que ninguém seja injustiçado. Não podemos injustiçar ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Com certeza vamos continuar as investigações, vamos analisar o que foi movimentado na Bônus-Banval e nas outras entidades que funcionaram como intermediárias desse processo, porque está tudo na nossa mão, sigilo quebrado, já está tudo disponível. Basta analisar os dados e a verdade virá à tona. Aí vamos saber o que há realmente de verdade nisso.

O último orador inscrito é o Deputado Luiz Antonio Fleury. Não?

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Não me inscrevi, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Inscrevi V. Ex^a.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Tendo em vista o adiantado da hora, abro mão porque temos mais um depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Essa era a lista dos titulares.

Agora, passo aos suplentes, por apenas cinco minutos.

Concedo a palavra a V. Ex^a, por questão de equidade, já que é o único suplente resistente, vamos lhe dar os dez minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Obrigado. Vou ser bem objetivo, sem prolegômenos, sem intróito, vou entrar diretamente nas perguntas.

Sr. Marcos Valério, quantas vezes o senhor esteve no Banco Central e com que objetivo?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Já respondi isso quando fui inquirido aqui na CPMI. Devo ter ido ao Banco Central umas três ou quatro vezes. Na primeira vez, fui levado pelo Sr. Virgílio Guimarães junto com o Sr. José Augusto Dumont, do Banco Rural, onde ele me apresentou, foi se apresentar ao Dr. Paulo Sérgio Cavalheiro. Depois, fui levar uma proposta do Banco Mercantil de Pernambuco para levantar a liquidação do Banco, porque o Banco Rural detinha 22,8% do capital social do Banco e havia interesse do Banco Rural em levantar essa liquidação. A resposta do Banco Central foi não. Ele não aceitou a proposta.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Passo à segunda pergunta. O senhor disse que entrou com uma ação contra o PT para cobrar o valor dos empréstimos.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É verdade, Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – E que a cúpula sabia do aval dado pelo Sr. Delúbio Soares. A pergunta é a seguinte: essa ação é para valer?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Deputado, se eu não conseguir receber do PT, é uma irresponsabilidade com a minha família porque, se for a Belo Horizonte, vai encontrar a minha casa penhorada, a que moro hoje, os meus carros penhorados, e uma ação de cobrança dos bancos em cima de mim.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – E essa ação não foi arquivada na semana passada?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Está em vigor até hoje?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Está em vigor até hoje. Na semana passada, foi feito um acordo com o Banco Rural, eu tinha um dinheiro no Banco Rural – eu não, perdão, vamos corrigir –, a empresa DNA Propaganda tinha um dinheiro depositado no Banco Rural, e nós liberamos para o Banco Rural abater parte da dívida de R\$1,1 milhão. O Banco Rural liberou um pouco mais de R\$2 milhões para que eu pagasse as rescisões dos funcionários. Eu não tinha recurso para pagar rescisões, e utilizei esse recurso para pagar as rescisões dos funcionários. Isso está devidamente comprovado na DNA.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Mas o que tem isso a ver com a ação que o senhor move contra o PT?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, é que saiu na imprensa essa especulação.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – O senhor afirmou que a Bônus-Banval foi lhe apresentada pelo Sr. Lamas. O senhor achou que...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não, a Bônus não foi. A Garanhuns é que foi apresentada pelo Sr. Lamas.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Ah, sim, foi apresentada pelo Sr. Janene.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Justamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – E que o senhor achou que funcionava muito bem e, por isso, passou a operar mais intensamente com a Bônus-Banval. É isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Verdade. E não foi o PP, que é um grande partido. Ele não é o meu assessor. O PP não é um instrumento meu. Seria uma leviandade da minha parte. Operei com a Bônus-Banval pela qualidade da Bônus-Banval.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Para o senhor aferir a qualidade, o senhor precisa – isto é um detalhe importantíssimo, Sr. Relator – pelo menos fazer uma operação para ver se funciona. O senhor coloca o dinheiro, ela cobra os 3%, ela entrega naquele local ao qual o senhor não teria acesso pela conta do Banco Rural. É isso? O que é essa qualidade?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não só isso. O Senador Rodolpho Tourinho foi muito feliz, ela entregava direto onde a pessoa está. Na casa, no escritório, onde a pessoa quisesse receber.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sim, até o senhor generalizar, imagino que o senhor faça uma experiência, veja que funciona bem. E aí há um interregno. Vendo que funciona bem, a curva de aprendizagem mostra para o senhor: “Encontrei alguém que faz bem”. Com isso, o senhor generalizou para outros partidos. Foi isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, na verdade, ele fez cinco remessas, ele fez cinco entregas.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sim, mas houve esse interregno? O

senhor fez uma primeira operação, depois o senhor viu que funcionava bem e generalizou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Posso ler as datas para o senhor? Do dia 26 ao dia 30, ele entregou ao PL. No dia 15/01... No dia 26/04 ao dia 30/04, ao Rio de Janeiro. No dia 26/04, ao PT; e no dia 26/04 ao PP. Ele me foi apresentado como uma pessoa de confiança, e foi-me apresentado por uma pessoa a quem respeito muito que foi o Deputado José Genu.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Relator, veja como não bate. É um detalhe extremamente importante. Lá na primeira vez em que perguntamos sobre esse assunto, o Sr. Marcos Valério disse: “Foi-me apresentado pelo Sr. Janene. Funcionou muito bem. Generalizei”. Não, ele fez no mesmo dia – no mesmo dia –, para todos, no mesmo dia. Não houve esse interregno. Portanto, o senhor não tinha como saber, pela experiência do PP, que funcionava bem, para generalizar. Não, de imediato, o senhor, em uma semana somente, em cinco dias úteis, o senhor distribuiu os R\$3, 515 milhões. Não há interregno. São todos distribuídos no mesmo dia, no mesmo dia.

Portanto, fica muito estranha a explicação sobre a entrega em casa, chegar aonde o banco não conseguiria chegar. São entregas no Distrito Federal. Por exemplo, Raimundo Ferreira, no Distrito Federal, vou pagar 3% sobre um valor que ele poderia receber diretamente no Banco Rural. Para que essa intermediação? Aliás, eu não consigo entender, e por isso fica quase impossível acreditar que o senhor faça um empréstimo para o PT e fique com o dinheiro para ir soltando aos poucos. Por que quando o senhor faz esses empréstimos, não os repassa, ato contínuo, ao Sr. Delúbio Soares?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É muito importante deixar claro que os empréstimos estão registrados no SIS/Bacen, no devido momento em que você faz esse empréstimo. E o Banco Central respondeu a um questionamento da CPMI dos Correios dando as datas em que foram registrados no SIS/Bacen os empréstimos. Quanto as empréstimos, eu acho que estão devidamente diluídas as dúvidas sobre sua existência. O Banco Central atesta que eles existiram.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Pois é, aliás, a respeito desses empréstimos, o Sr. Rogério Tolentino fez um empréstimo, em abril, de R\$10 milhões. É o último dos empréstimos feitos pela sua empresa.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Correto.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – É o último dos empréstimos feito pela sua empresa. Imediatamente, passou para a Bônus-Banval praticamente a metade, um valor maior do que aquele que foi distribuído, que é de R\$3,5 milhões. Isso é mostrado pelos extratos do sigilo bancário que foi quebrado.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Como é que o senhor justifica essa diferença?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Se abrimos a contabilidade, vamos ver o retorno da Bônus-Banval do recurso que não foi utilizado na distribuição. Está devidamente registrado na contabilidade o retorno.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – O proprietário da Bônus-Banval declarou que os R\$6 milhões que foram repassados pelo PP, ele recebia as ordens não do Sr. Delúbio, nem do senhor. Ele recebia do dono da Natimar, uma corretora do Sr. Najun Turner. Isso aqui consta dos depoimentos. O que o senhor diz a respeito?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não conheço a Natimar; não conheço o Sr. Najun Turner; não conheço o senhor dono da Natimar. A quebra do sigilo telefônico...Eu acho que ele também declarou isto: que nunca me viu na vida dele.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – E, na sua declaração, esses R\$6 milhões repassados ao PP foram determinados pelo senhor por ordem recebida do Sr. Delúbio?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não são R\$6 milhões ao PP. Foram passados o valor de R\$6 milhões à Bônus-Banval. Ao PP, deixo claro, foi repassado R\$1,2 milhão. Não são R\$6 milhões ao PP. Quanto aos depósitos da Bônus-Banval, uma parte foi entregue a essas pessoas que estão nessa lista, e a outra devolvida de acordo com a contabilidade e o extrato bancário.

Por último, nestes quinze segundos que ainda tenho, a contabilidade ou os extratos bancários mostram que houve saques para sócios da sua empresa de dezenas de milhões. A somatória, num longo período, que extrapola esse período de 2004. Esses empréstimos foram para outros sacadores ou são distribuição de lucros? Estou perguntando isso, porque o senhor afirmou que sobram apenas 10% do movimento para a empresa. E, no entanto, o que foi sacado é um volume muito grande.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É importante deixar claro que a minha de-

claração de Imposto de Renda está sob auditoria da Receita Federal e tudo que foi distribuído de lucro da empresa está devidamente registrado e em poder do Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Alguma pergunta mais, Sr. Relator?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Um esclarecimento, Sr. Presidente. Quando me referia ao ilustre advogado Aristides Junqueira como relacionado a uma parcela de R\$500 mil, causei espanto entre a Srª Simone de Vasconcelos e o Sr. Marcos Valério.

Quero dar conhecimento de que o termo de declarações prestadas por Pedro Rafael Campos Fonseca, sócio do escritório de advocacia Junqueira, Alvarenga & Fonseca Advogados, faz referência, na Polícia Federal, à existência de um contrato desse escritório com o PT, no valor de R\$500 mil de honorários, para atuar em defesa do PT de Santo André, no caso da morte do Prefeito de Santo André.

Aqui está o depoimento, com referência expressa aos valores que foram pagos: três prestações de R\$100 mil e outra de R\$150 mil, se não me engano. Os que quiserem melhores informações poderão tomar conhecimento no próprio contrato celebrado pelo escritório Aristides Junqueira.

Quero declarar que não vejo absolutamente nada de censurável em que um escritório de advocacia preste serviços a quem tenha necessidade de serviços de advogado. Nem me causa estranheza nenhuma o volume dos honorários pagos, porque se trata de um escritório da maior reputação.

Estou dando conhecimento disso aos Senhores Membros da Comissão, porque causou certo espanto a minha afirmativa de que aquela coluna de R\$500 mil correspondia ao Sr. Aristides Junqueira. Na verdade, corresponde, embora não haja uma paridade gráfica do caso.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Agradeço ao Sr. Advogado pela presença. S. Sª está dispensado, pode se retirar, porque não haverá mais necessidade de nenhuma acareação.

E convido o último acareado, o Sr. Manoel Severino dos Santos, para tomar assento.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, conceda-nos uns cinco minutos de intervalo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Não tem lanche. Quem quiser, pode parar para atender qualquer premência pessoal.

O tratamento na Comissão é com pão e água. Mas o pão não existe, há água apenas. (Pausa.)

Peço que o acareado tome assento no lugar próprio.

Com a palavra, o Exmº Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Sr. Manoel Severino dos Santos, tenho na memória o seu depoimento prestado a esta mesma Comissão em que o senhor negou, peremptoriamente, ter recebido qualquer importância do Sr. Marcos Valério de Souza para a campanha eleitoral do Rio de Janeiro. Além dessa lembrança, estou de posse da defesa que o senhor apresentou a esta Comissão, pela qual vi que o senhor reitera a informação de que não recebeu recursos para isso. No entanto, sou forçado a colocá-lo diante da lista assinada pelo Sr. Marcos Valério de Souza, no sentido de esclarecer definitivamente esta questão. Na relação apresentada pelo Sr. Marcos Valério, o nome do senhor consta como tendo recebido a importância de... Manoel Severino dos Santos, um momento, por favor. Roberto Costa Pinha... Manoel Severino – Rio de Janeiro – PT/ RJ. Aqui consta que o senhor teria recebido, por intermédio do Sr. Luís, a importância de R\$2.676.660,67, em quatro parcelas distintas. Uma, no dia 19 de agosto de 2003, no valor de R\$100 mil; outra, no dia 15 de janeiro de 2004, no valor de R\$326.660,67. Como, diante desta importância, há um asterisco, suponho que ele represente a presença ou a intermediação da Garanhuns. Não, Sr. Marcos Valério?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Um... O recebimento foi feito pelo Sr. Henrique Pizzolato. Daí, o asterisco em frente ao nome Henrique Pizzolato. O outro foi pago via Bônus-Banval.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– No dia 26 de abril a 30 de abril de 2004, R\$750 mil. Aí, sim, marcado com dois asteriscos. Então, aqui significa a interferência da Bônus-Banval?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– E, finalmente, em 5 de julho de 2004, a importância de R\$1,5 milhão. Peço ao senhor, Sr. Manuel Severino, o obséquio de prestar sua declaração a respeito desse item da prestação de contas do Sr. Marcos Valério.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Sr. Relator, Sr. Presidente, demais membros desta CPMI: Senadores, Deputados e Deputadas. Eu reitero, aqui, nesta segunda estada nesta CPMI, que não fui receptor de nenhum desses recursos que constam nessa lista. Com relação à importância de R\$100 mil, que faz parte desta lista, eu havia explicado aqui nesta CPMI, que fui um dos coordenadores da campanha eleitoral de 2002 no Rio de Janeiro. E, após o encerramento da campanha, no fechamento da prestação de contas e no hiato – campanha majoritária do Rio de Janeiro –, ela não teve segundo turno. Ela se encerrou no primeiro

turno. A candidata Benedita da Silva teve, aproximadamente, 25% daqueles votos, daquela campanha e, no hiato entre a campanha do segundo turno e a campanha da Presidência da República, houve uma série de atividades de agradecimento de votos e algumas despesas foram contraídas, foram realizadas para algumas atividades que foram feitas, como carreatas, panfletos de agradecimento.

Posteriormente, começaram a surgir algumas reclamações de dívidas que, eventualmente, foram reclamadas por conta daquela campanha majoritária ao Governo do Estado. Eu estava na iminência de assumir um cargo no Governo Federal, como eu disse aqui naquela ocasião, e pedi ajuda à Direção Nacional do Partido, através da Secretaria de Planejamento e Finanças, no sentido de que fosse feito algum tipo de gestão, algum tipo de ajuda para que pudéssemos, num primeiro momento, verificar se aquelas dívidas que vinham sendo reclamadas como saldo de campanha – da campanha de que fui um dos coordenadores – eram reais. Pedi ajuda e pedi a uma das pessoas que coordenou a campanha comigo, entre outras pessoas, para que fizesse a gestão para ver se esse tipo de recurso poderia vir como ajuda. Recordo-me de ter falado aqui, naquela ocasião, de que o montante reclamado depois do fechamento da prestação de contas na campanha girava em torno de R\$170 mil, aproximadamente.

Posteriormente, tive conhecimento de que essa ajuda veio, bastante tempo depois, através da pessoa que eu deleguei que fizesse gestão no sentido de cobrar a ajuda que eu havia solicitado. Tive a informação de que veio parte daquela dívida – que era de aproximadamente de R\$170 mil – na casa de R\$100 mil, e que foi negociado, então, aquele débito que havia ficado, e o pagamento foi feito.

Posteriormente, em função dos fatos políticos, que são de conhecimento de todos nós, tomei conhecimento de que aqueles R\$100 mil tiveram origem através do Banco Rural, de recursos que vieram do Banco Rural. Essa responsabilidade política eu assumi aqui, naquela ocasião, perante todos os senhores nesta CPMI e reitero que, em relação ao conjunto de volume de recursos que aparece na lista, apontando o meu nome como sendo receptor e recebedor, não fui recebedor desse recurso; não fui porta-voz e não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quer dizer que o senhor confirma que recebeu apenas uma parcela de R\$100 mil, que é essa de 19 de agosto de 2003?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Se V. Exª me permite esclarecer, volto a dizer: após o

encerramento da campanha eleitoral, no hiato entre o término da campanha eleitoral majoritária e a passagem para a campanha para presidente no segundo turno, houve um conjunto de atividades de agradecimento de votos: carreatas, panfletos de agradecimento. Correlatas a isso, surgiram algumas reclamações de dívidas oriundas da campanha, que, efetivamente, já havia sido fechada.

Pedi a uma pessoa, que foi um dos coordenadores da campanha comigo, para que fizesse gestão no sentido de pedir ajuda para ver se viria esse tipo de recurso para pudéssemos saldar esse tipo de dívida. Foi essa a afirmação que fiz naquela ocasião, e é o que estou repetindo aqui agora.

Nesse sentido, como fiz naquela ocasião, faço aqui agora: assumo a responsabilidade política por ter sido coordenador daquela campanha, e era muito natural, inclusive, na medida em que uma das tarefas que eu tinha como coordenador daquela campanha era cuidar da questão de infra-estrutura dos recebimentos, dos recibos eleitorais e da arrecadação de campanha.

Recordo-me, inclusive, de que cheguei a informar aqui a V. Exªs do montante de recursos arrecadados naquela campanha no Rio de Janeiro, que girou em torno de aproximadamente 2 milhões e 700 mil reais – disse aqui recursos todos arrecadados no Rio de Janeiro que não foram fruto de empréstimo bancário, que não teve um aporte e uma ajuda da Direção Nacional. O que ficou, sim, foram dívidas contraídas de atividade de agradecimento de voto e de algumas reclamações de supostas dívidas que ficaram após o fechamento e entrega da declaração da campanha na Justiça Eleitoral.

Fiz gestão e pedi ajuda à Secretaria de Planejamento e Finanças, coloquei uma pessoa, que foi um dos coordenadores da campanha, para que continuasse fazendo gestão para verificar se esses recursos viriam – e tomei conhecimento depois que veio ajuda de 100 mil reais –, e, em função de todo esse imbróglio político que estamos vivendo, tomei conhecimento que esses recursos na casa de 100 mil reais vieram através do Banco Rural.

Foi isso que afirmei na minha estada aqui, no dia 4 de outubro, e que volto a reafirmar aqui. Como falei naquela ocasião, volto a reafirmar aqui: assumo o compromisso político daqueles fatos na medida em que eu era coordenador da campanha eleitoral de 2002; um dos coordenadores da campanha eleitoral e tinha como atribuição cuidar da parte de infra-estrutura da campanha.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Manoel Severino, quer dizer que o senhor não

recebeu, absolutamente, nenhuma importância do Banco Rural e nem do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza? É só o senhor responder, recebeu ou não recebeu, objetivamente?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu gostaria que o senhor respondesse objetivamente.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Muito bem, não recebeu.

Constatando, porém, a existência de dívidas decorrentes da campanha, não só dela, mas também de acontecimento destinado a comemorar o resultado do primeiro turno, o senhor orientou um companheiro seu a buscar recursos a fim de pagar essa dívida. Não é verdade? E essa pessoa é o Sr. Luiz?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não senhor, é o Sr. Carlos Manoel.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Aqui na lista do Sr. Marcos Valério está: Sr. Manoel Severino (PT – Rio de Janeiro); Luiz, telefone: 81073299/22231761. O senhor não conhece esses números?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – O primeiro telefone que V. Ex^a falou é meu telefone.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Nenhum Luiz atende por esse telefone?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu conheço várias pessoas com nome de Luiz. Agora, não...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quero saber se algum deles responde por esse telefone. (Risos.)

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não senhor.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Qual foi a pessoa que o senhor incumbiu de ir buscar recursos para pagar as dívidas da campanha?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – A pessoa que deleguei para fazer gestões junto à Secretaria de Planejamento e Finanças, quando falei que tinha ficado algum problema da campanha de 2002, é o Sr. Carlos Manoel da Costa Lima.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Isso nós sabemos. Agora vou fazer duas perguntas ao senhor: O senhor falou no primeiro turno da campanha. Da campanha de quem?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Da campanha da então Governadora Benedita da Silva, que assumiu o mandato no início de abril de 2002, na vacância do cargo deixado pelo Sr. Anthony Garotinho, que resolveu concorrer à Presidência da República

– ela era a Vice-Governadora e teve o direito, então de, no cargo, se candidatar à reeleição.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Muito bem. Foi na campanha da Benedita da Silva. Ela perdeu a eleição no primeiro turno.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Exatamente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E o senhor comemorou? (Risos.)

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Tiveram algumas atividades de agradecimento de votos, principalmente em algumas regiões, com carreatas e distribuição de panfletos de agradecimento.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – É a primeira vez que se faz carreata para comemorar uma derrota. (Risos.)

Fico satisfeito, Sr. Presidente. (Pausa.)

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Devo submeter o depoimento do Sr. Manoel Severino ao confronto do Sr. Marcos Valério.

O senhor mantém a afirmativa constante da sua lista?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A minha lista reflete estritamente a verdade.

O Sr. Manoel Severino era o nosso contato para o PT do Rio de Janeiro – PT do Rio de Janeiro. Uma das pessoas que sacaram – uma das pessoas – é o Sr. Luiz; outra é o Sr. Carlos Roberto; e um outro chamado Carlos. Estou dando essas devidas informações para o senhor.

O Sr. Manoel Severino era o contato que nos foi passado para repassar dinheiro para o PT do Rio de Janeiro, do Diretório do PT do Rio de Janeiro.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E essa importância de R\$2.676.660,57 o senhor confirma que repassou ao PT do Rio de Janeiro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Repassei ao PT do Rio de Janeiro, foi comunicado ao Sr. Manoel Severino, que era a pessoa de contato...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – De contato?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – ...de contato, através desse Carlos, através do Luiz, que está aí e através desse Carlos Roberto. E se o senhor ver as datas, vão casar com as eleições municipais que aconteceram no Rio de Janeiro.

Municipais de 2004? (Pausa.) Municipais.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Contudo, o senhor contesta essas informações, dizendo que não era o contato e não dirigia essas operações. Não quer dizer que o senhor recebia os recursos.

Ele está afirmando que o senhor foi o contato do PT do Rio de Janeiro.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu estive com o Sr. Marcos Valério várias vezes, já falei aqui nesta CPMI, sou capaz de repetir todos os encontros que eu tive, todos os assuntos que eu tratei com o Sr. Marcos Valério. Agora, não tratei com o Sr. Marcos Valério nenhum assunto com relação a repasse de recursos para a campanha do Rio de Janeiro.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Por favor, qual era a razão então dos seus numerosos contatos com o Sr. Marcos Valério durante a campanha?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Posso enumerá-los aqui, um a um, os sete encontros que tive com o Sr. Marcos Valério.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não se referiam à questão do Rio de Janeiro?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Nunca tratei. Tivemos três encontros com o Sr. Marcos Valério entre novembro e dezembro de 2003, onde conversamos sobre campanha eleitoral de 2004, campanha municipal e sobre a estratégia e as possibilidades que o Partido dos Trabalhadores teria nessa disputa e se existiria alguma possibilidade, seja de participação do Sr. Marcos Valério em algumas dessas campanhas eleitorais como publicitário.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Bom, então o senhor confirma que manteve conversações com o Sr. Marcos Valério em torno de financiamento de eleições.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu não estou dizendo que discuti e conversei com o Sr. Marcos Valério sobre financiamento de campanha, eu conversei com o Sr. Marcos Valério sobre a perspectiva eleitoral, a expectativa eleitoral que tínhamos no Rio de Janeiro. Na campanha de 2000 saímos com uma prefeitura. Tínhamos uma expectativa, até por estarmos no Governo Federal, em função do quadro político lá no Rio de Janeiro, de eleger um número maior de campanhas. E com o Sr. Marcos Valério, como publicitário, como pessoa que eu já tinha estado com ele algumas vezes, conversei com ele sobre a possibilidade de eventualmente o Sr. Marcos Valério participar de alguma daquelas campanhas.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Permitam-me as duas últimas perguntas.

O senhor aconselhou a um seu companheiro que buscasse os recursos no sentido de satisfazer dívidas existentes, não é isso?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor teve notícia depois que o dinheiro chegou e que as dívidas foram pagas?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Tive, tive sim senhor.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor pode me afirmar perante esta Comissão onde foi que o seu companheiro buscou recursos para pagar as contas?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Inicialmente, tive informação que veio a ajuda solicitada muito depois das reclamações que vinham sendo feitas. A pessoa estabeleceu negociação, enfim, foi protelando até que a ajuda viesse. E quando chegou a ajuda, disse: olha, chegou a ajuda, não no volume do total do que era reclamado como dívida, chegou a ajuda de R\$100 mil e o problema foi resolvido.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não, eu perguntei se o senhor tem conhecimento de que pessoa ou seu amigo, aconselhado pelo senhor a buscar recursos, onde foi que ele arranhou os recursos? Se o senhor sabe?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – A pessoa me disse apenas que a ajuda que havia solicitado chegou. Eu só tive o conhecimento que a ajuda teve como origem um banco – e o Banco Rural – depois que os fatos vieram a público.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas o senhor teve conhecimento, mesmo posteriormente, que os recursos vieram através do Banco Rural?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não tive, não tive, Excelência.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Nem depois?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Nem depois.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O que foi que o senhor acabou...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu já estava na Presidência da Casa da Moeda, nomeei uma pessoa para que fizesse gestão de negociar com quem estava reclamando dívida, pedi a ajuda, tive a informação que o problema foi resolvido, está certo? Agora, eu estava lá nas minhas atividades na Casa da Moeda e não entrei em detalhes. Só tive conhecimento de que a origem foi através de recursos vindos do Banco Rural posteriormente à divulgação dos fatos.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Então, foi isso que eu perguntei ao senhor. Quer dizer, muito posteriormente é que esses recursos vieram através do Banco Rural.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Exatamente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– V. S^a não sabe o total das importâncias?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – A importância que me foi informada foi R\$100 mil.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Manoel Severino, há registro de quatro parcelas, totalizando R\$2.676.660,67. V. S^a só teve conhecimento de R\$100 mil?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Exatamente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– E R\$100 mil dava para pagar as dívidas no Rio de Janeiro?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Como eu falei para V. Ex^a na ocasião anterior e estou repetindo aqui, ficaram dívidas contraídas para agradecimentos de votos e algumas reclamações foram feitas. E se a memória não me falha, um volume de dívidas que girava em torno de R\$170 mil. A ajuda que veio, chegou bem posteriormente e veio na casa de R\$100 mil. E com isso foi resolvido.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Marcos Valério, V. S^a mantém a declaração de que repassou ao PT do Rio de Janeiro, diretório esse do qual era intérprete ou era negociador ou era uma espécie de embaixador o Sr. Manoel Severino, essa importância que está aqui registrada?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sendo que o Sr. Henrique Pizzolato já confirmou isso perante a imprensa, que passou esse recurso ao PT do Rio de Janeiro. O valor está nominal ao nome dele. Eu confirmo integralmente essa lista. Não fujo dessa lista que eu soltei.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Repita, por favor.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Toda essa lista que eu passei e que serviu de base para a investigação da CPMI, a quem eu procurei ajudar e também à Procuradoria Geral da República e agora a Polícia Federal, tem ela também, eu confirmo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Particularmente no caso específico de que estamos tratando...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Também.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– ... V. S^a confirma os recursos nesse valor repassados ao PT do Rio de Janeiro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ao PT do Rio de Janeiro.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Muito obrigado.

Sr. Presidente, eu já concluí.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr.

Presidente Senador Amir Lando, Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, eu queria antes tirar uma dúvida com o Sr. Delúbio Soares. Trata-se de um resto de uma conversa do final da outra audiência, Sr. Delúbio. V. S^a teria confirmado, acho que entendi mal, 30 dos 55. É isso? V. S^a não confirma? Eu não entendi.

O SR. DELÚBIO SOARES – É porque se nós somarmos todos os recursos destinados ao PT, isso dá aproximadamente R\$30 milhões. São R\$15 milhões e pouco do Duda, aqueles R\$4 milhões e pouco que...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – V. S^a está colocando Duda também nessa lista?

O SR. DELÚBIO SOARES – Duda também é de nossa responsabilidade (*Inaudível.*) É claro. O que é, é; o que não é, não é. Quanto a estes R\$2,250 milhões, que foi esta parcela de R\$750 e de R\$1,5 milhão, orientei passar para o Diretório do Rio de Janeiro. Não sei por que o Relator não me perguntou, mas eu quero afirmar aqui que é verdade.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Do Rio de Janeiro?

O SR. DELÚBIO SOARES – Do Rio de Janeiro. O Manoel Severino é uma pessoa que eu conheço há longo tempo e de minha maior consideração. Acho que foi uma injustiça muito grande esse episódio. Ele fazia um bom trabalho na Casa da Moeda e teve que sair. Fiquei com o coração muito partido. Eu não tenho responsabilidade nem na nomeação nem na “desnomeação”. Ele pediu para sair. No Rio de Janeiro, para a preparação das eleições de 2004, nós combinamos com o diretório regional este volume de R\$2,250 milhões e R\$100 mil, o Manoel Severino já afirmou que foi em 2003 que recebeu, por um intermediário, que era o Carlos Manoel. Quando nós formos olhar essa listagem, Sr. Senador Rodolpho Tourinho, essa listagem de R\$4,900 milhões, com certeza vai aparecer um pouco mais em 2003, final de 2003, início de 2004, mais no Rio de Janeiro. Então o Rio de Janeiro não é só, na minha memória, o diretório do Rio de Janeiro, não é só estes R\$2,250 milhões. O Pizzolato trabalhou, isso foi uma orientação que não passou por mim, mas o Pizzolato deve ter articulado com alguém do diretório do Rio de Janeiro para fazer esse pedido, e, então, confirmo. Se nós somarmos todos os recursos que foram destinados ao PT, não sei se dá 30, mas,

aproximadamente isso; e 25 milhões para pagamento de outros compromissos com os partidos aliados.

Então, queria deixar claro, que o senhor me ouviu mal, estou explicando que pegamos toda a lista, os 55 milhões que solicitamos ao Marcos Valério, e quero confirmar esses recursos ao Rio de Janeiro, o que é e o que não é.

Então, estou aqui procurando, Senador Presidente, colocar as coisas com transparência. Cabe ao diretório do Rio de Janeiro explicar onde gastou e fazer a prestação de contas desses recursos, ratificar a prestação de contas perante o TRE do Rio de Janeiro. Essa é a orientação.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Dentro das considerações que V. S^a fez, veja como são as coisas da vida. O senhor, que tem tanta consideração pelo Sr. Manoel Severino, mas ele não tem nenhuma ao senhor. Ele desmentiu o senhor dizendo que não recebeu nada. Só para mostrar as coisas da vida, uma coisa terrível. Pela primeira vez, vou fazer hoje aqui um juízo de valor. Não sei se foi a Deputada Zulaiê quem dividiu as coisas que vinham do lado de lá, para cá. Acho que o lado de cá, hoje, agora, mais do que nunca, é absolutamente coerente com a razão, não tenho a menor dúvida. Acho que todas essas negativas são muito ruins, mas, de qualquer forma, estamos atingindo o objetivo que o relator sempre especificou, de forma muito clara, o objetivo desta reunião, que era exatamente esse, verificar o que estava acontecendo.

Sr. Presidente, saio daqui hoje com algumas certezas. Primeiro, a certeza que já tinha, mas outras ainda. Primeiro, de que existem vários esquemas de financiamento. Esse talvez tenha sido o principal. Existem outros que precisamos investigar, sobretudo a parte lá fora. Existem as operações, que foram faladas aqui, com corretoras, as chamadas operações de mercado, conhecidas como “beirada”. Eu deixo uma “beirada” no lado, levo o resto, ou não levo, quando é fundação. Tem a variante da “beirada 2”, que é parecida com essa. Mas, enfim, existem outras coisas que nós temos a obrigação de apurar. Saio com a convicção total da existência do mensalão. Mesmo que não tenha seguido o nome, de ter sido por mês, mas era algum tipo de pagamento irregular que trazia alguma coisa de volta, em troca, não tenho dúvida. Por último, a existência do caixa 2 do PT no País inteiro. Só não foram enviados recursos, Sr. Delúbio – e queria confirmar isso antes de terminar –, para poucos lugares no País. Para os diretórios regionais, se não me engano, o senhor falou... O senhor poderia citar os quatros que não tiveram?

O SR. DELÚBIO SOARES – Maranhão, Mato Grosso do Sul, Acre e Piauí.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Isso em 27 Estados. Isso é uma coisa generalizada e ainda há os ingratos, que dizem que não receberam nada, como o Sr. Manoel Severino.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Permite, Deputado?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Claro, lógico.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não foi isso o que afirmei. Não disse aqui que não foi recurso para o Diretório do Partido no Rio de Janeiro. Eu disse aqui que estava na iminência de assumir um cargo público, que tinha tido problemas na campanha de 2002, que pedi ajuda para ser resolvido. Em momento nenhum, eu disse aqui que não foi 2.600, que não foi 2.700, que não foi para o diretório. Em nenhum momento desmenti a afirmação feita aqui pelo SR. Marcos Valério, tampouco pelo Sr. Delúbio. Não foi isso o que fiz.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Lamentavelmente, Sr. Presidente, saio hoje com todas essas convicções. Era melhor que não as tivesse.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Deputado Fernando Coruja.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Relator, Srs. Depoentes. Interessante que só não foram repassados recursos para os diretórios onde o PT tinha governador, por exemplo, Acre, Mato Grosso, Piauí. Aí é uma exceção, mas onde tinham os três governadores.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não precisava.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não precisava, ali eram outros.

Bom, Sr. Delúbio, o senhor orientou o repasse dos recursos para o Sr. Pizzolato?

O SR. DELÚBIO SOARES – Esses recursos do Pizzolato fiquei sabendo deles na CPMI.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Ficou sabendo na CPMI. Quer dizer que saíam recursos do caixa sem o senhor saber? É estranho, se o senhor controlava o dinheiro...

O SR. DELÚBIO SOARES – Esses recursos do Pizzolato eu fiquei sabendo na CPMI, que foi um pedido do diretório regional do Rio de Janeiro. E como tinha uma orientação de repassar aproximadamente R\$2,5 milhões para o Rio de Janeiro e...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O Sr. Marcos Valério atendia a pedidos diretos que não eram do Sr. Delúbio?

O SR. DELÚBIO SOARES – Então, foi essa situação do Rio de Janeiro. Tinha autorização para R\$2,5 milhões e, na conta como um todo, tirando os R\$100 mil que tinha sido antes, combinado com o diretor do Rio de Janeiro, aproximadamente R\$2,5 milhões. Foi isso que foi feito.

Como foi a forma operante, quem dialogou, quem fez foi um contato direto, que eu já tinha pedido ao Marcos Valério para fazer, ele fez e organizou nossa eleição.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Estava dentro do valor de R\$2,5 milhões autorizado ao PT do Rio de Janeiro para campanhas eleitorais.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sr. Marcos Valério, R\$2,5 milhões era o valor autorizado? Como o senhor vê já passou: 850 mais...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor. Se V. Exª tirar o R\$100 mil lá de cima, dá R\$2,576 milhões.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor repassava recursos para o Rio de Janeiro sob orientação do Sr. Delúbio. O Sr. Manoel Severino sabia desses recursos de R\$1,5 milhão? Ele fazia o contato? Sobre esse R\$1,5 milhão, ele participou, ele telefonou, ele sabia, ele deu a ordem?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O Sr. Manoel Severino nunca recebeu dinheiro – ele.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas ele deu a ordem do R\$1,5 milhão?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – As pessoas que eu citei o nome aqui...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas quem é que dizia que era para passar para ele?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu comuniquei ao Sr. Manoel Severino, volto a falar e deixar bem claro para não ter dúvida. O Sr. Manoel Severino era o contato para o PT.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas ele sabia do repasse?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sabia do...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Nesses sete encontros que o senhor teve com ele, o senhor queria que ele fabricasse cartão telefônico?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Houve esse pedido, mas eu não levei em consideração por que isso é um processo licitatório.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor não levou em consideração?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, sinceramente não.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas ele afirmou aqui que se reuniu sete vezes com o senhor, em brechas de agenda, para tratar desse assunto. Disse, inclusive, que ele só tratava disso. Inclusive, num hotel... Em qual hotel os senhores se encontraram?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – No Hotel Glória.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Muito distante, inclusive, da Casa da Moeda, no Rio, que, se não me engano, é em Jacarepaguá. Mas ele afirmou que tratavam basicamente disso. Então, encontram-se sete vezes para tratar do quê? O senhor ficou amigo dele?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não diria que eu fiquei amigo dele, mas eu tenho um grau de amizade com o Sr. Manoel Severino, e tenho consideração.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas sete encontros em jantares...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não foram jantares. Eu nunca dormi no Rio de Janeiro.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Então, o senhor nega que o senhor estava interessado em negociar, se não me engano, cartão telefônico, em que a Casa da Moeda produzisse?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não estava interessado. Foi uma solicitação do Dr. Manoel Severino, mas que eu...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Ele solicitou?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas ele afirmou aqui que foi o senhor que ofereceu.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ele solicitou porque ele sabia que eu tinha um relacionamento com uma empresa telefônica, mas eu não levei em consideração e nem levei para....

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas ele falou aqui que foi ele que...

O SR. (Orador não identificado) – Deputado,...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Só um pouquinho, deixe-me organizar o raciocínio.

Então, nessas vezes todas, nesse dinheiro, mesmo R\$750 mil em R\$1,5 milhão, esse dinheiro orientado pelo Sr. Delúbio, houve um contato prévio feito com o Sr. Manoel Severino. O dinheiro não foi passa-

do para ele diretamente, mas para essas pessoas que sacaram – Carlos Manuel e Luiz –, mas ele sabia. Ele tinha informação. Ele era o contato para saber que o recurso ia.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, ele era o contato do PT do Rio de Janeiro. Era o diretório do Rio de Janeiro.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Certo.

O senhor vê, Sr. Manoel Severino, que ele nega as duas coisas. Que a conversa era para tratar dos cartões e também – sete conversas – e também que o senhor não soubesse do recurso de que ele falava.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – V. Exª me permite esclarecer?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Se o senhor pudesse esclarecer com uma certa rapidez. O senhor é meio prolixo.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Foram sete encontros. Eu vou falar dos dois que se referem a cartões do tipo telefônico. É verdade o que o Sr. Marcos Valério está falando. Não foi o Sr. Marcos Valério que me procurou para oferecer qualquer tipo de coisa com relação a cartões do tipo telefônico. Fui eu que o procurei. Eu disse aqui, afirmei na reunião passada, na vez que eu estive aqui. Fui eu que o procurei, porque quando eu cheguei na Casa da Moeda encontrei uma indústria, uma verdadeira linha de cartão do tipo telefônico parada numa empresa que já foi líder desse produto no mercado. E disse mais: fui eu que pedi ao Sr. Marcos Valério se ele poderia me fazer algum contato – está certo? – para que eu pudesse estabelecer negociação, para ver a possibilidade de reativar aquela linha de cartões do tipo telefônico. E disse mais, Excelência: com relação a este objetivo gerencial meu, como presidente da Casa da Moeda, não foi apenas essa iniciativa que eu tive com relação à empresa de telefonia.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas, Sr....

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Falei que procurei a Telemar também.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Só para sermos mais objetivos.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Falei que estive duas vezes aqui na Anatel.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não. Não. Só para ser mais objetivo.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não foi o Sr. Marcos Valério que me pediu; fui eu que pedi.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Só para ser mais objetivo: nessas sete conversas...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Agora, eu posso esclarecer. Esclareci dois encontros... cinco.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – É, mas nessas conversas o senhor tratou... Da outra vez, o senhor falou que essas conversas eram todas para tratar desse assunto.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Exª, assim como eu tentei esclarecer os sete encontros e talvez não tenha tido a oportunidade naquela ocasião, se me for dada a oportunidade aqui, eu explico um por um.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas vamos... O dinheiro...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Estou falando dos dois encontros...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O dinheiro. O senhor recebia informação do dinheiro? O senhor disse que não recebia. Ele está dizendo que falava com o senhor...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu afirmei aqui, na outra vez, que não estive em nenhuma agência do Banco Rural, não fui portador de nenhum recurso.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas o senhor falou há pouco que não sabia. O Relator perguntou, e o senhor disse que só ficou sabendo dos R\$100 mil.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Exatamente, foi isso que eu falei.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas ele está dizendo que o senhor sabia, porque falava...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Exatamente o que eu falei. Eu não disse aqui que não foi recurso para o Partido do Rio de Janeiro, não questioneei...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Se ele disse que o senhor sabia, o senhor teve sete encontros...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu disse que não sabia. Eu disse que não sabia.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não sabia?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Disse que não sabia.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Então, o Sr. Marcos Valério está mentindo.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu não estou dizendo que o Sr. Marcos Valério está mentindo.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas ele está dizendo que o senhor sabia.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu não estou dizendo que o Sr. Marcos Valério não passou aquela quantidade de recursos. Eu estou dizendo que eu não tinha conhecimento.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas ele disse que falava com o senhor. Ele está dizendo que falava com o senhor.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Foi isso que ele falou. Foi isso que ele falou.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Quem não tem conhecimento não sabe. Se não tem conhecimento que passou, ele não sabe a resposta.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Agora, eu esclareci os dois encontros com relação ao cartão tipo telefônico e disse que fui eu que chamei.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Logo, não sabia.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Se me for permitido esclarecer os outros cinco encontros que eu tive, eu esclareço.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Bom, Sr. Presidente, aqui fica evidente que as disparidades estão confirmando aquilo que foi colocado. Nós temos que avançar no sentido de descobrir outras coisas.

Vou fazer mais uma pergunta só para o Sr. Marcos Valério e para o Sr. Delúbio.

Foi repassado algum dinheiro para algum partido político ou para algum parlamentar ou além desses dessa lista?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Nenhum dinheiro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É a pura e ...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor tem certeza de que...?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – ... e vou deixar claro para o senhor: eu não tenho nada a negociar mais, nada a negociar na Procuradoria. Todas as declarações que eu tenho de dar estão nessa lista aqui.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor tem convicção de que não passou...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Tenho convicção absoluta dessa lista que eu fiz.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Bom, aqui uma coisa interessante, bem levantada pelo Relator: é o único caso em que a pessoa faz uma comemoração para...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Comemorar a derrota.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – ...comemorar a derrota, não é? Devendo e ainda comemora a derrota da governadora do Rio. E eu vi aqui o nosso colega, Deputado Agnaldo Muniz, dizendo: “Mas não tem recibo!” Nós vamos ter que ter recibo e nota fiscal da corrupção! (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nada mais, nobre Deputado?

Concedo a palavra a próxima oradora inscrita, a nobre Deputada Zulaiê Cobra.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP) – Eu jamais vou esquecer do senhor – o ex-Presidente da Casa da Moeda – porque, quando nós perguntamos ao senhor porque o senhor foi ser Presidente da Casa da Moeda – o senhor falou, falou, falou e o conjunto da obra – esse conjunto da obra vai ficar para mim para o resto da minha vida. O senhor foi pelo conjunto da obra, quer dizer, ele não foi politicamente, não foi indicado por ninguém. Ele foi pelo conjunto da obra dele.

Bom. Vamos lá. O senhor só confirma os 100 mil reais – caixa dois. Porque esses 100 mil reais vieram para o caixa dois, quer dizer, não tem comprovantes. O senhor falou em 2 milhões e que tem comprovante. Esses 100 mil é caixa dois – esses 100 mil vieram por fora.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu posso ir respondendo por partes ou espero a senhora terminar de fazer...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP) – Não, não... 100 mil, caixa dois?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Exatamente.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP) – Então, está bom – não contabilizados.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não foi isto que eu falei. Eu falei que tiveram um conjunto de despesas que somavam 170 mil reais.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP) – Mas que deram 100 mil.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Dessa parte... de despesas que compunham 170 mil reais, tiveram despesas de trio elétrico para agradecimento de votos, de panfleto, está certo?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP) – Não, não. Isto eu não quero saber mais, pelo amor de Deus. Eu só quero saber....

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu não disse... não foi isto que eu falei.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP) – Os 100 mil reais o senhor soube porque o senhor não soube de nada, principalmente...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Exatamente – isto eu disse.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP) – O senhor soube que alguém recebeu – um desses aqui: ou o Sr. Luiz ou o Sr. Carlos ou o Sr. Carlos Roberto.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Sr. Carlos Manoel. O Carlos Manoel foi a pessoa que eu autorizei a fazer gestão.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP) – Ele falou em Carlos Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO) – Tem dois Carlos.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP) – Bom. Tem dois Carlos – tem o Carlos e o Carlos Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO) – Então, seria o Carlos Manoel.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP) – E tem um terceiro Carlos então...

Eu estou perguntando, primeiro, para ele para depois pegar de cá.

Vamos começar.

Então, Sr. Manoel Severino, o senhor só sabe que alguém que o senhor não sabe quem mandou pagar 100 mil reais por esta festa de comemoração do quê a gente não sabe. É claro que a dívida era mais – e o senhor não sabe, também, quem foi buscar – foi o Carlos Manoel?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, eu autorizei o Sr. Carlos Manoel a

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP) – Pegar os 100 mil.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – “...fazer gestões com relação à ajuda que eu tinha pedido para saldar...”

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP) – Eu sei mas fazer gestões é um palavreado que aqui não me interessa mais. Eu quero saber quem foi pegar os 100 mil reais?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – O Sr. Carlos Manoel.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP) – Então, acabou. O Sr. Carlos Manoel pegou o dinheiro. Dá para o senhor ser mais claro? Fica falando em fazer gestões, fazer gestões... O senhor mandou o Sr. Carlos Manoel pegar esses 100 mil reais para pagar dívida. É isto?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Exª, eu quero esclarecer e uso o palavreado que eu conheço e que eu entendo para esclarecer.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP) – Não, não. O senhor está me confundindo.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu não estou querendo fugir e não estou querendo confundir.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP) – Aliás, está no fundo da obra.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Aliás, desde a minha primeira estada aqui eu vim para tentar esclarecer, Exª.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP) – Mas o senhor não esclarece desse jeito.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – A senhora está questionando a palavra gestão.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP) – Eu sou uma mulher direta e o senhor é um homem confuso.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu não sou confuso – eu não sou confuso, Exª.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP) – Eu nasci direta. Ah, não... Pelo amor de Deus.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu não sou confuso.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP) – Esse homem aqui é super paciente: Fernando Coruja. Eu não tenho a paciência que ele tem. Hoje ele não teve paciência... Ele falou para o senhor – não...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu não sou confuso, Exª. Se me der tempo para explicar eu explicarei tudo direitinho.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP) – Então, tá – para resumir: o senhor concorda só com os 100 mil reais.

Agora, vamos passar para a bancada de cá porque a Bancada de cá tem muito dinheiro e a bancada de lá não tem dinheiro nenhum.

Sr. Marcos Valério, o senhor disse que tinha algumas pessoas para quem o senhor repassou esse dinheiro de 2 milhões, 676 mil, 660 reais e 67 centavos. Para quem foram essas pessoas que o senhor passou o dinheiro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Foi através do PT do Rio de Janeiro.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP) – PT do Rio de Janeiro...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Através das pessoas Carlos Manoel Costa Lima.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP) – Carlos Manoel.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Eu peguei o nome completo, aqui, agora.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP) – Ah, muito bem.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sr. Carlos Roberto Chaves.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP) – Carlos Roberto Chaves.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Esse Luiz – eu não tenho o nome dele completo.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP) – O Luiz.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – E o Sr. Henrique Pizzolato.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP) – Foram esses então – quatro pessoas que o senhor confirma que passou 2 milhões, 676 mil, 660 reais e 67 centavos para o PT do Rio de Janeiro. Para essas pessoas: uma, da confiança do Sr. Manoel Severino, que é o Carlos Manoel. É isso? Bom, o senhor conversou muito com ele e, nessas conversas, acabou de confirmar, que era sobre campanha.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Se quebrar meu sigilo telefônico, vai achar ligação.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Exatamente.

Agora, uma pergunta para o Sr. Delúbio Soares. O Sr. Delúbio também confirma que enviou quantias para o PT do Rio de Janeiro nessa época de 2003/2004? Essas quantias estão aqui? R\$100 mil dia 19 de agosto de 2003? 15 de janeiro de 2004, R\$326 mil?

O SR. DELÚBIO SOARES – Solicitei ao Marcos Valério que disponibilizasse até junho. Uma parcela veio em julho, um pouco atrasada, de R\$2,5 milhões, em torno de 2,5 milhões ao diretório do Rio de Janeiro. E, quando o PT nacional for destrinchar aqueles R\$4,9 milhões, vai aparecer também algumas parcelas de R\$30 mil, R\$40 mil, R\$50 mil, destinada também, em 2003, final de 2003, ao PT do Rio de Janeiro. Eu me lembro disso. Então, eu não sei quanto... se são R\$150 mil, R\$100 mil...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Certo, mas foram quantias em 2003, em 2004, totalizando aí R\$2,6 milhões, ou um pouco mais ou um pouco menos.

O SR. DELÚBIO SOARES – R\$2,5 milhões...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – R\$2,6 milhões estão aqui.

O SR. DELÚBIO SOARES – R\$2,5 milhões. Aí, acabou sendo R\$2,566 milhões; aí, tiram-se R\$100 mil, que foram em 2003... No final do ano, eu discuti com o PT do Rio de Janeiro um aporte de recursos em torno de R\$2,5 milhões, que acabou indo a R\$2.566.000,67? Esses recursos chegaram ao Rio de Janeiro por minha orientação com o diretório do Rio de Janeiro.

Por que o nome do Manoel – eu queria explicar – por que o nome do Manoel Severino aparece? Manoel Severino sempre foi uma pessoa com quem dialoguei no Rio de Janeiro e tem a confiança política das pessoas do Rio de Janeiro. Como ele estava numa função administrativa fora do diretório, não participava da reunião do diretório, talvez ele não saiba dessas questões todas, porque não estava mais na atividade

partidária, porque a atividade do presidente da Casa da Moeda...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Mas ele poderia vir a saber, até porque um homem que faz política, por intermédio desses outros – Carlos Manoel, Carlos Roberto...

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu não sei informar, Deputada. Deve perguntar pra ele, não pra mim.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, não, mas ele disse que não sabe de nada.

O SR. DELÚBIO SOARES – Eu quero informar à CPML, nessa acareação, que esses recursos foram autorizados por mim e confirmados pelo Marcos Valério. Então, foram repassados.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Delúbio, queremos saber se o dinheiro que está aqui numa lista que nós estamos analisando foi para essas pessoas; quer dizer, foram recebidos.

O SR. DELÚBIO SOARES – As pessoas são intermediárias e devem ter levado para o Rio de Janeiro...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O Sr. Manoel Severino deixou a Casa da Moeda. O senhor saiu. O que aconteceu?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, eu saí, desliguei-me da Casa da Moeda em 04 de agosto de 2005.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Por quê?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Em função do meu nome sendo arrolado, ou seja, o conjunto de fatos políticos que são motivo de discussão entre nós aqui; por isso, resolvi desligar-me da Casa da Moeda para que eu pudesse ter mais condições de me defender.

Agora, com relação... Eu não disse aqui em momento nenhum... eu não disse em momento nenhum que não foi recurso pro Rio de Janeiro. Eu disse o seguinte: com relação... parte daqueles recursos que constam naquela relação, e meu nome aparece ali, R\$100 mil, eu tenho conhecimento. Com relação à outra parte, eu não disse que não foi, não disse que o Sr. Delúbio está mentindo, que o Sr. Marcos Valério está mentindo. Eu era presidente da Casa da Moeda.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – É que, no começo, o senhor negou peremptoriamente. Agora, o senhor está explicando.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência,...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Já entendemos tudo.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência,...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, já entendemos.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, eu não neguei peremptoriamente nada.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, o senhor negou, sim.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu não tive oportunidade de esclarecer.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, não, o senhor esclareceu até demais.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu não tive oportunidade de esclarecer.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – É... até esclareceu demais. Mas o senhor falou que o senhor não sabia dos outros. Agora, o senhor já esclareceu... que está... O senhor tem um relatório da auditoria do Tribunal de Contas que dá ao senhor aí um prejuízo enorme na Casa da Moeda, não é? A Casa da Moeda poderá vir a ter uma condenação da Sicpa por cinco anos por um valor estimado de até R\$700 milhões, sem licitação. Quem se beneficiaria da conotação sem licitação? Por que não foi licitado? É um problema que o senhor tem aqui ou tem que indenizar 6 milhões de dólares, ou mais, à empresa, causando igual prejuízo aos cofres públicos.

É uma denúncia que está aqui.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Como é que eu faço para... Posso responder, Deputada, para explicar?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Mas eu acho que não tem nada a ver.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Pois é, mas, na outra ocasião, V. Exª já citou essa questão...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É importante que responda.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu tentei explicar. V. Exª não me permitiu explicar.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu, não, eu nem sabia disso.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Na outra ocasião. Na outra ocasião, inclusive, aqui...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Sª pode explicar.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Pode explicar, pode explicar.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – O contrato de inelegibilidade de licitação que foi feito, o contrato foi cancelado por mim administrativamente, a empresa recorreu, teve ganho de causa na Justiça, está certo? E eu não entendo que tipo de penalização ou prejuízo eu posso ter. Agora, se precisar explicar detalhadamente que projeto é esse, está certo? É

preciso de tempo para explicar. E aí não é enrolação. É porque se trata de um projeto complexo, um projeto que vai evitar evasão de divisa em torno de 2 milhões de reais para os cofres do País, e eu não vou conseguir explicar em três minutos, principalmente com quem não está querendo entender e não está querendo ouvir a explicação.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, não, agora o senhor me ofendeu. Agora o senhor vai levar uma paulada na cabeça. Ah, vai. O senhor me ofendeu. Eu não estou querendo explicação...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não foi esse o meu objetivo.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Mas, não, senhor. Foi o seu objetivo, sim. Eu não estou preocupada com a sua acusação. Eu não vou aqui, agora, discutir com o senhor a sua acusação, nem o senhor vai se defender aqui para mim. Eu não sou o Tribunal de Contas. O senhor vai ter que se defender no Tribunal de Contas. Agora, o senhor dizer que eu...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Perfeitamente.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – ...não estou interessada, não, porque, hoje, o senhor veio aqui para uma acareação. O senhor não veio para explicar isso.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Exª, essa abordagem a senhora fez na outra ocasião.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não fui eu que fiz, está confundindo com alguém.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – A senhora fez abordagem. A senhora estava na mesa.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não fiz, não. Eu recebi isso aqui agora...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Tive oportunidade de encaminhar por escrito para a senhora e para os demais membros da CPI para que ficasse claro e não tive essa oportunidade.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, não. Eu estava na mesa...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu estava na mesa, talvez presidindo, mas não fui eu que perguntei, porque eu recebi isso aqui agora.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu quero apenas dizer o seguinte: essa é uma questão que o senhor vai ter que responder diante do Tribunal de Contas...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Sr. Presidente, eu posso encaminhar por escrito com os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Mas, se quiser informar a esta CPMI por escrito, pode fazê-lo.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS –

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Agora, quanto à resposta, foi feita uma colocação e, evidentemente, alguma resposta preliminar V. S^a já deu.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ele já deu. A resposta preliminar ele já deu.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Agora, V. S^a evite estabelecer juízos, adjetivos, porque eu não vou admitir o desrespeito com qualquer um.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não foi esse o meu objetivo.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O objetivo não foi, mas conseguiu ofender.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Não foi esse o meu objetivo. Se. V. Ex^a se sentiu ofendida, peço desculpas.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Está certo. Está desculpado.

Sr. Delúbio, não tinha mais ninguém além senhor...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Terminou o tempo. Terminou o tempo. É a última pergunta.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, eu só queria fazer essa pergunta para ele: não tinha mais ninguém. Era só o senhor que decidia para quem passava os recursos. Não havia outra pessoa, porque o Sr. Marcos Valério, uma hora, falou que tinha conversado, parece que ficou um pouco no ar e parece que eu senti que havia alguém, outro que não o senhor, para passar quantias para Partidos ou para pessoas.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Desculpa, foi o único caso onde não fechou. A senhora puxou o assunto correto, porque o senhor recebia limite, valor e destinatário. No caso do Henrique Pizzolato, o senhor recebeu limite e valor. Então, a decisão foi do senhor ou foi de outra pessoa do PT?

O SR. DELÚBIO SOARES – Num processo como esse, Deputada Zulaiê e Senador, é um processo longo, envolve várias pessoas e as pessoas passam a ter contatos também. E tanto é, na lista do PT, tem nome de uma série de pessoas que não tem responsabilidade direta, por exemplo, Marcelo Sereno, Silvio Pereira, a Solange, a Eldilene, o próprio Aristides está naquela lista...

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Lucas Bizarro.

O SR. DELÚBIO SOARES – São pessoas que podem ter algum tipo de relação com alguns dos intermediários, mas com a responsabilidade que não é minha. Eu acho que eu não expressei bem a questão do Henrique Pizzolato, porque o PT do Rio de Janeiro... O Rio de Janeiro é uma situação bem à parte, tem até a brincadeira feita aqui dos Parlamentares mostra o grau do Rio de Janeiro. Então, eu acho que, na questão do Rio de Janeiro, está esclarecida, a responsabilidade final é minha. Não é que teve uma orientação de várias pessoas. Ao discutir o conjunto da lista, o conjunto de pessoas disse vamos trabalhar isso. As pessoas também, na ânsia das coisas chegarem, várias pessoas começam a trabalhar. Todo mundo sabe como a necessidade é maior do que a capacidade. Então, é isso que deve ter acontecido.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, quero fazer uma pergunta final com essa discussão minha com o Sr. Manoel que no fim não levou a nada, eu queria perguntar à Sr^a Simone Vasconcelos se ela tem uma empresa porque recebi pagamentos de empresas da Simone com cheques para empresas do Sr. Marcos Valério. É verdade isso? A senhora tem uma empresa?

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Eu tinha uma empresa, que eu fechei, Vasconcelos Produções. E?

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Há uma série de lançamentos de cheques de dezembro de 2003, março de 2004, março de 2005, novembro de 2004 e ...

A SR^a SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS

– Recebimento pelos meus serviços prestados.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Só quero esclarecer porque os recibos estão nas mãos da gente, e a gente precisa saber.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Se eu puder pedir um esclarecimento. No caso do Pizzolato, ele esteve aqui e depôs. Ele disse que comprou um apartamento. Ele disse que recebeu um dinheiro, que alguém ligou para ele, dizendo que era para ele ir buscar o dinheiro em tal lugar, que ele não sabia quem era. Ele foi lá buscar o dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nesse dia eu não estava presente.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Ele foi lá buscar o dinheiro e entregou o dinheiro para o PT. Mister X ligou para lá – ele esclareceu aqui – e a maior coincidência com a compra do apartamento que ele fez do mesmo valor, um valor meio quebrado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado João Correia.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, vou insistir na questão do Pizzolato porque ela quebra hierarquia tão rigidamente observada até o momento. No caso do Sr. Pizzolato, o Sr. Delúbio não determinou ao Sr. Marcos Valério que pagasse os recursos.

Pergunto ao Sr. Marcos Valério quem indicou o Sr. Henrique Pizzolato para receber 326 mil reais?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Alguém lá do PT do Rio de Janeiro.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – O senhor não lembra quem foi?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Ou é o Sr. Luiz, o Sr. Carlos ou alguém do PT do Rio de Janeiro.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Pode ser o Sr. Manoel Severino?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. O Manoel Severino não, mas ele sabia dos valores.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Ele sabia do valor, não é?

Esse é um caso bem expressivo porque a circunstância de recebimento do Sr. Pizzolato foi muito estranha, muito estranha. Há uma estória de um táxi, não sabia o valor. Houve conversas muito esquisitas. Mas eu queria lhe fazer uma pergunta, Sr. Marcos Valério.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Só para encerrar esse assunto do Sr. Henrique, essa confusão quem fez foi ele. Ele estava disponível no Banco Rural, ele tinha que ter ido lá, assumido e tudo. Agora, a vida pessoal dele também eu não conheço.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Quebrou-se a hierarquia, não exatamente. A questão de apartamento são ilações, ainda que autorizadas pelas nebulosidades que temos dentro do processo.

Uma coisa que eu queria que o senhor me explicasse é o seguinte: posso pensar que o senhor usou a Dois S Participações para repassar dinheiro para Bônus-Banval?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Pode pensar, sim, senhor.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – E qual foi o valor?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Tem que olhar na contabilidade. Acho que foi ...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Nove milhões de reais?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Se não me engano, foi 9 milhões de reais. Está lançado na contabilidade.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Essa questão da contabilidade é que acho extremamente esquisita porque, se a gente for observar com vagar, os senhores colocaram uma lista que está sendo objeto, que está parâmetro, o bordão do mensalão e chegaram a um valor de 57 milhões de reais. Pergunto-lhe: a contabilidade foi feita antes ou depois de os senhores divulgarem esta lista?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A contabilidade da SMP&B, da DNA e da Dois S, depois que estourou esse escândalo todo, contratamos uma auditoria. E a lei permitia, de acordo com a lei vigente no País, nós poderemos fazer a retificação. E fizemos a retificação e declaramos todo o Imposto de Renda.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Perfeito. Era isso o que eu queria ouvir.

É lícito pensar, Sr. Relator, que houve um ajustamento pós-escândalo, o que vem calçar, pavimentar, toda essa pantomima do caixa dois, de recursos não contabilizados, na verdade, dessas coisas muito esquisitas.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Deputado, com todo o...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Ok! Ok! Para mim, isso está bastante claro. A lista foi e tem sido muito importante porque denota, mas pode também ter sido esquentada numa relação da contabilidade. O próprio Deputado Fleury explicou que, daqui a pouco, a proposta do Partido dos Trabalhadores – que pode pegar o Presidente Lula... Há um uníssono: toca-se sempre na mesma corda, na mesma tecla. Dizem: “Não. Isso acontece com todos os Partidos”. O então Deputado Valverde, coitado, tenta explicar que realmente a origem está em Minas, novamente no Sr. Marcos Valério. Muito bem!

Isso pode se tornar realmente o seguinte: “Vamos retificar, prestar contas ao Tribunal Regional Eleitoral ou ao Tribunal Superior Eleitoral e está tudo resolvido”. Ou seja, o pagamento do caixa dois, o pagamento da corrupção, assinado ou não, está resolvido porque foram prestadas contas. O Sr. Duda Mendonça pagou **a posteriori** – bem **a posteriori** – os recursos para a Receita Federal e limpou. Ou seja, há uma lavagem geral de dinheiro, que pode estar embutido, no meu ponto de vista, na relação da contabilidade com o valor da lista.

Agora, vou para o lado esquerdo, para o Sr. Manoel Severino: o senhor foi indicado para a Casa da Moeda por quem?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Pelo Diretor Estadual do Partido dos Trabalhadores no Rio de Janeiro.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Perfeito. Não quero discutir a competência, tampouco o carinho que o tesoureiro Delúbio tem pelo senhor, mas é uma escolha questionável. A Casa da Moeda é uma instituição nacional, absolutamente isenta. Partidarizar é nocivo, terrível, como foi realmente o que aconteceu.

Se o senhor é tão honesto e tão angelical como diz, por que o senhor pediu demissão? E o Ministro Palocci, numa voracidade de Pantagruel aceitou rapidamente a demissão.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Ex^a, o quadro político que vivemos é complexo. Na medida em que meu nome aparece numa relação como recebedor de 2 milhões e 600 mil reais, eu achei – até por conta de uma empresa tricentenária, com a vocação específica da Casa da Moeda, empresa de segurança, que abriga cédulas, moedas...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Todos nós sabemos disso, Sr. Manoel.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Ex^a, eu só sei responder assim. Estou querendo ser objetivo.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Por favor, ainda tenho outras questões.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Foi por isto, Ex^a, em função de o meu nome ter surgido na lista, coloquei meu cargo à disposição. Pronto.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Ok! Ok! Ok! Está bom. Está ótimo. Está perfeito.

Sr. Presidente, não quero desrespeitar o Sr. Manoel Severino, mas quero me penitenciar em relação ao troféu Pinóquio, que eu tinha legado ao Sr. Genu. Eu estou sendo injusto. Estou sendo inteiramente injusto porque esse caso é muito pior. Por exemplo: para o senhor ter uma idéia – ele, que não sabia e conversava regularmente com o Sr. Marcos Valério –, o Rio de Janeiro é o Estado mais importante do Brasil, depois de São Paulo, em termos de economia, visibilidade, etc, um lugar onde o Partido dos Trabalhadores é bastante forte, e ele não sabia, não soube, não viu, não se interessa. Quando vem falar dos 100 mil reais – por isto estou atribuindo também esse troféu –, esses 100 mil reais foram disponibilizados para o Diretório para a comemoração no dia 18 de agosto de 2003. Por conseguinte, foi uma comemoração fora de época, tipo Carnaval fora de época! A eleição foi em 2002. As dívidas se colocam em 2002. Quem é político sabe muito bem como as coisas se dão. Mas esses 100 mil reais aparecem em 19 de agosto de 2003. Enfim, tenha dó também, não é? Tenha dó, tenha dó. Eu quero agora voltar...

O SR. (Orador não identificado) – V. Ex^a pode me dar um aparte?

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Não, não posso não. Eu quero agora voltar aqui para o lado direito, que é um pouco mais promissor.

A Bônus-Banval, Sr. Marcos Valério e Sr. Delúbio, elas têm... Quer dizer, como foi dito aqui, ela iniciou com o PP, cobrava, como dizem os bolivianos, *la propina*, cobravam a comissão de 3%, e depois ela tornou-se, digamos assim, a Meca – então, ela atendia o PT, o PL, etc. Tornou-se, então, de eleição para o PT, isso é muito claro. E existe uma data que é realmente uma norma, que é o dia 26/4.

Então, os recursos da Bônus-Banval ou são entregues no dia 26/4, quando estão solteiros, ou vão de 26/04 a 30/04, que aí se configura o “diarião”, viu, Deputada? Vão de 26/04 a 30/04, isso em valores expressivos, cerca de R\$3,5 milhões. O único valor pequeno, me parece, é o de R\$120 mil, mas aí são R\$500 mil, R\$750 mil, R\$1,2 milhão, etc.

O que fez com que, de 26/04/04 até o dia 30/04/04, especificamente no caso do 26/04, a Bônus-Banval tenha sido tão utilizada na perspectiva da relação Delúbio com o Sr. Marcos Valério nessa questão do Mensalão?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Muito simples, Deputado, totalmente explicável: dia 26/04 foi liberado o empréstimo junto ao banco BMG para o Sr. Rogério, da Tolentino Associados. Está aqui: dia 26/04 é a data em que foram liberados os R\$10 milhões. O empréstimo que falava que não existia.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Gastão Vieira. (Pausa.)

Não está mais, mas estava agorinha há pouco. Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Mendes Thame. Aliás, antes é o titular, Deputado Antonio Fleury.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Deputados, antes eu gostaria de esclarecer, a bem da verdade, que talvez o Deputado João Correia tenha feito confusão. Em momento algum eu citei o Presidente Lula. V. Ex^a disse que eu tinha citado o Presidente Lula...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Não, não...

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Vamos deixar bem claro que não foi feita essa citação.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Não, não, não. Desculpe-me, Sr. Deputado, eu...

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Pois não.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – A não ser que o cansaço tenha me obrigado a fazer isso,

mas eu não tive a menor intenção e não o citei. Pode consultar, pode ler...

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)

– Não, pode consultar que o senhor vai ver. O senhor falou.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – É, é bom verificar. No caso específico do Deputado, Sr. Relator, Sr. Presidente, se atribuí a ele essa citação, gostaria de pedir a retirada, a exclusão.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)

– Obrigado.

Sr. Manoel Severino, o senhor, segundo as informações que nos prestou, ao assumir a Casa da Moeda, portanto, à exceção desse... Ao assumir a Casa da Moeda, o senhor deixou de ser membro do Diretório do Rio de Janeiro?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Excelência, eu nunca fui membro de Diretório Estadual do Rio de Janeiro. Eu não era membro do Diretório Estadual do Rio de Janeiro. Eu fui um dos coordenadores da campanha de 2002, mas não era membro do Diretório.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)

– Era isso que eu queria que... Que me parece que o Sr. Delúbio afirmou que ele não era membro. Eu queria saber, exatamente confirmar que era uma pessoa de confiança...

O SR. DELÚBIO SOARES – É, não era membro, mas, Deputado Fleury, o Manoel Severino é uma das poucas pessoas... O Rio de Janeiro é um Estado conflituoso entre as posições políticas do nosso Partido. Os demais Partidos eu não entro... No nosso Partido, o Manoel Severino é uma das poucas pessoas que tem trânsito entre todas as correntes do PT. Então, por isso que talvez o nome dele apareça. Por ter esse trânsito, ele acabou levando essa... Houve lá esse processo e ele levou o ônus, mas é um militante do Partido dos Trabalhadores e que tem bastante confiança de todas as Lideranças do PT do Rio de Janeiro.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – É, mas era essa informação que eu queria.

O Sr. Manoel...

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Pois não.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)

– ...Severino afirma que não tinha conhecimento dos valores repassados, à exceção dos R\$100 mil. O senhor confirma?

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Exatamente isso.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – O Sr. Marcos Valério disse que o Manoel Severino era

um homem de contato. Como eram feitos esses contatos? Era via telefone?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Via telefone e pessoalmente também.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – E o senhor informava do valor de cada desembolso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Por telefone?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, pessoalmente. Nós nos encontramos algumas vezes.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Então, qual era o procedimento? Veio a ordem para remeter.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Quero deixar isto bem claro: o Sr. Manoel Severino nunca recebeu dentro das agências do Banco Rural, mas ele era o contato que tinha com o PT do Rio de Janeiro, como o Dr. Delúbio está falando. E todas as vezes em que iam ser transferidos recursos para o PT do Rio de Janeiro, não para o Sr. Manoel Severino, eu comunicava ao Sr. Manoel Severino que estavam chegando recursos. E uma dessas pessoas que eu citei os nomes é que sacavam esses recursos.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Eu gostaria de saber o seguinte: só o Sr. Manoel Severino era informado? Era a única pessoa do PT do Rio de Janeiro que mantinha contato com o senhor?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim. Do Rio de Janeiro, sim.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Sr. Delúbio, os pedidos do diretório do Rio de Janeiro eram feitos exclusivamente pelo Sr. Manoel Severino?

O SR. DELÚBIO SOARES – Não, com a direção do PT do Rio.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – O que o senhor chama...

O SR. DELÚBIO SOARES – O presidente, o secretário-geral, o tesoureiro do PT do Rio.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – O senhor poderia nominá-los, caso se lembre?

O SR. DELÚBIO SOARES – Na época, o secretário-geral era o Robertinho Cantalice; o nome do tesoureiro do PT do Rio eu não me lembro – lembro do rosto dele –, e o presidente do PT do Rio de Janeiro era o Deputado estadual Gilberto Palmares. Eram essas as pessoas com que a gente discutia no Rio de Janeiro a preparação da campanha.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – E foi com essas pessoas que se acertou o valor do repasse de R\$2,5 milhões?

O SR. DELÚBIO SOARES – Em torno de R\$2,5 milhões, foi.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – O que me chamou a atenção, Sr. Marcos Valério: a sua empresa prestava serviços ao Banco do Brasil?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza, desde 1994.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – O que me chamou a atenção foi o seguinte: Sr. Delúbio, o senhor confirma que disse que só tomou conhecimento da transferência de recursos para o Sr. Henrique Pizzolato quando veio à baila essa lista. O senhor confirma isso?

O SR. DELÚBIO SOARES – Confirmo.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Foi a única vez que o senhor não deu ordem direta.

Sr. Marcos Valério, o senhor tinha contato direto...

(Falhas na gravação.)

O SR. DELÚBIO SOARES – Já teve outra contradição aqui que tem de ser esclarecida, de um outro caso anterior que eu não lembro, mas hoje já falamos que tem outro caso também, mas como são valores menores, isso acontece.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Sr. Marcos Valério, o Sr. Henrique Pizzolato era diretor de *marketing* do Banco do Brasil. Portanto, o senhor tinha contato direto com ele em razão dessas atividades?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É verdade.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Então, esse repasse direto, estava dentro dos R\$2,5 milhões previstos para o PT do Rio de Janeiro? Foi ele quem lhe pediu diretamente?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Verdade.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Então, foi o Sr. Henrique Pizzolato quem lhe pediu.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Verdade.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Era isso que eu queria saber. Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O Sr. Marcos Valério, quando teve a abordagem, com relação ao Sr. Henrique Pizzolato, anteriormente, admitiu a possibilidade de o militante do Partido dos Trabalhadores a quem ele encaminhou essa quantia de recursos que pudesse ter sido... Ele disse “Eu nego. Eu não tive contato com o Sr. Henrique Pizzolato; mal conheço o Sr. Henrique Pizzolato.”

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Ele acabou de esclarecer aqui que o Sr. Henrique Pizzola-

to foi uma transferência direta, numa conversa direta dele. Era isso que eu queria esclarecer.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A informação que veio para mim era a seguinte: PT do Rio de Janeiro, diretório do Rio de Janeiro. Agora, a vida pessoal do Sr. Henrique Pizzolato...

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Eu queria deixar claro, Sr. Marcos Valério, que não estou entrando... Esse fato me chamou a atenção, e agora nós concluímos – se o Relator e o Sr. Presidente me permitirem – o porquê da queda da hierarquia: houve um contato direto, ou seja, um pedido direto feito pelo Sr. Henrique Pizzolato ao Sr. Marcos Valério, que se sentiu autorizado em razão de estar dentro do limite. É isso? Por favor.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim, senhor. Procede.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Era o que eu tinha a perguntar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Farei apenas uma pergunta: o senhor comunicou esse repasse, por meio do Sr. Pizzolato, ao Sr. Manoel?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Honestamente, não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Dessa vez, não lembra?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não. Eu não diria com tanta ênfase, Senador. Também não quero fugir nunca à verdade aqui. Não diria isso, mas eu não me lembro realmente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – E nas outras vezes?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nas outras vezes, sim.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Comuniquei.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Estou encaminhando, por intermédio do Sr. Manoel – há duas pessoas com o nome Manoel...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu comuniquei a ele o que estava sendo repassado ao PT do Rio de Janeiro, e ele era uma dessas pessoas que sacavam e cujo nome eu citei.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Mais representando o diretório do que propriamente o...

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Mais representando o diretório.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – ...o Sr. Manoel Severino, é isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – O Sr. Manoel Severino.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Só ele tinha conhecimento dos fatos, embora não fosse ele que ordenasse os gastos desses recursos?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Com certeza.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Sr. Presidente, já que ainda me resta um prazo – disponho de um minuto e quarenta e sete segundos...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª continua com a palavra. Eu até usei o prazo de V. Exª.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Farei um questionamento em razão da consideração que V. Exª fez. Com relação a esse repasse feito por intermédio do Sr. Henrique Pizzolato, o senhor não tem certeza se avisou ou não o Sr. Manoel Severino. É isso?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Sim.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Não tem certeza.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Eu tenho certeza absoluta de que não fui avisado nem desse, Excelência, nem dos outros. Assumo aqui um compromisso político com relação aos R\$100 mil, oriundos de dívidas de atividade de campanha, resultado de 2003. Não estou dizendo que não foi passado o recurso, nem estou desmentindo o Sr. Marcos Valério, tampouco o Sr. Delúbio Soares. Fui portador.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Perfeito.

O SR. MANOEL SEVERINO DOS SANTOS – Está certo? Se foi para o Partido dos Trabalhadores...

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Tenho uma última questão a fazer e quero cumprir rigorosamente o tempo.

Quem recebia eram o Carlos Manoel, o Carlos Roberto, as pessoas que o senhor mencionou.

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – São os nomes que eu tenho.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – O Sr. Delúbio saberia dizer para quem eles levam o dinheiro?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, não saberia, senhor.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – O Sr. Delúbio saberia dizer? É para o diretório do Rio de Janeiro, mas não há nomes?

O SR. DELÚBIO SOARES – É para o diretório do Rio de Janeiro.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Mas o senhor não saberia apontar... *(Falhas na gravação.)*

O SR. DELÚBIO SOARES – *(Falha na gravação.)* direção. Não conversei com eles sobre isso nesse episódio.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Está bem.

O SR. DELÚBIO SOARES – Foi o primeiro diretório a pedir a minha expulsão. Então...

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Muito obrigado. Dou-me por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Mendes Thame, último orador inscrito.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu queria, desta vez, já que é a última, aproveitar os minutos iniciais para manifestar uma consideração sobre aquilo que ouvimos hoje e fazer a última pergunta aos depoentes que estão nesta acareação.

Nós ouvimos hoje, com clareza, a declaração do Sr. Delúbio de que, desse dinheiro que foi tomado, seja por empréstimo ou por outro motivo, mais de R\$30 milhões foram para o PT. São declarações do Sr. Delúbio.

O SR. DELÚBIO SOARES – Em torno de R\$30 milhões e não mais.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Em torno desse valor, referente a dinheiro não contabilizado, que foi utilizado logo após as eleições de 2002 e antes das eleições de 2004. Nesse interregno, depois da denúncia feita pelo Sr. Roberto Jefferson, nunca vimos tantas demissões, quase em massa, como, por exemplo, a diretoria inteira dos Correios. Estamos assistindo aqui à demissão – foi demitido ou demitiu-se – do Sr. Manoel Severino. O próprio Ministro-Chefe da Casa Civil pediu demissão. Portanto, é um processo em que caem pessoas que ocupam cargos de confiança no Governo.

O terceiro ponto é a questão da confissão. Os advogados dizem que a confissão é a rainha das provas. Quando alguém confessa, quando fala contra si mesmo, não há o que perquirir, a não ser em casos específicos: um pai que disse que foi ele quem cometeu um acidente de trânsito para proteger um filho menor. Mas, em casos convencionais, não se discute, não se faz acareação para ver o que é verdade quando alguém está confessando. Ela está acima da discussão. Se alguém confessou que recebeu R\$4 milhões, não vamos discutir se esses R\$4 milhões existem ou não, porque a pessoa já assumiu a culpa e o ônus daquilo que declarou.

Também há uma confissão aqui do Sr. Duda Mendonça de evasão de divisas, sonegação fiscal, crime contra o sistema financeiro, lavagem de dinheiro. São quatro dos mais graves crimes tipificados e aos quais se cominam as mais pesadas penas no mundo inteiro.

Quarto ponto. Nós temos aqui – e foi muito bem abordado pelos Deputados – um caso clássico de aparelhamento do Estado. Colocaram um Líder do PT no Estado para dirigir a Casa da Moeda, sem se preocuparem com o currículo anterior, só o currículo de ser do PT. Assistimos a isso no Inca, no Hospital do Câncer, em cargos do Ibama em todo o Estado. Portanto, é um aparelhamento do Estado que traz malefícios ao próprio desempenho do Governo.

E, por último, vimos a vulnerabilidade com que as instituições foram violadas, foram tomadas de assalto. E é, dentro desse contexto, que faço a pergunta ao Sr. Marcos Valério. O último empréstimo foi no dia 26 de abril. Disse o senhor que foi motivado por dois motivos, e que não batem. Disse que é porque acabou o crédito e depois complementou, dizendo que a razão era porque houve a denúncia do Sr. Roberto Jefferson. As duas não batem, porque a data do último empréstimo foi no dia 26 de abril.

A pergunta é a seguinte: depois do dia 26 de abril, portanto, a partir do finalzinho de abril do ano passado, nunca mais houve ajuda a nenhum partido, a nenhum bloco aliado, a nenhum deputado. De repente, ninguém mais precisou de ajuda? Tudo isso que se viu – R\$30 milhões – não deve ter entusiasmado o Partido que está no Poder a continuar com essa facilidade? Há despesas, faz-se um empréstimo de uma empresa que está disposta a assumir o risco como o senhor assumiu. Não houve mais ninguém?

E a segunda pergunta, para ganhar tempo: se não houve mais empréstimos com o senhor, porque o seu crédito estava no limite, isso não deve ter ocorrido com alguma outra empresa que também preste serviços ao Governo e que tenha interesse em estar bem, em ser simpática, em prestar uma deferência ao Governo, assumindo empréstimos e repassando para o Partido que está no Poder?

O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – É... Sr. Deputado, gostaria de salientar e deixar claro para a sociedade e deixar claro para o País que a minha empresa, a SMP&B, de quem eu sou um dos sócios – são três sócios, dois sócios, além de mim; na DNA também são mais três sócios –, ela sofreu muito com esse episódio, a ponto de desaparecer do mercado. É... e deixar claro também que essas empresas de Minas Gerais não são e nunca foram os maiores financiadores de campanha deste País. Quem falar isso e quem provar e quem apontar dessa

maneira está mentindo ao País, está encobertando os grandes financiadores de campanhas políticas. Quem falar que são aquelas empresas de Minas Gerais lá daquele rapaz – vamos usar o nome que o Roberto Jefferson falou –, daquele carequinha, está mentindo para o País. Eu sou um grão de areia, um grão.

Bom, o meu crédito acabou, e os meus repasses estão literalmente nessa lista. Eu não tenho mais nada a acrescentar a não ser essa lista. Espero que essa lista tenha servido de roteiro para a CPI. Eu não fujo nunca à minha responsabilidade. Na hora em que a CPI quiser me chamar, estarei aqui presente, no momento em que quiser me chamar, da forma que quiser me chamar. De outras empresas, eu não tenho conhecimento, até porque não sou tão importante assim para ter conhecimento total de tudo o que acontece no Governo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Antes de encerrar a presente reunião, precisamos tomar as seguintes decisões.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Para ser tolerante, declaro que todos vamos encarar os depoimentos das pessoas que receberam os recursos com a maior severidade, em virtude do duvidoso grau de veracidade que possuem, mas desejaria que todos os membros da Comissão estivessem cientes do seguinte: o cuidado que devemos ter em atribuir responsabilidades exclusivamente a partir da lista apresentada pelo Sr. Marcos Valério, porque essa lista se tornou fatídica. Ela é a única fonte de acusação existente até agora, e toda e qualquer pessoa que tenha entrado nessa lista se torna irremediavelmente culpado. Por isso mesmo, a seção técnica desta Comissão está empenhada no exame de documentações variadas a fim de procurar outras fontes de recursos, outras fontes de atribuição de responsabilidade.

Não estou duvidando da palavra do Sr. Marcos Valério, mas não podemos permitir que ele seja uma espécie de palavra sagrada, porque, neste caso, ele se transforma em uma espécie de fonte exclusiva de punição para instituições e pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Amanhã, teremos reunião e vamos ouvir amanhã, ou segunda e terça. Qual é a proposta de V. Ex^a?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não, a proposta é de ouvirmos na segunda-feira, às 18h, o Sr. Roberto Costa Pinho e, na terça-feira, às 9h, faremos uma reunião administrativa. Dessa forma, estaremos de acordo com a decisão da Câmara que fixou a tarde de segunda-feira e a manhã de terça como objeto de deliberação.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, quero convocar a reunião para o dia 31, segunda-feira, às 18h, para ouvir o Sr. Roberto Costa Pinho já que há um consenso; e, na terça-feira, uma reunião administrativa, em que temos de apreciar uma série de requerimentos.

Agradeço a presença do Sr. Manoel Severino, do Sr. Marcos Valério, da Srª Simone Vasconcelos, do Sr. Delúbio Soares, bem como dos advogados que os acompanham.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião à 1h10min do dia 28/10/05.)

ATA DA 30ª REUNIÃO REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2005

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, às dezoito horas e oito minutos, na sala 06, da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Amir Lando e ainda com as presenças dos Senadores José Jorge, Romeu Tuma, Rodolpho Tourinho, Ana Julia Carepa, Sérgio Zambiasi, e dos Deputados Luiz Couto, Odair Cunha, Devanir Ribeiro, João Correia, Gastão Vieira, José Rocha, Zulaiê Cobra, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, Luiz Antonio Fleury, José Carlos Araújo, Fernando Coruja, Daniel Almeida, Eduardo Valverde, Ivan Ranzolin, Marcus Vicente, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 01/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS”. Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 30ª reunião e informa que a pauta da presente reunião se destina à oitava do senhor Roberto Costa Pinho. O Presidente convida-o para sentar-se à mesa e apresentar suas ponderações iniciais. Em seguida o Presidente concede a palavra à Sub-relatora, Deputada Zulaiê Cobra para inquiri-lo. Em seguida, passa a palavra aos seguintes parlamentares: João Correia, Fernando Coruja, José Jorge, Daniel Almeida, Ibrahim Abi-Ackel, Luiz Couto, Arnaldo Faria de Sá, Odair Cunha, Eduardo Valverde,

José Rocha, Rodolpho Tourinho, Gastão Vieira e Ivan Ranzolin. Foram reinscritos os Deputados Luiz Couto, Eduardo Valverde, Daniel Almeida e José Rocha. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e duas horas e dois minutos, convocando-se a próxima reunião para o dia 1º de novembro deste ano. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia Baraviera, Secretária da Comissão*, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito de Compra de Votos.

Peço à Secretaria que faça entrar o depoente, o Sr. Roberto Costa Pinho. (Pausa.)

Quero, inicialmente, dizer que há número regimental para a oitava porque, para tanto, basta haver a presença aqui do Presidente e de mais um Relator. Como temos a presença aqui da Sub-Relatora, Deputada Zulaiê Cobra, já podemos iniciar. Também se encontra presente o Sub-Relator, Deputado João Correia.

Vamos à qualificação do depoente que aqui comparece na condição de testemunha, portanto, com o compromisso de dizer a verdade no que lhe for perguntado, podendo, conforme faculta o próprio Código de Processo Penal, em caso de respostas que comprometam a sua liberdade, até silenciar. Isso é do Código, não posso fazer nada mais. Mas, no demais, naquilo que não lhe diz respeito pessoal, esse compromisso com a verdade fica aqui exaltado sob pena de perjúrio.

Lerei em seguida a qualificação.

Queria aproveitar para registrar a minha preocupação de que na última reunião, já no adiantado da hora, falava eu da importância de realizarmos a reunião da última sexta-feira, porque temia – essa semana é uma semana complicada – eu temia, eu tinha uma preocupação com esse tema e até fui mal interpretado quando alertava, sobretudo quando tinha sido deslocado o feriado, o ponto facultativo da sexta-feira, do Dia do Servidor, para segunda-feira. Então tínhamos uma semana complicada e falava-se que poderíamos não ter **quorum**, mas temos o **quorum** necessário para as inquirições e vamos fazê-las.

Vou fazer a leitura aqui para que todos os membros saibam.

Nome, Roberto Costa Pinho; carteira de identidade nº 414.203, SSP – GO; idade, 68 anos; CPF está aqui registrado – não há necessidade de publicá-lo –; estado civil, separado judicialmente; endereço residencial aqui em Brasília, não vou dar o endereço por uma

questão de segurança pessoal, mas está registrado; o telefone, também; profissão, administrador; local onde exerce a atividade é Brasília, atualmente Brasília. Ele não é parente em grau qualquer da parte envolvida. Finalmente, ressalto que o depoente se compromete, nos termos do art. 203, do Código de Processo Penal, sob as penas da Lei, a dizer a verdade no que souber ou no lhe for perguntado, não sendo obrigado a responder as perguntas que possam auto-incriminá-lo.

Os advogados podem falar diretamente no microfone os seus nomes e registros na OAB.

O SR. LEONARDO SANCHES – Leonardo Sanches, OAB-DF 11.980.

O SR. MARCOS VINÍCIUS WITZACK – Marcos Vinícius Witzack, OAB-DF 11.923.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Passo a palavra ao depoente para, se quiser, fazer uma pequena explanação. Em seguida, passarei a palavra à Sub-relatora presente Deputada Zulaiê Cobra.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sr. Presidente, eu gostaria, em princípio, de comentar, rapidamente, uma nota que foi divulgada pelo **O Estado de S. Paulo** do dia 21 de outubro cujo título é “Convocado não aparece para depor e irrita a CPI”.

Eu gostaria de contestar isso porque, na verdade, jamais houve de minha parte intenção de criar nenhum obstáculo para vir a esta CPI para prestar os esclarecimentos que fossem necessários. O que aconteceu, na verdade, é que esta convocação feita pelo Presidente Amir Lando, no dia 29 de agosto, que me convocava e pedia que eu, com a máxima urgência, desse alguma explicação por escrito, essa convocação só foi posta no Correio dia 13 de agosto e só foi recebida em 26 de setembro, imagino que dado a greve dos Correios na ocasião. Assim que tomei conhecimento dessa convocação, eu, no dia 3, fiz uma carta que foi postada no dia 10 e, a partir daí, fiquei no aguardo de qualquer nova indicação e de qualquer nova convocação, que, quando houve, para eu comparecer na Comissão no dia 20 de outubro, eu não me encontrava aonde a convocação chegou. Na verdade, eu estava próximo a Brasília, numa fazenda, aonde vou freqüentemente quando quero escrever, e, no momento, estou num processo de produção de um livro. Quando eu me recolho não deixo contato, fico sem celular, etc, de forma que eu só soube da minha convocação, para o dia 20, quando voltei a Brasília, no dia 21, e fui comunicado pelos meus advogados que eu estava sendo convocado pelo jornal. Eles imediatamente já tinham entrado em contato com a comissão, no dia 19, dizendo que não estavam conseguindo me contactar, mas que assim que eu chegasse a Brasília me poriam à disposição. Assim foi feito, e foi marcado então para o dia 28 de

outubro, depois, posteriormente transferida para a data de hoje. Por outro lado, no dia 10, na quinta-feira passada, a Polícia Federal me convocou em minha casa, uma Secretária do Delegado Zampronha me ligou e eu imediatamente me dispus e dei o depoimento na Polícia Federal na quinta-feira passada.

Dito isso, eu pediria à Comissão que tivesse um pouco de paciência para me ouvir numa questão que pode parecer inicialmente que não tem nenhuma vinculação imediata com o fato que está aqui sendo investigado. Mas, na verdade, não só existe essa ligação, como, por outro lado, esse espaço é fundamental para que eu relate esses fatos antecedentes a esse fato pelo qual estou sendo convocado aqui. Como já dei um depoimento na Polícia Federal e como respondi, por escrito, à solicitação do Sr. Presidente, Senador Amir Lando, eu acho que, nessa questão pontualmente, eu pediria que me permitisse que entrássemos nela um pouco adiante, pela conexão que ela tem com isto aqui que vou relatar.

O que vou relatar é o seguinte. Em princípio, quero declarar, sem nenhum tipo de hesitação, que eu recebi R\$300 mil, das quatro vezes que me dirigi ao Banco Rural, por indicação da secretária do Sr. Delúbio Soares. Muito bem. Então, vamos discutir aqui duas coisas a meu ver: este fato de eu ter sido sacador de supostamente R\$400 mil, que, na verdade, foram R\$300 mil, junto com um outro fato que, se eu for colocar um número e quero colocar, são R\$50 milhões, que estão vinculados à minha passagem e à minha presença pelo Ministério da Cultura.

Eu vim para Brasília com o Ministro Gilberto Gil, Ministro do Governo Lula. Eu fui uma das pessoas que, junto com outros amigos, ajudei a articular o convite que, posteriormente, foi feito ao Ministro Gilberto Gil para vir a ser o Ministro da Cultura. Sem dúvida nenhuma, fui o mais próximo amigo que o convenceu e que superou as hesitações que o Ministro apresentava para aceitar o convite para o Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu gostaria de dizer – sem interromper, já interrompendo, como o Jô fala – que, quanto a essa parte da administração, ao menos por parte da nossa CPMI, não há qualquer preocupação. Nós gostaríamos exatamente de esclarecer este ponto: o recebimento das contas do Sr. Marcos Valério de R\$400 mil, que o senhor disse que eram somente R\$300 mil. Então, se o senhor quisesse dar um realce – usando uma palavra que o Ministro gosta de dizer: realce –, V. S^a poderia fazê-lo, mas, se quiser dar uma explicação rápida, vou acatar. Mas eu quero dizer que nosso ponto é exclusivamente esse.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, acho que é interessante, já que ele quer falar sobre esse tema que, de qualquer maneira, é um tema polêmico, por que ele foi afastado do Ministério. Então, até para qualificá-lo, acho que é interessante que ele pudesse explicar essa parte.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, eu apenas quis ressaltar que o ponto...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agora, pode ser o mais rápido possível.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu acho que é importante, se ele quer falar...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pois não. Eu não censuro. Eu só quero dizer que o ponto maior é...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Acho que deveríamos deixá-lo falar. Foi um tema polêmico, na época, não tanto explicado, o que acho que ele teria a oportunidade de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Tudo bem. Nada a opor.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu também tenho a mesma posição do Senador José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nada a opor.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Agradeço muito esse apoio para que, ainda que o mais rapidamente possível, eu possa explicar, porque, ainda hoje, na imprensa, quando é noticiado algo em que meu nome está vinculado, ele está vinculado como uma pessoa que foi exonerada por suspeita de malversação de recursos e de corrupção. Pela primeira vez, vou ter a oportunidade, certamente, porque nunca a tive, de explicar o que aconteceu. Mais ainda, os senhores vão entender qual é a ligação que isso tem com o fato que me traz aqui até hoje. Vou procurar ser o mais rápido possível.

Ao chegar ao Ministério da Cultura, tive uma preocupação muito grande porque houve uma certa reação à escolha do Ministro Gilberto Gil. Questionavam que ele, como artista, não teria capacidade suficiente para dirigir o Ministério. Houve uma preocupação muito específica de minha parte de mostrar como o Ministério tinha toda a condição de desenhar projetos, projetos importantes, sobretudo projetos da cultura, ligados à área social, para de um modo imediato mostrar essa capacidade que o Ministro e sua equipe teriam de tocar o Ministério da Cultura.

No Ministério da Cultura havia, de um modo geral, uma solicitação muito grande de todas as periferias do Brasil pela falta de espaços para que as expressões culturais pudessem se afirmar. Havia solicitações de salas de cinema, de teatro, de reunião. Havia um problema, inclusive, no Ministério da Cultura, de muitos filmes que este financiava e, depois, jamais eram exibidos. Havia, sobretudo, um argumento básico de que exatamente a falta desse tipo de oferta, desse tipo de espaço onde os jovens da comunidade pudessem expressar-se, estava levando a maioria dos jovens, dos adolescentes, a ingressar na violência das grandes periferias.

Imediatamente, fomentamos um projeto de criação de casas de cultura. Nós o chamamos de Base de Apoio à Cultura inspirados em uma promessa, inclusive, que o Presidente Lula teria feito em campanha de que construiria uma casa de cultura em cada Município do Brasil. É óbvio que sabíamos que em cinco mil e tantos Municípios era uma coisa difícil de ser atendida. Entretanto, se houvesse uma estratégia correta, critérios bem levantados, poderíamos ir aos lugares onde a população está mais concentrada, portanto nos grandes centros, na periferia dos grandes centros, e atender.

Traçamos um programa que, imediatamente, tornou a forma de um projeto arquitetônico feito pelo grande arquiteto brasileiro Lelé, João Filgueiras Lima, que hoje coordena o Centro de Tecnologia da Rede Sarah e o coordenava à época. Levamos esse programa, esse projeto, ao Presidente da República. O Presidente da República, em uma audiência, entusiasmou-se de tal forma com esse projeto, engajou-se de tal forma que nos disse, depois de ser informado de quais eram os detalhes e as possibilidades reais de este ser executado, querer que o projeto tivesse uma grande velocidade. Trouxe, aqui, só a título de exemplo para mostrar a todos o que seria uma casa de cultura, no que se constituiria essa casa de cultura.

A casa de cultura é um projeto que contempla algo que no Brasil é pouco conhecida. No entanto, é uma criação brasileira, de tecnologia de ponta, na área da construção que é solicitada, festejada, em várias partes do mundo. Falo do Centro de Tecnologia da Rede Sarah Kubitschek. Desenvolve uma tecnologia industrial que – e isso tem a ver com a finalidade que vamos falar aqui –, para resumir qual é a excelência disso, é que essa tecnologia permite, e só existe nesse lugar, que os prédios sejam previamente fabricados e depois montados num lugar com uma grande economia de custo construtivo.

Para os senhores terem uma idéia...

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Sr. Roberto Costa Pinho, eu gostaria que o senhor se dirigisse agora às questões pelas quais o senhor veio até aqui.

O senhor está falando de um belo projeto, mas todos eles foram projetos discutidos no Ministério da Cultura. Nós queremos discutir a sua participação no Ministério, o que levou o senhor a sair do Ministério, daí por que o senhor está justificando, nesta oportunidade, esse programa Cidade Aberta, que teve irregularidades. É isso que eu queria que o senhor falasse.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Pois é dele que eu estou falando, Senadora.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Por enquanto o senhor está falando do projeto, a parte boa, agora vamos ver o que aconteceu com esse projeto.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – O que aconteceu com esse projeto, e é lá que eu quero chegar, é que esse projeto, que tem toda essa parte boa, com esse equipamento que custaria R\$1 milhão para ser realizado e seria...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – A unidade?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – A unidade.

E seria de mil metros quadrados, seria construído em 45 dias, sendo que a capacidade plena do Centro de Tecnologia da Rede Sarah Kubitschek, em Salvador, produziria quatro unidades dessa por mês. Isso significaria que, a cada 45 dias, as comunidades do Rio e de São Paulo, as periferias do Rio e São Paulo, que foram as primeiras a serem selecionadas, poderiam a cada mês ter um equipamento desse para poder articular com a comunidade.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Mas não foram feitos?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, e eu vou dizer por que não foram feitos.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Então está bem. Vamos para os objetivos.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Vamos para os objetivos. O Presidente da República, imediatamente, determinou que queria fazer, nos dois primeiros anos, cinquenta unidades dessa. Ou seja, ele queria que R\$50 milhões fossem destinados para que esse projeto fosse realizado. O Presidente da República instruiu ao Ministro Palocci que caísse em campo para levantar os recursos necessários para esse projeto.

Eu, como coordenador desse projeto, estive, por indicação do Ministro Palocci, no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal tentando levantar os recursos necessários para que esse projeto fosse feito.

Finalmente, com as negativas do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, o Presidente da República...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Alguma vez V. Sª foi acompanhado de Marcos Valério ou foi sozinho ao Banco do Brasil para fazer essa mobilização?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Nunca conheci o Sr. Marcos Valério.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ah, então está ótimo. Então foi por isso que V. Sª não arranhou o dinheiro?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não tenho nenhum conhecimento...

Não, os recursos foram arranjados, sim, senhor; foram arranjados, Senador. Foi indicada a Petrobras. E a Petrobras indicou que, no primeiro ano, ia disponibilizar, como uma doação para o Ministério da Cultura, R\$20 milhões para que vinte unidades dessas fossem realizadas. Simplesmente, a Petrobras indicou que seria necessário que esse dinheiro fosse dirigido para uma Ocipe, que esse dinheiro não poderia ser dirigido para o Ministério da Cultura.

Foi selecionada e escolhida uma Ocipe chamada Ibrac. Estava em curso se fazer um convênio entre a Petrobras, o Ministério da Cultura e o Ibrac, a Ocipe que foi constituída, para que essa Ocipe, o Ministério da Cultura e a Petrobras, num convênio com o Centro de Tecnologia, que é um órgão do Governo ligado à Associação das Pioneiras Sociais, pudessem construir isso. Acontece que, nas vésperas da assinatura do convênio com a Petrobras, tendo eu recolhido a assinatura do Ministro e já encaminhando a Petrobras, houve um questionamento de que isso estava sendo conduzido no sentido de fazer uma concorrência, fazer a construção sem uma concorrência, e de que não era legítimo poder fazer isso, porque eu teria recolhido a assinatura do Ministro sem que isso tivesse passado pela Consultoria Jurídica do Ministério.

Ora, criou-se uma força-tarefa para isso poder ser examinado. Eu, na ocasião, não respondi a nenhuma comissão de sindicância, não respondi a nenhum processo administrativo disciplinar, não respondi a nenhum processo penal, não houve nenhuma condenação desse processo pelo TCU, e eu fui exonerado automaticamente por quebra de confiança do Ministro e o meu nome lançado na imprensa como uma pessoa que estava suspeita. Eu era suspeito de estar montando uma estrutura para me beneficiar.

A única razão – eu vou concluir, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, é para o senhor falar próximo do microfone,

porque, quando o senhor fala longe, a Taquigrafia não consegue copiar.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Pois não.

A única coisa que me restou antes de eu ser exonerado foi, ainda como funcionário público, recorrer à Comissão de Ética da Presidência da República e pedir espontaneamente – não fui chamado para ser investigado, eu pedi à Comissão de Ética – que investigasse toda a minha passagem pelo Ministério da Cultura, que examinasse essas coisas de que eu estava sendo acusado na força-tarefa. E a Comissão de Ética, no dia 1º de julho de 2004, portanto três a quatro meses depois que fui exonerado, me fez esse ofício, a Carta nº 2/4, dizendo: “Em atenção a sua solicitação, informo que a Comissão de Ética Pública, ao examinar seu pedido para pronunciar-se a propósito de sua conduta no cargo público, concluiu que não ficou evidenciada transgressão ao Código de Conduta da Administração Federal”.

Entretanto, eu não tive condição de que isso, esse julgamento que eu tive na Comissão de Ética da Presidência da República, fosse divulgado por qualquer órgão da imprensa. Por isso, eu agradeço hoje estar aqui, pela primeira vez podendo me defender.

Simplesmente, Sr. Presidente, o resultado dessa minha exoneração é que eu fui para a cama deprimido, em estado de depressão fiquei durante sete a oito meses. Perguntarão: por uma simples razão de o seu nome ter sido lançado à imprensa do jeito que foi?. Não apenas por isso – isso já seria o suficiente –, mas porque eu considero que o Ministro que assinou minha exoneração não era um Ministro qualquer. Era um amigo de quarenta anos, era uma pessoa com a qual eu tinha profunda relação de confiança, era uma pessoa com quem eu tinha quase relações de parentesco porque, afinal de contas, eu era padrinho da filha dele, ele era padrinho de minha filha. E, ao longo desses quarenta anos, nós participamos de muitas coisas juntos, nós realizamos muitas coisas juntos. Essa foi uma agressão afetiva, foi uma agressão moral, foi uma agressão que me pôs por terra.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Sr. Roberto Costa Pinho, continuando um pouco essa sua defesa, o senhor não apresentou por escrito o que o senhor falou agora, hoje. Quando o senhor foi chamado a apresentar uma defesa, segundo informações que eu tive agora, o senhor não tinha feito essa defesa sua.

Pergunto: o senhor foi levado ao Ministério da Cultura pelo Ministro Gilberto Gil?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sim.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Foi ele que convidou o senhor?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Foi.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– E antes de o senhor trabalhar no Ministério da Cultura, onde o senhor trabalhava?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Antes, de 1985 em diante, eu alternava minhas atividades, ora trabalhando junto a projetos culturais, porque sempre foi o meu perfil...

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Certo.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – ... ora com *marketing* político.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Está certo. O senhor trabalhou alguma vez com o Sr. Antonio Palocci?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu trabalhei na Prefeitura. Trabalhei em Ribeirão Preto com o arquiteto João Filgueiras Lima, que me fez o convite em 2001 para desenvolver um projeto urbanístico em Ribeirão Preto.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Em Ribeirão Preto. Então, o senhor trabalhou na gestão do Prefeito Antonio Palocci em Ribeirão Preto, em 2001?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Exato. Sim, senhora.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Vamos voltar aqui à nossa questão. Sr. Roberto da Costa Pinho, o senhor tem aqui uma lista do Sr. Marcos Valério que dá aqui várias quantias que ele põe sob sua responsabilidade, aliás, dizendo Assessor do Ministério da Cultura, assim que ele qualifica o senhor. 15 de setembro de 2003, R\$50 mil; 24 de setembro de 2003, R\$50 mil; 2 de outubro de 2003, R\$50 mil; 16 de outubro de 2003, R\$50 mil; 4 de novembro R\$100 mil; 9 de novembro de 2003, R\$100 mil, e 10 de fevereiro de 2004, R\$50 mil, perfazendo a quantia de R\$450 mil.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sim.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– O senhor tem isso como verdadeiro ou não?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não. O que tenho como verdadeiro é que eu compareci ao Banco Rural. Agora, vamos entrar pontualmente...

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Na questão.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO –... na questão de por que compareci ao Banco Rural. Vou começar dizendo as datas em que compareci ao Banco Rural: dia 23 de setembro de 2003, 4 de novembro ...

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– E qual foi a quantia?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – R\$50 mil em 23 de setembro de 2003; 4 de novembro de 2003,

R\$100 mil; 17 de dezembro, R\$100 mil e 11 de fevereiro de 2003, R\$50 mil.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Não, de 2004.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Desculpe, 2004.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– R\$50 mil. Então, o senhor faz um total de?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – R\$300 mil.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– R\$300 mil. E ele fala em R\$450 mil. E as suas outras idas ao Banco Rural, que aqui constam datas várias, com horários vários. Isso o senhor não confirma?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Por exemplo: 2 de junho de 2004.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, 2 de junho eu já estava fora do Ministério.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Já estava fora?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Já.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Porque aqui fala 24 de novembro de 2004, 1º de dezembro de 2004 e dá o destino...

Não sei o que é suporte.

O que é suporte Elsie?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Ah, suporte Elsie são os escritórios, são dois escritórios de advogados que eu estive lá, tentando uma fase que ia, estava tentando me defender das acusações que tinha sido feitas desde a minha saída do Ministério. Mas ao Banco Rural só fui nessas...

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Agora, esse dinheiro que o senhor confirma que o Sr. Marcos Valério passou para o senhor, a quantia de R\$300 mil, o senhor usou para quê?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Vamos agora, então, que eu esclareci toda a questão do Ministério, à origem desse dinheiro.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– O senhor trabalhava no Ministério da Cultura quando o senhor pegou essas quantias?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Trabalhava quando recebia essas quantias.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Quando o senhor foi ao Banco Rural?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Exatamente. Julho, agosto de 2003, eu recebi um convite, por meio do tesoureiro Delúbio Soares, me procurou me fazendo um convite...

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Procurou aonde?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Aqui em Brasília.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– No Ministério?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não. A secretária dele marcou um encontro comigo no Blue Tree.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– No Blue Tree?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Isso.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Aí o senhor foi ao encontro do Sr. Delúbio?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Dizendo que o Sr. Delúbio Soares queria ter um encontro comigo no Blue Tree. Eu fui ao encontro.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Isso foi quando?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Isso foi fim de julho, início de agosto de 2003.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Início de Governo.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Início de Governo. Metade de Governo.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– É, na metade, no início. Não deu nem seis meses.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Chegando lá, ele disse que tinha sido instruído para me convidar para fazer uma consultoria de *marketing* político na pré-campanha para o PT de 2004; que eu deveria exercer esse trabalho por volta do início de 2004. Nessa altura, então, nós negociamos em que é que isso constituiria; eu pedir um valor diante do que ele me disse que queria que eu fizesse, que era uma pesquisa do quadro pré-eleitoral, em vinte ou 25 cidades de médio porte; que ele passaria, depois, às minhas mãos, a lista das cidades onde esse trabalho seria feito. Eu dei o preço que eu achava justo para isso.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– O senhor pode dizer quanto o senhor deu?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Setecentos mil reais.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Setecentos mil reais.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – E disse que só teria condições de começar o trabalho se ele me adiantasse até 50%.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Se ele adiantasse 50%.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Ficou certo esse trabalho e ele disse que eu receberia instruções de como receber o dinheiro. A partir de setembro, na véspera desses dias em que eu estive no Banco Rural, eu recebi um telefonema da secretária dele, dizendo que eu me dirigisse ao Banco Rural, me identificasse

a um funcionário e sacasse a importância que a mim estava destinada.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Quem ligou para o senhor?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – A secretária dele.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Secretária do Delúbio.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – É.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– O senhor não sabe o nome dela?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não sei o nome. Ela pode até ter dito.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Esse telefonema foi lá no Ministério?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – No Ministério.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– No Ministério da Cultura?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Da Cultura.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Qual é o seu cargo lá no Ministério?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Inicialmente, eu era assessor especial do Ministro. Depois, fui secretário de programas e projetos.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Secretário de programas e projetos. Nessa época, o senhor já era secretário de programas e projetos?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Pouco depois eu fui secretário de programas e projetos.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Está certo. Nessa época, o senhor era assessor do Ministro?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu era assessor do Ministro.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Isso por volta de junho, de julho de 2003?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Julho e agosto de 2003, foi feito o contrato.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Foi feito o contrato.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – E o início....

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Foi de boca o contrato?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Foi de boca.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Bom, e aí o senhor foi receber a primeira quantia.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu fui receber a primeira quantia no dia 23 de setembro, no dia 04 de novembro, no dia 17 de dezembro e no dia 11 de fevereiro.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– O senhor recebeu cinquenta mil; depois, o senhor recebeu cem mil; depois cinquenta mil?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sim.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Trezentos mil?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sim.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Mais dos setecentos mil, ficou uma parte sem receber.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, ficou uma parte sem receber, porque esses serviços não foram prestados.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Eles não foram prestados?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– O senhor recebeu sem trabalhar?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não. Tinha ficado determinado que esses serviços seriam prestados a partir de janeiro. Esses serviços seriam prestados a partir de janeiro..

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– A partir de janeiro de 2004?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – De 2004.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– E o senhor ia receber antes?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, eu ia receber cinquenta por cento antes.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Cinquenta por cento antes.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Porque isso implicava eu montar – que era o meu plano – três ou quatro grupos de trabalho, para poder dar conta dos levantamentos a serem feitos nas vinte e poucas...

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Só que a metade de setecentos é 350.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Mas eu não cheguei a receber 350.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Agora, o Sr. Delúbio, quando procurou o senhor, Sr. Roberto Costa Pinho, ele sabia que o senhor era assessor do Ministro Gilberto Gil?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sabia.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Sabia que o senhor trabalhava no Ministério da Cultura?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sabia.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– E sabia que o senhor ia fazer um trabalho para ele a partir de 2004, independentemente do seu trabalho no Ministério da Cultura?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Exatamente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Srª Relatora, o que esse trabalho que ele ia fazer tem a ver com a cultura?

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Estou agora tentando saber isso dele. Ele trabalhava com o Ministro Gilberto Gil...

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Exatamente.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – ...do qual o senhor é muito amigo?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sim.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Conhecido de muitos anos?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sim.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Padrinho de filho, de filha etc e tal.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Certo.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Aí, o senhor pegou essa encomenda, esse trabalho, do Sr. Delúbio Soares...

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sim, de *marketing* político.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – ...e recebeu a quantia de R\$300 mil, lá no Banco Rural, nesses dias aqui...

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Certo.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – O senhor nega – ele fala em R\$450 – os R\$450.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Nego.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – V. Sª fala que pegou só R\$300 mil.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Exatamente.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – E que não fez o trabalho, por que...

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não fiz o trabalho, porque quando o trabalho ia ser iniciado, em junho, aconteceu o fato, que acabei de relatar...

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Que V. Sª foi mandado embora.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Que fui mandado embora. Entrei num processo de saúde muito agudo, muito grave, e não tive condições de executar aquilo que tinha sido contratado. Agora...

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – V. Sª foi mandado embora que dia mesmo?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Dia 16 de fevereiro de 2004.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Está certo.

Então, V. Sª recebeu os meses de agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro, até janeiro de 2004?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Isso.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Aí, em fevereiro, V. Sª foi mandado embora?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Isso.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Aí, acabou tudo.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Acabou tudo, e...

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – E o Sr. Delúbio não ligou para o senhor, nem o senhor ligou para o Sr. Delúbio?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não. Diante do fato,...

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Do escândalo, do rolo...

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – ...do escândalo em que eu me vi envolvido...

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Que não tinha nada a ver com essa questão aqui?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, não tinha nada a ver com essa questão.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Nada a ver com essa questão?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Absolutamente.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – O seu escândalo dizia respeito ao Ministério da Cultura, nessa quebra de confiança do Ministro, com relação ao Programa Cidade Aberta.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Exatamente.

Cidade Aberta é um programa de construção que acabei de explicar.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Que é esse que V. Sª explicou aí. Exatamente: que não houve uma concorrência, então, a coisa ficou meio...

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não havia por que ter concorrência.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Certo. V. Sª não precisava ter concorrência, aí, depois, o Ministro achou que deveria ter uma concorrência. É isso?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, porque não havia empreiteira aqui. Só havia órgãos públicos e órgãos não-governamentais.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Está certo.

Então, a partir do momento da sua demissão, acabou tudo, e V. Sª nunca mais conversou com o Sr. Delúbio?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, apenas por volta de maio de 2004, recebi um telefonema da secretária dele...

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Da secretária do Sr. Delúbio, cujo nome V. Sª não sabe?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não sei, não me lembro do nome. Ela falava “Estou falando em nome do Dr. Delúbio etc”, dizendo-me que tinha acompanhado tudo que tinha acontecido, sabia a situação em que eu me encontrava de saúde, que eu não me preocupasse, porque não faltaria oportunidade à frente para eu prestar esse serviço ao Partido.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Quer dizer que, em nenhum momento, a secretária do Sr. Delúbio, nem o Sr. Delúbio, com o qual o senhor tinha conversado, ficaram de pegar o dinheiro de volta? Ninguém pediu o dinheiro de volta?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – V. Sª ganhou os R\$300 mil e ficou por isso mesmo?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Isso.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Aí, passou 2004, e nunca mais...

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não. Nunca mais.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Nunca mais o senhor prestou nenhum serviço?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Está certo.

Sr. Presidente, vou passar a palavra agora ao meu coadjuvante, porque, na ausência do nosso ilustre Relator, hoje, somos dois sub-relatores aqui.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PT – PA) – É modéstia de V. Exª.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Desculpe-me. V. Exª é quem passa a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PT – PA) – Concedo a palavra ao Deputado João Correia.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, Srª Relatora *ad hoc*, Srªs e Srs. Deputados e Srªs e Srs. Senadores...

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Relatora *ad hoc*, não; Sub-Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PT – PA) – É Sub-Relatora.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sub-Relatora *ad hoc*?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PT – PA) – Não, é Sub-Relatora oficial.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Sou Sub-Relatora; não sou *ad hoc*. *Ad hoc* é o senhor.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Isso, Srª Sub-Relatora. O Sr. Roberto Costa Pinho tem algumas informações importantes a prestar a esta Comissão, porque há muita especulação. Por exemplo, iniciaria pedindo ao senhor que se posicionasse um pouco sobre o seu relacionamento profissional, político, com o Senador Delcídio Amaral.

Veja só: o recebimento de V. Sª desses recursos, do chamado “valerioduto”, são da quota do Partido dos Trabalhadores, do PT, para quem o senhor prestaria assessoria de *marketing* para as eleições de 2004.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Foi o que sempre imaginei. Para mim, existia o Partido dos Trabalhadores.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Perfeito. Agora, existe recorrente insinuado, algo que é muito ruim para o Senador Delcídio Amaral, porque S. Exª é Presidente da CPMI dos Correios. Quer dizer, ele está fazendo um trabalho admirável. Inclusive, hoje eles estão, o Senador e os Parlamentares, nos Estados Unidos, buscando uma série de informações. E é importante que o senhor esclareça, de uma vez por todas, se há, de fato, ou não, envolvimento do Senador Delcídio em relação a V. Sª no recebimento desses recursos?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu gostaria de poder colocar aqui a maior ênfase possível para afastar absolutamente qualquer suspeita e qualquer alusão em relação a isso. Eu fui contratado por um consultor de *marketing* político, com quem eu trabalhei muitas vezes, que era o Dr. João Santana. O Dr. João Santana foi quem fez a campanha do Senador Delcídio, em Mato Grosso do Sul, no ano de 2002. O Sr. João Santana, como de resto é de praxe em algumas campanhas, pegou mais de uma campanha para fazer e, nessas ocasiões, o que geralmente acontece é chamar uma pessoa da confiança de quem contratou a campanha, formar uma equipe e redistribuir os trabalhos. O Sr. João Santana me chamou para, juntamente com ele, coordenar, dar consultoria – porque o coordenador não era nem o Sr. João Santana; o coordenador era um vereador do grupo do Senador Delcídio. Então fui contratado pelo Sr. João Santana e fui para Campo Grande, precisamente, nessa faixa da pré-campanha. Eu fui para lá em abril, meados de abril, e fiquei cerca de 60 dias na campanha, que era o tempo necessário...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Em 2002?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Em 2002.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Abril de 2002?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Em 2002. E que era o tempo necessário para, com os dados, como é de praxe se fazer, recolhidos pelas pesquisas qualitativas, quantitativas e outros levantamentos, delinear e desenhar um conceito, um discurso básico da campanha do Senador. Ao fim de 60 dias (55, 60 dias), eu fui substituído por um outro técnico. Essa é toda a realidade da minha relação na campanha do Senador Delcídio.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Por conseguinte, o senhor nega, peremptoriamente, que haja qualquer vinculação desses recursos que o senhor recebeu com possíveis remunerações devidas na campanha do Senador Delcídio em 2002?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Completamente. Eu fui remunerado pelo João Santana. O João Santana foi quem me contratou, e eu fui remunerado por ele. Não há nenhuma ligação.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – OK. O importante... Eu queria apenas aproveitar, Sr. Presidente, para tirar isso a limpo um pouco porque...

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Aliás, o Senador Delcídio, inclusive, de quem eu sou amigo, de quem fiquei amigo... Eu tive, inclusive, a grande satisfação, sem falsa modéstia, de ver os elogios que ele me fez no programa do Jô Soares. Porque a primeira pergunta que o Jô Soares fez, quando ele foi entrevistado lá, foi exatamente sobre as nossas relações e qual tinha sido o meu papel na campanha dele.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Perfeito.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas ele disse no jornal que V. S^a era lerdo. Isso é elogio?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – (Risos.) Olha, se ele disse, arrependeu-se depois, porque o que ele disse no Jô Soares foi exatamente o contrário.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Eu gostaria de perguntar ao senhor o seguinte aspecto: pegando aqui o seu depoimento prestado na Polícia Federal, inclusive muito recente, do dia 27...

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – É, foi muito recente...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Extremamente recente. O senhor, então, confessa tudo isso e, de fato, coincide um pouco com a sua locução inicial. Agora, tem algumas coisas que eu acho que seria interessante a gente pontuar. Primeiro, aqui nós temos as suas idas ao Banco Rural. A Deputada Zulaiê já fez essa pergunta, mas eu gostaria de desdobrar um pouco mais.

Consta, nas suas entradas no Banco Rural, que onze vezes lá o senhor esteve: três vinculadas ao tal da Support Co., na sala 707; uma vez na sala 919/920, com destino à Elcio Narque; e sete vezes o senhor comparece ao Banco Rural. É possível, Deputada Zulaiê, que haja aqui uma coincidência porque, por exemplo, no dia 23/09/2003, ele entrou às 13 horas e 10 minutos e no dia 23/09/2003 ele entra, então, às 14 horas e 8 minutos, a não ser que ele tenha esquecido uma parte do recurso que recebeu. Deve ter esquecido e voltou para apanhar.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não esqueci, não. Foi chegar lá e dizer assim: “Olha, ainda não estão aqui os recursos. Volte mais tarde”.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Então está explicada essa primeira parte.

Aí vem, no dia 23/09/2003, na verdade, são três vezes que o senhor vai para receber esses primeiros R\$50 mil. Correto? Três vezes o senhor compareceu no dia 23/09/2003, para receber apenas uma das cifras.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – **Foram quatro vezes. É porque as datas estão repetidas: 23/09/2003, tem uma vez, duas vezes, três vezes, é entrada e saída.**

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Não, aí teria que ser entradas. **Data e hora da entrada: 13 horas e 10 minutos, 14 horas e 8 minutos e 14 horas e 25 minutos.**

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu imaginava que isso era data de saída e entrada, porque estive às 13 horas e 10 minutos. É isso? E, depois, às 14 horas e 8 minutos e às 14 horas e 25 minutos. E depois tem mais, às 14 horas e 48 minutos. Não, essa já é outro dia. Não, tem 14 horas e 8 minutos do dia 23/09, 14 horas e 25 minutos, também do dia 23/09, que repete lá: 14 horas, 25 minutos e 30 segundos.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – O que quero perguntar ao senhor é o seguinte: pegando essas três entradas do dia 23/09/2003 e, depois, lá na frente, no dia 11/02/2004, que o senhor comparece às 12 horas e 38 minutos e às 12 horas e 46 minutos, e consideremos que nas primeiras três apenas uma vez o senhor recebeu e novamente aqui no dia 11, aí realmente vai coincidir com as quatro vezes que o senhor teria realmente recebido esses recursos lá no Banco Rural de Brasília.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – É.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Isso para mim, então, está esclarecido, porque, na verdade, tínhamos uma dupla contagem aqui.

Eu queria colocar mais uma questão. Quando o senhor começou a falar, que até o Presidente sugeriu que o senhor fosse mais objetivo no objeto específico

da nossa oitiva, o senhor disse o seguinte: “Ajudei a articular o convite ao Ministro Gilberto Gil”. Quero perguntar ao senhor se isso tem alguma conexão com o Sr. Palocci?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Claro que tem, no seguinte sentido: alguns amigos comuns do Gilberto Gil trabalhavam na campanha do Presidente Lula. O Antonio Risério, o escritor Antonio Risério, da Bahia, que veio comigo para o Ministério, era um dos redatores da campanha do Presidente Lula. Somos amigos do Gilberto Gil de décadas. Então, nada mais natural do que, tendo o Presidente Lula sido eleito, nós nos lembrássemos e sugeríssemos que o nome de Gilberto Gil era um grande nome para o Ministério da Cultura. Só isso. Isso é o que chamo de articulação, porque acho que a cultura estaria magnificamente representada com o nome que é o ícone da cultura brasileira.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Eu queria apenas saber se, de fato, o atual Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, teve influência na indicação do Ministro Gil na medida em que o senhor ajudou articular. Isso porque, à época, o senhor trabalhava na Prefeitura de Ribeirão Preto, sob o comando do então Prefeito Antonio Palocci.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Exatamente. Sugeri isso a ele.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Outra questão que me está sendo lembrada pela Deputada Zulaiê Cobra é a seguinte: o senhor diz aqui que, ao receber os recursos do Banco Rural, o senhor guardava esses recursos em casa.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Veja bem. Eu recebi esses recursos não foi de vez. Eu recebi esses recursos, como está visto aí, parceladamente. Eu ia começar a aplicá-los apenas em janeiro e fevereiro, quando ia começar o trabalho. A minha intenção era, com as subcontratações que eu ia fazer, pagar igualmente em dinheiro, como eu recebi. Aos grupos de trabalho que eu ia constituir eu ia repassar, igualmente, em dinheiro.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – O dinheiro ficou parado esse tempo?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Ficou.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Na sua casa?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sim.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – O senhor guardou na sua casa R\$300 mil?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Só chegou a ser 300 em fevereiro. Guardei, primeiro, 50, depois 150, depois... Porque eu estava esperando...

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – E depois, quando o senhor não usou esse dinheiro para aquilo que o senhor esperava usar, o que o senhor fez com o dinheiro?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sobrevivi desse dinheiro nos últimos 20 meses.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – O senhor usou esse dinheiro para o senhor?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Exatamente.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Roberto Costa Pinho, na questão da vinculação com o atual Ministro Palocci... É que a revista **Veja** desta semana trás uma denúncia sobre um alimentador do caixa dois das campanhas do PT, no caso dinheiro vindo de Cuba. De certa maneira, envolve assessores muito próximos do atual Ministro da Fazenda, inclusive ele próprio, como tendo tomado conhecimento, bem como o Sr. Delúbio Soares, que foi o destinatário final, terminal, desses recursos que vieram de Cuba, que foram de Brasília para Ribeirão Preto.

O Ministério Público de São Paulo, também pela **Folha de S.Paulo** de hoje, abre denúncias extremamente graves sobre a participação da Prefeitura de Ribeirão Preto no financiamento desse escândalo de corrupção, de serviços recebidos e não prestados, de lavagem de dinheiro. Inclusive, o senhor é citado nessa matéria também como sendo uma espécie... O trabalho que o senhor propôs no Ministério da Cultura era o Centros... Qual era o nome? Tinha uma sigla.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Base de Apoio Comunitário.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – BAC, né? Base de Apoio Comunitário.

Lá, em Ribeirão Preto, o senhor tinha algo mais ou menos similar. Isso é fato?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sim. Mais ou menos similar a quê?

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – A essa intervenção na política cultural, com a preocupação de atender, de incluir pessoas na cultura que estariam excluídas? Queria que o senhor explicasse isso.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, o programa de lá não era um programa cultural, era um programa comunitário. Era um programa comunitário. Vou explicar.

Na verdade, fui convidado pelo arquiteto João Filgueiras Lima, que tinha sido, por sua vez, convidado pelo João Santana, para criar um projeto de revitalização e de identidade cultural no centro de Ribeirão Preto, porque o Prefeito Palocci entendia que Ribeirão Preto precisava de algum projeto de peso, signifi-

ficativo, ligado a essa questão da identidade cultural urbana da cidade.

Bom, como uma das características da minha biografia – porque sou antropólogo de formação – é exatamente essa e como tenho uma parceria com o arquiteto João Filgueiras Lima desde 1961, quando nos encontramos na Universidade de Brasília, eu atendi ao convite do Lelé, do João Filgueiras Lima, e fui a Ribeirão fazer essa proposta.

Então, a proposta de revitalização do centro, em rápidas palavras, era a seguinte:...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – É muito análoga! Em geral, muito análoga!

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, são duas. São duas! Um momento, são duas! A proposta de revitalização do centro era uma intervenção na margem do rio Ribeirão Preto, com a construção de um terminal rodoviário urbano, e a revitalização dos parques que circundam o centro da cidade de Ribeirão Preto. Isso foi o trabalho que conceituei inicialmente.

Chegando lá, o Ministro Palocci pediu que criássemos alguma coisa para a periferia, porque havia um projeto, uma solicitação da periferia de núcleos que dessem segurança. Na verdade, o projeto inicial era um projeto destinado a estabelecer postos policiais. Reformulamos esse projeto e propusemos que, anexo à questão policial, levasse algo mais para a população, como biblioteca, centro de alfabetização... Ele aprovou isso e o João Filgueiras Lima propôs que isso fosse feito nessa tecnologia que foi sugerida aqui. Só para explicar-lhe e esclarecê-lo sobre o que está escrito aí como fábricas sociais.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Fábricas sociais?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Fábricas sociais, é isso. Como não havia possibilidade de fazer isso naquele momento com o Centro de Tecnologia da Rede Sara Kubitschek, que fica localizado em Salvador, foi instalada uma mini-fábrica em Ribeirão Preto, que produziu, construiu, montou dezenove unidades dessa. Então, são dois projetos.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Ok!

Sr. Presidente, apenas para concluir.

No Ministério Público estão sendo investigadas pessoas que estão vivas e uma pessoa que teria sido a operadora desse processo de irrigação do caixa dois do PT, que é o Sr. Ralf Barquete – o senhor o conheceu –, bem como o Sr. Vladimir Poletto, que é vivo ainda. O senhor conheceu essas duas personalidades?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, não conheci pessoalmente. Apenas quando eu estive em Ribeirão Preto, vinculado a esse trabalho com o Lelé, eu sei que o Sr. Ralf Barquete era o Secretário das Fi-

nanças. Mas nunca tive nenhum contato pessoal com ele, porque o meu trabalho com o Lelé era um trabalho exclusivamente técnico. Não tínhamos nenhuma função administrativa nem na fábrica nem no Projeto do Vale dos Rios.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a participação de V. Ex^a. Fui tolerante porque, na condição de Sub-Relator, não está bem definido se tem o mesmo privilégio do Relator ou se tem uma redução por ser Sub-Relator.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não existe essa figura, ou seja, relator *ad hoc*, ou é o relator e as outras indicações. Ele deveria ter o mesmo tempo que qualquer parlamentar. Ou seja, aqueles relatores que foram indicados pelo Relator...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nós hoje temos a Deputada Zulaiê, que está aqui na condição de Relatora.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo, mas a Deputada...

A SR^a RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – É que não tinha ninguém na sala, só tinha eu....

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ...não podia indicar um relator *ad hoc*. Ela pode desempenhar a função dela. E só.

A SR^a RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Nós tínhamos só três pessoas aqui, Deputado: o Presidente, eu e ele. Mais ninguém.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Porque nós estávamos lá votando...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não vamos perder mais tempo. Vamos ao próximo orador inscrito.

V. Ex^a tem razão na sua questão de ordem, mas ela já não tem mais nenhum efeito.

Antes de conceder a palavra ao nobre Deputado Fernando Coruja, eu quero pedir que essa questão seja elucidada, que façamos um esforço para elucidar exatamente o que aconteceu no que se refere ao ponto da controvérsia.

V. Ex^a tem a palavra, Deputado Fernando Coruja.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhor depoente, quanto V. S^a recebeu?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Recebi R\$300 mil.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Esse dinheiro era destinado exatamente para quê?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Esse dinheiro era destinado para eu fazer uma consultoria de *marketing* político em cidades de médio porte.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor foi contratado por quem?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu fui contratado através do Sr. Delúbio Soares.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor assinou algum contrato?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, foi verbal.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não assinou contrato?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor prestou o serviço?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não prestei o serviço.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não prestou o serviço?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor disse que gastou os R\$300 mil.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Exatamente.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O Sr. Delúbio, então, doou isso de presente para o senhor?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, ele não doou isso de presente para mim, porque eu sou uma pessoa que, no meio da consultoria de *marketing* político, sou relativamente conhecido. Já coordenei várias campanhas. Coordenei a campanha do Governador Miguel Arraes, coordenei a campanha do Senador Humberto Costa, quando ele era candidato a Senador na campanha de Miguel Arraes, coordenei campanhas de prefeitos de capital...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Era para o futuro a consultoria?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – A consultoria era para ser feita...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor não estava recebendo um pagamento do serviço já prestado?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não. Eu estava recebendo um adiantamento para fazer essa consultoria que teria início em janeiro.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor trabalhou na campanha do Presidente Lula?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não. Quando a campanha do Presidente Lula estava acontecendo, eu estava na campanha do Senador Delcídio.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor estava na campanha...?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Do Senador Delcídio.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor recebeu pagamento do Senador Delcídio?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Recebi da pessoa que me contratou, não diretamente do Senador Delcídio.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – De quem exatamente?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – João Santana Filho.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Tem recibo?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Tenho. Acho que dei nota fiscal a ele.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Esse dinheiro era dinheiro oficial da campanha?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu imagino que sim, porque a minha relação...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor recebeu em cheque ou em dinheiro?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu recebi depósito em conta. A minha relação concreta era com o João Santana. A relação contratual e financeira era com o consultor João Santana. A relação com o Delcídio era relação de consultoria de *marketing* político. Não envolvia nenhuma relação financeira.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Quer dizer que no período da campanha o senhor prestou serviço, então, ao Senador Delcídio?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Durante sessenta dias.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor não tem contrato...

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Com?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – ...des-sa prestação de serviço?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não. De certa forma, há uma prática entre consultores de *marketing* político... Geralmente, em campanha os contratos são verbais. Não há muitos contratos assinados, a não ser um contrato do contratado principal com o candidato. Mas quando ele subcontrata, às vezes...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Quanto foi que o senhor recebeu pela campanha?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu recebi R\$50 mil.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Recebeu R\$50 mil?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sim.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Isso foi depositado em sua conta?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Foi.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Isso foi depositado em cheque ou em dinheiro?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não me lembro. Tenho que ver com o meu contador da época. Eu não me lembro.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor já conhecia o Sr. Delúbio há muito tempo?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu só estive com o Delúbio uma vez.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor foi contratado por ele através de quem? Quem o contratou?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Ele me contratou. Ele foi o tesoureiro e me procurou para me contratar.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor só esteve com ele no dia da contratação?

O SR. ROBERTO DA COSTA PINHO – Exatamente.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Acreditou um contrato...

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Acertei um contrato...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – ...de quantos mil reais?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – ...de R\$700 mil. Pedi 50% adiantados, porque eu precisava desses recursos como capital inicial para subcontratar os grupos de trabalho.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – E por que você não deu continuidade ao trabalho?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu não dei continuidade ao trabalho que sequer começou a iniciar. Quando isso ia acontecer, fui para a cama. Tive um problema de saúde, de depressão, muito grave, e só levantei em outubro de 2004.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – É a que o senhor imputa o fato de o Sr. Marcos Valério dizer que lhe pagou os 700 mil?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Olha, o Sr. Marcos Valério, na primeira lista que entregou à imprensa, disse que tinha me dado 1 milhão e 150 mil. Na segunda notícia, baixou para 50 mil; na terceira, 250; depois, 300; e, por último, 450.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas ele entregou apenas uma lista para mim.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não. Na primeira notícia que saiu na imprensa, 11 nomes, entre os quais, lamentavelmente, o meu estava... Inclusive,

nos jornais de Salvador, a manchete foi essa, de que eu tinha recebido 1 milhão e 150 mil.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não tenho mais perguntas. É evidente que é muito estranho o fato de o senhor ter recebido essa quantidade de dinheiro para um serviço que, adiantado, não prestou, que foi um contrato verbal, que esteve em contato uma única vez com o Sr. Delúbio...

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Para um serviço que seria prestado e não foi.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Será que o PT está nadando em dinheiro? Porque, se ele diz que tem essas dívidas todas e deu 300 mil ao senhor por um serviço que não prestou...

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não. Ele não me deu por um serviço que não prestei. Permita-me corrigir. Ele me deu como adiantamento de um serviço que seria prestado, e era muito barato.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas o senhor não prestou.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Porque ele tinha me dado uma relação, ele me daria uma relação de vinte a vinte e cinco cidades. Não é caro, não. Fazer o serviço...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Quais eram as cidades?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Ele não me deu essa lista das cidades, não chegou a me dar essa lista. Ele ia me passar no início de 2004.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Com todo respeito, mas essa história não é muito crível. Aqui, na verdade, temos de fazer uma acareação também com o Sr. Delúbio, porque, é evidente, a gente fica... As respostas, pela maior parte das pessoas, nessa questão que envolve esses recursos, não são críveis. A sua história também não me parece muito crível, mas, quem sou eu para dizer que não está dizendo a verdade? Mas, que não é crível e não é lógica...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Deputado Daniel Almeida.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sou eu, Sr. Presidente. Sou o segundo inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Desculpe-me, Senador. É porque deu agora a questão da Deputada Zulaiê, e aí, realmente, ela me perturbou. A presença dela, tão próxima, me perturba. Quero conceder a palavra a V. Ex^a, pedindo desculpas.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, na realidade, como acabou de dizer o Deputado, é muito difícil acreditarmos nessa história, doutor, infelizmente.

Eu gostaria de começar perguntando se, na época em que V. S^a falou com o Sr. Delúbio Soares, que era um dos homens mais poderosos do Brasil... V. S^a foi um privilegiado de poder falar com o Delúbio Soares, porque, naquela época, o Sr. Delúbio Soares era um dos homens mais poderosos do Brasil. Poucas pessoas tinham acesso a ele e V. S^a conta que foi a uma reunião no Blue Tree. O senhor não conhecia o Delúbio Soares. Como é que o senhor o identificou? V. S^a o encontrou no restaurante? No quarto?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não; eu cheguei à portaria do hotel, e disse que queria falar com o hóspede, Sr. Delúbio Soares.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Delúbio Soares.

Aí, V. S^a subiu ao apartamento dele?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, ele desceu ao *lobby*.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Aí, V. S^a conversou com ele ali mesmo?

Demorou muito, a conversa? Foi uma conversa longa ou foi...?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Uns 50 minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Outra coisa também difícil de acreditar é como se fazer um contrato, num valor alto, como R\$700 mil, sem que haja nenhuma proposta por escrito, pelo menos para dizer o que se vai fazer. Quer dizer, nem os Municípios sabiam como era. Como é que V. S^a calculou esse custo? V. S^a pediu logo R\$700, ele aceitou, ou V. S^a pediu um preço, saiu negociando um abatimento? Como é que foi essa negociação?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Essa negociação foi o seguinte, Senador: ele me disse qual o número de cidades que ele queria que fosse feita essa consultoria de *marketing* político pré-eleitoral. E essas consultorias pré-eleitorais, como o Senador sabe, têm um comportamento de praxe – ele conhece isso, e eu também conheço –, e eu disse: “Eu posso fazer para o senhor. Tem uma síntese aqui de quais serviços seriam prestados”. Isso foi discutido, entendeu?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, a próxima eleição municipal seria em outubro de 2004. Estávamos em junho ou julho de 2003. Então, o Sr. Delúbio Soares, estava endividado, como se vimos agora. Naquela época, ninguém sabia, mas estava endividado, formalmente, o PT, em decorrência de um balanço negativo oriundo da campanha do Presidente Lula; em segundo lugar, ele estava endividado, irregularmente, por meio dos dinheiros sacados do chamado valerioduto. Então, a essa altura, com tantas dívidas para pagar, e a um ano e meio das eleições, o Sr. De-

lúbio Soares contratar uma pessoa que não conhecia, pagar-lhe adiantado R\$300 mil, para fazer um trabalho em uma eleição em 2004, V. S^a me desculpe, mas é difícil acreditar. Vamos e venhamos: pode até ser verdade, mas é difícil de acreditar.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Senador, V. Ex^a me permite.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. S^a reconheça que é difícil acreditar. Somos experientes!

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Senador, me permita.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Aguarde o pronunciamento do Senador, em seguida, S. Ex^a lhe dará a palavra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Somos pessoas experientes e sabemos que isso não acontece na prática. V. S^a está contando uma história que, na realidade, não tem veracidade, porque ninguém faz isso. Todos nós, aqui, seja Governo ou Oposição, sabemos que não há essa antecipação de planejamento de uma eleição. Então, para o quê ele lhe deu esse dinheiro, e como esse dinheiro foi usado fica uma interrogação. Uma coisa é certa: não foi para isso que V. S^a está dizendo, infelizmente. Eu gostaria de acreditar em tudo o que disse V. S^a: que se trata de uma história real, mas, infelizmente, não é uma história real. V. S^a poderia colaborar com a CPMI, efetivamente, dizendo para o quê esse dinheiro foi usado, porque, desculpe-me, não foi para isso.

A segunda questão é sobre Ribeirão. Quanto V. S^a recebeu pelo trabalho em Ribeirão? Quanto tempo durou esse trabalho e quanto recebeu por ele?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu não tive uma presença corrida em Ribeirão. Eu estava prestando...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. S^a ia e vinha?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Exatamente. Eu estava em Salvador e também prestava uma consultoria e desenvolvia esses projetos para a Prefeitura de Ribeirão Preto, e estava vinculado diretamente ao arquiteto João Filgueiras Lima.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas, V. S^a recebeu pelo trabalho?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, eu não recebi nada.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não recebeu dinheiro algum?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não. A colaboração que fiz com ele, aliás, isso era uma coisa entre nós, que não era a primeira vez que acontecia, já teve outras ocasiões em que eu era quem tinha o contrato,

e o Lelé, o João Filgueiras Lima, a meu convite, fez trabalhos para mim, que também não recebeu.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Quanto às passagens e hospedagens, quem as pagava? Ele ou a Prefeitura de Ribeirão?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, era a Prefeitura.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Era a Prefeitura.

Então, existem, na Prefeitura, os registros que V. S^a...

Quantas vezes V. S^a foi a Ribeirão?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Várias vezes nesse período.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Com quem, na Prefeitura de Ribeirão, V. S^a mantinha contato? Porque não era com o Ministro Palocci.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Era com o Presidente da Coderp, da empresa que estava sendo...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Qual o nome dele?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Juscelino Dourado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ah!, o famoso, o ex-chefe de gabinete.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Era.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ele era quem mantinha os contatos com o arquiteto e com V. S^a para realizarem esse trabalho?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Exatamente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O trabalho no final não se realizou ou se realizou?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não. Realizou-se, sim.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Realizou?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Quer dizer, o Projeto do Vale dos Rios, que era aquele da intervenção do centro da cidade, ficou na fase de projeto. Houve a desapropriação de um quarteirão, que seria necessário para a implantação do viaduto sobre o qual estaria a rodoviária, e parou aí. Quanto ao outro projeto, foram construídas quatorze bases de apoio comunitárias, com uma média, mais ou menos, de trezentos a quatrocentos metros quadrados cada uma.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – E V. S^a não recebeu nada? Quer dizer, o projeto...

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, não, não. Pelo...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então, V. S^a é um consultor diferente. Perdão.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, não. Veja bem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Porque V. S^a um trabalho recebe e não faz e outro faz e não recebe. É um caso inédito.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Veja bem, Senador. Veja Bem, Senador. No caso das BACs eu não tive envolvimento nem no desenvolvimento do projeto arquitetônico nem no acompanhamento do processo construtivo. O que eu ajudei a conceber foram uns programas. Isso não é um trabalho que... É um trabalho qualitativo, mas, quantitativamente, isso não é trabalho que tome, tenha um esforço tão grande. Entendeu?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agora, uma coisa importante para nós aqui é, na realidade, saber o seguinte: V. S^a, quando recebeu esse dinheiro do Sr. Delúbio Soares, V. S^a era assessor do Ministro Gilberto Gil e era uma pessoa de confiança do Ministro Gilberto Gil. V. S^a, em algum momento, comunicou ao Ministro Gilberto Gil que estava prestando esse serviço em paralelo ou que, na verdade, para que ele soubesse daquilo que V. S^a estava fazendo?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não comuniquei porque isso era uma coisa que iria acontecer. Mais objetivamente, a força disso começaria só, como eu disse, em janeiro ou fevereiro de 2004.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sim, mas V. S^a estava recebendo dinheiro. V. S^a era um funcionário público num cargo de alto padrão, secretário do Ministro Gilberto Gil, quer dizer, de um Ministério Federal. Então, V. S^a não poderia fazer um trabalho paralelo sem que o Ministro conhecesse.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Senador, permita-me. Poderia sim, se eu não exercesse esse trabalho no meu horário de serviço, no meu horário de trabalho. Eu iria exercer esse trabalho nas minhas horas de folga, no fim de semana. Poderia até tirar férias ou uma licença no momento em que o trabalho fosse exigir mais de mim. Afinal de contas, eu não sei cantar, eu não sou ator e no Ministério da Cultura há pessoas que... O próprio Ministro. O próprio Ministro faz os seus espetáculos no fim de semana, nas suas viagens.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas ele pediu autorização ao Presidente da República. Desculpe-me. Eu não estou aqui para defender o Ministro Gilberto Gil, mas ele, antes de assumir o Ministério, ao Presidente pediu autorização. Desculpe-me, mas V. S^a está errado.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – É. E eu... Há outros atores...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Nós somos funcionários públicos antigos aqui, todos, e nós sabe-

mos que, para realizar um trabalho desse, no mínimo, V. Sª tem que pedir autorização ao Ministro.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Mas não houve necessidade disso, porque o trabalho não foi iniciado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sim, mas V. Sª recebeu o dinheiro.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sim, recebi um adiantamento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – **Inclusive, há uma coincidência que V. Sª saiu... A nota do Ministro Gilberto Gil sobre a exoneração de Roberto Pinho** – é do dia 18 de fevereiro de 2004. Não foi isso?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Foi.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então...

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, 16 de fevereiro de 2004.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – A nota é de 18.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Certo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Está aqui na minha mão.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Mas eu fui exonerado no dia 16.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É, mas depois teve aquela fofoca toda. E aí ele explicou; antes não explica, não é? Só explica quando alguém pergunta.

Então, o que eu queria perguntar a V. Sª é o seguinte: qual foi o último dia em que V. Sª recebeu o dinheiro do Banco Rural, do Marcos Valério?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Foi 11 de fevereiro.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então, na realidade, há uma coincidência muito grande. Quer dizer, V. Sª, no momento em que deixa o Ministério, para de receber o dinheiro. Ou seja, na véspera. Quer dizer, V. Sª saiu e uma semana depois eles deixaram de lhe pagar o dinheiro. Então, o que fica parecendo para nós...

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Tinham pago os 50%.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não, não tinham. V. Sª disse que recebeu só 300.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Quase 50%, quase 50%.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Quase é quase. Quase R\$50 mil é muito dinheiro. Aqui, por exemplo, é salário de Senador de cinco meses, quatro meses. Então, na realidade, é muito dinheiro. Quer dizer, talvez não seja assim. Para quem está com 300

mil guardados, 50 mil seria pouco. Mas R\$50 mil é muito dinheiro.

Então, eu acho que, na realidade, o que há... É difícil para nós não vermos uma relação entre a função que o senhor exercia e o dinheiro que recebia. Porque V. Sª só começou a receber o dinheiro quando era assessor do Ministro, não é isso? E no dia em que sai do Ministério, três ou quatro dias antes recebe a última parcela e depois não recebe mais. Então, na realidade, fica difícil para nós, primeiro, saber que esse dinheiro, na realidade, não foi usado hora nenhuma, que o PT nunca cobrou esse trabalho de V. Sª... Por mais desorganizado que ele pudesse ser, R\$300 mil? Mesmo para o PT rico, o PT daquele momento, o PT milionário, era muito dinheiro, porque quantos Deputados aqui presentes, membros do PT, não tiveram esse dinheiro para fazer uma campanha eleitoral? No entanto, o Sr. Delúbio Soares lhe deu 300 mil e não cobrou nem o trabalho que estava realizado.

Então, Sr. Presidente, o meu tempo já acabou e eu gostaria de agradecer a V. Sª, mas quero dizer que, infelizmente, de todos os depoimentos que eu ouvi aqui até agora, esse do Dr. Roberto Pinho é um dos mais difíceis de acreditar que tenha, efetivamente, realizado. E eu pediria ao Relator para que nós o investigássemos com mais profundidade, para sabermos para onde foram esses R\$300 mil, porque, na verdade, é difícil acreditar que ele foi guardado em casa e gasto, pouco a pouco, em despesas pessoais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, nobre Relator, senhor depoente, estamos, mais uma vez, diante de contradições em relação aos números apresentados. O Sr. Marcos Valério informa, apresenta documentos, recibos, etc, dando conta de pagamentos que chegariam a R\$450 mil. O Sr. Roberto Pinho informa que recebeu apenas R\$300 mil. Nós, na semana passada, tivemos uma acareação e algumas dúvidas – apesar de termos tido oportunidade de fazer algumas observações, algumas indicações mais forte de quem poderia estar mentindo –, mas não chegamos a uma conclusão definitiva. E, mais uma vez, aqui, números conflitantes, o que é angustiante para quem está acompanhando, para esta CPI, para o Congresso Nacional, para a Nação, para o País inteiro, que está acompanhando isto com grande preocupação. Afinal de contas, precisamos chegar à verdade e estamos com dificuldades.

Eu queria indagar a V. Sª... Eu sou baiano, conheci V. Sª na década de 80 como um Secretário poderoso

na Prefeitura de Salvador. Era citado lá como Primeiro Ministro da Prefeitura de Salvador. Conheci a vida política. Nunca tive oportunidade de nenhum contato pessoal. Talvez seja esta a primeira vez que eu tenho a oportunidade de ter um contato pessoal com V. S^a. Mas todos os baianos acompanham. Volta e meia aparecem notícias na imprensa e, também, atividades em Porto Seguro, que teria desempenhado, e em Ribeirão Preto e outros cantos do Brasil, como Mato Grosso, e assim por diante. Essa relação com o Delúbio fica realmente estranha. No primeiro contato, fechou um entendimento e o entendimento não foi cumprido. O Delúbio ordenou o pagamento de valores através do Sr. Marcos Valério. Como é que foi esse processo mesmo? O Sr. Delúbio Soares disse: vá no Banco Rural tal dia. O Valério que orientou ou alguém vinculado ao Marcos Valério orientou? Esses contatos eram feitos a cada saque que foi feito? Como era essa relação?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Foi o seguinte, Deputado: como eu disse aqui, eu tive um único contato físico com o Delúbio. Isto não quer dizer que ele não me conhecesse. Como o senhor mesmo acabou de citar, eu sou conhecido na área de *marketing* político por campanhas diversas que fiz. Em Salvador mesmo, eu fiz a campanha de 1985 – do Prefeito Mário Kertész. Depois, fiz a campanha do Prefeito Fernando José. Ele, então, me procurou dizendo que eu tinha sido indicado como uma pessoa correta...

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Isto eu já entendi.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – ... para fazer aquele trabalho e que, a partir do momento em que nós chegamos a esse acordo... A proposta dele: fazer as sondagens de pré-campanha em 25 cidades de médio porte. Eu pedi o adiantamento que eu receberia...

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Sim. Como foi esse adiantamento? O Marcos Valério foi quem passou esses recursos, mas o Marcos Valério fazia contato com V. S^a?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, não tive nenhum contato com o Marcos Valério.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Todos os contatos foram com o Delúbio?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Nunca conheci Marcos Valério. Só um único contato foi com o Delúbio.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – O Delúbio ligava e dizia: vá tal dia no banco tal?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, a secretária de Delúbio ligava e dizia: dirija-se ao Banco Rural... Sempre na véspera, se não me engano, alguma vez, no dia, “apresente sua carteira de identidade e terá

um valor lá pra você”. E todas as vezes eu deixei uma xerox da carteira de identidade e assinei um recibo.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Essa é uma outra questão que eu acho importante observar, porque todas as informações que chegaram a esta CPI, todos os depoimentos dão conta de que o Delúbio ordenava a Marcos Valério, que era o operador. Os contatos com os recebedores eram feitos por Marcos Valério. Delúbio não fazia e não fez esses contatos diretamente. Não fazia e nem fez, em nenhum momento, esse contato diretamente. É um tratamento diferenciado, então, em relação a V. S^a. Todos os contatos foram feitos diretamente por Delúbio, indicando os dias e os valores...

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, não diretamente pelo Delúbio.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Diretamente pela secretária do Delúbio.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Exatamente.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Pois não.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Exatamente.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Ainda, Sr. Roberto, em relação a esses contatos. V. S^a prestou ou fez esse contrato verbal no momento em que era secretário do Ministério da Cultura. V. S^a já respondeu, parcialmente, a esta indagação, mas V. S^a não considera nenhum ato de ilegalidade ou, pelo menos, impedimento ético, moral, ser um funcionário público, com a responsabilidade que tinha, e fazer um contrato com um partido político para prestar serviços a esse partido político? V. S^a não tem nenhum reparo a fazer em relação a este comportamento?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, é evidente que eu tinha plena consciência de que eu, a exercer, a fazer esse contrato verbal e a exercer o serviço para o qual eu tinha sido contratado, eu deveria ter todo o cuidado para não prejudicar os trabalhos sob minha responsabilidade no Ministério da Cultura. Como a minha tarefa, na verdade, tal como eu montaria a estratégia, era de analisar relatórios que seriam feitos e pesquisas que seriam feitas por grupos que eu ia orientar, eu não achei que, na prática, isso pudesse vir prejudicar os trabalhos que eu estava desenvolvendo no Ministério.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Mas V. S^a há de admitir que o fato de não ter revelado nem ao Ministro nem a pessoas que lidavam no Ministério da Cultura, nem pessoas da sua confiança, é um reconhecimento de que existia algo que, moral e etica-

mente, era condenável. V. S^a analisava esse aspecto, levava em conta esse aspecto.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sim, digamos que eu relativizei de algum modo esse aspecto.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – O fato de o contrato, do ponto de vista prático, ter-se encerrado exatamente no momento do seu afastamento do Ministério da Cultura, V. S^a analisa alguma relação entre uma coisa e outra? Teve algum elemento que pode ter ligado os dois fatos: o fato de ter havido contrato com o Sr. Delúbio e a sua demissão, seu afastamento do Ministério da Cultura? Houve alguma interpenetração entre uma coisa e outra?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Houve toda interpenetração. Quer dizer, no momento em que eu saí do Ministério da Cultura, eu, praticamente, durante o restante do mês, a partir da data em que fui demitido, e o mês seguinte o meu nome estava nos jornais.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Mas V. S^a acha que foi demitido em função do contrato ou vice-versa?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, eu fui demitido em função do que foi alegado. A quebra de confiança por eu ter feito o Ministro assinar um documento oficial sem ter consultado a consultoria jurídica, o que não é verdade...

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Está no relatório da força-tarefa que foi feito internamente.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – ... o que não é verdade, porque a própria Comissão de Ética da Presidência da República, em seguida, examinando todos os fatos, me isentou.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Eu queria, Sr. Presidente, para concluir o meu tempo, fazer uma última indagação. V. S^a disse que teve contatos com o Palocci, articulando a indicação do Ministro Gilberto Gil. Esses contatos, naturalmente, foram com Palocci, na condição de coordenador da equipe de transição do Presidente da República ou foi em outro momento?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, foi na condição ainda de coordenador da transição.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Era, naturalmente, o nome que estava encarregado de fazer aquela transição. Não há, portanto, nada condenável nesse aspecto, nesse ponto de vista. Quer dizer, quem está encarregado de fazer a coordenação política, coordenar a equipe de transição, naturalmente deve ter feito contatos com todas as forças políticas, com todos os partidos e com todos pretensos ocupantes de cargos públicos. Porque aqui se faz uma ilação de que o Palocci poderia estar usando de algum outro mecanismo que não fosse ético, que não fosse correto, que não fosse

adequado para quem assumia, naquele momento, a condição de coordenador da equipe de transição.

Tem saído muita coisa nas revistas. A revista **Veja** desta semana sai com matérias, tratando de fatos relacionados à corrupção ou interferência na campanha eleitoral. A **Carta Capital** traz outros elementos relacionados à Bahia, na capa. Estamos fartos de denúncias de informações, que, na maioria das vezes, não se tem o cuidado de aprofundar a investigação para trazer a notícia com fundamento, com provas, com elementos factuais, que possam transmitir como algo verdadeiro.

Portanto, é muito preocupante que determinadas informações, nomes surjam sem que a devida comprovação seja feita.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Se me permite, eu gostaria...

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Meu tempo já esgotou, mas o Presidente pode lhe permitir.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Muito objetivamente.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu gostaria que não fosse dada uma carga efetivamente muito forte a uma sugestão que eu dei, como outros amigos comuns deram, que foi uma sugestão absolutamente descompromissada de qualquer força maior.

A SR^a RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Eu perdi um pouquinho, Deputado Daniel. Ele era coordenador da campanha de quem?

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Eu coloquei aqui que o Palocci era o coordenador da equipe de transição, quando fez os contatos para indicar pessoas que comporiam o Governo de Lula.

A SR^a RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Certo, mas ele não era coordenador de campanha nenhuma.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Não fiz essa afirmação e nem ele afirmou nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não, na transição. Mas ele trabalhou na transição?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – No Governo de transição.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – No Governo de transição.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, eu não trabalhei no Governo de transição. Não.

A SR^a RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – E, naquela oportunidade, trabalhava em Ribeirão Preto, com Palocci?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Naquela oportunidade, eu estava...

A SR^a RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Antes da eleição do Lula?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Exatamente. Foi logo depois da eleição de Lula em que se começou a cogitar nomes. Surgiram e...

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Palocci não era Prefeito naquela oportunidade. Tinha se afastado para coordenar a equipe de transição.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Exato.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Portanto, o Vice-Prefeito assumiu e depois o Palocci renunciou e o Vice-Prefeito continuou exercendo o cargo.

O SR. RELATOR (Ibraim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, o depoente gastou o dinheiro em quê?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – O depoente gastou o dinheiro, nos últimos vinte meses, com a sua própria sobrevivência.

O SR. RELATOR (Ibraim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor era sustentado, então, pelo Sr. Delúbio?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, eu não era sustentado pelo Sr. Delúbio. Eu era sustentado pela minha força de trabalho.

O SR. RELATOR (Ibraim Abi-Ackel. PP – MG) – Sim.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Entretanto, a partir do momento – me permita, Relator – a partir do momento em que eu fiquei, durante quase oito meses, absolutamente inapto... eu, inclusive, durante esse período, gostaria de dizer que, em junho, fui convidado para coordenar quatro campanhas políticas de quatro capitais, para eu escolher, e eu não tive condições de ir.

O SR. RELATOR (Ibraim Abi-Ackel. PP – MG) – Permita-me, permita-me.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu fui convidado pelo Senador César Borges, que Insistentemente me convidou para coordenar a sua campanha e eu não tive condições de aceitar.

O SR. RELATOR (Ibraim Abi-Ackel. PP – MG) – Um momentinho. Permita-me uma pergunta mais objetiva.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Por que não teve condições?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Porque eu estava com problemas de saúde.

O SR. RELATOR (Ibraim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor recebeu a importância, que o senhor já declarou, do Sr. Marcos Valério.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não. Do senhor... através...

O SR. RELATOR (Ibraim Abi-Ackel. PP – MG) – Delúbio Soares.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – É, Delúbio Soares.

O SR. RELATOR (Ibraim Abi-Ackel. PP – MG) – Delúbio Soares determinava ao senhor que fosse ao Banco Rural...

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Ao Banco Rural...

O SR. RELATOR (Ibraim Abi-Ackel. PP – MG) – Receber. O senhor recebeu um total de quanto?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – R\$300 mil.

O SR. RELATOR (Ibraim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor aplicou esses R\$300 mil em quê?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Esses R\$300 mil foram... viraram uma espécie de poupança minha.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Por que eles deram ao senhor R\$300 mil?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eles me deram R\$300 mil porque eu tinha feito um contrato para prestar um serviço de consultoria de *marketing* político no primeiro semestre de...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – *Marketing* político em favor de quem?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu fui contactado para fazer um levantamento do quadro pré-eleitoral em cidades de médio porte.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Pré-eleitoral e tendo como ponto, pessoa de interesse, que candidato?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Candidatos do PT. Analisar o quadro e avaliar o perfil...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – No Brasil inteiro?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Em várias regiões das cidades. Ele me disse que eram várias regiões.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E isso foi pago com dinheiro do Banco Rural, por ordem do Sr. Delúbio. O senhor estava então prestando um serviço ao PT?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Exatamente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E esse serviço que o senhor prestou ao PT foi pago com esse dinheiro?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu não cheguei a prestar o serviço ao PT porque, ao terminar de ser dada quase a totalidade do adiantamento que eu pedi, eu entrei em uma condição que não tinha condições de prestar esse serviço.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Por quê? Por condições de saúde?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – De saúde.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Então, o senhor recebeu esse dinheiro para prestar um serviço ao PT, mas a sua saúde impediu que o senhor prestasse o serviço ao PT.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Exatamente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Naturalmente o senhor devolveu o dinheiro?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não. Eu não devolvi o dinheiro porque eu imaginava, achava, queria, desejava que, no mês seguinte, eu teria condições, no outro mês seguinte eu teria condições, só que chegou um momento, que já era maio, em que não havia mais condições.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Então o senhor foi sustentado por todos esses meses consecutivos com esse dinheiro?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – É verdade.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Ninguém reclamou do senhor? Quer dizer, o dinheiro era tão fácil que o senhor foi contratado para prestar um serviço, não prestava o serviço, vivia desse dinheiro e ficou tudo por isso mesmo?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, não ficou tudo por isso mesmo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor devolveu?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não. Por volta de maio, eu recebi uma mensagem do Delúbio Soares, dizendo que sabia a situação de saúde em que eu estava, que eu não me preocupasse porque, para frente, eu teria condições de ou ressarcir ou prestar o serviço para que fui contratado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– E o senhor ressarciu?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Ainda não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Prestou o serviço?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Ainda não.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Em maio de que ano?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – De 2004.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– E o senhor nesta ocasião era assessor do Ministro Gilberto Gil?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não. Eu já sido demitido, exonerado em fevereiro.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor foi contratado para prestar um serviço de

natureza política ao PT, foi pago com recursos retirados do Banco Rural, por ordem do Sr. Marcos Valério, e não prestou esse serviço porque a sua saúde não lhe permitiu?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Exatamente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Couto, pelo prazo improrrogável de dez minutos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Roberto da Costa Pinho, a condição que o senhor colocou para fazer a consultoria, para fazer a análise e levantamento eleitoral de cidades de porte médio, foi que o senhor recebesse 50% daquilo que foi acordado, que era o valor de R\$700 mil. É isso mesmo?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – O valor total.]

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o senhor só começaria o trabalho a partir do momento em que tivesse 50% daquilo que foi acordado?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Estão encerradas as inscrições. Não vou mais admitir exceções.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pelo seu depoimento, o senhor fez o mesmo trabalho para o ex-Governador Miguel Arraes, em 1998.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não foi exatamente o mesmo trabalho.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – No seu depoimento, o senhor diz que “em nível de Estado fiz também análise, levantamento de dados”. O que o senhor fez para o Sr. Miguel Arraes em 1998?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu coordenei a campanha do Sr. Miguel Arraes.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor coordenou a campanha.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu disse que é mais ou menos esse trabalho porque eu cheguei lá em abril e fiquei até o final da campanha do ex-Governador.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. O senhor também coordenou a campanha da candidata à Prefeitura de Porto Alegre, em 1996, Maria do Carmo?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Qual era o partido dela?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – PPB.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – PPB. O senhor também coordenou?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Fui. Fui.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E do Senador Delcídio Amaral? O que o senhor fez em 2002? Qual foi o trabalho que o senhor fez?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu estive a serviço da campanha do Senador durante sessenta dias.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Além desses, o senhor se lembra de outros candidatos a Prefeito cuja campanha o senhor tenha coordenado ou para quem fez algum tipo de trabalho?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Desde 1985, eu faço trabalhos de *marketing* político. Já coordenei campanha de Prefeito de Salvador duas vezes, por exemplo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor faz o contrato como pessoa física ou o senhor tem empresa?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu não tenho empresa. Eu, geralmente, sou subcontratado por quem contrata.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Alguém faz o contrato, e o senhor é contratado para fazer aquele trabalho?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, a prestação de contas não é feita pelo senhor, mas pela instituição ou pela pessoa que faz o contrato?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Exatamente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. O que o João Santana tem a ver com o trabalho que o senhor fazia?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – João Santana é um consultor de *marketing* político, que tem uma empresa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – De onde?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – É de Salvador a empresa dele.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Algumas vezes, o senhor trabalhou sendo contratado pelo João Santana?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Algumas vezes.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quantas vezes mais ou menos?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Umas cinco vezes.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Cinco vezes. Certo. No seu depoimento, o senhor falou que, na primeira vez em que o senhor esteve no Banco Rural, encontrou um senhor de nome Francisco. Nos relatórios,

consta José Francisco. É essa mesma figura com quem o senhor entrou em contato no Banco Rural?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu disse, no depoimento, que eu tinha dúvida se era Francisco, mas que eu tinha quase certeza que era o Sr. Francisco.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Francisco. Aí o Sr. Francisco olhou na relação e havia o seu nome, não é?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu chegava, apresentava a carteira de identidade, ele ia na relação, tinha meu nome e me pagava.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Aí ele passava para o senhor o dinheiro e o senhor assinava uma...

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – O recibo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O recibo?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nesse recibo, não havia quem estava pagando para o senhor, não?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Olha, na Polícia Federal...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – ... eu fiquei surpreso de ver que havia o nome da SMP&B porque eu seria... Eu não estou com isso – como disse na Polícia Federal – dizendo que o documento foi fraudado. Mas a minha memória seria capaz de jurar – pela minha memória – que só tinha: “Recebi tanto” e a data. Eu assinava.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor disse que foi procurado por Delúbio Soares para fazer esse trabalho.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Certo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pergunto: algum membro do atual Governo sabia da contratação desse serviço, sabia que o senhor estava fazendo esse serviço?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não. E algum outro membro do PT sabia que o senhor também – além do Delúbio...

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Que eu saiba não. Porque eu pedi ao Delúbio – exatamente por aquela razão que o Deputado falou –, e ele também me pediu, uma descrição de que eu estaria sendo o coordenador principal dos trabalhos que seriam levantados, pela minha condição de assessor do Ministro e de secretário posteriormente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Aí o senhor fez esse contrato verbal e, no momento em que estava determinado que seria a partir de janeiro...

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Fevereiro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Fevereiro de 2004, o senhor começaria a fazer esse trabalho de levantamento e análise. Foi quando houve a sua exoneração. O senhor entrou no processo de depressão. No meio, o senhor foi contatado pela Secretária sobre o serviço, não é? Alguma vez, o senhor disse, por exemplo: “Vou devolver – já que estou doente – o dinheiro para, depois, quando eu ficar bom, eu fazer outro contrato”?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, porque o recado que recebi foi o seguinte: “Estou sabendo a situação em que você se encontra de saúde. Não faltarão oportunidades, para a frente, de você prestar esse serviço”.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Um levantamento que tem do edifício onde funciona o Banco Rural diz que a sua presença lá foi durante onze vezes, sendo sete no Banco Rural, uma na Elcio Narc e três no Suporte Cor. O senhor se lembra do que foi fazer nessas duas outras empresas?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Perfeitamente. Eram escritórios de advogado que eu estava consultando para processar o Governo pelo que tinha me acontecido. Depois...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Era o Elcio, ou era o Suporte?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – O Elcio me levou ao Suporte.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ah, está certo, então foi o Elcio. O senhor esteve com o Elcio e o Elcio foi lá. Três vezes o senhor esteve lá?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E conseguiu, ou seja, assinou algum contrato para fazer a representação?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, não, estávamos em conversações.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu queria uma indenização por danos morais, pelo que me aconteceu.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor disse que, no momento em que teve a depressão, que esteve doente, o senhor disse que foi procurado para vários políticos para também coordenar campanhas políticas naquele ano.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, eu não fui procurado por vários políticos. Eu fui procurado por Duda Mendonça...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sei.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – ...que disse: “Estou lhe oferecendo você coordenar uma das campanhas...”

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quais eram as campanhas?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – ...de uma dessas capitais: Minas Gerais, Goiânia...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Curitiba...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – ...ou Recife.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Mas o senhor falou que foi procurado pelo Senador César Borges.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Também.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E além dele outras pessoas procuraram, que não por intermediários, que...

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PTB – PB) – Só essa pessoa?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tem um aspecto que chama a atenção no seu depoimento. O senhor diz que não sabia do valor da primeira remessa que o senhor recebeu. E aí? O senhor sabia quando lhe pegaram? O senhor assinou um recibo – cinquenta – e o senhor está dizendo aqui que não tinha conhecimento do valor, que não se recorda do valor recebido nesta primeira oportunidade. Então, eu queria que o senhor explicasse isso aqui.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, eu lhe explico. Como foi durante quatro vezes, eu não sabia a ordem que eu recebi. Se foi primeiro cem, depois cinquenta, eu não tinha lembrança dessa ordem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas o senhor sabia que eram 50 mil que o senhor recebeu?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sim, cinquenta uma vez, cem em outra...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Porque aí, se o senhor não soubesse, o senhor disse: “Conferi o valor recebido”, assinou um recibo, então havia uma contradição. Mas o senhor explicou agora que, no depoimento da Polícia Federal, o senhor não sabia que era primeiro cinquenta, se foi cem...

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu disse que não conferi o valor, porque estava... tinha uma alça lacrada e uma rubrica.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas o senhor assinou um recibo, conforme orientação do funcionário do Banco Rural.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Assinei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E lá estava a quantia...

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Exatamente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ... que tinha.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor nunca conheceu, nunca viu a Sr^a Simone Vasconcelos?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Nunca vi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nunca ela chegou... porque em alguns outros casos...

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Vi depois na televisão.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ... ela estava lá para entregar, em outros casos.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Mas da mão dela eu nunca recebi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Recebi sempre de um tesoureiro, de um funcionário.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Agora, eu queria que o senhor me explicasse o seguinte: por que é que o senhor, que recebeu um dinheiro que era uma antecipação, guardou esse dinheiro e depois só foi gastar quando estava doente? O senhor guardou o dinheiro.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu tinha dito que eu precisava de 50% para iniciar o serviço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo, mas o senhor guardou esse dinheiro. Por que é que o senhor, já que o dinheiro era seu, de antecipado...

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ... o senhor poderia usar, preparando um pouco o processo de levantamento de que é que ia fazer, como é que ia fazer. Por que o senhor guardou isso e só depois que foi demitido, exonerado, é que depositou isso na sua conta?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não. Veja bem: quando eu recebi a última parcela, que não chegava a R\$350,00, foi aí que fui demitido. Eu estava no meio do olho do furacão.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Na realidade, foi nesse momento que o senhor foi demitido, e, aí, V. S^a entrou no processo de depressão.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, precisamos, só para ter uma idéia, de identificar...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex^a esgotou o tempo. Permitirei que V. Ex^a faça a última pergunta, tendo em vista o esforço lógico feito por V. Ex^a.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – V. Ex^a sabe que faço esse questionamento para entender tudo isso. Se, aqui, temos constatado onze, o número de vezes, e o Sr. Roberto nos diz que são apenas quatro vezes

que esteve lá, precisamos investigar. Na realidade, na documentação, não vejo, quer dizer, tem saques, mas não vejo nenhuma assinatura, em alguns casos, do Sr. Roberto da Costa Pinho. Então, é preciso verificar esse dados para que tenhamos, efetivamente, os recibos, que ele disse ter entregado ao Sr. Francisco, a pessoa contatada e a referência para que ele recebesse o dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, permita-me uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá, V. Ex^a me permite conceder uma questão de ordem ao Senador Romeu Tuma? (Pausa.)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Gostaria de ler um artigo da **Folha de S. Paulo**, escrito pelo jornalista Fernando Rodrigues, ontem, intitulado “Uma CPI inútil”, chamando a nossa CPI de “inútil”, e isso nos choca. Ele faz referência ao Requerimento nº 324, de autoria do Deputado Paulo Baltazar, que pede a constituição de um grupo especial para aprofundar na origem do dinheiro. No artigo, o jornalista diz que não foi tomada nenhuma providência. O requerimento foi aprovado em agosto. Então, eu gostaria de saber se ele tem ou não razão.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A reunião administrativa é amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Rodolpho Tourinho, porque S. Ex^a está na coordenação da origem dos recursos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – O grupo foi efetivamente constituído com pessoas do Tribunal de Contas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Desculpe-me perguntar, é só para poder...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – O artigo, Senador Romeu Tuma, merece uma resposta: foi constituído o grupo com pessoas do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, do Tribunal de Contas da União e da Polícia Federal. Além da constituição desse grupo, conseguimos fazer com que ele tivesse uma efetiva coordenação, por intermédio de uma pessoa. E mais: foi contratada uma auditoria, aprovada por esta Comissão inicialmente, depois foi aprovado o nome, também por esta Comissão, e, hoje, praticamente o contrato está fechado. A questão agora é com a Mesa do Senado, mas os auditores já estão funcionando juntamente com esse grupo de trabalho.

A questão colocada está errada, pois muita coisa tem sido feita. Efetivamente poderemos, agora, entrar, depois da constituição do grupo e do início das atividades de auditoria, em um momento de checarmos a idoneidade dos documentos.

Com isso, dou uma resposta, Sr. Presidente, ao jornalista autor dessa matéria para restabelecer a verdade.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, penso que seria o caso de V. Exª, como Presidente desta Comissão, encaminhar uma resposta contundente a esse jornalista, por se tratar de um artigo estúpido, negativo, arbitrário e mentiroso.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a V. Exª. Realmente, trata-se de tema relevante e que devemos tomar providências, já que o grupo está constituído. Não é fácil constituir uma força-tarefa, precisamos sempre conseguir excelências para que se possa ser eficiente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem são os seus advogados?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Dr. Leonardo e o Dr. Marcos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem está pagando os honorários deles?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Com parte dos trezentos?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Sª pode responder a pergunta.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Com parte.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – No seu depoimento à Polícia Federal, há uma parte que diz: “gastou-se 300 mil ao longo de 22 meses”. Entre o período da sua saída e o seu depoimento, não decorreram 22 meses.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Talvez possa haver um erro de um ou dois meses, Sr. Deputado, porque a minha saída foi em fevereiro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Em 2004?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – É. Até fevereiro de 2005, doze. Até outubro, vinte. Vinte meses.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual foi o período em que foi prestado serviço para Ribeirão Preto?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Julho de 2001 a novembro de 2001 aproximadamente, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E qual foi a retribuição para esse período de prestação de serviço em Ribeirão Preto?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Retribuição?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Financeira nessa prestação de serviço em Ribeirão Preto?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não ganhei nada da Prefeitura de Ribeirão Preto. Eu estava lá colaborando com o Arquiteto João Filgueiras Lima.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Em 2001, trabalhou para Ribeirão Preto sem receber nada?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu não posso dizer que foi 2001 inteiro, porque se entenderia que foi o ano todo. Eu expliquei aqui que não era assim, seguido.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas é irrelevante. O que eu quero elaborar é o seguinte: em 2001, prestou serviço à Prefeitura de Ribeirão Preto sem receber nada.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Certo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Em 2003, recebe algo sem fazer nada. Concorda?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não. Recebo algo...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sem fazer nada em 2003.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Recebo algo como adiantamento de algo que eu faria.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E que não fez.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Que não fiz.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Em 2003, recebe por algo que não fez. Em 2001, fez algo sem receber.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não fecha?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não fecha em que sentido, Deputado?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Acompanhe o meu raciocínio.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Estou acompanhando.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Em 2003, recebeu algo pelo que faria e que não fez.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – É.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Em 2001, fez algo pelo qual não recebeu.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Isso não é a contrapartida?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não. O que eu recebi em 2003 é exatamente aquilo que eu disse aqui. Não tem nada a ver com a prestação de serviço em Ribeirão Preto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas não é muita coincidência?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – É. As coincidências existem.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem é o responsável pela indicação do Ministro Gilberto Gil para o Ministério da Cultura?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – O Presidente Lula.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem fez gestões com o Presidente Lula?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Várias pessoas, entre elas eu.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quais as pessoas que o ajudaram a fazer?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Que eu conheço?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sim.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Já citei aqui duas. O Antonio Risério, que era amigo comum e que participou da campanha do Presidente Lula. E o Ministério Gilberto Gil participou em alguns momentos da campanha do Presidente Lula. Ele tinha relações também com alguns membros do Partido dos Trabalhadores. Ele estava engajado na campanha.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O Gilberto Gil é cantor e ator. O senhor é o quê?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu? Ele é cantor e ator. Eu, antes de ser qualquer coisa, Deputado, sou um ser humano muito consciente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A sua consciência não manda devolver o dinheiro que o senhor recebeu sem fazer nada?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Estou pronto a prestar o serviço que for preciso para devolver esse dinheiro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor acha que é justo o Partido que está no Governo adiantar dinheiro para quem é funcionário do Governo, ainda que temporário, e depois esse alguém não presta serviço e não devolve o dinheiro?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – As circunstâncias em que eu não prestei o serviço eram nitidamente de força maior, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual a força maior?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu estava doente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor ficou doente por que razão?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu entrei em depressão. Inclusive, o atestado médico que atesta isso e os médicos que me acompanharam já passaram aqui para a Comissão esse documento.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A depressão não foi porque você não recebeu o resto?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – (*Risos.*) Não, não foi. Se eu estivesse deprimido porque não recebi o resto de um serviço que eu não fiz, eu não seria a pessoa que eu disse ao senhor que eu me julgo: uma pessoa consciente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual a sua idade?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sessenta e oito anos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Pela sua idade, vou-me privar de fazer o comentário que eu queria fazer.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu lhe agradeço.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Só pela sua idade.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu lhe agradeço.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor disse que procurou no Brasília Shopping um advogado para processar o Governo por danos? Quem o levou a procurar esses advogados?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Foi um amigo comum.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Que é advogado?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, não é advogado. É funcionário.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas coincidentemente no Brasília Shopping?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Veja só: os meus advogados também têm escritório no Brasília Shopping.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então, o senhor tem bom relacionamento no Brasília Shopping?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Nenhum, nem de consumidor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O que o senhor vai fazer no dia dois de junho de 2004 no Brasília Shopping, na sala 919, que é ao lado do Banco Rural?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – É o Elcio.
O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O que é o Elcio?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – O Élcio é essa pessoa que me levou aos advogados da Support.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O que faz o Élcio?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Ele tem uma empresa lá de imobiliária. Se eu não me engano, é imobiliária o negócio dele.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu tenho o maior respeito pelo depoente pela sua idade, mas esse Élcio é dentista, não é de imobiliária.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – É dentista o Élcio?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Esse escritório 919 é o escritório de um dentista.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Olhe, então o senhor me perdoe porque no 9º andar é o consultório também da dentista de meu filho. Eu posso estar aqui confundindo o novecentos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Agora, sim.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Mas é uma dentista. Não é um dentista, não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então, o escritório do Élcio é escritório de dentista. Então, é consultório.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – É dentista. É porque o Support, a pessoa que me levou lá tem um escritório lá, tem um escritório lá. A pessoa que me levou a esses advogados que eu queria constituir tem um escritório também lá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então, rememorando a sua colocação: procurou um advogado para processar alguém do Governo por danos, acabou não processando.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem cometeu danos ao Governo foi o Roberto Costa Pinho, não foi o Governo que cometeu dano.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu não cometi nenhum dano.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Como não?! O senhor é funcionário. Está recebendo para fazer alguma coisa que não fez. Quem cometeu dano ao próprio Estatuto do Servidor Público foi Roberto Costa Pinho.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu estava entendendo que o Deputado estava-se referindo ao dano em relação a minha exoneração do Ministério.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Em relação a todas as outras pessoas que o Marcos Valério e o Delúbio falaram que receberam dinheiro, está quase tudo comprovado. A que atribui a diferen-

ça entre o admitido pela sua pessoa e o fornecimento pela relação do Sr. Marcos Valério, que é de 450, e não de trezentos?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – É a de eu não ter registrado mais do que trezentos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Alguém não pode ter recebido em seu nome?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – A meu mando, não. Nunca.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não digo a seu mando, mas alguém não pode ter recebido em seu nome?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sim, uma hipótese.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Alguma coisa foi repassada para alguém que trabalhava também no Ministério da Cultura?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – De jeito nenhum.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Alguém do Ministério soube dessa sua “contratação” nesse período?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – O Risério eu acho que soube. Eu falei...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – O Antonio Risério.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Antonio?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Risério.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem é essa pessoa?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – É um amigo meu, que trabalhou comigo no Ministério da Cultura e que saiu quando saí também.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual era a função dele?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Ele era assessor do Ministro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Alguma coisa que foi feita no Ministério no período em que a sua pessoa lá esteve está sendo questionada?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, o que foi questionado e que estava sob a minha responsabilidade quando eu estava no Ministério, eu encaminhei... Tudo que foi questionado e que estava contido no relatório de uma força-tarefa, eu, espontaneamente, pedi à Comissão de Ética da Presidência da República que examinasse e a Comissão de Ética da Presidência da República, no dia 1º de julho, já está na CPI, diz que jamais feriu, não há nenhum vestígio que eu tenha ferido o Código de Ética da Administração Pública.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Para encerrar, conscientemente, o senhor acha que não feriu nada na ética?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Ao aceitar uma proposta de fazer um serviço prestado sendo funcionário público acho que sim.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao nobre Deputado José Rocha, pelo prazo de dez minutos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ilustre Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, ilustre depoente, Sr. Roberto Costa Pinho, mais uma vez estamos aqui a constatar que o PT realmente é a grande mãezona, o Papai Noel que distribui recursos da maneira que bem entendia o seu Primeiro Ministro Delúbio Soares e, não tenha dúvida, de que é mais um caso desses.

O Sr. Roberto Pinho não consegue explicar os recursos que recebeu e o PT não consegue explicar os recursos distribuídos. Mas, Sr. Roberto Pinho, sempre tive por V. S.^a um respeito muito grande pelo grande profissional que V. S.^a é, desde quando trabalhou na Prefeitura de Salvador e, se não fosse assim, não teria ocupado os cargos que ocupou.

Agora, lamentavelmente, V. S.^a passa a ser mais uma grande vítima desse partido que é o Partido dos Trabalhadores envolvido em tanta maracutaia, Sr. Roberto Pinho, e temos que desvendar isso.

V. S.^a foi contactado pelo Sr. Delúbio Soares que lhe contratou um serviço. V. S.^a não formalizou o contrato? Foi o único dos contratos que V. S.^a realizou que não foi formalizado?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, não foi. Lá em Campo Grande eu não formalizei. Quando coordenei a campanha do Governador Miguel Arraes eu também não formalizei.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quem foi do Sr. Delúbio Soares que contactou com V. S.^a para receber dinheiro do Banco Rural?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – A Secretária dele.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Qual é o nome dela?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sinceramente, não me lembro.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor recebeu essa orientação pessoalmente, por telefone?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, por telefone. Sempre por telefone.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sempre por telefone?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Certo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Todas as vezes por telefone?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Todas as vezes por telefone.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S.^a é amigo de Lula?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S.^a diz que foi uma das pessoas que interferiu junto a Lula para a indicação de Gilberto Gil no Ministério.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu estive com o Presidente Lula algumas vezes, mas sempre em audiência acompanhando o Ministro.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não, V. S.^a afirmou há pouco que foi uma das pessoas que indicou o nome de Gilberto Gil para ser Ministro. Então, antes dele ser Ministro.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Mas não diretamente ao Presidente Lula. Não diretamente. Eu fiz essa sugestão ao Ministro Palocci.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S.^a fez ao Ministro Palocci?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Foi.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então, a indicação de Gilberto Gil para o Ministério, foi indicação de Palocci?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu imagino que foi indicação de várias pessoas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Inclusive Palocci?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Inclusive Palocci. Eu não posso afirmar isso, porque ele não me disse. Eu fiz uma sugestão, mas ele não me disse que teria ou não...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas V. S.^a se julga uma das pessoas que contribuíram para a indicação de Gilberto Gil para o Ministério da Cultura?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sem dúvida.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Junto ao Presidente da República?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sem dúvida.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Por intermédio do Sr. Palocci?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sem dúvida.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então, V. S.^a é muito amigo de Palocci.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu sou amigo de Palocci, mas não sou muito amigo de Palocci.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Roberto Pinho, o Sr. Marcos Valério apresentou uma relação dos recursos que lhe foram orientados pelo Delúbio

Soares a serem distribuídos, em que consta V. S^a como recebedor de R\$450 mil.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sim.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O Sr. Delúbio Soares confirma essa lista apresentada pelo Sr. Marcos Valério; então, confirma que autorizou entregar a V. S^a os R\$450 mil.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sim.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a, aqui, apresenta uma versão dizendo que não teve contato nenhum com o Sr. Marcos Valério.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Que foi com o Sr. Delúbio Soares.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Isso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O Sr. Delúbio Soares disse, nesta Comissão, que não determinou liberação de recurso diretamente a nenhuma dessas pessoas da lista. Foram todas elas de responsabilidade do Sr. Marcos Valério.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sim.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então, veja V. S^a a grande contradição entre o que disse o Sr. Delúbio Soares, o que V. S^a está dizendo e o que disse o Sr. Marcos Valério.

V. S^a confirma qual dessas afirmativas?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – A afirmativa de que eu recebi, assinei, os R\$300 mil.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a assinou. E o que V. S^a não assinou?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu não recebi sem assinar. Todas as vezes que fui ao Banco Rural, eu assinei.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor não recebeu da secretária ou da pessoa do Sr. Delúbio Soares?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Só recebi no Banco Rural.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Para qual Partido V. S^a trabalhou?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Para que Partidos?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – É.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Quando fez campanhas?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sim.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Trabalhei para o PT, no caso do Senador, ultimamente. Trabalhei para o PMDB, no caso do Prefeito Mário Kertez. Trabalhei para o PSB, no caso do Governador Miguel Arraes. Trabalhei para o PPB, no caso da candidata Maria do Carmo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a é amigo do Sr. Sílvio Pereira?

Não conhece o Sr. Sílvio Pereira? Nunca esteve com o Sr. Sílvio Pereira?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Nunca estive com o Sr. Sílvio Pereira.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Nem com o Sr. José Dirceu?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Ah, com o José Dirceu, estive.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Várias vezes?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Várias vezes.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quem apresentou V. S^a ao Sr. José Dirceu?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Quem me apresentou o José Dirceu? Foi em audiências que tive com ele e com o Ministro Gilberto Gil. Eu não o conhecia antes.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a não participou da transição do Governo?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, não participei. Não participei. Aliás, para não dizer que eu não conhecia o José Dirceu antes, eu conheci o José Dirceu quando ele era da UNE, e eu era da Ação Popular.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a, se não estou enganado, afirmou, aqui, que participou da transição com o Palocci.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, não, não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Durante a transição do Governo, V. S^a estava trabalhando onde?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu tinha saído de Ribeirão Preto e estava em Salvador.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sem ocupação formal?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sem ocupação formal.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a não declarou esses recursos ao Imposto de Renda?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, eu não declarei porque, inclusive, na tratativa feita com o Delúbio, tinha ficado de decidir se eu pagaria ou ele o PT pagaria, porque eu tinha pedido aqueles valores líquidos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Por isso, V. S^a não declarou?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Exatamente.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então, vai declarar?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – A Receita Federal já me notificou.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a guardava esse dinheiro em casa?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sim.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Depois resolveu depositá-lo na sua conta aos poucos. Por que isso?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Porque o cheque especial ia estourando e eu ia depositando para cobrir o cheque especial.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, realmente constatamos que o Partido dos Trabalhadores foi de uma irresponsabilidade sem limite. Por isso, penso que esta Comissão tem de representar contra o Partido dos Trabalhadores. Temos de tomar uma atitude contra esse Partido, por se tratar de um Partido que violou todas as normas éticas e as legais que poderiam ser violadas.

E uma única pessoa assume tudo isso: o Sr. Delúbio Soares. E assume, em nome do Partido. Portanto, o Partido tem a responsabilidade, porque ele assume, em nome do Partido, e a direção maior do Partido assim concordou. Acho que o Tribunal Superior Eleitoral tem de tomar uma providência em relação à continuidade deste Partido, porque as coisas que estamos constatando nesta Comissão e nas outras Comissões são realmente estarrecedores. E isto não pode acontecer: o Partido dos Trabalhadores ficar impune a tudo isso e as pessoas que aqui estão sendo identificadas tenham de pagar por tudo. Acho que o Partido dos Trabalhadores tem a maior responsabilidade de ser o patrocinador de tudo isso e tem de receber uma punição, não sei qual, mas temos de identificar e perseguir esse objetivo.

Agradeço a V. Ex^a e dou-me por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Esta questão, evidentemente, será apreciada pela Comissão. Como Presidente, nada mais poderei fazer do que gerir a estas audiências públicas. Mas aí chegará a hora em que o Relator, certamente, consignará alguns fatos que julgar relevante.

Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a. (Pausa.)

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Apenas para registrar que o Deputado José Rocha tem toda a razão. Isso tem sido motivo de constantes conferências do Relator com a equipe técnica. Estamos buscando bases legais para os procedimentos que vamos sugerir. Estamos numa fase bem adiantada de diagnósticos das providências a serem indicadas. Pode estar certa a Comissão de que, muito mais cedo do que se pensa, compareceremos com um documento conclusivo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Na sequência, concedo a palavra ao nobre Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Senador Amir Lando; Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel; Sr. Roberto da Costa Pinho, certamente, Sr. Roberto, quando V. S^a se referiu a um possível convite do Senador César Borges a sua pessoa para que trabalhasse na campanha dele, certamente foi pela sua competência, reconhecida na Bahia – eu queria deixar isso aqui de uma forma clara –, pelo trabalho que o senhor fez à frente da Prefeitura de Salvador. Não somos correligionários, nunca fomos, mas lhe conheço. E também à frente de uma pessoa que o senhor citou várias vezes e que é muito importante para a arquitetura não somente na Bahia, mas no Brasil, que é o arquiteto Lelé, como assim é conhecido, e com soluções inovadoras, no meu Estado, em relação a uma série de projetos que marcaram efetivamente uma posição. Então, certamente foi por isso e tenho certeza...

O Deputado José Rocha está lembrando o que foi feito pelo Hospital Sarah, mas não era somente o Sarah, mas também a fábrica de equipamentos do Sarah, que, lamentavelmente, foi fechada lá na Bahia por um ato do Tribunal de Contas, se não me engano. Mas, enfim, eu queria colocar isso.

Não acredito que eu vá acrescentar, Sr. Presidente, depois de todas as perguntas que foram feitas, depois de todas as perguntas que o Sr. Relator já fez também, acrescentar nada, mas eu queria muito ressaltar que, daquela nossa última... ou naquela acarescação feita com o Delúbio, com o Marcos Valério e com os partidos que estariam envolvidos nesse processo, ficou muito claro e confessado claramente pelo Sr. Delúbio que, dos R\$55 milhões que haviam sido colocados à disposição pelo Sr. Marcos Valério através de empréstimo bancário e outras fontes que não sabemos quais são, couberam ao PT R\$30 milhões. Desses R\$30 milhões, parte estaria até, nesse caso, o Sr. Roberto da Costa Pinho.

Mas o que me parece é que é, de alguma forma, aquilo que o Deputado José Rocha colocou, responsabilidade ou irresponsabilidade do Partido dos Trabalhadores em todo esse processo; a facilidade com que ele teve acesso a esses recursos e, mais do que tudo isso, a quantidade de recursos colocados à disposição, que lhe permitia fazer qualquer tipo de transação, inclusive transações desse tipo, de adiantamento, como coloca o Sr. Roberto da Costa Pinho, e que, realmente, é uma coisa – repito as palavras do Deputado – estarrecedora, se não me engano esse foi o adjetivo usado por V. Ex^a.

Realmente, estarecedor é aquilo que podemos colocar. Não somente nos valores que foram colocados, os R\$30 milhões, conforme confissão do Sr. Delúbio, mas também a extensão disso. Isso foi alocado para, dos 27 Estados, incluindo o Distrito Federal, para 23 dos 27. Basicamente, em todo o País foi utilizada essa forma de ação, o que é lamentável, o que merece uma investigação também muito grande; não só uma investigação, mas, sobretudo, um posicionamento da nossa Justiça Eleitoral.

Entendo que esse é um ponto que tem que ficar muito claro. Em vez de me dedicar a novas perguntas, que acredito que já foram bastante esclarecidas ou colocadas pelo Sr. Roberto Pinho, gostaria de deixar este protesto, esta indignação contra tanto recurso alocado a tantas campanhas, em tantos lugares, em tudo aquilo que presenciamos, sobretudo no meu Estado, onde tive a possibilidade de verificar o derrame de recursos que existiu ao longo da campanha, sobretudo no final da campanha.

Entendo que esse é um ponto que também é importante deixar claro, essa facilidade com que esse Partido teve esses recursos; e dessa facilidade, certamente, decorreram várias ações, inclusive essas que verificamos aqui.

Era o que eu tinha a colocar, Sr. Presidente. Não creio que nada mais vai esclarecer aquilo que já foi colocado. Restaria só aqui... Não entendo que seria parte da nossa participação aqui fazer nenhum juízo de valor acerca do comportamento do Sr. Roberto Pinho, mas, sobretudo, deixar claro essa questão contra o Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Gastão Vieira.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Sr. Presidente; Sr^{as} e Srs. Deputados; Sr. Roberto da Costa Pinho vou iniciar pela minha conclusão.

Tenho a impressão de que V. S^a era o operador do esquema dentro do Ministério da Cultura. V. S^a era a pessoa que, dentro do Ministério, facilitava negócios. E o seu recurso recebido foi o pagamento por esse trabalho que foi feito. Por quê?

V. S^a é um grande profissional – as pessoas da Bahia estão aqui dizendo, não há nenhuma razão para que se possa não confirmar isso. O Ministro Gilberto Gil, pelo que li na imprensa, na época, foi indicado, para o Presidente da República, pelo Duda Mendonça. Esse foi o indicador principal. Duda vivia um grande momento, pagava vinho, comprava terno na Ricardo Almeida, montava, era o homem forte, dizem até que redigia discursos do Presidente. Portanto, parece-me

mais procedente ter sido o Duda Mendonça o homem que teve a palavra decisiva na indicação do Sr. Gilberto Gil.

Eu não consigo entender como uma pessoa contrata um serviço por R\$700 mil e não ter nada escrito. O PT tinha uma organização nacional nas suas campanhas. Lembro-me de que, na campanha de 2002, na do Presidente, tudo passava pelo Duda, que era quem contratava as empresas de publicidade, quem fazia pesquisa e quem as analisava. Na eleição municipal havia um modelo em que só se enxertava o candidato no Estado, mas a estrutura do programa era uma só. Eu não imagino como é que, apesar do brilhantismo de V. S^a – repito –, atestado pelos seus conterrâneos aqui da Bahia, o PT fosse lhe contratar paralelamente, fora do esquema, que era o esquema de Duda Mendonça.

E mais: o senhor não conhecia o Sr. Delúbio, segundo diz, pede R\$700 mil, o fecha assim na hora, pede um adiantamento de R\$350 mil – aí há uma certa divergência de número –, recebe, não presta o trabalho, não é cobrado por isso e vive com esse dinheiro, pagando suas contas. Eu dividi R\$300 mil por vinte meses e dá uma média de R\$15 mil por mês. V. S^a disse ao Deputado Arnaldo Faria de Sá que vai pagar os advogados também com parte desse dinheiro, além de sobreviver, penso que um grande profissional como V. S^a tendo de sobreviver com R\$15 mil por mês e ainda tendo de pagar advogado. Então, eu quero explorar o seguinte ponto: tenho a impressão de que o Ministério da Cultura é um Ministério pequeno. É difícil tirar uma emenda lá, as coisas são difíceis, mas ele tem coisas extremamente importantes. Ele tem um fundo de cultura, em que um grande banco, o Itaú, por exemplo, não paga Imposto de Renda, apresenta um projeto para o Ministério e o Ministério dá, de novo, para o banco o dinheiro que o banco tinha de dar para o Governo. São milhões de reais, milhões de reais que financiam coisas importantíssimas e caras, como a Bienal de São Paulo. Na Comissão de Educação e Cultura, já tivemos oportunidade de fazer um levantamento desse financiamento, e chegamos à conclusão de que o tipo de controle exercido pelo Governo é muito baixo. Tem o mecenato, em que a empresa vai ao Ministério da Cultura, pega um atestado e sai captando dinheiro do mercado. Portanto, existem coisas importantíssimas no Ministério da Cultura.

Eu perguntei ao Sr. Manoel Severino: “Sr. Manoel Severino, Diretor da Casa da Moeda, por quê? Por que V. S^a, um homem tão importante do Rio de Janeiro, resolveu ser Diretor da Casa da Moeda?” Eu não conseguia entender, mas, depois, fui entender: cartão telefônico. Deve ser uma “baba” de dinheiro fazer cartão

telefônico. Eu perguntei, noutro dia: “Por que ninguém ficou com a Secretaria de Ensino Superior do MEC? Por que ninguém foi indicado para aquela Secretaria?” Ela toma conta das universidades brasileiras, mas vive eternamente sem dinheiro. Então, ninguém se interessa. Interessam por coisas que, efetivamente, dão dinheiro.

Portanto, vou respeitar a sua idade – vou fazer como o Deputado Arnaldo Faria de Sá fez. Mas parece-me muito claro que é extremamente difícil entender que o senhor não conhecia a D. Simone, que ficou com a gente aqui em uma acareação. Ela ligava para o Banco Rural e dizia: “Passa lá que vou te pagar.” O senhor disse que não sabia quem era D. Simone, não sabia quem era Delúbio, não sabia quem era Marcos Valério. Não sabia absolutamente nada. Recebe um dinheiro para prestar um serviço e não o presta, porque entrou em estresse, em depressão, porque não recebeu o dinheiro. Ninguém o cobra.

Em uma campanha fechada como era a do PT, Duda comandava tudo. Lembro-me de que no Estado era a mesma música, era tudo a mesma coisa, só entrava a cara do candidato do Estado ou daquele Município. Portanto, não havia abertura para se contratar terceiros na campanha do PT. Portanto, não tenho perguntas para fazer-lhe, Sr. Roberto Costa Pinho.

Espero que a Comissão consiga aprovar que o senhor está entre aqueles que operavam, nos órgãos do Governo, o caixa, provavelmente, para que o Sr. Marcos Valério ou Delúbio ou seja lá quem fosse, pagasse despesas, enfim, fizesse acumulação de recursos. Essa é a minha convicção. Não tenho nada a perguntar-lhe. Se o senhor quiser responder estou inteiramente à disposição para ouvir-lhe.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra a V. S^a.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Deputado, respeito suas palavras, mas gostaria de protestar veementemente pela versão que V. Ex^a acabou de descrever.

No Ministério da Cultura eu não tinha nenhum acesso, não estava sob minha secretaria nem a Comissão da Lei Rouanet. No Ministério, praticamente, dediquei-me a dois grandes projetos: ao da reforma organizacional do Ministério, que foi feita; e ao projeto do qual acabei de falar. Independentemente de ter sido muito vinculado, de eu ter me ligado, a todas as ações que pudessem recuperar, que pudessem revitalizar e dignificar o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que se encontrava, e continua, em uma situação lamentável ameaçando a memória do País. Inclusive, uma vez estive lá com V. Ex^a, onde

o senhor levava a Delegada do Patrimônio Histórico e tivemos uma longa conversa...

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Do Maranhão, vamos esclarecer.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Do Maranhão. Tivemos uma longa conversa sobre a importância de dar-se reforço àquele Estado, que é depositário de um dos maiores patrimônios culturais do Brasil.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Tínhamos lá um projeto chamado Monumenta/BID, com dinheiro externo. As capitais tinham de se movimentar. Portanto, havia uma área muito forte dentro do Monumenta/BID. Depois, a mim é difícil acreditar que o senhor não tivesse influência dentro do Ministério para nada, como diz, e acompanhasse o Ministro em suas audiências com o Presidente. Não é comum. Conheço uma série de assessores parlamentares aqui na Casa e ninguém vai com seu Ministro ao Presidente da República. Mas o senhor ia. O senhor era uma pessoa tão importante que acompanhava o Ministro Gilberto Gil nas audiências que ele tinha com o Presidente Lula.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não era em todas as audiências, Deputado.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Em uma já basta. Sou Deputado da base do Governo. Não consegui chegar nem àquela anti-sala. E estou votando.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu ia a audiências em que teria que defender um projeto que o Ministério estava fazendo.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Que projeto era esse?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – O Projeto das Bases de Apoio à Cultura.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Bases de Apoio à Cultura. Esse projeto era muito importante, não era? Tanto que o Ministério... Tinha o assessor do Ministério aqui e nunca brigou por emenda de comissão para esse projeto. Mas o senhor está dizendo que é importante, eu não tenho razão para... Mas essa é a minha impressão. A gente fica aqui em uma tristeza profunda, principalmente eu que ajudei a eleger este Governo no primeiro e no segundo turno, ouvindo histórias absolutamente inverossímeis. Como é que alguém ganha 700 e não dá recibo, não assina contrato, não presta o serviço e não devolve o dinheiro? Está pagando advogado com esses míseros R\$15 mil por mês. Isso cansa, viu? O senhor me desculpe. Se fui forte nas minhas palavras é porque realmente o meu sentimento de decepção é mais forte do que a ofensa; não sei se foi isso, mas o constrangimento; também não sei se foi isso ou o desconforto que eu causei ao senhor nesta tarde. Mas essa é a minha convicção, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao nobre Deputado Ivan Ranzolin, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Não é mais dez, Sr. Presidente? São só cinco?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– O suplente era a metade, mas...

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – O suplente sempre foi discriminado, não é, Sr. Presidente? Eu sou suplente na Comissão, mas sou Deputado titular.

Sr. Presidente, o senhor sabe que, quando se forma uma grande quadrilha para dilapidar o patrimônio público ou para movimentar dinheiro, como aconteceu e está acontecendo no Brasil, na maioria das vezes, eles pegam pessoas boas, que têm um passado bom, pessoas que trabalham, e dividem: jogam um pouco de dinheiro lá, um pouco lá, um pouco lá, fazem uma distribuição para se protegerem.

O senhor é uma pessoa que tem um semblante que inspira que o senhor é um homem honesto, ou pelo menos foi, e o jogaram numa armadilha, porque o senhor agora cometeu crime de sonegação fiscal – já foi notificado, vai ter que pagar –, e o senhor vai ver que, no final das contas, nas CPIs, nós vamos descobrir que isso, que a grande parte dos recursos veio das empresas públicas. Correios, Furnas, IRB, Petrobrás, Banco do Brasil, Caixa Econômica, não havia uma empresa pública que não estivesse envolvida. E é lógico que se está pesquisando isso, mas se pressupõe que houve uma triangulação: empresas que fizeram um contrato superfaturado jogavam para o Sr. Marcos Valério, para a sua empresa – e aí não havia prestação de contas, porque era um contrato de publicidade –, e isso ia para o caixa do PT.

Eu fiz um cálculo rapidamente aqui e cheguei a R\$98 milhões, daqueles que eles dizem que eram R\$55 milhões.

Então, eu digo a V. S^a que às vezes a imprensa fala mal da nossa Comissão, mas devo dizer que o Sr. Presidente, o Sr. Relator e nós, Parlamentares, estamos aqui investigando, pesquisando, para não fazer uma injustiça e punir um inocente, mas vamos chegar lá. Vamos chegar, porque, na realidade, há o envolvimento das pessoas. Ministros foram demitidos, dezenas de diretores de empresas foram demitidos, e ficaram bem quietinhos; ninguém reagiu. Por isso, devo dizer que a nossa tarefa aqui é de investigar.

Eu não tenho muitas perguntas a fazer ao senhor, porque, na realidade, o senhor vai ficar sempre nessa posição. É difícil acreditarmos no que o senhor está dizendo, é muito difícil. Por isso, vêm de todos os lados os ataques, porque é impossível que alguém te-

nha recebido 300, que eles dizem que é 450 – estão registrados 450, e o senhor terá que prestar contas ao fisco sobre isso –, desses recursos que, na minha interpretação, têm origem pública, e essas pessoas vão pagar por peculato.

Nós assistimos aqui, há poucos dias, numa aca-reação, o senhor Marcos Valério dizer para o ex-Deputado Costa Neto: “Eu dei para o senhor R\$12 milhões”. Ele disse: “Não, eu só recebi R\$6,5 milhões”. Isso foi para o segundo turno da campanha do Lula.

Nós ouvimos aqui verdadeiros absurdos, como se nós fôssemos um bando de ignorantes.

Devo dizer que o PT alega que praticou o caixa dois, mas o Ministro da Justiça classificou quem pratica caixa dois. Ele disse: “Quem pratica caixa dois é bandido, não passa de bandido”.

Eu só quero lhe fazer uma pergunta, que diz o seguinte: depois que o senhor tomou conhecimento de tudo isso, que o senhor foi envolvido num esquema de corrupção, quais foram suas atitudes após tomar conhecimento dos fatos? O senhor ficou doente, mas o senhor teve atitudes imediatas de comunicar ao Fisco, atitudes imediatas para salvaguardar sua imagem, seu nome?

Para depois encerrar, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Minha imagem, Deputado, está sendo necessitada de ser salvaguardada desde o momento em que fui brutalmente e injustamente exonerado do Ministério da Cultura. A partir daí, eu lhe confesso que vivi um período de um certo alheamento. Diria até mais: de uma certa alergia a tudo que podia envolver a administração pública e política.

E estou neste momento, aqui, sendo interrogado e respondendo exatamente por coisas que me atingiram durante esse período.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – O senhor recebia dinheiro em espécie?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sim.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Sempre em espécie?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sempre em espécie.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – E eles não diziam, o senhor não queria saber de onde vinha o dinheiro, qual era a origem?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Pois é. É por isso que o senhor está sofrendo esse constrangimento de estar aqui, de ser interrogado, porque, na realidade, todos os que tiveram... Como foi falado aqui há alguns dias por um Deputado, são vários Deputados

que estão sofrendo processo de cassação porque praticaram o gesto que o senhor praticou.

Então, na realidade, o nosso dever aqui na CPI é investigar e buscar a verdade.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Para concluir, nobre Deputado.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Sr. Presidente, quero encerrar minha participação, dizendo que o senhor, que está na Presidência, tem toda razão quando fez aqui uma proposta. A Comissão tem de se reunir para analisar quais encaminhamentos têm de dar com relação ao partido político que praticou todos esses atos que, no meu modo de entender, são de corrupção, não de caixa dois, e com respeito àqueles que pertencem ao partido e que não estão envolvidos nisso. Porque há muita gente boa dentro do Partido dos Trabalhadores – a maioria – que não tem nenhum envolvimento com essa questão.

Quero mais uma vez, Sr. Relator, cumprimentar V. Ex^a. Sei que tem estudado, tem batalhado – conheço sua competência – e que teremos aqui um relatório justo, fazendo justiça, porque é o nosso objetivo. Podemos até cometer alguns equívocos, mas não poderemos praticar injustiças.

Por isso, agradeço a oportunidade que tive e me proponho a continuar trabalhando na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Com a palavra o último Deputado inscrito na relação de efetivos e suplentes, Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu recomendaria ao Relator a ler o livro **Ética da Malandragem**, do jornalista Lucio Vaz. É recente, primeira edição, foi lançado agora. Edição esgotada. Lá o senhor vai ter bons elementos para apurar compra de voto na aprovação da Emenda 01, inclusive com fitas gravadas, o jornalista... Darei de presente este livro para V. Ex^a, caso não o tenha, para que faça uma convicção de opinião sobre este momento obscuro da nossa história. Até agora, pelos depoentes que vieram, elas estão incompletas. Esperamos que o Presidente Fernando Henrique Cardoso seja convocado, já que ele foi o principal beneficiado. Peço ao Relator que leia este livro, **Ética da Malandragem**, do jornalista Lucio Vaz, porque quero que seja tão rigoroso como será contra nós, que seja rigoroso na apuração da compra de votos. Recomendo a leitura desse livro.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– V. Ex^a me permite?

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Se descontar meu tempo...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não, eu peço, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– O Sr. Relator pode intervir no momento em que achar conveniente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Há uma vasta leitura sobre corrupção política, desde antes dos Médicos, Sr. Deputado, e nós conhecemos várias obras, como leitores ávidos que somos desde a juventude. Acontece que os livros de crônicas, de comentários não nos servem neste momento, porque aqui só nos servem provas conclusivas. Poderei fazer a leitura que V. Ex^a me aconselha a título de lazer, depois que nos desvencilharmos desse grave dever de colher provas objetivas.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Mas

eu vou fazer o requerimento. E quero que ele seja analisado por V. Ex^a. Trata-se da convocação do jornalista porque tem fita gravada. Não são somente os Deputados do Acre que foram gravados vendendo voto. Existem outros Deputados que também foram gravados pelo próprio jornalista. É uma prova importante que deve ser avaliada, porque são provas gravadas de compra de votos.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Se V. Ex^a requerer por escrito, o Relator dará parecer favorável.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Pronto,

vou dar de presente essa obra. Aí vocês vão ver, Ivan Ranzolin, o que é corrupção. Vimos muito pouca coisa ainda, na verdade.

Consta nos autos de ação civil pública de improbidade administrativa um resumo daquilo que o Sr. Marcos Valério, através da SMP&B e DNA, movimentou com a campanha do Senador Eduardo Azeredo, ou seja, R\$53 milhões que foram dados para a campanha do Senador Eduardo Azeredo. E uma parte deste recurso foi distribuída, também, para candidatos proporcionais. Isso consta, nenhum deles, inclusive, tem recibo de depósito bancário. Está tudo certinho, depositado na conta. Ninguém foi lá receber sem recibo, foi depositado na conta de cada um dos candidatos, de todos os partidos, de todos os partidos. Todos. Certo? E quando o Sr. Marcos Valério foi cobrar do Sr. Cláudio Mourão, consta do seu depoimento na Polícia Federal, não foi pago, não recebeu porque o Governador Itamar Franco, Itamar Franco, se recusou a pagar aqueles contratos de publicidade que irrigava o “valerioduto”, que financiou a campanha de 98. Sabem o que foi feito? No Governo Federal, esses contratos foram mantidos.

Diz ele aqui, o Sr. Marcos Valério: “... que nesse período, a partir de 1998, as empresas DNA e SMP&B, no Governo Federal, ganharam um terço da conta de publicidade do Banco do Brasil, que já atendia desde 1994. Metade da conta no Ministério do Trabalho, uma

parte da conta no Ministério do Esporte, uma parte na conta da Eletronorte”. Aí que foi o pagamento do Sr. Cláudio Mourão na campanha de 98, com os contratos do Governo Federal. O Governador Itamar não quis pagar, mas conseguiram um jeitinho de pagar essa conta. Por isso que o Sr. Cláudio Mourão não reclamou o pagamento, retirou, porque achou uma maneira mais fácil de receber essa conta.

Vou fazer uma pergunta para o Sr. Roberto da Costa Pinho. O senhor conhece Jonas Barcelos Correia?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Não?

E o Sr. Santos Fagundes?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Não?

E o Sr. Sérgio Borges?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sérgio Borges? Há um Sérgio Borges que eu conheço na Bahia.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Não, esse é cunhado do Eduardo Azeredo.

Vou contar uma história para o senhor compreender. O Sr. Jonas Barcelos Correia é proprietário daquela empresa de *Duty Free* nos aeroportos, chama-se Brasif. O Sr. Santos Fagundes é o seu sócio. Certo? Durante algum tempo, em 1987 a 1998, um cartão corporativo dessa empresa foi utilizado pelo Sr. Jorge Bornhausen. Jorge Bornhausen utilizou um cartão corporativo dessa Brasif. O que fazia a Brasif? Qual a denúncia que tem hoje sobre a Brasif? Ela superdimensionava importação. Como a legislação do *Duty Free* exige que só pague o fornecedor se for vendido no Brasil, o que ela fazia? Ela faturava para uma empresa nas Ilhas Cayman, a Brasif Service, e que, por sua vez, a Brasif em Miami, são duas empresas Brasif, fazia o faturamento. Então, faturava. Na verdade, a Brasif em Miami comprava por 20, faturava para a Brasif Cayman por 30, e o Brasil pagava 30; 10 ficavam lá. Sabe para onde foram esses 10? Nas fitas que foram apreendidas pela Polícia Federal no Banco Araucária, uma conversa entre Dalcanalle Neto e Jorge Bornhausen aparece aonde foi essa diferença de 10, para quem foi.

Por isso requeri, Sr. Presidente, que essa fita do Banco Araucária, da mesa de câmbio, pudesse se ouvir por esta CPI. São mil horas de gravações. Porque o Banco Central obriga todas as operadoras de câmbio a gravar as operações. Então, há gravações das operações normais e há gravações das conversas entre Dalcanalle Neto, que era o Presidente daquele Banco que ajudou a evadir do Brasil mais de US\$70 bilhões com o Sr. Jorge Bornhausen.

Estou fazendo um requerimento para que o cartão corporativo utilizado pelo Sr. Jorge Bornhausen pudesse vir à baila, para sabermos qual é a interferência. Porque a Brasif tem a concessão para vender importado nos aeroportos brasileiros, até hoje sem licitação. E US\$500 mil, Sr. Presidente, foram dados, foram dados, para a campanha do Sr. Eduardo Azeredo, porque o Sr. Sérgio Borja era o seu cunhado e era executivo do grupo Brasif.

Portanto, fala-se: “O que é isso aí?” Isso não é corrupção? Isso não é má conduta política de pessoas que têm influência no Governo e se utilizam desse poder de influência para poderem ter vantagens em relação àquilo que o Raymundo Faoro falava na sua obra “Os donos do poder”, que é o patrimonialismo, que é o assenhoreamento da máquina do Estado para benefício pessoal? Será que os contratos da SMP&B e da DNA com o Governo Federal não tinham esse viés de financiar, de pagar a campanha, já que o Governador Itamar Franco não a quis pagar?

Vejamos um caso recente dado pela Revista **Carta Capital**. Eu fiz a pergunta à Bahiatursa. São R\$101 milhões desviados da Bahiatursa para fazer publicidades. O Tribunal de Contas do Estado da Bahia detectou essas irregularidades. O que é isso? Isso, o que é? Isso não é se assenhorear do patrimônio público? Falar, aqui, de maneira hipócrita, que o PT é corrupto! Devemos olhar o passado. Nessa relação do Sr. Marcos Valério aparecem todos os Partidos. Nenhum deles declarou o recebimento por vias paralelas? Nenhum deles recebeu? Então, que negócio é esse?

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Deputado, V. Exª me permite um aparte?

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Não, não vou permitir, porque o meu prazo...

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Mas V. Exª me citou!

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Apenas citei o fato.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Vou lhe conceder o aparte no término do meu tempo.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Não tenho nada a ver com isso que V. Exª está dizendo.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Eu sei. Estou apenas registrando.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Eu não tenho nada a ver!

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Eu sei. Apenas registrei para poder contestar uma afirmativa que V. Exª fez com relação ao PT. Eu a estou rebatendo.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Não sou eu quem a está fazendo; é o Brasil inteiro que a faz. O Brasil inteiro está falando isso.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Porque, senão, vai pensar a população brasileira que corrupção foi inventada agora; que corrupção não foi feita no passado com mais profundamente, com mais competência. Agora que está vindo à tona?

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Mas é o PT...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Agora é muito maior!

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, o Deputado Eduardo Valverde, V. Exª está fora do assunto.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – O assunto é esse.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA) – V. Exª comporte-se segundo o Regimento.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Estou falando com base no Regimento.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA) – Se não V. Exª não vai continuar com a palavra...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Estamos falando do hoje.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – O hoje é apurar a corrupção no Brasil! É apurar como se financiam as campanhas eleitorais no Brasil! Isso é o hoje. Estamos apurando isso aí.

Quero a imparcialidade do Sr. Relator, certo? Há muito tempo fizemos um requerimento convocando o principal beneficiário da compra de votos, que foi o Sr. Fernando Henrique Cardoso, e esse requerimento não foi ainda avaliado pelo ilustre Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA) – V. Exª já esgotou o seu tempo.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Tenho 1 minuto e 14 segundos. Estou atento ao relógio. Por isso, vou continuar. Quero desvendar aqui essa ação da Brasif. O Procurador Luiz Francisco tem um farto material...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Cadê o Luiz Francisco, hein? Sumiu o Luiz Francisco!

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Ele está lá, trabalhando, quietinho na sua vida...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ah, safado! Cadê ele? Cadê o Luiz Francisco?

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – ...para poder botar na cadeia pessoas desonestas que dilapidaram o patrimônio público.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Cadê o Luiz Francisco?!

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA) – Deputada Zulaiê Cobra, por favor!

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ah, eu queria ver o Luiz Francisco agora.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Agora tem gritos? Agora gritam!

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Cadê o Luiz Francisco? Eu queria ver o Luiz Francisco agora! Cadê o Luiz Francisco?

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – O PSDB junto com o PFL constituiu um grupo de poder neste País...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Que PSDB que nada rapaz, imagine! Perto do PT? O PT dá de dez a zero em nós!

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – ...que não se contenta em ter perdido no processo legítimo eleitoral e que deixou vários fantasmas, vários esqueletos dentro dos armários. Aquela posição do Sr. Costa Pinho em relação ao IPHAN *(Fora do microfone. Inaudível.)*

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E o Sr. Costa Pinho aqui esperando!...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Praticamente todos os órgãos federais, como o IPHAN, como o SPU, como a Fundação Palmares, foram sucateadas ao longo do tempo. Essa era a visão neoliberal do Governo FHC: de reduzir o tamanho do Estado; de não permitir que a essência do Estado Nacional...?

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA) – O tempo de V. Exª está esgotado, nobre Deputado.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Eu me reinscrevo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA) – Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Sr. Presidente, quero levantar uma questão de ordem para saber por que a Mesa me concedeu cinco minutos, porque eu teria direito a 10 minutos. O Deputado Valverde teve 10 minutos. Eu gostaria de ter o mesmo horário que ele teve.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA) – Houve um erro da Mesa.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Com todo respeito, houve um erro da Mesa e vou ficar no prejuízo?

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Não.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Então, vou pedir a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– V. Exª está inscrito e reinscrito.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Vou pedir a V. Exª que, como o meu nome foi citado, que me dê 30 segundos, pois não vou me reinscrever, porque não quero...

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Não quero fugir do tema. A questão não é inquirir, interrogar, o Dr. Roberto Costa Pinho. Quanto ao que disse o Deputado Valverde, com todo respeito, ele tem que apresentar os documentos ao relator e o que for realmente pertinente a esta Comissão do fato determinado será examinado. Inclusive o relator disse: “Deputado Valverde, V. Exª requeira que vou examinar. Inclusive a leitura do livro, se tiver relação a esta Comissão.”

Agora, com relação ao que ele falou do Dr. Jorge Bornhausen, que é Presidente do meu Partido, só quero lhe dizer o seguinte: não tenho procuração para defendê-lo, mas eu o conheço desde que fui garoto, e todos aqueles que se manifestaram falando do Senador Jorge Bornhausen, ele os processou, e eles acabaram se retratando de coisas que ele não fez. Agora, recentemente, ele foi vítima de uma panfletagem terrível, e que chegou a integrantes do PT. Eu não quero dizer que tenha sido da cúpula do PT, mas de integrantes e que não têm nenhuma moral pelo que fizeram com o dinheiro do FAT.

Também, Deputado Valverde, acho que temos que dialogar sobre essas questões, temos que ter reuniões aqui, porque não adianta fazermos acusações do passado, pois o PT, que é um Partido que respeito – em Santa Catarina existem grandes quadros que tenho o maior respeito –, foi quem fez uma pregação nacional pela ética e não cumpriu essa pregação.

Por isso, Sr. Presidente, quero dizer o seguinte: não estamos aqui para crucificar o PT e nenhum partido político. Estamos aqui para buscar o fato determinado, pois esta Comissão está sendo massacrada na imprensa, porque não estamos dentro do fato determinado.

Quero dizer aos Senhores que jamais me afastarei desse fato determinado, apenas respondendo ao Deputado Valverde, porque tenho respeito por ele, pois ele é um lutador, ele briga pelas coisas que ele acha que tem direito, mas eu não poderia deixar passar essa oportunidade de defender aqui o Presidente

do meu Partido, Senador Jorge Bornhausen, porque ele é um homem ilustre.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– E o fez muito bem, nobre Deputado Ivan Ranzolin. O Senador Jorge Bornhausen merece todo respeito de todos nós pelo grande homem público que é.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – À Mesa cabe dirigir os trabalhos de forma imparcial, não cortando a palavra, não permitindo que pessoas atrapalhassem a fala do Deputado Valverde.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Nobre Deputado, conclua a sua questão de ordem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E como V. Exª está presente, Presidente, como o Presidente está presente, peço que ele assuma a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Nobre Deputado, V. Exª está sendo injusto, mesmo porque o seu colega de partido, por quem V. Exª usa da palavra para defender, usou mais do tempo do que lhe era permitido. Portanto, V. Exª dispõe de 3 minutos, Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Queria que o Presidente assumisse.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – A palavra está com V. Exª. Acho que não haverá nenhuma questão...

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Quem decide se assume ou não é o Presidente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois é. Mas o Presidente está aí. Quero saber se ele é Presidente ou não é. (Risos.)

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ele disse que vai assumir. Ele falou que vai aguardar.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – A Presidência está em boas mãos. Estarei aqui ouvindo V. Exª.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Espero que não interfira e não...

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Ouvirei V. Exª humildemente.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– O tempo de V. Exª está correndo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não, vou começar agora. Estava pedindo ao Presidente. Peço que recomence a contar.

Quando se fala aqui em violar normas, éticas ilegais, que são estarecedoras; estarecedora é a “Pasta cor-de-rosa”, que hoje deve estar meio cinzenta já. Estarecedora é a relação com o Sr. Daniel Dantas, que

foi o responsável até por colocar o Bahia, que é um clube de tradição, na 3ª divisão. (Risos.) Está lá. Ou seja, estarrecedores são o que os laranjas da Bahiatursa... Ou seja, é uma turma que aqui engrossa a voz, mas os ouvidos ficam moucos às denúncias que acontecem lá na Bahia.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Olha, peço permissão, Deputado Luiz Couto...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eu estou falando e não espero...

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Vou interromper V. Exª porque o depoente tem uma necessidade e precisa se retirar. Se V. Exª é contrário a que ele se retire, V. Exª, como padre, deveria ser muito condescendente com essas pessoas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Claro. Mas V. Exª, pelo menos, se dirija com respeito...

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Eu estou me dirigindo a V. Exª com respeito.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, como Relator,...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Estou colocando em suspeição a presidência do Deputado (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– ...peço a palavra a V. Exª para uma explicação, de certo desnecessária ao Deputado Valverde, e para uma pergunta final ao Sr. Roberto Costa Pinho.

Esta Comissão tem por finalidade, apurar fatos específicos, que são dois, claramente relacionados pelo Presidente do Congresso Nacional no documento de constituição desta Comissão. O primeiro item, subordinado as nossas investigações, diz respeito às vantagens indevidas supostamente recebidas por Deputados para votar matérias de interesse do atual Governo. O segundo item é o de apurar vantagens indevidas, supostamente recebidas por Deputados, para votarem a Emenda Constitucional da Reeleição.

As questões que V. Exª colocou, merecem todo o respeito, mas estão fora do esquadro, estão fora da circunferência, estão fora dos limites de competência desta Comissão. V. Exª, habilmente, procura contestar e desmoralizar a apuração feita dentro dos limites da nossa esfera através de ataques que V. Exª faz de fora para dentro. Mas nós não podemos, sob pena de nulidade, nos afastarmos da competência que nos foi atribuída pelo ato de constituição da Comissão. É uma explicação que V. Exª nem necessita porque V. Exª sabe perfeitamente do que se trata. Eu compreendo a posição de V. Exª.

Agora, peço licença, apesar do adiantado da hora, para fazer uma pergunta que me parece importante ao Sr. depoente.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA) – O Sr. depoente está ausente. Foi ao sanitário. (Pausa.) Já retornou. Pode fazer sua pergunta.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O Sr. depoente reconheceu, se não me falha a memória, ter recebido R\$300 mil, por ordem do Sr. Delúbio Soares, através do Banco Rural.

É verdade, Sr. Roberto Costa Pinho?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Como?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Concorda?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Concordo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Pois bem. Tenho aqui uns papéis a respeito dos quais peço o seu esclarecimento. No dia 07 de outubro, a Srª Simone Vasconcelos recebeu a importância de R\$650 mil – aqui está o recibo –, importância esta trazida de Belo Horizonte em carro-forte. O que já, de si, é suspeito, dada a eficiência do Sistema Bancário Nacional. E, segundo as instruções transmitidas da Srª Geíza Soares à Srª Simone Vasconcelos, trazidas ao conhecimento desta Comissão, por informação do Sr. Marcos Valério, esses R\$650 mil foram assim distribuídos: R\$200 mil para o Sr. Jacinto Lamas; R\$250 mil para o Sr. José Luiz Alves; R\$100 mil para o Sr. João Cláudio Jenu; e R\$100 mil para o Sr. Roberto Costa Pinho. O que significa, segundo esses depoimentos – esses documentos –, que no dia 07 de outubro de 2003, fora desses R\$300 mil, que o senhor deve ter recebido, o senhor recebeu R\$100 mil na sede da Confederação Nacional do Comércio, das mãos da Srª Simone Reis Lobo de Vasconcelos. O senhor recebeu esta importância de R\$100 mil na Confederação Nacional do Comércio? Os documentos aqui se encontram. Se o senhor quiser consultá-los, estão às suas ordens.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Eu quero consultá-los.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Perfeitamente. (Pausa.)

Quero lhe comunicar que a informação que diz respeito a essa distribuição é do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza. A prova do recebimento dos R\$650 mil está aí.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Tudo o que eu recebi foi na agência do Banco Rural, onde deixei a minha carteira de identidade e assinei um recibo. Nunca estive na... Federação?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Confederação.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Confederação com a Srª Simone.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Está bem. Eu não podia deixar de confrontar o seu depoimento com uma informação e uma documentação fornecida pelo Sr. Marcos Valério.

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Pois não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor já fez a contestação, eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Para concluir, Deputado Luiz Couto, dois minutos.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, o Deputado me cedeu trinta segundos, porque eu não poderia deixar de elogiar a competência com que o Relator tem administrado esse procedimento de investigação, mas eu queria, *data venia*, discordar, porque é nosso dever como Deputado apresentar fatos que possam ter relação com a compra de votos. E aquilo que eu citei tem que ser investigado, porque lá iremos ver o liame que vai chegar naquilo que nós queremos buscar. Não vamos descartar qualquer informação, qualquer tipo de indício que leve a esses dois objetos que estamos investigando...

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Com a palavra Deputado Luiz Couto.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Apesar de, à primeira ordem, parecer que não existe qualquer tipo de relação, se formos aprofundar, iremos encontrar esse...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Presidente, não é possível deixar sem contestação porque o silêncio, nesse caso, pode significar uma confissão. V. Exª não tem a menor razão, e sabe disso. O atual Governo se instalou em função das eleições de 2002, tomou posse no dia 1º janeiro de 2003. Todos os recursos, objetos das nossas investigações, foram transferidos a partir de 2003. V. Exª, não se sentindo confortável em fazer a defesa dos seus companheiros no ano em que aconteceu, em 2003 e 2004, quer a toda a força fazer com que esta Comissão regrida no tempo para 1998.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – E 96 também.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não o permitirei porque o documento de constituição desta Comissão não nos dá autoridade para tanto. E por mais que V. Exª esbraveje, quero-lhe dizer que, embora respeite a sua combatividade, V. Exª, da minha parte, não obterá absolutamente um dia de prescrição no calendário para voltar atrás.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Recomendar-lhe-ei que leia o livro do Lúcio Vaz.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quero deixar bem claro porque V. Exª vem moldando aos poucos a idéia de que a Comissão foge ao seu dever ao não querer entrar nas questões de 1998. Pela última vez, Sr. Deputado,...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – De 96, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– ...o ato de constituição desta Comissão, firmado e publicado pelo Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Então porque nós estamos...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– ...nos atribuiu... V. Exª não confunda...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, não pode, assim também não pode.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– ...agora porque o registro tem que manter com toda a clareza a minha explicação. V. Exª não aguarde a sua vez de falar.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – O “valerioduto” não está (*Inaudível.*) desta investigação.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– V. Exª aguarde a sua vez de falar.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – ...financiamento de campanha...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– V. Exª aguarde a sua vez de falar.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – ...financiamento de campanha...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nobre Deputado Valverde...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Ainda que eu fique a noite inteira V. Exª terá que ouvir...

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– ...V. Exª não pode dialogar com a Mesa. V. Exª sabe disso.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – O ilustre Relator está fazendo uma afirmativa e está-me colocando em situação que me...

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Com a palavra o nobre Deputado Luiz Couto.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Vou repetir a minha explicação e ainda que aqui fique três dias seguidos, V. Exª vai ter que ouvi-la sem interromper. Já interrompeu novamente. V. Exª vai ter

que ouvir, porque eu ouço V. Exª em silêncio, nunca o interrompi, e V. Exª me deve essa atenção.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Eu sempre lhe tratei com muita cortesia.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA) – Nobre Deputado,...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Tenho pela combatividade de V. Exª o maior respeito, mas V. Exª não vai absolutamente levar o Relator a erro. E eu quero-lhe dizer que o Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, editou um ato, publicado no Diário Oficial, determinando que se instalasse uma comissão parlamentar de inquérito, à qual, por força da ironia do Sr. Deputado Roberto Jefferson, se apelidou de mensalão, que é esta Comissão oficialmente chamada de Compra de Votos, na qual foram atribuídas aos seus membros duas competências distintas.

A primeira é a de apurar a possível vantagem indevida auferida por deputados para votação da matéria de interesse do Governo. Que Governo? O Governo do Presidente Lula. V. Exª está cansado de saber disso.

A segunda atribuição é a de apurar a possível existência de compra de votos na aprovação da emenda constitucional da reeleição do Presidente da República. Que Presidente da República? O Sr. Fernando Henrique Cardoso. V. Exª também sabe disso.

Se V. Exª pretende provar a corrupção do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso aproveite a oportunidade da Emenda da Reeleição, e o relator estará à sua disposição para despachar favoravelmente quantos requerimentos V. Exª queira.

Agora, não perca tempo de tentar levar este relator para trás do dia 1º de janeiro de 2003. Não é da nossa atribuição. Estamos incumbidos de fazer a devassa da corrupção no País. Estamos incumbidos, Sr. Deputado, vou repetir pela última vez, estamos incumbidos de duas coisas: apurar a compra de votos por ventura feitas para aprovar matérias do interesse do Governo Lula e, em segundo lugar, para apurar possível compra de votos para aprovação da emenda constitucional da reeleição.

V. Exª só pede a palavra para falar de 1998; V. Exª jamais contribuiu com esta Comissão com qualquer dado no sentido da apuração da verdade. O que V. Exª tem feito é procurar tumultuar com a sua combatividade, mas também com a sua inconseqüência o andamento normal das investigações desta Comissão.

Agora V. Exª terá a palavra, poderá falar o que quiser e eu não o interrompereei, seja lá o que diga V. Exª.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, fui citado...

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA) – Sr. Presidente, Deputado Valverde, acho que não temos motivo e nem é conveniente que exacerbemos no debate e percamos aqui o foco principal e o objetivo desta Comissão Mista de Inquérito.

Não é necessário, Sr. Presidente, mas eu gostaria de ler o conteúdo da Comissão de que estamos participando: “Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, Deputados e Senadores [portanto, não só Deputados; se aparecer um Senador nós teremos a mesma obrigação e o mesmo dever de investigar] com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo”, e não apenas deste Governo. Matérias diversas de interesse do Poder Executivo. “...e as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1 de 1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.” Portanto, não para mandato do Presidente da República.

Portanto, esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito é abrangente o suficiente para contemplar todos os debates...

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA) – Para concluir.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA) – Tenho três minutos para fazer a minha questão de ordem.

Acho que esse esclarecimento é absolutamente necessário para que tenhamos a visão e possamos transmitir a visão ampla que esta Comissão tem. Ela é muito mais ampla na sua formulação e no seu conteúdo do que a Comissão, por exemplo, dos Correios que foi para um fato específico...

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA) – Para concluir, Deputado.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA) – ...e tem-se ampliado extraordinariamente. É muito mais ampla do que a CPI dos Bingos, que foi definida para um ato específico e tem feito uma investigação absolutamente ampla, focando, agora, no caso de Santo André.

Portanto, o Congresso Nacional precisa ter um procedimento uniformizado sobre o funcionamento das comissões parlamentares de inquérito.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA) – Por favor, conclua, Deputado.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA) – Não podemos ter uma comissão que tem atribuições abrangentes e uma outra que tem formulação abrangente que restrinja a sua investigação.

Portanto, todos os debates aqui têm impertinência, tenho muito respeito pelo Relator. Acho que ele faz uma colocação de forma muito incisiva...

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA) – Deputado, já passaram os seus 3 minutos.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA) – Para concluir; Sr. Relator, precisamos analisar para não transmitirmos à opinião pública a idéia de que estamos querendo restringir algo que não pode.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA) – Já passaram os seus 3 minutos.

Concedo a palavra ao último orador, pela sua inscrição, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA) – Se o Senador Rodolpho Tourinho pode se inscrever eu também quero me inscrever.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PPB-MG) – Sr. Presidente, o relator precisa prestar um esclarecimento.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA) – O Senador Rodolpho Tourinho pediu a inscrição agora, depois do período da intervenção dele; se ele pode se inscrever, eu também quero pedir a minha reinscrição.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – O Relator precisa prestar um esclarecimento ao Deputado Daniel Almeida.

V. Exª pode, por favor, me ouvir?

V. Exª, então, acha que esta Comissão foi feita para apurar os atos do Poder Executivo? Todos?

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – É opinião de V. Exª. Sem limite no passado?

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA) – Sr. Relator,...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – Por favor, sem limite no passado? Estou querendo aprender com V. Exª. Sem limite no passado?

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA) – Sr. Relator, deixe-me responder. V. Exª afirmou aqui que era para apurar possíveis vantagens recebidas por Deputados. Não é isso: é por membros do Congresso Nacional, Deputados ou Senadores.

Sou Deputado, V. Exª é Deputado...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – Não tem Senador envolvido.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA) – Não sei, acho que...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – Um momento, preciso esclarecer isso, e V. Exª me perdoará.

Vamos pôr as coisas a bom termo.

V. Exª acha então que é para apurar os atos do Poder Executivo sem limite no passado?

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA) – Se encontrarmos fatos do passado que se conectem com fatos do presente – e me parece que já tem coisas de sobra.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – Não, V. Exª diz que é do Poder Executivo, então não tem limite no passado.

Sr. Presidente, autorizo, então, todo e qualquer requerimento destinado a apurar corrupção do Poder Executivo, a partir do dia 7 de setembro de 1822, data da Constituição do Poder Executivo no Brasil.

Não tem limite no passado?

O SR. (Orador não identificado) – Tem limite, sim.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA) – Nobre Deputado Luiz Couto, V. Exª deseja utilizar o resto do seu tempo?

(Pausa.)

Então, V. Exª está com a palavra por 2 minutos.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Sr. Presidente, acho que não podemos debochar, desqualificar, ou seja, sabe-se que há uma Emenda à Constituição. Então, a partir daquele momento, temos que identificar qualquer relação em que houve processo de corrupção. É o que está definido. E há um tempo já definido para isso aqui. Agora, quando falamos de algo que acontece no terreiro, no tabuleiro da baiana, há pessoas que ficam nervosas e outras que não querem saber de outras informações, de outras realidades de outros locais, ou seja, quem que utilizou conta-fantasma? Conta-fantasma é a que não está registrada nem no sistema de informações contábil-financeiras, nem no sistema de gestão de gastos públicos. Isso mostra que é preciso identificar e investigar.

Pergunto ao Sr. Roberto Pinho: o senhor é filiado a algum partido?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não. Nunca foi filiado a nenhum partido?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – No passado, já fui.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A que partido?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Fui filiado ao PMDB.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – PMDB. Exerceu algum cargo de direção?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – No partido, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Um cargo na Executiva do partido?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi membro do Diretório?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não. Foi quando isso, mais ou menos?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Isso foi em 86.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pelo que verificamos, há, de fato, uma relação muito forte do senhor com diversos partidos e com diversos políticos. Isso mostra... O senhor começou a fazer essa atividade desde quando? A partir de quando o senhor começou a ser consultor?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – 85.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – 85. E, aí, o senhor trabalhou...

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA) – Tempo esgotado, nobre Deputado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ...para diversos partidos e para diversos políticos. O senhor disse que, a partir do momento em que foi exonerado, teve que viver dos recursos que eram a antecipação... O senhor ainda está vivendo desses 300 mil ou o senhor tem uma outra atividade exercendo como consultoria?

O SR. ROBERTO COSTA PINHO – Não, eu estou retomando minhas atividades de consultoria.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA) – Tempo esgotado. Com...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA) – ...a palavra, o ilustre Senador Rodolpho Tourinho.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, por gentileza, quando eu cheguei, assinei; mas confesso que assinei aqui e não assinei lá na inscrição. O Relator viu.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA) – V. Exª assinou onde?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Assinei a lista de presença, certo? E, realmente, não assinei, porque, normalmente, fica sempre do lado, já estava a lista aí. Sei que normalmente colocamos um prazo – é isso o que a assessora está falando –, mas, como sou membro titular e tem tão poucas pessoas... V. Exª sabe que muitas vezes temos muitas outras atividades. Eu queria pelo menos que eu pudesse ter o tempo de cinco minutos, depois do Senador Tourinho, sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA) – Ilustre Senador Rodolpho Tourinho, V. Exª tem a palavra.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – V. Exª vai conceder tempo para ela?

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA) – Ilustre Senador, a Mesa está-lhe concedendo o tempo.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Estou dizendo o seguinte: se V. Exª vai conceder o tempo, e como estou reinscrito...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – (*Inaudível. Fora do microfone.*)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Só quero recolocar um ponto aqui, Sr. Presidente. Está todo mundo com a **Carta Capital**. Realmente, nem li, mas sei do que se trata, e penso que se deve investigar, porque vai ter uma resposta que virá logo à tona. E isso é baseado, pelo que se diz aí, no parecer de um membro do Tribunal de Contas do Estado, que estaria acusando isso como irregular. Só que a primeira coisa que vai ser encontrada, Sr. Relator...

Aliás, antes de mais nada, eu queria me congratular com V. Exª pela sua posição firme, pela sua veemência e pela sua indignação ao conduzir esses assuntos que se desviam de uma forma que não me parece correta. Estamos aqui hoje para ouvir o Sr. Roberto da Costa Pinho, que está aqui há muito tempo sem nem ter citado o seu nome. Então, quero me congratular com V. Exª.

Mas quero dizer também o seguinte: vai encontrar logo um parecer do Tribunal de Contas do Estado em que uma das assinaturas é do próprio Conselheiro que hoje requeixa essas informações, a pedido de quem ou por que, não sei. Penso que se deve apurar, inclusive o que é dito aqui em relação ao Senador Jorge Bornhausen, que também é notícia requeixada. As duas são notícias requeixadas. Não vejo nenhum problema em se apurar isso, absolutamente.

Eu queria colocar isso, Sr. Presidente, porque considero que o que é preciso esclarecer, o que é preciso continuar sendo apurado é o que está ocorrendo neste momento, como o Relator coloca. Se tiver alguma coisa em relação à Emenda nº 1, também deve ser apurada, não tenho dúvida nenhuma, mas com muita calma, com muita tranquilidade, para que se possa efetivamente chegar a posições corretas, à verdade.

Então, penso que tudo isso deve ser feito porque, nesses dois casos citados aqui, seguramente a apuração será muito rápida, não essa que estamos fazendo, em que já chegamos a 30 milhões, 55 milhões.

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PFL – BA)

– Com a palavra o Deputado reinscrito, Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr.

Presidente, Sr. Relator, o Sr. Roberto Costa Pinto, pelo que me consta, não comprou deputado. Então, na verdade, nem era para ele estar aqui sentado para falar de uma coisa que não fez.

Toda a linha de investigação até agora tem apontado tão-somente financiamento de campanha. Todos os que se sentaram aqui e depuseram, como o Sr. Daniel Dantas, não tinham nada a acrescentar com relação à compra de votos para comprar deputados. Muito pelo contrário, o que vimos aqui foi como se dava o financiamento de campanha que vem desde 1998. O valerioduto não é uma invenção recente, já é de longa data. E o senhor deferiu o requerimento que aprovou a convocação do Sr. Roberto Costa Pinto. Então, é óbvio que estamos investigando aqui tão-somente compra de votos de deputados, até porque não tem nada que comprove isso. Estamos investigando aqui, pela linha de depoentes que aqui sentou, é o financiamento de campanha.

Então, financia-se campanha no Brasil não é de agora, é de longa data, além do que há uma correlação muito firme entre quem financia campanha com os seus interesses em relação à máquina do Estado. Pedi a V. Exª que lesse o livro do Lúcio Vaz porque ele descortina todo o procedimento que foi utilizado para comprar voto para reeleger Fernando Henrique Cardoso.

Creio que V. Exª é imparcial, é um jurista de renome e jamais ia manchar a sua honra e o seu passado como jurista fazendo um relatório parcial.

O SR. RELATOR (Ibraim Abi-Ackel. PP – MG)

– Jamais, o senhor pode estar certo disso.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Ja-

mais, confio em V. Exª.

E do que temos visto até o presente momento, nada apontaria para o objeto principal dessa investigação. O que estamos descortinando aqui é o financiamento de campanha. É nesse sentido que tenho levado as minhas informações. Só íamos comprovar essas informações se fizéssemos investigação.

Ao indeferir essas informações de plano, o senhor está tolhendo as investigações, o processo de descortinar essas informações, estamos perdendo uma oportunidade de colocar a nu as situações que levaram o País a estar nessa situação.

Creio que todas as informações que tenho trazido à CPI tenham documentos, Sr. Presidente. Embaso as minhas afirmativas em documentos ou de jornal ou de revista, tal como hoje o Senador Rodolpho Tourinho fez, certo? Informação de revista. Estamos sendo

acusados – o PT no Brasil todo – por informações de revistas. Por que vale para um lado e não vale para o outro? Por que a informação daquela revista é verdadeira e esta não é?

Então, ser imparcial, neste momento, é questão que se impõe para termos um relatório. Não queremos repetir aqui nesta CPMI o que houve na CPI do Proer, em que feito um relatório que inocentou o Governo. Mais de R\$40 bilhões foram destinados a salvar banco falido e, no entanto, no relatório final do Sr. Relator, o Deputado Alberto Goldman fala que isso foi normal. Normal! E encaminha os autos para o Ministério Público. Não queremos chegar a essa situação.

Confio na sua competência, na sua imparcialidade, mas, **data venia**, discordo das suas afirmativas.

Muito obrigado.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Ibraim Abi-Ackel. PP – MG)

– Posso dar uma explicação, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não posso negar a palavra ao Relator; e, em seguida, concedo a palavra a V. Exª, Senador Tourinho.

O SR. RELATOR (Ibraim Abi-Ackel. PP – MG)

– Respeito a sua contrariedade, perfeitamente, V. Exª tem todo o direito de discordar; o que V. Exª não pode é tumultuar.

Muito bem, aqui está o ato que deu motivo à constituição da Comissão. Ele diz assim: “para apurar recentes denúncias de compra de votos no âmbito da Câmara dos Deputados – o chamado mensalão – envolvendo parlamentares.”

Mensalão não é um fato recente agora, do Governo Lula? V. Exª, anteriormente, ouvira falar em mensalão? Não, o termo não existia. Mensalão é de agora.

Em seguida a outra denúncia, do próprio Roberto Jefferson:

“O presente projeto de resolução pretende criar uma comissão parlamentar de inquérito com o fim de investigar a denúncia feita pelo Deputado Federal Roberto Jefferson e divulgada pelo jornal **Folha de S. Paulo** do dia 6 de junho de 2005, em matéria intitulada ‘Contei a Lula do Mensalão, diz o Deputado’”.

É isso que estamos apurando.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Então vamos dispensar o depoente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Portanto, diz respeito a fato contemporâneo e recente.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Então vamos dispensar o depoente. Ele pode ser...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Agora, com a interpretação do ilustre Deputado no

sentido de que basta se referir ao Poder Executivo para poder recuar até onde se queira, vai-se chegar à transmissão do poder de Dom João VI para Dom Pedro I, porque aí não há limite histórico desde a instituição do Poder Executivo no Brasil.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – V. Exª é muito hábil na argumentação. Vamos dispensar o depoente!

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A interpretação tem que ser razoável; tem que ser sensata! Investigar atos de corrupção do Poder Executivo. O Poder Executivo no Brasil data da vinda de Dom João VI para o Brasil, em 1808. Mas, levando-se em conta que éramos colônia, ou melhor, o Brasil era Reino naquela ocasião, o Poder Executivo instalou-se com a aclamação de Dom Pedro I. A qual período, afinal de contas, do Poder Executivo se refere essa proposição? Ao passado ou ao fato recente? Aqui estão as palavras que definem a contemporaneidade: é o mensalão, palavra que não existia sequer no vocabulário político brasileiro há três meses.

Portanto, vou pedir a V. Exª – e V. Exª é combativo, é enérgico, é profundamente identificado com os ideais do seu Partido – que poupe o Relator, porque ele não pode ir além daquilo que determina o ato de constituição. Interpretações desse tipo atentam contra a razoabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu não vou mais conceder a palavra a ninguém para discutir essa matéria.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que não há mais razão de colher depoimentos. Até agora todos os depoentes...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eu quero saber se é isso aqui que vale.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nós não estamos discutindo. Oportunamente, se quiserem, vamos discutir. É evidente o que diz a Constituição: fato determinado por prazo certo – e ponto final. Não vamos entrar agora nessa discussão. Se for o caso, vamos formular uma questão de ordem. A Mesa decidirá isso, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania poderá oferecer parecer a respeito e o Plenário decidirá.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, estou recebendo a convocação. Então não vale isto aqui?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não é que não vale. É que a exegese vai ser dada de acordo com os princípios de hermenêutica.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas é preciso ler o que está aqui!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª há de convir que não vamos fazer aqui uma discussão...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, para a CPMI da Compra de Votos só apareceu um depoente até agora.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O apelo que quero fazer agora é: vamos investigar mais e despartidarizar a Comissão. Esse é o problema! Aqui há uma disputa política, partidária.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – A CPMI é um órgão essencialmente político.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, nós somos, neste momento, delegados do Congresso Nacional para apurar esses fatos determinados em prazo certo. É isso que a Constituição estabelece. É essa competência que nos dá, inclusive, poderes jurisdicionais, poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. É isso que temos que fazer.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Então, estaremos sendo parciais! A linha está sendo parcial.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não; eu não estou sendo parcial. Eu estou invocando o texto da Constituição. É evidente que tem que ser dada uma exegese segundo os princípios de hermenêutica. Tem que haver uma interpretação correta. Não pode prevalecer a vontade de cada um. Eu tenho sido tolerante, mas não vamos definir isso agora. Se temos dúvidas quanto ao objeto, vamos dirimi-las de maneira regimental. O Relator explicou de acordo com sua convicção mais íntima e eu, com relação a esse particular, ando realmente muito próximo dessa interpretação. Mas isso não quer dizer que eu seja o titular da verdade. Poderemos ir às instâncias próprias da Casa para definir isso.

Assim, eu queria a compreensão de V. Exªs. Entendo que temos que pensar na investigação. Como delegados do Congresso todos estão, independentemente de partido, compelidos na busca da verdade. Todos nós temos que fazer um esforço muito além das convicções partidárias, da luta partidária. É isso o que temos de trazer para esta Comissão: espírito público para investigar e esclarecer a Nação sobre esses fatos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, solicito da Secretaria que me forneça cópia do Ato do Presidente do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Será fornecida imediatamente a V. Exª. Tenho...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª foi citado?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Já passou muito tempo, mas, como fui citado, não vou abrir mão de falar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pois não. Vou conceder a palavra a V. Exª. Espero que a citação...

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, ainda há inscritos pela reinscrição?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há reinscrição de quem não foi inscrito, mas vou conceder a palavra pela ordem.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, quando o Deputado José Rocha estava presidindo, S. Exª considerou a reinscrição do Senador Rodolpho Tourinho e da Senadora Ana Júlia Carepa. Também pedi a reinscrição...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – A reinscrição, tempestivamente, segundo o Regimento, é feita no momento em que o parlamentar termina a sua inquirição e quer ter uma segunda oportunidade.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Quero crer que todos devem ser tratados em igualdade de condições aqui, Sr. Presidente. Todos têm o mesmo direito.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O Senador Tourinho não é reinscrição. S. Exª pede a palavra porque foi citado.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Mas ele já falou na reinscrição, Sr. Presidente. Ele se reinscreveu, falou na reinscrição, e pedi...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu me inscrevi antes, inclusive.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Pediu quando o Deputado José Rocha estava presidindo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Srs. Parlamentares, estamos fazendo tempestade num copo d'água. Concederei a palavra a V. Exª e ao Senador Tourinho, mas ressalto que esta reunião começa a trilhar um caminho infrutífero, sem nós avançarmos mais. Não quero fazer censura, mas essa discussão sobre o objeto, que foi colocada aqui... Se há uma divergência com a posição do relator, vamos levantar essa questão de ordem e dirimi-la. Entendo muito próximo ao que o relator disse. Eu não acompanhei todos os detalhes, mas poderia dizer, realmente, que o objeto é muito próximo do que ele falou.

Não vamos aqui estabelecer uma metralhadora giratória e alcançar tudo, até a Proclamação da República – e o Relator falou até a declaração da Independência.

Eu diria que o marco do Poder Executivo, num sentido republicano, é a Proclamação da República. Talvez tivéssemos aqui uma divergência nesse marco temporal, mas, evidentemente, estou aqui fazendo uma consideração que não cabe.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho e, em seguida, à Senadora Ana Júlia e, depois, ao Deputado, por 3 minutos cada um.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Fui citado e é por essa razão que gostaria de falar. Quando o nobre Deputado do PT, do Partido dos Trabalhadores, colocou que não haveria diferença, que só valeria para o PT as reportagens, devo dizer que essa que saiu na **Carta Capital** deve ser investigada, volto a repetir, como deve ser investigada qualquer tipo de acusação.

Agora, há uma diferença muito grande. Outro dia, inclusive, saiu uma reportagem... Tem saído algumas reportagens a que ninguém dá atenção – contra pessoas até do próprio PT – porque sabem que não são verdadeiras. Nesse caso específico do parecer do Tribunal de Contas do Estado da Bahia a diferença é que não tem Delúbio. Ponto; acabou.

Então, passa a ter credibilidade ou não se vier acompanhado de alguma coisa e, nesse caso, não tem; lamento. O que se vai encontrar, na hora em que formos investigar – e acho que deve ser investigado –, um parecer do próprio Tribunal de Contas permitindo essa prática que era feita no Estado. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia a palavra.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente. Só queria esclarecer que cheguei antes e esqueci de assinar a lista de presença.

Queria dizer alguma coisa, inicialmente, sobre o Sr. Roberto Costa Pinho. Apesar de esta CPI ser destinada a apurar denúncias de recebimento de vantagens – e o senhor não é membro do Congresso nem parece ter participado de vantagens –, quero só dizer que vou questionar o meu próprio Partido em relação a essa doação. Queria dizer isso a V. Sª, até para ser honesta. Nem o conhecia; não tenho absolutamente nada contra V. Sª e, como disse, para ser honesta com V. Sª, estou fazendo isso. Mas quero colocar também o meu entendimento e não poderia deixar de fazê-lo no meu momento de intervenção. Se é para a gente ver... E aí não tem essa história de que... Ninguém aqui está sendo não razoável. A meu ver, há certas questões, que dizem respeito aos Estados, que não são de membros do Congresso Nacional. Portanto, nesse caso, acho que realmente não cabe esta CPI. Eu tenho essa interpretação, Deputado Valverde, com toda honestidade; eu tenho.

Penso que cabe a esta CPI, por exemplo, se houver denúncias – e não apenas uma denúncia aleatória de, sei lá, que a única testemunha é quem já morreu – de recebimento de vantagem por membro do Congresso. Mas, se houver fortes indícios de que houve recebimento de vantagens por membros do Congresso Nacional para votar matérias a favor do Poder Executivo, isso deve ser investigado, pelo menos de 95 para cá. Por quê? Porque entendo que há questões que não aconteceram exatamente naquele momento. Estamos vendo isso. Entendeu? Então, há coisas que aconteceram, recebimento de vantagens. Pode não ter tido nome de mensalão, mas houve pagamentos à vista, outros que foram mensalão, outros que foram de “vez em quando”. Tem várias situações. Certo?

Então, percebo que é isso. Não acho que seja atemporal, em todo momento, mas tem que ser por membros do Congresso. Penso que aí tem a diferença – e V. Ex^a tem razão. Concordo quando V. Ex^a diz fala em ver a situação de 98, de Minas, apenas para ver a similaridade. Mas, realmente, era uma situação estadual. Não se tratava de recebimento de vantagens por membros do Congresso. Portanto, nesse ponto eu concordo com V. Ex^a, ou seja, de que não deveria ser investigado aqui, pois não era recebimento de vantagens por membros do Congresso Nacional para votar a favor do Executivo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A senhora tem a delicadeza de me permitir uma explicação?

Eu não estou preocupado com o problema estadual; estou preocupado em cumprir uma designação expressa no Ato de constituição da Comissão.

Pedindo ao Sr. Presidente que desconte o tempo da minha intervenção, chamo a atenção de V. Ex^a para o seguinte: se nós nos entregarmos à imaginação criadora de alguns membros desta Comissão, nunca a encerraremos, porque ela vai se desdobrar por fatos que não nos dizem respeito. Nós perderemos o foco.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Estou concordando com V. Ex^a em vários pontos, Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Precisamos caminhar para o fim da Comissão.

Desculpe-me a interrupção. Receba o meu apreço. Muito obrigado pela sua contribuição.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Estou concordando exatamente com isso, Deputado; estou concordando. Só estou levantando questões específicas: recebimento de vantagens por membros do Congresso Nacional. Isso sim. E aí podem acontecer, Deputado, questões que não estão aparentemente aqui colocadas, mas que podem ter todos os indícios de que foi compra de votos, que pode ter sido à vista,

por mensalão etc. E aí? Aí cabe a nossa CPI. É essa a diferença.

Estou concordando, em parte, com o que V. Ex^a está dizendo, mas estou colocando isso. Mesmo que na reunião anterior, passada, todas as falas – perdão, seria injusta dizendo isso –, diversas falas tenham sido no sentido não de provar que houve recebimento de vantagens para votar a favor do Executivo, e sim no sentido de provar de que havia o famoso caixa dois. Entendeu?

Então, o Presidente quis colocar um limite, não foi aceito. Cada um teve a liberdade de falar o que quisesse. E todas as falas foram nessa direção, para dizer que houve caixa dois na campanha...

Se existe também esse tipo de liberdade, quer dizer, que esta Comissão está praticamente mostrando que esses recursos foram para isso, é absolutamente natural que se fale de caixa dois em outras situações. Isso é natural.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O tempo de V. Ex^a já terminou.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – É só para deixar claro que eu concordo em parte com o que o Relator diz em relação a questões que dizem respeito a situações estaduais. Portanto, não acho que deve ser objeto desta CPI essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Senadora, já se passaram três minutos além do seu tempo.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Então, queria deixar clara a minha posição. Mas, em se tratando de compra de votos no Congresso Nacional, seja de qualquer tipo – à vista, a prazo, semanal, de “vez em quando” –, é da nossa responsabilidade investigar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Daniel, pelo prazo de três minutos.

O SR. DANIEL AMEIDA (PcdoB-BA) – Sr. Presidente, deveremos, amanhã, ter uma reunião administrativa e deveremos encaminhar no sentido de uma definição, amanhã ou em outro momento, se não for possível amanhã, para o alcance dessa CPI. Parece-me que 95 é um período talvez adequado, já que o próprio – isso não é um debate que a gente deva fazer agora...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não contará com o parecer do Relator.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PcdoB-BA) – O próprio enunciado do Ato fala de 95 quando trata...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – 1895?

O SR. DANIEL ALMEIDA (PcdoB-BA) – De 95, quando trata da Emenda Constitucional nº 1, de 95.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não, é de 97.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PcdoB-BA) – Mas essa é uma discussão que a gente pode fazer no momento adequado. O fato é que não adianta a gente ficar tentando ironizar. O que entristece, Sr. Presidente, é que estamos constatando – e o Brasil está acompanhando – que fatos que estão presentes na conjuntura de hoje aconteceram em um período muito recente. Esses não são fatos isolados, infelizmente, não são fatos isolados. Tivemos o PC, o Ricardo Sérgio, o Daniel Dantas etc. E temos o Delúbio. Temos que investigar o máximo possível para apresentar a verdade desses fatos. Então, esse é o nosso desafio.

Esta é a matéria de que se falou aqui, da **Carta Capital**, que tem o título “No Tabuleiro da Baiana Tem”. A revista traz na capa o Governador Paulo Souto, o Senador César Borges, o Senador Antonio Carlos Magalhães e o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto. Fala-se de desvio de recurso que teria acontecido na Bahiatursa. Não, o Senador Rodolpho Tourinho falou sobre isso; repetiu aqui duas vezes. Qual é o problema dessa matéria? Fala que se desviaram cento e um milhões e que a Propeg é a empresa intermediária desse processo. O Sr. Marcos Valério, quando fez o depoimento no Ministério Público, no dia 2 de agosto passado, e aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, citou a empresa Propeg como uma das empresas que opera nas mesmas condições e características que a DNA e a SMP&B. Como desconfiamos, e ainda não conseguimos provar, que há intermediação de recursos, repasse de recursos por empresas que operam com o poder público, e a Propeg opera com o poder público – não só na Bahia, mas tem contas vultosas, historicamente, durante todo esse período; durante o período de 95, 98, 2000, e até hoje tem contas no Governo Federal – e aparece nessa matéria como uma das empresas ou a principal empresa que estaria nessa intermediação, acho que cabe investigar tudo que tenha relação, que tenha possibilidade de ter relação... Devemos ver se é possível investigar ou não. Se for possível, não devemos isentar ninguém e nem condenar ninguém **a priori**. Tudo deve ser objeto da investigação.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Queremos apenas dizer a V. Exª o seguinte: certamente será formulado um requerimento, o nobre Relator vai apreciá-lo, se há pertinência, e a Comissão deverá fazer as investigações necessárias.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Estou em dificuldade, Sr. Presidente, porque estava em viagem desde sexta-feira pela manhã, cheguei aqui debaixo de um grande temporal, para poder tomar o avião... Não conheço a matéria que foi publicada na

Carta Capital, não tomei conhecimento dela. De sorte que a minha única preocupação é fazer com que esta Comissão não perca o seu foco, não perca o seu sentido, para que ela caminhe no sentido de responder à proposta que lhe foi feita. Só isso. E tenho visto...

Sr. Presidente, perdoe a minha exaltação. A vida parlamentar é feita mesmo de debates exaltados, mas não fica absolutamente nenhum ressentimento com isso. Há certas comissões, no passado talvez, que se aventuram por muitos caminhos e depois não encontram a trilha da confluência, não é? Não conseguem acabar. Todos nós temos sido atentos ao fato de que temos duas coisas para observar e que temos um relatório a fazer. Agora, se a revista traz alguma coisa que possa ser aproveitada para a nossa competência, eu estou plenamente de acordo.

Agora, não posso concordar com o Deputado Daniel quando ele diz: “Não. É todo ato do Poder Executivo.” Ora, do Poder Executivo nós vamos fazer a história da corrupção brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Bom, nobre Líder, não vou reabrir essa questão. Eu quero apenas dizer o seguinte...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, estou reinscrito.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– ...eu quero dispensar... Não. Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Estou reinscrito. O Daniel Almeida falou na inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não. Não. Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Presidente, eu estou reinscrito.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– V. Exª falou em segundo lugar aqui...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sim. E me inscrevi.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– ...e não pediu inscrição.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Está escrito aí. Eu assinei com o meu próprio punho.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não. Não. Não. Mas assinou depois que...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não. Na época eu pedi, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não. Não. Porque o único que pediu...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Pedi a inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– O único que pediu, o único que pediu aqui foi Luiz Couto.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Presidente, olha, o Senador Tourinho falou pela reinscrição.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu não vou mais, eu não vou mais abrir...

Olha, nós estamos aqui dando realmente um vexame para este País.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Presidente, eu estou reinscrito. Pedi a reinscrição.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, V. Exª com a palavra.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Eu agradeço a V. Exª, sei que V. Exª é um democrata e...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não. Não sou. Sou um regimentalista.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – ...e regimentalista.

Mas, ilustre Presidente, a Oposição fala que o PT está sendo investigado por notícias dos jornais, da imprensa. O que não é verdade. Está sendo investigado porque o Sr. Delúbio Soares relatou todas as mutretagens, confessou todas as mutretagens feitas pelo Partido dos Trabalhadores.

Outra questão. Aqui se coloca a questão da revista **Capital** que tem dois grandes anunciantes: Banco do Brasil e Correios. São as duas estatais que pagam essa edição da revista **Capital**.

Outra, Sr. Presidente, essa notícia que hoje a revista **Capital** traz foi oferecida pela Oposição a diversas outras revistas que se recusaram a publicá-la por falência ou carência de fundamentos para tal publicação.

Hoje, somos surpreendidos pela publicação numa revista em que dois anunciantes são duas estatais do Governo Lula: Banco do Brasil e Correios. São as duas estatais que pagam essa tiragem da revista **Capital**.

E vêm aqui os Srs. Deputados da Situação levantar uma questão que já foi esclarecida não só na Bahia, mas já foi esclarecida pelo Tribunal de Contas da Bahia, demonstrando que foi feito tudo com lisura, tudo dentro das normas legais, que norteiam todos os costumes e toda a prática do Governo baiano.

Nós temos um Governador, Sr. Presidente, Sr. Relator, que é o melhor avaliado no País, o Governador Paulo Souto. É o melhor avaliado no País. Nós temos o Senador Antonio Carlos digno do maior respeito de todo Brasil. E nós temos na Bahia um grupo político que é vencedor há muitos anos porque o povo reconhece o trabalho que essas Lideranças fazem pela Bahia. E temos uma Oposição perdedora na Bahia porque nunca conseguiram ganhar, porque o povo a rejeita em todas as eleições.

Portanto, essa a grande diferença entre a Oposição da Bahia e a Situação da Bahia que sempre tei-

ma, a Oposição, em trazer essas questões aqui para o Congresso Nacional, que não tem nada a ver com o Congresso Nacional.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem. Pela ordem. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não tem ordem, não tem coisa nenhuma. Agora, eu simplesmente quero dispensar...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – ...eu quero dispensar o Sr. Roberto...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/~PT – PA) – São quatro anúncios do Governo Federal na revista **Veja**. Quatro. Correio, Banco do Brasil, Sebrae. Quatro. Quatro na revista **Veja**.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – ...Costa Pinho e os seus advogados.

Convoco para amanhã uma reunião, às 9 horas, que vai se realizar na Sala 13.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 22h02min.)

ATA DA 31ª REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE NOVEMBRO DE 2005

Ao primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, às nove horas, na sala 06, da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Amir Lando e ainda com as presenças dos Senadores José Jorge, Romeu Tuma, Rodolpho Tourinho, Augusto Botelho, e dos Deputados Luiz Couto, Odair Cunha, João Correia, José Rocha, Zulaiê Cobra e Marcus Vicente, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 01/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS”. Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 31ª reunião e informa que a pauta da presente reunião se destina à apreciação de requerimentos. Como se faz necessária a presença da maioria absoluta dos membros para apreciação de requerimentos, e não há esse quorum deliberativo, o Presidente declara encerrada a reunião às dez horas e quarenta e cinco minutos, convocando a próxima reunião para o dia 8 de novembro deste ano.

E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia Baraviera*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Sr^{as} e Srs. Parlamentares, já são 09h30min. Havíamos marcado a reunião para as 09 horas. Declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito de Compra de Votos. Trata-se de reunião deliberativa. Precisávamos de quórum, de maioria absoluta, para deliberar sobre qualquer matéria. Ontem, tivemos a oportunidade de funcionar com a presença de poucos Parlamentares. Infelizmente, hoje, preciso de maioria absoluta. A tolerância da Presidência é de meia hora. Como já transcorreu meia hora mais um minuto com a presença apenas 08 Parlamentares, entendo que a tolerância foi razoável. Não temos como ficar aqui aguardando durante a manhã inteira. Todos têm outros afazeres, inclusive, ações de administração, de investigação, de análise de documentos.

Convoco a próxima reunião para terça-feira para ouvirmos o Sr. Deputado Ronivon Santiago e Chicão Brígido. A reunião será na terça-feira, com início às 11h30min. Espero que, às 16h, possamos ouvir o segundo depoente, o Sr. Chicão Brígido, que não sei se ainda é deputado, pois não está definida a sua situação jurídica.

Na terça-feira, ouviremos o Ronivon e o Chicão Brígido. Na quarta-feira, vamos ouvir o Sr. Anderson Andauto e, às 17h, o ... (Pausa.)

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

Assim, vamos ouvir o Sr. Marcelino Pias às 17h da quarta-feira. Na quinta-feira, às 09h, vamos ouvir o Sr. Paulo Antonio Bassoto.

Faremos a reunião administrativa assim que der; se der na terça, nós faremos na terça. Se não der, nós faremos na quarta. Por isso que não quis fixar desde logo. Vamos fazer a reunião no primeiro momento que houver oportunidade. Na administrativa, vamos adotar uma metodologia para ver se apreciaremos todos os requerimentos pendentes. Vamos verificar, de acordo com a circunstância... Vamos começar a partir de terça. Havendo presença dos Srs. membros, vamos aproveitar a presença dos senhores e, imediatamente, fazer a reunião administrativa, nem que tenhamos que suspendê-la. Vamos adotar uma metodologia muito prática, vamos aprovar em bloco, para não ficar essa pendência de quase trezentos...

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É evidente. Faremos votação nominal, de acordo com o Regimento. Podemos adotar... Não quero aqui fixar... Havendo presença, quero aproveitar a presença para fazer... Essa pelo menos será uma reunião pacífica e tranqüila; ontem, a reunião foi bastante tensa no final...

Não havendo quorum para deliberação, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h45min.)

ATA DA 32ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2005

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, às onze horas e cinquenta e cinco minutos, na sala 02, da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Amir Lando e ainda com as presenças dos Senadores José Jorge, Romeu Tuma, Rodolpho Tourinho, Sibá Machado, Ana Julia Carepa, Fátima Cleide, Augusto Botelho e Sérgio Zambiasi; e dos Deputados Luiz Couto, Odair Cunha, João Correia, Gastão Vieira, José Rocha, Júlio Redecker, Zulaiê Cobra, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, Luiz Antonio Fleury, Fernando Coruja, Daniel Almeida, Eduardo Valverde, Zico Bronzeado, Ivan Ranzolin, Pedro Caneco, Marcus Vicente, Raul Jungmann e Perpétua Almeida, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 01/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS”. Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 32ª reunião. Presidente informa que a pauta da presente reunião se destina à oitiva dos Deputados Ronivon Santiago e Chicão Brígido. O Presidente convida o Deputado Ronivon Santiago a prestar seus esclarecimentos e concede a palavra a Sub-relatora, Deputada Zulaiê Cobra, para iniciar a inquirição, seguida do Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel e dos seguintes parlamentares: José Rocha, Luiz Couto, Rodolpho Tourinho, Daniel Almeida, João Correia, Julio Redecker, Perpétua Almeida e Odair Cunha. Às quatorze horas e trinta e oito minutos o presidente declara suspensa a reunião até às dezesseis horas, quando será ouvi-

do o Deputado Chicão Brígido. Às dezessete horas e quinze minutos o Presidente declara reaberta a reunião e convida o Deputado Chicão Brígido a prestar seus esclarecimentos. Em seguida, concede a palavra ao Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel e aos seguintes parlamentares: Luiz Couto, Daniel Almeida, Julio Redecker, Perpétua Almeida, João Correia, Zulaiê Cobra, José Rocha e Zico Bronzeado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e doze minutos, convocando-se a próxima reunião para amanhã, dia nove de novembro, às dez horas e trinta minutos. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia Baraviera, Secretária da Comissão*, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar denúncia da compra de votos.

Esclareço aos presentes que esta reunião se destina à oitiva dos Deputados Ronivon Santiago e Chicão Brígido.

Peço à Secretaria que promova a introdução do Deputado Ronivon Santiago à sala de reuniões.

Sei que teremos algumas questões administrativas para decidir, mas, como não há quórum – não há quórum para decisão, há quórum para a oitiva –, conseqüentemente, não posso submeter nenhuma questão à apreciação do Plenário. Oportunamente, nós o faremos.

Como o Exmº Sr. Relator titular não está presente, mas temos Sub-Relatores presentes, convido a Deputada Zulaiê, como Sub-Relatora, para tomar assento à mesa na condição de Relatora **ad hoc**.

O Deputado Ronivon Santiago, na verdade, não comparece na condição de testemunha. S. Exª comparece na condição de indiciado, por ter recebido alguma vantagem eventual; e, nessa condição de indiciado, tem as garantias constitucionais do direito ao silêncio, do direito a não responder a algumas perguntas naquilo que possa incriminá-lo.

A qualificação dele, vamos fazer aqui, imediatamente, para que fique assentada... Não, para que fique assentada apenas nas notas.

O nome completo? Pode responder, nobre Deputado.

O SR. RONIVON SANTIAGO – José Edimar Ronivon Santiago de Melo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Identidade e órgão que a expедиu?

O SR. RONIVON SANTIAGO – 028.026.809 – SS/AC.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Estado Civil?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Divorciado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Endereço residencial?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Dar em público o meu endereço?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Onde é o seu endereço, que o senhor... Pode ser o daqui, de Brasília, pode ser o do Acre.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Do Acre: Alexandrino Lopes, nº 60, Acre.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Profissão.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Professor de Educação Física... e Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Local onde exerce a atividade atualmente? É Deputado e é aqui, na Câmara dos Deputados.

No demais, fica-lhe assegurado o disposto então no art. 203 do Código de Processo Penal e, nos termos do art. 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal, exatamente poder silenciar naquilo que possa auto-incriminá-lo.

Pergunto a V. Exª se deseja fazer uma exposição preliminar.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Antes, desejo fazer uma exposição, depois oralmente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, terá o tempo de vinte minutos e, depois, a palavra será dada ao Relator – no caso, à Relatora **ad hoc** – para fazer as inquirições. Em seguida, passaremos à lista de inscrições.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Ilustríssimo Sr. Presidente da CPMI da Compra de Votos – o senhor relator não está presente, Deputado Ibrahim Abi-Ackel –, nossa relatora **ad hoc**, Deputada Zulaiê Cobra, Srªs e Srs. Parlamentares, em atendimento ao Ofício nº 254, de 2005, da CPMI Compra de Votos, de V. Exª., venho com o devido respeito me pronunciar sobre os fatos.

Sobre os fatos ocorridos em 1997, durante as discussões sobre a emenda da reeleição, conforme afirmei em meu depoimento, na Polícia Federal, naquela época, esclareço: a minha opção de votar a favor da reeleição se deu após realizar uma série de consultas informais aos meus eleitores no Acre e chegar à conclusão de que a reeleição do então Presidente Fernando Henrique Cardoso era positiva para o Acre e para o País.

Não recebi nenhuma proposta de quem quer que fosse para mudar o meu voto em troca de favores e de valores econômicos, em especial o valor de R\$200 mil que foi noticiado pela imprensa. Desconheço a existência de qualquer conversa entre parlamentar ou terceiros no sentido de que haveria o pagamento de valores econômico para que parlamentares votassem em 1997 a favor da reeleição.

As conversas gravadas e divulgadas naquela época faziam parte de uma série de conversas distintas, realizadas na intimidade com outros parlamentares e com amigos. A montagem de parte daquelas conversas com a inclusão das palavras no início e no final gerou a fita do Sr. “X”.

Esclareço ainda, como todo o Brasil, que não conheço e identidade do Sr. “X”. Informo ainda a esta comissão, que meus sigilos bancário e fiscal foram quebrados em Ação Cautelar perante a Justiça Federal do Distrito Federal, desde de 2000, e que até a presente data não foi proposta ação principal, o que demonstra que nada havia de irregular nas minhas contas bancárias e fiscais.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB–RO) – Solicito ao serviço de sonorização de que dê mais volume ao microfone do depoente.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Se V. Exª quiser que eu leia de novo, não tem problema.

Por fim, coloco os meus sigilos bancário e fiscal à disposição da CPMI. Já que desde 2000 foram quebrados por três vezes, mais uma vez não tem problema.

Estes são os fatos que gostaria de colocar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Agradeço a todos os colegas, Senadores e Deputados; e gostaria Sr. Presidente, além disso, que fosse feito uma cópia para distribuir aqui.

Gostaria de fazer uma complementação, dizendo aqui aos colegas que a emenda da reeleição em 1997, como acabei de ler, é uma coisa de louco, acho que os únicos prejudicados nisso foram os colegas que renunciaram, como o meu colega João Maia e que hoje está aí atravessando problemas sérios de saúde. Um homem que falava seis idiomas e hoje não fala nem escreve nenhum, como V. Exª sabe, porque o conhece e é seu amigo. Também fui muito prejudicado na minha carreira política. Tenho um irmão que há cinco mandatos de Deputado Estadual é colega do Deputado João Correia, conhece a conduta dele – colega da Deputada Perpétua – e tem um irmão com cinco mandatos de Vereador.

Tenho para mim – e também tenho vários mandatos aqui nesta Casa – que não foi à toa que quiseram fazer um escândalo com o problema da reeleição, como acabei de dizer, porque não fui procurado por ninguém

para poder vir e oferecer voto, ou se conhecia alguém. Era muita conversa. Só havia interesses partidários, localizados, de pessoas que tinham interesse na reeleição, o que não era o meu problema, porque eu era Deputado Federal.

Eu sou um cara conhecido; todos me conhecem. Vários Deputados me conhecem na Casa de antigamente, como o Deputado José Rocha; fomos vizinhos ali na SQS 111. S. Exª sabe da minha conduta: eu brinco muito, sou um cara brincalhão aqui dentro desta Casa, sou um cara que gosto de brincar mesmo, e as coisas foram assim. Entre as pessoas que convivem com a gente, temos inimigos. Esses inimigos foram os que fizeram aquela fita, e essa fita, automaticamente, sugeriu aquele problema de compra de votos etc. O único penalizado nisso tudo foi o Deputado Ronivon Santiago. Vocês vão chegar e me pergunta: Deputado, por que você renunciou? Renunciei porque era um problema, um fato político e, se eu não renunciasse, eu seria cassado, porque a CPI seria instalada e, em seguida, me cassavam. Eu, por conselho do meu irmão, Deputado Santiago, do meu irmão Carlinhos Santiago, renunciei ao meu mandato.

Acho que renunciei até para o bem porque, chegando ao meu Estado, o povo não mediu esforços. Não mediu esforços porque enfrentei a minha própria coligação – estavam coligados o PP, o PMDB, PSDB e outros partidos, o PFL no meu Estado. E havia interesses naquela época que não queriam nem deixar eu sair candidato naquela coligação.

Depois, enfrentei de outros adversários políticos na minha campanha. Uma repórter da própria **Folha de S. Paulo**, faltando 40 dias, esteve em Rio Branco mandada não sei por quem, para poder andar nos bairros onde eu estava nas minhas reuniões, com o que fui muito prejudicado.

Os meus colegas aqui sabem que, na época, eu seria um Deputado, na história do Acre, com a votação mais expressiva. O problema foi que, 40 dias antes, em segredo de justiça – e está aqui o meu advogado Paulo Goyas, que sabe disso – e está na Polícia Federal, que passei segredo de justiça, nunca vi isso na lei eleitoral, eu sendo coagido pela Polícia Federal onde eu chegava.

São problemas que acontecem. E deixei passar por cima de tudo isso. Mas, tenho para mim que, como o Deputado Ronivon Santiago é útil para o Acre, foi útil para o Acre e estou sendo até hoje, como os meus irmãos também são, acho que não merecia ter passado por essa denúncia da compra de votos do Sr. Fernando Henrique Cardoso.

Acho que o que aconteceu anteriormente é o que está acontecendo hoje aqui do mensalão. Está

sendo a mesma coisa. Nós já fomos julgados. Temos colegas que já foram julgados. Eu renunciei porque tive que renunciar, porque sabia que ia ser cassado com o meu colega João Maia. O restante foi absolvido aqui nesta Casa, já foram julgados. Estamos aqui apenas prestando esclarecimentos e queremos aproveitar para dizer esta história toda, contar tudo, até para facilitar o andamento desta CPMI, que é importante.

Queremos também esclarecer essa situação ao País porque, quando querem fazer alguma coisa, correr atrás para poder vingar, vingança política ou um fato político, se faz aqui nesta Casa. Esta Casa é complicada, quando quer detonar uma pessoa detona. Naquela época, o Ronivon seria detonado.

Eu quero dizer que os meus eleitores do Acre responderam. Voltei aqui como um dos mais votados – eu fui o mais votado na minha coligação e um dos Deputados mais votados dentro do Acre, perdi apenas para a minha colega Perpétua. O meu irmão foi o segundo Deputado Estadual mais votado.

Tenho para mim que temos uma carreira política, porque digo que o Deputado Ronivon – e quero aproveitar esse gancho aqui – tenho 35 processos na lei eleitoral, e o meu irmão, Deputado Santiago, 35, o meu irmão foi absolvido e ganhou aqui no TSE por 7 a 0, já está livre, e o Deputado Ronivon, não sei por que, o mesmo processo, não tem erro, o advogado é o mesmo, não sei qual foi o problema que houve que, até hoje, vamos dizer, não fui julgado no TSE, o mérito, nada, e qualquer coisa já vêm para cá para me afastar do meu mandato. E o art. 55 da Constituição, que é maior do que o problema eleitoral, diz:

“Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

(...)

VI – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.”

E o meu não transitou em julgado; está ainda no Ministério Público. E os meus adversários já ficam querendo me tirar antes de eu ser julgado. É interessante isso. Por isso, eu gostaria de explicar aos meus colegas.

Mas, Sr. Presidente, quero pedir-lhe desculpas porque não vim naquela primeira convocação, uma vez que não posso tocar dois instrumentos ao mesmo tempo. Eu estava com problema na CCJ naquele dia e não podia estar aqui. O senhor precisa entender a situação. E, quando o senhor me disse que ia me mandar buscar pela Polícia Federal, fui ler o artigo, parece-me que é o 20, do Regimento Interno, que diz que o Parlamentar não pode vir escoltado pela Federal. Estou só brincando com V. Ex^a, mas eu sabia que isso pode ter sido o modo como V. Ex^a tratou, e a imprensa divulga

do jeito que quer. Quero não me alongar muito e agradecer a presença e estou aqui à disposição de V. Ex^{as} para qualquer pergunta que me for formulada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Devo dizer a V. Ex^a que o apelo feito por esta Comissão, em meu nome, como Presidente, foi no sentido de que, realmente, já havíamos protelado duas, três vezes e estávamos numa situação limite porque isso estava atrasando a agenda desta Comissão.

De qualquer maneira, quero agradecer a presença de V. Ex^a e dizer que foi um apelo veemente, apenas isso. Receba como tal.

Quero esclarecer a todos os presentes que os advogados do Deputado Ronivon são: Paulo Goyas Alves da Silva, OAB-DF 5214, com escritório nesta Capital, está aqui; e o Dr. Fábio Broilo Paganella, OAB-DF 11842.

Tínhamos feito, inicialmente, a colocação de passar imediatamente à Relatora, mas S. Ex^a quer ceder essa preferência à lista de inscrição e, depois, poderá fazer as perguntas no momento oportuno. Chegando o Deputado Ibrahim Abi-Ackel a tempo, S. Ex^a o fará.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Presidente, não detenho, é claro, o cargo de Relatora oficial da CPMI...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– V. Ex^a está funcionando como **ad hoc**.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – (*Fora do microfone. Inaudível.*) sou uma Sub-Relatora; portanto, não mereço nenhuma consideração nesse sentido. Assim, passarei a vez à lista normal dos inscritos e ficarei na oportunidade em que me inscrevi. Temos os Deputados que já se inscreveram, chegaram primeiro, inclusive o Deputado que fez a requisição ao ex-Deputado Ronivon Santiago. Portanto, o Deputado João Correia, para mim, está muito preparado para essa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Solicito...

O SR. RONIVON SANTIAGO – Sr. Presidente, eu queria uma correção porque não sou ex-Deputado, mas Deputado Federal, graças a Deus, estão querendo me tirar, mas não tiraram ainda.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Deputado, desculpa. É que tem tanta confusão, Deputado Ronivon Santiago, que já não sabemos mais quem é quem. Desculpe-me. V. Ex^a mesmo acabou de falar que estão querendo tirá-lo antes da hora, então, acabei de tirá-lo, mas o coloco de novo.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Muito obrigado pelo seu voto.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Desculpa, Deputado Ronivon Santiago.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Consulto os presentes se querem cópia da exposição breve que foi feita aqui. (Pausa.)

Então, mando a Secretária tirar as cópias.

Pela ordem, V. Exª, Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, sou o primeiro inscrito na relação.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – E vou conceder a palavra já a V. Exª.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas eu solicitaria de V. Exª que cedesse essa prioridade, penso que todos os Parlamentares fariam o mesmo, para que a Deputada Zulaiê Cobra pudesse ser a primeira a inquirir o ilustre Deputado Ronivon, mesmo porque, como Sub-Relatora, S. Exª substitui à altura, e muito, o nosso Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel. E, independentemente disso, a nossa Sub-Relatora tem a competência e a prevalência de ser mulher nesta Comissão.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Bom, Sr. Presidente, não quero causar nada que não seja o normal. Então, para o bom andamento da Comissão, eu começo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. Concedo a palavra a V. Exª.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Deputado Ronivon Santiago, V. Exª, lá trás, em 1997, quando houve a denúncia da compra de votos, no caso da votação da emenda da reeleição, quando surgiu aquela gravação, a matéria já havia sido votado aqui na Câmara ou não?

O SR. RONIVON SANTIAGO – A reeleição já tinha passado e já fazia quase uns cinco meses, eu acho.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – A votação da reeleição foi em que mês?

O SR. RONIVON SANTIAGO – De memória, eu não tenho.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Janeiro de 1997? O senhor não se recorda?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Em janeiro de 1997, e aconteceu o fato de maio para junho.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Quer dizer, em maio de 1997 que surgiram essas gravações?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Isso, foram apresentadas.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Certo. E, na oportunidade, o senhor ventilou também que era uma questão de brincadeira, que o senhor não teria participado dessa votação?

O SR. RONIVON SANTIAGO – No meu depoimento à Polícia Federal, se a CPMI quiser é só pedir,

está lá na Federal, que eu dei depois de dois anos também. Isso é interessante, não é?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Dois anos depois é que o senhor foi ouvido na Polícia Federal?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Dois anos depois é que eu fui ouvido na Polícia Federal.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E na oportunidade o senhor foi ouvido aqui na Casa?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Na Casa foi feita uma sindicância rápida e normal.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Na Corregedoria?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Na Corregedoria.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor foi ouvido?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Fui ouvido e respondi a mesma coisa que eu respondi na Federal.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Todos foram ouvidos na ocasião? O senhor se recorda?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Só eu.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Só o senhor?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Só eu.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O Deputado João Maia não foi?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Quer dizer: na época fui só eu e o Deputado João Maia.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Por quê?

O SR. RONIVON SANTIAGO – O resto foi ouvido depois.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Os senhores foram ouvidos primeiro por quê? Por que os senhores estavam na gravação? Por quê?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Aí eu não sei, Deputada; não me lembro porque eu fui ouvido primeiro.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Por que a gravação falava do senhor e do Deputado João Maia?

O SR. RONIVON SANTIAGO – João Maia, isso... E de outros integrantes.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor se recorda, para nos contar um pouco, dessa questão da gravação? O que continha essa gravação?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Olha, eu acho que essa fita... Não sei o que continha nessa fita. Sabe por quê? Porque se eles gravaram esse tempo todo, vamos dizer, quatro meses e todas as brincadeiras que até em churrasco tinha, em mesa de dominó, em churrasco, em todos os lugares que eu soube, então eu acho que tem muita coisa nessa fita.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Quer dizer que era uma gravação grande, feita durante muito tempo?

O SR. RONIVON SANTIAGO – De qualquer maneira, emendaram e fizeram o que quiseram com ela.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Emendaram e fizeram o que quiseram?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Exato, que deu o Sr. “X”. Excluíram até muitas palavras dela, muitas palavras tiraram dela.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E quando o senhor prestou depoimento na Corregedoria da Câmara? Foi em que época?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Em 1997; foi em maio ou junho, não me lembro o mês nem a data. Pelo amor de Deus.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Certo. Mas foi nessa ocasião?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Nessa ocasião mais ou menos.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Já tinha sido votado aqui?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Eu me lembro que tinha chegado do meu Estado no Dia das Mães. O Dia das Mães é no mês de maio, não é?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Mês de maio.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Em seguida, logo na primeira semana, eu já fui ouvido.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E naquela oportunidade, Deputado Ronivon Santiago, o senhor negou que teria recebido duzentos mil para votar para a reeleição?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Não só neguei como não aconteceu. Por que eu ia negar se não aconteceu?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor negou por que não aconteceu.

O senhor esteve, na oportunidade, com o Fernando Henrique Cardoso?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Estive com o Presidente Fernando Henrique Cardoso por várias vezes, mas antes da reeleição como depois reeleição, acompanhado do meu Governador, com a Bancada do Acre, como acontece com a Bancada do seu Estado, acontece com a bancada de qualquer Estado aqui, para poder arrecadar, porque naquela época estávamos, vamos dizer, o Acre como até hoje o Governador do Acre está fazendo, é um problema de desenvolvimento do nosso Estado, as BRs, essas coisas todas.

Então, estivemos em visita normal, atrás de recursos, como qualquer Bancada faz.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E o seu voto na reeleição, em janeiro de 1997, foi a favor?

O SR. RONIVON SANTIAGO – A favor da reeleição, e por quê? Porque eu achei que era bom para o meu Estado, como foi bom para o meu País, por quê? Ele foi tão bom para o meu Estado que o Fernando Henrique Cardoso, tenho para mim, que ele foi melhor para o Governo do PT, nesses dois últimos anos, que o próprio Governo do PT hoje, porque o desenvolvimento que o Fernando Henrique Cardoso fez para o Estado do Acre não foi brincadeira nos últimos dois anos do Governo do Jorge Viana.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Quer dizer que, na oportunidade, V. Exª negou peremptoriamente ter trocado voto por dinheiro?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Neguei porque não tinha essa proposta.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – As suas contas foram abertas? Todas?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Escancaradas.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – V. Exª teve quebra de sigilo?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Fiscais, por duas vezes, pedido por ações na Justiça, desde 2002. Eu a tenho pronta também. Se a CPMI quiser, ela está prontinha.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Quer dizer, que V. Exª, depois de ter renunciado ao mandato, continuou sendo investigado?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Continuei sendo investigado, investigado e assediado até. Eu não podia viver sossegado: era a imprensa, políticos e tudo.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Isso durou até que ano Deputado Ronivon?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Até quando tinha eleições. Se havia eleições, o Ronivon era lembrado.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Quer dizer que isso foi para 98, 99, 2000?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Até hoje eu estou sendo lembrado. É por isso que eu estou aqui.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Os outros Deputados foram envolvidos por quê? V. Exª se recorda?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Os outros Deputados foram envolvidos porque tinha a fita e, nessa fita, tinha o nome de todos. Aí foi a Bancada do Acre, como nós falamos, brincadeira, mas não que eu...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Entrou toda a bancada? O Chicão Brígido, Osmir Lima, Zila Bezerra?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Todos foram envolvidos, mas não com proposta de compra de votos de Fernando Henrique Cardoso. Que eu saiba, não

houve nenhuma proposta do Governo ou de assessores, ou de quem quer que seja a favor de compra de votos. Não houve uma proposta dessas.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, não tenho mais nada a perguntar. Encerro por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a V. Exª.

Em vista da chegada do Relator titular...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – *(Intervenção fora do microfone.)* Peço desculpas ao depoente e aos colegas pelo atraso. Eu estava realmente reunido com os assessores estabelecendo as linhas...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Consulto V. Exª se quer fazer as inquirições iniciais? (Pausa.)

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra, então, ao primeiro orador inscrito, Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ilustre Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, ilustre Deputado Ronivon, perguntaria ao Deputado Ronivon Santiago se teve conhecimento de compra de votos na época da votação da emenda da reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Eu não tive conhecimento, como já li, no começo, nenhum de compra de voto na reeleição de Fernando Henrique Cardoso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A que V. Exª atribui essa denúncia envolvendo V. Exª e vários outros Parlamentares do Acre nessa questão da compra de votos?

O SR. RONIVON SANTIAGO – É como eu falei anteriormente quando eu li o meu... Mande passar cópia para V. Exªs e depois acrescentei em meu depoimento... Eu acho que ali houve interesse político de segmentos, de pessoas ligadas a mim. Está certo?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. Exª poderia identificá-las?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Eu não posso identificá-las porque até hoje eu não descobri. Não sei nem quem é o Sr. “X”. Essa foi uma denúncia feita através da **Folha de S.Paulo**. Eu acho que havia muito interesse... O gancho foi pego através daquela fita, em nome de Ronivon Santiago.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. Exª não tem a mínima idéia, não desconfia, pelo menos, de quem seja o Sr. “X”?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Não desconfio nem sei quem é. Tenho para mim que quem pode

informar isso é a **Folha de S.Paulo**, que divulgou o assunto.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O Deputado Pedro Corrêa, do Partido de V. Exª, esteve nesta Comissão e disse que os recursos recebidos pelo Sr. Cláudio Genu, no montante de R\$700 mil, destinaram-se ao pagamento de um advogado pelo partido para defender V. Exª nos processos eleitorais. O advogado a que se referiu o Presidente Pedro Corrêa é o que se encontre assistindo V. Exª neste momento, o Sr. Paulo Goyas?

O SR. RONIVON SANTIAGO – É.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. Exª confirma o que foi dito aqui pelo Presidente Pedro Corrêa?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Confirmo o que foi dito pelo presidente Pedro Corrêa. Se V. Exª quiser que eu faça algum relato, farei também.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Fique à vontade.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Quando fui eleito no Acre, tive vários processos eleitorais. A perseguição foi tão grande que você imagina que eu estava num hotel aqui em Brasília e, no mesmo dia em que eu estava aqui no hotel em Brasília – olha a perseguição em cima de mim –, falaram que eu estava foragido da polícia do Acre, e eu aqui em Brasília. E, às 5 horas da tarde, foi dado um mandado de prisão ao Deputado Ronivon Santiago – e eu não era deputado, tinha sido eleito; estava fora do meu mandato. Em seguida, chega a Federal e me leva preso. Aí vocês queriam que eu fizesse o quê? Um deputado que sai de uma eleição liso, sem dinheiro, eu tinha de contratar um advogado. Recorri ao Partido. Eu tenho o meu advogado, o Paulo Goyas, que advoga para mim há muito tempo e, dentro do Brasil, que conheço, na lei eleitoral, não tem igual. Para mim não tem igual; é de vários políticos do Brasil inteiro; é um grande advogado. Só me interessa se for o Paulo Goyas. E ele me disse: contrate, que vamos pagar. Agora, saber de onde vieram os recursos? Foi o Partido que pagou. Se eu soubesse que veio daquela sigla, que vieram recursos do PT, se eu soubesse, eu lhe digo, Deputado, eu não teria aceitado; eu teria perdido o meu mandato, não tinha contratado o advogado; eu não teria aceitado.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, acho que ficarei por aqui com as minhas perguntas. Agora, eu queria que o Senador Amir Lando, Presidente da Comissão, pudesse estar aqui... Está aqui? (Pausa.)

Presidente, hoje recebi dois telefonemas no meu gabinete, com o número do meu gabinete e, na verdade, estavam falando pessoas que não eram do meu gabinete. Linhas cruzadas. Isso aconteceu hoje em

duas oportunidades. Em telefonemas do meu Estado para o meu gabinete também tem acontecido de entrar linhas cruzadas. Eu solicitaria de V. Ex^a, por meio desta Comissão, que solicitasse à Polícia Federal que fizesse uma varredura nos meus telefones, tanto os do meu gabinete quanto os meus telefones celulares e todos os telefones que se encontram em meu nome, para que possamos identificar se estão realmente grampeados ou o que está acontecendo. Hoje, aconteceu em duas oportunidades. O visor do meu celular com o número do meu gabinete e pessoas outras, desconhecidas, falando ao meu telefone. Solicitaria essa providência por parte da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Deputado José Rocha, esta denúncia que V. Ex^a faz parte de um rol de outras denúncias que já foram formuladas por diversos deputados e senadores. É intolerável essa prática; não tem justificativa. A Casa, sem dúvida nenhuma, esta Comissão, tomará todas as providências junto à Polícia Federal, junto às empresas operadoras para que sejam esclarecidos todos os episódios, todos os fatos. O Presidente, aqui presente, informa que providenciará formalmente, no tempo hábil, para que essas verificações sejam adequadamente feitas.

Passo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Agradeço, nobre Presidente, tanto a V. Ex^a, que acaba de determinar essas providências, como também ao presidente da Comissão, Senador Amir Lando, que apóia essa decisão tomada por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Obrigado, Deputado José Rocha.
Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, é importante identificar que a perícia feita nas fitas que foram gravadas reconhece que elas são verdadeiras e que não houve montagem, que a voz que aparece lá é a voz do Sr. Ronivon Santiago e do Deputado João Maia. Ou seja, a comissão que foi designada para apurar e que teve o Deputado Abi-Ackel como relator encaminhou a solicitação de Comissão de Ética para aqueles parlamentares que foram citados nas fitas.

Ora, nas fitas – e todos os meus questionamentos são com relação às fitas que foram publicadas na **Folha de S.Paulo** – o Sr. Ronivon é acusado de ter vendido votos por R\$200 mil para aprovar a emenda da reeleição.

Nas conversas gravadas, o senhor diz que o acerto com a Bancada do Acre incluía três itens – está lá a fala. O primeiro item seria negócio para o Banco

do Estado; o segundo seria o dinheiro para a votação da reeleição; e o terceiro seria a estrada. No caso do Banco, esse dinheiro seria a inclusão daquela instituição bancária do Acre no programa de recuperação bancária do Governo Federal. No item dinheiro era o pagamento, em espécie, para os deputados – para os acreanos seria R\$200 mil por cabeça. E, no item estrada, são as liberações de verbas orçamentárias para a construção e recuperação de rodovias no Acre.

Também lá, na fala, o senhor diz que recebeu R\$100 mil e que a CM empresa que tinha recursos a receber do Governo do Acre pagaria os outros R\$100 mil. Eu pergunto se o senhor reconhece o teor dessas afirmações que estariam naquela fita, porque a Polícia Federal reconhece que a voz é do senhor.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Deputado, conheço V. Ex^a, conheço a sua capacidade, sei do seu trabalho aqui na Câmara, sei como conduz bem o seu mandato aqui nesta Casa. E quero lhe lembrar aqui só um negócio: eu nunca neguei que a voz da fita é minha. A voz da fita é minha. Agora, V. Ex^a tem que entender que, na fita, tem antes e depois – é complicado isso. Então, não estou negando que a voz é minha. Agora, que a fita tem antes e depois tem.

Aí V. Ex^a tem que entender. Como V. Ex^a pode dizer que foi vendido o voto por R\$200 mil e depois pode acrescentar que não foi vendido por R\$200 mil. É lógico.

Então, se o senhor tiver essa fita, não lembro disso, podia mandar muito bem para a CPMI.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não, eu não tenho a fita. Tenho apenas a...

O SR. RONIVON SANTIAGO – Eu nunca disse isso também. Nem me lembro, nunca falei na fita em mandato. Por isso, o senhor tira que essa declaração, eu tenho com toda sinceridade, que não citei isso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então, eu já pedi, inclusive, à Mesa para que pudéssemos ouvir a fita, que deverá estar na Casa. É preciso que nós ouçamos para tirar essa dúvida, porque, as informações que temos publicadas pela **Folha de S.Paulo** revelam aquilo que....

O SR. RONIVON SANTIAGO – Isso é na **Folha** ou no laudo?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Na **Folha de S.Paulo**.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Mas a **Folha** escreve o que quer.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas é retirada do que seria da fita.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Cadê o laudo?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Pois é, o laudo diz que é a voz do senhor, que não houve montagem.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Mas eu nunca neguei que é a minha voz que está na fita.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Eu queria apenas perguntar para o senhor o seguinte: o senhor diz que não conhece o Sr. “X”. Mas, por aquilo que temos acesso, que é a degravação da fita pela **Folha de S. Paulo**, o Sr. “X” é bem íntimo do senhor e do Maia. O senhor conhece o Sr. “X” não é? Ele o trata como Roni. Diz lá que conhece bem sua vida e até as suas dívidas. Na fala do Sr. “X” lá na degravação, diz assim: Mas, Roni, aquele episódio da reeleição, você de qualquer maneira diminuiu um pouco o seu sufoco. Ou seja, o senhor teve alguma vez alguma conversa com alguém, falando do seu sufoco de dívidas, falando com algum Parlamentar desta Casa, na época?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Com todos. Isso é normal. Acho que aqui é normal nesta Casa. Qual é o Deputado que não tem um sufoco financeiro aqui nesta Casa?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sim, mas de falar numa fita...

O SR. RONIVON SANTIAGO – Em timbre de brincadeira, como citei antes, foi falado muita coisa, e a fita foi montada. Agora, queria lhe complementar que, vamos dizer, a fita, antes, não cita quem é o Sr. “X” Cita?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não. Mas, pela fala, o Sr. “X” conhece o senhor muito intimamente. No caso, conhece suas dívidas, não é?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Era bom descobrir o Sr. “X”, não é?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Pois é. Isso é que eu queria saber. Era essa a preocupação básica.

Pelas informações que foram colocadas aqui, algumas frases seriam atribuídas ao senhor: Está lá: “Estou sabendo que aquele negócio ali foi muita gente”. Quer seria atribuído ao senhor, Ronivon. O senhor talvez não se lembre disso aqui. Outra frase que seria atribuída ao senhor: “É uma barbárie isso aí”. Aí têm outras falas do Maia, que não estão aqui. Mas há assim, a última que o senhor fala: “Estou sabendo que aquele negócio ali foi muita gente. Todo mundo pegou na faixa de 200, 300, todo mundo pegou. Tem gente que negociou pagamento de banco, negociou tudo. Tem muito Deputado aí”.

O que o senhor diz dessas falas que seriam atribuídas ao senhor? Ou o senhor não as disse?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Eu não relembro dessas colocações que têm na fita não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor recebeu alguma concessão de tevê na época do Sr. Sérgio Mota?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Isso é que eu digo, e aí quero fazer um gancho: é interessante, a imprensa diz tudo da gente. Vou dizer aqui, vou citar nome aqui: tem o Deputado Zico Bronzeado, o Deputado João Corrêa, a Deputada Perpétua, são do Acre, acho que eles nunca me viram lá dirigindo televisão no Acre e nunca me viram com televisão. Queria, até seria bom para mim, seria bom para a gente, que é político, ter um canal de televisão. Você vê que eles dizem tudo que querem, não é?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então, o senhor não recebeu nenhum ...

O SR. RONIVON SANTIAGO – Está na fita, não é?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – É.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Então, o senhor vê que a fita mente tanto, diz tanta coisa e não tem isso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Pois é, mas como é um diálogo, não estou fazendo análise, apenas querendo – é o momento agora – para que o senhor explique. É isso que é fundamental.

E rádio, também tem algum?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Nem rádio, nem televisão, nunca tive nada dado pelo Governo Federal.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Certo.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Nem estadual.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A Bancada Federal dos Deputados do Acre se reunia de forma permanente com o governador da época, Orleir Cameli?

O SR. RONIVON SANTIAGO – A Bancada se reunia quando era necessário – a Comissão de Orçamento para o problema do orçamento do Estado, como se reúne no seu também. Isso era esporadicamente. Acho que estamos aqui para defender os nossos Estados. Temos um governador. Não é porque ele é do partido “a” ou “b”, vamos deixar de reunir. Acho que hoje sou do PP e me reúno com os nossos membros do PT, da Bancada da Frente Popular do Acre. Acho que isso não tem nada a ver e sou muito útil para o Estado, junto com a Bancada.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Certo.

O senhor participou de alguma reunião com a Bancada na Academia de Tênis com o Sr. Amazonino Mendes presente?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Olha, com Amazonino, me encontrei por várias vezes no aeroporto. Na Academia de Tênis nunca tive uma reunião com o Amazonino Mendes.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E a relação com o Sr. Eládio Cameli?

O SR. RONIVON SANTIAGO – A relação com o Sr. Eládio Cameli, ele é um empresário forte no Acre, como em Manaus. E, vamos dizer, na campanha do seu irmão, de Governador, nós fazíamos parte na campanha e, claro, tínhamos diálogo com Eládio Cameli, sem problema nenhum.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Líder. Solicito a minha reinscrição.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Pois não, V. Exª será atendido.

Nós gostaríamos de, atendendo a uma solicitação do depoente que tem problema de saúde que o obriga a alimentar-se em período certo, suspender a reunião por cinco minutos para que ele possa cumprir essa obrigação de saúde. (Pausa.)

(A reunião é suspensa às 12h35min e reaberta às 12h46min.)

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Está reaberta a reunião.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Sr. Presidente, eu quero agradecer a gentileza e a atenção que estão dando aos diabéticos. Isto é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Pois não. V. Exª tem todo o direito de ter um tratamento adequado e humano.

O próximo inscrito é o Senador Rodolpho Tourinho a quem concedo a palavra. (Pausa.)

S. Exª não se encontra presente.

Concedo a palavra à Deputada Perpétua Almeida por permuta comigo. Eu seria o próximo. Eu estou consultando a Comissão para que S. Exª utilize o meu tempo, e eu falaria na condição de Suplente – ficaria como primeiro Suplente. S. Exª é a primeira Suplente inscrita e S. Exª falará em meu lugar. Eu falarei no lugar de S. Exª como primeiro Suplente inscrito.

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – Sr. Presidente, muito obrigada. Com a concordância dos meus pares, quero cumprimentar aqui o Deputado Ronivon Santiago da Bancada do Acre e, ao mesmo tempo, cumprimentar também a família Santiago lá do meu Estado, na pessoa do Carlinhos que trabalhou comigo como Vereador. Embora estivéssemos atuando em lados bastante opostos, havia respeito entre nós naquela Câmara. E quero cumprimentar também, o Deputado Elson Santiago, seu irmão, que é uma pessoa muito séria.

Quero fazer um apelo, aqui, Deputado Ronivon Santiago, em nome da sua família. Só lerei aqui rapidamente um trecho da **Folha de S. Paulo**. Eu estou aqui com um calhamaço de matérias que saíram principalmente na **Folha de S. Paulo** à época. A **Folha de S.**

Paulo, em vários momentos, alega que ficou sozinho naquele debate. Alega que não teve a solidariedade dos outros jornais naquela época. E uma nota diz, aqui, o seguinte:

“Repercussão: A Bolsa de Valores cai na terça-feira. A Câmara dos Deputados cria uma Comissão de Sindicância para apurar a compra de votos a favor da reeleição. A Oposição pede a instalação de uma CPI mas o Governo Federal resiste à proposta.”

Portanto, aquela época, temos que considerar, é diferente da de hoje, quando há três CPIs funcionando no Congresso Nacional para investigar o Governo Lula, para investigar Parlamentares possivelmente envolvidos na história do mensalão, diferentemente daquela época. Naquela época não se permitiu uma investigação mais direta, mais concreta. Portanto, eu acho que boa parte da sociedade brasileira ainda carece de informações e acho que V. Exª já pagou por aquele momento. Eu considero que já pagou porque renunciou ao mandato naquela época. Portanto, houve uma certa punição. V. Exª já pagou pelo que se possa dizer – se for o caso – por aquele crime. Então, eu acho que V. Exª poderia, em nome da sua família, que é uma família respeitada no Acre, colaborar hoje com esta CPI, já que ela é uma CPI para investigar vantagens financeiras pagas a parlamentares, naquela época, da emenda da reeleição e nesta época.

Eu, então, vou ler rapidamente, um trecho do que saiu na imprensa naquela época – eu estou fazendo uma confusão porque estou com uma porção de papéis aqui – para lembrá-lo e aí ver o que V. Exª teria para acrescentar. Está, aqui, na **Folha de S. Paulo** do dia 13 de maio de 1997 – da Sucursal de Brasília:

“As conversas do Deputado Ronivon Santiago sobre a votação da emenda da reeleição foram captadas ao longo de vários meses e em diversas oportunidades. Essas conversas ocorreram todas depois da votação do primeiro turno da emenda em 28 de janeiro passado. Segundo as gravações em posse da **Folha**, os Governadores do Acre e do Amazonas foram os responsáveis pela compra dos votos dos cinco Deputados acreanos. Para não despertar suspeitas, a pessoa que fez a gravação falou sobre assuntos variados. São conversas pessoais que se arrastam, às vezes, por cerca de uma hora, a respeito de assunto sem interesse público. Parte das gravações foram condensadas ou suprimidas. Isso foi feito, porque a divulgação completa dos diálogos poderia permitir a identificação do interlocutor de Ronivon. A **Folha** vai preservar o nome do interlocutor de Ronivon. Ele está identificado como o Sr. “X”. A reportagem teve acesso às fitas originais das conversas. As datas e as circunstâncias em que se deram esses diálogos não serão reveladas também

para preservar a identidade da pessoa que se dispôs a fazer as gravações”.

Mas V. Exª sabe com quem teve aqueles diálogos que foram divulgados naquela época. V. Exª, se botar a memória para pensar, vai lembrar: “eu tratei daquele assunto e daquele outro assunto com fulano, sicrano e beltrano”. Não é isso?

As reportagens, na época, envolviam V. Exª, o Deputado João Maia, que também renunciou, o ex-Deputado Chicão Brígido, a ex-Deputada Zila Bezerra e o ex-Deputado Osmir Lima. Confirma isso? Envolvia na época esses nomes.

Se V. Exª assume que a voz na fita é sua – V. Exª já assumiu aqui – o que teria ocorrido com a sua voz, com o que foi dito, para que o que está lá não ser verdadeiro?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Deputada Perpétua, gostaria de esclarecer só um negócio: a fita – é interessante – na fita só apareceu a voz do Deputado Ronivon. Acho que aquela fita, ela não só tem a voz do Deputado Ronivon, ela tem a voz de “n” pessoas e, interessante, a **Folha de S. Paulo**, só pegou o Deputado Ronivon. E, depois, eu queria alertar V. Exª, são dez anos após. Na época, eu estava com 45 anos, eu estou com 55, a gente começa a não captar as coisas direito.

A SRª PÉRPETUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – É por isso que eu fiz uma leitura aqui do texto da época.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Uma leitura, pois é. Mas a **Folha de S. Paulo** pode escrever o que quiser, como a **Folha de S. Paulo**, **A Gazeta**, qualquer jornal, é um direito dela escrever o que quer. E, pela lei, responsabilidade administrativa, a senhora sabe que tudo prescreve depois de cinco anos, o direito de ação. Então, eu acho que isso aí já é um caso, um fato consumado. O pessoal de Direito sabe bem disso. Nós temos vários juízes aqui na frente, sabem bem disso. Eu não sou juiz, não. Gostaria de ser, mas não sou, sou professor de educação física.

A SRª PÉRPETUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – Certo.

O SR. RONIVON SANTIAGO – E eu acho que, vamos dizer assim, a senhora está certa em me perguntar isso. Agora, a minha memória puxar tudo isso de uma fita dessa montada, que só aparece, depois da degravação, a voz do Deputado Ronivon, então eles montaram o que quiseram. Por isso que acarretou tudo isso e deu esse tumulto todo no Brasil, como a senhora acabou de falar, de abaixar Bolsa. Será que foi o Deputado Ronivon? Acho que não. Ali havia um interesse político.

Quero aqui acrescentar – eu não vou criticar a **Folha**, não, mas vamos falar –: a **Folha** tinha um grande interesse na época de Fernando Henrique Cardoso. Qual era o interesse que a **Folha** tinha? Era a banda B. E foi naquela época, se vocês puxarem, quem estava aqui conosco na época, lembra muito bem disso. E foi por isso que, então, houve interesse de ambas as partes.

Então, quero dizer aquilo que falei para a senhora, quero respeitar e lhe agradecer pelo elogio que a senhora fez à minha família. A senhora sabe e a senhora conhece muito bem quem é a minha família. A senhora sabe que, no Estado do Acre, nós somos os Vereadores, Deputados, muito bem votados em as todas eleições nossas. E a senhora sabe o nosso poder aquisitivo porque a senhora participa de perto, a senhora sabe que não é tudo aquilo, porque a senhora também já foi perseguida, através de compra de voto, porque eu conheço sua família e sei que não é. Conheço o seu trabalho dentro da educação. Sei tudo isso. Avalie o que eu já passei, que eu venho passando, desde a compra de voto e até agora, até hoje. Amanhã eu tenho CCJ. Então, vamos dizer, é uma perseguição doida em cima de mim.

A SRª PÉRPETUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – Deputado Ronivon, muito obrigada, embora eu nunca tenha sido perseguida por compra de voto, mas, sim, foi por conta de que fazia parte do Comitê contra a impunidade no Acre.

Mas vamos lembrar aqui. É uma pena que, na época, o PSDB não tenha deixado sair essa CPI. É uma pena, porque, se a CPI tivesse saído, saberíamos veracidade das fitas, era possível identificar as fitas daquela época. Mas, infelizmente, o PSDB não deixou aquela CPI sair.

Queria perguntar para V. Exª o seguinte: é verdade que, naquela época, o PSDB pagava R\$200 mil para quem votasse pela reeleição do Fernando Henrique e a turma do Maluf pagava R\$150 mil para quem votasse contra? E o senhor teria recebido dos dois lados?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Olhe, a Presidência já entregou a abertura do meu depoimento. Eu já o li e já disse tudo. Agora, estou acrescentando de viva voz : nunca recebi de um lado e nem recebi do outro e não sei se houve compra de voto da emenda da reeleição. Quero lembrar muito bem disso porque hoje está havendo essa conversa. Eu gostaria de dizer que o Presidente da República foi o primeiro a dizer que não há mensalão na Casa. Então, estou dizendo a vocês também que, enquanto não for apurado e não for julgado, como se vai provar que há mensalão, se não forem apurados todos os fatos? Vamos deixar apurar as coisas para depois entrar nos eixos.

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC)

– Duas perguntinhas rápidas: o senhor lembra como o Deputado Chicão Brígido entrou na história dessa denúncia?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Não sei como ele entrou.

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – Ele também foi gravado?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Deve ter sido. A fita é grande.

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC)

– Mas os comentários da época davam conta de que ele teria recebido também R\$200 mil.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Eu não sei, Deputada, se ele recebeu. Acho que não.

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC)

– Mas na época havia os comentários.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Não se havia comentários ou alguma coisa porque eu cuidei muito – faz dez anos, Deputada –, vamos dizer, do meu mandato também. Não fui atrás do Deputado.

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – Sr. Presidente, só para encerrar, uma pergunta.

Há um trecho em que o Sr. “X” fala para o ex-Deputado João Maia:

Sr. “X”: “O Paudernei em cima. O aliciamento comentou com ele?”

Ex-Deputado João Maia: “Pelo que eu sei bem, é o seguinte: eram os duzentos do Serjão, via Amazonino, que era a cota federal do acordo. Ele falou para todo mundo, aí meu. [Mudo] Eu falei com o Luís Eduardo. O Luís Eduardo marcou uma audiência com o Serjão. Daí o Serjão marcou com o Amazonino. Acho que foi na quinta à noite e, depois, na segunda, fui lá falar com o Amazonino. Só que tinha chegado o Orleir e, nesse tempo, o Orleir acabou pegando a gente lá. Sabe como é que é, né? E volta de novo, e aí deu aquela coisa. Eu disse ‘Não senhor, são aí duas coisas distintas. Tem aí os nossos acertos, os nossos atrasos e também tem essas coisas aí que é federal.’ Ele falou ‘Eu não acredito, eu não-sei-quê’. Eu disse para ele ‘tem uns atrasados’, e ele respondeu não-sei-quê. Daí ele mandou entregar o dinheiro. Isso foi na segunda de manhã, não foi na terça.”

O Sr. “X” pergunta para o Sr. João Maia sobre a precipitação do Governo Federal.

Vou encerrar por aqui.

O Deputado João Maia naquela época comentou esse diálogo que teve com o senhor?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Eu não me lembro, Deputada. Eu queria até ser delicado com V. Exª.

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC)

– Não. O diálogo aqui é com o Sr. “X”.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Deputada.

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – Ele comentou na época – já estou encerrando – com o senhor que havia tido esse diálogo?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Não. Nunca comentou isso comigo.

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – Certo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Almeida. PCdoB – BA) – Deputado João Correia.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, senhor depoente, Deputado Ronivon Santiago, seus advogados, Sr. Relator Ibrahim Abi-Ackel, que brevemente trará o início do relatório da CPI do mensalão ou da CPI Compra de Votos – são eufemismos, né? –, acho que se o Deputado Ronivon Santiago falasse o que sabe S. Exª cristalizava o afastamento do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso da cena política brasileira e, ao mesmo tempo, derrubava o Presidente Lula.

V. Exª realmente sabe muito, mas já disse que não vai falar. Está sendo bastante hábil no seu posicionamento. O seu advogado está demonstrando realmente que tem muita capacidade. V. Exª já foi, de uma forma ou de outra, punido porque a pergunta que não calaria seria “por que V. Exª, que é inocente, renunciou?”. V. Exª disse que porque seria certamente cassado, através de uma espécie de linchamento. Foi assim que entendi. V. Exª disse que não conhece a identidade do Senhor X, disse que toda gravação foi feita em vários momentos, em várias oportunidades, tendo várias pessoas, e, quero apenas de início, Deputado Ronivon, explicar o seguinte: eu fiz a convocação das pessoas envolvidas naquele episódio, excetuando o ex-Deputado João Maia, que, como muito bem disse V. Exª, infelizmente um homem que tinha toda a erudição do Deputado João Maia, que falava vários idiomas, que tinha uma história, que tem uma história muito bonita no Acre em relação ao movimento sindical, à formação, à luta pela formação da esquerda, aliás um dos fundadores do PT, depois se elegeu pelo PMDB. Trabalhamos, inclusive, juntos, foi quando eu me elegi também Deputado Estadual e ele, Deputado Federal, e depois ele teve esse envolvimento, também renunciou com V. Exª e depois teve um acidente cirúrgico, ou algo desse tipo. Eu pedi ao Relator, inclusive, que ele fosse ouvido por uma comissão de médicos com a presença de um neurologista para averiguar se ele teria ou não condições de vir. Parece-me que o Relator já, de pronto, afastou essa possibilidade e, ao

que me parece, o ex-Deputado João Maia não seria convocado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não, não afastei a possibilidade, Sr. Deputado. Eu preferi aguardar alguns dias porque talvez se operasse uma melhora. Talvez, através de outros depoimentos, se tornasse dispensável. Mas se V. Exª insiste...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Não, não...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – ... não tenha dúvida de que nós opinaremos a favor. Demos apenas um tempo para ver se de outra forma poderíamos obter os resultados que V. Exª deseja.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – OK, Presidente. Eu queria apenas na verdade expor e servir, especialmente, à ala governista, porque isso sangra o meu Estado. Isso sangra o Estado do Acre, com os nossos Deputados Ronivon e João Maia, que renunciaram, com o Deputado Chicão Brígido, Osmir Lima e Zila Bezerra, que foram inocentados através de um processo da sindicância e depois na CCJ, e foram, inclusive, a plenário – isso envolveria empresários, o próprio Governador do Estado numa relação com o Governador do Amazonas, enfim...

Eu queria, então, servir sem nenhum tipo de proteção, queria, então, oferecer a convocação de todas essas pessoas para tirar de vez essa história a limpo, para que a população acreana saiba que é necessário que ela tenha clareza do que aconteceu naquele período. O Deputado Ronivon, no entanto, está dizendo... está aqui... eu esperava que V. Exª viesse falando; se V. Exª realmente falasse, muito, esta República ia lhe agradecer muito, o povo brasileiro ia lhe agradecer demais e o povo acreano ia especialmente, singularmente, ficar devedor de V. Exª.

Mas V. Exª não vai falar, V. Exª tem esse direito, e eu gostaria, então, de lhe fazer uma pergunta mais recentemente, para algo mais recente. V. Exª, no caso do PP, que esteve aqui o Sr. Genu e o Sr. Pedro Corrêa, presidente do vosso Partido, e ele, então, falou que o dinheiro que teria recebido do valerioduto, não se sabe se esse dinheiro que veio do Banco do Brasil triangulado, porque a meu ver V. Exª só cometeu um equívoco: dizer que o mensalão não existe. Quem diz isso é o Presidente Lula. Ele tem que dizer mesmo, porque provavelmente isso cai em seu colo. Mas V. Exª dizer que não houve a compra de votos porque não houve mensalão foi o primeiro ato falho de V. Exª, porque o mensalão está provado, comprovado. Só não sabe que houve o mensalão – agora vou dizer – ou quem nele está envolvido ou quem não tenha boa-fé, porque eu acho que ele já está mais do que comprovado o mensalão.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Mas eu não disse que o mensalão, preste bem atenção, não aconteceu; quem disse foi o Presidente Lula. Eu falei aqui. O senhor não ouviu não?

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Eu ouvi ontem, mas V. Exª, então, utilizou... então V. Exª estava se mirando na fala de ontem do Presidente Lula quando disse que o mensalão não existe, quando existem recursos saídos do Banco do Brasil para irrigar o valerioduto e cair nas mãos de partidos que sequer tinham aliança com o Governo, enfim... Mensalão está mais que comprovado, eu acho, né? Ora, no entanto V. Exª nesse episódio do PP, o presidente Pedro Corrêa disse que teve um encontro de V. Exª, dele com o presidente do PT local Sibá Machado, me parece que a presença do Deputado Nilson Mourão, todos eu respeito, como respeito a V. Exª, para que fosse feito um acordo para o PT pagar a conta do advogado, Dr. Paulo Goiás, que teria cobrado um valor relativamente alto, porque, Deputado Ronivon, para passar a palavra para V. Exª para depois fazer uma outra pergunta, há o seguinte: o PP teria recebido 4 milhões e 100 mil, e foi dito aqui pela Dona Simone e o Sr. Genu, houve uma acareação e essas cifras não bateram. A tese do PP foi a de que só recebeu 700 mil desse dinheiro vindo do valerioduto para pagamento exatamente do Dr. Paulo Goiás, advogado. Isso teria sido feito num acerto entre o PT do Acre, através do Senador Sibá Machado e do Deputado Nilson Mourão, e o Presidente Nacional do PP, o Deputado Pedro Correia, onde foi acertado que o PT é quem pagaria o advogado de V. Exª em troca do apoio de V. Exª à Base do Governo.

Eu gostaria de ouvi-lo inicialmente acerca disso.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Deputado João Correia, o senhor sabe muito bem disso, que nós nos conhecemos desde pequenos, estudamos no colégio dos padres, passamos o internato até a quarta série, o senhor me conhece muito bem desde aquela época. Aí o senhor me pergunta agora aqui se aconteceu pagamento do PT, se houve um acordo. Deixa-me lembrá-lo bem. A eleição municipal foi no ano passado, se não me falhe a memória.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Em 2000.

O SR. RONIVON SANTIAGO – A eleição municipal foi em 2000. Então, analise bem. Não tem nada a ver com a história de hoje. Porque quando fizemos um acordo de, eu não fiz acordo de parceria nenhuma com o PT do Acre. Tivemos uma reunião com o Presidente do PT, com o Sibá Machado, e com o Nilson Mourão, que é o Coordenador, apenas para uma futura coligação, porque, na época, quem seria o candidato a

prefeito de Rio Branco? Seria Ronivon? Seria Bisteni? Isso do PP. E achamos por bem aqui, numa convenção nacional, lançar o Bisteni. Então, vamos dizer, quando saiu fora essa parte lá, o PT, a sua frente lançou o seu candidato, nós não tivemos acordo nenhum financeiro com o PT do Acre. Agora, analise bem, as eleições foram anteriormente a este fato.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Acho que V. Exª não entendeu a minha pergunta. É que o Presidente Nacional do PP, do Partido Progressista, esteve aqui dizendo que em seu gabinete teria havido um acordo entre Sibá Machado, Nilson Mourão, para que V. Exª passasse a compor a Base do Governo aqui na Câmara Federal e em contrapartida o PT assumiria o pagamento do advogado, Dr. Paulo Goiás.

Isso foi o Depoimento de S. Exª, o Deputado Pedro Correia.

O SR. RONIVON SANTIAGO – O Presidente Nacional do PP, Pedro Correia, se não me falhe a memória, ele foi bem claro, o recurso que veio do outro lado para o partido foi para pagar os honorários do Deputado Ronivon Santiago, foi isso que ele disse, o advogado do Deputado Ronivon Santiago. Se eu soubesse, eu fui bem claro aqui, se eu soubesse que o recurso fosse do jeito que foi divulgado anteriormente, o Deputado Ronivon aqui não teria aceitado, porque o senhor conhece a minha família, me conhece e sabe da minha posição política. Se fosse hoje eu não aceitaria, apesar do excelente advogado que eu tenho do meu lado esquerdo aqui, que é o Dr. Paulo Goiás. E na lei eleitoral você sabe muito bem disso que dentro do Brasil é difícil ter um. E eu recorri para ele. Agora, o partido me acolheu na hora certa. Agora, saber de onde vem o recurso não me interessa. Interessa ao partido. Acho que a comissão tem de recorrer ao partido. E o Pedro Correia foi bem claro, disse que foi para pagar honorários do Deputado Ronivon Santiago.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Só a pergunta final que vai ser muito curtiinha. V. Exª disse que não conhece a identidade do senhor X. Eu pergunto a V. Exª: se eu conseguir convencer o senhor X a fazer um depoimento nesta CPI, V. Exª terá a memória um pouco mais refrescada, me ajudará nessa empreitada?

O SR. RONIVON SANTIAGO – O senhor sabe quem é?

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Me ajudará?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Se o senhor souber quem é o senhor X?

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Está certo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao próximo orador, Deputado Júlio Redecker.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, estamos assistindo aqui hoje ao que, no Rio Grande do Sul, se chama de “requentar comida velha”.

O PT, não podendo explicar o imbróglio em que se envolveu, principalmente com esses atos de corrupção não apenas na estrutura, na manutenção, no suporte de seu Partido, e, além disso, vindo a esta Casa, porque era mais barato do que nomear para cargos comprar a convicção de alguns Parlamentares ou de vários Parlamentares para fidelizar o seu voto ao Governo, procura aqui trazer fatos passados.

Ao se referirem à reeleição, falaram aqui no Deputado Luís Eduardo Magalhães, que era Presidente da Casa, amigo nosso, e estava aqui. Lembro-me de que era meu primeiro mandato de 1994. Eu era 1º Suplente da Bancada do Rio Grande do Sul do meu Partido e contrário à reeleição – eu tinha dado declarações no Rio Grande do Sul nas rádios. Luís Eduardo me procurou e disse: “Júlio, tu vais votar como?” Eu disse: “Eu vou votar contra, porque eu dei a minha palavra na rádio lá no Rio Grande do Sul”. E Luís Eduardo me falou: “Tu és Suplente”. Eu disse: “Bom. Há dois trabalhos. Então, tirem-me daqui”. Ele poderia ter dito diferente: “Não vote, e nós vamos te dar alguma vantagem”. Nunca Luís Eduardo Magalhães se prestou – e eu acompanhava a sua trajetória –, nem outras pessoas do Governo com quem nos relacionávamos, a fazer qualquer tipo de manifestação no sentido de induzir pessoas a votar pela reeleição. A diferença foi tão grande, que nem era necessário fazer esse tipo de coisa. Perdi meu mandato. Continuei com a minha convicção e voltei para cá com mais do dobro da minha votação, como na última eleição dobrei de novo a minha votação.

Quer dizer, essa história da reeleição é para requentar fatos aqui e encobrir outros. Quando dizem aqui que há três CPIs no Governo Lula, a bem da verdade, são todas contra a vontade do Governo. Uma, bancada pela Justiça e duas, que o Governo fez tudo para que não se instalassem aqui: a dos Correios e a do Mensalão. Tudo, tudo, mas não conseguiu. Contra a opinião pública brasileira e a força da imprensa investigativa deste País, o PT, com vergonha, acabou admitindo, inclusive tentado punir o Senador Eduardo Suplicy, que foi um dos primeiros a aderir a instalação da CPI para investigar a corrupção.

Falou aqui o Deputado João Correia sobre o Banco do Brasil. Eu me lembro, Deputado João Correia,

de que, no Rio Grande do Sul, têm ocorrido muitos assaltos a bancos. Recentemente, em Cambará do Sul, doze pessoas armadas, com mais de 100 tiros, fizeram reféns, assaltaram uma agência do Banrisul, saíram e não conseguiram ser presos. Pois o PT inovou. De maneira ardilosa, de maneira capciosa, por intermédio de pessoas nomeadas para o Banco do Brasil, o Partido acaba roubando R\$10 milhões e desviando esse dinheiro para dentro da estrutura do Sr. Delúbio Soares, que é o primeiro, o único homem do PT que podia manejar todas as verbas e distribuí-las para pessoas que não sabiam de onde vinha esse dinheiro.

Situação semelhante ocorreu no meu Estado. Amanhã estarão aqui dois depoentes que, sabendo que o dinheiro era lícito, foram a Minas Gerais e buscaram o dinheiro de ônibus em malas, no avião. Foram pegos no aeroporto, com dinheiro na mala, os representantes do PT do Rio Grande do Sul. A Polícia Federal abafou o caso, e ninguém ficou sabendo. Também, do Rio Grande do Sul, havia quatro Ministros do PT. Abafaram. Amanhã, eles vão ter de se explicar aqui. Esse PT liso, honesto, ético, busca no passado estruturas de corrupção para justificar: “Olha, nós somos corruptos, mas iguais aos do passado”. Não são iguais aos do passado, não. O Governo do Presidente Fernando Henrique foi um Governo decente, honesto, digno, que restituiu ao Brasil a credibilidade internacional; um Governo que trouxe para cá novamente as parcerias internacionais, que trouxe para este País a dignidade com a Lei da Responsabilidade Fiscal e acabou com o flagelo da inflação. O PT herdou de um Governo saneado, pronto. Nós, inclusive, realizamos programas que sanearam inclusive o poupador e o correntista com o Proer, que não era dinheiro para banco, mas era dinheiro para correntista. Com o fim da inflação, começaram a aparecer várias coisas. Quem aplicava o dinheiro do pagamento da folha ou do pagamento dos fornecedores tinha dinheiro para pagar. O povo pobre não tinha como se proteger. Hoje, vemos que este mesmo Governo do PT, que dizia “Fora, FMI! Não aos juros elevados, aos lucros dos bancos!” recebe o Bush aqui com filé *mignon*, e aquela velha militância que não tem mais nem coragem de botar a cara na rua.

Mas aqui não. Aqui no Congresso, ela quer dizer: “Ninguém presta nesta Casa. Nós também podemos não prestar, mas ninguém presta”. Não, tem muita gente decente nesta Casa, gente que não tem preço, gente que não se vende, mas que também não se compra, porque não vão às compras, como o Governo do PT veio aqui para estabelecer não o mensalão, mas a semanada, como ocorreu com os recursos passados pelo Sr. Marcos Valério, operador desse sistema diretamente para a Guaranhuns: 500 mil na primeira sema-

na; na segunda semana, 500 mil, 300, 200, como está comprovado nesta CPI. Houve um assalto aos cofres públicos como nunca se viu. E o PT parece que não tem vergonha na cara. Não quer corrigir seus erros para recomeçar do zero.

O Presidente da República ontem, numa entrevista triste, não teve coragem de enfrentar as acusações. Disse que não foi traído. Foi traído pelas práticas, mas não deu nome. Será que não há homens e mulheres que traíram, que têm nome, que têm sobrenome, que agiram dentro do PT?! Não têm coragem porque vão ter que enfrentar a verdade. E a verdade dessa estrutura de corrupção montada no Brasil ainda vai aparecer, mesmo que as prestações pagas diariamente, fruto das investigações desta Casa, dos Parlamentares livres que não sofrem pressão, que não têm medo, que têm coragem para enfrentar a pressão de um governo que tudo pode, tudo quer e tudo consegue, mas quase tudo, porque nem todos aqui são iguais. Nós somos diferentes. Nós pensamos de maneira diferente. Nós agimos de maneira diferente. O bem público tem um valor para alguns que são homens e mulheres públicas aqui que não existe na consciência de todos que tentam corromper a sociedade, corrompendo o poder para nele perpetuarem-se, para ficarem aqui com práticas que diziam que não eram de acordo com a correção daqueles que querem uma vida pública em ética, em harmonia, em defesa dos interesses dos pobres. Cada vez que se assalta o Banco do Brasil, é dinheiro a menos para a saúde, é dinheiro a menos para a educação para 68% dos brasileiros que estão à margem da sociedade, é dinheiro a menos para que nós possamos ter infra-estrutura, para que nós possamos ter progresso, para que nós possamos não sustentar viciadamente o Tesouro da República, incidindo tributo sobre a rentabilidade dos bancos, que chega a quase 20% de todos esses juros pagos aqui. É esse o PT que veio aqui dizer: “Olha lá a reeleição!”

E o Sr. Ronivon Santiago, quando renunciou, quando pagou o seu preço naquela ocasião, certamente não tem a garra do José Dirceu, esse guerrilheiro que resiste a tudo, que luta, que esbraveja, porque este, sim, tem coragem para assumir que tem liderança, mas que tem que ter coragem para assumir tudo que coordenou e comandou nesta Casa. Por isso que esta Casa faz julgamento político também, porque nós temos que excluir da vida pública aqueles que, corajosa, mas dissimuladamente, praticam e comandam estruturas de corrupção no País.

Por isso, Deputado Ronivon Santiago, a única coisa que eu não engulo e vou-lhe dizer com toda a sinceridade é esse repasse de verbas do PT graciosamente para pagar os honorários. Acredito que devam

ser pagos os honorários ao Sr. Advogado Paulo Goiás, que realmente é um dos grandes advogados da área eleitoral deste País e que custa caro pelo seu serviço contratá-lo. E o senhor tem um bom advogado. Mas não foi só para o Sr. Paulo Goiás e para a sua defesa que esses recursos do PT chegaram. Os recursos do PT permeavam esta Casa para fidelizar os votos de muitos Parlamentares, Parlamentares que vão ter que pagar ou com o preço do mandato ou indiciado junto à Justiça Comum para que eles paguem, porque não adianta apenas saírem da vida pública e deixarem o rastro de dinheiro que foi cooptado arditamente de casas bancárias sem nenhum tipo de violência, porque a violência foi nomear corruptos para comandar essas instituições e eles abrirem os cofres para destinar esses recursos. Esta é a realidade que nós, desta CPI, queremos, não a tergiversação, não esconder a realidade de uma investigação que não deve ser buscada no passado para dizer: “Lá não prestavam. Lá não faziam coisas corretas. Então, nós estamos livres e podemos perpetuar no erro, continuar errando, roubar o erário, assaltar o Banco do Brasil à luz do dia”.

É isso, Sr. Ronivon Santiago, que está se estabelecendo no Brasil, mas o povo brasileiro, se não tivermos condições de aqui elucidar todos os fatos e punir todos os culpados, certamente as urnas farão o acerto de contas porque elas são magnânimas.

Eu, Deputado Ronivon Santiago, não tenho nada a lhe perguntar porque o senhor já respondeu a quase todas as perguntas. O que tenho a perguntar é àqueles que carregavam malas de dinheiro para o PT insuflar as suas campanhas eleitorais. O que tenho que perguntar é para saber como a estrutura do Executivo estava a serviço da corrupção, como aqui dentro Parlamentares que tinham cargo de responsabilidade, trabalhavam urdidamente para fazer com que esse País tivesse votações viciadas porque o voto comprado extrapola o direito e a consciência daqueles que querem votar de acordo com o interesse do Brasil.

Por isso, Sr. Ronivon Santiago, o senhor é apenas o pano de fundo para desviar as atenções dos fatos verdadeiros que queremos aqui investigar e punir.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Queria fazer um apelo aos nobres pares no sentido de que pudéssemos fazer perguntas capazes de esclarecer alguns pontos não só do passado, mas inclusive essa parte que se relaciona ao pagamento do advogado e gostaria, neste momento, de fazer algumas perguntas ao Dr. Paulo Goyas, mas vou fazê-las ao final.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Para uma questão de ordem.

O SR. (Orador não identificado) – Não, não há questão de ordem na fala dele.

Lamento porque realmente a fala...

O SR. (Orador não identificado) – Só para esclarecer ao povo brasileiro. Acho que a CPI foi constituída para investigar compra de voto, tanto no passado, quanto no presente. Portanto, a fala do Deputado descaracteriza a constituição da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há questão de ordem a ser decidida.

Eu quero apenas lhe dizer o seguinte...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, eu só queria uma questão de ordem com relação à inscrição.

O Deputado Valverde chegou agora e se inscreveu. Estamos no final e temos outra ainda hoje, às dezesseis horas. Então, pergunto se está aberta ainda, vai continuar aberta?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, a inscrição já foi encerrada conforme falamos e ninguém será chamado se inscrito depois da hora fixada, ou seja, iniciamos doze horas e, até as treze horas, todos os inscritos seriam aceitos. Agora, fora das treze horas, estamos às treze e vinte e três e não haverá nenhuma inscrição.

Eu passo a palavra ao próximo orador inscrito sem querer aqui ser um sensor, mas entendo que não ajuda nada o discurso político, o libelo político nessa questão. Estamos aqui investigando ao tempo em que todos fazem um esforço para preparar suas perguntas. Com isso, realmente, não vamos chegar a lugar nenhum.

Há um universo a ser descoberto e estamos aqui marchando ainda em uma questão politizada, partidária e não vamos chegar a lugar nenhum.

Quero deixar clara a minha desconformidade com esse tipo de comportamento, mas concedo a palavra ao nobre Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Parlamentares, tenho a dizer e, mediante o apelo que V. Ex.^a faz, faria algumas considerações ao final, mas das perguntas que já foram dirigidas ao Deputado Ronivon Santiago, queria acrescentar (*Falha na gravação.*) nobre Deputado Ronivon.

V. Ex.^a confirma que, no caso das fitas, a voz realmente é de V. Ex.^a.

V. Ex.^a confirma que tinha dívidas com o Banco do Estado do Acre e com o Banco do Brasil?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Dívida com o Banco do Estado do Acre não tenho, porque o banco já fechou, mas na época...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, tudo bem.

O SR. RONIVON SANTIAGO – E dívida ainda tenho até hoje no Banco do Brasil. Meu sigilo bancário foi quebrado. Você veja, dívida, quem não tem dívida?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª confirma um pagamento que teria ocorrido em algum dia 10? Porque V. Exª colocou o seu sigilo bancário e fiscal à disposição. V. Exª confirma que V. Exª fez algum pagamento em algum dia 10, porque tinha uma dívida não sei se com o banco do Estado ou com o Banco do Brasil?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Que ano isso?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Possivelmente...

O SR. RONIVON SANTIAGO – Mês?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, para o mês nós vamos ter que pegar exatamente o sigilo e checar.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Tem que pegar o sigilo, é. Não relembro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No ano, evidentemente, de 97.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Não relembro disso. Primeiro, que as minhas dívidas eram sempre cheque especial, viu?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim. Houve alguma reunião da bancada federal do Acre para tratar especificamente do voto na PEC da reeleição?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não houve reunião da bancada?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Comigo, não. Se houve reunião da bancada eu não estava presente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A decisão de V. Exª de votar a favor da PEC da reeleição se deve a que fato?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Já esclareci. Eu acho que está por escrito, eu passei para a Mesa e deve estar chegando aí pela sua mão. Na assessoria da Mesa, já foi entregue. Se o senhor não recebeu, a Mesa entrega.

E outra, eu votei porque eu fiz um levantamento no meu Estado...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Foi uma questão de convicção de V. Exª?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Foi uma convicção minha e eu tinha de votar a favor da reeleição. E foi tão bom para o Acre, como eu falei antes e vou querer acrescentar de novo aqui, a reeleição do Fernando Henrique Cardoso foi tão útil para o Acre que no último ano do seu mandato o Fernando Henrique visitou o Acre por duas ou três vezes – já no final do seu mandato –, e faltando 48 horas para entregar o cargo ao Presidente Lula, ele deixou vários recursos, várias

obras para o nosso Estado. Então, eu tenho para mim que não fiz mau negócio não, eu fiz um bom negócio em votar na reeleição.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então foi exatamente esse movimento de recursos e de atendimento de pleito de V. Exª que o levou a entender que a tese da reeleição era favorável?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Sim. Não, e claro e lógico, porque eu falei que, vamos dizer, para o levantamento que eu fiz aos meus eleitores e bom para o País a reeleição de Fernando Henrique foi bom para o País e para ao meu Estado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor confirma que havia boatos aqui na Casa com relação à compra de votos de Parlamentares na PEC da reeleição?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Não. Não confirmo nada disso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª tratou desse assunto, dessa matéria, muitas vezes?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Nunca tratei esse assunto dessa matéria com quem quer que fosse.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu quero finalizar dizendo que não aceito nenhum tipo de generalização que possa haver nas falas dos Parlamentares desta CPI. Nós temos livre convicção, estamos num processo de investigação, não tenho usado o meu tempo para fazer disputa político-eleitoral, e quero repudiar qualquer tipo de generalização que se faz sobre o Partido dos Trabalhadores: que é um partido de corruptos, que fez a maior dilapidação do patrimônio público que a história já viu.

Não existe isso, não posso concordar e ficar quieto com o tipo de afirmação que foi feito pelo Deputado Júlio Redecker, que generaliza de forma irresponsável a ação do Partido dos Trabalhadores.

Quero registrar isso, quero registrar ainda que nós temos livre convicção, que nós estamos num processo, que nós estamos investigando. Vamos afirmar ao final, no nosso relatório final, se houve compra de voto de Parlamentares ou não.

Evidentemente, contra fatos não há argumentos. Contra fatos de que houve desvios de recursos, de que houve caixa dois, que está evidenciado. Agora, a tese, por exemplo, de que esses recursos vêm do Banco do Brasil não está confirmada. Há divergências. O Sr. Marcos Valério tinha nas suas contas recursos suficientes.

Quero que V. Exª, Deputada Zulaiê, me escute, por favor.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, não, repudio; não concordo não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, quero que V. Exª me escute.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não quero que V. Exª justifique que (*Inaudível.*) foi do Banco do Brasil. Agora...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, há um cerceamento da fala do nosso amigo, Deputado Odair.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – (*Faz soar a campainha.*) – Nobre Deputada Zulaiê.

O SR. (Orador não identificado) – É useiro e vezeiro, a Deputada tenta interromper qualquer tipo de (*Inaudível.*) que venha demonstrar a verdade do Governo Fernando Henrique Cardoso. Isso é useiro e vezeiro, não podemos aceitar esse tipo de conduta que atenta contra o decoro parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero assegurar a palavra ao nobre Deputado Odair Cunha.

Peço à nobre Deputada Zulaiê...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, é porque a Deputada Zulaiê (*Inaudível.*) de me instigar e de me interromper. Acho que V. Exª tem apreço por mim, tenho por V. Exª, mas preciso e quero que continuemos nossa linha de investigação, não estamos fazendo pirotecnia como muitas CPIs neste Congresso estão fazendo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao próximo orador que é o Senador Sibá Machado. Ausente.

Concedo a palavra ao Exmº Sr. Relator. Não há mais nenhum inscrito a não ser uma restrição do...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, fiz a inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, a inscrição de V. Exª já foi feita após a ...

O SR. (Orador não identificado) – Sim, mas....

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Infelizmente V. Exª está inscrito para o próximo orador.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. ...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, agora fiquei ofendida. A Deputada não está se comportando à altura, eu não vou falar...

A SRª (Oradora não identificada) – Não diga que não estou me comportando porque V. Exª que atrapalhou as falas aqui.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – A senhora está rindo e com uma postura e falou uma bobagem.

A SRª (Oradora não identificada) – Eu estou rindo e estou afirmando que V. Exª não quis apurar os votos da reeleição do Fernando Henrique.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não senhora, eu quis apurar e fiz perguntas nesse sentido.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*)

A SRª (Oradora não identificada) – Não quis, e V. Exª não fez como costuma fazer aqui apurando o Governo Lula e nem quem ajudou a enterrar a CPI.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – A senhora não tem autoridade moral de fazer essa colocação contra a minha pessoa. A senhora não tem autoridade moral para fazer esse tipo de coisa contra mim. Eu fiz as minhas perguntas sim, Sr. Presidente, V. Exª estava aí.

A SRª (Oradora não identificada) – Vamos continuar o debate aqui nós duas? Porque se ela continuar eu vou continuar.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – A senhora riu e disse: a senhora não tem interesse.

A SRª (Oradora não identificada) – Ela tem garganta e eu também tenho. Ou encerram as duas ou vamos continuar falando.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, encerra as duas não.

A SRª (Oradora não identificada) – Encerram as duas ou vamos continuar falando.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – A senhora não tem razão e quer porque quer se impor.

A SRª (Oradora não identificada) – E V. Exª não quer apurar os crimes do seu governo, do governo do PSDB.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Quero, sim, senhora.

A SRª (Oradora não identificada) – Tem demonstrado aqui que não quer.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu quero, sim, senhora, tanto que estou aqui sentada. Estou aqui sentada e exijo respeito.

A SRª (Oradora não identificada) – V. Exª tem demonstrado que não quer apuração.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Demonstrado como, Sr. Presidente? Imagine, eu estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – A reunião estava suspensa e agora reabre. (Risos.)

Peço aos senhores parlamentares que realmente respeitem o Regimento, cada um falará à medida em que for concedida a palavra.

Concedo a palavra ao Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Membros da Comissão,

Sr. Deputado Ronivon Santiago, ilustres colegas de profissão que assistem a S. Ex^a.

Farei algumas perguntas incisivas ao Deputado Ronivon Santiago. Se porventura elas já tiverem sido feitas pela Deputada Zulaiê Cobra ao tempo em que funcionou como Relatora e lhe dirigiu perguntas, peço à própria Deputada que me faça um sinal para que eu possa excluí-las.

Deputado Ronivon Santiago, foi V. Ex^a mesmo quem deu início ao debate, ao escândalo referente à alegada compra de votos para aprovar a Emenda Constitucional da Reeleição para os Cargos Executivos. Ninguém tivera ainda conhecimento do assunto quando se tornou pública a gravação em que aparecia a voz de V. Ex^a afirmando a existência de propostas para a compra de votos e a aceitação dessas propostas por alguns deputados.

O senhor reconhece a sua voz tal como na perícia feita no Instituto da Universidade de Campinas ficou estabelecido?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Sr. Relator, essa voz aí... Eu já disse aqui, já confirmei que a voz que foi confirmada é minha, sem dúvida nenhuma. Só que houve... Tem antes e tem depois, e só deu Ronivon na fita, na gravação, não é?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O que o levou a tomar a iniciativa de dar aquele telefonema?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Qual depoimento?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O que o levou a tomar a iniciativa de dar aquele telefonema, denunciando a existência de propostas de compra de voto?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Não houve telefonema, não, viu, Sr. Relator?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor nega o telefonema?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Nego o telefonema.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Onde, então, foi registrada a voz de V. Ex^a, na perícia feita na Universidade de Campinas?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Isso eu já respondi aqui, mas vou tornar a responder. Aliás, várias perguntas dessas já foram formuladas, mas foram em vários ambientes de conversa, vários lugares, e foi tornada essa gravação.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quer dizer que o senhor nega a existência de um telefonema só, no qual se deu o diálogo, perguntas e respostas entre o senhor e o seu interlocutor?

O SR. RONIVON SANTIAGO – É. Eu nunca fiz um telefonema, nem nada, que eu saiba, na minha consciência, que não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Tenho aqui em mãos a publicação da **Época**, com a reprodução integral de todas as suas frases, de todas as perguntas que as motivaram. Num determinado momento, o senhor envolve o Governador do Acre, Orleir Cameli, tendo em vista interesses deste Governador na aprovação de determinadas emendas ao Orçamento Federal. Esse interesse teria levado o Sr. Orleir Cameli a participar das negociações para a conquista de votos favoráveis à emenda da reeleição. Pergunto ao senhor se o senhor nega essa parte de suas declarações.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Eu nego. E eu nunca fui, vamos dizer, citado pelo Governador Orleir Cameli em pedido de compra de... Eu tive a consciência tranquila, após várias reuniões no meu Estado, como já citei, como já dei por escrito. Eu estava convicto de que a reeleição de Fernando Henrique Cardoso era boa para o Acre e para o País.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor, em determinado momento do diálogo gravado, assegura que teria recebido a metade de R\$200 mil e que a outra metade seria paga por uma empreiteira do Governo do Acre, chamada CM.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Eu não confirmo e não sei nem dessa empreiteira – não faz parte da gravação, eu acho.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor, então, não confirma que, num determinado momento, o senhor afirmou ao seu interlocutor que realmente vários Deputados haviam recebido R\$200 mil cada um para votar a favor da reeleição?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Eu não confirmo, já disse aqui. Não sei se houve contato com algum Parlamentar nesta Casa para a reeleição ou se deixou de haver. Eu só soube através da **Folha de S. Paulo**. Mais nada tenho a dizer.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – No diálogo reproduzido pela imprensa na ocasião e que foi dado como válido pela perícia, pelo menos no que diz respeito a sua voz, há referências ao fato de que outros Deputados, que o senhor cita nominalmente, também receberam recursos para votar a proposta de emenda constitucional da reeleição. O senhor confirma esse fato?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Sr. Relator, essa fita foi montada. Essa fita foi montada, e eles montaram do jeito que quiseram. Interesse tinha – grande – da **Folha de S. Paulo** na época e de outros interesses políticos, alguma coisa. Então, montaram essa fita, e

de tanto... Já falei aqui no início. O que aconteceu foi essa montagem da fita e, automaticamente, a minha voz apareceu e... Eu não tenho nada... O original dessa fita nunca nem apareceu, Sr. Relator. Isso é muito ruim até para a CPMI e para mim mesmo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Deputado Ronivon Santiago, quem teria interesse em montar essa fita e com que finalidade?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Pelo que entendo aqui, acho que é esse Sr. “X” e outros e outros.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Como?

O SR. RONIVON SANTIAGO – O Sr. “X” e outros e outros.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– O senhor não gostaria de nominar mais alguma pessoa interessada em gravar a sua voz, em comprometer-lo?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Bom, a **Folha de S. Paulo** tinha interesse pela Banda B. Ela tinha interesse na Banda B. Eu me lembro, na época, muito bem disso, foi divulgado tudinho, então eu acho que tinha um interesse muito grande nisso. O resto eu não sei.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Quer dizer que o senhor não tem conhecimento dessa empreiteira CM nem dos negócios dela com o Governador do Acre?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Sr. Relator, sobre problema de empreiteira no Acre, interligado com o Governador na época, Orleir Messias Cameli, eu não sei nem que fazia o serviço de empreitada no Acre, eu não sei quem eram as firmas, e nunca me interessou saber, porque eu não tinha interesse nenhum, porque eu não sou empreiteiro, não tinha interesse, então, vamos dizer, eu não relembro nenhuma firma e não sei qualquer contato feito pelo Governador na época com essas empreiteiras.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Já está registrada a sua declaração de que a fita foi montada, mas, obviamente, o Relator não tem outra fonte onde possa buscar indagações, senão aquilo que foi publicado e que lhe foi atribuído, principalmente por meio de uma perícia técnica.

Num determinado momento dessa fita, há uma referência explícita ao Governador Amazonino Mendes, que, se não me engano, era, então, Governador do Amazonas. O senhor pode dar alguma informação a respeito do interesse do Governador Amazonino Mendes nessa questão da reeleição?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Que eu saiba, nada, porque eu não tive contato com o Governador Amazonino nenhuma vez sobre reeleição.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Mas, nessa fita – registrando sempre que o senhor a tem como montada –, o senhor deixou muito claro que a fonte dos recursos destinados ao pagamento desses Deputados era o Governador Amazonino Mendes.

O SR. RONIVON SANTIAGO – A fita – era isso que eu falei anteriormente – é uma fita que foi montada, e nessa fita, Sr. Relator, já foi provado aqui, através dos meus colegas Parlamentares do Acre, que tem na fita que eu tinha um canal de televisão e rádio. Eu nunca tive. Isso dado na fita. Então, o senhor vê que é uma história, não é? O meu sigilo bancário foi quebrado desde 2000 até hoje, e nada foi encontrado. Então, vamos dizer, nas minhas declarações de Imposto de Renda, eu nunca tive rádio e nem televisão, mas na fita está dizendo que eu tinha, que eu ganhei através de reeleição.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– O que temos, então, é o seguinte: há uma série de fatos que são atribuídos ao senhor e que são comprometedores da sua conduta parlamentar; e o senhor desclassifica todas essas referências dizendo que são todas fruto de uma montagem.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Bom, a fita foi montada, porque tem antes e tem depois. O senhor monta uma fita, diz a frase que quer e depois monta. Eu estou convicto que a voz é minha, mas eu estou convicto também que a fita é mentirosa. Por quê? Porque ela diz lá que eu tinha televisão, eu nunca tive televisão; ela diz que eu tinha uma cessão de rádio, eu nunca tive cessão de rádio. E aí, como é que fica?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Quem teria interesse, quem teria feito a gravação desse telefonema, Deputado?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Sr. Relator, não existe esse telefonema. Eu nunca dei esse telefonema!

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Deputado, sou obrigado a lhe lembrar que essa fita foi levada à perícia em um laboratório talvez de maior prestígio em termos de fonoaudiologia no Brasil, e ele constatou a veracidade da voz de V. Ex^a. As perguntas que lhe estou fazendo são todas extraídas daqueles textos que são atribuídos à voz de V. Ex^a.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Sr. Relator, mas é parte de texto da fita a conversa. É parte da conversa. Aí é diferente. São partes que foram montadas e parte do texto da fita.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Mas é exatamente das partes dessas conversas em que aparece a voz de V. Ex^a, pericialmente reconhecida como tal, que estou extraindo o teor das perguntas

que lhe estou fazendo. Mesmo assim, o senhor, seguramente, assevera que são falsas as declarações?

O SR. RONIVON SANTIAGO – As declarações... Eu lhe digo com toda a sinceridade o que eu já falei aqui anteriormente. Foram várias conversas, e eu falei aqui, vou repetir de novo: em termos, o senhor me conhece, convive comigo, sabe que sou um cara brincalhão, brinco muito, e foi dito na... que sou aquele brincalhão, o Deputado brincalhão, e – vamos dizer – parte da fita foi montada. Eu não tenho nada verdadeiro, digo-lhe com toda sinceridade e honestidade que não tem nada verdadeiro naquela fita.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Então, creio que talvez possamos chegar a um entendimento. V. Exª admite que a voz é sua, à semelhança daquilo que ficou provado na perícia. Talvez agora V. Exª aceite que algumas das suas declarações, a despeito de comprometedoras, foram ditas por brincadeira, uma vez que V. Exª é conhecido como brincalhão. Seria isso?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Certo. Veja que o próprio Osmir Lima, o ex-Deputado Federal, citou aqui, na CPI, que eu era um Deputado intrometido, queria até me processar, mas depois viu que era tanta brincadeira do meu lado que desistiu do processo contra minha pessoa.

Então, quero dizer aqui que essa fita foi – mais uma vez quero repetir – montada, e bem montada. Agora, a voz, eu nunca neguei que foi minha, mas nada tem de verdadeiro e de compra de voto e favorecimento de pessoas, como citaram Amazonino Mendes, Orleir Cameli. Nada disso, não houve conversa sobre isso.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas sou obrigado a registrar que há aí um contrassenso: no princípio o senhor disse que não fez as declarações, que elas são falsas. Agora o senhor admite tê-las feito, pelo menos em parte, mas a título de brincadeira. Seria isso?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Nem tudo em parte de brincadeira, porque aqui nesta Casa a gente brinca muito com todos, mas os interesses eram tão grandes da reeleição que chegaram em cima de mim. E eu não vou chegar longe, eu acho, porque esse Sr. “X” deveria ser um cara muito próximo a mim, porque para ficar colado desse jeito...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Deputado, falou-se muito na ocasião de um certo Sr. “X”. Tivemos conhecimento, embora não oficial, e por isso não me sinto autorizado a revelar o nome, chegou-se à conclusão de que o Sr. “X” era um ex-Deputado na ocasião, marido de uma Deputada que exercia o mandato, e que era seu inimigo, e que a gravação foi

feita com o propósito exclusivo de prejudicá-lo. O senhor tem idéia de quem teria feito essa gravação?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Olha, eu não tenho idéia nenhuma de quem fez a gravação, Sr. Relator. E, se era meu inimigo, deveria ser muito inimigo mesmo. Acho que era muito inimigo mesmo ou tinha medo de mim nas eleições futuras, porque eu quero lhe dizer aqui que nessa época eu tinha 71% para ser Governador do meu Estado. Tenho para mim que eu já estava perturbando alguém. Na época eu tive isso. Antes de entrar o Jorge Viana, eu lhe digo com toda sinceridade: eu tinha 81% antes de o candidato ser o Orleir. Então, acho que eu estava perturbando alguém.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quer dizer, ele era muito inimigo, era tão inimigo a ponto de juntar contra V. Exª elementos altamente prejudiciais e comprometedores da sua conduta?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Não sei se era tão inimigo da minha conduta ou alguma coisa, mas... Não posso dizer nada. Acho que a CPI tinha de investigar isso através da denúncia. Acho que a **Folha de S.Paulo** deve saber tudo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Deputado, devo a V. Exª a atenção que me merece como colega e também como companheiro de Partido, mas V. Exª há de chegar à conclusão de que, como Relator, não posso aceitar a linha dúplice que V. Exª adotou, ora negando completamente que a voz seja sua, que as declarações sejam suas, que tudo aquilo que a fita tem de comprometedor se deve a palavras de V. Exª, e paralelamente sustentando que fez tudo isso em virtude do seu temperamento brincalhão. Seu depoimento nos causa uma certa perplexidade, porque ele não é nem negativo, no sentido de dizer que tudo é mentira, que tudo é montagem, nem é positivo, no sentido de dizer que nem tudo que V. Exª disse seria fruto de brincadeira, dado o seu temperamento.

Deputado Ronivon Santiago, afinal de contas, esse telefonema existiu ou não existiu? O senhor conversou com alguma pessoa e nessa conversa estavam inseridos os textos reproduzidos na imprensa na ocasião?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Conversei com várias pessoas. Eu não vou lembrar. Faz dez anos, não é, Sr. Relator? E para lembrar é complicado. É por isso que eu digo a V. Exª. E eu gostaria até de acrescentar aqui, que o senhor sabe, montaram a fita, e a fita foi montada, vamos dizer: “Não recebi 200 mil”; e “Sim, recebi”. Então, fica... é meio contraditório. É só tirar o “não”, aí o senhor vê como é que fica a fita.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Posso chegar, então, à conclusão de que a montagem derivou da agregação, da junção de trechos de

telefonemas diversos que o senhor deu a outras pessoas e não a um só interlocutor?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Nem a um só, é claro. Deve ter sido, eu acho. Eu não sei. Não posso lhe afirmar direito isso, porque...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas a voz que lhe é atribuída nessa montagem é sempre a sua?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Bom, a fita... Se a Folha de S. Paulo desse a original da fita seria importante para a CPMI. Acho que sim. Agora, só montaram em cima de mim a fita. Aí fica complicado, não é?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor reconhece como válida, como digna de crédito, a perícia feita em Campinas, que dá como sua, sem margem de dúvida, a voz existente nessa gravação?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Já me manifestei sobre isso. Já me manifestei no começo aqui. Eu já me manifestei...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A voz é sua?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E é essa voz que diz que recebeu R\$200 mil para votar a favor da emenda da reeleição.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Eu já disse que não recebi 200 mil para votar a favor da reeleição.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor contesta, agora, essa declaração que fez?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Não contesto agora; contesto desde o começo disso, e desde a fita.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor nunca fez essa declaração?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Nunca fiz essa declaração.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E, no entanto, o senhor aceita que a perícia seja válida no que diz respeito à autenticidade da sua voz?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Bom, o problema da reeleição, Sr. Relator, isso aí foi, vamos dizer, em janeiro, se não me engano. Passou janeiro, fevereiro, março, abril, maio, o senhor veja quantos meses, para depois aparecer essa fita. Essa fita veio aparecer depois de todos os interesses que tinham algumas pessoas, alguns segmentos – podiam ser partidos, pessoas –, e eu não sei quem foi. Aí eu não posso lhe afirmar o teor de tudo isso. É complicado. A perícia, inclusive, diz que tem corte de palavras na fita. Se o senhor olhar isso, tem.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – É uma gravação da maior seriedade que se tornou objeto de prova no momento em que a perícia cons-

tatou a sua autenticidade. Ela tem que ser levada em conta pela relatoria, principalmente pelo fato de que nela o senhor não somente se incrimina como incrimina outros Deputados na ocasião. Esses outros Deputados naturalmente serão ouvidos e, para evitar que haja aca-reações, o que é sempre constrangedor, principalmente para Deputados, eu gostaria que V. Ex^a, Sr. Deputado Ronivon Santiago, fosse mais explícito a respeito.

O senhor envolveu essas pessoas por brincadeira?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Sr. Presidente... Sr. Relator, eu não envolvi ninguém por brincadeira e não envolvi ninguém e não me envolvi também. Não tive nada de envolvimento com ninguém e já disse aqui no começo: eu não fui envolvido e nem envolvi ninguém.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Então, vamos deduzir sinteticamente as suas declarações, vamos procurar uma síntese. O senhor admite que a voz é sua?

O SR. RONIVON SANTIAGO – A fita... Já respondi. E a fita, ela foi gravada há cinco ou seis meses para depois das eleições. Eu admiti que a voz foi minha, claro.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A voz é sua?

O SR. RONIVON SANTIAGO – É minha.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quer dizer, não há absolutamente nenhuma voz que tente imitar a sua ou que tenha tentado se passar como sua voz?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Mas com corte de frases, Sr. Relator. É complicado. Com corte de frase.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A voz é sua; a gravação não reproduz inteiramente o seu pensamento porque há corte de frase. Aquilo que poderia ser tido como comprometedor, em parte, decorre do caráter brincalhão de V. Ex^a; e a fita não se refere apenas à gravação de um telefone, era uma junção de vários telefonemas, de vários trechos, um *pour-pourri*, uma composição de várias declarações do senhor às quais se deu forma por meio de um processo de colagem; e deu-se a forma de um só diálogo.

O SR. RONIVON SANTIAGO – É. O senhor está explicando bem. Agora, para o senhor ver, houve cortes das frases, tudo; isso é o que eu quero falar.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas o senhor reconhece a autenticidade da sua voz e, portanto, não contesta as conclusões da perícia realizada na Universidade de Campinas a respeito desse problema.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Não; contesto, sim. Claro. Não chegou a... Aí, eu contesto.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– E que parte o senhor contesta? O senhor já disse que a voz é sua, o senhor já disse que frases foram mutiladas...

O SR. RONIVON SANTIAGO – Ó, é... se...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Mutiladas, talvez; adicionadas não é possível porque a sua voz é sempre a mesma; a voz é autêntica. Portanto, não houve agregação; pode ter havido mutilação.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Sr. Relator, eu gostaria que o senhor lembrasse bem aí: se o senhor conseguisse trazer a fita e a perícia, eu poderia me lembrar de tudo. E vou ao longe aqui: o senhor lembra que o senhor já teve uma situação idêntica quase, e o senhor foi inocentado. Então, o senhor veja só como são as coisas. Houve uma verdade e, no fim, foi tudo mentira. É o mesmo caso que estou passando com essa fita.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Há algumas diferenças entre nós dois, Sr. Deputado: no meu caso, nunca houve gravação alguma.

O SR. RONIVON SANTIAGO – No meu também não houve telefonema; houve apenas uma montagem. Eu não estou aqui lhe incriminando, viu, Sr. Relator, nem nada; estou apenas lhe lembrando para o senhor ver, quando querem fazer uma maldade, como se faz. E nesta Casa aqui fizeram isso comigo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Quanto a isso estou de pleno acordo com V. Ex^a. Eu me sinto já impossibilitado de prosseguir, porque o que ficou estabelecido, por V. Ex^a, demanda uma análise comparativa para chegarmos à conclusão do que V. Ex^a realmente admite como válido e daquilo que V. Ex^a considera como destituído de valor.

Mas vou tentar ainda uma síntese. V. Ex^a me desculpe a insistência. Os nomes que V. Ex^a envolveu nas suas conversas como tendo recebido R\$200 mil cada um, para votar favoravelmente à proposta da Emenda da Reelection, não têm culpa; V. Ex^a os citou naquele telefonema, mas hoje V. Ex^a nega que eles tenham tido qualquer participação naquele esquema.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Não houve telefonema, e eles não têm culpa de nada; foi apenas montagem.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Deputado, o telefonema, nós somos obrigados a admitir que houve porque estamos diante de uma prova científica dizendo que houve. O senhor pode registrar que não houve, é seu direito.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Sr. Relator, eu gostaria que o senhor me apresentasse essa prova do telefonema.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Eu quero dizer a V. Ex^a que essa prova está arquivada na Casa, Sr. Presidente. Ela faz parte de um processo de investigação...

O SR. RONIVON SANTIAGO – Mas a **Folha** não fala sobre esse telefonema. Se está arquivado na Casa, eu não sei, não tenho conhecimento, Excelência.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– O senhor, finalmente, nega ter recebido vantagens indevidas para votar a favor da reeleição?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Nego que não recebi e nego novamente que não recebi... (*Sic*) E não houve... e não fui...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– O senhor nega a participação do Governador Orleir Cameli na distribuição desses recursos financeiros?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Claro que nego.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– O senhor nega a participação do então Governador Amazonino Mendes no levantamento desses recursos destinados à compra de votos para aprovar a reeleição?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Nego.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– O senhor nega, finalmente, a participação dos Deputados que V. Ex^a, nominalmente, citou na ocasião como tendo sido subornados para votar a Emenda da Reeleição?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Eu nego, porque foi montada a fita e botaram os Deputados que quiseram. Quem montou a fita montou bem montado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Então, uma última pergunta, Deputado: por que V. Ex^a citou todos esses nomes?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Eu não sei se eu citei! Podem ser conversas isoladas, Sr. Relator, e em conversas isoladas o cara cita qualquer companheiro, qualquer nome. Isso acontece. E a fita foi montada; automaticamente, montaram do jeito que quiseram, botaram o nome que quiseram.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Deixarei registrado que V. Ex^a está declarando...

O SR. RONIVON SANTIAGO – Sr. Relator, tanto foi verdade que não foi aberto nem processo contra mim. A Polícia Federal me investigou durante dois anos, me ouviu no segundo ano, eu dei um depoimento e está lá à disposição da CPML.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Perfeito.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Houve quebra de sigilo bancário, fiscal, tudo da minha vida até hoje. A perseguição é grande em cima de mim até hoje.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Esse é um dado a registrar e é um dado importante. V. Exª não foi... A Polícia Federal não encontrou nenhum dado comprometedor que justificasse a instauração de um inquérito e, conseqüentemente, de uma ação penal contra V. Exª.

O SR. RONIVON SANTIAGO – É verdade. É verdade.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Isso não se verificou.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Nem o MP, nem o Ministério Público.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Pois é. Não houve absolutamente nenhuma ação penal contra V. Exª em decorrência desses fatos ou dessas acusações.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Até hoje, não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Então, eu me dou por satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Está inscrito para reinquirir o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Deputado Ronivon, o senhor conhece o ex-diretor do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Não conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não. E o senhor conhece o Sr. Luiz Carlos Mendonça de Barros?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Não o conheço. Pessoalmente, não; de nome.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nunca teve nenhum encontro com ele, nenhum contato com ele?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Nunca.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas o senhor conhece o Sr. Narciso Mendes?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Quem?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Narciso Mendes.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Narciso Mendes eu conheço. É um empresário da rede de televisão no Estado do Acre, SBT.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. E o senhor teve, durante aquele período, algumas conversas em que o Sr. Narciso Mendes estava presente?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Não relembro. Faz dez anos. Aí não relembro porque o Narciso Mendes não era Deputado, eu não sei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A esposa dele era Deputada...

O SR. RONIVON SANTIAGO – Ela era Deputada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E ele comprecia muito ao Congresso.

O SR. RONIVON SANTIAGO – Aí eu não sei. Só se fosse assessor dela, não é, Sr. Presidente? Eu não sei se ele era, porque eu acho que... A minha esposa, eu estou aqui, ela não está. Ele, eu não sei se ele acompanhava tanto assim ela. Eu não posso...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor não se lembra de ter...

O SR. RONIVON SANTIAGO – Não, não lembro, de jeito nenhum.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ... de ter conversado?

O SR. RONIVON SANTIAGO – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É importante, Sr. Presidente, Sr. Relator, primeiro que nós tenhamos a cópia dessa fita. Essa fita foi periciada, dizendo que era verdadeira e que não havia montagem. Essa foi a conclusão do perito. É preciso ter essa fita, e se há uma outra fita, porque o Sr. "X", numa entrevista dada à **Folha de S. Paulo**, o Sr. "X" diz: que tem outras fitas que vão provar a bandalheira em torno da emenda da reeleição; saber de muitas negociações escusas durante a votação da emenda da reeleição na Câmara em janeiro passado. E vai dizendo por que ele gravou: "Eu gravei porque desejava mostrar as negociações escusas em torno da aprovação da emenda da reeleição. Todo mundo falava, nos corredores do Congresso, mas ninguém conseguia provar". Isso, inclusive, o ex-Deputado Osmir Lima disse que ouvia essas conversas abertamente. Diz ainda: "Eu tenho ainda muitas fitas, com muito mais pessoas, porque achava que essas pessoas não teriam a coragem de fazer o que fizeram". Continua ainda o Sr. "X" dizendo: "O problema é que, no Brasil, tivemos uma inflação de escândalos. O País ficaria perplexo com a revelação de uma podridão nunca antes revelada dessa forma". E ainda continua dizendo: "Sérgio Motta afirmou que só podia conversar com alguns deputados nus, dentro de uma sauna." São expressões que estão lá nessa entrevista. Ainda diz o Sr. "X": "Aconteceu de tudo durante a votação da emenda da reeleição. Eu gostaria de dizer que trocar votos por dinheiro é, às vezes, muito mais barato do que por funções ou cargos que envolvem interesses milionários".

Então, esse "X" é uma figura que ninguém conhece, e gravou isso; gravou e entregou o resultado de uma parte das gravações para a **Folha de S. Paulo**, para o jornalista Fernando Rodrigues. E ele diz que tem outras fitas. Então, sugiro ao Relator que possa colocar a Polícia Federal para ver se descobre o paradeiro

desse “X”, onde é, porque esse “X” tem de aparecer, se estiver vivo ainda.

Solicito, inclusive, que possamos ouvir, em uma audiência nossa, o teor dessa fita; saber onde ela está, porque ela foi entregue aqui e deve constar do processo que aqui foi feito. E V. Ex^a foi o Relator, naquela época, pedindo inclusive a abertura de Comissão de Ética para todos os Parlamentares. Foi isso que V. Ex^a colocou. Então, é importante que tenhamos essa fita e que possamos ouvi-la, porque o Deputado Ronivon Santiago diz que há uma montagem. Então, é preciso que possamos escutar essa fita para sabermos se, de fato, houve montagem; sabermos como foi feito isso, para confrontar com a perícia e seu resultado, feitos pela Universidade de Campinas.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Indago ao Sr. Presidente se posso dar uma breve explicação ao Deputado Luiz Couto, uma breve satisfação.

Sr. Deputado, esta Comissão tem dois objetivos, que foram fixados pelo Sr. Presidente do Congresso Nacional no ato que a constituiu. O primeiro dos seus objetivos é apurar o recebimento de vantagens indevidas para votar favoravelmente a matérias de interesse do atual Governo. O segundo objetivo é apurar o suposto recebimento de vantagens financeiras indevidas para a aprovação da emenda constitucional de reeleição dos mandatos executivos.

É com muito prazer que reconhecemos todos o fato de não termos perdido de vista os nossos objetivos. Esta Comissão manteve sempre o foco, e não distribui a sua atenção por uma espécie de delta de assuntos tão numerosos quanto a curiosidade de muitos de seus membros. Então, estamos em condição de agora apresentarmos um relatório parcial a respeito do primeiro item, que é aquele pertinente à percepção de vantagens indevidas para a votação de matérias de interesse do atual Governo.

E estamos agora, simultaneamente, porque a investigação do primeiro caso não acabou – pelo contrário –, fazendo a apuração do segundo item, que é aquele que diz respeito às supostas vantagens financeiras indevidas para a aprovação da emenda constitucional da reeleição. V. Ex^{as} poderão formular todos os requerimentos que entenderem cabíveis, particularmente no que diz respeito à exibição da fita que se encontra arquivada na Câmara dos Deputados, em apenso aos autos do inquérito estabelecido na ocasião contra o Ilustre Deputado Ronivon Santiago.

Assim, estamos iniciando agora essa apuração. E os documentos que apontarem caminho ao Relator, que sugerirem medidas, que apontarem providências

serão todas bem recebidas e, se adequadas e próprias, devidamente deferidas.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Srs. Deputados, declaro suspensão a reunião até as 16 horas, quando ouviremos o Deputado Chicão Brígido.

Muito obrigado pela presença de todos.

(A reunião é suspensão às 14h09min e reaberta às 17h02min.)

A SR^a PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Havendo número regimental, declaro reaberta a 32ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº7, de 2005, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo; e as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº01/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu quero agradecer à Deputada Zulaiê, a quem pedi que desse abertura à reunião assim que houvesse quorum para funcionamento, porque hoje nós estamos num corre-corre, atendendo muitas questões.

Eu quero, desde logo, pedir à Secretaria que promova a entrada do Deputado Chicão Brígido.

Hoje estamos sem voto para deliberação, infelizmente.

Deputado Chicão Brígido, V. Ex^a aqui comparece na condição de testemunha. Por isso eu peço que firme o Termo de Compromisso indicando todos os elementos: nome completo; carteira de identidade; estado civil.

Eu quero salientar que na condição de testemunha V. Ex^a se compromete a dizer a verdade, sob as penas da lei. Por outro lado, se houver alguma pergunta que eventualmente o incrimine, V. Ex^a terá, na forma do art.5º, inciso LVIII, da Constituição Federal, o direito ao silêncio.

Eu, inicialmente, quero consultar V. Ex^a se pretende fazer uma exposição no prazo de até vinte minutos, ou se desde logo se submete às inquirições?

Portanto, concedo a palavra a V. Ex^a pelo prazo de até vinte minutos.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Sr. Presidente, cumprimento inicialmente V. Ex^a e a Relatora dos Trabalhos Deputada Zulaiê Cobra; os Srs. Deputados e as Sr^{as} Deputadas; os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras, a Imprensa e as demais pessoas que assistem a essa reunião.

Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, fazer aqui uma rápida apresentação – depois de cumprimentar o Sr. Relator – da minha pessoa, até porque penso que talvez tenha sido um dos políticos deste País que mais apanhou da Imprensa, que mais foi bombardeado pela Imprensa nacional.

Observo que, neste momento, mais uma vez, a história traz para o debate político do momento este episódio. Penso que não custa a gente falar um pouco da nossa história para ver se ela consegue ficar um pouquinho na mente daqueles que sempre me pautaram pela maldade, me pautaram de forma injusta.

Eu nasci em 1958, num seringal por nome Ouro Preto. Isso fica no baixo Juruá do Amazonas. Aos dez anos de idade, vim para a cidade de Cruzeiro do Sul. Eu me lembro, naquele momento, vim trazido pela minha avó.

E, chegando na cidade, Deputada Zulaiê, eu trabalhava em uma padaria. Ali, eu me lembro que a dona da padaria era uma senhora por nome Cândida, Professora Cândida. Acho que o Deputado João Correia deve conhecê-la, e o nosso amigo da Imprensa, Mariano, deve conhecê-la também.

Um fato interessante é que eu não queria estudar. Aquele pensamento ainda do seringal de não querer estudar. Mas ela insistiu muito até que eu consegui ir para a aula e, graças a Deus, consegui me alfabetizar, consegui ter uma boa formação. E trabalhei, depois, numa padaria do Sr. Nicolau, por mais ou menos uns seis ou sete anos, vendendo pão, me acordando às cinco horas da manhã para vender pão. Quando chegava da venda do pão, Senador Amir Lando, eu terminava, tendo chegado às seis horas da manhã, e ia carregar água. Naquela época, era um pau... a gente colocava uma vara nas costas e uma lata de um lado para o outro. E trabalhei nessa padaria em média de uns seis ou sete anos.

Quando estava terminando o meu segundo grau, na fase já do primeiro ou segundo ano do segundo grau, fui convidado para trabalhar numa farmácia. Primeiro fui a convite do time de futebol em que eu jogava. Eu jogava numa cidade vizinha, Taroacá; quando cheguei, tinha perdido... quando cheguei... antes disso, tinha sido convidado para trabalhar nas Casas Pernambucanas.

Quando cheguei, tinha perdido o emprego nas Casas Pernambucanas porque choveu na estrada, e o meu emprego já não estava mais... aí consegui, através de um amigo, que é muito conhecido no Acre, o ex-deputado Garcia, Deputado João Correia. Aí, consegui o emprego na farmácia do Sr. Ivan Melo, um homem, realmente, que vai sempre ficar na minha memória, tanto ele quanto o Sr. Nicolau da padaria. Essas pes-

soas foram fundamentais na minha fase de criança, de adolescente, porque uma criança com dez anos de idade, um adolescente...

Eu me lembro bem: quando cheguei do seringal, cheguei com uma carteira de tabaco do lado, aquela idéia ainda do seringal... E, graças a Deus, tudo isso foi tirado da minha cabeça. E ele dizia uma coisa para mim: "Largue de fumar que fumar faz mal, que fumar não presta". Deputada Zulaiê, aquilo ali nunca mexeu com a minha cabeça. Um dia, ele disse assim: "Olhe, você é um péssimo exemplo aqui dentro da minha casa. Os meus filhos vão fumar por sua causa." Naquele mesmo momento, eu larguei a minha carteira de tabaco, Deputado João Correia, e deixei de fumar, porque ele disse que eu era um péssimo exemplo dentro da casa dele e que os filhos dele iam fumar por minha causa.

Então, Senador Amir, esta é mais ou menos um pouco da história da minha fase de adolescente, do menino que foi criado na base do sacrifício, da luta, não é? E, graças a Deus, ensinamentos muito bons. Aí, nessa fase em que eu perdi o emprego, fui convidado para trabalhar em uma farmácia. Trabalhei em uma farmácia do Sr. Ivan Melo, um outro grande educador, uma outra pessoa muito importante na minha vida também. Trabalhei dois anos com o Sr. Ivan Melo. Nesse ínterim – o meu sonho era fazer medicina – comecei a me dedicar à farmácia e achava que aquilo era uma coisa muito bonita e importante. Lia demais e aprendi muito e aí fui convidado por uma pessoa que eu nem conhecia para trabalhar em uma farmácia no Rio Branco. Achei aquilo meio esquisito: o cara vir da Capital me convidar para trabalhar numa farmácia em Rio Branco?

Aí, eu consultei o Sr. Ivan Melo, se ele concordava, o que ele achava daquilo ali. Ele foi e disse: "Olha, é uma pessoa boa e tal." Aí eu fui, Deputada Zulaiê, para a Capital de Rio Branco trabalhar numa farmácia. Graças a Deus, cheguei lá e trabalhei com esse meu ex-patrão dois anos. Dois anos trabalhei com ele. Depois, eu terminei o meu curso de contabilidade e disse: "Olha, eu vou largar a farmácia, porque a minha cabeça só tem fórmula de remédio e aqui em Rio Branco não tem faculdade de medicina. Eu tenho que largar isso. Vou procurar fazer outro curso, vou fazer uma outra faculdade, mas eu tenho que largar a farmácia."

Nesse ínterim, uma pessoa estava tentando vender uma farmácia, dessas farmácias que fica em liquidação, e ofereceu para ele. Ele perguntou se eu queria. Eu disse: "Aceito."

Algo interessante é que eu trabalhei dois anos para ele e eu morava com ele e ele nunca disse – hoje eu fico me lembrando disso de uma forma interessante – ele nunca disse quanto era o meu salário, e eu

nunca perguntei quanto que era. Eu ia lá, assinava lá os meus vales e, quando foi para a gente negociar essa farmácia, Deputado Redecker, ele foi lá e deu a entrada nessa farmácia para mim. E o resto a gente parcelou, não me lembro em quantas vezes, aí eu comecei a minha farmacinha. Coincidentemente, eu tinha vindo para um bairro por nome Estação Experimental. Aí, ele foi... E a gente, depois, mudou para o centro da cidade. Aí, quando eu comprei essa farmácia em liquidação, voltei para o bairro onde eu tinha um certo conhecimento. E ali comecei a trabalhar, tocar minha farmácia com muita luta, com muito sacrifício. E, graças a Deus, consegui trabalhando, trabalhando, trabalhando, trabalhando... Eu comecei em 82 essa farmácia e me estabilizei.

Em 92... Aí, os amigos dizem assim: “Uma pessoa muito bem relacionada na comunidade” E os amigos disseram: “Você tem que ser candidato.”

“Mas eu? Candidato? Eu não gosto de política, eu não entendo nada de política...”

“Não, você vai ter que ser candidato.”

Aí eu: “Tá bom!”

Vários amigos me convidaram. Lembro muito bem que nessa época quem me convidou foi um ex-Deputado Raimundo Vaz, me convidou a me filiar pelo PMDB, e a Ministra Marina Silva me convidou para eu me filiar pelo PT. Era uma amiga da comunidade, também. Eu tinha dado a minha palavra para Raimundo Vaz. Eu disse: “Olha, se eu for candidato, eu vou me filiar pelo PMDB.”

Aí me lembro que depois fiz minha filiação no PMDB. E, depois, vieram os amigos: “Não, mas por que você não vai...”

Eu me lembro que eu tinha um colega de farmácia, o Tasso de Brito, que disse: “Não, mas se você vier se filiar no PT, a gente te ajuda na tua campanha...”

E eu disse: “Não. Já dei a minha palavra. Vou ficar no PMDB e tal.”

E assim foi a minha entrada na política. Fiquei na farmácia e, através dos amigos, consegui me eleger Vereador, sem muito querer me eleger Vereador. A minha idéia, realmente, era fazer um pouco ali o apelo dos amigos para que eu pudesse me candidatar. Aí me elegi Vereador. Eu disse: – Agora me elegi Vereador, agora eu vou ter que mostrar trabalho, vou ter que, realmente, me dedicar à política e tal, tal.

E aí comecei a trabalhar. Lá pelas tantas, percebi que meu nome tinha uma aceitação melhor na comunidade de Rio Branco, pelo meu trabalho, talvez pelo meu relacionamento com as comunidades e disse: – Olha, eu vou me candidatar a Deputado Estadual.

Só que, naquele momento, as vagas eram muito poucas. Deputado João Correia deve lembrar muito

bem disso. Todos os Parlamentares daqui sabem muito bem que, em 1994, as vagas eram muito poucas para disputar uma eleição de Deputado. Era uma vaga para disputar a eleição de Deputado Estadual. Aí não tive vaga, Senador Amir, para disputar a eleição. Fiquei fora do processo. Foi uma coisa muito dolorosa para mim, mas aí o ex-Deputado Zé Melo, que era o dono da vaga de Deputado Federal, desistiu de ser candidato. Aí me lembro, numa das reclamações minhas para o ex-Senador Flaviano Melo: “Mas, rapaz, olha tem uma vaga de Deputado Federal, você aceita?”

Eu digo: “Eu aceito.”

Aí fiz umas contas na minha cabeça e eu disse: “Olha, eu vou precisar de mais votos, porém eu vou disputar com menos pessoas; eu vou disputar uma eleição de Deputado Federal.”

Aí eu disse: “Aceito.”

Só que para que essa vaga de Deputado Federal também pudesse sair foi uma outra novela. Mas, enfim, ela saiu, e, graças a Deus, me elegi o Deputado Federal mais votado do PMDB – naquela época batendo os caciques – e o segundo Deputado mais votado do Estado, só perdendo então para aqueles esquemas que existe de governo, de governador, que foi, à época, o ex-Deputado Carlos Henrique, que foi o mais votado do Estado; eu perdia para ele, em média, por 500 votos.

Então, Senador Amir, demais Deputados e Deputadas e senhores que estão aqui, foi com essa responsabilidade que cheguei aqui, no Congresso Nacional, com essa responsabilidade, essa visão de fortalecer o meu Partido, essa visão de contribuir com a política do meu Estado, com a política do meu Partido.

Vou confessar uma coisa publicamente para vocês aqui que nunca confessei para ninguém, nem para os meus companheiros do meu Partido: fui convidado, em 97, para disputar a eleição de prefeito de Rio Branco, e o Deputado Mourão... Ele não está aqui, ele é desta Comissão; se estivesse, ele podia testemunhar que ele marcou um jantar comigo, e a Senadora Marina Silva me convidando para que eu... se eu não aceitaria refletir a minha ida para o PT para poder disputar a eleição para prefeito de Rio Branco. E eu pensei, pensei, pensei. Eu não saí... Olha – e vou dizer uma coisa para vocês –, era uma proposta tentadora porque o Prefeito Jorge Viana naquele momento estava fazendo um bom trabalho, e eu disse: “Não, vou ficar no meu Partido.”

Não saí do PMDB – porque a proposta, Senador, era interessante: o PT estava bem e tudo o mais – para que ninguém pudesse dizer: “Olha, um oportunista ali, saiu do Partido dele para ir para o outro Partido e tudo o mais.”

Fiquei no PMDB. Depois, dentro de uma conversa política entre o Senador Nabor e o Senador Flaviano, entrei numa disputa junto com o Prefeito Maurício Sérgio – eu na composição como vice dele –, e ganhamos a prefeitura.

Então o meu pensamento, a minha cabeça era fortalecer o meu Partido, pensar num projeto maior dentro do meu Partido – enfim, crescer politicamente. Não era vir aqui para o Congresso Nacional, para estar sentando com quem quer que seja para fazer negociata, para receber dinheiro, para pedir dinheiro. Não tem um cidadão neste País nem da imprensa nem do meio político de quem quer que seja que diga que eu sentei aqui, dentro do Congresso Nacional, para fazer qualquer tipo de negociata, para fazer qualquer tipo de proposta indecente. O meu compromisso era com o meu Partido, com a minha consciência de líder político; enfim, o meu compromisso era com as pessoas que me elegeram. Tenho certeza que as pessoas que me elegeram não me mandaram para cá para estar recebendo dinheiro de ninguém, não.

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. Deputados, eu já considerei na época – e fiquei muito indignado... Todo mundo pôde perceber que a minha ida para a Comissão de Justiça já foi uma coisa absurda. Absurdo eu ter que responder a um processo de cassação por conta de um “parece” de irresponsável. Então está lá. Não tem dizendo em lugar nenhum que viu eu recebendo dinheiro, que me deu dinheiro ou o quer que seja. Está lá: parece que o Orleir prometeu para o Chicão. Pelo amor de Deus, eu não vi nada.

Então, senhores da imprensa, Srs. Deputados e Srs. Senadores, vocês passaram, principalmente a imprensa, ficou o tempo todo e de vez em quando falava: “Deputados que venderam os votos” Aí me colocavam o tempo todo junto com os outros. Eu dizia: “Onde é que está escrito isso?” Mas me colocavam lá o tempo todo.

Então, Sr. Presidente, paguei esse preço. Graças a Deus esta Casa não viu na minha pessoa uma pessoa indecente, uma pessoa irresponsável e me absolveu desse processo de cassação.

Era isto que tinha que esclarecer aqui para V. Ex^{as}: que a minha história não tem nada a ver com picaretagem, não! A minha história não tem nada a ver com rolo político, não! Muito pelo contrário, talvez eu tenha pago um preço muito caro na política. Fui chamado de ingênuo, fui chamado de bobo, fui chamado de tudo, porque muitas vezes não fiz aquela política tradicional, de movimentar, digamos, para onde o vento estava melhor. Não. Graças a Deus, sempre faço política de uma forma muito simples. Acredito nos partidos como uma instituição forte e pensante da sociedade.

Infelizmente isso não existe mais. Hoje a política tornou-se... Os mandatos não são mais mandatos populares, cada um que tem um mandato diz: “O mandato é meu. Faço o que quero. Vou para onde quero. Digo o que quero.”

Então nós temos, hoje, infelizmente, uma representação muito mais, diria, que comercial mesmo, do que popular. Você vê, uma campanha custa não sei quantos milhões de reais.

Então, penso, Sr. Presidente, Sr. Relator e demais Parlamentares, que essa política do dinheiro, dos rolos, dos acertos indecentes, essa política é a política que vai matar os líderes populares. Então jamais poderia compactuar com ela, jamais poderia sentar com qualquer governador, nem que fosse do meu Partido, quanto mais um adversário: “Olha! Vamos fazer um rolinho aqui. Vamos aqui: me dê isso, me dê aquilo ali.”

Então graças a Deus neste episódio aqui... E quero dizer aqui de forma muito firme, de forma muito sincera: aqueles que escreveram que eu poderia ter recebido dinheiro erraram. Graças Deus muita gente me defendeu nesse episódio: o povo do Acre, pessoas que me conheceram.

Mas sei que a maldade existe na cabeça de muitos. Aqueles que pensaram que porventura eu possa, mesmo sem ter ninguém me acusando, ter recebido algum tipo de vantagem, quero dizer que erraram, que botem a cabeça para refletir, porque erraram bastante.

Estou à disposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Srs. Parlamentares, estamos com uma votação nominal ocorrendo na Câmara...

O SR. (Orador não identificado) – Qual a lista de inscrição, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Primeiro teremos o Sr. Relator; e depois, em segundo, o Sr. Deputado José Rocha, Luiz Couto e Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu também tenho que hoje ir ao plenário para a votação da Ordem do Dia do Senado. Se já está em hora de votação, eu tenho que fazer uma intervenção breve, porque na Medida Provisória nº 255, há um erro de redação muito insignificante, que posso fazer regimentalmente, com a minha presença no plenário. Mas vamos fazer o seguinte, vamos nos revezar.

Concedo a palavra ao Deputado Odair, para uma questão de ordem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu quero, com a devida vênica dos nobres Pares, reme-

morar uma decisão que esta comissão tomou alguns meses atrás. Tratava-se da convocação das pessoas da lista do empresário Marcos Valério. Naquela oportunidade encaminhamos que essas pessoas deveriam fazer uma defesa escrita e, a partir do momento que eles encaminhassem a defesa, nós iríamos lê-la; e se estivéssemos contemplados com essa defesa, nós ratificaríamos ou não a convocação dessas pessoas.

Programamos para esta semana a vinda de pessoas que se referem à campanha estaduais, sem que, no entanto, nós estivéssemos, no plenário, analisado as suas respectivas defesas, pois se tratam de pessoas que não são parlamentares. Indago de V. Exª se iremos ratificar mesmo a convocação dessas pessoas ou não. Entendo que se trata de campanhas estaduais e de questões que não são relativas a parlamentares, a compra de votos.

Sugiro, então, que, ou nós sustentemos as convocações desta semana para debatermos a matéria com o plenário cheio; ou nós cancelemos a vinda dessas pessoas nesta semana, porque se quisermos nos deter em fato certo e determinado não deveremos ouvir essas pessoas nesta CPMI, nem essas que estão marcadas nem outras. Essa é a questão de ordem que faço a V. Exª.

A SRª ZUALIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem. Estamos tentando ouvir agora o nosso Deputado Chicão Brígido, que está aqui. E o Relator está presente para as perguntas. Essa questão de ordem não pode ser votada agora porque não temos quórum e estamos com dificuldade para ir ao plenário votar e voltar. Vamos dar continuidade ao depoimento dele e, no final, se tivermos condições de votar, votamos. Agora não é hora de discutirmos isso.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Em primeiro lugar, devo esclarecer essa questão de ordem respondendo-a da seguinte forma: em primeiro lugar, há uma decisão de convocação – e isso foi feito – as informações prestadas certamente não satisfizeram porque o Sr. Relator propôs uma lista. Foi votada e, conseqüentemente, é uma decisão tomada pelo colegiado da Comissão. Qualquer alteração só poderá ser feita por uma decisão revisora do Plenário. Não há quórum para qualquer deliberação neste momento. De qualquer maneira, antes de iniciar a palavra, concedo ao Sr. Relator para ser pronunciar sobre o mérito dessa questão, embora sem podermos decidir qualquer questão.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Questão de ordem não é questão de votação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – A questão de ordem eu já indeferi. Para revisão da

decisão, só poderemos fazê-lo com a decisão da maioria aqui presente. Não tenho como fazer, como rever monocraticamente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Essa decisão vai nortear as nossas ações na sessão administrativa de amanhã, porque, se for para abrir, nós abriremos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Entendo V. Exª. De qualquer maneira, quero conferir a palavra ao Sr. Relator e, em seguida, darei a palavra aos demais. Temos mais um requerimento aqui nas mãos do Relator, que é do depoente de amanhã, alegando a impossibilidade de comparecer a esta Comissão.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PPB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Membros...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero comunicar uma questãozinha rápida...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PPB – MG) – A Mesa foi comunicada, através de ofício dirigido ao Sr. Presidente da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Acabo de receber a informação, nobre Relator, de que o depoente de amanhã acaba de confirmar o comparecimento. Embora ele comunicasse, eu não poderia monocraticamente tomar qualquer decisão em contrário.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas é só o Anderson Adauto.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PPB – MG) – Tinha começado a tratar exatamente a questão da presença, até há pouco problemática, do Prefeito Anderson Adauto a esta Comissão. O Sr. Presidente acaba de me informar que recebeu confirmação de que ele estará aqui amanhã. Então não há questão a explicar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra a V. Exª para fazer as inquiuições que...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não Sr. presidente, tem a questão do Sr. Marcelino Pires.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Já está superada. Não tenho como alterar uma decisão de Plenário – já disse a V. Exª.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o Relator não se manifestou para o Pleno.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Como está prejudicado agora, ele vai se manifestar oportunamente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel) – Quero comunicar ao Deputado Odair Cunha que essa questão de ordem será objeto de análise por parte do Relator porque, na ocasião em que o Sr. Presidente entender oportuna, será trazida a debate.

Então, início, com a permissão de V. Exª, Sr. Presidente, o questionamento do ilustre depoente.

Sr. Deputado Chicão Brígido, V. Exª foi Deputado, e como tal deve ser tratado por esta Comissão,...

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Obrigado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PPB – MG) – ...sabe que toda essa questão relacionada com a alegada compra de votos para a aprovação da Emenda Constitucional nº 1, que permitiu a reeleição dos mandatos do Chefe do Poder Executivo, decorre da publicação feita na **Folha de S. Paulo** de uma gravação cuja voz é do Sr. Deputado Ronivon Santiago, conforme ficou provado em perícia realizada em órgão de prestígio nacional em Campinas.

Quero deixar claro para os que me ouvem aqui que a própria **Folha de S. Paulo**, com a necessária cautela, fez constar que, em primeiro lugar, preservou o nome do interlocutor do Deputado Ronivon, embora reproduzisse a totalidade das falas, e não permitiu o conhecimento da identidade do interlocutor de Ronivon, a menos que ele tivesse imposto uma condição *off-the-records*. Também a **Folha de S. Paulo** ressalva com toda clareza que teve acesso às fitas originárias das conversas, mas que selecionou os trechos mais relevantes. O que está publicado, portanto, é aquilo que a experiente redação do citado jornal entendeu como suficiente para fazer prova dos fatos em questão, e o nome de V. Exª, infelizmente, surge numa das declarações do Sr. Deputado Ronivon Santiago. Como V. Exª sabe, dado o conhecimento que tem dos procedimentos anteriores que se fizeram nesta mesma Câmara, por ocasião da revelação desses fatos, V. Exª sabe que havia a presunção decorrente das declarações de Ronivon Santiago de que Deputados do Acre teriam recebido parcelas individuais de R\$200 mil para votarem a favor da citada Proposta de Emenda à Constituição. Num determinado momento da gravação, o Sr. Ronivon Santiago, relatando como se deu o encontro dele com o Governador Orleir Cameli, declarou que às 7h da manhã daquele mesmo dia, V. Exª tinha comparecido àquela residência e recebido a importância. Depois, o interlocutor desconhecido, em outro passo da conversa, indagou do Sr. Ronivon Santiago se V. Exª, Chicão Brígido, tinha também pego o dinheiro – a expressão foi esta: “pego” – e ele, de maneira muito incisiva, insistindo largamente nas vogais, disse que pegou. Daí por que se tornou necessário ouvir V. Exª a respeito desse caso, uma vez que, como é público e notório, esta Comissão está dando os passos iniciais para a apuração de questões relacionadas com a aprovação dessa Emenda Constitucional nº 1.

Só tenho que perguntar a V. Exª o seguinte: o Deputado Ronivon Santiago disse a verdade quando

alegou que o senhor, às 7h30min, do dia em que ele mesmo havia recebido a importância, V. Exª já recebera das mãos do Governador Orleir Cameli?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Sr. Relator, se o senhor me permite, não sei se é possível, gostaria que V. Exª lesse a forma completa como o Deputado Ronivon me acusou aí, me citou.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PPB – MG) – A publicação da **Folha** diz o seguinte:

Sr. “X” (quer dizer, o interlocutor do Deputado Ronivon Santiago): “Aí saiu cada um com o seu cheque na mão?”

Ronivon: “Cada um com o seu cheque na mão.”

Sr. “X”: “Aí, quando foi à noite, disseram: “O cheque não presta?”

Ronivon: “É!”

Sr. “X”: “Aí de manhã cedo ele ligou para todo mundo e mandou ir lá.”

“Ele – esclareça-se – é o Sr. Governador Orleir Cameli. Quer dizer, houve uma distribuição de cheques, depois se desconfiou da prestabilidade do cheque e, então, o Governador, na manhã seguinte, determinou que as pessoas beneficiadas pelos cheques compareçam a sua casa.”

Ronivon: “É!”

Sr. “X”: “Aí, de manhã cedo, ele ligou para todo mundo e mandou ir lá. Eu fui o único que não cheguei e ele já tinha conversado com o Chicão às 7h30min. Mas aí chegou fulano...”, etc.

Essa é uma das referências. A outra, V. Exª quer que eu repita?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Quando ele diz que eu peguei esse dinheiro, como é que ele se refere aí? Pegou?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PPB – MG) – Sim, eu procurarei achar para V. Exª. Creio que não demorarei muito tempo.

Sr. “X”: “Ah, Chicão também pegou?”

Ronivon: “Pegooo!”

Ele alonga as duas vogais, para dar ênfase a sua afirmativa de que V. Exª teria pegado o dinheiro.

As outras referências dizem respeito a outras pessoas, cujos nomes eu não desejo...

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Sim, mas, em seguida, ele disse: “Pegou, parece... Pelo amor de Deus, eu não vi nada”.

Não é assim que está na gravação não?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PPB – MG) – Como?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Olha: “Parece que sim. Pelo amor de Deus, não vi”.

Não é assim que está escrito não?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PPB – MG)

– “Ah! Chicão também pegou?” – pergunta o Sr. “X”.

Ronivon: “Pegou! Eu não sei de nada. Pelo amor de Deus, não sei se foi duzentos. Eu sei que parece que ele prometeu lá. Eu sei que ele tinha de dar duzentos para fulano, duzentos para sicrano etc.”

E não há mais referência a V. Exª na gravação feita da conversa do Sr. Ronivon Santiago.

São essas as questões que eu desejo submeter ao seu conhecimento, para que V. Exª possa esclarecer a Comissão a respeito da veracidade e inveracidade e irresponsabilidade e fantasia que porventura cerquem essas declarações do Deputado Ronivon Santiago.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Perfeito, nobre Relator. Em primeiro lugar, Sr. Relator, observe que o Deputado Ronivon faz uma afirmação sob hipótese. Primeiro, o Deputado Ronivon, em momento algum, me viu participando dessa bandalheira.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PPB – MG) – É verdade.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Em momento algum ele me viu em reunião discutindo qualquer tipo de bandalheira nesse sentido.

Agora, Sr. Relator, penso que esta Comissão tem que chamar aqui o Sr. Orleir Cameli, o Sr. Amazonino Mendes, esses que são os atores dessa pouca vergonha, para virem aqui explicar essa situação, porque aqui, imaginem o meu constrangimento, eu não sou acusado de forma afirmativa em lugar nenhum, em lugar nenhum, pedindo ao Ronivon “Eu estava presente com o Chicão”. Até quando ele chega nessa suposta indecente reunião, ele fala: “Olha, quando eu cheguei parece que o Chicão já tinha chegado lá”.

Então, Sr. Relator, eu não participei, em momento nenhum, de reunião para discutir qualquer tipo de negócio relacionado a dinheiro.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Exª não participou de reuniões, mas não participou também da distribuição de dinheiro que o Sr. Governador Orleir Cameli teria propiciado para financiar esses votos?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – As declarações do Deputado Ronivon Santiago são então, na sua opinião, falsas?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Com relação à minha pessoa, Sr. Relator, totalmente falsas. Eu não me responsabilizo pelas outras pessoas. Mas, com relação à minha pessoa, são totalmente falsas. Eu não participei, em momento nenhum, com o Sr. Ronivon, com o Sr. Deputado João Maia, com Dona Zila, em momento algum.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Deputado Chicão Brígido, o fato, na ocasião, teve repercussão nacional. Acredito que, no Acre, tenha tido uma repercussão ainda muito maior, em virtude de serem os supostos participantes pessoas influentes na política local.

V. Exª não teve nenhuma notícia de que se fizera algo em torno da compra de votos em Rio Branco, no Acre? V. Exª não teve notícia desse movimento?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Se algum deputado teria recebido dinheiro?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não. Eu estou perguntando se esses fatos repercutiram em Rio Branco, repercutiram no Acre, antes de virem a público.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Ah, sim. Não, não, não. No Acre, não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eu devo declarar a V. Exª que a gravação da conversa houve. Houve. Dado o temperamento aberto do Deputado Ronivon Santiago, esse diálogo gravado nunca chegou ao conhecimento de ninguém no Acre? Foi necessário que um jornal de São Paulo o estampasse nas suas páginas, para que ele chegasse ao conhecimento do mundo político do Acre?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não tive conhecimento, Sr. Relator. De conversas a respeito das gravações?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sim.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não. Não tive conhecimento.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – É o que estou perguntando a V. Exª. Permita-me insistir. Houve a conversa?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A conversa foi gravada. Eu me permito fazer essa afirmativa, porque estou me baseando em um laudo feito por um técnico de reconhecida nomeada nacional, que afirma que a gravação é autêntica. Essa gravação foi feita no Acre, foi feita em Rio Branco. O mundo político de Rio Branco somente tomou conhecimento da existência dessas conversas, de um diálogo dessa natureza depois que um jornal de São Paulo o estampou em uma de suas páginas? Quer dizer, antes da **Folha de S. Paulo** ninguém, no Acre, tinha conhecimento, do teor dessas conversas?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Que eu soubesse, não, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Exª sabe que além de V. Exª outros deputados do Acre foram alvo dessa mesma denúncia do Deputado

Ronivon Santiago. Abriu-se na Câmara, na ocasião, um processo de investigação. Não havia ainda o Conselho de Ética. O Presidente compunha a comissão de investigação e esta apurava os fatos, até os limites que lhe eram possíveis, e remetia para a Comissão de Constituição e Justiça.

V. Ex^a respondeu a esse processo, defendeu-se dentro dele.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Respondi.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O processo foi remetido à Comissão de Constituição e Justiça, e, tanto na comissão de investigação quanto na Comissão de Constituição e Justiça, V. Ex^a foi absolvido, não é verdade?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Perfeito.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quer dizer, não se apurou absolutamente nada que o comprometesse nessa questão. V. Ex^a, portanto, está fora de qualquer alcance no que diz respeito ao seu comprometimento. Por isso, tranquilizando-o, quero perguntar-lhe: V. Ex^a não tinha conhecimento de que esse processo estava se efetivando ou pelo menos que havia tentativas de efetivá-lo em Rio Branco? Quer dizer, esse processo de aquisição de votos para aprovação da Emenda Constitucional nº 1?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – V. Ex^a está me perguntando se...?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Se o senhor não tinha conhecimento disso.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Se o Governador Orleir Cameli estava fazendo...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Se as pessoas, se o comando político do Acre... Procure compreender, sem nenhum intuito de diminuição, o mundo político do Acre não é tão numeroso. Tem uma Bancada de 8 deputados em uma cidade cujas características são muito próprias para a difusão muito rápida de acontecimentos dessa natureza. Isso nunca chegou ao conhecimento do senhor, em Rio Branco?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Conhecimento se tinha alguém pedindo votos? É isso, Sr. Relator?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Tentarei ser mais explícito. Obviamente, não me estou fazendo compreender por incompetência minha, não se incomode.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Desculpe-me, Sr. Relator, mas eu...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Travava-se em Brasília uma batalha parlamentar. V. Ex^a participava dela como deputado, representante

do PT do Acre. Subitamente, surgiu a notícia de que deputados do Acre teriam sido subornados com a quantia de 200 mil reais para votarem a favor dessa emenda de reeleição do Presidente da República, digamos assim. O senhor não teve conhecimento desse fato relacionado com os deputados do Acre? Ele não repercutiu em Rio Branco antes de repercutir na **Folha de S.Paulo**?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não, Sr. Deputado, não tomei conhecimento.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quer dizer que a matriz de todo o conhecimento a respeito é da **Folha de S.Paulo**?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – É.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O senhor quer nos fazer crer que uma conversa desse tipo, mantida por um homem de temperamento aberto, como o Sr. Ronivon Santiago, chegou ao conhecimento dos repórteres da **Folha de S.Paulo** antes de chegar ao conhecimento do mundo político do Acre?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Sr. Relator, eu não estou dizendo... Eu não tomei conhecimento. O senhor está me perguntando se tomei conhecimento, através de outras pessoas, de que havia esse tipo de entendimento no Acre?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– É.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não. Comigo não. Ninguém nunca conversou isso comigo.

O RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – **O senhor, então, foi surpreendido pela publicação da Folha de S.Paulo?**

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Antes dela, dessa publicação, o senhor não tinha nenhuma suspeita, notícia nem insinuações a respeito disso?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – O senhor está me perguntando se ouvi conversas dentro do Congresso? É isso? Não. Lá, no Acre não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Vou repetir. O senhor foi surpreendido com a publicação pela **Folha de S.Paulo**. Antes da publicação da **Folha de S.Paulo**, no âmbito político do Acre, o senhor nunca ouviu insinuações ou mesmo referências vagas a esse episódio?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não, senhor. Não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)

– Na lista de inscrição, está inscrito o Deputado José Rocha, que não está.

Deputado Luiz Couto, com a palavra por 10 minutos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Srª Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, Srªs e Srs. Senadores, é importante, Relator, destacar que, naquele relatório em que V. Exª também foi o responsável pela investigação, o relatório diz que o Deputado Ronivon Santiago deixou claro que conhece a identidade da pessoa que fez a gravação. Ele disse hoje aqui que não sabia quem. Então, é importante depois V. Exª confrontar também com essa informação que aqui está, no relatório daquele momento.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Exª me permite?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois não.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Fiz essa pergunta ao Deputado Ronivon Santiago porque, tendo sido relator, tinha conhecimento de que ele havia declarado qual era a pessoa. Mas ele disse que não conhece, não cabe a mim fazer a revelação.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

Ele negou sempre. Nós não temos a fita, precisamos tê-la para ouvi-la, para isso, vamos fazer um requerimento para que a Comissão possa ouvir todo o teor da fita. Mas há um momento, e o Relator já se manifestou sobre isso, da fala de Ronivon com esse Sr. “X”.

Em primeiro lugar, gostaria de saber se o Deputado Chicão Brígido ouviu falar que, naquele momento, havia movimentação para a compra de votos aqui. Ou seja, se tinha conhecimento, se tinha ouvido nos corredores que havia uma movimentação nesse sentido?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Deputado Luiz Couto, não. O que se ouvia seriam pleitos de natureza política. Compra de votos não, senhor.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas que pleitos seriam esses?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Liberação de emendas, pleitos de natureza política.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim. Também canal de TV, de rádio?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Isso aí, não. Eu estou falando de um todo, de um Congresso como um todo. Digamos assim, pleito de natureza política.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

Mas, na primeira fala, Ronivon diz assim: “O dinheiro da compra de seu voto teria sido providenciado pelo Governador Amazonino Mendes” – aqui o seu relato.

Ronivon: “Mas aí deixa eu te contar quem deu o dinheiro para ele, Orleir Cameli, lá, foi Amazonino. Ele não trouxe nem dinheiro. O problema é o seguinte: o Amazonino marcou dinheiro para dar 200 para mim,

200 para outro, (*Inaudível.*) Maia, 200 para Zila, 200 para Osni, você está me entendendo? Então, ele foi e passou para o Orleir. Mas, no dia anterior, parece, ele precisou dar 100 – parece que foi para o Chicão –, e só deu 100 para mim.”

Sr. “X”: “Ah, Chicão também pegou?” Disse: “Pegou”. Eu não sei de nada.

V. Exª já disse que isso não aconteceu com V. Exª.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Isso é a marca da irresponsabilidade, Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – E um político que está aí fazendo ilações irresponsáveis. Então, eu não tenho nada a ver com isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – V. Exª considera que o Deputado Ronivon Santiago teria enlameado a sua vida. Qual seria a motivação dele para fazer isso com V. Exª, já que V. Exª não era do grupo do governador, era da Oposição? Por que o seu nome nessa bandalheira?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Boa pergunta, Deputado Luiz Couto. Como eu disse, esta Comissão tem que chamar aqui o Sr. Amazonino Mendes, o Sr. Orleir Cameli e o Sr. Ronivon Santiago, que esteve de manhã aqui, para explicar esse episódio, porque eu sou vítima dessa bandalheira. Eu sou vítima disso. Eu nunca participei de reunião. Eu nunca estive fazendo negócio nenhum com o Sr. Ronivon, nem com ninguém não. Então, eu não posso explicar aqui por que o Sr. Ronivon, de repente, citou o meu nome. Isso é coisa que deve estar na cabeça do Sr. Ronivon e do Sr. Orleir Cameli, se é verdade que isso existiu.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Falando nisso, qual era o relacionamento do senhor com o Governador da época, Orleir Cameli?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Relacionamento, o senhor está perguntando se...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não. Não tinha, não tinha.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Do ponto de vista político o senhor estava do lado oposto?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Do PMDB, exatamente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Do lado oposto.

Numa outra fala do Sr. “X” com o Ronivon, ele diz:

Sr. “X”: “Aí, de manhã cedo, ele ligou para todo mundo, porque tinham descoberto que o cheque não prestava. Aí todo mundo se revoltava, disseram que

não iam votar porque o cheque era cheque sem fundo e eles queriam dinheiro em espécie para poder votar”.

Então, era um cheque, inclusive, parece-me, do Banco do Amazonas, que era concedido por uma empresa do Sr. Eládio Cameli, que é irmão do Sr. Orleir.

A partir daí, houve uma confusão. Eles tentaram modificar. Aí disse: “Aí, de manhã cedo, ele ligou para todo mundo e mandou ir lá” – isso significa o Eládio, que estava lá e que chegou para resolver essa situação. “E ele já tinha conversado com Chicão”.

O senhor teve alguma conversa com o Sr. Eládio Cameli aqui em Brasília ou em qualquer local?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não, senhor.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Conhece o Sr. Eládio Cameli?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Conheço. Ele é uma pessoa lá de Cruzeiro do Sul, mas não tenho nenhuma intimidade com ele, não tenho nenhuma...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

Mas aí chegou o Osmir, estava lá com a sacola – uma sacola assim –, e aí mostrou – teve até risos –, João Maia com a outra. Aí o Orleir: “Êpa, melhorou esse negócio”. Aí ele me chamou lá dentro: “Não, não, tu levas só esses cem mil aqui, porque depois te dou os cem, dentro daquele acerto que tu tens. Aí eu pago tudo dentro daquele, pra você tem por lá. Aí, to aí, o meu foi assim”.

Pergunto se V. Ex^a tinha conhecimento de que, lá, no Estado do Acre, havia também a situação de que a empresa do Sr. Orleir Cameli conseguia fazer com que outras empresas ganhassem licitações, e a empresa dele fornecia máquinas. Inclusive a Polícia Federal apreendeu máquinas que estavam com adesivo de determinada empresa, que, ao ser retirado, estava lá o da empresa do Sr. Orleir Cameli. V. Ex^a tinha conhecimento dessa situação?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Com relação aos negócios não, Deputado. A única coisa sobre a qual eu tinha conhecimento, por meio da imprensa, foi com relação a essa empresa do Orleir Cameli, que cedia máquinas para outras empresas. Disso, tive conhecimento pela imprensa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor, como Parlamentar, teve algum contato com o Sr. Sérgio Motta?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não, senhor.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não.

E o Sr. Ricardo Sérgio, o senhor conhece?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não, senhor. Se conheço, é de vista; de nome, não sei nem quem é.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas não teve nenhuma conversa?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não sei nem que é. Não sei nem quem é. Posso até conhecer de vista.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O Sr. Luiz Carlos Mendonça de Barros?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Também só de televisão.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Com o Sr. Amzonino Mendes, o senhor teve algum tipo de...

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não, senhor.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não.

Queria ainda perguntar: a partir do momento...

E o Sr. Narciso Mendes, o senhor conhece, por causa do...?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Qual o tipo de relacionamento com o Sr. Narciso Mendes?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Relacionamento pessoal, nenhum. Relacionamento de natureza política. “Oi, oi”, mas não tenho nenhuma relação, digamos, mais profunda politicamente com ele, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nunca teve com ele uma conversa sobre bastidores da votação da PEC da reeleição?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não. Não. Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não teve.

Para concluir, Sr. Presidente: e o Deputado Pauderney Avelino, na época, o senhor teve alguma conversa com ele? Ele o procurou?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não, não, Deputado. Não, não, senhor. Comigo não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não. Certo.

V. Ex^a disse “comigo não”, pode ter sido... mas, comigo não

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – É porque esse negócio aí... Ora...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Esse negócio da bandalheira pode... Ou seja, V. Ex^a, inclusive, pede que possamos ouvir essas pessoas, porque, segundo V. Ex^a, eles é que teriam que explicar essa questão da bandalheira.

Sr^a Presidente, muito obrigado. Solicito a minha reinscrição.

A SR^a PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Concedo a palavra ao Deputado Daniel Almeida, por dez minutos.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Se fosse possível, Sr^a Presidenta, a Deputada Perpétua está solicitando a permuta, mais uma vez, e eu falaria no lugar dela.

A SR^a PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – V. Ex^a trocaria, então?

Então, com a palavra...

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Deputada.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Pois não.

O SR. (Orador não identificado) – Não tenho nada contra, mas vamos instituir aqui uma prática não comum. A Deputada Perpétua é suplente e, sempre que há troca, ela fala no lugar de um titular. Os outros titulares têm a sua vez postergada. Não tenho nada contra, só que burla o Regimento. E, na realidade, essa prática que já foi condenada aqui, quando um Deputado da Oposição fez a mesma coisa e todo mundo reclamou aqui.

Então, quero dizer, com todo o respeito à Deputada, que certamente gostaria que todo o Regimento aqui fosse cumprido. Se os colegas acharem que não é necessário cumprir o Regimento... Aquele dia foi utilizado o Regimento com o Deputado Abelardo Lupion, e houve críticas ácidas aqui a S. Exª, que era suplente, quanto ao uso da palavra na questão do Citibank.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – É verdade. É verdade.

O SR. (Orador não identificado) – Quando o Deputado Daniel Almeida estava presidindo, a Deputada Perpétua já utilizou o seu tempo. Penso que isso não pode se tornar uma prática, não é?

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Até porque temos o Deputado Júlio Redecker, depois, o Deputado João Correia. São dois Deputados titulares. O Deputado Daniel...

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Queria só esclarecer, Deputada-Presidente, penso que temos que cumprir o Regimento, mas temos que levar em conta que não estou colocando alguém que é suplente para falar no lugar do titular, com tempo diferenciado etc. Quem indica quem é suplente e quem é titular aqui é a Bancada do Partido.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Eu sei, mas ela é suplente. Quanto a isso, não podemos negar.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Todos são Deputados. Então, o que eu sugeri, porque ela é Deputada pelo Acre e tem informação, tem elementos, dados, tem um outro compromisso.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Mas, Deputado, o João Correia é do Acre e é titular.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Então, se não for possível, eu mantenho a minha inscrição.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Não, não é. Vamos deixar, o senhor pergunta, depois, ela pergunta.

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – Deputada Zulaiê, só para explicação.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Pois não.

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – Nós já fizemos isso em outros momentos; vários Parlamentares usaram desse artifício. Nenhum dos Parlamentares inscritos vai ficar prejudicado, porque a lista vai ser seguida. O Deputado Daniel vai falar por último. Não tem nenhum problema, isso já foi feito.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – É, mas se alguém quiser sair. Vamos manter...

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – A não ser que todo o resto do pessoal se coloque contrário a isso.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – É. Vamos manter, que é melhor.

Deputado Daniel Almeida, V. Exª tem a palavra.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Pois não, Presidente.

Não vamos fazer polêmica em torno dessa questão. Não haveria nenhum prejuízo para nenhum dos Deputados inscritos.

Mas, Srª Presidenta, nobre Depoente, Sr. Chicão Brígido, o fato é que naquela oportunidade, na Emenda da Reeleição para cargos executivos, a Emenda da reeleição do Presidente Fernando Henrique, fatos aconteceram. Fatos que ganharam extraordinária repercussão na imprensa nacional.

Há uma fita, lida e relida aqui, pelas transcrições que foram feitas na época, que traz detalhes, traz informação, detalhes, datas, valores, pessoas. E essa fita é autêntica. Foi confirmado que essa fita é autêntica. Portanto, aqueles episódios aconteceram.

V. Exª era Deputado, Deputado do Acre, muitos nomes de pessoas do Acre foram levantados, envolvidos naquele episódio. Então, fica estranho. É difícil acreditar que nesse ambiente de poucos Parlamentares do Acre não tenha havido algum vazamento desse tipo de informação. Então, realmente, fica difícil.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – V. Exª...

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Mas eu queria perguntar...

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Desculpe-me Deputado, mas V. Exª está dizendo que é difícil acreditar o quê? Em mim?

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Não, eu, eu... que, nesse ambiente de Parlamentares do Acre, não tenha havido esse tipo de informação, que pudesse ter vazado, ter chegado ao mundo político acreano.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Ah! Está.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Mas eu queria indagar a V. Exª é sobre o relacionamento pessoal de V. Exª com o Deputado Ronivon Santiago.

Eu sei que V. Exª não fazia parte do mesmo grupo, não fazia parte do mesmo grupo do Governador, mas, do ponto de vista pessoal, havia alguma convivência, contato, conversas?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Convivência de natureza política. Convivência pessoal, amiga, amizade pessoal, não, Deputado.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Não tinham convívio, assim, de trocar informação?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não. Não. Não.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Saíram juntos?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não. Não, senhor.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Não havia amizade?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não, senhor.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Uma coisa que me preocupou, nobre Deputado Chicão Brígido, V. Exª afirmou aqui que em momento algum participou dessa bandalheira e, depois, que o Amazonino Mendes e Oleir participaram dessa pouca vergonha, eles é que teriam que explicar.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Exatamente.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Então, V. Exª acredita que houve uma bandalheira nesse processo?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Se é verdade o que está na fita, eu, como depoente aqui, não posso ser responsável para dizer que aconteceu ou não aconteceu. Mas, se é verdade, isso é uma pouca vergonha, sim, e uma bandalheira, sim.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Mas V. Exª conhece os personagens, sabe da sua prática política, teve relações mesmo que pessoais com os personagens aqui citados. V. Exª seria capaz de afirmar que eles eram capazes de fazer bandalheiras ou participar de atos, caracterizados por V. Exª como atos de pouca vergonha, pelo conhecimento que V. Exª tem dessas pessoas?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Deputado, como depoente, aqui, eu não posso aqui fazer afirmações desta natureza. O que eu quero aqui reafirmar e dizer é que, se é verdade isso aí, é da forma como eu coloco: isso é uma pouca vergonha, isso é uma bandalheira. Quem tem que vir explicar aqui são as pessoas citadas. Já foi uma injustiça eu ter que responder a um processo de cassação por conta de uma suposição – de uma suposição: “Olhem, parece que o Chicão pegou”. Parece. Pelo amor de Deus, eu não vi nada.

Então, mais uma vez, eu estou aqui. Então, desculpe-me um pouco aqui a minha indignação, mas eu não posso aqui, como depoente, dizer que fulano e

isso e aquilo. Eu não posso. Isso aí é juízo da Comissão e não meu.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Pois não, Deputada Zulaiê Cobra. Eu entendo que, diante dos fatos, das respostas já dadas, aqui, pela manhã, pelo Deputado Ronivon Santiago e, agora, pelas indagações já feitas ao depoente, o Deputado Chicão Brígido, nós temos poucas possibilidades de avançar.

O que tem se percebido nestas oitivas é que as pessoas não avançam, não se dispõem a evoluir, no sentido de apresentarem fatos que poderiam levar a uma contribuição maior para o esclarecimento desses episódios. Todos chegam aqui e se mantêm no nível daquilo que já é...

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – V. Exª não está se referindo a mim não, não é? Que eu esteja escondendo aqui alguma coisa, não é, Deputado?

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Eu gostaria de concluir. É uma opinião que eu estou expondo. V. Exª deveria aguardar eu concluir.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Tudo bem.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Então, todos aqui se mantêm no nível daquilo que já é do conhecimento. Todos têm se portado assim. Não tem tido um desprendimento no sentido de apresentar fatos novos, um detalhe que pode ter escapado e que a imprensa não percebeu e que pudesse levar a uma contribuição maior para o esclarecimento daqueles episódios. Tem sido esse, e não é um fato isolado que atribui-se a V. Exª.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Ah, está bem.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Essa tem sido, infelizmente, a praxe dos depoimentos que temos verificado aqui, nesta Comissão. Portanto, se é assim, se tem sido este comportamento, eu não tenho mais o que indagar ao depoente.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Deputado Daniel Almeida, V. Exª sabe muitíssimo bem que todos eles foram, inclusive, analisados e julgados. Alguns já foram absolvidos e estão voltando hoje aqui – é o caso do Chicão Brígido. Eu participei da votação no Plenário, eu o absolvi. Quer dizer, todos nós já participamos deste processo. Eles estão voltando, então, a dificuldade é grande. Foi difícil também o Delúbio... Todos foram muito difíceis. Nós, então, temos aqui uma situação complicada. V. Exª sabe disto.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Eu não estou isentando ninguém. Eu estou dizendo que todos têm que ter esse comportamento.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Todos. Eu estou dando razão a V. Exª.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – E, neste caso,...

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Mas eu gostaria, se V. Exª acha que eu estou faltando com a verdade, que seja sincero, pode dizer para mim.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Eu não estou dizendo que V. Exª está faltando com a verdade. Eu estou dizendo que, seguramente, a esmagadora maioria daqueles que têm comparecido aqui sabem muito mais do que o que têm dito aqui, nesta Comissão. Eu não tenho a menor dúvida disso. Não é um caso isolado, que poderia atingir V. Exª. Há uma espécie de pacto para que as coisas....

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Mas eu não participo de pacto, Deputado.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) –...não sejam esclarecidas.

Eu gostaria de concluir. Estamos fazendo o maior esforço aqui para descobrir a verdade. A opinião pública quer e tem o direito de saber a verdade, e nós estamos com uma enorme dificuldade de identificar quem está falando a verdade, quem está mentindo, qual é mesmo a verdade e que conteúdo ela tem; que pena caberia para cada um que cometeu o ilícito; quem cometeu e quem não cometeu o ilícito.

Nós, então, estamos com uma grande dificuldade de evoluir nessa direção. Não é um episódio que se restringe a um ou outro depoente. Infelizmente, tem sido essa uma prática corriqueira.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Perfeito. Eu só quero esclarecer que comigo não existe pacto. V. Exª falou em pacto. Comigo não existe pacto.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Antes de dar a palavra ao Deputado João Correia, eu quero dizer que o Dr. Michel Saliba Oliveira, Advogado da OAB – de onde é seu Estado, Deputado?

O SR. MICHEL SALIBA OLIVEIRA – Do Paraná.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Paraná – 18.719 – e está fazendo parte da Mesa como advogado do Deputado Chicão Brígido.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Só para esclarecer, o Deputado Michel é o amigo que nós temos aqui e que está cuidando de outro processo meu e pediu aqui, não é? E pediu que...

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – É bom que acompanhe V. Exª porque V. Exª precisa ter um bom advogado a seu lado.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Nós estamos...

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Deputado João Correia.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Deputada Zulaiê, estou querendo que o Deputado Michel me ajude a tomar posse aqui na Câmara, viu?

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Está certo.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Essa é a ajuda, agora, que eu quero dele.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Mas ele pode ajudar o senhor em todos os momentos.

O SR. (Orador não identificado) – Deputado ou advogado?

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – É advogado.

Deputado João Correia, com a palavra.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Srª Presidenta, Sr. Relator, Srªs e Srs. Deputados, não sei se há algum Senador nos honrando com a presença, Sr. Depoente, seu advogado, o ex-Deputado Chicão Brígido, vereador, etc, é do meu Partido, do PMDB, e é o 1º Vice-Presidente da Executiva Estadual do PMDB.

Eu, pessoalmente, tinha muita esperança, Presidenta, de que o Deputado Ronivon Santiago trouxesse, realmente, informações substantivas, fortes. Mesmo num esforço de memória, porque o Deputado Ronivon, de fato, sabe muita coisa do que aconteceu no passado, nos idos de 1997, 1998 e também agora, nesse episódio do mensalão. O Deputado Ronivon Santiago tem uma informação muito precisa, mesmo porque, os recursos que o PT, com a autorização de Delúbio e operacionalizado pela Dona Simone, com a concordância de Marcos Valério, passou para o PP do Sr. João Cláudio Genu, tiveram o recurso, digamos assim... (*Ininteligível.*) O álibi foi utilizado no pagamento do advogado, exatamente, Dr. Paulo Goiás, que hoje esteve aqui e vem a ser o advogado do Deputado Ronivon Santiago.

Então, o Deputado Ronivon Santiago nem falou antes e nem agora. Acho, Deputado Chicão Brígido, que fica um pouco prejudicada a minha inquirição a V. Exª, mas gostaria apenas de fazer algumas observações e uma perguntinha. Antes, porém, quero fazer um pouco de justiça, Sr. Relator. Suspeito – não tenho certeza – que essa gravação não tenha absolutamente nada a ver com aquela terra lá no oeste da Amazônia chamada Acre. Acho que ela não foi feita, não foi urdida, não foi tecida nem em Rio Branco, nem em Cruzeiro do Sul, em lugar algum do Acre; ela foi feita aqui nos corredores – é uma suspeita que tenho –, nos corredores da Câmara Federal, no cafezinho, ali entre uma votação e outra, talvez em algum gabinete, em alguma casa, mas acho que o Acre realmente desconhecia inteiramente, porque pode ter certeza de que, se isso tivesse sido urdido no Acre, politicamente lá... As pessoas brincam falando da politização, às vezes, muito exagerada do povo acreano. Dizem que, na questão política, o Acre

tem fuxico que toca Nova Iorque. Então, não tenha a menor dúvida de que, se isso tivesse sido tecido no Acre, teríamos tido a informação e certamente nós a teríamos oferecido ao Brasil antes da gravação da **Folha de S. Paulo**, feita pelo Sr. “X”, a pedido dela, na qual o Deputado Chicão Brígido foi citado.

Gostaria de isentar. Tenho uma suspeita, ou melhor, quase certeza de que o povo acreano, a política acreana diretamente vinculada, não tem absolutamente nada, não teve conhecimento, porque não teria sido feito lá e, sim, aqui em Brasília, aqui nos corredores da Câmara. Esse é o primeiro dado.

O segundo dado é o seguinte: o Deputado Ronivon Santiago, quase Deputado Chicão Brígido – olha a ironia: há uma disputa dos mandatos que está sendo levada para o plano da Justiça, o plano da Mesa Diretora. Várias instâncias estão sendo acionadas para a substituição do Deputado Ronivon Santiago pelo então Deputado Chicão Brígido.

Como o Deputado Ronivon Santiago negou hoje que tenha feito aquelas afirmações... Ele negou que tenha citado V. Ex^a, Orleir Cameli, Amazonino Mendes (*Ininteligível*), João Maia, qualquer um outro. Enfim, ele negou qualquer tipo de citação. Disse que era brincadeira, etc, mas que a voz era dele, que teria havido uma montagem das fitas que teriam sido gravadas em vários lugares diferentes. Então, não fica muito fácil de fazer a V. Ex^a... Vou chamá-lo de V. Ex^a, não pela eminência porque V. Ex^a poderá assumir como Deputado, mas pelo fato de ter sido Deputado até bem recentemente.

O fato que quero colocar é o seguinte: o Deputado Ronivon Santiago, o ex-Deputado Osmir Lima e o ex-Deputado João Maia – não sei se a ex-Deputada Zila Bezerra – tiveram um processo diferente do de V. Ex^a porque ambos renunciaram ao mandato e, por conseguinte, não passaram pelo crivo da Comissão de Constituição, Justiça e de Redação – haja vista o fato de ainda não existir o Conselho de Ética. V. Ex^a, a ex-Deputada Zila Bezerra, hoje Prefeita de Cruzeiro do Sul, e Osmir, Lima ao contrário, foram investigados por uma comissão de sindicância, que, é bem verdade, tinha poderes muito limitados, que não tinha poder de quebra de sigilo e outros, como tem a CPI. Depois, foram para a Comissão de Constituição, Justiça e de Redação. Lá foram inocentados – houve uma recomendação – e foram julgados pelo Plenário, que os inocentou.

No entanto, o ex-Deputados Osmir Lima e Ronivon Santiago disseram hoje que o Ministério Público Federal fez o pedido da quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico já que eles não puderam ser quebrados na investigação da comissão de sindicância. Pergunto

a V. Ex^a se o seu sigilo bancário, fiscal e telefônico foi quebrado nesse episódio.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Coloquei-os à disposição, Deputado João Correia no momento em que o Ministério Público do Acre abriu um procedimento de investigação. Lembro-me de que protocolei na Procuradoria a autorização para quebrá-lo. Não foi preciso a Justiça quebrar meus sigilos. Eu mesmo os coloquei à disposição.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Então, V. Ex^a não sabe porque – olha a ironia do mundo – o advogado de Ronivon Santiago, Dr. Paulo Goiás, informou-me, para ver se entrava em contato com V. Ex^a, porque, dos nomes arrolados apenas o nome de V. Ex^a não estaria embutido na quebra dos sigilos solicitada aqui no TRF da Primeira Região. A informação do Advogado Paulo Goiás é a de que V. Ex^a não teria tido o sigilo quebrado, o que num ato positivo poderia denotar...

Não estou dizendo isso, não estou passando a mão na cabeça de V. Ex^a porque, ao que me parece, não é preciso. A todos os que vieram aqui fiz as perguntas que acho que deveria ter sido feitas com toda liberdade. Agora, diante da negativa absoluta e peremptória do Sr. Ronivon Santiago, Deputado Chicão Brígido, sinceramente, não tenho o que lhe perguntar mais.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Deputado João Correia, eu gostaria de fazer uma observação sobre a questão de sigilo ou de não-sigilo. Penso que quem está na vida pública não pode ter medo de quebrar sigilo. Isso deveria ser uma coisa aberta. Você, ao entrar na vida pública, já deveria ter automaticamente o seu sigilo fiscal quebrado. Não digo telefônico porque é uma questão mais de privacidade. Mas a questão do sigilo fiscal... A vida de um homem público tem que ser totalmente aberta porque a vida pública impõe determinadas obrigações perante a sociedade. Infelizmente, alguns se escondem atrás de um mandato, Deputada Perpétua, para, às vezes, fugir de determinadas irregularidades. Isso é que penso ser um equívoco.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr^a Presidente, para concluir, ainda tenho um minuto.

Acho que V. Ex^a, no entanto, precisa explicar melhor uma questão levantada pelo Deputado do glorioso PCdoB da Bahia, meu Deus do céu... Daniel Almeida, é que o cansaço às vezes também já nos leva a esquecer, que é o seguinte: V. Ex^a fala em bandalheira. Ora, para se falar em bandalheira, nós temos que ter algum tipo de conhecimento. V. Ex^a foi citado pela gravação feita com o ex-Deputado Ronivon Santiago e foram citados outros Deputados, inclusive os Governadores. Ora, se V. Ex^a foi citado de forma absolutamente indevida, segundo a opinião de V. Ex^a, V. Ex^a considera plausível a

possibilidade de que as outras pessoas também possam ter sido citadas de forma impertinente, absurda, irresponsável, ou, como diz o Relator, por um temperamento aberto do nosso gravado?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Deputado João Correia, em momento algum aqui eu afirmei que A, B ou C fizeram algum tipo de bandalheira. O que eu estou afirmando é que, se é verdade essa gravação, é assim que eu conceituei isso. Eu não posso ter outro tipo de conceito, não é? Isso é uma pouca vergonha. Eu não consigo conceber na minha cabeça, digamos, que alguém que recebe um mandato popular possa praticar uma negociata da forma como está transcrito nesta gravação. Isto é coisa para Fernandinho Beira-Mar para lá, Deputado João Correia, pelo amor de Deus! Então, é isso que eu estou dizendo. Eu não posso admitir que alguém que tenha um mandato popular possa, digamos, se colocar numa situação dessa. Isso... são as minhas convicções. Não estou aqui, de maneira nenhuma, acusando ninguém. Agora, vou dizer a V. Ex^a, vou sempre dizer isso: eu acho que quem se presta a um tipo de situação dessa eu acho que isso é uma bandalheira, sim. Não estou aqui, de maneira nenhuma, acusando ninguém.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – OK, Presidenta.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Deputado Júlio Redecker.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr^a Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Senadores, Deputado Chicão Brígido. Deputado, o senhor foi, juntamente com Osmir Lima e Zila Bezerra, inocentado pela Comissão de Constituição, Justiça e de Redação da Câmara, razão por que a Procuradoria-Geral da República arquivou as representações do Ministério Público para abertura de ações penais contra os senhores. O senhor passou pelo processo, está aqui o Relator Abi-Ackel, a Deputada Zulaiê Cobra à época também participou, e foi inocentado. Na realidade, além dessas conversas telefônicas, nada se comprovou contra V. Ex^a. Eu queria perguntar a V. Ex^a: foi-lhe perguntado se o senhor tinha conhecimento de que havia compra de votos na ocasião da reeleição? O senhor alguma vez ouviu falar de compra de votos antes da publicação da **Folha de S. Paulo**?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não senhor.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Pois veja: a própria **Folha de S. Paulo**, pelo jornalista Fernando Rodrigues, montou, juntamente com esse Sr. “X”, que ganhou o nome em função do secretário da redação da **Folha**, à época Josias de Souza, para que, com o gravador, moderno à época, da Sony, gravasse os cinco Parlamentares em momentos diferentes,

para que eles jamais soubessem a identidade do Sr. “X”. Quer dizer, a **Folha** é que garante o segredo, diz a reportagem da **Folha** de 21 de maio de 1997, e que ninguém sabe quem é o Sr. “X”, só quem sabe é a **Folha**, e que esse segredo está guardado, que apagaram a voz dele nas gravações e que na realidade a **Folha** acredita que ninguém saiba quem é o Sr. “X”. O senhor tem idéia de quem seja o Sr. “X”?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Deputado Redecker, idéia nós não temos. O que circula à boca pequena no Acre, essas suspeitas recaem sobre o ex-Deputado Narciso Mendes. Suspeitas recaem sobre ele, não é? Porque eu tive informações e em entrevista última agora no **Jornal do Acre** – informações, não sei se é verdade – em que ele diz que não é ele, que isto foi o ex-Deputado Carlos Airton, que já é falecido. Então, nós não temos, assim... Esse Sr. “X” continua um mistério também aqui.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Na verdade, o senhor, pessoalmente, na sua convicção, e eu sei que o senhor é um homem firme, com uma história de vida muito forte que o senhor contou aqui, o senhor não tem nenhuma prova de que o Sr. “X” seja conhecido.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não. Prova não tenho não, senhor.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Então, quer dizer, que dizer que alguém conhece o Sr. “X”, sabe que ele gravou, ninguém tem provas disso, porque a própria **Folha** diz a mesma coisa.

O senhor, por acaso, em alguma oportunidade, antes de esses fatos acontecerem, de serem levados a conhecimento, que lhe trouxe um grande prejuízo político, não tenha dúvida disso, o fato de ser um dos envolvidos já traz uma perda eleitoral, tem que dar explicações, grande prejuízo político, o senhor alguma vez foi contatado por alguém do Governo do Presidente Fernando Henrique para pedir que o senhor votasse a favor da reeleição em troca de algum benefício pecuniário em dinheiro?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Ao que o senhor atribui o fato de as pessoas dizerem que houve compra de votos na reeleição. Eu não vi nenhum deputado vir aqui e dizer que houve compra de votos na votação da emenda da reeleição. O senhor ouviu aqui no plenário da Câmara, ao longo desses anos dizer algum Deputado dizer: eu recebi uma proposta, eu tive meu voto comprado? O senhor ouviu?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não. E se ouvi, seria pleito de natureza política.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu entendi quando o senhor disse que esse pleito de na-

tureza política é o que falam hoje aqui da liberação de recursos de governo para as emendas parlamentares que, acredito, deveriam ser impositivas para que aqui o Congresso fugisse dessa mão grande do governo que libera, todos os governos liberam de acordo com os seus interesses.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – E um dia temos que acabar com isso, não é Deputado?

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – É o que queremos. O senhor tem convicção de que naquele episódio da reeleição não houve compra de votos?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não. Isso eu não posso entrar nessas convicções.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Mas o senhor ouviu alguma coisa que lhe desse esta convicção?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não ouvi.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Então, o que o senhor sabe a respeito dessa matéria foi o que o senhor leu na Folha a partir daquele momento?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Perfeito.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Qual a sua relação com o Deputado Ronivon Santiago?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Relação de natureza política.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor acredita que, pelo seu temperamento, o senhor é um homem forte, decidido, eles não teriam coragem se houvesse esses agentes, de chegar até o senhor, de fazer uma proposta dessa natureza?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – É pesado, não é Deputado, principalmente de quem tem responsabilidade. Porque a minha história, digamos assim, o camarada chegar por um homem que chegou ao Congresso, com toda a força política que tinha, me preparando para ser governador de um Estado, digamos, o camarada tem que chegar duas vezes para chegar e me fazer uma proposta indecente dessa.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Ao que o senhor atribui o fato de o seu nome ter sido envolvido nesse processo, porque na realidade o senhor tinha uma carreira política, e ainda é político, promissora. Eu me recordo aqui que o senhor era tido como um dos fortes candidatos ao governo do seu estado, uma pessoa que veio de uma situação humilde, trabalhou a vida inteira, com dificuldades e despontou na política com muita força. O senhor acha que houve interesses no sentido de lhe podar, de não lhe permitir que o senhor tivesse crescimento político ao envolver o seu nome?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Deputado, isso é uma coisa que fiquei batendo cabeça muito tempo com isso, porque, como eu estava me preparando para disputar

o Governo do Estado, essa fita teria que ser vista na original, para podermos ter uma idéia, digamos, o que levou... Observe quando o Deputado Ronivon fala, ele não cita meu nome. Lá no outro trecho ele diz: olha, parece e tal.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Não há afirmação.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Pois é. Se pegarmos essa fita original para saber se este interlocutor fez alguma pergunta, aí sim. Fora disso, não quero aqui fazer nenhum tipo de juízo de valor porque é difícil ficar fazendo...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O Deputado Ronivon disse hoje aqui que ele tem um temperamento brincalhão, que, às vezes, na brincadeira pode ter sido editado e que, muitas vezes, dessa maneira, se entende diferente uma coisa que não era o propósito da conversa. O senhor acha que isso pode ter acontecido?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Bem, que ele é brincalhão, isso é do nosso conhecimento. Agora, se ele falou na brincadeira, eu não estou afirmando isso.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Agora é uma brincadeira, mesmo não sabendo da gravação, de mau gosto, porque na realidade fere a honra de uma pessoa que não tem nada a ver com isso.

O senhor se sentiu muito atingido à época e hoje, porque o senhor só está aqui hoje depondo porque na realidade o senhor é um ator nessa cortina de fumaça que o PT quer criar para não investigar a corrupção, o assalto a banco, o dinheiro fruto de empréstimos falsificados, que foram alimentar o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, a compra de Parlamentares aqui dentro. O senhor sabe que está sendo um ator neste momento para ser utilizado nesse tipo de movimento, que, na realidade, visa a encobrir a não investigação de fatos relevantes que estamos vivendo neste momento? O senhor tem consciência disso?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Ah, que o jogo político tem toda essa encenação? É isso?

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Isso.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não precisa ser um *expert* em política para imaginar que, digamos, a CPMI da Compra de Votos é uma forma política encontrada para rebater, digamos, a situação política que o PT vive no momento. Não precisa nem fazer comentário nesse sentido.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Então, o senhor tem consciência de que está sendo usado para criar uma contingência, um pano de fundo, para desviar a atenção do foco principal, que é a investigação da compra de votos aqui dentro e da corrupção no Governo Lula?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Infelizmente, sim, Sr. Deputado.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor, mais uma vez, afirma que o Presidente Fernando Henrique, que o senhor conhecia – ele era Presidente da República... O senhor participava de reuniões com a Bancada para solicitar apoio ao seu Estado naquela oportunidade?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Participamos de algumas reuniões, sim.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor nunca ouviu Fernando Henrique, um Ministro ou alguém do Governo, com poder de decisão, solicitando nada, absolutamente nada, com relação à reeleição?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não, a mim não.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor confirma que, pessoalmente, não houve nunca nada com o senhor?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – De maneira nenhuma, Sr. Deputado.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Veja bem, Deputado Chicão Brígido, aonde leva a política. Na realidade, o senhor hoje vem a esta Comissão como depoente, mas já livre de qualquer circunstância punitiva, porque o senhor já está liberado disso, passou pelo processo, foi absolvido e não há como, agora, buscar novamente os mesmos fatos. Na realidade, o senhor é mais um daqueles que vêm à CPMI e dizem claramente que não há nada, nunca houve, não há comprovação alguma quanto à compra de votos na reeleição. Porém, o senhor também sabe, como eu e como a maioria do povo brasileiro, que o senhor está sendo um instrumento, neste momento, de perda de tempo, em uma investigação que não existe e que, na realidade, quer aqui tirar o foco da investigação, da corrupção em que se envolveram o Presidente Lula e o seu Governo, nesta Casa e fora desta Casa, tomando dinheiro do Banco do Brasil. Imagino que os acionistas do Banco do Brasil e os correntistas ficam pensando a quem está entregue a direção daquele banco.

Quero dizer, Deputado Chicão Brígido, que, infelizmente, essa é uma das atividades políticas que menos nos glorifica: ver esse tipo de utilização de pessoas que já estão absolvidas, que não tiveram participação, que tiveram uma história de sacrifício, como o senhor nos contou aqui. Na realidade, o senhor vem aqui prestar contas e falar a verdade, dizendo tudo aquilo que sente, com a sua dor, e expressando também a verdade. Certamente, o processo político vai evoluir. Vamos encontrar os culpados e vamos puni-los, porque a verdade é infinita, e a mentira é um beco sem saída. Daqui a pouco, eles estarão presos no beco.

Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Concedo a palavra à Deputada Perpétua Almeida.

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – Srª Presidente, por mais que alguns Parlamentares não gostem de discutir a emenda da reeleição e não queiram fazê-lo, esta CPMI pretende, sim, investigar a venda de votos da emenda da reeleição e discutir a história do mensalão. Queiram ou não alguns, esta CPMI foi aprovada com esse objetivo. Ela não havia sido aprovada naquela época, porque o PSDB e o Presidente Fernando Henrique Cardoso não quiseram.

Nós poderíamos ter evitado esse constrangimento aqui, Deputado Chicão Brígido, se tivesse havido uma CPI na época e V. Exª, inclusive, tivesse sido interrogado, como vários Parlamentares do Acre ou Parlamentares daquela Legislatura.

Aproveito a oportunidade para cumprimentá-lo. Infelizmente, tenho de abordar a questão dessa forma, porque essa é a função desta CPMI, queira ou não o PSDB.

A revista **ISTOÉ**, do dia 18 de junho de 1997, ao entrevistar, na época, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, fez-lhe a seguinte pergunta: “Tudo ficaria mais claro se houvesse CPI da Compra de Votos?” Fernando Henrique respondeu: “Não, a Comissão de Justiça e a Procuradoria-Geral da República podem, sim, apurar. Não podemos transformar o Congresso em polícia. O que aconteceu com as outras CPIs foram processos que não levaram a condenação nenhuma. Fizeram muita agitação”. É isso que pensa o Chefe maior do PSDB sobre CPIs, embora eu creia que estamos fazendo a nossa parte. Acredito que estamos investigando como devemos, embora, naquela época, não tenham deixado investigar.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Deputada, fique nas perguntas agora.

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – Há três CPIs nesta Casa.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Nós já queixamos que o Deputado Júlio Redecker fez um discurso.

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – Deputada, vou continuar a minha fala. Eu vou continuar. Por favor, seja imparcial, porque V. Exª não está conseguindo ser. A senhora não está conseguindo.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Estou sendo imparcial.

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – Deixe-me terminar a minha fala. Já chega! Quero continuar. Tenho o meu tempo.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)
– Seja um pouco mais educada. Educação faz parte da vida.

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) – A senhora respeite o meu tempo.

A SRª PRESIDENTE (Zulaiê Cobra. PSDB – SP)
– Eu estou respeitando.

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) – Seja imparcial, que a senhora não está conseguindo ser.

A pergunta que eu tenho, Deputado Chicão Brígido é a seguinte: o senhor acredita que o Deputado Ronivon Santiago tenha recebido 200 mil quando vendeu o voto dele?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO (PMDB – AC) – V. Exª quer...?

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) – O senhor acredita nessa história, ou não?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO (PMDB – AC) – Olha, como depoente, Deputada Perpétua Almeida, eu não posso aqui fazer este tipo...

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC)
– Então, eu vou melhorar a pergunta: o senhor acha que ele falou a verdade hoje quando negou que tenha recebido ele, o senhor e outros?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO (PMDB – AC) – Na condição de depoente, eu não vou – V. Exª me perdoe –, eu não posso... Eu acho que não fica uma coisa ética de maneira nenhuma.

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) – Está certo. Então, vamos à próxima pergunta: o senhor, alguma vez, foi sondado nesta Casa para vender seu voto na emenda da reeleição?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO (PMDB – AC) – De maneira nenhuma, Srª Deputada.

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC)
– Então, deixe-me ler aqui um trecho da **Folha de S.Paulo**, que foi o jornal que, na época, mais abordou esse assunto e queixou-se de ter ficado sozinho no debate. O jornal veiculou o seguinte na entrevista do “Sr. X” com os Parlamentares. O “Sr. X” pergunta o seguinte: “E para o Planalto? Esses votos o Planalto acha que foram conseguidos pelo Orleir ou pelo Amazonino?” O Ronivon responde na fita: “Olha, eu estive com o Sérgio Motta duas semanas atrás e ele gosta muito do Orleir. Me falou que o Orleir até virou o voto do Chicão”. Continuando, aí o senhor responde já. Mais adiante, a **Folha de S.Paulo** também publica várias matérias acerca do episódio e relata que, “às 17h45min, procurou Motta, não conseguiu falar com ele. Depois, às 18h45min, procurou falar com o Ronivon, não conseguiu”. E, sobre V. Exª, a **Folha** diz o seguinte: “O deputado federal, licenciado, Francisco Brígido negou ontem que tenha recebido dinheiro para

votar a favor da reeleição, mas admitiu ter sido sondado com esse objetivo.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não.

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) – “No momento em que discutíamos a reeleição, o Deputado Ronivon Santiago (PFL – AC) ligou para a minha casa e disse que o Governador Orleir queria conversar comigo para pedir o meu voto a favor. Disse, ainda, que o Governador estava disposto a ajudar, disse Chicão”.

Isto aqui é verdade? Mente a **Folha**, ou não?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Perfeito, Deputada. O Deputado Ronivon me ligou me convidando para uma reunião, quando discuti essa questão de convidar os parlamentares. Eu disse: “Eu não vou, Deputado Ronivon Santiago, participar desta reunião”. E não fui. Não discuto política nesse...

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) – O senhor admite que foi abordado?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO (PMDB – AC) – Ele me convidou para uma reunião, e eu não disse que eu não ia.

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) – Mas e esse trecho entre aspas da **Folha**, quando o senhor disse que o Ronivon lhe ligou, lhe pediu, disse que o Orleir queria falar com o senhor e que ajudaria.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO (PMDB – AC) – Não, ele me convidou para uma reunião. Disse: “Olha, o Governador...”

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) – Esse “ajudaria” a **Folha** inventou aqui?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO (PMDB – AC) – Não, não, não usou...

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) – Não existiu?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO (PMDB – AC) – ... esse termo que queria ter dinheiro, não. Ele me convidou para uma reunião. Eu disse que eu não iria.

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) – Está certo. Eu acho que o senhor procurou ser o mais sincero possível, embora eu ache que o senhor podia ainda lembrar-se de mais coisas daquela época, como eu disse isso ao Ronivon, aliás, pedi isso em nome da família dele. Fale o que puder daquela época. É melhor para o povo brasileiro. É melhor para nós.

Se o senhor pudesse... Eu sei que é muito difícil admitir aquele momento, porque aí estaria admitindo que o Governo do PSDB realmente comprou aqueles votos, embora a brincadeira do Ronivon lhe tenha custado o mandato, o dele e de mais outro Deputado do Acre. Infelizmente, o Acre ficou na roda naquela época como o grande culpado e o grande responsável.

Mas eu queria só lembrar o seguinte: o senhor se considera injustificado. E eu acompanhei um pouco

aquele momento. O senhor se considera injustiçado em dois momentos, quando foi Deputado Federal. No primeiro momento, aqui na revista **ISTOÉ** de janeiro de 1997, o senhor relata que o povo o conhece e sabe que o senhor não venderia seu voto. Portanto, o senhor foi injustiçado.

A segunda armação que o senhor relata aqui é a seguinte: “A armação seguinte contou com a colaboração da minha suplente, Adelaide Nery, que me acusou de cobrar para que ela assumisse o mandato durante algum tempo”. (Comentário da revista **ISTOÉ**). “Adelaide, que assumiu o mandato após um pedido de licença do titular, acusou-o de ter exigido 50% dos vencimentos dela e de alguns funcionários do gabinete.” Chicão negou.

Então, o senhor se considera mesmo injustiçado nesses dois momentos? Eu queria a sua opinião sobre esses momentos.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Sim, Srª Deputada.

Eu penso que são duas coisas diferentes. O episódio de venda de votos tem uma outra característica, que fica difícil imaginar o que é que saiu da cabeça do Ronivon ou o que é que saiu da cabeça dessas pessoas que participaram disso, para que ele pudesse citar meu nome.

Com relação a minha suplente, isso é uma coisa dolorosa. Eu acho que foi uma coisa covarde da parte dela, porque em momento algum houve má-fé, dolo ou corrupção entre a minha conversa política com ela. Tanto que a Comissão de Justiça desta Casa no momento me absolveu e cassou a Deputada Adelaide, porque ficou caracterizado que foi ela que usou de má-fé. Agora, é uma coisa realmente estranha. Por que ela fez isso? É por isso que eu tenho uma interrogação na minha cabeça, se isso está relacionado ou não a essa questão do Sr. “X”. É uma coisa meio esquisita. Por que uma suplente ia fazer aquele tipo de coisa?

Primeiro veio a questão de tentar me envolver nessa coisa de venda de votos. Aí, depois, a suplente tem esse comportamento. Foi com isso que fiquei meio encucado, porque jamais...

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – O senhor acha, então, que uma coisa estava ligada à outra?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Olha, é meio estranho. A forma como ela, digamos, agiu é uma coisa completamente incompatível dentro da relação político-partidária, porque em momento algum, em momento algum eu tentei extorqui-la ou pedir dinheiro dela. De maneira nenhuma. A nossa conversa foi extremamente política, partidária, não houve qualquer tipo de negociação, até porque não caberia. A única coisa que eu conversei politicamente com ela foi: olha, se houver

extraordinária, você dá uma ajuda nas despesas da campanha. Foi apenas essa a minha conversa com ela. Se eu quisesse fazer negociata para me afastar do meu mandato, eu não ia pedir que uma suplente ajudasse com uma possível extraordinária, se porventura houvesse. Isso é coisa de companheiro de partido, uma coisa, digamos...

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – Certo. Ok, Deputado.

Sr. Presidente, só para concluir. Eu queria lamentar aqui o seguinte: eu acho que talvez todos nós da CPI tenhamos responsabilidade quando retomamos um assunto de dez anos atrás e não trazemos aqui para serem ouvidas as gravações da época. Acho que isso é muito ruim para o nosso trabalho. O correto seria: antes de ouvirmos o Deputado Ronivan Santiago, o ex-Deputado Osmir Lima e qualquer outro parlamentar citado naquela época, podermos aqui, numa reunião fechada, assistir a todas as fitas, para que acompanhássemos, ouvíssemos as vozes, para também tirarmos as nossas conclusões. Porque uma coisa é ouvir a fita, outra coisa é ler transcrições da fita.

Eu queria fazer este lamento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Hoje não estamos seguindo uma ordem em razão das votações. Então, concedo a palavra ao nobre Deputado José Rocha, que teve que se ausentar para votar e que agora retornou e era o primeiro da lista.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ilustre Presidente, Senador Amir Lando, Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, Srªs e Srs. Parlamentares, senhor depoente ex-Deputado Chicão Brígido, eu iniciaria perguntando a V. Sª se os pleitos que eram feitos para o Estado do Acre junto ao Presidente da República, à época Fernando Henrique Cardoso, eram feitos pela Bancada, em conjunto, suprapartidariamente, ou só por Parlamentares que apoiavam o Governo na época.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não, a Bancada tinha uma prática de se reunir, de discutir...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – De maneira suprapartidária?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – ... e, quando era convidado, participava das audiências.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Participavam os Parlamentares de todos os Partidos?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – É.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E nessas reivindicações que eram feitas ao Presidente, pessoalmente, a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, quais foram os resultados? Os pleitos foram atendidos?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Deputado José Rocha, os pleitos sempre eram atendidos. Não na sua totalidade, mas eram atendidos sim. Não na totalidade, mas foram atendidos bastantes pleitos, sim.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Eles foram atendidos mais antes da votação da reeleição ou depois da votação?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não, de forma normal. Isso aí não...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – De forma normal.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – É. Isso aí não...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E como V. S^a entende a questão dessa gravação? V. S^a tem alguma suposição sobre quem seria esse Sr. “X”, o que levou a essa gravação, que interesse estaria por trás de tudo isso e como apareceu essa gravação?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Deputado José Rocha, o interesse que está por trás disso não dá para você imaginar. Então, coisa esquisita isso, não é? Agora, é claro que, pelos acontecimentos, a coisa é de natureza política. Algum interesse político por trás disso aí...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – De alguém substituir alguém no mandato? Tinha alguma coisa nesse sentido?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não dá para você precisar isso, Deputado. É uma coisa esquisita, não é? O bom seria que esse Sr. “X” aparecesse para vir aqui dizer qual foi a finalidade realmente precisa dele para fazer esse tipo de...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a votou a favor da emenda da reeleição?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Sim. Votei sim, senhor.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E o fez por quê?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Por decisão política. Todos os companheiros de Partido pediram e nós votamos por uma decisão política.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Nessa votação pela reeleição, houve algum pleito conjunto, pelos Parlamentares do Estado, para que fossem atendidas?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não, que eu tivesse conhecimento, não. Que os Parlamentares se reuniram para discutir algum pleito? É isso? Não. Que os Parlamentares se reuniram para fazer algum pleito, não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, acho que a presença aqui do ex-Deputado Chicão Brígido e do Deputado Ronivon era mais para satisfazer determinados Parlamentares que desejavam e desejam informações e mais subsídios em relação à compra de votos na reeleição, essa suposta compra de

votos na votação da reeleição, à época, de Fernando Henrique Cardoso.

O que está aqui sendo observado, tanto na oitiva do Sr. Ronivon Santiago como na do Sr. Chicão Brígido, é que eles negam, peremptoriamente, qualquer tipo de relação entre a votação da Bancada do Acre em favor da emenda da reeleição e conotação de recebimento de qualquer vantagem pessoal ou outra qualquer vantagem.

Acho que nós perdemos foi tempo aqui na Comissão no dia de hoje, a manhã toda, a tarde toda, quando poderíamos ter avançado mais na proposta foco desta Comissão, que é, realmente, o mensalão. Mas acho que, passada esta fase, vamos continuar e o Relator precisa realmente de tempo para poder debuchar-se sobre o seu relatório e sobre como construir esse relatório com os dados de que dispõe, que estão chegando e que aqui chegaram. Acho que perdemos muito tempo no dia de hoje e precisamos recuperar isso avançando mais na nossa missão aqui, que é, realmente, o mensalão.

Dou-me por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concorde em gênero, número e grau com V. Ex^a. Estamos aqui caminhando novamente no passado e realizando um *bis in idem*, porque já foi objeto de investigação. Estamos reinventando uma investigação que já foi feita no passado. Alguns casos foram objeto de declarada inocência, outros mereceram penas e outros renunciaram.

Realmente não entendo o objetivo, a eficiência desse tipo de procedimento. Por que vamos repetir? Em matéria processual, poderíamos... Eu não vou entrar no mérito porque o mérito já foi apreciado, mas em matéria processual seria a reabertura de um procedimento depois de trânsito em julgado, depois que as instâncias da época apreciaram.

Imaginem os senhores e as senhoras parlamentares que aqui chegássemos à conclusão de uma participação efetiva, iríamos remetê-lo novamente e ele iria evocar até o princípio da coisa julgada.

Nem a rescisória... A rescisória também tem tempo. O Direito tem exatamente no tempo os seus freios de garantia para se propiciar a estabilidade nas relações sociais e jurídicas.

Ora, passou-se o tempo, vamos agora reabrir essas mesmas questões que já foram apreciadas no passado? Mas entendo que isso é perda de tempo, porque, se quisermos fazer uma condenação política do que aconteceu, entendo que ela já aconteceu. À época a mídia foi ruidosa em anunciar esses fatos, denúncias na **Folha de S. Paulo**, em outros veículos – lembro-me da **Folha** com uma referência –, de outros

veículos de comunicação, esse fatos vieram à tona. A execução pública... Quer dizer, não podemos repetir o julgamento do mesmo delito quando já foi apreciado. Se houvessem outras figuras, novas, que não tivessem sido, à época, objeto de investigação, eu admitiria que estaríamos inovando. Mas realmente repetindo o absurdo. Quero deixar aqui gravado o meu protesto.

Respeito opinião. Eu não defendo ninguém. Eu sou uma pessoa que tem isenção. Eu tenho autonomia, tenho independência de falar aquilo que acredito, aquilo que penso. E quero dizer que realmente é lamentável esse procedimento. Não sei, não acredito que foi uma tentativa de jogar areia nos olhos de ninguém, mas que realmente não tem nenhuma utilidade perdemos o tempo.

Concordo com V. Ex^a.

O SR. (Orador não identificado) – Data venia, discordo do Presidente. V. Ex^a afirmou que estava na questão de mérito, mas V. Ex^a emborcou lá pelos méritos da questão.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex^a quer discordar? V. Ex^a tem todo o tempo para argumentar o necessário.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu fui ao procedimento...

O SR. (Orador não identificado) – Acho que o que verificamos aqui é que o primeiro, o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, o primeiro depoente é diferente. O primeiro depoente tinha um problema concreto com o fato momentoso. Os honorários de advogados que teriam sido pagos com recursos advindos do esquema Marcos Valério.

O SR. (Orador não identificado) – Não, o problema é que ele teria que se explicar e não se explicou. A única verdade que ele colocou foi que a voz era dele, o restante negou tudo. E V. Ex^a sabe e o Deputado João Correia, inclusive, na sua fala disse: “Olha, o Deputado Ronivon Santiago sabe muita coisa, mas não quer falar. Não quer falar porque sabe.”

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – E se falasse? E se falasse novamente? O processo dele tramita em juízo e ao final encaminharíamos ao Ministério Público para oferecer denúncia.

O SR. (Orador não identificado) – O Paulo Maluf está sendo processado e está preso por fatos acontecidos há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu apenas quero dizer que...

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Que nunca foram julgados.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Talvez tivéssemos aqui, hoje, em vez de...

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Paulo Maluf não pode ser citado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – ...de reapreciar esses fatos, fizéssemos um novo julgamento sobre Tiradentes, sobre a atitude de Tiradentes.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, é a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Seria alguma similar. Vamos agora, novamente, restaurar o processo de Tiradentes.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Vamos continuar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra a V. Ex^a, nobre Deputada Zulaiê Cobra.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, V. Ex^a tem toda a razão. Senador Amir Lando, V. Ex^a chegou e chegou brilhante. Fico aqui pensando o que o Deputado Chicão Brígido, que é um homem que passou por todas as comissões... Eu vi a luta deste homem, eu acompanhei a luta deste homem. Hoje, o Deputado veio aqui, num depoimento belíssimo, Sr. Presidente, que me comoveu... Um homem que saiu do nada, um homem que veio de baixo, que lutou com todas as dificuldades, S. Ex^a chega aqui com um voto pesado, voto próprio, sem dinheiro, pobre e chega à Câmara Federal com os mesmos méritos de outros que chegaram aqui com muito dinheiro e com muitas facilidades. S. Ex^a veio aqui e fez um depoimento belíssimo.

Eu estou aqui para ouvi-lo, Deputado. Eu podia nem estar aqui, eu podia ter ido embora. Estavam aí o meu Governador e o meu Prefeito. Eu larguei todo mundo, porque tenho um compromisso com esta Comissão. Quando V. Ex^a sentou aí, eu já fiquei aqui observando V. Ex^a. Sou sua admiradora.

Acho um absurdo o senhor estar aqui hoje. O senhor já passou por tudo, já foi sacrificado, já passou por todas as humilhações por que um Deputado pode passar, o senhor passou e teve que vir aqui hoje para dizer as mesmas coisas. Ainda teve gente aqui que foi agressiva com o senhor. É isto que me deixa mais indignada: Deputados agressivos com V. Ex^a, que não tem nada a ver com nada. O senhor foi absolvido pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, pela Comissão de Justiça, pela Corregedoria da Casa, pela sindicância da Casa e pelo Plenário. Eu votei pela sua absolvição e eu não sou mulher de votar à toa.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Obrigada, Deputada.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu não sou mulher de votar em qualquer um. Eu sou mulher

de condenar, porque sei o que significa um mandato. O senhor honra o seu mandato, honrava na época e continua honrando.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Obrigado, Deputada.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Portanto, venho aqui só para agradecer a sua presença e dizer que o senhor não merecia estar aqui. Porém, como foi convocado, o senhor compareceu e prestou, mais uma vez, a sua lealdade à Câmara dos Deputados e, portanto, lealdade a esta Comissão, que tem a finalidade, também, de investigar a compra de votos em 1997, o que, infelizmente, foi aprovado e estamos aqui com a situação de ouvirmos pessoas que já foram absolvidas e que já passaram por todos os trâmites legais, fora os trâmites da Casa.

Era só isto, Sr. Presidente.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Muito obrigado, Deputada. Minha admiração também é recíproca com a sua história, com a sua luta, com a sua lealdade, com a democracia, com a ética e, acima de tudo, com a luta política que o povo brasileiro tanto espera de um representante do povo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Chamo os ausentes: Senador Sibá Machado, Senadora Ana Júlia Carepa e Deputado Eduardo Valverde.

Agora, concedo a palavra ao Deputado Zico Bronzeado, por cinco minutos.

O SR. ZICO BRONZEADO (PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, meu amigo e conterrâneo Chicão Brígido, eu acompanhei, no meu Município, Brasília, a história da possível compra de votos na época. Acompanhei a sua história também, parecidíssima com a minha, só que V. Exª era da capital e eu era do interior. V. Exª saiu da Câmara de Vereadores de Rio Branco direto para a Câmara Federal e eu saí da Câmara Municipal de Brasília, que V. Exª conhece, muito menor, com a mesma origem. Já fiz este depoimento aqui – inclusive, no final, deslizei nas palavras e o jornal do possível Sr. “X” fez um estardalhaço de uma palavra que eu falei, mal falada, até justifiquei com o Presidente desta CPI.

Mas eu queria discordar do que o Deputado Júlio Redecker falou. S. Exª questionou aqui se o então Presidente Fernando Henrique Cardoso teria lhe oferecido alguma coisa. Aí, quando se refere ao Presidente Lula, S. Exª condena o Presidente Lula e diz que o Presidente Lula pratica esse tipo de pedido, de compra de voto etc. Quem está sendo julgado não é o Presidente Lula, mas alguns, Delúbio e alguns colaboradores do Partido etc.

Agora, eu percebi, Chicão, que, nas suas respostas, V. Exª deixa dúvida sobre o episódio, e se defende, e foi inocentado. Defende-se e foi inocentado. Eu também o teria inocentado. Esse episódio envolvendo V. Exª se parece muito com o do Deputado Sandro Mabel. Uma pessoa disse que ele teria oferecido vantagens a ela para poder mudar de partido. Era a palavra da Deputada contra a do Deputado Sandro Mabel. E o que aparece nessa gravação é o Deputado Ronivon dizendo que V. Exª poderia ter pegado.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não parece, não é, Deputado?

O SR. ZICO BRONZEADO (PT – AC) – Exatamente!

Então, agora, gostaria de perguntar a V. Exª... Eu o chamo dessa forma porque V. Exª está diplomado Deputado.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Mas diploma de Deputado aqui não vale muito, não.

O SR. ZICO BRONZEADO (PT – AC) – Vale, sim. Para nós, vale. A justiça tarda, mas não falha.

Eu queria, então, perguntar a V. Exª por que o Deputado Ronivon está sendo julgado hoje lá na CCJ. Por que ele está sendo julgado?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Muito bem, Deputado Zico.

O ex-Deputado Severino, quando chegou aqui uma comunicação do Tribunal Superior Eleitoral determinando a minha posse, o Deputado Ronivon pediu para que o Deputado Severino encaminhasse para a Comissão de Justiça para fazer uma consulta para saber se ele estava cassado ou não.

O SR. ZICO BRONZEADO (PT – AC) – Sim, mas eu queria saber por que ele está sendo cassado.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Ah, compra de votos.

O SR. ZICO BRONZEADO (PT – AC) – Compra? Ele poderia ter comprado voto para sua eleição.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não, existe um processo no Ministério Público Federal, uma representação, onde cassou o diploma do Deputado Ronivon. O Tribunal Regional Eleitoral cassou.

O SR. ZICO BRONZEADO (PT – AC) – Por...

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Por compra de votos.

Ele recorreu para o TSE, o TSE negou o recurso dele, considerou intempestivo e negou o recurso dele. E aí, quando foi julgado o agravo regimental no TSE, o TSE comunicou à Câmara dos Deputados para que determinasse a minha posse. E aí foi quando ele encaminhou para a Comissão de Justiça para fazer uma consulta, que está lá com o parecer favorável do

Deputado Jutahy Junior. Só que está com quase dois meses e não vota. Vota hoje, vota amanhã.

O SR. ZICO BRONZEADO (PT – AC) – Eu tenho duas perguntas e uma dúvida. V. Exª tem dúvida, tem dúvida, e observei nas suas respostas, quanto ao episódio que envolvia, à época, o Deputado Ronivon e o ex-Deputado João Maia. A prática da compra não seria parecida com a prática da venda? Quem compra não poderia vender?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – (Risos.) São situações diferentes, não é, Deputado?

O SR. ZICO BRONZEADO (PT – AC) – São diferentes? Quem compra não poderia vender?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – É, eu penso que comprar votos é um crime eleitoral, não é? E vender voto eu penso que é muito mais grave ainda do que comprar, não é? São situações diferentes, mas...

O SR. ZICO BRONZEADO (PT – AC) – Estou fazendo esse questionamento, porque, à época, Deputado Chicão, foi muito forte essa denúncia. O Brasil todo ficou sabendo, a televisão divulgou as gravações etc. E aqui alguns companheiros, colegas, acham que não houve, que, àquele tempo, não havia a compra de votos, mensalão etc, só hoje, e que ainda não apareceu ainda um Deputado que tenha declarado aqui que pegou dinheiro, como o Roberto Jefferson falou, 30 mil, 40 mil. Apareceu o financiamento, o caixa dois etc, está aparecendo, para os partidos, por meio dos seus Líderes ou de seus Presidentes. Então, qual é a diferença, para V. Exª, entre essas denúncias do passado e estas de hoje? Há alguma diferença?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Não, evidentemente, não!

O SR. ZICO BRONZEADO (PT – AC) – Não há! Não houve duas renúncias de Deputados?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Ah, entendi! Nesse sentido que V. Exª está perguntando, evidentemente, não! Evidentemente, os Deputados do passado que receberam alguma vantagem para votar e os atuais, então, são iguais. Eu penso que as convicções dos que aceitam esse tipo de jogo são iguais. Não tem diferença.

O SR. ZICO BRONZEADO (PT – AC) – Inclusive, eu queria, aqui, parabenizar V. Exª por ter defendido o seu mandato naquele momento. Por que os outros dois Deputados que renunciaram não defenderam?

O SR. CHICÃO BRÍGIDO (PMDB – AC) – É, Deputado, eu penso que tem horas que você tem que tomar decisões. Eu respondi dois processos de cassação nesta Casa, de peito aberto. Coloquei-me à disposição da Casa. Eu penso que a Casa teve maturidade, sabedoria e responsabilidade para me julgar.

E a resposta que a Casa deu foi uma resposta, com certeza, muito consciente das coisas.

Aconteceu um fato, Deputado Zico, que eu não esperei na Comissão de Justiça. O Deputado Ibrahim Abi-Ackel era, naquela época, da Comissão de Justiça. Eu não pedi, assim, não conversei pessoalmente praticamente com ninguém para me defender na Comissão de Justiça, mas eu vi a defesa de vários Deputados. Deputado do Pará – o Deputado Abi-Ackel pode me relembrar – Gérson Peres, não era? Deputado Abi-Ackel, aquele Deputado do Pará?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É Gérson Peres.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Gérson Peres. O Deputado Gérson Peres fez uma defesa, e o Deputado Gérson Peres não era do meu Partido, não era... Eu não entendia. Parece...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O importante foi sua absolvição.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – É, Senador. Então, foi uma coisa, realmente, que me marcou. E aconteceu uma coisa interessante. Quando terminou a audiência, eu perguntei ao Deputado Genoino: “Por que o senhor não veio para cima de mim?”. Ele disse: “Porque você não tem nada a ver com venda de votos”. Porque o Deputado Genoino era um homem, tradicionalmente, muito duro nas suas investigações.

O SR. (Orador não identificado) – Ele não pode falar muito isso hoje, não. Hoje ele está caindo.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Mas ele me fez isso. Isso foi uma coisa que me marcou. As duas coisas me marcaram.

O SR. ZICO BRONZEADO (PT – AC) – Sr. Presidente, só para concluir. O que eu percebi é que, além do Deputado Chicão Brígido ter-se explicado para esta Comissão e ter sido inocentado, ele tem o mesmo interesse que todos temos aqui, de esclarecer aquela dúvida que o Brasil todo tem da PEC da reeleição, do ex-Presidente Fernando Henrique, que não era uma PEC simples. O mandato de Presidente da República era só de quatro anos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço as considerações de V. Exª. V. Exª, de certa maneira, quis fazer um pequeno reparo quanto às minhas considerações. É evidente, e vou invocar Heráclito para dizer que tudo é um eterno devir, que ninguém banha-se duas vezes no mesmo rio, porque as coisas mudam. Ele descobriu o movimento no universo. Todo o processo dialético vem da idéia de Heráclito, sobretudo quando ele colocou essa contradição entre o arco e a flecha. O arco é vida para quem o maneja, a flecha é morte para quem é alvejado. Exatamente esse é o

ponto, que tudo é contraditório e tudo se movimenta. Então, as coisas não se repetem.

Eu não disse aqui, em momento algum, que a situação de V. Ex^a é semelhante. Não! Estou falando que nós estamos repetindo, trazendo novamente à cena um fato que já foi apreciado, julgado e inocentado. Qual é o objetivo? Esclarecer. Mas esclarecer o quê? Nós temos que esclarecer o que com relação a esse fato?

Não há objetivo sem um fundamento de ordem prática. Não há nenhum movimento na ordem jurídica sem um fundamento de ordem prática. Qual é a praticidade desse fato? É essa a questão. Não vou discutir porque é uma questão epistemológica, que demandaria uma grande reflexão e, possivelmente, teríamos, aqui, que entrar nessa questão dos contratos sinalagmáticos exatamente que visem a essa contrapartida. Que em compra e venda há uma relação, há um vínculo, porque há uma relação que tem dois pólos, necessariamente.

Portanto, quero dizer o seguinte: no sentido prático, eu perguntaria não só aos presentes, mas ao País: o que ganhamos com a vinda? Esclarecemos? Nada. Muito pouco.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Eu perdi. Eu perdi. O perdedor aqui sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É, porque V. Ex^a foi, mais uma vez, levado à execração, levado a um massacre, porque muitos não entendem por que veio aqui. Possivelmente seus eleitores, lá no Acre, diziam: “O Deputado Chicão Brígido foi, de novo, levado. O que ele fez de errado?”.

O SR. CHICÃO BRÍGIDO – Concordo com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Porque quem senta aqui no banco dos réus senta com alguma **capitis diminutio**, não há dúvida disso. É a minha opinião, ouvi V. Ex^a, ouvi os discursos vazios feitos aqui, ouvi todo mundo e agora também tenho o direito de falar e quero dizer o seguinte: falei e não vou retirar uma palavra. Não há réplica, não ofendi ninguém, e ponto final!

Quero apenas convocar amanhã a Comissão para uma reunião administrativa e quero fazer um apelo: que tenha a maioria absoluta aqui, senão não teremos decisões e serão mantidos os cronogramas estabelecidos. O horário desta reunião é para as 10 horas e 30 minutos, na sala de costume.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Qual é o artigo que V. Ex^a vai citar?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quando eu estava falando, era a Deputada Zulaiê Cobra que presidia e pedi a reinscrição.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Se V. Ex^a pediu a reinscrição, concedo pela ordem a V. Ex^a para que voltemos a nossa reunião.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de encaminhar à Mesa uma nota que foi encaminhada pela direção do Banco do Brasil repudiando a tese baseada unicamente em ilações e revelando o que efetivamente aconteceu. Eu pediria que fosse também entregue para cada parlamentar, para não começarmos a dizer coisas que não correspondam à realidade.

É preciso primeiro dizer...

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex^a tem três minutos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Estou falando. É importante perceber que se fala de cortina de fumaça. Aqui a **Carta Capital** traz não é não traz fumaça, é labareda mesmo, conexões tucanas, valerioduto, SMP & B beneficia...

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, ele tem que fazer perguntas ao depoente. Ele vai ler **Carta Capital**. Ah! Não dá, Sr. Presidente! Ele se reinscreveu...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, quando eu falo... ela fez o discurso...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu garanto a palavra a V. Ex^a. O tempo é dele, é soberano e ele pode ler tanto a **Carta Capital** como também o romance de Dostoiévski, que seria muito mais agradável.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ela não pode ouvir, parece que o guizo dela fica aí...

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores fora do microfone. Inaudível.)

A SR^a (Oradora não identificada) – A Deputada Zulaiê sempre tumultuando a CPI.

A SR^a (Oradora não identificada) – O PSDB não agüenta ser investigado, não tem paciência.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa às 19h11min e reaberta às 19h12min.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Está reaberta a reunião. Vou pedir aos presentes que deixemos que cada um fale, pelo tempo que desejar, soberanamente.

Concedo o tempo integral a V. Ex^a de três minutos.

A SR^a ZULAIÊ COBRA – (PSDB – SP) – Ele retira isso, retira essa palavra. *(Inaudível.)* Sr. Presidente, olha o respeito. Guizo, não!

Eu não aceito a palavra guizo! Ele retira isso. Retire essa palavra. Retire agora, Deputado! Eu não sou bicho!

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eu não... Não grita para mim!

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Está encerrada a presente reunião. Não há condições de trabalho.

(Levanta-se a reunião às 19h12min.)

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – A reunião será na sala 9 da Ala Alexandre Costa.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores fora do microfone. Inaudível.)

(Interrupção da gravação.)

ATA DA 33ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2005

Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, às onze horas e oito minutos, na sala 09, da Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Amir Lando e ainda com as presenças dos Senadores José Jorge, Romeu Tuma, Rodolpho Tourinho, Leonel Pavan, Wellington Salgado de Oliveira, Sibá Machado, Ana Julia Carepa, Fátima Cleide, Augusto Botelho, Sérgio Zambiasi, Heráclito Fortes e João Alberto de Souza; e dos Deputados Luiz Couto, Odair Cunha, João Correia, Gastão Vieira, José Rocha, Moroni Torgan, Júlio Redecker, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, José Carlos Araújo, Fernando Coruja, Paulo Baltazar, Daniel Almeida, Eduardo Valverde, Darcísio Perondi, Marcus Vicente e Neucimar Fraga, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 01/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS”. Havendo número regimental

o Presidente declara abertos os trabalhos da 33ª reunião. O Presidente informa que a presente reunião tem uma pauta administrativa e se destina também à oitiva dos senhores Anderson Adaute e Marcelino Pedrinho Pies. A presidência constata a inexistência de quorum mínimo para as deliberações e resolve adiar a reunião administrativa para o dia 10 de novembro, às 9h. Ato contínuo o presidente convida o senhor Anderson Adaute para sentar-se a mesa e em seguida, passa a palavra aos seguintes parlamentares: José Rocha, Fernando Coruja, Zulaiê Cobra, Rodolfo Tourinho, Paulo Baltazar, Moroni Torgan, Júlio Redecker, Ana Júlia Carepa, João Correia, Luiz Couto, Odair Cunha, Daniel Almeida, Eduardo Valverde e José Carlos Araújo. O presidente convida o senhor Marcelino Pedrinho Pies para sentar-se a mesa e concede a palavra ao Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, para os questionamentos iniciais. Em seguida, passa a palavra aos seguintes parlamentares: José Rocha, Fernando Coruja, Zulaiê Cobra, Moroni Torgan, Júlio Redecker, Ana Júlia Carepa, João Correia, Luiz Couto, Odair Cunha, Daniel Almeida, Eduardo Valverde, José Carlos Araújo, Rodolfo Tourinho e Paulo Baltazar. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e cinquenta minutos, convocando-se a próxima reunião para amanhã, dia dez de novembro, às 9h. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia Baraviera, Secretária da Comissão*, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar a compra de votos.

Quero, inicialmente, comunicar aos Parlamentares presentes que nós tínhamos marcado uma reunião administrativa, mas, para qualquer decisão em matéria de sessão administrativa, é necessária a presença da maioria absoluta dos membros; pode ser tomada por decisão de maioria simples, mas com a presença da maioria absoluta. Esse quórum ainda não foi atingido. Não tem mais como perder tempo hoje aguardando que o quórum se integralize. Por isso, não há como tomarmos qualquer decisão. Há questões de ordem, há assuntos que foram levantados antes, mas, infelizmente, vão ter que ficar para a tentativa de amanhã realizarmos uma sessão administrativa.

Vou fazer um apelo à Comissão. Os presentes evidentemente não precisam apelar porque já estão aqui, mas, sobretudo, os ausentes que poderão ouvir. Peço

que a secretaria faça uma comunicação especial – inclusive eu poderei assinar essa convocação por meio de ofício a cada membro desta Comissão – alertando da necessidade da presença na sessão de amanhã porque estamos paralisados. Existem já centenas de requerimentos a serem apreciados e, infelizmente, não há como tomar decisão. Muitos requerimentos não têm nenhuma pertinência, requerimentos já superados, mas precisamos desobstruir a pauta, ao menos declarar, porque são inclusive documentos que foram retirados por seus autores. Por isso, peço à secretaria que redija um ofício para que eu possa imediatamente fazer essa comunicação, e vamos convocar a reunião para amanhã, às 9 horas.

Amanhã voltamos à sala tradicional.

Nós temos hoje uma convocação do Prefeito Anderson Aداuto. Até ele havia feito um pedido, para ser claro, de não comparecer, mas, na impossibilidade de ser apreciado esse pedido pelo Plenário, foi mantida a oitiva, e me consta que ele já se encontra presente.

Então peço à secretaria que faça a introdução do Prefeito Anderson Aداuto para a oitiva.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Presidente, vamos suspender, por favor, a oitiva do Sr. Marcelino Pies, dada a impossibilidade de resolver a questão de ordem que fiz. Amanhã vamos discutir esse tema.

A SRª RELATORA (Zulaiê Cobra. PSDB – SP) – Mas ele está aí, o Marcelino Pies?

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Não, não está.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes de conceder a palavra, só para... Não posso suspender monocraticamente: ou decidimos no plenário o que já foi decidido pelo colegiado, ou então nós vamos ouvir quem está presente. Vamos ouvir então o Sr. Anderson Aداuto. Quem não estiver presente nós não podemos ouvir; não há necessidade de suspender.

Peço, como o Relator está ausente, que a Sub-Relatora assuma o papel de titular. Deputada Zulaiê Cobra.

Temos aqui o termo de compromisso do Prefeito Anderson Aداuto Pereira, no qual ele se compromete a dizer a verdade. A qualificação dele está aqui, poderemos passá-la a todos. Vou preservar endereço por uma questão de privacidade, não há necessidade de aqui declararmos diante de todos, sobretudo até, se houver televisão, para o País inteiro. De qualquer maneira, ele é prefeito municipal de Uberaba. Não há nenhum impedimento com relação aos fatos, não é parente em grau algum das partes envolvidas. E é evidente que se compromete a dizer a verdade, sob as penas do art. 203 do Código de Processo Penal, bem assim ele guarda

o privilégio de não responder a alguma pergunta que possa eventualmente auto-incriminá-lo, na forma do art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.

Pergunto ao Prefeito Anderson Aداuto se ele deseja fazer uma breve exposição ou então entraríamos desde logo nas inquirições. Essa é uma faculdade do depoente.

Por último, declaro perante todos que o advogado, no caso, a advogada, é Carmem da Costa Barros, OAB-DF. Ela poderia exatamente dizer a...

A SRª CARMEM DA COSTA BARROS – 875-A

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – 875-A. Perfeito.

Então, com a palavra o Sr. Anderson Aداuto.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, prefiro – fui convidado, aqui estou – responder as perguntas que me forem dirigidas.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Então o depoente dispensa qualquer manifestação preliminar. Pergunto se nós deveríamos seguir, porque entendo talvez que o Relator tenha já perguntas específicas. Poderíamos seguir a ordem estabelecida de inscrição.

A ordem de inscrição está aí?

Então, concedo a palavra ao Deputado José Rocha, como primeiro orador inscrito, pelo tempo de dez minutos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, quero que reconstitua o meu tempo.

Srªs e Srs. Parlamentares, ilustre depoente, ex-Ministro Anderson Aداuto, eu perguntaria a V. Sª: qual o seu rendimento mensal?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Hoje tenho o salário de prefeito, alguma coisa em torno de R\$8 mil, e percebo uma aposentadoria da Assembléia Legislativa de Minas, Instituto de Previdência, de R\$5,8 mil, líquidos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Qual o seu patrimônio? Imóveis, veículos, o que possui em seu nome e em nome da família?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – O meu patrimônio declarado, mais ou menos nos três últimos anos, gira em torno de R\$1,05 milhão, R\$1,1 milhão a R\$939 mil, baseado nos últimos três anos; de R\$939 mil a R\$1,1 milhão, constituído de móveis e imóveis.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor poderia informar qual foi o acréscimo desse patrimônio a partir de 2003?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – De 2003? Não, não tive nenhum, a não ser a conclusão de um apartamento em Belo Horizonte que, nós, num

grupo, compramos um terreno, pagamos; e, depois, compramos o outro, pagamos; e, depois, desenvolvemos um projeto; e nós mesmos cuidamos da administração da obra. Essa obra demorou pouco mais do que gostaríamos para concluir, nós demoramos alguma coisa em torno de cinco anos para concluir. Ele foi apenas concluído. É a única coisa que aconteceu de novo do período de 2002 para cá.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Foi comprovado que V. S^a recebeu recursos das contas de Marcos Valério. Com relação a esse fato, V. S^a conhece o Sr. Marcos Valério desde quando?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Sr. Deputado, Sr. Presidente, eu poderia, dentro disso, fazer a colocação de forma global, porque acredito que eu até colaboraria com o questionamento.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O problema é que V. S^a teve o tempo inicial para expor, abdicou do tempo.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Sim, mas seria dentro até...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Aí eu só tenho dez minutos, e aí V. S^a estaria... a não ser que o Presidente desconte o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou permitir que ele faça essa exposição geral, que não fez, e descontarei 7min28 do seu tempo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Sr. Deputado José Rocha, a SMP&B, hoje, ela se tornou conhecida no Brasil em função desses últimos acontecimentos, mas a SMP&B, antes desses acontecimentos, ela era a maior agência de publicidade do Estado de Minas Gerais. Na campanha de 1998, eu cheguei a ter contatos com eles; eles chegaram a fazer a criação da minha campanha. Em 2002, a mesma coisa: eles criaram a minha campanha. Eles fazem isso – faziam isso – pelo menos para alguns Parlamentares que julgavam que seria importante ajudar. No meu caso específico, eu os conheci – e não apenas Dr. Marcos Valério, mas parte da diretoria, parte do pessoal de criação – na campanha de 1998. Na campanha de 2002, eles ajudaram a criação, simplesmente no processo de criação: bater a foto oficial, fazer a criação da campanha. Deram-me a modelagem toda, e, depois, fui para a minha cidade e cuidei de produzir.

Agora, eu gostaria de fazer a preleção inicial porque o recurso que recebi foi em função de eu ter-me dirigido... Tenho, Sr. Deputado, cinco mandatos de Deputado: quatro de Deputado Estadual, um de Deputado Federal e agora o de prefeito. E em todas as campanhas – e disputei nove eleições –, nas nove

campanhas, comportei-me rigorosamente da mesma forma, sempre as conduzi da mesma forma, sempre foram fechadas da mesma forma. A campanha de 2002 teve uma diferença em função da minha indicação como Ministro, todas as outras... A campanha nós fechamos, prestamos conta – aqui eu me sinto à vontade porque todos aqui participam desse processo –, fechamos a prestação de contas e apresentamos ao Tribunal Regional Eleitoral. Só que outro companheiro do interior que demorou um pouco e não mandou aquilo que efetivamente gastou contratando algum cabo eleitoral, algum som, despesa natural da campanha que é feita em cada cidade... A própria empresa telefônica, por exemplo, pelo menos da minha região, presto conta da campanha, sou obrigado a fechar, tenho prazo, e, depois, fico sessenta, noventa dias recebendo contas de interurbanos que chegam e eu não posso colocar na prestação de contas mais. Eu já fechei a prestação de contas em outro tribunal, mas tenho que pagar as contas da telefônica, senão não tenho como utilizar o telefone. Muito bem, todas as campanhas terminam, então ficam sempre essas coisas para trás. E eu sempre procurei aquelas pessoas que me ajudaram, e quem ajudou com vinte dá mais cinco, quem ajudou com cinquenta dá mais dez, e acabamos fechando a campanha de fato com todos os compromissos financeiros. Muitas vezes, já demorei um ano e meio para poder honrar todos os compromissos financeiros das minhas campanhas. Da campanha de 2002, diferentemente, em função da reivindicação do Presidente Lula, como seu Ministro, achei que eu não poderia fazer da forma que eu fiz nas vezes anteriores.

Então, baseado também em uma experiência pessoal, em que eu tive a honra de participar na campanha de 98, aonde fui um coordenador político de uma campanha majoritária de Minas Gerais, eu vi que, muitas vezes, num processo de segundo turno, alguns compromissos de partidos e alguns compromissos de lideranças, e mesmo de Parlamentares, muitas vezes, aquilo se acopla no custo de campanha majoritária. Então, procurei o tesoureiro do partido majoritário, ao qual meu partido estava coligado, e expus a ele o meu problema: “Olha, eu fui (*Inaudível.*) Ministro em uma Pasta que o Brasil todo conhece, o Ministério dos Transportes”, e eu disse que gostaria de ver a possibilidade de ele me ajudar para que eu não ficasse em dificuldades, e tendo contas para pagar, e ali na condição de Ministro. Então, procurei o tesoureiro do partido majoritário para que ele pudesse me ajudar, ver a possibilidade de me ajudar. Então, eu procurei o Sr. Delúbio – foi iniciativa minha – e perguntei a ele se ele poderia me (*Inaudível.*) a resolver os meus problemas que ficaram oriundos da campanha de 2002.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Por que não o senhor procurou o tesoureiro do seu partido?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Porque eu sei que quem participou efetivamente do processo de arrecadação, sempre, pela experiência anterior, das eleições passadas e, principalmente, da minha experiência como coordenador de uma campanha majoritária em 98... Procurei, então, o tesoureiro do Partido dos Trabalhadores e coloquei a ele o meu problema. Ele disse que ia ver a possibilidade de me ajudar.

Aí, Srs. Deputados e Srs. Parlamentares, vem aquilo que é uma lógica natural. Não sei se por elegância ou por qualquer nome que se queira dar, quando pedimos ajuda a alguém, é muito difícil, depois que a pessoa... Ou o senhor pede dinheiro emprestado ou o senhor pede ajuda a alguém, depois que o senhor obtém o sim da pessoa, que ela está disposta a ver a possibilidade de te ajudar, o senhor ainda virar para ele e falar: “Tá bom, agora eu quero ver então de onde vem o dinheiro que você vai me ajudar”. Então isso não é um costume, e eu não fiz isso. Eu não fiz isso. Não estou aqui querendo – já prestei minhas declarações na Polícia Federal, estou aqui hoje prestando estas declarações aos senhores, sei que talvez terei de responder ao Ministério Público, à Justiça –, com isso me eximir de responsabilidades; só estou dizendo que é uso e costume: quem pede uma ajuda, normalmente não pergunta de onde vem. E depois ele me disse ainda, quando disse que ia me ajudar: “Olha, vou incluir aqui num rol de outras ajudas que outras pessoas me disseram que precisam. Estou vendo a possibilidade de levantar um financiamento e vou então te ajudar. Só te adianto que não poderei te ajudar de uma vez”. Eu falei: “Tá bem, então está bom”. Então foi isso.

Os recursos chegaram, principalmente o primeiro. Foi solicitado que buscasse num banco. Quer dizer, acho que não tem uma instituição tão lógica para se buscar um dinheiro previamente combinado do que um banco. Então foi assim que as coisas aconteceram. Não aconteceram... Não fui diretamente buscar, aconteceu com o meu chefe de gabinete, com o meu irmão, mas eu assumi por inteiro. Em momento algum, eu procurei me esconder na figura de um assessor ou de um irmão; muito pelo contrário, assumo que procurei, e eles me deram ciência que haviam recebido o recurso.

Então, quero dizer para o senhor que eu conhecia anteriormente a agência, respondendo a pergunta do senhor, mas fiz questão de fazer essas colocações, porque eu não solicitei recursos ao Sr. Marcos Valério e a nenhuma outra pessoa da SMP&B.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas o senhor recebeu recurso de quem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Um momento, Sr. Deputado. Duas questões devem ser levantadas. Primeiro, há votação nominal em plenário. A segunda questão é que tenho que contar o tempo de V. Ex^a, que interrompeu o Sr. Anderson Adauto. Temos que começar a contar os sete minutos que lhe são destinados ou então deixá-lo falar direto.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então ele conclui, e V. Ex^a começa a contar o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Só que temos votação nominal. Eu gostaria que pudessemos decidir em relação à votação nominal. Ou vamos revezando e votando...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra o Deputado Júlio Redecker.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Como há votação nominal, suspendem-se os trabalhos por 10 minutos, vamos lá, votamos, voltamos e continuamos o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Se há concordância, não vejo problema. Suspensa a presente reunião por 10 minutos.

(A reunião é suspensa às 12h18min e reaberta às 12h31min.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Declaro reaberta a presente reunião.

Concedo a palavra ao Deputado José Rocha, pelo prazo de 7 minutos e meio.

Ele já disse que teria encerrado, contudo...

O Deputado José Rocha tem sete minutos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a conheceu o Sr. Delúbio Soares a partir de quando?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Conheci o Sr. Delúbio na campanha de 2002.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Por que V. S^a não se dirigiu ao tesoureiro de seu partido em relação ao seu débito, porque era um débito de sua campanha pessoal, e foi se dirigir ao tesoureiro da campanha do PT?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Deputado, por opção pessoal. Eu entendi...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Opção pessoal?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Sim. Opção minha. Eu entendi que quem tinha condições de me ajudar... Eu fazia parte do Governo do PT naquele momento, na condição de Ministro. Eu achei que seria correto...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quer dizer, V. S^a só abordou o Sr. Delúbio Soares já como Ministro?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Exatamente, na condição de Ministro.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Na condição de Ministro. V. S^a não achou isso estranho? V. S^a, Ministro do Governo, abordar o tesoureiro do Partido do Governo para saldar uma dívida sua de campanha?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Deputado, ao contrário. Nas vezes anteriores, na condição de Parlamentar, porque somos donos do nosso mandato, eu me sentia muito à vontade de voltar, muitas vezes naquelas pessoas que já haviam ajudado. E a quem já havia ajudado com “X” pedíamos mais alguma coisa para complementar, e fechavam-se as campanhas. Sempre foi assim. Eu procurei o tesoureiro do Partido dos Trabalhadores para me ajudar exatamente porque eu estava naquele momento servindo ao Governo. Na minha avaliação, eu tinha o problema, eu precisava resolver, e a avaliação que eu fiz, que era o razoável, vamos dizer assim, seria procurar exatamente o tesoureiro.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quanto o senhor recebeu do Sr. Delúbio Soares?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Eu solicitei a ele ajuda para fechar as contas. Num primeiro momento, pensei que o volume das dívidas de campanha era menor.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O valor?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – O valor: R\$410 mil.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor recebeu R\$410 mil?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Exatamente.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quer dizer, o senhor não confirma a lista do Sr. Marcos Valério?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, porque inclusive na própria lista que ele soltou, a lista que foi...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – De R\$1 milhão.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – A lista que foi liberada pela sua secretária dá 600 mil. Então, acredito que...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A minha pergunta é se o senhor não confirma...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Claro que não. Eu confirmo os números que estou citando ao senhor, Deputado, e será com esse número que eu farei todos...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quanto o Sr. José Luiz Alves recebeu?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – R\$200 mil.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quanto o Sr. Edson Pereira de Almeida recebeu?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – R\$210 mil.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E quanto o senhor recebeu?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Nada, eu não recebi nada. Mas os R\$410 mil foram compromissos que foram estabelecidos entre mim e o Sr. Delúbio.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E essa sequência aqui, do mês 6 ao mês 11, que está na relação do Sr. Marcos Valério, quando recebeu, no mês 6, 200 mil; no mês 9, 300 mil; no mês 10, 250 mil; no mês 12, 100 mil; em janeiro de 2004, o senhor recebeu o restante, perfazendo mais 200 mil.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Sr. Deputado, o que eu tenho para responder para o senhor, e vou dar a mesma resposta ao Ministério Público e à Justiça, se for necessário, é de R\$410 mil.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor tem recibo dos R\$410 mil?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Foram dados os recibos no momento em que pegaram o dinheiro.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Certamente que dos outros R\$590 mil não houve recibo?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não é que não houve recibo. O recurso que me foi repassado nesse entendimento que tive com o tesoureiro do Partido dos Trabalhadores é de R\$410 mil.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Interessante, o Sr. Delúbio Soares tem afirmado em todos os seus interrogatórios nesta Comissão que não deu dinheiro a ninguém. E V. S^a agora contradiz o que disse o Sr. Delúbio Soares. Ele disse que todos os recursos foram dados através do Sr. Marcos Valério, e confirma que o senhor recebeu... O Sr. Delúbio Soares confirmou nesta Comissão que o senhor recebeu R\$1 milhão.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Tudo bem, Deputado.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E o senhor agora diz que não recebeu.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – R\$410 mil. Com esse valor que venho aqui, respondo a pergunta do senhor e de qualquer outro parlamentar. É com essa resposta que vou fazer todos os enfrentamentos que eu tiver que fazer, de agora em diante. É esse o valor. O resto, o ônus da prova, Sr. Deputado, compete exatamente a quem acusa. Não posso fazer mais nada. A resposta que tenho a dar para o senhor...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não é acusação. Não existe acusação. O que existe...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – A resposta...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Se me permite...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Claro.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O que existe é uma relação, apresentada pelo Sr. Marcos Valério, que deu ao senhor, através dessas duas pessoas, R\$1 milhão. O Sr. Delúbio Soares confirma a relação de R\$1 milhão. O Sr. Delúbio Soares afirma aqui na Comissão que não deu dinheiro a ninguém, ele pessoalmente, e nem autorizou a dar que não fosse através do Sr. Marcos Valério. Então, ele confirma que determinou que fosse dado ao senhor pelo Sr. Marcos Valério R\$1 milhão. V. S^a nega ter recebido R\$1 milhão, e sim R\$410 mil.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Exatamente.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Acho, Sr. Presidente, que uma acareação entre o Sr. Delúbio Soares e o Sr. Anderson Adauto seria importante, nesta Comissão, para ficar claro, um frente ao outro, um dizendo que deu R\$1 milhão e outro dizendo que recebeu R\$410 mil, para ver qual dos dois estaria realmente dizendo a verdade. Acho que essa acareação seria importante para que pudéssemos realmente tirar uma conclusão em relação a isso. Porque todos os depoentes que vêm aqui sempre dizem ter recebido a menor da lista. De qualquer maneira, receberam, não importa se foi a maior ou a menor, mas receberam. O Sr. Marcos Valério deu dinheiro a todos. Está aqui. Agora, os montantes é que divergem de recebedor para recebedor. Vai ficando aí um saldo... Eu até solicitaria ao Sr. Relator e à Sub-Relatora, a Deputada Zulaê Cobra, no sentido de que pudéssemos fazer um levantamento de todos aqueles que estão depondo aqui na Comissão, em relação aos valores que receberam e aquilo que o Sr. Marcos Valério diz que repassou, para, no final, termos aqui realmente essa contabilização de quanto é que não bate com os valores ditos aqui pelos senhores depoentes em relação aos seus recebimentos.

Agora, é estranho, Sr. Ministro. O senhor, um ministro do Governo Lula, um cargo importante do País, se dirige ao Sr. Tesoureiro do Partido para solicitar ajuda para pagar dívidas de campanha da sua eleição de Deputado Federal. Realmente, isso é estranho que aconteça. E temos que continuar nessa investigação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra, o Deputado Fernando Coruja, por 10 minutos.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Srs. Relatores, Sr. Anderson Adauto, quando foi a primeira vez em que o senhor ouviu falar em mensalão?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – A primeira vez foi quando começaram a surgir as notícias nos jornais.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – No Governo, o senhor nunca tinha ouvido falar antes em mensalão?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, senhor.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor, alguma vez, solicitou a algum deputado do seu partido que votasse a favor do Governo?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Nunca?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não houve necessidade.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Nunca houve solicitação?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor tinha reuniões freqüentes com o Sr. Valdemar da Costa Neto ou com o Sr. Sandro Mabel a respeito das questões acerca do comportamento do Parlamento?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, senhor.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor diz que recebeu recursos para pagar a campanha de 2002?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Exatamente.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor falou que precisava pagar essa campanha rapidamente porque era Ministro?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Eu não disse que precisava pagar rapidamente, Senhor Deputado. Eu disse que precisava pagar, honrar minhas contas, como sempre honrei. Respondi ao Deputado José Rocha que, enquanto Parlamentar, temos uma liberdade maior de ação para resolver nossos problemas. Na condição de Ministro...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas o senhor começou a receber só em junho?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Na condição de Ministro, essa ação é um pouco diferente. Sim, começou em junho porque foi quando ele pôde começar a me ajudar, mas a minha colocação foi logo no início, quando fechei as contas todas e levei a questão a ele.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – E o que o senhor pagou? O senhor recebeu R\$1 milhão?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, eu recebi R\$420 mil.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – R\$420 mil?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Certamente.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – R\$410 mil.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor pagou exatamente o quê, com esse dinheiro?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Olha, Deputado Fernando Coruja, estou até hoje, para o senhor ter uma idéia, estamos procurando levantar todas as contas e onde aplicamos esses recursos. Estamos fazendo esse levantamento ainda.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas, mais ou menos, o senhor lembra o que pagou? O senhor falou que pagou o telefone?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – São compromissos... Eu disse, Deputado Fernando Coruja. Procurei demonstrar aqui uma realidade. Eu aqui...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas que tipo de contas o Senhor pagou, por exemplo?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – São vários tipos, desde fornecedores a compromissos políticos que, naturalmente, ficam. Na última eleição, a eleição em que tive mais votos, tive mais de 100 mil votos, foi a eleição em que fui votado no maior número de cidades... Então, naturalmente, é um companheiro que deixou para mandar os compromissos mais tarde, que depois tive de honrar. São coisas que, pelo menos no meu Estado, não posso, naturalmente, falar por todo o país.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor poderia enumerar quatro coisas que o senhor pagou?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Poderia. Desde contas de telefone, como empréstimo bancário, como alguns compromissos com companheiros em determinadas cidades. São fatos muito claros na minha memória.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Há um relato, feito no episódio que aconteceu no Ministério dos Transportes – desculpe-me se faço alguma pergunta que o Deputado José Rocha já fez, mas tive de sair para votar –, sobre a questão de repasse de recursos ao vivo, que foi denunciado, primeiro pelo Deputado Roberto Jefferson, depois houve um quê de não

se confirmar, mas houve... O Deputado Miro Teixeira, enfim... O que o senhor nos diz a respeito disso?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Deputado Fernando Coruja, num determinado momento, tudo que interessou a alguns, em termos de declarações do Deputado Roberto Jefferson, foi entendido como verdade absoluta. No mesmo dia em que ele prestou o seu depoimento, foi perguntado a ele, pelo Deputado e ex-Ministro Raul Jungmann, se era verdadeiro esse fato, e ele negou. Eu, particularmente, não tenho conhecimento, mas, como o senhor cita o Deputado Roberto Jefferson, no mesmo dia em que ele deu uma série de outras declarações, que tiveram repercussão no País, da mesma forma, foi perguntado a ele, pelo Ministro Raul Jungmann, e ele disse que não tinha conhecimento disso. Então, o que posso dizer ao senhor é que também não tenho conhecimento disso.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor, nas campanhas anteriores, de 98, o senhor recebeu recursos da SMP&B?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não. O que eu tive de relacionamento com a SMP&B: ela criou o material de campanha e me deu.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor não recebeu recursos?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, senhor. A foto oficial da campanha...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Alguma vez o senhor recebeu orientações do Palácio do Planalto para pagar determinada empreiteira na Casa Civil?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Em nenhum momento.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor fazia reuniões no Palácio do Planalto com empreiteiras, como foi relatado?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Isso foi um fato ocorrido. No início do governo, a Casa Civil ficou muito sobrecarregada. Todas as ações, acredito, que de todos os ministros, a gente procurava discutir antes com a Casa Civil. Muitas vezes tínhamos uma reunião, aconteceu várias vezes de se marcar uma reunião com o Ministro da Casa Civil, o Ministro José Dirceu, para 10 horas da manhã e ser atendido meio dia e meia. Então, a gente aproveitava este tempo para adiantar alguns despachos. O que aconteceu neste dia – lembro-me porque tive que fazer defesa já em alguns veículos de comunicação que abordaram este assunto, uns publicaram e outros não publicaram, ficaram satisfeitos com a resposta –, numa dessas visitas eu estava marcado com o Vice-Presidente da Aneor, Associação Nacional das Empresas de Construção Civil, um encontro formal, em função de uma reunião

que tínhamos em Belo Horizonte, uns dois dias depois, para tratar de assunto de concessões rodoviárias. E eu já estava com uma audiência marcada com ele no meu gabinete. Houve apenas a transferência.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor alega que falou com o tesoureiro Delúbio Soares. Quem fazia o contato para ir buscar o dinheiro?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Eu não tenho os detalhes. A minha conversa, Deputado, com ele foi uma conversa: “Você pode me ajudar?” “Vou ver”.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Isso tudo bem, já compreendi.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Vou entrar agora na seqüência. No momento ele falou: “estou olhando”. Eu falei: “Quando você tiver a resposta, então você pode ligar para o José Luiz, que ele cuida”, que era o meu chefe de gabinete.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Então ele ligava diretamente para o José Luiz?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Assim foi feito. Exatamente.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – E o seu irmão?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Depois, numa das duas ou três visitas, não me lembro o número, o recurso não era para ter sido pego aqui em Brasília mas na empresa em Belo Horizonte. Foi então que o meu irmão se deslocou para Belo Horizonte para poder buscar.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O que temos aqui, Srs. Parlamentares, Sr. Presidente, Srª Relatora, evidentemente, primeiro, em relação aos valores, uma distorção. Mais uma vez o Sr. Marcos Valério disse que repassou R\$1 milhão e o Prefeito Anderson Adauto diz que recebeu R\$410 mil.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – E a secretária da agência do Dr. Marcos Valério diz que foram R\$600 mil. Então realmente os números não batem.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – É um problema dos números, como houve em todos os outros casos. E temos uma negativa sobre a questão do mensalão, como todos aqui já colocaram.

Em relação aos R\$10 milhões que foram repassados ao PL, o senhor tomou conhecimento disso antes da eleição?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Nenhum, Deputado. Eu participei do querer. Eu entendia que era importante para o País ter alternância de poder.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – A Assembleia Legislativa, quando o senhor era Presidente, tinha contrato com a SMP&B?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, senhor, nenhum contrato. Nós não tínhamos agência de publicidade, enquanto eu fui Presidente, até o momento em que fui Presidente.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Nunca fez nenhum pagamento?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Nenhum, Sr. Deputado.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Ao Sr. Marcos Valério?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Nenhum, Deputado. A nenhuma agência que tivesse ligação com o Sr. Marcos Valério.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra a Deputada Zulaiê Cobra, por dez minutos.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Prefeito Anderson Adauto, o senhor disse aqui hoje que o senhor pagou dívidas de campanha. O senhor contabilizou essas dívidas? Quer dizer, o senhor tinha dívidas de campanhas, o senhor pediu ao Sr. Delúbio que o ajudasse. Então, a partir de maio de 2003, ele começou a repassar dinheiro. Esse dinheiro vinha em dinheiro. O senhor recebia esse dinheiro por meio do Sr. José Luiz Alves, o seu chefe de gabinete? É isso?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Exatamente.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E também duas vezes, eu não sei quantas vezes o senhor falou, pelo Sr. Edson Pereira de Almeida?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Exato.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Que, aliás, ninguém sabia que era seu irmão. Os senhores têm um nome bem diferente um do outro: Anderson Adauto...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Pereira.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ah, é Pereira de Almeida.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – O meu nome é Anderson Adauto Pereira. É porque, Deputada...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Nós demoramos para descobrir e só descobrimos quando o Sr. José Luiz Alves veio a esta Comissão e disse que o Sr. Edson Pereira de Almeida era seu irmão. Nós não tínhamos essa informação.

Então, tanto o Sr. José Luiz Alves, que era seu chefe de gabinete, como, eventualmente, em duas oportunidades ou três – eu não sei, o senhor acabou

de falar—, o Sr. Edson Pereira de Almeida, que é o seu irmão, foram buscar esses recursos?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Sim.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Esses recursos vinham em dinheiro?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Exatamente.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E ele levava, segundo o Sr. José Luiz, que já veio depor aqui, levava no seu gabinete, no Ministério dos Transportes?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – A senhora está me perguntando?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Estou perguntando.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Sim. Olha, ele me deu conhecimento. Então, eu venho aqui hoje afirmando que eu tenho conhecimento pleno do recurso que foi recebido tanto pelo meu chefe de gabinete quanto pelo meu irmão. Eu tenho conhecimento.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Que totalizam...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – R\$410 mil.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – R\$200 mil pelo Sr. José Luiz Alves...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – E R\$210 pelo meu irmão.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E R\$210 pelo seu irmão, Edson Pereira de Almeida.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Exatamente.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Então, a minha pergunta é esta: esse dinheiro que o senhor recebia no seu gabinete o senhor guardava e aí...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, eu não recebia no meu gabinete.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – ... o senhor ia pagar as dívidas.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Deputada, eu não recebia no meu gabinete.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ele falou que recebia no gabinete.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Apesar de que eu reputo isso como um detalhe.

Não, ele me dava conhecimento. Em determinados momentos, eu efetuava pagamentos; em determinados momentos, ele mesmo efetuava pagamentos, assim como meu irmão...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ele não falou isso aqui.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Bom...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Nós temos o depoimento do Sr. José Luiz Alves aqui, Sr. Anderson Aduato, e ele disse, expressamente: primeiro, que ele recebia um telefonema e ele ia buscar o dinheiro, e esse dinheiro ele levava no seu gabinete. Essa pergunta foi feita por vários Deputados: “Era no gabinete do Ministro?” Ele dizia: “É, no gabinete do Ministro”.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Bom, Deputada, eu não tenho...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor não confirma isso?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Eu não tenho conhecimento do depoimento dele com detalhes. O que eu posso dizer para senhora, na minha modesta opinião, é o seguinte: o senhor teve conhecimento...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – É opinião, porque aconteceu.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – O senhor teve conhecimento que ele recebeu o recurso ou o senhor ignorou que ele recebeu? Não, eu estou dizendo: eu tive conhecimento pleno que ele recebeu o recurso.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, isso nós já sabemos.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Bom, então, está bem.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Agora, eu quero saber onde que o senhor recebeu esse recurso.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Como que as coisas aconteciam a partir daí? Ora ele fazia o pagamento, ora eu mesmo fiz pagamentos e ora meu irmão também fez pagamento, como pessoas que trabalham comigo em Uberaba receberam o recurso e fizeram pagamentos.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Está certo. Então o senhor está hoje falando uma coisa exatamente contrária do que ele falou. Ele aqui falou que ele entregava nas suas mãos e não tinha nenhuma responsabilidade com esse dinheiro. Ele ia lá, buscava o dinheiro no banco, pegava, ia algumas vezes no *shopping*... Ele foi, inclusive, filmado no *shopping*. Nós temos aqui várias vezes que ele foi. Ele entrou em contradição algumas vezes, dizendo que não era ele, depois era ele mesmo, que ele tinha ido, que não tinha ido. Enfim, nós temos aqui todas as idas dele e todas as quantias que ele pegou. Agora, eu quero perguntar isso. Então, o senhor aqui nega. Ele levou para o senhor algumas vezes e outras vezes ele não levou para o senhor?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, Deputada, é o contrário. Eu estou assumindo toda a

responsabilidade pelos recursos que ele recebeu. Eu assumo a responsabilidade.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu sei, mas ele levou no seu gabinete?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – No detalhe, no detalhe...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, não é detalhe, Ministro.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Sim, eu estou discordando do detalhe.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor é um Ministro de Estado. Não é detalhe.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Sim.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não é detalhe. Se o senhor recebeu dentro do Ministério, dentro da sua sala, como Ministro, é uma coisa, e receber fora é outra coisa. Eu estou perguntando ao senhor o seguinte: o senhor foi o Ministro dos Transportes do Governo Lula. Então o senhor recebia, de maio de 2003 até janeiro de 2004, o senhor fala em R\$410 mil, em dinheiro – eu não vou nem falar no R\$1 milhão, porque o Delúbio falou que foi R\$1 milhão. O Marcos Valério falou aqui que foi R\$1 milhão. Tudo bem. O senhor diz que é R\$410 mil. Agora, eu pergunto para o senhor: o senhor recebeu esse dinheiro em dinheiro no seu gabinete?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, eu não recebi no meu gabinete. Recebi na minha casa, posso ter recebido na rua, mas eu não recebi no gabinete e estou assumindo a responsabilidade de ter recebido todo o recurso.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Está certo. Eu volto a perguntar pela última vez: o senhor nega que recebeu alguma quantia no seu gabinete?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Nego.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor não recebeu nenhuma quantia em seu gabinete?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, senhora. Não, senhora.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – É isso que eu quero.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Está bem.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor deixou o Governo em que data?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Eu deixei o Governo um pouco antes do prazo regimental para desincompatibilizar, para disputar as eleições. Logo depois da reforma administrativa... O Presidente fez a reforma ministerial. Eu saí entre a reforma e o período regimental. Acredito que em abril.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor não lembra a data?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Mês de abril.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Abril de 2004?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Abril de 2004.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Abril de 2004. E o senhor recebeu esse dinheiro até janeiro de 2004.

Agora, eu volto a perguntar: essas contas foram pagas... O senhor falou ao Deputado José Rocha que pagou, mas não explicou. O senhor tem comprovante desses pagamentos?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Posso ter alguns, posso não ter outros. Eu fazendo todo o levantamento, porque, Deputada, eu entendo... Hoje, eu tenho uma compreensão clara do processo, não é? Não sou especialista, mas passei a compreender quais serão... Qual que será a minha via-sacra. Eu dei declarações na Polícia Federal, estou aqui hoje, passarei pelo Ministério Público e, possivelmente, terei que responder na Justiça. Eu estou me preparando e buscando toda essa documentação.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Mas, meu ex-Ministro Anderson Adaauto...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Hoje eu não tenho.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor foi depor na Polícia Federal. Quando? Em que data?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Tem uns dez dias, quinze dias.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Agora?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Sim.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Em declarações. Então, até agora, o senhor não tinha ido nem à Polícia.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – A Polícia nem tinha chamado o senhor?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Ainda não.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Talvez até porque veio aqui o Sr. José Luiz, até porque veio aqui o Sr. Delúbio. Nós fizemos uma acareação e tanto o Sr. Delúbio quanto o Sr. Marcos Valério diziam que o senhor recebeu R\$1 milhão; então, a Polícia acordou e chamou o senhor. O senhor devia ter ido à Polícia há mais tempo.

Bom, aí o senhor foi à Polícia e prestou declarações...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Eu fui exatamente no dia em que fui convidado.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E, a partir de agora, o senhor vai ver onde o senhor colocou esse dinheiro.

O senhor declarou no TRE, no Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, os seus gastos de campanha de 2002?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Sim, como todos nós que participamos de uma eleição temos que fazer.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Nem todos. Aqui tem muita gente que não declarou nada.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Em Minas, é costume...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Bom, o senhor declarou.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – ... a gente declarar.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Mas essa dívida o senhor declarou? Essa dívida que o senhor pagou com o dinheiro do Marcos Valério, com o dinheiro do Delúbio, o senhor declarou?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Deputada Zulaiê, eu declarei aquilo que eu tinha até o momento. Declarei... Como nós, pelo menos... Eu não vou dizer nós, vou dizer a minha pessoa. Em todas as campanhas que antecederam a de 2002, eu me comportei exatamente como eu me comportei na de 2002. Ficam coisas para trás que chegam depois. É muito difícil – eu vejo assim, baseado na experiência minha, de 18 anos de Parlamento e de disputar todas as eleições. Disputei nove eleições na minha vida.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Então, o senhor já falou isso. Agora, estou estranhando...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Então, Deputada, é muito difícil...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – ... porque o senhor tem cinco mandatos, quer dizer, quatro mandatos estaduais...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – De deputado.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Um federal e, agora, de prefeito.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Sim.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Então, nove campanhas disputadas, e o senhor não sabe que, quando termina uma campanha, o senhor tem dívidas de campanha?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Sim.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Então, o senhor sabe qual é a dívida que o senhor tinha nessa campanha.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Sim, ficam dívidas. Claro.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Então, o senhor declarou?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Sim.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Está declarado no TRE de Minas Gerais...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – As dívidas, não.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – As dívidas, não?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – As dívidas, não. A gente fecha a conta quando fecha a contabilidade, e uma série de compromissos fica depois... Eu citei.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Quer dizer que o que o senhor pagou fora não faz parte da contabilidade prestada no Tribunal Regional Eleitoral.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Na campanha de 2002 e em outras campanhas aconteceram a mesma coisa anteriormente.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Quer dizer que são dívidas de campanha que não foram contabilizadas, como diz o Sr. Delúbio? É caixa 2. Quer dizer, o senhor pagou com o dinheiro do Delúbio, que já era caixa 2, e aí o senhor também não tem como provar, porque o senhor não pegou comprovante desse dinheiro que o senhor recebeu. Desses R\$410 mil. O senhor tem como provar para nós aqui, da CPMI, que o senhor pagou mesmo os R\$410 mil, dívida de campanha?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Claro, Deputada. Eu vou fazer isso, naturalmente, em todas as instâncias.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – RJ) – O seu irmão Édison Pereira de Almeida tinha algum cargo no Ministério, participava junto com o senhor?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, senhora.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – RJ) – Ele ficava em Minas Gerais?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Exato.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – RJ) – E o Sr. José Luís foi seu chefe de gabinete o tempo todo?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Exatamente.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – RJ) – E era o seu homem de confiança?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Exato.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – RJ) – Eu tinha mais uma pergunta, mas o meu tempo já acabou. (Pausa.)

O senhor falou que participou de uma campanha majoritária. Qual foi o ano?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – 98.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – RJ) – E, também, na campanha majoritária foi assim, o senhor prestou contas e, depois, sobrou um dinheiro e o senhor pagou por fora?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, Deputada, não fui tesoureiro da campanha, nem coordenador financeiro, nem contador. Fui um dos coordenadores políticos. Tive condições de saber como funciona uma campanha majoritária na sua verdadeira extensão da palavra.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – RJ) – Ah, o senhor participou como coordenador...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Coordenador político.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – RJ) – ...não disputando cargo majoritário?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, não. Campanha de governador.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – RJ) – Quando o senhor falou, achei que fosse disputa de cargo majoritário.

Não tenho mais nenhuma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra o Senador Tourinho. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Moroni Torgan.

V. Exª tem a palavra por dez minutos.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sr. Anderson Aauto, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, quero, em primeiro lugar, saber: quando o senhor recebeu esses recursos, o senhor era Ministro?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Era Ministro.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Quem o orientou a pedir esses recursos?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Deputado, fiz a exposição; se o senhor me permitir, farei novamente.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – É rapidamente.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Sim, eu respondi ao Deputado José Rocha. Procurei o Sr. Delúbio Soares por iniciativa própria.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Quero entender por que um Ministro procura o Sr. Delúbio.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Porque o Ministro, antes de ser Ministro, disputou uma eleição, elegeu-se Deputado e ficou com contas de campanha

para trás para pagar. E, para não ficar debilitado com dívidas no Ministério, tinha... Sempre fiz com minhas contas, Sr. Deputado, sempre fiz com minhas contas, sempre paguei. Houve campanha que demorei mais de ano para poder resolver todos os problemas. Em todas que disputei.

Respondi a um Deputado anteriormente que, das outras vezes, o parlamentar, dono do seu mandato, tem uma liberdade maior para agir com relação aos seus problemas pessoais, diferentemente do Ministro.

Então, fiz uma avaliação comigo mesmo e cheguei à conclusão de que eu deveria resolver os meus problemas ou tentar resolver os problemas da campanha procurando o tesoureiro da campanha majoritária daquele ano, da qual o meu partido participou. Fui até ele e disse: “Em outras campanhas, resolvi meus problemas, porque continuava como Deputado. Agora, na condição de Ministro, entendo que não tenho essa liberdade...”

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Mas é...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Sr. Deputado, concluo rapidamente.

“Não tenho essa liberdade de resolver os meus problemas, por exemplo, com aqueles que sempre me ajudaram, já, naquele momento. Então, vim aqui dizer que tenho esses problemas e gostaria de saber se você poderia me ajudar”. Foi exatamente isso o que aconteceu.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – E o Delúbio disse o quê?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – O Delúbio me disse que iria ver a possibilidade de me atender, exatamente porque ele estava com alguns problemas da mesma ordem com outras pessoas; que ele ia ver uma forma de poder resolver isso. Eu disse: “Então, está bem. Se você puder, ficaria muito grato”. Depois de 30 ou 40 dias, ele me liga e diz...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O senhor não falou isso com ninguém do Governo?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Claro que não! Isso era uma coisa que eu tinha que resolver. Não falei com absolutamente ninguém.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O senhor era Ministro do Presidente e falou com o tesoureiro do Presidente?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Eu falei com o tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, que foi o Partido majoritário nas eleições.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sim, era o tesoureiro... Ele era... ele era o tesoureiro do Partido do Presidente, que elegeu o Presidente, porra!

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Está bem.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Não adianta ficar me olhando, porque é!

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, eu não, Deputado, muito pelo contrário.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Não tem novidade, não! E parece que... O senhor acredita que o Delúbio tomaria uma decisão de lhe dar 400 mil sem comunicar ninguém?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Deputado, não perguntei isso a ele.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O senhor não perguntou isso a ele?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, não perguntei.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Agora, na época desse pedido seu, o senhor era Ministro?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Sim.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – E o senhor não viu...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não apenas... Eu creio que ele não...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O senhor não viu todos aqueles acontecimentos?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Sr. Deputado, eu creio que ele não me ajudou apenas porque eu era Ministro; é porque fui eleito junto com a coligação. Fui um Deputado extremamente correto em todo o processo eleitoral. Todo o material, todas as minhas ações...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Isso foi para pagar suas contas de campanha?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – ... todas as minhas ações da campanha de 2002 tinham a figura do Presidente e do candidato a governador do meu Estado.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Certo. E isso foi para pagar as suas contas de campanha?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Sim, exatamente.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Quer dizer, um Ministro do Presidente pede um dinheiro não registrado para pagar dívidas de campanha, é isso?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Exatamente isso.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O que o seu companheiro da Fazenda e o Secretário da Receita Federal iam pensar disso?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Bem, Deputado, não sei responder isso ao senhor. Eu disse que o Ministro, com o peso de Ministro nas costas, assumir um Ministério com dívidas de campanha... E

procurei, com a minha avaliação, Deputado, daquela pessoa que já passou por aquele processo várias vezes...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Agora, como é que o senhor sabia que o Delúbio quebrava o galho?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Porque, na campanha de 98, fui um dos coordenadores políticos de uma campanha majoritária e conheci a fundo, Deputado, como funciona uma campanha majoritária, como ela se fecha no primeiro turno e como ela se fecha no segundo. Enquanto coordenador político, vi partidos, vi lideranças políticas, vi parlamentares levarem seus problemas...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Vamos...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – ...para a campanha majoritária.

Não, Deputado, eu gostaria de responder; o senhor me perguntou, e quero prestar todos os esclarecimentos.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – É que o senhor está ocupando todo o meu tempo, aí é complicado. Estou lhe perguntando coisas objetivas...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – O senhor me perguntou por quê; e eu disse: em função de eu ter assistido a esse mesmo filme na campanha de 98.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O senhor viu o Delúbio fazendo isso para todo mundo, não foi?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, eu não! Eu vi o mesmo filme não com os mesmos personagens: como as campanhas políticas acontecem, Deputado. Eu vi isso.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Na campanha de 98, o senhor viu, depois da campanha, eles darem dinheiro?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Eu vi, na campanha, ficarem problemas para trás e quem soluciona os problemas.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – E quem soluciona?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Normalmente, as campanhas majoritárias resolvem os problemas daqueles que foram leais ao seu processo eleitoral.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Mas quem determina na campanha majoritária? Aquele que concorreu ao cargo majoritário.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Também não é verdadeiro, Deputado. Aí, com experiência própria...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Não, não é verdadeiro! O candidato não sabe nada do que está acontecendo na campanha dele!

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Eu não vou dizer que não sabe nada, mas os detalhes o candidato não sabe, Deputado!

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Claro que tem que saber, porque é ele que assina esses detalhes.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Deputado, não é verdadeiro. Eu sou...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Então, o candidato assina sem ler. É isso?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Sou de um Estado que tem 863 Municípios...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Eu só quero que o senhor diga isto: o candidato assina sem ler, é isso?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – É claro que um candidato não sabe, com exatidão, os detalhes da sua campanha. Um candidato majoritário não sabe, um candidato majoritário não sabe!

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Ele assina todas as folhas sem saber!

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Ele assina algumas coisas...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Eu tenho medo de um candidato majoritário que assumiu um governo e que não sabe o que está acontecendo nas suas finanças. Então, ele não vai saber no governo também, porque, se ele não sabe da campanha dele, como é que ele vai saber do governo?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – É totalmente diferente.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Como totalmente diferente? A campanha é muito mais simples. Tem razão!

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, uma campanha...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O governo é muito mais complexo.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Uma campanha é muito complexa, um tempo muito curto, e muitos fatos acontecem...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O governo é muito mais complexo.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – ... são muitos fatos que acontecem em muitos Municípios e em muitos Estados.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O senhor é governante. O senhor não pode comparar uma prestação de contas ao governo com o fechamento de um orçamento de um governo; a prestação de contas de

uma campanha com fechar o orçamento de um governo. O orçamento do governo é muito mais complexo. Fui Vice-Governador e sei disso.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Uma campanha também é complexa, Deputado.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Uma campanha é bem mais simples, o senhor sabe disso.

Então, se o candidato não se inteira das coisas da sua campanha, quem é que está cuidando dessas coisas no governo?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Aqueles que ele...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Os outros?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Aqueles que ele indica para que cuidem dessas coisas. Uma campanha tem a sua complexidade também no campo político, no campo operacional, na logística, nas finanças, nos impressos, na parte de comunicação, é isso!

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Muito menos complexo do que no governo, o senhor sabe disso. Não adianta o senhor querer insistir que o orçamento do governo é mais simples do que a prestação de contas de uma campanha.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Longe de mim querer fazer comparações, Deputado, não é essa a minha intenção.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Não adianta de forma nenhuma.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não é essa a intenção.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O que quero dizer é que o Delúbio não caiu no seu colo por acaso. Talvez o senhor não queira dizer quem botou ele no seu colo.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Mas eu disse para o senhor.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Que o senhor, agora, queira esconder.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – De forma alguma, Deputado.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Não, essa conversa de que “as experiências antigas me dizem que...” Que experiência antiga! O senhor sabe que, se não falar com o dono da campanha, o senhor não consegue coisa nenhuma! O secretário financeiro está lá para fazer tudo o que o dono da campanha disser, senão o governante não é o que está sendo eleito; é o secretário financeiro. Se o secretário financeiro faz coisas sem pedir autorização para quem está capitaneando a campanha, então, quem manda realmente em tudo é o secretário financeiro. Não é aquele que

foi eleito para ser mandatário. É isso o que temos que entender.

Não podemos mais ficar nessa conversa. É claro que o senhor sabia que o Delúbio estava sanando dívidas de quem tivesse dívidas; é claro que o senhor sabia que não ia botar em risco o seu cargo no Ministério se fizesse isso, porque o senhor não é doido de botar em risco o seu cargo no Ministério por isso aí. Quer dizer, então, o senhor sabia de tudo isso. Está na cara, não há para onde correr.

O senhor sabia: “Olha, lá, no governo, o negócio é o seguinte: há dívida de campanha, fala com o Delúbio”. “Ah, mas está autorizado. Não vou contra”.

A primeira pergunta que o senhor faria é a seguinte: “O Presidente vai ficar chateado comigo? Porque sou Ministro agora. O Presidente vai ficar chateado?” Garanto que alguém lhe disse: “Não, não vai, não. Pode ficar tranqüilo!”

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, Deputado, não é verdadeira essa afirmação do senhor. Desculpe-me, mas não é verdadeira.

Antes de ser Ministro do Presidente, fui um participante ativo do processo eleitoral...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Mas, aí, quando o senhor entrou de Ministro...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – ...participando da campanha em Minas.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – ... com boa fé, quando o senhor entra no Ministério, o senhor diz: “Presidente, vou entrar, mas tenho uma dívida de 400 mil e preciso pagar...”

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – É claro que eu não levaria isso para o Presidente.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – “...e vou ter que fazer isso de forma digna”, porque, senão, o senhor estaria traindo o governo que o escolheu, porque o senhor agindo por baixo do pano, um Ministro, ganhando 400 mil... Houve um aí que ganhou um relógio, que, inclusive, colocou a peça em leilão – depois, até descobriram que o relógio não era bem assim e tudo o mais...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Para concluir, Sr. Deputado.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Para concluir: botou em leilão, porque não podia ganhar presente, agora, o senhor ganha um presente de 400 mil e acha que tudo é normal?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, eu não acho normal, Deputado...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Quer dizer...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – ...tanto é que fui até a Polícia Federal, estou aqui e sei que irei que continuar a responder por essas ações.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – É claro que o senhor fez isso...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Então, não acho normal.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O senhor fez isso sabendo que tinha a convivência de todo mundo ali, porque ele estava pagando conta de todo mundo. Não era só a sua, não.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Eu também não posso concordar.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – A lista, aqui, está grande, compreendeu?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Hoje, estamos tendo conhecimento. Antes, eu não tinha conhecimento disso, Deputado.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Então, não dá para correr para outro lado, não adianta. Agora, que foi, sem dúvida nenhuma, prática de delito por um Ministro do Governo, isso é que é lamentável! Não adianta se falar em arrocho fiscal, não adianta se falar em honestidade fiscal, em receita, em Coaf, se os Ministros estavam fazendo o contrário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra o Deputado Júlio Redecker.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente; Sr^{as} e Srs. Deputados; Sr. Depoente, Prefeito Anderson Adauto, eu queria saber de V. Ex^a se o que restou de dívidas da sua campanha foram exatamente os 410 mil que o senhor recebeu.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Exatamente.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Então, quer dizer, o senhor teve um resto a pagar não declarado ao TRE de Minas Gerais de R\$400 mil que lhe foi repassado por intermédio do seu chefe de gabinete e do seu irmão?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Exato.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Embora haja uma contradição, porque Delúbio e Marcos Valério disseram que lhe passaram um milhão, temos aí R\$590 mil que evaporaram.

O senhor disse que tem experiência em campanhas anteriores, e acredito que tenha – vou pedir ao Presidente que garanta o silêncio –, concordo plenamente com V. Ex^a. O senhor disse que, em 98, ajudou a coordenar uma campanha majoritária e que, lá, o senhor aprendeu que, quando se tem dívida de campanha, aqueles que mais se dedicam acabam se di-

rigindo ao tesoureiro geral da campanha, àquele que manda, é isso?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Enca-minho, normalmente, à equipe que cuida da coordenação da campanha. Ela decide.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Correto, mas é isso, o senhor concorda?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Concor-do com o princípio

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Deixe-me lhe perguntar mais então. O senhor sabia que esses R\$410 mil eram dinheiro não contabilizado?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, eu não... Eu tive oportunidade de responder antes a um Parlamentar também, Deputado Júlio, que, eu não sei se por elegância ou qualquer outro nome que seja dado ou pela necessidade real que, normalmente, a gente... Que pede ajuda a alguém. Normalmente, quando a gente pede a alguém um dinheiro emprestado ou uma ajuda e a pessoa diz que vai ajudar ou vai ver a possibilidade, a gente não pergunta: bom, e de onde vem então? Então, eu quero... Já que você vai me ajudar, eu quero saber de onde vem.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Não, tudo bem, mas vamos...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Logo depois, no primeiro momento, no primeiro momento, eu agi rigorosamente como normalmente...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Não, não, já entendi.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – ... as pessoas agem.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Já entendi.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Num segundo momento, ele me disse. O Delúbio chegou a comentar que estava havendo a possibilidade de levantar o empréstimo para poder ajudar algumas pessoas...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Não, tudo bem. Eu concordo com a sua tese, mas vamos analisar os fatos. O senhor recebeu R\$410 mil, já havia prestado conta da sua campanha; no entanto, o senhor teria a possibilidade de fazer um adendo à sua prestação de contas. E o senhor não fez esse adendo.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, não fiz.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Então, o senhor sabia também que esse dinheiro não tinha origem.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Claro, o senhor recebeu em dinheiro. Quer dizer, o senhor tinha consciência de que esse dinheiro não tinha origem ou eu gostaria que o senhor me dissesse qual a origem desse dinheiro, se o senhor acha que esse dinheiro não tinha origem.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, eu não sei dizer a origem do dinheiro.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Então, o senhor sabe...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – A não ser do próprio Tesoureiro...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Não, do Delúbio, mas o senhor...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – ... em outro momento, que ele estava...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Mas o senhor não sabe da onde veio esse dinheiro.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Ele me disse...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Da onde?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Logo depois...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Da onde que ele disse?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – ... que ele estava fazendo, estava tentando fazer o empréstimo para poder resolver.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Tudo bem. Então, o senhor sabia que esse valor era do empréstimo bancário. É isso que o senhor está adu-zindo aqui?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Sim, eu deduzi.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Mas o senhor não sabia...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Claro que não.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Está bom.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Porque a gente normalmente não pergunta, Sr. Deputado.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Tudo bem. Mas o senhor tem R\$410 mil de valores não contabilizados.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Sim.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Tudo bem. E o senhor disse que, na campanha, isso era normal. O senhor já tinha visto essa mesma prática em outras campanhas? O senhor disse também que sim, que fazia prestação de contas e, depois, fecha-

vam-se as contas do que sobravam. Isso é verdade? Foi o que senhor falou.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Sim, Deputado. Posso responder para o senhor?

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Não, só quero que o senhor me diga sim ou não. Eu ouvi a sua explanação. O senhor me diz sim ou não. É verdade? Porque o senhor já falou isso, está gravado.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Coincidentemente... O senhor é de qual Partido, Deputado?

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu sou do PSDB.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Coincidentemente, Sr. Deputado, na eleição de 2004, eu fui... Eu disputei contra um candidato do Partido do senhor. Coincidentemente, não estou aqui para isso, mas só para ilustrar, o candidato do senhor declarou, na campanha de 2004...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Não, mas o senhor não está aqui para...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, Sr. Deputado....

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor não está aqui para me perguntar.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Declarou R\$318 mil.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor não está aqui para me perguntar.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, o senhor me perguntou se é normal...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor é réu aqui, o senhor é depoente.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – ...se é normal...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor é réu. Eu quero saber aqui do senhor...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Eu não me julgo réu, o senhor me desculpa.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu julgo o senhor réu.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, senhor.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor recebeu dinheiro de fonte não identificada...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, senhor, Deputado. Não, senhor. Eu não vim aqui na condição de réu.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – E o senhor é réu.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Eu não vim na condição de réu.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor é réu, sim, senhor. Se o senhor recebeu dinheiro não contabilizado... O senhor acha que o senhor vem aqui na condição de Deputado... Que o senhor vem aqui em qual condição?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Na condição de ex-parlamentar...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Isso não conta aqui.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Ex-parlamentar e atual Prefeito, com muita honra.

(Falha na gravação.)

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor tem que me respeitar e me responder.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Deputado Redecker, nobre Deputado Redecker, nobre Deputado Redecker, o depoente está respondendo. Ele está respondendo às suas perguntas. Com respeito, não houve aqui nenhuma lesão de ninguém. Então, vamos por partes.

Com a palavra, V. Exª para responder, depois...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu perguntei se era normal, em outras campanhas suas, de que o senhor participou, receber dinheiro por fora para depois fazer o ajuste de contas dos valores que não foram prestados à Justiça Eleitoral. O senhor já tinha dito aqui que sim, e eu só queria que o senhor reafirmasse. O senhor prestou contas do seu valor aqui? Não. E o senhor disse que nas outras campanhas também. É só isso que eu quero saber: sim ou não.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra, V. Exª para responder.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Júlio Redecker, eu, na campanha de 2002, nas campanhas outras passadas, as minhas campanhas não fecharam rigorosamente como foram declaradas no Tribunal de Contas... No Tribunal Eleitoral.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Toda sua campanha? Todas?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – E nas campanhas anteriores a 2002 e a 2002, e coincidentemente, já que o senhor é do PSDB, eu gostaria de passar às mãos de V. Exª, com todo respeito... Não vim aqui...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Passe ao Presidente, depois eu pego com o Presidente.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Passarei ao Presidente.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Então, passe. E me responda, porque eu tenho tempo para lhe perguntar mais coisa.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Disputei até uma campanha de 2004, mais recente.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu quero saber se na sua campanha...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Posso responder, Sr. Presidente?

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, ele não está respondendo. Quero que responda a minha pergunta.

Passa o documento ao documento ao Presidente.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Eu respondi.

Só quero comunicar aos Srs. Parlamentares que o documento eu vou passar ao Presidente.

Srs. Parlamentares estou repassando ao Presidente da Comissão documentos da campanha de 2004, que coincidentemente disputei com candidato do PSDB, do mesmo partido do Deputado Júlio Redecker, que ele apresentou na Justiça Eleitoral que gastou R\$318 mil na sua campanha. Coincidentemente em função de problemas outros que ele enfrentou, com credores, surgiu uma ação e nessa ação surgiu um recibo da pessoa que fez o serviço de consultoria, comunicação e *marketing*.

Estou passando ao Presidente cópia da prestação de contas do meu adversário em Uberaba, do PSDB...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Isso não é objeto do Presidente.

Só gostaria que não utilizasse o meu tempo, que contabilizasse o meu tempo.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Cópia do recibo de R\$500 mil de um só fornecedor da campanha do meu adversário, que coincidentemente é do PSDB.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor veio aqui para trazer coisa do adversário.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, em absoluto. Só não posso sair daqui, Sr. Presidente, achando que sou eu que faço caixa dois em campanha.

O SR. PREDIDENTE (Amir Lando. PMDB–RO) – Com a palavra o Deputado Júlio Redecker.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB–RS) – Quero lhe dizer, Prefeito Anderson Adauto, que represente criminalmente junto à Justiça. Esse é o caminho que o senhor tem legalmente.

O que nós estamos investigando aqui é o que o senhor falou que é prática normal. O senhor, na sua campanha de 2004, declarou quanto à Justiça Eleitoral? Qual foi o valor total da sua declaração?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Exatamente R\$1,347 milhão.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB–RS) – Teve restos a pagar na sua campanha a prefeito?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB–RS) – Nessa não teve.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Nessa não teve.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB–RS) – Essa o senhor conseguiu fazer.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Exatamente.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB–RS) – Na campanha... Quando o senhor foi coordenador de uma campanha para o governo do Estado... O senhor disse que em todas campanhas teve caixa dois, teve restos a pagar. O senhor foi um dos coordenadores de uma campanha em 1998?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Sim.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB–RS) – Teve também restos a pagar naquela campanha?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Creio que sim. Acredito que toda campanha majoritária, normalmente, fica alguma coisa para trás.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB–RS) – Quem foi o candidato que o senhor apoiou em 1998, lá em Minas Gerais?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Apoiei o Dr. Itamar Franco.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB–RS) – O senhor está afirmando aqui que na campanha do Dr. Itamar Franco, em 1998, teve caixa dois. O senhor acredita que em todas as campanhas tiveram? Então vamos registrar isso.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não afirmei isso. Eu disse que eu conheci como as campanhas funcionam em função da experiência de 1998.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB–RS) – O senhor falou várias vezes, o senhor usou várias vezes esse termo.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não confirmo, só acho difícil sair daqui dizendo que a única campanha nesse Brasil que não fecha, rigorosamente, com aquilo que a gente declara no Tribunal Regional Eleitoral é a minha, Sr. Deputado. Apenas isso.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB–RS) – Não estou aqui afirmando que a única que não fecha é a sua, não fiz essa afirmação. Mas quero agora lhe fazer um juízo jurídico – claro que aqui tem doutos, ex-ministro da justiça, advogados reconhecidos –: V. Exª, quando Ministro de Estado, recebeu dinheiro não contabilizado, de que o senhor desconhecia a origem, que ouviu do

Sr. Delúbio Soares que era fruto de empréstimo, em valores menores do que afirmaram aqui Delúbio e também Marcos Valério, de R\$410 mil, que era o dinheiro justo para pagar os restos a pagar da sua campanha, o que, no exercício do cargo de Ministro – o senhor veja as implicações –, o senhor, pelo Código Penal, está incurso por corrupção passiva, porque não se pode receber nada no exercício – art. 317. Não se pode receber no exercício de função pública, ainda mais na relevante de Ministro de Estado, valor algum.

O senhor recebeu dinheiro não contabilizado durante o exercício, para pagar contas de campanha. Não há aqui registro dos outros R\$590 mil que afirmam os dois interlocutores que repassaram o dinheiro – um o Sr. Marcos Valério e o outro o Sr. Delúbio Soares – para a sua conta, ou para o seu gasto, não conta corrente, mas para a sua posse.

Em função disso, pode haver a ilação de que V. Ex^a, manipulando um dos maiores orçamentos da República, tenha recebido do Sr. Delúbio Soares, que, intermediando com alguma prestadora de serviço do seu Ministério, pode ter repassado esse dinheiro. Se o senhor não sabe a origem do dinheiro, mas supõe que venha de empréstimos, quem garante que o Sr. Delúbio não tenha servido de interlocutor junto a prestadores de serviço do Ministério cujo titular da Pasta era o senhor, para pagar as contas de campanha e também para dinheiro não contabilizado que, segundo o Delúbio e o Marcos Valério, sobrou pelos dois receptores autorizados pelo senhor e por quem o senhor assumiu toda a responsabilidade? Não há como negar que há uma contradição grande. Marcos Valério e Delúbio afirmam que o senhor recebeu R\$1 milhão. O senhor disse que recebeu somente R\$410 mil. O senhor não sabe a origem do dinheiro. Quem garante que um Ministro de Estado, com o poder que tem, não tenha usado o Delúbio Soares ou mesmo seus assessores como interlocutores de prestadores de serviço? Veja como é grave a sua situação, Dr. Anderson Adauto. Não estou fazendo prejulgamento, mas apresentando provas. Com toda a sinceridade, vou dar-lhe uma recomendação: pelo seu Partido, represente criminalmente contra o seu adversário pela sua prestação de contas. Nós não estamos aqui para defender ninguém. Nós queremos que o senhor se explique, embora não haja explicação convincente, para que possamos concluir os trabalhos desta CPI com a verdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– O senhor quer dar alguma resposta? (Pausa.)

Não?

Concedo a palavra ao próximo orador.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Reinscrevo-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O próximo orador é a Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que solicite à Secretaria que nos forneça cópia do documento encaminhado pelo Sr. Anderson Adauto.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeitamente. Peço à Secretaria que promova imediatamente a reprodução do documento e distribua a todos os presentes.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa por dez minutos.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Anderson Adauto, V. Ex^a atualmente é Prefeito, foi Deputado Federal e Ministro. Em primeiro lugar, quero dizer, não somente ao senhor, mas a toda a CPI, inclusive à direção, que toda vez que o Senador Amir Lando abre a reunião desta CPI, S. Ex^a lê: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncia de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional com a finalidade de aprovar matérias de interesse do Poder Executivo e acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 01, de 1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos, ou seja, a CMPI da Compra de Votos deve investigar se houve ou não compra de votos de Parlamentares para votar a favor do Executivo, tanto neste momento quanto na reeleição do Fernando Henrique ou até se há evidências de compra de votos. Mas, temos visto, em vários momentos, outra coisa.

Quero dizer que sou contra acareação. Houve várias acareações e de nada serviram, porque as pessoas mantiveram suas declarações iniciais.

Mas as perguntas acabam sempre recaindo no mesmo ponto: a questão do caixa dois. O senhor corajosamente – a maioria não o faz – assumiu que essa é uma questão da qual todos temos conhecimento. O próprio ex-Deputado Roberto Jefferson, que fez as acusações, disse publicamente, em diversas entrevistas, inclusive à imprensa, que caixa dois era algo que ele conhecia desde a primeira vez que se elegeu – e ele já tinha cinco mandatos; estava no quinto, que não concluiu.

As pessoas fazem campanha e ficam com dívidas. De modo geral, nem sempre o candidato pode fazer retificação. Não é verdade que o candidato possa fazer; o Partido pode fazer e tem prazo para isso. A partir de certo tempo, não pode mais. A grande maioria

não o faz. E não o faz porque, neste País, inclusive, criminalizou-se a política. As pessoas têm até medo de doar por causa de questões como esta. Elas têm medo de se expor.

Noutro dia, fizemos a acareação que disse que não adiantou nada, e para a sociedade pareceu que o caixa dois, Senador Amir Lando, não existia, que passou a existir apenas agora, a partir da eleição de 2002. Parece que uma única coligação fez; nenhuma outra mais fez, no País inteiro. Quer dizer, se não viesse aqui um cidadão e dizer que coordenou uma campanha em 98, no seu Estado, utilizando-se de caixa dois, seria capaz do ex-tesoureiro do PT poder patentear o caixa dois.

Preocupa-me que esta CPMI, cada vez mais, transforme-se em CPMI do caixa dois; essa é a verdade.

Quando assinei o requerimento de CPMI para a qual o Senador Arthur Virgílio estava colhendo assinaturas – já tinha colhido –, eu o fiz, mas coloquei um condicionante ao lado do meu nome: investigar todas as campanhas.

O grande problema aqui é, que quando chega a algumas campanhas, esse mesmo problema não pode ser falado, não pode ser investigado. Isso é um absurdo! Quer dizer, estamos passando os fatos para a sociedade como se todos fossem idiotas; essa é a verdade. Como se tentássemos fazer a sociedade de boba. Essa sociedade que muitas vezes pede recibo para o dentista, de valor diferenciado; essa mesma sociedade que muitas vezes instala um programa de computador pirata que custa R\$50,00, R\$100,00, para não comprar um programa de computador que custa R\$1 mil, R\$2 mil, R\$3 mil e até R\$5 mil, dependendo do programa. Essa mesma sociedade que, muitas vezes, na esquina, faz o jogo do bicho. E sabemos que o jogo do bicho é crime; todos sabem que é contravenção. Essa mesma sociedade que, muitas vezes, na frente dos filhos, também “dá um mole”, como se diz, para o guarda de trânsito. Essa mesma sociedade que instala o programa pirata para seus filhos usarem.

Temos que dar exemplos. O caixa dois é crime e temos que assumi-lo como tal. Acho que o senhor está assumindo aqui alguma coisa indevida, incorreta, que tem uma série de implicações. Mas, infelizmente, hipocritamente...

E, outro dia, fui questionada por um cidadão simples na minha cidade, no meu Estado, por que seriam cassados somente 15 Deputados. Ele me disse: “Senadora, a senhora vai querer dizer para mim que ali não tem pelo menos mais uns 350 ou 400 que cometeram o mesmo crime de caixa dois? Vai querer fazer que eu acredite nisso?”.

E eu disse: Não. Perdoe-me, mas não vou querer fazer o senhor acreditar em nada disso.

E o senhor deu um exemplo aqui, até na sua campanha de 2004, de uma outra pessoa.

Quero apenas dizer que o senhor foi claro ao dizer que procurou o tesoureiro do Partido majoritário na campanha, porque o senhor considera isso natural. Até porque o senhor viu que, quando algum parlamentar, algum Deputado, algum candidato a Deputado Estadual, algum candidato a Deputado Federal ficava com dívida, costumava procurar o tesoureiro.

Quero lhe fazer esta pergunta: o senhor acha que só esses aqui, agora, fizeram? Ou o senhor acha que essa é uma prática normal de candidatos a Deputados, a Vereadores, a Prefeitos, a Governadores, a Presidentes, enfim? Normalmente, o candidato majoritário, principalmente os de grandes Cidades, de Estados, do País, cuida de coordenar a captação financeira da campanha ou de fazer campanha e ganhar voto? Eu gostaria que o senhor me respondesse isso.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Senadora, eu, em momento algum, e até para citar exemplo, não quero naturalmente também entrar em nenhum conflito de ordem política até porque, hoje, já não tenho mandato de Parlamentar, não me cabe entrar na questão do partido a, do partido b ou do partido c. Primeiro, quero dizer que eu assumi realmente que, no nosso caso, campanhas de que participei, entendi como uma coisa normal, assim como as questões colocadas por V. Ex^a relativamente ao jogo do bicho, que é uma contravenção; o dentista, que não dá recibo; o que acontece no comércio, compra-se e não se pega a nota fiscal, e dos *softwares*. Realmente, entendo que, no Brasil, o índice da economia informal, se se fosse analisar hoje, qualquer segmento, analisou-se a parte política, acredito que constatariam isto: é muito alto o índice na economia da economia informal. E, naturalmente, esse processo passa para os períodos eleitorais, até porque o processo eleitoral é muito rápido, muito curto, com muitas coisas acontecendo ao mesmo tempo. E claro que o candidato faz campanha, cuida de fazer campanha e tem pessoas da sua confiança que cuidam dessa questão financeira, como cuidam da questão da comunicação, todos os vários setores que conduzem uma campanha.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Obrigada.

Sr. Presidente, eu só queria dizer que me parece que esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito decidiu fazer ou foi transformada para fazer uma investigação sobre caixa dois; parece-me que todas as vezes a criminalização é essa. E não estou negando que isso seja incorreto, indevido. Se meus compa-

nhieiros ou ex-companheiros de Partido que fizeram tivessem gasto a energia que gastaram, no sentido de ajudar a aprovar uma reforma eleitoral, que já está há mais de 10 anos neste Congresso e não é aprovada, talvez estivéssemos dando um melhor exemplo para o País. Mas, infelizmente, também cometeram erros e, por isso, têm de ser punidos, todos, independente da cor partidária. Essa é a minha opinião. Mas não é justo, com certeza, que apenas alguns sejam punidos por erros que outros cometeram; essa é a grande contradição que existe nessa questão. É como se, por exemplo, eu tivesse dois filhos, e um deles cometesse um erro. Então, eu o repreenderia, puniria por aquele erro e, daqui a três anos, descobrisse que o outro filho cometera o mesmo erro sem que eu soubesse à época, apenas depois. Eu não iria puni-lo depois? Penso que a impunidade é um péssimo exemplo no nosso País, que, ao longo dos anos, se tem confirmado em várias situações. Principalmente quando se tratar de desvio de recurso público, jamais deveríamos deixar impune, quer seja comprovado na época, Deputado Paulo Baltazar, quer tenha acontecido, inclusive, num passado bem recente. Acredito que é obrigação nossa investigar, porque o recurso não é meu, seu ou de quem está sentado aqui e ganhou a confiança do povo pelo voto, mas da sociedade.

Então, temos de resgatá-lo não importando em que período foi desviado.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Com a palavra, por dez minutos, o ilustre Deputado João Correia.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Anderson Adauto, ex-Deputado, atual Prefeito de Uberaba, inicialmente, para deixar um pouco as coisas mais claras, quero dizer o seguinte: nem todos os Parlamentares, Deputados ou Senadores, foram eleitos com recursos advindos do crime. Entendo que recurso não-contabilizado de caixa dois pode ser do tráfico de drogas, da prostituição, do terrorismo etc. Portanto, é dinheiro proveniente de ações criminosas; não é dinheiro de caixa dois. Isso é uma invenção muito bem urdida. Acho até que V. Ex^a faz um pouco parte desse grande coro, conforme tentaremos demonstrar agora.

Quero dizer que eu não fui eleito com dinheiro do caixa dois, com dinheiro oriundo do crime. Quero deixar isso muito claro. E acho que grande parte deste Congresso foi eleito da mesma forma que eu. Talvez a maior parte, se Deus quiser!

O Sr. José Luiz Alves apareceu no Banco Rural por 7 vezes, de 8 de setembro de 2003 a 27 de julho de 2004. Isso é registro, não é conversa. E o Sr. Marcos

Valério e a Sr^a Simone tinham um **modus operandi** – para usar um termo bonito –, eles só pagavam em cifras fechadinhas: R\$50 mil, R\$100 mil, R\$200 mil. Raras foram as ocasiões em que eles pagaram cifras quebradas: R\$62 mil, R\$63 mil. Pode-se verificar na lista. No caso do dinheiro aplicado no valor de R\$1 milhão para V. Ex^a, ele vai sempre se referir a valores de R\$50 mil e de R\$100 mil, que totalizariam R\$1 milhão, dos quais V. Ex^a disse que recebeu apenas R\$410 mil.

Mas V. Ex^a começou negando tudo. Recordar-se? Quando a secretária Karina fez a apresentação da vinculação de V. Ex^a ao empresário Marcos Valério, V. Ex^a negou peremptória e definitivamente. Depois, V. Ex^a entrou com uma interpelação judicial contra a secretária.

Primeira pergunta: a interpelação judicial ainda persiste, depois que V. Ex^a tornou-se réu confesso?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Ela foi feita naquele momento e ainda continua, Sr. Deputado.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Mesmo depois de V. Ex^a reconhecer que recebeu dinheiro oriundo do crime?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Eu não posso concordar, Sr. Deputado.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Dinheiro ilegal, dinheiro ilícito é dinheiro do crime.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Eu não recebi dinheiro oriundo do crime. Eu não posso concordar, Sr. Deputado.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – É dinheiro do crime, dinheiro oriundo da corrupção.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Eu não posso concordar que foi dinheiro do crime nem de corrupção.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Então, foi dinheiro legal? Foi dinheiro limpo? Foi dinheiro lícito?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Eu já disse aqui que procurei o tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, coloquei a ele a minha situação e perguntei-lhe se poderia ajudar-me a resolvê-la. Ele disse que iria ver e ligou-me depois dizendo que iria ajudar-me. E assim as coisas aconteceram. Naquele momento, Sr. Deputado, não perguntei a ele a origem e como ele iria me ajudar. Num segundo momento, ele me disse que estava arrumando financiamento para resolver não meu problema, mas para resolver alguns problemas que tinham chegado a ele e que ele iria ver a possibilidade de ajudar.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – É possível, ilação por ilação, que V. Ex^a não tenha desejado perguntar de onde vinha o dinheiro para não ficar cara

a cara com o que não queria ver. E o empréstimo faz parte dessa orquestração desse grande álibi que vem reforçar a teoria que caiu por terra do caixa dois.

Outra pergunta, Sr. Anderson Adauto: em 21/08/02, o seu escudeiro-mor, o Sr. José Luís Alves, já se relacionava com a SMP&B – já em 21/08/02. Aqui temos 30 ligações da SMP&B para ele, que começam em 2002. V. Ex^a ainda estava em campanha para Deputado Federal, quando o seu escudeiro-mor estava...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Exatamente, e confirmei aqui...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – ...mesmo assim, tendo confessado até com algum orgulho – relacionando-se diretamente com a SMP&B, o que significa que é plausível também pensar que o Sr. Marcos Valério possa ter passado R\$1 milhão, ainda que não tenha comprovantes objetivos. Toda movimentação criminosa é como qualquer crime, cometido entre quatro paredes, à noite; ela tem que ser em espécie, pois não pode deixar rastros. Então, falo que a origem do dinheiro é o crime porque tudo foi realizado com dinheiro em espécie, não foi por ordem bancária, nem por cheques, nem por depósitos limpos, lícitos. Por isso, defendendo a tese de que é dinheiro oriundo do crime. Mas não sei de onde veio.

Pergunto o seguinte: V. Ex^a está dizendo que, do ponto de vista ético e moral, confessou que pediu dinheiro ao Sr. Delúbio Soares, porque era Ministro de Estado; Ministro de Estado de uma campanha cuja esperança havia acabado de vencer o medo. A implantação da ética seria um toque de paraíso na terra. Pergunto a V. Ex^a, com toda a humildade, como Deputado, se o fato de V. Ex^a ter sido escolhido Ministro dos Transportes, um dos segmentos mais relevantes da infra-estrutura do Brasil, não impediu, não lhe deu pejo, não lhe deu embaraço de pedir dinheiro a um tesoureiro, dinheiro que V. Ex^a não sabe de onde vinha, para pagar contas da campanha de um Deputado Federal, recém-escolhido Ministro de Estado? Não se poderia pensar isso por outro ângulo? Até que, como Deputado, seria “possível” (entre aspas), seria ilegítimo, seria ilegal, seria imoral, mas como Ministro de Estado... Porque aí, Sr. Anderson Adauto – V. Ex^a me desculpe –, mas não vamos ficar debatendo se foi ou não lícito; se foi moral ou não; se foi ético ou não; foi ilegal! V. Ex^a cometeu um crime, e um crime de responsabilidade. Senão vejamos, vamos pegar o Código Penal, que versa, no art. 7º do Capítulo III, Dos Direitos Políticos Individuais e Sociais, o seguinte:

“Dos crimes contra o exercício dos direitos políticos individuais e sociais: São crimes de responsabilidade contra o livre exercício dos direitos políticos [aí vem aqui a compreensão]:

(...)

IV – utilizar o poder federal para impedir a livre execução da lei eleitoral.”

E, um pouco mais à frente – olhem que sequer sou rábula; não entendo absolutamente nada de Direito; não sou jurista, mas aqui está muito claro:

“Título II – Dos Ministros de Estado.

(...)

Art. 13: São crimes de responsabilidade dos Ministros de Estado os atos definidos nesta lei quando por eles praticados ou ordenados”.

V. Ex^a praticou crime, porque recebeu dinheiro de origem ilícita, de origem criminosa para, supostamente, pagar as suas contas de campanha. Então, V. Ex^a é um réu confesso. Um réu confesso! E, sinceramente, acho que essa é uma das coisas mais graves. Por isso, Relator, pedi a convocação do Sr. Anderson Adauto. E, quando o Sr. José Luís veio aqui, a Deputada Zulaiê não quis utilizar o que tinha feito da outra vez, mas demonstrou que não recebeu só R\$200 mil. Ele assinou que recebeu R\$250 mil, como provam os cheques. Mas isso não faz muita diferença, porque quem rouba um cesto rouba um cento. O crime é o mesmo, ainda mais quando se trata de recursos vindos do crime.

Sr. Anderson Adauto, para concluir, porque sou disciplinado com relação ao meu tempo, pergunto: Parece-me que o senhor contabilizou, declarou no seu Imposto de Renda R\$200 mil recebidos desses recursos. Isso é verdade?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Em minha declaração de 2002, feita em 2003, Sr. Deputado, declarei empréstimos que foram feitos no período eleitoral que totalizaram R\$182 mil. Eu declarei todos eles. Todos foram declarados no meu Imposto de Renda de 2002, que prestei em 2003.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Para concluir, de fato, Sr. Presidente.

O senhor terá que se ajustar um pouco com Sr. Sancho Pança, porque o Sr. José Luís informou que R\$200 mil desses recursos sacados de Delúbio, de Marcos Valério, do valerioduto, desses recursos de origem do crime, foram declarados por V. Ex^a em declaração do Imposto de Renda, em 2003. Está certo?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Na declaração de 2002. É a declaração do ano de 2002.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Essas coisas vão ser resolvidas pela Receita Federal.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Eu entendo assim também, Sr. Deputado.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Ao meu Presidente eu quero dizer apenas o seguinte: não sou

vestal da moralidade, não sou dono da verdade, não sou proprietário da ética, mas fui eleito sem o caixa dois.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto, por dez minutos.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, registro que não falei e fui à Mesa para me reinscrever. Digo isso para não acharem que não farei uso da palavra no momento correto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Isso está claro, Senadora.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, 'peço que reinicie a contagem do meu tempo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Anderson Adauto, quando o senhor começou sua atividade política e partidária?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – A atividade partidária eu comecei em 81. O meu primeiro cargo público foi de chefe de gabinete do então prefeito de Uberaba em 1983.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quando do depoimento de Roberto Jefferson aqui, ele afirmou que foi candidato pela primeira vez em 82 e que, já naquela época, mesmo nos governos militares, o caixa dois era algo comum. No início, quando V. Ex^a começou, essas informações lhe eram passadas naquela época, ou seja, que caixa dois era algo comum na atividade política e partidária?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Deputado Luiz Couto, em cada lugar, em cada momento, isso pode ter tido um nome diferente. O que eu posso dizer para o senhor é que, em todos os anos, em todas as campanhas, não apenas... Hoje eu estou aqui e eu tenho que responder pela minha. Mas pelo que eu ouvi de outros que conheço, de amigos – porque no Congresso são muitos, mas numa assembleia nós éramos 77 e era possível ter uma convivência maior –, o que eu posso dizer é que com todos com quem eu conversava me diziam que nunca fechavam suas contas. O que acontecia realmente, no período eleitoral, em termos de gastos, não condizia com aquilo que se declarava no Tribunal Regional Eleitoral, tinha uma diferença. Essa diferença é real. Citei um caso aqui concreto e lógico. Por exemplo, com a telefônica. Nós, numa campanha de deputados, temos um prazo x, que é um prazo curto, 30 dias para fechar as contas, e, muitas vezes, passam-se outros 60 dias e a gente fica recebendo contas da empresa telefônica de interurbanos que foram feitos no período eleitoral. E você não tem como dar entrada, você já prestou contas. Companheiros em várias cidades que demoram em mandar para a gente aquilo que ele gastou lá na

cidade dele, que a gente acaba bancando. Então, na maioria das vezes, com sinceridade, não quero aqui agredir ninguém. Quando digo que esses são os fatos não quero agredir ninguém. Eu apenas constato que essa é uma realidade de quem disputa eleição, de ficar com pendências. Pendências, que eu digo, de ordem financeira, diferentemente daquilo que ele presta contas no Tribunal Regional Eleitoral. Apenas isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O Senhor exerceu a atividade como deputado durante quatro mandatos. O Senhor chegou a ser presidente da Assembleia Legislativa?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Fui também presidente da Assembleia Legislativa de Minas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Como era a relação do presidente da Assembleia Legislativa com as empresas de comunicação à época em que o Senhor foi presidente da Assembleia Legislativa?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Nós fizemos campanhas, mas a Assembleia acertava direto com os veículos de comunicação, não tinha a intermediação de nenhuma agência, até o dia em que saí. No período em que eu tive responsabilidade na mesa, e foi apenas uma vez, nos anos de 99 e 2000, em que fui presidente da Assembleia. Naquele período não tínhamos nenhuma agência de publicidade.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nas campanhas que V. Ex^a teve como deputado estadual, como deputado federal, como prefeito, V. Ex^a contratou alguma empresa de publicidade, de marketing para fazer a sua campanha?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Deputado, depois de muitas campanhas, a gente já passa a entender, não é verdade? Então, a gente já sabe o que quer. Principalmente depois de alguns mandatos, o norte político, ideológico, já está definido, a gente já sabe mais ou menos como deve ser o slogan da campanha, o tema da campanha, e a gente busca profissionais, isoladamente, e pede para fazer a criação. No caso específico, na campanha de 98, na campanha de 2002 – isso está declarado, inclusive, são os fatos – eu ganhei da agência SMP&B, eu disse anteriormente que, antes de surgirem esses fatos todos, era a maior agência de Minas Gerais, ganhei a criação. Cheguei e disse que o meu slogan de campanha, o meu tema de campanha deve ser esse. Agora, na hora de colocar isso num quadro, como deve ser o santinho, o corpo de letra, o tipo de letra, a foto, se vai da direita ou se vai para a esquerda. Realmente, a gente busca a contratação de profissionais para fazer isso. Numa campanha de prefeito é um pouco diferente porque a gente tem tempo de televisão e tem de contratar gente especializada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O Senhor teve ou tem algum relacionamento com a empresa Tolentino & Melo, Assessoria Empresarial, do Sr. Rogério Tolentino?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O Senhor, naqueles que colaboraram com as campanhas, tem alguma empresa, como a Copasa, a Comig, a Cemig, como doadoras?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, Senhor.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nunca teve?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, Senhor.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Os doadores eram?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Físicas e jurídicas, mas, dentre essas empresas, nenhuma.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Com a DNA também nunca teve? Foi só com a SMP&B que V. Ex^a conseguiu ter essa...Foi a campanha, no caso, como deveria, só nesse caso que foi o da criação?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Exatamente. Como vai ser o *outdoor*, como vai ser o santinho, como vai ser o folheto, essa coisa toda.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Como Ministro dos Transportes, V. Ex^a tinha informação de que corria no Congresso Nacional o tal do mensalão? V. Ex^a tinha conhecimento dessa informação?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, Sr. Deputado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ao sair do Ministério dos Transportes, antes de ser candidato, V. Ex^a ficou um tempo no Congresso.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Com muita honra.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nesse período, V. Ex^a ouviu falar dessa situação?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Também não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – V. Ex^a tem algum relacionamento com o Sr. Cláudio Mourão?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, nenhum.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E com o Sr. Dimas Toledo?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Deixe-me falar para V. Ex^a: nós éramos oposição. Ele estava no Governo, e eu passei uma vida toda, mais de vinte anos, no PMDB. Só sai para acompanhar o Vice-Presidente, e fui para outro partido. Mas a vida toda estive no PMDB e, nesse período, por essas pessoas que tenho conhecimento e faziam parte do Governo, eu era

oposição. Eu tinha relacionamento institucional, mas não tinha relacionamento político.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Uma coisa que gostaria de saber, se V. Ex^a puder nos ajudar, é com relação à afirmação de V. Ex^a: “esse filme é o mesmo de 1998”. O que V. Ex^a quis dizer com isso?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Deputado Luiz Couto, o que eu quis dizer é que as campanhas se repetem. Às vezes, o que muda é que, numa campanha, o senhor é Situação, em outra, é Oposição, numa o senhor está numa posição melhor, em outra, numa posição pior. Mas, normalmente, as coisas se repetem. Então, o que eu quis dizer é que, principalmente na campanha de 1998, eu tive uma oportunidade. Eu cuidava da minha campanha, envolvia-me naturalmente com o candidato majoritário. Sempre fui de tomar posições, nunca fiquei em cima do muro. Podia o meu candidato estar muito bem ou muito mal, mas eu sempre fazia uma campanha casada. Sempre fiz campanhas casadas com os candidatos majoritários. Terminava a campanha, acabava.

Na campanha de 1998, acrescentei algo mais a minha experiência política, porque fui convidado para ser um dos coordenadores da campanha majoritária. Então, eu disse que conheci um pouco mais sobre como as coisas acontecem no campo majoritário. Até 1998, eu não tinha experiência de como era uma campanha no campo majoritário. Em 1998, com o convite que eu recebi para ser um dos coordenadores da campanha majoritária, pude perceber como são feitas as coligações, o processo de fechamento do primeiro turno e de condução do segundo turno.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Para concluir, Sr. Presidente, acho importante que o Sr. Anderson Adauto assume o dinheiro que recebeu, diferentemente de outros que tentam jogar para outros partidos ou para outras pessoas. S. Ex^a vem aqui, reconhece que houve restos a pagar, que teve esse dinheiro que foi repassado por intermédio do Sr. José Luiz, que o entregou, e o Sr. Édson. Isso é importante.

Pergunto ao Sr. Anderson: nas suas campanhas, V. Ex^a recebeu alguma doação da Telemig ou do grupo Telecom, do grupo do Sr. Daniel Dantas?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, Sr. Luiz Couto, não recebi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Obrigado.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Se V. Ex^a me permitisse, gostaria de acrescentar o seguinte: quando fui escolhido Ministro dos Transportes, naturalmente saberia que, seu quisesse ter resolvido meus problemas de ordem financeira... Estou dizendo que não saio fora, Deputado João Correia, em momento algum, da questão jurídica que V. Ex^a coloca. Não saio

fora da questão legal, tanto é que fui à Polícia Federal e estou aqui. Sei que esta CPMI vai se concluir e terei de continuar naturalmente no Ministério Público ou na Justiça. Está tudo bem. Do ponto de vista legal, entendo todas as questões colocadas aqui. Eu não as discuto. Nós vamos discuti-las na Justiça. E também o que, amanhã, eu tiver de responder na Receita Federal.

Srs. Parlamentares, na condição de um ex-Parlamentar, sei que eu poderia muito bem ter resolvido meus problemas de campanha com os fornecedores do Ministério dos Transportes. É claro que eu sabia disso. Eu sabia disso. Eu sabia que eu poderia, mas eu não o fiz. Eu fui procurar o tesoureiro da campanha majoritária, que ganhou o Governo, e coloquei-lhe meus problemas. Então, do ponto de vista legal, sim, mas do ponto de vista ético e moral, estou consciente por isso. Com tudo isso que está passando, com tudo que vai passar, com relação à questão ética e moral estou convicto.

Está bem, ocorreram esses problemas, mas, lá atrás, eu não tinha conhecimento de nada disso. Mas eu sabia que eu poderia buscar outros caminhos, que o meu cargo de Ministro me permitiria fazer tranquilamente, mas eu julguei por bem resolver da forma que eu achava mais correta.

Então, quero apenas fazer essa observação.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Solicito a minha reinscrição.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Pela ordem, tem a palavra a Deputada Zulaiê Cobra.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, o que o Sr. Anderson Adauto falou agora é pior do que as acusações que pesam sobre ele.

Quero fazer este aparte porque S. Exª fez uma intervenção criminoso. S. Exª não pode dizer que, como Ministro, poderia resolver os problemas.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, a Deputada não pode fazer esses comentários.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Estou apenas dizendo que a fala dele piora sua situação. Eu sou sub-relatora, assumi a relatoria, e posso falar a qualquer tempo. Estou apenas alertando o Sr. Anderson Adauto de que falou algo aqui que piora mais o que temos contra S. Exª.

V. Exª não pode falar que, como Ministro...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, vamos pedir respeito. Por favor, quero o respeito do Plenário.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – ...V. Exª poderia usar os seus fornecedores. Isso é horrível, isso também é corrupção, isso é pior. Quer dizer que,

como Ministro, V. Exª poderia pagar as contas de sua campanha por intermédio dos fornecedores! Isso é horrível!

O SR. (Orador não identificado) – Como pagaram os demais Ministros no passado.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu queria recolher esse documento distribuído a todos os Deputados da Comissão, porque não entendi sua motivação. O Sr. Anderson Adauto trouxe um documento que diz respeito a um adversário político da campanha de 2004, que não tem nada a ver com a questão na CPMI. E S. Exª o distribuiu. Isso é uma ação contra o adversário dele na campanha de 2004. O que isso tem a ver com a nossa questão?

O SR. (Orador não identificado) – Eu iria indagar isso depois. Ele terá a oportunidade de responder posteriormente.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ele trouxe indevidamente, porque...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, V. Exª não vai garantir a palavra à Relatora?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – A defesa dele é uma coisa; atacar o inimigo é outra. S. Exª não precisa se defender atacando o inimigo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Srª Deputada, eu quero relatar que o Presidente Amir Lando quem autorizou a distribuição do documento a todos os Srs. Deputados. Portanto, não vamos cercar essa distribuição. Está registrada a posição de V. Exª.

Com a palavra...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, o Relator pode usar da palavra a qualquer momento apenas para questionar ou fazer encaminhamento e não para fazer juízo de valor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra o Deputado Odair Cunha. S. Exª se encontra ausente.

Com a palavra o Deputado Daniel Almeida, por dez minutos.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, Sr. Depoente, Anderson Adauto, é bom esclarecer que esse documento foi distribuído como um reforço a um argumento que o depoente utilizou ao ser indagado se tinha conhecimento de episódio semelhante, com outras campanhas. Então, o depoente afirmou que conhecia episódio semelhante e apresentou prova de episódio semelhante, mas quando essas provas se referem a determinados partidos, especialmente ao PSDB, fica esse assanhamento, essa histeria, porque alguns aqui tentam impedir que esses fatos venham à tona.

Sr. Anderson Aduato, V. S^a informa que já tem contatos com a SMP&B há algum tempo, que é uma grande empresa de publicidade de Minas Gerais. E V. S^a é político em Minas Gerais também há algum tempo. E em 1998, participou ativamente da campanha majoritária, como um dos articuladores, um dos coordenadores políticos daquela campanha vitoriosa do ex-governador, ex-presidente, Itamar Franco. E naquela campanha também a SMP&B participou da outra campanha, da campanha derrotada do ex-governador Eduardo Azeredo. A SMP&B aparece, portanto, na campanha do PSDB, na campanha ou nas relações com Delúbio Soares, agora. Aparece também em campanhas outras, na campanha de V. S^a, em momentos anteriores, e nos contatos que foram feitos.

O que é mesmo essa SMP&B, o que é mesmo Marcos Valério, na sua visão? Ele participava de todas as campanhas? Há uma suspeita de que ele era muito mais um articulador, um mobilizador de recursos para as campanhas eleitorais. Ele prestava esse serviço de forma diversificada. Tentam, hoje, colocá-lo como o articulador de campanhas ou de recursos para o PT. Conhecendo-o desde então, qual a percepção? Essa empresa atuava efetivamente em todos os setores? Como é que V. S^a avalia a participação do Marcos Valério e da SMP&B nos processos políticos em Minas Gerais?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Deputado Daniel Almeida, existe uma tendência popular, quando a pessoa entra em desgraça, notícia ruim, algum fato que o desabone aconteça, muitas vezes as pessoas tendem a negar até se já viram aquelas pessoas. O que quero dizer que, antes, não estou aqui para fazer defesa e nem tenho por que atacar, mas antes dos fatos acontecerem, desses fatos agora, que vieram à tona, sobre a ligação SMP&B e tal, o que posso dizer é que essa agência era a maior agência do meu Estado. No meu Estado, que o mercado publicitário não é tão grande, digo isso porque antes de ser deputado eu já fui publicitário também, então eu tenho um pouco de conhecimento do ramo, a SMP&B era a maior agência do meu Estado.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA) – E se relacionava com todas as forças políticas?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Com todo mundo. Posso dizer para o senhor que o fato, por exemplo, na campanha de 2002, quando fui buscar o meu material, quando fui discutir com o pessoal da área de criação, eles me mostraram várias campanhas de outros Parlamentares que estavam fazendo. Então, era a maior agência, que fazia trabalho para vários partidos.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA) – Em 1998, ela poderia ter participado das duas campanhas que estavam em disputa, tanto a de Itamar, quanto a de Azeredo?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, não participou, não teve nada a ver uma campanha com outra. A campanha majoritária trabalhou com outras agências. Eu ainda me lembro bem, num tom de brincadeira, um dos técnicos falou: “Pegue esse material rápido seu e leve embora, porque essa agência aqui trabalha com outro grupo político”. Então, não teve nenhuma ligação com relação à campanha majoritária nossa, que foi a campanha do Dr. Itamar. Em absoluto, ela atendia a campanha adversária.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – A que V. S^a atribui essa diferença de valores que foram apresentados? Marcos Valério apresenta uma lista com valores, um milhão e alguma coisa, e V. S^a afirma que recebeu quatrocentos e dez mil reais. Qual o conteúdo dessa divergência? A que V. S^a atribui essa divergência?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Deputado Daniel, eu não sei precisar para o senhor e nem tenho como responder. Eu creio que no momento certo, mesmo depois de a CPI concluir os seus trabalhos esse processo vai ter continuidade. As pessoas que são mencionadas, que serão mencionadas no relatório, isso tudo, naturalmente, vão ter outras repercussões, não é? Eu acredito que com tempo vamos ter condições de saber quem acertou e quem errou nos valores. Assim como no primeiro momento, de saída, eu pensei que o valor era um, eu cheguei nesse valor depois de uma profunda análise. Eu não sei se a SMP&B teve também a mesma. Na lista que a SMP&B solta o Dr. Marcos Valério solta um número e a sua secretária solta outro, não é?

Então, eu creio que nós vamos ter um momento certo – que é com peritos, com contadores – em que nós vamos efetivamente checar quem está com a razão e quem não está com a razão.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Certamente, Sr. Presidente, nós temos esse extraordinário desafio: os números são sempre divergentes aqui. Neste caso, em vários outros depoimentos e vários outros números envolvendo várias outras pessoas sempre esses números são divergentes, temos uma enorme dificuldade de fechar essa conta.

E aqui V. S^a falou muito das dificuldades de fechar contas das campanhas eleitorais. Efetivamente, nós estamos discutindo este, esta questão: as campanhas eleitorais, a nossa estrutura político-eleitoral-partidária neste País. Esse é o grande problema. Esse é o mal de origem.

Nós temos o dever, a responsabilidade de, fazendo essas investigações, nos empenharmos o máximo possível na busca da verdade, dos elementos todos em torno desses fatos, e aproveitar esses fatos para produzir modificações. Nós não podemos continuar com esta legislação eleitoral que prevalece hoje. Porque todos nós, o Brasil inteiro conhece os costumes, fazem parte do costume nas campanhas eleitorais, filas nos comitês eleitorais, os candidatos na rua e muita gente atrás pedindo coisas, desde dentaduras e tantas outras coisas que são solicitadas dos candidatos. Nos mandatos também essas coisas se repetem. Então, a forma de arrecadação dos recursos, a prestação de contas.

O Deputado Moroni Torgan falava aqui sobre a necessidade de comprovar com detalhe o que gastou com cafezinho que alguém pagou numa campanha eleitoral. E a gente sabe, especialmente quem participou de uma campanha majoritária – e eu fui candidato a Senador no meu Estado, numa oportunidade, em 98, a gente sabe como é agenda de um candidato, mesmo um candidato à eleição proporcional, você não para, você circula, a demanda é enorme, dois, três, cinco comícios num dia. Então, você tem que atribuir responsabilidades e construir mecanismos de fiscalização eficientes. É por isso que eu defendo o financiamento público de campanha. Se nós tivermos o financiamento público como uma única fonte de financiamento – você sabe de onde vem o recurso – e única e exclusiva fonte de financiamento com a sociedade toda acompanhando, identificando o que foi gasto em cada local e cobrando o pagamento correspondente àquele gasto, nós vamos ter melhores condições de conter essa orgia que prevalece nas campanhas eleitorais. Acho que esse é o desafio. Nós não estamos nos debruçando devidamente em torno dessa questão. Ainda há tempo de fazermos dessa forma. Senão, ficamos aqui falando, falando, e tudo pode ser verdade. Daqui a um ou dois anos, poderemos estar aqui falando as mesmas coisas, mudando apenas os personagens. E isso a sociedade brasileira não tem condições de suportar mais. Tomara que esta CPI, Sr. Presidente, ao expor esse quadro trágico, consiga indicar de forma clara e objetiva modificações no âmbito do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ)

– Com a palavra o Deputado José Carlos Araújo por dez minutos.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Sr. Presidente que preside os trabalhos desta Comissão, Deputado Paulo Baltazar, nobre Sub-Relator, ex-Ministro Anderson Adauto, Sr. Advogado, assisti aqui uma parte do depoimento e à outra parte assisti pela televisão e vi que as coisas que têm acontecido hoje

não diferem muito do que tem acontecido em outros depoimentos.

Vejo – e não é surpresa para mim – que, na verdade, o Sr. Marcos Valério afirmou ter dado uma certa quantia para algumas pessoas e, no final, quando ouvimos as pessoas, elas dizem que receberam valor menor. As coisas estão chegando a um determinado ponto... Por exemplo, vi pela televisão, em circuito fechado, o Prefeito Anderson Adauto ter dito que recebeu apenas R\$400 mil. É isso?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – R\$410 mil.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – R\$410 mil. O Sr. Marcos Valério disse aqui que deu R\$1 milhão. Não é a primeira vez, não é o primeiro depoente que vem aqui e fala essas coisas. Por que é que temos de achar que o Sr. Marcos Valério está dizendo a verdade? O Sr. Marcos Valério é quem está falando a verdade, porque ele está acusando todos de terem recebido dinheiro.

Não estou aqui defendendo o Sr. Anderson Adauto, que recebeu R\$410 mil. Mas o Sr. Marcos Valério disse que pagou R\$1 milhão. Não é a primeira vez, não é o primeiro depoente que vem aqui e diz que o Sr. Marcos Valério afirmou que pagou muito mais do que o depoente recebeu. O que está transparecendo, deixando claro, é que, no meio do caminho, parte do dinheiro foi desviado. O Sr. Marcos Valério não estava falando a verdade. Não falou a verdade aqui. Isso está muito claro. No meio do caminho, parte do dinheiro foi desviado.

Por isso, queria ouvir do Prefeito Anderson Adauto sobre o dinheiro que S. Ex^a recebeu e que o Sr. Marcos Valério disse que foi R\$1 milhão. Como V. Ex^a pode explicar melhor essa parte referente aos recursos que V. Ex^a recebeu, que o Sr. Marcos Valério disse que foi R\$1 milhão e V. Ex^a diz que foram R\$410 mil? Gostaria de ter alguma luz no fim do túnel, para sabermos realmente quem está falando a verdade.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Deputado José Carlos, não tenho como apontar luz no fim do túnel como V. Ex^a solicita. O que posso dizer com relação a minha parte é isso e acredito que, como disse anteriormente e estou me preparando para isso, após o fechamento dos trabalhos da CPI, naturalmente este processo com os citados terá continuidade no Ministério Público e talvez na Justiça. Acredito que, com esse tempo, com os mecanismos que a Justiça tem, com seus peritos, isso será devidamente solucionado. Hoje, não tenho como dar a explicação, a não ser com relação ao que aconteceu comigo. Venho, à frente de V. Ex^{as}, e digo efetivamente o que aconteceu com relação aos valores.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Preste atenção, nobre Prefeito Anderson Adauto, quem recebeu R\$410 mil, recebeu R\$1 milhão. Quem chega aqui para dizer que recebeu R\$400 mil diria que recebeu R\$1 milhão, porque não tem diferença, é a mesma coisa. Quem vai pagar na Justiça por ter recebido R\$400 mil vai pagar por ter recebido R\$1 milhão. Então, isso para mim fica transparente, fica claro.

No entanto, quem diz que pagou R\$1 milhão, mas pagou R\$400 mil, há uma diferença enorme. Aonde foram parar esses R\$600 mil?

Os R\$400 mil que recebeu, V. Ex^a diz onde empregou. Não contabilizou – acho que foi o seu grande erro –, poderia ter feito um ajuste na sua contabilidade eleitoral. Poderia ter feito mesmo **a posteriori**, mas não o fez. Mas os R\$600 mil que desapareceram no meio do caminho são o problema. Acredito que se V. Ex^a recebesse R\$1 milhão teria dito aqui. Se disse que recebeu R\$400 mil, por que não diria que recebeu R\$1 milhão?

O que devemos apurar e continuamos apurando é onde está essa diferença que tantas pessoas vêm aqui e dizem que, na verdade, não receberam o que o Sr. Marcos Valério disse que pagou. Quando ele esteve aqui, eu lhe disse claramente que eu achava que ele estava mentindo e, cada vez que vem um depoente que afirma que recebeu menos do que ele disse que pagou, fica claro, evidente para mim, que o Sr. Marcos Valério está, além de tudo o que fez, desviando dinheiro das pessoas que ele pagou.

Quem vai ter de responder isso na Justiça é o Sr. Marcos Valério. V. Ex^a vai pagar pelo crime eleitoral que cometeu de não ter declarado os recursos na sua prestação de contas.

Sr. Presidente, as explicações do Sr. Anderson Adauto foram claras.

A Deputada fez alguma observação?

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Junto com o Delúbio, porque o Marcos Valério fazia o que o Delúbio mandava.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Mas o Marcos Valério está querendo... Como o Delúbio estava devendo ao Marcos Valério, ele vai cobrar do Delúbio.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Mas o Delúbio também falou que deu R\$1 milhão, aqui, na acareação que fizemos na Comissão. O Delúbio falou em R\$1 milhão, e o Marcos Valério falou em R\$1 milhão.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – O Delúbio disse que mandou o Marcos Valério pagar R\$1 milhão, mas não estavam juntos. Da mesma for-

ma que o Marcos Valério mandou até R\$12 milhões e as coisas ficaram...

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Mas por que só o Marcos Valério mente e não o Delúbio?

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Não estou dizendo que só o Marcos Valério está mentindo. Os dois podem estar mentindo. O que estou dizendo é que o Delúbio mandou pagar R\$1 milhão. Tudo bem. Agora, se esses R\$600 mil foram divididos entre o Delúbio e o Marcos Valério, eu não sei. Se somente o Marcos Valério ficou com os R\$600 mil, eu também não sei. Mas que essa diferença está mal explicada, está. É isso que queremos saber.

Com relação aos R\$400 mil, está claro. O Prefeito Anderson Adauto disse que os recebeu e empregou-os pagando os débitos de campanha. O Marcos Valério disse que passou R\$1 milhão, mas ao Sr. Anderson Adauto chegaram apenas R\$400 mil, quer dizer, R\$410 mil. Então, é a mesma coisa dos 150 e que termina 102 e fração. Essas coisas nos mostram que há uma comissão sendo cobrada sobre esse dinheiro.

Sr. Presidente, a minha dúvida era justamente essa, mas ficou claro. A minha observação, que tenho feito desde o primeiro momento em que o Sr. Marcos Valério veio aqui, é que acho que ele realmente não falou a verdade e parte desse dinheiro tomou outro rumo que não o das campanhas eleitorais.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, é uma pena que o Deputado Moroni Torgan não esteja presente. S. Ex^a foi candidato a Prefeito de Fortaleza. E ia indagá-lo – e rasgaria meu diploma de Deputado – se, na sua campanha de Prefeito, ele transcreveu todos os gastos e se não teve caixa dois. Eu rasgaria meu diploma, mas ele não está aqui, não posso indagá-lo.

Mas vou fazer uma pergunta a Zulaiê Cobra.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – A mim, não.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Ela gosta tanto de fazer intervenção, vou fazer uma pergunta: se ela conhece o Sr. Humberto Carlos Parro?

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – A mim, o senhor não tem que fazer pergunta nenhuma. Aliás, isso é até um desrespeito à CPMI. Por favor.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Não, é uma questão de...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Sr. Deputado...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Estão está bem, não precisa responder.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu exijo compostura aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Já está resolvido. O Sr. Deputado vai se dirigir ao depoente.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Isso aqui não é casa da mãe Joana.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com certeza.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Exijo respeito.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – O Deputado se dirigiu à Deputada, ninguém reclamou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com certeza.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Tudo bem. Esse Humberto Carlos Parro, ex-Prefeito de Osasco, do PSDB, é réu de uma ação civil pública instaurada em abril de 2002 pela Procuradora da República Isabel Cristina Groba Vieira. O Berto, na época, era Presidente da Fundacentro, que fez um contrato com a SMP&B no valor de R\$15 milhões e está sendo processado, porque, nesse contrato, o Ministério Público Federal encontrou vícios no processo licitatório e na destinação desses recursos.

Já que vou fazer uma pergunta ao Sr. Anderson Adauto, o Sr. Anderson Adauto foi Ministro dos Transportes, certo? Deve ter encontrado o Ministério... O Ministério dos Transportes, durante muito tempo, foi o grande cabide. Com aqueles programas de outorga de rodovia, muitas dessas outorgas tiveram licitações viciadas, inclusive o TCU andou anulando diversas delas. Uma pergunta simples: como é que era o quadro, como era... Quando o senhor entrou no Ministério dos Transportes, como é que era o Ministério dos Transportes? Quantos esqueletos havia pendurados no armário?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Deputado Valverde, eu cheguei no Ministério dos Transportes com a mesma visão que a sociedade tem de tudo o que já foi dito, de tudo o que já foi publicado sobre o Ministério dos Transportes. O que eu quero dizer para o senhor é que...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – A coisa era feia, não é?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Hein?

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – A coisa era feia?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – O que eu quero dizer para o senhor é que, até hoje, na minha posição com que eu venho aqui... Eu acho que, em outro momento, estaria apto a responder para o senhor tudo isso. O que eu posso dizer para o senhor é que, enquanto eu fui Ministro dos Transportes, com relação às concessões, por exemplo, todo o meu trabalho foi no intuito de não permitir que fossem fechados os processos licitatórios que estavam em curso, porque nós entendíamos que seria prejudicial à sociedade brasileira. Então, está lá, está tudo muito bem registrado... Em todas as instâncias de Governo, em que eu tive o aval do Presidente Lula para que não deixasse fechar da forma que estava elaborado para se fechar.

Com relação aos programas, nós conseguimos, inclusive, fechar todos os processos licitatórios em custos menores. Prova maior que eu tenho a apresentar aos senhores e à sociedade é o maior processo licitatório que nós fechamos, que é o da BR-101 Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, processo licitatório orçado em US\$1 bilhão, que nós conseguimos fechar em alguma coisa em torno de US\$800 milhões, num custo em torno de 20% a menos, a menor.

Então, eu tenho consciência, enquanto Ministro, como membro desta Casa e afastado em Ministro, que eu procurei desenvolver o meu papel de Ministro como deveria, com uma relação eminentemente institucional com todos os fornecedores do Ministério dos Transportes.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Eu fiz essa pergunta porque sei dessa sua resposta, já que conhecemos muito bem o que era o Ministério dos Transportes. E também é objeto desta CPMI a compra de votos em 1996. Um dos esquemas dessa compra de votos, para se aprovar a emenda da reeleição, era exatamente a liberação de emendas parlamentares para empreiteiras restaurarem rodovias federais. Então, o Ministério dos Transportes e anteriormente o DNER eram os órgãos receptáculos desses recursos para pagamento de empreiteiras, que, por sua vez, eram utilizadas para comprar aquele mensalão de R\$100 mil ou R\$200 mil, que ontem nós tínhamos aqui com a condição de fazer indagações.

Isso poderia ser feito novamente. O senhor disse que, caso tivesse motivado para tal e não tivesse o caráter que tem, poderia ser tentado a fazer aquilo que fizeram no passado: usar o Ministério dos Transportes, usar as emendas de restauração de rodovias, beneficiar empreiteiras e, por sua vez, tirar um benefício ou qualquer vantagem pecuniária. Mas o senhor não fez, o senhor não fez. E esse era o **modus operandi**: ou era outorga de concessão de rodovias federais ou eram contratos de restauração de rodovias. Esse era

o sorvedouro de recurso público para as campanhas eleitorais no Brasil e financiou muito caixa dois, meu caro Júlio Redecker, muito caixa dois.

Então, acho que é uma hipocrisia neste momento - já que estamos investigando e o que temos verificado até então é o caixa dois – a origem desses recursos do caixa dois. Até agora ninguém provou a origem ilícita. As indagações do Deputado João Correia apontam ilícitos, mas que ilicitude? Estamos investigando empréstimos bancários, mas não se detectou nesta CPML a origem de uma empreiteira, como já detectamos na compra de votos. A CM, a construtora que restaurou a rodovia BR-364 no Acre, que foi contratada pelo Governador Orleir Cameli do PFL, que por sua vez utilizou a CM Engenharia para tirar a bolsa para comprar os Deputados do Acre, não foi analisada neste momento. A origem da irregularidade está lá, mas, por enquanto, não vimos um empréstimo que prove que esses empréstimos não foram feitos. Temos que provar aqui. A Oposição tem que provar que não houve empréstimos, tem que provar que esses empréstimos eram irregularidades. Por enquanto, não o fizeram, mas nós já conseguimos provar que a compra de votos para a reeleição do Fernando Henrique Cardoso foi fruto de dinheiro tirado de empreiteiras do Orçamento da União. Isso está claro para nós.

Outro exemplo da vestal de hipocrisia que a Oposição levantava é exatamente esse processo judicial no qual está sendo condenado o Sr. Fahim Sawan, que, salvo engano, foi candidato a Prefeitura de Uberaba. O senhor o conhece?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Sr. Deputado, o senhor não estava aqui. Perguntaram-me se conhecia algum caso. Eu só constatei e falei: “Coincidentemente, tenho um caso concreto que aconteceu com o meu adversário”.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Perfeito.

O Juiz Lenin Ignachitti, nas suas conclusões finais, manda extrair cópia do documento da folha 85, remetendo-a ao Presidente da CPML e ao Ministério Público Eleitoral para confrontação com a prestação de contas do candidato, uma vez que o candidato Fahim Sawan pertence ao quadro do PSDB, um dos Partidos envolvidos no escândalo mensalão – e está envolvido, de fato, com o caso do Senador Eduardo Azeredo. Isso deve ter sido remetido ao Ministério Público Federal para fazer a confrontação com a demonstração de gastos que o tal candidato prestou à Justiça Eleitoral.

Então, quando se fala no caixa dois praticado por Delúbio, o pessoal comenta, mas quando o caixa dois cai para o outro lado, ninguém viu nada, ninguém sabe de nada, ninguém tem qualquer conhecimento. Há,

na verdade, uma névoa, uma cortina de fumaça que tenta fazer com que a opinião pública não veja talvez um dos principais problemas da República brasileira, ou seja, como se financiam as campanhas eleitorais no Brasil.

Temos de aproveitar esta CPI para aprofundar a reforma política brasileira, porque, senão, indagações como fez o Deputado Moroni Torgan, que foi candidato à Prefeitura de Fortaleza e que, com certeza, usou caixa dois e também não contabilizou todo o recebimento de contas, continuarão a existir. Da mesma forma, o Sr. Júlio Redecker, que foi candidato à Prefeitura de Porto Alegre ou de qualquer outra cidade do Rio Grande do Sul, certamente poderá também passar por igual situação.

Vamos pegar o exemplo do Governador Geraldo Alckmin, vamos enfrentar São Paulo. Como ele fez campanha?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, isso aqui é discurso ou é pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Srª Deputada...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – É pergunta. Estou perguntando à senhora como fez campanha o Sr. Alckmin. Será que o Rodoanel não foi uma obra feita no Governo...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Nós já brigamos ontem por causa disso. O PT pensa que é o dono da verdade?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Deputado Valverde...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Estou usando meu tempo, Sr. Presidente. Quero fazer uma indagação à Deputada Zulaiê Cobra. Como foi...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – É um desrespeito. É um desrespeito.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Como foi feito o Rodoanel em São Paulo?

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, eu fui citado...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – É um desrespeito. Olhem aí. Ele continua. Chamam o Sr. Anderson Adauto para quê? Para ele fazer discurso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Srª Deputada.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, por gentileza.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Vou fazer uma indagação. Se não quer responder, vou falar com a opinião pública que está nos ouvindo neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Por favor, Srs. Deputados e Senadores.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Quero saber como o Sr. Geraldo Alckmin conseguiu recurso para disputar campanha em 2004.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Srs. Deputados, não é possível prosseguirmos dessa maneira. Eu garanti a palavra ao Deputado Valverde, que tem o direito de se expressar no tempo que lhe é concedido de um minuto.

V. Exª dispõe de mais um minuto.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu falo para a opinião pública que está nos vendo neste momento que analise e que saiba fazer a devida distinção entre o que é, na verdade, o interesse legítimo de aprofundar as investigações e o interesse daqueles que querem fazer palanque eleitoral para fazer disputa e não querer colocar o dedo na ferida porque interessa que essa situação permaneça, pois, no futuro, vão se valer disso, como fizeram em toda sua história partidária. A hipocrisia não pode ter vez nesta Casa. A hipocrisia não pode, neste momento, encobrir a verdade aqui. É isso o que eu tenho dito.

Reinscrevo-me novamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Concedo a palavra, por um minuto, ao Deputado João Correia, porque foi citado não pejorativamente, mas quero conceder no sentido...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – É claro que fui citado pejorativamente. Mas quero devolver flores ao Deputado Valverde. O Deputado Valverde está coberto de razão.

Sr. Anderson Adauto, o DNER, o atual Dnit, e o Ministério dos Transportes foram historicamente mananciais de corrupção. Pegaram governos anteriores e governos atuais. Quero apenas dizer que concordo com o Deputado Valverde, porque o Governador Jorge Viana está com três obras suspensas por corrupção, entre Feijó e Tarauacá, da Empresa Construmil, que dizem que até do Delúbio é.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – É dono da CPI? *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Não. Estou...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Não. Não. Estou perguntando ao Júlio, que é o dono da CPI, se eu vou falar ou não, porque... *(intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Sr. Deputado, vamos garantir a palavra ao Deputado João Correia.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Estou interrompendo a minha fala, porque estou concordando com o Deputado Valverde. Foi também impedida...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Foi também impedida de receber recursos federais a ponte entre Assis Brasil e Iñapari, bem como a BR-317.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Para concluir, Sr. Deputado.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Quero dizer o seguinte: essa corrupção no Ministério dos Transportes envolve Governadores antigos e atuais, como o Governo do Acre, do PT, do Sr. Jorge Viana. Compartilho com o Deputado Valverde: temos de investigá-lo, porque há um imenso mar de lama e de corrupção nisso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu queria fazer apenas uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a aquiescência do Relator, tenho colocado a possibilidade de o Senador Wellington poder falar por cinco minutos. Quero apenas consultar o Plenário para que este não seja um ato autocrático da Mesa.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Eu não tenho nada contra o fato de o Senador falar. Apenas quero dizer que, várias vezes, foi tomada decisão pela Mesa de que, depois de uma hora, se encerrariam todas as inscrições, para se preservar o direito daqueles que chegaram a tempo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Isso é verdade.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Se a permissividade de V. Exª quebrar a regra, eu gostaria que, neste momento – não há quórum para deliberar –, quebrássemos esta regra, porque ela não vem sendo respeitada. Como vamos levar a cabo uma CPI em que nós, membros da própria Mesa da Comissão, quebramos continuamente as regras? A sistemática de trabalho é necessária.

Não vou pedir porque não há quórum, mas, na próxima reunião administrativa, solicitaremos, com a presença do Presidente e do Relator, que façamos uma revisão das regras. Na realidade, as regras são para uns e não para todos. Assim, temos de tomar uma decisão nesse sentido.

Por isso, digo que não tenho nada contra o Senador falar. O Senador pode chegar num horário e fazer sua inscrição, como todos que chegaram desde o início da CPI. Ou tenhamos regras na CPI ou acabemos com elas porque, na realidade, elas são desnecessárias. V. Exª, que deve ser o zelador dessas mesmas regras, é aquele que vai quebrá-las.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, eu já tinha consultado a Srª Relatora em exercício.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu já concordei. Eu já concordei.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu até respeito o Deputado Júlio em colocar as questões que já foram decididas, mas creio que hoje há espaço para todos, porque, inclusive, há pessoas que já estão repetindo o seu tempo. Então, não estou prejudicando ninguém.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Exatamente.

Sr. Senador, antes de o senhor falar, eu queria só fazer uma coisa aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra a Deputada Zulaiê Cobra.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E, dentro desse mesmo aspecto, ontem eu discuti com o Deputado Luiz Couto por causa dessa questão do discurso do Júlio Redecker. Ele fez um discurso altamente político, e tanto o Deputado Valverde como o Deputado Luiz Couto ficaram contrários. Eu também achei que eles tinham razão, porque o discurso dele foi um discurso sem nenhuma pergunta. Aí, depois, em seguida, o próprio Deputado Valverde veio e fez um discurso político, o Deputado Luiz Couto também. Aí, quando eu fui falar, brigaram comigo.

Então, eu queria aqui, definitivamente, que nós ficássemos dentro desse objetivo. Quando chamamos uma pessoa para vir até aqui, sou uma pessoa educada e queria ouvir a pessoa. Pode até, junto com as perguntas, fazer um pouco da parte política, faz parte da nossa função; mas não devemos fazer só o discurso político, porque aí dá impressão de que não temos perguntas, certo?

Era só isso, e concordo com a situação do Sr. Senador. Ele chegou depois, não tem importância, vamos ouvi-lo, é o último inscrito. Depois nós temos algumas reinscrições, mas não tem importância. Nós estamos aqui para ouvir, nós vamos estar aqui para ficar até tarde, não há nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Deputado Luiz Couto com a palavra.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, eu só quero dizer o seguinte: eu respeito o momento e a fala de cada Parlamentar. Durante o período em que fala, ele fala o que ele quiser, ele assume o teor ou do seu discurso ou das suas questões. Agora, o que eu disse foi o seguinte: apenas disse, na minha colocação, que ele falava de uma cortina de fumaça, e eu ia apresentar uma labareda, ou seja... Mas não fiz qualquer juízo de valor, porque acho que o Parlamen-

tar tem o direito de expressar, durante o tempo dele, o que ele pretende, dentro daquilo que ele considera ser normal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – O.K. O Deputado Júlio Redecker pediu a palavra por um minuto, para que passemos a palavra ao nosso Senador.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu quero dizer à nobre Sub-Relatora, Deputada Zulaiê Cobra, minha companheira de Partido, que na realidade aqui é um juizado de instrução, nós temos um tempo e usamos ele da maneira que achamos mais adequado. Quando o discurso político fundamenta uma tese que nós estamos aqui defendendo - e cada um defende a sua tese aqui dentro -, para demonstrar claramente que houve mensalão, semanada, que há corrupção, que os fatos são conhecidos do Brasil inteiro, e, naquele momento, não acreditando que aquele depoente colaborasse para o aprofundamento das investigações em curso, reservei-me o direito de fazer um pronunciamento em tema relativo ao objetivo desta CPI.

Se acham ruim ou se acham bom, eu não faço juízo de valor. E, se eles quiserem ocupar os dez minutos deles da maneira que eles quiserem, é um direito que tem cada um aqui dentro desta CPI, sem nenhum tipo de cerceamento, sem nenhum tipo de dizer: "Olha, não pode, não deve". O Deputado aqui tem plena liberdade, o Senador também, de, estando dentro das normas, inscrito no tempo hábil, de acordo com o Regimento, fazer aquilo que lhe é devido.

Por isso, Deputada Zulaiê, eu quero dizer que aprecio muito as suas palavras, a sua observação, mas acredito que agi dentro da prerrogativa de Parlamentar nesta Casa.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Mas ontem o Senador Amir Lando, o nosso Presidente, decidiu, depois da discussão nossa, que só poderiam ser feitas perguntas cabíveis. É por isso que eu estou falando. Então, se agora nós estamos liberando, então nós vamos liberar, cada um faz o que quer, e acabou.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Deputada Zulaiê, nem ele pode aqui...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Está bom, tudo bem. Eu só quis dizer que...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – ...intervir no teor do uso do Parlamentar durante o seu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Eu acho que estamos esgotados e, com a aquiescência, pelo menos, da maioria - e que isso não se transforme em regra -, vamos conceder, por cinco minutos, a palavra ao Senador Wellington.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Por que cinco minutos e não dez minutos, quando tem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Foi o tempo aqui pedido pelo Senador.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Está bom.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Obrigado, Deputado Paulo Baltazar.

Deputada Zulaiê, V. Ex^a defende sempre os seus pontos de vista bem forte, mas, ao mesmo tempo, no momento em que tem coerência, V. Ex^a consegue ter a coerência e discutir. Eu acho isso importante.

Eu vim aqui para ouvir um Prefeito do Triângulo Mineiro e do meu Estado de Minas, e qualquer político do Estado que estiver aqui eu vou estar sempre aqui, seja ele de qual Partido for.

Eu tenho um ponto de vista meu que quem cassa político é eleitor. Esse é um ponto de vista meu. Então, inclusive a própria pergunta para o Marcos Valério a Deputada sabe que quem fez foi uma questão que aconteceu para trás de 1998, que eu não conhecia bem o sistema, fui eu que fiz, que colocou o Senador Azeredo – por quem tenho grande respeito – nessa confusão toda que está aqui, nesse levantamento que a CPI está fazendo.

Então, eu vim aqui para escutar o Prefeito de Uberaba, do Triângulo Mineiro. Diante das coisas que aconteceram, Sr. Presidente, pedi a oportunidade de falar.

Primeiramente, eu gostaria de perguntar o seguinte: Prefeito Anderson Adauto, qual é a sua história política? O que o senhor já foi em termos de política até hoje?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Eu fui chefe de gabinete da Prefeitura de Uberaba, fui Secretário de Indústria e Comércio na Prefeitura, fui Deputado Estadual por quatro mandatos e, dentro do Parlamento mineiro, fui membro de comissão, presidente de comissão, fui vice-líder partidário, fui líder do Partido e, depois, cheguei à Presidência da Casa. Em 2002, fui eleito Deputado Federal, fui indicado Ministro e agora sou Prefeito da minha cidade.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Veja bem, por que eu fiz essa pergunta? Fiz simplesmente porque estamos diante de um político que dedicou sua vida inteira à política. Ele não é um político que virou político de repente. Ele se dedicou, acreditou, perdeu tempo com a sua família dedicando à política, tudo isso.

Então, no momento em que eu estava aqui para ouvir o Deputado, foram mencionadas coisas, Sr. Presidente Baltazar, com as quais não concordo. Acho

que a CPI funciona para levantar as coisas, mas nós temos que ter o mínimo de respeito possível pelo Parlamentar que está presente, porque, inclusive, o Prefeito Anderson Adauto fez toda uma história. Acho incoerente falar que o Prefeito teve na sua campanha dinheiro de prostituição, narcotráfico e tudo o mais, mesmo que esse dinheiro seja identificado hoje ou tenham procurado identificar como dinheiro de caixa dois. Mas, chegar para um político, um Parlamentar que está aqui, e dizer para todo o Brasil – já que está sendo filmado – que houve dinheiro de prostituição, de tráfico de drogas, acho isso errado, com todo o respeito que tenho pelos demais Parlamentares.

Na outra colocação feita aqui – com a qual não concordo e foi colocada na boca do Prefeito –, ele disse que toda campanha tinha caixa dois. Ele não disse isso, ele disse a grande maioria. Imediatamente, citaram aqui o nome do ex-Governador e ex-Presidente Itamar Franco. Todo mundo sabe que o ex-Governador e ex-Presidente Itamar Franco é um homem sério, um homem ético, que já criou várias confusões – ele é campeão nisso – com relação a isso. Inclusive, o Sr. Marcos Valério, na época dele, não ganhou nenhuma licitação quando ele era Governador do Estado.

Então, pedi esse tempo foi para demonstrar toda a carreira do Sr. Anderson Adauto. Ele não é um político que apareceu, virou Ministro porque ajudou, arrumou dinheiro, e aí virou Prefeito. Não. Ele dedicou a vida inteira dele à política.

Segundo, tenho certeza absoluta de que o Prefeito Anderson Adauto disse que pediu ajuda – seja ela, Deputada Zulaiê... Se veio de um dinheiro errado ou não, acho que o erro está em não contabilizar. Se tivesse contabilizado, o Prefeito não teria nem que estar aqui, porque a origem alguém teria que justificar. No momento em que não contabilizou, Prefeito, o senhor acaba sentado na CPI.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Mais um minutinho só, Sr. Presidente. Tenho até direito.

Então, eu queria dizer o seguinte: só pedi a palavra para isso. Sou membro titular desta CPI, venho à CPI, acho que está bem entregue o levantamento, os debates têm sido muito fortes. Agora, quando sentar alguém aqui desse maldito caminho que aconteceu de passar por Minas... Minas só está metida nisso porque a agência de publicidade era de Minas. Todo mundo no Brasil se deu bem, mas só descarregam em Minas, só trazem aqui os políticos de Minas, só caem de pau em Minas. Outro dia eu tive que falar que alguém aqui gritou que era uma lama mineira. Eu levantei e falei: “Quem falou?” E ninguém falou, ficou calado.

Então, é um problema que aconteceu, talvez, até como foi dito, por questões de regras da eleição que devem ser mudadas.

Sr. Presidente, só pedi a palavra para isso: os Deputados desta CPI têm que ter respeito por quem está ali, têm que ter respeito por um Parlamentar qualquer, seja até no debate interno da CPI. Isso não está acontecendo.

Era só isso o que eu queria declarar, e queria mostrar a carreira do Prefeito Anderson Adauto, sobre a qual, muitas vezes, não se fala aqui. Parece que ele simplesmente chegou ali, pegou um dinheiro, botou no bolso, declarou um milhão, e é quatrocentos.

Além disso, é o que ele disse aqui: tudo o que o Marcos Valério fala é verdadeiro? E aquela maldita lista, Sr. Paulo Baltazar, que o senhor acabou virando Vice-Presidente, porque o Vice-Presidente caiu quando entrou no carro com ele de noite? E aquela maldita lista que ninguém considerou? Era uma lista que o Marcos Valério falava que era verdadeira, mas, no entanto, não tem valor. Agora, tudo o que o Sr. Marcos Valério fala é verdadeiro. O Sr. Anderson Adauto fala que recebeu 410, ele fala que é um milhão, e vira uma confusão. No entanto, um vice-presidente caiu porque foi pegar aquela maldita lista que todo mundo sabe que, ao final, não valeu porque é apócrifa.

É o que eu queria dizer, porque acho extremamente desagradável trazer um prefeito, um homem que tem uma carreira política, e dizer que ele recebeu dinheiro de narcotráfico, de prostituição. Isso não existe. O que ocorreu é que alguém o mandou pegar um dinheiro para ajudar na campanha. Ele pegou, não contabilizou e a origem do dinheiro está sendo questionada.

Muito obrigado, Sr. Presidente Paulo Baltazar, pelos cinco minutos; muito obrigado à Deputada e ao Deputado Abi-Ackel, que se retirou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra, por três minutos, no período de reinscrição...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, solicito à Mesa Diretora algumas informações. Soubemos, pela imprensa, depois do acontecido, que o Sr. Marcos Valério teria vindo aqui e tido uma conversa com o Relator, com os Sub-Relatores e com o Presidente. É importante que todos os Parlamentares tomem conhecimento do teor dessa discussão. Não sei se V. Ex^a estava presente. É importante que seja feita, pelo menos, a comunicação, porque soubemos somente depois de o fato ter ocorrido.

Portanto, solicito que a Mesa Diretora nos explique e nos dê informações sobre essa reunião com o Sr. Marcos Valério e sobre o que foi conversado nessa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Encaminharei a solicitação ao Sr. Presidente desta Comissão, para que tome as devidas providências.

Com a palavra, por três minutos, na reinscrição, o Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, indagarei ao Sr. Anderson Adauto se confirma que foram realizados 17 saques, de acordo com a lista entregue pelo publicitário à CPMI.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Sr. Deputado, tenho condições de confirmar aquilo que já afirmei. Eu não tenho os detalhes, porque não fui eu quem foi até o banco. O que posso afirmar é que, em todos os momentos, não sai fora do compromisso que é meu, da responsabilidade que é minha, assumi-os em todos os momentos. Mas eu não tenho os detalhes. Não sei em quantas prestações vieram. Para mim, na minha avaliação, o que importa é o seguinte: houve o recurso repassado pelo Sr. Delúbio? Ele aconteceu? Ele aconteceu. Eu assumi. Eu não tenho os detalhes.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quanto aos telefonemas para o número (*Inaudível.*) do Ministério, de acordo com os dados, foram 17 telefonemas. Todos na véspera ou próximos aos dias dos saques. V. Ex^a sabe qual era o conteúdo ou o motivo de todas essas ligações?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não. O que eu sei e que me foi dito pelo José Luiz é que, por exemplo, em uma vez que ele foi chamado para ir ao banco buscar o dinheiro, tem cinco telefonemas – dois feitos em um dia e três em outro. Não conseguiram falar no primeiro, só conseguiram no segundo. Então, referente ao saque, são sete telefonemas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas, segundo informações, são 17 telefonemas.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Sim, estou dando exemplo do que aconteceu com um saque. Para um saque, ocorreram cinco telefonemas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quantas vezes o Sr. Delúbio Soares foi ao Ministério?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – O Delúbio deve ter ido ao Ministério umas cinco ou seis vezes.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E o Sr. Marcos Valério?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – O Marcos Valério foi uma vez.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Uma vez só?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Uma vez.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Acompanha do Sr. Delúbio?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, ele não foi acompanhado do Sr. Delúbio. A conta publicitária do Ministério estava vencida, se não me engano. Tínhamos de fazer uma licitação de uma nova agência, coisa que efetivamente nem chegou a acontecer, eu nem iniciei o processo. Mas estava vencida.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. Exª confirma que, ao pedir o auxílio financeiro ao Sr. Delúbio Soares, ele lhe disse que iria procurar o Sr. Marcos Valério que ele resolveria o problema?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não. No momento em que ele disse que iria vir e, num segundo momento, quando ele disse que iria efetivamente me ajudar, ele não mencionou nenhum nome para mim.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, para concluir, quero dizer ao Sr. Senador que não foi apenas o Sr. Marcos Valério que falou da importância distribuída ao Sr. Anderson Adauto. O Sr. Delúbio Soares também confirmou toda a informação dada pelo Sr. Marcos Valério. Então, o Sr. Delúbio Soares, que o Sr. Anderson Adauto confirma ter sido a pessoa que lhe ofereceu os recursos para o pagamento de suas despesas de campanha, também confirmou, nesta Comissão, as mesmas importâncias aqui ditas pelo Sr. Marcos Valério.

Há outra informação, Sr. Presidente, que precisa ser esclarecida. O Sr. Delúbio Soares aqui informou que esses recursos não foram para pagamento de campanha de 2002, mas para caixa das eleições de candidatura a Prefeito. O Sr. Anderson Adauto foi candidato a Prefeito, mas ele nega essa informação do Sr. Delúbio, dizendo que esses recursos serviram para pagar despesas de sua campanha a Deputado Federal.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Exatamente.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Porém, o Sr. Delúbio informou que esses recursos tinham sido repassados para a formação de caixa para as eleições de Prefeito de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – O.K.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Realmente essas datas se aproximam muito do ano e chegam até o ano da eleição, 2004.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – O.K.

Concedo a palavra ao Deputado Júlio Redecker, por três minutos, na sua reinscrição.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, Srª Relatora, Srªs e Srs. Deputados, farei uma pergunta ao Ministro.

Na campanha a Deputado Federal, o senhor não fez declaração retificadora; recebeu os R\$410 mil, mas não fez declaração retificadora.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Exatamente.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Como o senhor explica, segundo afirmações suas, que, durante todas as suas campanhas, tinha restos a pagar, inclusive uma que o senhor demorou quase um ano e meio para pagar, mas, na campanha da Prefeitura, o senhor não tem restos a pagar?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Os recursos para uma campanha, Sr. Deputado, acontecem muito de acordo com o potencial ou não da vitória. Na eleição de 2004, todas as pesquisas confirmavam, desde o princípio – o que se confirmou no início da campanha prevaleceu no dia da eleição –, que eu ganharia as eleições à Prefeitura de Uberaba.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor diz que, em razão da expectativa de vitória,...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Exatamente.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Deixe-me compreender.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Eu inclusive consegui – só para responder...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Estou satisfeito, estou satisfeito.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Eu inclusive consegui o recurso de R\$1,730 milhão...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Estou satisfeito.

O senhor diz que não teve dificuldades. Veja como a situação é engraçada. O senhor não está incurso em crime eleitoral, porque não gastou o dinheiro. Os R\$410 mil o senhor não tem como provar que gastou na sua campanha de 2002. Não tem provas.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Como não?

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor não fez declaração retificadora; o senhor não apresentou nenhum documento dizendo que gastou na sua campanha; então, se não há comprovação de destinação eleitoral, não há crime eleitoral, mas, sim, crime comum. Insista-se: o fato confirmado, confessado, não configura crime eleitoral, mas, sim, crime comum, qual seja, corrupção passiva.

Ademais, se o senhor cometeu crime eleitoral, também se configura crime de responsabilidade – o que já foi dito aqui pelo Deputado João Correia –, ao

“utilizar o Poder Federal para impedir a livre execução da lei eleitoral”. Como o senhor não é mais Ministro, o crime de responsabilidade subsiste como crime de improbidade administrativa. Esse é um ilícito administrativo que deve ser apurado de acordo com a Lei nº 8.429.

O crime comum de corrupção passiva há de ser denunciado pelo Ministério Público Federal ao TRF da 1ª Região. Havia, antigamente, um Procurador que vivia denunciando, mas ele sumiu. O crime de improbidade administrativa há de ser denunciado pelo Ministério Público Federal à 1ª Instância da Justiça Federal. Ademais, com todo o respeito, se, em todas as campanhas, o senhor teve dificuldade, só nessa tinha expectativa de vitória? Nas outras não tinha? E, depois de sair do Ministério, com um orçamento como o do Ministério dos Transportes, não teve problema eleitoral? Os valores repassados, que o Delúbio disse que foram para campanha de prefeito, também não contabilizados, porque o senhor quer dizer que foram contabilizados para a campanha de deputado, que o senhor não tem declaração retificadora, que o senhor não tem nenhuma prova para apresentar de que o senhor gastou esses valores realmente na sua campanha de Deputado Federal. Ou o senhor tem?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Deputado Júlio Redecker, no momento em que, se as coisas acontecerem como o senhor traçou, rigorosamente dentro dos artigos que o senhor citou, eu naturalmente terei que me defender. Eu não tenho como dizer para o senhor hoje: “Amanhã, dentro do que acontecer, eu responderei, e nós poderemos saber se será crime eleitoral ou se será crime comum”. Eu não posso me antecipar ao posicionamento do Ministério Público Federal.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto, na sua inscrição, por três minutos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Prefeito Anderson Adauto, V. Ex^a, na primeira fala, no último momento, fez uma afirmação, dizendo que poderia, como Ministro, através de empresas que forneciam serviço, ter tido caixa para a campanha, mas V. Ex^a não aceitou isso por uma questão ética. Pergunto: isso ocorreu porque essas empresas vinham oferecer ou porque V. Ex^a tinha conhecimento de que era uma prática no governo anterior?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Deputado Luiz Couto, eu não quero aqui entrar em detalhes com relação a partidos que ocuparam o Ministério antes da minha presença lá. O que eu quis dizer es-

pecificamente foi que eu assumi o Ministério sabendo exatamente como as coisas funcionavam lá dentro do Ministério. Eu fiz a divisão aqui da questão legal e da questão ética, e exatamente por isso fui até a Polícia Federal, eu estou aqui, eu vou responder, caso tenha necessidade, no Ministério Público e na Justiça. E tenho consciência: já estou pagando. O fato de eu estar sentado aqui, hoje, na CPI, e na condição de Prefeito da minha cidade, eu já estou pagando do ponto de vista político. Eu entendo isso, as colocações que o Deputado fez de implicações que terei. Eu acho que nós hoje, todos que estamos na vida pública, uma assinatura hoje pode ser seu martírio amanhã, um comportamento hoje pode ser seu martírio amanhã. Na vida pública, na política, é diferente do comerciante, que faz dez negócios bem feitos, faz um negócio mal feito. Ele recupera com mais outros dois bem feitos. Na nossa situação, é diferente. Então, eu quero dizer para o senhor que a única coisa que eu tenho a dizer é que estou respondendo, vou continuar a serviço da CPI. Eu tenho consciência disso. Vão concluir, e eu vou continuar respondendo em função do meu gesto, da atitude que eu pratiquei, não é? Mas eu não perco minha auto-estima exatamente porque tem essa divisão. Na política tem esta divisão: a questão ética, a questão moral e a questão legal. Ela tem essa divisão.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Claro, eu digo isso porque...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não é verdade? Então, eu só tenho a dizer isto: eu tinha consciência, falei *en passant*, não é verdade? E sei do que eu terei que responder, mas, do ponto de vista ético, do ponto de vista moral, eu, que tinha o meu problema, eu, que precisava pagar minhas contas, como eu sempre paguei minhas contas, eu procurei o caminho que julguei necessário percorrer. Hoje – eu vou dizer para o senhor –, com todos os problemas que surgiram e exatamente em cima do caminho que eu busquei para resolver os meus problemas, mesmo assim, eu não tenho arrependimento, estou aqui respondendo, não tenho arrependimento. Não tenho arrependimento de ter buscado esse caminho, até porque foi o caminho que eu avalei, como Ministro, se era o caminho que eu deveria... E eu preferi percorrer esse caminho, e não outros. Então, exatamente por isso fui à Polícia Federal, estou aqui e vou ao Ministério Público, vou à Justiça, responderei do ponto legal, porque vou ter que responder. Entendo isso. Estou respondendo do ponto de vista político, mas esses fatos não alteram a minha auto-estima como homem público, como político, exatamente porque sei que uma coisa é a lei no Brasil e outra são os costumes, e, com relação a caixa 2, estou assumindo aqui que já foram pratica-

dos em campanhas anteriores. Vim, estou dizendo e acho, evidentemente que não são todos, mas que é uma prática no Brasil, na economia brasileira, que o índice da economia informal na economia é muito alto, isso é em todas as áreas, e que essa informalidade se projeta também na classe política; e a classe política está sendo extremamente dura com a própria classe política, porque tem que dar os exemplos, eu entendo muito bem, mas que é uma norma quase que geral, em todas as campanhas, em todos os momentos, em todos os Estados, eu não tenho dúvida em dizer. Como toda regra tem exceção, eu aceito. Todas as exceções são colocadas aqui.

A minha campanha não é, a minha campanha se fecha rigorosamente no momento em que faço a minha prestação de contas no Tribunal Regional Eleitoral. Ela expressa, sob todos os aspectos, inclusive com centavos, aquilo que efetivamente aconteceu. Dou os parabéns. Nunca consegui fazer assim na minha e dou os parabéns para quem faz; claro, toda regra tem exceção, e reconheço as exceções; e são as exceções que, muitas vezes, caracterizam a regra geral.

Exatamente por isso é que fiz as colocações. Não quis acusar ninguém, não quis acusar nenhum partido, longe disso. Mas, depois de onze campanhas de que participei, de estar nisso, comecei aos 23 anos, tenho mais de 20 anos de estrada, vendo as coisas acontecerem, procurei retratar aqui, com toda a fidelidade, como as coisas efetivamente acontecem no Brasil, na economia brasileira e também no processo eleitoral brasileiro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, fiz uma pergunta e, para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Para concluir, Sr. Deputado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – V. Exª diz que encontrou no Ministério alguns contratos que estavam irregulares e V. Exª, é claro, determinou que aqueles contratos não fossem cumpridos.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Deputado, eu cancelei inúmeras concorrências, eu coloquei o Exército para trabalhar e trabalhei em cima de programas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O que eu queria, com a pergunta, era mostrar que quando V. Exª chegou, encontrou uma série de ações que eram irregulares e tomou as providências para que o erário público não fosse prejudicado.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Pode ter certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra o Deputado João Correia, na sua reinscrição, por três minutos.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Obrigado, Sr. Presidente. Não vou cumprimentá-los.

Não tenho absolutamente nada contra V. Exª, Prefeito Anderson Adauto. Acho, no entanto que não podemos zombar do povo brasileiro, não podemos zombar, não podemos escarnecer.

Essa história do empréstimo, minha avó chamava de “conto para boi dormir”. “Conto da Carochinha” é delicado, é quase culto. Isso é história para boi dormir. Sabe V. Exª que todos negaram inicialmente. Depois, a revista **ISTOÉ** descobriu, e Marcos Valério disse que era dinheiro para comprar gado. Então, foram em uma pantomima atrás de outra pantomima, armando um quebra-cabeça para lesar, para burlar. É burlesca essa história de empréstimo.

Por isso que estou falando que ela é criminosa. Esse dinheiro tem origem no crime, sim. Pode ser os dólares de Cuba? Pode. Pode ser dinheiro das Farcs? Pode. Mas eu acho que é mais dinheiro da corrupção, das estatais, dinheiro público que está irrigando essa pouca vergonha do mensalão. Isso é o mensalão, estamos tratando de mensalão.

Quero lhe dar uma sugestão. O senhor conhece o depoimento do seu lugar-tenente aqui nesta CPI? O senhor já leu?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, ainda não.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Então, eu queria que o senhor lesse e quero até lhe sugerir, porque o senhor está reconhecendo que vai ter desdobramentos judiciais, e terá que ter.

Ele diz aqui o seguinte: no dia 05/10/2005, o Sr. José Luiz Alves respondia “sim” às questões do Deputado Moroni Torgan. Perguntava o Deputado Moroni Torgan: “Quantas vezes o senhor foi ao Ministério e quantas vezes o senhor foi ao apartamento do Sr. Anderson Adauto?” Disse, então, o Sr. José Luiz: “Que eu me lembre de ter levado [no caso, dinheiro] ao apartamento dele, foi uma vez. Nas outras vezes, eu entreguei direto no Ministério”. O Sr. Moroni Torgan: “No Ministério mesmo?” O Sr. José Luiz: “Sim, até no carro eu passei recursos para ele”.

Falo isso, digamos assim, para que o senhor prepare a sua defesa. Neste processo, não há anjos, não há demônios; há muitos corruptos incrustados no poder público, incrustados no Estado brasileiro, incrustados nos partidos do mensalão. Nós precisamos fazer uma varredura ética, sim. É possível? É. E acho que esta CPI deve colaborar, Presidente, com isso.

Quero reafirmar que os recursos oriundos supostamente do empréstimo, cuja única garantia era o Sr. Delúbio dizendo “eu me comprometo a pagar tudo isso”, uma assinaturazinha de nada, é para inglês ver,

é pantomima, é escárnio com o povo brasileiro, com o qual eu não compartilho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra o Deputado Fernando Coruja, como último reinscrito, por três minutos.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Anderson Aduato, aqui já foi levantada a questão do caixa dois. Acho que, na política brasileira, ultrapassou um pouco dos limites a relação do Executivo com o Congresso. No meu entendimento, ela é mais grave que essa história do caixa dois. Quando o Executivo começou a usar recursos em espécie para atrair uma bancada para o seu lado, a democracia foi para o... Se a democracia já vai para o pau com a plutocracia, com as campanhas por dinheiro, imaginem quando tem uma relação onde o Congresso vota em função de receber recursos!

Nessa linha, pergunto: se o Sr. Delúbio lhe paga a campanha, tem de ter alguma coisa em troca. Ele não lhe pediu apoio da base do PL no Congresso?

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Não, Deputado. Eu tive oportunidade de responder anteriormente que a minha campanha foi toda feita, inclusive toda a coordenação regional foi sustentada pelo nosso grupo político, que bancou tudo na minha região. Então, ele sabe que houve uma correção muito grande, não apenas com relação à campanha majoritária federal, que era muito provável ganhar, mas até com a campanha do candidato a governador, com quem sempre procurei trabalhar conjuntamente. Ele sabe que a minha campanha foi um aliado político, e eu trabalhei com toda a dedicação. Nós nos responsabilizamos num raio regional fora da minha cidade. Eu não tenho dúvida de que foi muito mais pelo que ele viu que foi feito por mim no processo.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Se foi por isso, eu também apoiei o Presidente Lula no segundo turno. Não parece crível.

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Deputado Fernando, não posso responder pelo outros; posso responder por mim, o que aconteceu comigo. Não tem nem como responder às razões com que ele entendeu a minha situação, o meu problema e disse que ia me ajudar. Eu não tenho condições de responder nem por isso. Sinto muito, eu não tenho.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O que não me parece crível é que o Governo o ajude com dinheiro sem uma contrapartida, sem a base do Governo ajudar. Eu dizia ao companheiro Paulo Baltazar, me lembrando de uma piada da minha região: havia um fazendeiro, que tinha um papagaio...

O SR. ANDERSON ADAUTO PEREIRA – Só para questão de origem, estabelecer origem. Também,

todos os gastos, citei a Telefônica, porque a gente tem 30 dias, muitas vezes, alguma coisa em torno de 30 dias para fechar uma campanha, prestar conta, 60, 90 dias após a gente ainda está recebendo conta de interurbano feito naquele período.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sei, sei. Mas como o senhor levantou a questão do telefone, e é um valor expressivo, o senhor disse que foram R\$410 mil, mas o Delúbio disse que era R\$1 milhão.

Lembrei de um fazendeiro da minha região que começou a verificar que a conta dele estava vindo muito alta, começou a ver ligação para o exterior, chamou um criado, chamou outro, chamou um capataz, não sabia quem era. Depois de dois meses, ele descobriu que era o papagaio. O papagaio aprendeu a fazer ligação e começou a ligar para o exterior, ligava. Aí ele chamou o papagaio e disse: o senhor pára de fazer ligação telefônica. Deu uma bronca no papagaio. No mês seguinte, de novo, a conta tinha estourado. Aí ele pegou, para castigar o papagaio, colocou o papagaio pregado na parede, colocou as asinhas assim, as patinhas, e o papagaio ficou ali. Daí um pouco, o papagaio não tinha o que fazer, olhou para um lado, tinha um crucifixo, viu Jesus Cristo ali, olhou, tentou puxar conversa: o senhor está há quanto tempo aí? Jesus Cristo: estou há mais de dois mil anos, meu filho. Daí ele perguntou: e telefonou para onde?

É um exagero realmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Declaro suspensa a reunião até as 17 horas, quando ouviremos o Sr. Marcelino Pedrinho Pies.

Está suspensa a presente reunião.

(A reunião é suspensa às 15h20min e reaberta às 17h40min.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Declaro reabertos os trabalhos.

Em seguida, passaremos à inquirição do Sr. Marcelino Pies.

Indago se a Secretaria já procedeu à qualificação do depoente. (Pausa.)

Temos aqui uma declaração de V. S^a, que comparece na condição de testemunha: na forma do art. 203 do Código de Processo Penal, se obriga a dizer a verdade sob as penas da lei.

Se houver alguma pergunta que possa eventualmente auto-incriminá-lo, poderá silenciar na forma do art. 5º, inc. LVIII, da Constituição Federal.

Peço que preencha aqui como preliminar.

Quem acompanha o depoente é o Dr. Eduardo Campos, Advogados Associados, OAB Rio Grande do Sul, inscrição nº 1.947.

Vou ter de me retirar porque temos uma votação nominal no Senado, e o Vice-Presidente está ausente.

Peço ao Deputado João Correia que assuma os trabalhos assim que eu me retirar.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Presidente, uma questão de ordem.

Estamos votando a apreciação no Conselho de Ética em relação ao Deputado Sandro Mabel, há votação no Senado, muitos companheiros estão lá porque vai se iniciar o processo de votação. Não sei se não era o caso, de repente, de aguardarmos um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Suspenda a presente reunião?

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Suspenda e convocar para as 18h30min. Cumprimos as nossas obrigações e reiniciamos às 18h30min.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu queria ponderar com o Deputado Júlio Redecker que poderíamos produzir um processo de revezamento.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Como fizemos ontem e hoje?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Exatamente. Tomemos a oitiva. Acho que não há prejuízo.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Então, Presidente, quem sabe aguardamos, V. Ex^a vai votar e reiniciamos os trabalhos pontualmente às 18 horas. Porque esse problema de ...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não sei, esse é um problema porque, às vezes, vamos votar, está em votação, mas demora um pouquinho mais; vou ter de me pronunciar sobre a matéria, é um tema importante do meu Estado, vou ter de fazer um pequeno encaminhamento. O importante é que a inquirição seja feita. O Relator está presente, estão presentes alguns parlamentares. Não é daqueles depoimentos que vai chamar muita atenção nem chama muita audiência. Trata-se de um depoimento, logicamente, necessário, e não estrepitosos como são os outros.

Eu queria ponderar ao Deputado Júlio Redecker nessa questão de ordem, ou pela ordem, que seria mais adequado. No caso, é uma questão de ordem propriamente dita. Quanto à interpretação...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Na realidade, é vedada a ...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas temos feito um pacto pelo bom andamento dos trabalhos no sentido de dar sempre continuidade com o possível. Quero registrar a presença do Deputado Berfran Rosado – peço que se levante –, Deputado Estadual do Rio Grande do Sul e Presidente da Comissão do Mercosul e de Assuntos Internacionais. Ele

aqui participa na condição de ouvinte, que está fazendo uma espécie de estágio. Espero que não necessite de CPI no seu Estado, mas, se necessitar, evidentemente, já há uma larga experiência. Devo dizer que a minha formação, sobretudo teórica, sobre a CPI pode extraí-la das CPIs que correram na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Lembro-me da CPI do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, em que foi Relator, à época, o ex-Senador e Ministro Paulo Brosard. Produziu um farto material doutrinário, que, realmente, valeu a pena, e onde pude buscar as primeiras linhas em termos de CPI, há muitos anos.

Quero registrar a nossa satisfação com a presença de V. Ex^a.

Perguntamos inicialmente ao Sr. Marcelino Pies se ele quer fazer uma exposição de até 20 minutos, ou se entraríamos logo nas inquirições. (Pausa.)

Quer fazer, então, uma pequena introdução.

Peço licença e convido o nobre Deputado João Correia para que assuma a Presidência dos trabalhos enquanto me dirijo ao plenário do Senado.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, eu queria deixar claro que estamos tomando o depoimento do Sr. Marcelino Pies, mas ainda não votamos a questão de ordem que levantei e que espero seja analisada amanhã na sessão administrativa com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – **Eu convoquei uma sessão administrativa para decidir uma série de requerimentos. Amanhã, vamos limpar a pauta.**

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu queria só deixar registrado que não há concordância de nossa parte em insistirmos na tese de ouvir questões de campanha ou caixas de partido nos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O Plenário decidirá com soberania, tenha certeza.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu tenho certeza disso, Sr. Presidente, mas quero deixar registrado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – E, por uma regra elementar da democracia, por maioria dos presentes, presente a maioria absoluta dos membros.

O SR. PRESIDENTE (João Correia. PMDB – AC) – Dando seqüência aos trabalhos, com a palavra o Sr. Marcelino Pedrinho Pies para que faça suas colocações iniciais.

Acompanha o Sr. Marcelino Pies o advogado Eduardo Campos, da Advogados Associados, OAB-RS/1947.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. Se-

nadores, também quero fazer uma saudação especial ao Deputado Berfran Rosado, que aqui representa a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e a Comissão que foi escolhida no Rio Grande do Sul para acompanhar as investigações no que diz respeito a este tema que envolve o nosso partido no Estado. Quero dizer, em poucas palavras, que estou à disposição desta Comissão Parlamentar de Inquérito para prestar os esclarecimentos necessários.

Tenho 35 anos. Boa parte da minha vida, tenho me dedicado à minha atividade política, social e partidária. Sou oriundo de um pequeno município da região das Missões, no interior do Rio Grande do Sul, chamado Campina das Missões, onde vivi até os 20 anos, trabalhando com os meus pais na agricultura, vivendo da subsistência para a família e também para a educação dos filhos. Posteriormente, ainda lá, tive uma relação forte e comecei a minha militância nos setores sociais das pastorais sociais da Igreja Católica, o que me fez também ingressar no seminário e fazer Filosofia no Município de Passo Fundo, onde também, de forma mais decisiva, eu diria, comecei a militar tanto na luta social, na luta pela saúde, na luta pela moradia, como também por uma atividade ligada aos diversos movimentos sociais.

Também, nessa oportunidade, pude participar, ingressar efetivamente na vida do meu partido nessa cidade, onde fui dirigente do PT municipal. Nos últimos seis anos, tenho me dedicado à minha atividade política profissional na direção estadual do PT. Fui, durante dois anos, secretário de movimentos populares e, em 2001, fui eleito Secretário de Assuntos Institucionais.

Por uma contingência de enxugamento do nosso quadro partidário, da nossa direção, em função da crise financeira que o Partido vivia, acabei assumindo, no ano de 2003, a Secretaria de Finanças do PT. Posteriormente, em 2004, voltei a ocupar a Secretaria de Assuntos Institucionais, cargo no qual estive até o dia 30 de outubro, quando assumiu a nova direção eleita, nas eleições diretas do nosso Partido.

Portanto, a minha formação acadêmica é na área de Filosofia, licenciatura em Filosofia, com mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, recentemente concluído na Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Eu queria só fazer essa saudação e também queria registrar a presença dos Deputados e Senadores do meu Estado que aqui estão: Deputado Júlio Redecker, Senador Sérgio Zambiasi, Deputado Adão Pretto. Sei que é importante a presença dos Deputados do nosso Estado aqui, para que possamos esclarecer esse conjunto de questões que eventualmente a Comissão queira levantar e dizer, Sr. Presidente e Sr. Relator, que, como me foi solicitado há um mês mais

ou menos, já fiz um depoimento a esta Comissão por escrito e estou disposto a esclarecer quaisquer dúvidas que possam ter surgido a partir desse meu depoimento por escrito.

Então, estou à disposição de V. Ex^{as}.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Não tomei conhecimento desse depoimento por escrito. Será que poderia ser providenciado pela Secretaria?

O SR. PRESIDENTE (João Correia. PMDB – AC) – Por certo que sim.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – A não ser que o depoente tenha cópia aqui.

O SR. PRESIDENTE (João Correia. PMDB – AC) – No decorrer do depoimento, teremos condições de oferecer a todos os parlamentares.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Correia. PMDB – AC) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Fui citado e não estava presente. Só quero falar um minuto, para dizer...

O SR. PRESIDENTE (João Correia. PMDB – AC) – Citado quando? Aqui? Agora?

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Aqui, não, mas na reunião passada, sobre campanhas. Inclusive um Deputado disse que rasgaria o diploma se nós não tivéssemos caixa dois. Quero dizer que nossas campanhas, no Ceará, todo mundo conhece, são marcadas pela lisura: a lisura legal e a lisura financeira também. Todos conhecem o tipo de campanha que fazemos. Então, o que posso dizer é que o povo e a justiça do Ceará, todo o meu Estado, conhecem. Se alguém vai rasgar o diploma, porque nós não tivemos caixa dois, infelizmente, esse diploma vai ficar rasgado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Correia. PMDB – AC) – Está bem, Deputado. Feito o registro de V. Ex^a, passamos a palavra ao Relator desta Comissão, Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Membros desta Comissão, Sr. Depoente, ilustre Advogado que o assiste, o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza apresentou a esta Comissão uma lista com o nome de pessoas, acompanhada da relação dos recursos que lhes foram entregues, a pedido do Sr. Delúbio Soares. Algumas das pessoas mencionadas nessa relação, ao prestarem depoimento nesta Comissão, ou negaram ter recebido a importância, ou contestaram o valor consignado na relação.

Esta é a razão pela qual concordamos com a vinda do senhor a esta Comissão, a despeito das declarações escritas que o senhor fez, para confrontar o total das declarações das pessoas mencionadas nessa lista com as informações feitas pelo Sr. Marcos Valério.

Permita-me fazer as seguintes indicações. O senhor recebeu recursos financeiros, na condição de membro do PT do Rio Grande do Sul, ou em nome do PT do Rio Grande do Sul, originário do Sr. Delúbio Soares?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Sr. Relator, sim. Recebemos recursos em nome do PT e discutimos esse assunto com o Diretório Nacional do PT. Tais recursos foram disponibilizados em Belo Horizonte pelas empresas do Sr. Marcos Valério.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Esses recursos foram recolhidos? Quer dizer, materialmente apanhados em Belo Horizonte, no Banco Rural ou em qualquer outro lugar?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Nós apanhamos os recursos na sede da agência de publicidade.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Na sede ...

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Na sede da SMP&B.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Da SMP&B?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O que torna sem dúvida o fato de que a pessoa que entregou o dinheiro, ou por meio da qual o dinheiro chegou às suas mãos, é o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – As entregas do dinheiro ao Diretório Regional do Rio Grande do Sul foram feitas por uma das pessoas que trabalhava nas empresas do Sr. Marcos Valério.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A indicação do senhor como destinatário dos recursos foi do Sr. Delúbio Soares, tesoureiro nacional do PT?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Sim. No início de 2003, nós fizemos uma reunião com o Sr. Delúbio Soares, em que expusemos a situação financeira e também a política do Diretório Regional do PT, além da necessidade da importância de termos um aporte para podermos desenvolver os projetos do Partido no Rio Grande do Sul, até porque tínhamos sofrido uma redução de nossas receitas lá no Estado em função de que, como é conhecido dos Srs. Parlamentares, o PT do Rio Grande do Sul perdeu a eleição para o Governo do Estado em 2002. Também é sabido que os cargos comissionados filiados ao Partido têm uma contribui-

ção estatutária regular de repasse para o Partido. Essa fonte deixou de existir em 2003. Então, procuramos, enfim, a Direção Nacional para ver se haveria algum suporte financeiro para o Diretório Regional do Rio Grande do Sul.

Então, Sr. Relator, queria deixar claro aqui que, nós, enfim, o Diretório Regional do PT, por intermédio da minha pessoa – eu participei dessas conversações –, nunca tivemos uma relação, nem política, nem profissional, com as empresas do Sr. Marcos Valério. A nossa interlocução e a nossa discussão sempre foram com o secretário de finanças do PT nacional. Era ele que determinava o montante de recurso a ser destinado para o Rio Grande do Sul e também onde nós deveríamos apanhar os recursos que ele disponibilizava.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Quer dizer que o senhor agiu por indicação do companheiro de Partido, do tesoureiro do seu Partido, Sr. Delúbio Soares?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Sim, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Foi o senhor mesmo que se dirigiu a Belo Horizonte para recolher os recursos?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Em uma oportunidade, dirigi-me pessoalmente. Nas outras – mais quatro – nós, junto com o presidente do Partido no Estado, acabamos mandando uma pessoa designada por nós para apanhar esses recursos.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Foram ao todo quatro parcelas?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Foram quatro parcelas.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Totalizando, por favor, porque é importante.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Sim, desculpe, foram, de fato, cinco parcelas, Sr. Relator. Refazendo: houve uma ida minha e mais quatro viagens dessa outra pessoa.

Podia repetir a pergunta, por favor?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O total.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – O total que o Diretório Regional do Rio Grande do Sul recebeu do PT nacional, via empresas de Marcos Valério, é de um milhão e cinqüenta mil reais.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – No total?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – No total.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O senhor poderia esclarecer à Comissão quais as

atividades que teriam sido financiadas por essas importâncias?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Na verdade, parte desse recurso, no valor de R\$150 mil, foi destinado a pagar dívidas do PT nacional com fornecedores do Rio Grande do Sul e o restante, de R\$900 mil, foi usado para pagar despesas que fomos tendo no decorrer do ano de 2003, sobretudo com a atuação do nosso Partido em várias frentes, inclusive nossa participação no Fórum Social Mundial, em que elaboramos um conjunto de materiais, enfim, tivemos uma participação efetiva.

Caso os senhores estejam eventualmente lembrados, o Diretório desencadeou vários programas para serem implementados pelos Estados, que vão desde uma campanha massiva de filiação até o estabelecimento da meta de organizarmos o Partido em todos os municípios e efetivamente um conjunto de mobilizações sociais. Na verdade, fizemos uso desses recursos para podermos movimentar a máquina partidária durante o ano de 2003.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Marcelino, esses recursos não serviram, nem mesmo em parte, para pagar despesas da campanha eleitoral de 2002?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não. Na verdade, toda a dívida restante das nossas despesas de campanha foi declarada, assim como resto de campanha, no Tribunal Regional Eleitoral. Então, os recursos que o Delúbio Soares disponibilizou ao Partido no Rio Grande do Sul não eram contabilizados. Isso criou um problema, para que pudéssemos quitar as dívidas de campanha com esses recursos.

Foi então que, na verdade, trabalhamos com a lógica de usar recursos ordinários do Partido para ir pagando parcelas da dívida e usar esse dinheiro para as atividades partidárias durante o ano de 2003.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Marcelino Pies, o senhor, então, não admite que parte considerável desse dinheiro tenham sido pagas duas gráficas que imprimiram material eleitoral na campanha de 2002? O senhor contesta isso?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Eu sei que essas gráficas imprimiram material para o partido em nível nacional. Essa é a informação de que disponho.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Para o partido...

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Para o partido em nível nacional, para o Diretório Nacional do PT.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O PT nacional mandou fazer material gráfico em Porto Alegre?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Exatamente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E o senhor não usou esse dinheiro para pagar essas gráficas?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Sim, eu usei dois cheques que foram designados especialmente para pagar essas gráficas.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – É lógico que o senhor está aqui para esclarecer os fatos, é uma contribuição sua, mas a informação existente em alguns documentos dessa CPI é a de que o material gráfico produzido por essas duas empresas são material gráfico da campanha eleitoral de 2002. O senhor admite isso?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não admito isso. São materiais que foram produzidos pelo diretório nacional do PT.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas que material gráfico o PT nacional teria mandado fazer no Rio Grande do Sul? Esses recursos foram transferidos ao PT do Rio Grande do Sul no princípio de 2003...

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não, na verdade, nas conversações que tive com o Sr. Delúbio Soares, ele disse que poderia nos ajudar mas, ele tinha compromissos a serem trabalhados, tanto no âmbito nacional como em alguns Estados, compromissos do diretório nacional do PT. Então, a proposta que ele acabou fazendo foi a de que desta primeira parcela, que veio para o diretório regional do PT do Rio Grande do Sul, no mês de junho, que foi designado para nós, no valor de R\$200,00, sendo R\$150,00 para pagamento de dívidas do diretório nacional e as posteriores possíveis contribuições seriam para organizarmos a nossa atividade partidária no Estado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Então, poderíamos passar a limpo o seu depoimento dizendo o seguinte: o Sr. Marcos Valério, no que diz respeito ao PT do Rio Grande do Sul, falou a verdade, quer dizer, ele passou essa importância para o PT do Rio Grande do Sul. O senhor as recebeu?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Sim, o que nós recebemos lá e que está na lista do Marcos Valério nós assumimos R\$1.050.000,00.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A importância fixada pelo Sr. Marcos Valério, no seu relatório, também é verídica e quanto a isso não há mais o que indagar. A questão toda se prende ao emprego dos recursos. O senhor está declarando que

esses recursos foram utilizados em atividades partidárias não coincidentes ou não assemelhadas com campanha eleitoral?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Estou insistindo com o senhor o seguinte: qual foi o material que o diretório nacional do PT mandou imprimir em Porto Alegre que o senhor se sentiu na obrigação de pagar?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Eu não tenho esta informação do material que foi produzido. Na verdade, eu fiz esse pagamento, a pedido do Sr. Delúbio Soares, a essas duas gráficas do Rio Grande do Sul, que somam R\$150mil.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E o senhor não sabe o que foi que essas duas gráficas imprimiram?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não tenho essa informação.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Fica o registro e me dou por satisfeito Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Correia. PMDB – AC) – O Deputado Júlio Redecker já recebeu então o documento original produzido pelo depoente e, neste caso, vamos chamar os inscritos de acordo com a lista.

Concedo a palavra ao Deputado José Rocha, pelo prazo de 10 minutos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ilustre Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. depoente Marcelino Pies, acho que estamos aqui diante de um novo caixa, o caixa três. Há o caixa um, o caixa dois e agora o caixa três, porque cada depoente que aqui chega diz ter recebido menos do que o Sr. Delúbio Soares e o Sr. Marcos Valério disseram ter repassado. Certamente está ficando um caixa, que é o caixa três, e precisamos também identificar, Sr. Relator, nas mãos de quem esse recurso foi parar.

O Sr. Marco Valério diz que repassou para o Sr. Marcelino Pies R\$1,2 milhão; o Sr. Delúbio Soares confirmou R\$1,2 milhão e o Sr. Marcelino Pies diz que recebeu apenas R\$1.050.000,00. Então, tem aí uma diferença de R\$150 mil, que está no caixa três e que precisamos identificar, com todos os outros sempre relatando ter recebido a menor. O Sr. Marcelino Pies não explicou convenientemente esses recursos recebidos do Sr. Marcos Valério.

O senhor recebeu cinco parcelas. Quantas em cheque e quantas em dinheiro vivo?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Recebi uma parcela em cheque de R\$150 mil para pagar essas dívidas do diretório nacional do PT e...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Um cheque de R\$150 ou dois de R\$75?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Dois de 75 e o restante todo foi em dinheiro vivo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Por que não em cheque as outras parcelas?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Porque acabamos conversando com o Delúbio e ele orientou que acabássemos pegando o dinheiro em espécie, em dinheiro vivo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Para não deixar rastro. Mas o rastro ficou bem marcado. Esses recursos se destinaram a quê? Cento e cinquenta para pagar a gráfica, para confecção de material que o senhor não sabe... O senhor recebeu recibo das duas gráficas, Impresul e Comunicação Impressa?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não, esses dois cheques já vieram nominais às gráficas a pedido do Sr. Delúbio e da...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então não precisava o senhor pegar; era só mandar diretamente para a gráfica. O senhor gastou mais dinheiro para buscar cheques nominais a duas gráficas.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Deixe-me explicar isso um pouco porque considero importante. Quando tive a conversa com o Sr. Delúbio Soares sobre essa situação, ele disse que tinha à nossa disposição R\$200 mil para pagar parte das dívidas do diretório nacional e também uma parte para o Rio Grande do Sul, de R\$50 mil. Ele pediu para eu ir buscar esses recursos em Belo Horizonte. Quando cheguei a Belo Horizonte, conversei com a Sr^a Simone Vasconcelos, com a qual sempre me relacionei todas as vezes que tratamos desses temas. Ela me disse que, de fato, tinha R\$200 mil e que tinha R\$150 mil, que eram dois cheques para essas empresas, a pedido do Delúbio, e que tinha mais R\$50 mil, em espécie, para levarmos para o funcionamento do diretório regional do Rio Grande do Sul. Foi essa a conversa com a Simone. Acabei, naquele dia, só levando os dois cheques, até porque eu não tinha...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então o senhor levou R\$200 mil?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não, eu levei R\$150 mil em cheque.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E R\$50 mil em dinheiro.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Os outros R\$50 mil eu mandei buscar na semana seguinte, pelo Sr. Marcos Trindade, que está aqui no meu depoimento, por escrito.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Os cheques eram nominais a cada gráfica?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Perfeitamente.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Por que não foi feito esse pagamento diretamente para a gráfica?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não saberia explicar.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor solicitou quanto de recurso ao Sr. Delúbio Soares?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Na verdade, íamos conversando sobre a situação nossa do Rio Grande do Sul. Não cheguei a pedir... Conversávamos e...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Como foi definido esse valor de R\$1.050.000,00?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Através de várias conversas. Não foi definido numa única etapa.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Como foi definido esse valor, como chegou a esse valor de R\$1.050.000,00?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Na verdade, foram várias conversas que fizemos, e ele foi liberando, no decorrer do ano, esses recursos. Nós não estipulamos um valor determinado.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ele dava quanto quisesse dar? Ficava a cargo dele para dar quanto quisesse dar?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Exatamente.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Aí deu R\$1.050.000,00?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Exatamente.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Isso em quantos meses?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Isto foi no mês de junho a outubro.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Isso mensal?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Junho, julho, setembro e outubro.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – É mensal?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Faz uma interrupção num mês e... Em quatro meses, na verdade.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mensalão. (Pausa.)

Como o senhor explica a omissão na prestação de contas das despesas dos diversos candidatos do PT realizadas para pagamento de cachês de artistas nas eleições de 2004?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não tenho conhecimento disso, Sr. Deputado.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor, como tesoureiro, não tem conhecimento disso?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Eu não fui tesoureiro em 2004; eu fiquei só na Tesouraria durante um ano e três meses. Eu saí da Tesouraria em março de 2004.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor ficou como tesoureiro de quando a quando?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Eu fui tesoureiro de dezembro de 2002 até março de 2004.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sim, mas esses recursos foram recebidos antes de março de 2004? O senhor, como tesoureiro, recebeu?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Sim, esses recursos aqui, sim.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Foram para as eleições de 2004 ou 2002?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não, elas foram para organizarmos as atividades partidárias no Rio Grande do Sul, durante o ano de 2003.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Organização partidária...

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Exatamente. Participação nossa...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Em quê?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Na verdade, nós desenvolvemos, durante o ano de 2003, um conjunto de atividades partidárias, começando por uma forte presença do Partido dos Trabalhadores no Fórum Social Mundial, que exigiu um conjunto de mobilizações, a confecção de materiais, materiais divulgativos do Partido, ou seja, montamos toda uma estrutura para o Partido poder se fazer presente enquanto instituição no Fórum Social Mundial.

Da mesma forma, a direção nacional desencadeou uma campanha de filiação, em todos os Estados, para os diretórios regionais desenvolverem isso junto aos seus municípios, o que também, da nossa parte, exigiu fazer toda uma...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então, esses recursos não foram para as eleições de 2004?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Perfeitamente, Sr. Deputado. Esses recursos foram para nós organizarmos o Partido no Rio Grande do Sul durante o ano de 2004.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então, V. Sa^a contradiz o próprio tesoureiro nacional do seu Partido, que diz que esses recursos foram para as eleições municipais de 2004.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Elas não poderiam ser para as eleições porque foram...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então o Sr. Delúbio Soares mentiu em relação a esses recursos

liberados para o seu diretório? O Sr. Delúbio Soares, então, não disse a verdade?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Isso eu não posso afirmar porque não escutei o depoimento do Sr. Delúbio Soares.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ele diz aqui, textualmente, que os recursos foram para as eleições de 2004, e agora o senhor diz que não. O senhor está negando o que disse o Sr. Delúbio Soares, que foi a pessoa que contatou com o senhor para a liberação desses recursos.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Sr. Deputado, se ele disse isso em relação ao diretório regional do Rio Grande do Sul, isso não condiz com os fatos que aconteceram lá naquele Estado.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então, houve um desvio dos recursos. Os recursos foram liberados para uma finalidade e o senhor usou para outra.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não, Sr. Deputado, nós usamos os recursos para fazer...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A finalidade que o Sr. Delúbio aqui afirmou, nesta Comissão, é de que esses recursos seriam para as despesas eleitorais de 2004. V. S^a diz que não utilizou, que utilizou para programas do Partido. Então, V. S^a desviou os recursos para a finalidade que eles foram destinados pelo Sr. Delúbio Soares.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não, o que eu fiz com os recursos foi pagar os fornecedores, organizar o Partido, fazer aquilo que tínhamos um planejamento definido no Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (João Correia. PMDB – AC) – *(Inaudível.)* Deputado José.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – É, Sr. Presidente, fica difícil. Sentimos que o depoente não fala a verdade, e fica difícil para nós. Agora, um dado que está bastante claro é a formação do caixa três. Quanto a esse caixa três, Sr. Relator, teremos que ouvir todas essas pessoas que receberam recursos, confrontar os números aqui ditos por essas pessoas com os recursos liberados pelo Sr. Marcos Valério e confirmados pelo Sr. Delúbio Soares e identificar onde estão os recursos do caixa três. Ou ficou com o Sr. Delúbio Soares ou ficou com o Sr. Marcos Valério; não pode ter sido outra pessoa. Então, ou o Sr. Delúbio Soares embolsou essa diferença ou o Sr. Marcos Valério embolsou essa diferença.

O SR. PRESIDENTE (João Correia. PMDB – AC) – Depois, V. Ex^a poderia entregar ao nosso Relator os caminhos para que descubramos esses mistérios.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Teremos que identificar esse caixa três, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Correia. PMDB – AC) – Deputado José Rocha, é o seguinte: quero avisar aos Deputados aqui presentes que, neste momento, está havendo a votação do relatório sobre a cassação do Deputado Sandro Mabel. Então, o que foi mais ou menos acertado aqui foi o seguinte: alguns Deputados devem se dirigir ao Plenário, porque a fila é relativamente grande, e outros Deputados aqui devem ficar para dar sustentação ao quórum da CPI. Pela ordem de chegada, temos o Deputado Fernando Coruja, a Deputada Zulaiê Cobra, o Senador Rodolpho Tourinho. Então, nesse aspecto – o Deputado José Carlos Araújo não sei se está presente –, Eduardo Valverde, Daniel Almeida, Odair Cunha e Luiz Couto, por exemplo, já poderiam ir votar para poder garantir o quórum. Assim está sendo feita a sugestão por esta Mesa.

Considerando que todos concordam com isso, passo a palavra ao Deputado Fernando Coruja, que tem o prazo de dez minutos para fazer suas inquições.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sr. Presidente, Deputado João Correia, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, senhor depoente, quero saudar o nosso companheiro, o Deputado Estadual Berfran Rosado, do meu Partido no Rio Grande do Sul, que comparece a esta reunião.

O depoente, Sr. Marcelino... Quero cumprimentar o advogado, porque ele tem o advogado mais esperto de todos os que montaram ou discutiram essa questão. Quando se montou esse esquema de caixa dois, pareceu-me que não haviam contratado um advogado que pudesse orientar de forma adequada, porque, evidentemente, dizer que “não cometi esse crime, estava cometendo outro”... Aqui, não. Aqui se partiu da idéia de que o dinheiro não foi para campanha eleitoral, mas foi, sim, para atividades do Partido. Então, é o primeiro advogado que aparece com essa tese, que, evidentemente, é muito mais fundamentada para a defesa do seu cliente, como tese.

Quero registrar que o nosso depoente Marcelino, filósofo, mestre em Filosofia e Ciência Política... Eu estava lembrando aqui de Max Weber, quando fala, em **O Cientista e o Político**, da dificuldade de compatibilizar essas duas atividades, porque a ciência é acadêmica, e na atividade política é preciso meter a mão na massa, realizar atividades práticas que nem sempre são acadêmicas. E V. S^a foi envolvido em uma situação prática de ter que fazer alguma coisa que lhe colocou nessa situação atualmente.

Vou fazer-lhe algumas perguntas. Em janeiro de 2003, qual era a arrecadação e a despesa do PT do Rio Grande do Sul, mais ou menos. Mais ou menos.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Eu não saberia precisar, mas creio em torno de 220 mil...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – A arrecadação mensal?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – É. Enfim, eu não saberia precisar, porque...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – E a despesa?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – As despesas do Partido mensal?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – É.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – As despesas do Partido, no Rio Grande do Sul... Deixe-me pensar um pouquinho para...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Média. Uma média, por mês – o senhor deve saber, é tesoureiro: 200 mil, 300?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Acho que praticamente equivalia à questão das receitas.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Equivalia. Muito bem.

O senhor recebeu 1,05 milhão, do qual 150 destinou ao pagamento de duas gráficas, das quais não sabe qual o material – inclusive, acho que a CPI deveria pedir para essas gráficas informarem qual material foi lá produzido –, e 900 gastou, segundo informação, para atividades do Partido e não atividades da campanha. Quanto é que o PT ficou devendo da campanha eleitoral de 2002, já que V. S^a fala que isso foi declarado?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Ficou devendo em torno de R\$550 mil.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Portanto, pouco mais de dois meses de arrecadação?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Sim. Dívida essa que fomos pagando, enfim, no decorrer de 2003, 2004 e até mesmo em 2005.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Eu queria fazer aqui com o senhor um raciocínio: o dinheiro é dinheiro. Quer dizer, se não houvesse esse dinheiro de fora, o senhor teria que pagar as atividades normais do Partido. Mas, daí, o senhor recebe um dinheiro de fora e diz o seguinte: eu pego esse dinheiro, que é o meu, legal, pago a atividade que é ilegal, e com o ilegal eu pago as minhas atividades, que são legais, necessárias. É como: eu tenho uma família, gasto 10 mil por mês; faço uma campanha política, fico devendo; aí pego um dinheiro por fora, cubro as despesas em casa, e com o meu, de casa, dou um cheque para pagar despesa. Na verdade, a história não... Porque é a mesma coisa. É a mesma coisa. Mesmo com a história brilhantemente levantada pelo seu advogado, na verdade, o dinheiro serviu para pagar dinheiro de campanha, porque “eu não paguei com esse aqui, mas com esse eu pago...” O senhor pagou o salário, então, dos funcionários, com esse? O que o senhor

pagou, exatamente, com esses 900? Foi só o Fórum Social Mundial?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Sr. Deputado, na verdade, não é a mesma coisa. Nós vivemos, enfim – posso afirmar isso, até isso foi público lá no Estado –, uma dificuldade financeira, no início de 2003, em função da diminuição da nossa receita. Inclusive, nós fizemos, para minimamente equilibrar a situação, nós fizemos toda uma reestruturação, inclusive, do próprio funcionamento do Partido. Nós diminuimos o quadro de dirigentes liberados, o que me fez, inclusive, assumir a tesouraria, porque eu não era, eu não fui eleito tesoureiro do PT, na eleição do Partido, acabei sendo, enfim, conduzido à tesouraria por uma contingência de racionamento e de enxugamento dos nossos dirigentes, em função dessa situação que se criou.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Isso eu entendi. Nesses 500 mil que o senhor fala que pagou, o que exatamente foi pago?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Sim, eu só queria explicar um pouco mais...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não, mas isso...

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Porque nós...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Isso eu já entendi antes. O senhor já falou isso. Mas, assim, nesses 500 mil, foi pago exatamente o quê?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Nós...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O que o PT ficou devendo em 2002?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Sim. Nós... Como é que é?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O que o PT ficou devendo em 2002?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Isso que eu lhe falei: R\$550 mil.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas para que foi? Para que era esse dinheiro? Gráficas?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Essencialmente, gráficas.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Essencialmente, gráficas. Desses o senhor tem o recibo?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Sim, esses são recursos contabilizados.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Esses são recursos contabilizados?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Exatamente.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Então, a despesa que o PT ficou, da campanha de 2002, é a campanha para Governador?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Sim, senhor.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Campanha para Governador. Ficou devendo 550 mil?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Perfeitamente. Em torno disso; eu não sei agora os números, mas...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mais ou menos 550 mil?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Mais ou menos esse valor.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – E aí o senhor usou dinheiro da arrecadação normal do PT para pagar essas contas?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Perfeitamente, Sr. Deputado.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – E aí, com o dinheiro que veio de fora, o senhor cobriu as despesas normais do PT, que o senhor pagaria com o dinheiro que veio de fora, o senhor cobriu as despesas normais do PT, que o senhor pagaria com o dinheiro que... Se não tivesse que pagar despesas de campanha, o senhor pagaria com outro?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Sr. Deputado, eu não diria as questões normais do PT, porque as questões ordinárias nós pagamos. Na verdade, nós desenvolvemos, em 2003, um conjunto de atividades que são...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O Fórum Social Mundial... O senhor tem os recibos dos gastos com o Fórum Social Mundial?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não, não. São recursos não contabilizados, que nós gastamos nesse processo, no decorrer de 2003, com a campanha de filiação, com o Fórum Social Mundial...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – E quanto o senhor gastou com o Fórum Social Mundial?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Eu não saberia precisar agora, porque...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mais ou menos 500 mil?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não estou lembrado. Teria que...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Trezentos mil?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Eu não saberia dizer, Sr. Deputado.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Setecentos?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Daria um chute aqui depois...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Foram mais de 500?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não, não foram mais de 500. Eu não saberia precisar o valor, então, não vou aqui arriscar nenhum valor que depois não se confirme.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não foi mais de 500. Mais de 300?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não posso citar o valor, porque não tenho ele preciso, e não vou...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – E, afora o Fórum Social Mundial, o dinheiro foi para pagar mais o quê?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Fizemos uma forte campanha de filiação no Estado, onde produzimos um conjunto de materiais divulgativos do Partido, enfim, das mais diversas formas; fizemos um conjunto de atividades partidárias de organização do Partido, no interior do Estado, ou seja, de mobilizações sociais; fizemos um conjunto de atividades políticas partidárias que, inclusive, foram impulsionadas pela direção nacional, em função da própria situação em que o Diretório Nacional se encontrava. Então, foi dessa forma que nós trabalhamos em 2003 e desenvolvemos esse nosso trabalho.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Eu agradeço as respostas. Agora, o que se salienta aqui é exatamente isto: é a primeira vez que vem uma outra linha de argumentação, que é a linha que, se fosse qualquer advogado, era mais lógica, de dizer que era para uma atividade qualquer do Partido, que aí não estaria cometendo um crime eleitoral. Quando, de pronto, se admitiu um crime eleitoral, achei até esquisito: sabendo que era mentira, evidentemente, o cara vai mentir contra ele mesmo?

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Correia. PMDB – AC) – Pois não, Deputado Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Está havendo sessão, Ordem do Dia, no Senado e na Câmara. Está havendo Ordem do Dia. Então, em tese, como esta é uma comissão mista, teríamos que paralisá-la até terminar a Ordem do Dia em uma das Casas.

A segunda questão de ordem diz respeito ao tema, ao objeto desta investigação. A investigação destina-se a apurar denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional com a finalidade de aprovar matérias de interesse do Poder Executivo e as acusações de mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1,

de 1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos. No entanto, a linha de perguntas que está sendo feita ao depoente trata de financiamento de campanha. Pergunto ao Sr. Relator: se é esse o objeto da investigação, são pertinentes as perguntas que estão sendo feitas ao depoente sobre financiamento de campanha? Porque não é esse o objeto da nossa investigação. Faço essa pergunta ao Sr. Relator como uma questão de ordem.

Se não for esse o objeto, o depoente não está obrigado a responder sobre matéria acerca da qual não fora convocado para depor, matéria que não é pertinente ao objeto da investigação.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Correia. PMDB – AC) – Deputado Moroni Torgan, para contraditar.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Só quero dizer que respeito. Inclusive, se realmente estiver ocorrendo a Ordem do Dia do Senado, não temos outra opção, porque o Regimento do Senado é muito claro. Agora, quanto à questão sobre a matéria, o dinheiro mandado ao Partido pode ter sido repassado a algum Parlamentar. Então, logicamente, esse é o embasamento. Não há como justificar de forma diferente. Quer dizer, foi um dinheiro cuja versão do depoente tem sido em outro sentido, mas isso não quer dizer que a versão apresentada seja a versão verdadeira. O dever da Comissão é saber se esse dinheiro foi parar nas mãos de um Parlamentar ou não, ou para beneficiar indiretamente um Parlamentar ou não.

O SR. PRESIDENTE (João Correia. PMDB – AC) – A Presidência vai falar sobre que aspecto? No primeiro caso...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Antes da sua decisão, pelo tema, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Correia. PMDB – AC) – Só uma coisa, Deputado Júlio Redecker. No primeiro caso, nós tomamos aqui uma decisão de que, como não há Senador algum aqui presente, vamos continuar a CPMI, porque temos pressa. Temos que aproveitar a vinda e o esforço, inclusive, do depoente, lá do Sul do País.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Tenho, então, que recorrer da vossa decisão à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (João Correia. PMDB – AC) – Então, recorra, Deputado.

Em relação ao segundo tema, o nosso Relator realmente vai argüir, embora eu ache que a contradita do Deputado está muito pertinente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, respondo a questão de ordem do ilustre Deputado Eduardo Valverde nos seguintes termos: tem nos chamado atenção uma diferença crescente de valores entre as quantias que o Sr. Marcos Valério alega ter transferido e aquelas que foram realmente recebidas e esse é um aspecto que a comissão não pode desprezar. Essa diferença vem se acentuando cada vez mais e já ultrapassa os R\$10 milhões. Como diz o Deputado José Rocha, está se esboçando uma espécie de caixa três que temos de examinar, no sentido de verificar qual o seu destino. É claro que V. Ex^a pode dizer que ambas as partes ou partes delas estão mentindo e que os valores seriam aqueles mesmos, mas é do nosso dever continuar a pesquisar a respeito.

Também aceito como válida a suposição posta pelo ilustre Deputado contestante da sua questão de ordem, uma vez que é perfeitamente possível que esses recursos tenham feito um trânsito pelos Estados, a fim de chegar aos Deputados.

Em suma, estamos na obrigação de esgotar todas as nossas possibilidades de investigação. No relatório, que vai compendiar ou que vai resumir os nossos trabalhos, teremos a preocupação de afastar ou de ilidir tudo aquilo que não diga respeito à competência que nos foi traçada pelo Sr. Presidente do Congresso Nacional.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Para contraditar.

Data venia, o viés das indagações não está sendo feito nesse sentido. O depoente não está obrigado a responder àquilo que não é concernente a esse objeto.

Se se quer investigar o PT, que se investigue por intermédio de uma outra CPI e não por esta, que não é feita para isso. Esta é para apurar compra de votos, se há ou não há. As indagações feitas pelo Deputado Fernando Coruja foram, única e exclusivamente, nesse sentido. Então, que se vá lá para a CPI dos Bingos ou para outra CPI, mas, nesta, não é esse o objeto – acho que nem naquela também. Agora, se for tão somente para fazer discursos para os espectadores, é outra história, mas creio que isso aqui não pode ser um circo armado.

O SR. PRESIDENTE (João Correia. PMDB – AC) – Mas, Deputado Eduardo Valverde, é apenas o seguinte...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Correia. PMDB – AC) – Eu vou dar continuidade ao trabalho.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Eu não posso deixar de repudiar a palavra “circo”.

O SR. PRESIDENTE (João Correia. PMDB – AC) – V. Exª pode recorrer. Continuaremos os nossos trabalhos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Com relação à decisão da Mesa...

O SR. PRESIDENTE (João Correia. PMDB – AC) – Vou passar a palavra à Deputada Zulaiê Cobra.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sr. Presidente, quero dizer que não admito a palavra “circo” com relação a esta CPMI, que tem se comportado de forma totalmente coerente, sem estardalhaço, sem coisa nenhuma. Então, não admito esse termo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não é a ausência ou a presença de Senadores nesta CPMI que fará com que nós desrespeitemos a decisão de que, no momento em que há Ordem do Dia, não possa haver reunião. As informações que forem tiradas a partir deste depoimento poderão ser anuladas. Então, espero que se respeite o Regimento desta Casa, quando diz que, havendo Ordem do Dia, nenhuma Comissão poderá funcionar.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, eu pedi pela ordem antes dos que estão falando e V. Exª não me concedeu a palavra.

O SR. PRESIDENTE (João Correia. PMDB – AC) – Então, está concedida, Deputado.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu quero saber se há alguma razão especial para V. Exª não atender à ordem das solicitações.

O SR. PRESIDENTE (João Correia. PMDB – AC) – Absolutamente. V. Exª, como gaúcho de cepa, tem a palavra neste momento.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu tenho uma questão importante. Quando se fala, nas alegações para ajudar o Relator, segundo o HC 71.039, relatado pelo ilustre gaúcho Paulo Brossard, julgado em 1994, todo ilícito ou crime surgido nas investigações de uma CPI pode e deve ser agregado ao objeto da comissão. Então, não é pertinente a questão de ordem levantada aqui pelo Deputado Eduardo Valverde.

Por outro lado, quero dizer aqui, com todas as letras, que, embora a pressa em fazer as coisas, podemos transferir isso para o fim das sessões, voltar aqui e ficar madrugada adentro.

Em relação a amanhã, não há contrariedade por parte da Oposição. Dizer que os ilícitos praticados não podem ser vistos por esta CPMI vai uma distância muito grande.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Sr. Marcelino Pies, notamos a dificuldade muito grande de dar continuidade a esses depoimentos, que foram aceitos por toda a Comissão. Fizemos uma votação e todos foram

aceitos. E há um desespero terrível do PT para que não ouçamos ninguém desde o depoimento do ex-Ministro Anderson Adauto e, agora, do Sr. Marcelino Pies. O depoimento de amanhã já foi adiado, devido a uma petição do advogado. Então, estamos notando um desespero enorme do Partido dos Trabalhadores para que não ouçamos mais ninguém.

O Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, fez uma relação de todos os sacadores e dos sacadores que retiraram grandes quantias. A nossa missão é saber sobre as quantias que o Marcos Valério, via Delúbio, via PT, via esquema do Governo Lula, distribuiu. O que fizeram com o dinheiro? Para onde foi o dinheiro? É para isso que estamos aqui.

Sr. Marcelino, quando é que o senhor falou a verdade? Porque, no dia 3 de agosto de 2005, o senhor falou outra coisa que não está aqui.

O SR. PRESIDENTE (João Correia. PMDB – AC) – Peço à Secretaria que faça a marcação do tempo, por favor.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor falou que, na campanha eleitoral de 2002 do PT, no Rio Grande do Sul, estava tudo devidamente aprovado. Aí diz: “Pelo que me consta, não existiram movimentações financeiras envolvendo as empresas do Sr. Marcos Valério, referentes ao diretório regional do Partido”. O senhor fala isso no item 3 da nota que o senhor mandou no dia 3 de agosto de 2005. Depois, no dia 11 de agosto de 2005, o senhor fez uma outra afirmação. O senhor disse que o PT gaúcho reconheceu ter recebido R\$1,050 milhão da empresa SMP&B, da qual o empresário Marcos Valério é sócio. Então, no dia 3 de agosto, o senhor mentiu. Isso é grave. Um homem que é formado em filosofia, que é estudioso, podia ser um padre, vem aqui e fala: “Não havia nenhum recurso envolvendo as empresas do Sr. Marcos Valério”. Agora, o senhor diz que recebeu.

Temos informações de que quem recebeu não foi o Sr. Trindade. O senhor falou que o Sr. Trindade foi buscar em dinheiro. Primeiro, quero saber como veio esse dinheiro. Veio em pacote?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – V. Exª fez duas perguntas. Responderei às duas de uma vez.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, não precisa responder a essas duas. Não tem como responder. Está aqui a informação do dia 3 de agosto e do dia 11 de agosto. O senhor assinou as duas. Está aqui: Marcelino Pies, Porto Alegre, 3 de agosto de 2005. O senhor disse que não tinha envolvimento com as empresas do Sr. Marcos Valério. Depois, no dia 11 de agosto, o senhor falou que tinha.

Então, vamos partir para a realidade, o senhor já confessou aqui. Isto aqui é uma confissão sua recente.

O senhor confessou. Eu recebi o documento. Então, vamos partir do pressuposto de que o senhor mentiu no passado e agora está falando uma parte da verdade, não sei se é toda a verdade. Vamos lá. Como vinham as parcelas em dinheiro vivo?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Antes de responder, quero fazer um esclarecimento sobre isso. No dia 3, emiti uma nota dizendo que eu ia fazer a verificação de toda a situação no que diz respeito a isso – há um parágrafo especialmente sobre isso na nota do dia 3 – e que, posteriormente, iríamos nos pronunciar sobre o tema de forma mais definitiva.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor me desculpe, Sr. Marcelino, o senhor não precisa se justificar. Quem faz uma nota dessa não quer falar a verdade. O senhor me desculpe, mas está ganhando tempo. Então, diz: “Pelo que me consta, não existiram movimentações financeiras envolvendo as empresas do Sr. Marcos Valério referentes ao diretório regional do Partido”. Quando o senhor foi buscar o dinheiro, o senhor já sabia que iria buscá-lo nas mãos do Sr. Marcos Valério.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – A mesma nota diz que nós iríamos...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Então, essa nota do dia 3 de agosto de 2005 é mentirosa. O senhor foi buscar o dinheiro lá atrás. Quando o senhor foi buscar o dinheiro? Foi de junho a julho de 2003. E a nota é de 2005. Quer dizer, por favor, não venha explicar o inexplicável. Pule essa parte. O senhor fez essa nota para ganhar tempo, para pensar no que iria falar. O senhor foi buscar o dinheiro. O senhor acabou de confessar que foi buscar dois cheques. Então, o senhor sabia que havia dinheiro do Marcos Valério na direção estadual do PT do Rio Grande do Sul. Depois, o senhor confessou.

Vou fazer de novo a pergunta. Tenho pouco tempo. Aqui, temos pouco tempo. Como vinha o dinheiro? Quero saber quem foi buscar o dinheiro. Não foi o Trindade. Consta o nome de um tal de Paulo Bassotto. Quem é Paulo Bassotto?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – O dinheiro pelo Partido foi buscado pelo Sr. Marcos Trindade, como declaro no meu documento e como ele próprio declarou publicamente no Rio Grande do Sul.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Na lista das pessoas autorizadas a sacar os recursos constam os nomes de Paulo Bassotto, Marcelino Pies, que é o senhor, e do advogado Jorge Garcia. É isso?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Perfeitamente.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E, de acordo com o PT – a lista autorizada a que me refi-

ro é a lista do Marcos Valério, é a lista do Delúbio –, o nome do Trindade não constava, porque o dinheiro foi pego em espécie. Essa é a informação que tenho aqui. O senhor fala que quem pegou o dinheiro foi só o Trindade?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Para o Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, sim. E os dois cheques que eu mesmo fui apanhar.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor foi buscar os dois cheques.

O Bassotto foi preso em São Paulo, no aeroporto de Congonhas?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – O Paulo Bassotto fez um trabalho para uma empresa do Rio Grande do Sul e, nessa oportunidade, ele foi preso no aeroporto de São Paulo.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E como é que o Trindade transportava esse dinheiro em espécie?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Ele transportava dinheiro em espécie em uma bolsa de viagem.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Em uma bolsa de viagem?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Perfeitamente.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ele viajava de avião? Como ele viajava?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – A primeira viagem ele fez de avião e as demais ele fez de ônibus.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ele fez uma viagem de avião com a mala dele e não foi pego no aeroporto, não é? E o outro foi pego com dinheiro na cueca e na mala. Ele teve sorte. E o senhor foi buscar os cheques.

O senhor fala em dívidas do diretório nacional. Tenho aqui uma fala da campanha de Tarso Genro de 2002. A campanha dele foi paga com dinheiro do Marcos Valério. A campanha do Tarso Genro. Tenho certeza de que o que está aqui escrito é verdade. Esse dinheiro foi pedido para o Delúbio, que o deu para pagar a campanha do Tarso Genro em 2004. É isso?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não, Deputada.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – A campanha do Tarso Genro foi em 2002 ou em 2004?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – O Sr. Tarso Genro foi nosso candidato a governador em 2002, no Estado do Rio Grande do Sul.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E foi esse que ficou faltando mais ou menos R\$500 mil, que o senhor falou agora há pouco?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Perfeitamente. Foi na campanha do Tarso que nós declaramos uma dívida de R\$550 mil.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor fala que pagou dívidas do diretório nacional. O que o diretório nacional tem de dívidas no diretório regional do PT do Rio Grande do Sul?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não são dívidas com o diretório regional do Rio Grande do Sul. Foram dívidas com materiais que foram elaborados pelo diretório nacional do PT no Rio Grande do Sul.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Mas o diretório nacional do PT faz material, no Rio Grande do Sul, para campanha presidencial. É nesse sentido, então.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não saberia lhe informar, Srª Deputada.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor não sabe quanto gasta o PT por mês, isso já é uma coisa grave! E agora o senhor não sabe que dívidas são essas do Diretório Nacional que foram pagas com o dinheiro do Marcos Valério.

O SR. PRESIDENTE (João Correia. PMDB – AC) – Deputada Zulaiê, seu tempo está-se acabando.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Meu tempo está acabando, eu sei!

Os honorários advocatícios do Sr. Aristides Junqueira, na defesa do Olívio Dutra, foram pagos com esse dinheiro?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Com o dinheiro do....

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Do Marcos Valério.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – O que foi destinado pelo PT Nacional para o Rio Grande do Sul?

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Isso.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não, senhora, Deputada.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Esse dinheiro não foi para pagar os honorários advocatícios do Aristides?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Agora, última pergunta: Paulo Bassotto é do PT?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Paulo Bassotto é filiado ao PT, no Município de Canoas.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Do Rio Grande do Sul?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Do Rio Grande do Sul.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Então está bom.

Só isso, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, só gostaria de pedir ao Sr. Relator que solicite à Delegacia da Polícia Federal em Congonhas a relação das pessoas que foram apreendidas com dinheiro, em 2003 e 2004, porque não é apenas esse caso Paulo Bassotto e nem o caso do dinheiro na cueca. Há outros casos em que houve apreensão de dinheiro no Aeroporto de Congonhas dos quais a Relatoria tem de tomar conhecimento.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Deputado, há uma praxe estabelecida pelo nosso Presidente de que os requerimentos devam ser apresentados por escrito, porque é necessário documentá-los.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não estou requerendo, estou sugerindo a V. Exª, como Relator, porque tenho essa informação.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Exª está sugerindo que eu requeira.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É, pois tenho esta informação de que o delegado da Polícia Federal do Aeroporto de Congonhas....

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu requeiro.

O SR. PRESIDENTE (João Correia. PMDB – AC) – Já está resolvido, a Deputada Zulaiê vai requerer, Deputado Arnaldo Faria.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O delegado da Polícia Federal do Aeroporto de Congonhas informou-me, esta semana, que houve outras apreensões em dinheiro, entre 2003 e 2004, e não é apenas o dinheiro da cueca e nem o dinheiro do Paulo Bassotto. Há mais dinheiro lá.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O requerimento de V. Exª é pertinente, constitui uma contribuição da maior importância, e apenas fiz a observação para que V. Exª tomasse ciência de uma deliberação da Presidência da Comissão. Mas a Deputada Zulaiê Cobra vai fazer o relatório, que está, de antemão, com o parecer favorável pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (João Correia. PMDB – AC) – Então, dando continuidade aos nossos trabalhos, chamamos o Senador Rodolpho Tourinho.

Em virtude da sua ausência, Deputado Paulo Baltazar. Também ausente. Então, com a palavra, o Deputado Moroni Torgan, por 10 minutos.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu estava olhando esse documento e achei algumas coisas interessantes. Já debati muito, no ple-

nário da Câmara, que esses cargos comissionados eram para dar dinheiro para o PT. E, agora, vejo, para minha satisfação, que o seu documento confirma isso. Onde o senhor diz “os agentes políticos comissionados efetuavam, mensalmente, contribuição com as finanças partidárias. Com a desocupação dos cargos da gestão estadual, a receita do diretório reduziu-se de forma drástica.”

Então isso mostra que aquilo que temos falado no plenário – e muitas vezes tem sido rebatido – era verdade, ou seja, usam, muitas vezes, cargos comissionados para aumentar o caixa do partido. Quer dizer, podem achar normal e tal, mas não rebatam ou, pelo menos, digam a verdade quando estivermos no plenário.

Quem era a Executiva Estadual nesse tempo?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Em 2003?

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – É.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Toda ela?

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Quantos membros eram?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Somos, ao todo, 21 membros na Executiva do PT.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O senhor lembra, assim, de cabeça?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Talvez os principais, sim. O David Stival era o nosso Presidente, Chico Vicente, Secretário-Geral, eu, Secretário de Finanças.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Os vice-presidentes eram quem?

Depois o senhor pode-me mandar.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – É porque o vice-presidente acaba não tendo uma atuação ligada.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Para não perdemos tempo, depois, o senhor me manda os nomes.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Podemos enviar. Não tem problema nenhum. Se for o caso, Relator, nós podemos encaminhar por escrito.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Eu só quero saber o seguinte: tudo o que vocês fizeram foi com o conhecimento da Executiva?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Na verdade, aprovamos o planejamento que desenvolvemos no Rio Grande do Sul na Executiva do PT. Essa forma de pagarmos as despesas era do meu conhecimento e do conhecimento do Presidente do Partido.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Só seu e do Presidente?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Exatamente.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Então, os senhores esconderam isso da Executiva?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – A Executiva sabia que vinham recursos do Diretório Nacional do PT.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Mas para esses recursos irem para o Delúbio, os senhores falaram com o Presidente nacional, não é?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não diretamente sobre isso. Fizemos uma reunião, se não me engano, em março de 2003, da Executiva Estadual do PT, não da Executiva Nacional, mas com uma representação nossa, como se diz, no caso, eu e o nosso Presidente. Também por parte do Diretório Nacional estavam o Genoíno e o Sr. Delúbio Soares. Na ocasião, colocamos a situação que o Partido estava...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Eu li o documento. Estou com ele na mão.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Então está bem.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Eu queria entender por que o senhor precisava trazer os cheques. Por que a SMP&B simplesmente não depositou esses dois cheques na conta? Hoje em dia, está tudo informatizado. Por que os cheques não foram depositados?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não saberia dizer. Na verdade, foi-me solicitado fazer esse pagamento por parte do...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Não seria muito mais tranquilo depositar na conta? Hoje em dia, se você está em um banco no Acre, pode depositar na conta da empresa com a maior facilidade. Não estou entendendo por que lhe deram o cheque na mão para pagar essas duas gráficas. Qual a explicação que lhe deram? Sendo Secretário Financeiro, o senhor mesmo diria: por que vocês não depositam na conta da gráfica? Para que eu vou andar com esses cheques para lá e para cá?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Na verdade, a situação foi a seguinte, Sr. Deputado: eu me reuni com o Sr. Delúbio Soares, que me pediu para buscarmos R\$200 mil em Belo Horizonte, a pedido do Diretório Nacional. Era a primeira parcela que o Diretório Nacional estava nos ajudando para pagar dívidas do PT nacional; o restante seria para nós usarmos no Diretório Regional.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Mas não deu para entender por que ele lhe deu dois cheques se ele podia simplesmente depositar na conta das gráficas.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Pois é, poderia, de fato.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Fazia um DOC com a maior facilidade. Sr. Relator, se ele deu um cheque para pagar as gráficas, por que ele não pagou as gráficas? O senhor pagou as gráficas com cheque ou com dinheiro?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Com cheque.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O senhor pagou as gráficas com os cheques?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Com os dois cheques.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – E elas depositaram o cheque na conta delas?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Perfeitamente, Sr. Deputado.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Ou elas resgataram ao portador?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Pelas informações que tenho, que inclusive vieram a público agora, esses dois cheques foram nominais e, pelo que me consta, foram depositados na conta deles.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Então, não dá para entender por que lhe repassaram esse dinheiro. O senhor entendeu?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Na verdade, tinha um montante de R\$200 mil para nós. Acabei, enfim, levando dois... Enfim, acabou sendo dessa forma. Cheguei lá, os cheques estavam preparados, acabei levando-os para fazermos esse pagamento, a pedido do Sr. Delúbio Soares, no Rio Grande do Sul.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Quer dizer que o senhor pegou R\$200 mil e mais R\$150 mil em cheques?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não, Sr. Deputado.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Ou pegou R\$150 mil em cheques e mais R\$50 mil.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Eu peguei R\$50 mil...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Em dinheiro?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não. R\$150 mil em cheques, e não levei nada em espécie. Ficaram R\$50 mil para serem, enfim, pegos por nós na semana subsequente.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Na semana subsequente?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Perfeitamente.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O senhor diz aqui que os valores entregues em espécie foram

utilizados para o pagamento de despesas aprovadas pela direção partidária. Quer dizer, que não foram apenas o senhor e o Presidente. Toda a direção partidária sabia disso.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – O planejamento das atividades foi aprovado pela Executiva do PT. Mas, no cotidiano da administração dos recursos, quem acabou fazendo isso foi o Secretário de Finanças e o Presidente do Partido.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sim, mas o senhor não faria isso na marra, cometer um delito sem conversar com o pessoal. De qualquer forma, um delito foi cometido, porque o senhor mesmo escreve em seu documento: “Atendendo a determinação do Secretário Nacional de Finanças e Planejamento tais recursos não constaram na prestação de contas”. Mais adiante, o senhor deixa mais claro ainda: “Também é preciso esclarecer que as remessas de recursos não eram realizadas pela rede bancária diretamente para a conta do PT por orientação do Secretário nacional e de que o diretório desconhecia a origem dos recursos encaminhados pelo Sr. Delúbio”. Então, o senhor mostra que falou para o diretório: “Olhe, mandaram-me, mas não posso colocar na conta do PT. Eu vou pagar, mas sem registrar nada eleitoralmente, nem no Tribunal Regional Eleitoral”. Isso quem está dizendo é o senhor ou seu advogado, não sou eu.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Sr. Deputado, o que posso afirmar aqui é o fato da forma que aconteceu e da forma que está escrito aqui, é que o planejamento, as atividades que desenvolvemos durante 2003, foi aprovado pela Executiva Estadual do PT. Os recursos não contabilizados que nós usamos – e já declarei tanto por escrito quanto hoje aqui –, a Executiva Estadual do PT não tinha conhecimento disso no seu todo. Quem tinha conhecimento disso foi o Secretário de Finanças e o Presidente do Partido.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – A partir do momento em que o senhor não colocasse na conta do PT e pagasse a conta, como a Executiva não saberia disso? Ela sabia que tinha dívidas, ela sabia que o senhor pagou e viu que na prestação de contas que o senhor mandou para a Justiça eleitoral não tinha nada disso. Então, ela sabia que foi pago de uma maneira diferente daquela que seria registrada normalmente. Não é isso?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não. Nós trabalhamos lá exatamente da forma que estou dizendo para o Sr. Deputado.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sei que o senhor quer assumir sozinho o negócio – acho que é mal de secretário financeiro –, mas é totalmente inconcebível. Nem o povo consegue acreditar nisso. Por

exemplo, porque o senhor aceitou receber dinheiro em espécie, sabendo que era ilegal? Como Secretário Financeiro, o senhor sabe que é ilegal. Por que aceitou isso? Já era uma prática comum no Partido? Vocês já tinham recebido algumas vezes dinheiro dessa forma? É isso?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não, Sr. Deputado. Foi a primeira vez que trabalhamos...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Por que quando ele veio com essa proposta indecente, o senhor não disse: “Olha, meu amigo, assim não dá. No Rio Grande do Sul, não é assim. No Rio Grande do Sul, se quer mandar o dinheiro, manda para o nosso caixa do Partido. Se a origem é empréstimo ou coisa parecida, é tudo legal, manda para o caixa do Partido, manda tudo direitinho”. Por que não pulou quando fez isso?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Acho que foi um grande erro que cometi de não ter feito exatamente como V. Exª está dizendo. Eu deveria ter procedido exatamente da forma como V. Exª está dizendo. Eu deveria ter agido enquanto um secretário de finanças com mais correção no que diz respeito à questão dos recursos não contabilizados.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Obrigado, Deputado Moroni Torgan.

O próximo orador...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel) – Sr. Presidente, um momento, por favor. O Deputado Moroni Torgan insistiu em um ponto que me parece importante deixar registrado de maneira clara.

Sr. Marcelino Pies, na declaração que o senhor apresentou a esta Comissão, há o esclarecimento de que os recursos transferidos ao PT do Rio Grande do Sul não eram realizados pela rede bancária por orientação do Secretário Nacional de Finanças. Isto é, o Sr. Delúbio Soares – quando o senhor fala em secretário nacional de finanças trata-se do Sr. Delúbio Soares – determinou que a remessa de recursos para o seu diretório não passasse pela rede bancária.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Na verdade, nas nossas conversas, ele colocou que a melhor forma seria pegarmos o dinheiro em espécie.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel) – Quero chamar atenção da Comissão para esse fato singular. Com um sistema bancário de extrema rapidez como o nosso, uma remessa de recursos financeiros para o Rio Grande do Sul, que poderia ser feita em poucos segundos, obrigava a pessoa a ir de Porto Alegre a Belo Horizonte, receber em espécie e levar na sua bagagem para Belo Horizonte, correndo inclusive o

risco de apreensão. Isso não deixa de caracterizar a clandestinidade da negociação feita.

O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG) – O próximo inscrito é o Deputado Júlio Redecker, que tem a palavra.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Caro Presidente, Relator, Srªs. e Srs. Deputados, depoente, o senhor é professor de Ética, pelo menos foi qualificado como tal aqui.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não, Sr. Deputado.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor dá aula?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não, hoje não. Já dei aula...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Deu aula de qual matéria?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Dei aula por pouco tempo...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – De quê?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Foi de Filosofia do Brasil.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Filosofia do Brasil.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – E Filosofia da História, durante apenas dois anos, no ano em que eu ainda morava em Passo Fundo.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Está bem.

Temos aqui vários documentos. Primeiro, uma entrevista do Presidente do Partido, seu colega e amigo, Davi Estival, em que dizia: “Quero que me corte o pescoço se entrou um pila. É um absurdo esse valor ter passado pelo Rio Grande do Sul. Quero ver como ela, Simone Vasconcelos, vai provar. Eu faço uma acareação com ela”. Posteriormente, Davi Estival, seu amigo, emite, por incrível que pareça, três versões que o jornal **Zero Hora** do dia 12 de agosto relata para nós, as três versões do PT. A primeira diz que nunca receberam dinheiro, a segunda foi de que o Partido recebeu apenas 150 mil e a terceira conhecida, que o senhor está contando aqui. Quer dizer, mentira em cima de mentira, tem gente sem pescoço lá no Rio Grande do Sul. Ainda bem que o senhor não disse que ia perder o pescoço, cortar o pescoço. O senhor deve ser um homem de palavra, um homem ético, o senhor já estaria sem pescoço se tivesse dito isso.

Segundo, uma coisa que me chama a atenção é que o recibo assinado de 200 mil que Paulo Bassotto buscou quando foi preso... E é pertinente saber quem foi preso, quando, como e por que esse caso foi abafado, quando o Rio Grande do Sul tem quatro Ministros

gaúchos do PT. E aí, numa entrevista ao **Zero Hora**, Paulo Antônio Bassotto diz: “Foi meu maior erro”. “Foi mera casualidade o seu encontro junto com o Marcos Trindade, que não estava autorizado a receber?”. “Não. Fomos juntos porque tínhamos missões semelhantes. Embora eu estivesse trabalhando para a gráfica, foi minha primeira e última viagem do tipo. Ele deu sorte e eu dei azar. Minha vida virou um inferno depois disso. Não consigo esquecer a prisão.”

O senhor diz que os 50 mil que um pegou, esse dinheiro era para o PT. Os outros 150, que Paulo Bassotto pegou, não eram para o PT?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Eram para uma empresa do Rio Grande do Sul.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O Bassotto era funcionário do PT à época?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não, Sr. Deputado.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Bom, aqui está uma contradição, porque o Bassotto deu uma declaração: “Revelei que era funcionário do PT estadual no momento da prisão. Não menti. Estava de aviso-prévio, mas ainda era funcionário”. Quer dizer, o senhor não sabia que ele ainda era funcionário, nas próprias declarações dele; ou seja, o senhor não sabe que ele era funcionário seu porque o senhor alegou agora que ele não era funcionário.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não, ele estava de aviso-prévio quando foi...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Mas era funcionário, estava cumprindo aviso-prévio...

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Sim, mas já não...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – A legislação trabalhista diz isso.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Sim, mas ele já não trabalhava mais na sede do Partido quando...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Não, ele estava de aviso-prévio, mas ele era funcionário, e como qual foi tratado, tanto que o advogado que o defendeu era advogado do Partido, que era o Sr. Jorge.

O senhor diz também que, atendendo a determinação do Secretário Nacional de Finanças e Planejamento, tais recursos não contam na prestação de contas feita na Justiça Eleitoral. Quer dizer, o senhor sabia que esse dinheiro era ilegal porque o senhor tinha recebido a orientação de não fazer a prestação de contas?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Sr. Deputado, nós pegamos esse dinheiro do Diretório Nacional do PT, nas negociações que eu fiz com o Delúbio Soares, e inclusive nós... Enfim, eu me lem-

bro de que pelo menos por mais de uma oportunidade conversei com o Sr. Delúbio para ver a forma como poderíamos regularizar essa situação, o que acabou efetivamente não...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Não acontecendo.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – ...acontecendo e que na verdade foi a origem, eu diria assim, desse problema que nós estamos enfrentando aqui.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Tudo bem. Isso já ouvimos.

Agora, o Bassotto não tem nada a ver, mas ele assina conjuntamente o recibo dos 50 mil para o Sr. Trindade, e aqui está a cópia do recibo. É verdade isso? O senhor sabe disso?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Da cópia...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Quem assinou o recibo de 200 mil naquele dia em que 50 mil trouxe o Trindade, os outros 150 mil trouxe o Bassotto, foi o Bassotto. Isso o senhor sabe?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Sr. Deputado, sei, sim, que o Paulo Bassotto assinou um recibo...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sabe. Só isso que eu quero saber, o senhor sabe. O Bassotto diz que são missões semelhantes. Esse dinheiro que o Bassotto foi buscar era para pagar despesas de gráfica do PT?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não, Sr. Deputado.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Não era. Mas eram missões semelhantes. Assinou recibo em nome do PT. Era funcionário do PT, mas o dinheiro não era para o PT, é isso que o senhor está afirmando? Só sim ou não.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Preciso explicar. O Sr. Paulo Bassotto foi a serviço de uma empresa do Rio Grande do Sul.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Só que ele assinou o recibo em nome dos R\$50 mil do PT também, e era funcionário do PT, o que legitima para nós que esse dinheiro também era para o PT. Outra coisa que está muito clara para todos nós: o senhor diz também que foi usada uma forte intervenção partidária no Terceiro Fórum Social Mundial, realizado em 2003, em Porto Alegre. O senhor afirma que o dinheiro não foi para a campanha política?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não, Sr. Deputado.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Não foi para a campanha do Lula, para a campanha do

Tarso, não foi para a campanha dos Prefeitos. O senhor afirma isso?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Afirmando, Sr. Deputado.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Mas foi para uma forte intervenção partidária no Fórum Social Mundial, realizado em janeiro de 2003, em Porto Alegre? Isso foi?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Isso foi.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor afirma isso? O senhor também diz, aqui neste documento que subscreve, juntamente com seu advogado, que o Partido, após discriminar os pagamentos efetuados e as despesas contraídas pelo Diretório Nacional e pelo Diretório Estadual, encaminhará os relatórios tanto a esta Comissão Parlamentar de Inquérito quanto à Justiça Eleitoral e à Polícia Federal. O senhor já encaminhou esses documentos, toda a prestação de contas, para a Comissão?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Ainda não conseguimos concluir esse trabalho. Estamos trabalhando, e vamos fazer isso o mais breve possível.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor se lembra da nota que distribuiu, no dia 13 de agosto, no Rio Grande do Sul, em que diz: “No início de 2003, quando estava interinamente exercendo a função de Secretário de Finanças, fui designado pela Direção Estadual do PT-RS para buscar, junto à Direção Nacional, recursos para a quitação das dívidas do Partido”. O senhor já tinha feito essas dívidas com o Fórum Social Mundial, no dia 3 de agosto. O senhor foi buscar dinheiro para pagar as dívidas do Partido?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Eu fui buscar dinheiro para pagar dívidas do Partido e para desenvolver projetos que foram...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Do Partido?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Do Partido.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Com isso, vemos aqui que várias pessoas, o Bassotto, o senhor e o Trindade, foram buscar dinheiro. Alguém mais buscou dinheiro para o PT do Rio Grande do Sul?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não, Sr. Deputado.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Só vocês buscaram dinheiro para o PT do Rio Grande do Sul?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Só eu e o Sr. Marcos Trindade.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor sabe que corre alguns riscos em seu partido. Pri-

meiro, o senhor nega que foi utilizado para campanha eleitoral. Então, não há crime eleitoral em campanha, também não há declaração retificadora dos valores de campanha porque uma coisa contradiz suas palavras. O Secretário de Finanças do PT, no **Correio do Povo**, no dia 13 de agosto, diz: “O Secretário de Finanças do PT, Cristian Silva, não soube explicar a doação de 1,2 milhões. Argumenta que as movimentações financeiras do Partido estão relacionadas à prestação de contas, encaminhadas à Justiça Eleitoral. Em relação às dívidas, Silva garantiu que ainda não foram pagos 300 mil de campanha de 2002. Segundo documentos do Tribunal Regional, além da campanha não aparecer como devedora, o Diretório Estadual também não declarou nenhum débito, disse que havia sobrado 20 mil”. Quer dizer, sobraram 20 mil ou 300 mil de conta. O que aconteceu?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Na verdade, se o senhor olhar a legislação eleitoral de 2002, e fomos atrás disso exatamente porque surgiu esta matéria, na legislação eleitoral de 2002, os Comitês Financeiros Eleitorais não poderiam assumir as dívidas que restariam de campanhas, e as dívidas deveriam ser assumidas pelos partidos políticos. Se de algum outro candidato sobraram dívidas de campanha, elas foram assumidas pelo Partido. Por isso nós assumimos as dívidas de campanha enquanto partido.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Mas houve a prestação dessas contas à Justiça Eleitoral até agora?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Do quê?

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Dessas dívidas que ficaram.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – É claro que sim.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Houve a declaração retificadora ao Tribunal Regional Eleitoral?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Deixe-me explicar, Sr. Deputado. É que não precisou fazer uma retificação disso porque isso consta da prestação de contas do Partido, em 2002.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – A dívida também?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Exatamente.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Dos R\$300 mil?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não dos R\$300 mil.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Mas diz aqui que foi um superávit de R\$21 mil.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Quero explicar que são coisas distintas. Uma coisa é a prestação de contas da campanha eleitoral que, na legislação de 2002, diferente da de 2004...

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – Entendi, eu sei. Entendo o que o senhor quer dizer. Quero dizer ainda mais uma coisa e o meu tempo é curto, por isso temos de correr.

O senhor afirmou aqui que não há dinheiro para a campanha eleitoral nos valores repassados por Marcos Valério. Isso é verdadeiro?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Sim, Sr. Deputado.

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – Mas foi dinheiro utilizado para o Partido, para o fórum social, para promoção partidária.

Sr. Presidente, segundo os arts. 9º e 14 do Código Tributário Nacional, é necessário que as entidades imunes mantenham escrituração contábil em dia. Isso abrange partidos políticos. E isso acontecendo, o art. 32 da Lei nº 9.430 determina a suspensão da imunidade tributária do partido político, em razão do que requeiro seja oficiada a Secretária da Receita Federal para as providências cabíveis.

Quanto ao Sr. Marcelino Pies, os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137 incluem ele no crime contra a ordem tributária, porque pegou dinheiro de origem não esclarecida, dinheiro de caixa dois, dinheiro não declarado, para o que há a cominação de dois a seis anos de prisão. E também o art. 1º, incisos V, VI e VII, crime de lavagem de dinheiro decorrente de crimes contra a Administração Pública e contra o Sistema Financeiro Nacional, praticados em organização criminosa, que tem pena de três a dez anos.

Por que isso, Sr. Presidente? Porque, na realidade, pelas palavras do depoente, esses são os crimes em curso, porque não configura crime eleitoral, o dinheiro não foi usado para a campanha eleitoral, segundo suas próprias palavras, mas sim para o Partido promover outras atividades, com dinheiro ilícito, cuja origem o senhor sabia ser ilícita.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG) – V. Exª sabe que os requerimentos precisam ser escritos. V. Exª terá oportunidade de fazê-los.

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – Faremos todos.

O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG) – O próximo Senador escrito é a Senadora Ana Júlia, que está ausente.

Tem a palavra o Deputado João Correia.

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu me reinscrevo, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, não sei se temos algum Senador aqui nos honrando com sua presença, não tenho muito a perguntar ao Sr. Marcelino Pies, exceto algumas considerações que gostaria de fazer.

O Brasil inteiro sabe que o Rio Grande do Sul foi uma espécie de laboratório para o PT nacional e isso se expressava bastante claramente na performance dos gaúchos que compunham o Ministério do Presidente Lula. Depois, em 2002, o Partido dos Trabalhadores perdeu a eleição para o Governo. E todo o enraizamento obviamente que o Partido tinha e toda perspectiva de financiamento que ele também podia exibir passou a ser fragilizada por conta da perda substantiva de um governo estadual.

A primeira pergunta que quero fazer é a seguinte: houve ajuda além da de Marcos Valério pela via transversa do Delúbio Soares, de alguns dos ministérios ocupados por petistas gaúchos? Houve ajuda material, financeira?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não, Sr. Deputado.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Não houve ajuda alguma?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não, senhor.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Apenas o Partido dos Trabalhadores, no Rio Grande do Sul, sobreviveu com a arrecadação, com suas campanhas de finanças e, depois, com recursos do Sr. Marcos Valério, por meio do Sr. Delúbio Soares. É isso, não é?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Só para explicar, o Estatuto do PT – não sei como são os estatutos de outros partidos – determina que... O Deputado também já havia levantando essa questão, e está escrito no nosso Estatuto sobre a contribuição dos cargos comissionados pelo nosso Partido. Então, não é de fato nenhuma novidade, eu diria. O que diz o Estatuto do PT? Os cargos comissionados, em nível municipal, contribuem com a instância municipal. Os comissionados, CCs, filiados ao PT – é importante deixar claro isso – que ocupam cargos em Governos Estaduais ou na Bancada Estadual, eles contribuem com o Partido em nível estadual. Por sua vez, os CCs filiados ao PT que ocupam cargos no Governo Estadual, pelo nosso estatuto, devem contribuir com as finanças do Partido em nível nacional mesmo que, como o senhor referiu, se tenha Ministros do Rio Grande do Sul, esses Ministros, a sua contribuição estatutária é feita para o Diretório Nacional do PT. E o Diretório Nacional do PT, a rigor, não repassa nenhum tipo de recursos provenientes dessa arrecadação junto aos CCs do Governo Federal para os Estados. É dessa forma que se

procede, diferente, por exemplo, dos Municípios, que contribuem com uma parcela pequena para o diretório estadual, e também, por sua vez, o diretório estadual, que contribui com uma parcela pequena dessas arrecadações com o Diretório Nacional do PT. Então, é isso que diz, literalmente, o estatuto partidário e é assim que nós temos trabalhado.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – O que é bastante analógico com quase todos os estatutos, exceto pelo fato de que o Supremo Tribunal Federal, parece-me, teve uma decisão no sentido de proibir, digamos assim, uma certa sanha arrecadadora com a utilização de cargos, às vezes, alguns até confundidos cargos de Estado por cargos de Governo. Houve um certo revés nesse aspecto, nessa busca, nessa sanha arrecadadora do PT no plano federal, em nível federal.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Inclusive, nós tínhamos, em uma oportunidade, numas conversas que eu fiz com o Delúbio, até pela situação que nós estávamos no Rio Grande do Sul, eu tinha sugerido a ele que os cargos comissionados do PT do Rio Grande do Sul que trabalhassem no Governo Lula, enfim, que, pelo menos, essa parte dos recursos pudesse ser repassada para o diretório regional, que acabou, efetivamente, não acontecendo porque, segundo Delúbio Soares, isso criaria um precedente em relação, inclusive, a outros Estados, que pediriam a mesma situação, enfim, criaria, de fato, algum problema para o Diretório Nacional esse tipo de situação.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Bom, a segunda questão que eu queria colocar para o senhor é: diante do fato de que Ministérios vinculados ao PT ou titularizados pelo PT do Rio Grande do Sul não tinham mecanismos de colaboração, de amparo ou de ajuda, eu queria perguntar ao senhor se, de fato, os recursos utilizados pelo Valerioduto, que eram recursos ilegais, que eram recursos cuja origem está no crime, se o senhor conhecia essa ilegalidade, essa criminalização desses recursos quando fez, muito sabiamente, como disse o Deputado Fernando Coruja, pela nova instrução do advogado, quer dizer, os recursos que são legais, que são legítimos, que são defensáveis, eu coloco para o pagamento. O senhor colocou para o pagamento das contas naturais e corretas do PT. Os recursos de origem ilícita, sem origem comprovada, então, o senhor direcionou para o Fórum Social Mundial, o senhor direcionou para várias atividades de organização partidária, no interior, campanhas de filiação, etc., etc., etc. Então, o senhor sabia, exatamente, da ilicitude clara que era estranho, que não era usual, que não era normal se pegar dinheiro em espécie em maleta, em bolsa e transportar, o senhor

tinha essa clareza como um fino homem que estudou a Ética à Nicômaco, do Aristóteles, e tudo, o senhor tinha essa noção?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não, Sr. Deputado. Na verdade, isso eu queria deixar muito claro nesta Comissão, porque acho importante. Nós sempre fizemos essa relação e para nós isso sempre foi tratado como recursos do PT Nacional de ajuda ao diretório regional do Rio Grande do Sul.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Esses recursos do Marcos Valério?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Exatamente. Essa foi, porque toda a negociação desses recursos nós fizemos com o Diretório Nacional do PT, com o Delúbio Soares.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Então, o senhor foi muito competente, porque o senhor não quis arriscar em pagar contas legítimas com esses recursos...

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Inclusive, por mais de uma...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – ...para exatamente não mergulhar o Partido no Rio Grande do Sul, o PT no Rio Grande do Sul, em um lamaçal sem tamanho e fim, como está aí, porque, se não havia diferença – o senhor há de convir comigo – entre os recursos arrecadados normalmente e esses recursos do valerioduto, como o senhor acabou de dizer, então, o senhor teve um *insight* extraordinário para exatamente pagar o legítimo com o dinheiro legítimo, e para diluir em ações que não são muito tangíveis e mensuráveis esses recursos do valerioduto, não é?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – É, na verdade, nas conversas que fizemos com a Direção Nacional, com o Sr. Delúbio Soares, eles tinham implementado nacionalmente, isso até foi público, um conjunto de programas para os Estados desenvolverem. Nós até deixamos claro, enfim, em uma das oportunidades, que, em função dessa situação financeira que o PT do Rio Grande do Sul está vivendo, que eu descrevi no documento que deixei aqui na CPI, de forma muito sucinta, mas eu poderia até me alongar, se fosse o caso, nós só poderemos implementar esses projetos lá se efetivamente tivesse um aporte de recursos financeiros por parte do Diretório Nacional. Então, de fato, foi assim que nós procedemos lá no Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – O senhor frequenta muito com regularidade a bela Manaus, no Estado do Amazonas?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Infelizmente, não conheço lá, Sr. Deputado.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – O senhor não conhece, então, Manaus?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não, não conheço lá.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Está perdendo muita coisa, viu, pois é uma das melhores cidades deste país. Há uma chamada de Manaus para o seu telefone, 9999-0826, originada pela *Skymaster Lines Ltda.* Essa empresa vem a ser investigada na CPMI dos Correios e ela tem uma vinculação muito estreita com uma criatura que se tornou famosa até por uma marca de carro, o Sr. Sílvio Pereira, que alguns o consideram *Sílvio Land Rover*. O senhor tem alguma vinculação com isso? O senhor teve algum contato? A *Skymaster*, só para concluir Presidente, amparou? Ela não poderia ser uma fonte alternativa? Enfim, o senhor tem conhecimento dessa ligação?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não, nunca. Para mim...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – É novo?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – É completamente novo. Eu nunca tive nenhum contato, enfim.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Vou passar a V. Ex^a, por meio da Presidência, então, esse contato.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Perfeito.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – OK, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG) – O próximo Deputado é o Deputado Luiz Couto. Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, há muitas pessoas que falam de caixa 2, de caixa 3. Agora, para eles, era um caixão mesmo; era o caixão de Daniel Dantas, de Cristiano Paes, do Sr. Parro. O valerioduto tem a sua origem na academia de corrupção do PSDB. Era o caixão da pasta rosa, do Fundacentro, do Cláudio Mourão, do Ricardo Sérgio. E isso é tão claro que o próprio José Eduardo Vieira, em um depoimento prestado ao Ministério Público, confirma que houve um caixa 2 durante a campanha do Sr. FHC. O Roberto Jefferson informou que recebeu dinheiro de caixa 2, enfim, demonstrando efetivamente que é um caixão que eles não querem revelar.

Mas pergunto ao Marcelino o seguinte: vocês tiveram uma reunião depois que vocês, quer dizer, houve uma diminuição na arrecadação no Diretório Regional do Rio Grande do Sul, em decorrência de que muitas pessoas ocupavam cargos comissionados, e vocês ficaram com problemas para a manutenção da própria

estrutura e para os programas que o Partido realiza. Pergunto: vocês chegaram a admitir funcionários em decorrência dessa situação?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Sr. Deputado, nos tivemos, em função dessa situação que se criou nós tivemos que demitir sim. Se não me engano foram em torno de – eu não me lembro de cabeça –, eu diria que, entre dirigentes que estavam profissionalizados pelo Partido, que nós diminuimos 4 dirigentes profissionalizados e, do final de 2002 até julho, agosto, setembro de 2003, quando terminamos o enxugamento, creio que chegou perto de 20 pessoas que foram – que nós chamamos – desprofissionalizadas; alguns dirigentes. E também demitimos um conjunto de funcionários exatamente para, minimamente, equilibrarmos as receitas e as despesas do Partido e, no mínimo, ir pagando as dívidas de campanha que ficaram nesse período.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Quando foi combinada essa conversa de que essa situação seria colocada para a Direção Nacional, o Delúbio telefonou dizendo que vocês deveriam ir a Belo Horizonte. Foi a única vez que o senhor fez esse intercâmbio com a SMP&B?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não. Na verdade, funcionava da seguinte forma...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Nós fizemos primeiro uma reunião, que eu chamaria de uma reunião mais política, enfim...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Inclusive, com a presença dos presidentes. E nós colocamos a situação...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Claro!

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – ...do PT do Rio Grande do Sul. Discutimos o conjunto de questões.

Inclusive, nessa reunião foi acordado que, enfim... evidentemente, a Direção Nacional também colocou que tinha um conjunto de dificuldades, mas que, na medida do possível, eles poderiam vir a nos ajudar...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – ...e ficou o Delúbio Soares...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas o que eu quero saber é o seguinte: você, pessoalmente, esteve uma vez em Belo Horizonte.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Pessoalmente, eu estive uma vez em Belo Horizonte.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Mas todas as tratativas do repasse do dinheiro para o Distrito Regional do Rio Grande do Sul...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Era feito por você?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Era feito primeiro com o Delúbio Soares. O Delúbio fazia com as empresas...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E comunicava a vocês...

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – ... e me comunicava que nós poderíamos acessar os recursos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Mas nas outras vezes não foi você que pegou, mas outra pessoa foi em nome do Partido.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Em meu nome, em nome do Partido pegar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem pegava isso aqui?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – O nome dessa pessoa é Marcos Trindade.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Aparece o nome de uma pessoa aqui na relação que Marcos Valério apresentou: Jorge. Tem alguma pessoa de nome Jorge?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Sim. Na verdade se chama... O Jorge é um advogado do Rio Grande do Sul, que foi constituído pelo empresário e pelo Paulo Bassotto para tratar, primeiro, da liberação do Paulo, quando ele foi detido no aeroporto em São Paulo e, depois, também para tratar da questão da liberação dos recursos, que acabou acontecendo... da liberação dos recursos, enfim, que foram liberados a partir da comprovação de que esse dinheiro era para uma empresa. Enfim, a partir de um conjunto de materiais que essa empresa produziu para as empresas do Sr. Marcos Valério.

Então, esse Jorge está nessa lista em função dessa situação.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

Nesse pagamento da Impressul Serviços Gráficos e Editora e da Gráfica e Editora Comunicação, você pegou dois cheques que deveriam ser entregues para essas duas empresas?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Perfeitamente, Sr. Deputado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – No valor de...

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Setenta e cinco mil cada um dos cheques.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Cada um, para pagamento de serviços que elas teriam realizado.

Uma outra questão que eu queria saber é sobre essa diferença. O Marcos Valério disse que foram repassados R\$1,2 milhão; você disse que apenas passou sob o seu crivo R\$1,050 milhão. Quando esse dinheiro chegava, já tinha um destino, que era para uma atividade que estaria sendo programada ou para pagamento de serviços que tinham sido realizados. É isso?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Perfeitamente, Sr. Deputado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, estou satisfeito com as respostas dadas pelo Sr. Marcelino.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG) – Muito obrigado, Deputado Luiz Couto.

O próximo orador é o Deputado Daniel Almeida. (Pausa.)

Ausente.

Deputado José Carlos Araújo. (Pausa.)

Ausente.

Deputado Eduardo Valverde, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – O Marcelino, como dirigente partidário, talvez tenha participado de diversas campanhas no Rio Grande do Sul. O senhor sabe quanto gastou, na campanha de 2002, o candidato que venceu as eleições, o Sr. Rigotto?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não sei precisamente, mas em torno de R\$5 milhões.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – E o volume de campanha do Sr. Rigotto foi igual ao que fizemos lá: carros na rua, pessoas na rua distribuindo santinhos, comícios, showmícios. Foi similar ao que foi feito pelo candidato Olívio Dutra?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Candidato Tarso Genro.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Desculpe-me, pelo candidato Tarso Genro.

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Eu diria que ela foi ligeiramente superior à campanha que fizemos no Rio Grande do Sul.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – R\$5 milhões, não é? Qual foi o gasto da coligação do Tarso Genro, na qual o PT era o principal partido?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Eu não trouxe por escrito, mas creio que foi em torno de R\$4,6 milhões e mais R\$550 mil de dívidas que o Partido acabou assumindo. Eu diria que chegou aos R\$5 milhões entre o que prestamos conta e...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – O Partido saiu com dívida dessa campanha?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – O Partido saiu com R\$550 mil de dívidas dessa campanha.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Eu fiz essa pergunta, Sr. Marcelino, para colocar duas campanhas feitas com gastos similares e com volume de campanha similares. Será que só nós saímos com dívida dessa campanha? Será que também o candidato vencedor das eleições não saiu com dívida? É uma pergunta que deixo no ar.

A participação do Grupo Chiroque nas campanhas no Rio Grande do Sul é muito forte. O Grupo Chiroque é um grupo de comunicação, que tem TV e jornal. Ele se envolve nas campanhas? Aparece muito nos jornais do Grupo Chiroque personagens que hoje estão do outro lado?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não. Eu diria que, durante o processo eleitoral, pela própria legislação, acaba-se tendo um comportamento equânime em relação às candidaturas.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – E antes da campanha, fora do período eleitoral?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Eu diria que teve períodos em que houve intencionalidades maiores do que ocorreu na última eleição.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Quer dizer que sempre tendeu para um lado? Isso pode parecer também que seja uma ajuda de campanha. Se alguém é pré-candidato, se ele aparece mais no jornal, evidentemente é uma ajuda. Essa ajuda, em regra, não é contabilizada. A presença na mídia interessada não entra em contabilidade de nenhum partido, de nenhum candidato ou pré-candidato. Quando eu fiz aquela indagação ao Sr. Relator era para perguntar-lhe o objeto da nossa investigação. O que motivou esta CPMI foi a compra de votos. Eu pergunto ao companheiro: esses recursos que o senhor recebeu do Sr. Marcos Valério eram para comprar votos de algum Deputado, da bancada da Situação?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – Não, Sr. Deputado. **Todo esse dinheiro foi gasto pelo Partido nas atividades do Partido.**

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Perfeito. Essa era a resposta que gostaríamos de ouvir.

No entanto, toda a linha de indagação foi no sentido que eu iniciiei as minhas perguntas: quem financiou quem? Quem pagou a conta de quem?

Estamos vendo uma bateria de indagações seguindo somente um viés dessa investigação. Mas há um viés muito mais obscuro, que não está sendo indagado. Então, vou perguntar... Talvez ele não saiba, mas os que estão aqui perguntando já sabem a resposta, até porque tiveram, em algum momento das campanhas, comportamentos similares. Não quero dizer que o comportamento que adotamos seja correto. Já nos penitenciamos, estamos fazendo uma cam-

panha nacional para recuperar esse dinheiro e pagar essa dívida, que até então o que temos investigado foi fruto de empréstimo bancário, não há evidência de que esses recursos saíram de qualquer tipo de ilicitude. Talvez, a forma de fazer esse pagamento não tenha sido anormal, embora transportar dinheiro em mala não seja ilegal pelas leis brasileiras, mas não é prudente fazê-lo. Certo?

Vemos que no Rio Grande do Sul as principais empresas, como no caso de São Paulo, apóiam essas campanhas. E essas empresas, muitas vezes, não contabilizam a doação dada e nem o candidato muitas vezes deseja que esses dados sejam contabilizados. É uma prática antiga. Todos, banqueiros, inclusive. Na pasta rosa, há vários banqueiros financiando uma quantidade grande de Deputados que fazem parte do atual Parlamento brasileiro. Todos felizes da vida pela pasta rosa e cheios de dinheiro. Agora, Não podemos – como tenho sempre enfatizado nesta CPMI – encobrir-nos com hipocrisia. Gosto de enfatizar isso, porque, com a mesma ênfase que alguns que se pronunciam estão tentando levar essa investigação para um lado, sistematicamente tentam impedir que essa investigação seja ampliada para aprofundar, entrar nas profundezas do financiamento de campanha no Brasil. Lá no fundo.

Eu não falei da campanha do Rigotto, porque eu sei que as campanhas para governos estaduais, em todos os Estados brasileiros, tiveram recursos não contabilizados, porque o valor declarado foi muito aquém daquilo que foi gasto. Nós sabemos que o custo de um carro de som, de um “showmício” e de pessoas nas ruas distribuindo santinhos é elevado. Isso, em regra, muitas vezes não aparece na contabilização. Quando aparece, é um valor subestimado. Juntando a campanha que o PT fez no Rio Grande do Sul e a campanha que o Sr. Rigotto fez no Rio Grande do Sul, são valores similares. Se nos estão acusando de ter usado caixa dois para financiar essa campanha, o que farão dessa aqui, a outra campanha? Será que não teve similar conduta? Investigando. O apoio que os meios de comunicação dão, de maneira indireta, na fase pré-campanha, ou até na fase de desgaste do adversário, também isso pode ser contabilizado como ajuda, e não é contabilizado. O ataque sistemático se faz contra um candidato. Isso tudo é fruto dessa nossa cultura política.

O companheiro ficou um pouco nervoso nessa indagação. Poderia ter ficado tranquilo, porque, em função da ilegalidade dessa audiência pública, em função de estar funcionando ao mesmo tempo que as sessões da Câmara e do Senado, pouco poderá ser utilizado do que foi produzido aqui. Poderia ter falado tão-somente daquilo que é objeto desta CPMI; não

poderia nem passear por questões que não são objeto dessa investigação, porque seria tão-somente para satisfazer a ânsia de fome das feras; lançar o PT às feras. Acho que não é esse o objetivo de uma CPMI que deveria aprofundar as investigações para ajudar o Parlamento brasileiro a atualizar e reformar politicamente as nossas instituições.

O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG) – Próximo orador, Deputado Perondi. (Pausa.) Ausente.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Reinscrição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odair Cunha. PT – MG) – Reinscrição do Deputado Júlio Redecker. V. Exª tem a palavra.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma apreciação como conhecedor das situações do Rio Grande do Sul.

Sr. Marcelino Pies, não sei quem está pagando seu advogado; é o senhor ou o Partido?

O SR. MARCELINO PEDRINHO PIES – O Partido.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O Partido que está pagando.

Parece que há muita graça no seu depoimento, pela alegria que se nota às vezes do seu defensor. Mas quero dizer-lhe, com toda sinceridade, que acredito que o senhor está sendo usado; o senhor foi um tarefeiro nessa situação toda. Parece-me um homem de boa índole, um homem sério, que foi utilizado nessa estrutura de corrupção nacional que o PT montou e ainda não se deu conta das responsabilidades que cairão sobre seus ombros. É muito grave essa situação, e alguém vai pagar... Normalmente, os peixes grandes não pagam; quem paga são os pequenos. Essa é a situação que eu vejo, porque, sinceramente, olhando aqui para o Marcelino e até conhecendo a história de muitos petistas, como o próprio David Stival, que se sentiu corrompido, deu uma declaração ao jornal há poucos dias chorosa, arrependida pelo sonho que não foi realizado. Quero colocá-lo entre esses também, mas, infelizmente, o que vale são as atitudes e as suas atitudes na defesa desta situação, na construção desta corrupção armada, infelizmente, vai cair para os tarefeiros, porque os grandes sempre se protegem. Quero dizer aqui que isso redobra o cuidado com aqueles que estão dentro dos Partidos.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu não ouvi, Deputado Moroni, desculpe-me.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Veja que é interessante, talvez o sorriso seja porque ele está-se

abraçando sozinho nos delitos, e isso vai livrar a cara de um bocado de gente.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Estou fazendo essa aferição porque toda representação que será feita, ao fim e ao cabo desta CPI, cairá sobre aquele que foi o responsável pela autorização e pela busca. Na realidade, aqueles que se utilizaram desse dinheiro, seja para caixa dois, que foi negado ou não, acabarão livres, leves e soltos e o Sr. Marcelino Pies pagando a conta.

É isso, Sr. Marcelino.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra, na condição de reinscrição, ao Deputado João Correia.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, haverá um momento em que apresentarei uma sugestão para que nós consigamos fazer um deslindamento nesse confronto que há entre o PSDB e o PT nesta Comissão, que, às vezes, atrapalha o andamento dos trabalhos, e a compreensão, a lucidez, a civilidade, várias coisas estão sendo um pouco machucadas, apesar de termos avançado bastante.

Vou pegar isso numa visão marxista de reprodução simples e de reprodução ampliada. Vou deixar isso para a próxima intervenção.

Farei uma proposta, como formado em economia que sou. Mas não posso deixar de fazer um defesa abstrata do Governador Germano Rigotto. Acho que figuras como Germano Rigotto, figuras como Cezar Schirmer e figuras como Pedro Simon dignificam a política no Brasil, não apenas no Rio Grande. São homens íntegros, corretos, decentes. Da imagem que guardo, que tenho do Deputado Germano Rigotto, nas suas cruzadas pela reforma tributária, no seu trabalho cotidiano, diuturno, nunca vi grandes denúncias de corrupção contra o Governador Germano Rigotto no Rio Grande. Não quero dizer que não haja...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Denúncias grandes nem pequenas.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – E, se elas existirem, Deputado Valverde, vamos investigar com liberdade; não vamos tentar obscurecer, obstruir, não vamos tentar agredir, vamos investigar, vamos mergulhar com serenidade para passarmos este País a limpo de fato, sem hipocrisia, Valverde, como, às vezes, a obstrução que é feita sistematicamente aqui induz a esse caminho.

Reafirmo aqui a minha convicção. Posso estar completamente errado, mas que o Governador Germano Rigotto é um homem absolutamente correto, que a sua linhagem de emedebista e de peemedebista é fundamental e acho que, se ele tiver qualquer tipo de

pecado, vamos trazer para cá, porque eu serei o primeiro a expor com serena tranqüilidade. Não vou obstruir esta Comissão tentando tapar o sol com a peneira, Sr. Presidente. Não dá. Nós temos que ter clareza.

Acho que, se eu fosse do Partido dos Trabalhadores, Sr. Marcelino Pies – e tive chance de sê-lo por várias vezes convidado por Marina Silva, por Jorge Viana – se eu fosse do Partido dos Trabalhadores eu estaria comprometido com a abertura, com a limpeza dessa tumoração e não com a sua obscuridade, com a sua nebulosidade.

Acho que precisamos realmente ter clareza nesse debate. Se, por desventura, o Governador Germano Rigotto estiver implicado em qualquer tipo de... sei lá... Trazer o pobre do Rigotto de lá para cá porque V. Exª está aqui. Acho que tínhamos só que investigar e não obscurecer.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu entendo que se houvesse algum problema, no Rio Grande do Sul, sobretudo, quanto a atos de improbidade do Governador na órbita da sua competência, o órgão adequado seria a Assembléia Legislativa, não seria V. Exª, **data venia**, nem, tampouco, o Congresso Nacional.

De qualquer maneira, isso mostra que nós temos que ter responsabilidade. Entendo que essa questão do chamamento à autoria era uma conduta adequada sempre do criminoso. O criminoso sempre quer chamar alguém para junto de si, o que não tem nada a ver, não vem ao caso aqui. Mas é exatamente a atitude que está nos compêndios do Direito Penal, quem os percorre vai verificar essa tentativa permanente de chamar os demais exatamente para junto do crime, quando, às vezes, não tem nada a ver.

Concedo agora a palavra ao Deputado Eduardo Valverde na condição de reinscrito.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Eu serei breve para poder terminar a reunião. O senhor entrou aqui há pouco tempo e não viu que eu estava indagando o depoente e as razões do viés investigativo que eu estava apontando.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu não entrei no mérito.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Eu fiz comparações entre a campanha de um candidato e a campanha do outro. Esse acusado de usar caixa dois para poder financiar a campanha e esse gastou a mesma coisa, fiz comparações.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nesse ponto de caixa dois eu não entro no mérito. Acho que todos são iguais.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – A investigação aqui não deveria ser o financiamento de

campanha. Passou a ser em função da linha de perguntas que está sendo adotada. Deveríamos investigar aqui se houve compra de voto para votar matéria do Governo ou não ou se houve compra de voto para aprovar a PEC da Reeleição. Foi isso. Mas como toda indagação vai no sentido, também fui nesse sentido, porque é bom ir nesse sentido. Indo nesse sentido, descobrindo a hipocrisia, poderemos reformar a política brasileira. Esconder fatos não é o correto, Sr. Presidente.

Por essa razão, sinto-me satisfeito por esta noite. Peço que nas próximas vezes sejamos mais produtivos, investigando aquilo para o qual fomos constituídos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a presença do Sr. Marcelino Pies, de seu advogado e de todos os Srs. Parlamentares.

Lembro que amanhã, às 9 horas, teremos uma reunião administrativa. Peço a presença de todos que estão aqui às 9 horas. Amanhã, segundo me consta, não haverá oitiva. Foi dispensa pela Comissão a oitiva do depoente que estava indicado para tal.

Muito obrigado. Uma boa noite para os senhores.

Até outra oportunidade.

(Levanta-se a reunião às 19h51min.)

ATA DA 34ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2005

Aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, às onze horas e trinta minutos, na sala 06, da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Amir Lando e ainda com as presenças dos Senadores Rodolpho Tourinho, Wellington Salgado de Oliveira, Sibá Machado, Ana Julia Carepa, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Augusto Botelho, Sérgio Zambiasi, João Alberto de Souza e Pedro Simon; e dos Deputados Luiz Couto, Odair Cunha, Fernando Ferro, João Correia, Gastão Vieira, José Rocha, Moroni Torgan, Júlio Redecker, Zulaiê Cobra, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, Luiz Antonio Fleuri, Fernando Coruja, Paulo Baltazar, Daniel Almeida, Ivan Ranzolin, Enivaldo Ribeiro, Neucimar Fraga e Raul Jungmann, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 01/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO

PARA MANDATOS EXECUTIVOS“. Havendo número regimental para abertura o Presidente declara abertos os trabalhos da 34ª reunião. Não havendo quorum regimental para deliberação o presidente suspende a reunião e propõe sua reabertura às quatorze horas. Às quatorze horas, ao perceber que também não há quorum para deliberação, suspende a reunião e a transfere para as dezenove horas. Às dezenove horas a presidência constata a inexistência de quorum mínimo para as deliberações e propõe o seu encerramento. Diante da observância de quorum em momento posterior, reabre-se a reunião e é apresentada questão de ordem a respeito da data de encerramento desta CPMI, inicialmente prevista para encerrar no dia 16/11/05. O Deputado Luiz Antonio Fleury apresenta questão de ordem suscitando dúvidas a respeito da interpretação dada para a contagem do prazo de 120 dias. Considera que o início da fluência do prazo é contado a partir do dia seguinte à instalação, a qual ocorreu em 20/07/05. Como há respaldo regimental para considerar excluído o dia da instalação e ser incluído o dia do vencimento, o Presidente decide a questão de ordem no sentido de definir como o dia de amanhã, 17/11/05, como o termo previsto para os trabalhos da CPMI, a menos que haja requerimento subscrito pelo número mínimo regimental de ambas as Casas pedindo sua prorrogação. O Sr. Presidente acata sugestão no sentido de não encerrar a presente reunião, a qual detém quorum para deliberação, e simplesmente suspendê-la, e convoca uma sessão administrativa para dar continuidade aos trabalhos no dia de amanhã, às dez horas. Nada mais havendo a tratar, suspende-se esta reunião às vinte e uma horas e cinquenta e cinco minutos, convocando-se a próxima reunião para amanhã, dia 17 de novembro, às 10h.

Às dez horas do dia dezessete de novembro de 2005 o Presidente Amir Lando decide transferir a reunião para as quatorze horas. Às quinze horas e trinta e cinco minutos reinicia-se a reunião. A Secretaria Geral da Mesa – SGM – do Congresso Nacional manifestou-se contrariamente à decisão tomada no dia de ontem, na questão de ordem apresentada pelo Deputado Luiz Antonio Fleury, que decidiu pela prorrogação da data de término desta CPMI para o dia de hoje. Vários parlamentares opinam a respeito e consideram que foi correta a decisão tomada pelo Presidente da CPMI, a despeito do posicionamento da SGM. Às dezessete horas e vinte minutos o Relator Ibrahim Abi-Ackel inicia a leitura do seu relatório. O Presidente informa que a prorrogação da CPMI está condicionada à obtenção do número regimental mínimo de assinaturas pedindo sua prorrogação e que o Presidente do Congresso Nacional aguardará até a meia-noite para a obtenção

dessas assinaturas e a entrega do requerimento de prorrogação. Caso não sejam obtidas tais adesões, os trabalhos desta CPMI estarão encerrados. E, para constar, eu, *Verônica de Carvalho Maia Baraviera*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 07, de 2005, do Congresso Nacional, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por Membros do Congresso Nacional.

Inicialmente, esclareço que esta reunião é de caráter administrativo, destinada à apreciação e votação dos requerimentos, inclusive o do Relatório parcial.

Não há **quorum** para deliberação. Conseqüentemente, suspendo a presente reunião e convoco uma outra para as 14 horas.

Está suspensa a presente reunião. (Pausa.)

(A reunião é suspensa às 10h51min e reaberta às 11h50min.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Está reaberta a presente reunião.

Conforme consulta à Secretaria, não há **quorum** para deliberação.

Portanto, vou encerrar a presente reunião.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr.

Presidente, antes de V. Exª encerrar a reunião, quero entregar à Mesa uma lista com a assinatura de 36 Srs. Senadores pedindo a prorrogação da CPMI pelo prazo de 120 dias.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, nós estávamos coletando assinaturas para a CPMI ser prorrogada por 10 dias.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, a Oposição está aqui!

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, onde está o Governo, aqui?

O Governo está transformando isso aqui em *pizza*! Encerrando a reunião, não quer assinar a solicitação do Deputado José Rocha...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – De forma alguma! Nós também estamos coletando assinaturas, Deputado Júlio Redecker! Quem não quis assinar o documento foi a Oposição!

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Estão brincando conosco com 10 dias de prorrogação. Isto é brincadeira!

O SR. (Orador não identificado) – A Oposição está aqui.

A SRª (Oradora não identificada) – O Governo também está.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Não é a vontade da Senadora. S. Exª queria, no mínimo 30 dias. Foi vencida pelo seu Partido.

Sr. Presidente, V. Exª encerrou a reunião?

Isso é uma barbaridade, Sr. Presidente!

A Oposição está presente; o Governo não veio...

A SRª (Oradora não identificada) – O Governo não está aqui.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O Relator está aqui, mas nós não temos sequer como ler o Relatório, porque não se pode pedir vista.

A SRª (Oradora não identificada) – Vários companheiros estão colhendo assinaturas.

O SR. (Orador não identificado) – O Governo não quer a apuração dos fatos.

A SRª (Oradora não identificada) – O Governo quer o Relatório lido hoje!

O SR. (Orador não identificado) – Isso é golpe do Governo! Estão passando o atestado de boa conduta!

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Isso é uma vergonha! A sociedade brasileira não aceita esse tipo de jogo sujo!

O SR. (Orador não identificado) – A CPMI acabou!

O SR. (Orador não identificado) – Não acabou não! Até meia-noite, se tiver número...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Nobres Membros desta CPMI, por favor, sem nenhuma autoridade como Presidente desta reunião, peço a atenção de V. Exªs para uma explicação que estou no dever de prestar a V. Exªs e ao País, por intermédio dos jornalistas aqui presentes.

Ao Relator cabe o modesto papel de relatar os acontecimentos havidos. O Relator não tem nenhuma novidade a apresentar, relata apenas os acontecimentos que ocorreram.

Quero comunicar a todos os presentes que, desde ontem, às 11 horas, está pronto o Relatório da CPMI da Compra de Votos. Aqui está ele pronto para ser lido. Resisti, hoje, bravamente, às investidas das ilustres e dos ilustres companheiros da Imprensa que tentaram obter fragmentos ou revelações deste Relatório. Não o fiz, embora causasse, com isso, a má vontade de muitos representantes da Imprensa. Não o fiz porque

entendi ser do meu dever dar conhecimento em primeiro lugar de tudo o que contém este Relatório aos Srs. Membros da Comissão.

A Comissão poderia rejeitar o relatório. Faz parte das regras do jogo. Poderia aprová-lo – o que seria muito bom. Mas, estou vendo que estamos caminhando para o fim melancólico de não deliberarmos coisa alguma após quatro meses. Se isso ocorrer, nenhuma responsabilidade cabe ao Relator. O relatório está pronto há quase trinta horas, pronto para ser exibido.

O SR. (Orador não identificado) – O Governo não quis.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Esperarei o termo final do dia para verificar se a Comissão prosseguirá ou não. Se ela não prosseguir e se não houve número hoje para ler o relatório perante os senhores, vou ver na lei respectiva o que é possível fazer. Provavelmente, enviarei, pessoalmente, sob a minha responsabilidade, o relatório ao Procurador-Geral da República, porque não deixa de ser uma contribuição, mas darei conhecimento público, publicarei o relatório.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Qual o número mínimo de Parlamentares para fazer a leitura do relatório, Sr. Relator?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – É a metade mais um dos Membros da Comissão.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sr. Relator, V. Exª me permite um aparte?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Pois não.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Nobre Deputado Ibrahim, Relator desta matéria, gostaria de fazer uma observação importante a V. Exª, que tem a responsabilidade de trazer ao conhecimento do Plenário da Comissão o relatório daquilo que percebeu e notou das provas trazidas na instrução da Comissão.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – A responsabilidade está atendida: aqui está o relatório.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Faço um apelo a V. Exª, porque o Presidente disse que, não havendo quórum, ele encerra a presente reunião, para que V. Exª tenha a oportunidade de fazer a leitura, porque o Presidente encerrou a reunião e não marcou outra.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Se V. Exª me permitir, ainda que não haja uma reunião oficial, ainda que não haja quórum, os que tiverem a disposição de ouvir a leitura me darão grande honra de ouvi-lo, e farei a leitura do relatório.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Então, Sr. Presidente, trata-se de algo que nos deixa muito tristes, porque um trabalho de tanto tempo e concluímos assim! Acho que V. Exª tinha que ouvir os Depu-

tados. Requeiro a V. Exª que faça o registro de quem está presente.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Nós queremos a leitura do relatório, Sr. Presidente.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Queremos a leitura do relatório. Estamos aqui desde a manhã para isso.

O SR. (Orador não identificado) – É uma vergonha este Governo.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Vergonha são vocês, que não assinaram o relatório, não assinaram para prorrogar. Assinaram para prorrogar? Nenhum Senador da Oposição assinou para prorrogar.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Não adianta, Deputado, estão com medo de averiguar a compra de voto de Fernando Henrique. Não querem que o Ricardo Sérgio venha. Por isso não assinaram a prorrogação.

As pessoas estão aqui; estão aqui os Deputados e Senadores. Por que a Oposição não assinou, então, o requerimento? Hein? Por que não assinou? Não assinou porque não quis!

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – AC) – A Oposição não quer!

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – AC) – A armação é da Oposição.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, faço a sugestão de que V. Exª reabra a reunião, pois agora já temos **quorum**.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – AC) – Essa ceninha não cola mais...

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. (Orador não identificado) – Vamos fazer 30 dias... O Governo topa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – AC) – Eu não falo em nome do Governo. Eu falo em nome de mim mesma!

O SR. (Orador não identificado) – Nós falamos aqui.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – AC) – Eu falo em nome de mim mesma!

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. (Orador não identificado) – Ai, se somar... Vamos fazer 30 dias e retiramos os xingamentos...

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. (Orador não identificado) – Não, 30 dias...

O SR. (Orador não identificado) – E retiramos os xingamentos.

O SR. (Orador não identificado) – O Eduardo vai assinar...

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. (Orador não identificado) – Vamos fazer um acordo, Deputada Zulaiê? 30 dias?

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. EDUARDO SUPLCY (PT – SP) – Sr. Presidente, nós, em nome da base do Governo, aceitamos 30 dias de prorrogação.

(Intervenções simultâneas dos senhores oradores. Inaudível.)

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu tenho aqui 112...

(Interrupção da gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Tendo em vista a possibilidade de um acordo, convoco nova reunião para daqui a sessenta minutos. Se forem obtidas as assinaturas necessárias antes, começo a reunião antes. *(Interrupção na gravação.)* por trinta dias.

(A reunião é suspensa às 19h41min e reaberta às 19h56min.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Declaro aberta a *(Inaudível.)* reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a compra de votos.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Para uma questão de ordem, tem a palavra V. Exª.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Sr. Presidente, segundo a informação que nós recebemos, a última decisão, a mais recente, do Supremo Tribunal Federal entende que conta-se o prazo a partir da data da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito. Esta Comissão foi instalada no dia 20 de julho deste ano com um prazo de 120 dias. No Regimento Interno do Senado Federal, não há regra expressa a respeito da contagem do prazo e, até então, se vem entendendo que se conta a data do início.

Ocorre que, como não há previsão expressa no Regimento Interno do Senado, aplica-se, de acordo com o art. 280, o Regimento da Câmara. E o Regimento da Câmara é expresso quando diz que se exclui do cômputo o dia ou sessão inicial e se inclui o do vencimento. A mesma regra está no Código de Processo Civil, em seu artigo 184, que diz que, salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.

Portanto, Sr. Presidente, feitos os cálculos, o prazo terminará à meia-noite de amanhã e não à meia-noite de hoje. Iria, portanto, até amanhã o prazo para, se for o caso, colher as assinaturas para a prorrogação que permita a confecção, ao Sr. Relator, de um relatório que, tenho certeza, vai contentar toda esta Comissão.

É a questão de ordem que formulo, Sr. Presidente.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra a V. Exª para apoiar ou contraditar a questão de ordem.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Sr. Presidente, houve um tumulto na Comissão e, depois desse tumulto, houve um entendimento, com a presença de Senadores e Senadoras, para buscar, nesse entendimento, um prazo de trinta dias para que o Relator possa apresentar um relatório, para que sejam concluídos os nossos trabalhos. Assim, as coisas ficaram mais fáceis.

Sr. Presidente, na questão de ordem que apresento a V. Exª, quero citar o entendimento que se teve quando se instalou a CPMI dos Correios. No mesmo dia, havia assinaturas para se instalar a CPMI do IRB, mas foi buscado um entendimento para que não fossem instaladas duas CPMIs. Conforme o entendimento, os membros da CPMI que não foi instalada ficaram como uma comissão coadjuvante.

Então, como a Casa, o Congresso Nacional, é uma casa política, o que queremos é buscar o entendimento. Então, além do que foi citado com relação aos prazos... O Código de Processo Penal também tem o mesmo entendimento, acrescentando inclusive que quando os prazos se encerram no sábado, domingo ou feriado, eles passam sempre para o dia seguinte; e quando começam também em um sábado ou domingo, passam para segunda-feira.

Portanto, o nosso entendimento é que procede a história do prazo para amanhã. E a verdade, Sr. Relator, é que como houve um entendimento para buscarmos a solução e a prorrogação por 30 dias, acredito, Sr. Presidente, que V. Exª, consultando os integrantes desta Comissão e se fixarmos para amanhã e assumirmos o

entendimento do prazo para amanhã, teremos um dia todo para buscarmos a assinatura que falta e prorrogarmos por mais 30 dias esta Comissão, que passou a ser vontade unânime. É o que tinha a acrescentar do que falou o nobre Deputado Fleury.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Sr. Presidente, o objetivo desta reunião é acompanhar a leitura do relatório. Então, faço uma pergunta ao Relator: se o relatório está pronto, é hora de lê-lo. Solicitaria, pois, ao Relator que fizesse a leitura de acordo com o que tem sido observado ao longo dos trabalhos. Uma vez concluído o relatório, se houver alguma resistência a ele, apresenta-se uma alternativa ou se pede vistas. Mas precisamos ter conhecimento do relatório, pois se não sei o que contém o relatório como posso me manifestar até por prorrogação, já que, se o relatório me atende, o lógico será não pedir a prorrogação da Comissão. Se o relatório é insuficiente, aí sim poderemos discutir uma postergação dos trabalhos para que se assim faça os ajustes necessários no relatório.

A primeira coisa que temos que fazer, portanto, é ouvir a leitura do relatório para tomarmos as providências cabíveis.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Quero contraditar, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Peço a palavra pela ordem para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Tenho uma sequência...

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sou Sub-Relatora, Sr. Presidente, quero ser ouvida.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Será ouvida.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Temos outro Sub-Relator, que é o Senador Rodolpho Tourinho. O relatório não pode estar pronto ainda, Sr. Presidente. Somos Sub-Relatores, temos que participar deste relatório. Hoje haveria a apresentação de um relatório parcial. O relatório final ainda dependeria de muitos estudos e é por isso que estamos prorrogando os prazos. O Senador Rodolpho Tourinho e eu somos Sub-Relatores e temos que ter reuniões e examinar provas que ainda não examinamos, para, assim, chegarmos a um consenso geral. E o Relator espera também a nossa contribuição. Portanto, estamos aguardando a oportunidade de termos uma prorrogação do prazo desta CPMI para continuarmos um trabalho que está sendo feito. Assim, hoje não havia nada a ser finalizado, muito menos votado.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra pela ordem de inscrição ao Deputado Arnaldo Faria de Sá. Em seguida, ao Deputado Júlio Redecker e, depois...

O SR. (Orador não identificado) – Eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex^a já falou. Agora com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu só queria pedir o apoio da Secretaria para um detalhe: hoje ou amanhã... independentemente se o prazo vence hoje ou amanhã, porque qualquer pedido de prorrogação tem que ser lido em plenário de sessão do Congresso Nacional. E não haverá sessão do Congresso Nacional. Então, a questão de ser hoje ou amanhã é o de menos. Estamos apenas nos enganando, pois não é automático. Tem que ser lido antes do término do prazo em sessão do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há nenhuma menção expressa quanto a essa matéria. Quero apenas dizer o seguinte: estamos discutindo uma questão de ordem que foi levantada pelo Deputado Fleury sobre a questão do prazo, a contagem do prazo. Primeiro, levantamos uma questão se começa a partir da instalação ou se começa a partir da publicação das assinaturas, porque se oferece um terço do Congresso, é um direito das minorias à Comissão Parlamentar de Inquérito. É evidente que vamos discutir essa matéria, vamos ouvir depois a opinião do Relator e decidiremos essa questão de ordem preliminarmente.

Concedo a palavra ao Deputado Júlio Redecker, depois ao Deputado Goldman e, em seguida, ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, quanto à arguição do Deputado Arnaldo Faria de Sá, já há precedentes na Casa de apresentação de solicitação de prorrogação à Mesa do Senado, com posterior reconhecimento em sessão do Congresso Nacional. Este não seria o caso que obstaría a continuidade dos trabalhos.

Por outro lado, Sr. Presidente, cabe aqui dizer que, se o prazo for hoje ou amanhã, tivemos a palavra do Deputado Fernando Ferro, da Senadora Ana Júlia Carepa e do Senador Eduardo Suplicy de que fariam conosco um acordo de trinta dias e que se comprometeriam a buscar as assinaturas restantes. Estamos

aguardando que os Parlamentares do PT cumpram a palavra de conseguir as assinaturas necessárias.

Quanto à leitura do relatório do ilustre Deputado Ibrahim Abi-Ackel, não pode ser feita hoje pelas seguintes razões: não há prazo para pedido de vista, não há prazo para apresentação de relatório alternativo, se discordarmos do teor do relatório do Sr. Relator, e há que ser suprida a questão da não-participação dos sub-relatores e o nosso total desconhecimento do relatório. Quer dizer, vamos ler o relatório para o qual não poderemos deliberar, pois não temos prazo para conhecermos o teor do trabalho e fazermos o cotejamento com os dados da quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico e dos depoimentos aqui prestados.

Por isso, Sr. Presidente, a Oposição apresentou todas as assinaturas no requerimento do Deputado José Rocha – são quase 150 –, apresentou por intermédio do Senador Rodolpho Tourinho as assinaturas necessárias no Senado e, ainda, a Deputada Zulaiê Cobra, preparada por um acordo com prazo de trinta dias, apresentou uma relação que já tem 120 assinaturas. Faltam, neste momento, as assinaturas da Oposição? Não. Mas faltam 51 assinaturas da Situação para que possamos prorrogar o prazo.

A não-apresentação das assinaturas depois do acordo é uma demonstração clara, Sr. Presidente, de que não há vontade do Governo de prorrogar esta CPI, criada como contraponto. Toda imprensa e os Parlamentares sabem que fomos acusados de chapa branca.

O objetivo principal desta CPI era analisar a compra de votos da reeleição do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, e todos os depoentes convocados pelo Governo para falar sobre o tema passaram um atestado de boa conduta para S. Ex^a e para o seu governo, porque nada foi falado em detrimento da lisura do processo de reeleição.

Por isso, a Oposição pede que o Governo, por meio dos três Parlamentares que aqui deram sua palavra de que conseguiriam a assinatura de seu Partido, apresentem até meia-noite as assinaturas que aguardamos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente, falo como Líder do PSDB e quero agregar algumas considerações às palavras do Deputado Júlio Redecker.

Nós, da Oposição, fomos pegos de surpresa com a data e fizemos um esforço hoje durante o dia inteiro para coletarmos as assinaturas. Chegamos ao limite do possível.

Nós sentimos a dificuldade na CPI dos Correios, tanto é que conseguimos fazer a prorrogação no limite mínimo de assinaturas – 171 assinaturas na Câmara dos Deputados – o que seria, evidentemente, muito difícil de se conseguir fazer apenas no dia de hoje, sem o apoio da base do Governo, que é amplamente majoritária na Câmara.

Então, quero referendar as colocações feitas pelo Deputado Júlio Redecker e fazer uma observação que considero muito séria. Se não tivermos mais o prazo para prosseguir, se não houver prorrogação, não é possível a leitura de um relatório, sobre o qual sequer poderemos opinar. Isso é gravíssimo. A apresentação de um simples relatório, que não tem, em princípio, nenhum significado, a não ser a apresentação do relatório, que é vontade e opinião do Relator, sem que nenhum Deputado ou Senador possa apresentar na reunião – não haverá mais reunião para isso – opinião sobre o relatório, é algo extremamente grave. Só nos restará dar opiniões fora da Comissão. Certamente, haverá uma situação muito grave, pois o Relator apresentará o relatório sem que possamos divergir dele. A nossa opinião terá de ser expressa publicamente e não no local apropriado, adequado, que é o da Comissão. Não é possível aceitar a apresentação de um relatório sobre o qual ninguém mais terá condições de opinar. Não é possível e aceitável isso. Se não houver adiamento, não há por que se apresentar relatório nenhum agora.

Opto pela prorrogação, para que tenhamos mais tempo, seja 30 dias, seja 60 dias, o que for, para que se possa apresentar o relatório e as opiniões sobre ele e inclusive, eventualmente, um voto discordante, se for o caso.

Agora, não é possível admitir que seja apresentado um relatório como se fosse um relatório – é um relatório, sim, claro; é a opinião do Relator –, mas não passa apenas da opinião do Relator. A Comissão não terá dado uma opinião, uma intervenção a respeito, até porque não terá condições de fazer uma análise agora, nesse período, pois temos menos de três horas até a zero hora do dia de amanhã.

Essa é a minha intervenção, Sr. Presidente.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, pela ordem, com base no art.14, por ter sido citada.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Já concedi a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Peço para falar, depois, pelo art. 14, por ter sido citada.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não vi citação desonrosa a V. Exª em momento algum.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Não foi uma questão... Eu fui colocada em uma situação e preciso falar. Estou pedindo para falar pela ordem no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – No momento oportuno.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Posso falar, Senadora Ana Júlia?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, na semana passada, encaminhei a V. Exªs uma lista com 30 assinaturas de Senadores, pedindo prorrogação. Essa lista foi atualizada hoje, se não me engano, para 36 ou 37. Não sei se reflete ou não a posição do meu partido, mas reflete uma posição pessoal minha e vou explicar por quê. Logo, acho que dois meses depois que esta CPMI foi instalada, o Deputado Ibrahim Abi-Ackel convidou-me para participar da relatoria como Sub-relator, a mim e à Deputada Zulaiê Cobra, o que aceitei no sentido de colaborar. A primeira coisa que sentimos foi que não havia estrutura para atuar. Trabalhávamos dentro de uma copa, sem estrutura nenhuma. Tudo isso foi feito por toda a equipe e apresentei 37 requerimentos, Sr. Presidente. Desse total, dois foram atendidos porque significavam solicitações feitas a outra CPI. Vinte e um não foram atendidos até hoje, apesar de terem sido votados. O Banco Central não tomou conhecimento; o Ministério da Previdência não tomou conhecimento; o Banco do Brasil não tomou conhecimento. Enfim, ninguém toma conhecimento disso no Governo. Quatorze não foram nem votados porque não tivemos a oportunidade de ter reuniões administrativas para que isso acontecesse.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não houve **quorum**. Mas houve convocações.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Então, pergunto o seguinte. Daí essa posição que coloquei claramente de que, para mim, em trinta dias, não se resolve absolutamente nada. Não estou disposto a trabalhar nisso por trinta dias nessas condições e, sobretudo, quando, uma semana depois em que conseguimos montar toda essa equipe – inclusive trabalhando com a consultoria que foi aprovada por esta Comissão, a Moore Stephens e a Villas Rodil, apesar de que aprovada com dificuldade, porque havia dificuldade colocada aqui pelo Governo –, uma semana depois que se começa a trabalhar, tenho absoluta certeza de que não serão mais trinta dias em que se resolverá esse problema.

Então, a minha posição é essa, em relação a 120 dias. Entendo que estamos buscando caminhos.

Às vezes é muito difícil tentar apurar o lado do ativo sem apurar o lado do passivo; apurar o lado do uso sem apurar a fonte. Estávamos em um caminho muito claro de atuação em cima do Banco Popular do Brasil – era uma delas –, onde seguramente existem ainda alguns problemas. E vejam: até hoje também...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Eu completo rapidamente, Sr. Presidente. Não tenho muito mais a dizer.

Eu colocaria mais um ponto: nem a CPMI dos Correios nem esta CPMI aprovou que fosse fornecida a lista dos assessores dos Parlamentares, dos Senadores e dos Deputados. Isso não foi feito até hoje; não foi aprovado, nem aqui, nem lá. Então, evidentemente, também ficamos impedidos, em um prazo de trinta dias – são trinta dias corridos –, de fazer mais alguma coisa.

Essa é a minha posição pessoal. Entendo, no entanto... Não participo desse acordo, por isso digo que não há unanimidade – alguém falou aqui em unanimidade, mas não participo dele, por essas razões que acabei de apresentar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Daniel.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, parece que estamos diante de um fato concreto e de difícil superação. V. Exª tem cumprido o Regimento, nos trabalhos desta Comissão, e feito um enorme esforço nessa direção. Todos temos que nos submeter àquilo que o Regimento impõe, e V. Exª tem atuado assim, com muito rigor, a esse respeito. O fato é que o prazo encerra-se daqui a pouco mais de duas horas. Essa é a praxe da Casa, e é o que a opinião pública está acompanhando nestes últimos dias. O prazo conhecido publicamente é esse que se encerra dentro de mais duas horas e quarenta minutos.

Todos aqui se esforçaram no sentido de buscar assinaturas para a prorrogação – assinaturas trazidas pelo Deputado José Rocha, pela Deputada Zulaiê ou por outros Deputados; eu, inclusive, coletei assinaturas no sentido da prorrogação. O fato é que nenhum de nós, nenhuma lista conseguiu alcançar os 171 Deputados e um terço dos Senadores, ou seja, o número suficiente para fazer a prorrogação, seja ela por um dia, como alguns estão propondo, ou para 120 dias. Portanto, estamos diante desse fato objetivo, com as iniciativas que foram feitas. E não foi só a Oposição. Das assinaturas constam também nomes de pessoas da Base do Governo, em todas as listas apresentadas.

Portanto, diante desse fato, Sr. Presidente, teríamos que reconhecer que estamos com muitos limites de dar os resultados, as conseqüências que poderíamos alcançar se tivéssemos um pouco mais de tempo. Mas não podemos deixar de reconhecer que houve trabalho, que o Relator produziu, empenhou-se, dedicou-se, esteve aqui em todas as reuniões, em todos os momentos, para produzir um relatório, e está com esse relatório debaixo do braço desde as 11h30, quando chegou a esta CPMI, na primeira reunião. Agora alguns alegam que não há tempo porque restam duas horas, mas podíamos ter ganhado tempo se tivéssemos lido o relatório às 11h30, quando se instalou a primeira reunião desta Comissão do dia de hoje e poderíamos já estar aqui produzindo o debate em torno do conteúdo, aprimorando, corrigindo, contribuindo com o conteúdo do relatório. Parece-me que existem alguns setores que não querem que o relatório seja lido. Não sei por que razão. Qual é a razão? Temos que discutir também esse aspecto.

Portanto, diante desses fatos, Sr. Presidente, a minha manifestação é no sentido de que nós façamos o esforço de ler o relatório. Pode ser que tenhamos consenso aqui. Lembro-me de que o relatório parcial apresentado pela Comissão dos Correios e por esta Comissão, conjuntamente, foi lido, alguns ajustes foram feitos em pouco tempo de suspensão da reunião das duas Comissões, e o relatório foi aprovado imediatamente. Os efeitos estão sendo produzidos a partir daquele relatório. É isso que o bom senso indica, nas condições que se verificam no dia de hoje neste horário.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu queria dizer aos Srs. Parlamentares e às Srªs Parlamentares que desejarem fazer uso da palavra que nós estamos discutindo uma questão da ordem. E é sobre a questão de ordem que nós temos que nos cingir neste momento e não sobre outras considerações.

Nós temos uma preliminar levantada: se o prazo de início dos trabalhos é realmente contado para o prazo de duração da CPI. Há entendimento nesse sentido definido judicialmente como relata aqui o Deputado Fleury. É evidente que o Deputado Fleury já manifestou essa questão.

Nós queríamos que alguém mais que quisesse falar se restringisse ao tema.

Concedo a palavra ao Deputado Moroni Torgan, após o qual passarei a palavra ao Relator para que ele dê opinião.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Sobre a questão de ordem formulada.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Não. A questão de ordem tem a ver, sim. Acho que teria mais prazo esta Comissão. Mas eu quero dizer, sobre a questão do prazo, que já temos a assinatura de 21 Senadores e estamos colhendo outras assinaturas. Quer dizer, no Senado, estamos fazendo força para que as 27 assinaturas aconteçam. Acredito que, dentro do prazo, teremos as 27 assinaturas. Na Câmara, a Oposição já fez o trabalho dela. Então, precisam as Lideranças do Governo fazer o trabalho delas no acordo. Estamos saindo e correndo atrás, para poder pegar no Senado. Coisa que disseram um tempo atrás que não seria possível eu acredito que vai ser possível. Vamos fechar as 27 assinaturas.

Então, é preciso que haja mobilização na Câmara, sob pena de acordo nenhum mais ter validade para coisa nenhuma, porque o acordo foi feito aqui e eu espero que o acordo seja cumprido. Não interessa se os Deputados estão em casa. Que saiam de casa, ou mandem o motoqueiro lá para poderem assinar, ou coisa parecida! Não interessa onde estejam. As Lideranças têm condições de fazer isso. Se o Governo realmente está empenhado em dar esses trinta dias, então que mostre esse empenho e não venha com qualquer outro tipo de delonga, porque não adianta. Acho que a preliminar aqui é a seguinte. Fizemos um acordo no fim da reunião e esse acordo é para ser cumprido. Essa é a preliminar. Se esse acordo não for cumprido, não vale mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É, então, a discussão fugiu mais uma vez do tema, que é essa questão de ordem formulada sobre o início e o término do trabalho. A instalação da CPI foi o dia 20 de julho. É a data a partir da qual se começa a contar os 120 dias para a tarefa, os trabalhos da CPI, findo o qual se encerra.. Era essa questão de ordem formulada que eu não decidi.

Vou conceder a palavra ao Deputado Coruja sobre a matéria.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Evidentemente, se a CPI acabar hoje, sem relatório, apenas com a leitura do relatório, será um fiasco e vai caracterizar que houve realmente aquilo que se falou no começo: que era chapa branca e que houve pizza.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Os jornais estão todos, os telejornais estão falando isso. É realmente vergonhoso mesmo.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – É um fiasco. Esta Casa política tem que achar uma fórmula, um caminho para prorrogar a CPMI.

Temos uma questão de ordem levantada pelo Deputado Fleury, que diz respeito ao início e ao término da CPMI. O prazo foi de 120 dias. O Regimento

Interno do Senado e o Regimento Comum são explícitos ao falar no prazo. Ora, se o Supremo diz que o prazo só começa a contar a partir da instalação, é líquido e certo que comece a contar a partir do dia 20, e o Regimento da Câmara diz que o primeiro dia não conta, utilizando por analogia o Código de Processo Penal, encaminhamos para um entendimento claro de que encerra amanhã à meia-noite.

Agora, eu lembrava aqui o (*Inaudível.*), aquele que escreveu a peça o (*Inaudível.*), quando tinha 17 anos, que ele inventou uma tese de que havia uma essência patafísica, que era para coisas absurdas e fantásticas. Pelo meu conhecimento de patafísica, já vi que o Carreiro é um intérprete acima dos dispositivos aí colocados. Ele diz que entende, talvez pelos conhecimentos de patafísica também, que encerra hoje à meia-noite. Agora, pelos conhecimentos de Direito, do Supremo Tribunal Federal, do nosso Regimento Interno, parece que encerra amanhã. E como quem interpreta o Regimento e a questão regimental, com todo respeito à assessoria, não é o assessor, não é a patafísica, nem é o Supremo, porque o Regimento Interno diz que, quando é questão constitucional, quem interpreta somos nós. Acho que o eminente Presidente Amir Lando e nós interpretamos que encerra amanhã e teremos um dia para resolver essa questão do fiasco que vai ser acabar melancolicamente a essa hora sem nenhum resultado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Permitte-me, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Sobre o tema?

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra a V.Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Se houver o entendimento de que poderemos prosseguir até amanhã, gostaria de informar que, como, por exemplo, a Bancada do PT no Senado tem uma reunião às 8 horas e 30 minutos de manhã, houve divergências entre nós a respeito de se prorrogar 10 ou 30 dias, houve acordo nos 10 dias, eu e a Senadora Ana Júlia éramos favoráveis aos 30 dias, e dispomo-nos amanhã de manhã a ponderar, frente à nossa bancada, que é de bom senso esse entendimento que nós aqui propusemos. Acredito que nossos colegas Deputados do PT podem também fazer o mesmo no diálogo. Qual o argumento que avalio como importante para isso? O nosso Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, vai proceder à leitura do parecer, se assim ocorrer. Pois bem. É mais do que natural que ocorra, após a sua leitura, parlamentares que desejem vem alguns pontos. É natural que possa haver um acréscimo de 30 dias que venha a possibilitar

a esta CPMI realizar os trabalhos complementares que sejam sugeridos após a leitura do relatório. Apenas isso que queria ponderar, já que há 21 assinaturas, talvez um pouco mais, mas provavelmente não cheguemos aos 27 hoje. Amanhã é muito provável que isso possa ocorrer. E daria o tempo para... Como?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Agora vou conceder...

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Era isso, Sr. Presidente.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª já falou...

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Mas é só um esclarecimento a esta Casa a respeito do que foi levantado com relação à leitura. O Art. 152 do Regimento do Senado diz o seguinte: “O prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito poderá ser prorrogado automaticamente a requerimento de um terço dos membros do Senado, comunicando por escrito à Mesa e posteriormente lido em Plenário”. Então, quanto a isso não temos dúvida.

Só reforço essa tese que levantamos e que estamos discutindo, que é a questão do prazo, porque V. Exª terá que decidir sobre essa questão de ordem. V. Exª decidindo o que, no nosso entender, diz o Código de Processo Penal, o Código de Processo Civil e o próprio Regimento da Câmara, nós teremos então o dia de amanhã para tomar as nossas deliberações. O desastroso seria encerrar hoje esta Comissão do jeito que está encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RR) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Deputado José Rocha. Em seguida ao Relator. E encerro a discussão.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, concordo plenamente com o que disse o Líder do PSDB Deputado Goldman. Nós não podemos ter a leitura do relatório porque não existe prazo para que ele possa ser debatido, discutido e ser dado ao conhecimento de todos os membros desta Comissão. Se nós tivermos o acordo com a base do governo da prorrogação por mais trinta dias, certamente poderíamos, após essa prorrogação, ler o relatório para que possamos, aí sim, tomar conhecimento e colocar as nossas posições em relação ao relatório. Fora a questão da prorrogação pelo prazo de trinta dias – com que entendemos o Governo, a base do Governo possam concordar – nós também não concordamos com a leitura do relatório sem que a prorrogação esteja votada nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RR) – Nós temos uma questão de ordem preliminar, e eu

vou conceder a palavra ao Sr. Relator para o parecer sobre a matéria.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, todos falaram; eu fui a única que não falei...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RR) – Não, V. Exª me pediu a palavra por ter sido citada.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Não, depois eu pedi pela ordem no momento oportuno. V. Exª concedeu a palavra para todos que falaram sobre diversos assuntos...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RR) – Se é sobre o tema eu ainda concedo a palavra V. Exª. Nós estamos em uma questão de ordem sobre o início...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sobre se pode ser hoje ou amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RR) – Amanhã, não; pode ser dia 20 também se houver uma interpretação...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim, é isso. Eu fiquei preocupada com o que disse o Deputado Arnaldo Faria de Sá. Lembro que isso foi necessário para a prorrogação da CPI dos Correios, teve que ser lido na sessão do Congresso porque é uma CPI mista.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RR) – Imagine V. Exª se sobre esta questão o Congresso demorasse trinta dias para realizar uma reunião. Nós iríamos ficar prejudicados, desde que entrasse no prazo? É lógico que temos que nos guiar pelo bom senso.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RR) – Tem que ser apresentado o requerimento antes do término do prazo.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Se V. Exª me permite, temos que perguntar à Mesa se o prazo é hoje ou amanhã por um motivo pelo menos: para ver se há ainda o prazo para prorrogar. Se for hoje, de qualquer jeito nós não teríamos mais prazo. Essa é uma questão. Independentemente disso nós não temos as assinaturas.

Inicialmente, tínhamos uma proposta, foi colocado na Bancada, o Senador Supply já o disse aqui, havia acordo na Bancada para 10 dias; conseguimos 22 assinaturas de Senadores. Faltam cinco. Nenhum Senador da Oposição concordou. Eu respeito. O Senador Tourinho colocou claramente a posição dele e tem que ser respeitada: ele não concorda com trinta dias. Então não existe unanimidade com relação a trinta dias. Nós teremos uma reunião amanhã. Mas eu creio que não poderia haver impedimento na leitura do relatório; o Relator cumpriu o seu trabalho. Não podemos

desconsiderar o trabalho do Relator. Nós, eu e o Senador Suplicy, colocamos uma posição, mas não existe acordo na maioria; temos ainda que discutir a maioria. Esta é uma posição apenas minha e do Senador Suplicy. Não bastam as 27 assinaturas do Senado; temos que ter as da Câmara. Essa é a questão. No Senado é possível que consigamos assinaturas suficientes para prorrogar por mais tempo, por mais trinta dias, mas é improvável que se consiga isso hoje na Câmara. Essa é a realidade. Eu propunha isso porque eu gostaria de ouvir, sim, o trabalho de um Relator que tratou aqui de todas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Exª não está trazendo nenhuma contribuição para a questão de ordem levantada juridicamente.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Estou, Senador. Eu indaguei inicialmente, e V. Exª respondeu...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Você está sugerindo...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu disse que gostaria de obter uma resposta da Mesa do Senado a respeito da data.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – A Mesa do Senado deve ser consultada, o que, neste momento, é impossível.

Eu vou...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – O Dr. Carreiro pode responder.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, ele não responde pela Mesa; ele é o Secretário-Geral. A Mesa é composta por Parlamentares. Temos de colocar os pingos nos ii. Chega de nos submetermos à tirania de um intérprete. O intérprete não é que vale; o que vale é a Mesa. A Mesa pode ser o intérprete. O Regimento permite interpretações...

Concedo a palavra ao Relator para se manifestar sobre o tema.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Peço a palavra para uma questão de ordem,

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao nobre Deputado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, senhores membros da Comissão, sobre a questão de ordem, a opinião do Relator é a seguinte: levando em cona que o Supremo Tribunal Federal decidiu que a data a partir da qual se conta o prazo para o término da CPMI é a da instalação.

Estando também convencido, como é de conhecimento geral, de que o Regimento Comum, do Congresso Nacional, é omissivo quanto ao início da contagem de tempo e considerando, afinal, que a mais

caudalosa das jurisprudências, que o mais pacífico dos entendimentos judiciais é o de que a contagem do tempo se inicia no dia seguinte ao da publicação do ato, o meu parecer é no sentido de que a questão de ordem do Deputado Luiz Antonio Fleury seja acolhida e que, portanto, a contagem do prazo se inicie no dia seguinte ao da instalação. Com isso, teremos mais 24 horas, ou um pouco mais, e, durante esse tempo, teremos condições não só de ler o parecer, mas também de discuti-lo.

Sr. Presidente, embora fugindo dos limites da questão de ordem, não posso deixar de acentuar, por ser esta, talvez, a última oportunidade de falar, que ao Relator soa tranqüila a rejeição do seu relatório, soam tranqüilas as críticas que lhe forem feitas, soa agradavelmente a hipótese de o relatório ser aprovado. O Relator está à disposição para explicitar sua posição e para corrigir alguma coisa que a maioria da Comissão determinar.

Quanto ao prazo, o parecer é no sentido de que seja acolhida a questão de ordem suscitada pelo Sr. Deputado Luiz Antonio Fleury.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Decido, em consequência, a questão de ordem. A minha convicção coincide exatamente com o parecer do Relator: a contagem se inicia no dia subsequente à instalação. Não há nenhuma disposição que fixe o prazo; pode haver um entendimento da secretaria do Senado Federal, mas não há, no Regimento, nenhuma expressão clara e definida que diga quando começam a ser contados os prazos para os trabalhos de qualquer CPI. Consequentemente, entendo que começa no dia subsequente ao da instalação.

Imaginem V. Exªs – está aí o retrato... Quantas CPI existem na fila na Câmara dos Deputados, aguardando a indicação de nomes? Existiam no passado e elas não se extinguiram a não ser por prazo fatal, estabelecido, se não me engano, no art. 162 ou 164, do Regimento, que diz o seguinte: “As CPIs não poderão ultrapassar o prazo da sessão legislativa do ano subsequente ao da sua criação.”

Então se for criada, por exemplo, no ano de 2005, ela pode continuar as suas atividades, até exatamente o término da sessão legislativa subsequente, no caso de 2006.

Nessas condições, não há dúvidas de que haveria necessariamente o término, a preclusão do prazo. Agora, aqui não. Nós estamos no prazo. Como não há nenhum dispositivo que fixe o início, eu acolho a questão de ordem e, portanto, declaro que os trabalhos poderão continuar, se assim entender a Comissão. Poderão ser encerrados antes, ou poderão continuar. Agora, teremos que contar o prazo, porque, na verda-

de, do dia 21 até quando vão encerrar-se os 120 dias, portanto para eu decidir a questão de ordem.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra pela ordem.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Sr. Presidente, queria expressar uma preocupação e um alerta que me foi feito há pouco: há controvérsia sobre essa decisão. Então, creio que seja importante dar continuidade ao trabalho, para que o Relator possa ler o Relatório, mas deixando também aqui externada a preocupação de que pode haver recurso dessa decisão à Mesa do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Evidentemente, eu recorro de ofício à Mesa do Congresso Nacional, se quiserem.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Gostaria de acentuar, Sr. Presidente, que não se sabe a hora. O prazo é contado dias **a quo**. Todo advogado sabe disso. Não se sabe a que horas foi assinado o despacho do Presidente do Senado. Para que fosse contado como um dia, ele teria de ser assinado à zero hora do dia. Portanto, obviamente, só pode começar no dia seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Quando nada, não nos poderíamos afastar jamais da exegese de que esse prazo seria encerrado amanhã, mas, no meu entendimento, já que há esse entendimento fixado pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, e o dia da instalação foi inequivocamente dia 20, começando a contar exatamente por essas referências, respeitado o Código de Processo Penal e do Regimento Comum, não há dúvidas de que o prazo começa a ser contado do dia 21.

Temos de ver que os meses são de 30 e de 31 dias. É por isso que, agora, não posso fazer essa conta, porque é necessário que se consulte o calendário para isso.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, V. Ex^a vai marcar uma reunião para amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou marcar em seguida. Então, quanto a essa questão, recorro de ofício para a Mesa do Congresso Nacional.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, de qualquer jeito, gostaria que o Relator lesse o Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Agora, vamos fazer amanhã uma reunião administrativa, mas vou fazer um apelo dramático. Estou cansado de marcar reuniões administrativas, sem quorum para deliberar. Hoje, pela manhã, não tínhamos quorum.

Em seguida, foram chegando parlamentares. Quero registrar uma certa intolerância.

Acontece, nobres Deputados e Senadores que chegaram, naquele momento, que eu havia ressaltado pela manhã, aqui, às 19h30min irremediavelmente. Se houver quorum, vamos iniciar a sessão; caso não haja quorum, não haverá. Agora, o quorum está completo. Se alguém pedisse uma verificação de quorum, já não teríamos condições de deliberar, mas, como ninguém pediu, já foi deliberada, a matéria foi julgada, exatamente a questão de ordem pelo Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Na quinta-feira passada, também não havia quorum.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Na semana passada, nós já tivemos três semanas sem quorum para deliberar. Quando aqui ressaltei, na véspera do feriado do dia 1º, da minha preocupação de realizar a sessão na sexta-feira, mostrando que, naquele feriado, era difícil o quorum, exatamente eu fui a alguns órgãos de comunicação citados, como se eu estivesse não querendo fazer a reunião.

Pelo contrário, fiz um apelo e pedi exatamente que não houvesse faltas. Tivemos aqui oitavas com três, quatro, cinco ou seis Parlamentares, assim como o Relator e o Sub-Relator, que estiveram presentes também.

Então, amanhã, vou convocar uma sessão administrativa para as dez horas. Antes de convocar, quero fazer uma consulta aos presentes para que não haja nenhuma defecção. Dez horas é uma hora aceitável ou vamos voltar para onze, ou para onze e meia ou para as catorze horas? (Pausa.)

Dez horas da manhã.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Eu queria ponderar o seguinte, Sr. Presidente: em primeiro lugar, nós precisamos estabelecer agora a data certa do término da vigência da Comissão. Estabelecer amanhã, sem falta, com horário que V. Ex^a determinar, se vão ser mesmo prorrogados os trabalhos da Comissão ou não. Mas é preciso estabelecer um horário determinado para que, em seguida, esclarecidas essas duas questões, o relator possa se reunir com os dois sub-relatores e com os demais membros das Comissões que estão mais próximos dos trabalhos para discutirmos, pelo menos **interna corporis**, os termos do relatório.

Agora, eu não quero me justificar de nada, eu cumpro o meu dever no prazo. O relatório está pronto para ser lido. Não era possível fazer porque um País

que começou a se desativar na manhã de quinta-feira e acordou hoje de manhã. Quer dizer, não havia condições. Aí, alguém me perguntou: mas por que durante esse período todo não se colheram as assinaturas? É muito simples: o Deputado João Rocha mora no Acre, o Deputado Júlio Redecker, no Rio Grande do Sul; o Deputado José Rocha, na Bahia; V. Ex^a, em São Paulo. Como é que o Relator ia partir de quinta-feira para buscar assinaturas? Onde? Como? De que forma?

Concedo a palavra ao Deputado Daniel, que já havia pedido. Em seguida, a V. Ex^a.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, a minha ponderação é no sentido de definirmos qual é mesmo o prazo limite para que nós possamos utilizar bem...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu devo esclarecer. Pedi que a Assessoria fizesse o levantamento. (Pausa.)

Agosto, 31 dias; setembro, trinta dias; outubro, 31 dias. Somando essa primeira fase, são 103 dias. Realmente, o término é amanhã, com o dia 17.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, uma sugestão.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Eu queria sugerir o seguinte, Sr. Presidente: se o dia é amanhã para concluirmos, não podemos perder tempo, ou seja, teríamos de, talvez, por uma questão de bom senso, ler o relatório hoje, porque se amanhã alguém resolve pedir vistas – e tem direito – nós podemos, na hipótese de não ter a prorrogação, chegar ao mesmo impasse. Então, se o relatório for lido hoje e alguém pedir vistas, faríamos isso hoje.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Sr. Presidente, só para orientar. Já temos as assinaturas dos 27 Senadores. Agora, é só a Oposição cumprir a palavra com os Deputados. Fomos atrás e conseguimos a assinatura dos 27 Senadores para a prorrogação.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Se não tivéssemos feito essa interpretação e a prorrogação para o dia 17, que é amanhã, teríamos lido hoje. De qualquer maneira, não haveria prazo nenhum.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Cabe à Oposição cumprir a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nós fizemos um entendimento de que essa prorrogação por trinta dias é importante para o Congresso, para a instituição.

Eu quero fazer aqui um alerta: durante três semanas, tentamos fazer reuniões administrativas, mas não houve quórum. Inclusive, um dos temas que iríamos deliberar era o tempo de prorrogação, porque poderia ser de trinta ou sessenta dias. Sessenta não teria muito sentido, porque entraríamos no recesso e, se houvesse

convocação, não haveria recesso. Então, é o seguinte: fica convocada para amanhã, às 10 horas...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sr. Presidente, antes...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Uma sugestão.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sr. Presidente, se V. Ex^a quiser, para aproveitar inclusive o quórum, pode suspender a reunião e reabri-la amanhã. Essa é a apenas uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. Eu entendo que a sugestão de V. Ex^a é inteligente. Por economia processual, fica suspensa a presente reunião, que será reaberta amanhã, às 10 horas.

(Suspende-se a reunião às 21h55min.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Declaro reaberta a 34ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a compra de votos.

Preliminarmente, quero dar um esclarecimento.

Quero aqui reabrir uma questão, só uma explicação da Presidência – a matéria já foi decidida –: de acordo com o art. 58, § 3º, da Constituição Federal, as Comissões Parlamentares de Inquérito terão poderes jurisdicionais, que são poderes de investigações próprios das autoridades judiciais. Aqui estamos diante de regras processuais, não estamos praticando um ato, como disseram, um ato administrativo. Estamos diante de disposições que regem um procedimento.

O Regimento e a lei própria que trata das Comissões Parlamentares de Inquérito estabelecem esse procedimento. E o que nós temos? No Regimento, nem no Regimento do Senado, nem no Regimento Comum, nem no Regimento da Câmara, há qualquer disposição expressa sobre a contagem do prazo de funcionamento das CPIs. A interpretação já dada, mansa e pacífica pela jurisprudência, é no sentido de que o tempo de atuação das CPIs começa a partir da instalação – isso é pacífico. Por outro lado, há remissão expressa na legislação, tanto na legislação própria que trata e disciplina as Comissões Parlamentares de Inquérito quanto no Regimento, no sentido de que às Comissões Parlamentares de Inquérito se aplica subsidiariamente o Código de Processo Penal ou até o Código de Processo Civil, e aqui nós recorremos constantemente a esses dispositivos. Tanto é que, inclusive, na prestação de compromissos, os artigos citados são do Código Penal e do Código de Processo Penal. Ora, não havendo disposição expressa, qualquer exegese aceitável vai buscar no Código, no caso de Processo

Penal ou de Processo Civil, a forma de contagem de tempo. É o óbvio, é lógico.

Essa interpretação foi acolhida pela Presidência. Como houve tumulto, nós recorremos à Mesa, que necessariamente deve ouvir a Comissão de Constituição e Justiça, no caso, do próprio Senado ou da Câmara. Esse é um procedimento estabelecido no Regimento.

Alguém evoca que, por analogia, se busquem outras disposições no Regimento, por exemplo, para que tudo comece a contar da data da publicação ou da data da instalação. Não há nenhuma disposição expressa que diga que se faça dessa maneira. Logo, a interpretação dada é uma interpretação juridicamente aceitável, é lógica e convincente.

Evidentemente que a prática até poderia ser diferente, mas, no entanto, sem sustentação legal. Esse é o entendimento que, já de certa forma, nos foi comunicado pela Secretaria Geral da Mesa do Senado.

Eu respeito essa interpretação, todavia, pela primeira vez, enfrentamos essa questão e estamos definindo segundo a lei, segundo as normas vigentes. Se não houvesse essa remissão expressa, poderíamos então nos socorrer da analogia. A analogia é exatamente na ausência de qualquer outra referência legal. Por isso, no meu entender, a nossa decisão é correta, e é por isso que entendi que hoje ainda a CPI estaria em plena atividade, com vigência, na amplitude dos seus poderes.

Contudo, vejo que se instaurou uma celeuma, e a Mesa ainda não se manifestou. É claro que a Mesa, até para se manifestar, segundo a própria disposição do Regimento do Senado, teria que mandar essa questão de ordem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Estamos diante desse impasse. Então, quero dizer que o nosso procedimento tem convicção jurídica, e cabe à própria Comissão interpretar suas disposições regimentais e legais. Por isso que a nossa interpretação caminhou nesse sentido.

Esse foi o voto do Relator, quer dizer, esse é o parecer do Relator, esse também foi o entendimento da Mesa.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – V. Ex^a me concede a palavra para uma questão de ordem, Presidente?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Eu também, Presidente.

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu me inscrevo também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu concederei, vamos abrir para uma questão preliminar.

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Moroni Torgan. Em seguida aos Deputados Fernando Coruja, Júlio Redecker e Daniel Almeida.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Sr. Presidente, desejo levantar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Já concedi, para uma questão de ordem, ao Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sr. Presidente, só diante dessa análise feita por V. Ex^a e que nós concordamos – acredito que a grande maioria da Comissão deve concordar – vejo que se faz necessário, para a prorrogação da CPI, apenas completar a lista, que está em pouco mais de cento e trinta nomes. Quer dizer, mais trinta e poucos nomes e nós temos a prorrogação. O Deputado Júlio Redecker e eu colhemos os nomes dos Senadores, e já está de posse de V. Ex^a. Se nós completarmos essa lista – sem entrar em discussão se o parlamentar é de oposição, situação –, acho que os membros da CPI tinham que cair em campo para completar os quarenta nomes que faltam, e V. Ex^a ficaria com o número regimental de Senadores e o número regimental de Deputados. Consequentemente, ficaria com todo aparato na mão para que houvesse essa prorrogação da CPI por mais trinta dias, o que daria mais tranquilidade ao Relator, aos Sub-relatores e a todos os membros da CPI.

Temos que evitar essa discussão de o parlamentar ser governo ou oposição, e todos juntos pegarmos essas assinaturas. Essa é a minha proposta, que é uma proposta sensata, tranqüila, sem grandes debates ou coisas parecidas. Pelo menos assim estará tudo nas suas mãos para que essa prorrogação continue. Se for deferido o entendimento de V. Ex^a e da maioria da Comissão, então as assinaturas passam a ter valor. Se não for deferido, nada que se fizer tem valor. Quer dizer, é simples. Acho que a única preocupação nossa é completar essa lista de prorrogação, com quarenta Deputados, o que não deve ser muito difícil. Se todos se unirem, em pouco tempo, vamos à Câmara, onde está havendo a Ordem do Dia, e completamos essas assinaturas.

Basta que todos os partidos se unam. Sei que o PFL e o PSDB estão com toda vontade de dar esse tempo à CPI, de dar esse tempo ao Relator para poderemos fazer isso.

Basta que todos nós nos unamos nisso. Sei que o partido do Vice-Presidente também concorda, sei que vários outros partidos também concordam com isso. Sei que ontem não foi possível pegar muitas assinaturas, mas hoje poderemos porque há Ordem do Dia. Eles estão nos gabinetes, vão chegar. Se cada um de

nós pegar uma folha, colheremos dez nomes rapidamente, sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO)

– Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Coruja.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sr.

Presidente, Srs. Parlamentares, estamos, evidentemente, num impasse. Não sabemos a resposta que a mesa dará a essa questão de ordem. Segundo o Presidente Amir Lando, não sabemos a resposta.

Ontem já foi levantado aqui que, parece-me, é meridiana a interpretação de que esta Comissão acabaria hoje. O Regimento do Senado fala, no art. 76, § 3º, que o “prazo das comissões temporárias é contado a partir da publicação dos atos que as criarem, suspendendo-se nos períodos de recesso do Congresso Nacional. É” “a partir”. O entendimento de “a partir” já foi objeto de controvérsias na Câmara dos Deputados, porque era isso o que se dizia na Câmara dos Deputados.

A Câmara dos Deputados, para corrigir isso, para deixar mais claro àqueles que não são afeitos à questão jurídica – os que são afeitos sabem que, havendo a expressão “a partir”, não conta o primeiro dia, mas se conta o seguinte – explicitou-se o seguinte: “salvo disposição em contrário, os prazos assinalados em dias computar-se-ão respectivamente como dias corridos. Exclui-se do cômputo o dia ou sessão inicial e inclui-se o dia do vencimento, dia ou sessão”. O fato de haver sessão ou não explicita a questão. Parece-me evidente a interpretação dada pelo Sr. Relator e pelo Sr. Presidente da Câmara.

Infelizmente, parece que, aqui, quem interpreta o Regimento, com todo o respeito, é o Sr. Carreiro e não a Casa. Ele disse a todos os Deputados que estiveram com ele que não vai aceitar. Então, nós estamos esperando uma decisão da Mesa que, ao que parece, será pelo encerramento.

Sr. Presidente, entendo que podemos discutir qualquer coisa. O que não podemos fazer, na minha compreensão, é a leitura do relatório, por quê? Porque, se o prazo se encerrou, não se pode ler; se não encerrou, podemos prorrogar os trabalhos por trinta dias. Se ficarmos naquele imbróglio de que só valerá o dia de hoje, estaremos na mesma situação de ontem. Aqui ninguém é vidente, não foi entregue ainda o relatório, ninguém é Phytia, ninguém é Oráculo do Delfos, mas não podemos aceitar, nós do PPS, que o relatório venha, por hipótese, dizendo que não houve mensalão. Isso não podemos aceitar.

Não somos videntes, mas temos a capacidade de ver as opções que existem, e essa é uma opção. Se vier assim, não poderemos aceitar. Não vamos aceitar. Vamos fazer todo o esforço para que o relatório só

seja lido para a Comissão depois da decisão sobre a prorrogação. Se o eminente Relator quiser ler para a imprensa e divulgar, está liberado, mas nós não vamos aceitar que digam que é algo da Comissão, porque isso pode criar problemas graves. Uma coisa é haver um relatório dizendo que houve mensalão e outra é haver um relatório dizendo que não houve mensalão ou compra de votos, venha como vier.

Não sou vidente, não sei o que vai acontecer, mas uma coisa é muito diferente da outra para a opinião pública, para o impacto nos processos que serão julgados no Plenário da Casa e para uma série de outras coisas. Por isso, antecipo que nós do PPS faremos um esforço para que, primeiramente, venha a decisão sobre a prorrogação, se haverá ou não. Depois, trataremos da questão de ler ou não o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao próximo orador, Deputado Júlio Redecker.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr.

Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Deputados, nós nos encontraremos numa situação especial se valer a interpretação da Secretaria-Geral da Mesa. Lembramos que a interpretação é feita por um funcionário da Casa, é verdade, mas isso não desqualifica seu conhecimento. É o homem que se dedica aqui, há anos, a estudar, a zelar pelo Regimento Interno, pelo funcionamento da Casa e que merece de nós, Parlamentares, o respeito, porque muitas proposições dentro desta Casa são feitas de acordo com as notas da consultoria técnica em quem nós confiamos. Então, desqualificar o Secretário-Geral da Mesa eu não aceito.

Se há um entendimento aqui de que venceu o prazo ontem, hoje não há Comissão. Não há Comissão. A leitura do relatório se fosse feita ontem, feriria o direito dos Parlamentares. Se eu quiser vista, vou fazer o que com meus lindos olhos, com essa vista, pois não tenho mais prazo! Não posso apresentar o meu parecer, a minha discordância sobre...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– V. Ex^a me concede a palavra?

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu

lhe permito.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Ontem não havia quórum.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Cabe

a mim ressaltar que, no último dia, se houvesse quórum, apresentar o relatório sem que nós pudéssemos exercer os direitos regimentais que nos garantem vista, que nos garantem apreciação, que nos garantem um relatório em separado, se viermos a discordar do relatório do Sr. Relator, quer dizer, vai ficar como verdade a verdade dos fatos apresentada pelo Relator.

Não, nós parlamentares não podemos ter os nossos direitos feridos nesse sentido. É por isso que temos que ter, isso sim, uma decisão da Presidência do Congresso Nacional, no sentido de dar validade ou não à interpretação do Secretário-Geral da Mesa, que não é um homem qualquer na interpretação do Regimento. É dos mais experimentados desta Casa e por isso ocupa essa posição. Essa é uma questão.

Outra questão: disse o Deputado Fernando Coruja, tangenciando a matéria, que a leitura do relatório, sem ele ser vidente, poderia descaracterizar aqui o mensalão. Eu até acho que o mensalão não houve, vou dar minha opinião muito tranqüila, acho que houve foi semana porque isso nós comprovamos. Nós comprovamos aqui que havia uma avidez muito grande por dinheiro, tinha que ser paga semanalmente, nós comprovamos com planilhas, nós comprovamos com quebra de sigilo telefônico, nós comprovamos de todas as maneiras aqui que pessoas receberam, periodicamente, valores iguais para remunerar a sua participação aqui dentro da Casa nos partidos da base aliada.

Se houver, segundo o Deputado Fernando Coruja, a leitura desse relatório, que não contemple ou reconheça a existência do mensalão, vamos estar aqui colaborando para a tese do Deputado José Dirceu. Fico analisando o porquê de o Governo, o porquê de a base aliada ter tanto interesse em aqui defender a leitura do relatório quando estamos cerceados do nosso direito de manifestação pós-leitura do relatório. Vão me dizer que, se o prazo for hoje, até a meia-noite, e se não tivermos o número de assinaturas necessárias, vai ter algum efeito a participação de qualquer parlamentar aqui se discordar do relatório? Não. Vai servir para o Deputado José Dirceu dizer: não há mensalão, portanto, o chefe do mensalão não tem objeto, e, por isso, não pode ser punido.

Tenho medo de que esta Comissão, que começou sob o pseudônimo de chapa-branca, que foi feita pelo Governo para dar uma maioria aqui dentro de respostas às investigações sobre corrupção do Governo Lula, buscando a reeleição, tiveram aqui grande decepção porque todos aqueles que foram convocados, com a nossa aprovação, do PSDB, da oposição, queríamos, inclusive, a convocação de Eduardo Jorge. Que viesse Eduardo Jorge, que Ricardo Sérgio viesse aqui. Por que não dão prazo para o Ricardo Sérgio vir aqui? Nós queremos prazo, e o prazo para a continuidade desta Comissão, se não forem invalidada por decisão do Presidente, Senador Amir Lando, são as assinaturas da base do governo, porque, nós, da oposição esgotamos todas as assinaturas a que temos acesso, que são das bancadas que fazem oposição, mas que são minoria.

Por isso, Sr. Presidente, peço-lhe para que não validemos aqui, numa sessão que não temos ainda a confirmação se é válida ou não, um relatório que nós, Deputados, vamos receber sem poder reagir a ele. Então, vamos respeitar a opinião pública, vamos respeitar os direitos dos parlamentares e, a bem da verdade, se o relatório deveria ter sido apresentado dentro dos prazos conhecidos – que era até ontem – ele deveria ter sido apresentado precavendo-se dos prazos para que pedíssemos vista, para que tivéssemos tido o direito de apresentar aqui um relatório em separado, se viéssemos a discordar do ilustre Sr. Deputado Ibrahim Abi-Ackel, Relator desta matéria.

É isso que faço, Presidente, tinha aqui, inclusive, um requerimento, mas não vou apresentar porque acredito que não há validade nesta reunião, sem que V. Ex^a possa ter a confirmação da palavra do Presidente desta Casa, que acho que não pode ser tão inatingível, tão inacessível, porque ele deveria estar preocupado sim – como o Brasil está – com os destinos desta Comissão, Senador Amir Lando. Que nós agora fôssemos, em Comissão, até ao seu gabinete onde S. Ex^a se reúne com os líderes, para saber qual a sua decisão. Assim, teríamos aqui um norte oficial e não ficássemos em cima de suposições para fazer jogo político que interessa a poucos, mas não à maioria dos brasileiros que não concordam com corrupção neste país.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO)

– Concedo a palavra ao Deputado Ranzolin
(Pausa)

Concedo a V. Ex^a, foi um lapso. Perdão.

Concedo a V. Deputado Daniel. Em seguida, a V. Ex^a.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PcdoB – BA) – Sr. Presidente, estamos efetivamente diante de uma situação de impasse. Esta própria reunião pode ser questionada, do ponto de vista do seu quórum. Mesmo que não tivéssemos com impedimentos ou com dúvida em relação ao tempo para o encerramento desta Comissão Parlamentar de Inquérito, não chegamos a assinar a lista de presença para esta reunião, e o nosso Regimento não prevê que a suspensão deva ultrapassar o tempo de um dia para o outro. Mas esse é um elemento que pode ser superado, porque me parece que existe quórum, se quisermos coletar as assinaturas.

Há, Sr. Presidente, essa dúvida sobre o período de encerramento da nossa Comissão. Se o Regimento da Câmara dos Deputados esclareceu o tempo inicial de contagem, no caso do Regimento do Senado, é cristalino. O art. 3º não deixa qualquer dúvida:

“O prazo das Comissões Temporárias é contado a partir da publicação dos atos que as criaram”.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Essa questão já está superada.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PcdoB – BA) – Essa formulação está no Regimento do Senado que prevalece sobre o Regimento da Câmara. Então, quando há dúvida entre os dois Regimentos, prevalece o do Senado. Não há dúvida, portanto, a esse respeito, à interpretação desse elemento. Ademais, esta é a prática do Senado: todas as Comissões que funcionaram aqui tiveram o início da contagem a partir da instalação, já que, a partir daí...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Inclusive, a respeito da nossa Comissão, o Senado dá a interpretação a partir da instalação.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PcdoB – BA) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Ontem, encerrava, a partir da instalação...

O SR. DANIEL ALMEIDA (PcdoB – BA) – Da instalação.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– ...sem afastar o dia inicial.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PcdoB – BA) – Exatamente.

Então, há uma prática no Senado, porque, a partir do dia da instalação, é que há o funcionamento efetivo, pois há uma normalidade: a eleição do Presidente, assinatura de atos. Então, considera-se que o tempo começa a contar efetivamente a partir da instalação. Essa é a prática do Senado. Levando-se em conta isso, o prazo de encerramento deu-se ontem. Portanto, essa dúvida perdura, em contradição com a decisão tomada pela Mesa desta Comissão ontem.

Uma questão que faço, Sr. Presidente, é se V. Exª fez o recurso de ofício à Mesa do Senado como foi anunciado ontem, porque, se o fez, devemos aguardar, pois, parece-me que, segundo as informações, essa decisão da Mesa acontecerá nas próximas horas ou nos próximos minutos. Qualquer deliberação antes disso, seria um risco, poderíamos estar colocando em risco tudo o que foi deliberado aqui. Então, esse é um elemento central. O que podemos fazer? Pegar assinaturas. Esse é um caminho. Se pegarmos assinatura, e a Mesa do Senado considerar que o tempo esgotou, as assinaturas também não valerão, o tempo estará perdido.

Há um interesse da nação e de todos desta Comissão de conhecer o relatório objeto do que foi produzido até então. Produzimos muitas informações, levantamos dados, o Relator trabalhou esse período todo, e há um interesse da nação e de todos de conhecer o que foi produzido até agora. Penso que o caminho, para não ficarmos aqui no embaraço, mesmo

que consideremos sob dúvida o resultado final, seria o de ler o relatório. Por que não lê-lo? Se nada acontecer nesta Comissão daqui por diante, pelo menos os membros da Comissão, todos que participaram dela, terão o conhecimento de um relatório que foi produzido, e a nação terá também conhecimento, para fazer a apreciação que julgar conveniente. Nós, que participamos desse processo, Deputada Zulaiê, não ficaríamos privados, de ter conhecimento do relatório produzido pelo nobre Relator.

Portanto, a ponderação que faço é esta. Não vejo por que termos medo de termos conhecimento desse relatório.

A primeira questão de deixar é que se V. Exª fez o recurso de ofício. Se fez, temos que aguardar o prazo. A segunda questão é a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando-PMDB – RO)

– Já entendi.

Concedo a palavra ao Deputado Ranzolin e, em seguida, ao nosso vice-Presidente, e V. Exª em seguida, nobre Deputado Fleury.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Sr. Presidente, eu acho que nós temos que analisar aqui, única e exclusivamente, a questão de ordem que ontem foi levantada e deferida por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando PMDB – RO)

– Ela já foi decidida, apenas se estabeleceu a informação contrária de que a CPMI teria seu tempo esgotado e nós estaríamos laborando no vácuo.

O SR. IVAN RANZOLINI (PFL – SC) – Eu só gostaria de fazer um contra-argumento, além do que ontem levantou o Deputado Fleury para obtermos a aprovação da questão de ordem, que é a súmula do Supremo Tribunal Federal, que diz o seguinte: “Considero prorrogado o prazo até o primeiro dia útil, se o vencimento cair em feriado ou dia em que for determinado o fechamento do fórum e o expediente forense for encerrado antes da hora normal. Os prazos somente começam a correr do primeiro dia útil, após a intimação – Art. 240, Parágrafo único.”

Quer dizer, está sumulado que é no primeiro dia.

Há um artigo, o 132, do Senado, que diz o seguinte: É irrecorrível a decisão da Presidência em questão de ordem, salvo se estiver relacionado com o dispositivo constitucional.

Isso aqui se refere à Presidência da Casa. Portanto, ao Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros.

Eu digo para V. Exª que toda essa questão que estamos decidindo vai ficar na responsabilidade da decisão do Presidente da Mesa. Na verdade, se a Mesa deliberar que a questão de ordem deferida por V. Exª

não tem validade e o prazo se encerrou ontem, tudo isso que estamos fazendo estará nulo, nem as assinaturas poderemos apresentar.

Por isso, Sr. Presidente, estou apresentando aqui um pedido de uma questão política. Isso porque nós estamos tratando aqui de questões técnicas e regimentais. Mas a questão que vai afetar o Congresso Nacional é a política. V. Ex^a lembra que, na Câmara dos Deputados, até uma medida provisória foi tirada de pauta para estabelecermos uma CPI e não uma CPMI. Nós vencemos essa parada lá e criamos uma CPMI.

Portanto, é o Congresso Nacional que está envolvido. V. Ex^a é Presidente e é Senador, o Relator é um Deputado. Se nós não definirmos uma prorrogação de prazo e se não tivermos essa prorrogação para termos o relatório e podermos nos manifestar sobre ele, haverá uma questão política de natureza grave contra o Congresso Nacional, contra V. Ex^a, contra todos nós, contra o Congresso Nacional. Isso porque vai parecer que fizemos aqui um embrulho para não acontecer nada. As provas que nós colhemos e que temos aqui são provas irrefutáveis, de gente que veio aqui e disse: eu recebi dinheiro.

Por isso, Sr. Presidente, para tomarmos uma decisão política agora e pedirmos uma audiência com o Presidente do Congresso Nacional, para ele definir essa questão. Não é com o Secretário, embora eu tenha um profundo respeito por ele. Esse é o apelo que eu faço, além de entregar-lhe um requerimento de minha autoria, para V. Ex^a despachá-lo, se ainda for o Presidente e se esta Comissão tiver o prazo até a meia-noite. Vou passar depois esse requerimento às mãos de V. Ex^a.

Agradeço pela oportunidade que me deu.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao Deputado Antonio Fleury.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu levantei a questão de ordem ontem e, meditando sobre ela, estou absolutamente convencido de que estamos no caminho correto. A dúvida que está sendo levantada, é bom esclarecer, não se refere a nenhuma crítica ao Sr. Secretário-Geral da Mesa. Ao contrário, tenho o maior profundo respeito pelo conhecimento do Regimento que tem o Secretário-Geral da Mesa. Ocorre que essa questão do **dies a quo**, ou seja, do dia do início da contagem do prazo, não foi enfrentada até hoje. Essa é a questão com que estamos nos deparando. Ou seja, quando o Regimento fala “a partir de” significa que aquela é a data que deve ser considerada como o Código de Processo Penal estabelece, que é a partir da intimação, a partir da audiência ou sessão, é a partir do dia em que a parte manifestar, nos autos, ciência. É o que está no

Código de Processo Penal. E o Código de Processo Penal, que é aplicado subsidiariamente, diz com muita clareza: não se computará no prazo o dia do começo, incluindo-se, porém, o do vencimento. A clareza do texto do Código me parece evidente. Não bastasse isso, muito bem esclareceu o Deputado Fernando Coruja ao ler o que diz o Regimento Interno da Câmara, que se aplica diante da omissão do Senado.

Então, parece-me, Sr. Presidente, que não há e não haveria, por parte da Mesa do Senado, qualquer **capitis diminutio** em admitir que o termo inicial se dá no dia subsequente, o que me parece claro, evidente, cristalino e, portanto, só até a meia-noite de hoje teríamos o prazo.

Quero me somar ao Deputado Ivan Ranzolin e a outros Deputados no sentido de que, imediatamente, se V. Ex^a assim entender, marque uma reunião com o Presidente da Casa para que possamos, inclusive, mostrar que não estamos aqui discutindo um assunto que já foi decidido por esta Casa porque não houve nenhuma questão de ordem, que eu saiba, cuidando exatamente desse assunto. Então, é a primeira vez. Por essa razão, havendo dúvida, Sr. Presidente, tenho certeza, até para que tenhamos o prazo necessário, de que, na dúvida, deve se voltar a favor da verdade, da apuração dos fatos e, portanto, o prazo terminaria hoje, à meia-noite e não ontem, como quer decidir a Mesa do Senado. Essa é a observação que gostaria de fazer a V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Estou convicto da correção da decisão. A minha convicção é plena, é uma interpretação sistemática que fizemos do texto a partir da questão de ordem muito bem levantada por V. Ex^a. Não tenho dúvidas nessa matéria. É evidente que, havendo controvérsia, recorri, de ofício, exatamente para dirimir qualquer dúvida. Inclusive, se os nomes fossem completados hoje e a Mesa negasse, estaríamos diante de um outro impasse, mas esse número parece estar sendo completado, e há uma discussão exatamente sobre esse tema. Não tem mais validade nenhuma lista, porque o prazo estaria extinto ontem. É realmente uma decisão contrária à lei, que tenho de lamentar, porque é a primeira vez que se enfrenta essa questão. Não me lembro...

Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Baltazar, vice-presidente.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras. Penso que o pior dos mundos é terminarmos esta CPI dessa forma que se está avizinando, sem um relatório, sem uma conclusão. Isso é uma loucura, um absurdo, um desrespeito a todo o trabalho que foi feito através da CPI. Não tenho nenhuma dúvida

de que é um absurdo se não terminarmos. Agora, eu queria aqui levantar o argumento levantado por todos de que, se estamos corretos – e acredito que estamos, a maioria acredita que estamos, a decisão da Mesa é correta – não temos que nos preocupar com a decisão da Mesa do Senado. Ela que venha depois e interrompa o nosso trabalho. Nós estamos convencidos de que temos razão absoluta naquilo que estamos fazendo, que o prazo termina hoje. Portanto, não vejo nenhuma razão nem de consultarmos a Mesa do Senado. Nós temos o prazo e temos convicção de que temos o prazo. Vamos fazer o trabalho que temos de fazer até a meia-noite, que é colher as assinaturas para a prorrogação. Colher assinatura para prorrogação, porque, se a Mesa do Senado resolver impedir, segundo interpretação que o próprio Presidente acha ser absurda do ponto de vista formal, legal, o problema é da Mesa do Senado, de investir contra decisão, contra essa decisão que é soberana da nossa CPMI.

A CPMI tem convicção de que termina hoje. Fazemos o trabalho até a meia-noite, que é colher assinaturas para prorrogação.

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – Um aparte, Senador.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Com certeza.

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu queria dar uma sugestão. A Deputada Perpétua falou há pouco que as assinaturas para a prorrogação estão com o Líder do seu Partido. Eu acho que também poderíamos conversar com o Deputado Henrique Fontana para saber se há, por parte da Liderança do PT – é que funcionam assim os Líderes – vontade de que haja prorrogação. E que possamos então saber se o PT vai dar as assinaturas necessárias ou não. Então, poderíamos sair daqui em comissão não só para receber e buscar outras assinaturas, mas que nos dirigíssemos à Liderança do PT para saber se o Líder assina, se o Líder concorda e se o Líder vai dar as suas assinaturas.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Só para concluir a linha de raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – GO) – Concederei a palavra a V. Exª em seguida.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Só para concluir a linha de raciocínio de que temos a decisão formada de que está correta essa posição. Portanto, só temos que fazer uma coisa, já que o prazo termina meia-noite: prorrogar, pegar as assinaturas dos trinta dias, e, em função disso, fazer a discussão de leitura de relatório e coisa semelhante. Não temos alternativa, já que concordamos naquilo que é correto fazer,

vamos adiante. Na minha avaliação é o caminho que devemos seguir.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra à nobre Deputada Zulaiê Cobra.

O SR. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Srªs e Srs. Deputados, eu não consigo mais assistir a esta CPMI. Eu fui muito humilhada, ontem e hoje. Para colher assinaturas, gritavam com a gente, tratavam a gente como se fôssemos animais. A Oposição já fez o seu trabalho. Esta CPMI nasceu contra qualquer possibilidade de esclarecimento. Esta CPMI nasceu com o esforço da Oposição e da Situação; senão, não teríamos CPMI. A verdade é que, ao longo do nosso trabalho, que não foi pouco, um trabalho honrado e honesto, um trabalho de muitas horas, de muito sacrifício, chegou-se à conclusão de que o Governo não quer CPI do mensalão, da compra de votos. O PT me tratou muito mal, representou agora contra mim. O meu discurso foi feito há duas semanas e só hoje representam contra mim. Por quê? Porque eu enfrentei o PT ontem no plenário. Eu dizia ao Líder: por que não querem assinar? Porque não queremos mais prorrogação de CPI. Muitos Deputados do PT queriam assinar, muitos Deputados do PcdB queriam assinar, do PPS, de vários Partidos, do PSB, do PTB, alguns assinaram, mas poucos do PT. Somente dois. Por quê? Porque ninguém queria. Ontem veio aqui o Fernando Ferro, fez um discurso dizendo que iria fazer um acordo comigo em trinta dias. Saiu daqui, voltou às 9h sem nenhuma assinatura. É brincadeira, Sr. Presidente! É humilhação demais para nós. Eu me senti humilhada, muito humilhada, porque gritam conosco por causa da CPI dos Correios, que foi prorrogada. E o Governo está bravo! O Governo não se conforma, porque tem Zulaiê que fala, porque tem Zulaiê que grita e outras tantas Zulaiês por aí, assim como homens de vários portes nesta Mesa. Há um montão de homens fortes, mas somos poucas mulheres.

A verdade, Sr. Presidente, é que estou pensando comigo mesma que não vamos conseguir o número de assinaturas suficientes, porque vou entregar à Mesa o que tenho aqui: 130 assinaturas. Saiu correndo agora o Deputado Moroni Torgan, que é grande e forte. Talvez ele consiga enfrentar essa falta de educação que está havendo no Plenário, porque eles estão muito bravos.

Portanto, tenho certeza de que o PT fez uma fala ontem, e hoje não a cumpriu. Por trinta dias, eu fiz, deixei e briguei com o José Rocha, discuti com o meu Colega José Rocha, porque disse que o PT iria vir comigo dentro de trinta dias, tempo mínimo, que termina agora em dezembro. Não vamos mais perturbar mais o Lula! Não vamos perturbar mais o

Governo! Não dá mais tempo de descobrir nenhuma falcatura! O Mensalão se encerra agora! O Relatório está quase pronto! Estamos somente fechando, o que é preciso que seja feito. Temos muitas provas que não foram concluídas.

O Senador Rodolpho Tourinho está chateado. Ele não está nem aqui, porque pediu vários requerimentos, e a maioria não foi atendida. O Banco Central não nos atendeu. V. Ex^a, Sr. Presidente, teve dificuldades. O Relator teve dificuldades. O Deputado José Rocha chegou – Graças a Deus, isso significa que ele não está tão brigado comigo, porque voltou.

Então, Sr. Presidente, sinto-me numa posição de jogar a toalha e apresentar a minha listinha, mas não vou mais ficar colhendo assinaturas, porque ninguém vai assinar. Ninguém quer saber da CPI mista mensalão e compra de votos. Eles têm medo do PT, é medo do Governo! A nossa Deputada Perpétua Almeida disse que seguia a orientação do Partido, e este não a deixou assinar.

A SR^a PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – Não responda por mim, porque isso não é verdade, Deputada.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não estou respondendo por V. Ex^a. A sua medida não é a minha. Não nos podemos comparar.

A SR^a PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – É tanto que V. Ex^a não responde por mim. Não diga que o PCdoB não me deixou assinar a CPI. V. Ex^a não use o meu nome com inverdade.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Por favor, respeite-me, porque estou com a palavra. Assine então.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço que a nobre Deputada Perpétua Almeida se mantenha calada até que lhe seja dada a palavra em seguida.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Então, temos aqui uma verdade: muitos membros da CPI não assinaram. O Deputado Luiz Couto não assinou. Temos membros da CPI do mensalão que não assinaram. Então, temos uma verdade: não haverá prorrogação. Não vamos conseguir até a meia-noite, mesmo contando o dia de hoje. Deputado Paulo Baltazar, meu Vice-Presidente, não vai adiantar. Se formos lá, como quer este Deputado, que é superidealista, o Fernando Coruja, ou o nosso Júlio Redecker, ou o Deputado Fleury, que está louco para que colhamos assinaturas. Eu e o Deputado José Rocha fizemos um trabalho maravilhoso ontem – ficamos dez horas em pé, pedindo humildemente para que assinem, a fim de que haja prorrogação, com a finalidade de a CPI terminar, pelo menos, com dignidade.

É isso que nós queríamos, Sr. Presidente: uma CPI digna, para que pudéssemos votar um Relatório digno, do nosso Deputado Ibrahim Abi-Ackel. Não vamos poder fazer isso, porque a CPI não vai ter condições de prorrogar, ou tem condições de votar e ler alguma coisa hoje.

Portanto, venho aqui para entregar o que obtive, a fim de juntar aos anais da nossa CPI as assinaturas colhidas de todos os Partidos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a V. Ex^a. Concedo a palavra ao Deputado Raul Jungmann.

Concedo antes a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, preciso ler o Relatório e torná-lo público. V. Ex^a e os demais membros da Comissão decidirão se será um documento lido perante a Comissão ou se será contribuição pessoal do Deputado que, na condição de relator, produziu, no passado, o relatório. Mas tenho necessidade de torná-lo público hoje. Ele está completo, está assinado, está inteiramente formalizado, há quase quarenta e oito horas. Andei com ele ontem durante o dia todo. E só não o dei à publicidade, à imprensa, porque entendi que o meu primeiro dever era o dar conhecimento aos membros da comissão. Pareceu-me um dever elementar. Mas se não há mais Comissão, e a sessão será suspensa, continuarei aqui para proceder à leitura. Quem tiver interesse em ouvi-lo naturalmente permanecerá. Se ninguém tiver interesse em ouvi-lo, ainda assim eu farei a leitura do princípio ao fim e depois tirarei as cópias necessárias para distribuí-las a quem tiver o interesse em obtê-la.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – De qualquer ato de continuidade, estamos agora ouvindo e vamos continuar ouvindo os Srs. Parlamentares.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Jungmann.

O SR. RAUL JUNGSMANN (PPS – PE) – Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, a primeira coisa que quero dizer, Sr. Presidente, é que apóio integralmente a interpretação que o senhor ora faz a respeito do prazo final e definitivo para encerramento dos trabalhos desta comissão, salvo se obtivermos assinaturas em número suficiente para que possamos prorrogá-lo. Nesse sentido, quero inclusive dizer que acompanharei o senhor, se assim o entender, em reunião com o Presidente do Congresso e que pretendo recorrer, e juntamente com o meu Partido. Acho que essa posição eu posso antecipar, juntamente com o titular, Fernando Coruja, que aqui se encontra, que recorreremos às instâncias regimen-

talmente previstas, caso entenda a Mesa que já transcorreu o fim desta comissão desde ontem.

Quero dizer mais, Sr. Presidente, que se necessário for e amparo legal tiver, recorreremos e vamos bater às portas da Justiça a respeito desse assunto. E isso não é, Sr. Presidente, exclusivamente por uma opção ou por uma vontade individual. É porque, ao se encerrar, dessa sorte e dessa maneira, esta CPI, quero dizer à Oposição e Governo, a Deputados e Mesa, Presidente e Relator, que, em alguma medida, estaremos sendo ou cúmplices ou culpados, em parte, daquilo que deveríamos investigar. Infelizmente, isso se impõe.

E é por isso que – não vou me alongar muito, Sr. Presidente – assumo a minha parte na responsabilidade com esse término abrupto que estamos tendo aqui agora, porque isso, sem sombra de dúvida, perante o País, perante a Nação... Aqui obtivemos, Deputado Fleury, um mandato para exercitar exatamente aquilo que é uma atribuição constitucional de um instrumento como a Comissão Parlamentar de Inquérito, que é da maior gravidade, envergadura e importância. E não fomos capazes de cumprir com essa tarefa.

Independentemente da luta política que vejo aqui travar e dos diversos e diferentes pontos de vista, essa realidade, pelo menos a mim, Sr. Presidente – eu assumo a minha parte – ela se impõe. Isso deveria também nos impor, portanto, uma reflexão para além de um certo particularismo, que é normal na disputa política. E é por isso também que antecipo que irei a toda e qualquer instância para, pelo menos naquilo que me diz respeito – e espero que tanto quanto aos demais – deixar claro que não compactuamos com a maneira pela qual esta CPI se encerra na obscuridade, na não-conclusão e, sobretudo, sem punir os responsáveis por aquilo que a motivou na sua constituição, porque é isso que está por trás dessa questão.

É isso, Sr. Presidente, é isso que está por trás.

Agora, quero também fazer aqui, Sr. Presidente, um pedido ao senhor e ao Relator, o eminente Deputado Ibrahim Abi-Ackel. Eu não vou pedir que o Relator leia ou que não leia seu relatório por este ou aquele motivo, porque seria suspeitar do Relator e do seu relatório. Quem pede que não leia, com todo o respeito aos demais aqui presentes, porque supõe um resultado, está sendo injusto com o Relator, me permita. Quem pede inversamente, ou seja, que ele o leia porque espera algum tipo de resultado, também é injusto com o Sr. Relator.

Então, eu não me vou posicionar a esse respeito em função do resultado A ou do resultado B. O que eu vou pedir, solicitar é o seguinte: o ato, o relatório pertence, se assim me permite, Presidente, à Comissão

que aqui está reunida. Não é um ato unilateral, embora exista um trabalho, horas de trabalho, dedicação do eminente Relator. Mas é de todos nós. E para pertencer a todos é preciso que a todos seja dado o direito da contestação.

Imagine, por exemplo, Sr. Relator, se um de nós, no relatório, que eu desconheço e tenho convicção do interesse, da neutralidade e da preocupação republicana do Sr. Relator, vier, por exemplo, a ser acusado? Não tem direito de defesa. E se um outro, por exemplo, incorrer o Sr. Relator – o que também não acredito – em omissão? Não poderemos mais, pelo menos sobre esse aspecto, complementar esse Relatório.

Então, para concluir, Sr. Presidente, em nome não deste ou daquele viés, que eu não conheço e desconheço do relatório a ser apresentado, mas no direito de todos aqui presentes é que eu realmente peço que não se faça a leitura deste relatório, eminente Relator Ibrahim Abi-Ackel. Entendo a sua angústia, a sua ansiedade ao se sentir, sobretudo, depositário dessa responsabilidade maior, que, na verdade, não é só sua, é de todos nós, e é por isso que peço que não seja feita essa leitura. Não em nome deste ou daquele viés, mas em nome, sobretudo, do que eu considero a complementaridade. Seria como interromper um processo. Imagine, para se utilizar a metáfora futebolística, que se diga: “olha, acabou o jogo; faltou luz, tivemos que suspender o jogo, mas vamos cobrar um pênalti a favor de A ou a favor de B”. Isso não seria, Sr. Presidente, correto, porque estaria faltando o que é complementar, ilustre Relator, ao seu gesto. A sua ansiedade é minha. A sua ansiedade, o senhor poderia até, de certa forma, desonerar-se dela ao lê-lo. E a minha, de não redargüir? E a minha, de não poder contrapor alguma coisa? Eu não vou ter esse direito, Sr. Relator. Eu não vou ter esse direito.

Então, em nome do seu direito e pedindo que o senhor reconheça meu direito, de todos os demais, é que acho que temos primeiramente lutar para sair desse imbróglio e caminharmos na direção, se possível, de uma prorrogação. Senão, devemos ver o que é possível se fazer.

Sr. Presidente, concordo com a sua interpretação e recorrerei, dentro da Casa e fora da Casa, em todos os fóruns, contra a decisão. E conclamo a todos os demais para que não pese sobre nós a suspeição de não termos esgotado todas as alternativas para realizar esta Comissão que visa fazer justiça, o que quer dizer, punir todos os responsáveis pelos desmandos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)
– Concedo a palavra a nobre Deputada Perpétua Almeida e em seguida a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – Sr. Presidente, Sr. Relator, sinto desde ontem, embora tenha comparecido a todas as reuniões como suplente, sinto que é como se estivéssemos acompanhando um velório. Essa a sensação que eu tenho. E que alguns se comportam de jeito...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – E o defunto somos todos nós, o Congresso Nacional.

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – E que alguns se comportam de um jeito, outros se comportam de outro. E digo isso, Sr. Presidente, exatamente porque eu acho que cada um de nós precisava fazer um exame de consciência para sentir se, nos quatro meses que se passaram, houve um interesse supremo de ambas as partes, tanto da Base do Governo, na qual me incluo, quanto na Oposição. Precisariíamos saber se, em quatro meses, não teríamos feito o nosso serviço corretamente.

O fato de alguns estarem colhendo assinaturas agora – uns assinam e outros não –, tenho uma opinião acerca disto, ou seja, é mais um motivo de nós não termos nos preparado caso houvesse a necessidade de prorrogação. Sinceramente, Sr. Presidente, o que sentimos – cada vez que eu vinha aqui, saía desta CPI mais desolada, seja por um lado ou seja por outro –, sendo muito sincera no meu ponto de vista é que houve alguns momentos, enquanto se estava investigando o atual Governo, que companheiros nossos, da Base, não faziam o esforço concentrado para vir aqui e apurar. Por outro lado, a Oposição era ferrenha, com todas as suas garras de fora.

Há 30 dias, quando a apuração aqui se inverteu, inverteram-se também os comportamentos. Inverteram-se quando se começou a investigar a emenda da reeleição. E eu conheço esse capítulo talvez até mais do que alguns, e não estou querendo ser mais do que ninguém, mas é porque, na época, envolveram-se Parlamentares do Acre, do meu Estado, e eu acompanhei esse interrogatório passo a passo. Acompanhei também as histórias de esquina do meu Estado acerca dessa emenda da reeleição, bem como o desinteresse, já, por sua vez, da Oposição de não querer investigar esse processo e esse lado.

Então, sinto aqui, desde ontem, que alguns discursos, algumas listas que estão correndo, assinaturas colhidas na frente da imprensa, fazem parte do jogo. Eu sinto, então, como se estivesse, aqui, boa parte dessa Comissão fazendo jogo de cena. E eu acho que é por isso que precisamos fazer um exame de consciência e percebermos que todos nós, aqui, erramos e erramos feio quanto ao processo de apuração a fundo – e, aqui, não me refiro ao relatório, até porque nem o conheço ainda. Quando eu questioneei alguns aqui,

eu perguntava se tinham sonhado com o seu relatório. Não conheço e nem tratamos sobre isso.

Então, a pergunta que fica é a seguinte: queríamos mesmo investigar, havia um interesse a fundo de saber, além dos depósitos, óbvios, na conta de alguns Parlamentares? Em relação a isso, tudo foi óbvio porque se abriu o sigilo, depois os Bancos mandaram a relação e apareceram os nomes de todo o mundo. Nós não descobrimos nenhuma novidade nesse processo, o que era óbvio. Já aqueles que pegaram uma boa bolada de dinheiro e precisavam dizer para que Deputados repassaram, nós nunca conseguimos e nem vamos conseguir que eles digam, porque eles vieram aqui e disseram: eu não vou dizer para quem dei o dinheiro.

E, quanto à história da emenda da reeleição, pela segunda vez o Congresso Nacional perdeu a oportunidade de investigar a fundo. Lembro-me de que, na semana passada, eu investigava aqui e consultava um ex-Deputado Federal do Acre, que para o Acre inteiro, naquela época, vendeu votos por vários motivos. E nós, pela segunda vez, não conseguimos provar. E uma Parlamentar, sentada nesta cadeira, instigava o Advogado dele para que ele ajudasse o seu cliente.

Portanto, Sr. Presidente, nós precisamos assumir isso, porque nós estamos passando a idéia de que aqui tem jogo de cintura, num discurso ou outro mais acirrado, de colher ou não as assinaturas. Até as assinaturas começaram a serem colhidas na data errada. Porque, se queríamos mesmo prorrogar a CPI, tínhamos, todos, que nos ter preocupado com esse prazo. Ou alguém aqui é inocente e não sabia que o prazo era de 120 dias? Todo mundo sabia, Sr. Presidente.

Portanto, a minha opinião é clara. Eu fui Deputada a partir do momento em que eu tomei posse. Se valer o momento a partir do qual se instalou a Comissão – e o prazo foi ontem ou o prazo é hoje, precisamos contar os 120 dias para saber – sugiro, com a consciência de quem não conhece o relatório, que seja lido o relatório, porque houve o esforço do Relator em fazer o seu Relatório.

E não quero aqui, Sr. Presidente, fazer coro com aqueles que dizem que é para ler porque sei que é favorável a este ou àquele lado. Não. Não é para ler porque ali não foi incluído isto ou aquilo. Eu acho que, nesse caso, é um desrespeito a quem baixou a cabeça para poder fazer um relatório. Eu acho que ele tem que ser lido. E tem que ser lido porque foi o mínimo que se conseguiu produzir. Temos que assumir, sim, a nossa incompetência de ambos os lados em todo esse processo, sob pena de assumirmos, de todos os lados, fazendo jogo de cena.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO)

– Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, eu estava pensando até se valeria a pena falar, mas não poderia deixar de fazê-lo. Acho até que eu já briguei muito. Quero dizer aqui que concordo em grande parte com o que o diz a Deputada Perpétua. Eu acho que todos temos que reconhecer que falhamos sim – uns mais outros menos, mas todos tiveram alguma contribuição. Eu fiquei bastante preocupada ontem, e por vários momentos, solicitei, até por respeito a um Relator que não faltou a uma única reunião, que se dedicou, que acompanhou o processo, que fez o relatório para que pudéssemos lê-lo ontem, um acordo. Eu me preocupei e, mesmo sendo tarde, eu ainda procurei um acordo e tentei coletar assinaturas, Deputada Perpétua, para uma prorrogação que desse pelo menos condição de lermos o relatório, de discutirmos, de darmos oportunidade a quem quisesse pedir vista, quem quisesse fazer emendas ou quem quisesse concordar com o relatório. Enfim, era uma proposta. Disseram que não adiantaria de nada, mas, com certeza, não estaríamos vivendo essa situação agora se tivéssemos aprovado uma prorrogação de dez dias. Não estaríamos vivendo essa situação. Estaríamos agora com o Relator podendo ler o relatório, estaríamos podendo cada um aqui discutir, dar sua opinião, concordando, discordando neste ou naquele ponto.

A minha opinião individual era diferente da de dez dias, mas acho que, quando estamos numa Casa, num Congresso, onde somos eleitos, numa Casa democrática, é natural que o que o que conta é a soma das opiniões, e não apenas a opinião de uma pessoa. Então, eu sempre dizia e pedia aos Senadores da Oposição: “colegas, é melhor dez dias do que não termos nenhum” Nós corremos o risco, porque eu me preocupei com esse entendimento da Mesa do Senado, que eu já conhecia, que momento que seria levado em conta era o momento em que ela é instalada.

Então, sinto isso. Lamento, mas vou ficar. Deputado Ibrahim Abi-Ackel, eu vou ficar aqui pra ouvir seu relatório, porque ontem, por diversas vezes, eu pedi para que fosse lido. Acho que poderíamos, mesmo quando não tínhamos quórum pra voltar, ter começado, assim como várias reuniões começam sem quórum pra votar, mas com quórum para discutir, para leitura de relatório.

Acho que isso faz parte do processo de reflexão que todos temos que fazer. Acho que vamos tentar, vamos esperar a resposta, mas eu gostaria de conhecer, como todo o Brasil quer, o trabalho que V. Exª. Sei que V. Exª fez, sou testemunha de que não faltou

a uma única reunião aqui desta CPI, a uma única oitiva desta CPI.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Um aparte, nobre Senadora?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Pois não, Deputado Daniel.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – É que acabo de receber a informação, Sr. Presidente, nobre Senadora, de que está publicado na página 27 do Diário do Congresso Nacional ato da Mesa do Congresso dando como extinta a CPMI que estamos agora debatendo.

Então, gostaria, inclusive, que fosse confirmado isso, porque acabo de receber essa informação. Página 27 do Diário do Congresso Nacional.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Então, a preocupação que tínhamos ontem de que pudéssemos pelo menos fazer prorrogação ou que pudéssemos ler o relatório ontem, acho e confirma. Mas eu vou ouvir, porque acho que o Relator não tem responsabilidade, porque ele queria ler. Ele falou isso desde o primeiro momento. Eu sou testemunha disso. Eu não conheço o relatório, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, não conheço relatório, não sei se vou concordar ou não com ele, mas eu acho que tínhamos que ter dado direito de o senhor ter lido ontem. Mas por isso eu ficarei aqui, mesmo que só fiquemos nós dois; Acho, no entanto, que muitos ficarão para ouvir em respeito, inclusive, ao seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Por hora, esse ato publicado... quero dizer que estamos na convicção de que o prazo está vigente. É evidente que, se a Mesa nos tirou esse poder, eu desconhecia. Falei com o Presidente hoje e não obtive dele essa informação.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – AS) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Mas concedo, antes, a palavra...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sr. Presidente, é só uma questão de ordem e esclarecimento.

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – Pela ordem, também, Sr. Presidente. Questão de ordem.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O art. 20 do Regimento Comum diz o seguinte:

Art. 20. Esgotado o prazo destinado aos trabalhos da Comissão, sem a apresentação do parecer [que está esgotado, é o caso], este deverá ser proferido oralmente, em plenário, por ocasião da discussão da matéria.

Então, se esgotar na Comissão – é um dispositivo das Comissões Mistas de maneira geral – o Relator, já

que está esgotado, não pode ler aqui. Pode depois ler no plenário do Congresso Nacional, onde debateremos e poderemos apresentar um voto em separado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, pela ordem. É importante.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Recebi agora, aqui, uma manifestação de que há no jornal **Valor Econômico** um comentário geral sobre o relatório do Deputado Ibrahim Abi-Ackel. Isso quer dizer que alguém teve acesso a esse relatório antes dos Deputados. Eu não...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Gostaria de terminar, depois passo.

(Intervenção feita fora do microfone.)

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Mas eu gostaria de ter a palavra garantida, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Já concedo a palavra.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Gostaria de ter o direito...

(Intervenção feita fora do microfone.)

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Mas eu gostaria de ter o direito de falar, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Em seguida, darei a palavra a V. Ex^a.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Quero dizer que me ligaram agora, dizendo: Deputado Redecker, todo relatório já está comentado no **Valor Econômico**. Pedi para trazer...

Posso falar, Relator?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos conceder a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Ex^a me permita explicar.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu lhe permito, depois que eu lhe disser aquilo que eu sei. Eu não consigo falar. O senhor poderia, pelo menos, me ouvir um minuto? Um minuto?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Porque eu tenho que explicar a V. Ex^a o que V. Ex^a não sabe.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Mas eu não terminei de falar.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Já eu sei a que V. Ex^a está se referindo.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Mas se o senhor sabe, os outros não sabem, porque nem todo mundo entende.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – É o relatório elaborado por uma equipe de assessoria técnica, que eu repeli, porque não o aceitei. E, ontem, ele foi divulgado clandestinamente. Não tem a minha assinatura, eu não o subscrevo. Eu fiz outro pessoalmente, que não tem nada a ver com ele. E o **Valor Econômico** não podia absolutamente ter me atribuído uma coisa que eu não fiz. Foi alguém aqui na nossa assessoria técnica fez o relatório.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Isso é grave, Sr. Relator. Isso é muito grave.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas eu ia explicar, mas estou desde ontem, pela manhã, tentando explicar.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Isso é grave.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – E não consigo, não consigo porque eu vou ter que, talvez, já que não tem reunião aqui, mudar de sala – V. Ex^{as} me perdoem –, convidar a imprensa e ler o meu relatório, porque, do jeito que vai indo, são 16h42min, daqui a pouco as pessoas vão embarcar, não vai haver mais número, e eu não vou poder ler. E eu fico sujeito a essas coisas, porque não tenho oportunidade de falar. Não tenho oportunidade de falar.

Então, vou explicar mais uma vez a V. Ex^a, árdego, devotado e ilustre amigo, Deputado Júlio Redecker. Ontem, pela noite, uma ilustre jornalista, muito competente, me exibiu na mesa 76 páginas de um relatório que eu não escrevi, que não é da minha autoria, que saiu de um grupo de assessores, montados aqui perto da Biblioteca, e que se atreveu a redigir um relatório na suposição de que eu o assinasse. Eu não preciso de *ghost writer*. Eu assumo os meus defeitos lingüísticos e ortográficos. Não preciso da ajuda de ninguém, de nenhuma equipe para escrever. E, aliás, é uma droga de relatório, que me repugna! Que eu repilo! E que não podia absolutamente ter sido apresentado, porque não dei a ninguém o direito de tentar redigir coisas para eu assinar. Nunca assinei, jamais, coisa feita por quem quer que seja.

Então, V. Ex^a me perdoe a exaltação, mas já está ficando demais. Eu tenho um relatório, que está debaixo do meu braço. Há 48 horas que eu estou tentando ler. Não consigo. Não consigo. E por isso mesmo, porque vai se adiando, adiando, adiando, e, no vácuo da leitura, aparecem coisas como essa que irritam profundamente quem assumiu a responsabilidade de ler um texto que está na pasta e que não consegue dar ao conhecimento dos senhores membros da Comissão porque eles não permitem.

Ontem tive as maiores dificuldades com a imprensa, que, no cumprimento do seu dever e com toda sim-

patia, fez contra mim uma pressão enorme no sentido de conhecer o relatório. E eu lhes disse não posso dar cópia a ninguém porque é meu dever elementar dar esse texto aos membros da Comissão. Estou esperando. Se V. Ex^{as} não querem ouvi-lo, liberem-me, então, que vou lá fora tirar cópia e distribuir **urbi et orbi** para quem quiser a ter.

Fiquem V. Ex^{as} sabendo que o que o **Valor Econômico** publicou não tem absolutamente nada a ver comigo. É uma obra de arquiteto que não foi incumbido de construir coisa alguma, cuja planta me recuso a assinar porque não presta, não tem valor.

V. Ex^a me desculpe. V. Ex^a é exaltado e acaba nos exaltando também.

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, garanta-me a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É importante o esclarecimento do Sr. Relator porque esse documento não tem nada a ver com o relatório.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não tem absolutamente nenhum valor.

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – Só quero dizer ao ilustre Relator que não exaltei e não fiquei exaltado. Agora, recebendo a informação de que este relatório já estava circulando na imprensa...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Este relatório não circulou na imprensa.

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – Só quero terminar o meu raciocínio. Eu já ouvi o ilustre Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O meu relatório não circulou na imprensa...

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – Já entendi, mas eu gostaria de falar.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – ... porque a imprensa não penetra os olhos dentro do couro desta pasta, e ele nunca foi mostrado por ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Esse relatório não tem qualquer valor. Não é da lavra do Relator.

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – Por favor, Presidente.

Quero dizer ao ilustre Relator que não lhe faltei com o respeito porque, quando houve a manifestação de que esse relatório fora publicado pela imprensa, eu não tinha a sua explicação, que é válida e eu respeito. Não preciso fazê-lo ao ouvido porque aqui temos todo tipo de transparência necessária. Eu tenho direito, como Deputado, de falar às claras, transparentemente, na frente de todos os que aqui estão, que fiquei surpreso porque não tinha conhecimento do relatório e tomei

conhecimento, por telefone, de que esse relatório estava na imprensa.

Não atribui a V. Ex^a essa atitude e muito me alegra saber que o senhor não a tomou, mas não há como não dizer que nós, e que eu pessoalmente, não ficamos preocupados, Sr. Presidente. Por isso, cabia a mim, clara e respeitosamente, ilustre Relator, solicitar a esta Comissão, ao Presidente da Mesa, que é o responsável pela condução dos trabalhos, o esclarecimento desse assunto.

Quanto à leitura ou não do relatório, não há aqui nenhum Parlamentar que esteja obstruindo a leitura, mas não podemos concordar com a leitura do relatório sem que solicitemos vista dentro do prazo legal porque esse relatório se esvaiu por ter-se perdido no tempo, já que perdemos todas as condições legais de atribuir verdade a esse relatório ou podendo fazer também a sua contestação. Não há como fazer uma leitura em que teremos que comprar pronto aquilo que não podemos contestar, se é que não contestaremos pela razão de não conhecê-lo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não poderei forçar V. Ex^a a ouvir o que não quer, mas que o relatório vai ser lido, vai.

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu gostaria que V. Ex^a o tivesse distribuído para seus colegas.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Vou distribuí-lo na hora em que lê-lo porque, se eu o distribuisse antes de lê-lo, não haveria acompanhamento. V. Ex^a tem, sim, o direito de dizer o que quer, mas tem o dever de ouvir aquilo...

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – E ouvi com atenção.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Ex^a, mais uma vez, fique sabendo que o que foi publicado é falso, seja o que for.

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – Fico muito feliz.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Se V. Ex^a tivesse perguntado isso, eu lhe teria esclarecido.

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu lhe perguntei, e V. Ex^a esclareceu. Só o fiz publicamente e acho que não errei.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Ainda há três oradores inscritos.

Estou dando esse tempo porque ainda não há quórum. Quando alguém pedir verificação, estaremos em situação complicada.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas para haver quorum, é preciso saber se essa reunião está

sendo válida ou não. Se houve uma publicação no Diário Oficial, ela não está.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Estamos mandando consultar também, nobre Deputado José Rocha.

Concedo a palavra ao Deputado João Correia.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, um escritor peruano bastante interessante escreveu um livro que deve ser analogamente comparado com esta CPMI: “Bom dia para os defuntos”.

Eu não me desgastei, Sr. Presidente, como a Deputada Zulaiê, por exemplo, que tenho acompanhado ao longo desses meses, tampouco como o Deputado José Rocha, outro abnegado e presente membro desta CPMI.

Por que não desgastei, Deputada Zulaiê? Ontem me despedi das nossas assessorias – do PFL, do PSDB, do PMDB, de todas, da magnífica Cibeles, que me prestou uma maravilhosa assessoria. Despedi-me, beijei as mãos das mulheres e abracei os homens porque eu sabia que esta CPMI tinha acabado.

Sou de uma Bancada de oito Deputados Federais e de um Estado pequeno, como é o Estado do Acre. Três deles assinaram a prorrogação da CPMI dos Correios. Dois deles retiraram sua assinatura. Permaneceu apenas a minha assinatura. Nesse momento, Deputada Zulaiê, percebi que não temos a menor chance de prorrogar que não fosse por um dia para a leitura do relatório do douto Relator porque S. Ex^a não menciona claramente a seguinte frase: “Houve mensalão”. Se S. Ex^a tivesse escrito essa frase em seu relatório, não haveria ninguém que quisesse ouvi-lo. Ninguém! Mas, como está escrito que não houve mensalão, como não há referência explícita da sua existência...

A SR^a PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – Ele conhece o relatório?

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – As pessoas estão querendo ler atrás de um indulto, sonhando com indulto.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Ex^a me permite? V. Ex^a está se referindo ao meu relatório?

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Estou me referindo à ansiedade das pessoas em ouvir o relatório de V. Ex^a. O relatório de V. Ex^a não me menciona claramente a frase.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Como V. Ex^a sabe?

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Não tenho olhar de raios X para penetrar a bolsa de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Conclua, Deputado.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, eu aprendi muito nesta CPMI. Participei de todas as oitivas aqui realizadas, sem nenhuma exceção. Participei de todas as reuniões administrativas, exceto duas, porque eu ainda não havia chegado e estava no meu longínquo Acre em relação a Brasília. Posso testemunhar o esforço de alguns Deputados. Por dever de justiça, menciono o Relator; a Deputada Zulaiê, presente aqui diuturnamente e interessada; o Deputado José Rocha, dentre outros. Alguns, de fato, saborearam o gosto da omissão, não vinham quando não lhes interessavam, não se esmeraram em investigar e desapareceram. Alguns que falam, estufando as veias do pescoço, sumiram e aparecem hoje porque hoje é dia de mídia.

Sr. Presidente, aprendi muito nesta Comissão. Aprendi com uma convivência respeitosa, com diferenças, divergências e com meu máximo esforço. Se eu mais não pude colaborar foi porque não tive competência para tal, mas me esforcei.

Gostei de ter participado, e lamento muito, é muito melancólico, Presidente, que nós estejamos por uma luta política miúda, rasteira, que rasteja de fato, sem dar à Nação a satisfação da nossa investigação. Então, nesse aspecto, para concluir, Sr. Presidente, eu quero dizer o seguinte: Relator, vou dar a V. Ex^a uma sugestão: vá ao plenário da Câmara dos Deputados, que é o lugar mais ancho que nós temos, e faça a leitura desse relatório, faça uma exposição desse relatório para salvar o Parlamento brasileiro, pelo menos a Câmara dos Deputados.

Aí, sim, porque V. Ex^a fazer uma leitura desse relatório agora é como que V. Ex^a estar pedindo para mostrar algo que as pessoas não querem ver. Elas não querem ficar cara a cara com o que não querem ver, porque, se V. Ex^a, lendo o relatório, não fizer uma defesa bastante sucinta e objetiva desta monstruosidade chamada mensalão, o debate vai se estabelecer e ele vai se prolongar. Se V. Ex^a o fizer, idem, o mesmo ocorrerá. Por conseguinte, eu sugiro a V. Ex^a que faça essa leitura da tribuna da Câmara Federal, para lavar a dignidade daqueles que trabalharam nesta Comissão, Presidente – não foram tantos, não, mas alguns trabalharam e merecem este respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

É uma despedida agora. Não vou mais beijar a mão das mulheres, mas abraço a todas as pessoas aqui, essa assessoria ótima, tudo, tudo muito bom, o rapaz que nos serviu o café, o Zezinho, num ambiente de muito companheirismo, muita fraternidade, que me ensinou muito. Eu, aliás, já estou me escalando para as próximas CPIs. Eu estou aí já me oferecendo a participar das investigações. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu concedo a palavra ao nobre Deputado Gastão Vieira. Depois, ao nobre Deputado José Rocha. E aí está encerrada a discussão.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, eu estou diante de uma escolha extremamente difícil: eu não sei se eu sou Eremildo, o idiota, do Elio Gaspari; a velhinha de Taubaté do Veríssimo, ou Palhares; o canalha, de Nelson Rodrigues. Talvez, neste momento, eu me sinta uma síntese dos três personagens.

Sr. Presidente, há cinco dias atrás, com relação à prorrogação do prazo da CPI dos Correios, eu comentei com a minha filha que seria uma incoerência se eu, um membro desta Comissão, permanentemente trabalhando, inquirindo, procurando informações e sabendo que não tínhamos chegado a qualquer conclusão, ter o direito de pedir o encerramento da CPI dos Correios ou a não-prorrogação do seu prazo. E eu, contrariando a orientação do meu Partido, Sr. Presidente, me recusei a retirar a minha assinatura. Embora pertença à Base do Governo, não retirei, na convicção de que isso aqui não era uma brincadeira. Mas eu me sinto, Sr. Presidente, um idiota. Eu já escolhi qual dos três personagens eu quero ser. Se eu soubesse, eu estaria silenciosamente na minha Comissão de Educação, onde eu recebo aplausos, e não perseguições, não pagando o preço por ter, por um momento, acreditado que isso aqui era uma coisa séria, que a política pode ser uma coisa justa, de que os homens têm orgulho de participar. Eu, de repente, até estou preferindo que a Mesa do Senado, sem dar satisfação a V. Ex^a, tenha simplesmente acabado com esta Comissão. Eu terei uma desculpa para dizer: foi arbitrariedade do Presidente do Senado. Talvez isso diminua 00,1% esse sentimento que eu estou sentindo.

Nobre Relator, eu concordo com João Correia, leia da tribuna da Câmara. Eu tenho, no Grande Expediente amanhã, 25 minutos, abro mão para que V. Ex^a mostre que se tentou, que se procurou – eu sempre segui a linha de V. Ex^a –, uma linha auxiliar para que V. Ex^a fizesse um bom relatório. Agora, eu não quero me sentir como eu estou me sentindo: Eremildo, o idiota. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu, inicialmente, quero aqui prestar minha total solidariedade à companheira Deputada Zulaiê Cobra, eu, que acompanhei o seu trabalho não só nesta Comissão. Fizemos um trabalho nos últimos dias, de muito sacrifício, na tentativa de

conseguir as assinaturas para a prorrogação do prazo de término desta Comissão.

Ela passou a ser vítima de uma representação no Conselho de Ética, talvez, Zulaiê, por sua coragem, por sua maneira de enfrentar as pessoas e de se colocar diante de um desafio que é realizar aquilo que sua consciência manda.

Fico muito triste, Sr. Presidente, de chegarmos ao final desta CPMI sem uma conclusão dos seus trabalhos. Foram quatro meses de muito trabalho. Todos nós nos dedicamos até altas horas da noite nas oitavas, nas pesquisas da documentação que a Comissão pôde organizar e estamos chegando a um fim melancólico. Nós sempre tínhamos a preocupação de que isso acontecesse e, infelizmente, está acontecendo.

Estamos numa reunião que não sabemos se constará dos Anais desta Comissão, porque há informações de que há uma publicação no Diário Oficial de que ela já está extinta desde a meia-noite passada.

O Sr. Presidente do Senado ainda não decidiu o recurso que V. Ex^a fez de ofício na noite de ontem para que a Presidência do Senado decidisse se o prazo havia terminado ontem ou se terminaria à meia-noite de hoje.

E, nesse trabalho que nos propusemos a fazer da busca de assinaturas para a prorrogação dos trabalhos desta Comissão, Sr. Presidente, no resumo que fiz por meio da assessoria do PFL, quero dizer que coletamos 141 assinaturas até a meia-noite de ontem para a prorrogação até 180 dias e 122 assinaturas para a prorrogação por 120 dias. Hoje colhemos mais 10 assinaturas para a prorrogação de 120 dias, o que demonstra, Sr. Presidente, um sentimento dos Srs. Parlamentares da prorrogação do prazo dos trabalhos desta Comissão.

Se tivéssemos mais tempo, com certeza, conseguiríamos não só o número exigido regimentalmente, mas obteríamos mais assinaturas, com certeza, para que ela pudesse continuar e o relatório do eminente Deputado Ibrahim Abi-Ackel, pudesse ser lido, discutido e votado. Mas, infelizmente, não conseguimos o apoio da base do Governo para que assim continuássemos.

O exemplo está aqui hoje nesta sessão, Sr. Presidente. Não temos nem sequer um Deputado do Partido do Governo, até para prestigiar o enterro lamentável desta Comissão.

Esse desinteresse da Base do Governo pela continuidade dos trabalhos desta Comissão está espelhado justamente na coleta das assinaturas. Nesse nosso espelho, nesse nosso resumo da coleta de assinaturas, é possível verificar que o PDT contribuiu com 10 assinaturas; o PFL, com 44; o PL, com zero; o

PMDB, com 19; o PMR – que é o PB hoje –, com zero; o PP, com seis; o PPS, com 10; o Prona, com duas; o PSB, com três; o PSC, com uma; o PSDB, com 35; o P-SOL, com quatro; e o PT, com zero; o PTB, com zero; o PV, com cinco; o PCdoB, com zero; e duas assinaturas ilegíveis.

Portanto, houve 141 assinaturas, no total, para a prorrogação dos trabalhos. Para 182, faltaram assinaturas para que pudéssemos comemorar hoje a prorrogação dos trabalhos desta Comissão. Porém, acredito que valeu a pena. Valeu o nosso esforço, o nosso trabalho nesse sentido.

Sr. Presidente, a respeito desses números que acabo de ler, sei que não deu essa informação ao jornal **O Estado de S. Paulo**, conforme V. Ex^a me disse.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – De forma nenhuma.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quero aqui dizer que **O Estadão** publicou hoje uma matéria, dizendo que eu só havia colhido 15 assinaturas e que V. Ex^a, irritado com o desinteresse, “saiu a campo e conseguiu 146 assinaturas até às 20 horas e 30 minutos” – o prazo se encerrava à meia-noite.”

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Permita-me interrompê-lo. Eu já sei...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Apenas estou lendo uma matéria que **O Estadão** publicou, mas V. Ex^a já me relatou que não deu essa informação ao jornal.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Evidentemente, ontem, eu saí e fiz um esforço brutal, com todos os Líderes partidários, sobretudo dos grandes Partidos, para buscarmos um entendimento. Num primeiro momento, eu acreditei nesse entendimento. É uma questão de bom senso. Um imperativo lógico, político e ético. Eu tive de fazê-lo. Não cabia ao Presidente agir dessa maneira por estar numa posição equidistante, de condutor do processo, mas saí para tentar salvar não a Comissão, mas o Congresso, porque a Comissão quer trabalhar, mas o Congresso não nos está dando essa oportunidade com um mínimo de um terço. Essa é a verdade. Por isso, eu saí. Não sei de quem ouviram que havia 15 assinaturas e que eu estava irritado. Alguém me perguntou: “O Deputado Rocha só conseguiu 15 assinaturas?”, e eu disse: “Não. Eu sei que já passaram de 100”. Naquele momento que V. Ex^a estava coletando as assinaturas, deu-me uma informação assim. Eu lhe telefonei várias vezes – V. Ex^a deve lembrar-se disso, nobre Deputado – e perguntei “como está indo?”, porque eu estava preocupado com essa questão.

Então, quero esclarecer, em caráter definitivo, porque não sou homem de meias palavras.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem urgente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Sr. Moroni Torgan para uma questão de ordem.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Neste momento, a Mesa do Senado está decidindo. Eu estava naquela reunião por deferência do Presidente Renan Calheiros, e a tendência de todos é de dar o prazo da prorrogação. Estou dizendo que é uma questão de ordem urgente, porque entendo que é fundamental que V. Ex^a esteja nessa reunião agora.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, eu vou com autorização de todos os presentes. Peço que me acompanhem o Deputado Fleury, V. Ex^a e a Senadora Ana Júlia Carepa. Não farei nenhuma distinção. Eu poderia convocar todos os senhores e estaria bem representado.

O Vice-Presidente assumirá a Presidência.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Eu até digo que vá apenas V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Daí surge uma questão.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu tenho que concluir.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Ex^a me desculpe. Eu tive que sair por motivos a que V. Ex^a também, eventualmente, está sujeito. Desse modo, peço muitas desculpas a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Peço ao Presidente a atenção para concluir a minha fala.

Então, Sr. Presidente, esclarecida a matéria feita pelo **Estadão**, ressalto a minha satisfação de ter participado desta CPMI ao lado de todos esses Colegas brilhantes, que tanto trabalharam para que pudesse haver um resultado que fosse aquele que a sociedade desejava. Infelizmente, não chegamos a esse objetivo, mas fica a experiência para que, em outras CPIs ou CPMIs, tenhamos a cautela e a experiência dessa para que não se chegue a um fim como a que essa esta chegando.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Preciso retirar-me.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, sei que V. Ex^a precisa retirar-se.

Dou um conselho ao Ilustre Relator, um homem respeitado nesta Casa não só pela sua inteligência e competência, mas sobretudo pelo dom que Deus lhe deu – o grande orador que é, um dos maiores que já vi na vida: utilize a tribuna do Plenário da Câmara dos Deputados ou até do Congresso Nacional, numa reunião, para ler o seu relatório a fim de que ele tenha a

divulgação e que o seu conteúdo seja acompanhado por todos numa sessão em que possamos apartear-lo, fazendo reparações ou elogios ao seu trabalho.

Mas, certamente, Sr. Relator, nesta sessão, que não sabemos se constará ou não dos anais desta Casa, o seu trabalho, talvez, não tenha a repercussão e a dimensão que pretenda dar a todos nós e àqueles que estão desejosos de saber o conteúdo que está nessa pasta que V. Exª traz com muito carinho, pretendendo abri-la somente no momento da leitura do seu relatório.

Eram essas as minhas palavras.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para um esclarecimento. O Deputado José Rocha disse que ninguém do PTB assinou de 180 e de 120, mas foi porque assinamos o de 30 dias. Assinamos o de 30 dias, quero deixar isso bem claro, porque fui o primeiro a assinar, a Deputada Zulaiê pode confirmar, inclusive, essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou-me retirar temporariamente. Peço ao vice-Presidente que assine.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ouça o que o Relator quer falar, ele não quer encerrar.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – O problema da possibilidade de se estender o prazo de validade desta CPMI até a meia-noite de hoje impõe a necessidade da leitura urgente do relatório, para que ele possa ser debatido e votado.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Até a meia-noite de hoje?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – É. Quanto às opiniões dos Deputados Gastão Vieira, João Corrêa e José Rocha, colegas a quem tributo as minhas maiores homenagens pela dedicação, a quem aprendi a admirar pela extraordinária capacidade de devoção aos problemas do País, acedo-as, vou fazer a leitura da tribuna, mas preciso saber que dia a pauta me permitirá usar da palavra. Farei hoje e, em seguida, procurarei me inscrever na Ordem do Dia da Câmara para falar.

A SRª ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Temos 25 minutos pela manhã, sexta-feira de manhã.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sexta-feira pela manhã? Um dia...

O SR. NÃO IDENTIFICADO – O que interessa é a TV Câmara.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Farei, farei uso dos 25 minutos. Mas penso que o debate deve ser travado em torno do relatório que estou ansioso para ler, pois tenho de prestar contas

à Comissão. Estou aqui aguardando a oportunidade de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Consulto os senhores se há algum Deputado ou Deputada, Senador ou Senadora que deseje...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Não, era só para fazer esse encaminhamento que o Relator já fez no sentido de que, se não fosse prorrogada a Comissão, que pudéssemos ter a leitura. Não sabemos quanto tempo a Mesa tem o poder de fazê-lo, já que nenhum requerimento completou. Então, duvido que a Mesa possa definir uma prorrogação que não seja o entendimento até hoje. mas, mesmo assim, proponho que façamos a leitura. O Relator já fez a proposta, basta que concordemos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Concedo a palavra ao Sr. Relator para fazer uso da palavra e ler o seu relatório.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, em primeiro lugar, devo explicar que o relatório é, por si só, uma peça modesta, contém apenas aquilo a que todos assistimos e o que todos vimos. Não penetra em mistérios, nem segredos, porque só se pode ater àquilo que se desenrolou à vista de todos, àquilo que contém os documentos que foram lidos ou propiciada a leitura aos Srs. membros da Comissão.

No curso dos trabalhos desta Comissão, tomei algumas notas sobre fatos que me pareceram relevantes. Remeti-as a uma comissão de assessores, que foi montada para assistir esta Comissão, sempre precedidas de um bilhete no qual eu pedia: verifiquem o que podem aditar a esta matéria; verifiquem, por favor, o que podem aprofundar nesta matéria. Esses assessores jamais devolveram quaisquer dessas minhas notas com contribuições que pudessem dar. Finalmente, na noite de anteontem, uma ilustre e simpática jornalista trouxe a esta mesa 76 páginas de um suposto relatório de minha autoria, elaborado por esse grupo de assessores ou por um desses assessores. Era uma peça que não merecia o meu acolhimento, porque tecnicamente mal-estruturada e linguisticamente inaceitável. Repeli-a. E fui, depois, verificar que aqueles bilhetes, aquelas notas que eu havia mandado para que trabalhassem, aprofundassem, aditassem, haviam sido incorporadas, ainda que em lugar inadequado, a esse longo parecer inútil que fizeram o favor de editar.

De sorte que aquilo que é de minha autoria que se encontra nesse falso relatório é plágio, descaradamente um plágio. Além disso, quero deixar acentuado nos Anais desta Comissão que o simples fato de terem dado publicidade àquilo que iam remeter à minha possível assinatura significou uma quebra de confiança.

Não sei de quem, não sei qual dos assessores, mas uma quebra de confiança.

Feitas essas duas ressalvas e negando qualquer valor a essa peça inaceitável, submeto aos Srs. Membros da Comissão o relatório que redigi e que está nos seguintes termos – vou fazer uma leitura apressada e, na medida em que for lendo, vou pedir à ilustre assessora o obséquio de ir imprimindo, para que, ao final da leitura, todos os Srs. Membros tenham uma cópia autêntica do relatório –:

O Presidente do Congresso Nacional, em decorrência do requerimento nº tal, constituiu esta CPI “destinada a apurar denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1/1995, que dispõe sobre a reeleição para os mandatos executivos”.

Delimitadas desse modo as matérias de competência da presente Comissão Parlamentar de Inquérito, as investigações a seu cargo, no primeiro caso, derivaram de denúncias veiculadas pelo então Deputado Roberto Jefferson sobre remunerações financeiras feitas mensalmente a deputados da base de sustentação parlamentar do Governo, destinadas a assegurar apoio a matérias de interesse deste, em tramitação na Câmara dos Deputados, tendo como autores dos repasses financeiros o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza, co-proprietário das empresas de publicidade SMP&B e DNA, e Delúbio Soares, tesoureiro do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores.

No segundo caso, as investigações voltaram-se para os personagens que, à época da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, haviam sido objeto de processo de investigação na Câmara dos Deputados, como termo inicial de busca de novas informações ou de dados não revelados na ocasião, tendo em vista que ficara inconcluso o convincente conhecimento da matéria.

A CPMI dedicou inicialmente sua atenção ao primeiro caso, dada a sua emergência como fato político de relevância dominante no País, deixando para mais adiante, quando pelo menos revestidos da necessária consistência os elementos de convicção sobre o recebimento das vantagens indevidas, as apurações relativas à Proposta de Emenda Constitucional nº 1.

Conjugaram-se em determinados instantes das apurações os indícios levantados por esta CPMI e pela CPMI dos Correios, ainda que em graus de importância variáveis, sobre recebimento, por parlamentares,

de recursos financeiros originários dos Srs. Marcos Valério Fernandes de Sousa e Delúbio Soares.

Esse entendimento comum sobre os indícios levou os Presidentes de ambas as CPMIs, Senador Amir Lando e Senador Delcídio Amaral, e os Relatores respectivos, à elaboração de parecer conjunto submetido aos membros de ambas as Comissões e por estes aprovados sem restrições.

Os interrogatórios procedidos nesta Comissão não só confirmaram como aduziram elementos novos às informações prestadas em documento datado e assinado por Marcos Valério Fernandes de Sousa. Esses elementos de informação, complementados por revelação feita ao longo dos depoimentos tomados por esta Comissão, revelam que, com esses recursos financeiros, foram pagas despesas de campanha presidencial, de governadores de Estado, de deputados federal e estadual, nas eleições de 2002, e de janeiro e de prefeito municipal, de 2004.

Os recursos levantados por Marcos Valério Fernandes de Souza irrigaram, a mando de Delúbio Soares, as mencionadas campanhas nos Estados de São Paulo, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Na relação de repasses de recursos financeiros, Marcos Valério Fernandes de Souza cita nomes por inteiro, prenomes e apelidos, com as quantias correspondentes, embora em alguns casos não tenha sido esclarecida a verdadeira destinação dos recursos.

Dos depoimentos prestados à CPMI e sobretudo da acareação por ela promovida, resultaram discrepâncias quanto aos valores ditos entregues e os confessadamente recebidos, sendo o mais importante deles o que diz respeito ao ex-Deputado Valdemar Costa Neto, que afirma ter recebido de Marcos Valério R\$6,5 milhões. Em contradição, o mesmo Sr. Marcos Valério sustenta ter feito, em sucessivas entregas, o repasse de R\$10.837.500,00. Verificou-se, ainda, frontal controvérsia entre Marcos Valério e Emerson Palmieri, tesoureiro do Diretório Nacional do PTB, que negou ter recebido qualquer parcela dos R\$2,468 milhões que o primeiro afirma ter entregue. Apesar da veemência do seu desmentido, declara o Sr. Emerson Palmieri, em documento datado de 29 de setembro do corrente ano remetido a esta CPMI, que, embora não soubesse do conteúdo de envelopes lacrados que lhe foram entregues da parte do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza, foram eles, horas depois, recolhidos em sua residência por pessoa que se identificou como membro do PT no Rio de Janeiro.

Outra discrepância relativa a valores diz respeito ao Sr. João Cláudio de Carvalho Genu, que diz

ter recebido em nome da Direção Nacional do PP a importância de R\$700 mil, enquanto sustenta o Sr. Marcos Valério ter lhe entregue, tal como consignado na lista, a importância de R\$4,1 milhões em parcelas sucessivas.

Embora o total das diferenças apontadas somem aproximadamente R\$12 milhões, não alteram elas, no essencial, o fato em si da prática do ilícito: houve recebimento de vantagens financeiras indevidas por parlamentares e dirigentes partidários com periodicidade variável, porém constante, nos anos de 2003 e 2004.

Chame-se a isso “mensalão” quem quiser. Chame-se a isso “quinzenão” quem quiser. Chame-se a isso “semanão” quem quiser. Mas, o que se apurou foi que houve recebimento de vantagens financeiras indevidas por parlamentares e dirigentes partidários com periodicidade variável, o que impede de falar na mensalidade, porém, constante, nos anos de 2003 e 2004.

No relatório conjunto das CPMIs da Compra de Votos e dos Correios, foram relacionados os nomes dos beneficiados por tais cessões de recursos financeiros. Restringe-se, porém, o relatório conjunto aos nomes de Parlamentares, sejam os que não alcançaram justificativas aceitáveis para o recebimento das importâncias, sejam os poucos que claramente as identificaram como financiamento de despesas de campanha como candidatos que foram nas eleições municipais de 2004. O importante a destacar é que tantos empréstimos bancários supostamente tomados – daqui a pouco vou me referir ao assunto – como a maior parte da distribuição dos recursos resultantes feitos pelo Sr. Marcos Valério, sob o direcionamento direto de Delúbio Soares, iniciaram-se quase cinco meses após as eleições presidenciais e parlamentares de 2002, o que desde logo resultou na acepção geralmente aceita de que se destinaram a saldar dívidas contraídas no curso das respectivas campanhas.

Pelo menos em um caso, no entanto, a explicação não procede.

O ex-deputado Valdemar da Costa Neto empregou a maior parte dos recursos que lhe foram entregues pelo Sr. Marcos Valério na campanha do segundo turno das eleições presidenciais em São Paulo, e é ele próprio quem assume a responsabilidade de tê-lo feito por deliberação própria.

Os gráficos elaborados pelos Deputados Júlio Redecker e Odair Cunha demonstram, apesar das diferenças neles assinaladas, a coincidência temporal entre o maior volume de parcelas financeiras transferidas e as votações no plenário da Câmara dos Deputados de matérias de especial interesse do Governo.

A despeito das indicações que possam resultar do exame dos gráficos ou dos sinais que aparentemente

possuam de relação de causa e efeito é arriscado acolhê-los como elemento do recebimento de vantagens financeiras indevidas. Muitas dessas matérias foram encaminhadas ao Congresso pelo Governo anterior ou delas derivaram como complemento por iniciativa do Governo atual e nessa condição mereceram não só o apoio ostensivo como os votos da Oposição.

Os recursos transferidos ao PL, na pessoa do Sr. Valdemar da Costa Neto, por seu volume somente inferior à quantia repassada a Duda Mendonça e Zilmar Fernandes da Silveira, merecem explicações detalhadas quanto aos processos de entrega das parcelas e às pessoas nele envolvidas. As primeiras parcelas de 26 de fevereiro de 2003 a 6 de março de 2003, no valor de R\$2 milhões; de 12 de março de 2003 a 7 de abril de 2003, no valor de R\$1,5 milhão e de 4 de agosto de 2003 a 14 de agosto de 2003, no valor de R\$2.537.500,00 lhe foram entregues por Marcos Valério através da empresa Guaranhuns Empreendimentos, Intermediações e Participações Ltda, segundo Marcos Valério, por indicação de Valdemar da Costa Neto num total de R\$6.037 milhões.

A essas parcelas iniciais, seguiram-se 14 outras de que foi portador Jacinto Lamas, Tesoureiro do Diretório Nacional do PL, num total de R\$2,2 milhões e a ele entregues pela Srª Simone Vasconcelos. Após a entrega dessa 14ª parcela, eximiu-se a Srª Simone de Vasconcelos de novas entregas de quantias em espécie, segundo ela, por insegurança. É provável que tenha influído em seu ânimo o assalto de que foi vítima a Srª Zilmar Fernandes da Silveira que, por esse ato de violência, se viu privada da importância de R\$250 mil que lhe fora paga pelo sistema conhecido em espécie no Banco Rural de São Paulo.

As parcelas em dinheiro eram entregues a Zilmar Fernandes da Silveira pelo funcionário denominado Guanabara na agência do Banco Rural em São Paulo. A Srª Zilmar Fernandes da Silveira determinou então que as entregas dos recursos devidos a ela e a Duda Mendonça fossem feitas, a partir de então, a Jader Kalid, profissional de negócios cambiais, ou que outro nome tenha, com escritório em Belo Horizonte.

Coube a Jader Kalid receber pessoalmente os recursos financeiros destinados por Delúbio Soares a Duda Mendonça e Zilmar Fernandes da Silveira. Coube-lhes, sem dúvida, recolher no total a importância de R\$15,5 milhões, destinados à quitação da dívida do PT para com Duda Mendonça e Zilmar Fernandes da Silveira pelos serviços de publicidade prestados nos dois primeiros turnos das eleições presidenciais de 2002. Jader Kalid recebeu em reais, no Brasil, e a quantia correspondente foi paga em dólares, no exterior, em conta de Duda Mendonça, pagamentos esses feitos

em conjunto a Duda Mendonça e a Zilmar Fernandes da Silveira pela corretora GD Radial.

Daí porque disse, no princípio, que os recursos não só irrigaram pagamentos parciais a Parlamentares, mas também campanha presidencial e campanhas estaduais como se verá daqui a pouco.

A firma Guaranhuns Empreendimentos e Intermediações e Participações S.A Ltda pode ter histórico anterior discutível. Porém, no caso em questão, intermediou a transferência de uma parcela dos recursos transferidos por Marcos Valério a Valdemar da Costa Neto a pedido ou por orientação deste.

Também a corretora Bônus Banval, que se supunha a princípio, parte das negociações geradoras dos recursos financeiros somente operou como intermediária na transferência de outra parcela de recursos de Marcos Valério a Valdemar da Costa Neto, por instrução deste, mediante a remuneração de 3% da importância transferida. Segundo Marcos Valério Fernandes de Souza e Delúbio Soares, os recursos financeiros de que dispuseram resultaram de empréstimos tomados ao Banco Rural e ao BMG. Nenhum deles jamais admitiu qualquer outra fonte de recursos senão esses empréstimos.

Este Relator solicitou há mais de 20 dias à equipe técnica que assessora esta Comissão que aditasse o que acaso tivesse sobre a conclusão a que havia chegado o Relator, a de que os empréstimos bancários promovidos pelo Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza como meio de captação dos recursos financeiros postos à disposição do Sr. Delúbio Soares, são inconsistentes, a despeito de ser um aparato documental pelas razões a seguir deduzidas.

A CPMI dos Correios veio a concluir igualmente sobre a inconsistência dos empréstimos, mais tarde, o que reforça o entendimento acima mencionado. A revista **Época**, também mais tarde, publicou uma entrevista do ex-superintendente do Banco Rural, mas nenhum deles examinou os autos das ações judiciais em Belo Horizonte e em São Paulo como fez este Relator pessoalmente.

Este exame me permitiu afirmar o seguinte: as apurações concluídas a respeito por esta CPMI permitem levantar o seguinte quadro dos empréstimos bancários com registro de resgate de apenas um deles, mediante obtenção de outro alegado empréstimo do mesmo valor. Segue-se um quadro de seis empréstimos entre 25 de fevereiro de 2003 a 28 de janeiro de 2004, no valor total de R\$55.217.600,00.

O empréstimo do item 1 foi quitado em 8 de janeiro de 2004, com os recursos do empréstimo do item 3, o que resulta em soma total de empréstimos no valor de R\$55.217.000,00. As exigências documentais das

operações de empréstimo foram regularmente atendidas, tanto que o Banco Central, no exercício de sua função fiscalizadora das atividades bancárias, deu-os como existentes. A aparência, porém, não condiz com a índole das negociações. Um dos empréstimos do BMG tem como avalista sem outra espécie de garantia, o Sr. Delúbio Soares e o Sr. José Genoíno, destituídos, como se sabe, de condições de resgate do empréstimo. A mesma condescendência se verificou nos demais empréstimos, com simulação ainda mais significativa dada a constante elevação das quantias liberadas.

A conclusão decorre, ainda que em aparente paradoxo das ações de cobrança ajuizadas no foro cível de Belo Horizonte e notificações de cobranças ajuizadas no foro cível de Belo Horizonte e de notificações também judiciais, requeridas pelas entidades bancárias credoras, no mesmo foro de Belo Horizonte e no foro de São Paulo. Nesses procedimentos judiciais, encontram-se requeridas as cobranças, mas nenhuma delas repousa em garantia exequível, típica da atividade bancária, capaz de assegurar o resgate do débito contraído.

A Execução nº 0024.058.194.69-7, movida pelo BMG contra o emitente Partido dos Trabalhadores e contra os avalistas José Genoíno Neto, Delúbio Soares e Marcos Valério de Souza, para recebimento da importância de R\$3.370.243,00, já citada, tem como **causa debendi** nota promissória por eles exibida como garantia de contrato de financiamento de capital de giro. Estranhável, sem dúvida, ou completamente inexplicável, quando responsável pela dívida um Partido político, alheio, por destinação legal, a atividades financeiras compatíveis com contrato de mútuo e financiamento de capital de giro.

Na Execução nº 0024.058.146.94-5, distribuída, como a primeira, à 34ª Vara Cível de Belo Horizonte, busca o mesmo BMG o pagamento do débito de R\$13,960 milhões, decorrente do não-cumprimento do contrato de mútuo e financiamento de capital de giro, firmado em 26 de abril de 2004, garantido por nota promissória do mesmo valor, emitida por Rogério Lanza Tolentino & Associados Ltda, com aval de Marcos Valério Fernandes de Souza e Rogério Lanza Tolentino.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Por gentileza, V. Ex^a poderia repetir esse último tópico, por favor?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Perfeito.

Na Execução nº 0024.058.146.94-5, distribuída, como a primeira, à 34ª Vara Cível de Belo Horizonte, busca o mesmo BMG – não é o Banco Rural, é o BMG – o pagamento do débito de R\$13.960.171,00 e “que-

brados”, decorrente do não-cumprimento do contrato de mútuo e financiamento de capital de giro, firmado em 26 de abril de 2004, garantido por nota promissória do mesmo valor, emitida por Rogério Lanza Tolentino & Associados Ltda, com aval de Marcos Valério Fernandes de Souza.

Em outra execução – não cansarei muito os senhores, estou terminando as execuções -, a de nº 0024.058.146.95-2, distribuída à mesma Vara, promove o BMG a cobrança judicial da importância de R\$22 milhões de reais que lhe é devida por Grafitti Participações Ltda, garantido por nota promissória avalizada por Marcos Valério de Souza e Cristiano Melo de Paz, decorrente, como de costume, de contrato de mútuo e financiamento de capital de giro, datado de 28 de janeiro de 2004.

Em outra execução, a de nº 0024.058.146.93-7, repetem-se as mesmas características.

As operações vinham sendo em parte renovadas e em parte mantidas sem alterações. Os recursos financeiros que geraram foram, aos poucos, utilizados pelo Sr. Marcos Valério, por intermédio, principalmente, da Srª Simone Vasconcelos, para entrega sucessiva de valores variáveis a destinatários indicados por Delúbio Soares. Entre os destinatários, ficaram identificados diretórios regionais do PT, diretórios nacionais do PT e do PP, intermediários a serviço de parlamentares e, em alguns casos, parlamentares a quem foram feitas pessoalmente as entregas de dinheiro. Os recursos financeiros que geraram foram os poucos utilizados para entregas sucessivas de valores variáveis a diretórios e parlamentares – esses por intermediários, alguns deles pessoalmente. Chamem de “mensalão”, de “quinzenão”, de “semanão”. Estão aí as parcelas de entregas variáveis.

A SMP&B e DNA, em conjunto, não possuíam patrimônio, nem contas bancárias nem reservas financeiras para garantir os empréstimos à semelhança dos avalistas, ainda menos abonados. Marcos Valério Fernando de Souza nem sequer mantinha conta bancária em qualquer desses bancos, sabido que suas reservas financeiras estavam em conta-corrente no BankBoston, em Belo Horizonte.

Por outro lado, não há notícia de que as cinco dezenas de milhões de reais decorrentes das operações tenham composto uma conta bancária que registrasse os saques mediante desconto normal de cheques ou emissão de ordens bancárias regulares contra os bancos. Esses recursos tornaram-se patrimônio às ordens do Sr. Delúbio Soares, porém sob guarda de Marcos Valério, que dele dispunha como pagamento sempre em espécie e em cumprimento de ordens verbais do primeiro, de Delúbio Soares. Nada há de mais estra-

nho à solenidade da operação bancária, nada que tão enfaticamente a desclassifique. As citadas operações, seus conseqüentes processos de pagamentos, seus meios de entrega, tudo enfim que a se prende, tem evidente caráter de marginalidade, por si só demonstrativo da sua ilicitude.

Verifica-se que, das seis operações destinadas a levantar recursos financeiros para o Sr. Delúbio Soares, quatro estiveram a cargo do BMG. Não foi, portanto, o Banco Rural o exclusivo, como se fez crer, nem o maior dos concorrentes para a formação do Fundo Financeiro de Socorro ao Tesoureiro Nacional do PT. Estabeleceu-se, na verdade, uma parceria dos bancos BMG e Rural para a formação desse fundo, tanto que coube a senhora Simone Vasconcelos a entrega em mãos e, em poucos casos, por ordem sua, dos recursos financeiros originários dos dois bancos, em singular processo de saques e de distribuições.

Delúbio Soares, como Tesoureiro do PT, era emissor. Portanto, devedor de um só título, o de menor valor. No entanto, cabia-lhe dispor, a critério exclusivamente pessoal, da totalidade dos recursos financeiros levantados. Seu dedo poderoso mal apontava o beneficiário, e já Marcos Valério, de posse dos recursos, emitia a ordem. A senhora Simone Vasconcelos separava a quantia e a entregava ao destinatário, agindo, dessa forma, simultaneamente como instrumento dos dois bancos e como agente imediata de Marcos Valério.

Os recursos provenientes das operações bancárias em apreço não foram saldados, uma vez sequer, em situação normal, no caixa de qualquer dos bancos.

A identidade de propósitos e de condutas de ambos os bancos, em face das atenções devotadas a Delúbio Soares e Marcos Valério Fernandes de Souza é demonstrada pela mesmíssima reação de levar a juízo as execuções dos contratos de mútuo e de financiamento de capital de giro, na mesma época em que tornou pública a distribuição dos recursos financeiros entre diretórios partidários e parlamentares. Também se apressou o Banco Rural em ajuizar ações de cobrança contra Marcos Valério e contra pessoas jurídicas nas quais figura o publicitário como sócio.

As execuções promovidas pelo Banco Rural contra as citadas pessoas físicas e jurídicas são as de nº 002405781090-5, 0024055781091-3, 0024055781092-1 e 00205831081-4, todos em trâmite na mesmíssima 34ª Vara Cível de Belo Horizonte. As características dessas ações de cobrança são praticamente as mesmas das propostas pelo BMG, anteriormente minudenciadas, o que dispensa o detalhamento para a ciência dos seus objetivos.

De sua parte, os Srs. Marcos Valério, Cristiano de Mello Paz e Ramon Hollerbach Cardoso, avalista de

um dos títulos, que antes não contestavam as dívidas, nem reputavam abusivas as informações lançadas a seu débito, mal surgiu na opinião pública, sob estrépito, o caso do valerioduto, entraram também em juízo contra o Banco Rural, com objeção de pré-executividade, criando-se, assim, extenso quadro de disputas judiciais. A consequência de tais iniciativas é a de desviar para o Judiciário o exame e o desate de suas mencionadas relações, o que ensejaria o deslocamento das instâncias parlamentares de apuração, com a delonga naturalmente exigida pelo custo dos procedimentos nos sucessivos graus de recursos judiciários.

A intenção dos personagens envolvidos é a de criar um enredo judicial de grande complexidade em cujas áreas talvez se dissolvam os traços nitidamente antibancários das operações.

As motivações dos Bancos Rural e BMG, entre outras, por ora não identificadas, para essa excepcional facilitação de acesso a seus caixas, por Delúbio Soares, graças à intermediação de Marcos Valério, se explicam pelo interesse de ambas as instituições em alargar e manter, em um caso, contratos já existentes com o Governo Federal, desde a gestão do Presidente Fernando Henrique e com prefeituras do Partido dos Trabalhadores, e em outro, para obter a acolhida de propósito igualmente deferido.

No primeiro caso, a generosidade para com Delúbio Soares se deveu a que o BMG mantém com o Governo, desde o Presidente Fernando Henrique Cardoso, contratos de créditos consignados que deseja ampliar, à semelhança dos contratos de igual natureza que celebrou com as prefeituras petistas de São Paulo e de Santo André. No segundo, era manifesto o interesse do Banco Rural em assumir o controle acionário do Banco Mercantil de Pernambuco, ora em liquidação, e de cujo capital já participa com 22% do total.

O valor do investimento feito pelo Banco Rural nesse sentido é compreensível, uma vez que, em razão da variação cambial, o patrimônio ENTNS do Banco Mercantil de Pernambuco ascendeu a 597 milhões de dólares, em janeiro de 1999.

Os interesses de Marcos Valério e Fernando de Souza nessa intermediação foram sempre evidentes. Suas empresas de publicidade SMP&B Comunicação Ltda e DNA mantinham valiosos e inúmeros contratos de publicidade com órgãos do Governo Federal, tanto que, em um dos alegados empréstimos tomados do BMG serviu também de garantia adicional o contrato entre o SMP&B Comunicação Ltda e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos na proporção dos que, por ventura, viessem obter.

Em outro, serviram de garantia os recursos provenientes dos contratos firmados entre a DNA propa-

ganda e as centrais elétrica do Brasil SA na mesma proporção dos lucros que viesse a obter.

Com ainda registrar que em um dos contratos em R\$10 milhões tomado por Rogério Lanza Tolentino e Associado LTDA, avalizado por Marcos Valério Fernandes de Souza, o produto líquido foi creditado na conta do devedor do Banco do Brasil SA, da agência 0643-2 atendendo a determinação do cliente.

O certo é que as importâncias sacadas dos cofres do BMG e do Banco Rural pelos expedientes relatados somaram R\$56.217.271,02 e permaneceram a descrição do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza, que os destinava de acordo com a orientação de Delúbio Soares, seja quanto aos destinatários, seja quanto as quantias entregues. A forma e os locais das entregas dos recursos financeiros em espécie são do domínio geral. Fez-se entrega em hotel, em agência do Banco Rural, em Belo Horizonte, em agência do Banco Rural em São Paulo, em Brasília, em restaurante e em residência de Presidente do Partido Político em São Paulo.

A lista de destinatário destes recursos entregues em parcelas ou em única vez, com as datas das entregas e a identificação nem sempre completa pelos seus portadores fornecidas na CPMI pelo Sr. Marcos Valério e por ele datada e assinada, pouco destoa dos valores fornecidos pelos bancos.

A destinação destes recursos minudenciados em documentos assinados por Marcos Valério Fernando de Souza contempla parte apenas dos destinatários.

Trata-se de documentos destinados a concentrar a atenção sobre quadro determinado quando na verdade foi mais ampla a destinação de recursos. Na acareação levada a efeito por esta CPMI, Marcelo Palmieri deixou claro que separou grupos de cédulas no valor de R\$150 mil e de R\$200 mil, recusando-se, porém, a nomear esses destinatários destas quantias.

Os Deputados que compõem a lista dos relatórios comum das CPMIs da compra de voto e dos correios...

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – Sr. Relator, seria Emerson Marcelo Palmieri, no caso?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Como?

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – O senhor falou Marcelo Palmieri, mas seria Emerson Palmieri, o Tesoureiro do PTB.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Ai é erro de datilografia.

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – Não, tudo bem, só para não ficar...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não, muito obrigado a V. Exª. É erro de digitação.

Muito obrigado a V. Ex^a, é Emerson Palmieri. Isso sempre é inevitável.

Os Deputados que compõem a lista do relatório comum das CPMIs da Compra de Votos e dos Correios são os que receberam recursos financeiros das mãos da Sr^a Simone de Vasconcelos através de intermediários que tornaram possível a sua identificação.

De qualquer modo, a forma de entrega dos recursos neste caso pode ser individualizada, dados os termos em que se operou. Subsistem, porém, os casos em que vultosas quantias de dinheiro foram entregues pelo mesmo esquema de financiamentos a diretórios nacionais ou a Presidente de Partido com insuficiência de explicações sobre o seu destino.

A ilicitude da forma de distribuição de recursos está patenteada no depoimento do Sr. Marcelino Pies, condutor da importância de R\$1,200 milhão em duas parcelas de R\$600 mil, cada uma, colhidas pessoalmente por ele na agência do Banco Rural em Belo Horizonte, destinada ao Diretório Regional do PT do Rio Grande do Sul, dada a recomendação de Delúbio Soares para que não se utilizasse para esse fim a rede bancária. E, para recolher duas parcelas de R\$600 mil, cada uma, o Sr. Marcelino Pies teve que se transportar de Porto Alegre a Belo Horizonte duas vezes, porque havia proibição de utilização da rede bancária.

Ainda que se tome como provável fonte de recursos distribuídos entre Deputados as quantias colocadas à disposição de Simone Vasconcelos (R\$6.145.000,00) e do próprio Marcos Valério Fernandes de Souza (R\$1.270.000,00), fora a lista de distribuição aos parlamentares, receberam Júlio César Marques Cassau: R\$900 mil; Paulino Alves Ribeiro Júnior, Diretor financeiro da DNA: R\$800 mil; Marcio Iran Guimarães Novais, sócio de Marcos Valério Fernandes de Souza: R\$300 mil; Valdemar da Costa Neto: R\$10,5 milhão ou R\$6,5 milhão; João Cláudio Carvalho Genu: R\$4,1 milhões ou R\$750 mil; Delúbio Soares, Sílvio Pereira e Marcelo Sereno, em conjunto, R\$4,932 milhões; Carlos Magno R\$774 mil reais; Charles Simão Dias, R\$900 mil; Jair dos Santos, R\$1 milhão e outras de menor valor. Então, é razoável concluir que não foram somente essas fontes de recursos as que financiaram o amplo sistema de cooptação ilícita de fidelidade para parlamentares.

Assim considerados os fatos, verifica-se, salvo melhor juízo dos ilustres membros da CPMI:

1- As operações bancárias feitas por Marcos Valério Fernandes de Souza, Delúbio Soares, Graffiti Participações Ltda, Rogério Lanza Tolentino e Associados Ltda, SMP&B Comunicação Ltda e outros, tendo como credores os bancos BMG e Rural, aparentemente regulares, constituíram-se em meio de transferência

irregular de recursos financeiros a Delúbio Soares por iniciativa e intermédio de Marcos Valério Fernandes de Souza.

2- Os responsáveis pela direção do Banco Rural e do BMG, ao autorizarem essas operações, assumiram as responsabilidades legais decorrentes, contrariando, com esse procedimento, deveres que lhes são impostos pela legislação pertinente às instituições bancárias e à licitude dos contratos.

3- Ao participar das ações descritas, praticou Delúbio Soares atos incompatíveis com a condição de dirigente nacional de partido político, opondo-se com eles a princípios e obrigações estabelecidos na lei orgânica dos partidos e na legislação eleitoral.

4- Marcos Valério Fernandes de Souza, Delúbio Soares, Rogério Lanza Tolentino, Cristiano de Melo Paz e Ramon Hollerbach Cardoso, na condição de avalistas ou emitentes dos títulos de crédito destinados a levantar os recursos financeiros em questão, tinham ciência não só da simulação das operações como do destino ilícito dos mencionados recursos. Repetindo, Marcos Valério Fernandes de Souza, Delúbio Soares, Rogério Lanza Tolentino, Cristiano de Melo Paz e Ramon Hollerbach Cardoso, na condição de avalistas ou emitentes dos títulos de crédito destinados a levantar os recursos financeiros em questão, tinham ciência não só da simulação das operações, como do destino ilícito dos mencionados recursos.

5- A Sr^a Simone de Vasconcelos, tanto quanto Delúbio Soares e Marcos Valério de Souza, praticaram atos de evidente co-autoria, no pagamento e recebimento de recursos financeiros destinados a assegurar vantagens indevidas a Parlamentares e a financiar, contrariamente ao que dispõe as leis eleitorais, pagamentos e despesas decorrentes de campanhas políticas.

6- Marcos Valério Fernandes de Souza, Delúbio Soares, Simone de Vasconcelos, Jader Kalid, Duda Mendonça e Zilmar Fernandes da Silveira são co-autores nos atos de evasão de divisas, com as quais se quitou a dívida do PT com os dois últimos, decorrente da campanha de publicidade levada a termo nas eleições de primeiro e segundo turnos de 2002 para a Presidência da República.

7- Não é possível relacionar os Parlamentares que perceberam vantagens financeiras ilícitas em virtude da ausência de provas concretas que permitam a atribuição de responsabilidade penal, mas são múltiplos os indícios de que houve distribuição de recursos financeiros a Deputados da Base da sustentação parlamentar do Governo, como acima ficou dito.

8- Esse recebimento de recursos financeiros não caracteriza exatamente o que se denominou “men-

salão”, ou seja, pagamentos mensais sistemáticos, mas houve, sem dúvida, pagamentos de dinheiro em espécie, em alguns casos em uma só prestação; em outros, com prestações sucessivas. A não-citação de nomes se deve ao fato de não ter havido confissões pessoais ou de terceiros, salvo no caso do Deputado Sandro Mabel, nem flagrante, o que impossibilita assumir responsabilidade por acusações nominais.

As apurações referentes a subornos de Parlamentares para aprovação da proposta da Emenda Constitucional nº 1, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos, há pouco iniciadas, não contêm revelações que mereçam ser registradas. Pelo tempo decorrido, pela insuficiência de elementos e sobretudo por já ter sido objeto de processo levado a cabo na Câmara dos Deputados à época dos fatos, tornaram-se praticamente intransponíveis as dificuldades para a retomada produtiva das apurações. De resto, não houve, da parte da Base parlamentar do Governo, requisições de providências, perícias ou diligências que permitissem a esta CPMI avançar nesse caminho.

Registre-se ainda que, no curso de todos esses anos, não surgiu revelação alguma que inove o conhecimento da matéria.

São esses os resultados da investigação levada a efeito por esta CPMI. Outros fatos decorrentes do que lhe foi determinado constam de anexo elaborado pela equipe técnica de assessores especialmente constituída para assisti-la, no qual se contém a abordagem de cada um deles em separado.

Apesar de se encontrarem no anexo tipificações de condutas tidas como delituosas, abstém-se de fazer o relatório ora submetido ao exame e julgamento dos ilustres membros da Comissão. As Comissões de Inquérito não julgam, restritas como estão à esfera das investigações.

João de Oliveira Filho, na **Revista Forense**, segunda edição, 1989, página 63, assinala que “a Comissão Parlamentar de Inquérito não pode concluir pela existência ou caracterização de algum crime, pois esta não é sua função, invadindo, caso o faça, a competência de outro Poder, o Poder Judiciário”.

Ovídio Rocha Barros Sandoval, em obra recente especialmente dedicada ao estudo das Comissões Parlamentares de Inquérito, deixa claro que “somente a Polícia, **ex officio**, ou o Ministério Público é que pode, baseado no relatório publicado, iniciar procedimento criminal contra os indiciados de qualquer crime, na forma constante do inquérito”.

Já decidiu o Supremo Tribunal Federal que as Comissões Parlamentares de Inquérito não podem formular acusações (**Revista de Direito Administrativo**, Volume 196, página 195), devendo constituir sua peça

final o relatório dos fatos examinados, sem revestir-se do caráter de peça acusatória. Esse entendimento foi objeto de exame e aprovação na Câmara dos Deputados, até hoje sem objeção.

De fato, quando da CPI referente ao jornal **Última Hora**, sustentou o Deputado Tancredo Neves, em seu relatório, e o Deputado Daniel de Carvalho, em seu parecer, que às Comissões Parlamentares de Inquérito não cabe classificar crime ou sugerir punições. Em consequência, nos termos do art. 1º da Lei nº 10.001, de 2000, “os Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional [é o caso] encaminharão relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito respectiva e a resolução que o aprovar aos chefes do Ministério Público da União ou dos Estados, ou ainda, às autoridades administrativas ou judiciais com poder de decisão, conforme o caso, para prática de ato de sua competência”. Ou seja, a denúncia dos fatos cabe ao Ministério Público.

É este o relatório que ora submeto por intermédio do ilustre Presidente desta CPMI, Senador Amir Lando, ao voto dos eminentes membros desta CPMI, para os fins estipulados em lei acima descritos.

Brasília, 16 de novembro de 2005. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Agradecendo ao nosso Relator, é evidente que não temos quorum, mas vou conceder, até porque estou aguardando a decisão que vem da Mesa do Senado, para que possamos prosseguir.

Concedo a palavra ao Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. IVAN RANZOLIN (PFL – SC) – Nobre Relator, Deputado Abi-Ackel, na realidade, o que V. Exª traz à consideração desta Comissão é compatível com a sua capacidade, com a sua competência e a sua responsabilidade. V. Exª traz um relatório fidedigno àquilo que foi ouvido nesta Casa. Não pode concluir capitulando no Código Penal ou qualquer outro Código a responsabilidade criminal, porque não é esta a função desta CPI.

Quero cumprimentá-lo dizendo que fiquei atento à leitura do seu relatório, e realmente V. Exª colocou o que aconteceu. V. Exª colocou no seu relatório, evidentemente sem detalhar o que está no depoimento, por terem sido muito longas as acareações, mas V. Exª colocou inclusive nomes que participaram de todo este processo fruto da investigação na Comissão.

Gostaria apenas de fazer dois reparos à consideração de V. Exª, que não são propriamente reparos, mas um lembrete do que aconteceu aqui. Quando V. Exª fez a citação – e se eu estiver equivocado peça desculpas a V. Exª – dos nomes que figuraram como avalistas na primeira parte, V. Exª citou o ex-presidente do PT, não o citando na segunda parte.

Há uma outra questão, mas que acho que não era objeto de investigação. V. Exª leu o fato determinado do qual recebeu a incumbência de ser o Relator, que é a apuração da compra de votos, isto é, apuração sobre se existiu, na Casa, o mensalão, se parlamentares receberam alguma vantagem ilícita. Mas, como a Comissão trouxe aqui o ex-ministro Anderson Adauto, que, ouvido, disse ter recebido recursos, quero fazer uma indagação à Presidência e à V. Exª: ele não foi citado no seu relatório porque não é parlamentar. Contudo, se a Comissão o ouviu e ele foi réu confesso, indago se ele não deveria ter sido citado pelo menos sobre o que afirmou aqui.

Sei que temos que examinar se Parlamentares se locupletaram. Como V. Exª citou quem foram os avalistas, citou os diretores do BMG, do Banco Rural, faço essa indagação, uma vez que aqui o ex-ministro fez revelações de que recebera, à época, importâncias, e disse – até fazendo um desafio – que recebeu em todas as suas eleições. Acho que isso teria que ser, pelo menos, citado no relatório. São as duas observações que faço. Se tivermos tempo e se for possível a prorrogação por trinta dias, é evidente que teríamos a oportunidade de acrescentar alguma coisa no seu relatório. Mas, tirando essas observações, devo dizer, Sr. Ministro, que o seu relatório é fiel e, repito, compatível com a sua idoneidade, com a sua responsabilidade. Na realidade, não esperávamos outra coisa que não fosse a questão fiel daquilo que ouvimos aqui. Vou repetir, tem muita gente esperando que daqui saia uma conclusão dizendo quem são os criminosos e qual a pena que a eles deve ser atribuída. Mas temos que repetir e esclarecer à opinião pública que essa não é a função da CPML. A função da CPML é examinar, buscar as provas, instruir e destinar ao Ministério Público. Ao final, eu também indago a V. Exª se a Presidência, por uma orientação de V. Exª, levaria ao Ministério Público através da Procuradoria-Geral, como é a determinação da lei, o seu relatório. E, encerrando a comissão, qual a época em que seria enviado, quando enviaríamos, qual a sua orientação nesse sentido.

Obrigado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Muito obrigado a V. Exª pelas referências, mas não citei nominalmente o Deputado Anderson Adauto porque ele está incluído dentre aqueles Parlamentares que receberam recursos para pagar débitos das eleições municipais de 2004. Mas ele é realmente um caso atípico, porque esteve aqui confessou. E, se V. Exª faz a sugestão, não tenho dúvida nenhuma em anotar para incluir o nome do ex-Deputado Anderson Adauto, não citado exclusivamente porque

está no bloco daqueles que receberam para pagar despesas das eleições de 2004.

Quanto à remessa ao Procurador-Geral da República, está dito, no final, que cabe ao Presidente do Congresso remeter o relatório ao Procurador-Geral da República, a quem cabe tipificar delitos porventura existentes e apresentar, em consequência, as denúncias para abertura das ações penais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. PT – PA)
– Deputado Daniel Almeida..

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Srª Presidente, nobre Relator, evidentemente não temos condições de debater o relatório. Não temos quórum, mesmo que esta sessão tivesse assegurada a sua legitimação regimental. Ainda temos pendências a esse respeito. Portanto, V. Exª, Sr. Relator, teve a oportunidade de fazer a leitura do relatório mesmo que, depois, se caracterize essa reunião como informal ou qualquer outra denominação que se dê, qualquer outra formulação que se faça em relação a ela. Então, V. Exª cumpriu essa etapa de apresentar, de ler o relatório. Não temos condições de fazer, naturalmente, uma apreciação mesmo que de forma informal, porque acabamos de ouvir e, para uma apreciação mais cuidadosa, teríamos que estudar o relatório, ler com mais atenção. No entanto, é evidente que ele é um relatório, como foi anunciado, parcial, porque não evoluiu em uma das atribuições desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que é apurar a Emenda nº 01, de 1995. Nesse terreno, não há evolução porque não houve uma investigação que permitisse evoluir nessa direção.

A ponderação que faço, nobre Relator, é que V. Exª faz essa afirmação de que houve tempo, mas também faz uma formulação atribuindo à Base do Governo a incapacidade ou não-interesse de solicitar perícia sobre documentos já disponíveis na Casa. Parece-me que, de forma muito aligeirada, muito superficial, porque efetivamente foi lido agora o relatório, seria não muito prudente fazer esse tipo de afirmação, já que analisar os episódios que transcorreram em 1997, no período da Emenda nº 01, é responsabilidade de toda a Comissão, da Base do Governo, de todos os Parlamentares, Deputados e Senadores desta Casa. Seria muito inapropriado atribuir, apenas para ser gentil, à Base do Governo. É o próprio Relator e o Presidente que solicitam as perícias caso sejam necessárias. Portanto, acho que aí não seria conveniente uma afirmação nessa direção.

Também me pareceu, no relatório, uma certa diferenciação de foco quando fala que as relações do BMG e do Banco Rural vinham de um período anterior a essa administração atual do Governo Federal, ou seja, desde o Governo Fernando Henrique; e depois

evolui para uma afirmação de que contratos existiram com prefeituras do PT, mas não existiram, no período anterior, com prefeituras e governos de Estado e outros partidos. Então, quando se foca numa direção sem analisar o universo de outras possibilidades, pode ser algo parcial ou que não deixa devidamente esclarecidos os elementos que poderiam ser trazidos a essa abordagem.

Também me pareceu certa precipitação concentrar o foco na eleição presidencial de 2002. Os recursos que foram intermediados, os empréstimos de Marcos Valério, pela investigação que se produziu aqui, teriam sido utilizados para financiar partidos, candidaturas da eleição de 2002 e acordos para 2004. Então, envolvia restos a pagar, dívidas, etc., decorrentes da eleição de 2002 e acertos para a eleição de 2004. E também a própria revelação do Duda Mendonça dá conta de que os acertos de 2002 não se restringiam à eleição de Presidente da República; ampliavam-se para outras eleições de Estado, etc. Então, eu percebi – não sei se estou equivocado – que houve um foco para a eleição presidencial de 2002 e acho que os depoimentos aqui revelaram que essas intermediações eram mais abrangentes.

São observações que faço em relação ao relatório de V. Ex^a, considerando que V. Ex^a deve estar muito aliviado por ter tido oportunidade de explicitar, de expressar aquilo que produziu nos últimos dias. Vamos olhar o relatório, lê-lo. Infelizmente, parece-me que não há tempo de fazer o debate nesta Comissão, emendá-lo ou produzir sugestões que possam resultar numa deliberação do conjunto dos Deputados e Senadores desta Comissão, uma vez que até então não há confirmação da possibilidade de sua prorrogação.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. PT – PA) – Com a palavra o relator, que a solicitou.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Deputado, muito obrigado pelas considerações que V. Ex^a fez, mas eu devo lhe dizer o seguinte: as pesquisas sobre a apuração de suborno parlamentar para a aprovação da Emenda Constitucional nº1 não prosseguiram e os documentos de que me vali foram aqueles produzidos à época da Emenda Constitucional. Houve um processo parlamentar. Foram apontados os culpados, acusados alguns Deputados, uns renunciaram e outros foram cassados.

Se quiserem que essa investigação prossiga, tem que haver requerimento de diligências novas, porque as antigas não têm como ser renovadas; nós estaríamos incidindo em perda de tempo.

O SR. MORONITORGAN (PFL – CE) – Permite-me, Sr. Relator, somente para esclarecer justamente sobre esse ponto. Nós estávamos até agora reunidos

no Senado. As Lideranças do Senado – de Oposição, Governo, PT – aceitaram a prorrogação desta Comissão, mas não houve o acordo com a Liderança do Governo na Câmara, o que seria fundamental uma vez que eles teriam a responsabilidade de colocar mais 45 assinaturas para completar o quórum que faltava.

Está sendo feita agora, nesse momento, uma última tentativa, pelo Presidente da CPMI com o Líder Deputado Chinaglia, na Câmara, para ver se sai esse acordo. Eu acho muito difícil. Nós estávamos ali, agora. Quase todo esse tempo eu estava, juntamente com o Senador Sibá Machado, tentando convencer o Líder Chinaglia, mas não conseguimos, até esse momento, convencê-lo.

Então, acho, infelizmente, que as chances da prorrogação são mínimas. Ainda existe um último suspiro, que é essa tentativa do Presidente, Senador Amir Lando, que lá está conversando com o Líder Chinaglia neste momento para ver se consegue essas assinaturas.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Por favor, Deputado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Se porventura, for prorrogada a Comissão, coisa que todos nós almejamos, esse relatório modesto fica como um relatório parcial. Se o trabalho encerrar-se agora, fica como relatório geral da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra a Deputada Zulaiê Cobra.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu só queria falar ao nosso ex-Ministro da Justiça, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, que nós confiamos muito nele. E tenho certeza de que, se tivéssemos uma prorrogação de trinta dias – o senhor falou que vai ficar aqui, dormindo, em Brasília. Nós vamos também ficar juntos. Só vai ficar um brasileiro e eu também.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Porque fazer CPMI em final de semana em um País que tem dois feriados no meio da semana é impossível.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Dois feriados só em novembro.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Então, se houver prorrogação, nós vamos morar aqui até acabar. Não com a assessoria que me arranjaram lá embaixo. Tenha a santa paciência.

A SR^a ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Deputado, o que quero dizer a V. Ex^a é que nós temos muitos documentos que não voltaram. Nós oficiamos e não houve retorno. Então, nós vamos atrás disso. Eu acho que nós precisamos fazer um bom trabalho, complementando o seu relatório, com aquilo que se chama prova material. Nós precisamos de uma prova mate-

rial. A Imprensa pergunta muito: “bem, mas qual foi o resultado da CPI do mensalão em termos concretos?” Nós temos muitas discussões em que não se chegou à conclusão por falta de prova material. Portanto, temos que ir atrás. Por exemplo, no caso do ex-Ministro Anderson Adauto, a quebra do sigilo bancário, do sigilo telefônico dele não veio.

O senhor tem vários requerimentos que o mandou (Receita Federal, Polícia Federal, Ministério da Justiça) para os quais não houve retorno algum. Portanto, é importante que todos nós tenhamos resultados através de prova material, porque, senão, ficamos muitas vezes falando que conseguimos uma parte e não conseguimos a outra parte, Sr. Presidente.

Portanto, eu estou torcendo para que haja prorrogação de 30 dias. Eu assisti ao debate dos Líderes do Senado, que não têm nada contra a prorrogação, mas precisamos dos Líderes da Câmara Federal, principalmente do Presidente Aldo Rebelo. Essa é a nossa vontade, ou seja, que pudéssemos continuar por trinta dias.

O SR. MORONITORGAN (PFL – CE) – Sr. Presidente, quero lhe informar... Sr. Presidente, eu só quero dizer o seguinte: nós temos feito o possível para dar o subsídio de que o Relator precisa, mais trinta dias, para ter um relatório substanciado. A verdade é esta: precisávamos disso. Tentamos apelar, de todo o jeito, para que não houvesse briga de Oposição com Governo ou coisa parecida, que todos agora se voltassem em apoio ao relatório para que pudéssemos ter um relatório que expressasse todas as investigações e tudo o que a sociedade espera.

Se isso não for possível, Sr. Presidente, eu só tenho a lamentar.

Tenho, desde ontem de manhã – e muitos companheiros aqui são testemunhas – tentado evitar esse negócio de Oposição contra Situação e tentado dar um prazo para a nossa CPI. Eu sei que a Senadora Ana Julia veio com uma denúncia triste para nós, mas eu ainda tinha, pelo menos, 5% de esperança que esse prazo pudesse ser dado. Se não pode ser dado, infelizmente eu lamento muito. Fizemos muito esforço para que isso não acontecesse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Deputado João Correia com a palavra.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, eu sou duro de sair, mas eu queria dizer ao Relator o seguinte: Deputado Ibrahim Abi-ackel, o relatório de V. Exª eu entendo como um relatório parcial, mas não no sentido que o Deputado Daniel Almeida levantou, de ser incompleto na medida em que não investigamos a Emenda da Reeleição de 1997. Falo parcial, porque ouvi algumas frases de V. Exª acerca

da sua ansiedade de expor, de fazer chegar aos Deputados e aos Senadores, aos Parlamentares dessa Comissão, um texto primário – primário, no sentido de original – para que, então, a partir dele, fosse erigido um texto final. Assim eu estava entendendo até esse imbróglio do assassinato da CPMI.

Eu considero o seguinte, Deputado Abi-Ackel, Vossa Excelência teve muita dificuldade de fazer uma síntese porque – vou usar um termo que o Keynes gosta de usar – “a plethora de delitos é tão grande, é tão incomensurável...”

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Por favor, repita, Deputado.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – “A plethora de delitos é tão grande, é tão incomensurável que se torna difícil fazer uma síntese para tentar capturar o que é mais essencial, o que é mais relevante. Acho que V. Exª conseguiu isso, e é uma proeza. É bem verdade que V. Exª não mencionou, de fato, o termo mensalão, como ele se popularizou. Não adianta: se formos em Taumaturgo, lá incrustado no Peru, aquele que teve 97% de apoio ao “não”, do Deputado Alberto Fraga, na questão do desarmamento, eles vão saber o que é o mensalão. Mas, V. Exª, cautelosamente, a meu ver, conceituou permanentemente, de forma definitiva, essa questão, quando disse que foram percebidas vantagens indevidas, vantagens de cooptação, inclusive, de Parlamentares, não necessariamente com a mesma periodicidade, mas que se colocavam de maneira permanente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Parcelas sucessivas...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Parcelas sucessivas. Então, para mim, isso está bastante configurada a história que foi denunciada pelo Deputado Roberto Jefferson, depois confirmada pelos debates nesta CPI e na CPMI dos Correios. Sr. Relator, quero somente fazer uma observação, mesmo que este relatório não venha à luz, mesmo que não venha como relatório final da nossa CPI, se ela já estiver acabado. Faço uma sugestão que é a seguinte: que o senhor desdobre um pouco mais a questão da assinatura conjunta das duas CPMIs em relação aos nomes dos Parlamentares que foram enviados para a Comissão de Ética. Isso porque a nossa CPMI assumiu, também, juntamente com a CPMI dos Correios, a responsabilidade extremamente grave de enviar para o Conselho de Ética, passando pelas instâncias da Corregedoria e passando pela Presidência da Câmara, os nomes de Parlamentares que foram citados e que foram coletados nesse escândalo do chamado mensalão.

Então, eu gostaria de sugerir isto: que se desdobre um pouco melhor para deixar mais clara a nossa

participação, neste momento, naquele evento da reunião conjunta das duas CPIMs. Na verdade, da mesma forma que a lista de Marcos Valério foi uma espécie de índice de uma parte dos delitos que foram expostos no seu relatório, acho que o seu relatório também é uma espécie de índice de várias investigações que poderíamos desdobrar e aprofundar. Essa é a grande pena que eu acho de a CPMI ter acabado, ter sido assassinada. Por quê? Porque nós teríamos como desdobrar e trazer comprovações muito mais importantes com o trabalho de um mês – trinta dias seriam suficientes.

Nesse aspecto, Sr. Relator, eu gostaria de sugerir a V. Ex^a que ofereça, além de um ato pessoal para a Procuradoria da República, ofereça aos Presidentes das Casas do Congresso, mas também ofereça ao Presidente da CPMI dos Correios e ao seu Relator, a proposta que V. Ex^a traz, todos os seus anexos, as sugestões e os mananciais de elementos, especialmente aquilo que foi a sua investigação pessoal – e aí singular – em Minas Gerais, dando conta exatamente de uma ação judicial, mostrando absoluta inconsistência e somando o que a imprensa colocou muito bem. Mas acho que V. Ex^a joga pá de cal no desvendamento da impostura destes tais empréstimos.

Para concluir, Sr. Presidente, estou achando que vou ficar aqui mais tempo, porque esta CPMI, Deputada Zulaiê, vai ser prorrogada e o nosso trabalho vai continuar. Parabéns ao seu trabalho, Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB –RJ) – Como o Deputado Fernando Coruja fez menção de pedir a palavra, concedo primeiramente a palavra ao Deputado Fernando Coruja e, depois, a Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, em relação à prorrogação, acho que está ficando líquido e certo que não vai haver prorrogação. Não há assinatura, ninguém quer assinar. Pelo que estou vendo no plenário, é muito difícil que ocorra prorrogação.

Eu insisti na tese da não-leitura do relatório em virtude de que poderia haver divergências. A questão básica aqui, o que estamos investigando, é se houve ou não recursos para a compra de votos. Isto é, recursos destinados a parlamentares para que eles, dentro do Congresso Nacional, apoiassem o palácio do governo ou, anteriormente, em 98, também dentro do Congresso Nacional, apoiassem a emenda da reeleição.

O eminente Deputado Ibrahim Abi-Ackel, que é uma das pessoas que mais conhece Direito neste país, uma pessoa muito lúcida, muito qualificada, não ataca bem esta questão. Ele faz um relatório daquilo que ouvimos aqui, um relato. Mas não fica claro – e por isso

que precisávamos prorrogar, concordo em que há um grau de dificuldade para fazer o relatório – e avançar no sentido de ter alguma evidência sobre esse dinheiro é dinheiro público, se é dinheiro da corrupção.

Se dissermos que o dinheiro é do empréstimo e que ele foi para campanha política, mesmo que digamos que foi em parcelas sucessivas, não estamos dizendo que.... O fato de ser em parcelas sucessivas não quer dizer que foi para compra de votos. O mensalão subentende um pagamento feito...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MB) – Mas V. Ex^a me perdoe, no relatório está escrito que foi para obter favores para Parlamentares, que esses pagamentos foram feitos em parcelas sucessivas por tempo determinado.

Permita-me explicar. A questão é a seguinte: eu deixei indicado que há contrato do Marcos Valério com Correios e Telégrafos, com o Banco do Brasil, com a Eletronorte, dando substância aparente aos contratos de crédito, tanto que eles visam pagar os créditos com futuros lucros se existentes. Então, parte do dinheiro nós já sabemos, foi decorrente de uma simulação de operação bancária. E eu deixo claro que esta não é a única fonte, porque com esse dinheiro só eles não poderiam ter pago tanta conta.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – V. Ex^a aborda o assunto. Estou colocando isso. Agora, é uma peça que, se for levada ao Ministério Público, não fornecerá nenhum subsídio a mais daquilo que aquilo que foi fornecido pela CPMI dos Correios.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MB) – Fornece. V. Ex^a me desculpe. A CPMI dos Correios não sabe nada sobre Kalid, nada sobre o processo de entrega, não examinou os autos judiciais – portanto, não pode fazer nenhuma afirmativa – não leu as contestações. V. Ex^a, por favor, é um homem inteligente, capaz, leve o relatório para casa, examine-o melhor, tem muita inovação.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – V. Ex^a é muito mais inteligente do que eu. Por isso que V. Ex^a...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não. É porque tive mais tempo debruçado sobre o problema. São oito itens indicativos das co-autorias. Não quis usar o termo, porque está muito vulgarizado, de “formação de quadrilha”. É bando, está no Código Penal, o Procurador-Geral da República sabe disso, não precisa colocar.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – A questão básica é que o dinheiro saiu dos bancos – ele é réu confesso. Na verdade, não avançamos, e veja, não estou nem querendo colocar aqui, nem lhe imputar nada. Estou dizendo da Comissão como um todo,

quer dizer, nós não fizemos, na verdade, aquilo que tínhamos que fazer, não conseguimos avançar, além de dizermos: “o dinheiro saiu, o Delúbio deu autorização”. Deu autorização para quem? Para aqueles que, naquele primeiro relatório, já foram para o Conselho? Não conseguimos avançar no sentido de colocar mais nenhum nome.

O SR. MORONITORGAN (PFL – CE) – Deputado Fernando Coruja, permita-me.

No momento que diz que não fizemos, nós estamos aguardando aí vários documentos que não chegaram. Quer dizer, se não temos tempo, se não foi dado esse tempo para que os documentos chegassem para fazermos, objetivamente, essa comprovação, aí é outra conversa.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Vou encerrar. É evidente que não podemos fazer aqui – porque vai encerrar ou já encerrou – um relatório paralelo. Esse não vai ser o relatório da Comissão porque é um relatório do Relator, não vai ser votado aqui.

Eu acho que poderíamos ter avançado muito mais. Com todo respeito que tenho pelo eminente Deputado Ibrahim Abi-Ackel – sou um admirador do Deputado –, acho que teríamos subsídios para fazer um relatório mais incisivo na direção de que houve mensalão. Convenci-me, pela evolução do processo...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – V. Exª que me desculpe, mas essa questão está muito bem esclarecida. O fato de não ter usado o termo gramatical da preferência de V. Exª não significa que neguei o fato. O fato de não ter adotado o termo lingüístico da preferência de V. Exª não quer dizer que não tenha reconhecido o fato. Não gosto da palavra mensalão, mas o que ele significa está afirmado aí, Sr. Deputado.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sr. Relator, eu disse numa entrevista que V. Exª é um homem bem aprimorado no vocabulário, e mensalão é um negócio meio baixo nível. Mas a verdade é que o povão gosta do mensalão.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – Está bem, então que seja mensalão. Acontece que o que V. Exª está fazendo com isso é estar propalando, com isso, a ironia, o sarcasmo, do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – É verdade, é verdade, concordo plenamente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP-MG) – O sarcasmo com que o Deputado Roberto Jefferson demoliu as relações parlamentares. Não quero aderir a esse termo. Agora, o fato de não aderir a esse termo não significa que não esteja de acordo com o fato do pagamento mensal, regular, durante algum tempo, de

vantagens financeiras indevidas. Não é possível. Ainda posso ir além, o Deputado João Correia, cultor das boas letras, vai concordar comigo: mensalão não é da língua, não é lingüístico, olhe no dicionário, não existe essa palavra mensalão, não é vernáculo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Deputado Fernando Coruja, posso transferir a palavra?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Vou encerrar, mas lembro que, nas conclusões do eminente Relator, está: “8 – O recebimento de recurso financeiro não caracteriza exatamente que seja mensalão, ou seja, pagamentos mensais, sistemáticos. Mas houve, sem dúvida, o pagamento de dinheiro em espécie”. Bom, isso ficou evidente. “Em alguns casos, com uma só prestação, em outros, com prestações sucessivas”. Mas qual a finalidade desse dinheiro?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Antes disso, está escrito – isso aí é o resumo final, é uma síntese –, na descrição, no corpo, V. Exª vai encontrar...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não. Eu vi no corpo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Mas V. Exª não deveria ler a síntese.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – V. Exª, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, que é um eminente jurista na área penal, sabe que, se fosse um promotor público ou um advogado de defesa, poderia fazer um relatório um pouco mais incisivo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não. Não, Deputado Coruja, me permita. O relatório é para o relato daquilo que ocorreu. V. Exª acha que deveria ter ocorrido mais. Esse mais não era responsabilidade só do Relator, mas da Comissão toda. Se não ocorreu mais, o Relator não poderia ter relatado mais. Relatou o que houve.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Baltazar. PSB – RJ) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente. Antes de dar a notícia, quero fazer um comentário. Por isso mesmo, queria que o relatório tivesse sido lido ontem, Deputado Ibrahim Abi-Ackel. Eu achava que deveríamos ter lido enquanto existia a CPMI ou deveríamos ter prorrogado os trabalhos nem que fosse por dez dias, para aprimorar o texto, mesmo que V. Exª tenha tido, sob o ponto de vista jurídico, com certeza, um cuidado que é da sua especialidade. É óbvio que eu também não esperava que fosse muito diferente. Nós conhecemos a realidade que estamos vivendo. Eu não esperava muitas diferenças em relação a isso. Eu gostaria que tivesse sido lido até para poder discordar, acrescentar, fazer outras considera-

ções e propor outras questões diferenciadas. A minha preocupação é que, quando, por exemplo, V. Exª fala de vantagens que foram recebidas por membros da base de apoio, o texto é tão genérico que fica parecendo que todo o mundo recebeu vantagens. Acho que alguns cuidados deveria haver, um cuidado que V. Exª mesmo teve aqui...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Exª me sugere o nome de alguém que tenha recebido dinheiro que eu tenha omitido? V. Exª, por favor, sabe algum nome?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Não, quando V. Exª falou assim...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Exª falou que estou sendo genérico.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Quando falou em base de apoio, foi genérico.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Então vamos enfrentar o problema com toda a calma, Deputada, porque relatório é para isso mesmo...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Mais calma do que eu estou é impossível.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – ... é para apanhar, para ser criticado. Criticamos até as obras dos grandes escritores, quanto mais a desse modesto Deputado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – É lógico, Deputado.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Exª está dizendo que eu citei pagamento em dinheiro espécie, mas não citei o nome de todos. Eu pergunto a V. Exª: tem algum nome a sugerir para que eu o coloque?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – É o seguinte: “São múltiplos os indícios de que houve distribuição de recursos financeiros a Deputados da base de sustentação parlamentar do Governo, como ficou acima descrito. Não é possível relacionar”. O senhor colocou no início: “Parlamentares que perceberam vantagens financeiras ilícitas em virtude da ausência de provas concretas que permitem a atribuição de responsabilidade penal, mas são múltiplos os indícios de que houve distribuição de recursos financeiros a Deputados da base de sustentação parlamentar do Governo, como ficou acima descrito”. A minha preocupação é que isso traz suspeição a todo o mundo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Exª tem dois caminhos...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu fiz esse comentário porque todo o mundo está comentando...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Acho que V. Exª tem dois caminhos, se me permite: ou pedir para excluir isso – é um direito de V. Exª – ou,

se não estiver de acordo com essa generalidade, indicar quais são as pessoas.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Acho que essa generalidade, até formulo um pedido – V. Exª deu a idéia –, deve ser excluída.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – V. Exª acha que não deve fazer...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Porque, quando você coloca generalidades, acho que pode cometer injustiças.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – É uma proposta.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – O Presidente vem trazer a notícia, então não sou eu quem vou dar, o Presidente já sabe do não-acordo, então.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB-RO) – Nós saímos daqui com o propósito de buscar o entendimento. Em primeiro lugar, estivemos na Presidência do Senado Federal, onde estavam reunidos todos os Líderes partidários – talvez dos principais partidos, sim. E, unanimemente, Oposição e Situação, se pronunciaram pela prorrogação dos trabalhos desta CPMI por mais 30 dias. Inclusive, devo destacar a posição do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros.

Fui instado a percorrer, pela última vez, as lideranças partidárias da Câmara. É evidente que não poderíamos percorrer todas as lideranças, então chegamos e conversamos pessoalmente com o Líder do governo na Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia. Essa pronuncia do sobrenome é um pouco complicada. Se fosse falar o italiano castiço seria um pouquinho diferente. Mas, todos assim entendem.

O Exº Sr. Deputado se sensibilizou com os nossos argumentos, que exatamente foram no rumo de salvar a dignidade, de preservar, sobretudo a imagem do Congresso, e da Comissão. Lá, relatei do esforço do Relator, que, quando estava preparando um relatório parcial, teve que fazer um relatório conclusivo, para que não ficasse a Comissão sem nenhum relatório.

Eu posso dizer que, em verdade, houve uma sensibilização do Exº Deputado Líder do Governo, e nós estamos esperando que sejam colhidas as assinaturas que faltam para a prorrogação por 30 dias.

Se me perguntarem se eu tenho certeza do que vai acontecer, digo que não; se me perguntarem se estou exultante com tudo que vi, dig que não. Mas também não estou pessimista, no limite do pessimismo, como alguns Deputados e Deputadas que trabalharam exaustivamente na busca das assinaturas. Eles estão se sentindo exaustos e no limite da tolerância. Eu até quero dizer que, se for para o bem do País, que os trabalhamos sejam prosseguidos ou continuados. Eu quase que vou chegar naquele limite extremo – eu que não sou um fervoroso crente – de entregar nas mãos de Deus. Entendo que Deus é o Senhor do Universo.

O que posso invocar é piedade do Parlamento para que nos conceda, por clemência até, a possibilidade de dar uma conclusão definitiva – definitiva – desse trabalho, sem nenhuma menção.

Entendo do esforço do Relator, hercúleo, que teve que trabalhar distante até dos elementos disponíveis para produzir esse relatório.

Não li o relatório, infelizmente, me foi passado naquele momento, não pude ler, falei ao Exº Relator que estava buscando esses apoiantes, essa costura política.

Agora, aqui chego e declaro que ainda é possível a prorrogação por 30 dias. Ela se encaminha, ela está sendo identificada no bom senso e, sobretudo, na consciência política, ética e, por que não dizer, como um imperativo para que o Congresso cada vez mais avance e não regreda diante da opinião pública.

Quero agradecer a todos exatamente por esse ponto. Até gostaria de fazer um discurso totalmente diferente, mas estou fazendo um discurso conciliador.

Se não houver nenhuma reunião mais, eu queria antecipar as despedidas, mas não vou fazê-lo agora. Fá-lo-ei da tribuna do Senado, se for o caso. Mas fiquem aqui todos os senhores cientes do meu respeito, da minha admiração, deste convívio amiado que tivemos aqui, onde tivemos oportunidade de conhecer a alma das pessoas, dos Parlamentares, e, muito mais do que posições políticas, exatamente o caráter de cada um. Penso que isso é significativo para todos nós.

Essa oportunidade não se tem tão fácil, a não ser com o convívio. E entendo que tivemos a oportunidade de produzir um trabalho, se não o desejado, o ideal, o possível diante exatamente da luta política.

Mas, se for prorrogada a atuação desta Comissão, espero que, nesses 30 dias, façamos um esforço conjugado sabendo que representamos uma delegação do Congresso Nacional acima dos partidos, muito além das veleidades pessoais. Que possamos nos debruçar sobre o tema e esclarecer os pontos que ainda ficaram por ser esclarecidos, pontos obscuros. Quero dizer também que esse trabalho foi o fruto do nosso esforço máximo. Espero que isso aconteça.

E vou terminar aqui, como já disse tantas vezes, mas gosto dessa frase, de Thomas More, na obra **Utopia**, que termina exatamente dessa maneira: “Eu almejo mais do que espero, e o resto é silêncio.”

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra a V. Exª para uma questão de ordem.

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, participei da reunião juntamente com V. Exª. O Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, disse que prorrogaria o prazo para hoje,

acatando a questão de ordem apresentada pelo ilustre Deputado Fleury, se houvesse acordos e o número de assinaturas que é pré-requisito fundamental para a prorrogação. Se não houver, o prazo da CPMI encerrou-se ontem. Então, a validade de qualquer ato...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas eu não quis exatamente trazer à tona essa questão...

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – Tudo bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – ...porque eu só disse que seria prorrogada, se houvesse. Se não, ela ficaria extinta automaticamente.

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu queria que ficasse claro que, se não houver as assinaturas, ela já está extinta desde o dia de ontem. O acordo é político, e o Senador Renan Calheiros, junto com os Líderes do Senado, bancam essa posição. Entretanto, o Senado não decide pela Câmara, e foram suscitadas outras questões paralelas.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Exª me permite um aparte, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não há questão paralela, não vamos complicar mais.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não vou falar nas questões paralelas, só estou dizendo isso porque temos de deixar claro.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há nenhum condicionamento, ou tem assinatura ou não.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – E se não tiver assinatura, a CPI acabou ontem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Acabou.

Perfeito. Vejo que prolongarmos essa discussão hoje seria, de repente, colocar lenha na fogueira, quando já estamos com o fogo tão baixo. Portanto, não é hora de mostrar nenhuma extravagância. Por isso, quero agradecer pela presença de todos e dizer da minha alegria e satisfação de ter convivido com V. Exªs. Espero que esse convívio se prolongue por mais 30 dias.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Presidente, está encerrada, mas eu queria agradecer aos funcionários da Comissão, aos Deputados, Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Faremos em momento oportuno.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – ...a atenção e o cuidados que todos tiveram aqui conosco.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h59min.)



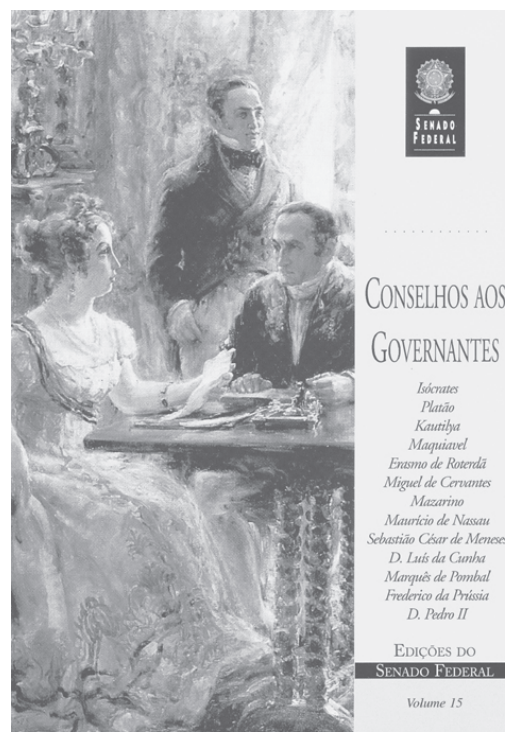
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conselhos aos Governantes

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 752 PÁGINAS

(OS:13069/2007)